



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Mensagem nº 377, de 2011, na origem

**Informações Complementares ao Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, que
“*Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012*”.**

**VOLUME VIII
TOMO V/V**

ANO LXVI – SUP. “A” AO Nº 153 – SEXTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann ⁽¹¹⁾ Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹²⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2012
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
RELACIONADAS NO ANEXO II DA
LEI Nº 12.465, DE 12.08.2011 – LDO 2012.

VOLUME V

inciso XXXI – Cadastro de Ações

Brasília, DF
2011

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2012**ANEXO II
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2012**

XXXI - cadastro de ações utilizado na elaboração da proposta orçamentária, em meio magnético, em formato de banco de dados para consulta, contendo, no mínimo, código, descrição e finalidade de cada uma das ações.

Obs: este inciso segue também em CD-ROM anexo.

Lei nº12.645, de 12 de agosto de 2011, inciso XXXI do Anexo II - Informações Complementares ao PLOA-2012.

XXXI - cadastro de ações utilizado na elaboração da proposta orçamentária, em meio magnético, em formato de banco de dados para consulta, contendo, no mínimo, código, descrição e finalidade de cada uma das ações;

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União
0053	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios
<i>Descrição:</i> Pagamento dos servidores públicos federais inativos e pensionistas dos extintos Territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima e do extinto Estado da Guanabara, de responsabilidade da União. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o pagamento de pessoal inativo e pensionistas dos extintos Territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima e do extinto Estado da Guanabara.	
0054	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas do Estado do Mato Grosso (Art. 27 da Lei Complementar nº 31, de 1977)
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos financeiros para pagamento dos servidores inativos e pensionistas do Estado do Mato Grosso, de responsabilidade da União, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 31/77. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o pagamento do pessoal inativo e pensionistas do Estado do Mato Grosso, de responsabilidade da União, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 31/77.	
0055	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Extinta via Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER (Lei nº 3.887, de 1969)
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos financeiros para pagamento de inativos e pensionistas da extinta Viação Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER, de responsabilidade da União, nos termos da Lei nº 3.887, de 8/2/1969. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o pagamento do pessoal inativo e pensionistas da extinta Viação Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER, de responsabilidade da União, nos termos da Lei nº 3.887, de 8/2/1969.	
009K	Complementação de Aposentadorias e Pensões da RFFSA
<i>Descrição:</i> Pagamento da complementação da aposentadoria paga na forma da Lei Orgânica da Previdência Social aos ferroviários admitidos até 31 de outubro de 1969 na Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o pagamento da complementação da aposentadoria paga na forma da Lei Orgânica da Previdência Social aos ferroviários da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.	
0179	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas
<i>Descrição:</i> Pagamento de proventos de aposentadorias e pensões aos Militares inativos das Forças Armadas. <i>Finalidade:</i> Garantir a remuneração dos Militares das Forças Armadas conforme as regras do regime previdenciário próprio.	
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
<i>Descrição:</i> Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.	
0397	Encargos Previdenciários com Aposentados e Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC
<i>Descrição:</i> Pagamento mensal de aposentadorias e pensões aos beneficiários do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento de aposentadorias e pensões para os beneficiários que estavam sob a responsabilidade do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC.	
0550	Controle Externo
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
110B	Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia - SECEX/RO
<i>Descrição:</i> Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia, em terreno próprio, com área de aproximadamente 1.500 m². <i>Finalidade:</i> Construir edifício da Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público no atendimento à clientela nas unidades do Tribunal de Contas da União localizadas nos diversos estados da Federação.	
11T5	Construção de Sede do Instituto Serzedello Corrêa - ISC
<i>Descrição:</i> Construção de edifício para abrigar a sede do Instituto Serzedello Corrêa - ISC, com área de 51.925 m², conforme projeto do arquiteto Oscar Niemeyer. <i>Finalidade:</i> Construir edifício para abrigar a sede do Instituto Serzedello Corrêa para proporcionar condições adequadas de trabalho tendo em vista o planejamento, a promoção, a coordenação e a avaliação de atividades e projetos relativos a recrutamento, seleção, formação e requalificação de servidores do TCU, de órgãos fiscalizadores das unidades federadas e de diversos países conveniados.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12QD	Construção do Anexo IV: Escola Superior de Controle
<i>Descrição:</i> Construção de prédio, nominado <i>Escola Superior de Controle</i>, que abrigará os eventos de capacitação em nível de graduação e pós-graduação oferecidas pelo ISC e acolherá unidades diversas do TCU em função do espaço exíguo nos demais edifícios. <i>Finalidade:</i> Construir edificação com aproximadamente 10.000 metros quadrados de área, situado no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 3, que terá o condão de abrigar cerca de 100 servidores e colaboradores, além de população flutuante de 150 pessoas/dia em média, o que totalizará, no ápice de seu funcionamento, 40 m² per capita.	
12QF	Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas - SECEX/AL
<i>Descrição:</i> Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas, em terreno próprio, com área de aproximadamente 1500 m². <i>Finalidade:</i> Construir Sede para Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas que seja compatível com a atual necessidade do Órgão. O Tribunal de Contas da União está crescendo para melhor auxiliar o Congresso Nacional no exercício do Controle Externo, assim, torna-se imprescindível fornecer condições de trabalho adequadas aos servidores. Nessa linha de raciocínio, busca-se com essa nova Sede promover a satisfação coletiva e a melhoria no atendimento à clientela nas unidades do Tribunal de Contas da União localizadas nos diversos estados da Federação.	
12QG	Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe - SECEX/SE
<i>Descrição:</i> Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe, em terreno próprio, com área de aproximadamente 1500 m². <i>Finalidade:</i> Construir Sede para Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe que seja compatível com a atual necessidade do Órgão. O Tribunal de Contas da União está crescendo para melhor auxiliar o Congresso Nacional no exercício do Controle Externo, assim, torna-se imprescindível fornecer condições de trabalho adequadas aos servidores. Nessa linha de raciocínio, busca-se com essa nova Sede promover a satisfação coletiva e a melhoria no atendimento à clientela nas unidades do Tribunal de Contas da União localizadas nos diversos estados da Federação.	
13MD	Reforma do Edifício-Sede do Tribunal de Contas da União
<i>Descrição:</i> Reforma do Edifício-Sede, envolvendo confecção de projetos e a obra de reforma propriamente dita. A obra de reforma abrange a substituição total dos sistemas: ar condicionado; instalações elétricas, em conformidade com as normas atuais, em especial a NBR5410 de 2004; cabeamento estruturado; e sistema hidráulico de combate a incêndio. A reforma abrange o fornecimento e a instalação de todos os equipamentos necessários, conforme especificações dos projetos. Nesse contexto inclui-se a reforma do restaurante do TCU como área contígua, principalmente da cozinha. <i>Finalidade:</i> Reformar o Edifício-Sede do TCU, que foi inaugurado em 1975, com área total de 20.548 m², para adequar as instalações às normas de segurança e proporcionar conforto e condições ideais de higiene às autoridades, servidores, terceirizados e clientela.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
<i>Descrição:</i> Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral. <i>Finalidade:</i> Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.	
4018	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Fiscalização da aplicação dos recursos públicos federais, por intermédio da realização de auditorias, inspeções, levantamentos e acompanhamento do julgamento das contas dos administradores e responsáveis por bens e valores da União, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; da apreciação, para registro, dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão; do exame de denúncias, consultas, representações e solicitações e do exame das declarações de bens e rendas de autoridades e de servidores públicos federais abrangidos pela Lei nº 8.730/93. <i>Finalidade:</i> Fiscalizar e assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade, bem como o pagamento de despesas de natureza administrativa.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição: Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente.</i> <i>Finalidade: Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.</i>	
5455	Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas da União
<i>Descrição: Contratação de consultorias especializadas, capacitação dos servidores do TCU, aquisição de equipamentos e material de apoio destinados ao aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e controle; qualidade e gestão; valorização do servidor e maior interação com o Congresso Nacional e a sociedade brasileira.</i> <i>Finalidade: Propiciar condições para que o Tribunal atue de forma a conferir maior racionalidade, efetividade e constância às suas ações de controle, bem como contribuir para o cumprimento de sua missão institucional, de assegurar a boa e regular gestão dos recursos públicos federais, em benefício da sociedade.</i>	
0551	Atuação Legislativa do Senado Federal
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
00HG	Contribuição à Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas - ASTRAL
<i>Descrição: Aporte financeiro à Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas - ASTRAL, visando à manutenção permanente de associação que representa os interesses das emissoras de difusão, por rádio e TV, de programação dedicada à atividade legislativa.</i> <i>Finalidade: Permitir a participação na Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas - ASTRAL, que representa as diversas emissoras de rádio e televisão mantidas e dirigidas pelos poderes legislativos nos diversos entes da Federação.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
1129	Interlegis II - Implementação do Legislativo Eletrônico (e-legislativo)
<i>Descrição: Consolidação da rede nacional de integração implantada pelo Desenvolvimento do Programa Interlegis - Rumo ao e-legislativo e fomento a modernização das casas legislativas estaduais e municipais, sendo que as Câmaras Municipais e Assembleias Estaduais objeto da ação de modernização deverão solicitar apoio do Escritório de Projetos do Interlegis para a confecção do projeto e elaboração do instrumento de cooperação específico que estabelecerá as responsabilidades. Os órgãos do Legislativo Federal, para o desenvolvimento de ações específicas dentro de suas especialidades, deverão apresentar projetos com detalhamento de prazos, metas, e serão qualificados como co-responsáveis pela execução dessas ações, que serão monitoradas pelo Escritório de Projetos do Interlegis ou pela área específica que detenha a competência sobre a execução da ação.</i> <i>Finalidade: Apoiar o processo de modernização do legislativo brasileiro em suas instâncias federal, estadual e municipal, mediante a implementação de projetos completos da ação que pretendam desenvolver no âmbito do Desenvolvimento do Programa Interlegis - Rumo ao e-legislativo, os quais serão aprovados e monitorados pelo Escritório de Projetos do Interlegis.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20TJ	Treinamento e Capacitação em Conhecimentos Legislativos
<i>Descrição: Oferecimento aos servidores do legislativo, demais Órgãos e cidadãos de cursos voltados à capacitação técnica e à assimilação de conhecimentos legislativos e outros, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia e aprimoramento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores do legislativo e demais Órgãos conveniados conhecimentos necessários ao cumprimento de suas atribuições legais, bem como capacitar para o aprimoramento da formação em suas áreas afins.</i>	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
<i>Descrição: Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral.</i> <i>Finalidade: Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4060	Gestão do Sistema de Informática
<i>Descrição: Desenvolvimento, suporte e manutenção de sistemas de informação; processamento de dados; aquisição de infra-estrutura, insumos e serviços de TIC; fornecimento de serviços e informações para o Senado Federal e para a sociedade; e despesas administrativas necessárias à gestão do Órgão.</i> <i>Finalidade: Prover e gerir soluções de tecnologia da informação e de comunicações (TIC) para o Senado Federal, bem como aperfeiçoar seus processos de trabalho.</i>	
4061	Processo Legislativo
<i>Descrição: Desempenho, por parlamentares, das atividades necessárias ao cumprimento das prerrogativas do órgão, tais como: atividades parlamentares, assessoramento legislativo e administrativo, assessoramento técnico em geral, gerenciamento e coordenação geral, serviços contábeis, orçamento-financeiro e controle interno.</i> <i>Finalidade: Desenvolver o processo legislativo, de que trata o art. 59 da Constituição Federal, de forma a produzir e apresentar à sociedade uma legislação que tenha em seu contexto cada vez maior representatividade dos anseios da população, proporcionando, assim, os meios indispensáveis à promoção da justiça social e ao funcionamento pleno da democracia. Exercer, mediante controle externo, a fiscalização prevista no art. 70 da Carta Magna. Dar cumprimento às demais disposições constitucionais, bem como prover o Órgão dos recursos necessários à sua manutenção e funcionamento.</i>	
4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição: Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente.</i> <i>Finalidade: Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.</i>	
4597	Produção e Distribuição de Documentos Legislativos
<i>Descrição: Edição de documentos oficiais (diários oficiais da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional), de materiais relacionados com as atividades parlamentares (avulsos sobre as sessões, pareceres, relatórios de comissões, etc.), bem como livros e trabalhos intelectuais relacionados ou também de interesse do desempenho das atribuições dos senadores e despesas administrativas necessárias à gestão da ação (custos de manutenção e funcionamento da unidade).</i> <i>Finalidade: Dotar a sociedade brasileira e os seus diversos segmentos, de informações relacionadas às atividades desenvolvidas no âmbito do Congresso Nacional, e, dessa forma, levar ao conhecimento público o andamento das matérias em estudo e/ou votação.</i>	
4898	Rede de Integração e Participação Legislativa - Interlegis
<i>Descrição: Gestão do sistema de videoconferências integrando o Interlegis, Senado Federal, Câmara dos Deputados, TCU, todas as Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa do DF, com a manutenção do Portal Interlegis em funcionamento, com seu editorial de notícias sobre os Legislativos Federal, Estadual e Municipal; pesquisas on line; divulgação de eventos etc, e a continuidade da(o):</i> . Realização de cursos presenciais e a distância do interesse da Comunidade Virtual do Poder Legislativo; . Manutenção e modernização do parque de equipamentos do Programa Interlegis; . Manutenção predial das instalações físicas do Programa Interlegis; . Aperfeiçoamento incluindo a elaboração de novas versões dos softwares desenvolvidos pelo Interlegis para as Casas Legislativas; . Realização de pesquisas de âmbito nacional de interesse do Poder Legislativo; . Participação em eventos promovidos pelas Casas Legislativas para divulgação do Programa; . Realização de Seminários Regionais e Nacionais periódicos <i>Finalidade: Manter o Programa Interlegis em funcionamento após o término do contrato de financiamento com o BID, a partir de Julho de 2005.</i>	
0553	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
00HG	Contribuição à Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas - ASTRAL
<i>Descrição: Aporte financeiro à Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas - ASTRAL, visando à manutenção permanente de associação que representa os interesses das emissoras de difusão, por rádio e TV, de programação dedicada à atividade legislativa.</i> <i>Finalidade: Permitir a participação na Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas - ASTRAL, que representa as diversas emissoras de rádio e televisão mantidas e dirigidas pelos poderes legislativos nos diversos entes da Federação.</i>	
0416	Ressarcimento das Contribuições aos Pensionistas do Extinto IPC
<i>Descrição: Restituição de valores recolhidos por parlamentares e servidores ao extinto IPC - Instituto de Previdência dos Congressistas.</i> <i>Finalidade: Restituir aos beneficiários do extinto IPC as contribuições a este recolhidas. A restituição deve levar em conta a atualização monetária dos valores, mês a mês, pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
10AT	Ampliação do Edifício Anexo IV
<i>Descrição: Ampliação do Edifício Anexo IV visando abrigar gabinetes, apoios administrativos e legislativos, bem como subsolos de garagem.</i> <i>Finalidade: Ampliar o Edifício Anexo IV com área para gabinetes, apoios administrativos e legislativos, bem como subsolos de garagem.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10C4	Construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da Câmara dos Deputados, no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA
<i>Descrição:</i> Construção de edifício de 4 andares, com opção pelo uso de materiais construtivos sustentáveis, que abrigará ampla área para armazenagem de materiais, ala destinada a escritórios e apoio administrativo, e 2 pavimentos de garagem, um destinado a estacionamento e outro para armazenagem. <i>Finalidade:</i> Construir edifício no terreno do SIA, com vistas a reunir almoxarifados, depósitos de materiais e setores administrativos do DEMAP e demais órgãos da Câmara dos Deputados.	
10S2	Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados
<i>Descrição:</i> Construção de bloco em sistema construtivo modular com aproximadamente 16.000 m². <i>Finalidade:</i> Construir o Bloco C do Complexo Avançado da Câmara dos Deputados, no Setor de Garagens Ministeriais Norte, Lote do Congresso Nacional, destinado a abrigar o Centro de Tecnologia, unidades dos Departamentos de Polícia, Médico, Técnico e demais órgãos da Casa.	
12F2	Reforma dos Imóveis Funcionais destinados à moradia dos Deputados Federais
<i>Descrição:</i> Reforma de 432 imóveis funcionais destinados à moradia de parlamentares. <i>Finalidade:</i> Reformar apartamentos funcionais destinados à moradia dos parlamentares.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
4061	Processo Legislativo
<i>Descrição:</i> Desempenho, por parlamentares, das atividades necessárias ao cumprimento das prerrogativas do órgão, tais como: atividades parlamentares, assessoramento legislativo e administrativo, assessoramento técnico em geral, gerenciamento e coordenação geral, serviços contábeis, orçamento-financeiro e controle interno. <i>Finalidade:</i> Desenvolver o processo legislativo, de que trata o art. 59 da Constituição Federal, de forma a produzir e apresentar à sociedade uma legislação que tenha em seu contexto cada vez maior representatividade dos anseios da população, proporcionando, assim, os meios indispensáveis à promoção da justiça social e ao funcionamento pleno da democracia. Exercer, mediante controle externo, a fiscalização prevista no art. 70 da Carta Magna. Dar cumprimento às demais disposições constitucionais, bem como prover o Órgão dos recursos necessários à sua manutenção e funcionamento.	
4062	Reparos e Conservação de Residências Funcionais dos Membros do Poder Legislativo
<i>Descrição:</i> Contratação de serviços de reparo e conservação das instalações físicas dos imóveis funcionais; de manutenção de aparelhos; de limpeza, higiene e vigilância; aquisição de móveis, eletrodomésticos, utensílios, material de consumo e outros materiais e pagamento de impostos e taxas condominiais. <i>Finalidade:</i> Assegurar boas condições de habitabilidade às residências funcionais de uso do presidente da Câmara dos Deputados e dos deputados federais.	
4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição:</i> Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.	
7710	Construção do Anexo V
<i>Descrição:</i> Construção do Edifício Anexo V na área H da Praça dos Três Poderes, destinado a abrigar órgãos da estrutura organizacional da Câmara dos Deputados e subsolos de garagem, com aproximadamente 36.000,00 m². <i>Finalidade:</i> Construir o Edifício Anexo V na área H da Praça dos Três Poderes, destinado a abrigar órgãos da estrutura organizacional da Câmara dos Deputados e subsolos de garagem, com aproximadamente 36.000,00 m².	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0565	Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
11CD	Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal
<i>Descrição:</i> Recuperação e modernização das instalações do Supremo Tribunal Federal, por meio de reformas estruturais, elétricas e hidráulicas, substituição de central de ar condicionado e de elevadores. <i>Finalidade:</i> Recuperar e modernizar as instalações do STF garantindo as condições de funcionalidade e habitabilidade de suas instalações físicas.	
12QL	Ampliação da Garagem do Edifício Anexo II do Supremo Tribunal Federal
<i>Descrição:</i> Serviços de engenharia pra ampliação da garagem do Edifício Anexo II do Supremo Tribunal Federal. <i>Finalidade:</i> Dotar todos os servidores do Supremo Tribunal Federal de vaga na garagem.	
12QM	Construção da Sede da TV e Rádio Justiça
<i>Descrição:</i> Construção de um edifício que permitirá a ampliação da TV e da Rádio Justiça e a devida instalação em um local adequado. <i>Finalidade:</i> Instalar emissoras de TV e Rádio Justiça em um espaço adequado.	
1C15	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal (e-Jus)
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, implantação e consolidação de infraestrutura, processos e soluções de gestão da informação jurisdicional com a aplicação de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC; promoção de interligação entre os órgãos do Poder Judiciário e a ele relacionados e a integração de bases de dados; capacitação em soluções de gestão da informação e governança de TIC voltadas ao projeto e-Jus; garantia de disponibilidade e de segurança dos sistemas e informações; provimento de meios de uso exclusivo do Supremo Tribunal Federal para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade. <i>Finalidade:</i> Assegurar ao Supremo Tribunal Federal agilidade nos procedimentos e decisões judiciais e interação entre os demais órgãos do Poder Judiciário, ampliar a cobertura e o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional e dar transparência aos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, relacionados ao Poder Judiciário, por meio do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
<i>Descrição:</i> Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral. <i>Finalidade:</i> Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição:</i> Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia, modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.	
6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal
<i>Descrição:</i> Apreciação de causas cujo mérito esteja elencado no art. 102 da CF/88. Fazem parte desta ação as despesas de natureza administrativa tais como: despesas com serviços administrativos, com a manutenção e o uso da frota veicular, com a manutenção e conservação de imóveis sob responsabilidade do órgão e com manutenção, desenvolvimento de aplicativos e serviços diversos de informática, e demais custos de manutenção e funcionamento do órgão. <i>Finalidade:</i> Desenvolver o processo jurisdicional atribuído pela Constituição Federal ao Supremo Tribunal Federal de forma a atender demanda da sociedade. Dar cumprimento as demais disposições legais atribuídas ao órgão, bem como prover o órgão dos recursos necessários à sua manutenção e funcionamento.	
0566	Prestação Jurisdicional Militar
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
10NR	Construção do Edifício-Sede da Auditoria da 7ª CJM
<i>Descrição:</i> Construção de novo edifício sede para a Auditoria da 7ª CJM, na cidade de Recife-PE. <i>Finalidade:</i> Dotar a Auditoria da 7ª CJM de nova sede.	
111Q	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Militar da União (e-Jus)
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, implantação e consolidação de infraestrutura, processos e soluções de gestão da informação jurisdicional com a aplicação de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC; promoção de interligação entre os órgãos do Poder Judiciário e a ele relacionados e a integração de bases de dados; capacitação em soluções de gestão da informação e governança de TIC voltadas ao projeto e-Jus; garantia de disponibilidade e de segurança dos sistemas e informações; provimento de meios de uso exclusivo da Justiça Militar da União para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade. <i>Finalidade:</i> Assegurar à Justiça Militar da União agilidade nos procedimentos e decisões judiciais e interação entre os demais órgãos do Poder Judiciário, ampliar a cobertura e o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional e dar transparência aos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, relacionados ao Poder Judiciário, por meio do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2549	Comunicação e Divulgação Institucional
<i>Descrição: Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral.</i> <i>Finalidade: Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.</i>	
4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição: Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente.</i> <i>Finalidade: Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.</i>	
4225	Processamento de Causas na Justiça Militar da União
<i>Descrição: Desenvolvimento e acompanhamento das ações da Justiça Militar da União pertinente a sua função judicante, como justiça especializada que jurisdiciona uma categoria especial, a dos militares federais, por meio das despesas administrativas como: diárias, passagens, locomoção, serviços postais; telefonia, telecomunicações, teleprocessamento; utilidade pública (água e esgoto, energia elétrica, iluminação pública, gás e afins); aquisição e guarda de material de consumo e expediente; assinatura de jornais, periódicos e afins; despesas relacionadas à frota de veículos (manutenção, combustíveis, peças, acessórios, aquisição de veículos e demais despesas). Despesas com locação de mão-de-obra ou contratação de serviços de limpeza, vigilância, copeiragem, motoristas e etc; despesas com manutenção, conservação reformas e adaptações de imóveis; aquisições de equipamentos e móveis de escritório, de ar condicionado, elevadores, escadas rolantes. Despesas relacionadas com a segurança patrimonial como equipamentos de prevenção de incêndio, portais detectores de metais e outras afins. Despesas com informática de apoio ao desenvolvimento dos serviços técnicos e administrativos, ou seja: serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações; manutenção de equipamentos; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura, terceirização de serviços); aquisição e locação de equipamentos; aquisição de materiais de consumo na área de informática, aquisição e locação de softwares básicos.</i> <i>Finalidade: Analisar e acompanhar processos, elaborar despachos, pareceres e sentenças.</i>	
7808	Construção de Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar
<i>Descrição: Elaboração de estudos e projetos, fiscalização e execução da construção da nova sede, assim como despesas com a adaptação e a transferência dos órgãos da Justiça Militar da União sediados no Distrito Federal.</i> <i>Finalidade: Dotar o Superior Tribunal Militar de sede nova, tendo em vista a transferência dos tribunais superiores para novo local, proporcionando condições adequadas de trabalho e de melhor atendimento aos usuários.</i>	
0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
123R	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (e-Jus)
<i>Descrição: Desenvolvimento, implantação e consolidação de infraestrutura, processos e soluções de gestão da informação jurisdicional com a aplicação de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC; promoção de interligação entre os órgãos do Poder Judiciário e a ele relacionados e a integração de bases de dados; capacitação em soluções de gestão da informação e governança de TIC voltadas ao projeto e-Jus; garantia de disponibilidade e de segurança dos sistemas e informações; provimento de meios de uso exclusivo da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade.</i> <i>Finalidade: Assegurar à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios agilidade nos procedimentos e decisões judiciais e interação entre os demais órgãos do Poder Judiciário, ampliar a cobertura e o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional e dar transparência aos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, relacionados ao Poder Judiciário, por meio do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).</i>	
137U	Construção do Arquivo Permanente do TJDFT
<i>Descrição: Construção do Galpão de Arquivo Permanente do TJDFT</i> <i>Finalidade: Construir Galpão de Arquivo Permanente do TJDFT</i>	
19BG	Construção do Anexo II da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal
<i>Descrição: Construção de um edifício de 4.000 (quatro mil) metros quadrados para atender adequadamente aos jurisdicionados.</i> <i>Finalidade: Construir o anexo II da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal para abrigar o Gabinete do Juiz Titular, dos Juizes Substitutos, Diretoria-Geral, Assessoria Jurídica, Assessoria Técnica, bem como as salas de atendimento psicossocial.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
<i>Descrição:</i> Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral. <i>Finalidade:</i> Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.	
3751	Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais
<i>Descrição:</i> Implantação de varas comuns e especiais no Distrito Federal, destinados ao julgamento e resolução de conflitos no âmbito da competência definida em Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal. <i>Finalidade:</i> Implantar Varas Comuns e de Juizados Especiais para oferecer a sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso a prestação de serviços jurisdicionais, concernentes a justiça comum e especial, de forma descentralizada e contínua.	
3753	Modernização de Arquivos de Processos Judiciais e Administrativos
<i>Descrição:</i> Implantação e expansão da infra-estrutura tecnológica do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, provendo-o de novas tecnologias e sistemas de controle e de arquivo de processos judiciais e administrativos. <i>Finalidade:</i> Assegurar a eficiência e a qualidade dos procedimentos de gestão de documentos e de processos, com a implementação Plano Básico de Gestão da Informação Arquivística do Tribunal de Justiça do Distrito Federal em conformidade com a Lei 8159/91, que trata da gestão de documentos públicos e privados.	
4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição:</i> Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
<i>Descrição:</i> Pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente. <i>Finalidade:</i> Garantir a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.	
4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal
<i>Descrição:</i> Análise e acompanhamento de processos, elaboração de despachos, pareceres e sentenças e serviços administrativos, bem como a contratação de serviços de caráter continuado para a manutenção da Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim como aquisição de material de consumo, mobiliário, veículos e equipamentos, diárias e passagens, e expansão do parque computacional, e por fim, promover o pagamento da remuneração e subsídios de servidores e magistrados ativos. <i>Finalidade:</i> Garantir ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios a apreciação e julgamento de processos distribuídos nas suas várias instâncias, e os demais meios e procedimentos necessários para a manutenção e implementação da prestação jurisdicional no DF, de modo a atender toda a demanda por serviços jurisdicionais no Distrito Federal.	
0568	Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1H24	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional II no Superior Tribunal de Justiça (e-Jus)
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, implantação e consolidação de infraestrutura, processos e soluções de gestão da informação jurisdicional com a aplicação de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC; promoção de interligação entre os órgãos do Poder Judiciário e a ele relacionados e a integração de bases de dados; capacitação em soluções de gestão da informação e governança de TIC voltadas ao projeto e-Jus; garantia de disponibilidade e de segurança dos sistemas e informações; provimento de meios de uso exclusivo do Superior Tribunal de Justiça para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade. <i>Finalidade:</i> Assegurar ao Superior Tribunal de Justiça agilidade nos procedimentos e decisões judiciais e interação entre os demais órgãos do Poder Judiciário, ampliar a cobertura e o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional e dar transparência aos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, relacionados ao Poder Judiciário, por meio do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
20G2	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
<i>Descrição:</i> Oferecimento aos Magistrados de cursos de formação inicial e de formação continuada, qualificação de instrutores, intercâmbio e estudos com o objetivo de elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de cursos de aprimoramento da Magistratura, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre ordenamento jurídico, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos magistrados a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade de forma célere, efetiva, transparente e objetiva.	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
<i>Descrição:</i> Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral. <i>Finalidade:</i> Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.	
4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição:</i> Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.	
4236	Apreciação e Julgamento de Causas
<i>Descrição:</i> Atendimento a todo cidadão que busca um pronunciamento judicante do órgão. Apreciação de processos levados para julgamento do STJ por força de sua competência constitucional. Garantir pagamento de despesas de natureza administrativa tais como: despesas com serviços administrativos, com a manutenção e o uso da frota veicular, com a manutenção e conservação de imóveis sob responsabilidade do órgão e com manutenção, desenvolvimento de aplicativos e serviços diversos de informática. <i>Finalidade:</i> Viabilizar o julgamento dos processos distribuídos para os membros do Superior Tribunal de Justiça, elaborar despachos, pareceres, decisões, sentenças e acórdãos, além dos demais atos jurisdicionais de competência do órgão, bem como garantir os recursos e procedimentos para o pagamento da remuneração e encargos sociais dos servidores ativos do órgão e para as despesas de natureza administrativa.	
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
102Y	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rio Grande - RS
<i>Descrição:</i> Construção de prédio, com área de 9.323 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Rio Grande - RS. <i>Finalidade:</i> Construir edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
103F	Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Campo Grande - MS
<i>Descrição:</i> Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Campo Grande - MS. <i>Finalidade:</i> Construir anexo ao edifício sede da Justiça Federal em Campo Grande - MS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
10SH	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa - PB
<i>Descrição:</i> Trata-se de edificação com quatro pavimentos, sendo um subsolo, térreo e dois pavimentos tipo, com aproximadamente 8.000 m² de área construída. O pavimento subsolo abrigará garagens para magistrados e carros oficiais, serviços de apoio como depósito judicial, arquivo judicial, almoxarifado, área de apoio para serviços gerais. O Pavimento térreo abrigará dois juizados especiais e serviços de apoio como bancos, biblioteca, OAB, reprografia. O primeiro pavimento abrigará uma vara federal e um juizado especial. O segundo pavimento abrigará duas turmas recursais. <i>Finalidade:</i> Instalar adequadamente as varas federais e atividades de apoio para oferecer melhor atendimento aos jurisdicionados.	
1136	Modernização de Instalações da Justiça Federal
<i>Descrição:</i> Reforma, ampliação e modernização de imóveis da Justiça Federal. <i>Finalidade:</i> Reformar, ampliar e modernizar as instalações de diversas edificações da Justiça Federal, visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços jurisdicionais.	
11JB	Construção do Edifício-Sede II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - RJ
<i>Descrição:</i> Construção de prédio com 80.004,38 m², em alvenaria de concreto armado, com instalações hidrossanitárias, elétricas, lógicas, de detecção e combate a incêndios, com elevadores e sistemas de ar-condicionado, de proteção contra descargas atmosféricas e de segurança, seguindo conceitos de sustentabilidade e de "prédio verde". <i>Finalidade:</i> Construir edifício-sede com infraestrutura adequada à Prestação Jurisdicional.	
11JL	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR
<i>Descrição:</i> Construção de prédio, com área de 28.658 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Foz do Iguaçu - PR. <i>Finalidade:</i> Construir edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
11KR	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC
<i>Descrição:</i> Construção de prédio, com área de 13.255 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Blumenau - SC. <i>Finalidade:</i> Construir edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
11L9	Construção do Edifício-Anexo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em Porto Alegre - RS
<i>Descrição:</i> Construção de prédio, com área de 15.300 m², com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Porto Alegre - RS. <i>Finalidade:</i> Construir edifício anexo ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região em Porto Alegre - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
11RV	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF
<i>Descrição:</i> Construção de prédio, com área de 168.800 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Brasília - DF. <i>Finalidade:</i> Construir edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
12R6	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Salvador - BA
<i>Descrição:</i> A ação prevê a construção da sede com 2.450 m² para prover a Seção de instalações físicas necessárias à atual estrutura bem como à ampliação da Justiça Federal com a criação de novas varas. <i>Finalidade:</i> Proporcionar estrutura física adequada à população, permitindo melhor acesso aos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
12R8	Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte - MG
<i>Descrição:</i> A ação prevê a reforma das fachadas do prédio cujas placas de mármore estão se soltando e caindo oferecendo perigos aos transeuntes. <i>Finalidade:</i> Proporcionar estrutura física adequada à população, permitindo melhor acesso aos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12RB	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém - PA
<i>Descrição:</i> A ação prevê a revisão dos quadros elétricos e a substituição e ampliação dos cabamentos elétricos. <i>Finalidade:</i> Proporcionar estrutura física adequada à população, permitindo melhor acesso aos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
12SM	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Monteiro - PB
<i>Descrição:</i> Reforma e modernização de edificação cedida pelo Governo do Estado para servir como sede definitiva para Subseção Judiciária - 11ª Vara Federal em Monteiro. Trata-se de edificação da década de 50 com, aproximadamente, 1000m² de área construída, que será revitalizada. A edificação comportará, além dos ambientes necessários ao adequado funcionamento de uma vara federal, um auditório e um pequeno museu. <i>Finalidade:</i> Reformar e modernizar a edificação para servir como edifício sede da Subseção Judiciária de Monteiro/PB	
12SP	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Carlos - SP
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel com a contratação dos Projetos Legal e Executivo, e posteriormente o Projeto "as Built" juntamente com a etapa de execução das obras da nova Sede. <i>Finalidade:</i> Proporcionar melhores condições das instalações físicas e suprir a carência de espaço no Fórum Federal, possibilitando o funcionamento dos órgãos judiciais e administrativos naquela unidade da federação.	
12SV	Aquisição de Imóveis para Funcionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP - UNIDADE "A"
<i>Descrição:</i> Aquisição de novos espaços para abrigar as instalações do TRF 3ª Região. A unidade é composta por 28 conjuntos. <i>Finalidade:</i> Ampliar a estrutura física do TRF 3ª Região, para abrigar os diversos setores do Tribunal e proporcionar ao Magistrados, servidores e público em geral, ambiente adaptado e compatível com as necessidades atuais decorrentes de suas atividades, garantindo melhoria de atendimento e de acesso à população.	
144F	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Palmares - PE
<i>Descrição:</i> Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Palmares em Pernambuco, com uma área de 1.500 m2. <i>Projetos a serem executados:</i> Arquitetônico; Estrutura; Instalações Hidráulicas, Elétricas e Transmissão de Dados; Proteção contra incêndios; Climatização. <i>Finalidade:</i> Construir sede para abrigar a Vara criada pela Lei 10.772/2003, destinada a atender à necessidade premente da instalação de Vara criada há algum tempo, e que é atualmente muito requisitada pelos profissionais do Direto e pela população em geral, uma vez que o Estado de Pernambuco tem área muito extensa, o que torna penoso o deslocamento dos jurisdicionados para os poucos municípios onde já funcionam Varas da Justiça Federal. Destaque-se a dificuldade de se encontrar, na cidade, prédio com os requisitos mínimos para atender ao programa de necessidades mínimas para as Varas Federais. É pertinente lembrar que instalações inadequadas, em prédios alugados e reformados, já provocaram situações muito desagradáveis, inclusive abstinência de frequência de funcionários, com prejuízo para a imagem da Justiça Federal. O edifício seguirá os padrões instituídos pelo guia de Projetos e Obras da Justiça Federal, inclusive quanto ao programa de necessidades, incluídas as dependências necessárias ao funcionamento de um Juizado Especial Federal. O terreno será doado pelo município. O processo de doação está em andamento.	
1A58	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Santarém - PA
<i>Descrição:</i> Construção de prédio de 2.699 m² com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Santarém - PA com 2.699,05 m2 de área construída. <i>Finalidade:</i> Construir edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
1A59	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos - MG
<i>Descrição:</i> Construção de prédio, com área de 3.653 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Passos - MG. <i>Finalidade:</i> Construir edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
<i>Descrição:</i> Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral. <i>Finalidade:</i> Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.	
3600	Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP
<i>Descrição:</i> Obras de reforma e recuperação da infra-estrutura física do edifício sede, com área de 28.000 metros quadrados, tomando-as apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de São Paulo - SP. <i>Finalidade:</i> Reformar o edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
3755	Implantação de Varas Federais
<i>Descrição:</i> Despesas com reformas e adaptações de imóveis; aquisição de equipamento e material permanente; despesas com diárias e passagens; aquisição de material de consumo e demais despesas relacionadas à instalação de varas. <i>Finalidade:</i> Adequar a estrutura da Justiça Federal à crescente demanda pela prestação jurisdicional.	
3757	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal (e-Jus)
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, implantação e consolidação de infraestrutura, processos e soluções de gestão da informação jurisdicional com a aplicação de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC; promoção de interligação entre os órgãos do Poder Judiciário e a ele relacionados e a integração de bases de dados; capacitação em soluções de gestão da informação e governança de TIC voltadas ao projeto e-Jus; garantia de disponibilidade e de segurança dos sistemas e informações; provimento de meios de uso exclusivo da Justiça Federal para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade. <i>Finalidade:</i> Assegurar à Justiça Federal agilidade nos procedimentos e decisões judiciais e interação entre os demais órgãos do Poder Judiciário, ampliar a cobertura e o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional e dar transparência aos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, relacionados ao Poder Judiciário, por meio do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	
4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição:</i> Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
<i>Descrição:</i> Pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente. <i>Finalidade:</i> Garantir a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.	
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal
<i>Descrição:</i> Pagamento de pessoal ativo e encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento, bem como das despesas relativas à administração, transporte, reparos e reformas de imóveis, despesas com informática e demais despesas necessárias ao funcionamento do órgão. <i>Finalidade:</i> Assegurar as condições necessárias para as atividades finalísticas do órgão, bem como para a manutenção e o funcionamento dos serviços do órgão e o pagamento de pessoal ativo.	
7J50	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana - BA
<i>Descrição:</i> Construção de prédio, com área de 4.476 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Feira de Santana - BA. <i>Finalidade:</i> Construir edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
7K49	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Jequié - BA
<i>Descrição:</i> Construção de prédio, com área de 2.283 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Jequié - BA. <i>Finalidade:</i> Construir edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7K63	Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Palmas - TO
<i>Descrição:</i> A ação prevê a ampliação da sede com a construção de um anexo com 6.637 m² para prover a Seção de instalações físicas necessárias à atual estrutura bem como à ampliação da Justiça Federal com a criação de novas varas e turmas recursais. <i>Finalidade:</i> Construir anexo ao edifício-sede da Justiça Federal em Palmas - TO, para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	
7P60	Reforma do Edifício-Anexo à Sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região em Recife - PE
<i>Descrição:</i> Trata-se de uma reforma para adaptação da edificação adquirida com quatro pavimentos, com aproximadamente 7.500 m² de área construída. A obra já está iniciada e em pleno andamento. Haverá troca de pisos, fachadas, todo o sistema de refrigeração, elevadores, etc. <i>Finalidade:</i> Instalar adequadamente as áreas administrativas do TRF da 5ª Região e atividades de apoio para oferecer melhor atendimento aos jurisdicionados.	
8417	Funcionamento do Centro Cultural da Justiça Federal
<i>Descrição:</i> Garantia do funcionamento do imóvel situado na antiga sede do Supremo Tribunal Federal, bem como as atividades sócio-culturais. <i>Finalidade:</i> Manter as instalações do Centro Cultural da Justiça Federal e assegurar o desenvolvimento das atividades sócio-culturais.	
0570	Gestão do Processo Eleitoral
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
12US	Construção de Imóvel para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Município de Rio Branco - AC
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para depósito de urnas eletrônicas com área de armazenamento de 1.151m². <i>Finalidade:</i> Construir imóvel para armazenamento de urnas eletrônicas com o objetivo de proteger o patrimônio público.	
12UT	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Acre
<i>Descrição:</i> Construção de um prédio com, aproximadamente, 6.000 m², a ser construído no mesmo terreno onde se encontra a sede atual. <i>Finalidade:</i> Construir imóvel para abrigar o edifício-sede do TRE-AC com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional.	
12UU	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
<i>Descrição:</i> Aquisição de um edifício-sede, com 8.741,71 m² de área construída, localizado num terreno de 7.680 m², de forma a acomodar adequadamente, todos os servidores das Secretarias, já que a atual sede não apresenta mais condições físicas de lotação destes servidores, bem como de segurança para todos que utilizam a edificação. <i>Finalidade:</i> Adquirir novo edifício para o TRE/AL, com sede no município de Maceió/AL, possibilitando um adequado funcionamento das diversas unidades administrativas e judiciais e a melhoria da prestação de serviço público incumbido à Justiça Eleitoral.	
12UW	Ampliação do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
<i>Descrição:</i> Aquisição de um terreno vizinho ao edifício-sede, com área de 200 m², aquisição e instalação de escada externa de emergência e ampliação da garagem central. <i>Finalidade:</i> Construir uma saída de emergência para o Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.	
131Z	Construção de Depósito do Fórum Eleitoral de Curitiba - PR
<i>Descrição:</i> Construção de depósito no município de Curitiba – PR, com área de aproximadamente 3.500m². <i>Finalidade:</i> Construir depósito com objetivo de proteger o patrimônio público.	
136X	Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Ceará-Mirim - RN
<i>Descrição:</i> Ampliação de imóvel que abriga cartório eleitoral, com ou sem armazenamento de urnas eletrônicas, e com possibilidade de reforma acessória. <i>Finalidade:</i> Ampliar imóvel que abriga Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	
149E	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Novo Airão - AM
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral. <i>Finalidade:</i> Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	
149J	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Paulo Afonso - BA
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral. <i>Finalidade:</i> Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	
149V	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Ibiapina - CE
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral. <i>Finalidade:</i> Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

14A2	Construção de Cartório Eleitoral no Lago Sul - DF
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14A5	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Venda Nova do Imigrante - ES
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14A9	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Barra de São Francisco - ES
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14AO	Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Guarapari - ES
<i>Descrição: Ampliação de imóvel que abriga cartório eleitoral, com ou sem armazenamento de urnas eletrônicas, e com possibilidade de reforma acessória.</i> <i>Finalidade: Ampliar imóvel que abriga Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14AP	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Niquelândia - GO
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14B4	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Barreirinhas - MA
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14BX	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Paranaíba - MS
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14C0	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Amambaí - MS
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14C9	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Sacramento - MG
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14CH	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Prata - MG
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14ES	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Ouricuri - PE
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14EV	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Igarassu - PE
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14F0	Construção de Cartório Eleitoral no Município de São João do Piauí - PI
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14F4	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Castelo do Piauí - PI
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	
14FV	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Rio Bonito - RJ
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral.</i> <i>Finalidade: Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

14HE	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Costa Marques - RO
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral. <i>Finalidade:</i> Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	
14HP	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pinhalzinho - SC
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral. <i>Finalidade:</i> Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	
14HT	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Maruim - SE
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral. <i>Finalidade:</i> Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	
14I8	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Dianópolis - TO
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral. <i>Finalidade:</i> Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	
14I9	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Rorainópolis - RR
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral. <i>Finalidade:</i> Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	
14IN	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Marabá - PA
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral. <i>Finalidade:</i> Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	
14IS	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Pirpirituba - PB
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para abrigar cartório de Zona Eleitoral. <i>Finalidade:</i> Construir imóvel para abrigar Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	
14IW	Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Macaíba - RN
<i>Descrição:</i> Ampliação de imóvel que abriga cartório eleitoral, com ou sem armazenamento de urnas eletrônicas, e com possibilidade de reforma acessória. <i>Finalidade:</i> Ampliar imóvel que abriga Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	
14IZ	Ampliação de Cartório Eleitoral do Município de Amapá - AP
<i>Descrição:</i> Ampliação de imóvel que abriga cartório eleitoral, com ou sem armazenamento de urnas eletrônicas, e com possibilidade de reforma acessória. <i>Finalidade:</i> Ampliar imóvel que abriga Cartório Eleitoral, com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional e ao atendimento ao eleitor.	
1P75	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para abrigar Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em Fortaleza, com área de 40.000m2. <i>Finalidade:</i> Construir o edifício-sede do TRE-CE no município de Fortaleza com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral
<i>Descrição: Constituir um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, que compreendem os gastos com investimentos e demais custos de manutenção e funcionamento do órgão.</i> <i>Finalidade: Prover a estrutura administrativa necessária para o desenvolvimento das atividades administrativas e jurisdicionais atribuídas à Justiça Eleitoral pela Constituição Federal, pelo Código Eleitoral e por Leis Conexas, de forma a atender demanda da sociedade.</i>	
2365	Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração
<i>Descrição: Aquisição de novas urnas eletrônicas e manutenção nos equipamentos utilizados nos pleitos eleitorais.</i> <i>Finalidade: Permitir adequadas condições de funcionamento do sistema de votação e apuração, mediante a atualização permanente do parque e a manutenção das urnas eletrônicas e dos demais equipamentos utilizados nos processos eleitorais, com a finalidade de garantir lisura e rapidez na apuração das votações, e aquisição de urnas eletrônicas em decorrência da substituição de equipamentos inutilizados e do crescimento vegetativo.</i>	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
<i>Descrição: Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral.</i> <i>Finalidade: Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.</i>	
4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição: Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente.</i> <i>Finalidade: Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.</i>	
4269	Pleitos Eleitorais
<i>Descrição: Realização de eleições em todos os níveis, inclusive plebiscitos e referendos, desde o processo de planejamento até o resultado final e seus efeitos, incluindo todas as despesas correntes e de capital relacionadas ao pleito.</i> <i>Finalidade: Viabilizar o processo eleitoral mediante ações destinadas a prover os órgãos da Justiça Eleitoral de recursos tecnológicos e logísticos necessários à realização das eleições presidenciais, estaduais e municipais, ao cadastramento e ao recadastramento eleitoral, revisão e manutenção do cadastro eleitoral.</i>	
7813	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
<i>Descrição: Construção de imóvel para abrigar o edifício sede do TRE-RN com área de 16.274m².</i> <i>Finalidade: Construir edifício sede com o objetivo de atender o público alvo da Justiça Eleitoral em instalações adequadas à prestação jurisdicional.</i>	
7832	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor
<i>Descrição: Cadastramento de dados biométricos dos eleitores, colhendo as impressões digitais dos dez dedos das mãos, foto e assinatura digitalizada, com utilização de equipamento composto de leitor de digitais, dispositivo de captura de imagens digitais, dispositivo para digitalização de assinatura, infraestrutura operacional, suporte técnico, treinamento e divulgação.</i> <i>Finalidade: Possibilitar a identificação do eleitor por meio biométrico que o habilite a votar na urna eletrônica, de forma a imprimir maior precisão e segurança ao processo no momento da votação. Garantir ainda que o eleitor é único no cadastro eleitoral e que, ao se apresentar para o exercício do voto, é o mesmo que se habilitou no alistamento eleitoral.</i>	
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
10WS	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus - AM
<i>Descrição: Projeto consiste na construção de prédio, construído em Terreno de propriedade deste E TRT situado na cidade de Manaus-AM. O PROJETO deverá considerar DISTRIBUIÇÃO dos Feitos de 1ª Instância e 19 (dezenove) Varas do Trabalho com previsão de espaço para 30 Varas, sendo dotado de infra-estrutura e serviço, incluindo no espaço físico de apoio áreas de WC masculino e feminino, hall de espera das audiências, além de escadas e elevadores e de acordo com Anexo II da Resolução 054/2008 do CSJT e NBR9050 - ADEQUAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E DO MOBILIÁRIO URBANO À PESSOA DEFICIENTE. Instalações: elétrica (alta e baixa tensão), hidráulica, telefônica, sistema contra incêndio, infra-estrutura de informática, sistema de segurança integrado por monitoramento vídeo digital, ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público.</i> <i>Finalidade: Abrigar o Setor de Distribuição dos Feitos de 1ª Instância e 19 Varas do Trabalho com previsão de espaço para 30 (trinta) Varas do Trabalho na cidade de Manaus AM, para atender e receber o público alvo em instalações que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende o Município de Manaus - AM, Região Norte (micro região do estado, ex. região metropolitana da capital).</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10WT	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de João Pessoa - PB
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar o fórum trabalhista na cidade de João Pessoa - PB, com área total de 19.904,00 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas e infra estrutura de informática, cabeamento sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento aos jurisdicionados.</i> <i>Finalidade: Construir edifício para abrigar o Fórum Trabalhista em João Pessoa - PB para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
10XY	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Mafra-SC
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no município de Mafra - SC</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende o respectivo Município e os Municípios de Itaiópolis, Monte Castelo, Papanduva e Santa Terezinha. Com a população atendida de 108.254 habitantes (censo de 2010). Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	
11A7	Construção de Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife - PE
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Recife - PE, com 14.541,34 m².</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista, em consonância com o princípio da eficiência de que trata o art. 37 da CF/88.</i>	
11BC	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina - PI
<i>Descrição: Construção da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina - Piauí.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede do TRT da 22ª região para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
11BM	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente - SP
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar o Fórum Trabalhista, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, em Presidente Prudente.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de Sandovalina, Álvares Machado, Caiabu, Taciba, Anhumas, Alfredo Marcondes, Estrela do Norte, Emilianópolis, Martinópolis, Indiana, Regente Feijó, Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Pirapozinho, Naranhã, Tarabai e Santo Expedito. Diretamente, serão beneficiadas as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	
11BO	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro - SP
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar a Vara Trabalhista, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, em Rio Claro.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de Rio Claro, Santa Gertrudes, Itirapina, Corumbataí e Ipeuna. Diretamente, serão beneficiadas as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	
11FF	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio do Sul - SC
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar Fórum Trabalhista, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no município de Rio do Sul - SC</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende o respectivo Município e os Municípios de Agrolândia, Agronômica, Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Imporanga, José Boiteux, Laurentino, Leoberto Leal, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Salete, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum. Com a população atendida de 273.432 habitantes (censo de 2010). Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	
11HA	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Ananindeua - PA
<i>Descrição: Construção de edifício com 3 pavimentos, subsolo e estacionamento, para sediar o Fórum Trabalhista de Ananindeua, com instalações para abrigar 04 Varas do Trabalho, Serviço de Distribuição, Protocolo, Central de Mandados, 02 postos bancários, INSS e Biblioteca. Prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Ananindeua.</i> <i>Finalidade: Construir edifício do Fórum Trabalhista em Ananindeua - PA para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
11MT	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Coronel Fabriciano - MG
<i>Descrição: Construção do edifício para instalação e funcionamento do fórum trabalhista de Cel.Fabriciano, com capacidade para abrigar todas as varas do trabalho, serviços auxiliares, serviços de apoio, serviços administrativos e auto-atendimento, com características básicas que possibilitem condições à prestação jurisdicional rápida, segura, justa e eficaz.</i> <i>Finalidade: Construir edifício para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12DJ	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Parauapebas - PA
<i>Descrição: Construção de edifício com três pavimentos, subsolo e estacionamento-parque para preservação ambiental. O prédio será em alvenaria e concreto, revestida externamente em cerâmica, com pátio de estacionamento, para abrigar as quatro Varas Trabalhistas, serviço de distribuição e demais serviços necessários ao perfeito funcionamento de um Fórum Trabalhista, como Central de Mandados judiciais, depósito de bens penhorados, arquivo entre outras áreas, com o total de área construída de 4.750 m2.</i> <i>Finalidade: Abrigar quatro Varas Trabalhistas em Parauapebas e demais áreas apropriadas ao funcionamento do Fórum, visando o melhoria qualitativa do atendimento jurisdicionado. O movimento processual da região vem aumentando por conta dos projetos da Companhia Vale do Rio Doce, onde, somente de 2005 para 2006, a demanda processual (processos recebidos) registrou um acréscimo de 104,40% (de 1.815 para 3.710 processos). A população atendida perfaz cresceu de 75.524, em 2001, para 95.225, em 01.07.2006, demonstrando um incremento de 26,08%. Acrescido da perspectiva de Parauapebas ser uma das Cidades que mais irão crescer no nosso País nos próximos dez anos.</i>	
132I	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Petrópolis - RJ
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar Fórum Trabalhista (1ª e 2ª VTs.), com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, cabeamento, sistema de ar condicionado, sistema de prevenção contra incêndio e pânico e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no Município de Petrópolis – RJ.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto. Com a população de 316.168 habitantes. Diretamente, serão beneficiados as partes e procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os Juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	
132J	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Resende - RJ
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar Fórum Trabalhista (1ª e 2ª VTs.), com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, cabeamento, sistema de ar condicionado, sistema de prevenção contra incêndio e pânico e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no Município de Resende – RJ.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de Resende, Itaíia e Porto Real. Com a população atendida de 165.144 habitantes. Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	
132K	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Itaboraí - RJ
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar Fórum Trabalhista, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, cabeamento, sistema de ar condicionado, sistema de prevenção contra incêndio e pânico e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no município de Itaboraí – RJ.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de Itaboraí, Rio Bonito, Silva Jardim e Tanguá. Com a população atendida de 325.640 habitantes. Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	
132L	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Volta Redonda - RJ
<i>Descrição: Construção de acréscimo em edificação existente para implantação da 3ª VT, atualmente em funcionamento em imóvel alugado, com reforma das áreas existentes, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, cabeamento, sistema de ar condicionado, sistema de prevenção contra incêndio e pânico e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no município de Volta Redonda – RJ.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Quatis e Pinheiral. Com a população atendida de 471.128 habitantes. Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	
132N	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Macaé - RJ
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar Fórum Trabalhista (1ª e 2ª VTs.), com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, cabeamento, sistema de ar condicionado, sistema de prevenção contra incêndio e pânico e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no município de Macaé – RJ.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de Macaé, Conceição de Macabu, Carapebus e Quissamã. Com a população atendida de 261.540 habitantes. Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	
132R	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São Sebastião do Paraíso - MG
<i>Descrição: Construção do Fórum Trabalhista de São Sebastião do Paraíso.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i>	
133R	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Uruguaiana-RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Uruguaiana - RS.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede do Fórum Trabalhista de Uruguaiana - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
133S	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Santo Ângelo-RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede da Vara do Trabalho de Santo Ângelo - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

133T	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Erechim-RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Erechim - RS.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede do Fórum Trabalhista de Erechim - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
133U	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Viamão-RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Viamão - RS.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede da Vara do Trabalho de Viamão - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
133V	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Triunfo-RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Triunfo - RS.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede da Vara do Trabalho de Triunfo - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
133W	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Estrela-RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Estrela - RS.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede da Vara do Trabalho de Estrela - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
133X	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Borja-RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede da Vara do Trabalho de São Borja - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
133Y	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Osório-RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Osório-RS.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede da Vara do Trabalho de Osório - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
133Z	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Cruz Alta-RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público-alvo em instalações condizentes e de acordo com a legislação vigente, de forma a contribuir para a boa prestação jurisdicional.</i>	
134A	Construção do Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo-RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de São Leopoldo - RS.</i> <i>Finalidade: Construir edifício anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
134B	Construção do Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande-RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Rio Grande - RS.</i> <i>Finalidade: Construir edifício anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
134C	Construção do Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista de Esteio-RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Esteio - RS.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede do Fórum Trabalhista de Esteio - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
134D	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Novo Hamburgo - RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Novo Hamburgo - RS.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede do Fórum Trabalhista de Novo Hamburgo - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
134E	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Passo Fundo - RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Passo Fundo - RS.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede do Fórum Trabalhista de Passo Fundo - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

134F	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS
<i>Descrição: Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
134G	Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Lajeado - RS
<i>Descrição: Ampliação do prédio atual em mais dois pavimentos e readaptação do pavimento já construído.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i>	
134H	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA
<i>Descrição: Elaboração de projetos e construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (1ª e 2ª Instâncias), em Salvador, visando a transferência futura de todas as Varas Trabalhistas da capital e a sede do Tribunal para um único local. A construção consiste em 05 prédios (02 para as Varas Trabalhistas, 01 para as turmas e Setores Administrativos, 01 para os Gabinetes de Juízes de 2ª Instância e 01 para os Setores Administrativos e auditório), garagens cobertas, saguão de acesso, estacionamento externo e área de interligação entre prédios do judiciário, perfazendo uma área total construída de 64.000 m², área total do terreno estimada de 30.000 m², área urbanizada de aproximadamente 15.000 m2, com estacionamento e paisagismo.</i> <i>Finalidade: Construir Edifício para atender e receber o jurisdicionado em instalações condizentes e que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
134Y	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Ponta Grossa - PR
<i>Descrição: Construção de Edifício, com 8.000 m², para sediar Fórum Trabalhista, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, cabeamento, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no Município de Ponta Grossa - PR.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	
134Z	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho do Município de Palmas - PR
<i>Descrição: Construção do edifício Sede da Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, cabeamento lógico, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no Município de Palmas-PR</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende o município de Palmas e região. Com a população atendida de 38.011 habitantes (censo de 2004). Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	
135A	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Foz do Iguaçu - PR
<i>Descrição: Construção de Edifício, com 5.350 m2, para sediar Fórum Trabalhista, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, cabeamento, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no Município de Foz do Iguaçu-PR</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região</i>	
135B	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho do Gama-DF
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar a Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado na cidade satélite do Gama-DF.</i> <i>Finalidade: Receber e atender o público alvo em instalações adequadas que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da unidade judiciária compreende a região administrativa do Gama e jurisdição na respectiva região e nas regiões administrativas de Santa Maria e Recanto das Emas. RA nº 23/2005(945). – PA nº 451/2005.</i>	
135C	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Taguatinga - DF
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar o Fórum Trabalhista em questão, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado na cidade satélite de Taguatinga-DF.</i> <i>Finalidade: Receber e atender o público alvo em instalações adequadas que propicie o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da unidade judiciária compreende a região administrativa de Taguatinga e jurisdição na respectiva região e nas regiões administrativas de Brazlândia e Ceilândia.</i>	
136B	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Cruzeiro - SP
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar a Vara Trabalhista, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, em Cruzeiro.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de São José do Barreiro, Lavrinhas, Cruzeiro, Bananal, Silveiras, Arapel, Areias e Queluz. Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	
136E	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São João dos Patos - MA
<i>Descrição: Construção de edifício para sediar a Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no Município de São João dos Patos – MA.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de São João dos Patos, Barão de Grajaú, Benedito Leite, Buriti Bravo, Colinas, Lagoa do Mato, Mirador, Nova Iorque, Paraibano, Passagem Franca, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão, São Francisco do maranhão, Sucupira do Norte e Sucupira do Riachão, com uma população de 233.020 habitantes (IBGE 2010). Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, peritos, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

136K	Construção de Edifício Anexo no Complexo da Justiça do Trabalho da 20ª Região em Aracaju - SE
<i>Descrição:</i> Construção de edifício para abrigar o Banco do Brasil, a CEF, a Procuradoria do INSS, a Procuradoria Regional do Trabalho, um restaurante e uma lanchonete, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, cabeamento, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no Complexo da Justiça do Trabalho da 20ª Região em Aracaju - SE. <i>Finalidade:</i> Atender bem o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.	
136T	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Brilhante - MS
<i>Descrição:</i> Construção de edifício para sediar a Vara do Trabalho de Rio Brilhante, com instalações elétricas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no município de Rio Brilhante/MS. <i>Finalidade:</i> Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de Rio Brilhante, Maracaju e Nova Alvorada do Sul. Diretamente serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.	
148F	Implantação de Varas da Justiça do Trabalho
<i>Descrição:</i> Construção, reforma e adaptação de imóveis para a instalação de novas Varas do Trabalho, bem como suprir as instalações de mobiliário e equipamentos necessários e suficientes ao seu pleno funcionamento. <i>Finalidade:</i> Construir, reformar e adaptar os imóveis que sediarão as novas Varas do Trabalho, suprimindo-os de mobiliário e equipamentos necessários e suficientes ao seu pleno funcionamento.	
14VZ	Construção de Anexo no Complexo Judiciário Trabalhista Ministro Francisco Fausto em Natal - RN
<i>Descrição:</i> Construção de edificação (anexo) em área disponível do edifício sede do TRT 21ª Região, com todos os sistemas prediais a ele incorporados (condicionamento de ar, elétrico com gerador, prevenção e combate à incêndio, cabeamento estruturado, CFTV, data-center, sinalização visual, hidráulico, esgoto sanitário e drenagem). <i>Finalidade:</i> Construir edifício anexo no Complexo Judiciário Trabalhista Ministro Francisco Fausto, para abrigar os setores que compõem a Secretaria de Tecnologia da Informação, de acordo com as orientações da Resolução no 90 do CNJ e as particularidades da estrutura física e organizacional do TRT da 21ª Região, em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
1A55	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Campos dos Goytacazes - RJ
<i>Descrição:</i> Construção de edifício para sediar Fórum Trabalhista, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, cabeamento, sistema de ar condicionado, sistema de prevenção contra incêndio e pânico e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no município de Campos dos Goytacazes - RJ. <i>Finalidade:</i> Atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Francisco do Itabapoana, São Fidélis e São João da Barra. Com a população atendida de 587.975 habitantes. Diretamente, serão beneficiados as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.	
1B39	Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em Goiânia - GO
<i>Descrição:</i> Construção de prédios com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado, elevadores e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Goiânia- GO, composto de três blocos, sendo o primeiro de 26.707,22m², destinado ao Fórum Trabalhista de Goiânia; o segundo de 17.261,22m², que abrigará a Presidência do Tribunal e os Gabinetes dos Desembargadores Federais e o terceiro, 8.445,87m², destinado a abrigar o Arquivo, Almoxarifado e outras unidades administrativas e reforma da sede existente <i>Finalidade:</i> Construir conjunto de edifícios, composto de três blocos, para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista, dotando as Varas do Trabalho de Goiânia, a Presidência do Tribunal, os Gabinetes dos Desembargadores e demais unidades administrativas de instalações adequadas à prestação jurisdicional do Estado de Goiás.	
1B51	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES
<i>Descrição:</i> Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Vitória - ES. <i>Finalidade:</i> Construir edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.	
1I69	Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém - PA
<i>Descrição:</i> Construção de um edifício contíguo à Sede do Tribunal com 13 pavimentos e estacionamento subterrâneo. Neles ficarão abrigados os seguintes setores: Administração Superior, Gabinetes dos Desembargadores, Auditório e Restaurante. <i>Finalidade:</i> Expandir o Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região-PA/AP, com instalações condizentes que propiciem o bem estar e a satisfação de magistrados e servidores no desempenho de suas atividades, com infraestrutura de rede lógica e elétrica eficientes. A referida expansão tornou-se possível em razão do recente recebimento de área contígua à Sede desta E. Corte, doada pelo Governo do Estado do Pará. O Projeto, que interligará o prédio Sede à área recebida, significará uma sensível melhora nas instalações físicas deste Órgão, pois propiciará a adequação do espaço físico ao atual número de 23 Desembargadores, uma vez que o prédio original foi projetado levando-se em conta que, à época, este Tribunal possuía apenas 09 Desembargadores.	
1M75	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Guaraí - TO
<i>Descrição:</i> Construção de edifício para sediar a Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado em Guaraí-TO. <i>Finalidade:</i> Construir edifício-sede da Vara do Trabalho de Guaraí-TO para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1M97	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Pouso Alegre - MG
<i>Descrição: Construção do Fórum da Justiça do Trabalho com área para as Varas, serviços auxiliares e auto-atendimento, como infra-estrutura para uma prestação jurisdicional rápida, segura, justa e eficaz, tendo como princípios, funcionalidade, segurança, conforto e acessibilidade.</i> <i>Finalidade: Atender e receber o público em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público com acessibilidade aos portadores de necessidades especiais utilizando-se o conceito de sustentabilidade.</i>	
1N02	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió - AL
<i>Descrição: Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, cabeamento, sistema de refrigeração e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, no Município de Maceió -AL.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista.</i>	
1P66	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho
<i>Descrição: Mobiliário, equipamento, reforma, adaptação, padronização, ampliação e modernização de imóveis da justiça do trabalho.</i> <i>Finalidade: Mobiliar, equipar, reformar, adaptar, ampliar, padronizar e modernizar as instalações prediais da justiça do trabalho de 1º e 2º graus.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20G2	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
<i>Descrição: Oferecimento aos Magistrados de cursos de formação inicial e de formação continuada, qualificação de instrutores, intercâmbio e estudos com o objetivo de elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de cursos de aprimoramento da Magistratura, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre ordenamento jurídico, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos magistrados a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade de forma célere, efetiva, transparente e objetiva.</i>	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
<i>Descrição: Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral.</i> <i>Finalidade: Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.</i>	
2C73	Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus)
<i>Descrição: Os investimentos desta atividade destinam-se ao custeio de despesas de caráter continuado, indispensáveis à operação e manutenção do Sistema, tais como serviço de comunicação de dados, manutenção e atualização de softwares adquiridos, manutenção dos sistemas desenvolvidos, renovação permanente dos parques de microcomputadores, impressoras e equipamentos de infra-estrutura, além de capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Manter em operação o Sistema Integrado da Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho, suportando o processo virtual no qual os autos passarão a existir somente em meio digital;Assegurar a continuidade na prestação Jurisdicional e dos serviços de informação aos jurisdicionados da Justiça do Trabalho;Consolidar algumas despesas em informática de caráter nacional da Justiça do Trabalho, otimizando investimentos e eliminando os respectivos custos distribuídos dos Tribunais, tais como a centralização das despesas de comunicação de dados e de renovação de parte dos parques de microinformática e infra-estrutura dos Tribunais;Evitar a obsolescência tecnológica dos recursos de informática da Justiça do Trabalho; Assegurar a capacitação permanente dos magistrados e colaboradores da Justiça do Trabalho.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição: Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente.</i> <i>Finalidade: Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.</i>	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
<i>Descrição: Pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente.</i> <i>Finalidade: Garantir a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.</i>	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
<i>Descrição: Os recursos serão aplicados em ações que visem a solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de magistrados e servidores, por meio da execução de despesas com: viagens e locomoção; diárias; indenizações e restituições; ajuda de custo; serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; aquisição e guarda de material de consumo, expediente e material permanente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; outras despesas administrativas; veículos (aquisição, licenciamento, peças, alugueis, manutenção, revisão, reparo, combustível); manutenção e conservação de imóveis, próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos Tribunais Trabalhistas, compreendendo: alugueis, despesas de condomínio e seguros; impostos e taxas; serviços de vigilância; serviços de limpeza; locação de mão-de-obra para vigilância e limpeza, conservação, estagiários, aquisições, construções e reformas prediais de pequeno vulto e que não ultrapassem o exercício financeiro; serviços de utilidade pública (água, luz, gás e afins); aquisição e manutenção de equipamentos de ar condicionado, de prevenção de incêndio, de elevadores e de escadas rolantes; aquisição, locação, manutenção e suprimento de equipamentos, softwares e material de consumo de informática; serviços de consultoria na área de informática; dentre outros.</i> <i>Finalidade: Solucionar e julgar dissídios individuais e coletivos, entre trabalhadores e empregadores, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas.</i>	
5093	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus)
<i>Descrição: Desenvolvimento, implantação e consolidação de infraestrutura, processos e soluções de gestão da informação jurisdicional com a aplicação de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC; promoção de interligação entre os órgãos do Poder Judiciário e a ele relacionados e a integração de bases de dados; capacitação em soluções de gestão da informação e governança de TIC voltadas ao projeto e-Jus; garantia de disponibilidade e de segurança dos sistemas e informações; provimento de meios de uso exclusivo da Justiça do Trabalho para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade.</i> <i>Finalidade: Assegurar à Justiça do Trabalho agilidade nos procedimentos e decisões judiciais e interação entre os demais órgãos do Poder Judiciário, ampliar a cobertura e o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional e dar transparência aos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, relacionados ao Poder Judiciário, por meio do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).</i>	
8134	Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho
<i>Descrição: Os recursos serão aplicados em ações destinadas ao custeio e manutenção de varas itinerantes, que visam levar a prestação jurisdicional trabalhista aos locais mais distantes do território brasileiro mediante o deslocamento de magistrados e servidores, envolvendo despesas como: aquisição e manutenção de veículos, combustíveis, diárias, ajuda de custo, materiais de consumo e de expediente, passagens, gastos com locomoção e outras despesas administrativas conexas.</i> <i>Finalidade: Abrigar despesas de custeio e de manutenção de varas do trabalho itinerantes em todo o território nacional, criadas e mantidas nos termos do § 1º do Artigo 115 da Constituição Federal.</i>	
0581	Defesa da Ordem Jurídica
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
10TY	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE
<i>Descrição: Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju-SE.</i> <i>Finalidade: Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i>	
1132	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Uberlândia - MG
<i>Descrição: Construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Uberlândia - MG com instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i> <i>Finalidade: Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Uberlândia - MG para atender e receber o público alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i>	
11EQ	Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União
<i>Descrição: Construção da Sede da Escola Superior do Ministério Público da União, constituída de salas de aula, auditórios, salas para estúdios e salas para ensino a distância.</i> <i>Finalidade: Construir o Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília - DF.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

11KE	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS
<i>Descrição: Construção do edifício-sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS</i> <i>Finalidade: Construir o edifício-sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS, para atender e receber o público alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i>	
11SD	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA
<i>Descrição: Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA, instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i> <i>Finalidade: Construir o Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA para atender e receber o público alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i>	
1203	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS
<i>Descrição: Construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS com instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i> <i>Finalidade: Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i>	
12AZ	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campina Grande-PB
<i>Descrição: Construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Campina Grande - PB.</i> <i>Finalidade: Construir o edifício-Sede da Procuradoria da República no município de Campina Grande - PB para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i>	
12DN	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ
<i>Descrição: Construção de imóvel comercial com dimensões suficientes à completa instalação da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ, com 21.000 m².</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i>	
139W	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN
<i>Descrição: Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN.</i> <i>Finalidade: Reformar o Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN para atender e receber o público alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i>	
139Y	Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Niterói-RJ
<i>Descrição: Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Niterói-RJ.</i> <i>Finalidade: Reformar o Edifício-Sede da Procuradoria da República em Niterói-RJ, para atender e receber o público alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i>	
13BP	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Brasília - DF
<i>Descrição: Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República no Distrito Federal.</i> <i>Finalidade: Construir o Edifício-Sede da Procuradoria da República no Distrito Federal para atender e receber o público alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.</i>	
13C1	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia
<i>Descrição: Construção destinada à Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia, para acomodação de promotorias, setores de apoio e unidades administrativas, na cidade de Brazlândia - DF.</i> <i>Finalidade: Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-Sede do Ministério Público na circunscrição judiciária de Brazlândia, adequando o espaço físico à crescente demanda da sociedade, oferecendo melhores condições de trabalho aos membros e servidores da Promotoria, possibilitando, portanto melhores condições de atendimento à população e uma maior agilidade no andamento dos processos.</i>	
13C2	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião
<i>Descrição: Construção destinada à Sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião, para acomodação de promotorias, setores de apoio e unidades administrativas, na cidade de São Sebastião -DF.</i> <i>Finalidade: Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício Sede do Ministério Público na Circunscrição Judiciária de São Sebastião, adequando o espaço físico à crescente demanda da sociedade, oferecendo melhores condições de trabalho aos membros e servidores da Promotoria, possibilitando, portanto, melhores condições de atendimento à população e uma maior agilidade no andamento dos processos.</i>	
13C9	Ampliação do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga
<i>Descrição: Ampliação e reforma no Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga, para melhorar a acomodação de promotorias, setores de apoio e unidades administrativas, na cidade de Taguatinga - DF.</i> <i>Finalidade: Desenvolver o projeto executivo e realizar obras de ampliação e reforma no Edifício-Sede do Ministério Público na circunscrição judiciária de Taguatinga, adequando o espaço físico à crescente demanda da sociedade, oferecendo melhores condições de trabalho aos membros e servidores da Promotoria, possibilitando, portanto, melhores condições de atendimento à população e uma maior agilidade no andamento dos processos.</i>	
13CA	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília - DF
<i>Descrição: Construção do Edifício-sede com área total de 14.565 m², no valor total de R\$ 27.672.255,00.</i> <i>Finalidade: Construir Edifício-Sede para dotar a PRT da 10ª Região/DF de um melhor espaço físico visando uma melhoria na qualidade do atendimento à sociedade e nas condições de trabalho dos membros e servidores.</i>	
13CB	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre - RS
<i>Descrição: Construção de Edifício-Sede com área total de 15.000 m², no valor total de R\$ 33.710.550,00.</i> <i>Finalidade: Construir Edifício-Sede para dotar a PRT 4ª Região/RS de um melhor espaço físico visando uma melhoria na qualidade do atendimento à sociedade e nas condições de trabalho dos membros e servidores.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

13CC	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Eunápolis - BA
<i>Descrição:</i> Construção do Edifício-Sede com área total de 800 m², no valor total de 1.600.000,00 <i>Finalidade:</i> Construir Edifício-Sede para dotar a PTM de Eunápolis - BA de um melhor espaço físico visando uma melhoria na qualidade do atendimento à sociedade e nas condições de trabalho dos membros e servidores.	
13CD	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Recife - PE
<i>Descrição:</i> Construção de Edifício-Sede com área total de 9.400 m², no valor total de R\$ 25.000.000,00. <i>Finalidade:</i> Construir Edifício-Sede para dotar a PRT 6ª Região/PE de um melhor espaço físico visando uma melhoria na qualidade do atendimento à sociedade e nas condições de trabalho dos membros e servidores.	
13CE	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Crateús - CE
<i>Descrição:</i> Construção do Edifício-Sede com área total de 676 m², no valor total de R\$ 1.100.000,00 <i>Finalidade:</i> Construir Edifício-Sede para dotar a PTM de Crateús - CE de um melhor espaço físico visando uma melhoria na qualidade do atendimento à sociedade e nas condições de trabalho dos membros e servidores.	
13CF	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Manaus - AM
<i>Descrição:</i> Construção de edifício-sede com área total de 5.345,50 m², no valor total de R\$ 11.000.000,00 <i>Finalidade:</i> Construir Edifício-Sede para dotar a PRT 11ª Região/AM de um melhor espaço físico visando uma melhoria na qualidade do atendimento à sociedade e nas condições de trabalho dos membros e servidores.	
13CG	Reforma, Adaptação e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Belém - PA
<i>Descrição:</i> Reforma, adaptação e ampliação do Edifício-Sede com área total reformada e ampliada de 2.697 m², no valor total de R\$ 6.270.024,00. <i>Finalidade:</i> Dotar a PRT 8ª Região/PA de um melhor espaço físico visando uma melhoria na qualidade do atendimento à sociedade e nas condições de trabalho dos membros e servidores.	
1A51	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Ceilândia
<i>Descrição:</i> Construção de Edifício-Sede da Promotoria de Justiça na cidade de Ceilândia - DF, para acomodação de promotorias, setores de apoio e unidades administrativas, na cidade de Ceilândia - DF, com 5.642,46 m² de área. <i>Finalidade:</i> Construir o Edifício-Sede do Ministério Público na circunscrição judiciária de Ceilândia - DF para atender e receber o público alvo, em instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria do serviço público na prestação jurisdicional.	
1E30	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal
<i>Descrição:</i> Aparelhamento das unidades do Ministério Público Federal de modo a exercer o controle e a fiscalização da lei. <i>Finalidade:</i> Aparelhar as unidades do Ministério Público Federal, mediante a modernização de equipamentos, instalações e tecnologias.	
1I46	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias do Sul - RS
<i>Descrição:</i> Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias do Sul - RS com instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. <i>Finalidade:</i> Construir o Edifício-Sede da Procuradoria da República no Município de Caxias do Sul - RS para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
1O67	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Serra Talhada - PE
<i>Descrição:</i> Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Serra Talhada - PE com instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. <i>Finalidade:</i> Construir o Edifício-Sede da Procuradoria da República em Serra Talhada - PE para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
1O68	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caruaru - PE
<i>Descrição:</i> Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caruaru - PE com instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. <i>Finalidade:</i> Construir o Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caruaru - PE para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
20HP	Gestão e Administração da Escola Superior do Ministério Público da União
<i>Descrição:</i> Suporte à execução das atividades e projetos da ESMPU necessárias ao desenvolvimento do Programa, o que inclui o dispêndio de recursos com toda a estrutura administrativa, tais como: manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de imóveis; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades necessárias à gestão e administração do programa. <i>Finalidade:</i> Apoiar a implementação das ações da Escola Superior do Ministério Público da União, necessárias ao desenvolvimento eficiente das atividades e projetos constantes dos Planos de Trabalho, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação nas respectivas ações finalísticas da ESMPU.	
2508	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei
<i>Descrição:</i> Fiscalização e controle da aplicação da lei com o aparelhamento das unidades do Ministério Público Federal. <i>Finalidade:</i> Prover as unidades do Ministério Público Federal dos meios materiais indispensáveis ao exercício de suas funções institucionais relacionadas à fiscalização e ao controle.	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
<i>Descrição:</i> Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral. <i>Finalidade:</i> Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.	
3106	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Rio Branco - AC
<i>Descrição:</i> Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Rio Branco - AC. <i>Finalidade:</i> Construir o Edifício-Sede da Procuradoria da República em Rio Branco - AC para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
3158	Construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
<i>Descrição:</i> Construção da 2ª etapa do Edifício-Sede com 33.103 m² destinado à Sede de promotorias de Brasília, setores de apoio e unidades administrativas na cidade de Brasília - DF <i>Finalidade:</i> Concluir projeto básico da construção da Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, adequando o espaço físico à crescente demanda, oferecendo melhores condições de trabalho aos membros e servidores do Órgão, possibilitando, portanto, melhores condições de atendimento à população e uma maior agilidade no andamento dos processos.	
3752	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais
<i>Descrição:</i> Implantação de unidades administrativas de Procuradorias da República nos municípios onde forem implantadas as novas Varas Federais. <i>Finalidade:</i> Implantar Procuradorias da República, especialmente em municípios onde forem instaladas Varas da Justiça Federal, assegurando a atuação do Ministério Público nas novas unidades da Justiça Federal.	
4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição:</i> Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.	
4261	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
<i>Descrição:</i> Pagamento de serviços técnicos e administrativos voltados para a manutenção e conservação da frota veicular e de imóveis; a tecnologia da informação, sob a ótica meio e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa. <i>Finalidade:</i> Sistematizar a programação e a gestão das despesas administrativas, dos recursos direcionados aos meios de transporte e ao funcionamento da estrutura imobiliária, visando a otimização dos recursos e a minimização dos custos, possibilitando com que as atividades constitucionais e legais do órgão possam ser desenvolvidas. Constituir um centro de custos administrativos relativo aos gastos de manutenção e equipamentos da Instituição.	
4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho
<i>Descrição:</i> Atuação junto à Justiça, no interesse público do cumprimento da legislação trabalhista, manutenção de edifícios-sedes, aquisição e manutenção de veículos, aquisição de mobiliários. <i>Finalidade:</i> Atuar na defesa do interesse público relativamente ao cumprimento da legislação trabalhista. Analisar e acompanhar processos, elaborar despachos, pareceres, sentenças e serviços administrativos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento das atividades próprias do órgão. Realização de dispêndios diversos para atender despesas básicas de custeio e manutenção das unidades, cumprimento de contratos administrativos, bem como aquisição de equipamentos diversos. <i>Finalidade:</i> Defender o interesse público no processo judiciário militar, por meio de análise e acompanhamento de processos, elaboração de despachos, pareceres e sentenças judiciais, além de possibilitar a manutenção de estrutura administrativa e dos meios físicos, no que se refere à realização das despesas correntes e de investimentos, para o alcance dos objetivos institucionais.	
4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal
<i>Descrição:</i> Pagamento das despesas relacionadas à atuação funcional e administrativa do órgão, tais como serviços administrativos, manutenção e conservação de bens imóveis, frota veicular, tecnologia da informação e outras despesas imprescindíveis ao funcionamento da instituição. <i>Finalidade:</i> Sistematizar a programação e a gestão das despesas finalísticas e administrativas do órgão, tendo como objetivo precípuo a plena defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis.	
4268	Pesquisa na Área Jurídica
<i>Descrição:</i> Oferecimento de condições de aprofundar o conhecimento jurídico pela pesquisa de legislação e de novas práticas, de modo a que o MPU possa não só aprimorar sua atuação, mas propor medidas inovadoras e alterações legais. <i>Finalidade:</i> Fomentar e executar projetos e programas de pesquisa voltados para a área jurídica.	
4515	Ações Institucionais na Repressão ao Tráfico Ilícito de Substâncias Entorpecentes
<i>Descrição:</i> Repressão ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes com o desenvolvimento de ações e utilização da legislação pertinente. <i>Finalidade:</i> Desenvolver atividades que visem ou auxiliem a repressão ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.	
6471	Ações para Erradicação do Trabalho Escravo
<i>Descrição:</i> Erradicação do trabalho escravo mediante estratégias de atuação operacional integrada. <i>Finalidade:</i> Desenvolver estratégias e ações visando à repressão e à erradicação do trabalho escravo.	
7E47	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Cuiabá - MT
<i>Descrição:</i> Construção de Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Cuiabá - MT com área total de 7.382,04 m². <i>Finalidade:</i> Construir Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Cuiabá - MT para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
7E48	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza - CE
<i>Descrição:</i> Construção de Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza - CE com área total de 14.411,89 m², no valor total de R\$ 36.703.849,00. <i>Finalidade:</i> Construir Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza - CE para atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
7E53	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB
<i>Descrição:</i> Construção de um Edifício-Sede da Procuradoria da República na cidade de João Pessoa - PB. <i>Finalidade:</i> Construir o Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB para atender e receber o público alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
7J45	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória-ES
<i>Descrição:</i> Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória-ES. <i>Finalidade:</i> Construir o Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
0781	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais
3252	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário
<i>Descrição:</i> Instalação de Ponto de Atendimento Bancário. <i>Finalidade:</i> Criar novos pontos de atendimento bancário (agências/postos de atendimento bancário) para aumentar a base de clientes e facilitar à população o acesso ao crédito e aos serviços bancários.	
4106	Manutenção da Infraestrutura de Atendimento
<i>Descrição:</i> Manutenção da Infraestrutura de atendimento. <i>Finalidade:</i> Manter em condições satisfatórias a Infraestrutura de atendimento.	
0807	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais
111G	Instalação de Edifício-Sede
<i>Descrição:</i> Aquisição de Sede para a Empresa, com realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica, etc. Edificação será contabilizada no imobilizado. <i>Finalidade:</i> Adquirir imóvel para a Instalação da Sede da Empresa.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

111U	Instalação do Complexo Datacenter - Consórcio BB-CAIXA (DF)
<i>Descrição:</i> Provimento ao Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal de um conjunto de instalações prediais especializado, para processamento de dados (Complexo Datacenter), incluindo toda sua infraestrutura civil e eletro-mecânica; trata-se de edifício construído sob normas internacionais e melhores práticas construtivas, dotado ainda de interconexão, em fibras ópticas, em duas vias distintas, com atuais CPDs dos Contratantes, proporcionando ambiente com infraestrutura básica para geração própria de energia elétrica para contingência com autonomia de 48 horas, redundância de energia elétrica e condicionamento de ar, estabilização de tensões, de temperatura e umidade e implementação de processos e níveis de serviços e segurança que garantam a integridade e confiabilidade dos equipamentos de TI e dos dados armazenados e provendo alta disponibilidade de processamento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal ambiente seguro e redundante de processamento de dados, visando à garantia da base de dados, dos sistemas de informação e alta disponibilidade de processamento, em atendimento a requisitos legais de governança e segurança da informação, bem como prover disponibilidade contínua para as aplicações críticas, mesmo em casos de ocorrências de sinistros de grande magnitude (desastres).	
12O8	Adequação e Melhoria de Bens Imóveis
<i>Descrição:</i> Derrubada de paredes para unificação das salas, adequação do sistema elétrico, hidráulico, telefônico e de refrigeração, estruturação do ambiente de trabalho, ampliação do número de postos de serviços, aquisição de móveis, máquinas e equipamentos, construção de infra-estrutura de apoio para execução dos processos de trabalho. <i>Finalidade:</i> Realizar ações de melhoria, reformas e adequações em imóveis visando dotá-los de condições para atender as necessidades da empresa.	
14JW	Ampliação e Modernização da Fábrica Almirante Jurandir Costa Muller de Campos (RJ)
<i>Descrição:</i> Viabilizar a fabricação da munição 4,5" de alcance estendido, ter-se-á também elevação da confiabilidade da planta fabril atual, considerando que as prensas disponíveis de 60 anos de uso e com o elevado nível ocorrência de falhas. Para a implantação da linha de produção da espoleta de proximidade, há necessidade de investimentos em equipamentos nacionais e importados, novas instalações prediais e radar para o registro de trajetória balística. <i>Finalidade:</i> O investimento pleiteado tem como objetivo a ampliação e modernização da planta fabril da Fábrica Almirante Jurandir, visando a produção de outros tipos de munição, como exemplo: munição de 4,5" de alcance estendido, como também, a implantação de uma linha de produção para a fabricação de espoleta de proximidade para a munição 40mm.	
20PU	Manutenção da Infraestrutura Operacional
<i>Descrição:</i> Manutenção e modernização das unidades de atendimento próprias, tratamento, distribuição e logística, por meio de reforma ou adaptação com/sem aquisição de imóveis, móveis e utensílios, máquinas, equipamentos e realização de obras e serviços de engenharia necessários, dispendo de tecnologia apropriada e proporcionando o atendimento a todos os segmentos da sociedade. <i>Finalidade:</i> Manter a infraestrutura operacional, visando atender às necessidades da sociedade	
3274	Adequação e Modernização do Parque Industrial
<i>Descrição:</i> Introdução de novos processos ou melhorar os existentes, referentes às atividades industriais, de apoio, e as administrativas, com objetivos de produzir novos produtos, agregar valor aos produtos atuais, ou ganhar produtividade. <i>Finalidade:</i> Substituir equipamentos obsoletos e implementar novas tecnologias industriais compatíveis com as necessidades dos clientes.	
3286	Instalação de Bens Imóveis
<i>Descrição:</i> Construção, ampliação, aquisição ou instalação de imóveis de uso da administração, bem como das atividades de apoio à área operacional. <i>Finalidade:</i> Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.	
3390	Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento, com 20.590 ha, na Usina de Itaparica (BA e PE)
<i>Descrição:</i> Com a construção da UHE de Itaparica, houve desapropriação de terras que seriam encobertas pelo reservatório, provocando a indenização das propriedades e o reassentamento involuntário dessas famílias e a celebração de acordos para a construção de projeto de irrigação para 6.228 famílias rurais e 4100 famílias urbanas, que foram reassentadas em decorrência da utilização do reservatório da Usina Hidroelétrica de Itaparica. Para o período de 2012 a 2015 está prevista a transferência gradual da gestão dos perímetros irrigados para a Codevasf. <i>Finalidade:</i> Reassentar as famílias relocadas da área inundada pelo reservatório da usina hidrelétrica de Itaparica.	
4101	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis
<i>Descrição:</i> Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc, em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado. <i>Finalidade:</i> Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.	
4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
<i>Descrição:</i> Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado. <i>Finalidade:</i> Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	
4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
<i>Descrição:</i> Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado. <i>Finalidade:</i> Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	
4105	Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional
<i>Descrição:</i> Realização de obras de manutenção e adequação da infra-estrutura operacional das empresas estatais que sejam contabilizadas no imobilizado. <i>Finalidade:</i> Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens da infra-estrutura operacional que possibilitem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4117	Manutenção e Adequação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação para a Previdência Social
<i>Descrição: Concepção, gerenciamento do desenvolvimento de novas soluções de TI, visando a adequação funcional dos sistemas informatizados, a segurança da informação, a aquisição de produtos de software no mercado e o desenvolvimento de novos sistemas de informação requeridos pela Previdência Social</i> <i>Finalidade: Manter o ambiente tecnológico da Dataprev, visando torná-lo apto para suportar o nível de demanda dos serviços da Previdência Social.</i>	
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)
<i>Descrição: Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.</i> <i>Finalidade: Proporcionar o pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.</i>	
0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais
<i>Descrição: Cumprimento de decisões judiciais relativas a Sentenças Transitadas em Julgado, devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista de Sentença Judicial Transitada em Julgado.</i>	
002F	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
<i>Descrição: Pagamento de condenações pecuniárias vincendas a cargo de empresas públicas ou sociedades de economia mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadram como precatórios ou sentenças de pequeno valor.</i> <i>Finalidade: Pagar condenações pecuniárias vincendas a cargo de empresas públicas ou sociedades de economia mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadram como precatórios ou sentenças de pequeno valor.</i>	
009S	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela Rede Ferroviária Federal SA - RFFSA em Extinção
<i>Descrição: Pagamento de débitos periódicos vincendos devidos pela Rede Ferroviária Federal SA - RFFSA em razão de sentença transitada em julgado.</i> <i>Finalidade: Cumprir as decisões judiciais relativas a débitos periódicos vincendos devidos pela Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA em extinção.</i>	
00DI	Cumprimento de Sentença Judicial Decorrente de Dívida para com os Planos de Benefícios Previdenciários e Assistencial
<i>Descrição: Pagamento de dívida da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP para com os planos de benefícios denominados previdenciário e assistencial administrados pela Nucleos.</i> <i>Finalidade: Assegurar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento de dívida da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP para com os planos de benefícios denominados previdenciário e assistencial administrados pela Nucleos, em conformidade com o Termo de Transação celebrado com a NUCLEP e Nucleos Instituto de Seguridade Social, homologado em Juízo, perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.</i>	
00FB	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões
<i>Descrição: Centralização de recursos orçamentários para o pagamento de passivos trabalhistas de aposentadorias e pensões, decorrentes de decisões judiciais e/ou administrativas no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, notadamente juros provenientes da URV, Parcela Autônoma de Equivalência - PAE e Adicional por Tempo de Serviços de Magistrados e Procuradores. Trata-se de ação orçamentária destinada exclusivamente à centralização de recursos orçamentários destinados às finalidades descritas para posterior descentralização, via créditos suplementares, às ações orçamentárias onde efetivamente ocorrem a execução orçamentária e financeira.</i> <i>Finalidade: Centralizar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento de passivos trabalhistas de aposentadorias e pensões em decorrência de decisões judiciais e/ou administrativas no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.</i>	
00FK	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo
<i>Descrição: Centralização de recursos orçamentários destinados ao pagamento de passivos trabalhistas de pessoal ativo, decorrentes de decisões judiciais e/ou administrativas no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, notadamente juros provenientes da URV, Parcela Autônoma de Equivalência - PAE e Adicional por Tempo de Serviços de Magistrados e Procuradores. Trata-se de ação orçamentária destinada exclusivamente à centralização de recursos orçamentários destinados às finalidades descritas para posterior descentralização, via créditos suplementares, às ações orçamentárias onde efetivamente ocorrem a execução orçamentária e financeira.</i> <i>Finalidade: Centralizar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento de passivos trabalhistas de pessoal ativo em decorrência de decisões judiciais e/ou administrativas no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.</i>	
00FO	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)
<i>Descrição: Centralização de recursos orçamentários para o pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais relativo a passivos trabalhistas decorrentes de decisões judiciais e/ou administrativas no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, notadamente juros provenientes da URV, Parcela Autônoma de Equivalência - PAE e Adicional por Tempo de Serviços de Magistrados e Procuradores. Trata-se de ação orçamentária destinada exclusivamente à centralização de recursos orçamentários destinados às finalidades descritas para posterior descentralização, via créditos suplementares, às ações orçamentárias onde efetivamente ocorrem a execução orçamentária e financeira.</i> <i>Finalidade: Centralizar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento da contribuição patronal relativa a passivos trabalhistas em decorrência de decisões judiciais e/ou administrativas no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00G5	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais incidente sobre Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. <i>Finalidade:</i> Alocar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento da contribuição patronal relativa ao recolhimento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.	
00H2	Pagamento de Depósitos Recursais Devidos por Empresas Estatais - Nacional
<i>Descrição:</i> Pagamento de depósitos recursais, necessários à interposição de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho, com o objetivo de reverter sentenças desfavoráveis a empresas estatais dependentes. <i>Finalidade:</i> Viabilizar o pagamento de depósitos recursais, necessários à interposição de recursos, por parte de empresas estatais dependentes, no âmbito da Justiça do Trabalho.	
0482	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor oriunda da Justiça Comum Estadual
<i>Descrição:</i> Compreende o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado nos termos do § 3º, art. 100, da Constituição, quando proferidas pela justiça estadual, como previsto no art.109, I, da Constituição Federal. <i>Finalidade:</i> Cumprir as sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor, conforme a legislação vigente.	
0486	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) oriunda da Justiça Comum Estadual
<i>Descrição:</i> Compreende o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado originárias de ações acidentárias, emitidas pela justiça comum estadual e não consideradas de pequeno valor, nos termos dos arts. 100 e 109, I, da Constituição <i>Finalidade:</i> Cumprir as decisões judiciais, transitadas em julgado, emitidas pela justiça comum estadual	
0625	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor
<i>Descrição:</i> Pagamento de sentenças judiciais no prazo de sessenta dias contados da data de trânsito em julgado, quando forem emitidas contra a União, Autarquias e Fundações Públicas e tiverem valores inferiores a sessenta salários-mínimos, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição, regulamentado pelo § 1º do art. 17 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. <i>Finalidade:</i> Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.	
0716	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos
<i>Descrição:</i> Pagamento de débitos periódicos vincendos devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais. <i>Finalidade:</i> Cumprir as decisões judiciais relativas a débitos periódicos vincendos devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais.	
0902	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno
0029	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste
<i>Descrição:</i> Concessão de financiamentos às atividades produtivas dos setores agropecuário, mineral, industrial, turístico, infraestrutura, comercial e de serviços. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, nos termos da Lei 7.827/89.	
0030	Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste
<i>Descrição:</i> Concessão de financiamentos às atividades produtivas dos setores agropecuário, mineral, industrial, turístico, infraestrutura, comercial e de serviços do Semi-árido do Brasil. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Semi-árido nordestino.	
0031	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste
<i>Descrição:</i> Concessão de financiamentos às atividades produtivas dos setores agropecuário, mineral, industrial, turístico, infraestrutura, comercial e de serviços. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste.	
009J	Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº11.529, de 2007)
<i>Descrição:</i> Subvenção concedida em financiamentos realizados com recursos do BNDES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, neste caso para aplicação exclusiva por instituição financeira oficial federal, visando ao estabelecimento de ambiente propício para que as empresas beneficiárias recuperem sua posição nos mercados interno e externo, com melhoria de sua saúde financeira e consequente retomada da contratação de trabalhadores. <i>Finalidade:</i> Subvencionar economicamente, sob as modalidades de equalização de taxas de juros e de concessão de bônus de adimplência sobre os juros, as operações de financiamento dos setores especificados nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007.	
00GY	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha
<i>Descrição:</i> Financiamento para a compra de imóvel, construção ou ampliação de imóvel, quitação de financiamento ou compra de terreno com simultânea construção. Concessão de empréstimo imobiliário para melhorar a condição residencial de beneficiário vivenciando, em sua moradia, situações de risco relacionadas à violência urbana ou ações da natureza (chuvas, enchentes, deslizamentos e outros). Concessão de empréstimo imobiliário para aquisição de material de construção, pequenos reparos, reforma ou legalização de imóvel ou ainda complementação de poupança necessária a aquisição de unidade residencial. <i>Finalidade:</i> Viabilizar ao pessoal da Marinha do Brasil, por meio de financiamento, a aquisição e a reforma de moradias em níveis adequados à sua condição sócio-econômica.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00IG	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES
<i>Descrição: Concessão de financiamento a estudantes e empresas, destinado ao custeio de encargos educacionais cobrados de estudantes matriculados em cursos não gratuitos de graduação e de educação profissional e tecnológica, como também em cursos e programas de mestrado e doutorado e de formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do regulamento do FIES</i> <i>Finalidade: Ampliar o acesso à educação superior, à educação profissional e tecnológica e à cursos e programas de mestrado e doutorado e de formação inicial e continuada de trabalhadores, por meio da concessão de financiamento estudantil.</i>	
00JE	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica
<i>Descrição: Financiamento para a compra de imóvel, construção ou ampliação de imóvel, quitação de financiamento ou compra de terreno com simultânea construção. Concessão de empréstimo imobiliário para melhorar a condição residencial de beneficiário vivenciando, em sua moradia, situações de risco relacionadas à violência urbana ou ações da natureza (chuvas, enchentes, deslizamentos e outros). Concessão de empréstimo imobiliário para aquisição de material de construção, pequenos reparos, reforma ou legalização de imóvel ou ainda complementação de poupança necessária à aquisição de unidade residencial.</i> <i>Finalidade: Viabilizar ao pessoal da Aeronáutica, por meio de financiamento, a aquisição a reforma de moradias em níveis adequados a sua condição sócio-econômica.</i>	
0158	Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES
<i>Descrição: Repasse constitucional de pelo menos 40% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, que é recebida pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, por meio de concessão de empréstimos ao BNDES.</i> <i>Finalidade: Realizar o repasse de 40% dos recursos da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, conforme definido pela Constituição Federal, para aplicações em programas de desenvolvimento econômico, visando à geração e à conservação de empregos.</i>	
0343	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES (MP nº 2.192, de 2001)
<i>Descrição: Concessão de empréstimo aos estados para financiar o Programa de redução da presença do setor Público Estadual na atividade bancária, em cumprimento aos contratos assinados antes de 4 de maio de 2000.</i> <i>Finalidade: Reduzir a presença do setor público estadual na atividade bancária.</i>	
0534	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte
<i>Descrição: Concessão de financiamentos às atividades produtivas dos setores agropecuário, mineral, industrial, turístico, infraestrutura, comercial e de serviços.</i> <i>Finalidade: Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, nos termos da Lei nº 7.827/89.</i>	
0A37	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas
<i>Descrição: Inversões Financeiras, sob a forma de empréstimos de longo prazo a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, através da FINEP.</i> <i>Finalidade: Contribuir para o aumento dos gastos empresariais com pesquisa e desenvolvimento, em especial nos segmentos priorizados pela Política Industrial e Tecnológica, através de concessão de crédito de longo prazo com recursos do FNDCT, através da FINEP, para a execução de projetos de inovação tecnológica por empresas.</i>	
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica
0032	Manutenção do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
<i>Descrição: Transferência de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas voltadas para a manutenção do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.</i> <i>Finalidade: Transferir recursos financeiros destinados ao custeio administrativo e operacional do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.</i>	
0036	Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal
<i>Descrição: Transferência de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas voltadas para a manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal.</i> <i>Finalidade: Transferir recursos financeiros destinados ao custeio administrativo e operacional da Polícia Militar do Distrito Federal</i>	
0037	Manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal
<i>Descrição: Transferência de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas voltadas para a manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal.</i> <i>Finalidade: Transferir recursos financeiros destinados ao custeio administrativo e operacional da Polícia Civil do Distrito Federal.</i>	
0041	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal
<i>Descrição: Transferência de recursos financeiros destinados ao pagamento de pessoal inativo e dos dependentes da Polícia Civil do Distrito Federal.</i> <i>Finalidade: Possibilitar o pagamento de pessoal inativo e pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal.</i>	
0044	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159)
<i>Descrição: Transferência aos estados e ao Distrito Federal de montante referente a 21,5 % da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.</i> <i>Finalidade: Repartir as receitas tributárias.</i>	
0045	Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159)
<i>Descrição: Transferência aos Municípios de montante referente a 22,5 % da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.</i> <i>Finalidade: Repartir as receitas tributárias.</i>	
0046	Transferência da Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (CF, Art. 159)
<i>Descrição: Transferência aos Estados e ao DF exportadores de montante referente a dez por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, nos termos do inciso II e do § 2º do art. 159 da Constituição Federal.</i> <i>Finalidade: Repartir as receitas tributárias.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

006M	Transferência do Imposto Territorial Rural
<i>Descrição: Transferência para os municípios do montante referente a 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, cabendo a totalidade na hipótese de ser fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem.</i> <i>Finalidade: Promover a entrega aos Municípios de 50% da arrecadação do Imposto Territorial Rural - ITR efetivamente ocorrida em cada município.</i>	
009T	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal
<i>Descrição: Assistência financeira ao Distrito Federal voltada à prestação de serviços públicos mediante transferência de recursos para pagamento de despesas com pessoal ativo da área de Saúde do Governo do Distrito Federal.</i> <i>Finalidade: Prestar assistência financeira ao Governo do Distrito Federal.</i>	
00AK	Transferências a Clubes Sociais
<i>Descrição: Repasse para os Clubes Sociais de parcela dos recursos provenientes de concurso de prognóstico denominado Timemania, realizado pela Caixa Econômica Federal.</i> <i>Finalidade: Viabilizar financeiramente os projetos de incentivo ao esporte oriundos de Clubes Sociais, os quais deverão estar alinhados com as seguintes diretrizes: desporto educacional; de rendimento; de criação nacional; e capacitação de recursos humanos (cientistas desportivos).</i>	
00F1	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal
<i>Descrição: Transferência de recursos financeiros destinados ao pagamento de pessoal inativo e pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal.</i> <i>Finalidade: Possibilitar o pagamento de pessoal inativo e pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal.</i>	
00F2	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
<i>Descrição: Transferência de recursos financeiros destinados ao pagamento de pessoal inativo e pensionistas da Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.</i> <i>Finalidade: Possibilitar o pagamento de pessoal inativo e pensionistas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.</i>	
00FE	Auxílio-Alimentação aos Servidores do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
<i>Descrição: Concessão de auxílio-alimentação aos militares ativos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos da União.</i> <i>Finalidade: Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos militares ativos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.</i>	
00FF	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
00FH	Auxílio-Alimentação aos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal
<i>Descrição: Concessão de auxílio-alimentação aos militares ativos da Polícia Militar do Distrito Federal, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos da União.</i> <i>Finalidade: Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos militares ativos da Polícia Militar do Distrito Federal.</i>	
00FI	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médica e odontológica aos militares, seus dependentes e pensionistas do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.</i>	
00FJ	Auxílio-Transporte aos Servidores da Polícia Civil do Distrito Federal
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinada ao custeio parcial das despesas realizadas com transportes coletivos pelos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal do Distrito Federal, nos deslocamentos entre a residência e o local de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Assegurar aos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal o benefício do auxílio-transporte para deslocamento entre a residência e o local de trabalho e vice-versa.</i>	
00FL	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
00FM	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médica e odontológica aos militares, seus dependentes e pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.</i>	
00FN	Auxílio-Alimentação aos Servidores da Polícia Civil do Distrito Federal
<i>Descrição: Concessão de auxílio-alimentação aos servidores ativos da Polícia Civil do Distrito Federal, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos da União.</i> <i>Finalidade: Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores ativos da Polícia Civil do Distrito Federal.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00FQ	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Civil do Distrito Federal
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
00G6	Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação da perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica (Medida Provisória nº 466, de 29 de julho de 2009, art. 6)
<i>Descrição:</i> A Ação consiste em repassar recursos financeiros a Estados e Municípios, calculados nos termos da regulamentação a ser expedida pela Aneel, com vistas a compensar a perda de receita decorrente da redução da arrecadação de ICMS sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, após a interligação dos respectivos sistemas elétricos isolados ao Sistema Interligado Nacional. <i>Finalidade:</i> Transferir recursos para ressarcimento de Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente de redução da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, ocorrida nos 24 (vinte e quatro) meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, nos termos do art. 4º-A da Lei nº 9.991/2000, com a redação dada pela Lei nº 12.111/2009.	
00H0	Transferências à Confederação Brasileira de Clubes - CBC para Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos
<i>Descrição:</i> Repasse para a Confederação Brasileira de Clubes – CBC de parcela dos recursos provenientes de concursos de prognósticos destinados ao Ministério do Esporte. <i>Finalidade:</i> Transferir recursos para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos.	
00H6	Transferência do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro (Lei nº 7.766, de 1989)
<i>Descrição:</i> Transferência para os estados e Distrito Federal do montante referente a 30% e para os municípios do montante referente a 70% do valor pago pela primeira aquisição do ouro, como ativo financeiro, efetuada por instituição autorizada integrante do Sistema Financeiro Nacional. <i>Finalidade:</i> Repartir as receitas tributárias decorrentes do imposto incidente sobre o ouro como ativo financeiro.	
0169	Transferência de Concursos de Prognósticos (Lei nº 9.615, de 1998)
<i>Descrição:</i> Repasse para as secretarias de esporte de Estados e do Distrito Federal de parcela de recursos de concursos de números e de prognósticos esportivos, realizados pela Caixa Econômica Federal. <i>Finalidade:</i> Viabilizar financeiramente os projetos estaduais e municipais de incentivo ao esporte, alinhados com as seguintes diretrizes: desporto educacional; desporto de rendimento; desporto de criação nacional; capacitação de recursos humanos: cientistas desportivo	
0223	Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de ITAIPU (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)
<i>Descrição:</i> Transferências de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios. <i>Finalidade:</i> Transferir a Estados, Distrito Federal e Municípios as respectivas cotas-partes da compensação financeira (royalties) estabelecida no Tratado de Itaipu, de conformidade com o art. 1º da Lei nº 8.001, de 1990.	
0312	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal
<i>Descrição:</i> Assistência financeira ao Distrito Federal voltada à prestação de serviços públicos mediante transferência de recursos para pagamento de despesas com pessoal ativo da área de Educação do Governo do Distrito Federal. <i>Finalidade:</i> Prestar assistência financeira ao Governo do Distrito Federal.	
0369	Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (Lei nº 9.424, de 1996 - Art. 15)
<i>Descrição:</i> Transferência a estados e Distrito Federal de dois terços, calculados sobre 90% da contribuição social do salário-educação, recolhido pelas empresas, como fonte adicional para financiar o ensino fundamental. <i>Finalidade:</i> Repartir as receitas tributárias.	
0546	Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)
<i>Descrição:</i> Transferências de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios. <i>Finalidade:</i> Transferir a Estados, Distrito Federal e Municípios as respectivas cotas-partes da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de conformidade com o art. 1º da Lei nº 8.001, de 1990.	
0547	Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º)
<i>Descrição:</i> Transferências de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios. <i>Finalidade:</i> Transferir a Estados, Distrito Federal e Municípios as respectivas cotas-partes da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, de conformidade com o art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990.	
0999	Recursos para a Repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis
<i>Descrição:</i> Transferência para os Estados e Distrito Federal do montante referente a 29% (vinte e nove por cento) dos recursos da Cide para o financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. <i>Finalidade:</i> Promover a transferência aos Estados e Distrito Federal do percentual de 29% da arrecadação de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	
0A53	Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)
<i>Descrição:</i> Transferências de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios. <i>Finalidade:</i> Transferir a Estados, Distrito Federal e Municípios as respectivas cotas-partes dos Royalties (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.48), Royalties Excedentes (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.49) e Participação Especial (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.50) pela Produção de Petróleo e Gás Natural, bem como do Fundo Especial dos Royalties (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º) e do Fundo Especial dos Royalties Excedentes (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.49) pela Produção de Petróleo e Gás Natural.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0C03	Transferência de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art. 39)

Descrição: Transferência a Estados e Municípios de recursos decorrentes de concessões florestais, nos termos do art. 39, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

Finalidade: Apoiar e promover a utilização sustentável dos recursos florestais em Estados e Municípios.

0C33	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

Descrição: Transferência para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de parte dos recursos destinados a Estados e Municípios, referentes ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, Fundo de Participação dos Municípios - FPM, Cota-Parte dos Estados e DF exportadores na Arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e os referentes à Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Finalidade: Manter e desenvolver a educação básica no País e valorizar o magistério.

0905 Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)

0252	Dívida Interna decorrente do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e do Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária (Lei nº 9.496, de 1997 e MP nº 2.192, de 2001)

Descrição: Cumprimento das obrigações financeiras contratuais mediante pagamento do principal, dos juros e/ou dos outros encargos da dívida.

Finalidade: Fazer face às obrigações financeiras contratuais decorrentes dos Programas de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e de incentivo à Redução da Presença do Setor Estadual na Atividade Financeira Bancária.

0272	Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assumidas pela União (Lei nº 8.727, de 1993)

Descrição: Cumprimento das obrigações financeiras contratuais, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas entidades da Administração Indireta junto a órgãos controlados direta ou indiretamente pela União, refinanciadas pela União.

Finalidade: Fazer face às obrigações financeiras contratuais, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas entidades da Administração Indireta junto a órgãos controlados direta ou indiretamente pela União, refinanciadas pela União.

0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna

Descrição: Pagamentos a título de amortização e encargos decorrentes de dívida contraída internamente por meio de contratos específicos.

Finalidade: Fazer face às obrigações financeiras decorrentes de operações de crédito contratadas no país.

0433	Dívida Mobiliária Interna da União decorrente de Programas de Apoio ao Segmento Agrícola

Descrição: Cumprimento das obrigações financeiras contratuais mediante o pagamento do principal, dos juros e/ou dos outros encargos da dívida.

Finalidade: Fazer face às obrigações financeiras da União decorrentes de programas de apoio ao segmento agrícola.

0455	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

Descrição: Cumprimento das obrigações financeiras mediante o pagamento do principal e dos juros da dívida.

Finalidade: Fazer face às obrigações financeiras afetas à Dívida Pública Mobiliária Federal Interna decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

0811	Honra de Compromisso Interno decorrente de Aval concedido pela União (Lei Complementar nº 101, de 2000)

Descrição: Pagamento de compromissos com operações de crédito internas garantidas pela União.

Finalidade: Fazer face à cobertura de garantias concedidas pela União, autorizadas por lei, para a dívida interna.

09HL	Dívida Interna Decorrente de Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (Lei nº 10.150, de 2000)

Descrição: Cumprimento das obrigações financeiras contratuais mediante o pagamento de principal, juros e/ou outros encargos.

Finalidade: Fazer face às obrigações financeiras contratuais decorrentes de novações realizadas pela União junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS.

0906 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)

0262	Honra de Compromisso Externo decorrente de Aval concedido pela União (Decretos-Leis nº 1.928, de 1982 e 2.169, de 1984)

Descrição: Cumprimento de obrigações financeiras contratuais mediante o pagamento do principal, dos juros e/ou dos outros encargos dos compromissos financeiros não honrados pelos devedores originais.

Finalidade: Fazer face às obrigações financeiras contratuais decorrentes de avais concedidos pela União em operações de crédito externas de entidades públicas, inclusive autarquias e sociedades de economia mista.

0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Descrição: Pagamento de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa para a qual é feito o fechamento do câmbio, convertendo a moeda corrente vigente no Brasil na moeda estabelecida em contrato.

Finalidade: Efetuar o pagamento de dívidas, por recebimento de créditos externos, mediante contrato.

0371	Dívidas Externas decorrentes de Financiamentos para Operações Oficiais de Crédito (Decreto nº 94.444, de 1987)

Descrição: Cumprimento das obrigações financeiras contratuais, mediante o pagamento de principal, juros e outros encargos aos credores externos.

Finalidade: Fazer face às obrigações financeiras contratuais, decorrentes de financiamentos externos para programas agrícolas, no âmbito de Operações Oficiais de Crédito.

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0409	Dívida Externa da União decorrente de Acordos de Reestruturação
<i>Descrição:</i> Cumprimento das obrigações financeiras afetas à dívida pública contratual e mobiliária federal externa, mediante o pagamento do principal, dos juros e/ou dos outros encargos da dívida. <i>Finalidade:</i> Fazer face às obrigações financeiras afetas aos reescalamentos negociados da dívida pública contratual e mobiliária federal externa.	
0419	Dívida Externa da União decorrente de Empréstimos e Financiamentos
<i>Descrição:</i> Cumprimento das obrigações financeiras contratuais mediante o pagamento do principal, dos juros e/ou dos outros encargos da dívida. <i>Finalidade:</i> Fazer face às obrigações financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos externos.	
0425	Dívida Pública Mobiliária Federal Externa
<i>Descrição:</i> Cumprimento das obrigações financeiras mediante o pagamento do principal, dos juros e/ou dos outros encargos da dívida. <i>Finalidade:</i> Fazer face às obrigações financeiras afetas à Dívida Pública Mobiliária Federal Externa decorrentes da emissão de títulos do Tesouro Nacional para captação de recursos no exterior.	
0907	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna
0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
<i>Descrição:</i> Cumprimento das obrigações financeiras mediante o refinanciamento do principal da dívida. <i>Finalidade:</i> Fazer face às obrigações financeiras afetas ao refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna decorrente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.	
0908	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa
0243	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa
<i>Descrição:</i> Cumprimento das obrigações financeiras mediante o refinanciamento do principal da dívida. <i>Finalidade:</i> Fazer face às obrigações financeiras afetas ao refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa decorrente da emissão de títulos do Tesouro Nacional para captação de recursos no exterior.	
0367	Refinanciamento da Dívida Pública Externa decorrente de Acordos de Reestruturação
<i>Descrição:</i> Cumprimento das obrigações financeiras mediante o refinanciamento do principal da dívida. <i>Finalidade:</i> Fazer face às obrigações financeiras afetas ao refinanciamento dos reescalamentos negociados da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa.	
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais
000A	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 no Porto de Santarém (PA)
<i>Descrição:</i> Construção de pier com dois berços de atracação e ponte de acesso e instalações na retroárea (sistema viário, portaria de acesso ao porto e complexo administrativo portuário). <i>Finalidade:</i> Atender ao transporte regular interestadual e o internacional de passageiros (cerca de 40 navios na alta estação) sem ocasionar interrupção na operação de cargas, garantindo prioridade aos passageiros, conforme legislação internacional vigente. Atuar ainda como terminal de cargas gerais e graneis, visto que a execução da BR-163 e de trecho da BR-230 já provoca aumento no volume de cargas transportadas pelo modal rodoviário.	
000K	Subvenção Econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em Operações de Financiamento (Lei nº 12.096, de 2009, e Lei nº 12.409, de 2011)
<i>Descrição:</i> A equalização de juros corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte dos recursos, acrescido da remuneração do BNDES e dos agentes financeiros por ele credenciados em operações de financiamento, limitadas ao montante de R\$ 208 bilhões de reais, contratadas até 31 de dezembro de 2012, ao amparo da Lei nº 12.096; bem como, limitadas ao montante de R\$ 1 bilhão de reais, contratadas até 30 de junho de 2012, ao amparo da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011. <i>Finalidade:</i> Equalizar taxas de juros em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de graneis líquidos, a projetos de engenharia e à inovação tecnológica, ao amparo da Lei nº 12.096, de 2009; bem como, em operações de financiamento destinadas a capital de giro e investimento de sociedades empresariais, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em Municípios atingidos por desastres naturais e abrangidos por decreto estadual de situação de emergência ou estado de calamidade pública, relacionados em ato do Poder Executivo federal, ao amparo da Lei nº 12.409, de 2011.	
0023	Cobertura do Resíduo resultante de Contratos firmados com o Sistema Financeiro da Habitação
<i>Descrição:</i> Ressarcimento dos saldos residuais sob responsabilidade do FCVS. <i>Finalidade:</i> Quitar, junto aos agentes financeiros, os saldos devedores remanescentes de contratos de financiamentos habitacionais, firmados com mutuários finais do SFH.	
008G	Devolução de Prêmio de Seguro de Crédito à Exportação
<i>Descrição:</i> Devolução parcial do prêmio de Seguro de Crédito à Exportação, amparado pelo FGE, nos casos de operação não concretizada ou liquidação antecipada de saldo de financiamento. <i>Finalidade:</i> Ressarcir o Exportador de parte do valor pago em função da cobertura da exportação pelo Seguro de Crédito à Exportação, nos casos em que a exportação não se realize ou o Importador antecipe em um único pagamento as parcelas do valor financiado.	
009O	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - No Município de Guarujá (SP)
<i>Descrição:</i> Construção de avenida com 5 km de extensão, 2 pistas de 10m de largura e 2 viadutos (250m e 350m), transpondo a Av. Santos Dumont e as linhas férreas. <i>Finalidade:</i> Desobstruir o acesso ao Porto de Santos e eliminar o conflito do tráfego de longo curso com a circulação intraurbana.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

009R	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Ampliação do Pier Principal, Alargamento do Berço 302 e Duplicação da Ponte de Acesso no Porto de Vila do Conde (PA)
<i>Descrição:</i> Construção do Pier 400, com 52 metros de largura e 254 metros de comprimento, com dois berços, 401 (externo) e 402 (interno), alargamento do Berço 302 em mais 19 metros, dos atuais 33 metros para 52 metros e duplicação da atual ponte de acesso aos píeres 100, 200, 300 e 400. <i>Finalidade:</i> Construir píer de modo a facilitar e a aumentar a capacidade operacional do Porto de Vila do Conde. Atender a demanda de navios para o porto em virtude de congestionamento dos berços de atracação, provocando o pagamento de sobreestadia em virtude do tempo de espera para atracação.	
009V	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo
<i>Descrição:</i> Execução de Obras de Adequação de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica e Recuperação da Pavimentação das Vias do Cais do Porto de Santos. <i>Finalidade:</i> Dotar os portos sob jurisdição da Companhia Docas do Estado de São Paulo de melhores condições de infra-estrutura para atender às demandas interna e externa.	
00AE	Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS - Implantação da Rede Nacional de Banda Larga e Atendimento a Projetos Estratégicos do Governo
<i>Descrição:</i> Implementar a rede privada de comunicação da administração pública federal; prestar apoio e suporte a políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para universidades, centros de pesquisas, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público; prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos; prestar serviço de conexão à Internet em banda larga para usuários finais, apenas e tão somente em localidades onde inexistia oferta adequada daqueles serviços. <i>Finalidade:</i> Aporte de recursos na Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS para atendimento de demandas do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).	
00C7	Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização pelas Despesas com Concessão, Permissão ou Autorização de Serviços Públicos (Lei nº 9.491, de 1997)
<i>Descrição:</i> Assegurar o ressarcimento das despesas operacionais realizadas pelo gestor do Fundo Nacional de Desestatização com a contratação de serviços técnicos especializados, indispensáveis aos processos de concessão, permissão ou autorização de serviços públicos. <i>Finalidade:</i> Ressarcir o Gestor do Fundo Nacional de Desestatização pelas despesas operacionais referentes a processos de concessão, permissão ou autorização de serviços públicos.	
00CD	Operacionalização do Fundo Soberano do Brasil - FSB
<i>Descrição:</i> Essa ação permite o custeio pelo fundo das despesas diretamente relacionadas com a operação de suas finalidades, incluindo a remuneração das instituições financeiras federais contratadas pela União como agentes operadores do fundo. <i>Finalidade:</i> Fazer face às despesas necessárias decorrentes da operacionalização do Fundo Soberano do Brasil - FSB.	
00CZ	Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab
<i>Descrição:</i> A ação trata de repasse de recursos ao FGHab por meio da integralização de cotas de forma a viabilizar operações habitacionais para famílias com renda de até 10 salários mínimos e, assim contribuir para a redução dos efeitos negativos da crise econômica no desemprego e na atividade econômica, em especial do setor da construção civil. <i>Finalidade:</i> Suprir o FGHab com fonte de recurso em moeda corrente para: I. Garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, no caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento para famílias com renda até 10 salários mínimos. Assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário em caso de morte e invalidez permanente e danos físicos do imóvel para famílias com renda de 10 salários mínimos.	
00DD	Aquisição de Ativos de Instituições Financeiras Federais no Âmbito do PRONAF.
<i>Descrição:</i> As operações serão adquiridas nas condições estabelecidas pelo Ministro de Estado da Fazenda e poderão ser liquidadas ou renegociadas na forma do art. 18 da Lei no 11.775, de 2008. <i>Finalidade:</i> Adquirir Operações de Crédito Rural enquadradas no Grupo A/C do Pronaf, contratadas com risco do Banco do Brasil S.A., do Banco da Amazônia S. A., ou do Banco do Nordeste do Brasil S.A..	
00EC	Integralização de cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN
<i>Descrição:</i> A ação trata de repasse de recursos por meio da integralização de cotas no FGCN. <i>Finalidade:</i> Integralizar cotas do FGCN, que tem como finalidade garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações e o risco decorrente de performance de estaleiro brasileiro.	
00EE	Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - Banco do Brasil
<i>Descrição:</i> A ação trata de repasse de recursos da União por meio da integralização de cotas no Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas. <i>Finalidade:</i> Garantir direta e indiretamente o risco em operações de crédito para: a) microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte; b) empresas de médio porte; c) autônomos, na aquisição de bens de capital.	
00EF	Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular (Lei nº 11.977, de 2009)
<i>Descrição:</i> Pagamento de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, em operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular, correspondente ao diferencial entre o custo da fonte de captação do BNDES e o custo da linha para a instituição financeira oficial federal. <i>Finalidade:</i> Concessão de subvenção econômica em linha de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo como seu agente financeiro a Caixa Econômica Federal - CAIXA, com a finalidade de financiar infraestrutura de projetos de habitação popular.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00FS	Subvenção parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu (Decreto nº 7.506, de 2011)
<i>Descrição:</i> Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as bases financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, de 2009, propõe elevar à 15,3 o fator de multiplicação aplicado aos valores estabelecidos no Anexo C, inciso III.8, do Tratado, destinado ao pagamento de Remuneração por Cessão de Energia administrado pela Itaipu Binacional, cujo capital pertence em partes iguais às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e à Administración Nacional de Electricidad - ANDE. <i>Finalidade:</i> Subvencionar parcela da Remuneração por Cessão de Energia prevista no artigo XV, § 3º e no Anexo C, inciso III.8, do Tratado de Itaipu, de 26 de abril de 1973, firmado entre os Governos da República Federativa do Brasil e o da República do Paraguai, e que cria a Itaipu Binacional. Esta remuneração é fator integrante da formação do custo do Serviço de eletricidade gerada por Itaipu. O lado brasileiro é o cessionário da energia excedente não consumida pelos paraguaios, evita-se, portanto, onerar o consumidor brasileiro.	
00FX	Integralização de Cotas do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP
<i>Descrição:</i> Participação da União, seus fundos especiais, suas autarquias, suas fundações públicas e suas empresas estatais dependentes autorizadas, no limite global de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), no Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP. <i>Finalidade:</i> Aportar recursos para integralização de contas junto ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP, com vistas a prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais em virtude das parcerias de que trata a Lei nº 11.079, de 2004.	
00FZ	Participação da União no Capital - Concessionária do Trem de Alta Velocidade (Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas)
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos para a concessionária, na forma de Participação da União, objetivando a construção do Trem de Alta Velocidade. <i>Finalidade:</i> Possibilitar a implantação do Trem de Alta Velocidade, trecho Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas, de forma a reduzir os custos no transporte de passageiros, fomentar o desenvolvimento regional, reduzir os gargalos do transporte aeroportuário, redução de impactos ambientais, redução dos tempos de viagem, aliada a redução dos níveis de congestionamentos e o número de acidentes nas rodovias.	
00GM	Participação da União no Capital - Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos para a ETAV, na forma de Participação da União, objetivando a criação da Empresa. <i>Finalidade:</i> Possibilitar a criação da ETAV - Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S/A.	
00GP	Participação da União no Capital Social - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSERH
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos para subscrição do Capital Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH <i>Finalidade:</i> Capitalizar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH	
00H7	Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações
<i>Descrição:</i> Centralização de recursos orçamentários destinados ao pagamento de despesas decorrentes da Contribuição Patronal ao Regime de Previdência do Servidor Público Federal em função da criação e/ou provimento de cargos e funções, reestruturação de cargos e carreiras e revisão de remunerações constantes do Anexo específico da Lei orçamentária de cada exercício, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição. Trata-se de ação centralizada para posterior remanejamento, ao longo do exercício, para a ação específica 09HB, à medida em que essas despesas forem implementadas. <i>Finalidade:</i> Centralizar recursos orçamentários para o pagamento da Contribuição Patronal ao Regime de Previdência do Servidor Público Federal decorrente da criação e/ou provimento de cargos e funções, reestruturação de cargos e carreiras e revisão de remunerações constantes do Anexo específico da Lei Orçamentária de cada exercício, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição.	
00HH	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Construção de Berços nos Dolphins do Atalaia com Retroárea no Porto de Vitória (ES)
<i>Descrição:</i> Construção de Berço medindo 270 m: <i>Desmonte de rocha:</i> 40.000m³ <i>Finalidade:</i> A CODESA precisa readequar a logística de movimentação de algumas cargas no Porto de Vitória, tais como: granéis sólidos e líquidos, açúcar e rochas ornamentais. No Cais Comercial, os movimentos das cargas ligadas à indústria do petróleo e gás estão aumentando muito, o que está fazendo com que alguns movimentos de cargas cativas do porto migrem para outros portos. Construindo um novo berço na região dos Dolphins do Atalaia, podemos acomodar esses movimentos com mais eficiência. Dessa forma, as atividades mais ligadas à indústria do petróleo ficarão restritas ao Cais Comercial.	
00HT	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Reforço de Cais para Aprofundamento dos Berços entre os Armazéns 12 a 23 no Porto de Santos (SP)
<i>Descrição:</i> Restauração e reforço das estruturas existentes com reforços em "jet-grouting" para 15 m, em cais públicos de acostagem. <i>Finalidade:</i> Dotar os cais existentes de infraestrutura adequada a receber navio de maior calado, propiciando maior movimentação de carga e ganho de escala.	
00HZ	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
<i>Descrição:</i> Reforço estrutural com colocação de estacas pranchas, confecção de novo paramento, colocação de defensas e cabeços nos berços do Cais de Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro, num trecho de 1.100m de extensão. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o Porto do Rio de Janeiro de reforço estrutural nas instalações do Cais de Gamboa, para recebimento de navios de calado de -13,5m, a fim de atender a crescente demanda de exportação em navegação de longo curso.	
00I1	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado da Bahia - Ampliação do Quebra-Mar no Porto de Salvador (BA)
<i>Descrição:</i> Ampliação da estrutura de abrigo (quebramar norte) em 405 metros, abrigando os novos berços de atracação e bacia de manobra. <i>Finalidade:</i> Viabilizar futuramente a implantação de um novo Terminal para Containeres, junto ao Cais de Água de Meninos, possibilitando a ampliação do atendimento à crescente demanda de movimentação de carga containerizada.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00I6	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Construção do Berço 4 no Porto de Natal (RN)
<i>Descrição: Construção do Berço 4 (152,00m) em complementação a berço existente de apenas 140,00 m, ampliando assim a extensão total do cais; aterro a pavimentação de retroárea com 5.200 m² e pavimentação de retórea externa com 7.000m², com a incorporação da área ocupada pela "Comunidade do Maruim" em fase de relocação pela municipalidade e cuja transferência de posse está sendo processada para o Porto de Natal.</i> <i>Finalidade: Ampliar o cais do porto, em decorrência do aumento da frequência de navios, tornando efetiva a utilização do berço existente que passará a 292,00 m (140,00 + 152,00 m) permitindo sua utilização como berço multiuso (hoje sua dimensão impede o uso para embarcações maiores) e adequando-o também à recepção e embarque de combustíveis.</i>	
00I9	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção de Terminal de Contêineres no Porto de Fortaleza (CE)
<i>Descrição: Demolição de armazém e construção de novo armazém para carga geral (com 6.000m²), contemplando também a adequação da pavimentação do pátio (150.000m²).</i> <i>Finalidade: Dar continuidade à modernização do Porto de Fortaleza, gerando assim ganhos de produtividade e redução dos custos operacionais do tempo de atracação e de espera.</i>	
00IF	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Estudos e Projetos para Implantação do Porto de Águas Profundas - No Estado do Espírito Santo (ES)
<i>Descrição: Projeto e Modelagem visando a concessão de Porto Concentrador de cargas.</i> <i>Finalidade: Receber navios de contêineres de última geração.</i>	
00IH	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN)
<i>Descrição: Elaboração de projetos, EVTE, licenças ambientais, equipamentos e obras para adaptação do antigo Frigorífico e Galpão para Terminal Marítimo de Passageiros e aumento de cais e urbanização de área.</i> <i>Finalidade: O investimento objetiva, primeiramente, garantir leitos em navios para a COPA 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de infraestruturas de acessos marítimo e terrestre, para atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios.</i>	
00II	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza (CE)
<i>Descrição: Elaboração de projetos, EVTE, licenças ambientais, equipamentos e obras para implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, atracação e infraestrutura de acesso e estacionamento.</i> <i>Finalidade: Os investimentos objetivam, primeiramente, a garantia de leitos em navios para a COPA 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de infraestrutura de acesso terrestre e marítimo, para atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios.</i>	
00IK	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado da Bahia - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Salvador (BA)
<i>Descrição: Elaboração de projetos, EVTE, licenças ambientais, equipamentos e obras para adaptação de Armazém para Terminal Marítimo de Passageiros.</i> <i>Finalidade: O investimento objetiva, primeiramente, garantir leitos em navios para a COPA 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros, para atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes.</i>	
00IM	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Adequação do Cais para Terminal de Passageiros no Porto de Santos (SP)
<i>Descrição: Elaboração de projetos, EVTE, licenças ambientais e obras para alinhamento de cais e vias portuárias de acesso ao terminal.</i> <i>Finalidade: O investimento objetiva, primeiramente, garantir leitos em navios para a COPA 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio do aumento da oferta da infraestrutura de atracação de navios e de infraestrutura terrestre de acesso ao terminal, para atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios.</i>	
00IP	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
<i>Descrição: Aquisição e instalação de sistemas de monitoramento de tráfego de embarcações nos portos brasileiros, em particular do Sistema de Monitoramento de Navios (Vessel Traffic Management Information System - VTMS), sistema de gerenciamento de tráfego que emprega radares, identificadores automáticos de navios e comunicações.</i> <i>Finalidade: Monitorar o tráfego das embarcações nos portos brasileiros, reduzindo o risco de acidentes e aumentando a eficiência do fluxo de navios nos acessos portuários.</i>	
00IR	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
<i>Descrição: Desenvolver, adquirir e implantar, nas Autoridades Portuárias, sistemas padronizados que darão apoio à execução, ao controle, à supervisão, ao acompanhamento e às tomadas de decisões dos dirigentes das companhias docas e de autoridades portuárias, nas ações de sua competência regimental, que dizem respeito às atividades Meio e Fim da instituição. Não há padronização nos atuais sistemas de apoio utilizados para controlar o fluxo financeiro, de recursos humanos, de movimentação portuária, bem como para geração de informações sobre a eficiência das Companhias Docas.</i> <i>Finalidade: Otimizar o fluxo de informações indispensável à gestão da infraestrutura portuária e a uniformização de todas as unidades portuárias.</i>	
00IS	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
<i>Descrição: Implantação de modelo em parceria com os setores público (interveniente no processo portuário) e privado (operadores logísticos e embarcadores), garantindo o acesso às tecnologias selecionadas no projeto, bem como a troca de informações sobre o rastreamento e condições especiais na movimentação de cargas para as empresas que aderirem às recomendações.</i> <i>Finalidade: Compartilhar informações e promover a integração institucional, com vistas a obter maior eficiência na cadeia logística portuária, de modo a minimizar as interrupções do fluxo físico ao longo da cadeia produtiva.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00IT	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
<i>Descrição:</i> Aquisição e instalação de sistemas de monitoramento de tráfego de embarcações nos portos brasileiros, em particular do Sistema de Monitoramento de Navios (Vessel Traffic Management Information System - VTMS), sistema de gerenciamento de tráfego que emprega radares, identificadores automáticos de navios e comunicações. <i>Finalidade:</i> Monitorar o tráfego das embarcações nos portos brasileiros, reduzindo o risco de acidentes e aumentando a eficiência do fluxo de navios nos acessos portuários.	
00IU	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
<i>Descrição:</i> Desenvolver, adquirir e implantar, nas Autoridades Portuárias, sistemas padronizados que darão apoio à execução, ao controle, à supervisão, ao acompanhamento e às tomadas de decisões dos dirigentes das companhias docas e de autoridades portuárias, nas ações de sua competência regimental, que dizem respeito às atividades Meio e Fim da instituição. Não há padronização nos atuais sistemas de apoio utilizados para controlar o fluxo financeiro, de recursos humanos, de movimentação portuária, bem como para geração de informações sobre a eficiência das Companhias Docas. <i>Finalidade:</i> Otimizar o fluxo de informações indispensável à gestão da infraestrutura portuária e a uniformização de todas as unidades portuárias.	
00JO	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
<i>Descrição:</i> Implantação de modelo em parceria com os setores público (interveniente no processo portuário) e privado (operadores logísticos e embarcadores), garantindo o acesso às tecnologias selecionadas no projeto, bem como a troca de informações sobre o rastreamento e condições especiais na movimentação de cargas para as empresas que aderirem às recomendações. <i>Finalidade:</i> Compartilhar informações e promover a integração institucional, com vistas a obter maior eficiência na cadeia logística portuária, de modo a minimizar as interrupções do fluxo físico ao longo da cadeia produtiva.	
00J2	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
<i>Descrição:</i> Aquisição e instalação de sistemas de monitoramento de tráfego de embarcações nos portos brasileiros, em particular do Sistema de Monitoramento de Navios (Vessel Traffic Management Information System - VTMS), sistema de gerenciamento de tráfego que emprega radares, identificadores automáticos de navios e comunicações. <i>Finalidade:</i> Monitorar o tráfego das embarcações nos portos brasileiros, reduzindo o risco de acidentes e aumentando a eficiência do fluxo de navios nos acessos portuários.	
00J3	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
<i>Descrição:</i> Elaboração de projetos, EVTE, licenças ambientais e obras de implantação de três píeres de atracação no Porto do Rio de Janeiro. <i>Finalidade:</i> O investimento objetiva, primeiramente, garantir leitos em navios para a COPA 2014 e Olimpíadas 2016 e, como legado, atender ao turismo marítimo, por meio da melhoria da qualidade do atendimento no embarque e desembarque de passageiros e tripulação.	
00J6	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
<i>Descrição:</i> Desenvolver, adquirir e implantar, nas Autoridades Portuárias, sistemas padronizados que darão apoio à execução, ao controle, à supervisão, ao acompanhamento e às tomadas de decisões dos dirigentes das companhias docas e de autoridades portuárias, nas ações de sua competência regimental, que dizem respeito às atividades Meio e Fim da instituição. Não há padronização nos atuais sistemas de apoio utilizados para controlar o fluxo financeiro, de recursos humanos, de movimentação portuária, bem como para geração de informações sobre a eficiência das Companhias Docas. <i>Finalidade:</i> Otimizar o fluxo de informações indispensável à gestão da infraestrutura portuária e a uniformização de todas as unidades portuárias.	
00J7	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
<i>Descrição:</i> Implantação de modelo em parceria com os setores público (interveniente no processo portuário) e privado (operadores logísticos e embarcadores), garantindo o acesso às tecnologias selecionadas no projeto, bem como a troca de informações sobre o rastreamento e condições especiais na movimentação de cargas para as empresas que aderirem às recomendações. <i>Finalidade:</i> Compartilhar informações e promover a integração institucional, com vistas a obter maior eficiência na cadeia logística portuária, de modo a minimizar as interrupções do fluxo físico ao longo da cadeia produtiva.	
00J8	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
<i>Descrição:</i> Implantação de modelo em parceria com os setores público (interveniente no processo portuário) e privado (operadores logísticos e embarcadores), garantindo o acesso às tecnologias selecionadas no projeto, bem como a troca de informações sobre o rastreamento e condições especiais na movimentação de cargas para as empresas que aderirem às recomendações. <i>Finalidade:</i> Compartilhar informações e promover a integração institucional, com vistas a obter maior eficiência na cadeia logística portuária, de modo a minimizar as interrupções do fluxo físico ao longo da cadeia produtiva.	
00J9	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
<i>Descrição:</i> Desenvolver, adquirir e implantar, nas Autoridades Portuárias, sistemas padronizados que darão apoio à execução, ao controle, à supervisão, ao acompanhamento e às tomadas de decisões dos dirigentes das companhias docas e de autoridades portuárias, nas ações de sua competência regimental, que dizem respeito às atividades Meio e Fim da instituição. Não há padronização nos atuais sistemas de apoio utilizados para controlar o fluxo financeiro, de recursos humanos, de movimentação portuária, bem como para geração de informações sobre a eficiência das Companhias Docas. <i>Finalidade:</i> Otimizar o fluxo de informações indispensável à gestão da infraestrutura portuária e a uniformização de todas as unidades portuárias.	
00JA	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
<i>Descrição:</i> Aquisição e instalação de sistemas de monitoramento de tráfego de embarcações nos portos brasileiros, em particular do Sistema de Monitoramento de Navios (Vessel Traffic Management Information System - VTMS), sistema de gerenciamento de tráfego que emprega radares, identificadores automáticos de navios e comunicações. <i>Finalidade:</i> Monitorar o tráfego das embarcações nos portos brasileiros, reduzindo o risco de acidentes e aumentando a eficiência do fluxo de navios nos acessos portuários.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00JB	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
<i>Descrição:</i> Desenvolver, adquirir e implantar, nas Autoridades Portuárias, sistemas padronizados que darão apoio à execução, ao controle, à supervisão, ao acompanhamento e às tomadas de decisões dos dirigentes das companhias docas e de autoridades portuárias, nas ações de sua competência regimental, que dizem respeito às atividades Meio e Fim da instituição. Não há padronização nos atuais sistemas de apoio utilizados para controlar o fluxo financeiro, de recursos humanos, de movimentação portuária, bem como para geração de informações sobre a eficiência das Companhias Docas. <i>Finalidade:</i> Otimizar o fluxo de informações indispensável à gestão da infraestrutura portuária e a uniformização de todas as unidades portuárias.	
00JC	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
<i>Descrição:</i> Implantação de modelo em parceria com os setores público (interveniente no processo portuário) e privado (operadores logísticos e embarcadores), garantindo o acesso às tecnologias selecionadas no projeto, bem como a troca de informações sobre o rastreamento e condições especiais na movimentação de cargas para as empresas que aderirem às recomendações. <i>Finalidade:</i> Compartilhar informações e promover a integração institucional, com vistas a obter maior eficiência na cadeia logística portuária, de modo a minimizar as interrupções do fluxo físico ao longo da cadeia produtiva.	
00JG	Operacionalização do Fundo Social - FS
<i>Descrição:</i> A ação permite o custeio, pelo FS, das despesas diretamente relacionadas com sua operação, incluindo a remuneração das instituições financeiras federais contratadas, pela União, como agentes operadores do fundo e as despesas relativas à operacionalização do Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social - CGFFS. <i>Finalidade:</i> Fazer face às despesas decorrentes da operacionalização do Fundo Social.	
00JJ	Promoção de Investimentos no Brasil e no Exterior: Fundo Social - FS
<i>Descrição:</i> Os investimentos e aplicações do FS serão destinados preferencialmente a ativos no exterior. A União poderá participar, com recursos do FS, como cotista única, de fundo de investimento específico. <i>Finalidade:</i> O Fundo Social comprar ativos financeiros no Brasil e no exterior.	
0265	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Decreto nº 175, de 1991)
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos financeiros ao Banco Central do Brasil, administrador do PROAGRO, para a efetivação das indenizações e restituições devidas aos produtores rurais e suas cooperativas. <i>Finalidade:</i> Amparar o produtor rural e suas cooperativas, participantes do programa, na liquidação de obrigações financeiras de crédito rural e na indenização de recursos próprios utilizados no custeio rural, quando ocorrerem perdas de bens, rebanhos e plantações em virtude de fenômenos naturais fortuitos ou pragas e doenças sem método difundido de combate, que seja técnica e economicamente exequível.	
0413	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos
<i>Descrição:</i> Financiamento para a manutenção, propaganda doutrinária ao alistamento e para as campanhas eleitorais dos partidos políticos, mediante a distribuição de recursos financeiros oriundos de multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral. <i>Finalidade:</i> Transferir recursos financeiros aos partidos políticos na forma da Lei.	
0465	Cobertura do Déficit do Seguro Habitacional
<i>Descrição:</i> Liberação de recursos da Caixa Econômica Federal para as sociedades seguradoras, na hipótese de o volume de prêmios, repassados às referidas sociedades, líquidos das remunerações das entidades responsáveis pela operação do Sistema Habitacional, ser insuficiente para o pagamento das indenizações e das despesas com sinistros. <i>Finalidade:</i> Aportar recursos ao Seguro Habitacional com vistas a manter seu equilíbrio permanentemente a nível nacional.	
0467	Cobertura de Sinistros do Seguro de Crédito FUNDHAB
<i>Descrição:</i> Ressarcimento de 90% dos sinistros de crédito, quando o produto da alienação do imóvel retomado não é suficiente para cobrir a totalidade do saldo devedor existente nos contratos assinados até 31 de janeiro de 1984. <i>Finalidade:</i> Liquidar obrigações remanescentes do extinto Seguro de Crédito do Sistema Financeiro da Habitação.	
0531	Compensação Financeira entre Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos do PSSC a Entidades Estaduais e Municipais de Seguridade Parlamentar. <i>Finalidade:</i> Assegurar a compensação financeira entre as contribuições do segurado do PSSC e as realizadas em favor de outras entidades Estaduais e Municipais de Seguridade Parlamentar.	
0533	Alocação e Remanejamento de Cargos e Funções no Âmbito do Poder Executivo
<i>Descrição:</i> Centralização de recursos orçamentários destinados ao pagamento de despesas decorrentes da alocação e remanejamento de cargos e funções comissionados administrados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em favor de diversos órgãos do Poder Executivo. Trata-se de ação que visa tão somente a centralização de recursos orçamentários para posterior transferência aos diversos órgãos do Poder Executivo, via crédito adicional, em função da alocação e remanejamento de cargos e funções comissionadas, não se constituindo em ação para fins de execução orçamentária e financeira. <i>Finalidade:</i> Centralizar recursos orçamentários necessários à cobertura de gastos com alocação e remanejamento de cargos e funções comissionados no âmbito do Poder Executivo.	
0536	Pagamento de Benefícios de Legislação Especial
<i>Descrição:</i> Pagamento de benefícios de legislação especial. <i>Finalidade:</i> Assegurar aos beneficiários de legislação especial, vítimas de danos resultantes de situações pelas quais a União se julga responsável, pensão vitalícia de caráter indenizatório.	
0605	Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997)
<i>Descrição:</i> Cumprimento da remuneração ao Gestor do FND, correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor líquido apurado nas alienações, para cobertura de seus custos operacionais, bem como o ressarcimento dos gastos efetuados com terceiros, necessários à execução dos processos de desestatização. <i>Finalidade:</i> Ressarcir o Gestor do Fundo Nacional de Desestatização dos custos operacionais incorridos na condução dos processos de desestatização.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0617	Remuneração de Agentes Financeiros pela Administração do FCVS, do Seguro de Crédito e do Seguro Habitacional
<i>Descrição:</i> Ressarcimento pelos custos incorridos pelo agente financeiro na administração do FCVS, relativos à habilitação, à homologação e à novação de contratos habitacionais, à arrecadação de contribuições, ao controle financeiro, contábil e orçamentário, à auditoria, ao cálculo atuarial, à manutenção de sistemas e às demais atividades requeridas, sendo a taxa de administração efetiva de cinco por cento sobre o custo total apurado mensalmente, exceto aqueles incorridos com sistemas. E ressarcimento dos custos incorridos pelos agentes financeiros na administração do Seguro de Crédito - FUNDHAB. <i>Finalidade:</i> Remunerar o agente financeiro pela administração operacional do FCVS e do Seguro de Crédito - FUNDHAB.	
0623	Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Centralização de recursos orçamentários para o pagamento de despesas decorrentes da concessão de benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes. Trata-se de ação que visa tão somente a centralização de recursos orçamentários, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para posterior transferência aos diversos órgãos da Administração Pública Federal, via crédito adicional, em função das necessidades de recursos adicionais destinados ao pagamento de despesas oriundas da concessão dos benefícios auxílio-transporte, auxílio-alimentação, assistência pré-escolar e assistência médica e odontológica, inclusive os exames periódicos, não se constituindo em ação para fins de execução orçamentária e financeira. <i>Finalidade:</i> Centralizar recursos orçamentários destinados à concessão de créditos adicionais necessários à cobertura de gastos com a concessão de benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes, sejam eles, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, assistência pré-escolar e assistência médica e odontológica, inclusive os exames periódicos, quer por ajustes decorrentes da reprojeção das despesas em função do perfil de execução, quer por ingressos de novos servidores/beneficiários.	
0643	Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)
<i>Descrição:</i> Liquidação do complemento da atualização monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, devido aos trabalhadores titulares de conta vinculada mantida no período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989 e durante o mês de abril de 1990, conforme disposto na Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001. <i>Finalidade:</i> Promover a liquidação dos compromissos relativos ao complemento da atualização monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, nos termos da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.	
0669	Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000)
<i>Descrição:</i> Cumprimento de obrigação financeira até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço do Banco Central do Brasil pelo Conselho Monetário Nacional. <i>Finalidade:</i> Liquidar obrigação da União para com o Banco Central do Brasil, devido ao resultado negativo apurado no balanço semestral deste Banco, após computadas eventuais constituições ou reversões de reservas.	
0705	Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais
<i>Descrição:</i> Remuneração, pela União, aos bancos com uma parcela fixa, representando o custo da operação, acrescida de um valor variável, em função da performance de cobrança. <i>Finalidade:</i> Propiciar a contratação de instituições financeiras federais para administrarem os créditos adquiridos, pela União, no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.	
0809	Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal - FAD (Lei nº 9.069, de 1995)
<i>Descrição:</i> Pagamento das despesas, encargos e emolumentos relacionados com a alienação das ações de propriedade da União. <i>Finalidade:</i> Ressarcir o Gestor do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal - FAD das despesas ocorridas com a alienação de ações de propriedade da União que não envolvam perda de controle acionário e estejam depositadas no FAD.	
08UQ	Quadro em Extinção dos Servidores Cíveis e Militares oriundos do Ex-Território Federal de Rondônia e do Estado de Rondônia (Lei nº 12.249, de 2010)
<i>Descrição:</i> Pagamento de despesas com pessoal decorrente da inclusão em Quadro em Extinção da Administração Federal dos Servidores Cíveis e Militares oriundos do Ex-Território Federal de Rondônia e do Estado de Rondônia. <i>Finalidade:</i> Assegurar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento de pessoal decorrente da inclusão em Quadro em Extinção da Administração Federal dos Servidores Cíveis e Militares oriundos do Ex-Território Federal de Rondônia e do Estado de Rondônia.	
09IZ	Pagamento de Pessoal decorrente de Ingressos de Empregados, de Planos de Cargos e Empregos, de Acordos Coletivos/Dissídios, de Planos de Desligamento Voluntário e de Anistiados de que trata a Lei nº 8.878/94 - Empresas Estatais
<i>Descrição:</i> Centralização de recursos orçamentários destinados ao pagamento de despesas decorrentes de provimentos por meio de concursos públicos, de planos de cargos e empregos, de acordos coletivos, de dissídios e de reintegração de anistiados de que trata a Lei nº 8.878/94, no âmbito das Empresas Estatais Dependentes. Trata-se de ação que visa tão somente a centralização de recursos orçamentários, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para posterior transferência aos diversos órgãos do Poder Executivo, via crédito adicional, em função das necessidades de recursos adicionais destinados ao pagamento de despesas oriundas de provimentos por meio de concursos públicos, de planos de cargos e empregos, de acordos coletivos, de dissídios e de reintegração de anistiados de que trata a Lei nº 8.878/94, no âmbito das Empresas Estatais Dependentes, não se constituindo em ação para fins de execução orçamentária e financeira. <i>Finalidade:</i> Centralizar recursos orçamentários necessários ao pagamento de pessoal decorrente de provimentos por meio de concursos públicos, de Planos de Cargos e Empregos, de acordos coletivos, de dissídios e de reintegração de anistiados de que trata a Lei nº 8.878/94, no âmbito de Empresas Estatais dependentes, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.	
09JC	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte
<i>Descrição:</i> Obras de manutenção da infra-estrutura portuária e implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no terminal salineiro de Areia Branca e no porto de Natal. <i>Finalidade:</i> Dotar os Portos sob jurisdição da Companhia Docas do Rio Grande do Norte de condições adequadas a fim de agilizar a operação portuária e melhorar o atendimento aos usuários que demandam às instalações Portuárias.	
09JD	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS- CODE) nos portos de Sepetiba e Rio de Janeiro e dragagem de aprofundamento no canal de acesso aos portos do Rio de Janeiro e Niterói. <i>Finalidade:</i> Dotar os portos do Rio de Janeiro, Sepetiba e Niterói de condições adequadas a fim de agilizar a operação portuária e melhorar o atendimento aos usuários.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

09LK	Encargos do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA
<i>Descrição: Cumprimento das obrigações financeiras relacionadas ao pagamento de: i) participações dos acionistas minoritários da extinta RFFSA, na forma prevista no caput do art. 3º da Lei nº 11.483, de 2007; ii) despesas decorrentes de condenações judiciais que imponham ônus à VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, na condição de sucessora trabalhista, por força do disposto no inciso I do caput do art. 17 da Lei nº 11.483, de 2007, relativamente aos passivos originados até 22 de janeiro de 2007; iii) despesas decorrentes de eventuais levantamentos de gravames judiciais existentes em 22 de janeiro de 2007, incidentes sobre bens oriundos da extinta RFFSA, imprescindíveis à administração pública; e iv) despesas relativas à regularização, administração, avaliação e venda dos imóveis não-operacionais mencionados no inciso II do caput do art. 6º da Lei nº 11.483, de 2007.</i> <i>Finalidade: Fazer face a obrigações financeiras da extinta Rede Ferroviária Federal S.A., previstas no art. 5º da Lei nº 11.483, de 2007.</i>	
0A45	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)
<i>Descrição: Construção da Avenida Perimetral, contemplando viadutos, passagem inferior para veículos e passagens inferiores para pedestres, com aproximadamente 7 km de extensão.</i> <i>Finalidade: Ordenar a logística interna do Porto, separando fisicamente o trânsito urbano e diminuindo o conflito com as interferências do modal ferroviário na margem direita do Porto de Santos.</i>	
0A86	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará
<i>Descrição: Realização de obras para o aprofundamento do cais comercial do porto de Fortaleza, recuperação da infra-estrutura do cais comercial e pier petroleiro, implementação do ISPS-CODE, realização da derrocagem e construção de armazém frigorífico.</i> <i>Finalidade: Dotar o porto de Fortaleza de melhor infra-estrutura para atender a demanda interna e externa.</i>	
0A87	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo
<i>Descrição: Implementação do acesso rododotado, iluminação e sinalização ao porto de Barra do Riacho, adequar o acesso rodoviário ao cais de Capuaba e implementar o sistema de defensas no porto de Vitória.</i> <i>Finalidade: Dotar os portos de Barra do Riacho e Vitória e o Cais de Capuaba de melhor infra-estrutura portuária.</i>	
0A88	Participação da União no Capital - Companhia das Docas do Estado da Bahia
<i>Descrição: Realização de dragagem de aprofundamento no cais da ponta sul do porto de Salvador, realização de dragagem de manutenção no porto de Ilhéus, implementação do ISPS-CODE no porto de Salvador e Aratu, instalação de portainer no porto de Salvador e realização de obras de contenção do cais da ponta sul do porto de Salvador.</i> <i>Finalidade: Dotar os portos de Salvador, Aratu e Ilhéus de melhores condições de infra-estrutura portuária.</i>	
0A90	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará
<i>Descrição: Recuperação dos taludes no porto de Vila do Conde, construção do armazém no porto de Vila do Conde, construção do dolphins de atracação do pier 1 do terminal de Miramar, dragagem dos berços internos 1 e 2 do Terminal de Miramar e recuperação do sistema de distribuição de energia elétrica e água potável do terminal de miramar.</i> <i>Finalidade: Dotar os portos sob jurisdição da Companhia Docas do Pará de melhores condições de infra-estrutura para atender a demanda interna e externa.</i>	
0C04	Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo
<i>Descrição: Centralização de recursos orçamentários destinados ao pagamento de despesas com a criação e/ou provimento de cargos e funções, bem como com a reestruturação de carreiras e com a revisão de remuneração no âmbito da Administração Pública Federal. Trata-se de ação que visa tão somente centralizar e dar visibilidade aos recursos orçamentários relativos às autorizações contidas no Anexo V da Lei Orçamentária, não se constituindo em ação para fins de execução orçamentária e financeira. Neste caso, esses recursos deverão, no processo de execução orçamentária e financeira, serem remanejados, via crédito adicional, em nível de unidade orçamentária, para as ações regulares relativas ao pagamento ordinário das despesas com Pessoal e Encargos Sociais.</i> <i>Finalidade: Centralizar recursos orçamentários necessários à cobertura de gastos com a criação e/ou provimento de cargos e funções, bem como com a reestruturação de carreiras e com o aumento de remuneração no âmbito da Administração Pública Federal, constantes do Anexo específico da Lei Orçamentária de cada exercício, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição.</i>	
0C06	Contraprestação da União no âmbito de contratos de Parceria Público-Privada - PPP na área de irrigação (Lei nº 11.079, de 2004)
<i>Descrição: A ação contemplará diferentes contratos de PPP na área Irrigação. Atualmente, três projetos estão em fase de estudos. O Projeto Pontal, localizado no município de Petrolina - PE; o Projeto Baixo de Irecê, localizado no município de Xique-Xique-BA; e o Projeto Salitre, no município de Juazeiro-BA. Os contratos estão previstos para ter entre 30 e 35 anos. As modelagens dos projetos estão em elaboração e deverão estimar os valores para a contraprestação pública necessária para a viabilização de cada um dos projetos.</i> <i>Finalidade: Possibilitar a provisão de serviços públicos na área de irrigação, concedidos à iniciativa privada sob as modalidades de concessões patrocinadas ou administrativas, amparadas na Lei das Parcerias Público-Privadas - PPPs, mediante remuneração total ou parcial por meio de contraprestação pública.</i>	
0E23	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Obras de Contenção e Ampliação do Cais do Porto de Vitória - no Estado do Espírito Santo
<i>Descrição: Restabelecimento das condições de trafegabilidade em cerca de 700 metros lineares nas vias de acesso, compreendendo a contenção do cais, recuperação da infra-estrutura, incluindo a recuperação do sistema de drenagem, e a revisão da rede interna de distribuição de energia, e pavimentação.</i> <i>Finalidade: Aumentar a capacidade de movimentação das cargas do Porto de Vitória, contribuindo na exportação de açúcar em sacas, exploração de petróleo e gás off-shore, reduzir o tempo de acesso dos caminhões e garantir segurança.</i>	
0E45	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Adequação da Infraestrutura Aeroportuária
<i>Descrição: Realização de obras de reformas, de modernização e de expansão dos aeroportos sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO.</i> <i>Finalidade: Dotar os aeroportos sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO de condições adequadas a fim de agilizar a operação aeroportuária e melhorar o atendimento aos usuários.</i>	
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0004	Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para a participação nas decisões dos países produtores e exportadores de açúcar e a participação em assembleias e seminários patrocinados pela Organização Internacional do Açúcar - OIA. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a atuação do Brasil no Fórum Internacional do Comércio do Açúcar.	
0007	Contribuição à Agência Internacional de Pesos e Medidas - BIPM (MDIC)
<i>Descrição:</i> Contribuição anual e participação técnica junto à Agência Internacional de Pesos e Medidas - BIPM. <i>Finalidade:</i> Manter a rastreabilidade dos padrões nacionais brasileiros ao sistema internacional, com o objetivo de assegurar a confiabilidade das medições efetuadas em todo o País.	
0011	Contribuição ao Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF (MP)
<i>Descrição:</i> Contribuição financeira para financiar projetos relacionados à proteção ambiental, por meio de cota de DES - Direitos Especiais de Saques em Países em desenvolvimento. <i>Finalidade:</i> Apoiar o desenvolvimento de projetos nas áreas de diversidade biológica, proteção das águas internacionais, mudança do clima e proteção à camada de ozônio.	
0017	Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição à Organização Internacional do Café. <i>Finalidade:</i> Promover a presença do governo brasileiro na OIC, mediante contribuição financeira ao seu orçamento administrativo, calculado pelo número de votos obtidos em função das quantidades exportadas por cada um dos países membros.	
001Z	Contribuição ao Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco - GIECZ (MME)
<i>Descrição:</i> Garantia da presença do Brasil no Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco - GIECZ, por razões de ordem política, social, econômica, comercial, científica e tecnológica. <i>Finalidade:</i> Propiciar oportunidades para realização de consultas intergovernamentais apropriadas sobre o comércio internacional de chumbo e zinco, além de realizar estudos sobre a situação mundial desses bens minerais, considerando especialmente a conveniência de fornecimento de informações precisas, em base contínua sobre a oferta e demanda e sua provável evolução. Disseminar estatísticas confiáveis, valendo-se das fontes existentes.	
002B	Contribuição ao Grupo Internacional de Estudos do Cobre - GIEC (MME)
<i>Descrição:</i> Garantia da presença do Brasil Grupo Internacional de Estudos do Cobre - GIEC, por razões de ordem política, social, econômica, comercial, científica e tecnológica. <i>Finalidade:</i> Propiciar oportunidades para realização de consultas intergovernamentais apropriadas sobre o comércio internacional de cobre, além de realizar estudos sobre a situação mundial desse bem mineral, considerando especialmente a conveniência de fornecimento de informações precisas, em base contínua sobre a oferta e demanda e sua provável evolução. Disseminar estatísticas confiáveis, valendo-se das fontes existentes.	
002C	Contribuição ao Grupo Internacional de Estudos do Níquel - GIEN (MME)
<i>Descrição:</i> Garantia da presença do Brasil para o Grupo Internacional de Estudos do Níquel - GIEN, por razões de ordem política, social, econômica, comercial, científica e tecnológica. <i>Finalidade:</i> Propiciar oportunidades para realização de consultas intergovernamentais apropriadas sobre o comércio internacional de níquel, além de realizar estudos sobre a situação mundial desse bem mineral, considerando especialmente a conveniência de fornecimento de informações precisas, em base contínua sobre a oferta e demanda e sua provável evolução. Disseminar estatísticas confiáveis, valendo-se das fontes existentes.	
0052	Contribuição à Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<i>Descrição:</i> Pagamento de anuidade à Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - OISCCPLP. <i>Finalidade:</i> Contribuir com a Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para garantir a presença do Tribunal de Contas da União na Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - OISCCPLP por razões de ordem política, econômica, cultural, científica e tecnológica.	
0057	Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (MEC)
<i>Descrição:</i> Mediante contribuição como país-membro, o MEC participa de cursos, seminários, workshops, conferências, congressos e visitas a projetos apoiados pela OEI, além de oferecer estrutura física e manutenção do escritório sede no Brasil. <i>Finalidade:</i> Contribuir financeiramente, na qualidade de associado, em contrapartida à prestação de assistência técnica da entidade no aperfeiçoamento e na capacitação de pessoal técnico e docente, bem como ao desenvolvimento de intercâmbio de experiências e informações entre os países-membros.	
0066	Contribuição à Comunidade Internacional da Pimenta-do-Reino (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para: viabilizar reuniões internacionais anuais, seminários, cursos, entre outros, dos quais o Brasil também participa como país membro; facilitar o intercâmbio de informações sobre programas, políticas, e outros aspectos referentes à produção; desenvolver programas de aumento de consumo nos mercados novos e tradicionais, incluindo aqueles de cooperação em atividades de promoção; coordenar pesquisas sobre novos usos da pimenta-do-reino e padrões de qualidade, visando facilitar a comercialização internacional; manter sob constante revisão os progressos relativos a suprimento, procura e preços da pimenta-do-reino; e investigar as causas e consequências das flutuações no preço da pimenta-do-reino. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a atuação do Brasil no Fórum Internacional relativo à pimenta-do-reino.	
0068	Contribuição à Comissão Sericícola Internacional (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para: intercâmbio de informações entre os países membros; publicação de boletim periódico, das atas das sessões e de publicações especializadas; manutenção do Centro de Documentação Sericícola; organização de reuniões internacionais relacionadas com a ciência sericícola; realização de pesquisas e levantamentos; cooperação com todas as organizações cujos interesses e funções estejam relacionados. <i>Finalidade:</i> Participar de atividades relacionadas com a sericultura em geral, em nível técnico-científico e econômico (inclusive a culturas a "grainage" e tecelagem do fio de seda) e estudos de insetos sericígenos para o setor.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0069	Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para garantir assessoria, consultoria, atendimento laboratorial e intercâmbio de informações entre os membros. <i>Finalidade:</i> Permitir a participação do Governo brasileiro nos eventos internacionais promovidos por aquele organismo de caráter político, social, econômico, comercial, cultural, científica e tecnológico.	
0070	Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover a implantação de projetos, políticas sócio-econômicas e manejo de pragas e doenças. <i>Finalidade:</i> Estimular, promover e apoiar os esforços dos países membros da América Latina e Caribe para alcançar seu desenvolvimento agrícola e bem-estar rural.	
0072	Contribuição ao Comitê Consultivo Internacional do Algodão - CCIA (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento da cota contributiva para participar das reuniões internacionais anuais com os países membros, representantes dos exportadores, importadores, consumidores e de organizações algodoeiras apropriadas. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a participação do Brasil em foruns internacionais que tratam sobre o algodão.	
0073	Contribuição ao Escritório Internacional de Epizootias - EIE (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para colocar à disposição do Brasil (país membro) os dados e documentos relativos a evolução das doenças e os meios para erradicá-las. <i>Finalidade:</i> Coordenar todas as investigações e experimentos relacionados com a patologia e/ou profilaxia das doenças infecciosas dos animais.	
0074	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para a participação nas discussões de acordos internacionais referentes à agricultura e proposição de projetos. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Participar dos debates internacionais a respeito de questões contemporâneas importantes para a agricultura, implantação de projetos em países em desenvolvimento, aprovação de convenções sobre diversos temas agrícolas como controle de pesticidas, segurança alimentar, proteção de vegetais, entre outros.	
0075	Contribuição à Organização Internacional do Cacau - OICC (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para assegurar, através do Conselho Internacional do Cacau, as disposições relativas à gestão e controle do estoque regulador, estímulo ao consumo interno, entre outros. <i>Finalidade:</i> Estimular o consumo do cacau.	
0076	Contribuição ao Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul - COSAVE (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para participar da elaboração de normas fitossanitárias. <i>Finalidade:</i> Participar da definição da harmonização regional dos procedimentos fitossanitários.	
0077	Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para a participação em eventos diversos realizados pela Aliança dos Países Produtores de Cacau com o intuito de fortalecer o setor cacauzeiro e os envolvidos na cadeia produtiva. <i>Finalidade:</i> Manter intercâmbio de informações técnicas e científicas, incentivo às relações sociais e econômicas entre os produtores, bem como, assegurar ofertas adequadas, preços compensadores e promoção do consumo.	
007B	Contribuição ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (MEC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para o desenvolvimento de projetos de assistência técnica que envolvam: serviços proporcionados ao Governo brasileiro, ou por intermédio deste, por peritos selecionados pelo Organismo; realização de congressos, seminários, cursos de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal; estudos e pesquisas; intercâmbios científicos e tecnológicos nas áreas relacionadas, principalmente, no que se refere à meta de universalização do ensino básico no Brasil; e, ainda, outra forma de assistência técnica que venha a ser acordada entre o Governo e o Organismo. <i>Finalidade:</i> Contribuir financeiramente para o PNUD em contrapartida ao assessoramento e à prestação de assistência técnica do Organismo na realização de projetos, estudos, pesquisas e no apoio para execução de políticas públicas que defendam e promovam o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A contrapartida pode envolver, ainda, o intercâmbio de experiências e informações em matérias de seu âmbito de atuação entre os países membros das Nações Unidas.	
007F	Contribuição ao Parlamento Latino-Americano
<i>Descrição:</i> Aporte financeiro ao Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, a fim de que possa cumprir sua programação anual, referentemente à representação de parlamentares brasileiros nos eventos programados. <i>Finalidade:</i> Promover, harmonizar e canalizar ações com vistas à integração latino-americana, atuar como fórum de debates e de troca de experiências sobre a atividade parlamentar, divulgar a legislação e realizar estudos de compatibilidade dos países membros.	
007G	Contribuição à União Interparlamentar
<i>Descrição:</i> Apoio financeiro ao Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, a fim de que possa cumprir sua programação anual, permitindo, assim, que parlamentares brasileiros possam se interagir com outros povos. <i>Finalidade:</i> Promover relações interparlamentares, visando ao aperfeiçoamento e ao fortalecimento das instituições democráticas, bem como fomentar iniciativas que busquem a paz e a cooperação entre os povos.	
0085	Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME)
<i>Descrição:</i> Pagamento de anuidade e participação em reuniões periódicas com os países latino-americanos integrantes da Organização. <i>Finalidade:</i> Garantir a presença do Brasil na Organização Latino-Americana de Energia - OLADE, por razões de ordem política, social, econômica, comercial, científica e tecnológica.	
0086	Contribuição ao Fundo Fiduciário para o Minério de Ferro da UNCTAD (MME)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para garantir a participação do Brasil, como grande produtor de minério de ferro, na atualização das informações de mercado para o minério, patrocinada pela UNCTAD-ONU. <i>Finalidade:</i> Estimular o desenvolvimento sólido da indústria de ferro entre os países membros da ONU.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0087	Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC)
<i>Descrição: Pagamento de cotas contributivas à União Postal Universal, a fim de permitir a presença do Governo brasileiro nesse organismo intergovernamental de seu interesse, garantindo-lhe o direito de voz e voto nesse foro de discussões e decisões internacionais, fundamentais à defesa dos interesses do país na área postal, no plano internacional.</i> <i>Finalidade: Garantir a participação do governo brasileiro junto à UPU, nas questões relativas à área postal.</i>	
0088	Contribuição à União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP (MC)
<i>Descrição: Pagamento de cotas contributivas à União Postal das Américas, Espanha e Portugal, a fim de permitir a presença do Governo brasileiro nesse organismo intergovernamental de seu interesse, garantindo-lhe o direito de voz e voto nesse foro de discussões e decisões internacionais, fundamentais à defesa dos interesses do país na área postal, no plano regional e no âmbito dessa união restrita.</i> <i>Finalidade: Garantir a participação do governo brasileiro junto à UPAEP, nas questões relativas à área postal.</i>	
0089	Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (MC)
<i>Descrição: Pagamento de cotas contributivas à UIT.</i> <i>Finalidade: Garantir a participação do governo brasileiro junto à UIT, nas questões relativas à área de atuação das telecomunicações.</i>	
008F	Contribuição ao Grupo de Egmont (MF)
<i>Descrição: Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira no Grupo Egmont</i> <i>Finalidade: Assegurar a presença do governo brasileiro junto aos organismos internacionais que tratam de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e promover o intercâmbio de informações, metodologias e tecnologia.</i>	
0091	Contribuição ao Conselho Internacional de Museus - ICOM (MF)
<i>Descrição: Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira no Conselho Internacional de Museus - ECOM.</i> <i>Finalidade: Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional na área de Museus.</i>	
0099	Contribuição ao Centro de Estudos Monetários Latino-Americano - CEMLA (MF)
<i>Descrição: Pagamento de cota contributiva para promover a participação no Centro de Estudos Monetários Latino-Americano - CEMLA.</i> <i>Finalidade: Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional na área de estudos monetários.</i>	
009B	Contribuição ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM (MRE)
<i>Descrição: Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar a participação do Brasil no FOCEM.</i> <i>Finalidade: Assegurar a participação brasileira no Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul - FOCEM.</i>	
009D	Contribuição ao Instituto Social do Mercosul - ISM (MDS)
<i>Descrição: Efetuação e contribuição anual por cada estado parte do mercosul para criação e instalação do Instituto Social do Mercosul - ISM. Além do Brasil, efetuarão o pagamento a Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A participação do Chile está em definição.</i> <i>Finalidade: Assegurar a participação do Brasil para criação e instalação do Instituto Social do Mercosul - ISM. O objetivo desse instituto é contribuir para a consolidação da dimensão social como um eixo fundamental no desenvolvimento do MERCOSUL, contribuir para superar as assimetrias, colaborar tecnicamente na elaboração de políticas regionais, sistematizar e atualizar os indicadores sociais regionais, recompilar e trocar boas práticas em matéria social, promover mecanismos de cooperação horizontal e identificar fontes de financiamento.</i>	
009M	Contribuição à Organização Internacional da Vinha e do Vinho - OIV (MAPA)
<i>Descrição: Pagamento de cota contributiva para viabilizar a participação do Brasil em Comitê científico e técnico, constituído de especialistas dos países-membros, nas comissões de viticulturas, enologia e economia vitícola.</i> <i>Finalidade: Traçar programas tecnológicos e científicos que são utilizados na aferição da produção e comercialização internacional de uvas, vinhos e derivados.</i>	
00AQ	Contribuição à Organização Ibero-Americana de Juventude - OIJ (PR)
<i>Descrição: Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional.</i> <i>Finalidade: Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.</i>	
00AR	Contribuição à Comissão Interamericana Contra a Corrupção/OEA (PR)
<i>Descrição: Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional.</i> <i>Finalidade: Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.</i>	
00AT	Contribuição ao Protocolo de Kioto (MCT)
<i>Descrição: Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional.</i> <i>Finalidade: Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.</i>	
00AV	Contribuição à Associação dos Supervisores Bancários das Américas - ASBA (MF)
<i>Descrição: Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional.</i> <i>Finalidade: Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.</i>	
00B1	Contribuição à União Internacional dos Serviços Geológicos - IUGS (MME)
<i>Descrição: Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional.</i> <i>Finalidade: Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.</i>	
00B2	Contribuição à Comissão da Carta Geológica do Mundo - CGMW (MME)
<i>Descrição: Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional.</i> <i>Finalidade: Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.</i>	
00B3	Contribuição à Comissão de Interligação energética Regional - CIER (MME)
<i>Descrição: Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional.</i> <i>Finalidade: Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00B5	Contribuição à Associação Grupo de Tordesilhas de Universidades (MEC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00B6	Contribuição à Organização Internacional de Supervisores de Previdência Privada - IOPS (MPS)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00B7	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00B9	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MEC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BA	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BB	Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BC	Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BD	Contribuição ao Bureau Internacional de Tarifas Aduaneiras - BITA (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BE	Contribuição ao Bureau International des Expositions - BIE (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BF	Contribuição à Comissão Internacional Humanitária - Fact Finding (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BG	Contribuição à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBTO (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BH	Contribuição à Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas - CPAB (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BI	Contribuição à Convenção sobre Certas Armas Convencionais - CCAC (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BJ	Contribuição à Corte Permanente de Arbitragem - CPA (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BK	Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BL	Contribuição ao Grupo de Cooperação Sul-Sul G 15 (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da Contribuição Voluntária ao Grupo de Cooperação Sul-Sul G 15 <i>Finalidade:</i> Permitir a Contribuição Voluntária ao Grupo de Cooperação Sul-Sul G 15	
00BN	Contribuição ao Instituto Internacional pela Unificação do Direito Internacional Privado - UNIDROIT (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00BO	Contribuição ao Instituto Italo-Latino-Americano - IILA (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BQ	Contribuição ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História - IPGH (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BR	Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BS	Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BT	Contribuição ao Tratado da Antártida - TA (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BU	Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BV	Contribuição à União Latina - UL (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BX	Contribuição ao Conselho Internacional de Museus - ICOM (MINC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00BY	Contribuição ao Conselho Internacional de Arquivos - CIA (MINC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00C0	Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (MMA)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição à Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição à Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES	
00C1	Contribuição à Associação Internacional de Estatísticas Oficiais - IAOS (MP)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00C2	Contribuição ao Instituto Estatístico Internacional - ISI (MP)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00C3	Contribuição à Associação Internacional de Pesquisadores Estatísticos - IASS (MP)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00C4	Contribuição ao Instituto Estatístico Interamericano - IASI (MP)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil neste Organismo Internacional. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença brasileira neste Organismo Internacional.	
00D2	Contribuição à Associação dos Secretários-Gerais do Parlamento
<i>Descrição:</i> Pagamento de anuidades devidas à Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos - ASGP. <i>Finalidade:</i> Promover relações interparlamentares, buscar o aperfeiçoamento e fortalecimento das instituições, fomentar iniciativas e compartilhar experiências nas atividades parlamentares, promover estratégias de cooperação-técnica junto à associação de secretários-gerais de parlamentos - ASGPLP, órgão consultivo vinculado à união parlamentar.	
00D6	Contribuição à União Geodésica e Geofísica Internacional - UGGI (MP)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição anual à UGGI. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação do Brasil à UGGI.	
00D7	Contribuição ao Padrão Internacional de Números de Série - ISSN (MCT)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição anual à ISSN. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação do Brasil à ISSN.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00D8	Contribuição à Agência Internacional Antidoping - WADA (ME)
<i>Descrição: Pagamento da contribuição anual à WADA.</i> <i>Finalidade: Assegurar a participação do Brasil à WADA.</i>	
00D9	Contribuição ao Instituto Internacional de Ciências Administrativas - IIAS (MP)
<i>Descrição: Pagamento da contribuição anual à IIAS</i> <i>Finalidade: Assegurar a participação do Brasil na IIAS.</i>	
00DN	Contribuição ao Centro Sul - CS (MRE)
<i>Descrição: Pagamento da contribuição anual ao Centro Sul.</i> <i>Finalidade: Assegurar a participação do Brasil no Centro Sul.</i>	
00DU	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (MEC)
<i>Descrição: Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Organização dos Estados Americanos - OEA. O pagamento da contribuição também contempla os Fundos Voluntários da OEA.</i> <i>Finalidade: Assegurar a presença do Governo brasileiro na Organização dos Estados Americanos - OEA.</i>	
00DZ	Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE)
<i>Descrição: Pagamento de Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE)</i> <i>Finalidade: Permitir o Pagamento da Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE)</i>	
00E0	Contribuição Voluntária à Rede Internacional de Centros de Astrofísica Relativística - ICRANet (MCT)
<i>Descrição: Pagamento da contribuição à Rede de Centros de Astrofísica Relativística - ICRANet</i> <i>Finalidade: Permitir a contribuição à Rede Internacional de Centros de Astrofísica Relativística - ICRANet</i>	
00E2	Contribuição ao Sistema de Classificação Decimal Universal - UDC (MCT)
<i>Descrição: Pagamento da contribuição ao Sistema de Classificação Decimal Universal - UDC.</i> <i>Finalidade: Permitir o pagamento da contribuição ao Sistema de Classificação Decimal Universal - UDC</i>	
00E3	Contribuição à Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições - IFLA (MCT)
<i>Descrição: Pagamento da contribuição à Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições - IFLA</i> <i>Finalidade: Permitir o pagamento à Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições - IFLA</i>	
00E4	Contribuição à Rede de Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - NDLTD (MCT)
<i>Descrição: Pagamento da contribuição à Rede da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - NDLTD</i> <i>Finalidade: Permitir o pagamento à Rede da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - NDLTD</i>	
00E6	Contribuição Voluntária às Missões de Observação Eleitoral da OEA - MOE (MRE)
<i>Descrição: Pagamento da Contribuição Voluntária às Missões de Observação Eleitoral da OEA - MOE.</i> <i>Finalidade: Permitir a Contribuição Voluntária às Missões de Observação Eleitoral da OEA - MOE.</i>	
00E7	Contribuição à Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio - Convenção de Viena (MRE)
<i>Descrição: Pagamento da contribuição à Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio - Convenção de Viena</i> <i>Finalidade: Permitir a contribuição à Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio - Convenção de Viena</i>	
00E8	Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MTE)
<i>Descrição: Pagamento da contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM</i> <i>Finalidade: Permitir a contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM</i>	
00EJ	Contribuição ao Acordo de Conservação de Albatrozes e Petréis - ACAP (MMA)
<i>Descrição: Pagamento da contribuição ao Acordo de Conservação de Albatrozes e Petréis (MMA)</i> <i>Finalidade: Permitir o pagamento ao Acordo de Conservação de Albatrozes e Petréis</i>	
00EK	Contribuição Voluntária ao Fundo Fiduciário Perez Guerreiro - FFPG (MRE)
<i>Descrição: Pagamento da Contribuição Voluntária ao Fundo Fiduciário Perez Guerreiro - FFPG.</i> <i>Finalidade: Permitir a Contribuição Voluntária ao Fundo Fiduciário Perez Guerreiro - FFPG.</i>	
00EM	Contribuição Voluntária ao Grupo dos 77 - G77 (MRE)
<i>Descrição: Pagamento da Contribuição Voluntária ao Grupo dos 77 - G77.</i> <i>Finalidade: Permitir a Contribuição Voluntária ao Grupo dos 77 - G77.</i>	
00ES	Contribuição ao Fundo Índia-Brasil-África do Sul de Combate à Fome e à Pobreza - IBAS (MRE)
<i>Descrição: Pagamento da contribuição ao Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza - IBAS</i> <i>Finalidade: Permitir a contribuição ao Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza - IBAS</i>	
00ET	Contribuição ao Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul - FAF (MDA)
<i>Descrição: Pagamento da contribuição anual por cada estado parte do Mercosul para criação e instalação do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul - FAF.</i> <i>Finalidade: Assegurar a participação do Brasil na criação e instalação do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul - FAF; financiar os programas e projetos de incentivo à agricultura familiar no âmbito do Mercosul; facilitar a participação dos atores sociais em atividades relacionadas ao tema; apoiar a elaboração de políticas públicas e promover mecanismos de cooperação horizontal em políticas públicas que contribuam para a superação das assimetrias e o desenvolvimento do Mercosul.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00EV	Contribuição à Confederação Internacional de Repositório de Acesso - COAR (MCT)
<i>Descrição:</i> Pagamento de contribuição à Confederação Internacional de Repositório de Acesso - COAR. <i>Finalidade:</i> Permitir o pagamento de contribuição à Confederação Internacional de Repositório de Acesso - COAR.	
00EW	Contribuição ao Conselho Internacional de Museus - ICOM (MCT)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição ao Conselho Internacional de Museus - ICOM <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição ao Conselho Internacional de Museus - ICOM	
00EX	Contribuição à Conferência da Proibição do Uso, do Armazenamento, da produção e da Transferência de Minas Terrestres Antipessoal - Convenção de Ottawa (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição à Convenção de Ottawa <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição à Convenção de Ottawa	
00EY	Contribuição à Associação Internacional de Sinalização Marítima - IALA (MD)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição anual à IALA <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação do Brasil na IALA	
00EZ	Contribuição ao Comitê Internacional de Medicina Militar - CIMM (MD)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição anual ao CIMM <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação do Brasil no CIMM	
00F4	Contribuição ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Protocolo de Montreal (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição à Convenção de Montreal. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição à Convenção de Montreal.	
00GQ	Contribuição ao Centro Internacional de Ligação das Escolas de Cinema e Televisão – CILECT (MEC)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição ao Centro Internacional de Ligação das Escolas de Cinema e Televisão – CILECT. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição ao Centro Internacional de Ligação das Escolas de Cinema e Televisão – CILECT.	
00GR	Contribuição ao Consórcio para a Colaboração da Educação Superior da América do Norte - CONAHEC (MEC)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição ao Consórcio para a Colaboração da Educação Superior da América do Norte - CONAHEC <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição ao Consórcio para a Colaboração da Educação Superior da América do Norte – CONAHEC	
00GS	Contribuição Voluntária à Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico – ICCAT (PR)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição Voluntária à Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico – ICCAT (PR). <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição Voluntária à Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico – ICCAT (PR).	
00GT	Contribuição ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul – Parlamento do Mercosul (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul – Parlamento do Mercosul (MRE) . <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul – Parlamento do Mercosul (MRE).	
00H9	Contribuição ao Fundo Mercosul Cultural - FMC (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição ao Fundo Mercosul Cultural - FMC <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição ao Fundo Mercosul Cultural - FMC	
00HA	Contribuição ao Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino – CATIE (MMA).
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição ao Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino – CATIE. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição ao Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino – CATIE.	
00HB	Contribuição ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP.	
00HC	Contribuição à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul – TPR (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul – TPR. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul – TPR.	
00HD	Contribuição ao Alto Representante-Geral do Mercosul (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição ao Alto Representante-Geral do Mercosul. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição ao Alto Representante-Geral do Mercosul.	
00HE	Contribuição Voluntária ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFAA (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição voluntária ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFAA. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição voluntária ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFAA.	
00HF	Contribuição à União das Nações Sul-Americanas – UNASUL (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição à União das Nações Sul-Americanas – UNASUL. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição à União das Nações Sul-Americanas – UNASUL.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00HX	Contribuição ao Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (PR)
<i>Descrição:</i> Pagamento da Contribuição ao Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência. <i>Finalidade:</i> Permitir a Contribuição ao Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.	
00HY	Contribuição Voluntária ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM Voluntária (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da Contribuição Voluntária ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem Voluntário. <i>Finalidade:</i> Permitir a Contribuição Voluntária ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem Voluntário.	
00IO	Contribuição ao Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul - FPTur (MTur)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição ao Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul - FPTur. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição ao Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul - FPTur.	
00I2	Contribuição ao Fundo Temático Sul-Sul do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD (MP)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição ao Fundo Temático Sul-Sul do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição monetária ao Fundo Temático Sul-Sul do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.	
00I4	Contribuição à Fundação para Padronização de Relatórios Financeiros Internacionais - IFRS/IASC (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição Fundação para Padronização de Relatórios Financeiros Internacionais – IFRS/IASC (MF). Contribuição a organismo internacional sujeito de direito interno. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição à Fundação para Padronização de Relatórios Financeiros Internacionais – IFRS/IASC (MF).	
00I5	Contribuição ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul - IPPDH (PR)
<i>Descrição:</i> Pagamento da Contribuição ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul – IPPDH. <i>Finalidade:</i> Permitir a Contribuição ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul – IPPDH.	
00IL	Contribuição ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (ME)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para o desenvolvimento de projetos de assistência técnica que envolvam: serviços proporcionados ao Governo brasileiro, ou por intermédio deste, por peritos selecionados pelo Organismo; realização de congressos, seminários, cursos de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal; estudos e pesquisas; intercâmbios científicos e tecnológicos nas áreas relacionadas, principalmente, no que se refere à meta de democratização e universalização do acesso ao esporte e ao lazer em âmbito nacional e internacional; e, ainda, outra forma de assistência técnica que venha a ser acordada entre o Governo e o Organismo. <i>Finalidade:</i> Contribuir financeiramente para o PNUD em contrapartida ao assessoramento e à prestação de assistência técnica do Organismo na realização de projetos, estudos, pesquisas e no apoio para execução de políticas públicas que defendam e promovam o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A contrapartida pode envolver, ainda, o intercâmbio de experiências e informações em matérias de seu âmbito de atuação entre os países membros das Nações Unidas.	
00IV	Contribuição Voluntária à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO Voluntária (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição voluntária à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO Voluntária. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição voluntária à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO Voluntária.	
00IW	Contribuição ao Fundo Fiduciário para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição ao Fundo Fiduciário para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial – FPCI <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição ao Fundo Fiduciário para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial – FPCI.	
00IX	Contribuição Voluntária à Organização dos Estados Americanos - OEA Voluntária (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição voluntária à Organização dos Estados Americanos – OEA Voluntária. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição voluntária à Organização dos Estados Americanos – OEA Voluntária.	
00IY	Contribuição Voluntária à Organização das Nações Unidas - ONU Voluntária (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição voluntária à Organização das Nações Unidas – ONU Voluntária. <i>Finalidade:</i> Permitir a contribuição voluntária à Organização das Nações Unidas – ONU Voluntária.	
00JD	Contribuição ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (MDS)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para o desenvolvimento de projetos de assistência técnica que envolvam: serviços proporcionados ao Governo brasileiro, ou por intermédio deste, por peritos selecionados pelo Organismo; realização de congressos, seminários, cursos de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal; estudos e pesquisas; intercâmbios científicos e tecnológicos nas áreas relacionadas, principalmente, no que se refere à meta de universalização do ensino básico no Brasil; e, ainda, outra forma de assistência técnica que venha a ser acordada entre o Governo e o Organismo. <i>Finalidade:</i> Contribuir financeiramente para o PNUD em contrapartida ao assessoramento e à prestação de assistência técnica do Organismo na realização de projetos, estudos, pesquisas e no apoio para execução de políticas públicas que defendam e promovam o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A contrapartida pode envolver, ainda, o intercâmbio de experiências e informações em matérias de seu âmbito de atuação entre os países membros das Nações Unidas.	
0100	Contribuição ao Instituto Internacional de Finanças - IIF (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira no Instituto Internacional de Finanças - IIF. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional na área de finanças.	
0103	Contribuição à Organização Internacional das Comissões de Valores - OICV (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira na Organização Internacional das Comissões de Valores - OICV. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional na área de mercado de valores mobiliários mundial.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0104	Contribuição à Associação dos Superintendentes de Seguros da América Latina - ASSAL (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira na Associação dos Superintendentes de Seguros da América Latina - ASSAL. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional na área de seguros.	
0105	Contribuição à Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos - ASSEL (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira na Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos - ASSEL. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional na área de seguros.	
0106	Contribuição à Associação Internacional de Supervisores de Seguros - IAIS (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira na Associação Internacional de Supervisores de Seguros - IAIS. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional na área de seguros.	
0113	Contribuição Voluntária ao Fundo de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para garantir a participação da Comissão Nacional de Energia Nuclear no Fundo de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica, promover a cooperação na área nuclear, o intercâmbio científico para utilização de ciência e tecnologia nuclear para fins pacíficos e o desenvolvimento de padrões de segurança nuclear. <i>Finalidade:</i> Garantir a participação da Comissão Nacional de Energia Nuclear no Fundo de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica e interagir com os outros países-membros buscando o desenvolvimento na área nuclear.	
0120	Contribuição à Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA (PR)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para viabilizar a filiação do Arquivo Nacional à Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA para a participação em projetos gerenciados pela Associação e no Fundo Financeiro para o Programa de Arquivos Iberoamericanos para a formação e assistência técnica, preservação, conservação e difusão. <i>Finalidade:</i> Possibilitar acesso e permuta de informações, obras, periódicos e edições relacionadas com a América Latina, entre os países membros da Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA.	
0121	Contribuição ao Conselho Internacional de Arquivos - CIA (PR)
<i>Descrição:</i> Contribuição financeira e técnica para garantir a participação do Arquivo Nacional (órgão central do SINAR - Sistema Nacional de Arquivos) nas decisões internacionais que permeiam as ações arquivísticas de todo o mundo, além da cooperação técnico-científica. <i>Finalidade:</i> Possibilitar acesso e permuta de informações, obras, periódicos e edições sob guarda de organismos internacionais.	
0122	Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol - França (MJ)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para o desenvolvimento de ações estratégicas conjuntas entre a Polícia Federal e os órgãos policiais de outros países. <i>Finalidade:</i> Promover o intercâmbio de informações entre a Polícia Federal e os outros órgãos policiais da comunidade internacional, visando maior eficiência no combate à criminalidade, em especial, ao crime organizado internacional. Manter os compromissos assumidos com a Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol/França no que diz respeito à cooperação técnica internacional, no intuito de promover ações conjuntas em matéria de segurança. Evitar a ação de organizações criminosas estrangeiras em território nacional, especialmente, as que atuam no tráfico de drogas, no contrabando, no rapto de crianças e, ainda, obter informações sobre trânsito de pessoas procuradas em outras partes do mundo, dentre outros benefícios resultantes desse tipo de intercâmbio.	
0123	Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD)
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos financeiros (anuidade) correspondentes à participação brasileira no custeio da Organização <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação do Brasil como membro da International Maritime Organization (IMO), na qual são tratados e discutidos os assuntos afetos à navegação comercial internacional, de interesse da Marinha Mercante	
0128	Contribuição ao Sistema das Nações Unidas - ONU (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Organização das Nações Unidas, em Operações de Paz por ela organizadas e nos Tribunais Internacionais por ela mantidos. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Organização das Nações Unidas e a participação em suas missões de paz, bem como nos Tribunais Internacionais por ela mantidos, por razões de ordem política, social, econômica, comercial, cultural, científica e tecnológica	
0129	Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS (MPS)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota anual à Associação Internacional de Seguridade Social. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação do MPS em eventos internacionais, cursos, treinamentos e o acesso a publicações e consultorias patrocinados pela Associação Internacional de Seguridade Social.	
0130	Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS (MPS)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota anual à Conferência Interamericana de Seguridade Social. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação do MPS em eventos internacionais, cursos, treinamentos e o acesso a publicações e consultorias patrocinados pela Conferência Interamericana de Seguridade Social.	
0131	Contribuição à Organização Ibero-Americana de Seguridade Social - OISS (MPS)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota anual à Organização Ibero-americana de Seguridade Social. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação do MPS em eventos internacionais, cursos, treinamentos e o acesso a publicações e consultorias patrocinados pela Organização Ibero-americana de Seguridade Social.	
0135	Contribuição à Organização Hidrográfica Internacional - OHI (MD)
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos financeiros correspondentes à participação brasileira no custeio da Organização. <i>Finalidade:</i> Pagar anuidade efetuada pelo Brasil à Organização Hidrográfica Internacional (OHI), como contribuição de país membro desta Organização, cuja missão é coordenar as atividades dos Serviços Hidrográficos nacionais, visando à cooperação na disseminação de informações marinhas essenciais (cartas náuticas e informações correlatas), para segurança da navegação, proteção ao meio ambiente, e aos muitos usuários em ciências marinhas e indústria.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0146	Contribuição ao Fundo do Patrimônio Mundial (MINC)
<i>Descrição: Pagamento da cota contributiva anual.</i> <i>Finalidade: Participar e adotar as orientações e normas estabelecidas pela Fundo do Patrimônio Mundial, entidade responsável pelos programas de identificação, proteção, promoção e valorização dos bens culturais inseridos na lista do patrimônio mundial.</i>	
0147	Contribuição à Federação Internacional dos Arquivos de Filmes - FIAF (MINC)
<i>Descrição: Pagamento de cota contributiva anual.</i> <i>Finalidade: Participar e adotar as orientações e normas estabelecidas pela Federação Internacional dos Arquivos e Filmes - FIAF, entidade responsável pela promoção de intercâmbios entre a cinemateca brasileira e entidades congêneres dos demais países filiados ao Organismo, obtendo acesso a seus arquivos e selecionando material para divulgação por meio da produção de mostras.</i>	
0148	Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC)
<i>Descrição: Pagamento de cota contributiva anual.</i> <i>Finalidade: Participar e adotar as orientações e normas estabelecidas pela Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM, entidade vinculada a UNESCO, responsável por programas de treinamento de profissionais da área de preservação cultural.</i>	
0155	Contribuição à Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições - IFLA (MINC)
<i>Descrição: Pagamento de cota contributiva anual que permite a participação com direito a voto nas Assembléias Deliberativas que indicam os programas e diretrizes prioritárias e elegem os conselhos diretores e presidência.</i> <i>Finalidade: Participar e adotar as orientações e normas estabelecidas pela Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições - IFLA, entidade responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes para o desenvolvimento e modernização de bibliotecas e/ou centros de documentação.</i>	
0160	Contribuição à Associação Internacional de Congressos e Convenções - ICCA (MTur)
<i>Descrição: Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira na Associação Internacional de Congressos e Convenções - ICCA.</i> <i>Finalidade: Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional na área do turismo.</i>	
0164	Contribuição à Organização Mundial de Turismo - OMT (MTur)
<i>Descrição: Pagamento de anuidade para possibilitar a participação brasileira em curso, seminários e eventos oficiais da Organização Mundial de Turismo - OMT, bem como o acesso aos estudos sobre o setor turístico produzidos pela mesma.</i> <i>Finalidade: Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional na área do turismo.</i>	
0166	Contribuição à Associação Interparlamentar de Turismo
<i>Descrição: Aporte financeiro à entidade especificada, a fim de que possa cumprir sua programação anual.</i> <i>Finalidade: Favorecer as atividades de intercâmbio legislativo, parlamentar e político do Senado Federal com instituições parlamentares, legislativas e políticas de outros países, a fim de fortalecer e desenvolver as instituições democráticas, bem como promover a paz, a integração e a cooperação entre os povos.</i>	
0172	Contribuição à Associação Mundial dos Serviços Públicos de Emprego - AMSEP (MTE)
<i>Descrição: Repasse da contribuição do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE à AMSEP para possibilitar o acesso à assistência técnica que é prestada aos membros da associação através de bolsas, seminários e simpósios. Outros serviços como pesquisas, estudos, administração do banco de dados, capacitação e desenvolvimento também são oferecidos aos associados. Por meio do banco de dados todas as instituições membros podem contribuir e ter acesso a dados atualizados referentes a programas, pesquisas e estatísticas do trabalho.</i> <i>Finalidade: Garantir a participação do Ministério do Trabalho e Emprego junto à AMSEP, na condição de membro. Criada em 1988, a AMSEP é um organismo internacional, não governamental, sem fins lucrativos, de caráter técnico que agrupa livremente instituições nacionais ou departamentos dos Ministérios encarregados de por em prática as políticas do mercado de trabalho ou da organização da mão-de-obra. O objetivo principal da AMSEP é estimular o contato entre as instituições (membros) e, assim, promover o intercâmbio de informação, idéias e experiências, analisar estratégias e métodos, e prestar assistência técnica e outros serviços de interesse comum para os membros. Mantém um protocolo de acordo com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, onde funciona sua sede, em Genebra.</i>	
0185	Contribuição à Comissão Latino-Americana de Aviação Civil - CLAC (MD)
<i>Descrição: Alocação de recursos para garantir a presença do Governo brasileiro em congressos e convenções realizadas pela Comissão Latino-americana de Aviação Civil CLAC.</i> <i>Finalidade: Promover a presença do Governo brasileiro junto à Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC), garantindo ao País a atualização necessária de padronização de regras e procedimentos de aviação no âmbito da América Latina.</i>	
0186	Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (MD)
<i>Descrição: Alocação de recursos para garantir a presença do Governo brasileiro em congressos e convenções realizadas pela Organização de Aviação Civil Internacional OACI.</i> <i>Finalidade: Promover a presença do governo brasileiro junto à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI, garantindo ao País a atualização necessária de padronização de regras e procedimentos de aviação no âmbito mundial</i>	
0188	Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MCT)
<i>Descrição: Pagamento de cota contributiva para formação e treinamento de Recursos Humanos e desenvolvimento de Pesquisa Conjunta.</i> <i>Finalidade: Promover programas de pesquisa, treinamento e colaboração científica; prestar serviços de consultoria em todos os campos da engenharia genética e da biotecnologia; cooperar para o desenvolvimento e a aplicação do uso da Engenharia Genética e Biotecnologia nos países em desenvolvimento; e prestar assistência para capacitação científica e tecnológica.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0189	Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MCT)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para viabilizar a cooperação científica e a assistência técnica, assim como intercâmbio e transferência de tecnologias e avanços conceituais entre países da América Latina e Caribe, nas áreas de pós-graduação, pesquisa e gestão de políticas públicas na área social, visando especialmente o apoio aos esforços de construção nacional de políticas públicas com participação e controle social, e a harmonização de políticas públicas nos processos de integração (em particular o MERCOSUL); programas e projetos de docência, consultoria e cooperação científica por intermédio da Sede Acadêmica no Brasil. <i>Finalidade:</i> Assegurar a formação em ciências sociais através de cursos de pós-graduação e especialização; realizar pesquisas em área de ciências sociais sobre a problemática latino-americana; difundir os avanços nas ciências sociais, sobretudo de seus próprios resultados de pesquisa; promover o intercâmbio de materiais de ensino das ciências sociais na e para a América Latina; colaborar, mediante trabalhos de extensão e cooperação, com instituições universitárias e organismos internacionais, regionais e nacionais equivalentes, sejam governamentais ou privados, a fim de promover o desenvolvimento das ciências sociais.	
0190	Contribuição à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC (MCT)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para viabilizar a participação na regulamentação da Convenção e do Protocolo de Quioto, com possibilidade de obtenção de recursos adicionais para as empresas brasileiras no futuro, mediante o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. <i>Finalidade:</i> Alcançar, em conformidade com as disposições pertinentes desta Convenção, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático.	
0191	Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MCT)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva à RITLA, para o desenvolvimento e difusão de cooperação tecnológica e científica no âmbito da América Latina. <i>Finalidade:</i> Desenvolver a cooperação científica e tecnológica e difundir tecnologias.	
0193	Contribuição à Academia de Ciências dos Países em Desenvolvimento - TWAS (MCT)
<i>Descrição:</i> Pagamento da Contribuição Voluntária à Academia de Ciências dos Países em Desenvolvimento - TWAS <i>Finalidade:</i> Permitir a Contribuição Voluntária à Academia de Ciências dos Países em Desenvolvimento - TWAS	
0194	Contribuição ao Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais - IAI (MCT)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover o apoio em pesquisa e educação; fomento à pesquisa multinacional e multidisciplinar na área das mudanças globais do meio ambiente (mudanças climáticas, fenômeno El Niño, biodiversidade, ecossistemas terrestres e marinhos, impactos socioeconômicos das mudanças globais no meio ambiente); aplicação do conhecimento científico em políticas públicas e privadas no manejo de recursos naturais; investimento em capacitação superior no Brasil e no exterior; e intercâmbio de informações científicas entre o Brasil e os outros 17 países membros do IAI - Inter American Institute for Global Change Research. <i>Finalidade:</i> Promover a cooperação regional para a pesquisa interdisciplinar sobre aspectos de mudanças globais relativos às ciências da terra, dos mares, da atmosfera, do meio ambiente e às ciências sociais, com especial atenção aos impactos sobre os ecossistemas e a biodiversidade, aos impactos socioeconômicos, e às tecnologias e aspectos econômicos vinculados à atenuação dos problemas decorrentes de mudanças globais e à adaptação aos mesmos; realizar ou selecionar, para patrocínio, programas e projetos científicos com base em sua relevância regional e mérito científico, conforme determinado por avaliação científica; realizar, em escala regional, pesquisa que não possa ser realizada por um país ou instituição, individualmente, e dedicar-se a questões científicas de importância regional; aperfeiçoar a capacidade científica e técnica, bem como a infra-estrutura de pesquisa dos países da região, mediante a identificação e a promoção do desenvolvimento de instalações apropriadas à implementação do gerenciamento de dados, assim como pela formação técnica e científica de profissionais; fomentar a padronização, coleta, análise e intercâmbio de dados científicos relevantes para mudanças globais; melhorar a difusão junto ao público bem como proporcionar aos Governos informações científicas com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas relevantes para mudanças globais; fomentar a cooperação entre as diversas instituições de pesquisa da região; e fomentar a cooperação com instituições de pesquisa de outras regiões.	
0196	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCT)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para o apoio a conferências, colaborações em pesquisa, bolsas sanduíche e a participação em projetos internacionais de pesquisa no campo da física, como os do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear. <i>Finalidade:</i> Realizar pesquisas científicas e organizar o ensino especializado no domínio das ciências físicas, em particular na formação e treinamento de pesquisadores e professores universitários na América Latina no campo da física; estimular a criação de grupos de pesquisas físicas; e desenvolver programas especiais nos diversos ramos da física, incluindo os assessoramentos técnicos que sejam solicitados.	
0208	Contribuição ao Conselho Internacional para a Ciência - ICSU (MCT)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva ao International Council of Science - ICSU, com sede em Paris, França e ao International Council of Science - Regional Office for Latin America and the Caribbean, com sede no Rio de Janeiro, Brasil - para a formação de um grupo de mensagens centrais essenciais para o público geral e para a educação científica de nível primário; preenchimento da lacuna na disponibilidade de software no ensino à distância; treinamento de professores, e elevação do seu status social - incluindo um prêmio para ensino científico; execução de atividades que objetivem alcançar as seções menos favorecidas da população; encorajamento do desenvolvimento de equipamento de ensino científico de menor custo e realização de uma coletânea das melhores práticas em comunicação e educação científica. <i>Finalidade:</i> Encorajar e promover atividades científicas e tecnológicas internacionais para o bem-estar da humanidade; facilitar e coordenar as atividades dos Membros da União Científica; facilitar e coordenar as atividades científicas internacionais dos Membros Científicos Nacionais; estimular, designar, coordenar ou participar na implementação de programas científicos interdisciplinares internacionais e agir como um corpo consultivo em áreas científicas com dimensão internacional.	
0211	Contribuição ao Comitê Científico de Pesquisa Antártica - SCAR (MCT)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promoção de congressos e cooperação internacional referente à Antártica; formulação de programas visando à possível contribuição com programas globais dos componentes do ICSU e de outros organismos científicos; estabelecimento de cooperação com organismos internacionais que possuem interesse na Antártica; fornecimento de recomendações científicas e tecnológicas ao Sistema de Tratado da Antártica e para outros organismos internacionais (governamentais e não-governamentais); e promoção da conservação dos ecossistemas terrestre e marítimo. <i>Finalidade:</i> Iniciar, promover e coordenar as pesquisas científicas na Antártica.	
0212	Contribuição ao Comitê Científico de Pesquisas Oceânicas - SCOR (MCT)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promoção de atividades científicas em nível internacional em todos os ramos da pesquisa oceânica; exame detalhado de problemas relacionados a atividades oceânicas internacionais e pesquisas sobre o meio ambiente; apresentação da visão dos cientistas da área oceânica nos foros internacionais apropriados; cooperação com as organizações nacionais e internacionais no que se refere aos cientistas de pesquisa oceânica e atividades a ela relacionadas. <i>Finalidade:</i> Promover atividades internacionais em oceanografia, examinar os problemas e identificar os elementos que possam beneficiar uma maior ação internacional, incluindo o melhoramento dos métodos científicos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0218	Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS)
<i>Descrição:</i> Apoio às ações de cooperação internacional, objetivando fortalecer e expandir os interesses do governo na área de saúde no âmbito internacional, repasse financeiro à OPAS para o desenvolvimento de ações nos seguintes campos: desenvolvimento de políticas de Saúde que, a critério das partes, venham a ser definidas; desenvolvimento de sistemas e serviços de saúde; desenvolvimento da infraestrutura de sistemas de saúde; desenvolvimento de recursos humanos em saúde; desenvolvimento científico e tecnológico em saúde; promoção à saúde e prevenção e controle de doenças e outros agravos; estimular o aumento do uso de insumos estratégicos de saúde pública pelo governo; e outros campos que venham a ser mutuamente acordados. <i>Finalidade:</i> Desenvolver a cooperação no âmbito do Ministério da Saúde voltada para programas e projetos relacionados aos sistemas de saúde no Brasil.	
0220	Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para a elaboração de planos, documentos, normas técnicas, promoção de encontros, fóruns e congressos, cursos em várias áreas de atividades oncológicas em todo mundo. <i>Finalidade:</i> Participar ativamente da organização internacional que regulamenta atividades do controle do câncer, formada por instituições governamentais de vários países.	
0221	Contribuição à Organização Mundial de Saúde - OMS (MS)
<i>Descrição:</i> Apoio às ações de cooperação internacional, objetivando fortalecer e expandir os interesses do governo na área de saúde no âmbito internacional, repasse financeiro à Organização Mundial de Saúde - OMS para o desenvolvimento de políticas de Saúde; desenvolvimento de sistemas e serviços de saúde; desenvolvimento da infraestrutura de sistemas de saúde; desenvolvimento de recursos humanos em saúde; desenvolvimento científico e tecnológico em saúde; promoção à saúde e prevenção, controle de doenças e outros agravos; estímulo ao aumento do uso de insumos estratégicos de saúde pública pelo governo; e outros campos que venham a ser mutuamente acordados. <i>Finalidade:</i> Desenvolver a cooperação técnico-financeira junto à Organização Mundial de Saúde - OMS em programas e projetos relacionados aos Sistemas de Saúde no Brasil.	
0286	Contribuição à Comissão Internacional de Irrigação e Drenagem - ICID (MI)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para viabilizar a atuação brasileira em cooperação técnica internacional, participação em seminários, congressos e conferências internacionais. <i>Finalidade:</i> Promover a presença do Governo Brasileiro nos Organismos Internacionais de seu interesse, por razões políticas, sociais, culturais, econômicas, científicas e tecnológicas.	
0287	Contribuição à Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico - ICCAT (MPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva anual. <i>Finalidade:</i> Apoiar o trabalho de gestão na Comissão Internacional de Ordenamento Pesqueiro do Atum do Atlântico - ICCAT.	
0291	Contribuição ao Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e Caribe - INFOPESCA (MPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de Anuidade ao INFOPESCA. <i>Finalidade:</i> Obter informações necessárias à promoção da produção, industrialização e comercialização de pescado no Brasil, por meio de contribuição ao INFOPESCA, no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO.	
0292	Contribuição ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (MMA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas à UNEP, permitindo a participação brasileira em reuniões e seminários relacionados a assuntos da área ambiental. <i>Finalidade:</i> Contribuir financeiramente com um Organismo Multilateral do Sistema das Nações Unidas que assiste países em desenvolvimento, na área ambiental.	
0321	Contribuição à Associação das Universidades de Língua Portuguesa - AULP (MEC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para a promoção de congressos, seminários e acesso a publicações da AULP. <i>Finalidade:</i> Apoiar o desenvolvimento da língua portuguesa, incrementar o intercâmbio de docentes, pesquisadores, estudantes e técnicos-administrativos com atuação nas áreas pedagógica, científica, cultural e administrativa, promovendo projetos de pesquisa científica-tecnológica em conjunto, bem como a circulação de informação em todos os campos de conhecimentos, estimulando a colaboração bilateral e multilateral e fomentando a reflexão sobre o papel da educação superior.	
0328	Contribuição à Associação de Universidades Grupo Montevideu - AUGM (MEC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para viabilizar o desenvolvimento de pesquisas conjuntas e de seminários técnico-científicos com os comitês disciplinares e núcleos acadêmicos que compõem a AUGM. <i>Finalidade:</i> Promover o intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos, no intuito de incrementar e ampliar esses conhecimentos.	
0329	Contribuição à Associação Columbus - AC (MEC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para a realização de congressos e seminários visando a melhoria da qualificação profissional dos participantes do programa. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento institucional das universidades filiadas, incentivando políticas inovadoras, aperfeiçoamento de processo e de estruturas de gestão e capacitação de seus dirigentes.	
0334	Contribuição à Organização Universitária Interamericana - OUI (MEC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover ações que contribuam para o melhoramento da gestão das universidades membros e formação de lideranças, compreendendo: curso básico, seminários temáticos, workshops para reitores, publicação de revistas, bem como cooperação científica e tecnológica baseada na organização de seminários, congressos e missões técnicas. <i>Finalidade:</i> Promover integração com as instituições universitárias e contribuir para o desenvolvimento da educação superior das Américas por meio de discussões temáticas e projetos.	
0342	Contribuição à União de Universidades da América Latina - UDUAL (MEC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promoção de congressos, encontros e seminários. <i>Finalidade:</i> Promover a participação ativa no desenvolvimento social, econômico e cultural da América Latina, contribuindo, desta forma, para a criação de uma sociedade livre, pacífica e democrática.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0344	Contribuição à Organização Mundial das Aduanas - OMA (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira na Organização Mundial das Aduanas - OMA. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional na área aduaneira.	
0348	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP)
<i>Descrição:</i> Pagamento anual da contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD. <i>Finalidade:</i> Promover a presença do Governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse, por razões de ordem política, social, econômica, comercial, cultural, científica e tecnológica.	
0349	Contribuição ao Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social - ILPES (MP)
<i>Descrição:</i> Pagamento anual da contribuição ao Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social - ILPES. <i>Finalidade:</i> Promover a presença do Governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse, por razões de ordem política, social, econômica, comercial, cultural, científica e tecnológica.	
0364	Contribuição ao Fundo para o Setor Educacional do MERCOSUL - FEM (MEC)
<i>Descrição:</i> Cooperação financeira, pelos Ministérios da Educação dos países membros e associados do MERCOSUL, para a implementação das atividades do setor educacional. <i>Finalidade:</i> Garantir a participação brasileira nas ações do Setor Educacional do Mercosul, assegurando a implementação das atividades e projetos prioritários definidos de acordo com as metas estabelecidas no Plano de Ação 2001-2005.	
0366	Contribuição ao Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo - GAFISUD (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira no Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional no combate à lavagem de dinheiro.	
0368	Contribuição ao Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro - GAFI/FATF (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva ao Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro - GAFI/FATF. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional no combate à lavagem de dinheiro.	
0370	Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira no Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional na área de administração tributária.	
0376	Contribuição à Associação Ibero-Americana de Tribunais de Justiça Fiscal ou Administrativa - AIT (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira na Associação Ibero-Americana de Tribunais de Justiça Fiscal ou Administrativa - AIT. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional na área de justiça fiscal e administrativa.	
0406	Contribuição ao Grupo dos Países em Desenvolvimento - G24 (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira no Grupo dos Países em Desenvolvimento - G24. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a atualização e o aprimoramento profissional nas áreas econômica, monetária e financeira.	
0407	Contribuição à Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI
<i>Descrição:</i> Pagamento de anuidade à Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI. <i>Finalidade:</i> Contribuir com a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSA para permitir a presença do Tribunal de Contas da União na Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI, por razões de ordem política, econômica, cultural, científica e tecnológica.	
0408	Contribuição à Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS
<i>Descrição:</i> Pagamento de anuidade à Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS. <i>Finalidade:</i> Contribuir com a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS para permitir a presença do Tribunal de Contas da União na Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS, por razões de ordem política, econômica, cultural, científica e tecnológica.	
0420	Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição a Organização Meteorológica Mundial, como organismo de congregação internacional de esforços pelo desenvolvimento tecnológico da meteorologia e prestação de serviços às comunidades dos países associados. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a participação do Brasil nos fóruns internacionais que tratam sobre meteorologia.	
0421	Contribuição para o Sistema de Certificação e Movimentação de Sementes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para a participação em reuniões, seminários e demais eventos realizados pelo organismo, no sentido de uma aproximação gradual com o mesmo, visando a uma futura adesão do Brasil como país membro. <i>Finalidade:</i> Pagar cota contributiva para a participação em reuniões, seminários e demais eventos realizados pelo Organismo, nos assuntos relativos aos sistemas de certificação, movimentação e comercialização internacional de sementes e cultivares.	
0422	Contribuição à União Internacional para Proteção de Novas Variedades Vegetais - UPOV (MAPA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para viabilizar o fornecimento ao MAPA de todas as deliberações, normas e procedimentos da UPOV, aplicados na proteção de cultivares e a participação do Brasil nas reuniões técnicas e deliberações da UPOV, como país membro. <i>Finalidade:</i> Fortalecer o Brasil nos fóruns internacionais que tratam sobre a proteção de cultivares.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0429	Contribuição à Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas da Ibero-América (CAACI) (MINC)
<i>Descrição:</i> Participação e adoção das orientações e normas estabelecidas pelo Fundo Ibero-Americano, pelo pagamento de cota contributiva para a gestão dos programas de apoio à co-produção de filmes para cinema e televisão no espaço ibero-americano, que compreende também distribuição e promoção de filmes e programas de televisão e formação de profissionais para o atendimento da indústria audiovisual. <i>Finalidade:</i> Promover por meio da aportação de assistência técnica e financeira, o desenvolvimento de projetos de co-produção apresentados por produtores independentes iberoamericanos, incluindo o aproveitamento do patrimônio audiovisual; apoiar as empresas de produção ibero-americanas capazes de desenvolver os mencionados projetos; fomentar a integração das empresas ibero-americanas do ramo audiovisual em redes supranacionais; incrementar a distribuição e promoção de filmes iberoamericanos; fomentar a formação e o intercâmbio dos profissionais da indústria audiovisual ibero-americana.	
0481	Contribuição à Cooperação Européia de Acreditação - EA (MDIC)
<i>Descrição:</i> Contribuição anual e participação técnica junto à Cooperação Européia de Acreditação - EA, contribuindo para que os produtos exportados pelo Brasil não necessitem, em muitos casos, ser ensaiados novamente no país de destino. <i>Finalidade:</i> Manter o país, por meio da agência executiva - INMETRO, membro de instituições internacionais congêneres objetivando o reconhecimento internacional dos produtos e serviços brasileiros, no que se refere a regulamentos/procedimentos técnicos, além de garantir participação no processo decisório quanto a inclusão/alteração/criação de tais regulamentos/procedimentos.	
0483	Contribuição à Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB (MMA)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas à CDB, permitindo a participação brasileira em reuniões e seminários relacionados a assuntos da área ambiental. <i>Finalidade:</i> Contribuir financeiramente com o Organismo Multilateral do Sistema das Nações Unidas, responsável pela assistência a países em desenvolvimento na área ambiental.	
0489	Contribuição à Federação Internacional de Astronáutica - IAF (MCT)
<i>Descrição:</i> Contribuição financeira à International Astronautical Federation, uma organização científica, não governamental, sem fins lucrativos, que congrega órgãos governamentais, institutos de pesquisa, instituições acadêmicas e empresas industriais, ligadas à área espacial. <i>Finalidade:</i> Propiciar oportunidade de interação do Brasil com as principais instituições governamentais, acadêmicas e industriais do mundo na área espacial, visando sua atualização permanente sobre as políticas, projetos e iniciativas no setor. Essa interação se faz necessária, com vistas ao aperfeiçoamento do papel da AEB na formulação e coordenação da execução da política espacial.	
0516	Contribuição à Organização Internacional de Metrologia Legal - OIML (MDIC)
<i>Descrição:</i> Contribuição anual e participação técnica junto à Organização Internacional de Metrologia Legal - OIML. <i>Finalidade:</i> Manter o país, por meio da agência executiva - INMETRO, membro de instituições internacionais congêneres objetivando o reconhecimento internacional dos produtos e serviços brasileiros, no que se refere a regulamentos/procedimentos técnicos, além de garantir participação no processo decisório quanto a inclusão/alteração/criação de tais regulamentos/procedimentos.	
0568	Contribuição ao Sistema Regional para Vigilância da Segurança Operacional - SRVSOP (MD)
<i>Descrição:</i> Participação do Governo Brasileiro junto às autoridades aeronáuticas da América Latina que compõe o Sistema Regional de Cooperação para Vigilância da Segurança Operacional. <i>Finalidade:</i> Prover a participação do Governo Brasileiro no Sistema Regional de Cooperação para Vigilância da Segurança Operacional, sistema criado pela Comissão Latino-Americana da Aviação Civil.	
0645	Contribuição ao Fórum Internacional de Credenciamento - IAF (MDIC)
<i>Descrição:</i> Contribuição anual e participação técnica junto ao Fórum Internacional de Credenciamento - IAF. <i>Finalidade:</i> Manter o país, por meio da agência executiva - INMETRO, membro de instituições internacionais congêneres objetivando o reconhecimento internacional dos produtos e serviços brasileiros, no que se refere a regulamentos/procedimentos técnicos, além de garantir participação no processo decisório quanto a inclusão/alteração/criação de tais regulamentos/procedimentos.	
0647	Contribuição à Cooperação Internacional de Laboratórios Credenciados - ILAC (MDIC)
<i>Descrição:</i> Contribuição anual e participação técnica junto à Contribuição à Cooperação Internacional de Laboratórios Credenciados - ILAC. <i>Finalidade:</i> Manter o país, por meio da agência executiva - INMETRO, membro de instituições internacionais congêneres objetivando o reconhecimento internacional dos produtos e serviços brasileiros, no que se refere a regulamentos/procedimentos técnicos, além de garantir participação no processo decisório quanto a inclusão/alteração/criação de tais regulamentos/procedimentos.	
0799	Contribuição ao Conselho Internacional do Desporto Militar - CISM (MD)
<i>Descrição:</i> Trata-se de contribuição compulsória a organismo internacional - Conselho Internacional do Desporto Militar - CISM, regulada pelos decretos nº 92.392, de 01/02/1986, e nº 89.87 0, de 28/07/1984. A ação é implementada através de transferência de recursos ao CISM, para garantir a condição do Brasil como membro do referido organismo, através da Comissão Desportiva Militar Brasileira (CDMB/Ministério da Defesa) e, desta forma, garantir a presença brasileira nos eventos esportivo-militares promovidos pelo CISM, bem como nas reuniões técnicas (simpósios, seminários, reuniões internacionais). A contribuição também garante ao governo brasileiro a ocupação de cargo com poder de voto em suas assembleias, participando, assim, das principais decisões do Conselho. <i>Finalidade:</i> Garantir a representação das Forças Armadas brasileiras junto ao Conselho Internacional do Desporto Militar - CISM, para difusão da prática desportiva militar e o desenvolvimento das relações de amizade entre as Forças Armadas dos países membros.	
0801	Contribuição ao Conselho de Gerentes de Programas Antárticos Nacionais - COMNAP (MD)
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos financeiros (anuidade) correspondentes à participação brasileira no custeio da Organização. <i>Finalidade:</i> Promover a presença do Brasil junto ao Secretariado dos Conselhos de Gerentes de Programas Antárticos Nacionais - COMNAP, destinado à promoção da cooperação internacional para a pesquisa científica na Antártida.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0823	Contribuição à Associação dos Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países da Iberoamérica - ABINIA (MINC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva anual de modo a propiciar a compilação e manutenção de informação atualizada e retrospectiva sobre as bibliotecas nacionais; realização de gestões que sejam necessárias para criar na opinião pública e nas instâncias do governo a consciência do significado e da importância do patrimônio bibliográfico e documental dos países membros; adoção de normas técnicas biblioteconômicas compatíveis que garantam o controle bibliográfico, facilitem o intercâmbio de materiais e informações e a automatização dos sistemas de informação, elaboração de fontes de referenciais nacionais e regionais que fomentem a pesquisa, o estudo e o intercâmbio de informação; e vinculação das bibliotecas nacionais com as demais bibliotecas acadêmicas, governamentais, legislativas, públicas, históricas e as redes e sistemas de informação existentes entre países. <i>Finalidade:</i> Propiciar vínculos entre as bibliotecas nacionais de Ibero-América, responsáveis pela guarda da memória bibliográfica de cada país, e assegurar a preservação, a organização e o acesso a seu patrimônio documental.	
0855	Contribuição ao Centro Regional de Sismologia para a América do Sul - CERESIS (MCT)
<i>Descrição:</i> O CERESIS tem como funções coordenar, estimular e apoiar atividades relevantes ao avanço do conhecimento da sismologia e sua aplicação, com o objetivo de diminuir danos causados por terremotos e fenômenos naturais. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de contribuição brasileira obrigatória ao referido organismo internacional.	
0865	Contribuição para Grupos da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. A ação contempla o pagamento relativo ao: - Comitê de Agricultura da OCDE; - Comitê de Comércio da OCDE; - Comitê de Investimento e Empresas Multinacionais da OCDE (CIME); - Comitê de Lei e Política de Concorrência da OCDE (CLP); - Comitê do Aço da OCDE; - Grupo de Trabalho sobre Corrupção do CIME/OCDE; - Grupo de Trabalho sobre Pequenas e Médias Empresas e Empreendedorismo; e - Comitê de Estatística da OCDE; - Comitê de Gestão Pública da OCDE; - Centro de Desenvolvimento da OCDE. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.	
0867	Contribuição ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. Contempla o pagamento aos Tribunais Arbitrais e à Secretaria Administrativa. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL	
0868	Contribuição à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA.	
0869	Contribuição à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA.	
0870	Contribuição à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP.	
0872	Contribuição à Organização Mundial do Comércio - OMC (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Organização Mundial do Comércio - OMC.	
0873	Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Organização Internacional do Trabalho - OIT. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Organização Internacional do Trabalho - OIT.	
0979	Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC/UNESCO (MINC)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota anual que permite a participação nos fóruns e conselhos deliberativos. <i>Finalidade:</i> Participar e adotar as orientações e normas estabelecidas pelo Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe-CERLALC, no que se refere ao livro, à leitura e à modernização de bibliotecas públicas, de modo a desenvolver políticas públicas nacionais.	
0981	Contribuição à Comissão Internacional de Iluminação - CIE (MDIC)
<i>Descrição:</i> Contribuição anual e participação técnica junto à Comissão Internacional de Iluminação - CIE, visando a elaboração de regulamentos internacionais com impacto direto no comércio internacional, nas áreas alimentícias, saúde, tintas, proteção do meio ambiente e do cidadão. <i>Finalidade:</i> Participar diretamente da elaboração de documentos e recomendações dessa comissão, garantindo os interesses nacionais no que se refere a regulamentação técnica internacional, mais precisamente na área de iluminação e colorimetria.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0982	Contribuição à Cooperação de Acreditação Interamericana - IAAC (MDIC)
<i>Descrição:</i> Contribuição anual e participação técnica junto à Cooperação de Acreditação Interamericana - IAAC. <i>Finalidade:</i> Manter o país, por meio da agência executiva - INMETRO, membro de instituições internacionais congêneres objetivando o reconhecimento internacional dos produtos e serviços brasileiros, no que se refere a regulamentos/procedimentos técnicos, além de garantir participação no processo decisório quanto a inclusão/alteração/criação de tais regulamentos/procedimentos.	
0984	Contribuição à Conferência Nacional de Padrões Laboratoriais Internacionais - NCSLI (MDIC)
<i>Descrição:</i> Contribuição anual e participação técnica junto à National Conference of Standards Laboratories - NCSL International. <i>Finalidade:</i> Manter o país, por meio da agência executiva - INMETRO, membro de instituições internacionais congêneres objetivando o reconhecimento internacional dos produtos e serviços brasileiros, no que se refere a regulamentos/procedimentos técnicos, além de garantir participação no processo decisório quanto a inclusão/alteração/criação de tais regulamentos/procedimentos.	
0986	Contribuição ao Conselho Pan Europeu de Certificação Florestal - PEFCC (MDIC)
<i>Descrição:</i> Contribuição anual e participação técnica junto à Pan European Forest Certification Council - PEFCC, significando que o país acompanha o desenvolvimento mundial da Certificação Florestal (Cerflor), na busca do reconhecimento desta, o que contribuirá para a facilitação do comércio internacional. <i>Finalidade:</i> Manter o país, por meio da agência executiva - INMETRO, membro de instituições internacionais congêneres objetivando o reconhecimento internacional dos produtos e serviços brasileiros, no que se refere a regulamentos/procedimentos técnicos, além de garantir participação no processo decisório quanto a inclusão/alteração/criação de tais regulamentos/procedimentos.	
09AY	Contribuição à Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional (Ramsar, Irã, 1971) (MMA)
<i>Descrição:</i> Pagamento anual da contribuição obrigatória por meio de transferência à conta do Secretariado da Convenção de Ramsar em Gland, Suíça. <i>Finalidade:</i> Efetuar o pagamento da Contribuição à Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional a fim de cumprir os compromissos assumidos pelo País com a referida Convenção.	
09BC	Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate a Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - CCD (MMA)
<i>Descrição:</i> Realização dos pagamentos das contribuições financeiras anuais em atraso junto à CCD. <i>Realização dos pagamentos das contribuições financeiras anuais junto à CCD até o ano de 2007.</i> <i>Finalidade:</i> Efetuar o pagamento da contribuição financeira anual à CCD a fim de cumprir os compromissos assumidos pelo País junto à referida Convenção.	
09GY	Contribuição Voluntária ao Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional - CINTERFOR (MTE)
<i>Descrição:</i> Repasse da contribuição do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE ao Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional - CINTERFOR. O CINTERFOR é um serviço técnico da Organização Internacional do Trabalho - OIT, criado em 1963, com sede em Montevideú, Uruguai. Atua como núcleo de um sistema constituído pelas instituições e organismos de formação profissional dos Estados membros da OIT nas Américas e Espanha. <i>Finalidade:</i> Promover e fortalecer a cooperação técnica horizontal orientada ao desenvolvimento e modernização dos sistemas de formação profissional em toda a América Latina e Caribe; contribuir ao desenho de políticas públicas e à implementação de programas de formação profissional, mediante a promoção de alianças estratégicas entre o Estado e as Organizações de empregadores e de trabalhadores; desenvolver e expandir a rede regional de informação sobre formação profissional entre os países da América Latina e Caribe, através da disseminação de informação, experiências, inovações, tecnologias e conhecimento acumulado; promover atividades de investigação e direção de estudos à institucionalização e o estabelecimento de esquemas e programas de formação profissional de acordo com os requerimentos de eficiência, competitividade e equidade social.	
09IS	Contribuição à Comissão Interamericana de Portos - CIP (PR)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para possibilitar a participação em congressos e outros eventos da Comissão Interamericana de Portos, da qual o Brasil é país membro. A participação brasileira gera perspectivas de absorção de novos conhecimentos e de ampliação de mercados externos, além de garantir o recebimento de publicações referentes ao setor. <i>Finalidade:</i> Financiar as atividades de cooperação para o desenvolvimento do setor portuário através do Fundo Específico "Programa Portuário Especial".	
09KF	Contribuição à Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS (PR)
<i>Descrição:</i> Contribuição para participação do Conselho na Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS, que tem como objetivo fomentar o diálogo social para o desenvolvimento e fortalecimento da democracia com a criação e aperfeiçoamento de mecanismos institucionais de diálogo social. <i>Finalidade:</i> Efetuar o pagamento de anuidade para Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS credenciando o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES junto a essa instituição composta por 46 países membros.	
0B64	Contribuição à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Associação Latino-Americana de Integração - ALADI. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Associação Latino-Americana de Integração - ALADI.	
0B66	Contribuição à Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB.	
0B67	Contribuição à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil perante a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro perante a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0B68	Contribuição à Comissão Internacional da Baleia - CIB (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Comissão Internacional da Baleia - CIB. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Comissão Internacional da Baleia - CIB.	
0B69	Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata (CIC). <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC	
0B70	Contribuição à Conferência da Haia de Direito Internacional Privado - CHDIP (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado - CHDIP. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado -CHDIP.	
0B71	Contribuição à Convenção para a Conservação dos Recursos Marinhos Antárticos - CCAMLR (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Convenção para a Conservação dos Recursos Marinhos Antárticos - CCAMLR. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Convenção para a Conservação dos Recursos Marinhos Antárticos - CCAMLR.	
0B72	Contribuição à Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI.	
0B73	Contribuição à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO.	
0B74	Contribuição à Organização para a Proibição das Armas Químicas - OPAQ (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil na Organização para a Proibição das Armas Químicas - OPAQ. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro na Organização para a Proibição das Armas Químicas -OPAQ.	
0B75	Contribuição ao Tribunal Penal Internacional - TPI (MRE)
<i>Descrição:</i> Pagamento de cotas contributivas de forma a assegurar o direito de participação do Brasil no Tribunal Penal Internacional - TPI. <i>Finalidade:</i> Assegurar a presença do governo brasileiro no Tribunal Penal Internacional - TPI.	
0C36	Contribuição à Convenção de Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito - Convenção de Basiléia (MRE)
<i>Descrição:</i> Desde 1992, o Brasil aderiu à Convenção de Basiléia, que trata sobre o Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito. Ao aderir à Convenção de Basiléia, o Governo brasileiro se associa a um instrumento que estabelece mecanismos internacionais de controle do movimento de resíduos perigosos, baseados no princípio do consentimento prévio e explícito para a importação e do trânsito, que procura coibir o tráfico ilícito e que prevê a intensificação da cooperação internacional para a gestão adequada desses resíduos. <i>Finalidade:</i> Garantir a participação do Brasil junto à Convenção de Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (Convenção de Basiléia).	
0C37	Contribuição à Convenção Sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes - Convenção de Estocolmo (MRE)
<i>Descrição:</i> O Brasil ratificou a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs, em 16 de junho de 2004, tornando-se parte da mesma no nonagésimo dia após essa data - 14 de setembro de 2004. Esta Convenção destaca-se por incluir no seu escopo a determinação de obrigações dos Países Parte de adotarem medidas de controle relacionadas a todas as etapas do ciclo de vida - produção, importação, exportação, disposição e uso das substâncias classificadas como Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs. Numa posição preventiva, a Convenção determina que os governos promovam as melhores tecnologias e práticas no seu campo tecnológico e previnam o desenvolvimento de novos POPs em suas plantas industriais. Define como objetivo a proteção da saúde humana e do meio ambiente dos efeitos danosos dos POPs e extrapola os limites das boas intenções e nos apresenta opções inovadoras e objetivas de ação em prol do desenvolvimento sustentável. <i>Finalidade:</i> Garantir a participação do Brasil junto à Convenção Sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes (Convenção de Estocolmo).	
0C38	Contribuição à Convenção Sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos -Convenção de Roterdã (MRE)
<i>Descrição:</i> Em 2004, através do Decreto nº 5.360, de 31 de janeiro de 2005, promulgou-se o texto da Convenção de Roterdã que trata do Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos. Ao fazer isso, o Brasil se tornou Parte da Convenção, que estabelece um procedimento decisório nacional para a importação e exportação de substâncias químicas e produtos perigosos, bem como a divulgação de tais decisões às demais Partes, objetivando a promoção da responsabilidade compartilhada e de esforços cooperativos no comércio destes produtos, com vistas à proteção da saúde humana e do meio ambiente. <i>Finalidade:</i> Garantir a participação do Brasil junto à Convenção sobre o procedimento de consentimento prévio informado para o comércio internacional de certas substâncias químicas e agrotóxicos perigosos (Convenção de Roterdã).	
0C39	Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT (MMA)
<i>Descrição:</i> A contribuição visa atender aos compromissos assumidos pelo Brasil junto à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - ITTO. <i>Finalidade:</i> Garantir a participação do Brasil junto à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - ITTO.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0C56	Contribuição à Federação Internacional dos Arquivos de Filmes - FIAF (PR)
<i>Descrição: Criada em Paris em 1938, FIAF é uma associação colaborativa dos mais importantes arquivos filmicos mundiais cujos propósitos foram sempre os de assegurar a preservação apropriada dos filmes e a sua a exibição. Atualmente mais de 120 arquivos em aproximadamente 65 países colecionam, restauram, e exibem filmes e documentação de cinema cobrindo a inteira história da filmografia.</i> <i>Finalidade: Efetuar pagamento da anuidade junto a Federação Internacional de Arquivo de Filmes - FIAF, garantindo contrapartida técnica para a preservação do acervo; migração para formatos digitais e capacitação profissional.</i>	
0E44	Contribuição ao Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (MEC)
<i>Descrição: Pagamento de cota contributiva para o desenvolvimento de projetos de assistência técnica que envolvam a realização de congressos, seminários, cursos de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal, estudos e pesquisas, intercâmbios científicos e tecnológicos nas áreas relacionadas à educação, bem como para a manutenção do escritório-sede no Brasil.</i> <i>Finalidade: Contribuir financeiramente para o UNICEF em contrapartida à prestação de assistência técnica do Organismo na realização de projetos, estudos, pesquisas e apoio para execução de políticas públicas que defendam e promovam os direitos de crianças e adolescentes relacionados à educação, bem como desenvolver o intercâmbio de experiências e informações em matérias de seu âmbito de atuação entre os países participantes do Fundo.</i>	
0E58	Contribuição ao Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA
<i>Descrição: Pagamento de anuidade referente a participação brasileira no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA</i> <i>Finalidade: Permitir a participação Brasileira no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA.</i>	
0911	Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros
00JP	Remuneração às Instituições Financeiras pela Gestão do Contrato de Dação em Pagamento de Dívidas Alongadas pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001. (MAPA)
<i>Descrição: Remuneração à instituições financeiras pela administração de contratos de financiamentos destinados à cafeicultura.</i> <i>Finalidade: Alocar recursos para a remuneração de agente financeiro pela gestão administrativa de linhas de crédito rural concedidas, destinadas à manutenção e ao desenvolvimento do agronegócio café, nas diversas fases da cadeia produtiva.</i>	
00JQ	Remuneração do Agente Financeiro pela Gestão do Contrato do Programa de Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE (MF)
<i>Descrição: Como agente financeiro do Programa a CAIXA receberá o pagamento da remuneração pela prestação de serviços, que a partir de 2007 é exclusivamente a cobrança dos encargos e amortização do principal junto aos estados, uma vez que os desembolsos do Programa encerraram-se em abril de 2006, para repasse, ao Tesouro Nacional, que será efetuado semestralmente, na data do pagamento dos contratos de sub-empréstimos firmados entre a CAIXA e os estados, havendo ainda a possibilidade de antecipação de pagamentos.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento da remuneração devida ao agente financeiro, referente à prestação de serviços, para execução do Programa-Pnafe, no âmbito do Contrato de Empréstimo nº 980/OC-BR, celebrado entre a União e o BID. Como agente financeiro do Programa, realiza a cobrança dos encargos e amortização do principal junto aos estados para repasse ao Tesouro Nacional.</i>	
00JR	Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Recolhimento do Fundo de garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP (MF)
<i>Descrição: Pagamento dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal - CAIXA no processo de arrecadação da GFIP.</i> <i>Finalidade: Remunerar os serviços de recepção e tratamento de informações da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, prestados pela Caixa Econômica Federal - CAIXA.</i>	
00JS	Remuneração por Serviço de Arrecadação (MF)
<i>Descrição: Pagamento dos serviços prestados por terceiros no processo de arrecadação de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil</i> <i>Finalidade: Remunerar as entidades financeiras e as demais entidades envolvidas no processo de arrecadação de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil</i>	
00JT	Remuneração de Agentes pela Recuperação de Haveres e Operacionalização do Seguro de Crédito à Exportação (MF)
<i>Descrição: Remuneração à Sociedade Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, agente responsável pela prestação de serviços de análise e de acompanhamento das operações de garantia de crédito à exportação., bem como remuneração de outros custos associados ao FGE.</i> <i>Finalidade: Gerir e acompanhar as operações de seguro de crédito à exportação.</i>	
00JU	Remuneração de Agentes Financeiros pela Operacionalização de Projetos de Apoio à Infra-Estrutura Econômica e Social (MDIC)
<i>Descrição: Pagamento à instituição financeira contratada na forma de 2,5% do valor de investimento de cada contrato de repasse celebrado, correspondente a 1,25% a cada prestação de contas aprovada.</i> <i>Finalidade: Remunerar os Agentes financeiros responsáveis pela operacionalização, incluindo a formalização, acompanhamento, prestação de contas das ações integrantes do programa de apoio à infra-estrutura econômica e social na área de atuação da Suframa.</i>	
00JV	Remuneração de Agentes Financeiros Pagadores e Operadores do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial (MTE)
<i>Descrição: Pagamento dos serviços bancários relativos ao pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial, bem como a identificação dos participantes do abono Salarial e recepção dos requerimentos do benefício do seguro-desemprego.</i> <i>Finalidade: Custear os serviços executados por bancos oficiais federais de pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e do Abono Salarial e, em caráter complementar, serviços de recepção de requerimentos SD e identificação dos beneficiários do Abono Salarial.</i>	
00JW	Remuneração de Serviço do Agente Financeiro (BNDES) - (MT)
<i>Descrição: Efetuação dos pagamentos das comissões remuneratórias dos agentes financeiros estabelecida no art 8º, da resolução nº 2.787, de 30/11/00, do Banco Central, a saber: 1% a.a. do saldo devedor anual dos empréstimos a título de administração, 4% a 6% aa. sobre o saldo devedor a título de risco, e 1% do valor da prestação dos contratos existentes com o risco FMM.</i> <i>Finalidade: Saldar os compromissos decorrentes das comissões de administração e risco ao agente financeiro.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00JX	Remuneração a Instituições Financeiras para Financiamento e Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias na Área de Telecomunicações (MC)
<i>Descrição:</i> Repasse de 3% dos recursos arrecadados que são destinados aos agentes financeiros Finep e BNDES para efetivação das despesas operacionais de planejamento, prospecção, análise e estruturação de operações, contratação, aplicação de recursos, acompanhamento de operações contratadas, avaliação de operações e divulgação de resultados. <i>Finalidade:</i> Assegurar a execução dos projetos de desenvolvimento de tecnologias nas telecomunicações.	
00JY	Remuneração de Serviço do Agente Financeiro do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC (MMA)
<i>Descrição:</i> Efetuar a remuneração do agente financeiro conforme estabelecido no inciso I § 3º art.5º e art.7º da Lei nº 12.114 de 9 de dezembro de 2010. <i>Finalidade:</i> Efetuar pagamento ao agente financeiro referente as despesas de administração dos recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.	
00JZ	Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Programa Nacional de Crédito Fundiário (MDA)
<i>Descrição:</i> Gestão financeira das operações de financiamento realizadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário e pelo Fundo de Terras. <i>Finalidade:</i> Remunerar as instituições financeiras pela operacionalização do Programa Nacional de Crédito Fundiário, incluindo os custos referentes à carteira de financiamento do Fundo de Terras.	
00K0	Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação do PRONAF (MDA)
<i>Descrição:</i> Pagamento as instituições financeiras pela operacionalização de contratos. Contratação, pagamento, acompanhamento de obras e serviços, análise da prestação de contas, operacionalização do Garantia-Safra e outros programas executados pelo órgão. <i>Finalidade:</i> Remuneração pela operacionalização dos contratos celebrados com as instituições financeiras.	
00K1	Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Crédito-Instalação (MDA)
<i>Descrição:</i> Apropriação dos custos referentes à gestão de recursos do crédito instalação por meio da manutenção de contrato de prestação de serviços celebrados entre o INCRA e as instituições financeiras responsáveis pela sua operacionalização. <i>Finalidade:</i> Remunerar as instituições financeiras pela operacionalização do repasse de recursos financeiros destinados ao crédito instalação nos projetos de assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA.	
00K2	Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento do Esporte (ME)
<i>Descrição:</i> Remuneração a instituições financeiras públicas que operam programas de interesse governamental voltados para a implantação, melhoria e modernização de infra-estrutura na área do Esporte. <i>Finalidade:</i> Assegurar a execução e o acompanhamento de ações de infra-estrutura na área do Esporte.	
00K3	Operacionalização das ações de transferência de renda e do Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal (MDS)
<i>Descrição:</i> Disponibilização de recursos para o custeio da operacionalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal, permitindo a manutenção das atividades desenvolvidas por seu agente operador, bem como promovendo o custeio de atividades voltadas para: o fortalecimento e qualificação da Rede Pública de Fiscalização; o desenvolvimento, aprimoramento e integração de sistemas de informação da fiscalização; a Integração de ações de fiscalização e de auditorias de bases do Cadastro Único e de benefícios; o aprimoramento da legislação para ressarcimento de benefícios pagos indevidamente; o desenvolvimento de metodologia pró ativa de identificação de indícios que apontem para a ocorrência de irregularidades na gestão; o aprimoramento contínuo de metodologias de apuração de denúncias e auditoria e controle sobre a operação do Programa <i>Finalidade:</i> Custear despesas com a operacionalização, o monitoramento e a fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal.	
00K4	Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento Urbano (MCidades)
<i>Descrição:</i> Remuneração a instituições financeiras públicas que operam programas de interesse governamental voltados ao saneamento básico, à redução do déficit habitacional e à melhoria da infra-estrutura urbana. <i>Finalidade:</i> Assegurar a execução e o acompanhamento de ações de saneamento, habitação e infra-estrutura urbana.	
00K5	Remuneração dos Agentes Pagadores do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia por Idade (MDS)
<i>Descrição:</i> Remuneração dos serviços efetuados por meio da rede bancária. Este procedimento, portanto, consolida o processo concessório iniciado nas Unidades de Atendimento da Previdência Social. Trata-se de dispêndios destinados à remuneração dos serviços de pagamento do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia por Idade. <i>Finalidade:</i> Assegurar à pessoa idosa a percepção de Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia.	
00K6	Remuneração dos Agentes Pagadores do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia por Invalidez (MDS)
<i>Descrição:</i> Remuneração dos serviços efetuados por meio da rede bancária. Este procedimento consolida o processo concessório iniciado nas Unidades de Atendimento da Previdência Social. Trata-se, portanto, de dispêndios destinados a cobrir os serviços de pagamento dos benefícios assistenciais. <i>Finalidade:</i> Assegurar à pessoa com deficiência a percepção de benefício de prestação continuada e da renda mensal vitalícia.	
00K7	Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários (MPS)
<i>Descrição:</i> A prestação do serviço relativo ao pagamento de beneficiários da Previdência Social é realizada por meio dos Agentes Pagadores constituídos pela Rede Bancária e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Trata-se, portanto, de dispêndios destinados a cobrir os serviços de pagamento aos beneficiários da Previdência Social. <i>Finalidade:</i> Garantir ao beneficiário do Regime Geral de Previdência Social o efetivo pagamento de seus direitos previdenciários previstos em lei.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00K8	Remuneração de Agentes Financeiros pela Gestão de Haveres da União (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento de contrato firmado com Agentes Financeiros pela gestão de haveres da União. <i>Finalidade:</i> Remunerar os agentes financeiros contratados para a condução e o acompanhamento de contratos referentes às operações de alongamento de dívidas originárias do crédito rural com recursos de Operações Oficiais de Crédito, de Empréstimo do Governo Federal - EGF Especial, assumidos pela União, e para a administração dos créditos originários do extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC.	
00LB	Operacionalização da Liquidação e Renegociação de Dívidas Inscritas na Dívida Ativa da União (MF)
<i>Descrição:</i> Pagamento dos serviços prestados por instituições financeiras na operacionalização do processo de liquidação e renegociação de dívidas rurais e de pequena monta inscritas na Dívida Ativa da União, administradas pela PGFN. <i>Finalidade:</i> Incrementar a arrecadação dos créditos oriundos das dívidas rurais e de pequena monta inscritas na Dívida Ativa da União, administradas pela PGFN, utilizando-se do mecanismo previsto na Lei nº 11.941/2009.	
0913	Operações Especiais - Participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais
00C8	Integralização de Cotas do Banco de Desenvolvimento do Caribe - BDC
<i>Descrição:</i> Integralização e recomposição de cotas de capital junto aos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação efetiva do País nos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID de seu interesse.	
00C9	Integralização de Cotas da Corporação Andina de Fomento - CAF
<i>Descrição:</i> Integralização e recomposição de cotas de capital junto aos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação efetiva do País nos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID de seu interesse.	
00EG	Integralização de Cotas do Fundo para Operações Especiais - FOE
<i>Descrição:</i> Integralização e recomposição de cotas de capital junto aos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação efetiva do País nos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID de seu interesse.	
00EH	Integralização de Cotas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
<i>Descrição:</i> Integralização e recomposição de cotas de capital junto aos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação efetiva do País nos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID de seu interesse.	
00EU	Integralização de Cotas do Banco Centro-Americano de Investimentos - BCIE
<i>Descrição:</i> Integralização e recomposição de cotas de capital junto aos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação efetiva do País nos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID, de seu interesse.	
00IJ	Integralização de cotas da Corporação Financeira Internacional - CFI
<i>Descrição:</i> Pagamento visando à integralização de cotas de capital. <i>Finalidade:</i> Preservar a participação e direito de voto do Brasil no capital da Corporação Financeira Internacional - CFI	
0403	Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD
<i>Descrição:</i> Pagamento de notas promissórias visando à integralização de cotas e ações. <i>Finalidade:</i> Preservar a participação e direito de voto do Brasil, no capital do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.	
0539	Integralização de Cotas do Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN
<i>Descrição:</i> Integralização e recomposição de cotas de capital junto aos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação efetiva do País nos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID de seu interesse.	
0541	Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD
<i>Descrição:</i> Integralização e recomposição de cotas de capital junto aos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação efetiva do País nos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID de seu interesse.	
0542	Integralização de Cotas do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD
<i>Descrição:</i> Integralização e recomposição de cotas de capital junto aos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação efetiva do País nos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID de seu interesse.	
0543	Integralização de Cotas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA
<i>Descrição:</i> Integralização e recomposição de cotas de capital junto aos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID. <i>Finalidade:</i> Assegurar a participação efetiva do País nos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento - OFID de seu interesse.	
0544	Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento - AID
<i>Descrição:</i> Pagamento de notas promissórias visando à integralização de cotas e ações. <i>Finalidade:</i> Preservar a participação e direito de voto do Brasil, no capital da Associação Internacional de Desenvolvimento - AID.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0545	Integralização de Cotas da Agência Multilateral de Garantia ao Investimento - MIGA
<i>Descrição:</i> Pagamento de notas promissórias visando à integralização de cotas e ações. <i>Finalidade:</i> Manter o Brasil como acionista e/ou cotista da Agência Multilateral de Garantia ao Investimento - MIGA.	
0999	Reserva de Contingência
00F5	Reserva de Contingência Fiscal – Primária
<i>Descrição:</i> Reserva global de recursos, não vinculada especificamente a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, calculada em relação à receita corrente líquida e destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nestes incluídos os créditos adicionais para atender insuficiência de dotações orçamentárias ou despesas não previstas na lei orçamentária anual. <i>Finalidade:</i> Servir de fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.	
0998	Reserva de Contingência - Financeira
<i>Descrição:</i> Reserva global de recursos, não vinculada especificamente a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, calculada em relação à receita corrente líquida e destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nestes incluídos os créditos adicionais para atender insuficiência de dotações orçamentárias ou despesas não previstas na lei orçamentária anual. <i>Finalidade:</i> Servir de fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.	
1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
11E6	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus)
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, implantação e consolidação de infraestrutura, processos e soluções de gestão da informação jurisdicional com a aplicação de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC; promoção de interligação entre os órgãos do Poder Judiciário e a ele relacionados e a integração de bases de dados; capacitação em soluções de gestão da informação e governança de TIC voltadas ao projeto e-Jus; garantia de disponibilidade e de segurança dos sistemas e informações; provimento de meios de uso do Poder Judiciário Federal para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade. <i>Finalidade:</i> Assegurar ao Poder Judiciário agilidade nos procedimentos e decisões judiciais e interação entre todos os seus órgãos, ampliar a cobertura e o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional e dar transparência aos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, relacionados ao Poder Judiciário, por meio do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	
1K27	Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira
<i>Descrição:</i> Provimento de meios aos Órgãos do Poder Judiciário Estadual para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade. Desenvolvimento, implantação e consolidação de infraestrutura, processos e soluções de gestão da informação jurisdicional com a aplicação de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC; promoção de interligação entre os órgãos do Poder Judiciário Estadual e a ele relacionados e a integração de bases de dados; capacitação em soluções de gestão da informação e governança de TIC voltadas ao projeto e-Jus; garantia de disponibilidade e de segurança dos sistemas e informações. <i>Finalidade:</i> Assegurar ao Poder Judiciário agilidade nos procedimentos e decisões judiciais e interação entre todos os seus órgãos, ampliar a cobertura e o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional e dar transparência aos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, por meio do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
<i>Descrição:</i> Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral. <i>Finalidade:</i> Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.	
2B65	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos
<i>Descrição:</i> São elencadas nesta ação as despesas com: aquisição de materiais, equipamentos e material permanente, manutenção e uso da frota veicular, conservação de bens móveis e imóveis, manutenção, suporte técnico de sistemas, de rede - inerentes à área de Tecnologia da Informação, aquisição e instalação de equipamentos de informática, despesas de viagens e de locomoção, diárias, ajuda de custo e auxílio moradia. Prestação de serviços técnicos administrativos com manutenção e desenvolvimento de sistemas de informática, condução de veículos, realização de eventos, vigilância, recepção, secretariado, formulação de políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à manutenção do Órgão. <i>Finalidade:</i> Garantir os recursos necessários à manutenção e ao funcionamento do Órgão para o desenvolvimento da prestação jurisdicional atribuída ao Conselho Nacional de Justiça, no art. 103-B da Constituição Federal, a partir do julgamento de processos disciplinares e administrativos.	
2B66	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário
<i>Descrição:</i> A ação busca fornecer insumos que possibilitem o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a prestação jurisdicional, instalação e manutenção de banco de dados relativo às pesquisas realizadas e selecionadas, realização de eventos e difusão de resultados de estudos e pesquisas, contratação de instituições de estudo e pesquisa, pesquisadores e auxiliares, bem como fomento à pesquisa por intermédio de instituições acadêmicas. <i>Finalidade:</i> Incentivar, apoiar e promover a pesquisa e o estudo voltados para a prestação jurisdicional.	
4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição:</i> Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.	
2012 Agricultura Familiar	
00GW	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)
<i>Descrição:</i> Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos. <i>Finalidade:</i> Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos da agricultura familiar, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.	
00GZ	Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF-AF (Lei nº 8.427, de 1992)
<i>Descrição:</i> Concessão de equalização pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, referente à diferença entre os valores de venda e de compra dos produtos da agricultura familiar, incluindo o custo de carregamento dos estoques. <i>Finalidade:</i> Garantir o equilíbrio financeiro das operações de compra e venda de produtos da agricultura familiar amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPm.	
0281	Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)
<i>Descrição:</i> Equalização de taxas de juros destinando recursos do Tesouro Nacional para a cobertura da diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescidos dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito. <i>Finalidade:</i> Prestar apoio financeiro às atividades agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família, no âmbito do PRONAF, por meio de equalização de taxas de juros, visando reduzir o custo financeiro da produção.	
0359	Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)
<i>Descrição:</i> Fornecimento de uma renda mínima ao agricultor por tempo determinado na forma de benefício social com elementos de seguro. De um lado o Ministério do Desenvolvimento Agrário que, cumpridas as condições normativas, fornece a garantia inicial para as adesões, além de cobrir insuficiências de recursos; e de outro, Estados, Municípios e agricultores, como contribuintes para a aquisição da garantia de renda mínima ao agricultor que esteja em situação de vulnerabilidade perante a estiagem ou excesso de chuvas. <i>Finalidade:</i> Oferecer um mecanismo de garantia de renda mínima aos agricultores familiares caso ocorra perda de safra, em razão de estiagem ou de excesso hídrico, nos municípios situados nas áreas definidas nos instrumentos legais que regem o Garantia-Safra, que tenham encaminhado comunicação de ocorrência de perda – COP e com comprovação de perda de, pelo menos, 50% da produção.	
0A81	Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)
<i>Descrição:</i> Concessão de empréstimos destinando recursos do Tesouro Nacional aos beneficiários enquadrados no Grupo A do PRONAF, que não contam com garantias reais exigidas pelas instituições financeiras na concessão de crédito rural. <i>Finalidade:</i> Prestar apoio financeiro às atividades agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família, no âmbito do PRONAF, por meio de concessão de empréstimos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20GI	Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF
<i>Descrição:</i> Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGP, mediante a Aquisição do Governo Federal – AGF (exclusivos da Agricultura Familiar) na forma direta ou em decorrência do exercício de Contrato de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos e utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais, financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários oriundos da agricultura familiar. <i>Finalidade:</i> Executar a política governamental de intervenção no mercado mediante a aquisição de produtos da agricultura familiar para garantir o preço e a renda do produtor amparado pela Lei nº 11.326, de 2006, com vistas à formar estoques públicos e regular o abastecimento interno.	
20SY	Apoio à Estruturação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de parcerias com instituições e órgãos públicos das Unidades da Federação que desenvolvem trabalho de assistência técnica e extensão rural, permitindo investimentos em infraestrutura, equipamentos necessários e recursos para custeio voltados para o seu desenvolvimento institucional e operacional, mediante contrapartida em resultados compromissados e cooperação financeira dos respectivos governos. <i>Finalidade:</i> Apoiar as entidades estaduais públicas de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares com base nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER	
20SZ	Apoio à Integração e à Cooperação Internacional na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
<i>Descrição:</i> Participação em negociações internacionais, bilaterais e multilaterais e nos diversos fóruns no âmbito do MERCOSUL e da política de comércio exterior brasileira. Coordenação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF-MERCOSUL). Participação no Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), quando na pauta houver produtos da agricultura familiar ou políticas públicas de desenvolvimento agrário. Realização, no território nacional, de estudos, eventos e demais trabalhos voltadas a capacitar instituições da agricultura familiar nos temas da integração regional, da negociação internacional e da cooperação internacional. Realização de intercâmbios e de transferências de informações para o desenvolvimento agrário, para a segurança alimentar e para a gestão fundiária brasileira no âmbito de fóruns de integração regional e de cooperação internacional. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a participação brasileira em fóruns regionais e internacionais concernentes a temas afetos à agricultura familiar e à reforma agrária como forma de consolidar a visibilidade no cenário interno e externo com vistas a ampliar o acesso desses segmentos a mercados.	
20T2	Fomento à Inserção dos Agricultores Familiares na Produção de Base Ecológica e Orgânica
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos para ampliar a participação dos empreendimentos da agricultura familiar com produtos orgânicos e de sistemas de base ecológica nos mercados institucionais e diferenciados a partir de: Melhoria da qualidade de seus produtos e serviços, inovação tecnológica, prospecção de mercado e realização de negócios por meio de reuniões, seminários, intercâmbios, missões, participação em feiras, visitas técnicas e produção e publicação de materiais didáticos e de divulgação. Promoção da adequação da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais à legislação da produção orgânica. Articulação de redes de pesquisa, desenvolvimento, transferência de tecnologias e experiências locais, em sistemas de produção de base ecológica, adequadas às realidades locais da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais. Apoio ao desenvolvimento de um banco de informações de produção de base ecológica e orgânica da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais. Elaboração e implementação de um plano de comunicação dos benefícios dos produtos provenientes de sistemas de produção de base ecológica e orgânica junto à sociedade. Apoio a ações para elaboração e implementação de instrumentos de fomento e políticas de apoio para o setor. <i>Finalidade:</i> Ampliar a participação dos empreendimentos da agricultura familiar com produtos orgânicos e de sistemas de base ecológica e adequados à legislação, nos mercados institucionais e diferenciados, visando impulsionar a comercialização de seus produtos, com a agregação de valor e melhoria da renda e das condições das famílias do meio rural brasileiro.	
2178	Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas
<i>Descrição:</i> Implantação de assistência técnica e extensão rural em comunidades indígenas, por intermédio de metodologias específicas que valorizem os elementos culturais e os alimentos tradicionais. <i>Finalidade:</i> Apoiar atividades sustentáveis ambiental e culturalmente, com base na segurança alimentar e nutricional em comunidades indígenas por meio de estratégias de etnodesenvolvimento.	
2B54	Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis
<i>Descrição:</i> Execução dos projetos necessários à inserção da agricultura familiar nas cadeias produtivas do biodiesel e das demais energias renováveis, compreendendo: a) concessão e monitoramento do Selo Combustível Social do MDA; b) ampliação e qualificação da organização dos agricultores familiares na cadeia produtiva do biodiesel pela formação de pólos de produção; c) capacitação dos técnicos envolvidos em biodiesel; d) ampliação e diversificação da produção de oleaginosas pela agricultura familiar; e) apoio a processos de produção de sementes e mudas de oleaginosas para a agricultura familiar; f) constituição de uma base de dados da agricultura familiar e de informações sobre biodiesel (oleaginosas, tecnologias, mercados do biodiesel), e nas cadeias de energias renováveis; g) contratação de pesquisas nas áreas agrícolas, industriais, econômicas para a inserção econômica da agricultura familiar no biodiesel, e nas cadeias de energias renováveis; h) ampliação e qualificação da organização da base produtiva dos agricultores familiares; i) criação e fortalecimento de cooperativas; j) geração e transferência de tecnologia nas áreas agrícolas e agroindustriais; k) apoio à produção e fornecimento de insumos qualificados; l) fornecimento de assistência técnica para agricultores familiares individuais e seus empreendimentos; m) capacitação de agricultores familiares e técnicos; n) apoio a formulação de linhas de crédito específicas; e o) realização de estudos e diagnósticos. <i>Finalidade:</i> Qualificar e ampliar a participação da agricultura familiar nas cadeias produtivas das energias renováveis.	
2C76	Gestão de Riscos no Seguro da Agricultura Familiar
<i>Descrição:</i> Execução de trabalhos necessários à identificação e gestão dos diversos tipos de riscos envolvidos na operacionalização do seguro da agricultura familiar, compreendendo: a) acompanhamento da agroclimatologia e do desempenho das lavouras seguradas para a previsão de riscos de impactos no seguro; b) estruturação do sistema de pericamento, incluindo ações de normatização técnica, capacitação, credenciamento, pagamento e avaliação de peritos; c) controle de qualidade da operacionalização do seguro, com foco nos processos de comunicação de perdas, pericamento, análise e deferimento do pagamento de indenizações e responsabilização por eventuais irregularidades; d) atuação articulada com a Assistência Técnica e a Extensão Rural para difusão aos produtores segurados de suas responsabilidades e adoção de cuidados básicos na condução da lavoura para não perder a cobertura do seguro; e) levantamento e organização de base de informações incluindo laudos do controle de qualidade (monitoramento de campo), laudos seguro-assistência técnica e dados de contratação do seguro e de pagamento de indenizações, para identificação dos diferentes níveis de risco associados a culturas e regiões e subsidiar pesquisas científicas de interesse para o seguro; f) articulação com entidades de pesquisa, particularmente a Embrapa, para o desenvolvimento de pesquisas científicas visando a redução de riscos no seguro, incluindo aperfeiçoamento e ampliação do Zoneamento Agrícola de modo a melhor atender as necessidades da agricultura familiar, g) aprimoramento e ampliação dos sistemas de monitoramento agroclimático e desenvolvimento de metodologias relacionadas a penalizações; h) informatização de processos operacionais e do monitoramento do seguro da agricultura familiar. <i>Finalidade:</i> Gerir, na operacionalização do seguro da agricultura familiar, os diversos tipos de riscos envolvidos em seguro agrícola, visando reduzir os índices de sinistralidade a níveis próximos das referências internacionais em agricultura familiar.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4260	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos
<i>Descrição:</i> Prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e seus empreendimentos. <i>Finalidade:</i> Garantir a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares e seus empreendimentos, com base nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER.	
4266	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar
<i>Descrição:</i> Aquisição e distribuição de insumos produtivos e de material genético animal e vegetal adequado às especificidades do agricultor familiar. <i>Finalidade:</i> Melhorar a capacidade de produção dos agricultores familiares, disponibilizando insumos produtivos apropriados ao seu perfil de produção.	
4280	Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar
<i>Descrição:</i> Inserção dos agricultores familiares no mercado nacional e internacional, pela constituição de uma base de dados e informações sobre mercados agrícolas; produtos diferenciados, artesanais e transformados; assim como sobre tendências de mercado e de consumo de produtos da agricultura familiar, ampliando a produção de tais produtos entre os agricultores familiares. Desenvolvimento de atividades não-agrícolas entre os agricultores familiares. Ampliação e qualificação das organizações dos agricultores familiares nas diferentes cadeias produtivas em que estão inseridas. Promoção de produtos da agricultura familiar nos mercados interno e externo. Promoção de projetos de inserção dos produtos da agricultura familiar no mercado institucional. Constituição de organizações e redes de comercialização voltados para o escoamento dos produtos da agricultura familiar. Promoção da agricultura familiar junto a outros setores econômicos (indústria, comércio e serviços), visando novas oportunidades de negócios e renda para os agricultores familiares. Promover a inclusão do agricultor familiar nos processos de agroindustrialização da sua produção agregando valor e facilitando a inserção dos produtos ao mercado, visando geração de renda e emprego. <i>Finalidade:</i> Identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e mediante a valorização dos seus produtos e serviços.	
4448	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural
<i>Descrição:</i> Coordenação, em parceria com as organizações de ensino formal e não formal e instituições de pesquisa, da elaboração e publicação de materiais informativos e da realização de atividades de formação inicial e avançada, de forma continuada para os agentes de ATER. <i>Finalidade:</i> Formar e capacitar agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER que já atuam ou que poderão vir a atuar junto à Agricultura Familiar ou à Reforma Agrária, visando a construção e a disponibilização de conhecimentos técnico-científicos, metodológicos e de gestão que contribuam para a qualificação dos serviços prestados aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.	
4470	Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária
<i>Descrição:</i> Viabilização da Assistência Técnica e da Extensão Rural às famílias assentadas de acordo com princípios e objetivos da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária), sendo necessário para isto a realização de ações: a) de elaboração, aperfeiçoamento e implementação do plano de desenvolvimento ou de recuperação do assentamento, bem como dos projetos produtivos, sociais, ambientais e estruturantes dele decorrentes; b) de capacitação das famílias assentadas e suas organizações visando à apropriação de conhecimentos para planejamento e gestão (social, econômica e ambiental), utilização e/ou adaptação de tecnologias apropriadas à produção sustentável; c) que contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; d) que orientem a organização social dos assentamentos no sentido de criar, fortalecer e qualificar as associações e outras formas organizativas das famílias beneficiárias; e) de apoio ao planejamento, supervisão e articulação das ações de ATER prestadas às famílias beneficiárias da Reforma Agrária; f) de acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação dos trabalhos de Assistência Técnica <i>Finalidade:</i> Viabilizar a Assistência Técnica e a Extensão Rural às famílias dos Projetos de Assentamento, visando promover processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades agrícolas e não agrícolas, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais, contribuindo para a melhoria da renda, da segurança alimentar, da diversificação da produção e acesso às políticas públicas, visando alcançar a sustentabilidade econômica e socioambiental nos assentamentos da reforma agrária.	
6087	Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
<i>Descrição:</i> Articulação e capacitação de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares visando a qualificação para o acesso a fundos socioambientais de apoio a projetos; realização de eventos de intercâmbio de experiências e sistematização dos resultados de práticas sustentáveis e inovadoras; fomento a iniciativas produtivas baseadas em práticas agroecológicas, agrobiodiversas e sociobiodiversas por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares; estabelecimento, simplificação e adequação dos marcos regulatórios para transferência de recursos a povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares <i>Finalidade:</i> Fomentar, capacitar e articular ações para a promoção e o fomento a atividades produtivas sustentáveis, por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, com foco na sustentabilidade da produção baseada na agrobiodiversidade, na sociobiodiversidade e em práticas agroecológicas que incorporem o fator ambiental nos processos produtivos, fortalecendo o desenvolvimento sustentável e social e a geração de renda.	
8312	Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável em Áreas de Produção de Tabaco
<i>Descrição:</i> Implementação de ações de desenvolvimento rural sustentável em áreas de agricultores familiares fumicultores, envolvendo a pesquisa, treinamento/capacitação, e acompanhamento técnico. <i>Finalidade:</i> Garantir o apoio às ações de Desenvolvimento Rural Sustentável em áreas de produção de tabaco.	
8326	Fomento à Produção de Tecnologias e de Conhecimento Apropriados para a Agricultura Familiar
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos de validação, teste e disponibilização de tecnologias que respondam a demandas da agricultura familiar das diferentes regiões do país. <i>Finalidade:</i> Ampliar o acesso dos agricultores familiares e das comunidades tradicionais às tecnologias e aos conhecimentos desenvolvidos pelos órgãos de pesquisa, visando melhoria dos sistemas de produção, a redução dos riscos de inadimplência e a ampliação da renda das famílias.	
8332	Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais
<i>Descrição:</i> Fomento para que os serviços de Ater promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais e organizações de mulheres agricultoras, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento setoriais e a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional. Elaboração de estratégias institucionais para a rede de ATER, incluindo a sensibilização e a capacitação de extensionistas, voltadas para a promoção da igualdade entre mulheres e homens rurais. <i>Finalidade:</i> Reconhecer as mulheres como sujeitos sociais fundamentais para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, a partir da contribuição que exercem no manejo nas atividades agrícolas e não agrícolas, na contribuição da preservação biodiversidade, no manejo e gestão de pequenos animais, na contribuição específica para a geração de renda e agregação de valor na unidade familiar;	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8358	Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos de disponibilização de tecnologias de baixo custo, com alto grau de resolução de problemas sociais (tecnologias sociais) para a geração de ocupação e renda, por meio da melhoria das condições de trabalho, do aumento da produtividade e do incremento do sistema de comercialização e de distribuição de excedentes, agregando, ainda, valor aos produtos através do benenficamento local das comunidades quilombolas. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar tecnologias sociais para Comunidades Quilombolas, garantindo assim sua reprodução social e produção de subsistência e de excedentes	
8400	Organização Produtiva de Trabalhadoras Rurais
<i>Descrição:</i> Promoção de ações de qualificação das trabalhadoras rurais, estímulo à formalização de suas organizações e desenvolver as habilidades, capacidades e autonomia para a atuação das mulheres rurais no processo produtivo <i>Finalidade:</i> Fortalecer a organização produtiva de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da econômica solidária e feminista de forma de viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção.	
8996	Apoio a Projetos de Inovação Tecnológica da Agricultura Familiar no Semiárido
<i>Descrição:</i> Experimentação e implantação de tecnologias apropriadas ao potencial local da agricultura familiar, aperfeiçoando e inovando os sistemas locais de produção; introdução de práticas que promovam a reconversão dos sistemas de produção, contribuindo para a conservação e preservação dos recursos naturais; apoio a formação e fortalecimento de redes de agricultores experimentadores, com o intuito de difundir processos produtivos sustentáveis. <i>Finalidade:</i> Apoiar projetos que visem o desenvolvimento e a experimentação de conhecimentos e tecnologias, utilizando as potencialidades econômicas e ambientais locais, capazes de contribuir para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar no semi-árido brasileiro.	
2013	Agricultura Irrigada
100N	Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí com 5.200ha no Estado do Rio Grande do Norte
<i>Descrição:</i> Implantação de uma infraestrutura de irrigação para exploração de 5.200 ha, constando de captação, estação de bombeamento de recalque, adução, distribuição de água através de canais e tubulações e irrigação de lotes destinados a irrigantes através de equipamento parcelar. <i>Finalidade:</i> Desenvolver agricultura irrigada em solos da Chapada do Apodí, com vistas à produção de culturas de alto valor agregado (fruticultura) e geração de emprego e renda, com aproveitamento das águas disponibilizadas pela Barragem Santa Cruz.	
10ER	Implantação do Perímetro de Irrigação Sampaio com 1.070ha no Estado do Tocantins
<i>Descrição:</i> Implantação de obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum, numa área de 1.070ha, compreendendo captação e adução, estação de bombeamento, canais e adutoras, redes de distribuição pressurizadas, subestação, linhas de transmissão, de distribuição, redes viárias, aquisição de equipamentos eletro/hidromecânicos e de controle de vazão, e tomadas d'água. Desenvolvimento de atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores em uma área de 988,36ha, no qual estão previstos a implantação de 103 lotes para pequenos agricultores. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a elevação da produção e da produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos, fomentando a geração de empregos e renda, por meio de projeto de irrigação.	
12FP	Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio com 1.716 ha no Estado de Sergipe
<i>Descrição:</i> Implantação de obras de infraestrutura comum para irrigação no território do Alto Sertão Sergipano, incluindo reservação, captação, adução e distribuição de água para irrigar uma área de 1.716 ha. As etapas a serem executadas podem incluir a elaboração de estudos e projetos de engenharia, a elaboração e a implantação de estudos e projetos ambientais, a execução dos sistemas de captação, de distribuição e de drenagem, a aquisição de equipamentos hidromecânicos e as demais obras complementares ao projeto. Também estão incluídos serviços de supervisão e o gerenciamento das obras. Para os pequenos irrigantes poderão ser adquiridos os sistemas parcelares (on farm). Também poderão ser contempladas as atividades visando a transferência da gestão, como administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, manutenção, assistência técnica e capacitação de pequenos produtores. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o aumento da produção agrícola, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional. Promover o desenvolvimento da agricultura irrigada no Alto Sertão Sergipano.	
12FR	Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro com 1.300 ha no Estado do Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Implantação de obras de infraestrutura comum para irrigação no Município de Sorriso, incluindo captação, adução e distribuição de água para irrigar uma área de 1.300 ha. As etapas a serem executadas podem incluir a elaboração de estudos e projetos de engenharia, a elaboração e a implantação de estudos e projetos ambientais, a execução dos sistemas de captação, de distribuição e de drenagem, a aquisição de equipamentos hidromecânicos e as demais obras complementares ao projeto. Também estão incluídos serviços de supervisão e o gerenciamento das obras. Para os pequenos irrigantes poderão ser adquiridos os sistemas parcelares (on farm). Também poderão ser contempladas as atividades visando a transferência da gestão, como administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, manutenção, assistência técnica e capacitação de pequenos produtores. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o aumento da produção agrícola, principalmente hortifrutigranjeiros, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional, inserindo no processo produtivo os assentamentos do INCRA presentes na Região. Promover o desenvolvimento da agricultura irrigada no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.	
12FS	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro São Bernardo com 5.000 ha no Estado do Maranhão
<i>Descrição:</i> Aproveitamento hidroagrícola dos Tabuleiros de São Bernardo, envolvendo estudos de viabilidade (área de 20.000 ha) e projeto executivo de irrigação de uma área piloto (5.000 ha) na margem esquerda do rio Parnaíba, na região litorânea do estado do Maranhão. <i>Finalidade:</i> Dotar o Estado de uma área de aproveitamento hidroagrícola capaz de permitir, através da implantação do Projeto de Irrigação dos Tabuleiros de São Bernardo, o desenvolvimento da agricultura regional e, consequentemente, a melhoria das condições socioeconômicas da região.	
12FT	Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí
<i>Descrição:</i> Implantação de 1.000 hectares de Fruticultura Irrigada, no município de São João do Piauí –PI. <i>Finalidade:</i> O projeto permitirá a inclusão direta de 200 famílias na atividade da agricultura irrigada, com oferta de 600 empregos indiretos, além de elevar a renda média anual do município com o incremento na produção agrícola anual, no município de 5.684 toneladas para 17.584 toneladas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12FZ	Construção da Barragem do Rio Imburuçu para fins de Irrigação no Estado de Goiás
<i>Descrição:</i> Implantação de barragem de terra no Município de Campo Alegre, no Estado de Goiás, com volume de acumulação de 31 hm3. As etapas a serem executadas compreendem a implantação da barragem, além da implantação dos Projetos Básicos Ambientais (PBA), da supervisão e do gerenciamento das obras. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o aumento da produção agrícola, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional. Promover o desenvolvimento da agricultura irrigada no Município de Campo Alegre, no Estado de Goiás. Dar segurança hídrica ao Projeto de Irrigação Campo Alegre, em uma área de aproximadamente 6.000 ha. Armazenar água e regularizar a vazão do Ribeirão Imburuçu para atender a demanda nos períodos secos e, principalmente, nos anos críticos de precipitações. Incorporar em torno de 1.700ha ao sistema produtivo da região.	
12G2	Construção do Canal de Irrigação Jaguari no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Implantação de infraestrutura hídrica de uso comum para atender a agricultura irrigada, com captação a partir da Barragem Arroio Jaguari, na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. As etapas a serem executadas compreendem a elaboração de estudos e projetos de engenharia, a implantação de 37 km de canais, além da implantação dos projetos ambientais, da supervisão e do gerenciamento das obras. Também poderão ser contempladas as atividades visando a transferência da gestão, como administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, manutenção, assistência técnica e capacitação de pequenos produtores. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o aumento da produção agrícola, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional. Promover o desenvolvimento da agricultura irrigada na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Atender a demanda hídrica nos períodos secos e, principalmente, nos anos críticos de precipitações. Incorporar em torno de 17.000 ha ao sistema produtivo da região.	
12G3	Construção do Canal de Irrigação Taquarembó no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Implantação de infraestrutura hídrica de uso comum para atender a agricultura irrigada, com captação a partir da Barragem Arroio Taquarembó, na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. As etapas a serem executadas compreendem a elaboração de estudos e projetos de engenharia, a implantação de 40 km de canais, além da implantação dos projetos ambientais, da supervisão e do gerenciamento das obras. Também poderão ser contempladas as atividades visando a transferência da gestão, como administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, manutenção, assistência técnica e capacitação de pequenos produtores. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o aumento da produção agrícola, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional. Promover o desenvolvimento da agricultura irrigada na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Atender a demanda hídrica nos períodos secos e, principalmente, nos anos críticos de precipitações. Incorporar em torno de 15.000 ha ao sistema produtivo da região.	
12OB	Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação
<i>Descrição:</i> Prestar assistência técnica a pequenos produtores; capacitar os agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais; capacitar as respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do perímetro para atingirem sua autogestão administrativa e operacional; regularização fundiária; execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso-comum; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento a condicionantes ambientais; e outras atividades necessárias para o atingimento da finalidade da ação. <i>Finalidade:</i> Transferir a gestão dos perímetros públicos de irrigação aos seus produtores, proporcionando a eles condições administrativas-técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais.	
140C	Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano no Estado de Alagoas
<i>Descrição:</i> Implantação de obras de infraestrutura comum para projetos de irrigação localizados na zona de influência do Canal do Sertão Alagoano e que captarão água a partir do mesmo. Inicialmente estão previstos os Perímetros de Irrigação Pariconha (3.200 ha), Delmiro Gouveia (1.600 ha), Inhapi (4.280 ha), Tapera/Carneiros (4.100 ha) e Monteirópolis (3.700 ha), totalizando uma área de 16.880 ha. As etapas a serem executadas compreendem os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Social e Ambiental, os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), os projetos de engenharia, as obras de implantação dos sistemas de captação, distribuição e drenagem, aquisição dos equipamentos hidromecânicos e as demais obras complementares ao projeto e de sustentabilidade produtiva, além da implantação dos Projetos Básicos Ambientais (PBA) e da supervisão e gerenciamento das obras. Para os pequenos irrigantes poderão ser adquiridos os sistemas parcelares (on farm). Também poderão ser contempladas as atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, manutenção, assistência técnica e capacitação de pequenos produtores para a transferência da gestão. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a elevação da produção e produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda por meio de projetos de irrigação. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional. Estabelecer uso viável da água aduzida pelo Canal do Sertão Alagoano.	
140G	Elaboração e Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Agricultura Irrigada
<i>Descrição:</i> Trata-se de uma ação de suporte ao crescimento da Agricultura Irrigada de modo a fornecer subsídios para: a elaboração de planos de irrigação pela União, Estados e Distrito Federal; permitir a avaliação e a classificação dos Projetos Públicos de Irrigação; facilitar a disseminação de práticas que levem ao êxito dos projetos e subsidiar o planejamento da expansão da Agricultura Irrigada. A informação disponível sobre a área irrigada no País e suas características (tamanho das propriedades, localização, proprietários, relações de produção, sistemas e métodos de irrigação e suas eficiências, solos, principais culturas irrigadas e suas produções e produtividades, consumo de água e energia, utilização de mão de obra, insumos e maquinaria, resultados financeiro e econômico, etc.) é escassa e imprecisa para planejar e executar ações junto aos irrigantes privados que visem melhorar a eficiência de todos os fatores que intervêm na produção irrigada. O cadastro será planejado com base nas informações levantadas junto aos Estados e Municípios, bem como na interpretação de imagens de satélite, como forma de localizar as propriedades irrigadas. Será realizado o planejamento e implementação do trabalho de campo em todo o país gerando informações para a alimentação do banco de dados, que será desenvolvido em Sistema de Informações Gerenciais (SIG) para a formação do Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada. <i>Finalidade:</i> O Sistema Nacional de Informações Sobre Agricultura Irrigada é destinado à coleta, processamento, armazenamento, recuperação de informações, como a organização, estruturação da análise dos dados e a divulgação das informações referentes à agricultura irrigada, em especial: a) as áreas irrigadas, as culturas exploradas, os métodos de irrigação empregados e o nível tecnológico da atividade; b) o inventário de recursos hídricos e informações hidrológicas; c) o mapeamento de solos com aptidão para agricultura irrigada; d) a agroclimatologia; e) a infraestrutura de suporte; f) a disponibilidade de energia elétrica e outras fontes de energia; g) as informações socioeconômicas acerca dos agricultores; h) a quantidade, qualidade e destinação dos produtos oriundos da agricultura irrigada; i) o Cadastro Nacional dos Agricultores Irrigantes.	
140H	Elaboração do Plano Diretor Nacional, do Programa Nacional e de Planos e Programas Estaduais de Irrigação e Drenagem
<i>Descrição:</i> Elaboração e implantação do Plano Diretor Nacional da Agricultura Irrigada, do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem e de Planos Diretores e Programas Estaduais, de modo a estabelecer objetivos, diretrizes e instrumentos para a expansão da agricultura irrigada no país. <i>Finalidade:</i> Expandir a área irrigada no país.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

140X	Regularização Ambiental e Fundiária de Perímetros Públicos de Irrigação
<i>Descrição: Atendimento às legislações ambientais e fundiárias, incluindo a de recursos hídricos, objetivando a regularização dos perímetros públicos de irrigação para que estes possam operar regularmente, proporcionando aos produtores as condições necessárias para a continuidade da produção e o acesso aos financiamentos bancários, que exigem a conformidade ambiental dos respectivos perímetros para a liberação do crédito, condição necessária também para a certificação e comercialização de seus produtos.</i> <i>Com relação à regularização ambiental, a maioria dos projetos possui passivos ambientais acumulados ao longo dos anos, que, em alguns casos, vão desde a inexistência total de licenças até a falta de cumprimento de condicionantes de licenças anteriores (Licença Prévia e Licença de Instalação), descumprimentos ainda mantidos na vigência da Licença de Operação. Dentre as condicionantes presentes na maioria das licenças de operação obtidas pode-se destacar: monitoramento da qualidade da água e do solo; programa de gerenciamento de resíduos, especialmente os agrotóxicos; programa de recuperação de áreas degradadas; programa de gerenciamento de áreas protegidas, incluindo o restabelecimento de APPs; aquisição e/ou complementação de áreas para compor a reserva legal dos perímetros e proteção das áreas de reservas instituídas.</i> <i>Por outro lado, a regularização fundiária dos projetos demanda as seguintes providências:</i> • Promover a retomada de lotes improdutivos e executar as atividades relacionadas à ocupação, titulação, transferência de titularidade de lotes, controle da aquisição e distribuição da terra, mediação de conflitos agrários e reorganização das áreas dos perímetros de irrigação. • Realizar o Georreferenciamento das áreas irrigáveis, de servidão, da infraestrutura e demais áreas que compõe os Perímetros, em cumprimento à Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.449, de 30 de agosto de 2002 e Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005, com observância da Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis, 2ª edição (INCRA), publicada no DOU em 04 de março de 2010. • Refinanciar as dívidas de amortização dos lotes: criar instrumento normativo de caráter permanente com a definição de descontos e novas formas de quitação dos débitos em atraso. • Imposto Territorial Rural – ITR: articular a criação de uma lei específica tratando da isenção total do tributo com fulcro na política agrícola. A Codevasf, empresa pública, não está isenta do pagamento do ITR, sujeitando-se, portanto, às penalidades do ônus da tributação. • Conclusão dos processos de desapropriação de lotes, aquisição de terras e resolução de pendências judiciais. <i>Além disso, há também que se cumprir os termos das outorgas de água dos respectivos perímetros públicos de irrigação por meio do atendimento das exigências para a manutenção do direito de uso da água.</i> <i>Finalidade: Proporcionar a regularização ambiental e fundiária dos perímetros públicos irrigados, visando o atendimento da legislação.</i>	
140Y	Transferência da Gestão do Perímetro Público de Irrigação Estreito com 7.983 ha No Estado da Bahia
<i>Descrição: Prestar assistência técnica a pequenos produtores; capacitar os agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais; capacitar as respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do perímetro para atingirem sua autogestão administrativa e operacional; execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infra-estrutura de irrigação de uso-comum; implantação de infra-estrutura de apoio à produção; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; e outras atividades necessárias para o atingimento da finalidade da ação.</i> <i>Finalidade: Transferir a gestão dos perímetros públicos de irrigação aos seus produtores, proporcionando a eles condições administrativas-técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais.</i>	
1622	Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba com 3.150 ha no Estado de Sergipe
<i>Descrição: Implantação de obras de infraestrutura de irrigação de uso comum em uma área de 3.150 ha compreendendo: captação e adução, construção de barragens, estação de bombeamento, canais e adutoras, rede de drenagem, de distribuição pressurizadas, subestação, linhas de transmissão, de distribuição, redes viárias, aquisição de equipamentos eletro-hidromecânicos, de equipamentos de controle de vazão e tomadas d'água. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial.</i> <i>Finalidade: Contribuir para a elevação da produção e da produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos; fomentar a geração de empregos e renda, por meio de projetos de irrigação.</i>	
1692	Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 31.305ha no Estado da Bahia
<i>Descrição: Implantação de 31.305 ha, compreendendo estudos e projetos, aquisição de terras e a implantação da infraestrutura básica de uso comum. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos produtores condições administrativas-técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais; promover o desenvolvimento socioeconômico regional, com o consequente resgate da cidadania, consolidando o empreendimento para a transferência da gestão aos produtores.</i>	
1012	Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú - 2ª Etapa - com 4.168ha no Estado do Ceará
<i>Descrição: Implantação da infraestrutura do Projeto Baixo Acaraú, relativa à 2ª Etapa - 4.168ha, compreendendo: canais, adutoras, estações de bombeamento, drenos, vertedouros, reservatórios, descargas de segurança, automação, núcleos habitacionais, rede on farm, rede viária, redes de energia e de irrigação nas áreas irrigáveis selecionadas. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial.</i> <i>Finalidade: Promover a irrigação de mais 4.168ha em área correspondente à 2ª Etapa do Projeto, aproveitando o potencial da Bacia do Vale do Acaraú, contribuindo para elevar a produção e a produtividade das safras agrícolas, bem como aumentar a oferta de alimentos básicos e fruticultura de exportação, mediante incentivo à irrigação e o fomento à geração de emprego e renda. Serão mais 12.000 empregos gerados, entre diretos e indiretos e uma renda bruta anual da ordem de R\$ 40.000.000,00. A população beneficiada será da ordem de 60.000 pessoas.</i>	
1017	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas - 2ª Etapa - com 3.600 ha no Estado do Ceará
<i>Descrição: Implantação da infraestrutura básica da 2ª Etapa do Projeto Tabuleiros de Russas - 3.600 ha, nos Municípios de Russas / Morada Nova / Limoeiro do Norte - CE, compreendendo a execução de canais revestidos com concreto; drenos; estação elevatória; e sistema de adutoras de distribuição. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial.</i> <i>Finalidade: Promover a irrigação de mais 3.600 ha irrigados, em área que compreende a 2ª Etapa do Projeto, para produção de frutas tropicais nobres, tipo exportação, com a possibilidade de geração de 9.000 empregos, entre diretos e indiretos, e uma renda bruta anual de R\$ 30.000.000,00. Será beneficiada uma população de 45.000 pessoas.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1021	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985ha no Estado do Piauí
<i>Descrição:</i> Implantação de 5.985ha com a utilização de modernas tecnologias de irrigação do tipo micro aspersão e gotejamento. Serão executadas as seguintes obras: rede de adução e distribuição de água, através de canais e adutoras; rede elétrica; drenagem; aquisição e montagem de equipamentos parcelares para pequenos irrigantes; e aquisição e montagem das bombas da estação de bombeamento principal. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial. <i>Finalidade:</i> Incrementar o processo produtivo da região com mais 5.985ha de irrigação, com a utilização de metodologias modernas (irrigação localizada). O projeto gerará cerca de 1.960 empregos indiretos e 3.920 diretos, beneficiando uma população de 25.000 pessoas.	
1025	Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte - 2ª Etapa - com 1.619ha no Estado do Ceará
<i>Descrição:</i> Implantação da 2ª etapa do Projeto Irrigado Araras Norte, adicionando 1.619 há ao projeto, totalizando 3.225 há. A obra compreende a implantação de rede elétrica, estações setoriais de bombeamento, rede de distribuição de água, aquisição e montagem do equipamento parcelar para pequenos irrigantes, e execução da rede de drenagem. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial. delegatárias da gestão do perímetro para atingirem sua autogestão administrativa e operacional; execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso-comum; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; e outras atividades necessárias para o atingimento da finalidade da ação. <i>Finalidade:</i> Implantar mais 1.619 ha de área irrigada na região norte do Estado do Ceará, aproveitando o potencial da Bacia do Vale do Acaraú, contribuindo para elevar a produção e a produtividade das safras agrícolas, bem como aumentar a oferta de alimentos básicos mediante incentivo à irrigação e o fomento à geração de emprego e renda, beneficiando uma população de 8.070 habitantes. Serão gerados 1.345 empregos diretos e 2.690 indiretos.	
1028	Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe - 2ª Etapa - com 10.595ha no Estado do Piauí
<i>Descrição:</i> Projeto de irrigação preconizando a implantação de 10.594,80 ha, divididos entre as áreas norte (6757,50 ha) e área sul (3873,30 ha). Serão executadas as seguintes obras: rede de adução e distribuição de água, através de canais e adutoras; rede elétrica; drenagem; aquisição e montagem de equipamentos parcelares, para pequenos irrigantes; e aquisição e montagem das bombas da estação de bombeamento principal. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial. <i>Finalidade:</i> Implantar mais de 10.594,80ha, referente à 2ª Etapa do Projeto, com vistas à produção de alimentos básicos e culturas nobre de exportação, com geração de 30.000 empregos, entre diretos e indiretos e uma renda bruta anual da ordem de R\$ 100.000.000,00. A população beneficiada será de 150.000 pessoas.	
1P91	Revitalização do Perímetro Rio Formoso com 28.500 ha no Estado do Tocantins
<i>Descrição:</i> Recuperação e atualização das estruturas de uso comum do Projeto de Irrigação Formoso do Araguaia, incluindo a elaboração de estudos e projetos de engenharia, a elaboração e a implantação de estudos e projetos ambientais, a recuperação de reservatórios, canais, adutoras, estações de bombeamento e drenagem, diques, estradas e demais obras complementares ao projeto, possibilitando a segurança hídrica para a irrigação de 28.500ha. Essas ações possibilitarão a atualização e a otimização do empreendimento, resultando acréscimo na produtividade e qualidade das culturas, principalmente de soja, milho, arroz, melancia e melão. Também serão desenvolvidas atividades de apoio ao Distrito de Irrigação do Rio Formoso como supervisão, gerenciamento e apoio a capacitação de técnicos e agricultores. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o aumento da produção agrícola, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional. Garantir recursos hídricos suficientes tanto no período chuvoso quanto na estiagem, no município de Formoso do Araguaia, possibilitando a irrigação de 28.500ha.	
20EY	Administração de Perímetros Públicos de Irrigação
<i>Descrição:</i> Operação e manutenção de perímetros públicos de irrigação, apoio à administração, execução de obras para a operação, manutenção e recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum, participação nos custos operacionais dos perímetros (energia elétrica), atividades de prestação de assistência técnica e atividades de organização de produtores, regularização fundiária, despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas, atendimento das condicionantes ambientais, capacitação de técnicos e agricultores, recuperação das estruturas já implementadas dos Projetos Públicos de Irrigação (reservatórios, canais, adutoras, sistemas de bombeamento, diques, estradas, etc) bem como implantação de novos sistemas que garantam a otimização e atualização do empreendimento (tais como novos sistemas de captação, drenagem, etc), gerando acréscimo na produtividade e qualidade das culturas. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a realização de ações de administração dos perímetros públicos irrigados, visando à manutenção e à melhoria de suas condições produtivas.	
20QX	Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias, Estudos e Pesquisas afins em Agricultura Irrigada
<i>Descrição:</i> Apoio e implementação de estudos e projetos que tenham por princípio a utilização da tecnologia de irrigação e drenagem, de modo a garantir uma agricultura produtiva, intensiva e mais eficiente no uso da água. Promoção de ações de capacitação em seus diversos níveis de atuação. Realização de cursos, seminários, dias de campo, implantação de unidades demonstrativas, produção e difusão de material técnico e instrucional, e apoio a outras atividades inerentes ao objetivo desta ação. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento da atividade irrigada mediante ações e estímulo à difusão de estudos incrementais, de projetos demonstrativos, de capacitação, aí incluídos a tecnologia e cultivares adequados, o manejo e o desempenho dos cultivos, sistemas de produção apropriados e integrados à toda cadeia agroprodutiva.	
2B69	Promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER
<i>Descrição:</i> Promoção de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, induzindo a utilização de tecnologias mais eficientes bem como selecionando culturas de maior valor agregado; qualificar os irrigantes familiares quanto às técnicas de produção e gerenciamento do negócio, dando assim, melhor aproveitamento aos investimentos já realizados, combatendo o desperdício dos recursos públicos, objetivando a sustentabilidade da emancipação do perímetro, gerando mais empregos diretos e indiretos e mais renda para os irrigantes <i>Finalidade:</i> Apoiar, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, a produção e administração dos perímetros irrigados cuja gestão foi transferida aos irrigantes	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

3770	Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - 1ª e 2ª Etapa - com 6.584 ha no Estado de Goiás.
<i>Descrição:</i> Implantação de obras de infraestrutura de irrigação de uso comum, em 02 áreas independentes, com 8.148ha de área total e 6.580ha de área útil (Superfície Agrícola Útil - SAU), compreendendo captação flutuante, estações bombeamento, subestações elétricas, rede viária e diques, rede de canais coletores de drenagem, rede elétrica, obras de arte. . A 1ª etapa, com 1.844ha, encontra-se concluída e em operação. A Fase A da 2ª etapa com 960ha encontra-se concluída. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a elevação da produção e da produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda por meio de projeto de irrigação.	
5246	Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa com 5.100ha no Estado da Paraíba
<i>Descrição:</i> Implantação de obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum, numa área de 5.100 ha, compreendendo captação e adução, construção de: barragens, estações de bombeamento, canais e adutoras, de redes de drenagem, distribuição de energia elétrica relativa ao projeto, linhas de transmissão, distribuição, redes viárias, aquisição de equipamentos eletro/hidromecânicos e de controle de vazão, tomadas d'água e equipamentos parcelares dos pequenos irrigantes. Desenvolvimento de atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação e manutenção, assistência técnica e capacitação de 179 pequenos produtores. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a elevação da produção e produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda por meio de projeto de irrigação. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional. Beneficiar 179 famílias e gerar cerca de 5 mil empregos diretos.	
5252	Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás com 3.800 ha no Estado de Goiás
<i>Descrição:</i> Implantação de obras de infraestrutura de irrigação de uso comum, numa área de 26.500 ha, compreendendo: captação e adução, construção de barragens, estações de bombeamento, canais e adutoras, redes de drenagem, de distribuição, pressurizadas, subestação, linhas de transmissão, de distribuição, redes viárias, aquisição de equipamentos eletro/hidromecânicos e de controle de vazão, e tomadas d'água. Desenvolvimento de atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção e capacitação de técnicos e produtores em uma área de 3.800ha da 1ª e 2ª Etapas para 06 assentamentos do Incra, beneficiando 997 famílias e 30 lotes empresariais. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a elevação da produção e da produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda por meio de projeto de irrigação.	
5260	Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.862ha no Estado de Pernambuco
<i>Descrição:</i> Implantação de 7.862 ha compreendendo estudos e projetos, aquisição de terras e a implantação da infraestrutura básica de uso comum. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos produtores condições administrativas-técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais; promover o desenvolvimento sócio-econômico regional, com o consequente resgate da cidadania, ao consolidar o empreendimento para a transferência da gestão aos produtores.	
5314	Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê com 59.375ha no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Implantação de 59.375 ha irrigados, compreendendo estudos e projetos, aquisição de terras, infraestrutura básica de uso comum e medidas de proteção ambiental. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o desenvolvimento da região semiárida através da agricultura irrigada, dentro da sustentabilidade ambiental, incorporando 59.375 ha ao processo produtivo; elevar a produção e a produtividade das safras agrícolas, gerando renda, aumento da oferta de alimentos e propiciando a abertura de aproximadamente 60.000 empregos diretos, 120.000 empregos indiretos, beneficiando 240.000 habitantes.	
5330	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco
<i>Descrição:</i> Prestar assistência técnica a pequenos produtores; capacitar os agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais; capacitar as respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do perímetro para atingirem sua autogestão administrativa e operacional; regularização fundiária; execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso-comum; implantação de infraestrutura de apoio à produção; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento a condicionantes ambientais; e outras atividades necessárias para o atingimento da finalidade da ação. <i>Finalidade:</i> Transferir a gestão dos perímetros públicos de irrigação aos seus produtores, proporcionando a eles condições administrativas-técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais.	
5348	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós com 2.145 ha no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Prestar assistência técnica a pequenos produtores; capacitar os agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais; capacitar as respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do perímetro para atingirem sua autogestão administrativa e operacional; regularização fundiária; execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso-comum; implantação de infraestrutura de apoio à produção; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento a condicionantes ambientais; e outras atividades necessárias para o atingimento da finalidade da ação. <i>Finalidade:</i> Transferir a gestão dos perímetros públicos de irrigação aos seus produtores, proporcionando a eles condições administrativas-técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais.	
5354	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho com 18.857ha no Estado de Pernambuco
<i>Descrição:</i> Prestar assistência técnica a pequenos produtores; capacitar os agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais; capacitar as respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do perímetro para atingirem sua autogestão administrativa e operacional; regularização fundiária; execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso-comum; implantação de infraestrutura de apoio à produção; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento a condicionantes ambientais; e outras atividades necessárias para o atingimento da finalidade da ação. <i>Finalidade:</i> Transferir a gestão dos perímetros públicos de irrigação aos seus produtores, proporcionando a eles condições administrativas-técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

5368	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.048 ha no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Prestar assistência técnica a pequenos produtores; capacitar os agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais; capacitar as respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do perímetro para atingirem sua autogestão administrativa e operacional; regularização fundiária; execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso-comum; implantação de infraestrutura de apoio à produção; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento a condicionantes ambientais; e outras atividades necessárias para o atingimento da finalidade da ação. <i>Finalidade:</i> Transferir a gestão dos perímetros públicos de irrigação aos seus produtores, proporcionando a eles condições administrativas-técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais.	
5370	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba com 5.286 ha no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Prestar assistência técnica a pequenos produtores; capacitar os agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais; capacitar as respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do perímetro para atingirem sua autogestão administrativa e operacional; regularização fundiária; execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso-comum; implantação de infraestrutura de apoio à produção; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento a condicionantes ambientais; e outras atividades necessárias para o atingimento da finalidade da ação. <i>Finalidade:</i> Transferir a gestão dos perímetros públicos de irrigação aos seus produtores, proporcionando a eles condições administrativas-técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais.	
5378	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá com 4.350 ha no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Prestar assistência técnica a pequenos produtores; capacitar os agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais; capacitar as respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do perímetro para atingirem sua autogestão administrativa e operacional; regularização fundiária; execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso-comum; implantação de infraestrutura de apoio à produção; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento a condicionantes ambientais; e outras atividades necessárias para o atingimento da finalidade da ação. <i>Finalidade:</i> Transferir a gestão dos perímetros públicos de irrigação aos seus produtores, proporcionando a eles condições administrativas-técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais.	
5442	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba com 4.293 ha no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Prestar assistência técnica a pequenos produtores; capacitar os agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais; capacitar as respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do perímetro para atingirem sua autogestão administrativa e operacional; regularização fundiária; execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso-comum; implantação de infraestrutura de apoio à produção; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento a condicionantes ambientais; e outras atividades necessárias para o atingimento da finalidade da ação. <i>Finalidade:</i> Transferir a gestão dos perímetros públicos de irrigação aos seus produtores, proporcionando a eles condições administrativas-técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais.	
5E79	Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão com 4.000 ha no Estado de Roraima
<i>Descrição:</i> Recuperação da infraestrutura existente (400ha) e implantação de obras para atendimento de uma área de 3.600ha <i>Finalidade:</i> Contribuir para a elevação da produção e produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda por meio de projeto de irrigação, por meio da promoção do desenvolvimento da agricultura irrigada no Município de Boa Vista - RR e regiões circunvizinhas	
6544	Capacitação para a Agricultura Irrigada
<i>Descrição:</i> Capacitação de agentes multiplicadores; formação e aperfeiçoamento de gestores capazes de desenvolver a agricultura irrigada de forma sustentável; sistematização e disseminação de tecnologias apropriadas nas áreas de Irrigação: gestão, qualidade, mercado e comercialização; fornecimento de orientação e capacitação aos agricultores quanto: ao tipo de solo do lote e ao tempo de aplicação de água recomendado, à instalação correta do sistema de irrigação, levando em consideração o tipo de cultura, a direção e a velocidade do vento, ao momento adequado de aplicação da água e às formas de verificar se a aplicação foi correta. <i>Finalidade:</i> Operar a agricultura irrigada de forma articulada, eficiente e sustentável.	
6566	Estudos para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada
<i>Descrição:</i> Elaboração de estudos de viabilidade técnica, ambiental e sócio-econômica e de projetos básicos para empreendimentos hidroagrícolas. Preparação de estudos sobre o mercado atual e seu potencial de crescimento. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos para elaboração de projetos para promover o desenvolvimento da Agricultura Irrigada.	
7M16	Expansão de 10.500 ha do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro na Costa Doce no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Expansão de perímetro de irrigação por meio da implantação da infraestrutura de uso comum para aproveitamento agrícola incorporando uma área de 10.500 ha, constituída de canais, estações de bombeamento e obras acessórias e complementares <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento da agricultura Irrigada com a expansão do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro na Costa Doce no Estado do Rio Grande do Sul.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7M38	Implantação do Projeto de Irrigação Itamarati II com 5000 ha no Município de Ponta Porã no Estado do Mato Grosso do Sul
<i>Descrição:</i> Recuperação e ampliação da infraestrutura comum para irrigação no Município de Ponta Porã, incluindo reservação, captação, adução e distribuição de água para irrigar uma área total de 6.127 ha, estando previsto a recuperação da infraestrutura de 3.028 ha e a execução de infraestrutura para 3.099 ha de novas áreas. <i>As etapas a serem executadas podem incluir a elaboração de estudos e projetos de engenharia, a elaboração e a implantação de estudos e projetos ambientais, a recuperação e ampliação dos sistemas de reservação de água, de captação, de distribuição e de drenagem, a aquisição de equipamentos hidromecânicos e as demais obras complementares ao projeto. Também estão incluídos serviços de supervisão e o gerenciamento das obras.</i> <i>Para os pequenos irrigantes poderão ser adquiridos os sistemas parcelares (on farm). Também poderão ser contempladas as atividades visando apoio à gestão, como administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, manutenção, assistência técnica e capacitação de pequenos produtores.</i> <i>Finalidade:</i> Contribuir para o aumento da produção agrícola, principalmente hortifrutigranjeiros, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional, inserindo no processo produtivo os assentamentos do INCRA presentes na Região. Promover o desenvolvimento da agricultura irrigada no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.	
2014 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
0012	Financiamentos ao Agronegócio Café
<i>Descrição:</i> Concessão de financiamentos destinados ao agronegócio café, compreendendo o custeio, a colheita, e a estocagem e a aquisição de café, entre outros, a serem aprovados pelo poder público, em especial pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. <i>Finalidade:</i> Alocar recursos às linhas de crédito rural e agroindustrial que se destinam a financiar a manutenção e o desenvolvimento da cafeicultura.	
0026	Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural
<i>Descrição:</i> Cobertura do saldo devedor verificado em cada exercício financeiro do balanço de prêmios, sinistros, reservas e despesas com o custeio operacional e administrativas relativo às modalidades agrícola, pecuária, aquícola, florestas e penhor rural. <i>Finalidade:</i> Garantir a estabilidade das operações de Seguro Rural e atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe.	
0064	Assistência Financeira às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 1984)
<i>Descrição:</i> Melhoria técnica e modernização dos serviços de Registros Genealógicos; melhoramento zootécnico; pesquisa em nutrição, em agrostologia, em veterinária e em zootecnia; diagnóstico, erradicação e controle de doenças; execução de levantamentos e análises estatísticas; melhoria das condições de vida e de trabalho dos profissionais do turfe; melhoria da infra-estrutura dos hipódromos; modernização dos sistemas de apostas nas entidades turfísticas. <i>Finalidade:</i> Garantir o melhoramento genético das diversas raças, de modo a desenvolver o criatório dentro da melhor técnica e permitir maior rentabilidade ao criador e competitividade no mercado internacional.	
008H	Equalização de Juros em Financiamentos destinados à Liquidação de Dívidas de Produtores Rurais e Cooperativas (Lei nº 11.524, de 2007)
<i>Descrição:</i> Ressarcimento, pelo Tesouro Nacional, à instituição financeira operadora do financiamento, dos valores concedidos a título de diferencial entre o custo de captação da poupança rural e a TJLP. <i>Finalidade:</i> Fazer face às obrigações financeiras do Tesouro Nacional, decorrentes de subvenção sob a forma de equalização nas operações de financiamentos de recebíveis do agronegócio, nos termos da Lei nº 11.524/2007.	
0294	Equalizações de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)
<i>Descrição:</i> Equalização de taxas de juros destinando recursos do Tesouro Nacional para a cobertura do diferencial de taxas entre o custo de captação dos recursos, acrescidos dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito. <i>Finalidade:</i> Prestar apoio financeiro a mini e pequenos produtores rurais e suas cooperativas, na fase de custeio da produção dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, por meio de equalização de taxas de juros, visando reduzir o custo financeiro da produção.	
0297	Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacauera Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)
<i>Descrição:</i> Equalização de taxas de juros, com recursos do Tesouro Nacional, a mini e pequenos produtores de cacau das regiões baianas atingidas pela doença "vassoura de bruxa", na renegociação de dívidas no âmbito desse programa. <i>Finalidade:</i> Possibilitar ao produtor rural condições financeiras para o pagamento de dívidas contraídas no âmbito do "Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera Baiana".	
0298	Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.427, de 1992)
<i>Descrição:</i> Equalização de Taxas de Juros destinando recursos do Tesouro Nacional para a cobertura do diferencial de taxas entre o custo de captação dos recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito. <i>Finalidade:</i> Prestar apoio financeiro a produtores rurais e suas cooperativas, visando reduzir o custo de financiamento destinado à estocagem de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, por meio da equalização da taxa de juros, para venda futura em melhores condições de mercado.	
0299	Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)
<i>Descrição:</i> Concessão de equalização, pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, referente à diferença entre os valores de venda e compra dos produtos, incluindo o custo de carregamento dos estoques. <i>Finalidade:</i> Garantir o abastecimento e o preço, no mercado primário interno, dos produtos agropecuários amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, mediante a formação de estoques reguladores e estratégicos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0300	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)
<i>Descrição: Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.</i> <i>Finalidade: Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.</i>	
0301	Equalização de Juros e de outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)
<i>Descrição: Equalização de taxas de juros destinando recursos do Tesouro Nacional para a cobertura do diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito.</i> <i>Finalidade: Prestar apoio financeiro aos produtores rurais, por meio de concessão de equalização de taxas de juros, visando reduzir o custo financeiro nas operações de investimento rural e agroindustrial.</i>	
0373	Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999)
<i>Descrição: Equalização de taxas de juros destinando recursos do Tesouro Nacional às instituições financeiras para a cobertura da diferença existente entre o custo de captação dos recursos mais o "spread" bancário e a taxa paga pelos mutuários nas operações alongadas. São classificadas, também, como equalização as concessões de rebates a título de bônus de adimplência.</i> <i>Finalidade: Fazer face às obrigações financeiras contratuais, decorrentes do alongamento de dívidas originárias do crédito rural, nos termos da Lei nº 9.138/95 e nº 9.866/99, por meio da concessão de equalização de taxas de juros e de rebates nas parcelas devidas pelos mutuários finais, detentores de financiamentos concedidos com recursos do FAT/BNDES.</i>	
0611	Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)
<i>Descrição: Ressarcimento, pelo Tesouro Nacional, às instituições financeiras, dos valores concedidos a título de desconto de até dois pontos percentuais sobre as parcelas de juros pagas pelos mutuários finais, que repactuaram suas dívidas rurais com base no PESA (Programa de Saneamento de Ativos), conforme previsto na Resolução CMN nº 2.471/98. Este benefício integra a segunda etapa do programa de alongamento de dívidas de operações rurais, instituído pela Lei nº 9.138/95.</i> <i>Finalidade: Fazer face às obrigações financeiras do Tesouro Nacional, decorrentes da concessão de subvenção a produtores rurais nas operações de alongamento das dívidas originárias do crédito rural, superiores a R\$ 200.000,00, nos termos das Leis nºs 9.138/95 e 9.866/99, repactuadas com base na Resolução CMN nº 2.471/98.</i>	
099F	Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)
<i>Descrição: Pagamento de subvenção econômica correspondente à diferença entre o valor de mercado do prêmio do seguro rural e o valor pago pelos produtores rurais.</i> <i>Finalidade: Viabilizar aos produtores rurais a redução nos custos de contratação de seguro rural, por meio da ampliação do acesso a esse instrumento de gerenciamento de risco de sua atividade, buscando convergir o valor que o produtor pode pagar pela contratação do seguro com o preço do prêmio que o mercado segurador exige para operar com equilíbrio atuarial.</i>	
0A27	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei 8.427, de 1992)
<i>Descrição: Equalização de taxas de juros destinando recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira para a cobertura da diferença existente entre o custo de captação dos recursos mais o spread e o retorno pago pelos mutuários nas operações alongadas, bem como em relação aos financiamentos concedidos a partir de 2001.</i> <i>Finalidade: Fazer face às obrigações financeiras contratuais no tocante à Equalização de Juros em Operações de Empréstimos, tanto decorrentes do alongamento de dívidas originárias do crédito rural para cultura cafeeira, como decorrentes de financiamentos concedidos a partir de 2001.</i>	
10HG	Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-colheita e no Transporte de Grãos
<i>Descrição: O estudo das perdas qualitativas e quantitativas decorrentes das operações realizadas na pós-colheita dos grãos agrícolas é, há muito tempo, uma demanda do agronegócio brasileiro. A determinação dos índices de perdas será uma importante ferramenta na regulamentação do setor visando evitar prejuízos aos produtores, às empresas armazenadoras e ao próprio governo.</i> <i>Finalidade: Identificar as perdas quantitativas e qualitativas no armazenamento e no transporte dos principais produtos agrícolas nas mais importantes regiões produtoras brasileiras.</i>	
147R	Digitalização do Acervo Histórico dos Dados Meteorológicos
<i>Descrição: - Higienização, indexação, catalogação e imageamento do acervo de dados meteorológicos que se encontra, em grande parte, disperso pelos dez Distritos Meteorológicos, e que está sendo transferidos para a sede do INMET em Brasília.</i> <i>- Armazenamento, em área específica, de Arquivo Técnico, que será construído de forma a atender aos padrões de armazenamento de documentação histórica, visando à sua conservação.</i> <i>- Digitalização de documentos de forma a serem convertidos em informação numérica digital, de fácil utilização.</i> <i>- Armazenamento em Banco de Dados.</i> <i>Finalidade: Disponibilizar os dados meteorológicos históricos em formato digital para uso no zoneamento agroclimático do país, bem como para apoiar as atividades de pesquisa científica de clima, de variabilidade climática e de mudança climática global.</i>	
147S	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico
<i>Descrição: Ampliar a capacidade de coleta de dados de observação meteorológica com a duplicação da rede de observação automática existente, o incremento de 75% da rede de bóias oceânicas para a observação marinha, a modernização da rede de observação de altitude e a ampliação da rede de radares em operação no Brasil. O INMET fará a aquisição dos equipamentos e serviços relacionados.</i> <i>Finalidade: Fortalecer a Vigilância Meteorológica Nacional e a capacidade de Previsão de Tempo e Clima.</i>	
147U	Modernização e Ampliação da Unidade Armazenadora de Itaquí/MA
<i>Descrição: Ampliação da capacidade de armazenagem e de distribuição de produtos agropecuários para atender, principalmente, às regiões Norte e Nordeste, reduzindo os custos com transporte, entre outros. As etapas do projeto serão melhor detalhadas após a conclusão do projeto arquitetônico e de instalações.</i> <i>Finalidade: Aumentar a capacidade estática e modernizar os sistemas de recepção, de processamento e de expedição de produtos agropecuários da unidade armazenadora de Itaquí/MA.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1K40	Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento e implantação de iniciativas estratégicas, em complementação às atividades rotineiras, por meio das quais o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pretende superar um conjunto de desafios ou objetivos estratégicos. Esses objetivos, que estão associados a indicadores de desempenho e metas, constam do Mapa Estratégico do Ministério, construído com base na metodologia Balance Scorecard, considerando quatro perspectivas: (1) da Sociedade, (2) do Agronegócio e Parceiros, (3) dos Processos Internos e (4) das Pessoas, Aprendizagem e Crescimento. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e implantar as iniciativas estratégicas, em complementação às atividades rotineiras, por meio das quais o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pretende alcançar um conjunto de desafios ou objetivos estratégicos.	
200E	Formulação, Acompanhamento e Avaliação da Política Agropecuária
<i>Descrição:</i> Gestão, normatização, acompanhamento e aperfeiçoamento constante do crédito rural; criação e estímulos à implementação e emprego de instrumentos de captação de recursos junto ao mercado financeiro, para aplicação privada e voluntária no agronegócio; acompanhamento do mercado de insumos da agropecuária; acompanhamento da conjuntura das diversas cadeias do agronegócio; desenvolvimento e aplicação de medidas de política agrícolas, que logrem estabilizar a renda da agropecuária e assegurar o suprimento de produtos da agropecuária para o mercado consumidor. <i>Finalidade:</i> Viabilizar as ações de política agrícola no apoio à agropecuária e ao agronegócio.	
20QU	Fiscalização das Operações de Seguro Rural Subvencionadas
<i>Descrição:</i> Segundo a regulamentação do PSR, a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural – CGSR, por amostragem de no mínimo 2% do total das operações, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de Direito Público e Privado. Para esse fim, foi firmado Plano de Trabalho com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que poderá fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do PSR, sobretudo em relação à qualidade e constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor. <i>Finalidade:</i> Comprovar as informações e os dados constantes das apólices ou certificados de seguro rural amparados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR.	
20QW	Apoio à Implantação de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção
<i>Descrição:</i> - Funcionamento dos núcleos em unidades de ensino da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, organizados em torno de projetos, incluindo atividades de educação, pesquisa e extensão. - Seleção, execução, avaliação e monitoramento dos projetos por meio de ações articuladas, envolvendo as unidades de ensino, as entidades locais parceiras, as comunidades beneficiárias e os ministérios que compõem a Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção instituída pela Portaria nº 177, de 2006, a qual, atualmente, é coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (Nesse processo serão envolvidos diferentes públicos com destaque para os educadores e educandos, técnicos e pesquisadores, agricultores familiares, gestores públicos, povos e comunidades tradicionais). - Proposição de Plano de Trabalho (no qual constará a síntese das atividades a serem desenvolvidas e resultados alcançados) pela unidade de ensino para seleção dos projetos a serem desenvolvidos. - Estabelecimento pela Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia, em diálogo com representantes das unidades de ensino, de conjunto mínimo de atividades (prioridade: atividades que abordem as bases teórico-conceituais da agroecologia e sistemas de produção de base ecológica, a agricultura orgânica com ênfase nas tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e nos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, a Política Nacional de ATER, as políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, a promoção do uso e conservação da agrobiodiversidade, e a valorização dos produtos da sociobiodiversidade) a serem desenvolvidas por todos os núcleos, com foco na formação de profissionais e no trabalho de extensão tecnológica e social junto às comunidades rurais localizadas nas áreas de influência da unidade de ensino, com vistas a gerarem resultados articulados com os objetivos, metas e iniciativas propostas no PPA 2012-2015 e que têm interface com esta ação. <i>Finalidade:</i> Implantar e consolidar Núcleos de Estudos em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção na rede de educação profissional científica e tecnológica, que serão referência para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, de educação e de extensão, fundamentados nos princípios da agroecologia e nas tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção; ampliar a produção científica de pesquisas e contribuir na formação de professores e alunos; ampliar o debate e o acesso da comunidade escolar a conhecimentos, a tecnologias e aos materiais didáticos, envolvendo temas e questões de importância para a agroecologia e sistemas orgânicos de produção; promover articulações e parcerias na área de influência da unidade de ensino para o desenvolvimento de políticas públicas pautadas nos princípios agroecológicos e na promoção dos sistemas orgânicos de produção.	
20SQ	Apoio ao Desenvolvimento de Florestas Plantadas e Heveicultura
<i>Descrição:</i> A ação será realizada por meio de: 1. Apoio a projetos e atividades que tenham como objetivo a produção de mudas de espécies florestais exóticas e nativas, bem como de seringueira; 2. Estímulo ao cultivo de florestas plantadas para fins econômicos, em áreas já antropizadas, por meio do uso de tecnologias sustentáveis, para o atendimento das demandas dos setores madeireiros, de papel, celulose e outras matérias primas, e do setor energético, bem como de serviços ambientais; 3. Apoio ao desenvolvimento de estudos para o aperfeiçoamento de tecnologias, para a ampliação das áreas destinadas às florestas plantadas e a heveicultura; 4. Apoio à realização de cursos, seminários, dias de campo e outros eventos técnicos no contexto dessa ação; 5. Promoção e apoio à implantação de unidades piloto de validação tecnológica e de demonstração de sistemas produtivos florestais e heveícolas; 6. Incentivo ao desenvolvimento tecnológico, de pesquisa e inovação com relação às florestas plantadas e a heveicultura. <i>Finalidade:</i> Apoiar e promover o desenvolvimento da atividade de floresta plantada e heveicultura, para fins econômicos, com vistas a atender a grande demanda do setor por madeira e borracha natural, considerando seus benefícios sociais econômicos e ambientais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20SR	Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção - INFRALOG
<i>Descrição: Elaboração de estudos buscando melhorias de infraestrutura e logística, considerando dois aspectos:</i> <i>a) Infraestrutura e logística:</i> O acompanhamento da ampliação da infraestrutura e a redução dos custos logísticos, na esfera do MAPA, é desenvolvido mediante a articulação interinstitucional e intersetorial, envolvendo entidades do setor público e privado, bem como a realização de estudos, de pesquisas, de troca de informações, de coleta e de fornecimento de subsídios técnicos e estatísticos, notadamente, no que se refere às áreas e aos volumes da produção agrícola a ser submetida ao processo de armazenagem e/ou escoada para abastecimento interno e exportação. A consecução das atividades decorre de parcerias, cooperação técnica ou contratação de serviços. <i>b) Plano Nacional de Armazenagem:</i> Fomentar o desenvolvimento do setor de armazenagem, desenvolvendo o Plano Nacional de Armazenagem, mediante a elaboração de estudos técnicos e diagnósticos acerca da necessidade de ampliação da capacidade estática existente, com o estabelecimento de uma distribuição geográfica das estruturas de armazenagem em relação às áreas de produção, de eficiência de transporte, de estatísticas de perdas na pós-colheita, etc. <i>Finalidade: Elaborar estudos de infraestrutura e logística da produção que visem à redução do custo de movimentação de produtos agropecuários com foco na equalização da matriz brasileira de transporte, no Plano Nacional de Armazenagem e na coordenação, acompanhamento e fiscalização do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras.</i>	
2130	Formação de Estoques Públicos – AGF
<i>Descrição: Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal - AGF e Contrato de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais, financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.</i> <i>Finalidade: Executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda ao produtor, formar estoques públicos e regular o abastecimento interno.</i>	
2135	Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER
<i>Descrição: Prestação de assistência técnica e apoio institucional aos beneficiários do PRODECER.</i> <i>Finalidade: Implantar agricultura de médio porte moderna e empresarial na região dos cerrados, com vistas ao desenvolvimento dessa região, mediante a incorporação e a consolidação de novas áreas ao processo produtivo.</i>	
2137	Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários
<i>Descrição: Realização, in loco, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos, ou, sistemática, durante o período de armazenamento para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns. Proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionados em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; o cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.</i> <i>Finalidade: Promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. Realizar também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.</i>	
2157	Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros
<i>Descrição: Recebimento dos autos do processo do Agente do PROAGRO; autuação na Comissão Especial de Recursos - CER; análise do pedido, inclusão em pauta de julgamento de Turma Regional ou Especial; julgamento pelo colegiado da Comissão Especial de Recursos; decisão; publicação da decisão no DOU; complementação dos autos e devolução ao Agente para cumprimento da decisão proferida; recebimento de dados sobre as operações de crédito de custeio e comunicação de perdas dos empreendimentos enquadrados no PROAGRO; recebimento e análise de dados agroclimáticos.</i> <i>Finalidade: Decidir, em instância administrativa única, sobre pedidos de indenização de produtores rurais, relativos à cobertura de prejuízos causados em lavouras, ocasionados por eventos sinistrantes, de empreendimentos enquadrados no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, bem como proceder ao seu monitoramento.</i>	
2161	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas
<i>Descrição: Coleta de dados, produção e divulgação de boletins e alertas, contendo as informações meteorológicas e climatológicas.</i> <i>Finalidade: Prover os tomadores de decisão na área de agropecuária e afins, no âmbito governamental ou privado, e a sociedade de modo geral, de informações sobre o comportamento observado e previsto do tempo e do clima, bem como outras informações e produtos derivados, subsidiando ações que minimizem os impactos de eventos meteorológicos extremos, variabilidade e mudanças climáticas.</i>	
2177	Fiscalização de Serviços Agrícolas
<i>Descrição: Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.</i> <i>Finalidade: Assegurar a adequada qualidade de máquinas, de implementos, de insumos e de serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.</i>	
2825	Conservação dos Estoques Reguladores de Café
<i>Descrição: Desenvolvimento de ações inerentes à conservação dos estoques de café, bem como da rede armazenadora, tais como vigilância, limpeza, aquisição de novas embalagens e movimentação do produto vendido em leilão.</i> <i>Finalidade: Garantir a conservação dos estoques reguladores de café e dos complexos armazenadores, visando à manutenção da qualidade do produto estocado e à redução das perdas.</i>	
2829	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns
<i>Descrição: Modernização, manutenção, aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos, inclusive de informática para atender as unidades armazenadoras, visando atender prioritariamente às exigências do sistema nacional de certificação da Rede de Armazéns da Conab.</i> <i>Finalidade: Manter a Rede Armazenadora Própria em condições técnicas adequadas para a recepção, processamento, guarda, conservação, comercialização e expedição dos produtos agropecuários.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2B17	Fiscalização de Contratos de Repasse
<i>Descrição: Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.</i> <i>Finalidade: Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por instituições financeiras oficiais e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e esta instituição, para a operacionalização dos contratos de repasse.</i>	
2B18	Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Produção Agroenergética
<i>Descrição: Estruturação de projetos para difusão de novas tecnologias, nos campos da produção de energia e a partir de resíduos de biomassa agrícola, do biogás e de dejetos da atividade pecuária, além do álcool e do biodiesel, produzidos a partir de unidades de pequeno porte. Habilitação de produtores rurais e suas cooperativas para explorarem o grande potencial que vem sendo aberto para o mercado de agroenergia, bem como a captação de recursos com a venda de bônus no mercado internacional de crédito de carbono, utilizando a estrutura de pesquisa do MAPA (Embrapa, Ceplac e entidades do SNPA).</i> <i>Finalidade: Promover a difusão de tecnologias para o desenvolvimento da produção agroenergética.</i>	
2C94	Promoção do Café Brasileiro
<i>Descrição: Participação em eventos promocionais, tais como: feiras de alimentos e bebidas, programas de degustação de cafés especiais, concursos de qualidade, seminários, workshops e contratação de empresas de marketing, não envolvendo mídia.</i> <i>Finalidade: Formular as bases de um elenco consistente e ordenado de ações, que criem uma imagem positiva do produto café brasileiro; consolidar e ampliar o "agronegócio café" nos mercados interno e externo em todas as suas formas; garantir visibilidade e traduzi-la em excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais; promover a expansão permanente do consumo interno e externo do café, permitindo a conquista contínua de novos consumidores, criando e estimulando a formação de novos canais de distribuição, apoiando o aperfeiçoamento da qualidade do produto e seu valor agregado, e incrementando as exportações brasileiras de café com consequente geração de mais divisas para o país.</i>	
4702	Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
<i>Descrição: Realização do levantamento de dados das Unidades Armazenadoras; administração e atualização do banco de dados dos Armazéns do País; e atualização dos dados referentes à capacidade de armazenagem.</i> <i>Finalidade: Formar, manter, atualizar e administrar o Sistema Nacional de Cadastro das Unidades Armazenadoras.</i>	
4711	Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras
<i>Descrição: Captação de informações e levantamentos periódicos, por meio de pesquisas de campo, utilizando outros meios de comunicação e outros meios de caráter subjetivo e amostral, complementados pelo método objetivo que utiliza geotecnologias (sensoriamento remoto, geoprocessamento, imagens de satélite, GPS e modelos agrometeorológicos), em diferentes estágios das culturas, para obtenção de dados quantitativos e qualitativos relativos aos produtos amparados pela PGPM.</i> <i>Finalidade: Subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas, do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e cana de açúcar e laranja. Implementar tecnologias de geoprocessamento e modelos agrometeorológicos para melhor qualificação dos dados, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado de forma mais ágil, transparente, imparcial e segura.</i>	
4717	Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café
<i>Descrição: Realização de eventos para técnicos e produtores mediante workshops, cursos, seminários, dias de campo, congressos, simpósios e feiras agropecuárias.</i> <i>Finalidade: Habilitar os agentes da cadeia à gestão integrada dos processos produtivos; disseminar técnicas de manejo e tecnologias voltadas à alta performance; e propiciar a absorção de conhecimentos para viabilizar a agregação de valor.</i>	
4720	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
<i>Descrição: Aplicação dos mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica; Credenciamento, supervisão, auditoria e fiscalização de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (SPG – Sistemas Participativos de Garantia e certificadoras por auditoria); cadastramento e fiscalização das Organizações de Controle Social de produtores orgânicos familiares em venda direta de produtos orgânicos sem certificação; cadastramento e fiscalização de produtos orgânicos; provisão do funcionamento de 27 Comissões da Produção Orgânica nos estados da federação - CPOrg-UF e da Comissão Nacional da Produção Orgânica - CNPOrg, ambas integrantes do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISOrg ; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos vinculados às Organizações de Controle Social de produtores orgânicos familiares; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção, em mecanismos de controle da qualidade orgânica, em fiscalização e em auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre produtores e produtos orgânicos, sobre Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica e sobre Organizações de Controle Social de produtores familiares em venda direta de produtos orgânicos sem certificação.</i> <i>Finalidade: Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.</i>	
4721	Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio
<i>Descrição: Consolidação da gestão do conhecimento e da informação no Mapa; organização da documentação institucional das diversas áreas do Mapa; captação, aquisição e tratamento da informação agrícola nacional; ampliação do acesso da sociedade às informações via Central de Relacionamento; racionalização, atualização e consolidação da legislação do segmento agricultura; implementação de canais de comunicação para disseminação de informações; ampliação, atualização e manutenção de bases de dados; estímulo ao trabalho cooperativo visando a organização da informação; revitalização, implementação e modernização das bibliotecas estaduais do Mapa.</i> <i>Finalidade: Prover uma gestão integrada e efetiva dos recursos de informação e conhecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Apoiar o planejamento, a avaliação e o controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, por meio da preservação e facilitação do uso da memória agrícola nacional e da prestação de informações que possibilitem tomadas de decisões estratégicas com vistas à racionalização do sistema produtivo rural.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4747	Fiscalização de Serviços Pecuarários
<i>Descrição:</i> Avaliação da conformidade do conjunto de elementos que caracterizam os controles técnicos dos serviços consignados, por meio de fiscalizações e de auditorias realizadas nas entidades autorizadas a prestarem serviços pecuarários referentes às atividades assim especificadas: registros genealógicos; provas zootécnicas; provas funcionais; avaliações genéticas; exposições e feiras agropecuárias; competições turísticas (registro, funcionamento, infra-estrutura e classificação e reclassificação das entidades turísticas – Carta Patente; atendimento às normas anti-doping e ao Código Nacional de Corridas; credenciamento de agências e agentes captadores de apostas; movimento geral de apostas; arrecadação das entidades e sua destinação; composição e distribuição dos prêmios); promoções hípias; classificação de animais de abate e suas carcaças; classificação de couros, de peles e de casulos; fiscalização do bem estar animal e da prestação de serviços das atividades delegadas. Para isso, também se faz necessário o apoio financeiro a deslocamentos nacionais/internacionais de técnicos do MAPA, a deslocamento nacionais de colaboradores eventuais para participação em eventos pertinentes à boa execução dos itens anteriores (cursos, reuniões, palestras, seminários, workshop's, dias de campo e outras atividades afins, visando à reciclagem/atualização de informações tecnológicas e gerenciais, bem como à adoção de planos integrados de desenvolvimento) e à produção e à edição de publicações para divulgação de normativos e informações referentes às atividades executadas. <i>Finalidade:</i> Assegurar a conformidade dos serviços prestados ao setor pecuário por meio de fiscalizações e de auditorias nas entidades autorizadas pelo MAPA a executarem esses serviços.	
4756	Promoção e Participação em Exposições e Feiras Agropecuárias
<i>Descrição:</i> Promoção, articulação e organização da participação institucional do Mapa e de seus respectivos órgãos vinculados em feiras e exposições agropecuárias incluídas no calendário de eventos do Ministério. A participação do Mapa será viabilizada com a montagem de estande e a adequada alocação de recursos humanos e materiais para o desenvolvimento das atividades durante o evento agropecuário. <i>Finalidade:</i> Propiciar à sociedade em geral e ao produtor rural em especial, o acesso às informações e inovações tecnológicas nas diversas áreas do setor agropecuário; projetar e divulgar a imagem institucional do Mapa e detectar novas oportunidades de parcerias e troca de informações para o desenvolvimento agropecuário.	
4803	Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura
<i>Descrição:</i> Elaboração de pesquisas, desenvolvimento e inovação em cafeicultura mediante incentivo à obtenção de novas variedades e de novas técnicas de cultivo, colheita e industrialização de café; orientação ao produtor na adequação de seus custos em relação aos preços praticados no mercado cafeeiro, bem como transferências de tecnologias para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio café, considerando, também, a estruturação dos laboratórios. <i>Finalidade:</i> Desenvolver novos processos tecnológicos aplicáveis ao agronegócio do café em todos os seus estágios, visando ao incremento da produção e à produtividade da cultura, bem como viabilizar a adoção, pelos atores da cadeia do agronegócio do café, de conhecimentos, tecnologias e processos disponibilizados pela pesquisa.	
5920	Zoneamento Agrícola
<i>Descrição:</i> Identificação e dimensionamento dos riscos climáticos da atividade agrícola e o estabelecimento de épocas adequadas de plantio, com abrangência municipal, por espécie e cultivar, consoante suas características agrônômicas e na capacidade de retenção hídrica dos solos de modo a minimizar tais riscos. <i>Finalidade:</i> Reduzir as perdas de safras agrícolas ocasionadas por eventos climáticos adversos, incrementar a produção e a produtividade agrícola, fortalecer e expandir o seguro rural e contribuir para a melhoria da aplicação do crédito rural.	
8533	Missões para Negociações Agropecuárias Internacionais
<i>Descrição:</i> Realização de ações internacionais em prol da agropecuária brasileira, objetivando: i) definir e harmonizar normas e regras que disciplinem o comércio internacional de produtos agropecuários; ii) remover barreiras (tarifárias, sanitárias e fitossanitárias) que obstruam a expansão das exportações agropecuárias brasileiras, e iii) desenvolver processos de cooperação técnica internacional no setor agropecuário. <i>Desenvolver</i> processos de cooperação técnica internacional no setor agropecuário no setor agropecuário que possibilitem a transferência de tecnologia, de conhecimento e de experiência já acumulados pelo Brasil. Tais iniciativas guardam estreita consonância com a política externa brasileira e podem desempenhar papel relevante como forma de abrir portas para futuras parcerias comerciais. <i>Finalidade:</i> Defender e apoiar os interesses da agropecuária brasileira no comércio internacional e implementar cooperações técnicas que possam apoiar o desenvolvimento agropecuário de outros países.	
8538	Organização e Capacitação dos Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas para o Desenvolvimento Sustentável
<i>Descrição:</i> Capacitação de equipes técnicas, voltadas para o apoio à organização produtiva dos agricultores inseridos em cadeias produtivas agroenergéticas. <i>Finalidade:</i> Capacitar equipes de assistência técnica e de extensão rural, bem como apoiar a organização dos produtores rurais em associações e em cooperativas, com foco na produção e processamento de matérias-primas agroenergéticas.	
8542	Estudo das Potencialidades das Matérias-Primas Agroenergéticas
<i>Descrição:</i> Mapeamento das vocações produtivas das diferentes regiões do país, zoneamento agrícola das matérias-primas agroenergéticas e avaliação das suas potencialidades (produtividade esperada para as diferentes matérias-primas, nas diferentes regiões aptas à sua produção). <i>Finalidade:</i> Permitir o melhor aproveitamento das potencialidades regionais para a produção de matérias-primas agroenergéticas.	
8544	Desenvolvimento da Potencialidade Agroenergética das Regiões Produtoras de Cacau
<i>Descrição:</i> Geração e difusão de tecnologias para o desenvolvimento das cadeias produtivas agroenergéticas nas Regiões Produtoras de Cacau. <i>Finalidade:</i> Implementar estudos e ações de melhoria e otimização do agronegócio do dendê, tanto na consolidação da agricultura familiar quanto nas pequenas e médias propriedades agrícolas, para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo de dendê como matéria-prima para a produção de biodiesel. Viabilizar a implementação de um programa sustentável de produção de biocombustível nas regiões produtoras de cacau. Promover a ampliação e renovação de dendezais nas áreas zoneadas para o cultivo, além de auxiliar na difusão de tecnologias que permitam a capacitação técnica dos produtores rurais e o aumento dos investimentos nesta fonte de energia renovável.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8548	Promoção e Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no Exterior
<i>Descrição:</i> A ação contempla as seguintes atividades referentes ao agronegócio: a) obtenção e análise de informações estratégicas sobre os mercados internacionais do agronegócio (evolução e tendências da produção e comércio, barreiras tarifárias e não tarifárias, especialmente barreiras sanitárias e fitossanitárias) e sua disseminação por meio do portal do MAPA, sistemas de informação, estudos, pareceres ou publicações com o objetivo de auxiliar o processo de tomada de decisões nos setores público e privado; b) capacitação dos agentes do agronegócio para exportação, por meio da realização de eventos e atividades para informação e formação dos agentes das cadeias produtivas, tais como: seminários objetivando mobilizar e sensibilizar os diversos agentes da cadeia produtiva para integração e exportação; cursos de formação de agentes multiplicadores da cultura da integração para exportação; e elaboração de cartilhas e manuais informativos sobre processos de integração e procedimentos para exportação de produtos agropecuários; c) integração dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação por meio do apoio, em articulação com agentes privados e públicos locais, à formação de projetos piloto de integração, com ênfase em condomínios rurais e consórcios de exportação; d) divulgação da imagem do agronegócio brasileiro no exterior, por meio da elaboração de material institucional e realização de eventos, no Brasil e no exterior, em parceria com outras unidades do Ministério, com o setor privado e em articulação com outras entidades públicas, objetivando a divulgação de informações que enfatizem a qualidade, sanidade e sustentabilidade dos produtos e processos do agronegócio nacional, dirigidos a autoridades governamentais, técnicos, empresários, formadores de opinião, imprensa e sociedade civil internacional, visando ao fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro e à neutralização dos ataques internacionais que a prejudicam. <i>Finalidade:</i> Consolidar a credibilidade dos produtos agropecuários brasileiros e intensificar as exportações desses produtos por meio de trabalhos articulados e integrados, que consistam na disseminação de informações referentes aos mercados internacionais, na capacitação dos agentes exportadores, no apoio à integração das cadeias produtivas, na abertura de oportunidades comerciais e no fortalecimento da imagem dos produtos agropecuários brasileiros no exterior, enfatizando a qualidade, a sanidade e a sustentabilidade da produção nacional. Identificar oportunidades e prospectar novos mercados internacionais, de modo a contribuir para a expansão da pauta e da base exportadora do Brasil.	
8579	Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar
<i>Descrição:</i> Produção de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outros insumos, subsidiando a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais, dos consumidores e de toda a cadeia agroalimentar. <i>Disponibilização,</i> na rede mundial (internet), de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes como a avaliação de safras, conjunturas, balanço da oferta e demanda, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição de estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas e comercialização. <i>Finalidade:</i> Auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas públicas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar, e municiar de informações os diversos elos da cadeia produtiva, consumidores e toda a sociedade, contribuindo para a melhoria dos processos produtivos, para a competitividade do setor agropecuario e para o equilíbrio do mercado.	
8591	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas
<i>Descrição:</i> Capacitação de técnicos, produtores e trabalhadores rurais em temas relacionados às boas práticas agropecuárias; implantação de unidades comparativas entre sistemas convencionais de produção e de Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil); construção de Normas Técnicas Específicas da PI Brasil; promoção e marketing nacional e internacional da PI Brasil para produtores, indústrias, distribuidores, consumidores e governos; gestão do sistema de certificação de 3ª parte da PI Brasil junto ao Inmetro e certificadoras. <i>Finalidade:</i> Apoiar a adoção das boas práticas nas atividades agrícolas, com foco na Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil), por meio do fomento a atividades e projetos que visem a rastreabilidade e a sustentabilidade da produção agrícola.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8593 Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

Descrição: Apoio e fomento à implementação de planos, programas, projetos e ações, mediante o estabelecimento de parcerias público – privada, visando a diversificação das atividades econômicas na propriedade, bem com a capacitação e a difusão de práticas e sistemas produtivos sustentáveis, a exemplo do plantio direto na palha - SPD, da integração lavoura-pecuária-florestas - ILPF, de sistemas agroflorestais (SAF), entre outros. Serão também priorizadas ações para o estímulo à adoção de práticas conservacionistas de natureza preventiva e corretiva voltadas para a otimização do uso e manejo dos recursos naturais, principalmente do solo e da água, recuperação de áreas de cultivos e de pastagens degradadas, controle do processo de desertificação, tendo a microbacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento. Conforme abaixo especificado:

1. Promover a implementação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC);
2. Estimular a recuperação de áreas de produção e de pastagens degradadas e/ou em processo de degradação ou com baixa capacidade produtiva, áreas susceptíveis à desertificação mediante o uso de tecnologias adaptadas às especificidades locais e regionais;
3. Apoiar a adequação de estradas vicinais no contexto de planos e projetos de manejo e conservação de solos e água para a redução do processo erosivo;
4. Promover a diversificação das atividades econômicas e a melhoria da gestão no âmbito das propriedades e das comunidades rurais;
5. Apoiar o desenvolvimento de estudos, e o mapeamento de áreas degradadas ou em processo de degradação para a identificação dos problemas e aplicação de tecnologias e sistemas produtivos sustentáveis, como também promover o zoneamento de pastagens, com foco no Bioma Amazônia, dentro das prioridades do Plano ABC.
6. Apoiar e realizar cursos, seminários, dias de campo e outros eventos técnico-científicos, dentro do escopo do uso e manejo sustentável dos recursos naturais, com ênfase no manejo do solo e da água, no contexto das ações do Plano ABC principalmente no que tange ao controle da erosão, com vistas ao desenvolvimento de uma agricultura de baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE);
7. Promover e apoiar a implantação de unidades pilotos de validação, de demonstração e de referência tecnológica em sistemas agropecuários sustentáveis, dentro do preconizado pelo Plano ABC;
8. Apoiar a elaboração, produção e difusão de material técnico-científico e informativo sobre o uso e manejo dos recursos naturais, com foco na otimização do uso do solo e da água e de florestas plantadas, no contexto de uma agricultura de baixa emissão de carbono;
9. Identificar tecnologias disponíveis e estabelecer linhas de financiamentos (crédito rural) que estimulem a utilização das boas práticas agrícolas, e sistemas sustentáveis de produção, inclusive de práticas conservacionistas de manejo do solo e da água, com vistas a melhoria da capacidade produtiva dos solos;
10. Realizar e apoiar campanhas, mostras, exposições e outros eventos que tratem sobre o uso e manejo adequado do solo e da água e de uma agricultura de baixa emissão de GEE;
11. Articular com instituições dos setores públicos e privados, nos âmbitos nacional, regional e local, para promoção e desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento sustentável da agropecuária com ênfase na baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE);
12. Promover articulação institucional com vistas a criação e implementação de instrumentos que viabilizem a adoção de técnicas sustentáveis, no sentido de estimular o setor agropecuário a participar do mercado de créditos de carbono, no contexto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), constituindo-se em alternativas de renda ao produtor, além dos benefícios sociais e ambientais correspondentes.
13. Apoiar, técnica e financeiramente, projetos e atividades que tenham como objetivo a regularização ambiental de propriedades rurais.
Finalidade: Promover a atividade agropecuária, de forma integrada, competitiva e sustentável, mediante o estímulo à difusão e a adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo dos recursos naturais, principalmente do solo e da água, com vistas a garantir a produção de alimentos, fibras, agroenergia, para atender as demandas da sociedade brasileira e dos mercados internacionais, com a consequente melhoria da qualidade de vida do produtor rural, conforme preconizado no Plano Setorial de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC.

8598 Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias

Descrição: Parcerias visando à implantação, à capacitação e à difusão de sistemas de produção animal sustentáveis, incluindo a produção integrada, as boas práticas pecuárias, o bem estar animal e o melhoramento genético animal; apoio financeiro a estudos, objetivando elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas das cadeias pecuárias; apoio logístico ao reconhecimento de raças de interesse zogenético no Brasil; apoio financeiro a deslocamentos nacionais/internacionais de técnicos do MAPA e a deslocamentos nacionais de colaboradores eventuais para participação e/ou fiscalização em atividades pertinentes à boa execução dos itens anteriores (cursos, reuniões, palestras, seminários, workshop's, dias de campo e outras atividades afins, visando à reciclagem/atualização de informações tecnológicas e gerenciais, bem como à adoção de planos integrados de desenvolvimento). Além disso, esta ação também é utilizada para: pagamento de serviços administrativos e de pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, e produção e edição de publicações de atos normativos e de divulgação e de disseminação de informações sobre políticas públicas.

Finalidade: Melhorar a competitividade das cadeias produtivas, a qualidade e a segurança dos produtos e das matérias-primas de origem animal, por meio de apoio a projetos de produção animal sustentáveis, incluindo a produção integrada, as boas práticas pecuárias, o bem estar animal e o melhoramento genético animal.

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8606	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico
<i>Descrição: Ampliação do número de técnicos, agricultores e demais agentes que atuam na rede de produção orgânica capacitados para atuar em atividades relacionadas à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte, comercialização de produtos orgânicos e adequação aos regulamentos, boas práticas e diretrizes técnicas relacionadas à produção orgânica e ao extrativismo sustentável orgânico; promoção do acesso ao crédito com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; apoio à produção e divulgação de materiais impressos e audiovisuais sobre temas educativos de interesse da ação; articulação e participação em fóruns de discussão sobre educação em agroecologia, bem como na construção de parcerias governamentais e não-governamentais e no apoio a eventos nacionais e estaduais que promovam a educação em agroecologia e sistemas orgânicos de produção; realização de campanhas de utilidade pública para esclarecimento dos consumidores sobre o que são os produtos orgânicos, fazendo uma abordagem sobre os benefícios ambientais, sociais e nutricionais desses produtos, estimulando o seu consumo e divulgando o funcionamento do sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica e seus diferentes mecanismos de controle; apoio a eventos de divulgação dos produtos orgânicos brasileiros no mercado interno e externo tais como feiras e exposições; apoio à produção de materiais impressos e audiovisuais de divulgação e materiais promocionais; ampliação da oferta, do acesso e do incentivo ao desenvolvimento e aplicação de produtos e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional, entre eles os de produtos fitossanitários, adubos verdes e material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; articulação e aproximação dos diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural para otimizar e viabilizar ações de fomento que promovam a integração e organização da rede para a produção e a comercialização de produtos orgânicos bem como para a pesquisa, o ensino e a extensão relativas à agricultura orgânica e à agroecologia.</i> <i>Finalidade: Aumentar a oferta de insumos e incentivar o desenvolvimento e a aplicação de produtos e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção e ao extrativismo sustentável orgânico que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; fomentar a construção e socialização de conhecimentos em torno de temas relacionados à agroecologia e à agricultura orgânica para diferentes públicos, inclusive no contexto da educação formal e informal bem como na capacitação de técnicos e produtores rurais em tecnologias e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção; articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural para otimizar e viabilizar ações de fomento que promovam a integração e organização da rede para a produção e a comercialização de produtos orgânicos bem como para a pesquisa, ensino e extensão relativas à agricultura orgânica e à agroecologia; promover a ampliação do mercado de produtos orgânicos e o consumo responsável por meio de campanhas de conscientização dos consumidores sobre os princípios da agricultura orgânica e qualidades dos seus produtos.</i>	
8611	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
<i>Descrição: Criação de incentivo e fomento à produção agropecuária de pequeno e médio porte por meio da manutenção de estradas vicinais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, de equipamentos de processamento agroindustrial e obras agropecuárias em investimentos de pequeno vulto. Auxílio para correção de solos. Elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de projetos que visem ao desenvolvimento sustentável da pequena e da média produção, bem como apoio à realização de eventos técnicos, de seminários, de palestras, de oficinas, de fóruns, de convenções e de cursos técnicos, visando à promoção, ao intercâmbio, à divulgação de inovações e ao desenvolvimento do agronegócio de pequeno/médio porte.</i> <i>Finalidade: Apoiar a pequena e a média produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.</i>	
8622	Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo
<i>Descrição: Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Contribuição para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social. Fomento das estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem-estar socioeconômico da população. Apoio à realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas. Contribuição para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infraestrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.</i> <i>Finalidade: Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.</i>	
2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	
09LP	Participação da União no Capital Social - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS
<i>Descrição: Para a realização de sua finalidade, compete à HEMOBRÁS, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde:</i> <i>I - captar, armazenar e transportar plasma para fins de fracionamento;</i> <i>II - avaliar a qualidade do serviço e do plasma a ser fracionado por ela;</i> <i>III - fracionar o plasma ou produtos intermediários (pastas) para produzir hemoderivados;</i> <i>IV - distribuir hemoderivados;</i> <i>V - desenvolver programas de intercâmbio com órgãos ou entidades nacionais e estrangeiras;</i> <i>VI - desenvolver programas de pesquisa e desenvolvimento na área de hemoderivados e de produtos obtidos por biotecnologia, incluindo reagentes, na área de hemoterapia;</i> <i>VII - criar e manter estrutura de garantia da qualidade das matérias-primas, processos, serviços e produtos;</i> <i>VIII - fabricar produtos biológicos e reagentes obtidos por engenharia genética ou por processos biotecnológicos na área de hemoterapia;</i> <i>IX - celebrar contratos e convênios com órgãos nacionais da administração direta ou indireta, empresas privadas e com órgãos internacionais para prestação de serviços técnicos especializados;</i> <i>X - formar, treinar e aperfeiçoar pessoal necessário às suas atividades;</i> <i>XI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades.</i> <i>Finalidade: Capitalizar a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS, que irá explorar diretamente atividade econômica, nos termos do art. 173 da Constituição Federal, consistente na produção industrial de hemoderivados, prioritariamente para tratamento de pacientes do SUS, a partir do fracionamento de plasma obtido no Brasil.</i>	
11PJ	Estruturação de Laboratórios de Pesquisas Biomédicas
<i>Descrição: Elaboração de projeto do laboratório; construção e equipamento dos laboratórios.</i> <i>Finalidade: Ampliar e modernizar as unidades da Fiocruz para possibilitar a incorporação de novas atividades, assim como prover a infraestrutura necessária à gestão da qualidade, gestão ambiental, biossegurança e saúde do trabalhador.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

125H	Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA
<i>Descrição:</i> Construção de 90.000 m² de área, interligados entre si e a uma das unidades existentes do INCA (HCI). Obras de reforma para adequação da unidade principal (30.000 m²), e transferência de equipamentos, de modo a otimizar as áreas desocupadas com a transferência de Setores para as unidades novas e otimizar os espaços dentro de uma logística integrada para abrigar todas as atividades do INCA. A Construção do Complexo Integrado do INCA terá um caráter multipavilhonar, com uma diversidade de edificações e entremeado no contexto da cidade. O complexo será projetado respeitando-se todas as normas de proteção ao meio ambiente, com o tratamento de resíduos, o uso racional dos recursos naturais com o aproveitamento da energia solar e da água pluvial, da luz e da ventilação natural e com dispositivos alternativos de co-geração de energia. A área deverá ser de fácil acesso à população e funcionários, com boa conectividade com outras regiões da cidade e com outras regiões do estado e país pelas vias de comunicação terrestre, aérea ou marítima, e que no seu entorno o gradiente de serviços ofertados como restaurantes, hotéis e similares deverá ser suficiente para atender a população do complexo. Deverá garantir a manutenção da identidade institucional junto à população que passará a ter uma maior visibilidade, mais transparente no território, ajudando a interação paciente- atendimento <i>Finalidade:</i> Proporcionar a reorganização físico-funcional das unidades que compõe o Instituto Nacional de Câncer com a construção de um complexo integrado na cidade do Rio de Janeiro e adequar as unidades de modo a permitir maior flexibilidade para futuras expansões das atividades e absorção de novos equipamentos, com vistas a acompanhar o acelerado avanço tecnológico, garantindo maior eficiência na operação e manutenção de suas instalações, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros.	
12L4	Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA
<i>Descrição:</i> Financiamento para a construção, ampliação e aquisição de equipamentos para unidades de pronto atendimento em baixa e média complexidade para o suporte às equipes do saúde da família, funcionando 24h todos os dias da semana, em conjunto com o SAMU 192. Cada unidade oferecerá consulta em clínica geral, consulta em pediatria, vacinas (anti-peçonhentos, anti-rábica e antitetânica), exames diagnósticos por meio de eletrocardiograma, raios X, além de curativos e outros procedimentos. <i>Finalidade:</i> Construir, ampliar e equipar unidades de atendimento de urgência de baixa e média complexidade.	
12L5	Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS
<i>Descrição:</i> Financiamento para a construção e ampliação de unidades básicas de saúde, com base nos critérios de priorização estabelecidos pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT e levando em consideração o princípio de descentralização do SUS. <i>Finalidade:</i> Construir e ampliar unidades básicas de saúde, a serem utilizadas como base para o trabalho das Equipes de Saúde da Família.	
146V	Aquisição de Equipamentos para Produção de Hemoderivados e Biotecnológicos
<i>Descrição:</i> O desenvolvimento de iniciativas de "Pesquisa Desenvolvimento e Inovação" ("P&DI") na Hemobrás em parcerias com universidades, instituições de pesquisa público-privadas, laboratórios farmacêuticos e organizações de fomento têm como fim a geração de novos conhecimentos que se transformam em insumos estratégicos pela incorporação/aplicação de novas tecnologias sob a responsabilidade da Hemobrás, visando atender às demandas do SUS. A ampliação do conhecimento tecnológico implica transferência de tecnologias e aquisição de equipamentos e de processos (envase, rotulagem). A ação visa a criação de novos produtos para o setor de saúde, pela transferência de tecnologia, incorporação de novos produtos financeiramente sustentáveis, bem como convergentes com as demandas do Ministério da Saúde. Outro ponto importante é que contribuem, sobretudo, para a ampliação da atenção à saúde com acesso aos medicamentos pelos usuários do SUS e o fortalecimento do complexo industrial e de inovação tecnológica em saúde com a redução da vulnerabilidade externa. Atualmente a Hemobrás articula, apóia e avança em parcerias, com os projetos: Teste NAT, Teste de Microarranjo líquido, Fatores recombinantes: FVIII, FIX e G-CSF, Fator VIIa e Biosensores. A Hemobrás assumiu, por demanda do Ministério da Saúde em negociação com os laboratórios farmacêuticos, o fornecimento de medicamentos recombinantes (concentrados de fatores de coagulação) ao SUS visando aumentar a média brasileira de tratamento de pacientes portadores de hemofilia "A" per capita que atualmente é de 1,5 UI para 2,0 UI além de proporcionar uma economia importante de gastos com medicamentos, considerando a regulação e ampliação do mercado brasileiro por meio da intermediação da Hemobrás com extensões futuras com o mercado da América Latina. A Hemobrás, quando estiver em sua plena capacidade de operação atenderá cerca de 20% da necessidade do produto concentrado de fator VIII da coagulação (FVIIIc). A incorporação da metodologia de produção deste biomedicamento por engenharia genética tem sido a solução encontrada por diversos países para alcançar a auto-suficiência nesse produto. Além disso, a tecnologia de produção do concentrado de Fator VIII recombinante (FVIIIr) tem se apresentado cada vez mais como a primeira escolha clínica frente ao tratamento da hemofilia do tipo A, ficando os fatores plasmáticos com o papel de suprir os hemofílicos que não podem fazer uso do FVIIIr. Neste sentido, a oferta deste novo produto amplia o acesso dos usuários do SUS ao tratamento no sentido mais amplo. A atuação da Hemobrás segue as principais diretrizes no âmbito das estratégias e objetivos do Plano Plurianual, contribuindo com a garantia da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS e o fortalecimento do complexo produtivo de inovação em saúde impactando além da ampliação do acesso e o aperfeiçoamento do SUS, a qualidade de vida da população brasileira. Prevê-se o fornecimento de hemoderivados pelo fracionamento do plasma no exterior e o fornecimento de fatores recombinantes com a transferência gradual de tecnologia para produção de fator VIII recombinante, até a incorporação da nova tecnologia que contempla o processo de produção em uma nova unidade que poderá ser construída futuramente no parque industrial da Hemobrás em Goiana- PE. Vale frisar que em julho de 2010, o Ministério da Saúde por meio da portaria nº 1.854 transferiu à Hemobrás a responsabilidade pela gestão do fracionamento do plasma brasileiro no exterior e pela distribuição dos respectivos medicamentos hemoderivados no SUS. O plasma é processado pelo LFB e utilizado na produção de albumina, imunoglobulina e fatores de coagulação VIII e IX. Esta atividade de exportação temporária do plasma e retorno de medicamentos também compõe o processo de transferência de tecnologia entre a Hemobrás e LFB. As etapas de produção que hoje são executadas na França permitem criar expertise interna em procedimentos que futuramente irão ser absorvidos pela Hemobrás, antecipando, desta maneira, as etapas importantes da transferência de tecnologia, culminando com a absorção total do processo produtivo em 2014 quando entra em funcionamento a fábrica de Hemoderivados em Goiana. Esta ação inclui a qualificação do plasma de uso industrial que abrange todas as ações necessárias para no prazo de 4 anos alcançar 300.000 litros de plasma de qualidade na hemorede nacional para o fracionamento industrial. Estima-se encaminhar 170 mil litros de plasma e fornecer em 2012, os seguintes hemoderivados ao SUS: • 3 ton. albumina. • 0,7 ton. imunoglobulina. • 13 milhões UI FATOR VIII • 26 milhões UI FATOR IX E em 2015: • 7,2 ton. albumina. • 1,2 ton. imunoglobulina. • 39 milhões UI FATOR VIII • 66 milhões UI FATOR IX <i>Finalidade:</i> Fornecer medicamentos hemoderivados e biotecnológicos (fatores recombinantes) por meio de parcerias para incorporação de novas tecnologias e produtos viabilizando/ampliando o acesso dos Usuários do SUS e o fortalecimento do complexo produtivo da saúde.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

147J	Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia
<i>Descrição:</i> Os Institutos Fernandes Figueira e Evandro Chagas /FIOCRUZ foram redefinidos em 2010, através de portaria ministerial, como Institutos Nacionais de Referência para atender às crescentes demandas de formação e qualificação profissional, atenção de referência e pesquisa clínica nas áreas de Saúde da Mulher, criança e adolescente e em Infectologia. Estas unidades, no entanto, não dispõem de estrutura física para atender a estas novas demandas requerendo a construção de um complexo assistencial que obtenha ganhos de economia de escopo e de escala. <i>Finalidade:</i> Expansão da prestação de serviços de referência, realização de pesquisa clínica, desenvolvimento novas abordagens e tecnologias de ponta com humanização do atendimento e formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde.	
147V	Construção do Centro de Documentação e História da Saúde
<i>Descrição:</i> Implantação na Fiocruz do Centro de Documentação e História da Saúde. <i>Finalidade:</i> Garantir a preservação do patrimônio científico, cultural e histórico da saúde, especialmente no que diz respeito ao acervo documental, iconográfico e de objetos de interesse histórico.	
2016	Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde
<i>Descrição:</i> Formulação e controle da execução da Política Nacional de Saúde em todos os seus aspectos; deliberação sobre os modelos de atenção à saúde da população sobre a gestão, planos, prioridades, operacionalização, fiscalização e movimentação dos recursos financeiros do SUS; participação na regulação do controle social do setor privado na área da saúde; acompanhamento do processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, bem como o credenciamento de novos cursos de nível superior na área de saúde. <i>Finalidade:</i> Atuar na formulação e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social.	
20AB	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária
<i>Descrição:</i> Repasse mensal do recurso financeiro aos estados, municípios e Distrito Federal, para o desenvolvimento de ações de Vigilância Sanitária. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a capacidade de execução das ações descentralizadas de vigilância sanitária, por meio do repasse de recursos financeiros destinados aos estados, municípios e Distrito Federal. Esses recursos serão transferidos aos fundos de saúde dos estados, municípios e DF.	
20AC	Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos fundo a fundo, para estados, Distrito Federal e municípios qualificados na Política do Incentivo, visando a realização de ações de prevenção, promoção e proteção, vigilância, diagnóstico, tratamento, gestão, desenvolvimento humano e institucional e de parcerias com organizações da sociedade civil, na área de HIV/AIDS e outras DST em todo o território nacional. <i>Finalidade:</i> Intensificar e/ou fortalecer as ações de promoção, de desenvolvimento institucional e assistencial aos portadores de DST/ HIV/ Aids, implementado pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.	
20AD	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
<i>Descrição:</i> Repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde ou, excepcionalmente, para os Fundos Estaduais de Saúde. Qualificação dos municípios para o recebimento dos recursos financeiros. <i>Finalidade:</i> Estimular a implantação de equipes de saúde da família, agentes comunitários de saúde e equipes de saúde bucal, nos municípios, visando a reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.	
20AE	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
<i>Descrição:</i> Efetuar mensalmente a descentralização de recursos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica a Estados e/ou Municípios e ao Distrito Federal destinados ao custeio dos medicamentos de uso na atenção básica presentes na Renome vigente, e executar centralizadamente a aquisição e distribuição das insulinas e contraceptivos. <i>Finalidade:</i> Apoio à assistência farmacêutica básica mediante transferência de recursos a estados e municípios destinados ao custeio dos medicamentos de uso na atenção básica presentes na Renome vigente, além do custeio direto pelo MS das insulinas e contraceptivos.	
20AH	Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS.
<i>Descrição:</i> Apoio à estruturação e organização dos serviços farmacêuticos nas gestões municipais e estaduais, com vistas a qualificar a gestão da AF, bem como o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica nos sistemas municipal e estadual de saúde como ferramenta de suporte a gestão aos componentes da AF e qualificar os recursos humanos da Assistência Farmacêutica. <i>Finalidade:</i> Implantar um padrão de serviços farmacêuticos na rede de atenção a saúde com estruturação física, recursos tecnológicos (sistemas informatizados de gestão) e recursos humanos qualificados.	
20AI	Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)
<i>Descrição:</i> Repasse de recursos financeiros (auxílio-Reabilitação psicossocial) diretamente aos usuários do SUS, com histórico de longas internações em hospitais psiquiátricos do SUS, ou manicômios judiciais. O repasse é realizado a partir do cadastro geral dos beneficiários em potencial e da inclusão dos mesmos no Programa de Volta para Casa, e fomentar a constituição de comissões de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa nos estados, municípios e DF. Para a inserção dos usuários no Programa é necessário que os municípios onde os mesmos residam, sejam habilitados e façam a adesão, conforme Lei 10.708 de 31/07/2003 e Portaria GM/MS 2077 de 31/10/2003. <i>Finalidade:</i> Fortalecer e expandir o Programa De Volta pra Casa, cujo repasse do auxílio-reabilitação é parte integrante, contribuindo para o processo de inserção social dos pacientes longamente internados, bem como incentivar a organização de uma rede ampla e diversificada de recursos assistenciais e de cuidados, facilitadora do convívio social, capaz de assegurar o bem estar global e estimular o exercício pleno de seus direitos, enquanto cidadão brasileiro.	
20AL	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
<i>Descrição:</i> Repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal para custeio das ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de vigilância em saúde. <i>Finalidade:</i> Promover ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de vigilância em saúde.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20AQ	Manutenção de Coleções Biológicas da Ciência e da Saúde no Brasil
<i>Descrição:</i> Realização de ações de identificação, registro, proteção, reunião, conservação, processamento técnico, difusão e atividades correlatas junto às coleções biológicas e acervos museológico, arquivístico e arquitetônico da saúde e da ciência, promovendo a convergência e integração de iniciativas, ampliação a sua utilização para fins de produção de conhecimento original, sua maior divulgação e incorporação aos processos sociais e culturais do cidadão, das comunidades, dos profissionais e das instituições de saúde. Realizar o desenvolvimento e uso compartilhado de processos, metodologias e tecnologias e de uma base comum de competências e recursos, conformando uma rede cooperativa de entidades que assegurem domínio público e acesso ampliado às coleções científicas e outros patrimônios da saúde e da C&T em saúde. <i>Finalidade:</i> Identificar, preservar, valorizar e disponibilizar coleções biológicas e acervos museológico, arquivístico e arquitetônico da ciência e da saúde no Brasil, com o objetivo de garantir a integridade, o registro e o acesso ao conjunto de bens materiais e imateriais que revelam a identidade, a memória e a trajetória do Estado e da sociedade no campo da saúde pública e da ciência e tecnologia em saúde em sua dimensão humana, coletiva, institucional, política e social.	
20B0	Atenção Especializada em Saúde Mental
<i>Descrição:</i> Fundamentação financeira (custeio e incentivo) para a implantação da rede de serviços preconizados pela Política Nacional de Saúde Mental, Alcool e Outras Drogas. Ampliação do acesso (aumento da cobertura de CAPS no território nacional, apoio ao processo de desinstitucionalização de pacientes longamente internados em hospitais psiquiátricos) e qualificação da atenção em saúde mental no SUS, com ênfase no tratamento da dependência em crack, álcool e outras drogas. <i>Finalidade:</i> Efetivar e consolidar os princípios e diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental por meio de subsídios técnicos e financeiros para a implementação da rede de saúde mental, tais como: Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), Projetos de Supervisão Clínico-Institucional, Ações de Redução de Danos e iniciativas de empreendimento solidário/cooperativismo social, com priorização da ampliação da capacidade de cuidado dos usuários de crack, álcool e outras drogas.	
20B1	Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional
<i>Descrição:</i> Ampliação do número de estados qualificados ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário; ampliação do número de Equipes de saúde nos estabelecimentos penitenciários; custeio das ações de atenção básica desenvolvidas pelas equipes de saúde do sistema penitenciário; Estruturação das unidades de saúde dos estabelecimentos penitenciários. <i>Finalidade:</i> Subsidiar o desenvolvimento de ações de atenção integral à saúde da população penitenciária.	
20G8	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos financeiros aos hospitais universitários das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES a fim de viabilizar o alcance das metas previstas nos instrumentos de contratualização firmados. <i>Finalidade:</i> Contribuir com a oferta de ações e serviços de saúde nos Hospitais Públicos Universitários Promover ações e serviços de saúde, ensino e pesquisa de interesse do Sistema Único de Saúde – SUS junto ao Ministério da Educação – MEC, mediante contratualização de metas qualitativas e quantitativas relativas aos hospitais universitários das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.	
20JZ	Educação Permanente e Pós-graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde
<i>Descrição:</i> Ofertar cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu <i>Finalidade:</i> Ampliar a qualificação dos trabalhadores do sistema único de saúde e do sistema nacional de ciência e tecnologia em saúde mediante atividades de ensino em nível lato e stricto sensu	
20K0	Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para a Prevenção e Vigilância de Doenças Transmissíveis e na Resposta às Emergências
<i>Descrição:</i> O desenvolvimento tecnológico e inovação no campo da vigilância em saúde são de extrema importância para a geração de soluções eficazes no controle de doenças de impacto na saúde pública, particularmente as transmissíveis. A ampliação da produção científica nesta área, incluindo a estratégia de utilização de plataformas tecnológicas, dará condições de possibilidade para a geração de produtos e insumos que aumentem a capacidade de resposta do país a situações de relevância sanitária. <i>Finalidade:</i> Ampliar a capacidade institucional e incrementar a geração de conhecimento para o desenvolvimento de tecnologias que aumentem a efetividade das ações de controle e vigilância de doenças transmissíveis, bem como das respostas às situações de emergência sanitária e desastres.	
20K2	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas Regionalizadas, com vistas à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde e Saneamento Ambiental
<i>Descrição:</i> Promover e apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saneamento e saúde ambiental por meio do intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas para o desenvolvimento científico e tecnológico por meio de pesquisas aplicáveis ao contexto da Saúde e Saneamento Ambiental dos pequenos municípios brasileiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêm e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saúde e saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias. <i>Finalidade:</i> Objetiva-se potencializar a atuação da Funasa com vistas a suprir a ausência de planejamento, de capacitação técnica e capacidade de autogestão dos serviços de saúde e saneamento dos entes conveniados, instituindo-se também parcerias entre diversos setores (público, privado e sociedade civil).	
20K3	Qualificar a Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS
<i>Descrição:</i> A Lei 12.401, de 28 de abril de 2011 modificou a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, no que se refere à incorporação de tecnologias pelo Ministério da Saúde, direcionando para o aprimoramento e a qualificação do processo de incorporação de tecnologias no âmbito do SUS. Nesse contexto algumas ações fundamentais serão desenvolvidas, a saber: a regulamentação da Lei 12.401 de 28 de abril de 2011; a estruturação do Departamento de Avaliação de Incorporação de Tecnologia em Saúde; a ampliação e o fortalecimento da rede de Núcleos de ATS em hospitais de ensino visando a produção de ATS; o desenvolvimento de ações de Monitoramento do Horizonte Tecnológico em áreas estratégicas; a elaboração de dois sistemas informatizados, um para submissão de propostas de incorporação / exclusão tecnológicas e o outro para o recebimento de contribuições de consultas públicas. Ainda são atividades importantes para a qualificação do processo de análise para a incorporação de novas tecnologias: o compartilhamento de informações de estudos e análises realizados pela ANVISA, ANS e CMED; o estabelecimento de canais de comunicação com o poder judiciário para antecipar e minimizar demandas; e todas as medidas para dar transparência ao processo de incorporação e aumentar a participação da comunidade. Ações de articulação, estabelecimento de parcerias e divulgação das responsabilidades e resultados do trabalho serão realizadas no período de 2012 a 2015 <i>Finalidade:</i> Contribuir para o aperfeiçoamento e modernização do SUS por meio da avaliação qualificada, transparente e compartilhada de todas as solicitações de incorporação de tecnologias de saúde no sistema, com vistas a ampliar o acesso e oferecer tratamentos eficazes seguros e custo efetivos à população brasileira	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20K4	Apoio ao Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
<i>Descrição:</i> As atividades que irão compor a ação de apoio ao sistema de ética em pesquisa com seres humanos são de natureza regulatória e, por isso, devem assegurar um fluxo contínuo, regular e informatizado de submissão dos projetos de pesquisa. Após a submissão dos projetos, os mesmos serão analisados para elaboração de pareceres técnicos, cujo conteúdo pode indicar aprovação ou reprovação de execução. Para isso, será necessário desenvolver atividades de capacitação técnica dos membros dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), assim como rever o marco regulatório dos aspectos éticos das atividades de pesquisa envolvendo seres humanos, aperfeiçoar a Plataforma Brasil e integrá-la com o Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (Rebec). <i>Finalidade:</i> Regular, em âmbito nacional, os aspectos éticos das atividades de pesquisa envolvendo seres humanos	
20K5	Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS
<i>Descrição:</i> Apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS. <i>Finalidade:</i> Garantir a população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional, por meio de arranjos produtivos locais.	
20Q4	Operação do Canal Saúde
<i>Descrição:</i> Operação do Canal Saúde, de modo a transportar seu sinal às localidades equipadas com antena parabólica, aparelhos receptores de sinais de satélite e internet. <i>Finalidade:</i> Garantir a transmissão da programação do Canal Saúde 24h/dia às residências brasileiras equipadas com antena parabólica, aparelhos receptores de sinais de satélite e internet.	
20Q5	Formação e Qualificação Profissional de Nível Médio
<i>Descrição:</i> Formação e qualificação de técnicos em áreas estratégicas do Sistema Único de Saúde. <i>Finalidade:</i> Ampliar a formação e qualificação profissional de nível médio para o sistema único de saúde e sistema nacional de ciência e tecnologia em saúde.	
20Q6	Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde, Gestores e Analistas em Gestão para o SUS
<i>Descrição:</i> Promover a formação profissionais de saúde, gestores, analistas em gestão para o SUS <i>Finalidade:</i> Ampliar a qualificação dos gestores do sistema único de saúde e do sistema nacional de ciência e tecnologia em saúde mediante atividades de ensino em níveis de pós-graduação lato sensu, em modalidade presencial e à distância.	
20Q7	Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz
<i>Descrição:</i> Realização de obras e serviços de conservação e manutenção para a preservação de 18 prédios tombados pelo patrimônio histórico nacional localizados nos campi da Fundação Oswaldo Cruz. <i>Finalidade:</i> Garantir a preservação do patrimônio histórico e cultural sob a responsabilidade e tutela da Fundação Oswaldo Cruz.	
20QD	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
<i>Descrição:</i> Realização de atividades e ações em vigilância epidemiológica das DST e do HIV/aids; de ações de promoção de proteção e de prevenção ao HIV/Aids e outras DST; de direitos humanos das pessoas portadoras das DST/Hiv/aids; participação e promoção de eventos e capacitações de âmbito nacional e internacional, realização de assessoria e supervisões a estados, municípios e rede de atores que executam metas e ações na área de DST/HIV/AIDS; realização de estudos e pesquisas nas áreas de ciência e tecnologia de epidemiologia de ações comportamentais, de ciência básicas, de organizações de serviços, de gestão e produto de informações estratégicas à área: realização de parcerias com órgãos entidades nacionais e internacionais e organizações da sociedade civil; realização e implantação de projetos com organizações da sociedade civil, incluindo questões específicas de desenvolvimento da capacidade jurídica para garantir os direitos humanos das pessoas vivendo em HIV/Aids e outras DST; realizar atividades de coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo nesta área, realizar projetos de interesse da área com organizações governamentais e setor privado, nas três instâncias de governo, implementação de outras práticas de atenção à saúde das populações vulneráveis e de maior exposição à infecção do HIV?Aids e outras DST, realização de atividades de assistência e tratamento às pessoas portadoras e que vivem com DST e com HIV/aids, aquisição de preservativos masculinos e femininos, Kits e reagentes insumos de redução de danos de gel lubrificante e outros insumos, incluindo os de distribuição aos laboratórios de saúde pública; aquisição de equipamentos e materiais permanentes, de bens de consumo realização de treinamentos, oficinas de trabalho, fóruns de discussão e debates, encontros, seminários, congressos, missões e outros eventos; atividades de monitoramento e avaliação; atividades de elaboração aquisição de material educativo e informativo, pagamento das despesas necessárias ao funcionamento do programa de DST/AIDS, realização de atividades de fortalecimento da gestão na área de DST/AIDS, nas três instâncias de governo e das instituições pública e privadas que atuam nesta área. Controle das Hepatites Virais, Normalização, coordenação, monitoramento e Avaliação da execução das ações de vigilância, prevenção e controle das hepatites virais, capacitação de recursos humanos em ações de vigilância, prevenção e controle das hepatites virais, articulação e capacitação com as Organizações não Governamentais para desenvolvimento de ações de prevenção das hepatites virais; adequação da rede de assistência laboratorial ambulatorial à demanda das hepatites das hepatites virais; acompanhamento, supervisão e avaliação das distribuição de medicamentos e insumos laboratoriais; aquisição de equipamentos de informática e de laboratórios; promoção de ventos técnico-científicos, elaboração e realização de orientações técnicas por meio de material técnico informativo. Estabelecimento de mecanismo de cooperação técnico-científico em âmbito nacional e internacional: realização de estudos, pesquisas e inquéritos nas áreas de vigilância, prevenção e controle das hepatites. <i>Finalidade:</i> Promover a vigilância a prevenção o controle a proteção, a promoção e o diagnóstico em HIV/Aids e em outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e controle das hepatites virais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20QE	Coordenação Nacional das Ações de Promoção da Saúde
<i>Descrição:</i> Trata-se de estimular iniciativas e socialmente inclusive/contributivas nos âmbitos da atividade física e do lazer de promover o aumento da resolubilidade do sistema de saúde, valorizar e otimizar o uso dos espaços públicos de convivência e de produção de saúde, pactuar entre gestores do SUS e outros setores a importância de ações voltadas para melhorias das condições dos espaços públicos para realização de práticas corporais/atividade física e aumento dos níveis de atividades física da população. Apoio às secretarias municipais, estaduais e/ou do Distrito Federal para o desenvolvimento de projetos vinculados às práticas corporais, atividade física e lazer. Fortalecer a rede de Avaliação de iniciativas de Promoção da Atividade Física. Realizar cooperação Técnica com ensino, pesquisa e extensão nacionais e/ou internacionais para avaliação das estratégias de promoção das práticas corporais, atividade física e lazer. Estimulo e financiamento de estudos, pesquisas e inquéritos. Produção de material técnico educativo e informativo. Organização de estratégias de formação de recursos humanos. Incluir o tema das praticas corporais e atividade física no processo de planejamento das demais áreas técnicas do Ministério da Saúde, garantindo a transversalidade das ações da Política Nacional de Promoção da Saúde. Fomentar espaços intersetoriais no âmbito federal para planejamento de projetos de promoção das práticas corporais/atividades físicas. Realizar junto aos municípios, estados e/ou Distrito Federal para monitoramento, acompanhamento e avaliação dos projetos implantados. Realizar encontros, fóruns e/ou seminários junto aos municípios, estados e/ou Distrito Federal e instituições de ensino, pesquisas e extensão para monitoramento, acompanhamento, e avaliação dos projetos implantados. Sistematizar e publicar informações acerca de experiências bem sucedidas de implantação de projetos de promoção das práticas corporais, atividades física e lazer. Compor com descritores e documentação específicos a área de Promoção da Saúde na Biblioteca Virtual da Saúde (BIREME). Apoio às Unidades Federadas na viabilização de ações de promoção da saúde e a consolidação das ações de vigilância, prevenção e Controle do Tabagismo. Apoiar as Unidades Federadas na implantação dos Ambientes Livres do Tabaco tendo em vista a Lei 9294/96. Capacitar equipes técnicas para ações educacionais e de fiscalização para a promoção dos ambientes livres. Monitorar a implementação dos Ambientes Livres do Tabaco. Desenvolver inquéritos nacionais para monitoramento da prevalência do Tabagismo. Participar e desenvolver ações conjuntas com Comissão Nacional para Implementação da convenção Quadro (CONIQ) E Comissão Intraministerial para implementação da Convenção Quadro (CIMIQ) apoiando ações de implantação da Convenção Quadro para o Tabaco no Brasil. Apoiar e estimular ações nas escolas de promoção à Saúde –incentivo à prática de atividade física alimentação saudável, prevenção do tabagismo, dentre outras (projeto integração Saúde Escola) Monitorar fatores de risco e proteção de DCNT (INCLUSIVE O TABAGISMO) em escolares. Desenvolver estudos e vigilância do tabagismo. Produção de material técnico e educativo e informativo. Assessoramento técnico a municípios. Estados e Distrito Federal. Apoiar a realização de estudos internacionais de prevenção e controle do tabagismo no território nacional. <i>Finalidade:</i> Reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes dos modos de viver e da Saúde quanto ao sedentarismo por meio da promoção de práticas corporais e/ou atividade físicas e lazer, quanto ao tabagismo por meio da sua prevenção e controle.	
20QF	Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de pesquisas; elaboração de protocolo, trabalho de campo, treinamento de equipes de campo, apresentação de trabalhos científicos em congressos, publicações de trabalhos científicos, oficinas de trabalho para definição de linhas de pesquisas; realização de eventos técnicos; contratação de consultores e pesquisadores; intercâmbio com universidade e outras instituições de pesquisas nacional e internacional; aquisição de insumos e material permanente, transporte de material e carga; manutenção dos laboratórios de Bacteriologia, Fisiopatologia e outros de interesse da pneumologia; distribuição de medicamentos; manutenção de bancos de dados de TBMR: elaboração e execução de capacitações de recursos humanos para o SUS; assessoria técnica para estados municípios e Distrito Federal; produção e distribuição de material institucional, informativo e educacional; monitoramento, avaliação, supervisão e controle de qualidade das atividades de bacteriologia da tuberculose da rede pública, nível estadual, aquisição de equipamentos e insumos de laboratório; adequação de instalação e procedimentos do laboratório nacional de referência de bacteriologia da tuberculose para nível de segurança 3(NB3). Realização de obras, reformas aquisição e reposição de equipamentos para ampliação e reestruturação do centro de Primatas, capacitação de recursos humanos na área de primatologia e serviços voltados à formação de pessoal para desenvolvimento científico e tecnológico; desenvolvimento de trabalhos de campo para captura de primatas não humanos e realização de pesquisa na área de ecologia, biologia e reprodução de primatas não humanos; criação, reprodução manutenção, pesquisa e fornecimento de primatas não humanos para apoio às pesquisas biomédicas no país e no exterior; e a vigilância em saúde, contratação de consultoria na área técnica e científica. Cooperação técnica científica nacional e internacional na áreas de primatologia, desenvolvimento de fóruns técnicos e científicos para estudos na área de primatologia; divulgação de informação referentes aos estudos e pesquisas desenvolvidos; implantação do programa de qualidade na área administrativas e técnico científica. <i>Finalidade:</i> Obter e Difundir conhecimentos e técnicos no âmbito da vigilância em saúde, das ciências biológicas, do meio ambiente e da medicina tropical com atuação nacional e com ênfase na Amazônia Legal, Bem como criar primatas não humanos dentro dos padrões sanitários de excelência e realizar pesquisas biomédicas na área da primatologia a nível nacional e internacional.	
20QG	Atuação Internacional do Ministério da Saúde
<i>Descrição:</i> Realizar projetos de cooperação técnica, científica e tecnológicas em saúde, missões para negociação de acordos e promoção de interesses do Ministério da Saúde no âmbito internacional, e ações de ajuda humanitária por meio de doações. No âmbito do MERCOSUL e UNASUL, especial enfoque no apoio, participação e realização de reuniões e seminários técnicos para pactuações de projetos e acordos de interesse da saúde da região. Ainda, realizar visitas para apoiar a implantação da fábrica de medicamentos, em Moçambique, e a implementação das ações de cooperação para fortalecer o sistema de saúde do Haiti. Aperfeiçoar as políticas de atuação internacional do MS, por meio de cursos, capacitações e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas pública de saúde. <i>Finalidade:</i> Fortalecer e apoiar a participação do Ministério da Saúde no processo de integração regional e na cooperação Sul-Sul, alinhados à Política Nacional de Saúde e à Política Externa Brasileira e envolvendo ações relacionadas à cooperação técnica, científica e tecnológica e ajuda humanitária com foco nos países em desenvolvimento da América do Sul, Central, Caribe, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), demais países africanos, árabes e asiáticos. Articular negociações de propostas e temas no âmbito das Nações Unidas com foco prioritário na Organização Mundial da Saúde (OMS). Negociar e apoiar a cooperação técnica, científica e tecnológica com países desenvolvidos.	
20QI	Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde
<i>Descrição:</i> Garantir a integralidade na assistência em situações de risco ou emergencial para populações com maior vulnerabilidade, especialmente, dos povos indígenas, quilombolas e de difícil acesso, pautando-se pela equidade na atenção e riscos suscetíveis. <i>Finalidade:</i> Prestar assistência efetiva às vítimas em situações inesperadas de calamidade ou situações especiais ou de risco imediato, através de envio de profissionais capacitados para atendimento; apoiar na gestão da rede e serviços de saúde em áreas acometidas por situações adversas; estabelecer medidas de prevenção e orientação para minimizar danos provocados por vulnerabilidades e riscos locais/regionais; promover a resolução e minimização de danos dos problemas agudos em calamidades; fortalecer a capacidade de assistência do Sistema Único de Saúde em situações de calamidade; formar profissionais com capacidade de assistência e altos padrões de atendimento em situações de desastres; servir como referência nacional em treinamento de excelência em atendimento de campo; representar o Ministério da Saúde nas eventualidades que requisitarem ações assistenciais.	
20R4	Apoio à Implementação da Rede Cegonha
<i>Descrição:</i> Estratégia inovadora do Ministério da Saúde que visa organizar uma rede de cuidados que assegure: (i) às mulheres - o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério; e (ii) às crianças - o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis. <i>Finalidade:</i> Reduzir a mortalidade materna e infantil com ênfase no componente neonatal.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20SP	Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes
<i>Descrição: Implementação e ampliação da atividade de doação, captação e transplantes de órgãos e tecidos, em bases epidemiológicas e em sintonia com os planos de regionalização e de regulação assistencial; padronização das ações, rotinas e levantamento estatísticos. Formulação de indicadores de qualidade que permitam ampliar o acesso, aprimorar e monitorar o processo de doação/transplante, bem como o gasto público nessa ação de saúde; disponibilização de equipamentos e infraestrutura para viabilizar à notificação de casos diagnosticados de morte encefálica por parte das instituições hospitalares; adequação de Sistemas Informatizado para melhor gerenciamento dos dados bem como da lista de espera em transplantes; criação de centros de referência regionais em transplantes em que possa ser atendida a população brasileira, em especial nos locais e regiões onde ainda não existam tais procedimentos. Manutenção do financiamento regular do sistema, desde a identificação do potencial doador de órgãos no processo de doação, os transplantes e a manutenção pós-transplante dos receptores. Realização de vistorias técnicas, para autorização e reavaliações para fins de credenciamentos dos serviços junto ao ministério da saúde. Fomento e implantação de novos leitos de transplantes de medula óssea em especial os halogênicos em hospitais de referência, bem como implantação de bancos de sangue de cordão; Monitoramento e controle da política Nacional de Transplantes de Medula Óssea, com o acompanhamento e controle do Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME), ampliando a possibilidade de transplantes de medula óssea a partir de doadores não aparentados, em parceria com o INCA. Revisão e atualização de todo o regulamento técnico em transplantes do País, bem como atualização da política nacional de transplantes, com sua reorientação, integração e adequação junto às redes assistenciais em especial à rede de atendimento às urgências e emergências.</i> <i>Finalidade: Efetivar e consolidar os princípios e diretrizes da Política Nacional de transplantes por meio de subsídios técnicos e financeiros para garantir a execução das atividades desenvolvidas no processo doação-transplante a fim de aumentar o número e a qualidade dos transplantes realizados no país, com conseqüente diminuição do número de pacientes em lista de espera.</i>	
20T6	Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana em Municípios com menos de 50 mil habitantes
<i>Descrição: Execução de ações e apoio técnico e financeiro, prioritariamente, aos municípios com população menor que 50 mil habitantes, com o objetivo de estruturar e ampliar de serviços municipais de Vigilância em Saúde Ambiental, dotando os mesmos de capacidade técnica e de infra-estrutura, incluindo recursos humanos capacitados, capazes de identificar e monitorar as situações de risco e os potenciais efeitos adversos sobre a saúde humana decorrentes do uso não sustentável dos recursos naturais, ocupação desordenada do solo, degradação ambiental, atividades produtivas, na produção e gerenciamento de resíduos e uso de energia, incluindo a água para consumo humano, populações expostas a solos contaminados, contaminação atmosférica, outros contaminantes ambientais e os desastres naturais e acidentes com produtos perigosos.</i> <i>Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente, prioritariamente, os municípios com população menor que 50 mil habitantes, visando a estruturação e ampliação das ações de Saúde Ambiental dotando os mesmos de capacidade técnica e de infraestrutura, incluindo recursos humanos capacitados, capazes de identificar e monitorar as situações de risco e os potenciais efeitos adversos sobre a saúde humana decorrentes do uso não sustentável dos recursos naturais, ocupação desordenada do solo, degradação ambiental, atividades produtivas, na produção e gerenciamento de resíduos e uso de energia, incluindo a água para consumo humano, populações expostas a solos contaminados, contaminação atmosférica, outros contaminantes ambientais e os desastres naturais e acidentes com produtos perigosos.</i>	
2B42	Cooperação Técnica Nacional e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde
<i>Descrição: No âmbito nacional esta ação envolve o fortalecimento de instituições de pesquisa, a formação e o incremento da qualificação de recursos humanos, a transferência tecnológica e a promoção da autonomia produtiva de insumos tecnológicos estratégicos para o SUS, o assessoramento e qualificação de serviços de atenção à saúde, laboratórios de vigilância epidemiológica e sanitária, órgãos gestores do SUS, instituições de ensino e C&T, museus e outras unidades vinculadas à área da cultura e a coordenação e/ou participação em redes colaborativas.</i> <i>No plano internacional, pode envolver o estabelecimento de novas redes internacionais de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação em saúde e o aperfeiçoamento das redes já existentes. A cooperação internacional inclui um extenso programa de visitas, missões, organização de cursos, eventos, projetos e recebimento de visitas internacionais. Participação em comissões, estabelecimento e distribuição de substância químicas de referência, material biológico, bibliografia técnico-científica, elaboração de protocolos e de material didático-pedagógico, cursos de aperfeiçoamento, pesquisas e estágios em serviço.</i> <i>Finalidade: Apoiar técnica e cientificamente as unidades e redes dos sistemas nacionais de saúde, ciência e tecnologia, educação e cultura, e ampliar a atuação internacional do Brasil no âmbito da saúde, especial, mas não exclusivamente, em relação aos países africanos de língua portuguesa e aos países da América Latina.</i>	
2B52	Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde
<i>Descrição: Estruturação, reestruturação e o aprimoramento da gestão no âmbito do FNS, com vistas a dotá-lo de condições satisfatórias para o cumprimento de suas atribuições abrangendo os seus instrumentos e ferramentas de controle, monitoramento e avaliação, inclusive, dos recursos repassados fundo a fundo e mediante convênios; elaborar diagnóstico das condições existentes nos fundos de saúde dos entes federados com o propósito de identificar demandas e oferecer oportunidades de cooperação técnica, inclusive na área de capacitação dos agentes envolvidos; apresentação de modelo de organização de fundos de saúde aplicáveis às diversas realidades dos diferentes níveis de gestão; transferência de tecnologias; monitoramento por meio de acompanhamento ou supervisão da implementação das medidas corretivas sugeridas.</i> <i>Finalidade: Aprimorar a organização e estruturação de Fundos de Saúde (Nacional, Estadual, Municipais e do Distrito Federal), visando à melhor utilização dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, em atendimento aos preceitos constitucionais norteadores do SUS, em especial os estabelecidos pela EC nº 29/2000.</i>	
3921	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas
<i>Descrição: A ação visa melhorar as condições físico-sanitárias da casa por meio de restauração(reforma) ou reconstrução; a restauração compreende, dentre os principais serviços, os seguintes: reboco das paredes internas e externas e pintura das mesmas; calçada de proteção em torno da casa; cobertura com materiais adequados; piso cimentado ou de madeira; recuperação de abrigo de animais e depósitos; substituição de cercas; e implantação e/ou recuperação de instalações sanitárias; nos casos em que as casas não suportarem reformas, as mesmas serão demolidas e reconstruídas.</i> <i>Finalidade: Melhorar as condições físicas e sanitárias das habitações, tornando-as refratárias à colonização de triatômíneos contribuindo para controle da doença de Chagas.</i>	
4172	Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS
<i>Descrição: Manutenção e atualização de serviços de telecomunicações nacionais e internacionais para consolidação e desenvolvimento da infra-estrutura física de comunicação e colaboração em ensino, pesquisa e inovação; bem como manutenção e atualização da infra-estrutura de equipamentos de comunicação e computação dos 27 pontos-de-presença (PoP) da rede no País.</i> <i>Finalidade: Prover infraestrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4295	Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas
<i>Descrição: Garantia da disponibilidade de medicamentos pró-coagulantes e atenção aos portadores de coagulopatias, implantar e implementar a Política Nacional de Atenção Integral às pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias em parceria com os Estados e Municípios.</i> <i>Finalidade: Garantir a assistência aos portadores de doenças hematológicas.</i>	
4324	Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil
<i>Descrição: Transferência de recursos financeiros para execução de ações de cooperação entre os Ministérios da Saúde e da Marinha a fim de viabilizar a operação e a manutenção das instalações hospitalares existentes nos navios de assistência hospitalar, bem como o fornecimento de material necessário ao desenvolvimento de ações básicas de saúde, em atendimento às populações ribeirinhas na região amazônica.</i> <i>Finalidade: Viabilizar, junto ao Ministério da Marinha, mediante cooperação mútua, o desenvolvimento de ações e serviços de saúde realizados nos Navios de Assistência Hospitalar - Nash para Atendimento das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica.</i>	
4339	Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar
<i>Descrição: A regulação pode ser entendida como a capacidade de intervir nos processos de prestação de serviços, alterando ou orientando sua execução. A sua dimensão macro refere-se às leis e às regulamentações, bem como os normativos existentes na Saúde Suplementar, ou seja, as regras que devem ser cumpridas para o bom funcionamento do setor. A dimensão da microrregulação refere-se à regulação das relações existentes entre os atores existentes na saúde suplementar: as operadoras, os prestadores e os beneficiários. Corresponde ao acesso cotidiano das pessoas. Esta ação prevê a regulação indutora e pró-ativa, antecipando-se às situações de maior gravidade. Prevê também adiantamento de recursos a Operadoras em regime especial de intervenção pela ANS. Os regimes especiais podem ser: Direção Fiscal, Direção Técnica e Liquidação Extrajudicial. Os recursos são adiantados para as operadoras e massas liquidadas quando estas não possuem condições econômico-financeiras para arcar com as despesas do regime. Ao término dos regimes, os recursos adiantados devem ser devolvidos à ANS, devidamente corrigidos.</i> <i>Finalidade: Fiscalizar o cumprimento das regras do setor e as interações entre os atores, no sentido de promover as mudanças necessárias na atenção à saúde, respeitando as linhas de cuidado e as necessidades de saúde dos beneficiários. Oferecer respostas adequadas e tempestivas às demandas do coletivo de beneficiários.</i>	
4368	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos
<i>Descrição: Financiamento, por meio de aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde, de medicamentos e insumos que compõe os Programas de Saúde Estratégicos para controle de doenças como: tuberculose, hanseníase, malária, leishmaniose, doença de chagas, tabagismo e outras doenças endêmicas de abrangência nacional ou regional. Além desses medicamentos, a ação financia o programa de Calamidade Pública, onde pessoas desabrigadas/desalojadas recebem de kits de medicamentos, conforme Portaria nº 405/2005/GM/MS, de 16/03/2005; e também adquiri e distribui para unidades do Sistema Penitenciário kits femininos e masculinos, de acordo com o elenco de medicamentos existentes na Portaria nº 3.270, de 26/11/2010.</i> <i>Finalidade: Disponibilizar medicamentos do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica, no âmbito do Sistema Único de Saúde, visando tratamento de doenças endêmicas e/ou infecto-contagiosas, cujo monitoramento é exercido diretamente pelo Ministério da Saúde.</i>	
4370	Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
<i>Descrição: Aquisição, acondicionamento, conservação, transporte e distribuição de medicamentos para o tratamento ambulatorial e domiciliar dos casos positivos da doença; manutenção das empilhadeiras hidráulicas; locação de câmaras frigoríficas; transporte de cargas e encomendas; despesas com o despachante aduaneiro, bem como as despesas com o agente financeiro e outras que se fizerem necessárias para a execução da atividade nesta área.</i> <i>Finalidade: Garantir à população os medicamentos para tratamento dos portadores de HIV/Aids e das doenças sexualmente transmissíveis - DST.</i>	
4380	Sistema Nacional de Informações em Saúde
<i>Descrição: Operacionalização, por meio do projeto Sala de Situação de Saúde, da manutenção e do desenvolvimento de home page do Ministério da Saúde, de painéis visuais ilustrativos e de parceria técnica com os demais membros da Rede Interagencial de Informações para a Saúde RIPSa. Participação do grupo de trabalho da RIPSa e PNIS em conjunto com a Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS, o DATASUS e a OPAS, visando à disponibilização de dados básicos, indicadores, situação epidemiológica e tendências. Uniformização de métodos, critérios, registro e coleta entre as entidades que compõem a rede.</i> <i>Desenvolvimento e implementação do Sistema de Informação Gerencial. Revisão e manutenção da home page da SPS. Atualização e publicação dos Indicadores e dos Dados Básicos (IDB). Desenvolvimento de aplicativos e instrumentos para suporte às áreas técnicas para programação, acompanhamento e avaliação.</i> <i>Garantir o acesso livre a bases de dados em saúde não-identificados. Estimular as iniciativas locais de desenvolvimento de sistemas de informação, respeitando as características regionais e fortalecendo o desenvolvimento da cultura de informação e informática em saúde. Apoiar a prática profissional, através de uso de telecomunicações na assistência à saúde, ensino à distância, sistemas de apoio à decisão, protocolos clínicos e programáticos e acesso eletrônico à literatura especializada. Apoiar a disseminação de informação em saúde para a população, facilitando o controle social em saúde. Estimular a universalização do uso de bibliotecas virtuais em saúde para a disseminação de informações técnico-científicas, promovendo a ampliação do acervo e facilitando o acesso dos usuários.</i> <i>Estabelecer rede de centros colaboradores na área de informação e informática em saúde, apoiando a reformulação do SNIS. Investir na educação permanente de recursos humanos na área de informação e informática em saúde.</i> <i>Finalidade: Organizar, integrar e disseminar informações sobre saúde para planejamento, avaliação e formulação de políticas e controle social para o SUS, os profissionais e a população, bem como fomentar, regulamentar e avaliar as ações de informatização do SUS, direcionadas para a manutenção e o desenvolvimento do sistema de informações em Saúde e dos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde, bem como pesquisar e incorporar tecnologias de informática que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações necessárias às ações de saúde.</i> <i>Definir padrões, diretrizes, normas e procedimentos para transferência de informações e contratação de recursos humanos específicos, de bens e serviços de informática no âmbito dos órgãos e entidades do Ministério.</i>	
4382	Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças
<i>Descrição: Gerenciamento dos sistemas de informação da área de vigilância em saúde e integração com os demais sistemas de interesse epidemiológico; Assessoramento técnico a estados e municípios em vigilância em saúde; Acompanhamento e avaliação das ações de prevenção e controle de doenças; Capacitação de técnicos das três esferas de governo; modernização e aquisição de equipamentos de unidades de controle de zoonoses concorrendo para a prevenção e controle da transmissão de zoonoses urbanas/silvestres e das doenças transmitidas por vetores; Aquisição de equipamentos e material permanente, construção, reforma e modernização de unidades para estruturação do sistema de vigilância em saúde, exceto unidades de controle de surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências de interesse nacional e internacional; Execução de ações complementares, excepcionalmente em caráter suplementar quando constatada a insuficiência da ação estadual.</i> <i>Finalidade: Dispor de um sistema nacional de vigilância epidemiológica com infra-estrutura adequada e recursos humanos capacitados que possibilitem conhecer o perfil epidemiológico da população e suas necessidades, os fatores de risco específicos que devem ser monitorados visando o desenvolvimento de ações de prevenção e controle de doenças, bem como a avaliação dessas ações</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4388	Serviço de Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, implementação e manutenção do Sistema Nacional de Informação em Saúde - SNIS; sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde; Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações - FUST; Portal Saúde; Site do Ministério da Saúde; Site do DATASUS; Rede Nacional de Informações em Saúde - RNIS; Subsistemas do Cartão Nacional de Saúde; prospectar, pesquisar, desenvolver, incorporar e aplicar tecnologias de informática e outras que possam ser aplicadas ao ambiente saúde; estabelecimento de padrões, diretrizes, normas e procedimentos para captação, transferência, processamento e armazenagem de dados e de informações no âmbito dos órgãos e entidades do Ministério da Saúde; homologação de produtos e serviços voltados para sistemas de informação em saúde e sistemas internos de gestão; interação com as diversas áreas e especialidades do ambiente saúde com a finalidade de desenvolver estruturas de dados e de informações de interesse; processamento dos cálculos dos repasses de recursos referentes aos atendimentos ambulatoriais e hospitalares realizados a nível nacional, Sistema de Informações Ambulatoriais e Sistema de Informações Hospitalares, além da efetivação e manutenção da guarda do acervo dos dados e informações em saúde e dos sistemas internos de gestão institucional; execução das ações no âmbito municipal, estadual e do Distrito Federal visando a informatização das atividades do SUS; contratação, firmamento de convênios e programas de cooperação técnica com entidades de ensino e pesquisa para desenvolvimento, prospecção e transferência de tecnologias e metodologias de informação e informática aplicada à Saúde; atuação em conjunto com outros órgãos do Governo Federal na implantação do Governo Eletrônico - egov; administração e suporte aos meios utilizados para a captação, armazenagem e disponibilização de dados e informações dos sistemas mantidos; contratação de serviços, produtos e a infra-estrutura de hardware, software, pessoal e operacional necessários ao desenvolvimento das suas atividades e projetos em andamento. <i>Finalidade:</i> Fomentar, regulamentar e avaliar as ações de informatização do SUS, direcionadas para a manutenção e o desenvolvimento do sistema de informações em Saúde e dos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde, bem como pesquisar e incorporar tecnologias de informática que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações necessárias às ações de saúde. Além de definir padrões, diretrizes, normas e procedimentos para transferência de informações e contratação de recursos humanos específicos, de bens e serviços de informática no âmbito dos órgãos e entidades do Ministério.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
4655	Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento tecnológico, avaliação e implantação de novos protocolos, serviços e aplicações na rede; disseminação destas tecnologias entre organizações usuárias; capacitação de recursos humanos, tanto para atender às necessidades decorrentes dos objetivos descritos, como para difundir o conhecimento em tecnologia de informação e comunicação; diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da infra-estrutura nacional de redes IP (Protocolo Internet) avançada para colaboração e comunicação em ensino e pesquisa. <i>Finalidade:</i> Assegurar o alcance de objetivos estratégicos em redes avançadas, fortalecendo o processo de inclusão digital no País. Promover o desenvolvimento tecnológico de novos protocolos, serviços e aplicações de redes. Prover serviços de infra-estrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Promover a disseminação de tecnologias, através da implantação em nível de produção de novos protocolos, serviços e aplicações de redes, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações.	
4705	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
<i>Descrição:</i> Financiamento, por meio de aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde e por repasse financeiro na modalidade fundo a fundo do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais de Saúde e para o Fundo Distrital de Saúde, para fornecimento e garantia do acesso aos medicamentos padronizados no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para tratamento dos agravos definidos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas publicados pelo Ministério da Saúde.	
6031	Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças
<i>Descrição:</i> Produção e aquisição, armazenagem, acondicionamento, distribuição e transporte de vacinas e soros para estados e municípios visando a vacinação da população bem como apoio à central nacional de armazenagem e distribuição de insumos. Adequação da Rede de Frio por meio da aquisição de equipamentos, construção, reforma e ampliação das centrais estaduais, regionais e municipais. <i>Finalidade:</i> Suprir a Rede Pública com imunobiológicos em quantidade e qualidade que atendam à demanda da população para que se atinjam as metas de controle e prevenção das doenças imunopreveníveis.	
6138	Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados
<i>Descrição:</i> Fiscalização do cumprimento de normas sanitárias e adoção de medidas preventivas e de controle de surtos, epidemias e agravos à saúde pública relacionados ao controle sanitário de: viajantes e meios de transportes; infra-estrutura e prestação de serviços nas áreas portuárias, aeroportuárias, fronteiras e recintos alfandegados; importação e exportação de matéria prima, circulação de matéria prima e mercadorias sob vigilância sanitária. <i>Finalidade:</i> Evitar a entrada e a disseminação, no território nacional de doenças e outros agravos de interesse à saúde pública, através de viajantes, meios de transportes, circulação de produtos e prestação de serviços.	
6146	Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos de pesquisa básica, aplicada e clínica, bem como estudos de caráter diversos, orientados pela Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde – ANPPS, que subsidiem a tomada de decisão em saúde. Apoio à implementação da Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde, mediante a elaboração de estudos, revisões sistemáticas e avaliações econômicas de tecnologia em saúde, capazes de fornecer evidências científicas sobre os benefícios, riscos e custos das tecnologias e seu impacto sobre os serviços de saúde. Apoio à formação e o desenvolvimento de redes de pesquisas em saúde. <i>Finalidade:</i> Fomentar atividades de pesquisas em saúde e consolidar a área de Avaliação de Tecnologias em Saúde nas diferentes esferas de gestão do SUS.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6148	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de ações e serviços de saúde estabelecido no contrato de gestão ou correlato como: prestação de assistência na área da medicina do aparelho locomotor; formação e qualificação de profissionais de saúde, desenvolvimento de pesquisa científica, geração de informações nas áreas de epidemiologia, gestão hospitalar, controle de qualidade e de custos dos serviços prestados; realização de ação educacional e preventiva visando à redução das causas das principais patologias atendidas pela Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor. <i>Finalidade:</i> Viabilizar a realização de procedimentos de atenção à saúde relacionados à área da medicina do aparelho locomotor, e a operacionalização das ações de desenvolvimento institucional, assessoria, ensino e pesquisa, na Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor.	
6152	Cartão Nacional de Saúde
<i>Descrição:</i> O Sistema de Identificação Unívoca do SUS é o conjunto de processos tecnológicos, no sentido ampliado, e de infra-estrutura necessários para efetivar a manutenção, o monitoramento e o controle dos registros cadastrais, de forma a possibilitar identificação dos usuários, profissionais de saúde e dos estabelecimentos de saúde vinculados à realidade da atenção à saúde e aos SIS, além de definir acessos aos dados e informações dos envolvidos na prática da saúde individual ou coletiva. Ele terá como referências o conteúdo da PNIS e o conceito do Sistema Cartão Nacional de Saúde no que diz respeito aos cadastros já existentes associados a um Número de Identificação Social (NIS) para os usuários e profissionais e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Por fim, esse sistema deverá considerar a existência de números temporários, provisórios e definitivos atribuídos à identificação que agregam conjuntos de dados diferentes. <i>Finalidade:</i> Criar um Sistema de Cadastramento de Usuários, Profissionais de Saúde e Estabelecimentos de Saúde, descentralizado que contemple dados mais confiáveis e atualizados em uma nova proposta para CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE. A expectativa é de atingirmos, com esse projeto, todos os usuários SUS residentes nas capitais, regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e alguns grupos de interesse do SUS até o final de 2011, com um cadastro altamente qualificado.	
6160	Vigilância e Controle de Surto, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergências em Saúde Pública
<i>Descrição:</i> Normalização, coordenação, execução e avaliação de ações contingenciais em situação de surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas; promoção de capacitação de recursos humanos para desenvolvimento de ações contingenciais de importância epidemiológica; desenvolvimento de estudos e pesquisas para utilização de metodologias adequadas para análise de situações de risco de surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas; utilização de metodologias de análise para situação de risco de surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas; apoio aos estados e municípios (capitais) na estruturação e implantação da Rede CIEVS e dos Núcleos Hospitalares de Epidemiologia (VEH); Implementação do novo Regulamento Sanitário Internacional - RSI no Brasil. Promoção de cooperações técnicas nacionais e internacionais; gerenciamento e manutenção do Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde - CIEVS; produção de material técnico-informativo; manutenção do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde-Epissus; e apoiar no processo de fortalecimento das equipes de epidemiologia de campo das SES e SMS, visando prover o Sistema Único de Saúde com profissionais capazes de responder adequadamente às situações de emergência em todos os níveis de gestão. <i>Finalidade:</i> Manter e ampliar estrutura física e apoiar ações oportunas para prevenir e/ou controlar, vigiar e responder, à ocorrência de surtos, epidemias, calamidades pública, e outras situações de possível emergência em saúde pública de relevância nacional ou internacional, conforme definido na última revisão do Regulamento Sanitário Internacional.	
6161	Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para Prevenção e Controle de Doenças
<i>Descrição:</i> Normalização, produção e aquisição, armazenagem, acondicionamento, distribuição e transporte de inseticidas, biolarvicidas, kit diagnóstico e outros insumos para utilização na prevenção e controle de doenças e em situação de emergências epidemiológicas. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar inseticidas, biolarvicidas, kit diagnóstico e outros insumos necessários para a adoção de medidas de prevenção e controle de doenças em tempo oportuno	
6170	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças e Agravos Não Transmissíveis
<i>Descrição:</i> Apoio a estados e municípios para viabilização da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento e a consolidação das ações de Vigilância das doenças e agravos não transmissíveis. Coordenação, capacitação, acompanhamento e avaliação da execução das ações de Vigilância e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis e acidentes e violências. Apoio a estudos, inquéritos e pesquisas aplicados à vigilância e prevenção das doenças e agravos não transmissíveis e seus fatores de risco e proteção. Estabelecimento e operacionalização de mecanismos de cooperação técnica nacional e internacional na área de Vigilância e prevenção de DANT e seus Fatores de risco e de proteção. Promoção de ações de educação em saúde, mobilização social e publicações técnico-científicas para a população em geral e específicas na área de vigilância e prevenção de DANT. Promoção de eventos técnico-científicos. Realizar o Inquérito por entrevistas telefônicas para vigilância de fatores de risco e de proteção para doenças crônicas não transmissíveis anualmente em capitais. Realizar a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar nas 27 capitais. Apoiar a realização do Inquérito Nacional de Saúde e a PNAD e POF. Avaliar projetos locais de vigilância de DANT. Induzir ações para a aprovação de Plano de Controle Integrado das DCNT, Promoção da Saúde, Vigilância, Prevenção e Assistência nas 3 esferas de gestão. Avaliar e apoiar Pesquisas e Estudos no campo de DCNT. Publicar análises da evolução da mortalidade, morbidade nas principais DCNT e seus fatores de risco e proteção. Apoiar e avaliar os Registros de câncer de Base Populacional. Apoiar Projetos de "Redução da Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito" e geotrans. Apoiar e expandir iniciativas de Prevenção às Violências e Promoção da Saúde em Estados e Municípios. Implementar a vigilância de Acidentes e violências em serviços sentinelas. Realizar pesquisas de acidentes e violências. Articulação com parceiros e instituições de ensino e pesquisa no desenvolvimento de pesquisas de DANT. Articulações intersetoriais em DANT. Realizar acordos de cooperação técnica com organismos nacionais e/ou internacionais. Estímulo e financiamento de estudos, pesquisas e inquéritos. Produção de material técnico educativo e informativo. Organização de estratégias de formação de recursos humanos. <i>Finalidade:</i> Implementar o Sistema de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT), visando ampliar o conhecimento sobre prevalências de fatores de risco em grupos específicos, aperfeiçoando indicadores de monitoramento de doenças e capacitando recursos humanos.	
6174	Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde
<i>Descrição:</i> Recebimento e análise laboratorial de amostras de alimentos, medicamentos, cosméticos, saneantes, produtos biológicos, sangue e seus derivados e outros produtos de uso corrente. <i>Finalidade:</i> Assegurar a prevenção da ocorrência de possíveis efeitos indesejáveis à saúde humana decorrentes da utilização de insumos, produtos ou serviços inadequados e sujeitos à vigilância sanitária.	
6175	Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher
<i>Descrição:</i> Definição de estratégias e instrumentos de coleta e análise dos dados epidemiológicos; desenvolvimento de estudos; elaboração de portarias e publicação de manuais normativos, institucionais e instrumentos de registro; avaliação e acreditação de serviços; assessoria técnica e apoio logístico a Estados, Municípios e Distrito Federal na implementação das políticas; assessoria técnica a organizações governamentais e não governamentais; apoio técnico e financeiro para organização dos serviços de atenção integral à saúde da mulher; sensibilização de profissionais de saúde. <i>Finalidade:</i> Fomentar o desenvolvimento de políticas públicas na área de atenção integral à saúde da mulher.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6176	Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Criança
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento das atividades inerentes à formulação da política de atenção integral à saúde da criança, e apoio aos estados e municípios para sua implantação e implementação. <i>Finalidade:</i> Subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas na área de atenção integral à saúde da criança.	
6177	Implementação de Políticas de Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem
<i>Descrição:</i> Formulação de políticas e de estratégias relacionadas à atenção integral à saúde do adolescente e do jovem. <i>Finalidade:</i> Subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas na área de atenção integral à saúde do adolescente e do jovem.	
6178	Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento das atividades inerentes à formulação de política de atenção integral à saúde da pessoa idosa, e apoio aos estados e municípios para a sua implantação e implementação. <i>Finalidade:</i> Subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas na área de atenção integral à saúde da população idosa.	
6179	Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia
<i>Descrição:</i> Edição, publicação e divulgação de revistas técnico-científicas periódicas em meios impressos e digitais; elaboração e distribuição de material técnico-científico em meios impressos, digitais e audiovisuais; disponibilização de informação técnico-científica institucional e; organização e implementação de eventos técnico-científicos e de divulgação, em saúde e em ciência e tecnologia. <i>Finalidade:</i> Divulgar e difundir conhecimento científico e tecnológico em saúde.	
6181	Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento das atividades inerentes à implementação da política de atenção integral à saúde da pessoa com deficiência e apoio aos estados, Distrito Federal e municípios para sua implementação e ampliação. <i>Finalidade:</i> Implementar a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência para promover a atenção integral à saúde dessas pessoas no SUS.	
6182	Ouvidoria Nacional de Saúde
<i>Descrição:</i> Fortalecimento da estrutura de ouvidoria da saúde na esfera do governo federal; realização de fóruns regionais e apoio técnico e financeiro visando à implantação de estruturas de ouvidoria nas demais instâncias do SUS (estadual e municipal); desenvolver e aplicar pesquisa avaliativa para aferição da qualidade do atendimento na perspectiva do usuário dos serviços de saúde, utilizando-se da estrutura já existente e criando novos canais de comunicação; estabelecer parcerias com as secretarias do Ministério, utilizando-se dessa ferramenta de pesquisa para a solução de problemas específicos. <i>Finalidade:</i> Dotar o Ministério da Saúde de sistema de ouvidoria e apoiar a implantação de estruturas similares em estados e municípios para aferirem a percepção do usuário, de forma permanente, sobre a performance e a qualidade dos serviços de saúde, produzindo insumos para o aperfeiçoamento da gestão do SUS e das políticas de saúde.	
6184	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose
<i>Descrição:</i> Apoio a estados e municípios nas ações de vigilância, prevenção e controle da tuberculose; monitoramento e avaliação das ações mediante supervisões, assessorias técnicas aos estados e municípios; oficinas para avaliações estaduais, regionais e nacionais; promoção, participação e acompanhamento do desenvolvimento de estudos e pesquisas operacionais de âmbitos municipais, estaduais e nacional; apoio às Organizações Não-Governamentais para o desenvolvimento de ações educativas, de comunicação e mobilização social que contribuam para detecção de casos e adesão do paciente ao Tratamento Supervisionado/DOTS; cooperações técnicas nacional e internacional; realização de capacitações; produção de material técnico-informativo; realização de eventos técnico-científicos; execução das ações complementares, excepcionalmente, em caráter suplementar, quando constatada a insuficiência da ação estadual. <i>Finalidade:</i> Promover e apoiar atividades voltadas à vigilância, prevenção e controle da tuberculose.	
6185	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção, Controle e Eliminação da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas
<i>Descrição:</i> Apoio a estados e municípios nas ações de vigilância, prevenção e controle da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas. Apoio aos centros de referências nacionais para execução de estudos e pesquisas de interesse da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas; aquisição e manutenção de equipamentos; monitoramentos das ações por meio de supervisões, assessorias técnicas aos estados e municípios; realização de eventos técnicos e científicos; avaliações estadual, regional e nacional; monitoramento de estados com hanseníase eliminada ou próximo da eliminação segundo critérios da OMS (<doente a da 10.000hab.) ou com detecção das doenças Negligenciadas; Informação, educação e comunicação por meio de: produção, impressão e distribuição de material técnico normativo; produção de folhetos, cartazes, vídeo, CD-ROM e outras mídias e materiais informativos; capacitação de recursos humanos em áreas de interesse do programa; apoio às ações educativas desenvolvidas pelas organizações Não Governamentais que trabalham com Hanseníase e Doenças Negligenciadas; Estabelecimento de mecanismos de cooperação técnico - científico em âmbito nacional e internacional; realização de pesquisas nas áreas de prevenção e controle da hanseníase e das doenças Negligenciadas; Execução de ações complementares, excepcionalmente em caráter suplementar, quando constatada a insuficiência da ação estadual. <i>Finalidade:</i> Promover e apoiar atividades voltadas à vigilância. Prevenção e controle da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas	
6186	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária
<i>Descrição:</i> Coordenação, capacitação, acompanhamento e avaliação da execução das ações de Vigilância, prevenção e controle da malária; Publicações técnico-científicas específicas na área de vigilância, prevenção e controle da malária; Promoção e apoio a eventos técnico-científicos; Produção de material técnico educativo e informativo; Organização de estratégias de formação de recursos humanos. <i>Finalidade:</i> Promover e apoiar atividades voltadas à vigilância, prevenção e controle da malária.	
6188	Coordenação Nacional da Política de Saúde do Trabalhador
<i>Descrição:</i> Implantação e estruturação de um Observatório Nacional de Saúde do Trabalhador; implantação e Estruturação de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) estaduais e regionais, e da Rede Sentinela, ao nível das capitais e dos municípios sede de região de saúde; implantação de Núcleos Intermunicipais de Saúde do Trabalhador (NUSAT) ao nível dos municípios sede de Microrregião de Saúde. <i>Finalidade:</i> Disseminar e estruturar as ações em Saúde do Trabalhador na rede do SUS, em todos os níveis e tipos de atenção: atenção básica (incluindo o PSF), média e alta complexidade, ações de vigilância em saúde, articulação com centros colaboradores e centros de pesquisa e ensino.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6217	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos financeiros para investimento na Unidade e custeio do atendimento aos usuários, em diversas especialidades e serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento, além do desenvolvimento de atividades de pesquisa, de ensino - com manutenção de residência médica - e de educação continuada. <i>Finalidade:</i> Garantir a oferta de ações e serviços de saúde nos Hospitais e Institutos da rede própria do Ministério da Saúde e no Grupo Hospitalar Conceição, como a realização de consultas especializadas, internações, cirurgias e transplantes, além de, no caso dos Institutos (INTO, INCA e INCL), promover as condições necessárias para que os mesmos possam desenvolver, nas suas respectivas especialidades, ações relacionadas à avaliação técnica de unidades/serviços que solicitam credenciamento em alta complexidade; a expansão da oferta de serviços; à formação de pesquisadores; dentre outras, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.	
6233	Implantação e Implementação de Políticas de Atenção à Saúde Mental
<i>Descrição:</i> Contratação de consultoria para definição de instrumentos de coleta e análise de dados epidemiológicos; desenvolvimento de estudos quantitativos e qualitativos; elaboração de estudos para propostas de portarias e outras normas técnicas; avaliação e acreditação de serviços; elaboração de subsídios técnicos para organização da atenção à saúde mental nos estados, municípios e DF; qualificação da atenção. Apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento do processo de implantação e implementação da rede de serviços de saúde mental dentro dos princípios da reforma psiquiátrica. <i>Finalidade:</i> Fomentar o desenvolvimento de políticas públicas na área de atenção integral à saúde mental.	
6235	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue
<i>Descrição:</i> Normalização, coordenação, capacitação, viabilização da execução, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas nos três níveis de gestão do SUS e execução das ações complementares, excepcionalmente em caráter suplementar quando constatada a insuficiência da ação estadual. Supervisionar e assessorar tecnicamente estados e municípios; consolidação, análise e disseminação de informações relevantes para a vigilância; Produção de material técnico informativo; realização de pesquisas, inquéritos e estudos; promoção de eventos técnicos científicos e Cooperação técnica nacional e internacional. Adequação de unidades para armazenagem de inseticidas por meio de construção, reforma ampliação e adequação de equipamentos. <i>Finalidade:</i> Promover e apoiar atividades voltadas à vigilância, prevenção e controle da dengue	
6516	Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia
<i>Descrição:</i> Qualificação dos serviços de hematologia e hemoterapia, com ênfase nas áreas de gestão de qualidade (avaliação interna e externa dos serviços), gestão da tecnologia, gestão de pessoas, gestão financeira e gestão ambiental. <i>Finalidade:</i> Aperfeiçoar e avaliar as ações, serviços e produtos na área de hematologia e hemoterapia, visando garantir a segurança transfusional, a cobertura hemoterápica dos leitos SUS e a ampliação do acesso à atenção aos portadores de doenças hematológicas.	
6842	Informação e Análise de Situação de Saúde
<i>Descrição:</i> Realização de pesquisas e estudos epidemiológicos; estímulo e financiamento de estudos e pesquisas aplicados à vigilância em saúde; otimização dos sistemas de informação nacionais da área de vigilância em saúde promovendo a integração com os demais sistemas de interesse à saúde, possibilitando a aquisição de instrumentos de coleta de informações necessárias ao registro de mortalidade e nascidos vivos.; realização de inquéritos para coleta de informações adicionais não disponíveis, além de coletar sistematicamente informações relevantes que transcendem o setor saúde; apoio a estados e municípios na organização das ações inerentes à análise de situação de saúde por meio de assessoramento e cooperação técnica; capacitação de profissionais de saúde em manipulação de banco de dados, escolha e construção de indicadores e em conteúdos de análise de situação de saúde; estabelecimento e operacionalização de mecanismos de cooperação técnica nacional e internacional na área de vigilância em saúde. <i>Finalidade:</i> Apoiar o processo de tomada de decisões em saúde, diagnosticando necessidades, identificando prioridades e analisando a distribuição e as desigualdades em saúde.	
7666	Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS
<i>Descrição:</i> Promoção da qualificação da atenção e da gestão em saúde no âmbito do SUS, por meio da organização de redes de atenção à saúde eficientes e efetivas, que contemplem a atenção de forma integral, envolvendo um conjunto de processos estruturados que inclui, entre outros, sistemas logísticos, de apoio diagnóstico e terapêutico e de governança da rede; o desenvolvimento de recursos humanos; o financiamento; sua articulação com as regiões sanitárias; e sua configuração a partir das unidades de saúde. Apoio à integração de ações e serviços de saúde nos territórios diferenciados, contribuindo para a organização e o fortalecimento dos sistemas locais de saúde nestas regiões. Desenvolvimento de metodologia para análise de viabilidade e sustentabilidade de projetos de investimento. Cooperação técnica e financeira para realização de estudos e pesquisas que possibilitem a análise e a racionalização dos investimentos em saúde de acordo com as orientações estratégicas e com os critérios de investimentos adotados pelo MS. Apoio à realização de eventos para difundir conhecimentos e experiências voltados para a melhoria da qualidade da atenção e gestão nas redes de atenção à saúde. Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para a rede SUS e definição da alocação por meio da utilização de critérios técnicos. <i>Finalidade:</i> Promover a melhoria da qualidade da atenção e gestão nas redes de atenção à saúde. Ampliar o acesso aos serviços e ações de saúde de forma humanizada e equânime, visando a melhoria da qualidade de vida da população. Promover a racionalização dos investimentos em saúde. Apoiar a política de qualificação do SUS.	
7690	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia
<i>Descrição:</i> Estruturação no país de uma rede pública de serviços de hemoterapia e hematologia atingindo todas as Unidades Federadas, visando ampliar o acesso à atenção aos pacientes portadores de doenças hematológicas e garantir a cobertura hemoterápica dos leitos SUS e a segurança do sangue transfundido. <i>Finalidade:</i> Garantir a estruturação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia visando à qualidade da atenção e a segurança transfusional do sangue, em toda a Hemorrede Pública por intermédio do fomento a construção e adequação de áreas físicas e a aquisição de equipamentos de tecnologia avançada para os Serviços de Hemoterapia e Hematologia no país.	
7833	Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON
<i>Descrição:</i> Dimensionamento da atual rede de serviços de alta complexidade em oncologia, com base nos parâmetros de rendimento; dimensionar a real necessidade da população em serviços de alta complexidade em oncologia; redefinir a rede de alta complexidade em oncologia, com base na oferta e necessidade de serviços; readequar a capacidade instalada da rede de alta complexidade em oncologia, possibilitando a adequação da oferta, se necessário; estudo de viabilidade, por estado/município, da capacidade instalada, para implantação/readequação de Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia, Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia e Centros de Referência de Alta Complexidade em Oncologia / Centros Técnico Científicos Macrorregionais, com o serviço de radioterapia, utilizando os recursos já existentes em hospitais gerais públicos ou filantrópicos. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a garantia e qualificação do acesso dos usuários aos serviços de saúde de alta complexidade na especialidade de oncologia.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8215	Atenção à Saúde das Populações Quilombolas
<i>Descrição:</i> Formulação de políticas e estratégias de atenção integral à saúde, com ênfase na atenção básica, em populações remanescentes de quilombos. <i>Finalidade:</i> Subsidiar o desenvolvimento de políticas de atenção à saúde em áreas de quilombos e apoiar ações de saúde às populações quilombolas.	
8287	Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa e da Gestão Compartilhada do SUS
<i>Descrição:</i> Apoio integrado à gestão descentralizada do SUS, desenvolvido com base em uma agenda de cooperação técnica, com as demandas prioritárias para o fortalecimento da gestão do SUS pactuada com os gestores estaduais e municipais de cada estado. Há um processo permanente de formação e qualificação do grupo técnico que presta apoio às Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde no processo de descentralização, com ênfase na regionalização. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a capacidade de governo sobre o sistema de saúde nas esferas federal, estadual e municipal, contribuindo assim para a qualificação da gestão do SUS e para a qualificação e humanização da assistência nos diversos níveis.	
8305	Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas
<i>Descrição:</i> O Instituto Fernandes Figueiras - IFF e o Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas - IPEC como participantes das redes nacionais de ensino e de pesquisa clínica e outros institutos da Fiocruz, entre eles o Instituto Oswaldo Cruz-IOC e o Centro de Pesquisas René Rachou-CPqRR, como unidades ambulatoriais para patologias infecto-contagiosas específicas, desenvolvem, enquanto unidades de ciência e tecnologia em saúde, atividades de assistência hospitalar e ambulatorial de referência como meios imprescindíveis para subsidiar a pesquisa clínica e a avaliação de tecnologias em saúde, nas áreas da mulher, da criança, do adolescente, da gestão de alto risco e das doenças infecciosas. <i>Finalidade:</i> Realizar pesquisa clínica associada à atenção de referência nas áreas materno-infantil, de gestantes de alto risco, crianças e adolescentes com patologia de alta complexidade e portadores de doenças infecciosas	
8315	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
<i>Descrição:</i> Realização de projetos de pesquisa nas áreas das ciências biológicas e das ciências humanas e sociais aplicadas à saúde, da pesquisa clínica, da pesquisa epidemiológica, da avaliação tecnológica em saúde, e de projetos voltados para o desenvolvimento de insumos (fármacos, medicamentos, imunobiológicos, kits para diagnóstico) e métodos (clínicos, epidemiológicos, diagnósticos, de vigilância sanitária, de educação em saúde, de planejamento e gestão e de formulação de políticas) que contribuam para a ampliação do acesso da população às tecnologias em saúde e para a melhoria dos serviços prestados pelo SUS. O desenvolvimento de tais projetos exige a aquisição de insumos nacionais e importados, a manutenção da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das pesquisas tecnológicas (equipamentos e instalações), bem como a contratação de serviços de terceiros e de consultoria. <i>Finalidade:</i> Gerar conhecimento científico nas áreas das ciências biológicas aplicadas à saúde; das ciências humanas e sociais aplicadas à saúde, da pesquisa clínica, da pesquisa epidemiológica e da avaliação de tecnologias em saúde, a fim de assegurar a melhoria contínua das condições de saúde da população, e desenvolver novos fármacos, medicamentos, imunobiológicos e kits para diagnóstico e otimizar métodos e processos de saúde pública, visando à ampliação do acesso da população às tecnologia de saúde e à melhoria dos serviços prestados pelo SUS.	
8327	Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças
<i>Descrição:</i> Planejamento, execução, gerência e avaliação dos procedimentos laboratoriais de referência em âmbito internacional, nacional, regional ou local, incluindo a realização de exames laboratoriais confirmatórios ou de alta complexidade e a normalização de procedimentos em diversas unidades da Fiocruz, incluindo, entre outros, IOC, IPEC e Centros Regionais. <i>Finalidade:</i> Prestar serviços de referência no contexto do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, realizando análises de confirmação diagnóstica de doenças prevalentes, emergentes e re-emergentes.	
8415	Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares
<i>Descrição:</i> Para as unidades da "Rede Própria" do Programa Farmácia Popular do Brasil, a ação assegurará: luz, água, telefone, internet; material de expediente; pessoal; serviços de terceiros (manutenção, segurança, limpeza); despesas com pessoas jurídicas (gráficas, órgãos de fiscalização e outros). Para as unidades credenciadas ao Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui tem Farmácia Popular, a ação atuará no sistema de co-pagamento às farmácias credenciadas, para medicamentos definidos pelo Ministério da Saúde e mediante apresentação de receita médica e demais documentos conforme previsto na Portaria nº184 de 03 de fevereiro de 2011. <i>Finalidade:</i> Assegurar a manutenção e funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil, tanto nas unidades da "Rede Própria" como nas farmácias e drogarias credenciadas no "Aqui tem Farmácia Popular".	
8527	Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da População Penitenciária
<i>Descrição:</i> Organização de ações e serviços de saúde correspondentes ao atendimento no nível da atenção básica; elaboração de protocolos assistenciais, com descrição das ações, serviços e procedimentos a serem realizados pelas unidades do sistema penitenciário; organização de sistema de informação de saúde da população penitenciária; apoio ao desenvolvimento de ações de promoção da saúde, em especial no âmbito das atividades físicas, condições salubres de confinamento e acesso a atividades laborais. <i>Finalidade:</i> Subsidiar o desenvolvimento de políticas na área de atenção integral à saúde da população penitenciária.	
8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
<i>Descrição:</i> Apoio técnico e financeiro aos estados e municípios para a organização e reestruturação da rede de serviços especializados no SUS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas normas vigentes. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços prestados aos usuários do SUS nas áreas de atenção especializada, por meio do apoio técnico e financeiro aos estados e municípios para organização e estruturação da rede de serviços especializada, de acordo com as normas vigentes.	
8573	Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família
<i>Descrição:</i> Habilitação do município ou estado participante do Projeto de Expansão e Consolidação do Saúde da Família-PROESF para financiamento das ações integrantes do projeto municipal ou estadual de Expansão e Consolidação da Saúde da Família aprovado; Apoio técnico e financeiro para a reorganização da atenção básica, por meio da implantação/implementação de equipes de saúde da família; Apoio técnico e financeiro aos estados e municípios no desenvolvimento de ações e serviços visando à reorganização da Atenção Básica. <i>Finalidade:</i> Promover a reorganização da atenção básica de acordo com os princípios da estratégia Saúde da Família e monitorar e avaliar a sua expansão e consolidação.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8577	Piso de Atenção Básica Fixo
<i>Descrição: Repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde ou, excepcionalmente, para os Fundos Estaduais de Saúde.</i> <i>Finalidade: Ampliar o acesso da população rural e urbana à atenção básica, por meio da transferência de recursos federais, com base em um valor per capita, para a prestação da atenção básica, de caráter individual ou coletivo, para a promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação, levando em consideração as disparidades regionais</i>	
8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde
<i>Descrição: Financiamento para a adequação e ampliação da rede de serviços de atenção básica de saúde; apoio técnico e financiamento para melhoria e adequação da rede de serviços caracterizada como de primeira referência para a atenção básica, incluindo a implantação das Academias de Saúde</i> <i>Finalidade: Garantir o atendimento da população rural e urbana na rede de atenção básica de saúde, assim como assegurar sua resolutividade, de forma articulada com os outros níveis de atenção, visando à integralidade das ações e à redução das desigualdades regionais.</i> <i>Com a implantação das Academias de Saúde, busca-se aumentar no país o número de espaços para a prática de atividade física, aumentar o estímulo à atividade física na população brasileira, além de ampliar o acesso aos serviços de saúde e prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT).</i>	
8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
<i>Descrição: Repasse direto de recursos financeiros, transferidos fundo a fundo, para o custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde.</i> <i>Finalidade: Viabilizar, de forma descentralizada, a Atenção à Saúde da População nos Estados e Municípios habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena do Sistema Estadual.</i>	
8612	Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS
<i>Descrição: Os Trabalhadores de nível técnico do SUS, totalizam aproximadamente 60% dos trabalhadores de saúde que historicamente ingressaram no serviço sem qualificação formal, adquirindo conhecimentos através do trabalho. O setor da educação não responde sozinho pela formação técnica necessária para o SUS e o mercado formador não atinge as regiões mais afastadas do país, sendo necessários investimentos do SUS para formar e qualificar trabalhadores técnicos necessários para o Sistema, prioritariamente, aqueles que já estão em serviço. Diante deste quadro o Ministério da Saúde promove o fortalecimento das escolas técnicas / centro formadores do SUS.</i> <i>Finalidade: Melhorar a qualidade de atendimento nos serviços de saúde, por meio da formação profissional técnica dos trabalhadores do SUS.</i>	
8628	Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS
<i>Descrição: Estimular a formação de profissionais com perfil para atender às necessidades do Sistema Único de Saúde. Atuar de forma intersetorial com o Ministério da Educação no fortalecimento das instituições de ensino superior, na busca do equilíbrio quantitativo da distribuição das vagas e na regulação da qualidade dos cursos na área da saúde. Apoiar, fortalecer, equipar, estruturar (construção e reforma) as instituições de saúde como campos de práticas para o ensino de graduação em saúde, e instituições de ensino superior quando relacionados a programas estratégicos de interesse do Ministério da Saúde. Apoiar o ensino de pós-graduação em saúde no modelo multiprofissional e as instituições de ensino superior, de acordo com as linhas prioritárias estabelecidas em áreas estratégicas do SUS.</i> <i>Necessidade de capacitar quanti e qualitativamente as equipes de saúde da família para melhorar a qualidade da atenção básica, bem como promover a capacitação em áreas estratégicas para o SUS.</i> <i>Finalidade: Aumentar a resolutividade da atenção à saúde prestada à população, ampliando os cenários de prática dos estudantes ao longo da sua formação, a partir da integração entre o ensino e os serviços e gestão do SUS.</i> <i>Promover a formação e o desenvolvimento permanente das equipes de saúde por meio de metodologias pedagógicas inovadoras, tanto presencial como à distância.</i>	
8629	Apoio à Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS
<i>Descrição: Necessidade de construir e consolidar uma Política de Educação Permanente que articule os gestores e as instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde e a melhoria constante da atenção à saúde e do SUS. Possibilitar a reflexão crítica sobre as práticas e transformações dos modos de organização da atenção à saúde.</i> <i>Finalidade: Proporcionar nas práticas institucionais com vistas a melhorar a qualidade da atenção, viabilizando a atuação da equipe de saúde, de forma comprometida com o processo de trabalho e com a comunidade.</i>	
8630	Apoio à Melhoria da Capacidade de Gestão de Sistemas e Gerência de Unidades do SUS
<i>Descrição: Necessidade de fortalecer e ampliar o alcance dos processos formativos no campo da gestão e gerência do SUS, que emprega profissionais de saúde que não têm tido acesso regular a formação para este fim.</i> <i>Finalidade: Capacitar gestores e gerentes do SUS, com vistas a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade das ações de saúde do SUS.</i>	
8631	Modernização e Qualificação do Trabalho no SUS
<i>Descrição: A necessidade de resposta às crescentes demandas de serviços no setor saúde promoveu uma forte expansão da força de trabalho, acompanhada de um processo de diversificação das formas de contratação e de uma crescente precarização das relações e condições de trabalho, complexificando, ainda mais, a gestão das relações de trabalho. Ao mesmo tempo, o processo de consolidação do SUS exige o aprimoramento de seus instrumentos de gestão com vistas ao desenvolvimento da qualidade e eficiência dos serviços prestados à população.</i> <i>Necessidade de criar e/ou fortalecer espaço institucional para debater e pactuar conflitos das relações de trabalho, construindo relações democráticas e co-responsáveis, negociando alternativas e soluções para o cotidiano do trabalho na saúde.</i> <i>A regulação do exercício profissional requer uma maior participação do estado no sentido de assegurar o atendimento das necessidades do SUS, adequando o interesse particular ao interesse público. As decisões nesta área produzem reflexos diretos para organização e prestação dos serviços de saúde e para o mercado de trabalho em saúde como um todo, requerendo uma efetiva participação do estado.</i> <i>Finalidade: Apoiar a estruturação de setores voltados à Gestão do Trabalho nos estados e municípios, a despreciação dos vínculos de trabalho dos trabalhadores da saúde e a reestruturação e implantação de Planos de Carreiras, em conformidade com as definições dos Pactos pela Vida, em Defesa do Sus e de Gestão.</i> <i>Estabelecer o processo permanente de pactuação do trabalho no Sus, implantando Mesas Estaduais e Municipais de Negociação do Trabalho e a consolidando do Sistema Nacional de Negociação Permanente - SINNP-SUS.</i> <i>Fortalecer a Câmara de Regulação do Trabalho do SUS como espaço de interlocução com as diversas corporações profissionais sobre os temas referentes à regulação profissional e a criação e novas profissões.</i> <i>Acompanhar os fóruns internacionais dos quais o Brasil participa, no que concerne às discussões referentes ao exercício profissional, em particular os do Mercosul.</i> <i>Definir estratégias e ações para a fixação de profissionais em regiões desassistidas, particularmente para a Amazônia Legal.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8648	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde para o Aperfeiçoamento do SUS
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de metodologias, análises e avaliações com enfoque em financiamento, alocação de recursos, preços praticados e custos do setor, todos no âmbito da saúde. Análises técnico-econômicas dos projetos de investimentos da saúde. Apoio e cooperação para o desenvolvimento dos projetos de melhoria de gestão interna do Ministério da Saúde. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a capacidade de gestão do SUS por meio do uso de ferramentas de Economia da Saúde, da produção de informações sobre investimentos em estruturação física e tecnológica e apoio a projetos de melhoria de gestão interna do Ministério da Saúde.	
8701	Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública
<i>Descrição:</i> Apoio às ações desenvolvidas pelos Laboratórios Centrais de Saúde Pública e Laboratórios de Referência Regionais e Nacionais, Laboratórios de Fronteira, capacitações para o aprimoramento das atividades laboratoriais em estados e municípios; implementação de política de garantia de qualidade e biossegurança para os laboratórios de saúde pública integrantes do SNLSP; otimização e expansão das redes nacionais de laboratórios de saúde pública; implantação e coordenação do sistema de informação laboratorial integrado a outros sistemas de interesse epidemiológico; supervisões, assessorias, monitoramento e avaliação sistemática das ações desenvolvidas pelos laboratórios de saúde pública; estabelecimento de mecanismos de cooperação técnico-científica em âmbitos nacional e internacional, em especial para áreas fronteiriças; promoção de eventos técnicos e científicos; modernização de instalações e equipamentos para ampliação da capacidade de resposta laboratorial. Produção de material técnico-informativo. <i>Finalidade:</i> Dotar o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (SNLSP) de capacidade técnico-operacional capaz de atender às necessidades da Vigilância em Saúde.	
8705	Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social e de Educação em Saúde
<i>Descrição:</i> Promoção de práticas de educação para saúde na rede de serviços, junto aos profissionais, trabalhadores e gestores do SUS; Desenvolvimento de ações de educação em saúde nas escolas; apoio ao desenvolvimento de práticas de educação popular em saúde; Criação dos Conselhos de Gestão Participativa nos estabelecimentos de saúde do SUS. <i>Finalidade:</i> Implementar práticas de gestão participativa no SUS; Apoiar o controle social no SUS; Implementar práticas participativas e de educação em saúde nas escolas, junto aos movimentos populares e na rede de serviços do SUS.	
8707	Ampliação e Fortalecimento da Participação e Mobilização Social em Defesa do SUS
<i>Descrição:</i> Promoção de conferências e eventos na área da saúde; Ampliação de práticas de gestão participativa e do controle social; Mobilização da sociedade para a gestão participativa no SUS; Apoio às instâncias do controle social no SUS; Apoio à educação permanente de agentes para o controle social; Difusão de informações sobre direito à saúde para populações com demandas específicas. <i>Finalidade:</i> Apoiar o funcionamento do Conselho Nacional de Saúde; Promover a Conferência Nacional de Saúde; Mobilizar a sociedade civil para a ampliação da consciência sanitária e do direito à saúde; Fortalecer e qualificar os mecanismos de controle social e a ação participativa; Difundir a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde.	
8708	Auditoria do Sistema Único de Saúde
<i>Descrição:</i> Auditoria e fiscalização da gestão do Sistema Único de Saúde nos níveis estadual e municipal, quanto à conformidade das ações e serviços de saúde, em consonância com os princípios, diretrizes e políticas do SUS e no que diz respeito ao uso dos recursos financeiros transferidos pelo MS a cada esfera de governo, atuando de forma preventiva e educativa com a implementação de parcerias e rede integrada de atuação. <i>Finalidade:</i> Contribuir com a gestão do SUS através de ações de auditoria, objetivando a melhoria da atenção à saúde e da qualidade de vida dos brasileiros.	
8709	Promoção da Equidade em Saúde de Populações em Condições de Vulnerabilidade
<i>Descrição:</i> Ampliação de medidas de intervenção sobre condicionantes e determinantes sociais da saúde; criação de condições estratégicas e de gestão para a promoção da equidade nas 27 unidades federadas; articulação intra e intersetorial para promoção da equidade em saúde. <i>Finalidade:</i> Ampliar medidas de intervenção sobre determinantes e condicionantes da saúde visando a promoção da equidade em saúde; Melhorar o acesso e o nível da saúde de populações em condições persistentes de vulnerabilidade e iniquidade.	
8715	Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde
<i>Descrição:</i> A atuação integrada dos setores responsáveis pela organização, preservação, segurança, recuperação e disseminação da informação institucional, o desenvolvimento e o uso de metodologias e tecnologias em rede colaborativas e a promoção da interoperacionalidade de sistemas, serviços e produtos informacionais pautam as ações empreendidas pelo MS para garantir o acesso equitativo ao conhecimento em saúde. A proposta é viabilizar mecanismos de qualificação e normalização da produção institucional; de capacitação e valorização dos profissionais da informação, de forma a atender a demanda nesse campo de trabalho. A gestão estratégica das fontes de informação e do conhecimento institucional respalda a articulação e a consolidação da política nacional de informação em saúde e se caracteriza pelas seguintes iniciativas: a) - Aprimoramento e ampliação da gestão arquivística de documentos das unidades da Administração Direta do Ministério da Saúde; b) - Regulação das ações de gestão arquivísticas de documentos para as demais esferas do SUS; c) - Organização dos acervos acumulados e a mudança de suporte dos documentos; d) - Estudos sobre o grau de acesso e sigilo dos documentos produzidos pelo MS; e) - Adoção de programas padrão e tecnologias de gestão arquivística de documentos digitais; f) - Implementação da Política Editorial na esfera federal do SUS e garantia de circulação nacional de produtos de interesse público; g) - Institucionalização do Modelo Biblioteca Virtual em Saúde no âmbito institucional do SUS; h) - Consolidação da BVS Brasil em parceria com a OPAS/Bireme e inserção na Rede BVS Brasileira na América Latina e Caribe e nas bases especializadas; i) - Ampliação e descentralização da Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde (Rede BiblioSUS); j) - Gestão da legislação em saúde; l) - Sistema de legislação da saúde; m) - Identificação, recuperação, valorização e difusão do Patrimônio cultural, científico e histórico da saúde no Brasil; n) - Consolidação da Rede Brasileira do Patrimônio Cultural da Saúde; o) - Regularização da situação dos acervos federais do setor saúde sob guarda municipal; p) - Fomento a educação patrimonial e a construção de uma cultura de preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural da Saúde; q) - Realização de eventos e mostras culturais; r) - Ações de capacitação de profissionais. <i>Finalidade:</i> Fomentar a transparência governamental, o uso estratégico da informação e o acesso equitativo ao conhecimento, com o objetivo de favorecer a tomada de decisão dos gestores, profissionais, atores do controle social, usuários e cidadãos. O Estado deve desenvolver mecanismos para o compartilhamento de metodologias, tecnologias e experiências, viabilizando o intercâmbio de produtos e serviços entre as três esferas da gestão do sistema único de saúde. O aprimoramento da informação de interesse do setor deve espelhar-se também na capacidade de cooperação com os demais setores de governo e seguimentos da sociedade civil, como também outros países, destacando-se a América Latina, Caribe e os países de língua portuguesa.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8719	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos
<i>Descrição:</i> Regulamentação, inspeção/fiscalização, monitoramento da qualidade de serviços e produtos e acompanhamento das ações de vigilância sanitária desenvolvidas no âmbito do SNVS, visando promover e prevenir riscos à saúde da população. <i>Finalidade:</i> Garantir a qualidade sanitária de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária de forma a promover e prevenir riscos à saúde da população.	
8720	Coordenação Nacional da Vigilância em Saúde Ambiental
<i>Descrição:</i> Planejamento de ações integradas de vigilância em saúde ambiental nas três esferas de governo; operacionalização dos subsistemas do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (SINVAS), relacionados com a qualidade de água para consumo humano, áreas de solo contaminado, qualidade do ar, substâncias químicas e desastres por meio de ações intersetoriais e multidisciplinares com a participação das três esferas de governo; gerenciar sistemas nacionais de informação da área de vigilância ambiental em saúde promovendo a integração com os demais sistemas de interesse epidemiológico. Implementar assessoramento técnico a estados e municípios; promover ações de desenvolvimento de recursos humanos nas três esferas de governo e ampliação da capacidade instalada; promoção de ações de educação em saúde, mobilização social e publicações técnicas científicas; estabelecer e operacionalizar mecanismos de cooperação técnica nacional e internacional, em especial com países fronteiriços na área de vigilância ambiental em saúde; realização do mapeamento e a caracterização das situações de risco para a saúde humana, com o objetivo de subsidiar as recomendações e a adoção das medidas de prevenção e controle dos fatores de risco; desenvolvimento e aplicação de metodologias de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco; realização de ações que possibilitem o monitoramento e de atenção a grupos especiais expostos à contaminação ambiental e ocupacional; promover o desenvolvimento técnico e científico estímulo e financiamento de estudos, pesquisas e inquéritos aplicados à saúde ambiental. <i>Promoção de ações de saúde para apoiar o cumprimento dos compromissos nacionais para o Desenvolvimento Sustentável, considerando as vulnerabilidades sócio-ambientais e os contextos nacionais específicos, tais como os protocolos, convenções e acordos nacionais referentes à promoção e defesa do meio ambiente e sua interface com a saúde; participação nos mecanismos nacionais de apoio a iniciativas inter-setoriais que resultem em benefício à saúde humana, tais como a elaboração dos planos diretores das cidades, Agenda 21 Brasileira, colaboração do setor saúde no processo de elaboração e revisão do licenciamento ambiental em empreendimentos estratégicos, avaliação de impacto a saúde, estímulo ao ambiente saudável e projetos locais de desenvolvimento sustentável.</i> <i>Finalidade:</i> Dispor de políticas, programas e projetos com infraestrutura adequada e recursos humanos capacitados que possibilitem prevenir e controlar fatores decorrentes do meio ambiente e das atividades produtivas e que promovam a participação do setor saúde na sustentabilidade sócio-ambiental	
8721	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde
<i>Descrição:</i> Fomento financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal, nas despesas correntes e de capital, para desenvolvimento nas funções de planejamento, regionalização, programação, regulação, controle, avaliação, auditoria e na produção das ações finais da atenção à saúde. <i>Finalidade:</i> Apoiar os estados e municípios em gestão plena no desenvolvimento de uma gama de ações mediatas que possibilitem a aplicação eficiente dos recursos destinados à saúde e criem as condições para o acesso universal, oportuno e equânime a ações de saúde qualificadas, integrais, resolutivas e humanizadas, por meio do aprimoramento das ações de regulação, controle e avaliação.	
8725	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis
<i>Descrição:</i> Apoio às ações de vacinação de rotina e campanha de vacinação, e, quando necessário, em bloqueios vacinais; viabilização de capacitação de profissionais de saúde nas ações de vacinação; execução das ações de supervisão e assessoramento técnico a estados e municípios; produção de material técnico-informativo; realização de pesquisa na área de prevenção e controle de imunopreveníveis; realização eventos técnicos e científicos. Modernização de instalações e equipamentos; adequação dos laboratórios às normas de biossegurança, boas práticas de laboratório e boas práticas de fabricação; incorporações de novas tecnologias de produção e controle de qualidade por meio de transferência de tecnologia; Aperfeiçoamento dos sistemas de informações do Programa Nacional de Imunizações; execução das ações complementares, excepcionalmente, em caráter suplementar, quando constatada a insuficiência da ação estadual. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a imunização da população de forma a reduzir a morbidade e mortalidade por doenças imunopreveníveis.	
8727	Sistema de Informação para Saúde Suplementar
<i>Descrição:</i> Aperfeiçoamento dos sistemas de informação corporativos hoje existentes e implementação de novas ferramentas para monitoramento do setor de saúde suplementar frente às necessidades do exercício da regulação. <i>Finalidade:</i> Possibilitar a interoperabilidade entre os sistemas da ANS e com os demais órgãos de governo e otimizar a utilização do conhecimento organizacional. Melhorar a comparabilidade, qualidade, integridade e a utilidade da informação em saúde suplementar	
8730	Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada
<i>Descrição:</i> Recursos para implantação e custeio dos CEOs. <i>Finalidade:</i> Financiar nos municípios as ações referentes ao atendimento em Especialidades Odontológicas para população.	
8735	Alimentação e Nutrição para a Saúde
<i>Descrição:</i> Consiste no apoio às unidades federadas para a implementação do Plano Nacional Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, visando prover a atenção integral à saúde do portador de excesso de peso e obesidade, bem como a necessária ação intersetorial na determinação social desse problema nutricional. <i>Finalidade:</i> Prover atenção integral à saúde do portador de excesso de peso/obesidade, com vistas ao diagnóstico do estado nutricional, acompanhamento e tratamento dos usuários com excesso de peso e obesidade e suas co-morbidades, orientação alimentar e nutricional que valorizem alimentos regionais e a cultura alimentar brasileira e articulação com ações de práticas corporais e atividade física vinculadas aos serviços de saúde, assim como articular as ações intersetoriais para a prevenção do excesso de peso e da obesidade a atenção a populações vulneráveis.	
8739	Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH
<i>Descrição:</i> As principais estratégias de ação da Política Nacional de Humanização (PNH) são: 1. Eventos: Reuniões dos Colegiados Gestores Regionais; participação dos consultores em seminários estaduais e/ou municipais de humanização; organização e participação em eventos a atividades em articulação com gestores estaduais e municipais; 2. Formação: Conferências, seminários que tratam de dispositivos e modos de fazer da PNH; cursos para apoiadores e multiplicadores e para equipes de saúde, considerando as orientações e diretrizes do Eixo 3 da PNH; 3. Apoio Institucional: Oficinas e rodas de discussão implementados por consultores regionais e matriciais, bem como por outros agentes requisitados eventualmente conforme necessidades específicas. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a melhoria da qualidade da atenção e da gestão da saúde no Brasil, por meio do fortalecimento da Humanização como política transversal na rede e afirmação da indissociabilidade do modelo de atenção e de gestão.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8752	Implementação de Políticas de Atenção à Saúde do Homem
<i>Descrição:</i> Definição de estratégias com vistas a implantação dessa política através do Plano de Ação 2009/11. <i>Finalidade:</i> Formular, instituir e implementar ações de atenção integral à saúde da população masculina em todos os níveis de atenção (Básica, Média/Alta Complexidade) que contribuam, de modo efetivo, para redução da morbidade e mortalidade desta população, apoiando técnica e financeiramente, Estados, Municípios, Órgãos Federais e demais Entidades sem fins lucrativos que atuam na área, com vistas a implantação dessa política.	
8753	Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS
<i>Descrição:</i> Articulação e integração das ações de monitoramento e avaliação executadas pelos órgãos e unidades do Ministério da Saúde; integrar as atividades e ações de cooperação técnica a estados e municípios, visando aprimorar a gestão dos serviços e recursos do SUS; desenvolver instrumentos e iniciativas que qualifiquem o processo de avaliação da gestão estratégica e participativa no âmbito do SUS; viabilizar e coordenar a realização de estudos e pesquisas visando à produção do conhecimento no campo do monitoramento e avaliação da gestão do SUS; apoiar os processos de acompanhamento dos pactos firmados entre as três esferas de gestão do SUS e divulgar informações aos gestores e ao controle social para orientar a formulação de políticas de saúde, nas três esferas do SUS. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o aperfeiçoamento da gestão do SUS e das políticas de saúde, por meio da articulação e integração das ações de Monitoramento e Avaliação na esfera federal e apoiar a implantação de estruturas similares em estados e municípios, objetivando a melhoria da atenção à saúde e da qualidade de vida da população.	
8755	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC
<i>Descrição:</i> Oferta de serviços de cardiologia aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS e apoio aos gestores estaduais e municipais no desenvolvimento destes serviços <i>Finalidade:</i> Aperfeiçoar as ações e os serviços especializados em cardiologia	
8758	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA
<i>Descrição:</i> Disponibilização de consultas e cirurgias especializadas, quimioterapia, radioterapia, transplante de medula óssea e outros procedimentos médicos específicos para o diagnóstico e tratamento do câncer nas unidades hospitalares do INCA; Manutenção e expansão do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do INCA <i>Finalidade:</i> Operacionalizar as ações nacionais de articulação, regulação, assessoria técnica, avaliação tecnológica, ensino e pesquisa na área do câncer, atendimento qualificado e integral aos pacientes de câncer das unidades hospitalares do INCA e transferência de conhecimento técnico-científico e gerencial gerado no Instituto, para os órgãos e instituições que lidam com câncer no país.	
8759	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO
<i>Descrição:</i> Provimento e ampliação do acesso da população aos serviços de traumatologia e ortopedia. <i>Finalidade:</i> Prestar serviços especializados em traumatologia e ortopedia aos usuários do SUS e apoiar os gestores estaduais e municipais no desenvolvimento desses serviços.	
8761	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192
<i>Descrição:</i> Organização da assistência móvel de urgência, apoiar consolidar e aprimorar o funcionamento do serviço móvel de urgência. <i>Finalidade:</i> Estruturar o serviço de atendimento móvel de urgência.	
8762	Implementação de Ações e Serviços às Populações em Localidades Estratégicas e Vulneráveis de Agravos
<i>Descrição:</i> Atendimento às populações residentes em localidades estratégicas e vulneráveis <i>Finalidade:</i> Implementar serviços e ações de saúde em localidades estratégicas e vulneráveis, tais como: fronteiras, assentamentos, garimpos, regiões metropolitanas e regiões de baixo IDH	
8933	Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar
<i>Descrição:</i> Implantação e implementação do Sistema Nacional de Atenção às Urgências, decorrentes de violências e causas externas, com seus respectivos componentes: pré-hospitalar fixo, pré-hospitalar móvel, hospitalar e pós-hospitalar. <i>Finalidade:</i> Estruturar a rede de serviços para o atendimento às necessidades da atenção às urgências, decorrentes de violências e causas externas, conforme diretrizes do Sistema Nacional de Atenção às Urgências, em todos os seus componentes.	
2016	Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia
2000	Políticas Culturais de Incentivo à Igualdade de Gênero
<i>Descrição:</i> Realização de concursos públicos, campanhas, apoio ao desenvolvimento de projetos culturais direcionados à valorização das mulheres, à igualdade de gênero e ao combate à violência contra mulheres, envolvendo aporte financeiro, prevendo a realização de oficinas, mostras, apresentações, festivais, entre outros. <i>Finalidade:</i> Fomentar a produção cultural que valorize as expressões do feminino e sua contribuição para a diversidade cultural brasileira, bem como a produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados. Favorecer a presença e a permanência desses conteúdos e dessas produções nos espaços de fruição cultural brasileiros. Promover ações culturais afirmativas, contribuindo para o combate à violência contra as mulheres. Contribuir para o fortalecimento da memória das trajetórias femininas, evidenciando a participação das mulheres e seu protagonismo na construção da história do Brasil.	
2C52	Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência
<i>Descrição:</i> Assessoria técnica e financeira a estados e municípios em regime de contrapartida, por meio da criação, implementação e aperfeiçoamento de serviços especializados de atendimento à mulher e adequação dos serviços não especializados, envolvendo as ouvidorias e os serviços de assistência social, saúde, educação, segurança, trabalho, justiça e habitação. Realização de eventos para discussão desta temática junto aos profissionais dos serviços e à sociedade em geral e divulgação dos serviços para ampliar o conhecimento e o acesso da população. <i>Finalidade:</i> Assegurar um atendimento adequado, humanizado, integrado, multissetorial e em rede às mulheres em situação de violência nos serviços públicos especializados e não especializados.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
6245	Produção e Divulgação de Informações, Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres
<i>Descrição:</i> Realização de eventos e de publicações, estudos e análise de dados com vistas ao estabelecimento de um correto diagnóstico das condições de vida das mulheres; produção e divulgação de informações sobre as políticas públicas desagregadas por sexo, raça/cor/etnia e faixa etária; criação e fortalecimento de instrumentos de pesquisa e armazenamento de dados, inclusive a transferência de tecnologia; produção de indicadores que melhorem a qualidade das pesquisas nacionais no que diz respeito às questões de gênero; formação de núcleos de estudos e pesquisas em gênero nas universidades; lançamento e fortalecimento de Editais e Prêmios nesta área. <i>Finalidade:</i> Estimular a produção e divulgação de conhecimento específico na área de gênero, conferir transparência e permitir o controle social sobre as ações e programas desenvolvidos pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e instituições parceiras.	
6812	Capacitação de Profissionais para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
<i>Descrição:</i> Realização de cursos, seminários, reuniões, oficinas e outros eventos de capacitação dos profissionais das áreas de segurança pública, saúde, justiça, educação, trabalho e assistência social nas questões de gênero, raça e etnia, de geração, de orientação sexual e identidade de gênero e sobre pessoas com deficiência, bem como na prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres e enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de meninas, jovens e mulheres. <i>Finalidade:</i> Oferecer um atendimento integral, articulado e humanizado às mulheres em situação de violência, por meio da construção de novas atitudes nos (as) profissionais.	
8831	Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180
<i>Descrição:</i> Garantia de atendimento de modo contínuo - 24 horas por dia e 7 dias na semana - às mulheres, em especial às em situação de violência, na Central de Atendimento, disponibilização do atendimento internacional. Produção de informações e estudos sobre os atendimentos realizados como subsídio para o aperfeiçoamento e/ou formulação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Realização de eventos para discussões sobre o tema, divulgação do serviço e de informações da Central. <i>Finalidade:</i> Prestar atendimento às mulheres vítimas de violência, informando-as sobre os seus direitos, os encaminhamentos a serem adotados e os serviços disponíveis e adequados a cada caso de violência doméstica.	
8833	Apoio a Iniciativas de Fortalecimento dos Direitos das Mulheres em Situação de Prisão
<i>Descrição:</i> Apoio técnico e financeiro a projetos que contribuam para assegurar os direitos humanos e sociais das mulheres presas nas mais diversas áreas; realização de cursos, oficinas, seminários e outros eventos que subsidiem a intervenção governamental nesta área. Oferta de assistência jurídica gratuita, articulação com organizações governamentais e não-governamentais para garantia dos direitos das mulheres junto aos poderes Executivo e Judiciário e ao Ministério Público e Defensorias Públicas. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a garantia dos Direitos das Mulheres em situação de prisão, especialmente no que diz respeito à erradicação da violência institucional e ao exercício de sua sexualidade, bem como de seus direitos reprodutivos.	
8834	Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
<i>Descrição:</i> Elaboração e apoio a projetos para: i) retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuíram para a conquista de seus direitos e cidadania; ii) promover a autonomia econômica, a cultura, a educação e a saúde sexual e reprodutiva das mulheres; iii) promover a participação feminina nos espaços de poder. <i>Finalidade:</i> Construir referências de intervenção governamental que incorporem a perspectiva de gênero e possam ser replicadas.	
8835	Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais
<i>Descrição:</i> Articulação de ações, por meio da promoção de seminários, fóruns e parcerias institucionais, para i) ampliar a alfabetização de mulheres, jovens, adultos e/ou idosos, urbanas e rurais, contribuindo para a sua inclusão social; ii) estabelecer critérios não-discriminatórios de seleção e elaboração dos livros didáticos e paradidáticos; iii) revisar os parâmetros curriculares do sistema educacional brasileiro; e iv) valorizar a imagem da mulher na produção artística e cultural. <i>Finalidade:</i> Qualificar o tratamento da temática de gênero nas políticas educacionais e ampliar o acesso aos bens e serviços ofertados.	
8838	Apoio à Criação e ao Fortalecimento de Organismos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher
<i>Descrição:</i> Apoio técnico e/ou financeiro para a criação e/ou o fortalecimento de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres e dos conselhos estaduais e municipais de direitos da mulher; realização de fóruns, eventos, seminários e outros encontros voltados para os organismos governamentais e não-governamentais de políticas para as mulheres. <i>Finalidade:</i> Estimular o exercício do controle social e a conscientização das mulheres em relação à defesa de seus direitos; promover a transparência das ações do governo e a implementação de políticas públicas com o enfoque de gênero.	
8843	Incentivo à Autonomia Econômica e ao Empreendedorismo das Mulheres
<i>Descrição:</i> Apoio a iniciativas nas áreas metropolitanas e bolsões de pobreza, bem como nas áreas rurais, com foco nas mulheres em situação de pobreza e extrema pobreza, preferencialmente aquelas atendidas pelo programa Bolsa Família, que contemplem as seguintes ações: i) mapeamentos de processos de desenvolvimento local, regional e territorial e de fatores de vulnerabilidade econômica e social que incidem sobre as mulheres; ii) capacitação dos gestores públicos; iii) capacitação para o fomento ao empreendedorismo; iv) acompanhamento dos negócios gerados; v) oficinas com gestores estaduais dos Centros de Referência de Assistência Social para mobilização das mulheres; vi) atuar nos nichos de oferta de ocupação nos mercados formal e informal de mão-de-obra; vii) acompanhamento das ações executadas pelos municípios; viii) monitoramento e avaliação dos projetos. <i>Finalidade:</i> Incentivar a autonomia econômica e financeira das mulheres, alterando de modo significativo os fatores de vulnerabilidade que incidem sobre a vida das mulheres pobres em particular e ampliando a sua capacidade técnica e gerencial para o exercício pleno da cidadania no mundo do trabalho e redução da pobreza.	
8844	Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão
<i>Descrição:</i> Articulação de ações, por meio da promoção de seminários, capacitações, fóruns e parcerias institucionais, para: i) qualificar a atuação das mulheres que já ocupam espaços de poder e de decisão para que incorporem a perspectiva de gênero e da igualdade entre homens e mulheres; ii) fortalecer e ampliar a articulação com as bancadas femininas e com os organismos de mulheres dos partidos políticos; iii) intervir no processo de discussão da reforma política; e iv) fortalecer a implementação de ações afirmativas para a ampliação do número de mulheres em espaços de poder. <i>Finalidade:</i> Qualificar e ampliar a participação de mulheres nos espaços de poder e decisão.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8932	Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres
<i>Descrição:</i> Apoio técnico e financeiro a campanhas, mobilizações e a outras ações educativas e culturais visando à prevenção da violência contra a mulher e a difusão dos direitos das mulheres e dos instrumentos de proteção a esses direitos nos espaços como escola, mídia, locais de trabalho, dentre outros. Produção de material informativo. <i>Finalidade:</i> Sensibilizar e conscientizar a sociedade na perspectiva de uma nova cultura das relações humanas, visando à prevenção e erradicação da violência contra as mulheres.	
2017	Aviação Civil
1029	Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes - Manaus (AM)
<i>Descrição:</i> Reforma e adequação do terminal de passageiros 1 do Aeroporto de Manaus, efetuando a atualização das áreas operacionais em função do aumento da demanda do aeroporto, com ampliação do edifício na profundidade e criação de mais 1 nível operacional abrangendo projetos, obras, consultoria técnica e fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução do empreendimento. <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura do Aeroporto, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.	
102A	Adequação do Aeroporto Internacional de Confins - Tancredo Neves (MG)
<i>Descrição:</i> Reforma e ampliação do terminal de passageiros, do sistema de pistas e pátios, com modernização dos seus componentes operacionais e instalações adequadas à demanda, abrangendo projetos, obras, consultoria técnica e fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução dos empreendimentos. <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura do Aeroporto Internacional de Confins à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.	
102B	Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional Pinto Martins - Fortaleza (CE)
<i>Descrição:</i> Reforma e ampliação do terminal de passageiros, consultoria técnica, apoio à fiscalização de obras, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução do empreendimento. <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura do Aeroporto, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.	
102C	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu (PR)
<i>Descrição:</i> Reforma e ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura do Aeroporto à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.	
102D	Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto de Santarém - Maestro Wilson Fonseca (PA)
<i>Descrição:</i> Reforma e ampliação da área do terminal de passageiros do aeroporto, com construção de novo edifício TPS ao lado do atual, incluindo consultoria técnica, fiscalização de obras, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução do empreendimento. <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura do Aeroporto à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.	
102E	Construção de Terminal de Passageiros e Pátio de Aeronaves no Aeroporto de Teresina - Senador Petrônio Portella (PI)
<i>Descrição:</i> Construção de terminal de passageiros e pátio de aeronaves, abrangendo projetos, obras, consultoria técnica e fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução do empreendimento. <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura do Aeroporto Internacional de Brasília à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.	
12CE	Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual
<i>Descrição:</i> Celebração de convênios com os Estados visando à execução das obras de infra-estrutura aeroportuária pelos governos estaduais.. <i>Finalidade:</i> Construir aeroportos e aeródromos de interesse estadual visando a atender à demanda do transporte aéreo com segurança e conforto.	
12LD	Adequação do Aeroporto Internacional de Salvador - Dep. Luís Eduardo Magalhães (BA)
<i>Descrição:</i> Adequação do terminal de passageiros e pátio de aeronaves, abrangendo obras, projetos, consultoria técnica e fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução dos empreendimentos. <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura do Aeroporto Internacional de Salvador à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.	
12LF	Adequação do Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho (RS)
<i>Descrição:</i> Reforma e ampliação do terminal de passageiros, pátio de aeronaves e pista de pouso e decolagem e construção de terminal de carga aérea, com edifício administrativo, central de utilidades, galpões de cargas de exportação e importação, depósito de cargas restritivas e estacionamento remoto de caminhões, abrangendo desapropriações, obras, projetos, consultoria técnica e fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução dos empreendimentos. <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura do Aeroporto Internacional de Porto Alegre à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.	
145V	Ampliação da Infraestrutura do Aeroporto de Aracaju (SE)
<i>Descrição:</i> Ampliação e reforço da pista de pouso e decolagem e implantação de áreas de segurança de fim de pista (RESAs), construção de terminal de passageiros, pátio de aeronaves, estacionamento, centro de manutenção, urbanização de novas áreas para companhias aéreas, hangares e atividades comerciais e outras edificações e infraestruturas complementares. <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura do Aeroporto de Aracaju à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

145X	Adequação do Aeroporto de Macaé (RJ)
<i>Descrição: Construção de terminal de passageiros, edifício administrativo-operacional, subestação principal, sistema viário e estacionamento de veículos, abrangendo obras, projetos, consultoria técnica e fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução dos empreendimentos.</i> <i>Finalidade: Adequar a infraestrutura do Aeroporto de Macaé à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.</i>	
1F52	Adequação do Aeroporto de Goiânia (GO)
<i>Descrição: Construção do novo terminal de passageiros, pátio de estacionamento de aeronaves, pistas de taxiamento, estacionamento público de veículos, acesso viário, edificações de apoio e demais obras complementares, consultoria e apoio técnico à fiscalização.</i> <i>Finalidade: Adequar a infraestrutura do Aeroporto de Goiânia à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.</i>	
1F53	Construção de Terminal de Passageiro no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre (AP)
<i>Descrição: Construção do novo terminal de passageiros e obras complementares, abrangendo projetos, obras, consultoria e fiscalização, desapropriação, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução do empreendimento.</i> <i>Finalidade: Adequar a infraestrutura do Aeroporto à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.</i>	
1F54	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Rio de Janeiro - Santos Dumont (RJ)
<i>Descrição: Execução das obras e serviços de engenharia de reforma e ampliação do TPS e do sistema de pistas e pátios, de obras complementares e da elaboração dos projetos executivos, e construção do novo alimentador de energia elétrica no Aeroporto Internacional Santos Dumont, abrangendo projetos, obras, consultoria técnica e fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução do empreendimento.</i> PPA 2004-2007 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO TERMINAL DE PASSAGEIROS E OBRAS COMPLEMENTARES, CONSULTORIA TÉCNICA E APOIO À FISCALIZAÇÃO E AÇÕES DE MEIO AMBIENTE. <i>Finalidade: Adequar a infraestrutura do Aeroporto à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.</i>	
1F55	Construção do Sistema de Pista, Pátio e Acessos do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN)
<i>Descrição: Execução do desmatamento, terraplanagem, pavimentação, drenagem, proteção vegetal, sinalização horizontal, abrangendo projetos, obras, consultoria técnica e fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução dos investimentos.</i> <i>Finalidade: Construção de Complexo Aeroportuário para atender a demanda existente e futura.</i>	
1F56	Construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis (SC)
<i>Descrição: Elaboração dos projetos e construção do novo terminal de passageiros, pátio de aeronaves, pista de táxi, estacionamento, acesso viário e edificações complementares, consultoria técnica, apoio à fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução do empreendimento.</i> <i>Finalidade: Adequar a infraestrutura do Aeroporto à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.</i>	
1F59	Adequação do Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek (DF)
<i>Descrição: Reforma do terminal de passageiros, ampliação do terminal do lado sul, com pátio de aeronaves, sistema viário e edificações complementares e construção das pistas de táxi e do segundo viaduto sobre via de acesso abrangendo obras, projetos, serviços técnicos e fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução dos empreendimentos.</i> <i>Finalidade: Adequar a infraestrutura do Aeroporto Internacional de Brasília à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.</i>	
1J93	Adequação do Aeroporto Internacional de Curitiba - Afonso Pena (PR)
<i>Descrição: Adequação da infraestrutura aeroportuária com ampliação dos terminais de passageiros e de cargas, do sistema de pistas e pátios, macrodrenagem, edificações de apoio e obras complementares e construção da 3ª pista de pousos e decolagens, implantação da pista de táxi, abrangendo obras, projetos, consultoria técnica e fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução dos empreendimentos.</i> <i>Finalidade: Adequar a infraestrutura do Aeroporto Internacional de Curitiba à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.</i>	
1J95	Adequação do Aeroporto Internacional de Vitória - Eurico de Aguiar Salles (ES)
<i>Descrição: Elaboração de projetos, construção dos novos terminais de passageiros e de cargas, torre de controle, central de utilidades e sistema de pistas, edifício do corpo de bombeiros e obras complementares, abrangendo obras, projetos, consultoria técnica e fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução dos empreendimentos.</i> <i>Finalidade: Adequar a infraestrutura do Aeroporto Internacional de Vitória à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.</i>	
1J98	Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cuiabá (MT)
<i>Descrição: Reforma do terminal de passageiros, consultoria de projeto, apoio a fiscalização e ações ambientais.</i> <i>Finalidade: Adequar a infraestrutura do Aeroporto à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.</i>	
1M31	Adequação do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro (SP)
<i>Descrição: Construção do terminal de passageiros 3, terminal de cargas modular estruturado, pátio de aeronaves, edifício garagem e acesso viário e adequação do sistema de pátios e pistas, do sistema viário e de macrodrenagem, abrangendo elaboração de projetos, obras, consultoria técnica e fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução dos empreendimentos.</i> <i>Finalidade: Adequar a infraestrutura do Aeroporto Internacional de Guarulhos à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20SW	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil
<i>Descrição:</i> Apoio à formação e capacitação de recursos humanos, por aeroclubes e escolas de aviação, para a aviação civil. <i>Finalidade:</i> Apoiar aeroclubes e escolas de aviação na formação de pessoal especializado, necessário à aviação civil.	
2880	Avaliação Médica para o Sistema de Aviação Civil
<i>Descrição:</i> Avaliação médica periódica e/ou eventual, por determinação legal, das condições psicofísicas individuais visando à concessão e/ou renovação do certificado de capacidade psicofísica da habilitação de tripulante (Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986 Capítulo II). <i>Finalidade:</i> Manter atualizado o exame das tripulações de forma a garantir maior segurança nos vãos civis.	
2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil
<i>Descrição:</i> Regulação e Fiscalização de Empresas, Aeroclubes, Escolas, Centro de Formação, Equipamentos, Instalações, Documentação, Procedimentos, Infra-estrutura Aeroportuária e Aeronautas. <i>Finalidade:</i> Garantir o funcionamento da Aviação Civil dentro de padrões internacionais de qualidade e segurança.	
2924	Sistema de Informações para Gestão da Aviação Civil
<i>Descrição:</i> Provimento e manutenção do ambiente de tecnologia da informação e comunicação permitindo a atualização do sistema de informações da Aviação Civil com dados administrativos de aeronaves, aeroclubes, aeródromos, tripulantes etc. <i>Finalidade:</i> Exercer o controle eficiente das informações referentes à Aviação Civil.	
4099	Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária
<i>Descrição:</i> Contratação e execução de obras e serviços, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos necessários à manutenção da infraestrutura aeroportuária, abrangendo operações, segurança, infraestrutura de apoio e ações ambientais. <i>Finalidade:</i> Manter as instalações aeroportuárias sob a jurisdição da Infraero em condições adequadas de utilização, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.	
5154	Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual.
<i>Descrição:</i> Reforma, ampliação e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos de interesse regional ou estadual, constantes dos planos aeroviários estaduais. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e Adequar aeroportos e aeródromos de interesse estadual, visando a atender a demanda do transporte aéreo com segurança e conforto.	
6640	Estudos para o Planejamento e Gestão do Transporte Aéreo
<i>Descrição:</i> Realização de estudos relativos ao meio ambiente, focando nos aspectos de controle de emissões e ruídos aeronáuticos, bem como, estudos voltados para modelos regulatórios aplicáveis à regulação econômica de infraestrutura aeroportuária e outros inerentes ao planejamento e gestão do transporte aéreo. <i>Finalidade:</i> Elaborar estudos sobre o planejamento e gestão do transporte aéreo.	
7H34	Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP)
<i>Descrição:</i> Projetos, obras e fiscalizações para a construção da nova área terminal, a implantação da 2ª pista de pouso e decolagem, a reforma e adequação do terminal de passageiros existente, a implantação e recuperação do sistema de pista e pátio existente, MOP, edificações complementares, assim como desapropriação de área de expansão do Aeroporto Internacional Viracopos - Campinas <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura do Aeroporto Internacional de Campinas à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.	
7J01	Adequação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim (RJ)
<i>Descrição:</i> Adequação do sistema de pistas e pátios aeronaves e táxi, terminais de passageiros 1 e 2, terminal de cargas 1 e demais instalações abrangendo obras, projetos, serviços técnicos, fiscalização, ações ambientais e demais investimentos complementares à execução dos empreendimentos. <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura do Aeroporto Internacional do Galeão à demanda, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor.	
2018	Biodiversidade
101V	Implantação de Corredores Ecológicos
<i>Descrição:</i> Implementação e gerenciamento de corredores ecológicos na Amazônia e na Mata Atlântica. Construir quadros econômicos, sociais e políticos sustentáveis para conservar a biodiversidade nos corredores, visando fortalecer a gestão participativa e descentralizada com planejamento, monitoramento e controle de ações para conservar a diversidade biológica; aumentar a representatividade das áreas conservadas nos corredores ecológicos, por meio do estabelecimento e expansão das áreas protegidas, priorizando a conectividade entre elas; reduzir a pressão do desmatamento em áreas conservadas; e contribuir para a proteção e uso sustentado da diversidade biológica. <i>Finalidade:</i> Implantar corredores ecológicos nos diferentes biomas para promover a conservação e recuperação de áreas críticas, áreas de excepcional valor paisagístico, observadas as prioridades estabelecidas pelo Programa Nacional de Biodiversidade - PRONABIO, estabelecendo a conectividade de fragmentos florestais, especialmente em regiões de mananciais, recarga de aquíferos, áreas de preservação permanente, reservas legais e entorno de UC.	
10GO	Implantação de Sistema de Informação sobre Recursos Naturais
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento e implantação de um sistema nacional de informação que permita a interoperabilidade entre bases de dados biológicos, físicos e socioambientais. Para tanto é necessário realizar 6 etapas, que são compostas por várias atividades. <i>Finalidade:</i> Organizar, qualificar, disseminar e disponibilizar dados e conhecimentos sobre recursos naturais oriundos de atividades de pesquisa e desenvolvimento custeadas pelo Poder Público, proporcionando a perenização de bases de dados científicas, evitando duplicidade de esforços e barateando a elaboração e execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento.	
13MY	Estruturação de Serviços Ambientais e Visitação em Áreas Protegidas
<i>Descrição:</i> Implementação nas Unidades de Conservação Federais da infraestrutura e das condições necessárias para visitação, uso público, recreação, ecoturismo e terceirização de serviços, em conformidade com suas categorias de manejo, disponibilizando ao mercado, de forma sustentável, bens e serviços ambientais gerados pelas áreas protegidas de forma a atender às necessidades nacionais e internacionais. <i>Finalidade:</i> Estruturar serviços ambientais provenientes das Unidades de Conservação Federais, observados seus instrumentos de gestão, para disponibilizar à sociedade o uso público e a visitação, e ao mercado, bens e serviços.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

200I	Promoção da Conservação e Uso da Agrobiodiversidade e das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
<i>Descrição:</i> Compete ao Ministério do Meio Ambiente: Articulação e apoio na construção e funcionamento de instâncias de governança participativas envolvendo os diferentes elos de cadeias produtivas da sociobiodiversidade; Apoio no desenvolvimento de capacidades para a conservação e uso da agrobiodiversidade e para o desenvolvimento de cadeias de produtos da sociobiodiversidade; Apoio na definição e implementação de estratégias de conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade; Apoio no desenvolvimento e consolidação de arranjos produtivos locais e de cadeias de produtos da sociobiodiversidade; Articulação do ingresso do produtos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais e diferenciados; Realização de troca de experiências em conservação e uso da agrobiodiversidade e desenvolvimento de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais; Articulação de assistência técnica e extensão rural, de pesquisas e de experiências locais e de tecnologias adequadas para o uso e conservação da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade; Realização de estudos, sistematização e disseminação de conhecimentos voltados para a valorização da sociobiodiversidade e para o uso e conservação da agrobiodiversidade. Compete ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Capacitação para o uso sustentável e a promoção de cadeias de produtos da sociobiodiversidade de beneficiários de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais; Promoção de processos participativos com populações tradicionais beneficiárias e/ou usuárias de Unidade de Conservação de Usos Sustentável para criação e desenvolvimento de organizações como associações, cooperativas e empresas; Apoio as organizações das comunidades tradicionais beneficiárias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais, para a produção e autogestão de seus empreendimentos produtivos; Apoio a realização de análises de mercado para os produtos da sociobiodiversidade das comunidades tradicionais nas Unidades de Conservação federais; Promoção e articulação de apoio técnico e financeiro para a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade das comunidades tradicionais nas Unidades de Conservação Federais; Promoção de estudos e disponibilização de informações às comunidades tradicionais beneficiárias / Usuárias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, sobre alternativas sustentáveis de geração de renda com os produtos da sociobiodiversidade. <i>Finalidade:</i> Fomentar a capacitação, a articulação e as ações de conservação e uso sustentável da Agrobiodiversidade e de desenvolvimento de cadeias de produtos da Sociobiodiversidade por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares dos diferentes biomas brasileiros.	
2096	Conservação do Patrimônio Espeleológico Nacional
<i>Descrição:</i> Realização de pesquisas científicas e ações de manejo para conservação dos ambientes cavernícolas e espécies associadas bem como auxílio no manejo das Unidades de Conservação Federais com ambientes cavernícolas; estabelecimento e fortalecimento de sistemas de monitoramento, avaliação, prevenção e mitigação de impactos sobre o Patrimônio Espeleológico Nacional, apoiando inclusive processos de recomposição e recuperação dos ecossistemas degradados e dos componentes da geodiversidade; produção de inventários para geração e disseminação de informações sobre o Patrimônio Espeleológico Nacional; utilização sustentável dos componentes do patrimônio espeleológico, incluindo o ordenamento do espeleoturismo e o apoio a práticas e negócios sustentáveis que garantam a manutenção da geodiversidade e da funcionalidade do patrimônio espeleológico, através da elaboração de normas para regulamentação do uso do patrimônio espeleológico com base no diagnóstico espeleológico brasileiro; interação com instituições governamentais - federais, estaduais e municipais, e não governamentais, com atribuições e ações que apresentam interfaces, visando ao fortalecimento institucional para a gestão do patrimônio espeleológico. <i>Finalidade:</i> Gerar conhecimento para subsidiar a estratégia nacional de conservação e uso sustentável do patrimônio espeleológico.	
20GF	Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de Conservação de Recursos Naturais no Meio Rural – Plano Brasil sem Miséria (Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011)
<i>Descrição:</i> I – Aprovar os Planos Operacionais Anuais e Plurianuais, compatibilizando-os com os recursos disponíveis em função da quantidade de famílias a serem beneficiárias; II - Definir as áreas de implementação do Programa; III – Estabelecer as condições para que as famílias sejam inscritas no cadastro a ser mantido pelo Ministério do Meio Ambiente em função das atividades de conservação ambiental que fazem na sua área de ocupação; IV – Realizar o cadastramento das famílias beneficiárias, que deverão estar inscritas no Cadastro Único; V – Disponibilizar para assinatura do beneficiário, um termo de adesão especificando as atividades de conservação a serem desenvolvidas para que os mesmos façam jus à remuneração; VI – Definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa; VII – Realizar a transferência financeira dos recursos devidos ao beneficiário; VIII – Comprovar o atendimento das condicionalidades constantes do Termo de Adesão, mediante monitoramento. <i>Finalidade:</i> Efetuar o pagamento financeiro trimestral a famílias em situação de extrema pobreza que fazem conservação ambiental dos recursos naturais no meio rural pela prestação de serviços ambientais, bem como dos serviços prestados pelo agente operador de concessão, manutenção, pagamento e cessação dele decorrente, com intuito de: I – incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável; e II - promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural.	
20HU	C,T&I Aplicadas aos Conhecimentos Tradicionais Associados aos Recursos Biológicos
<i>Descrição:</i> Essa ação apoiará a implementação de um programa de pesquisas para valorização e valoração do conhecimento tradicional associado aos recursos biológicos, sistematização de protocolos para pesquisas colaborativas, investirá na infra-estrutura básica dos povos indígenas e/ou comunidades tradicionais para garantir as condições de participação equitativa no processo de produção e circulação de conhecimentos. Apoiará também a expansão de práticas de manejo sustentável, de baixo impacto, para o uso sustentável dos recursos naturais, beneficiando as populações amazônicas. <i>Finalidade:</i> Fomentar pesquisas interdisciplinares e interculturais que incorporem o conhecimento tradicional associado aos recursos biológicos para geração de conhecimento, produtos e processos.	
20LT	Identificação de Áreas Críticas e Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Aquática
<i>Descrição:</i> Elaboração de estudos e definição de critérios designar áreas aptas aos aproveitamentos hidrelétricos a partir das áreas críticas para a manutenção da biodiversidade aquática; Estabelecimento de diretrizes e gerar informações para que todos os projetos do plano de governo para aproveitamentos hidrelétricos do PAC 2 sejam aprovados considerando as necessidades de conservação da biodiversidade aquática e os múltiplos usos. Internalização, em normas, das diretrizes e recomendações internacionais para a conservação da biodiversidade aquática; Indicação de sítios de zonas úmidas de importância internacional designados pelo Brasil na Lista Ramsar e planejamento de políticas públicas e integradas às diretrizes e programas da Convenção sobre a Diversidade Biológica e Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional – Convenção de Ramsar; Elaboração da Estratégia nacional de conservação e uso sustentável da biodiversidade dos ambientes aquáticos; Implementação de iniciativas para o aprimoramento de mecanismos e instrumentos políticos, regulatórios e financeiros, e de capacitação; e desenvolvimento de atividades de disseminação de informações, educação ambiental, monitoramento e manejo adaptativo. <i>Finalidade:</i> Ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade aquática por meio de estudos que identifiquem e classifiquem os ecossistemas e áreas vulneráveis, críticas, prioritárias, e ecorregiões aquáticas como instrumentos de planejamento para a conservação da biodiversidade aquática junto às políticas voltadas aos aproveitamentos dos potenciais hidrelétricos e para a indicação de novos sítios de zonas úmidas de importância internacional a serem designados pelo Brasil na Lista de Ramsar.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20LU	Elaboração e Implementação de Planos de Recuperação para Espécies Aquáticas Ameaçadas e Vulneráveis
<i>Descrição:</i> Elaboração e implementação, sob coordenação do MMA, de atividades e planos voltados à Recuperação das espécies constantes da lista nacional de invertebrados aquáticos e peixes ameaçados de extinção e sobreexplotados ou ameaçados de sobreexplotação, e da fauna aquática ameaçada, com a participação dos órgãos estaduais, da comunidade científica e da sociedade civil organizada, visando à conservação e à preservação das espécies. As atividades de gestão serão elaboradas tendo como unidade de planejamento as espécies - pela importância econômica e social; ecossistemas - pela heterogeneidade de habitats e interação entre ecossistemas marinhos; ou bacias hidrográficas - pelo alinhamento com as políticas de gestão de recursos hídricos. A elaboração dos planos inclui a realização de diagnósticos e estudos específicos, avaliações e proposições de medidas e estratégias, considerando as esferas socioambiental e econômica. O conjunto dos planos e sua implementação incluirão o aporte e sistematização de iniciativas, projetos e estratégias de conservação da biodiversidade aquática já existente e/ou planejada. Como resultados dos Planos de Recuperação serão desenvolvidas melhores práticas de gestão, incluindo áreas de manejo de pesca e gestão ecossistêmica, regulamentações para o uso e conservação desses recursos, proposição a aplicação de instrumentos econômicos e socioambientais, aperfeiçoamento de procedimentos de comando e controle, capacitação e educação ambiental e monitoramento dos impactos dos Planos. <i>Finalidade:</i> Elaborar e implementar, de forma participativa, envolvendo Governo e sociedade, atividades voltadas para a conservação e uso sustentável de espécies aquáticas vulneráveis e ameaçadas.	
20LV	Caracterização Nutricional das Plantas Alimentícias e Inclusão dessas Espécies em Programas Institucionais do Governo Federal Voltados à Segurança Alimentar e Nutricional
<i>Descrição:</i> Realizar a caracterização nutricional, incluindo análise de macro e micro nutrientes, de plantas nativas alimentícias priorizadas na iniciativa "Plantas para o Futuro" e no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Selecionar as espécies com ênfase nas propriedades nutricionais efetuando a inclusão das espécies nativas de maior valor nutricional nos programas institucionais do governo federal no âmbito do Projeto "Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano", a ser financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF. <i>Finalidade:</i> Promover a caracterização nutricional de plantas nativas alimentícias priorizadas na iniciativa "Plantas para o Futuro" e no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade para inclusão das espécies nativas com maior valor nutritivo nos programas institucionais do governo federal voltados à segurança alimentar e nutricional.	
20LW	Identificação, Caracterização e Avaliação de Populações de Variedades Crioulas e de Parentes Silvestres das Principais Espécies de Plantas Domesticadas de Reconhecido Valor para a Sociedade
<i>Descrição:</i> Realização de levantamento da distribuição geográfica das espécies alvo, com prioridade para variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas domesticadas presentes nas Unidades de Conservação Federais (UCs), com vistas à caracterização das populações e implantação de Reservas Genéticas dentro dessas Unidades, como forma de integrar as estratégias de conservação da biodiversidade em UCs com a de conservação in situ de recursos genéticos. Evidenciar o valor científico do patrimônio genético presente nas Unidades de Conservação, através da definição das espécies prioritárias e as áreas de maior variabilidade genética para a execução, em cada UC, do levantamento das populações respectivas e posterior implantação das reservas genéticas. Realização dos mapeamentos necessários para a orientação da presença de populações suficientemente grandes para a criação das Reservas Genéticas, voltadas à conservação da variabilidade genética existente para cada espécie alvo em cada uma das UCs <i>Finalidade:</i> Promover o mapeamento da distribuição geográfica das variedades crioulas e dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas existentes nas Unidades de Conservação federais, com vistas à integrar a conservação da biodiversidade com a de recursos genéticos, por meio da implantação de Reservas Genéticas, com ênfase para as espécies de interesse econômico, particularmente àquelas para as quais não se dispõem de estratégias seguras para a conservação ex situ. Ademais visa garantir a perpetuidade das Reservas Genéticas; a garantia da conservação in situ dos recursos genéticos a longo prazo; facilitar a percepção da sociedade sobre a importância da manutenção de grandes áreas para a conservação da biodiversidade, além de contribuir para a maximização de recursos.	
20LX	Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
<i>Descrição:</i> Apoio às iniciativas de criação, planejamento, gestão e implantação de Unidades de Conservação; desenvolvimento, organização e manutenção de sistemas de informação sobre unidades de conservação; formulação de estudos, desenvolvimento de ferramentas e construção de políticas públicas para o pleno funcionamento do SNUC; articulação com órgãos gestores de unidades de conservação (federal, estaduais e municipais) para a integração do Sistema; capacitação de gestores e divulgação dos benefícios ambientais, sociais e econômicos provenientes da implantação de unidades de conservação. <i>Finalidade:</i> Fomentar projetos e ações de criação, planejamento e gestão de unidades de conservação e estruturar ferramentas e políticas para efetiva implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	
20MJ	Fiscalização do Acesso ao Patrimônio Genético, ao Conhecimento Tradicional Associado e Combate à Biopirataria
<i>Descrição:</i> Fiscalização do acesso ilegal ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado e combate à Biopirataria, por intermédio de ações concebidas e realizadas pelos agentes do IBAMA. Dissuasão dos potenciais infratores das normas do sistema de acesso ao PG e CTA, das normas de remessa de componentes da biodiversidade ao exterior, e do sistema nacional de patenteamento e registro de produtos e processos oriundos da biodiversidade. Sensibilização das instituições de apoio e fomento à pesquisa em biotecnologia para a permanente observância das regras de acesso ao PG e CTA. Suporte a medidas de Estado voltadas à garantia da soberania nacional em respeito à Convenção da Diversidade Biológica - CDB. <i>Finalidade:</i> Coibir o Acesso Ilegal ao Patrimônio Genético, ao Conhecimento Tradicional Associado e a Biopirataria.	
20MP	Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira, com Ênfase nas Espécies Ameaçadas de Extinção
<i>Descrição:</i> Avaliação do risco de extinção e o status de conservação da flora; elaboração e monitoramento de planos de ação para conservação das espécies ameaçadas. <i>Finalidade:</i> Produzir subsídios para mitigar a perda da biodiversidade vegetal.	
20MQ	Manutenção, Ampliação e Proteção das Coleções de Referência do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Coletar, preparar e montar amostras oriundas da natureza para inclusão nas coleções nacionais de referência; registrar em banco de dados informatizado atributos da amostra; manter intercâmbio científico com outras instituições congêneres; dinamizar e ordenar o acervo; disponibilizar informações e no caso do herbário imagens das amostras para consulta na internet; participar de redes de coleções científicas nacionais e internacionais. <i>Finalidade:</i> Garantir a integridade, a expansão e o acesso às coleções biológicas de referência da biodiversidade vegetal brasileira.	
20MR	Divulgação de Informação Qualificada sobre a Biodiversidade Vegetal
<i>Descrição:</i> Produção e publicação de periódicos científicos, livros e informação qualificada de acesso público na Internet. <i>Finalidade:</i> Atender à demanda de informação qualificada sobre a biodiversidade vegetal para tomada de decisão e formulação de políticas públicas voltadas à conservação.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20MS	Atendimento ao Visitante do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
<i>Descrição:</i> Aprimoramento das condições de atendimento direto ao público com a modernização das placas de sinalização e dos mapas de localização, a promoção de exposições, publicação de folhetos informativos, criação de novas trilhas interpretativas e incremento das visitas guiadas. <i>Finalidade:</i> Garantir a qualidade do atendimento ao público e ampliar o número de visitantes.	
20MT	Apoio à Estruturação e Desenvolvimento de Jardins Botânicos, nos Âmbitos Federal, Estadual e Municipal
<i>Descrição:</i> Realizar apoio técnico-científico através de diagnóstico e levantamento de necessidades junto aos jardins botânicos brasileiros, definição dos mecanismos, critérios e prioridades para implementar o programa de apoio a Jardins Botânicos do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro de acordo com as diretrizes da política do MMA para a conservação da biodiversidade, especialmente com utilização de estratégia ex situ em consonância com Estratégia global para conservação das plantas. <i>Finalidade:</i> Desenvolver, em articulação com a Secretaria de Biodiversidade do MMA, a elaboração e implementação do programa de apoio a Jardins Botânicos do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro que venha a garantir a estruturação e o desenvolvimento dos jardins botânicos brasileiros.	
20MU	Fiscalização Ambiental em Unidades de Conservação Federais
<i>Descrição:</i> Fiscalização, controle e combate a ilícitos ambientais em Unidades de Conservação Federais. <i>Finalidade:</i> Coibir a prática de ilícitos ambientais em Unidades de Conservação Federais.	
20MV	Identificação de Famílias em Unidades de Conservação Federais e Promoção do Direito de Uso das Comunidades Tradicionais Beneficiárias a seus Territórios
<i>Descrição:</i> Execução das atividades de gestão e de articulação institucional e comunitária necessárias à promoção do desenvolvimento socioambiental dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação Federais, relativas: à identificação e ao cadastramento das famílias moradoras, beneficiárias, usuárias e ocupantes dessas Unidades de Conservação; à regularização da posse e do uso dos territórios tradicionais das famílias beneficiárias dessas Unidades, por meio da cessão do direito real de uso às suas organizações representativas; e à organização das demandas e potencialização das oportunidades para melhoria do acesso desses grupos sociais às políticas públicas promovidas pelos outros órgãos de governo. <i>Finalidade:</i> Identificar e cadastrar as famílias moradoras, beneficiárias, usuárias e ocupantes das Unidades de Conservação Federais; conceder o direito de uso dos territórios tradicionais às famílias extrativistas beneficiárias dessas Unidades e apoiar seu acesso as políticas públicas.	
20MW	Fomento e Execução de Pesquisa Direcionada à Conservação da Biodiversidade e à Gestão de Unidades de Conservação
<i>Descrição:</i> Fomento e apoio a projetos de pesquisa e monitoramento aplicados à conservação de espécies e à gestão de unidades de conservação; autorização de projetos de pesquisa em unidades de conservação Federais; sistematização e divulgação dos resultados dos projetos. <i>Finalidade:</i> Gerar e difundir o conhecimento científico aplicado ao manejo, uso e proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, conservação de espécies e a gestão de unidades de conservação. Fornecer subsídios científicos para aprimorar o manejo da biodiversidade. Fundamentar o manejo e gestão no conhecimento científico, ampliando a eficácia das ações de proteção de espécies e ecossistemas. Induzir a realização de projetos voltados para a realização de pesquisas, diagnósticos, geração e disseminação do conhecimento sobre a gestão de unidades de conservação, o monitoramento, o manejo e a conservação da biodiversidade. Promover o ordenamento das atividades e a sistematização de dados sobre coleta de material biológico e pesquisas em unidades de conservação.	
20N1	Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade
<i>Descrição:</i> Fomento a projetos que visem: 1) a conservação e o manejo sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais em todos os biomas brasileiros; 2) a implementação de alternativas de produção sustentável; 3) a elaboração e implementação de planos de manejo de Unidades de Conservação; 4) o fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação; 5) a conservação e preservação da fauna e flora ameaçadas de extinção; 6) a conservação e o manejo dos recursos pesqueiros; 7) apoio ao manejo da agro- e sociobiodiversidade; 8) prevenção a incêndios em vegetação nativa; 9) o combate à desertificação; 10) o combate ao desmatamento. <i>Finalidade:</i> Fomentar projetos e ações que promovam a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.	
20TK	Cadastramento, Operacionalização e Monitoramento da Transferência de Renda no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Plano Brasil sem Miséria
<i>Descrição:</i> Disponibilização de recursos para o custeio da operacionalização do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, permitindo a manutenção das atividades desenvolvidas por seu agente operador e a manutenção de cadastro mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, bem como o custeio de atividades voltadas para: o fortalecimento e qualificação da Rede Pública de Fiscalização; o desenvolvimento, aprimoramento e integração de sistemas de informação da fiscalização; a integração de ações de fiscalização e de auditorias de bases do Cadastro de Beneficiários e de benefícios; o aprimoramento da legislação para ressarcimento de benefícios pagos indevidamente; o desenvolvimento de metodologia pró-ativa de identificação de indícios que apontem para a ocorrência de irregularidades na gestão; o aprimoramento contínuo de metodologias de apuração de denúncias e auditoria e controle sobre a operação do Programa. <i>Finalidade:</i> Custear despesas com o cadastramento, a operacionalização, o monitoramento, a fiscalização da transferência de renda no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e a remuneração do seu agente operador.	
2566	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas e Outras Áreas Protegidas
<i>Descrição:</i> Estudos, diagnósticos e sistematização do conhecimento tradicional do meio ambiente de povos indígenas e comunidades tradicionais; capacitação de povos indígenas e comunidades tradicionais para manejo e conservação dos recursos naturais existentes em seus territórios; apoio técnico e financeiro para as comunidades indígenas em atividades/projetos ambientais de recuperação e conservação da biodiversidade; implementação de ações para resolver e evitar conflitos advindos de sobreposição entre unidades de conservação e terras indígenas e territórios quilombolas; articulação para estabelecimento de acordos para gestão integrada da biodiversidade e da paisagem entre o SNUC e outras áreas protegidas; reconhecimento do papel de outras áreas protegidas para a manutenção e uso sustentável da biodiversidade <i>Finalidade:</i> Promover, resgatar, valorizar, disseminar e preservar o conhecimento tradicional sobre o meio ambiente dos povos indígenas e comunidades tradicionais, reconhecendo o papel que outras áreas podem ter para a manutenção e uso sustentável da biodiversidade e integrando-as ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2933	Avaliação dos Estoques Pesqueiros
<i>Descrição:</i> Realização de estudos para subsidiar a avaliação dos estoques, por meio de modelos matemáticos e por metodologia que permita definir a biomassa disponível no ambiente aquático nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, visando estimar o potencial dos estoques pesqueiros pelágicos e demersais, bem como possíveis impactos aos recursos pesqueiros advindos das atividades de pesca. <i>Finalidade:</i> Avaliar de forma sistemática a situação dos estoques pesqueiros, bem como da bioecologia e socioeconomia relacionadas com os seus usos.	
2934	Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção e Migratórias
<i>Descrição:</i> Avaliação periódica do estado de conservação das espécies brasileiras de fauna; revisão/atualização da lista das espécies da fauna ameaçadas de extinção, incluindo os peixes e invertebrados aquáticos; publicação do Livro Vermelho e das fichas técnicas sobre as espécies brasileiras; elaboração de planos de ação para a conservação de espécies ameaçadas de extinção e/ou migratórias, incluindo o controle de espécies invasoras; elaboração, avaliação e revisão das normas e procedimentos para o acesso e manejo de espécies em risco de extinção e/ou migratórias; manutenção de base de informações sobre espécies; manutenção da base de bancos de material biológico da fauna e flora silvestre brasileira, principalmente das espécies ameaçadas de extinção. <i>Finalidade:</i> Reverter os fatores que ameaçam as espécies de extinção, inclusive as espécies migratórias, protegendo a biodiversidade brasileira.	
2946	Fiscalização Ambiental das Atividades do Setor Pesqueiro
<i>Descrição:</i> Fiscalização e controle das unidades produtivas do setor pesqueiro como embarcações, pescadores, pontos de comercialização, frigoríficos, estabelecimentos comerciais, entre outros e respectivas licenças, autorizações e registros. <i>Finalidade:</i> Coibir os ilícitos ambientais no uso dos recursos pesqueiros prevenindo o comprometimento futuro do estoque pesqueiro	
2973	Pesquisa Científica sobre a Flora Brasileira Desenvolvida no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Expedições para a coleta de dados de campo e material botânico, identificação das amostras, experimentos de campo e laboratório, descrição, análise dos resultados, geração de subsídios para a conservação. <i>Finalidade:</i> Gerar produtos científicos que sejam diretamente aplicáveis no avanço do conhecimento sobre a riqueza e a diversidade da flora brasileira e que representem elementos seguros para subsidiar as ações de conservação.	
2975	Licenciamento para Manejo de Espécies da Fauna com Potencial de Uso
<i>Descrição:</i> Elaboração e implementação de estratégias de uso de espécies silvestres; Elaboração, avaliação e revisão das normas e procedimentos para o acesso ao uso e manejo de espécies com finalidades diversas, entre elas, econômica, científica, sócio-cultural, de conservação; controle do uso das espécies silvestres e dos produtos e subprodutos dela derivados; Definição das espécies com maior potencial de uso; Articulação com outros setores da sociedade. <i>Finalidade:</i> Licenciar e monitorar o manejo do uso sustentável de fauna silvestre em ambientes naturais, visando o aproveitamento múltiplo dos recursos faunísticos com a repartição justa e equitativa de benefícios; Licenciar e monitorar através de sistemas informatizados o uso sustentável de fauna silvestre nativa e exótica em cativeiro; Licenciar empreendimentos que utilizam fauna silvestre para fins de pesquisa científica, conservação ou didática; Proporcionar o acesso a alternativas de renda ecologicamente corretas para as populações humanas tradicionalmente utilizadoras desses recursos e para a iniciativa privada, além de evitar o comércio clandestino da fauna silvestre.	
2976	Conservação e Uso Sustentável de Espécies Ameaçadas de Extinção
<i>Descrição:</i> Gerar, adaptar, incentivar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos, socioeconômicos e ambientais, voltados para o uso sustentável, manejo e a conservação de espécies ameaçadas de extinção. Elaboração de planos de manejo florestais sustentáveis para promover a conservação e o uso sustentável das espécies nativas, com ênfase nas espécies ameaçadas de extinção e nas de importância socioeconômica. Aprimorar o gerenciamento do comércio internacional de espécies ameaçadas. Promoção do estado do conhecimento das espécies ameaçadas de extinção e nas de importância socioeconômica em suas áreas de distribuição, visando a construção de uma estratégia regional para a conservação de suas populações. Monitoramento e controle para a proteção, conservação e uso sustentável de espécies nativas, envolvendo prioritariamente as espécies ameaçadas de extinção, bem como as espécies de potencial de uso econômico, por intermédio de mecanismos, procedimentos e normas de controle sobre seu acesso, exploração, beneficiamento e comercialização. <i>Elaborar programas de conservação das espécies arbóreas que constam nos anexos da CITES e recuperação de áreas degradadas e alteradas, por meio do plantio destas espécies visando a retirada futura das mesmas dos referidos anexos.</i> <i>Finalidade:</i> Desenvolver e adotar medidas de sustentabilidade para as espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção e as espécies de importância socioeconômica.	
2B07	Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade (Probio I e II)
<i>Descrição:</i> Fomento a projetos que visem: 1) a conservação, o monitoramento, o uso e a recuperação da biodiversidade, ou implementação de alternativas viáveis de conservação e de produção sustentável; 2) a produção e disseminação dos conhecimentos sobre os componentes da biodiversidade e seu monitoramento; 3) o apoio à produção de informações sobre as espécies ameaçadas e espécies exóticas invasoras e à elaboração e implementação de planos de ação de espécies e de planos de manejo de Unidades de Conservação; 4) o ordenamento da coleta de material biológico e das pesquisas em unidades de conservação, sistematização de dados e gestão da informação; e 5) a promoção da transversalidade do componente biodiversidade em políticas públicas setoriais. <i>Finalidade:</i> Promover a conservação de espécies brasileiras, de recursos genéticos e de ecossistemas; Induzir a realização de projetos demonstrativos, avaliações, diagnósticos e produção e disseminação do conhecimento sobre a conservação, o monitoramento, o uso e a recuperação da diversidade biológica brasileira e a implementação de alternativas de uso ou conservação de componentes da biodiversidade; Promover o ordenamento das atividades e a sistematização de dados sobre coleta de material biológico e pesquisas em unidades de conservação; Apoiar o fortalecimento das instituições envolvidas com a gestão da biodiversidade brasileira; Apoiar, por meio da geração, sistematização e disseminação da informação, a incorporação do componente "biodiversidade" na tomada de decisão e elaboração das políticas públicas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2B61	Identificação e Pesquisa de Espécies da Fauna e Flora de Importância Econômica
<i>Descrição:</i> O Ministério do Meio Ambiente iniciou, em parceria com várias instituições governamentais e não-governamentais, um processo visando a identificação e divulgação de informações sobre as espécies da flora brasileira de importância atual e potencial, de uso local e regional "as Plantas para o Futuro", agrupadas nos seguintes grupos de uso: alimentícias; fruteiras; medicinais; aromáticas; ornamentais; oleaginosas; madeireiras; apícolas; fibrosas; forrageiras; tóxicas/biocidas e ambientais. Para uma ampla disseminação em âmbito nacional dessas informações, além da publicação de portfólios das espécies priorizadas para uso em cada uma das regiões geopolíticas do País, serão desenvolvidas ações para ampliar as informações disponíveis sobre cada uma das espécies selecionadas, incluindo estudos relacionados ao valor nutricional (espécies alimentícias), entre outras e domesticação; disseminação de informações relativas às variedades crioulas e aos parentes silvestres de plantas cultivadas decorrentes do mapeamento realizado para algumas culturas - algodão, amendoim, arroz, cucurbita, mandioca, milho e pupunha. Os resultados dessa atividade deverão também subsidiar as decisões tomadas no âmbito da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, particularmente em relação à liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, para os quais existam parentes silvestres no País. As informações resultantes desse estudo deverão trazer, portanto, grandes contribuições ao zoneamento das áreas de exclusão de transgênicos. Por meio desta ação será efetuado, ainda, um diagnóstico das instituições envolvidas na conservação de recursos genéticos, mantidos na condição in situ, ex situ e on farm e a recuperação de habitat e repovoamento de espécies de fauna e flora (i.e. insetos polinizadores, peixes), recuperação de habitats de manguezais danificados em áreas costeiras que prejudicam a reprodução de espécies endêmicas, inclusive de interesse econômico. <i>Finalidade:</i> Promover a identificação, conservação e utilização das espécies de plantas de valor econômico atual e potencial, de uso local e regional "Plantas para o Futuro", incluindo a disseminação das informações relativas ao diagnóstico realizado nas cinco regiões geopolíticas do País, realização do levantamento das espécies alimentícias, nativas e exóticas, utilizadas no País e a identificação e conservação da fauna endêmica polinizadora.	
2C99	Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos - REVIMAR
<i>Descrição:</i> Monitoramento das pescarias e avaliação através de dados de captura e esforço, além da obtenção e disponibilização de dados oceanográficos e biológicos, a fim de proporcionar a geração contínua de informações essenciais para definição/implementação de políticas públicas, que possam garantir a conservação e a utilização sustentável e divulgação das informações necessárias para o processo de co-gestão das pescarias nacionais, minimização dos danos causados pela atividade de exploração de petróleo e gás. <i>Finalidade:</i> Gerar informações contínuas mediante o monitoramento das pescarias sobre os principais estoques pesqueiros das diferentes regiões da costa brasileira, com vistas à definição/implementação de políticas públicas que venham garantir a conservação e a utilização sustentável das espécies capturadas nas áreas marítimas sob jurisdição nacional.	
4157	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento sobre a Composição e a Dinâmica dos Ecossistemas Brasileiros
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de estudos e levantamentos sistemáticos da flora e da fauna existentes nos ecossistemas Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e Trópico Úmido. <i>Finalidade:</i> Desenvolvimento de estudos e levantamentos sistemáticos da flora e da fauna existentes nos biomas brasileiros.	
4951	Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal
<i>Descrição:</i> O Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) estrutura-se estrategicamente em uma rede de pesquisa compostas por grupos de pesquisa das instituições comprometidas com a pesquisa do bioma pantaneiro. Inicialmente, a rede contempla três áreas temáticas de pesquisas focadas na sustentabilidade de atividades econômicas em ecossistemas pantaneiros: a pecuária, a pesca e alternativas econômicas baseadas nas propriedades das plantas medicinais. Envolve ainda a realização de cursos de capacitação para pesquisadores e estudantes, excursões para coletas de campo e trabalhos de laboratório e popularização do conhecimento para o público-alvo por meio de palestras, cartilhas, seminários e outros. As pesquisas realizadas pelo CPP e que envolverem aspectos da biodiversidade, estarão em consonância com a Política Nacional de Biodiversidade, devendo também considerar o disposto na Convenção da Biodiversidade, especificamente no que tange ao conhecimento tradicional associado e à repartição justa e equitativa dos benefícios adquiridos. <i>Finalidade:</i> Consolidar redes horizontais não-competitivas, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino da região do Pantanal.	
4969	Controle, Monitoramento, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres
<i>Descrição:</i> Apoio à manutenção de Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) para controle e manutenção apropriada dos animais apreendidos ou entregues pela população. Elaboração e definição de estratégias para destinação apropriada de espécies silvestres retiradas de seu habitat; viabilização da destinação de animais oriundos de empreendimentos com supressão de vegetação ou acidentes ambientais, como os decorrentes de atividades do petróleo, industriais e agropecuários; Liberação de animais aptos a serem integrados em projetos de conservação da espécie, servir de matrizes ou reprodutores, em criadores e zoológicos; fornecimento de animais a centros de pesquisas; <i>Elaboração, avaliação e revisão de normas sobre os procedimentos para destinação e manejo de espécies apreendidas. Articulação com setores da sociedade envolvidos na gestão, manutenção e destinação de animais.</i> <i>Finalidade:</i> Dar condições para reintrodução de animais apreendidos em ações fiscalizatórias ou resgatados de áreas de empreendimentos com supressão de vegetação, favorecendo o seu bem estar, a sua manutenção em cativeiro de forma adequada a sua reintegração aos ambientes originais tendo como diretriz básica a conservação e a manutenção da integridade das populações nativas.	
4976	Promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Acesso e Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado
<i>Descrição:</i> Atuação de processos administrativos para anuência aos contratos de repartição de benefícios, elaboração de planos de trabalho, elaboração de agendas comuns com os órgãos encarregados da administração dos fundos, supervisão do repasse de recursos aos Fundos Públicos, acompanhamento da aplicação dos recursos depositados nos Fundos Públicos, acompanhamento e orientação das instituições utilizadoras de componentes dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, realização de cursos para agentes de fiscalização e de oficinas para comunidades indígenas e locais. <i>Finalidade:</i> Buscar repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado no Brasil.	
6007	Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras
<i>Descrição:</i> Implementação de ações de monitoramento, contenção de expansão de populações em território nacional, controle e erradicação de populações estabelecidas da fauna e da flora exótica, desenvolvimento de estudos de sua ecologia, definição de métodos de controle e de procedimentos e normas de controle de introdução e manejo que evitem e minimizem seus impactos sobre os ambientes naturais, sobre as espécies autóctones em especial sobre as ameaçadas de extinção. Diagnóstico e plano de manejo de espécies problemáticas, articulação com outros setores da sociedade, elaboração, avaliação e revisão das normas sobre os procedimentos para a destinação, manejo e controle de espécies sinantrópicas. <i>Finalidade:</i> Controlar populações de animais e vegetais silvestres, nativos ou exóticos e de espécies da fauna doméstica em estado asselvajado, no meio natural ou alterado, que estejam em situação de descontrole ou em desequilíbrio populacional, assim como orientar o manejo e o controle de fauna sinantrópica (animais que se beneficiam das modificações ambientais efetuadas pelo homem). Promover o monitoramento das espécies vegetais e animais invasores, evitando a sua proliferação, minimizando, dessa forma, o impacto sobre os ambientes naturais e as espécies da flora e fauna nativas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6040	Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
<i>Descrição:</i> Capacitação de agentes governamentais e não governamentais em gestão socioambiental de territórios de povos e comunidades tradicionais; Apoio à elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais; Manutenção da Secretaria Executiva da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT; Mapeamento das organizações de Povos e Comunidades Tradicionais; Articulação, construção e capacitação de Redes dos Povos e Comunidades Tradicionais; Articulação para implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPT. <i>Finalidade:</i> Apoiar povos e comunidades tradicionais e suas organizações na gestão territorial e ambiental de seus territórios, no fortalecimento institucional e em sua inclusão nas políticas públicas.	
6061	Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e Mata Atlântica
<i>Descrição:</i> A ação Projetos Demonstrativos vem sendo implementada no âmbito do Programa Amazônia Sustentável. Essa ação está também inserida no Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil como subprograma e conta com recursos da cooperação financeira alemã até 2010. Desde 2004, na sua terceira fase envolve três componentes: 1. Consolidação de experiências bem sucedidas; 2. Alternativas ao Desmatamento e Queimadas (PADEQ) e 3. Ações para Conservação da Mata Atlântica. A ação apóia projetos apresentados por organizações comunitárias e da sociedade civil. A ênfase dos componentes Consolidação e PADEQ está voltada para a incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de produção, tanto pela sua diversificação e implantação de Sistemas Agroflorestais, quanto pela integração da Reserva Legal e pela preservação das APPs. Na Mata Atlântica os projetos estão voltados principalmente para consolidação das Unidades de Conservação e para os produtores familiares do seu entorno. <i>Finalidade:</i> Apoiar projetos demonstrativos com participação das comunidades visando gerar conhecimentos, desenvolver processos de gestão, formas de manejo dos recursos naturais e práticas produtivas inovadoras, voltadas para influenciar políticas públicas destinadas à produção familiar rural. A centralidade dos projetos está na promoção da sustentabilidade da produção baseada na agrobiodiversidade incorporando o fator ambiental no processo de decisão do produtor. Um fator importante é o fortalecimento das organizações comunitárias como base dessas iniciativas.	
6255	Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA
<i>Descrição:</i> Esta ação propõe intensificar as atividades da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia - GEOMA e apoiar sua expansão para outros biomas. A integração dos grupos de trabalho para a formação da rede é sustentada pelo modelo de gestão adotado, por atividades comuns como a incorporação de conceitos de sustentabilidade e técnicas de modelagem aos projetos, pela integração de cientistas das áreas de ciências sociais e naturais para a busca de ferramentas de tomada de decisão e previsão de cenários, além da formação e treinamento de recursos humanos. Esta Rede está estruturada em 6 grupos temáticos: modelagem de mudanças de uso e cobertura da terra e da dinâmica populacional e ocupação humana, modelagem de ecossistemas inundáveis, modelagem de biodiversidade, modelos integrados, simuladores ambientais e bancos de dados geográficos, física ambiental e modelagem climática. A elaboração e adoção de modelos quantitativos de desenvolvimento subsidia o país na adoção dos conceitos de sustentabilidade em suas políticas públicas. A Rede Geoma é a primeira rede que integra 6 unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia) focadas na Amazônia, sendo três sediadas na Região Norte (INPA, MPEG, Mamirauá) e três na Sudeste (INPE, IMPA e LNCC). <i>Finalidade:</i> Aprimorar métodos para uso da tecnologia de geoprocessamento em aplicações ligadas a instrumentos de gestão ambiental, visando a sua transferência para outras instituições interessadas.	
6309	Fiscalização de Fauna Silvestre
<i>Descrição:</i> Fiscalização do tráfico nacional e internacional da fauna silvestre – espécimes vivos, mortos e seus produtos e subprodutos; colibindo a captura, a caça, o comércio e a manutenção de animais silvestres, bem como a importação e exportação de fauna silvestre por meio de ações ostensivas em campo e em criadouros autorizados. Fiscalizar ações que envolvam maus tratos a animais. <i>Finalidade:</i> Coibir o tráfico nacional e internacional de fauna silvestre nativa e exótica, bem como seu uso irregular.	
6381	Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais
<i>Descrição:</i> Levantamento fundiário; vistoria e avaliação de imóveis rurais; pagamento das indenizações de propriedades ou posses inseridas em unidades de conservação de domínio público; realizar atividade voltadas para obtenção da Concessão de Direito Real de Uso das Terras das públicas federais e, demarcação e sinalização do perímetro de unidades de conservação. <i>Finalidade:</i> Efetivar a consolidação do território das Unidades de Conservação Federais, mediante a regularização da situação fundiária das Unidades de Conservação federais de domínio público e da demarcação e sinalização do perímetro desses espaços legalmente protegidos.	
6717	Desenvolvimento de Estudos Estratégicos para os Biomas Brasileiros
<i>Descrição:</i> A ação buscará dar apoio direto a novos projetos considerados estratégicos para o governo, em seus diferentes níveis, e à sociedade. Será apoiada a estruturação de redes temáticas, para conservação de bens e serviços dos biomas brasileiros, com parceiros governamentais e não-governamentais, podendo ocorrer em níveis federal, estadual e municipal, com entidades do terceiro setor e empresas privadas. Os resultados dessa ação já induziram ações para o Bioma Pantanal e para o Bioma Cerrado. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos estratégicos para o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros mediante a consolidação de redes horizontais não competitivas, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino dos diferentes biomas brasileiros, otimizando a geração e difusão de novos conhecimentos e tecnologias e a formação de recursos humanos.	
6739	Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade
<i>Descrição:</i> Definição de projetos e ações de desenvolvimento científico de cooperação e transferência de tecnologias, incluindo a implantação de rede em capacitação profissional em biodiversidade e serviços ecossistêmicos, visando à conservação, ao uso sustentável e à repartição de benefícios da biodiversidade e à valorização e valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas, decorrentes de compromissos assumidos pelo País na implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e seus protocolos específicos da área de Ciência e Tecnologia, por meio da realização de estudos, seminários e reuniões técnicas com especialistas e pesquisadores voltados ao planejamento de ações e ampliação de parcerias para a elaboração e implementação de projetos e articulações em sistema integrado de iniciativas e órgãos competentes - inclusive para a captação de recursos internacionais de doação do Global Environment Facility (GEF), que é o fundo de apoio à implementação da CDB; apoio à implantação da sede do Programa de Capacitação Profissional da Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos/IPBES das Nações Unidas; e apoio à participação de especialistas em reuniões e fóruns internacionais e a apoio a realização de atividades decorrentes de acordos de cooperação internacional em Biodiversidade. <i>Finalidade:</i> Subsidiar a implementação de ações de Ciência e Tecnologia demandadas pela Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, relacionadas, principalmente, com a implementação de dois programas de trabalho transversais da Convenção que são afetos à Política Nacional de Ciência e Tecnologia: o Programa da Iniciativa Global em Taxonomia e o Programa de Cooperação e Transferência de Tecnologia.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8278	Desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrado e Participativo para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros
<i>Descrição:</i> Diagnósticos e estudos que abordem questões ambientais, políticas e sócio-econômicas, como também os impactos das cadeias produtivas e obras de infraestrutura; desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento socioambiental integrado, que deve abordar a saúde dos distintos ecossistemas de cada bioma, utilizando uma base de dados georreferenciada a ser desenvolvida; aferição do sistema de monitoramento integrado, com construção e implementação de banco de dados e portal de disseminação de informações de monitoramento sobre remanescentes florestais, degradação ambiental e uso das terras ou da saúde dos ecossistemas - para aqueles que não apresentam cobertura vegetal, como os corais; articulação e integração das ações entre os distintos níveis de governo, ONG, setor privado, academia, agências implementadoras e demais atores, aproveitando, inclusive, essas atividades para estimular a replicação de experiências exitosas de conservação e de práticas sustentáveis; desenvolvimento, proposição, apoio à implantação e acompanhamento de planos de ações ou estratégicos e políticas de preservação, conservação, recuperação e uso sustentável destes biomas em nível nacional. Os instrumentos desenvolvidos devem contemplar a integração com outros setores, considerando as suas distintas políticas; apoiar a criação e implantação de redes de áreas protegidas em cada bioma, que abordem questões ambientais, políticas, econômicas e sociais; elaboração de documentos técnicos e normativos e organização de eventos com o objetivo de contribuir para a articulação de políticas públicas voltadas à conservação, preservação, recuperação e uso sustentável dos Biomas; desenvolvimento de planos nacionais específicos para conservação e gestão participativa e sustentável dos diversos ecossistemas de cada bioma. <i>Finalidade:</i> Desenvolver instrumentos para compor um sistema de gestão participativa e sustentável no âmbito dos biomas que visem orientar as práticas de conservação e uso dos mesmos. Esses instrumentos farão parte do sistema de gestão, gerando informações substantivas sobre os biomas e articulando os diversos segmentos de governo e sociedade, de forma a orientar ações específicas relacionadas as suas realidades socioambientais.	
8354	Desenvolvimento de Projetos-Piloto de Conservação de Manguezais
<i>Descrição:</i> Implementação de um sub-sistema de unidades de conservação de manguezais, por meio do aprimoramento de mecanismos e instrumentos políticos, regulatórios e financeiros, e de capacitação; desenvolvimento de modelos replicáveis de manejo de recursos pesqueiros em unidades de conservação de uso sustentável que contenham manguezais; incremento da conservação dos manguezais por meio de pilotos de integração da gestão de unidades de conservação e o planejamento territorial (gestão de bacias hidrográficas e ZEE); e desenvolvimento atividades de disseminação de informações, educação ambiental, monitoramento e manejo adaptativo. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento de mecanismos voltados para a conservação e recuperação dos manguezais, propiciando a sustentabilidade dos recursos pesqueiros existentes nesse ecossistema e a manutenção do seu papel enquanto berçário de espécies de importância econômica para as pescarias nacionais, contribuindo para a segurança alimentar e para a qualidade de vida das comunidades que dependem desses recursos.	
8406	Desenvolvimento de Ações de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados
<i>Descrição:</i> Análise e elaboração de documentos pertinentes para as negociações internacionais no âmbito do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - PCB; auxílio na implementação do PCB no país; articulação com outros órgãos governamentais visando monitorar os possíveis efeitos ambientais decorrentes do uso de OGM e derivados; organização, realização e apoio a capacitação no país, voltadas para profissionais de órgãos públicos e de instituições envolvidas com biossegurança de OGM; contribuir com a proposta de Política Nacional de Biossegurança para Organismos Geneticamente Modificados, em particular contemplando as questões ambientais. <i>Finalidade:</i> Apoiar iniciativas relacionadas a avaliação de riscos ambientais, elaborar e disseminar documentos e informações relacionadas aos OGM e qualificar profissionais de órgãos governamentais com atribuições de registro e fiscalização e de instituições, bem como de agricultores familiares e outros interessados em relação aos impactos ambientais decorrentes do uso de Organismos Geneticamente Modificados - OGMs.	
8408	Implementação e Fortalecimento da Política Nacional da Biodiversidade
<i>Descrição:</i> Promoção e apoio em capacitação sobre temas específicos relacionados à biodiversidade, nos setores governamental, não governamental, acadêmico, setor privado, povos e comunidades tradicionais; elaboração de diagnósticos e estudos sobre temas específicos ligados à biodiversidade, contemplando as diretrizes do PANBio; fortalecimento do PortalBio; apoio à participação de técnicos em fóruns nacionais e internacionais; promoção e implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica, por meio do PANBio, mediante deliberação da CONABio; fortalecimento institucional e sensibilização pública. <i>Finalidade:</i> Fortalecer mecanismo de disseminação e incentivo à transferência de tecnologias em gestão da biodiversidade, repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados; apoiar ações para estabelecer e aprimorar sistema de informações sobre biodiversidade; apoiar ações visando o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias em temas selecionados e em áreas definidas como prioritárias para a gestão da biodiversidade; estabelecer mecanismos facilitadores do processo de intercâmbio e geração de conhecimento biotecnológico com seus potenciais usuários; estabelecer iniciativa nacional para disseminar o uso de tecnologias de domínio público úteis à gestão da biodiversidade; fortalecer a estruturação do PortalBio.	
8450	Fomento às Práticas de Conservação, Uso e Manejo da Agrobiodiversidade, Valorização e Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade Desenvolvidas por Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais
<i>Descrição:</i> Geração e disseminação de conhecimentos e práticas sobre o uso e manejo da agrobiodiversidade entre técnicos, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, apoiando inovações tecnológicas e de práticas produtivas baseadas em princípios da agroecologia e fortalecendo a construção de redes de entidades, a organização social e produtiva, a composição de bancos de informações e a estruturação e o fortalecimento de mercados sustentáveis. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento de processos produtivos sustentáveis, através do uso e do manejo da agrobiodiversidade desenvolvidos por agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e processos de agregação de valor e promoção comercial das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.	
8460	Apoio à Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado
<i>Descrição:</i> Estruturação e implementação de uma rede de pesquisa multiinstitucional e multidisciplinar em ciência, tecnologia e inovação, promovendo a interação entre as competências existentes nas instituições dos Estados em que o Cerrado tem abrangência (PI, MA, TO, MT, MS, RR, SP, GO, MG, BA e DF). A Rede atuará prioritariamente na conservação e uso sustentável da biodiversidade, gestão do uso dos solos e dos recursos hídricos, estudo da dinâmica das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares e na sustentabilidade da agricultura, pecuária e silvicultura. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento e a sistematização do conhecimento e de tecnologias apropriadas para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais do Bioma Cerrado.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8492	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
<i>Descrição:</i> Apoio técnico e financeiro a iniciativas de criação, gestão e implantação de Unidades de Conservação federais, incluindo a realização de levantamentos de campo e estudos, realização de consultas públicas, elaboração de instrumentos de planejamento, capacitação, promoção da visitação pública, educação ambiental e pesquisa científica, elaboração e publicação de material didático e técnico; realização e apoio a reuniões, oficinas e outros eventos; articulação institucional com os diferentes projetos, programas e ações do governo e da sociedade; aquisição de material permanente e material de consumo, aquisição e manutenção de veículos, realização de obras; aquisição de mapas, imagens de satélite e serviços de geoprocessamento. Serão apoiadas também iniciativas visando o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis no interior e no entorno de unidades de conservação federais, incentivando a geração de emprego e renda, bem como a implementação de atividades de prevenção e recuperação de danos causados pela indústria do petróleo. <i>Finalidade:</i> Apoiar iniciativas de criação, gestão e implementação das unidades de conservação federais, assim como o apoio a ações de conservação e uso sustentável do entorno dessas UCs, associado à geração de emprego e renda para as populações locais.	
8908	Autorização para Manejo de Fauna em Vida Livre
<i>Descrição:</i> Implementação e aprimoramento de sistemas de informação sobre a fauna; elaboração de protocolos, guias e manuais com embasamento técnico e científico para fiscalização, controle, monitoramento, identificação e manejo da fauna; concessão de autorizações para captura, coleta e manejo; desenvolvimento e acompanhamento de projetos técnica e cientificamente embasados de uso sustentável da fauna; estabelecer medidas mitigadoras para o licenciamento ambiental baseadas em estudos técnicos e científicos; e definir estratégias para a conservação em vida livre da fauna não ameaçada de extinção. <i>Finalidade:</i> Conceder autorizações ou executar ações de manejo de fauna em vida livre referentes a estudos, uso sustentável ou controle populacional.	
8909	Manutenção, Ampliação e Proteção das Coleções Vivas no Arboreto do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Promover o intercâmbio de propágulos vegetais, busca e georeferenciamento de matrizes e coletas botânicas, visando o aporte de espécies prioritárias para enriquecimento das coleções vivas, com ênfase em espécies ameaçadas ou de importância científica. Instrumentalizar o Horto e os viveiros institucionais, capacitando-os a receber, manipular e estocar o material botânico adquirido. Desenvolver, integrar e realizar estudos e técnicas para a aplicação de defensivos e demais insumos agrícolas, manipulação do solo, ordenamento paisagístico, manejo arbóreo, levantamento e monitoramento climatológico, com vistas a manutenção e preservação das coleções vivas do Arboreto. <i>Finalidade:</i> Ampliar as coleções vivas com ênfase nas espécies ameaçadas de extinção, através de ações de intercâmbio de espécimes e coletas botânicas em áreas silvestres e proporcionar as condições técnicas necessárias para o bom manejo dos espécimes representados no arboreto.	
8920	Fortalecimento e Valorização de Iniciativas Territoriais de Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade
<i>Descrição:</i> Apoio a iniciativas de uso e manejo sustentável da agrobiodiversidade nos territórios rurais, por intermédio de: (i) apoio aos processos de formação de agentes de desenvolvimento em conhecimentos e práticas culturais de uso e conservação da agrobiodiversidade; (ii) desenvolvimento de produtos da agrobiodiversidade produzidos por agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, oriundos dos territórios rurais brasileiros; (iii) implantar mecanismos de intercâmbio de materiais e práticas de uso e conservação da agrobiodiversidade; (iv) participação em feiras e eventos de promoção comercial dos produtos da agrobiodiversidade. <i>Finalidade:</i> Promover ações de conhecimento, divulgação, valorização e fortalecimento de iniciativas territoriais de conservação e manejo sustentável da agrobiodiversidade visando a agregação de valor e a melhoria da renda, da segurança alimentar e nutricional e das condições de vida das famílias rurais.	
8963	Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (Coleções Ex Situ)
<i>Descrição:</i> Apoio a atividades destinadas à criação e ampliação das coleções representativas dos principais biomas nacionais, com bons acervos e taxonomia sólida; apoio à manutenção e ampliação destas culturas; apoio às iniciativas de informatização dos acervos existentes. <i>Finalidade:</i> Preservar o material genético identificado por meio da manutenção, ampliação e informatização de acervos biológicos (coleções ex situ).	
8964	Apoio a Redes de Inventários da Biota e Identificação Molecular
<i>Descrição:</i> Apoio a instituição de redes de inventários da biodiversidade, que deverão trabalhar com uso de protocolos padrão que harmonizam as metodologias de trabalho e definem campos de informação essenciais, necessários e desejáveis a serem preenchidos por pesquisadores. A identificação molecular de espécies ("código de barras de DNA") tem importantes aplicações nas áreas de controle de pragas agrícolas, identificação de vetores de doenças, sustentabilidade ambiental, na proteção de espécies ameaçadas de extinção e monitoramento de qualidade de água, entre outras aplicações. Pode trabalhar com fragmentos de seres vivos, assim sendo muito útil em aplicações comerciais, forenses e criminalísticas. Funciona com qualquer estágio da vida, assim sendo útil para a identificação de larvas, ovos, sementes, pólen, pescados e carne processada. Revela a biodiversidade crítica através da separação de espécies morfológicamente similares, mas genética e evolutivamente distintas. Faz com que uma gama muito mais ampla de pessoas possa trabalhar na identificação da biodiversidade, hoje com aproximadamente 2 milhões de espécies descritas de um total estimado entre 10 e 30 milhões. Um programa de identificação molecular da biodiversidade foi proposto em 2004 como um projeto dos Institutos do Milênio, mas não foi aprovado. Desde então, diversos cientistas brasileiros trabalham com esta ferramenta, mas de uma maneira independente e desarticulada. O "código de barras" da biodiversidade é de importância estratégica fundamental para o país. Os espécimes originários do sequenciamento de DNA para cada espécie passam a ser similar a um novo "Tipo" científico ("espécimes de referência") para o táxon e preferencialmente serão de acervos brasileiros. O rastreamento de produtos oriundos da biodiversidade brasileira também será possível adotando a metodologia de forma mais sistemática. Convém consolidar o programa nacional de código de barras da vida no Brasil como uma iniciativa permanente e sistematizar sua articulação em centros de excelência no País em uma rede temática no assunto. O sequenciamento está concentrado em espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e de importância econômica reconhecida e em potencial. <i>Finalidade:</i> Atualizar e manter redes de inventário, buscando utilizar e adaptar a experiência obtida pelo Estado de São Paulo, com o BIOTA-FAPESP, para outras regiões do País, e assim agilizar e otimizar a produção do conhecimento sobre a biodiversidade brasileira em nível nacional. Sistematizar o programa de identificação molecular da biodiversidade brasileira, através do "código de barras da vida", sequência de DNA de um sítio padrão mitocondrial de 650 pares de bases, para os animais, e três sítios padrão para as plantas. Utilizamos o nome de "BR-BOL" ("Brazilian Bar-code of Life") para o programa, para deixar claro que se integra ao programa internacional CBOL ("Consortium for the Bar-code of Life"), coordenado no Smithsonian, dos EUA, com similares na Austrália, no Canadá, na China, na União Européia, em Quênia, no México e outros países, conhecido como iBoL – International Barcode of Life Project. Com a consolidação do programa nacional, o Brasil passa a ser o Pólo Regional da iniciativa e o líder para toda a América do Sul, onde já há programas nacionais, além do Brasil, na Argentina e na Colômbia.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8978	Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade
<i>Descrição:</i> A ação visa estruturar redes de pesquisa que venham sistematizar o conhecimento sobre componentes da biodiversidade, caracterizá-los e manejá-los de forma a permitir seu uso sustentável, desenvolver conhecimentos e pesquisa para novos usos da biodiversidade e promover a disseminação desse conhecimento para instituições capazes de realizar desenvolvimento e inovação de novos produtos e processos derivados da biodiversidade. Intensificação da atividade de pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade por meio de uma estrutura de redes de laboratórios associados e institutos de pesquisas. <i>Finalidade:</i> Instituir e apoiar uma agenda unificadora de pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade capaz de apontar estratégias e integrar competências em diversos campos do conhecimento estabelecendo propósitos comuns para redes de pesquisa formadas por pesquisadores de diferentes organizações capazes de atuar objetivamente na pesquisa voltada à identificação, caracterização, valorização e uso sustentável da biodiversidade.	
2019	Bolsa Família
20IT	Aperfeiçoamento da disseminação de informações do PBF e do Cadastro Único.
<i>Descrição:</i> Viabilizar as atividades de comunicação do Cadastro Único e do PBF, especificamente, com relação a benefícios e condicionalidades, voltadas às famílias e demais atores envolvidos na gestão do Programa. Promover a articulação de atores nos governos Federal, Estadual e Municipal e na sociedade civil, em especial das entidades e fóruns representativos das instâncias e setores envolvidos, para disseminação e troca de informações sobre o Cadastro Único, o PBF e as condicionalidades, que viabilizem estratégias integradas. Promover capacitações como estratégia central das atividades de comunicação e informação. Promover eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas voltadas para os programas de transferência de renda, especialmente daqueles cuja base de identificação dos seus beneficiários seja o Cadastro Único. Promover a produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-finalísticas necessárias à gestão e administração do programa. <i>Finalidade:</i> Promover atividades de comunicação, notificação e o acesso às famílias beneficiárias e gestores do PBF e do Cadastro Único, considerando os perfis e situações específicas.	
6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único
<i>Descrição:</i> Custear as atividades de planejamento, coordenação, monitoramento, suporte e manutenção do cadastramento das famílias com renda per capita até meio salário mínimo, consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda, no Cadastro Único para Programas Sociais, zelando pela qualidade das informações e pela unicidade dos registros. São também realizadas atividades de apoio e aprimoramento do processo de coleta, atualização e manutenção das informações que compõem o Cadastro Único, por meio do desenvolvimento de sistemas de informação, da elaboração de estratégias de cadastramento de grupos populacionais específicos, de qualificação das informações cadastrais e de melhoria da gestão do CadÚnico, e incentivo à ampliação do uso do Cadastro Único para elaboração de políticas públicas e realização de estudos e pesquisas. <i>Finalidade:</i> Permitir a localização, caracterização, identificação e seleção das famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento de populações em situação de pobreza; permitir o aperfeiçoamento dos sistemas de cadastramento e de coleta de dados, assim como possibilitar a manutenção da base dos dados do Cadastro Único.	
8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)
<i>Descrição:</i> Transferência de renda diretamente às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O benefício é condicionado ao cumprimento de agenda de compromissos nas áreas de saúde e educação, bem como por atividades de desenvolvimento das famílias, inclusive ações sócio-educativas e de acompanhamento familiar nos casos de incidência de trabalho infantil e de não cumprimento de condicionalidades. <i>Finalidade:</i> Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e extremamente pobres por meio de transferência direta de renda.	
8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
<i>Descrição:</i> Transferir recursos aos estados, municípios e distrito federal para o aprimoramento da capacidade de gestão local do PBF, utilizando para tal de instrumentos de avaliação da Gestão descentralizada, com destaque, dentre outras, para as seguintes atividades apoiadas: gestão de condicionalidades, gestão de benefícios, acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF e dos Programas Remanescentes, em especial aquelas em situação de maior vulnerabilidade social; cadastramento de novas famílias. <i>Finalidade:</i> Transferir recursos financeiros aos Estados, Municípios e Distrito Federal com propósito de apoiá-los e assegurar a eficiência e a eficácia da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.	
2020	Cidadania e Justiça
10TN	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU
<i>Descrição:</i> Ajuste dos procedimentos e sistemas da Advocacia Pública Federal e o nivelamento e integração de sua infra-estrutura tecnológica com a nova plataforma criada pelo Judiciário Eletrônico (e-jus), assegurando a atuação célere e eficaz no cumprimento de sua missão institucional do efetivo gerenciamento do risco jurídico da União, do monitoramento do impacto financeiro das sentenças judiciais contra a União, suas autarquias e fundações e da elaboração e adoção de estratégias eficientes de defesa e orientação jurídica dos órgãos e entidades representados. <i>Finalidade:</i> Desenvolver sistema de informação para adequar a atuação jurídica dos membros da Advocacia Pública Federal ao Judiciário Eletrônico (e-JUS) munindo-o da tempestividade necessária.	
12OD	Aquisição de Imóvel para Instalação das Defensorias Públicas da União - Nacional
<i>Descrição:</i> Aquisição de Imóveis para dotar a Defensoria Pública da União, proporcionando uma estrutura física adequada ao funcionamento e possibilitando melhor desenvolvimento das suas atividades e funções técnicas e administrativas voltadas a Prestação de Assistência Jurídica, Judicial e Extrajudicial, Integral e Gratuita. Atualmente o órgão está instalado em edifícios comerciais, pagando aluguel e outras despesas condominiais de manutenção e conservação em condições precárias de espaço físico. <i>Finalidade:</i> Aquisição de Imóvel para a Defensoria Pública da União	
13FC	Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil
<i>Descrição:</i> A Comissão de Anistia tem como um de seus objetivos a preservação da memória histórica e a construção pública da verdade sobre períodos autoritários, por meio da elaboração e incentivo a projetos e programas para a promoção da Justiça de Transição: reparação, verdade e memória. A implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil, que abarca a ampliação do Prédio de Exposições e construção da praça de acesso e do prédio administrativo em imóvel destinado ao Memorial, com sede em Belo Horizonte, representa um grande avanço nesse sentido. O projeto visa inaugurar, a exemplo de outros países, um lugar de memória e consciência, promovendo um processo de reparação coletiva, para o resgate da luta pelos ideais democráticos e como forma de homenagem àqueles que tornaram a democracia possível. <i>Finalidade:</i> Implantar o Memorial da Anistia Política, com o objetivo de criar um espaço vivo sobre a anistia política no Brasil; resgatar a importância da luta pela democracia no país; e garantir o direito do acesso à informação sobre o período de exceção brasileiro.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2016	Garantia e Expansão dos Direitos dos Migrantes
<i>Descrição:</i> A situação jurídica dos migrantes no Brasil, tratada majoritariamente em instrumentos normativos da década de 80, versa exclusivamente sobre a migração laboral, e foi construída tendo como princípios basilares o resguardo da segurança nacional e proteção da mão de obra interna, em detrimento da importante contribuição que os migrantes proporcionam ao país de destino. Consoante dados da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), de 11 de maio de 2011, verifica-se que o Brasil possui 1.461.127 estrangeiros registrados. Esse contingente populacional considerável, não pode ficar à margem da sociedade, principalmente quando se considera a visão inclusiva e cidadã que permeia o Estado Brasileiro. Verifica-se que um grande desafio a ser superado envolve, inicialmente, considerar o migrante como um ser humano detentor de direitos, ainda que sua classificação migratória no Brasil não seja residente ou que este se encontre irregular. Para tanto, a Secretaria Nacional de Justiça pretende desenvolver ações no intuito de promover e ampliar os direitos dessa população, realizando atividades como conferências, oficinas, palestras, parcerias, campanhas, criação de centro de estudos e redes colaborativas, além de buscar a informatização de procedimentos que assegurem celeridade e segurança na prestação de informações aos migrantes, tais como estabelecimento de sistemas informatizados, processo eletrônico, digitalização do acervo. Outro viés trata do atendimento aos refugiados, população migrante em extrema vulnerabilidade. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e implementar a política migratória sob a perspectiva da justiça e da cidadania reconhecendo o direito de migrar como direito fundamental do homem. Assegurar e expandir os direitos dos migrantes com ênfase na construção de direitos, consolidação de mecanismos ágeis de acesso à informação e prestação de serviços públicos gratuitos, independentemente de sua situação migratória.	
2017	Promoção da Política Nacional de Justiça
<i>Descrição:</i> A Política Nacional de Justiça tem sob sua tarefa o desafio de reconhecer direitos violados, enfrentar a sua violação, construir e reconhecer novos direitos e dar ênfase à cidadania, buscando fortalecê-la quando violentada ou precarizada. Para tanto, a Secretaria Nacional de Justiça se propõe a buscar a institucionalização da Política Nacional de Justiça, assim como dar seguimento e aprimorar as políticas de justiça já em implementação, como é o caso da classificação Indicativa, da concessão de títulos de Utilidade Pública Federal (UPF), qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da autorização de funcionamento de organizações estrangeiras, autorização de empresas de microfilmagem e concessão de medalhas. No que se refere à interação entre Estado e Terceiro Setor, é importante manter e aprimorar o Cadastro Nacional de Entidades desenvolvido pelo Ministério da Justiça tornando-o mais ágil para as entidades que estão cadastradas e mais transparente para o público em geral. Entre outras iniciativas, a abertura de diálogos e debates com a sociedade, academia, órgãos de controle e órgãos parceiros, será relevante para possibilitar o aprimoramento normativo de que essas relações carecem. Para tanto, será estimulada a pesquisa, por meio de editais públicos, sob orientação da Secretaria Nacional de Justiça. Ainda como forma de aperfeiçoar a política das relações do Estado com o Terceiro Setor deve-se buscar a estruturação de um sistema de supervisão e fiscalização das entidades sociais qualificadas e tituladas, fundado na transparência e no controle social. Para a classificação indicativa de obras audiovisuais (Televisão, Cinema e mercado de vídeo doméstico), jogos eletrônicos e de interpretação (RPG), é imprescindível trabalhar a divulgação dessa política junto à sociedade como enriquecedora dos direitos de informação, capacitar agentes interessados, especialmente garantindo a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, realizar pesquisas e estudos para melhor compreensão dos impactos do tema, implementar campanhas de esclarecimento e adesão à política pública da classificação indicativa para fortalecer a rede de colaboradores em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A estruturação e fortalecimento da Política Nacional de Justiça é de suma importância, para estabelecer o seu desenho lógico, construir mecanismos de financiamento desta Política (criação e implementação do Fundo Nacional de Justiça) e, com apoio à estruturação de redes institucionais e sociais e do controle social em todas as suas fases de gestão, potencializar a relação federativa. Uma das vertentes da Política Nacional de Justiça é estabelecer novas políticas públicas de justiça, como estruturar uma política de Arqueologia e Antropologia Forenses para a elucidação de casos de morte, especialmente por violações de direitos humanos. <i>Finalidade:</i> Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça com ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, aperfeiçoar e dar suporte às políticas de justiça já em implementação.	
2018	Aprimoramento do Sistema de Justiça e do Portal das Serventias Extrajudiciais
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de ações voltadas ao aprimoramento do sistema de Justiça. Articulação interinstitucional para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico nos temas atinentes ao sistema de Justiça e à efetivação de direitos, com foco na viabilização da aprovação de projetos de lei, inclusive aqueles relacionados aos temas definidos nos Pactos Republicanos de Estado. Realização de pesquisas e divulgação de experiências exitosas de agilização e desburocratização de processos no sistema de Justiça. Apoio à elaboração e implementação de projetos de modernização da gestão das instituições do sistema de Justiça, em parceria com essas instituições. Estabelecimento de parcerias para a capacitação de operadores do Direito, funcionários e gestores do sistema de Justiça. Modernização e padronização da tramitação do processo eletrônico de provimento e vacância de magistrados, facilitando a troca de informações entre o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Justiça e a Casa Civil da Presidência da República. Coordenação dos trabalhos de regulamentação do Sistema de Registro Eletrônico dos Cartórios Extrajudiciais, conforme preceituam os artigos 37 a 45 da Lei 11.977 de 7 de julho de 2009. Instituição e gerenciamento do Portal das Serventias Extrajudiciais do Brasil. Implementação do papel de segurança para os registros civis. Realização de eventos, estudos e pesquisas com vistas a subsidiar os esforços de aprimoramento do sistema de Justiça. <i>Finalidade:</i> Gerir o sistema de Justiça, por meio do desenvolvimento de ações que lhe confiram maior agilidade, do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da promoção da interoperabilidade entre sistemas de processos eletrônicos e da modernização da gestão dos registros das serventias extrajudiciais.	
2019	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA
<i>Descrição:</i> Organizar, sob a forma de sistema, as atividades de gestão de documentos de arquivo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, possibilitando, nos moldes legais e tecnicamente corretos, o desenvolvimento integrado das atividades arquivísticas nas fases corrente, intermediária e permanente. <i>Finalidade:</i> Modernizar e integrar sistematicamente os serviços arquivísticos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.	
2322	Integração e Coordenação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
<i>Descrição:</i> Realização dos encontros oficiais dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (congresso anual de defesa do consumidor e reuniões do DPDC com o SNDC), implementação de ações e iniciativas que promovam a atuação articulada dos membros do Sistema e implementar meios para que o DPDC exerça a coordenação da política nacional das relações de consumo, incluindo a produção e distribuição de material e a realização de reuniões. Para ampliação da participação social na formulação da política das relações de consumo, planejar e realizar a I Conferência Nacional de Defesa do Consumidor – I CONDEC. <i>Finalidade:</i> Articular atores governamentais e não governamentais, de todas as esferas e promover a integração dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, tal como preconizado nos artigos 105 e 106 da Lei n.º 8.078 (Código de Defesa do Consumidor – CDC). Promover um espaço e disponibilizar meios para a participação da sociedade na formulação da política nacional das relações de consumo.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2330	Cooperação Jurídica Internacional
<i>Descrição:</i> As relações globais estão cada vez mais estreitas. As fronteiras geográficas há muito deixaram de constituir um obstáculo para as atividades internacionais e hoje o mundo vivencia um cenário altamente interligado. É preciso que os Estados, como garantidores dos direitos fundamentais, cooperem entre si na busca da concretização de uma cidadania global. Se, por um lado, as fronteiras nacionais já não constituem limites às relações comerciais internacionais, é preciso trabalhar para que elas tampouco operem em desfavor da justiça. A cooperação jurídica internacional constitui uma das expressões de articulação entre os Estados visando conferir ao cidadão de qualquer país a garantia de cumprimento dos seus direitos, inclusive quando o exercício desse direito envolver jurisdições diferentes da sua. Para tanto, a Secretaria Nacional de Justiça desempenha o papel de autoridade central brasileira para cooperação jurídica internacional, o que envolve, dentre outras atividades, a tramitação dos pedidos de cooperação jurídica internacional, a participação em foros internacionais, a negociação de tratados bilaterais e multilaterais - mecanismos que visam dar mais celeridade e segurança à tramitação e à análise dos pedidos de cooperação, e promove a capacitações de agentes públicos e da sociedade. <i>Finalidade:</i> Estabelecer e aprimorar relações de cooperação internacional bilaterais ou multilaterais, de modo a aperfeiçoar os mecanismos disponíveis para a atuação do Poder Público e demais autoridades competentes, contribuindo para a efetividade da justiça.	
2334	Prevenção e Repressão de Infrações Contra o Código de Defesa do Consumidor
<i>Descrição:</i> Instauração e instrução de procedimentos, averiguações preliminares e processos administrativos, análises de propostas de formulação e modificação normativa de interesse dos consumidores, prestação de consultas/orientações, realização de procedimentos fiscalizatórios, condução de todas as etapas dos processos de chamamento - recall, realização de investigações e todas as medidas de natureza preventiva e de repressão às infrações contra o CDC, podendo contar com a colaboração de outros atores do SNDC ou da contribuição de consultores especializados. <i>Finalidade:</i> Planejar e executar todas as medidas de caráter preventivo e de repressão às condutas infrativas à Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).	
2542	Escola Nacional de Defesa do Consumidor
<i>Descrição:</i> Planejamento e realização dos cursos, oficinas, palestras, seminários e demais encontros ministrados pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor - ENDC, incluindo as definições temáticas, a preparação do conteúdo, a produção de material, a contratação dos professores e o provimento de toda a logística de elaboração e de realização dos cursos e oficinas e demais encontros. Realização de estudos e diagnósticos para subsidiar os cursos e demais eventos da ENDC, utilizando, inclusive, a contribuição de consultores especializados e a parcerias de instituições que têm afinidade com a proposta conceitual da Escola. <i>Finalidade:</i> Continuidade do enfrentamento da fragmentação e da inconstância da formação de técnicos de defesa do consumidor e fortalecimento da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, com o aprofundamento de seu papel de foro de discussão dos temas mais relevantes para a defesa do consumidor, ampliação da oferta de cursos para os técnicos e agentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e disseminação da defesa do consumidor junto aos órgãos reguladores e ministérios.	
2548	Capacitação, Especialização e Modernização de Recursos Humanos para Defesa da Concorrência
<i>Descrição:</i> Participação dos servidores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, (regidos pela Lei 8.112/90), e os servidores públicos cedidos ao CADE de diversos órgãos da administração pública bem como, os servidores do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC, em programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento técnico, com o objetivo de integrar os recursos humanos à missão organizacional em conformidade com a Política Nacional de Capacitação (Decreto nº 5.707, de 23.02.06). <i>Finalidade:</i> Realizar, apoiar e participar de atividades destinadas aos servidores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e os órgãos do SBDC que resultem em aprimoramento e capacitação profissional.	
2554	Disseminação da Cultura da Concorrência
<i>Descrição:</i> (i) Realização e planejamento de eventos; (ii) execução de todos os itens de logística dos eventos a serem realizados; (iii) participação dos funcionários dos órgãos em eventos produzidos pela Secretaria de Direito Econômico - SDE e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE ou apoiados por estes órgãos; (iv) realização de intercâmbio e atividades de formação e de caráter educativo destinados a estudantes e outros de interesse da SDE e do CADE; (v) contratação de especialistas e realização de trabalhos de promoção à concorrência em setores específicos da economia; (vi) realização, planejamento, execução dos itens de logística de eventos e cursos que servam à disseminação da cultura da concorrência perante os diversos órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário; e (vii) outras atividades destinadas a promover e disseminar a cultura da concorrência. <i>Finalidade:</i> Realizar ou apoiar e participar de eventos que tenham o caráter de divulgação, informação ou de promoção da defesa da concorrência, ou que sejam de interesse dessa área.	
2640	Produção de Conhecimento Relacionado à Proteção e Defesa do Consumidor
<i>Descrição:</i> Realizar todo o trabalho que resulte na ampliação da base de integrados do Sindec, na inovação da sua plataforma tecnológica e na gestão nacional do Sistema, incluindo o investimento em treinamento e em atualização da parte de software e de infra-estrutura de TI relacionada ao Sindec. Realizar atividades, tanto internas quanto envolvendo atores externos, que resultem em análises, estudos e pesquisas sobre os temas trabalhados pelo DPDC e pelos demais atores do SNDC, incluindo a contribuição de consultores externos, quando necessário, com foco especial em produtos e serviços dos mercados regulados. <i>Finalidade:</i> Avançar na consolidação do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - Sindec como referência de dados e informações sobre os problemas do mercado de consumo e gerar inteligência da informação a partir dos dados do Sistema e de outras fontes, com foco na produção de análises e estudos sobre mercados regulados.	
2646	Capacitação e Especialização de Defensores e Servidores da Defensoria Pública da União
<i>Descrição:</i> (1) Realização de Cursos e outras iniciativas afins destinadas ao quadro da Defensoria Pública da União; (2) Viabilização da participação dos defensores e servidores em cursos, seminários e outros eventos de capacitação técnica; (3) Elaboração de convênio com instituição de ensino superior para implementação de cursos de pós-graduação em nível de especialização ou mestrado. <i>Finalidade:</i> Aperfeiçoar e especializar os defensores e servidores da Defensoria Pública da União para as atividades de apoio e de assistência jurídica ao cidadão.	
2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão
<i>Descrição:</i> Prestação de assistência jurídica ao hipossuficiente em todos os graus de jurisdição e na esfera administrativa. Composição e mediação de conflitos. Difusão do conhecimento jurídico e da cidadania. Atuação na curadoria criminal e cível. Manutenção do Programa de Residência Jurídica e do Projetos: DPU Itinerante, Erradicação do escarpelamento na Amazônia e Visita virtual nas penitenciárias federais. Despesas administrativas relativa à atividade finalística da DPU, caracterizada pela prestação de serviços jurídicos. <i>Finalidade:</i> Promover o acesso do cidadão necessitado à Justiça, garantindo-lhe o exercício da cidadania no que se refere à assistência e orientação jurídica.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2806	Instrução de Atos de Concentração e Processos Administrativos
<i>Descrição:</i> Planejar e realizar todas as ações e implementar todas as medidas que concorram para a investigação e instrução de processos administrativos de apuração de condutas anticoncorrenciais, bem como para apreciação de atos de concentração. Inclui-se a realização de reuniões e diligências, as operações de busca e apreensão, os trabalhos de consultoria técnica especializada, a aquisição de material de apoio, o reforço da infra-estrutura dedicada ao trabalho de instrução de processos, a capacitação e atualização do conhecimento dos técnicos e todas as demais iniciativas que concorram para o trabalho de instrução e análise dos casos. Deve ser considerada também a perspectiva de aprovação da reestruturação do SBDC, o que exigirá aportes de recursos nas medidas para a nova conformação do trabalho de instrução processual e de atos de concentração. <i>Finalidade:</i> Planejar e executar todas as ações e medidas necessárias para a realização de investigações e a instrução de processos administrativos de apuração de condutas infrativas à ordem econômica, bem como de apreciação de atos de concentração, no âmbito da atuação preventiva e repressiva da SDE na defesa da concorrência.	
2807	Julgamento de Atos de Concentração e Processos Administrativos
<i>Descrição:</i> Participação de pessoal técnico, conselheiros e demais membros do CADE em reuniões e encontros que discutam assuntos de interesse de casos em julgamento ou que possam ser objetos de julgamento; envio de pessoal técnico em oitivas, diligências e outras atividades de instrução realizadas pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (CADE/MJ, SDE/MJ, SEAE/MF); modernização da infra-estrutura física e tecnológica do CADE utilizada para todas as atividades relacionadas ao julgamento dos casos. <i>Finalidade:</i> Julgar processos que analisam atos de concentrações econômicas, que apuram denúncias de infrações contra a ordem econômica ou que respondam a consultas feitas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.	
2810	Preservação do Acervo Nacional
<i>Descrição:</i> Preservar e criar condições técnicas que permitam disponibilizar o acervo físico e digital sob a guarda do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro e em Brasília, à consulta pública, mediante a padronização e uniformização da metodologia de descrição arquivística, bem como por meio de desenvolvimento de metodologias e técnicas aplicadas à preservação de acervos documentais e dos espólios informacionais digitais produzidos no âmbito do e-gov do Brasil, com vistas a agilizar o acesso aos documentos, otimizar a recuperação da informação e garantir a preservação adequada do acervo. <i>Finalidade:</i> Zelar pela preservação e difusão das informações contidas na documentação produzida pela Administração Pública Federal e pela proteção do patrimônio documental de interesse público e social, tendo como foco o reconhecimento do direito de acesso à informação como direito humano e fortalecimento da cidadania.	
2D42	Promoção de Eventos Culturais
<i>Descrição:</i> Difusão do acervo por meio de concepção, elaboração e gestão de programa editorial, mostras, festivais e exposições, seminários e encontros técnicos e outras formas de divulgação. <i>Finalidade:</i> Difundir a missão do Arquivo Nacional e promover eventos culturais implementados pela Instituição e/ou outros órgãos e entidades do Poder Público ou agentes culturais.	
4282	Sistema de Atendimento ao Usuário do Arquivo Nacional
<i>Descrição:</i> Garantir pleno acesso à informação, auxiliar o cidadão na defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural; atender, informar, orientar e dar acesso aos usuários locais e correspondentes, quanto à realização de consultas e pesquisas ao acervo do Arquivo Nacional. <i>Finalidade:</i> Difusão das informações contidas na documentação produzida pela Administração Pública Federal de interesse público e social, tendo como foco o cidadão e o seu direito de acesso à informação e fortalecimento da cidadania.	
4900	Capacitação de Recursos Humanos na Área de Informação Documental
<i>Descrição:</i> Capacitar profissionais de órgãos e entidades públicos e privados no que diz respeito à gestão de documentos, ao processamento técnico, à preservação de acervos arquivísticos e à aplicação das normativas técnicas aprovadas pelo CONARQ.. <i>Finalidade:</i> Capacitar profissionais de órgãos e entidades públicos e privados na área da informação e gestão documental.	
6067	Defesa dos Direitos Difusos
<i>Descrição:</i> Repasse de recursos financeiros, por meio de convênios, a projetos aprovados pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, segundo as normas que regem a aprovação dos projetos, que visem à reparação de danos causados por violação de direitos difusos ou ao reforço da garantia dos interesses difusos e coletivos. <i>Finalidade:</i> Apoiar projetos que visam à reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, às pessoas com deficiência, às crianças e adolescentes bem como àqueles decorrentes da infração à ordem econômica, entre outros interesses difusos e coletivos.	
8946	Preservação do Acervo da Comissão de Anistia e Promoção da Justiça de Transição
<i>Descrição:</i> A Comissão de Anistia tem como uma de suas finalidades a apreciação dos requerimentos de anistia política, contribuindo para o reconhecimento da memória e da verdade como direito humano fundamental e dever do Estado, bem como para a reconciliação nacional. A gestão do acervo da Comissão visa proporcionar uma maior efetividade, eficiência e eficácia ao tramite processual dos requerimentos de anistia. Essa gestão almeja também a preservação do acervo para compor futuras políticas de justiça e memória, atividade que inclui a digitalização desses processos. A promoção da Justiça de Transição abarca a realização direta e o apoio, em cooperação ou por meio de convênios e parcerias com instituições, entidades e organizações nacionais e internacionais, a programas, projetos e ações para o conhecimento do passado, da transição política e aprimoramento das instituições democráticas, como a realização das Caravanas da Anistia; implantação de lugares de memória histórica e consciência política e de Observatórios de Justiça de Transição: reparação, memória e verdade. A preservação da memória histórica também envolve a ampliação, administração, abertura para consulta pública e divulgação do patrimônio documental do Memorial da Anistia Política do Brasil, por meio do estabelecimento de centros de documentação e de pesquisa e realização de exposições e eventos relativos à anistia política e Justiça de Transição. <i>Finalidade:</i> Gerir o acervo da Comissão de Anistia e promover a cidadania, a democracia, os direitos humanos e a Justiça de Transição: reparação, memória e verdade Brasil.	
8972	Apoio e Assistência aos Refugiados
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos para acolhimento temporário de refugiados; custeio de suas necessidades básicas, no que diz respeito à alimentação e vestuário; aquisição de móveis e imóveis; aquisição de bens permanentes, contratação de serviços; repasse de recursos financeiros a organizações não-governamentais, organismos internacionais, governo federal, estadual ou municipal, além de outras organizações parceiras. <i>Finalidade:</i> Apoiar projetos para atendimento e acolhimento a refugiados.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8974	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de projetos de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos, em parceria com instituições do sistema de Justiça e demais atores. Desenvolvimento de ações voltadas à conscientização e à efetivação de direitos. Apoio à instalação de ambientes específicos à tomada de Depoimento Especial de crianças e adolescentes no Judiciário. Implantação de Casas de Direitos, objetivando levar serviços essenciais relacionados ao sistema de Justiça a áreas de vulnerabilidade social. Implementação e fortalecimento de equipamentos públicos voltados à efetivação da Lei Maria da Penha. Apoio à instituição de núcleos de execução penal nas Defensorias Públicas para a promoção da assistência jurídica integral aos presos, presas e seus familiares. Implantação de núcleos de Justiça Restaurativa. Implementação de núcleos especializados nas Defensorias Públicas para atendimento à população em situação de rua. Instituição e fortalecimento de Juizados do Torcedor, com foco nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo Fifa de 2014. Implementação de núcleos de Justiça Comunitária. Realização de cursos de capacitação em mediação para operadores do Direito. Realização de eventos, estudos e pesquisas com vistas a subsidiar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à democratização do sistema de Justiça. <i>Finalidade:</i> Desenvolver projetos de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos, bem como ações voltadas à conscientização e à efetivação de direitos.	
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação
007Z	Subvenção à Remuneração de Pesquisadores Empregados em Atividades de Inovação Tecnológica em Empresas (Lei nº 11.196, de 2005)
<i>Descrição:</i> Concessão de subvenção econômica proporcional ao valor da remuneração de pesquisadores, titulados como mestres ou doutores, empregados em atividades de inovação tecnológica em empresas, sendo de até 60% para as empresas situadas nas áreas de atuação das extintas Sudene e Sudam, e de até 40% para as empresas situadas nas demais regiões. <i>Finalidade:</i> Estimular a contratação de novos pesquisadores, titulados como mestres ou doutores, empregados em atividades de inovação tecnológica em empresas localizadas no território brasileiro, conforme o disposto no art. 21, da Lei nº 11.196, de 21/11/2005.	
00HI	Concessão de Bolsas de Atração, Fixação e Intercâmbio de Recursos Humanos Qualificados - Ciência sem Fronteiras
<i>Descrição:</i> Inclui tanto a atração de talentos radicados no exterior (brasileiros ou não), como de talentos das regiões mais desenvolvidas do país, para as regiões menos desenvolvidas. <i>Finalidade:</i> Atrair, fixar e promover o intercâmbio de Recursos Humanos Qualificados.	
00HJ	Apoio a Programas e Projetos Prioritários do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus CT-PIM
<i>Descrição:</i> Planejamento, Desenvolvimento, Implantação, Operacionalização e Consolidação de Projetos e Programas Prioritários – PPP's estabelecidos no Projeto Estruturante "CT-PIM". <i>Finalidade:</i> Ampliar a competência científica, tecnológica e de inovação do Pólo Industrial de Manaus através da execução de programas e projetos estruturantes de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a finalidade de responder às suas demandas, em especial dos setores eletroeletrônico, informática e produção de veículos de duas rodas.	
0741	Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (Lei nº 10.332, de 2001)
<i>Descrição:</i> Cobertura da diferença entre os custos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP cheia, utilizada nas operações reembolsáveis da FINEP, e os encargos compatíveis com a natureza de risco associada aos projetos de inovação tecnológica. <i>Finalidade:</i> Reduzir o custo financeiro das operações de financiamento para o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica.	
0745	Investimento em Empresas Inovadoras
<i>Descrição:</i> Investimento direto em empresas de inovação tecnológica ou aquisição de cotas de participação em fundos de investimentos, regulamentados pela CVM, que objetivem capitalizar empresas inovadoras. É considerada empresa inovadora aquela que realiza a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, nos termos do inciso IV, artigo 2 da Lei 10.973. <i>Finalidade:</i> Estimular os investimentos das empresas de inovação tecnológica mediante participação de capital de risco aportado diretamente pela FINEP ou indiretamente através de parceria com Fundos de Investimentos Privados.	
0748	Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez
<i>Descrição:</i> Constituição de Fundo de Garantia de Liquidez com a finalidade de adequar a operação de investimento nas atividades de inovação, implementadas direta e indiretamente por fundos de investimentos, através da criação de uma reserva financeira técnica com capacidade de cobertura de liquidez na carteira de contratos de risco. <i>Finalidade:</i> Reduzir o Risco Financeiro da FINEP associado ao investimento nas atividades de inovação, realizado direta ou indiretamente, mediante parceria com Fundos de Investimentos Privados, na área de capital de risco.	
0900	Concessão de Bolsas de Estímulo à Pesquisa
<i>Descrição:</i> Concessão de bolsa de pesquisa, de caráter científico e/ou tecnológico, em diversos níveis, nas seguintes modalidades: Produtividade em Pesquisa - PQ; Apoio Técnico - AT; Desenvolvimento Científico Regional - DCR; Pesquisador Visitante - PV; Fixação de Recursos Humanos de Interesse dos Fundos Setoriais - SET. <i>Finalidade:</i> Aumentar a produção e a produtividade científica e tecnológica, na geração de conhecimentos, no estímulo ao engajamento de pesquisadores produtivos em projetos de relevância científica, social e econômica, na organização de grupos de pesquisa e desenvolvimento, em universidades, em institutos de pesquisa e em empresas, e, ao mesmo tempo, preparando recursos humanos qualificados para enfrentar os desafios de uma economia crescentemente globalizada, intensiva em conhecimento e altamente competitiva.	
0901	Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação de Pesquisadores e Profissionais para C,T&I
<i>Descrição:</i> Concessão de bolsas de estudos para formação, treinamento e capacitação de cientistas, engenheiros, tecnólogos e técnicos, em diversos níveis modalidades, a saber: Mestrado - GM, Doutorado - GD, Doutorado-sanduíche no País - SWP e no exterior SWE, Aperfeiçoamento/Especialização no exterior - SPE, Estágio Sênior no exterior - ESN, Pós-doutorado Júnior - PDJ e Pós-Doutorado Sênior - PDS (no País), Pós-doutorado no exterior - PDE, nos temas e programas de ciência e tecnologia estratégicos, cujos projetos contribuam para a solução de problemas sociais, regionais e setoriais. Algumas modalidades (BEP e BSP) são concedidas para curta duração (até 03 meses). <i>Finalidade:</i> Preparar recursos humanos bem capacitados e qualificados para responder aos desafios intrínsecos à construção de uma nação social e economicamente desenvolvida e, ao mesmo tempo, enfrentar as exigências do novo processo produtivo crescentemente globalizado, intensivo em conhecimento e altamente competitivo.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0902	Concessão de Bolsas de Iniciação à Pesquisa Científica e Tecnológica
<i>Descrição:</i> Concessão de bolsa nas modalidades Iniciação Científica - IC, Iniciação Tecnológica Industrial - ITI e Iniciação Científica Júnior - IC-Jr. A iniciação à pesquisa científica e tecnológica é um instrumento que viabiliza a introdução de estudantes mais promissores, de nível médio e de graduação, nas respectivas atividades, possibilitando que o aluno as experimente desde cedo e tenha a oportunidade de aprendizado concreto de teorias e metodologias de pesquisa, sob orientação de pesquisadores mais experientes. Ao mesmo tempo em que viabiliza a identificação de vocações científicas e tecnológicas, a iniciação estimula e propicia a formação de equipes, por parte do pesquisador-orientador. <i>Finalidade:</i> Estimular a atividade de iniciação científica e tecnológica, integrando estudantes de nível médio e do ensino superior em grupos de pesquisa, de modo a identificar precocemente vocações e acelerando o processo de expansão e renovação do quadro de pesquisadores e de profissionais para a área de ciência, tecnologia e inovação.	
0903	Concessão de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico, de Extensão e de Inovação
<i>Descrição:</i> Concessão de bolsas de desenvolvimento tecnológico, de extensão e inovação, que permitam incorporar, a projetos de interesse de empresas, competências específicas, de caráter complementar, às equipes resultantes da interação entre grupos provenientes das instituições de pesquisa e grupos oriundos das empresas, reunidos em torno de objetivos definidos conjuntamente, em consonância com áreas definidas como estratégicas e/ou portadoras de futuro. São concedidas bolsas nas seguintes modalidades: Iniciação Tecnológica Industrial - ITI; Desenvolvimento Tecnológico Industrial - DTI; Especialista Visitante - EV; Pós-doutorado Empresarial - PDI; Doutorado-Sanduíche Empresarial - SWI; Bolsa de Extensão no País - EXP; Apoio Técnico à Extensão - ATP; e Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico - DT. <i>Finalidade:</i> Promover a capacitação e o engajamento de pesquisadores e de profissionais, em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de extensão e inovação, em áreas e temas estratégicos e de interesse de empresas. <i>Estimular o desenvolvimento e a incorporação desses conhecimentos na malha produtiva do País, buscando elevar o padrão de qualidade de produtos, processos e serviços, de modo a atender às exigências impostas pelo novo perfil do mercado, desenhado a partir das características da economia internacional: intensiva em conhecimento, cuja dinâmica de obsolescência é cada vez mais acelerada, crescentemente globalizada e fortemente competitiva.</i>	
0A29	Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)
<i>Descrição:</i> Concessão de recursos financeiros sob a forma de subvenção econômica para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica com a assunção de contrapartida pela empresa beneficiária, na forma estabelecida nos instrumentos de ajuste específicos. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e nas entidades nacionais de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa, consideradas as prioridades da política industrial e tecnológica nacional.	
10GU	Construção e Ampliação da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semiárido - INSA
<i>Descrição:</i> Elaboração de projeto executivo e construção das instalações físicas da Sede do INSA em terreno próprio. <i>Finalidade:</i> Dotar o INSA de infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de pesquisas científicas e processos tecnológicos.	
10GY	Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais
<i>Descrição:</i> Construção, reforma e ampliação dos prédios relacionados com pesquisa e da rede de informática, rede elétrica e hidráulica, aquisição de novos equipamentos, de grupos geradores e sistema de gases. <i>Finalidade:</i> Ampliar e Modernizar a Infraestrutura do INPA .	
10ZS	Implantação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol - CTBE
<i>Descrição:</i> O Laboratório deverá realizar e articular atividades de pesquisa básica e aplicada e desenvolvimento, visando implementar processos industriais baseados em tecnologias de segunda geração, que minimizem os impactos ambientais e maximizem os ganhos sociais de uma ampliação em larga escala da produção de etanol. O objetivo é dotar o Brasil de infra-estrutura necessária para atuar de forma articulada com outras entidades públicas e com setores do governo e o setor produtivo, para que o País atinja e supere a meta de produção prevista no Plano Nacional de Energia 2030, de 67 bilhões de litros de etanol em 2030. <i>Finalidade:</i> Implantar o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol – CTBE que atuará como entidade “âncora” de uma rede de grupos de pesquisa de universidades e outras instituições científicas e tecnológicas, para o desenvolvimento do estudo da cadeia produtiva do etanol, desde a pesquisa básica até os processos industriais.	
10ZU	Implantação do Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal
<i>Descrição:</i> Construção de infra-estrutura necessária o Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal para satisfazer às demandas técnicas e científicas no âmbito dos recursos naturais da região. O Centro promoverá a formação de redes temáticas de pesquisa, articulando órgãos de fomento, instituições de ensino e pesquisa governamentais ou privadas, assim como empresas e organizações da sociedade civil, apoiando formação de recursos humanos especializados. <i>Finalidade:</i> Implantar centro para desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação voltado para as condições específicas do bioma Pantanal, visando o aproveitamento sustentável dos seus recursos naturais e melhores condições de vida das populações locais.	
12C9	Recuperação da Infraestrutura Física das Unidades de Pesquisa
<i>Descrição:</i> Execução de projetos, obras de engenharia e aquisição de mobiliários e equipamentos necessários a execução de projetos científicos e tecnológicos. <i>Finalidade:</i> Promover a expansão e recuperação das instalações físicas (prediais e laboratoriais) assim como dos equipamentos das Unidades de Pesquisa do MCT, objetivando a segurança do trabalho e ao desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas.	
13CL	Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração – SIRIUS pela Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron – ABTLuS – OS
<i>Descrição:</i> Construção de uma nova Fonte de Luz Síncrotron que represente o estado mundial da arte, atendendo aos programas de desenvolvimento científico e tecnológico brasileiros em áreas estratégicas, em pé de igualdade com os mais avançados Centros de Pesquisa do Mundo. Essa máquina, projetada e construída no Brasil com a participação da indústria nacional, representará um salto qualitativo e quantitativo, atualizando o Brasil de sua atual fonte de segunda geração, com 1.4 GeV e baixo brilho, para um novo anel síncrotron de 3 GeV e altíssimo brilho, possibilitando a execução de trabalhos hoje impossíveis de serem realizados no país. <i>Finalidade:</i> Prover a comunidade científica e tecnológica, acadêmica e industrial, de uma fonte de luz síncrotron de terceira geração, uma ferramenta essencial para manter a competitividade brasileira em áreas estratégicas e portadoras de futuro, como nanotecnologia, biotecnologia e materiais avançados, dentre outras.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

200D	Participação Brasileira na Utilização de Telescópios Internacionais
<i>Descrição:</i> Gerenciamento da participação brasileira nos telescópios Gemini, SOAR e CFHT, e pagamento da cota brasileira referente à operação e utilização destes telescópios. <i>Finalidade:</i> Elevar a participação da comunidade científica brasileira na pesquisa astronômica de nível internacional, assegurando os meios mais avançados de observação.	
201W	Preservação e Difusão do Acervo Museológico do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Incorporação do conhecimento gerado sobre a Biodiversidade e afins, com foco na valorização do patrimônio ambiental e cultural do país em prol da sociedade; construção de um banco de dados sobre o meio ambiente para divulgar as ações desenvolvidas pelo MMA e permitir o acesso público às informações; promoção de debates, discussões, palestras e seminários sobre o tema Meio Ambiente; promoção de exposições permanentes, itinerantes e temporárias para difusão ativa do conhecimento técnico-científico e daqueles que advêm dos saberes culturais e expressam práticas tradicionais; dinamização das atividades do museu para atrair diferentes públicos, através do apoio a manifestações, performances e expressões culturais que viabilizem o caráter vivo do patrimônio ambiental e da cultura; conservação e preservação do acervo do Museu; elaboração de materiais didáticos e de divulgação, elaboração de diretrizes e metodologias para divulgação do acervo do Museu. <i>Finalidade:</i> Tornar acessível ao grande público, no Museu do Meio Ambiente, um acervo de importância fundamental, promovendo a disseminação, divulgação e popularização do conhecimento sobre Meio Ambiente, numa perspectiva sistêmica, voltada para o desenvolvimento sustentável.	
2061	Integração Regional e Internacional em C, T & I Espacial
<i>Descrição:</i> Garantia da manutenção das contrapartidas brasileiras para o atendimento de acordos internacionais com o objetivo de gerar conhecimento, capacitação e consolidar redes de pesquisa que utilizam tecnologia espacial e dados sócio-ambientais para maior compreensão da dinâmica do sistema terrestre. Promover a capacitação através de cursos de especialização, pós-graduação lato-sensu em sensoramento remoto, meteorologia por satélite, ciências espaciais e atmosféricas, entre outros. <i>Finalidade:</i> Expandir e diversificar parcerias estratégicas regionais e internacionais em C, T & I espacial nos moldes do CRECTEALC (Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e Caribe), IAI (Inter-American Institute for Global Change Research) e IGPP (International Geosphere-Biosphere Programme).	
2092	Desenvolvimento de Produtos e Processos pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA
<i>Descrição:</i> A ação é destinada à implementação de projetos que visam atender às demandas dos segmentos de fitofármacos, cosméticos, alimentos funcionais (nutracêuticos), entre outros, por desenvolvimento de produtos e processos inovadores obtidos a partir da biodiversidade amazônica, o que contribuirá para o aperfeiçoamento do processo de qualidade da cadeia produtiva e para o atendimento das exigências dos órgãos de controle e do mercado. O CBA atuará em parceria com instituições públicas e privadas, colaborando, desta forma, para a criação de um Pólo de Bioindústria na Região e para a ampliação da competitividade dos produtos desenvolvidos nos mercados nacional e internacional e da formação de capital intelectual. Os projetos serão implementados com os seguintes objetivos: a) Prospeccionar e desenvolver moléculas ou substâncias promissoras, visando gerar demanda de serviços laboratoriais e técnico-especializado para transferir para o mercado; b) Realizar as análises de matérias primas da biodiversidade da amazônica; c) Gestão de propriedade intelectual; d) Realizar parcerias para fomentar e organizar cadeias produtivas para dinamizar a geração de produtos inovadores; e) Desenvolver produtos e processos com fins terapêuticos (bioterpêuticos); f) Desenvolver produtos e processos com fins de protetores solares e cremes antienvhecimento (dermocosméticos); g) Desenvolver produtos e processos com fins nutricionais (alimentos funcionais); h) Desenvolver produtos e processos de acordo com as demandas do mercado e áreas de interesse do CBA; i) Prospeccionar microorganismos que produzam moléculas com princípio ativo de interesse econômico; e j) Desenvolver tecnologias a partir matérias primas regionais para geração de energia. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e disponibilizar produtos e processos inovadores obtidos a partir da biodiversidade amazônica pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia, CBA, em parceria com Instituições Públicas e Privadas.	
2095	Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)
<i>Descrição:</i> Financiamento de projetos para implantação, recuperação e modernização da infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, balizada pela identificação de focos estratégicos em C&T. <i>Finalidade:</i> Promover a melhoria da infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.	
20HV	Promoção do Desenvolvimento de Bens e Serviços de TIC, Componentes Semicondutores, Displays e Outros Dispositivos para Aplicações Avançadas em Áreas Estratégicas
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos de pesquisas de estímulo à inovação em TIC, abrangendo software, componentes semicondutores, displays e outros dispositivos, e computação em nuvem. Articulação de atores responsáveis por políticas públicas em áreas estratégicas para a integração de instrumentos de apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias com políticas de compras governamentais; Provisão dos meios necessários para implantar centros globais de pesquisa e desenvolvimento para TIC aplicada a áreas estratégicas; Proporcionar a formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento de bens e serviços de TIC em áreas estratégicas. Modernização, atualização e implantação de centros e laboratórios para a realização de atividades de pesquisa, e desenvolvimento, projeto de software, componentes e dispositivos semicondutores e optoeletrônicos. <i>Finalidade:</i> Consolidar a capacitação tecnológica do País para o desenvolvimento de softwares, componentes semicondutores, displays e outros dispositivos, além de outros bens e serviços de Tecnologias da Informação e Comunicação-TIC orientados para as áreas estratégicas, tais como energia elétrica, petróleo e gás, telecomunicações, saúde, educação, segurança, defesa, infraestrutura, transportes e mobilidade urbana, cidades inteligentes, grandes eventos esportivos, dentre outros. Elevar a competitividade e a capacidade produtiva da indústria brasileira de software e serviços correlatos, com medidas para fortalecer e ampliar a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo, com vistas a tornar o Brasil em uma das referências mundiais no setor. Desenvolver e fortalecer infraestrutura de supercomputação no Brasil, por meio de investimentos em computação nas nuvens (cloud computing) e virtualização de alta capacidade, visando geração de conhecimento científico e inovação na indústria e em serviços.	
20HW	Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias para Cidades Sustentáveis
<i>Descrição:</i> Apoiar projetos de desenvolvimento de tecnologias nas áreas de habitação, saneamento ambiental, mobilidade e fontes renováveis de energia. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento de tecnologias para promoção do desenvolvimento urbano sustentável.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20HZ	Fomento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCTs
<i>Descrição:</i> Apoio (infra-estrutura, capacitação de pessoal, modelo de gestão) para o fortalecimento das instituições de pesquisa como centros de referência de padrão internacional em áreas estratégicas. <i>Finalidade:</i> Dar condições adequadas de funcionamento a instituições de pesquisa que se destaquem no cenário nacional pela competência técnico-científica em áreas estratégicas para o País; ampliar e ajustar a base técnico-científica nacional às necessidades do mercado de conhecimento e de serviços em Ciência e Tecnologia; aumentar a produtividade científica e tecnológica; apoiar a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; estimular o engajamento dos pesquisadores em projetos de relevância estratégica, econômica e social; apoiar a organização e consolidação de novos grupos emergentes de pesquisa; expandir e fortalecer a infra-estrutura de pesquisa das instituições de pesquisa, em especial daquelas vinculadas ao MCT;	
20I4	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos que contribuam para a expansão e consolidação do sistema nacional de C,T&I; para a promoção da inovação tecnológica nas empresas; para a pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas e para C,T&I para o desenvolvimento social. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o alcance das metas de C,T&I para o Desenvolvimento Nacional, incluindo a expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I, o fortalecimento da parceria com os Estados, a promoção da inovação tecnológica nas empresas, ampliando a razão entre gastos em P,D&I nas áreas estratégicas.	
20JI	Apoio à Execução de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Parque Tecnológico do Polo Industrial de Manaus
<i>Descrição:</i> Apoio à execução de pesquisa, desenvolvimento e inovação no Polo Industrial de Manaus, por meio da concessão de bolsas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. <i>Finalidade:</i> Apoiar a produção tecnológica de pesquisa, desenvolvimento e inovação no Polo Industrial de Manaus.	
2113	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)
<i>Descrição:</i> Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico e inovação; treinamento e aperfeiçoamento de profissionais, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor. <i>Finalidade:</i> Estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro, ampliar e fortalecer a qualificação dos recursos humanos mediante projetos de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo, visando promover a inovação tecnológica e solucionar ou atenuar impactos sociais gerados pelas atividades produtivas; apoiar ações e programas que reforcem e consolidem uma cultura empreendedora e de investimento de risco no país.	
2119	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral)
<i>Descrição:</i> Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse do setor mineral, das empresas e da cadeia produtiva e financiamento de projetos de pesquisa que visem minimizar ou solucionar os impactos sociais provocados pelas atividades relacionadas ao setor mineral, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor, incluindo apoio às atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos. Treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor mineral, por meio de bolsas de estudos, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor e pelos procedimentos adotados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a capacitação nacional em pesquisa e desenvolvimento, contribuindo para o aumento da competitividade da indústria mineral brasileira e da cadeia de conhecimento associada. Apoiar estudos e pesquisas com a finalidade de solucionar ou minimizar os impactos sociais provocados pelas atividades do setor.	
2189	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)
<i>Descrição:</i> Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse do setor de energia elétrica e também de projetos que visem minimizar ou solucionar impactos sociais provocados por atividades relacionadas ao setor; treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, por meio de bolsas de estudos, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor e pelos procedimentos adotados pelo CNPq. <i>Finalidade:</i> Estimular a pesquisa e inovação voltadas à busca de novas alternativas de geração de energia com menores custos e melhor qualidade; o desenvolvimento e aumento da competitividade da tecnologia industrial nacional, com aumento do intercâmbio internacional no setor de P&D; a formação de recursos humanos na área e ao fomento à capacitação tecnológica nacional.	
2191	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte)
<i>Descrição:</i> Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico voltados a novas tecnologias de materiais, técnicas construtivas e, em especial, ao desenvolvimento de estudos prospectivos sobre o fluxo de demanda de bens e passageiros, como também pesquisas voltadas aos aspectos tecnológicos de pavimentação e sinalização horizontais e verticais e aos aspectos relacionados aos impactos sociais, de segurança, psicológicos, sobre o meio ambiente e legais, incluindo apoio a atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos; treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, por meio de bolsas de estudos, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor pelos procedimentos adotados pelo CNPq. <i>Finalidade:</i> Financiar estudos e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados para o setor de transportes terrestres e hidroviários.	
2223	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)
<i>Descrição:</i> Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico aplicados ao setor hídrico ou que visem atenuar ou solucionar impactos sociais gerados pelas atividades relacionadas ao setor, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor, incluindo o apoio às atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos e treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, por meio da concessão de bolsas de estudos, oferta de cursos, treinamento e intercâmbio, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor e os procedimentos adotados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. <i>Finalidade:</i> Apoiar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico do setor de recursos hídricos nacionais, incluindo a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias voltadas para o setor de saneamento básico adequadas à realidade brasileira; desenvolver produtos, processos e equipamentos com propósito de aprimorar a utilização dos recursos hídricos, por meio de ações nas áreas de gerenciamento de recursos hídricos, conservação de água no meio urbano, sustentabilidade nos ambientes brasileiros e uso integrado e eficiente da água; apoiar e fortalecer a qualificação dos recursos humanos envolvidos com a P&D da área de recursos hídricos e da cadeia de conhecimento associada.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2291	Metrologia de Tempo e Frequência, de Gravidade e de Orientação Magnética
<i>Descrição:</i> Geração, conservação e disseminação da Hora Legal Brasileira; calibração e aferição de relógios; calibração e aferição de gravímetros (medidas da aceleração da gravidade em laboratórios); calibração e aferição de magnetômetros (medidas para a orientação magnética de referências em laboratórios). <i>Finalidade:</i> Atingir excelência nos estudos e serviços nas áreas de metrologia de tempo e frequência, gravimetria e orientação magnética.	
2357	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Espacial (CT-Espacial)
<i>Descrição:</i> Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação. Apoio a treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor espacial, por meio da concessão de bolsas de estudos, oferta de cursos, treinamento e intercâmbio, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor <i>Finalidade:</i> Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico ligados à tecnologia espacial e suas aplicações nas áreas de comunicação, sensoriamento remoto, meteorologia, agricultura, oceanografia e navegação; ampliar e fortalecer a qualificação dos recursos humanos envolvidos com a implantação de projetos cooperativos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na cadeia produtiva do setor espacial e da cadeia de conhecimento associada.	
2495	Controle de Bens Sensíveis
<i>Descrição:</i> Implementação, acompanhamento e controle das exportações de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados de naturezas nuclear, missilística, biológica e química de que trata a Lei nº 9.112, de 1995, bem como das importações de natureza química de que trata a Convenção para Proibição de Armas Químicas, de acordo com a Portaria MCT nº 275, de 2002; acompanhamento e apoio às inspeções internacionais da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ) no Brasil; acompanhamento da evolução dos Acordos, Regimes, Convenções e Tratados Internacionais que regulam as transferências de bens sensíveis e seus reflexos nas indústrias vinculadas às áreas nuclear, química, missilística e biológica. <i>Finalidade:</i> Assegurar o efetivo cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais do País, bem como os interesses da política externa brasileira, no que diz respeito ao desarmamento e a não-proliferação de Armas de Destruição em Massa (ADM).	
2997	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde)
<i>Descrição:</i> O planejamento será orientado pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial de Saúde. O apoio aos projetos de pesquisa e desenvolvimento será feito através de instrumentos das agências do MCT. Os projetos poderão ser apresentados por pesquisadores individuais, pelas instituições de pesquisa (de forma individual ou compartilhado em rede) e/ou consorciados com empresas produtivas. A alocação de recursos será orientada pelo mérito e pela disponibilidade dos recursos programados. <i>Finalidade:</i> Fomentar projetos de pesquisa que contribuam para o combate a doenças que afligem a sociedade brasileira; estimular aumento dos grupos de excelência técnico-científica nas instituições de ensino, pesquisa e serviço, integrando a produção do conhecimento às ações de saúde; ampliar e fortalecer a qualificação dos recursos humanos envolvidos com a pesquisa e o desenvolvimento do setor saúde; desenvolver, absorver e transferir tecnologia de produtos, processos e de serviços propiciando a integração do setor produtivo com as instituições de pesquisa e desenvolvimento; possibilitar o melhor aproveitamento da capacidade técnico-científica e dos recursos de potencial terapêutico da flora e fauna nacionais com vistas à obtenção de farmoquímicos e medicamentos; desenvolver hemoderivados, imunobiológicos e outros produtos para diagnóstico e tratamento; estimular a capacitação tecnológica nas áreas de interesse do SUS aumentando investimentos privados em P&D; promover a atualização tecnológica da indústria brasileira de equipamentos e instrumentação médico-hospitalar; incentivar estudos e pesquisas sobre metodologias de gestão dos serviços de saúde; resgatar conhecimento disponível no País para sua apropriação pela sociedade brasileira, quer na melhoria da qualidade dos serviços da Saúde, quer para redução de seus custos.	
2B08	Realização de Olimpíadas em Ciências, Matemática e Tecnologia da Informação
<i>Descrição:</i> Realizar competições nas áreas de ciências, matemática e tecnologia da informação. <i>Finalidade:</i> Estimular e apoiar a realização de atividades e iniciativas inovadoras na educação em ciências, matemática e tecnologia da informação. Consolidar e ampliar Olimpíadas	
2B41	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro
<i>Descrição:</i> Fomento à ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação, capacitação e formação recursos humanos, capacitação laboratorial, realização de estudos e projetos demonstrativos e incentivo à inserção tecnológica, nas seguintes linhas e temas: eficiência energética; produção e uso do hidrogênio; energia solar térmica e solar fotovoltaica; biodigestão; gaseificação; novos combustíveis; energia eólica de pequeno e médio portes e produção de partes, peças e sistemas para aerogeradores de pequeno, médio e grande portes; aproveitamentos hidrelétricos de pequeno porte, incluindo retrofit, pequenas quedas, usinas a fio d'água e barragens móveis entre outras tecnologias emergentes; energias e biomassa marinha; geração termelétrica, siderurgia e carboquímica a partir de tecnologias limpas da cadeia produtiva do carvão; pesquisa e projetos demonstrativos de materiais avançados tais como silício, lítio, terras raras, nanomateriais, membranas, fibras de carbono, materiais compósitos para uso em sistemas energéticos. Desenvolvimento de fontes alternativas e rotas tecnológicas na área de energia para cadeias produtivas de base mineral. Fomento à elaboração de estudos prospectivos e setoriais com a finalidade de identificar necessidades de investimentos e de gargalos tecnológicos para subsidiar a formulação de políticas públicas na área de energias do futuro. Fomento a eventos (congressos, seminários, workshops), cursos de curta duração e publicações, com a finalidade de disseminar o conhecimento científico e tecnológico na área de energias do futuro. Fomento à concessão de bolsas para pesquisadores e estudantes na área de energias do futuro. <i>Finalidade:</i> Apoiar projetos de pesquisa técnico-científica, inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos, a capacitação e formação de recursos humanos, bem como a criação e consolidação de redes de pesquisa e a infra-estrutura laboratorial em áreas ligadas às energias do futuro, com o propósito de aumentar a segurança e diversificar a matriz energética brasileira.	
2C66	Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Nacional do Semiárido - INSA
<i>Descrição:</i> O Instituto atuará como facilitador da formação de redes temáticas de pesquisa e articulador entre os órgãos de fomento e instituições de ensino e pesquisa científica e tecnológica atuantes na região, governamentais ou privadas, assim como empresas e organizações da sociedade civil que possam colaborar com a sua finalidade, apoiando a formação de recursos humanos especializados e contribuindo para o fortalecimento dos centros de pesquisa emergentes na área. <i>Finalidade:</i> Promover e apoiar programas, projetos e ações integradas de caráter científico e tecnológico voltados para as condições específicas do semi-árido nordestino, visando o melhor aproveitamento de sua potencialidade e a melhoria da qualidade de vida da população local.	
2C67	Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Estudos e Tecnologias Estratégicas para o Nordeste - CETENE
<i>Descrição:</i> O Centro atua na execução da política do Ministério da Ciência e Tecnologia como articulador de redes temáticas em ciência, tecnologia e inovação a partir da identificação de oportunidades e necessidades locais, regionais e nacionais, buscando desenvolver, introduzir e aperfeiçoar inovações tecnológicas que venham beneficiar a sociedade, constituindo-se em um centro de referência em suas áreas de competência para todos os segmentos atentos à importância do desenvolvimento tecnológico como diferencial competitivo no País. <i>Finalidade:</i> Realizar empreendimentos, projetos interdisciplinares, atividades de pesquisa tecnológica e prestação de serviços técnicos especializados de caráter estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste Brasileiro.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4031	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia)
<i>Descrição: Financiamento de projetos individuais ou cooperativos, através de editais, cartas convite e outros; treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, por meio da concessão de bolsas de estudos, oferta de cursos, treinamento e intercâmbio conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor, e os procedimentos adotados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.</i> <i>Finalidade: Apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que contemplem a cadeia do processo da inovação em biotecnologia, com o objetivo de minimizar ou solucionar impactos sociais provocados pelas atividades relacionadas à área; promover a formação e capacitação de recursos humanos; fortalecer a infra-estrutura nacional de pesquisas e serviços de suporte; expandir a base de conhecimento da área; estimular a formação de empresas de base biotecnológica e a transferência de tecnologias para empresas consolidadas; realizar estudos de prospecção e monitoramento do avanço do conhecimento no setor.</i>	
4043	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio (CT-Agronegócio)
<i>Descrição: Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico aplicados ao setor do agronegócio ou que visem atenuar ou solucionar impactos sociais gerados pelas atividades relacionadas ao setor, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor, incluindo o apoio às atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos e treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor do agronegócio, por meio da concessão de bolsas de estudos, oferta de cursos, treinamento e intercâmbio, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor e os procedimentos adotados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.</i> <i>Finalidade: Apoiar financeiramente a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e Inovação Tecnológica nas diferentes cadeias do agronegócio nacional; promover a atualização tecnológica da indústria agropecuária, com introdução de novas variedades a fim de reduzir doenças do rebanho e o aumento da competitividade do setor; estimular à ampliação de investimentos na área de biotecnologia agrícola tropical e de novas tecnologias e incentivar a capacitação de recursos humanos para o agronegócio brasileiro, nos aspectos de pesquisa, apoio técnico e gestão.</i>	
4053	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico)
<i>Descrição: Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico aplicados ao setor aeronáutico ou voltados para solucionar ou atenuar impactos sociais gerados pelas atividades do setor, incluindo o apoio a atividades de fluxo contínuo necessárias à execução dos projetos; treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor aeronáutico, por meio da concessão de bolsas de estudos, oferta de cursos, treinamento e intercâmbio, conforme política estabelecida pelo Comitê Gestor e os procedimentos adotados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.</i> <i>Finalidade: Financiar estudos e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados para o setor aeronáutico.</i>	
4122	Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA - OS
<i>Descrição: Promoção do desenvolvimento da alta competência na área da matemática.</i> <i>Finalidade: Realizar pesquisa fundamental e aplicada e o desenvolvimento científico e tecnológico na área da matemática.</i>	
4123	Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF
<i>Descrição: Pesquisa em Física Teórica e Experimental: desenvolvimento e formação de recursos humanos altamente especializados (mestres e doutores) na área de Física e em Instrumentação Científica.</i> <i>Finalidade: Realizar pesquisa em Física Teórica e Experimental e promover a formação de recursos humanos altamente qualificados, contribuindo, dessa forma, para a independência científica e tecnológica do País.</i>	
4124	Pesquisa e Desenvolvimento em Astronomia e Astrofísica, Geofísica e Metrologia de Tempo e Frequência
<i>Descrição: Promoção de pesquisa em astronomia e astrofísica, geofísica e metrologia de tempo e frequência; formação de mestres e doutores; manutenção de convênios e missões de observações astronômicas e astrofísicas; aquisição e manutenção de equipamentos geofísicos para medidas de parâmetros físicos terrestres; manutenção e atualização da rede de computadores e softwares especializados; publicações em periódicos, revistas nacionais e internacionais e participação em congressos.</i> <i>Finalidade: Desenvolver conhecimentos em astronomia e astrofísica, geofísica e metrologia de tempo e frequência.</i>	
4125	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG
<i>Descrição: Apoio às atividades de pesquisa, comunicação e inovação tecnológica para atender as demandas específicas nas áreas de Botânica, Ciências humanas, Ciências da Terra, Ecologia e Zoologia. Viabilização de treinamento e capacitação de recursos humanos no MPEG.</i> <i>Finalidade: Realizar pesquisa fundamental e aplicada, promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, formar recursos humanos e conservar acervos, em ciências sociais e naturais da Amazônia.</i>	
4126	Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica e Astronomia no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA
<i>Descrição: Fornecimento da infra-estrutura para observações astronômicas na faixa óptica e infravermelha para a comunidade astronômica brasileira através do planejamento, desenvolvimento de projetos, construção, instalação, operação e manutenção de telescópios; da instrumentação periférica para realizar pesquisas científicas na área; e do treinamento e da difusão de conhecimento em astronomia.</i> <i>Finalidade: Fornecer meios observacionais à comunidade astronômica brasileira para possibilitar, no âmbito nacional, o desenvolvimento de pesquisas pertinentes e a formação de Recursos Humanos, para fortalecer a competência técnico-científica no campo da astronomia e da astrofísica.</i>	
4128	Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM
<i>Descrição: Publicação de relatórios, estudos, textos e trabalhos técnico-científicos; divulgação técnica nacional e internacional; atividades de extensão tecnológica; relacionamento com parceiros e clientes; registro e manutenção de patentes e outros títulos de propriedade intelectual; participação em eventos técnico-científicos no país e no exterior; manutenção de edificações, laboratórios e equipamentos; aquisição de materiais e reagentes químicos; manutenção de biblioteca; contratação de pessoal técnico de apoio; segurança e conservação de instalações.</i> <i>Finalidade: Desenvolver pesquisas em processos e tecnologias, objetivando o aproveitamento sustentável dos recursos minerais, assim como a transferência das tecnologias, produtos e processos desenvolvidos para o setor produtivo e para a sociedade</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4129	Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas Amazônicos no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
<i>Descrição:</i> Realização de pesquisas de inventário faunístico e florístico, de taxonomia e sistemática, de climatologia, de hidrologia, de vetores de endemias regionais, de nutrição humana e segurança alimentar e nutricional, de ecologia de espécies animais e vegetais, de consequências ecológicas de ocupação antrópica, de distribuição de recursos pesqueiros, de genética animal e vegetal, fisiologia de espécies pesqueiras de aceitação comercial variada, de recursos agroflorestais, de fito e zooplâncton, de limnologia, de distribuição de agentes polinizadores, de biotecnologia e inovação, entre outras. <i>Finalidade:</i> Inventariar recursos naturais da Amazônia e elucidar o funcionamento de seus ecossistemas, visando o desenvolvimento socioeconômico a partir de uma base ampla e variada de recursos naturais com elevado potencial biotecnológico.	
4132	Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT
<i>Descrição:</i> Divulgação de projetos de pesquisa, de natureza teórica e tecnológica, aplicados em diferentes áreas de conhecimento e setores de atividades, no âmbito da informação e comunicação em Ciência e Tecnologia, Cultura e Sociedade. Realização de cursos stricto sensu e lato sensu no contexto da Ciência da Informação. <i>Finalidade:</i> Divulgar pesquisas e informação em ciência e tecnologia.	
4135	Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Clima e os Ciclos Biogeoquímicos dos Ecossistemas Amazônicos (LBA)
<i>Descrição:</i> Apoio logístico, manutenção de infra-estrutura dos laboratórios de campo (sítios experimentais), operação de banco de dados, organização de reuniões técnico/científicas, promoção de eventos (workshops) para discussão, formulação e divulgação do conhecimento para o público-alvo por meio de palestras, cartilhas, seminários e outros; medições contínuas da rede de monitoramento de variáveis climáticas e de fluxos de energia, vapor de água e de gás carbônico em 13 sítios experimentais. Realização, pelo Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), de pesquisas, principalmente de campo e modelagem, com o objetivo de entender as consequências das alterações nos ciclos da água, da energia solar, do carbono e dos nutrientes, em função das modificações da cobertura vegetal provocada pela ocupação acelerada da Região e, também, para minimizar os efeitos negativos que têm sobre os ecossistemas da Região e do Planeta. Formação de recursos humanos de alto nível da própria Região Amazônica. <i>Finalidade:</i> Apoiar a geração de novos conhecimentos necessários à compreensão do funcionamento climatológico, ecológico, biogeoquímico e hidrológico da Amazônia, do impacto das mudanças dos usos da terra nesse funcionamento e das interações entre a Amazônia e o sistema biogeofísico global da Terra.	
4139	Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC
<i>Descrição:</i> Realização de pesquisa, desenvolvimento e formação de recursos humanos em Computação Científica, em especial na construção e aplicação de modelos e métodos matemáticos e computacionais na solução de problemas científicos e tecnológicos, bem como disponibilizar ambiente computacional para processamento de alto desempenho. <i>Finalidade:</i> Desenvolver o conhecimento e formar recursos humanos na área de Computação Científica. Disponibilizar ambiente computacional para processamento de alto desempenho.	
4141	Serviços de Tecnologia de Informação para a Indústria
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, prospecção e adaptação de métodos, técnicas e ferramentas para a produção, avaliação e melhoria da qualidade de produtos e processos em Tecnologia da Informação. Prestação de serviços de alto conteúdo tecnológico e apoio a projetos em tecnologias da informação aplicadas. Projetos para desenvolvimento de inovações em sistemas das tecnologias da Informação. <i>Finalidade:</i> Desenvolver ferramentas, sistemas, métodos e macro-processos que cubram o ciclo de engenharia e da qualificação de produtos de hardware e software, disponibilizando-os através de serviços e projetos, visando o aumento da capacidade de inovação, da produtividade e da competitividade local e internacional dos agentes socioeconômicos públicos e privados.	
4148	Apoio a Entidades para Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos
<i>Descrição:</i> Concessão de apoio financeiro a congressos, seminários e outros eventos em C&T selecionados, incluindo negociação com as instituições realizadoras quanto a temas, programação, divulgação e demais desdobramentos, tais como impressão e distribuição de anais. <i>Finalidade:</i> Apoiar a realização de congressos e seminários técnicos e científicos, para difusão do conhecimento gerado nas novas pesquisas.	
4156	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)
<i>Descrição:</i> Financiamento de programas de formação e qualificação de recursos humanos e de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico voltados para a indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e da indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias. <i>Finalidade:</i> Estimular a inovação na indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e na indústria petroquímica de primeira e segunda geração, e em toda a cadeia de suprimentos de bens e serviços dessas indústrias, visando aumentar a competitividade e o conteúdo nacional nas operações das mesmas.	
4158	Fomento à Pesquisa Fundamental
<i>Descrição:</i> Apoio financeiro a projetos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento. <i>Finalidade:</i> Apoiar o processo de geração e disseminação de novos conhecimentos mediante o desenvolvimento de pesquisas em ciência básica.	
4163	Fomento a Projetos Voltados para a Geração de Conhecimentos, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores
<i>Descrição:</i> O fomento à pesquisa é um dos elementos propulsores de uma ação continuada de consolidação do Sistema Nacional de C, T&I, que prevê a expansão do conhecimento e sua crescente aplicação na solução de problemas sociais e no desenvolvimento do país de uma forma geral. <i>Finalidade:</i> Estimular projetos em áreas consideradas fundamentais para a sustentação do processo inovativo e criação de tecnologias que insiram o Brasil na disputa tecnológica mundial e melhorem a qualidade de vida da população brasileira.	
4172	Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS
<i>Descrição:</i> Manutenção e atualização de serviços de telecomunicações nacionais e internacionais para consolidação e desenvolvimento da infra-estrutura física de comunicação e colaboração em ensino, pesquisa e inovação; bem como manutenção e atualização da infra-estrutura de equipamentos de comunicação e computação dos 27 pontos-de-presença (PoP) da rede no País. <i>Finalidade:</i> Prover infraestrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4174	Pesquisa em História e Memória do Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST
<i>Descrição:</i> Realização de pesquisas em museologia, educação em ciência e história da ciência e tecnologia no Brasil; capacitação de recursos humanos nestas áreas; preservação e disseminação de acervos históricos de ciência e tecnologia; assessoramento às instituições de pesquisa na preservação e disseminação de seus acervos históricos; formação de redes institucionais de pesquisa; e apoio a pesquisadores nas áreas de atuação do MAST. <i>Finalidade:</i> Divulgar, pesquisar e preservar o patrimônio e a história científica e tecnológica brasileira	
4185	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)
<i>Descrição:</i> Projetos de desenvolvimento científico e tecnológico voltados para as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e treinamento e aperfeiçoamento de profissionais deste setor. <i>Finalidade:</i> Promover a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico da área de tecnologia da informação; ampliar e fortalecer a qualificação de recursos humanos visando à capacitação e à competitividade da área de tecnologia da informação e da cadeia de conhecimentos associada, bem como desenvolver pesquisas que visem a inclusão através de soluções de governo eletrônico e educação à distância. Financiar pesquisas relacionadas à minimização de impactos sociais oriundos de atividades relacionadas ao setor.	
4186	Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de projetos inovadores de pesquisa e desenvolvimento nas tecnologias-chave da Informação atendendo às tendências de aumento da complexidade, flexibilidade e conectividade, integrando competências para o desenvolvimento de soluções e aplicações que incluem componentes para o processamento e transmissão da informação, interfaces homem-sistema, circuitos e sistemas, tecnologias de software e aplicações. <i>Finalidade:</i> Desenvolver projetos e pesquisas no âmbito da Tecnologia da Informação com o objetivo de ampliar a capacidade de competição do setor produtivo do País tanto no mercado interno como no externo, contribuindo com inovações com alto valor agregado.	
4188	Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas e Não-Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas para conhecimento da biodiversidade, para monitoramento social, ambiental e gestão de áreas protegidas para o uso sustentado dos recursos naturais e para a promoção da qualidade de vida das populações tradicionais das florestas alagadas e não-alagadas da Amazônia. <i>Finalidade:</i> Apoiar o desenvolvimento de modelo de conservação e uso sustentado da Amazônia, inclusive de áreas protegidas onde, por meio do manejo participativo e sustentável, possam ser mantidos a biodiversidade, os processos ecológicos e evolutivos dos recursos naturais da região.	
4192	Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron sob a Coordenação da Associação Brasileira de Luz Síncrotron - ABTLuS - OS
<i>Descrição:</i> Operação da fonte de luz síncrotron e de outras instalações experimentais de ponta; apoio a usuários das comunidades acadêmica e empresarial; desenvolvimento de pesquisas de excelência em materiais avançados e energia; e desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos. O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), gerido pela Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron, é responsável por essas linhas de atuação por meio de seus Laboratórios Nacionais: Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), Laboratório Nacional de Biotecnologia (LNBio), Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Biotanol (CTBE) e Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano). <i>Finalidade:</i> Pesquisar, desenvolver e aplicar a fonte de luz Síncrotron.	
4213	Apoio à Disseminação de Novos Conhecimentos, Tecnologias e Processos Inovadores
<i>Descrição:</i> Concessão de recursos financeiros para edição, impressão e publicação de periódicos científicos, apoio a eventos, incluindo intercâmbio de conhecimentos, competências e habilidades. <i>Finalidade:</i> Apoiar o processo de disseminação de novos conhecimentos, tecnologias e processos inovadores como estratégia voltada para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico e para a Inovação.	
4542	Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica
<i>Descrição:</i> Realização de estudos e desenvolvimento de processos, produtos e serviços, relacionados à inserção tecnológica e aos entraves tecnológicos dos sistemas de produção. <i>Finalidade:</i> Aumentar a competitividade da economia regional mediante o apoio a projetos de desenvolvimento, de adaptação e de transferência de tecnologias (processos, produtos e serviços) direcionadas à transformação econômica sustentável da biodiversidade amazônica.	
4544	Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Genéticos
<i>Descrição:</i> Fomento a centros de ensino e pesquisa e a sistemas regionais de C. T. e I., na Região Amazônica, na área de recursos genéticos e biotecnologia, envolvendo apoio a infra-estrutura de laboratórios, instalações, máquinas e equipamentos; projetos de pesquisa básica e aplicada e eventos técnico-científicos, além da formação de recursos humanos. <i>Finalidade:</i> Ampliar o conhecimento científico-tecnológico sobre o uso sustentável dos recursos genéticos amazônicos.	
4655	Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento tecnológico, avaliação e implantação de novos protocolos, serviços e aplicações na rede; disseminação destas tecnologias entre organizações usuárias; capacitação de recursos humanos, tanto para atender às necessidades decorrentes dos objetivos descritos, como para difundir o conhecimento em tecnologia de informação e comunicação; diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da infra-estrutura nacional de redes IP (Protocolo Internet) avançada para colaboração e comunicação em ensino e pesquisa. <i>Finalidade:</i> Assegurar o alcance de objetivos estratégicos em redes avançadas, fortalecendo o processo de inclusão digital no País. Promover o desenvolvimento tecnológico de novos protocolos, serviços e aplicações de redes. Prover serviços de infra-estrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Promover a disseminação de tecnologias, através da implantação em nível de produção de novos protocolos, serviços e aplicações de redes, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4661	Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa e Inovação nos Institutos de Pesquisa do MCTI
<i>Descrição:</i> Implementar mecanismos e providenciar o ajuste da capacidade de P, D & I nos institutos de pesquisa vinculados e supervisionados pelo MCT, através de redes em áreas estratégicas de P,D&I e C&T,I visando à cooperação mútua com outras instituições de pesquisa brasileiras, ampliar o acesso à informação e ao conhecimento; contratar estudos e consultorias, promover a divulgação de informação, apoiar eventos de C&T,I, bem como, a melhoria da infraestrutura laboratorial. <i>Promover a descentralização das atividades de C,T&I e P&D,I dos Institutos do MCT nas diversas regiões do País e a instalação/ampliação de laboratórios multiusuários.</i> <i>Implantar mecanismos de apoio à consolidação de Núcleos de Inovação Tecnológica nos Institutos de Pesquisa do MCT, com a finalidade de gerir sua política de inovação, incentivar as criações desenvolvidas no âmbito dessas Instituições e apoiar as proteções requeridas e concedidas, os contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados, bem como, a exploração econômica de produtos, processos e tecnologias, incubação de empresas, parques tecnológicos e serviços tecnológicos; estimular a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação em redes estratégicas com empresas nacionais, outras ICTs e organizações de direito privado sem fins lucrativos na área de Ciência, Tecnologia e Inovação e manutenção das patentes, conforme preceituam os Artigos nºs 3º, 4º, 17º e 18º e seus respectivos parágrafos do Decreto nº 5.563 de 11.10.2005, que regulamentou a Lei nº 10.973, de 02.12.2004.</i> <i>Finalidade:</i> Expandir e fortalecer a capacidade de pesquisa científica, tecnológica e de inovação no País em novas áreas e/ou áreas estratégicas na forma de redes com a participação dos Institutos de Pesquisa vinculados e supervisionados pelo MCT.	
4942	Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação em Biotecnologia
<i>Descrição:</i> A ação contribuirá para a expansão e o fortalecimento da base científica e para a promoção da inovação biotecnológica, de modo a tornar o país mais competitivo a partir da geração de novos produtos, processos e serviços capazes de melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira. Isto se dará por meio do fomento a projetos de P,D&I em biotecnologia, do aprimoramento da infraestrutura de pesquisa existente no país, da realização de estudos prospectivos, da formação e qualificação de recursos humanos em biotecnologia, inclusive por intermédio do estabelecimento de cooperações nacionais e internacionais <i>Finalidade:</i> Apoiar a geração e a expansão do conhecimento em biotecnologia visando o desenvolvimento de produtos, processos e serviços biotecnológicos nos setores de produção primária, saúde, indústria e meio ambiente.	
4945	Alfabetização Científica em Espaços Não-Formais de Educação pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST
<i>Descrição:</i> Realização de atividades e eventos de popularização da ciência e tecnologia para a inclusão social através de exposições no MAST e itinerantes, atividades para professores relacionadas a metodologias de ensino para ciências e atividades educativas para grupos escolares, que estimulem o conhecimento e a curiosidade científica. <i>Finalidade:</i> Ampliar o acesso da população brasileira ao conhecimento científico e tecnológico.	
4947	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia
<i>Descrição:</i> Financiamento a projetos de pesquisa básica e aplicada, em diversas áreas de conhecimento, realizados por universidades e centros de pesquisa. <i>Finalidade:</i> Apoiar a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País.	
4949	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica (CT-Amazônia)
<i>Descrição:</i> De acordo com o Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, dos 5% destinados pela Lei de Informática, no mínimo 2,3% deverão ser aplicados em atividades de P&D na Amazônia Ocidental, sendo que serão depositados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (percentual não inferior a 0,5%). Destes, percentagem não inferior a 50% deverá ser destinada ao apoio a projetos de pesquisa de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) públicas (localizador 0010 - Na Região Norte); e até 2/3 dos valores referentes aos até 2,7%, que complementam os 5% acima citados, poderão ser aplicados sob a forma de recursos financeiros em Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação na Amazônia (ProTI-Amazônia), gerido e coordenado pelo MDIC por meio da SUFRAMA com a assessoria do CAPDA (Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia) (localizador 0101 - Na Amazônia Ocidental) <i>Finalidade:</i> Fomentar atividades de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), contando com recursos provenientes de percentual do faturamento bruto no mercado interno de empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática.	
4954	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias Renováveis
<i>Descrição:</i> Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica por meio de estudos e projetos focados no aproveitamento de resíduos e biomassa para a produção de biocombustíveis, no desenvolvimento de catalisadores para produção de energia limpa, na realização de estudos das diferentes rotas de produção do hidrogênio e realização de estudos e projetos de avaliação de processos e equipamentos, visando à minimização dos impactos ambientais e a sustentabilidade do País. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos e pesquisas nas áreas de energias renováveis e conservação e uso racional de energia com foco em combustíveis tradicionais e combustíveis alternativos, que atendam as demandas dos setores produtivos. Estes estudos e pesquisas envolvem biomassa para produção de combustíveis sintéticos; etanol de segunda geração, hidrogênio e suas aplicações.	
4955	Inovação e Engenharia de Produtos e Processos no Instituto Nacional de Tecnologia - INT
<i>Descrição:</i> Promover o aumento da taxa de inovação das empresas brasileiras contribuindo para aumentar o valor agregado dos produtos e serviços, sua produtividade e competitividade nos mercados interno e externo. <i>Finalidade:</i> Garantir a modernização da infra-estrutura laboratorial do INT visando o atendimento das demandas por serviços tecnológicos de extrema relevância para o País, em particular nas áreas de saúde, petróleo e gás, energias renováveis, petroquímica, defesa e tecnologias sociais.	
4972	Pesquisa e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia - INT
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de soluções tecnológicas multidisciplinares para os segmentos industriais, em especial nos setores de petróleo e gás, petroquímica, energias renováveis, saúde, tecnologias sociais e defesa, por meio da implementação de projetos, prestação de serviços tecnológicos e atuação em rede. <i>Finalidade:</i> Desenvolver produtos e processos inovadores utilizando o marco legal de apoio à inovação, fomentando a proteção e repasse da propriedade intelectual, contribuindo para a consolidação e geração de empresas de base tecnológica.	
6147	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação
<i>Descrição:</i> Cooperação com organismos internacionais e países em áreas estratégicas para o Brasil, apoiando projetos conjuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação, eventos, missões técnicas e intercâmbios de recursos humanos. <i>Finalidade:</i> Incrementar a posição do Brasil em Ciência, Tecnologia e Inovação e fortalecer parcerias estratégicas com organismos internacionais e países considerados prioritários no âmbito da política externa brasileira.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6190	Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos nas Unidades de Pesquisa
<i>Descrição:</i> Apoio às unidades de pesquisa vinculadas ao MCT na participação, realização e organização de congressos, seminários e outros eventos em Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I. Planejamento e desenvolvimento de estratégias de difusão de forma integrada às áreas de pesquisa e desenvolvimento. Proposição e atualização de ação institucional para difusão de conhecimentos em ciência e tecnologia. Busca de parcerias e cooperação com universidades, instituições públicas e privadas e agências para o desenvolvimento de atividades de difusão de conhecimento. <i>Finalidade:</i> Apoiar a realização, organização e participação em eventos, congressos, seminários técnicos e científicos, para a difusão do conhecimento em Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I.	
6237	Desenvolvimento de Pesquisa nos Centros Regionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE
<i>Descrição:</i> Funcionamento, manutenção e desenvolvimento de atividades científicas, tecnológicas e administrativas nos três Centros Regionais do INPE, de acordo com suas atribuições institucionais. No caso do INPE/Nordeste (Centro Regional do Nordeste – CRN), realizar operação, modernização e expansão do Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais nas suas unidades em Natal (RN) e Eusébio (CE), além de outras atividades de P&D e operacionais em ciências climáticas e sensoriamento remoto. No caso do INPE/Amazônia (Centro Regional Amazônia – CRA), realizar o monitoramento de florestas tropicais por satélite, com ênfase na região da Amazônia Legal, incluindo atividades de campo e treinamento/cursos, e instalar e operar equipamentos de rede de monitoramento do Clima Espacial em Belém (PA). No caso do Centro Regional Sul (CRS), com instalações em Santa Maria e São Martinho da Serra (RS), realizar P&D e atividades operacionais nas áreas de clima espacial, prevenção e mitigação de desastres naturais, meteorologia, oceanografia e engenharia espacial, além de coordenar os projetos do INPE na região Antártica. <i>Finalidade:</i> Realizar pesquisa, desenvolvimento tecnológico e atividades operacionais nos Centros do INPE na região Nordeste (Centro Regional do Nordeste – CRN), na Amazônia (Centro Regional da Amazônia – CRA) e na região Sul (Centro Regional Sul – CRS), e garantir o funcionamento de suas respectivas Unidades em Natal, RN, e Eusébio, CE, (CRN), Belém, PA, (CRA), e Santa Maria e São Martinho da Serra, RS, (CRS).	
6257	Apoio à Consolidação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC)
<i>Descrição:</i> Apoiar e reforçar as ações das redes Sibratec. Este apoio poderá ocorrer por meios variados, como o desenvolvimento e transferência de tecnologia, implementação de serviços tecnológicos, disseminação de boas práticas das redes, realização de eventos de avaliação de resultados, material de divulgação, dentre outros. <i>Finalidade:</i> Apoiar o desenvolvimento tecnológico do setor empresarial brasileiro dando suporte à articulação e consolidação das redes Sibratec em seus três componentes (Centros de Inovação, Serviços Tecnológicos e Extensão Tecnológica) facilitando o alcance de melhores índices de inovação por parte das empresas nos segmentos considerados estratégicos pelas políticas públicas.	
6702	Apoio a Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica
<i>Descrição:</i> Consolidação e expansão da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT); estímulo ao uso de meios modernos de comunicação para a divulgação científica; apoio à realização de feiras de ciência, concursos, certames, produção de material didático, além de atividades culturais para a divulgação da ciência; apoio ao desenvolvimento de recursos humanos para atuação na popularização da ciência e tecnologia; apoio a formação e a qualificação de comunicadores em ciência; consolidação e ampliação do programa de cooperação em popularização da ciência e tecnologia com o Mercosul e com outros países. <i>Finalidade:</i> Promover a democratização do acesso ao conhecimento por meio de apoio a projetos, atividades ou eventos de divulgação científica realizados por entidades científicas, universidades, instituições de pesquisa e ensino, organismos estaduais, municipais e outros.	
6780	Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica
<i>Descrição:</i> Reposição e manutenção atualizada do acervo de periódicos e livros presentes nas bibliotecas das Unidades de Pesquisa <i>Finalidade:</i> Dotar as Unidades de Pesquisa (UPs) da base fundamental para sua atividade fim, que é a execução dos trabalhos científicos e dos projetos tecnológicos, de acordo com seu regimento interno, oferecendo subsídios para consultas bibliográficas durante o desenvolvimento de pesquisas.	
6846	Fomento a Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação das Empresas
<i>Descrição:</i> Fomento a projetos, eventos e cursos junto a instituições públicas e privadas para capacitação tecnológica e de inovação das empresas, para atuar em cenário decorrente da reestruturação econômica, mediante a articulação, implementação e desenvolvimento de parcerias e que contribuam para a disseminação e difusão do conhecimento favorecendo o esforço de mobilização para a inovação (PRO-INOVA). <i>Finalidade:</i> Promover a ampliação da capacitação tecnológica das empresas e de inovação, visando à melhoria da qualidade e da competitividade dos bens e serviços produzidos no País.	
6995	Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos apresentados pelas diversas áreas da produção e do conhecimento que tenham como propósito o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica apoiando, inclusive, laboratórios de instituições públicas ou privadas convidados à se associarem ao sistema das Unidades de Pesquisa do MCT, que disponibilizam sua infra-estrutura laboratorial e funcional à comunidade científica e tecnológica para permitir a realização de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Criação e manutenção de Núcleos Regionais de Pesquisa no âmbito das Unidades de Pesquisa do MCT. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a capacidade científica e tecnológica no país, especialmente em áreas novas e/ou estratégicas, com vistas ao constante aprimoramento da qualidade dos produtos ofertados, proporcionando maior competitividade à indústria nacional e estímulo ao crescimento e desenvolvimento da base científica e tecnológica do país.	
7306	Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas nas Unidades de Pesquisa do MCTI
<i>Descrição:</i> Expansão e aperfeiçoamento do SIGTEC nas Unidades de Pesquisa do MCT, implantação do sistema em outras Unidades de Pesquisa do MCT, promovendo o aperfeiçoamento de práticas de gestão, acompanhamento de projetos e estruturação, registro e armazenamento do conhecimento produzido pelas Unidades. Integração do SIGTEC com o Sistema de Gestão de Cooperação Internacional – SIGECI. Disponibilização do acervo técnico-científico, produzido nas Unidades de Pesquisa do MCT, à comunidade externa em site externo. Desenvolvimento de novas funcionalidades do sistema em atendimento às necessidades específicas de cada UP, bem como o aperfeiçoamento do sistema de métricas e captura de informações para geração de relatórios gerenciais referentes aos indicadores do TCG. Desenvolvimento de um sistema de informações gerenciais para ser utilizado a partir da SCUP/CGUP, que agregue informações de cada UP a partir das bases de dados do SIGTEC. <i>Finalidade:</i> Expandir e aperfeiçoar o Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas – SIGTEC na versão web, já instalado em 12 (doze) Unidades de Pesquisa e implantar o sistema em outras Unidades do MCT, visando a geração de uma base comum de informações sobre as unidades, tanto do ponto de vista de suas contribuições científicas e tecnológicas como administrativas e gerenciais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7J56	Implantação do Instituto de Excelência em Águas - HIDROEX
<i>Descrição:</i> A sede do Instituto de Excelência em Águas - Hidroex será instalada na cidade de Frutal, no Triângulo Mineiro, região estratégica para contribuir para a preservação dos recursos hídricos. Deverá articular e reforçar competências em recursos hídricos a fim de se tornar um importante centro de geração e difusão de conhecimento para o Brasil, e também para a América Latina e países da África de língua portuguesa. <i>Finalidade:</i> Dotar o Instituto de Excelência em Águas - Hidroex de infra-estrutura adequada para atuar como um grande pólo de excelência no estudo das águas e seus desdobramentos.	
8470	Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos
<i>Descrição:</i> Esta ação contempla projetos que apoiem a implantação, operação, gestão e melhoria da infraestrutura de incubadoras de empresas e parques tecnológicos para atuarem como instrumento de apoio para ao surgimento e fortalecimento de empresas inovadoras. Estas empresas devem ser caracterizadas pela inovação tecnológica de seus produtos, processos e serviços. Serão contemplados também projetos de melhoria de gestão de incubadoras e parques tecnológicos ou dirigidos às empresas inovadoras incubadas ou situadas nos parques ou em arranjos produtivos locais. <i>Estes projetos abrangem:</i> (i) realização de eventos diversos para a divulgação e disseminação das atividades desenvolvidas pelas incubadoras e parques tecnológicos; (ii) incentivo ao empreendedorismo e inovação tecnológica nas empresas; (iii) seminários técnicos para apresentação de trabalhos, pesquisas e resultados destas organizações; (iv) participação em feiras e exposições para a apresentação de produtos e serviços que contemplem inovações; (v) fortalecimento da atuação de parques e incubadoras em redes para a disseminação das facilidades, boas práticas e experiência de gestão e informações sobre a infraestrutura disponível nas incubadoras e parques para as empresas inovadoras; (vi) realização de estudos de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE e Plano de Negócios para parques e incubadoras; (vii) realização de estudos e pesquisas de impactos, tecnológicos, sócio-econômicos, levantamento e atualização de indicadores dos parques, incubadoras e das empresas a eles associados; (viii) estudos e pesquisas para identificação de oportunidades de desenvolvimento tecnológico em apoio às cadeias produtivas e desenvolvimento regional; (ix) auxílio a estudantes e bolsistas; (x) realização de cursos de capacitação para empreendedores e gestores de incubadoras, parques tecnológicos; (xi) elaboração e reprodução de material institucional de divulgação (impresso e mídia); (xii) reforma ou adaptação de imóveis existentes; (xiii) aquisição de equipamentos e material permanente para a infraestrutura predial e laboratorial existentes. <i>Finalidade:</i> Fortalecer e consolidar projetos de implantação, operação e melhoria da infraestrutura de parques e incubadoras de empresas de bases tecnológica, com vistas a oferecer ambiente adequado para o nascimento e fortalecimento de empresas inovadoras cujos produtos, processos e serviços sejam fundamentados em tecnologias advindas de pesquisas e desenvolvimento.	
8480	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Fármacos e Medicamentos
<i>Descrição:</i> Apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação cooperativos, envolvendo empresas nacionais de base biotecnológica e instituições públicas de excelência científica, visando a transferência de tecnologias e a absorção de recursos humanos especializados pelas bioindústrias. Além disto, a promoção de atividades de cooperação internacional serão utilizadas como instrumento de desenvolvimento conjunto e transferência de tecnologias para empresas por meio de programas internacionais já consolidados no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia. <i>Finalidade:</i> Incentivar atividades de pesquisa e desenvolvimento, a partir da biodiversidade brasileira, incluindo organismos marinhos - vegetais ou animais - com vistas à transferência de tecnologia, objetivando a inovação nas empresas de biotecnologia que atuam em saúde, para posicionar competitivamente a bioindústria brasileira na comunidade biotecnológica internacional, de forma a diminuir riscos tecnológicos da inovação.	
8482	Apoio a Pesquisas de Resíduos e Contaminantes
<i>Descrição:</i> Modernização da infra-estrutura de institutos tecnológicos necessária para pesquisa de novas metodologias de detecção de resíduos e contaminantes; ampliação da formação de recursos humanos de institutos tecnológicos em biotecnologia, química, bioquímica, entre outras; acreditação de institutos tecnológicos junto ao INMETRO; criação de uma rede de institutos tecnológicos para desenvolvimento de novas metodologias de detecção de resíduos e contaminantes. <i>Finalidade:</i> Apoiar pesquisa de novas metodologias de detecção de resíduos e contaminantes para o monitoramento de produtos brasileiros de origem animal e vegetal destinados à exportação e ao mercado interno, dentro de padrões internacionais.	
8500	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Setor de Conteúdos Digitais
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos de pesquisas de estímulo a inovação em diversos segmentos, destacando-se os radiodifusores, as indústrias de equipamentos transmissores e receptores, os produtores de conteúdo e a indústria de software; Mobilização e coordenação de ações de redes multidisciplinares de instituições acadêmicas e de P&D brasileiras com o objetivo comum de desenvolver a competência nacional para inovação em comunicações digitais, em particular para a TV digital; Provisão dos meios necessários para implantar o Centro de Desenvolvimento para Conteúdos Digitais, na forma de uma unidade de coordenação de uma plataforma de P&D&I descentralizada, com foco no desenvolvimento de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação; Viabilização de atividades de P&D&I em tecnologias relacionadas a conteúdos digitais no País (novas mídias, jogos eletrônicos, animação, computação gráfica aplicada a conteúdos multi-plataforma; desenvolvimento de soluções interativas e interoperáveis nas áreas de saúde, segurança, educação, previdência, desenvolvimento social, entre outras) e Apoio a projetos de cooperação tecnológica com centros de P&D do exterior; Proporcionar a formação de recursos humanos para conteúdos digitais no Brasil. <i>Finalidade:</i> Consolidar a capacitação tecnológica do País para a implantação, desenvolvimento e inovações de conteúdos digitais, tomando o Brasil um dos principais produtores de conteúdos digitais em diversas plataformas tecnológicas, com destaque em áreas de grande impacto social.	
8563	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e de Construção Naval (CT-Aquaviário)
<i>Descrição:</i> Financiamento a estudos e de projetos de P,D&I nas áreas de materiais, técnicas e processos de construção, de reparação e manutenção e de projetos; e desenvolvimento de componentes de sistemas e peças. Realização de estudos comparativos e prospectivos relacionados ao setor com a finalidade de orientar as políticas públicas e as estratégias das empresas dos setores de transportes aquaviários e construção naval. <i>Finalidade:</i> Financiar projetos de pesquisa, e desenvolvimento e inovação voltados para o setor de transporte aquaviário e de construção naval.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8655	Fomento a Projetos e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanotecnologia
<i>Descrição:</i> A ação visa o desenvolvimento e o fortalecimento da nanociência e da nanotecnologia brasileira de forma a atender as demandas científicas e tecnológicas necessárias à geração de produtos e processos de base nanotecnológica em diversas áreas estratégicas, tais como: química, incluindo fármacos; material eletrônico e aparelhos de comunicações, nanoinstrumentação, nanotoxicologia; equipamentos para automação industrial; agronegócio e pecuária; indústria de cosméticos; segmento de plásticos, energia, defesa, e tantas outras. Esta ação está inserida no Programa C,T&I do MCT, e que contribui para o aumento da competitividade da indústria nacional e o desenvolvimento econômico do país. É constituída do fomento a projetos de P&D em nanotecnologia, criação de redes voltados para o avanço do conhecimento necessários a atender os gargalos científicos e tecnológicos na área; fomento a projetos de pesquisa envolvendo o fortalecimento de laboratórios, preferencialmente de caráter multiusuário, de forma a assegurar condições adequadas para o desenvolvimento de projetos de P&D e fomento a projetos voltados ao estímulo, à integração e à capacitação de pesquisadores, por meio de cursos de curta duração focando temas específicos e avançados da nanotecnologia, preferencialmente entre pesquisadores dos países integrantes do Mercosul pertencentes a redes de pesquisa em nanotecnologia. Estes projetos abrangem além do apoio a projetos conforme acima descrito: a) realização de eventos diversos para a definição de projetos de P&D em nanotecnologia; b) participação em feiras e exposições para divulgação das atividades de pesquisa e interação com empresas visando desenvolvimento de projetos conjuntos; c) realização de estudos prospectivos em nanotecnologia visando subsidiar a otimização da gestão do programa; e d) elaboração e reprodução de material institucional de divulgação. As demandas de pesquisas em áreas estratégicas da nanotecnologia serão definidas pelo MCT, que poderá contar com seu Comitê Consultivo de Nanotecnologia, e implementadas, sempre que possível, via chamada pública. Neste caso, um Comitê de Avaliação fará a seleção das propostas com base em seu mérito e sua conformidade com os termos da chamada pública. As propostas selecionadas serão contratadas pela Agência. O acompanhamento e avaliação dos projetos será realizada por meio de relatórios anuais e eventuais vistas "in loco", quando necessário. <i>Finalidade:</i> Fomentar projetos de pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia, projetos de pesquisa envolvendo o fortalecimento de laboratórios, preferencialmente de caráter multiusuários, projetos voltados ao estímulo, à integração e à capacitação de recursos humanos em nível nacional e internacional, seja mediante a realização de eventos ou cursos avançados de nanotecnologia, desenvolvimento de projetos de protótipos semi-industriais de produtos nanotecnológicos e atividades preparatórias (eventos) para definição de projetos de P&D em nanotecnologia a serem desenvolvidos sejam entre grupos de pesquisa com empresas, com "clusters de empresas ou no âmbito de cooperações internacionais.	
8960	Apoio à Implantação e à Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos
<i>Descrição:</i> Implantação, expansão e consolidação das instalações de Centros Vocacionais Tecnológicos, dotando-as de laboratórios de física, química, biologia, além de ambientes específicos voltados para a capacitação profissional; eventualmente, apoio financeiro complementar para execução de obras civis. <i>Finalidade:</i> Implantar, expandir e consolidar os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), com vistas ao fortalecimento da rede nacional de difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico através da ampliação da oferta de pontos de acesso e difusão do conhecimento científico e tecnológico e suas aplicações no cotidiano das pessoas; apoiar os sistemas locais e regionais de ciência, tecnologia e inovação por meio da integração das capacidades dos atores locais, dentro de suas vocações regionais, visando à promoção de desenvolvimento econômico e social sustentável; contribuir para a melhoria da educação científica; proporcionar cursos de formação técnica e/ou profissional, presencial ou à distância na área científico-tecnológica.	
8961	Apoio à Criação e ao Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia
<i>Descrição:</i> Aumento do número e melhoria na distribuição regional de centros e museus de ciência, aí incluídos planetários, observatórios, parques de ciência, OCCAS (Oficinas de Ciência, Cultura e Arte), espaços não-formais de educação e estruturas similares; apoio a atividades itinerantes (Programa Ciência Móvel) de divulgação de ciência; apoio ao ensino das ciências em escolas públicas; promoção do desenvolvimento de recursos humanos para atuação na popularização da C&T; estímulo a universidades e instituições de ensino e pesquisa a se integrem num grande esforço de educação e divulgação científica de qualidade. <i>Finalidade:</i> Ampliar e desenvolver espaços de popularização da ciência no país e de educação não-formal, além de promover a articulação entre centros e museus de ciência existentes.	
8971	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis
<i>Descrição:</i> Fomento às ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação, formação e capacitação de recursos humanos, capacitação laboratorial nas seguintes linhas e temas: (i) setor sucroalcooleiro visando à produção de etanol, o uso de co-produtos da cana, novos usos para o etanol e tecnologias para a inclusão social, principalmente em temáticas não pesquisadas pelo complexo sucroalcooleiro; (ii) cadeia produtiva do biodiesel, incluindo: matérias primas graxas; tecnologias de produção; estabilidade, armazenamento e problemas associados; caracterização e controle da qualidade; sustentabilidade e uso do biodiesel; e co-produtos. (iii) biomateriais e bioprodutos, principalmente provenientes de co-produtos da cadeia produtiva da bioenergia; produção de biocombustíveis de 2ª geração; biotecnologia aplicada à agroenergia, a florestas energéticas e à produção de bioenergia e biocombustíveis líquidos; (iv) condicionamento e pré-tratamento de resíduos agrícolas e de outras biomassas; (v) produção e uso de biogás utilizando resíduos agropecuários; (vi) tecnologias aplicadas à pequena produção de matérias primas e de biocombustíveis (tais como etanol, biodiesel e biomassa) com a finalidade de inserção desses produtos na cadeia produtiva dos biocombustíveis; (vii) desenvolvimento de novas fontes e rotas tecnológicas de agrominerais para cultivo de oleaginosas e cana-de-açúcar para produção de biocombustíveis. Fomento à elaboração de estudos prospectivos e setoriais com a finalidade de identificar necessidades de investimentos e de gargalos tecnológicos para subsidiar a formulação de políticas públicas na área de biocombustíveis. Fomento a eventos (congressos, seminários, workshops), cursos de curta duração e publicações com a finalidade de disseminar o conhecimento científico e tecnológico na área de biocombustíveis. Fomento à concessão de bolsas para pesquisadores e estudantes na área de biocombustíveis <i>Finalidade:</i> Apoiar projetos de pesquisa técnico-científica, inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos, apoiar a capacitação e formação de recursos humanos na cadeia produtiva do biodiesel, bem como a criação e consolidação de redes de pesquisa e a infraestrutura laboratorial em áreas ligadas aos biocombustíveis.	
8975	Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional
<i>Descrição:</i> Os projetos aprovados devem contribuir para Segurança Alimentar e Nutricional dos grupos sociais mais pobres da sociedade brasileira, observando os princípios da alimentação e nutrição: 1) disponibilidade de alimentos (oferta); 2) consumo alimentar (acesso); 3) utilização biológica. Cada segmento merece estudo e análise para formular propostas de ação adequadas às realidades locais. <i>Finalidade:</i> Apoiar projetos de pesquisa, estudos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional, visando à inclusão social e à redução das desigualdades regionais. Apoiar pesquisa etnográfica sobre cultura alimentar que objetivem a produção do conhecimento sobre hábitos alimentares regionais, em conformidade com a realidade social, econômica, cultural e ambiental e local das comunidades produtivas no meio urbano e rural. Apoiar sistemas locais de SAN a partir do funcionamento de pesquisas, projetos-piloto e empreendimentos de grupos e entidades não-governamentais, parcerias entre universidade e outras organizações. Apoiar a consolidação de iniciativas potenciais. Redes de pesquisa, estudo e desenvolvimento de SAN, envolvendo representantes das esferas federal, estadual, municipal e organização da sociedade civil.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8976	Apoio a Projetos de Tecnologias Social e Assistiva
<i>Descrição:</i> A Tecnologia Social pode ser orientada para a resolução de problemas na produção de bens e serviços que atendam a segmentos em situação de exclusão social. Esta iniciativa focará questões tecnológicas centrais para o desenvolvimento da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais, das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e para a promoção da Economia Solidária. Neste sentido, serão apoiados projetos com ênfase: no desenvolvimento de tecnologia social; na promoção de tecnologias sociais transversais e complementares a outras políticas públicas; na promoção de alternativas tecnológicas de acesso a água para famílias que vivem abaixo da linha da pobreza; no fortalecimento de núcleos universitários de pesquisa e extensão em tecnologia social; no incentivo a processos de pesquisa participativa e de formação de redes locais de experimentadores; no apoio a empreendimentos econômicos solidários que estejam relacionadas aos processos de inovação ou geração de novos conhecimentos; e no apoio à formação de técnicos, tecnólogos, graduandos, mestres e doutores em tecnologia social. Tecnologia Assistiva (TA) é um termo que vem sendo empregado para designar qualquer produto utilizado por pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas, com a função de incrementar sua autonomia e sua qualidade de vida. De acordo com o IBGE, 14,5% da população brasileira (24,5 milhões de pessoas) tem algum tipo de incapacidade ou deficiência. Deste grupo, 48% apresentam deficiência visual, 27% deficiência física e/ou motora, 17% deficiência auditiva e 8% deficiência mental permanente. A população de idosos representa 8,6% da população (15 milhões de pessoas) com 60 anos ou mais, sendo que nos próximos 20 anos a população idosa tende a dobrar. Diante desses números, é possível constatar a importância do tema Tecnologia Assistiva para o cotidiano de um expressivo contingente da população brasileira. A necessidade de apoio a esse setor no Brasil está intimamente ligada à lacuna de conhecimento verificada atualmente no lado da oferta de produtos e serviços voltados para as pessoas com deficiência. Neste sentido, o Ministério da Ciência e Tecnologia deve primar pela articulação de um ambiente institucional capaz de promover a aproximação entre a comunidade científica das áreas de neurociências, computação, automação, robótica e desenho industrial, dentre outras, as indústrias que se ocupam com a fabricação de equipamentos e dispositivos voltados para a acessibilidade e as entidades e organizações que representam e atuam com, e para, as Pessoas com Deficiência. <i>Finalidade:</i> Apoiar e promover o desenvolvimento e a apropriação de tecnologias com fins de fomentar a inclusão social, a autonomia, a independência, e a qualidade de vida.	
8977	Fomento à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais
<i>Descrição:</i> Promoção do desenvolvimento local, por meio da execução de ações que estabeleçam e potencializem processos de aprendizado e inovação em arranjos produtivos locais selecionados, em todo o território nacional, bem como fomentar, em escala regional, parcerias entre institutos de P&D, universidades e setores produtivos, contribuindo para a solução de problemas sociais e para o desenvolvimento sustentado. <i>Finalidade:</i> Apoiar projetos de P&D - Pesquisa e Desenvolvimento em inovação tecnológica que visem ao aumento da competitividade dos arranjos produtivos locais beneficiados.	
8989	Apoio a Redes e Laboratórios de Pesquisa em Física de Altas Energias
<i>Descrição:</i> Organização da pesquisa científica na área de Física de Altas Energias no país; consolidação de uma eficaz participação em colaborações internacionais de porte, através da criação de redes de pesquisa com objetivos e prioridades bem definidas, duração determinada e supervisão pelo Ministério; estruturação da Rede Nacional de Física de Altas Energias (RENAFAE). <i>Finalidade:</i> Promover no País o avanço científico e tecnológico da investigação das propriedades das partículas e suas interações fundamentais, coordenando as atividades dos grupos nacionais atuantes em física de altas energias e, em particular, articulando e estabelecendo as condições necessárias para apoio às atividades associadas às grandes colaborações internacionais e para exploração dos benefícios resultantes dos desenvolvimentos associados e suas implicações tecnológicas.	
2022 Combustíveis	
00EI	Equalização de Taxas de Juros em Financiamentos destinados à Estocagem de Álcool Etílico Combustível (Lei nº 11.922/2009)
<i>Descrição:</i> Pagamento de subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamentos, contratadas em 2009 e 2010, destinadas à estocagem de álcool etílico combustível, correspondente ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados. <i>Finalidade:</i> A ação objetiva, mediante subvenção da União a financiamentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, socorrer o setor sucroalcooleiro que, nos últimos anos, vem passando por dificuldades econômicas agravadas pela crise financeira mundial, que restringiu a obtenção de financiamentos para capital de giro e a disponibilidade de garantias reais. A linha de crédito dará mais tranquilidade ao setor para operar durante essa época de crise, possibilitará a regularidade da venda de álcool etílico combustível na época de entressafra da cana-de-açúcar, sem sobressaltos nos preços do produto.	
1063	Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais
<i>Descrição:</i> Aquisição de 49 navios a serem contruídos em estaleiros brasileiros, no período 2007-2015 <i>Finalidade:</i> Renovar a frota de embarcações próprias a fim de possibilitar a continuidade da operação da empresa.	
10SO	Implantação de Centro Operacional de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), em Duque de Caxias (RJ)
<i>Descrição:</i> Implantação da infra-estrutura operacional de distribuição de GLP por meio de investimentos em estabelecimento operacional (centro operativo), na cidade de Duque de Caxias (RJ), com capacidade para movimentar 8.400 toneladas/mês de GLP, através de obras civis para a construção de escritórios e galpão de produção, composto por 02 carrosséis (30 balanças cada) para envasamento de vasilhames P-13 e demais instalações para envasamento de vasilhames P-2, P-20, P-45, P-90, bem como a montagem de 05 reservatórios P-120.000 para o armazenamento do GLP. <i>Finalidade:</i> Implantar infra-estrutura operacional para melhoria do atendimento ao mercado de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) no Estado do Rio de Janeiro, a partir da construção de 01 centro operativo, conforme evolução dos negócios da Companhia.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10TP	Modernização Estrutural do Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas
<i>Descrição:</i> O Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da ANP – CPT, localizado em Brasília (DF), é hoje um laboratório de reconhecimento nacional em análise de combustíveis, contando com equipamentos da mais alta tecnologia, comparáveis aos dos maiores centros de pesquisas e tecnologia do Brasil. Tendo em vista que a construção do CPT data do final da década de 70, a concepção de layout e infra-estrutura de apoio tornou-se ultrapassada frente à grande modernização do parque tecnológico. Adicionalmente, existe a necessidade permanente de renovação e atualização tecnológica para acompanhar o mercado regulado e fazer frente ao acréscimo de novas atribuições legais da ANP, (Medida Provisória 532/2011) o que enseja a aquisição de novos equipamentos que demandam espaço e alterações de layout. A reforma no CPT possibilitará a ampliação e modernização significativa da área laboratorial, bem como otimização e modernização das áreas administrativas. O aumento da área disponível de laboratórios vai ao encontro da demanda crescente de espaço com base no planejamento da expansão de atividades, prevista para os próximos anos, de ensaios e pesquisas dos laboratórios de combustíveis, lubrificantes, biocombustíveis, motores, petróleo e análises especiais. Tal expansão também contemplará a necessidade de espaço para acomodar novos equipamentos, conforme projeção de aquisições dos próximos anos. Da mesma forma, foi contemplado espaço para o aumento do número de servidores de CPT, que acontecerá com a realização de novo concurso para a ANP. O Projeto realizado em conjunto com o corpo técnico do CPT prevê o isolamento mais eficiente entre o setor administrativo do edifício e os laboratórios, o que minimizará a periculosidade e insalubridade dos ambientes de trabalho, adequando-se às normas atuais de segurança de trabalho e legislação ambiental. O novo projeto prevê ainda o aproveitamento eficiente de áreas do subsolo e cobertura (instalação de Piso Técnico) e modernização das instalações elétricas, hidráulicas, climatização, exaustão, gases especiais, de detecção e combate a incêndios entre outros. Além da obra civil de reforma do CPT, serão substituídos armários, bancadas e capelas. Todo esse mobiliário deverá proporcionar a flexibilidade necessária aos laboratórios de pesquisa e atenderá às normas de segurança. Considerando que a conclusão do Projeto Básico está prevista para esse 1º semestre de 2011, a Agência estará parcialmente preparada para o início do processo licitatório para a execução da obra civil de reforma, pois dependerá da previsão orçamentária para os próximos exercícios. Segundo o Projeto apresentado até o momento, podemos estimar o valor total da obra em aproximadamente R\$ 13.000.000,00. A projeção de duração da obra civil é de 11 meses, com um planejamento que possibilitará o funcionamento ininterrupto dos principais ensaios e pesquisas realizados pelo CPT. <i>Finalidade:</i> Modernizar e aperfeiçoar a Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas, que controla a qualidade dos produtos derivados de petróleo sujeitos a fiscalização e propõe especificações técnicas e métodos de análise, assegurando que os combustíveis e lubrificantes cheguem ao consumidor conforme as especificações adequadas.	
111R	Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP, de 0,5 MM t/ano para 1,6 MM t/ano, através dos Terminais da Ilha Redonda e da Ilha Comprida (RJ)
<i>Descrição:</i> Ampliação da capacidade de escoamento de GLP de 0,5 MM t/ano para 1,6 MM t/ano através do Terminal da Ilha Redonda e novo terminal em Ilha Comprida. <i>Finalidade:</i> Permitir o aumento da produção de gás natural na Bacia de Campos através da criação de sistemas logísticos capazes de escoar o GLP produzido no processamento do gás natural.	
111S	Implantação de Terminal para Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP e C5+, de 1,3 MM m3/dia para 18,0 MM m3/dia, em Barra do Riacho (ES)
<i>Descrição:</i> Ampliação da capacidade e escoamento de GLP (400.000t/ano) e C5+ (1,2MM m³/ano) de Cacimbas através de novo Terminal de Barra do Riacho. <i>Finalidade:</i> Permitir o aumento da produção de gás natural na região de Cacimbas-ES, de 1,3 MM m³/dia para 18,0 MM m³/dia (em 2008), através da criação de sistemas logísticos capazes de escoar o GLP e C5+, produzidos no processamento do gás natural.	
117R	Implantação da Refinaria Premium I (MA)
<i>Descrição:</i> A Refinaria Premium terá um esquema de refino orientado para maximizar a produção de óleo diesel. Os estudos indicaram a localização da refinaria no Maranhão, próximo ao porto de Itaqui, onde as condições geográficas e infraestrutura portuária existentes atendem as necessidades exigidas pela refinaria. Partirá em duas fases, cada uma com capacidade de processamento de 300 mil bpd, com previsão de partida para 2013 e 2015. Poderá utilizar petróleo pesado (API 20º) e misturas de até 50% de Tupi. A refinaria terá produção diária prevista de cerca de 5% de GLP, 60% de diesel, 10% de nafta petroquímica, 12% de QAV, 9% de coque, além de 4% de Bunker. <i>Finalidade:</i> Implantação de uma refinaria no Brasil de 600 mil bpd de petróleo nacional, para produção de produtos Premium (elevada qualidade e baixíssimo teor de enxofre = % S < 10 ppm) com especificações internacionais.	
117S	Modernização e Adequação do Sistema de Produção de Xisto - SIX, em São Mateus do Sul (PR)
<i>Descrição:</i> O presente empreendimento é composto por diversas intervenções em unidades existentes e construção de novas instalações, visando o atendimento dos objetivos planejados. Serão implementadas as seguintes alterações: a) Construção de um novo Sistema de Regularização de Vazão de Água Oleosa para a Unidade Acúmulo de Água Oleosa visando ampliar a segurança operacional da SIX mitigando o risco de eventuais transbordamentos do atual Tanque de Água Oleosa (TAO), como pode ocorrer em dias de fortes chuvas. Seu escopo compreende: melhorias na atual instalação, construção de caixa de partição, construção de tanque drenheiro, construção de um novo TAO, adequação da drenagem das bacias de tanques e interligações.b) Construção de uma ETDI (Estação de Tratamento de Despejos Industriais) para a UN-SIX visando o tratamento dos efluentes industriais e seu enquadramento aos parâmetros estabelecidos pela legislação.c) Ampliação da UN-SIX abrangendo ações nas seguintes atividades: na mineração, aquisição de nova draga para remoção de estéril, de novo britador primário e transportador de correias para transportar o xisto britado da mina até as unidades de processamento, buscando maior processamento de xisto; no Módulo Industrial, substituição da selagem de topo e de fundo do reator de pirólise e resfriamento integrado do xisto retortado com vistas ao aumento da eficiência do processamento de xisto; construção de uma Termoeletrica a Xisto (UTEX) baseada em finos de xisto; e a construção de uma unidade de ácido sulfúrico aproveitando o enxofre retirado dos gases de combustão da UTEX, através do abatimento do dióxido de enxofre, para produzir ácido sulfúrico, importante insumo na cadeia produtiva de fertilizantes, hoje importado pelo Brasil, especialmente pelos estados da região sul. <i>Finalidade:</i> Ampliar e modernizar a Unidade de Negócio de Industrialização de Xisto (SIX) visando adequar a capacidade, o perfil e a qualidade de produção com mínimo risco ambiental.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

119J	Implantação da Refinaria Premium II (CE)
<i>Descrição:</i> A Refinaria Premium II terá um esquema de refino orientado para maximizar a produção de óleo diesel. Os estudos indicaram a localização da refinaria no Ceará, próximo ao porto de Pecém, onde as condições geográficas e infraestrutura portuária existentes atendem as necessidades exigidas pela refinaria. Com capacidade de processamento de 300 mil bpd, tem previsão de partida do 1º óleo em 2013. Poderá utilizar petróleo pesado (API 20º) e misturas de até 50% de Tupi. A refinaria terá produção diária prevista de cerca de 5% de GLP, 60% de diesel, 10% de nafta petroquímica, 12% de QAV, 9% de coque, além de 4% de Bunker de petróleo. <i>Finalidade:</i> Implantação de uma refinaria no Brasil de 300 mil bpd de petróleo nacional, para produção de produtos Premium (elevada qualidade e baixíssimo teor de enxofre = % S < 10 ppm) com especificações internacionais.	
11SW	Implantação de Sistema de Escoamento de Álcool (Ribeirão Preto-SP / REPLAN / Ilha Dágua-RJ)
<i>Descrição:</i> O Programa é constituído por um conjunto de projetos inter-relacionados, constando da adequação e ampliação de instalações existentes, construção de novas instalações, envolvendo toda a cadeia logística, desde centros coletores, tancagem reguladora, sistemas de transporte dutoviário e marítimo a ser conduzido em etapas, realizando os investimentos à medida que o mercado de etanol for sendo desenvolvido. <i>Finalidade:</i> Consolidar o Corredor de Exportação de Etanol, oferecendo um serviço dedicado e segregado para manter e garantir a qualidade do produto a ser entregue ao cliente.	
11UN	Implantação de Melhorias no Terminal de São Sebastião e nos Oleodutos OSVAT e OSBAT (SP)
<i>Descrição:</i> Terminal : com o objetivo de aumentar a capacidade de carga/descarga de navios e aumentar os níveis de segurança operacional, serão efetuados serviços em linhas de petróleo e derivados, braços de carregamento (substituição), interligações entre píeres e bombas de carregamento. Serão realizados também serviços na parte interna do Terminal (tanques, bombas, linhas, etc). OSVAT/OSBAT: implementação de diversas melhorias no sistema dutoviário, visando aumentar a confiabilidade e a capacidade de bombeio (aumento de vazão). <i>Finalidade:</i> Efetuar melhorias de ordem operacional no Terminal de São Sebastião e nos oleodutos OSVAT e OSBAT, visando aumentar a capacidade e confiabilidade das operações.	
124I	Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel, em Candeias (BA)
<i>Descrição:</i> Modernização e Adequação do sistema de produção da unidade de biodiesel Candeias (BA), com duplicação de unidade de transesterificação, desengargalamento e flexibilização do processamento do tipo de carga. <i>Finalidade:</i> Aumentar a capacidade de transesterificação da planta com flexibilização de tipo de carga processada.	
124J	Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel, em Montes Claros (MG)
<i>Descrição:</i> Modernização e Adequação do sistema de produção da unidade de biodiesel Montes Claros (MG), com duplicação de unidade de transesterificação, desengargalamento e flexibilização do processamento do tipo de carga. <i>Finalidade:</i> Otimizar a capacidade de produção de biodiesel da planta com flexibilização de tipo de carga processada.	
124N	Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel, em Quixadá (CE)
<i>Descrição:</i> Modernização e Adequação do sistema de produção da unidade de biodiesel de Quixadá (CE), com duplicação de unidade de transesterificação, desengargalamento e flexibilização do processamento do tipo de carga. <i>Finalidade:</i> Falta Informar	
124X	Implantação de Unidade Esmagadora na Usina de Biodiesel, em Quixadá (CE)
<i>Descrição:</i> Implantação de unidade esmagadora de grãos. <i>Finalidade:</i> Implantar unidade esmagadora de grãos para atender à Usina de Biodiesel Quixadá (CE), visando a extração de óleo vegetal para produção de biodiesel, a partir da compra de grãos adquiridos de agricultura familiar.	
124Z	Implantação de Unidade Esmagadora na Usina de Biodiesel, em Montes Claros (MG)
<i>Descrição:</i> Implantação de unidade esmagadora de grãos. <i>Finalidade:</i> Implantar unidade esmagadora de grãos para atender à Usina de Biodiesel Montes Claros (MG), visando a extração de óleo vegetal para produção de biodiesel, a partir da compra de grãos adquiridos de agricultura familiar.	
125M	Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão (RN)
<i>Descrição:</i> O Projeto compreende a implantação de uma infra-estrutura marítima e terrestre que possibilite a movimentação, armazenagem e mistura de derivados claros e a entrega de produtos à Base da BR Distribuidora, em Guamaré. <i>Finalidade:</i> Viabilizar a formulação de gasolina automotiva e o enquadramento de óleo diesel nas novas especificações da ANP, no Pólo Industrial de Guamaré - RN, suprimindo as necessidades do mercado local.	
125Q	Construção de Barcaças e Empurraadores para Movimentação de Etanol na Hidrovia Tietê - Paraná
<i>Descrição:</i> O transporte de etanol será realizado por 20 comboios duplos. Cada comboio duplo é formado por 1 empurrador e 4 barcaças. Melhorar esta descrição. <i>Finalidade:</i> Implantação de infra-estrutura hidroviária para o transporte de etanol, promovendo a integração logística entre as regiões produtoras de etanol, localizadas no interior de São Paulo e Centro-Oeste brasileiro e o mercado consumidor interno e externo.	
12LZ	Implantação de Unidade de Produção de Biodiesel, com Capacidade de 120 mil m3/ano - (PA)
<i>Descrição:</i> Implantação de Unidade de Produção de Biodiesel <i>Finalidade:</i> Implantar unidade de produção de biodiesel a partir de multioleaginosas e sebo animal, com capacidade de 120.000 ton/ano.	
1209	Implantação de Refinaria no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, com Capacidade Nominal de 150 mil bpd (RJ)
<i>Descrição:</i> A Refinaria será formada pelas unidades de Destilação, Coqueamento Retardado, Hidrotratamentos e Hidrocrackeamento. Este conjunto de unidades terá uma capacidade nominal de 150 mil barris/dia de petróleo nacional. A produção prevista para a Refinaria é de 700 t/d de GLP, 6.553 t/d de nafta, 4.017 t/d de QAV, 9.437 t/d de diesel, 2.529 t/d de coque e 124 t/d de enxofre. Na fase de implantação da Refinaria serão gerados, em média, 89 mil postos de trabalho anuais. <i>Finalidade:</i> Implantação de Refinaria da Petrobras, em Itaboraí - RJ, que produzirá GLP, nafta, querosene, diesel, coque e enxofre para suprir a demanda nacional, substituindo importações. Gerar economia de divisas com efeitos positivos no Balanço de Pagamentos e gerar empregos e renda.	
146B	Aquisição de Ativos da REFAP pela PETROBRAS
<i>Descrição:</i> Aquisição de 100% dos ativos da REFAP pela PETROBRAS HOLDING <i>Finalidade:</i> Aquisição dos ativos da REFAP pela PETROBRAS	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

146C	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP, em Canoas (RS)
<i>Descrição: Adaptação de unidades existentes e/ou construção de novas unidades, dentre elas: Unidades de Hidrotratamento de Diesel, Sistemas e Unidades Auxiliares, instalações de utilidades e interligações necessários à implementação das unidades principais.</i> <i>Finalidade: Adequar a capacidade, o perfil e a qualidade da produção da Refinaria, para o atendimento à legislação ambiental, entre outras exigências.</i>	
1C22	Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria de Paulínia - REPLAN para 63.000 m3/dia, em Paulínia (SP)
<i>Descrição: Refere-se a ampliação da REPLAN:</i> <i>Adaptação do duto OSVAT 30 (153 Km, Guarulhos - REPLAN, petróleo);</i> <i>Construção de 2 estações intermediárias de bombeio</i> <i>Finalidade: Elevar a capacidade de recebimento de petróleo para a REPLAN para 63.000 m3/dia.</i>	
1C59	Reformulação da Malha Dutoviária da Grande São Paulo (SP)
<i>Descrição: O Projeto Plano Diretor de Dutos de São Paulo prevê o estabelecimento de corredores, construção e desativação de dutos, faixas de domínio e a desativação do terminal de São Caetano do Sul, a construção de um novo terminal de transferência e estocagem em Mauá, a construção de uma nova estação de bombeamento e a desativação das instalações de ESCUROS e GLP em Barueri, assim como ampliações em capacidade de carregamento, tançagem e bombeamento.</i> <i>Finalidade: Reduzir os riscos, face a grande concentração urbana nas faixas de dutos, localizados na região metropolitana de São Paulo.</i>	
1C60	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Isaac Sabbá - REMAN, em Manaus (AM)
<i>Descrição: O presente projeto é composto por diversas intervenções em unidades existentes e construção de novas instalações, visando o atendimento dos objetivos planejados. Serão implementadas as seguintes alterações:</i> <i>a) Otimização da capacidade de conversão da REMAN, permitindo desta forma a adequação do perfil de produção da refinaria a fim de atender a um mercado que demanda maior quantidade de produtos leves, como GLP, gasolina e Óleo Diesel, em detrimento de produtos chamados tecnicamente de "produtos de fundo", como o óleo combustível;</i> <i>b) Complementação e adequação da refinaria para a produção de derivados com maior qualidade, notadamente no que tange a redução do teor de compostos passíveis de incremento da poluição ambiental, como, por exemplo, o enxofre;</i> <i>c) Compatibilização da capacidade total da refinaria com o mercado consumidor atendido pela Unidade de Negócio, a partir de ampliação dos fatores de utilização das unidades e de sua ampliação;</i> <i>d) Repotencialização dos sistemas auxiliares e das Unidades geradoras de utilidades, buscando fazer frente a modernização da refinaria, com destaque para: adequação das redes de drenagem pluvial e Oleosa; adequação dos sistemas elétricos de baixa, média e alta tensões; adequação dos sistemas de tratamento de efluentes líquidos; adequação dos sistemas de tratamento de águas; adequação dos sistemas de tratamento de vapor;</i> <i>e) Modernização dos sistemas de controle das Unidades, buscando o incremento do acompanhamento e controle das instalações;</i> <i>f) Adequação das instalações de logística, recebimento e expedição de produtos e insumos, para o atendimento das crescentes demandas.</i> <i>Finalidade: Ampliar e modernizar a Refinaria Isaac Sabbá de forma a disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida pelo mercado com mínimo risco ambiental e maximizando o uso de matéria prima nacional.</i>	
1188	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Unidade de Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste - LUBNOR, em Fortaleza (CE)
<i>Descrição: O presente projeto é composto por diversas intervenções em unidades existentes e construção de novas instalações, visando o atendimento dos objetivos planejados. Serão implementadas as seguintes alterações:</i> <i>a) Aumento da capacidade de processamento da LUBNOR, permitindo desta forma a adequação do perfil de produção da refinaria a fim de atender a um mercado que demanda maior quantidade de produtos leves, como GLP, gasolina e Óleo Diesel, em detrimento de produtos chamados tecnicamente de "produtos de fundo", como o óleo combustível;</i> <i>b) Compatibilização da capacidade total da Unidade de Negócios com o mercado consumidor por ela atendido, a partir de ampliação dos fatores de utilização das unidades e do aumento generalizado da confiabilidade de seus sistemas;</i> <i>c) Repotencialização dos sistemas auxiliares e das Unidades geradoras de utilidades, buscando fazer frente a modernização da refinaria, com destaque para: adequação das redes de drenagem pluvial e oleosa; adequação dos sistemas elétricos de baixa, média e alta tensões; adequação dos sistemas de tratamento de efluentes líquidos; adequação dos sistemas de tratamento de águas; adequação dos sistemas de tratamento de vapor;</i> <i>d) Complementação e adequação da planta industrial para a produção de derivados com maior qualidade, notadamente no que tange a redução do teor de compostos passíveis de incremento da poluição ambiental, como, por exemplo, o enxofre;</i> <i>e) Modernização dos sistemas de controle das Unidades, buscando o incremento do acompanhamento e controle das instalações;</i> <i>f) Adequação das instalações de logística, recebimento e expedição de produtos e insumos, para o atendimento das crescentes demandas.</i> <i>Finalidade: Ampliar e modernizar a Unidade de Lubrificantes do Nordeste de forma a disponibilizar derivados de Petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida pelo mercado, com mínimo risco ambiental e maximizando o uso de matéria prima nacional.</i>	
1192	Construção de Pier para Navios de até 150 mil tpb, em São Sebastião (SP), e de Duto Associado, com Aproximadamente 130 km, até Guararema (OSVAT 2 - Petróleo) (SP)
<i>Descrição: Construção de um duto de 34 polegadas de diâmetro e 130 Km de extensão entre São Sebastião e Guararema e um novo pier em São Sebastião para atracação de navios petroleiros de até 150.000 TPB.</i> <i>Finalidade: Aumentar a confiabilidade do abastecimento de petróleo para as refinarias de São Paulo.</i>	
1P65	Implantação da Refinaria Abreu e Lima, em Recife (PE)
<i>Descrição: A Refinaria no Nordeste terá um esquema de refino orientado para maximizar a produção de óleo diesel. Os estudos indicaram a localização da refinaria na área de Suape, próximo a Recife, onde as condições geográficas e infra-estrutura portuária existentes atendem as necessidades exigidas pela refinaria. A produção anual será de cerca de 9,1 milhões m³ de diesel, 1,01 milhões de toneladas de GLP, 769 mil m³ de nafta e 2,28 milhões de toneladas de coque de petróleo.</i> <i>Finalidade: Implantação de uma nova Refinaria no Nordeste para processamento de 230 mil barris por dia de óleo cru 16°API do Brasil e da Venezuela.</i> <i>Com a utilização de petróleo pesado como insumo para gerar produtos como diesel, nafta, GLP, GOPk (Gasóleo Pesado de Coque) e coque de petróleo, a nova refinaria visa atender ao crescimento da demanda por derivados de petróleo no mercado brasileiro, em especial a de óleo diesel nas regiões norte e nordeste, hoje deficitárias em combustíveis, levando em consideração as limitações atuais do parque de refino nacional.</i>	
20CA	Manutenção da Infraestrutura das Unidades de Produção de Biocombustíveis
<i>Descrição: Implantação de melhorias físicas nas unidades de produção de biocombustíveis, contemplando instalações de novos sistemas e equipamentos</i> <i>Finalidade: Preservar as condições operacionais das unidades de produção de biocombustíveis necessárias para cumprimento dos compromissos estabelecidos relacionados à produção de biodiesel</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20LY	Apoio e Fomento ao Uso de Tecnologias de Melhoria da Eficiência Energética nos Principais Setores Produtivos Usuários de Lenha e Carvão Vegetal
<i>Descrição:</i> Estimular a melhoria de fornos e maquinários industriais dos principais setores produtivos usuários de lenha e carvão vegetal; promoção do uso sustentável dos recursos naturais vegetais como carvão, lenha, bagaço, casca de coco etc para fins energéticos, priorizando os Polos industriais dos setores gesso, cerâmico, siderúrgicos, têxtil, alimentícios, estrutural – cimenteiros e carvoeiro. <i>Finalidade:</i> Regularizar e promover ações sustentáveis para a melhoria da eficiência energética pelos setores industrial e de serviços consumidores de lenha e carvão, alterando quantitativa e qualitativamente o modo de uso dos referidos combustíveis e assemelhados. Assegurar a presença do estado brasileiro prevenindo, inibindo e proibindo o uso não racional dos recursos.	
2391	Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis
<i>Descrição:</i> Fiscalização das atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis, envolvendo programas de monitoramento da qualidade dos produtos e dos preços praticados em âmbito nacional, bem como realização de auditorias e outras ações especiais voltadas ao cumprimento dos regulamentos técnicos e aos padrões de qualidade definidos pela ANP. <i>Finalidade:</i> Assegurar aos consumidores condições adequadas de qualidade e preço dos derivados de petróleo e biocombustíveis comercializados no País.	
2767	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Refino
<i>Descrição:</i> Ação conjunta com os órgãos ambientais no levantamento de necessidades, bem como outras entidades da sociedade civil, partindo-se deste planejamento para a implantação das ações acordadas <i>Finalidade:</i> Permitir a produção dentro de parâmetros adequados de preservação do meio ambiente, da segurança industrial e da saúde ocupacional	
2787	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
<i>Descrição:</i> Manutenção, modernização e ampliação da infra-estrutura operacional de distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis, por meio de investimentos em estabelecimentos operacionais tais como terminais, bases, depósitos, ramais de distribuição de gás, unidades abastecedoras de aeronaves, atividades de supply house, entre outros, bem como ampliar a capacidade de fabricação e acondicionamento de produtos, por intermédio de investimentos em instalações industriais e fábricas de emulsões asfálticas. <i>Finalidade:</i> Manter as instalações operacionais em condições adequadas para suportar os negócios da Companhia.	
2797	Manutenção da Infraestrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
<i>Descrição:</i> Manutenção, ampliação e modernização da rede de clientes revendedores, bem como a manutenção da fidelidade dos atuais, por meio de investimentos em equipamentos, instalações e obras para reforma de postos de serviços (postos de abastecimento urbano, rodoviários, marítimos, gás natural e lojas de conveniência), envolvendo automação e renovação da imagem da BR. <i>Finalidade:</i> Manter a rede de distribuição varejista em condições adequadas a suportar os negócios da companhia.	
2799	Manutenção da Infraestrutura de Atendimento a Grandes Clientes
<i>Descrição:</i> Manutenção e modernização da rede de clientes consumidores por meio de investimentos em aquisição de equipamentos e instalações industriais em comodato (obras de construção de tanques, instalações de bombeamento, entre outros), além de investimentos em aquisição de equipamentos, serviços e obras relacionados à geração de energia e a manutenção e ampliação da rede de gás canalizado no Espírito Santo. <i>Finalidade:</i> Manter a infra-estrutura para consumidores em condições adequadas ao suporte dos negócios da Companhia.	
2809	Manutenção dos Sistemas de Proteção Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional no Segmento de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
<i>Descrição:</i> Melhorias dos sistemas de proteção e controle, por meio de obras e serviços de automação e monitoramento das instalações, dos sistemas de prevenção a derrames e vazamentos, de tratamento de efluentes e dos sistemas de combate a emergências ambientais e de segurança. <i>Finalidade:</i> Reduzir o risco de acidentes e melhorias para a proteção de pessoas, do patrimônio e do meio ambiente.	
2B38	Manutenção e Adequação de Embarcações
<i>Descrição:</i> Atividade de rotina e permanente que envolve paradas programadas (docagens), alterações de características técnicas e adequação das embarcações para atender a novas necessidades regulatórias ou comerciais. <i>Finalidade:</i> Manter a frota apta às exigências legais e efetuar a necessária adequação dos navios pertencentes à Transpetro/Fronape, de forma a manter o aproveitamento operacional e comercial das embarcações.	
2B43	Manutenção da Infraestrutura Operacional do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP
<i>Descrição:</i> Manutenção, modernização e adequação da infra-estrutura operacional de distribuição de GLP, a partir de investimentos em estabelecimentos operacionais, como por exemplo centros operativos e depósitos, em equipamentos de transporte relacionadas à frota operacional, tais como caminhões e tanques piloto. Conservar e modernizar a infra-estrutura de atendimento ao cliente, por intermédio de investimentos em instalações de equipamentos nos clientes Liqigás e em adequações técnicas das instalações existentes em clientes da Companhia às normas da ABNT e da Petrobras. Garantir a infra-estrutura de distribuição de GLP, por meio da reposição de botijões baseada na necessidade operacional de substituir os recipientes a serem sucateados no processo de requalificação e de conserto. <i>Finalidade:</i> Manter a infra-estrutura operacional e a de atendimento a clientes em condições adequadas para apoiar os negócios da Companhia	
2B44	Manutenção dos Sistemas de Proteção Ambiental e de Segurança Industrial do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP
<i>Descrição:</i> Melhorias dos sistemas de proteção e controle por meio de obras e serviços de automação e monitoramento das instalações, dos sistemas de prevenção a derrames e vazamentos, de tratamento de efluentes e dos sistemas de combate a emergências ambientais e de segurança. <i>Finalidade:</i> Reduzir o risco de acidentes, melhorias para a proteção de pessoas, do patrimônio e do meio ambiente e adequação às novas exigências legais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2D37	Manutenção e Adequação de Navios
<i>Descrição:</i> Atividade de rotina e permanente que envolve paradas programadas (docagens), alterações de características técnicas e adequação das embarcações para atender a novas necessidades regulatórias ou comerciais. <i>Finalidade:</i> Manter a frota apta às exigências legais e efetuar a necessária adequação dos navios pertencentes à frota da Fronapa Internacional Company - FIC, subsidiária da Transpetro, de forma a manter o aproveitamento operacional e comercial das embarcações.	
3125	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC, em Cubatão (SP)
<i>Descrição:</i> A ação será calçada na efetivação de adaptações das unidades existentes e construção de novas unidades visando permitir maior processamento de petróleo pesado dos novos campos, notadamente MARLIM e RONCADOR, gerando com isso redução nas importações de petróleo e economia de divisas. Simultaneamente busca-se o enquadramento dos derivados nas novas demandas ambientais e a otimização na produção de produtos de maior valor agregado para os mercados atendidos pelas refinarias. O presente projeto é composto das seguintes Unidades/Obras: Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, Unidade de recuperação de Enxôfre, Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, Ampliação da Reforma Catalítica, Ampliação da Unidade de Destilação à Vácuo, Unidade de Hidrotratamento de Diesel, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais. <i>Finalidade:</i> Adequar a capacidade, o perfil e a qualidade da produção da Refinaria.	
3129	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - RLAM, em São Francisco do Conde (BA)
<i>Descrição:</i> A ação será calçada na efetivação de adaptações das unidades existentes e construção de novas unidades visando permitir maior processamento de petróleo pesado dos novos campos, notadamente MARLIM e RONCADOR gerando com isso redução nas importações de petróleo e economia de divisas. Simultaneamente busca-se o enquadramento dos derivados nas novas demandas ambientais e a otimização de produtos de maior valor agregado para os mercados atendidos pelas refinarias. Este projeto se compõe das seguintes Unidades/Obras: Ampliação das Unidades de Destilação U-4 e U-32, Ampliação da Unidade de tratamento de lubrificantes U-18, duas Unidades de Hidrodessulfurização de Gasolina, Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, Unidade de Coqueamento retardado, Unidade de Hidrotratamento de Diesel, Unidade de Reforma Catalítica, implantação de Downflow na Unidade de Craqueamento U-06, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais. <i>Finalidade:</i> Adequar a capacidade, o perfil e a qualidade da produção da Refinaria.	
3135	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias - REDUC, em Duque de Caxias (RJ)
<i>Descrição:</i> A ação está calçada na efetivação de adaptações das unidades existentes e na construção de novas unidades visando permitir maior processamento de petróleo pesado dos novos campos, gerando com isso redução nas importações de petróleo e economia de divisas. Simultaneamente, busca-se o enquadramento dos derivados nas novas demandas ambientais e a otimização de produtos de maior valor agregado para os mercados atendidos pela refinaria. O presente projeto é composto das seguintes Unidades/Obras: Unidade de Fracionamento de Líquido, duas Unidades de Hidrotratamento de Diesel, Ampliação da Unidade U-1250, uma Unidade de Coqueamento Retardado, Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, ampliação da unidade de Destilação a Vácuo U-1210, Unidade de Hidrocraqueamento Catalítico, Ampliação das Unidades U-1710 e U-1510, conversão da Unidade de MTBE, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais. <i>Finalidade:</i> Adequar a capacidade, o perfil e a qualidade da produção da Refinaria.	
3143	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos - REGAP, em Betim (MG)
<i>Descrição:</i> A ação será calçada na efetivação de adaptações das unidades existentes e construção de novas unidades, visando permitir maior processamento de petróleo pesado dos novos campos, notadamente MARLIM e RONCADOR, gerando com isso redução nas importações de petróleo e economia de divisas. Simultaneamente busca-se o enquadramento dos derivados nas novas demandas ambientais e a otimização na produção de produtos de maior valor agregado para os mercados atendidos pela refinaria. Este projeto é composto pelas seguintes unidades/obras: Ampliação das Unidades de Craqueamento catalítico Fluido U-03 e U-103, um novo Turbo expensor, duas Unidades de Hidrotratamento de Diesel, uma Unidade DEA, Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, Unidade de Reforma Catalítica, Ampliação da Unidades de Destilação à Vácuo U-102 e U-02, duas Unidades de Hidrodessulfurização de Gasolina, Unidade de Propeno, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais. <i>Finalidade:</i> Adequar a capacidade, o perfil e a qualidade da produção da Refinaria.	
3151	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP, em São José dos Campos (SP)
<i>Descrição:</i> A ação será calçada na efetivação de adaptações e construção de novas unidades visando permitir maior processamento de petróleo pesado dos novos campos, notadamente Marlim e Roncador, gerando com isso redução nas importações de petróleo e economia de divisas. Simultaneamente busca-se o enquadramento dos derivados nas novas demandas ambientais e a otimização na produção de produtos de maior valor agregado para os mercados atendidos pelas refinarias. Compõem este projeto as seguintes unidades/obras: Ampliação da Unidade de Destilação, Ampliação da Unidade de Craqueamento Catalítico Fluido, implantação de Nova Caldeira Recuperadora de calor, um novo Turbo expensor, uma Unidade de Propeno, duas Unidades de Hidrodessulfurização de Gasolina, Conversão da unidade de MTBE, ampliação da Unidade de Vácuo, Unidade de Coqueamento retardado (e sua respectiva Unidade DEA), Unidade de Hidrotratamento de Diesel, duas Unidades de Recuperação de Enxôfre com Tail Gas, Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, Unidade de Reforma catalítica, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais. <i>Finalidade:</i> Adequar a capacidade, o perfil e a qualidade da produção da Refinaria.	
3155	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia - REPLAN, em Paulínia (SP)
<i>Descrição:</i> Adaptações das unidades existentes e na construção de novas unidades visando maior processamento de petróleo pesado dos novos campos, notadamente MARLIM e RONCADOR, gerando com isso redução na importações de petróleo e economia de divisas. Simultaneamente, busca-se o enquadramento dos derivados nas novas demandas ambientais e a otimização na produção de maior valor agregado para os mercados atendidos pelas refinarias. Compõem este projeto as seguintes unidades/obras: Ampliação das Unidades de Destilação U-200A / U-210A, um novo Turbo expensor, Unidade de Coqueamento Retardado e respectiva Unidade DEA, duas Unidades de Hidrotratamento de Diesel, Unidade de Recuperação de Enxôfre com Tail Gas, Revamp das Unidades destilação U-200 / U-210, duas Unidades de Hidrodessulfurização de Gasolina, Unidade de Propeno, nova unidade de Geração de Hidrogênio, Conversão da Unidade de MTBE, uma Unidade de Reforma Catalítica, Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais. <i>Finalidade:</i> Adequar a capacidade, o perfil e a qualidade da produção da Refinaria.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

3157 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Capuava - RECAP, em Mauá (SP)

Descrição: Adaptação de unidades existentes e construção de novas, visando maior processamento de petróleo pesado dos novos campos, gerando com isso redução nas importações de petróleo e economia de divisas. Simultaneamente, busca-se o enquadramento dos derivados nas novas demandas ambientais e a otimização de produtos de maior valor agregado para os mercados atendidos pela refinaria. O presente projeto é composto das seguintes Unidades/Obras: Unidade de Propeno, Unidade de Hidrotratamento de Diesel, Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais.

Finalidade: Adequar a capacidade, o perfil e a qualidade da produção da Refinaria.

3161 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, em Araucária (PR)

Descrição: Adaptação de unidades existentes e construção de novas, visando maior processamento de petróleo pesado dos novos campos, notadamente MARLIM e RONCADOR, gerando com isso redução nas importações de petróleo e economia de divisas. Simultaneamente, busca-se o enquadramento dos derivados nas novas demandas ambientais e a otimização da produção de maior valor agregado para os mercados atendidos pelas refinarias. Compõem este projeto as seguintes Unidades/Obras: Unidade de Hidrodessulfurização de Diesel, Unidade DEA, um novo Turbo Expansor, Conversão da Unidade de MTBE, Unidade de Tratamento de solventes leves, Unidade de Propeno, Ampliação da Unidade Destilação U-2100, Unidade de Coqueamento Retardado, Unidade de Hidrotratamento de Diesel, Hidrotratamento de Nafta de Coque, Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, Unidade de Recuperação de Enxofre, Ampliação da Unidade de Destilação à Vácuo. Unidade de Reforma Catalítica, Unidade de Hidrocraqueamento Catalítico, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais.

Finalidade: Adequar a capacidade, o perfil e a qualidade da produção da Refinaria.

3348 Ampliação e Modernização da Infraestrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Descrição: Ampliação e modernização da rede de clientes revendedores/varejistas por meio de investimentos em aquisição de imóveis e terrenos, equipamentos, instalações e obras para construção de postos de serviços próprios.

Finalidade: Ampliar a rede de distribuição varejista conforme evolução dos negócios da Companhia

4107 Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados

Descrição: Engloba serviços distribuídos pelos segmentos de Oleodutos, Terminais Aquaviários e Gasodutos, que visem adequar e manter tais instalações, dentro dos padrões de confiabilidade e segurança operacionais, preservação ambiental e saúde ocupacional, exigidos pelo Sistema Petrobras:

- Manutenção corrente e grandes manutenções (paradas);
- Eliminação de restrições operacionais (gargalos);
- Substituição de equipamentos e trechos de dutos;
- Adequação de dutos;
- Adequação de sistemas de controle automatizados.

Finalidade: Adequar as instalações existentes às novas condições operacionais e de segurança, de preservação ambiental e saúde ocupacional, implementando melhorias físicas e investindo em novos sistemas de controle.

4108 Manutenção da Infraestrutura Operacional do Parque de Refino

Descrição: Conjunto de pequenas intervenções para ajuste e adequação contínua do Parque industrial às demandas do mercado.

Finalidade: Impedir a degradação das instalações industriais do Parque de Refino.

4451 Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário

Descrição: Envolve investimentos em diversas instalações, visando a manutenção de sua integridade e a elevação do nível de confiabilidade operacional, além dos aspectos de segurança e saúde ocupacional.

Finalidade: Prover condições adequadas de controle ambiental, segurança industrial e saúde ocupacional, atendendo a evolução da legislação relativa ao assunto e as orientações estratégicas da empresa.

4864 Adequação da Infraestrutura Industrial no Exterior

Descrição: Execução de todas as ações requeridas na infra-estrutura industrial, abrangendo instalações de refino, logística, petroquímica, fertilizantes e estações de serviço e venda de derivados existentes no exterior de forma a manter o desempenho de operação, segurança e preservação do meio ambiente, bem como adequar suas características para atender a eventuais ajustes demandados pela legislação ou mercado.

Finalidade: Manter a infra-estrutura industrial no exterior garantindo a sua performance de operação, segurança e preservação do meio ambiente.

6594 Autorização das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis

Descrição: Outorga de autorização para participação dos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis.

Finalidade: Controlar a entrada de novos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis.

8626 Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia

Descrição: Promoção da cooperação internacional para a difusão da agroenergia; promoção da defesa dos interesses brasileiros nos fóruns internacionais que tratem da sustentabilidade (ambiental, econômica e social) e da produção nacional dos biocombustíveis; promoção da padronização de especificações técnicas dos biocombustíveis de modo a impulsionar sua comercialização; desenvolvimento do mercado a termo em bolsas internacionais.

Finalidade: Promover a cooperação técnica internacional, com foco no intercâmbio de experiências em agroenergia.

2023 Comércio e Serviços**13DH Desenvolvimento de Cadastros Nacionais de Setores de Comércio e Serviços**

Descrição: Criação de cadastro eletrônico nacional das empresas brasileiras de comércio e serviços, a ser hospedado no MDIC, com informações cadastrais como dados da empresa (razão social, CNPJ, endereço), modelo de negócio, segmento, ramo, país de origem da empresa, unidades no País. As informações coletadas por meio do cadastro podem ainda fornecer dados importantes quanto aos interesses das empresas em se expandir nacionalmente.

Finalidade: Desenvolver cadastros eletrônicos das empresas brasileiras de comércio e serviços, com vistas a formar um banco de dados para subsidiar a realização das atividades desenvolvidas para o setor terciário.

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

147K Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores

Descrição: Implantação e operação de Centros de Prestação de Serviços a empreendedores, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, compreendendo a prestação de informações, orientações e autoatendimento, voltados para o registro e a legalização de empresas, assim como divulgação e realização de cursos e eventos, encaminhamento a órgãos parceiros e prestação de outros serviços, tais como de registro de marcas e patentes, apoio creditício, suporte tecnológico e apoio à exportação voltados para a sustentabilidade e o desenvolvimento empresarial.

Finalidade: Fornecer aos empreendedores, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte informações, orientações e serviços em um só local, que possibilitem e facilitem o registro e a legalização de empresas de forma simples e rápida e em ambiente adequado e receptivo, bem como serviços que propiciem a sustentabilidade e o desenvolvimento empresarial.

147Q Elaboração do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços

Descrição: Mapeamento do setor terciário, com vistas a caracterizá-lo com maior exatidão; elaboração e disponibilização física e eletrônica do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços para orientação pública e privada na construção de estratégias capazes de contribuir com o desenvolvimento sustentável do País. Os Atlas terão informações como localização geográfica dos diversos segmentos de comércio e serviços no País, informações regionais (renda per capita, mão de obra, potencialidades e vocações) e oportunidades de investimentos.

Finalidade: Criar um referencial público de informações sobre o setor terciário no país, para orientar as políticas públicas e os investimentos privados.

2031 Serviços de Registro Mercantil e Atividades Afins

Descrição: Supervisão e coordenação, no plano técnico, dos órgãos incumbidos da execução dos serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; estabelecimento e consolidação, com exclusividade, das normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; solução de dúvidas ocorrentes na interpretação das leis, regulamentos e demais normas relacionadas com o registro de empresas mercantis, baixando instruções para esse fim; prestação de orientações às Juntas Comerciais, com vistas à solução de consultas e à observância das normas legais e regulamentares do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; ampla fiscalização jurídica sobre os órgãos incumbidos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, representando para os devidos fins as autoridades administrativas contra abusos e infrações das respectivas normas, e requerendo tudo o que se afigurar necessário ao cumprimento dessas normas; estabelecimento de normas procedimentais de arquivamento de atos de empresários e sociedades empresárias de qualquer natureza; promoção ou providências, supletivamente, das medidas tendentes a suprir ou corrigir as ausências, falhas ou deficiências dos serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; colaboração técnica e financeira às Juntas Comerciais para a melhoria dos serviços pertinentes ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; organização e manutenção atualizada do cadastro nacional das empresas mercantis em funcionamento no País, com a cooperação das Juntas Comerciais; instrução, exame e encaminhamento dos processos e recursos a serem decididos pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, inclusive dos pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País, por sociedade estrangeira, sem prejuízo da competência de outros órgãos federais; promoção e realização de estudos, reuniões e publicações sobre assuntos pertinentes ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; manutenção do DNRC; adequação e manutenção da infraestrutura tecnológica das Juntas Comerciais de forma a permitir a prestação de serviços de maneira célere, eficiente e integrada em todo o país; e monitoramento e avaliação da prestação dos serviços de registro mercantil, bem como da fiscalização dos agentes auxiliares do comércio, executados pelas Juntas Comerciais, inclusive promovendo, supletivamente, as medidas tendentes a suprir ou corrigir as ausências, falhas ou deficiências dos serviços.

Finalidade: Possibilitar que os serviços de registro mercantil e atividades afins, sejam exercidos em todo país de maneira uniforme, harmônica e interdependente, em consonância com os anseios da sociedade e dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos dos empresários e sociedades empresárias registrados, assim como proceder à matrícula e cancelamento dos agentes auxiliares do comércio; supervisionar, orientar, coordenar, normatizar, exercer fiscalização jurídica e apoiar técnica e financeiramente a execução dos serviços de registro mercantil no País, de natureza federal, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e executados mediante delegação, pelas Juntas Comerciais das Unidades da Federação; disponibilizar à sociedade informações sobre o universo das empresas mercantis em funcionamento no País; modernizar a base legal e normativa do registro mercantil.

20JC Desenvolvimento e Melhoria da Competitividade do Setor de Comércio e Serviços

Descrição: a) Apoio a projetos do setor terciário voltados para o desenvolvimento produtivo, a capacitação tecnológica, a variedade e a disponibilidade de produtos e serviços e o acesso e conveniência de compra, com vistas à geração de emprego e renda, qualidade de atendimento, dos produtos e serviços ofertados, produtividade, inovação e consumo consciente. b) Estabelecimento de padrão de qualidade, atitudes e capacidades das empresas de comércio e serviços exigidas pelo consumidor-usuário, com base em parâmetros internacionais e certificação das empresas que atuam em conformidade com os padrões estabelecidos, contribuindo para o aumento da satisfação do consumidor. c) Premiação anual de empresas e profissionais, valorizando as melhores práticas e os talentos do setor terciário, mediante a entrega de "Menção Honrosa" às empresas e valor em espécie aos profissionais, segundo critérios que serão definidos por um Grupo composto de representantes do setor público e privado. d) Capacitação e atualização de empresários, profissionais e representantes de entidades do setor terciário, com foco em gestão e qualidade no atendimento, por meio de treinamentos, cursos e palestras, presenciais ou à distância. e) Promoção dos segmentos de comércio e serviços, por meio de apoio a eventos com foco na atividade econômica regional, sazonal e/ou setorial, bem como de projetos de inovação. f) Realização de eventos, palestras e seminários com a participação de representantes dos setores privado e público. g) Realização de pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o setor terciário brasileiro, com possibilidades de enfoques e temáticas variados, de maneira a orientar a formulação de políticas públicas e investimentos, antecipar anseios e necessidades do consumidor brasileiro, difundindo, também, a informação sobre as boas práticas de comércio e de consumo. h) Elaboração de estudos visando ao fortalecimento de segmentos que repercutem de maneira positiva na estrutura produtiva do País, inclusive introduzindo novas tecnologias e novas formas de administração. i) Elaboração de estudos visando identificar e induzir a consolidação dos setores incipientes ou inexistentes de comércio e serviços, inclusive aproveitando a maior visibilidade do país em razão de megaeventos. j) Apoio técnico e institucional a projetos de sustentabilidade socioambiental.

Finalidade: Desenvolver e fortalecer o setor terciário a fim de solucionar gargalos e desafios, considerando as oportunidades de mercado, a dinâmica do mercado consumidor brasileiro e a competitividade do setor.

20Q0 Portal do Empreendedor da Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios - Redesim

Descrição: A manutenção evolutiva do Portal do Empreendedor consiste: na integração em um único processo, sob a ótica do usuário, por meio de Portal de Governo (Portal do Empreendedor), de todos os procedimentos dos órgãos e entidades responsáveis pelo registro, inscrição, alteração e baixa de empresas, operando em sistema informatizado e integrado via WEB, com entrada única de dados cadastrais e de documentos nos órgãos de registro, de maneira que, após deferimento do ato constitutivo, ocorra geração automática das inscrições nos órgãos tributários e concessão de alvarás de localização e funcionamento e de licenças de funcionamento, de forma a possibilitar a abertura e o funcionamento da empresa com atividades de baixo risco logo após o registro; no aprimoramento e disponibilização de dados cadastrais e das bases de imagens de documentos arquivados pelas Juntas Comerciais para os demais órgãos integrantes da Redesim; na disponibilização de informações necessárias ao fomento da atividade empreendedora dentro do Portal de Governo; no desenvolvimento de ferramentas para o monitoramento e avaliação de desempenho dos órgãos participantes da Redesim; e na modernização dos sistemas de informação de apoio à Redesim.

Finalidade: Portal do Empreendedor destinado a disponibilizar orientações, informações e instrumentos para realização do processo de abertura, alteração e baixa de empresas, de forma integrada, pelos órgãos e entidades responsáveis pelo registro e legalização de empresas, bem como informações e orientações direcionadas para a sustentabilidade e desenvolvimento das empresas.

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2024	Comércio Exterior
0027	Cobertura das Garantias Prestadas pela União nas Operações de Seguro de Crédito à Exportação (Lei nº 9.818, de 1999)
<i>Descrição:</i> Cobertura das garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação. <i>Finalidade:</i> Cobrir as garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação, objetivando garantir a integridade do mercado exportador brasileiro, incentivando o comércio internacional.	
0267	Equalização de Juros para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
<i>Descrição:</i> Equalização de taxas de juros nos financiamentos às exportações, concedidos por instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, de forma que o custo financeiro incidente sobre os produtos brasileiros exportados seja compatível com os praticados no mercado internacional. <i>Finalidade:</i> Prestar apoio financeiro ao setor exportador brasileiro, por meio de equalização de taxas de juros, visando uma maior competitividade no mercado internacional.	
0A84	Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
<i>Descrição:</i> Concessão de empréstimos, com recursos do Tesouro Nacional, a exportadores nacionais ou importadores estrangeiros de produtos brasileiros. <i>Finalidade:</i> Prestar apoio financeiro ao setor exportador brasileiro, por meio de concessão de empréstimos, com recursos do Tesouro Nacional, visando uma maior competitividade no mercado internacional.	
13DJ	Implantação do Escritório do Exportador
<i>Descrição:</i> O escritório do exportador será constituído de estrutura física dotada de recursos humanos e equipamentos que permita receber a classe empresarial para prestação de apoio técnico pelos agentes da Rede Agente da Amazônia Ocidental e Amapá em consonância com as estratégias e diretrizes do Plano Nacional da Cultura exportadora e da Política de Comércio Exterior. Esse espaço será destinado à realização de encontros entre diversos órgãos do governo e a iniciativa privada, realização de treinamentos, prestação de consultoria, e realização de outros eventos ou atividades relacionados à capacitação em comércio exterior de médios e pequenos empresários da região. <i>Finalidade:</i> Fortalecer as pequenas e médias empresas por meio da promoção de ações que permitam a ampliação do conhecimento das ferramentas e instrumentos de comércio exterior, de forma a aumentar as exportações da região da Amazônia Ocidental e Amapá.	
2022	Análise de Processos contra Práticas Desleais e Ilegais
<i>Descrição:</i> Análise de processos contra práticas desleais e ilegais de comércio nas exportações de terceiros países para o Brasil, que consiste na abertura e condução de investigações; realização de verificações "in loco" das informações prestadas nos processos, tanto no Brasil como no exterior, bem como de análise de processos de revisão de medidas já aplicadas; assistência ao exportador brasileiro submetido a processos de defesa comercial no exterior, para verificar a possibilidade de prática de dumping ou de subsídios, orientando-o e participando das investigações abertas por terceiros países; e apuração de denúncias de fraudes, como, por exemplo, falsa declaração de origem, de modo a combater a elisão a restrições comerciais e o uso indevido da preferência tarifária em função da adulteração da origem do produto importado. <i>Finalidade:</i> Defender a indústria nacional contra práticas desleais e ilegais de comércio e surtos de importação, bem como prestar apoio ao exportador brasileiro submetido a investigações abertas por terceiros países.	
20CS	Promoção de Missões Comerciais
<i>Descrição:</i> Apoio à organização de Missões Comerciais no País e no exterior, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores – MRE, podendo contar com a colaboração da Agência Brasileira de Promoção das Exportações – APEX-Brasil, além da participação de representantes do setor produtivo. Em virtude da natureza multidisciplinar das Missões Comerciais, a sua realização envolve as seguintes áreas do MDIC: Comércio Exterior, Desenvolvimento da Produção, Comércio e Serviços, Tecnologia Industrial, Metrologia, Propriedade Intelectual, Desenvolvimento da Amazônia Ocidental e Financiamento do Setor Produtivo. <i>Finalidade:</i> Identificar e incrementar oportunidades de investimento produtivo, propiciar a internalização e a transferência de tecnologia, bem como ampliar e fortalecer a inserção competitiva internacional das empresas brasileiras.	
20CX	Monitoramento de Instalação e Operação de Zonas de Processamento de Exportação - ZPE
<i>Descrição:</i> Acompanhamento da instalação das ZPE e dos projetos industriais aprovados pelo CZPE. Fiscalização das ZPE implantadas e avaliação do desempenho das empresas nelas instaladas. Desenvolvimento de iniciativas de promoção do programa e aos investimentos produtivos em ZPE. Acompanhamento das negociações multilaterais, plurilaterais e bilaterais pertinentes, de modo a garantir o monitoramento da evolução do tema no plano internacional e no sentido de evitar a criação de eventuais barreiras às exportações das empresas instaladas em ZPE. Análise e divulgação da experiência internacional e nacional das ZPE. <i>Finalidade:</i> Viabilizar a instalação e operação de Zonas de Processamento de Exportação – ZPE que contribuam para a redução dos desequilíbrios regionais, o fortalecimento do balanço de pagamentos, a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.	
20J3	Sistemas de Gestão do Comércio Exterior
<i>Descrição:</i> Operar manter e desenvolver novas funcionalidades dos sistemas de processamento e controle das operações de comércio exterior, estruturado em base tecnológica moderna e adequada às necessidades do setor produtivo brasileiro e às normas de organismos internacionais e às exigências dos mercados. Esta ação busca aprimorar os instrumentos de gestão do comércio exterior brasileiro. Visa a sua simplificação e redução de custos e tempo na emissão de documentos básicos obrigatórios, com simultânea melhoria da qualidade dos serviços executados pelo governo, e do controle governamental, bem como da disseminação de informações específicas às comunidades exportadora e importadora. <i>Finalidade:</i> Aprimorar e manter os instrumentos de operacionalização do comércio exterior brasileiro, com vistas a sua simplificação e redução de custos e tempo na emissão de documentos básicos obrigatórios, com simultânea melhoria da qualidade dos serviços executados pelo governo, e do controle governamental, bem como da disseminação de informações específicas às comunidades exportadora e importadora.	
20J4	Gestão do Plano Nacional da Cultura Exportadora
<i>Descrição:</i> Construção e implementação de políticas de comércio exterior que incluam a capacitação de gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior; a realização de reuniões e outros eventos técnicos; os treinamentos específicos na área de comércio exterior; a edição e distribuição de material técnico de orientação ao exportador; e o acompanhamento sistematizado do processo de internacionalização e negócios. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e difundir a cultura exportadora nos Estados brasileiros de modo a aumentar e qualificar a base exportadora.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20J5	Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio – SISCOSERV.
<i>Descrição:</i> Manutenção, modernização e produção dos dois Módulos (Venda e Aquisição) do SISCOSERV, possibilitando a geração de arquivos e a disponibilização de informações estatísticas agrupadas por variados critérios e formatos. Adaptações por mudanças externas (negócio, legislação, ambiente operacional), evolução com a inclusão de novas características e/ou funcionalidades. O Módulo Venda já foi desenvolvido. O desenvolvimento do Módulo Aquisição tem a sua conclusão prevista para dezembro de 2011. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar ao setor privado, sistema eletrônico para registro das operações comerciais realizadas entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior, de serviços, de intangíveis e de outras operações que produzem variações no patrimônio, permitindo, a partir da visibilidade dessas operações, o aprimoramento dos meios para as atividades de formulação, acompanhamento e aferição das políticas públicas relacionadas, interligando ações de Governo. O SISCOSERV proporcionará aos usuários do setor privado, em tempo real, um único ambiente para processamento de suas operações, além de produzir relatórios gerenciais capazes de oferecer condições seguras para a definição de políticas públicas de apoio ao comércio exterior de serviços, hoje dificultadas em razão da impossibilidade de mensuração das necessidades do setor.	
20J6	Sistemas de Informações de Comércio Exterior
<i>Descrição:</i> Fortalecimento e aperfeiçoamento dos sistemas de processamento e disseminação de informações de comércio exterior, com o objetivo de mantê-los atualizados e tecnologicamente alinhados às necessidades da política nacional de comércio exterior. Estes sistemas envolvem a extração, produção e disponibilização de dados estatísticos e de prospecção de mercados, bem como de informações de comércio exterior e assuntos correlatos voltados ao apoio às exportações brasileiras. <i>Finalidade:</i> Aprimorar e manter os sistemas de coleta, depuração, geração, sistematização, análise e disseminação das informações de comércio exterior e disponibilizá-las de forma tempestiva e com maior qualidade, para atender às demandas de gestores públicos e de setores produtivos na definição de políticas e estratégias direcionadas à área de comércio exterior.	
2696	Negociações Internacionais na Área de Indústria
<i>Descrição:</i> Levantamento e preparação necessários à correta participação do País nos acordos, negociações, demais mecanismos internacionais afetos à competência do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. <i>Finalidade:</i> Inserir o setor produtivo nacional no mercado internacional e ampliar a base exportadora brasileira por meio do acesso efetivo a terceiros mercados.	
8184	Promoção Comercial da Zona Franca de Manaus
<i>Descrição:</i> •Contratar e aprovar Projeto Básico/Termo de Referência e Projeto Arquitetônico/Cenográfico visando a realização da VII FIAM em 2013 e a VIII FIAM em 2015, respectivamente. •Contactar Entidades públicas/privadas e os Governos Estaduais da Amazônia Legal, objetivando a participação FIAM. •Realizar missões nacionais e internacionais, incluindo feiras, seminários, rodadas de negócios visando a abertura de mercados e palestras, para divulgação da SUFRAMA, incluindo o PIM, potencialidades regionais e o aproveitamento da biodiversidade amazônica. •Realizar reuniões de pré-evento com os representantes dos Governos Estaduais da Amazônia Ocidental, visando a participação desses Estados nas missões de promoção comercial. •Realização de seminários/reuniões de fóruns nacional e internacional nos Estados da Amazônia Ocidental e Amapá. •Realização de eventos técnicos que visem à assimilação de conhecimento e sua consequente disseminação junto aos empresários da região. <i>Finalidade:</i> Divulgar nacional e internacionalmente as oportunidades de negócios relacionadas à Zona Franca de Manaus visando à geração de emprego, renda, aumento das exportações e atração de novos investimentos, bem como a divulgação das potencialidades da região. Além disso, visa disseminar o Modelo Zona Franca de Manaus e contribuir para a modernização do comércio exterior na região.	
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia
0505	Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos que visem o desenvolvimento da indústria nacional de equipamentos e serviços de telecomunicações <i>Finalidade:</i> Permitir que pequenas e médias empresas tenham acesso aos recursos de capital, com o objetivo de ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.	
128Z	Implantação do Sistema Operador da Rede Nacional de TV Pública Digital (RBTPD)
<i>Descrição:</i> Implantação de infraestrutura, meios e equipamentos de rede para operação e manutenção de plataforma comum integrada multiserviço destinada a prestar serviços de transmissão e retransmissão de televisão pública digital explorados pelas redes públicas federais previstas pelo Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006. <i>Finalidade:</i> Viabilizar a implantação de infraestrutura comum de transmissão em sistema digital para as emissoras públicas federais, buscando a economia de recursos públicos e a aceleração dos prazos de migração do sistema digital para o SBTVD.	
120F	Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga
<i>Descrição:</i> Para implantação da infraestrutura da Rede Nacional será necessária a aquisição de equipamentos de telecomunicações para ativação das fibras ópticas, usando tecnologia DWDM (Dense Wavelength Division Multiplexing), criação de rede de transporte em rádio digital de alta velocidade para interligação dos Pontos de Presença (POPs) aos municípios (backhaul), integração da rede aos pontos de troca de tráfego Internet (PTTs), estruturação de rede IP para prestação de serviços multimídia e estabelecimento de parcerias para massificar o acesso em banda larga. Além disso, a operação e gerenciamento será realizada por meio de Centros de Manutenções terceirizados, cabendo à equipe própria da TELEBRÁS o acompanhamento e fiscalização dos respectivos contratos <i>Finalidade:</i> Proporcionar o acesso à Internet em banda larga aos cidadãos, instituições, Governo, entidades da sociedade civil e empresas. Expandir a cobertura do serviço, elevar a velocidade de transmissão e reduzir o preço final para o consumidor. Para isso, o Governo Federal institui o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), mediante o Decreto no 7.175, de 12 de maio de 2010. O principal objetivo é massificar o acesso à Internet em banda larga para os cidadãos, instituições do governo, entidades da sociedade civil e empresas. O resultado é a melhoria da infraestrutura de rede do governo, de modo a criar oportunidades, acelerar o desenvolvimento econômico e social, promover a inclusão digital, reduzir as desigualdades social e regional, promover a geração de emprego e renda, ampliar os serviços de governo eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado, promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação e aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras. O início do caminho para se alcançarem esses objetivos é a expansão da cobertura do serviço, a elevação da velocidade disponível e a redução do seu preço. Dessa forma, o Decreto também atribuiu novas atividades à TELEBRÁS, sendo esta a responsável por disponibilizar no país a infraestrutura básica de telecomunicações que possibilite a formulação de Políticas Públicas de governo eletrônico e massificação do acesso à Internet. Essa infraestrutura constituirá uma Rede Nacional, implantada, operada e gerenciada pela TELEBRÁS, com a utilização de fibras já instaladas pelo setor elétrico e petrolífero, totalizando uma extensão de cobertura de 30.803 Km, abrangendo 4.283 municípios até 2014.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

13ZU	Apoio a Cidades Digitais
<i>Descrição:</i> Implantação de infraestrutura de Redes Digitais Locais e Pontos de Acesso Livre. As Redes Digitais Locais dizem respeito à implantação coordenada de uma rede de comunicação de dados, voz e imagem, por meio de tecnologias sem fio e terrestres, conforme as necessidades locais. Elas permitem conectar todos os órgãos públicos locais entre si e à internet, promovendo melhoria e agilidade na prestação de serviços ao cidadão e integração das políticas públicas. Já os Pontos de Acesso Livre envolvem a instalação de pontos públicos de acesso para uso livre e gratuito pela população em espaços de grande circulação. Significa levar pontos de conexão à internet para praças, mercados, etc. O governo federal, por meio do Ministério das Comunicações, se compromete a instalar essa infraestrutura e os municípios devem garantir os custos de manutenção como contrapartida. <i>Finalidade:</i> Implantar infraestrutura de conexão de acesso livre em municípios de mais baixo IDH-M para permitir a criação de redes digitais locais de comunicação e, consequentemente, a apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) pela gestão pública local e pela população, de maneira coordenada e integrada entre as esferas dos poderes públicos e a sociedade.	
13ZV	Apoio a Projetos de Inclusão Digital
<i>Descrição:</i> Identificação de projetos comunitários voltados para grupos sociais específicos, buscando apoiá-los para o desenvolvimento de ações de inclusão digital. <i>Finalidade:</i> Apoiar projetos de inclusão digital voltados para grupos sociais específicos, tais como mulheres, juventude e em áreas rurais, remotas e excluídas.	
146W	Adequação da infraestrutura de Atendimento - Correios
<i>Descrição:</i> Criação e instalação de unidades próprias de Atendimento a partir da construção de imóvel próprio ou imóvel já existente. <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura de atendimento dos Correios visando a Universalização dos Serviços Postais para atender às necessidades da sociedade	
146X	Adequação da infraestrutura de Tratamento, Distribuição e Logística
<i>Descrição:</i> Criação e instalação de unidades próprias de Tratamento, Distribuição e Logística a partir da construção de imóvel próprio ou imóvel já existente. <i>Finalidade:</i> Adequar a infraestrutura de Tratamento/Distribuição e logística, visando atender à necessidade da sociedade.	
146Y	Lançamento de Cabo Oceânico para Interconexão Brasil - Europa
<i>Descrição:</i> Lançamento de cabo óptico oceânico, ligando: Fortaleza, Fernando de Noronha, Dakar a Seixas (Portugal). <i>Utilização de tecnologia Nacional</i> <i>Finalidade:</i> O custo do transporte Internacional entre Brasil - Europa chega a ser maior do que o custo de interconexão classe 5 nos referido país. A principal finalidade é a de dispor de meio de transmissão óptica próprio que barateie o transporte de IP, e, consequentemente, o custo dos enlaces internacionais.	
146Z	Lançamento de Satélite de Comunicações
<i>Descrição:</i> O sistema satélite será composto de um único equipamento espacial que atenderá o serviço militar e comercial, operando respectivamente na Banda X e Ka. Serão implantadas 2 (duas) estações terrenas para controle, gerenciamento e monitoramento. Os equipamentos de terra serão definidos função da demanda apresentada. A posição orbital de 75W será coordenada com a Anatel/UIT, garantindo a posição no escasso arco geoestacionário. <i>Finalidade:</i> Os objetivos da implantação do sistema satélite são: 1) atender a demanda de comunicações estratégicas do Ministério da Defesa, hoje dependente da Embratel/StarOne (empresa de capital estrangeiro); 2) atender o restante dos municípios (1.283), distantes do backbone da fibra ótica, completando assim 100% do território nacional, dentro do PNB; 3) Atender as redes de governo, principalmente no que se refere a MC, MEC, ECT, BB, CEF, EBC, Serpro, Funasa, Ibama, Funai, Bancos e demais órgãos estaduais e municipais.	
147A	Implantação de Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Copa e Grandes Eventos
<i>Descrição:</i> A solução TIC compreende o fornecimento de infraestrutura, rede, sistemas do núcleo da rede, aplicações e suporte para assegurar que as Operações da FIFA tenham pleno sucesso na realização dos dois eventos. <i>Para compreender os requisitos de infraestrutura, assim como a grandeza e a complexidade do projeto, faz-se necessário listar as cidades que serão sedes, locais de suporte aos eventos, como centros de bilheteria, quiosques, dentre outros e as demandas de banda para suprir as requisitos indispensáveis para transmissão de sinais HD e de dados de missão consideradas críticas.</i> <i>Cidades Sedes da Copa:</i> Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Cuiabá, Manaus, Fortaleza, Salvador, Recife e Natal. <i>Finalidade:</i> Prover toda a infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC para o sucesso de dois eventos: a copa das confederações em 2013 e a copa mundial em 2014. A responsabilidade da Telebrás inclui o planejamento, projeto, implementação e operação de todos os elementos TIC necessários para a realização dos eventos.	
147C	Lançamento de Cabo Oceânico para Interconexão Brasil - Estados Unidos
<i>Descrição:</i> Lançamento de cabos ópticos oceânicos, ligando: Estados Unidos, Caiena, Calçoene (Amapá), a Fortaleza; <i>Utilização de tecnologia Nacional</i> <i>Finalidade:</i> O custo do transporte Internacional Brasil - Estados Unidos chega a ser maior do que o custo de interconexão classe 5 nos referido país. A principal finalidade é a de dispor de meio de transmissão óptica próprio que barateie o transporte de IP, e, consequentemente, o custo dos enlaces internacionais.	
1B50	Formulação e Reformulação de Políticas de Comunicação Eletrônica e Radiodifusão Digital
<i>Descrição:</i> Elaboração de um documento formal que represente uma proposta legislativa do Ministério das Comunicações para uma nova normatização da comunicação social eletrônica no Brasil. Será promovido o estudo e a discussão no âmbito do Ministério das Comunicações visando à consolidação do referido documento, devendo ser considerados os frutos do debate promovido com a sociedade civil. Para este fim, será criado um grupo de estudos coordenado pelo Ministério das Comunicações com representantes dos diversos pólos sociais, tais como Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal; Poder Legislativo; Poder Judiciário e Grupos Representativos da Sociedade Civil. Por fim, a consultoria contratada recolherá e consolidará os dados e subsídios recebidos durante a fase de debates em uma proposta de Projeto de Lei que será enviada ao Congresso Nacional. No âmbito dessa ação será contratada, por meio de licitação, uma consultoria com vistas a subsidiar a política de radiodifusão digital no Brasil. <i>Finalidade:</i> Propor alteração da legislação básica de radiodifusão e dos serviços correlatos e elaborar proposta de regulamentação da radiodifusão de sons e imagens (TV) digital.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1B53	Formulação e Reformulação de Políticas para o Setor de Telecomunicações
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de estudos para análise e avaliação das condições de atendimento à população brasileira com recursos de telecomunicações e de acesso à informação. <i>Desenvolvimento de estudos para diagnósticos e prognósticos setoriais nos ambientes nacional e internacional para identificação de tendências de atuação governamental e tecnológicas, bem como de oportunidades de ação do setor público no contexto nacional.</i> <i>Finalidade:</i> Definir e estabelecer políticas para o Setor de Telecomunicações para assegurar a melhor condução das ações do setor público, visando à promoção do desenvolvimento tecnológico em telecomunicações e à democratização do acesso aos serviços de telecomunicações e à informação no País.	
1E13	Apoio a Espaços Públicos de Inclusão Digital
<i>Descrição:</i> Espaços de Inclusão Digital – dotados de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação promovem a capacitação das pessoas e sua inclusão na sociedade da informação e do conhecimento, bem como a convergência das ações do governo federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte. <i>Finalidade:</i> Promover acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de conhecimentos, contribuindo com ao inclusão social, atendendo as comunidades, jovens estudantes e outros segmentos	
20B5	Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação
<i>Descrição:</i> Produção e veiculação de conteúdos informativos, infantis, educativos, culturais, artísticos, científicos e formadores da cidadania por meio dos diferentes canais e serviços que compõem o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão; aquisição de conteúdos originários da produção audiovisual independente e da produção audiovisual regional, com vistas à expressão da diversidade cultural, social, econômica e étnica do País; licenciamento de obras audiovisuais nacionais e internacionais; aquisições de direitos autorais; ações de fomento, próprias e em parcerias, ao desenvolvimento da produção audiovisual televisiva e radiofônica brasileiras; produção de conteúdos específicos para exibição internacional; produção, integração e distribuição de conteúdos multimídia para web, mobile e novas plataformas; ações de divulgação e publicidade; ações de patrocínios; investimentos para ampliar a oferta e qualidade dos sinais de radiodifusão públicos e a migração para a plataforma digital; e contratação de serviços de telecomunicações e outros serviços de terceiros, serviços continuados, aquisição de materiais de consumo, despesas com diárias, passagens e locomoção, aquisição de materiais permanentes, obras e instalações, ou seja, despesas necessárias para dar suporte à execução da atividade finalística. <i>Finalidade:</i> Aprimorar o funcionamento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação, composto pelas emissoras públicas de televisão nacional (TV Brasil) e internacional (TV Brasil Internacional), agências públicas de notícias (Agência Brasil e Radioagência Nacional) e pelo complexo de emissoras públicas de rádio (Rádios Nacional e Rádios MEC), ampliando e qualificando sua acessibilidade e abrangência.	
20ER	Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital
<i>Descrição:</i> Elaboração, implementação, realização de projetos de formação de agentes de inclusão digital (monitores e gestores de telecentros, coordenadores e implementadores de iniciativas, tutores e coordenadores de tutoria), bem como criação e manutenção de instâncias e mecanismos de mobilização, coordenação, articulação, fomento e avaliação de iniciativas de formação de agentes para inclusão digital, envolvendo o Governo Federal, os Estados, Municípios e a sociedade. <i>Finalidade:</i> Capacitar agentes de inclusão digital, bem como articular, apoiar, monitorar e avaliar projetos e ações de formação de agentes de inclusão digital.	
20LQ	Estudos e Levantamentos de Dados de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de estudos e levantamento de dados de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs por meio de parcerias com entidades públicas ou privadas e os impactos de políticas desse setor sobre a atividade econômica. <i>Finalidade:</i> Identificar os gargalos de investimentos no setor de telecomunicações nas regiões brasileiras.	
20LR	Realização de Iniciativas de Debate sobre Radiodifusão Comunitária e Pública
<i>Descrição:</i> A ação objetiva promover ciclos de palestras, oficinas e cursos relativos à radiodifusão comunitária e à radiodifusão pública, dos quais participarão até 200 profissionais do setor por ano. A metodologia adotada em cada uma das iniciativas será variável, em conformidade com as demandas de cada localidade e das possibilidades de atuação dos eventuais parceiros nos estados e municípios. <i>Finalidade:</i> Promover a discussão do serviço de radiodifusão comunitária e da radiodifusão pública entre Estado e radiodifusores.	
20LS	Suporte à Prestação dos Serviços de Telecomunicações
<i>Descrição:</i> <i>Descrição:</i> Para orientar e organizar a oferta de serviços de telecomunicações, o Estado oferece suporte à infraestrutura e à prestação dos serviços por meio de: Procedimentos para a expedição de concessão, permissão ou autorização para a prestação dos serviços de telecomunicações; Elaboração de procedimentos para fins de certificação, designação de Organismos de Certificação, habilitação de laboratórios, homologação de produtos e fixação de acordos de reconhecimento mútuo com órgãos estrangeiros visando à sustentação do processo de Certificação; Avaliação da utilização do espectro, dos recursos de numeração, de órbita e de faixas de frequências, por meio de análises e estudos técnicos sobre as informações, demandas, novas tecnologias e serviços, visando otimizar as condições de uso e a utilização dos recursos de órbita e faixas de frequências; Administração dos recursos de órbita, espectro e numeração, realizando procedimentos internacionais e nacionais necessários para assegurar a utilização de posições orbitais e faixas de frequências associadas por redes de satélites, bem como os recursos de numeração; Realização de análise dos riscos à continuidade da prestação dos serviços, possíveis danos aos usuários com base na análise da gestão empresarial das prestadoras, abrangendo aspectos econômico-financeiros; Análise, sob a ótica da competição, dos contratos entre as empresas do setor de telecomunicações ou entre estas empresas e empresas de outros setores, incluindo aqueles de interconexão e compartilhamento de infraestrutura. Identificação, recepção e tratamento de representações por infração a ordem econômica, além de se relacionar com o CADE, quando necessário; Identificação de potenciais conflitos e convocação de prestadoras e usuários, com o objetivo de solucionar os problemas sob análise; Elaboração de pesquisas, estudos e análises do setor de telecomunicações com objetivo de avaliar a estrutura e dinâmica do setor; Acompanhamento e análise, sob a ótica da ordem econômica e da regulamentação dos serviços de telecomunicações, dos atos de concentração econômica e do controle societário respectivamente, incluindo a aprovação de transferências de controle societário; Análise e arbitragem de conflitos entre prestadoras, referentes à aplicação e interpretação da legislação vigente, inclusive em contratos de interconexão, homologando os resultados e aplicando as sanções cabíveis. Análise das solicitações enviadas pelas prestadoras para aprovação de reajuste de tarifas e preços e homologação de planos de serviços alternativos. <i>Finalidade:</i> Com o objetivo de organizar e orientar a prestação de Serviços de Telecomunicações, oferecer suporte à infraestrutura e à prestação dos serviços, ancorado na otimização dos instrumentos de regulação tais como outorgas, certificação e homologação de produtos de comunicação, uso de recursos de numeração, órbita e espectro, bem como criar as condições para a viabilidade econômica da prestação dos serviços.	
2184	Ampliação e Manutenção de Conexão à Internet para Inclusão Digital
<i>Descrição:</i> Operação do sistema de acesso a serviços públicos e à rede mundial de informação, por meio eletrônico, inclusive acompanhamento, avaliação de desempenho e de satisfação dos usuários e fiscalização da prestação de serviços. <i>Finalidade:</i> Prover acesso à Internet Banda Larga à comunidades beneficiárias do Programa GESAC.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2424	Fiscalização em Telecomunicações
<i>Descrição: Detalhamento, definição, preparação e execução do Plano de Ação da Fiscalização. Atendimento das solicitações recebidas de outros processos, por meio de ações de fiscalização, de averiguação e de auditoria de processos das prestadoras, adotando os desdobramentos pertinentes.</i> <i>Finalidade: Aferir dados e informações, bem como controlar obrigações legais e contratuais.</i>	
2670	Produção de Conteúdos Informativos, Culturais e Educacionais (ACERP-OS)
<i>Descrição: Produção e edição de programas; contratação de prestadores de serviços (inclusive apresentadores e comentaristas); gestão de acervos; e manutenção de infraestrutura técnica, operacional e administrativa para a prestação dos serviços.</i> <i>Finalidade: Contribuir para a produção da programação educativa, cultural, científica, informativa e promotora de cidadania oferecida nos veículos públicos da EBC (de televisão, rádio, notícias e outras plataformas) por meio do contrato de gestão firmado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto.</i>	
2B68	Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações
<i>Descrição: - Tratar de forma consolidada as informações recebidas por meio de solicitações, pesquisas, entre outras fontes e elaborar relatórios de diagnóstico do serviço prestado aos usuários, para subsidiar ações e recomendações da Agência;</i> <i>- Elaborar e coordenar a realização de pesquisas de satisfação e opinião com o objetivo de obter informações sobre os anseios da população, sobre a qualidade de prestação dos serviços de telecomunicações e a atuação da Anatel;</i> <i>- Receber, analisar, encaminhar, acompanhar e responder solicitações: sugestões, elogios, pedidos de informações, reclamações e denúncias;</i> <i>- Desenvolvimento de rede de discussão dos serviços de telecomunicações de modo a se aprimorar a base de dados, bem como sistematizar mecanismos de contribuição social no planejamento de obrigações das prestadoras;</i> <i>- Análise e resposta às solicitações de acessibilidade aos serviços de telecomunicações, advindas de usuários, órgãos, associações de assistência aos deficientes dentre outros.</i> <i>Finalidade: Acompanhar a qualidade dos serviços de telecomunicações prestados aos usuários, propondo melhorias e ações corretivas.</i>	
2C46	Disponibilização de Serviço de Telefonia em Conformidade com a Lei 9.998/2000
<i>Descrição: Disponibilização ao público-alvo o acesso aos serviços de telefonia fixa, seja por meio da criação da infra-estrutura para prestação dos serviços, onde ela não exista, seja por meio do pagamento pela prestação dos serviços.</i> <i>Finalidade: Promover o acesso aos serviços de telefonia àquelas pessoas ou instituições de interesse público, independentemente de sua localização geográfica e condição socio-econômica.</i>	
2C48	Disponibilização do Serviço de Acesso a Redes Digitais em Banda Larga de Acordo com a Lei 9.998/2000
<i>Descrição: Disponibilização ao público-alvo o acesso às redes digitais em banda larga, seja por meio da criação da infra-estrutura para prestação dos serviços, onde ela não exista, seja por meio do pagamento pela prestação dos serviços.</i> <i>Finalidade: Promover o acesso aos serviços de acesso a redes digitais em banda larga àquelas pessoas ou instituições de interesse público, independentemente de sua localização geográfica e condição socio-econômica.</i>	
4333	Fomento ao Desenvolvimento de Processos e Produtos Inovadores Voltados às Telecomunicações
<i>Descrição: Apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que aproveitam as oportunidades geradas pelas transições e pelo processo de convergência nas comunicações, para ampliar o domínio nacional no setor.</i> <i>Apoio a projetos que visem contribuir para:</i> <i>a) o aumento da competitividade dos serviços de telecomunicações, por meio de soluções inovadoras para redução de custos, melhorias de qualidade e aumento da confiabilidade dos serviços prestados, bem como a oferta de novos serviços de valor adicionado;</i> <i>b) o desenvolvimento e a utilização de tecnologias adequadas para promover a universalização de serviços de comunicação de voz e dados em regiões menos desenvolvidas e para classes sociais sem condições econômicas de recorrer a soluções convencionais;</i> <i>c) o desenvolvimento de temas em que existe demanda ou interesse do Governo em aplicar novas tecnologias a questões das políticas públicas de telecomunicações, especialmente aquelas voltadas para as necessidades e condições sócio-econômicas do País, ou um impacto indireto, por meio de atividades que dêem subsídios à gestão das políticas públicas de telecomunicações.</i> <i>Finalidade: Estimular a criação de tecnologias inovadoras visando à melhoria, à eficiência e à competitividade do setor de telecomunicações.</i>	
4341	Capacitação de Recursos Humanos em Tecnologias e Pesquisa Aplicada às Telecomunicações
<i>Descrição: Apoio a projetos que visem a contribuir para a formação de recursos humanos qualificados, no setor de telecomunicações.</i> <i>Finalidade: Desenvolver tecnologias e difundir o conhecimento em atividades de pesquisa aplicada a telecomunicações, mediante a qualificação de recursos humanos.</i>	
4343	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD
<i>Descrição: Aplicação de 30% de recursos do Funttel diretamente na fundação CPqD na realização de:</i> <i>i) projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico voltados para resultados que tenham interesse público e social, traduzido por um impacto direto sobre a população, em temas em que existe demanda ou interesse do Governo em aplicar novas tecnologias a questões das políticas públicas de telecomunicações, especialmente aquelas voltadas para as necessidades e condições sócio-econômicas do País, ou um impacto indireto, por meio de atividades que dêem subsídios à gestão das políticas públicas de telecomunicações;</i> <i>ii) projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que aproveitam as oportunidades geradas pelas transições e pelo processo de convergência tecnológica, para ampliar a base de tecnologia nacional no setor.</i> <i>Finalidade: Garantir ao CPqD a continuidade de pesquisas e o desenvolvimento tecnológico na área de telecomunicações.</i>	
6272	Observatório Nacional de Inclusão Digital
<i>Descrição: Criação e manutenção de instâncias e mecanismos de mobilização, coordenação, articulação e monitoramento entre o Governo Federal, os Estados, Municípios e a sociedade para a participação e o apoio à formulação, implementação, manutenção e aperfeiçoamento das políticas e iniciativas de inclusão digital.</i> <i>Finalidade: Articular, monitorar, avaliar e apoiar a elaboração, implementação, manutenção e aperfeiçoamento de projetos e ações de inclusão digital.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6492	Fomento à Elaboração e à Implantação de Projetos Tecnológicos de Inclusão Digital
<i>Descrição:</i> • Espaços de Inclusão Digital – dotados de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação promovem a capacitação das pessoas e sua inclusão na sociedade da informação e do conhecimento, bem como a convergência das ações do governo federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte. • Infraestrutura de banda larga para Convergência Social e Cidade Digital – promove o acesso à Internet via rede Wireless (radiofrequência) ou rede híbrida integrada (cabramento, satélite, radiofrequência etc.). Melhora a gestão municipal através da implantação de redes metropolitanas e a integração de políticas públicas de inclusão social, viabilizando o acesso à internet. <i>Finalidade:</i> Promover o acesso às tecnologias da informação e comunicação, infraestrutura de banda larga, serviços de e.gov e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para inclusão social dos cidadãos brasileiros, atendendo às comunidades, jovens estudantes e entes públicos.	
6616	Regulamentação dos Serviços de Telecomunicações
<i>Descrição:</i> Realização de procedimentos necessários para a expedição de atos normativos, identificando e analisando as necessidades de alteração e elaboração de regulamentos, bem como propondo modificações ou novas proposições de forma a garantir a consistência regulatória e o pleno atendimento do interesse público. <i>Finalidade:</i> Expedir normas e regulamentos quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de telecomunicações, de direito de exploração de satélite e direito de uso de radiofrequências, conforme disposto na LGT, criando, desta forma, as condições regulatórias necessárias para que o desenvolvimento do setor de telecomunicações seja harmônico com as metas de desenvolvimento social do País buscando sempre o atendimento das políticas públicas para o setor, adotando medidas que promovam a competição, a diversidade dos serviços, incrementem a sua oferta e propiciem padrões de qualidade compatíveis com a exigência dos usuários, fortalecendo o papel regulador do Estado e desenvolvimento tecnológico do setor.	
2026	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos
00HM	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
<i>Descrição:</i> Em cumprimento aos dispositivos do artigo 22 da Lei nº 9.433, os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na própria bacia em que foram gerados no desenvolvimento de estudos, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos e ou no pagamento de despesas de custeio administrativo dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. <i>Finalidade:</i> Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.	
00HN	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce
<i>Descrição:</i> Em cumprimento aos dispositivos do artigo 22 da Lei nº 9.433, os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na própria bacia em que foram gerados no desenvolvimento de estudos, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos e ou no pagamento de despesas de custeio administrativo dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. <i>Finalidade:</i> Promover a melhoria qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, por meio da execução de projetos aprovados pelo Comitê da Bacia, de acordo com as prioridades estabelecidas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica.	
00HP	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
<i>Descrição:</i> Em cumprimento aos dispositivos do artigo 22 da Lei nº 9.433, os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na própria bacia em que foram gerados no desenvolvimento de estudos, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos e ou no pagamento de despesas de custeio administrativo dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. <i>Finalidade:</i> Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.	
00HR	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
<i>Descrição:</i> Em cumprimento aos dispositivos do artigo 22 da Lei nº 9.433, os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na própria bacia em que foram gerados no desenvolvimento de estudos, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos e ou no pagamento de despesas de custeio administrativo dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. <i>Finalidade:</i> Promover a melhoria qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, por meio da execução de projetos aprovados pelo Comitê da Bacia, de acordo com as prioridades estabelecidas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica.	
101P	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco
<i>Descrição:</i> Recuperação, conservação, preservação, o manejo e uso sustentável dos recursos naturais da bacia hidrográfica, através da implementação de atividades socioambientais e ações de revitalização ambiental voltadas a recuperação dos recursos naturais, principalmente nas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos, e ainda difundir práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como promover a educação ambiental, a mobilização e capacitação socioambiental, a articulação interinstitucional e sociocultural, como também apoiar e disseminar técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, além de atividades ecoturísticas e socioambientais, entre outras na bacia, somadas a um forte processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos. <i>Finalidade:</i> Recuperar, conservar, preservar e recompor os recursos naturais da bacia hidrográfica do Rio São Francisco visando sua revitalização e seu desenvolvimento sustentável.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

101Q	Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Tocantins/Araguaia
<i>Descrição:</i> Promoção e apoio à recuperação, à conservação, à preservação, ao manejo e ao uso sustentável dos recursos naturais da bacia hidrográfica dos rios Araguaia/Tocantins, através da implementação de atividades socioambientais e ações de revitalização ambiental voltadas à recuperação dos recursos naturais, principalmente nas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos, e ainda difundir práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como promover a educação ambiental, a mobilização e capacitação socioambiental, a articulação interinstitucional e sociocultural, como também apoiar e disseminar técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, além de atividades ecoturísticas e socioambientais, somadas a um forte processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos. <i>Finalidade:</i> Recuperar, conservar, preservar e recompor os recursos naturais da bacia hidrográfica dos Rios Araguaia/Tocantins, de maneira integrada e associada permanentemente a um forte processo de articulação interinstitucional, mobilização e capacitação social e de educação ambiental com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização. Integrando os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos visando a revitalização e o desenvolvimento sustentável dessa bacia.	
101R	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul
<i>Descrição:</i> Promoção e apoio a ações de recuperação, conservação, preservação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, através da implementação de atividades socioambientais e ações de revitalização ambiental voltadas a recuperação de seus recursos naturais, principalmente em suas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos, e ainda difundir práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como promover a educação ambiental, a mobilização e capacitação socioambiental, a articulação interinstitucional e sociocultural, como também apoiar e disseminar técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, além de atividades ecoturísticas e socioambientais, entre outras na bacia, somadas a um forte processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos. <i>Finalidade:</i> Recuperar, conservar, preservar e recompor os recursos naturais da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, de maneira integrada e associada permanentemente a um forte processo de articulação interinstitucional, mobilização e capacitação social e de educação ambiental com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e integrando os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos visando a revitalização e o desenvolvimento sustentável dessa bacia.	
101U	Implantação de Banco de Dados Ambientais das Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental
<i>Descrição:</i> Implantação de infraestrutura, com aquisição de equipamentos, instalação e desenvolvimento de sistemas informatizados para prospectar, receber, tratar, articular, divulgar, sistematizar e consolidar dados e informações sobre a quantidade e qualidade dos recursos naturais e as condições socioambientais das principais bacias hidrográficas nacionais que apresentam vulnerabilidades ambientais. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar informações socioambientais sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos naturais e as condições socioambientais dessas bacias prioritárias, efetivar sistemas de informação e gestão ambiental dessas bacias para subsidiar a tomada de decisões, assim como para divulgar a implementação do programa e o processo de revitalização para a sociedade em geral.	
102W	Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba
<i>Descrição:</i> As medidas e ações adotadas consistem em obras para estabilização das margens dos rios em pontos sob processos erosivos críticos e para isto serão utilizadas geotecnologias modernas, revegetação da bacia, proteção de encostas, recomposição de mata ciliar e técnicas de conservação de solo e água, e implementação de práticas de gestão hídrica. <i>Finalidade:</i> Apoiar Estados e Municípios para identificação e mapeamento de áreas críticas em processos erosivos e implementação de medidas e ações que favoreçam a infiltração da água no solo, diminuam o escoamento superficial e restaurem os ecossistemas.	
124A	Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA
<i>Descrição:</i> Trata-se de um projeto que visa a dotar o país de uma rede de avaliação da qualidade de água que permitirá a definição mais precisa dos investimentos a serem feitos para redução da poluição hídrica bem como avaliar os resultados dos investimentos já realizados. Para tanto, o projeto está estruturado em 4 componentes, a saber: 1 - Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade da Água: que objetiva eliminar as lacunas geográficas e temporais no monitoramento da qualidade da água no país e será executada por meio da aquisição de equipamentos de monitoramento e de apoio laboratorial e no custeio das campanhas sistemáticas de coleta de amostras de qualidade de água, em conjunto com os Estados da Federação; 2 - Padronização: que visa a dotar o país de procedimentos padronizados de coleta e análise de amostras de qualidade da água e fomentar a adoção de parâmetros mínimos a serem monitorados em todo o território nacional, de forma a permitir a comparabilidade dos resultados e uma avaliação da evolução temporal da qualidade das águas; 3 - Laboratórios e Capacitação: que visa aumentar a confiabilidade dos resultados obtidos nas análises de qualidade de água, capacitando equipes de campo e de laboratório na utilização dos equipamentos e incentivando programas de controle de qualidade interlaboratoriais; 4 - Avaliação da Qualidade da Água: com base nos resultados dos demais componentes, essa etapa visa disponibilizar à sociedade avaliações da qualidade de água, por meio da publicação de relatórios e disponibilização em sítio da internet, de forma a subsidiar a definição e avaliar os resultados de políticas públicas de controle da poluição hídrica. <i>Finalidade:</i> Implantar um sistema de avaliação sistemático e adequado da situação da qualidade das águas superficiais brasileiras, subsidiando a elaboração de políticas públicas que visem reverter o quadro de poluição encontrado nas bacias hidrográficas brasileiras	
142D	Estruturação e Consolidação de Comissões Gestoras, Associações de Usuários de Água, em Reservatórios Federais na Região Semiárida
<i>Descrição:</i> Tem por objetivo a gestão colegiada das águas dos reservatórios sob a administração do DNOCS, buscando satisfazer as necessidades da população local, respeitando o bem comum e a defesa da natureza. É um processo de gestão participativa onde usuários, sociedade civil organizada e entidades públicas passam a ser co-gestores de uma política de recursos hídricos que entende a água como um bem público, com valores social e econômico. É reconhecida e apoiada pela ANA, gestora nacional das águas federais. <i>Etapas:</i> • Constituição da Comissão Gestora; • Diagnóstico participativo da área de influência direta do reservatório; • Capacitação dos membros da comissão, em áreas temáticas (legislação, alocação negociada, meio ambiente, recursos hídricos); • Planejamento anual de ações. <i>Finalidade:</i> Promover a gestão participativa e integrada dos recursos hídricos, para garantia dos usos múltiplos, em reservatórios da região semiárida	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1184	Modernização da Rede Hidrometeorológica
<i>Descrição:</i> Modernização da estrutura operacional da Rede Hidrometeorológica Nacional, por meio da aquisição, instalação e operação de equipamentos dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados melhorando a qualidade dos dados e minimizando o tempo para sua disponibilização. O Projeto foi concebido para promover a modernização operacional da Rede Hidrometeorológica, com a previsão de aquisição de equipamentos operacionais e de campo, instalação e a operação destes equipamentos em aproximadamente 270 estações por ano. A Rede Hidrometeorológica tem a finalidade de gerar dados e informações hidrometeorológicas para o gerenciamento dos recursos hídricos, objetivando disponibilizar tais informações para estudos de inventário de potenciais energéticos, planejamento de projetos com fins a utilização dos recursos hídricos, estudos hidroclimáticos, elaboração de planos de bacias, estudos específicos, etc. Além disso, a automatização das estações de monitoramento hidroclimático permitirão uma melhoria significativa no monitoramento das bacias hidrográficas brasileiras e na qualidade das informações, uma vez que haverá um acompanhamento em tempo real da situação hidroclimática, visando facilitar a gestão desses recursos hídricos. <i>Finalidade:</i> Modernizar e operacionalizar a Rede Hidrometeorológica Nacional, visando a disponibilização tempestiva da informação e agregação de informações quali-quantitativas sobre recursos hídricos.	
2039	Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos - INTERÁGUAS
<i>Descrição:</i> Aprimoramento contínuo da legislação e o fortalecimento do processo de implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, adaptando-os às diferentes realidades regionais como, por exemplo, a região amazônica, semi-árido e pantanal. Monitoramento e avaliação do SINGREH por meio do Sistema de Acompanhamento da Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos SIAPREH. Apoio aos estados na construção de seus planos de recursos hídricos e a implementação de ações relacionadas com educação ambiental, formação e capacitação em gerenciamento de recursos hídricos, sejam eles superficiais ou subterrâneos e transfronteiriços. Integração da Política de Recursos Hídricos com a Política de Meio Ambiente e de Unidades de Conservação. <i>Finalidade:</i> Formular políticas e estratégias que visem o aprimoramento contínuo da Política de Recursos Hídricos com vistas a assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos superficiais, subterrâneos e transfronteiriços, com ênfase no apoio à estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.	
20AO	Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental
<i>Descrição:</i> Os resíduos resultantes de ações antrópicas industriais, agrícolas, domésticas e de exploração mineral, representam um grande desafio à sustentabilidade ambiental de Bacias Hidrográficas. Hoje, grande parte da vulnerabilidade ambiental das bacias resulta de processos acumulativos de poluição e desconsideração do ciclo 3R. O ciclo 3R implica na redução do desperdício e do consumo, na reutilização, sempre que possível, e na reciclagem e separação dos diversos tipos de resíduos. Uma das condições para diminuição do processo de poluição é o fomento às ações de reciclagem e seletividade dos resíduos. Dessa forma, faz-se necessário a celebração de convênios, parcerias, termos de cooperação e outros instrumentos legais com Universidades, Institutos de Pesquisa, ONG e municípios para a realização dos estudos e projetos. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e apoiar estudos e projetos visando o controle da poluição por resíduos, e sua gestão de forma a fomentar a redução, reutilização e reciclagem nas áreas das Bacias Hidrográficas com vulnerabilidade ambiental.	
20M0	Orientação do Uso e da Conservação dos Aquíferos Fronteiriços e Transfronteiriços
<i>Descrição:</i> Formulação de políticas públicas de águas subterrâneas, compatibilizadas com as políticas de recursos hídricos nacional e estaduais; apoio aos Estados e o Distrito Federal na gestão da águas subterrâneas; desenvolvimento das ações previstas no Programa Estratégico de Ação do Aquífero Guarani; desenvolvimento de estratégias conjuntas, intercâmbio de informações e experiências na gestão das águas subterrâneas; apoio à cooperação entre os atores envolvidos a fim de proteger e incentivar o uso sustentável das águas do Sistema Aquífero Guarani; prover o apoio necessário para implementação e funcionamento de instrumentos de gestão previstos no Programa Estratégico de Ação do Aquífero Guarani; elaborar marcos técnicos e institucionais comuns para o conhecimento, gerenciamento e preservação dos aquíferos. <i>Finalidade:</i> Promover a utilização racional e equitativa dos recursos hídricos subterrâneos, tendo como base o desenvolvimento sustentável.	
20MN	Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH
<i>Descrição:</i> • Desenvolvimento e implementação de novos subsistemas e módulos do SNIRH; • Execução de manutenções corretivas e evolutivas dos subsistemas e módulos implementados, com identificação e correção de problemas técnicos ou funcionais encontrados no sistema, devido a erros ou ambigüidades na execução ou nos requisitos dos sistemas; • Adição de novas funcionalidades ou alteração nas funcionalidades já existentes dos subsistemas e módulos implementados, a fim de atender a mudanças nos requisitos dos módulos ou adequação dos módulos quanto à evolução tecnológica. • Aquisição, atualização e manutenção da infraestrutura computacional do SNIRH. • Administração da infraestrutura computacional do SNIRH. <i>Finalidade:</i> Organizar, desenvolver, implementar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.	
20MO	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais
<i>Descrição:</i> Elaboração de estudos hidrogeológicos em aquíferos de regiões metropolitanas, interestaduais e transfronteiriços para fomentar a gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas, conforme previsto no Programa Nacional de Águas Subterrâneas-PNAS/PNRH; o planejamento e a coordenação da rede nacional de monitoramento de águas subterrâneas; a formulação de ferramentas específicas para a gestão integrada de recursos hídricos e; apoio aos Estados no gerenciamento de aquíferos compartilhados. <i>Finalidade:</i> Promover condições técnicas, legais e de geração de conhecimento hidrogeológico para implementar a gestão integrada das águas subterrâneas e superficiais, com vistas a obter condições de sustentabilidade ambiental, social e econômica para o uso desses recursos hídricos.	
2378	Operação da Rede Hidrometeorológica
<i>Descrição:</i> O Monitoramento Hidrometeorológico no Brasil é fundamental para o conhecimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos no País e é realizado por meio da Rede Hidrometeorológica Nacional, que obtém informações sobre a capacidade, potencial, disponibilidade e qualidade de água de nossas Bacias Hidrográficas, além do regime das chuvas em todo o território nacional. A Agência Nacional de Águas é responsável pela coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da Rede Hidrometeorológica Nacional, em articulação com os órgãos e entidades públicas e privadas que a integram ou que dela sejam usuários. A Rede Hidrometeorológica sob responsabilidade da ANA possui cerca de 4500 estações de monitoramento que visam realizar a coleta de dados de nível, vazão, sedimento e qualidade da água dos rios brasileiros, bem como a precipitação em todo território nacional. A ANA analisa, também, a consistência dos dados hidroclimáticos e disponibiliza as informações em banco de dados. Esses dados hidroclimáticos são disponibilizados à sociedade no portal de Internet do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH). Essas informações são imprescindíveis para as ações da Agência, como por exemplo, nas concessões de uso da água nos rios de domínio da união, além de subsidiar os trabalhos dos Comitês de Bacia e demais órgãos representantes da sociedade. São também importantes para os usuários, públicos e privados, que de alguma forma intervenham no uso da água da rede hidrográfica nacional, através da gestão ou preservação do recurso hídrico em geral. <i>Finalidade:</i> Dispor de dados e informações hidrometeorológicas para o gerenciamento do uso dos recursos hídricos, pesquisa, inventário de potenciais energéticos, planejamento de empreendimentos, projetos e fiscalização de aproveitamentos hídricos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2905	Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES
<i>Descrição:</i> A Agência Nacional de Águas - ANA vem desenvolvendo esforços no sentido de implementar ações voltadas para a recuperação e gestão de cursos d'água. Dentre as ações, destaca-se a remoção de cargas poluidoras de Bacias Hidrográficas integrantes do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, que incentiva os municípios a implantarem e operarem sistemas de tratamento de esgotos que possibilitem reduzir as cargas de poluição lançadas nos rios e córregos nacionais. Também conhecida como "programa de esgoto tratado", é uma iniciativa inovadora: não financia obras ou equipamentos, paga pelos resultados alcançados, pelo esgoto efetivamente tratado. Trata-se de pagamento ao prestador de serviço de saneamento, de até 50% do valor do investimento estimado para a implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). OS pagamentos são liberados somente a partir do início da operação da ETE, mediante o cumprimento de determinadas metas de eficiência de tratamento e de carga poluidora abatida. <i>Finalidade:</i> Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas, a partir de critérios técnicos estabelecidos.	
2977	Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens
<i>Descrição:</i> Fiscalização dos usos dos recursos hídricos por meio de vistorias técnicas em bacias hidrográficas prioritárias e pelo atendimento a denúncias no País e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, além de fiscalizar a segurança de barragens. Contempla também o desenvolvimento de projetos pilotos de monitoramento quali-quantitativo de medição de vazão de usuários. <i>Finalidade:</i> Fiscalizar os usos dos recursos hídricos de domínio da União mediante o acompanhamento, o controle, a apuração de irregularidade e infrações e a eventual determinação de retificação das atividades, assim como a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, além de fiscalizar a segurança de barragens	
2B76	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Alto Paraguai
<i>Descrição:</i> Recuperação, conservação, preservação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais da bacia hidrográfica, através da implementação de atividades socioambientais e ações de revitalização ambiental voltadas a recuperação dos recursos naturais, principalmente nas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de preservação permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução ou estabilização dos processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos, e ainda difundir práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como promover a educação ambiental, a mobilização e capacitação socioambiental, a articulação interinstitucional e sociocultural, como também apoiar e disseminar práticas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais ou indígenas, além de atividades ecoturísticas e socioambientais, entre outras na bacia, somadas a um forte processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos. <i>Finalidade:</i> Recuperar, conservar, preservar e recompor os recursos naturais da bacia hidrográfica do alto rio Paraguai – Pantanal, visando sua revitalização e seu desenvolvimento sustentável.	
2D06	Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas
<i>Descrição:</i> Compreende a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, visando o fortalecimento institucional dos órgãos de planejamento e gestão de recursos hídricos por meio do apoio técnico à atualização e adequação da legislação, criação/implementação e fortalecimento de órgãos gestores, organizações de usuários e comitês de bacia e criação, regulamentação ou operacionalização de fundos estaduais de recursos hídricos, regulamentação da outorga, implantação de cadastro de usuários de águas de bacias hidrográficas e de sistemas de outorga e cobrança, estabelecimento da cobrança pelo uso da água, elaboração de estudos técnicos e Planos de Recursos Hídricos, inclusive a elaboração de estudos e diagnósticos intersetoriais, bem como detalhamento de programas previstos nos planos de bacias para compatibilização dos usos múltiplos das águas, o desenvolvimento e implantação de sistemas de informações hidrometeorológicas, preparação de estudos de recursos hídricos ou pesquisas aplicadas e capacitação de técnicos. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, visando a aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços; aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos; e melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, reduzindo deseconomias causadas por deficiências na articulação e coordenação intersetoriais	
2D10	Gerenciamento, Avaliação e Atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos
<i>Descrição:</i> Gerenciamento executivo dos programas e ações do PNRH; acompanhamento e monitoramento de sua implementação; avaliação do PNRH. <i>Finalidade:</i> Coordenar a implementação e o monitoramento do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e promover a sua avaliação e atualização a cada 4 anos.	
2D93	Monitoramento Hidroambiental nos Reservatórios do DNOCS
<i>Descrição:</i> Diagnóstico hidroambiental e monitoramento da qualidade de água, uso e ocupação do solo, identificando componentes poluidores; implementação de ações corretivas (licenciamento, outorgas) e preventivas (educação ambiental); apoio a formação das Comissões Gestoras dos reservatórios, divulgação, através da rede formal de ensino, sobre a importância da conservação dos mananciais e do uso adequado das obras hídricas construídas pelo DNOCS. <i>Finalidade:</i> Monitorar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos disponíveis nos reservatórios sob a responsabilidade do DNOCS para garantir o seu múltiplo uso, a melhoria da qualidade de água e conservação do solo. Visa também a regularizar o licenciamento ambiental e formar Comissões Gestoras.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4925	Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos
<i>Descrição: A ação contempla de maneira sucinta o desenvolvimento dos seguintes conteúdos:</i> (a) diagnóstico consolidado da realidade dos recursos hídricos nas bacias; (b) cenarização quanto à situação dos recursos hídricos da bacia, considerando um cenário tendencial e uma visão de futuro; uma prospecção quanto a cenários alternativos; e as alternativas de compatibilização entre disponibilidades e demandas, bem como entre os interesses internos e externos à bacia, considerados esses cenários e as fontes internas e externas (c) o plano propriamente dito, traduzido por um conjunto de metas e diretrizes para que a visão de futuro da bacia – a realidade desejada – seja gradualmente construída nos horizontes previstos; um conjunto de programas, projetos e ações para promover a transformação da realidade existente na realidade desejada; as diretrizes para aplicação dos instrumentos de gestão e aperfeiçoamento do arranjo institucional; e um conjunto de indicadores para acompanhar a implementação do plano e a consecução de suas metas. (d) propostas de enquadramento, no âmbito dos planos, que consistem na definição de padrões de enquadramento de corpos d'água, estabelecendo metas ou objetivos de qualidade da água (classes estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 357) a serem alcançados ou mantidos em um segmento de corpo de água, de acordo com os usos preponderantes pretendidos, ao longo do tempo. (e) desenvolvimento de estudos de recursos hídricos decorrentes de planos já elaborados, visando o detalhamento de programas voltados para sua implementação, ou subsídios técnicos para o processo de planejamento dos setores relacionados a recursos hídricos. (f) desenvolvimento de relatórios e informações sobre a conjuntura dos recursos hídricos no país Os planos de recursos hídricos previstos para o período 2012-2015 poderão ser elaborados para as seguintes bacias hidrográficas: Paranaíba, Piranhas-Açu, Uruguai, Alto Paraguai, Grande, Paranapanema e afluentes da Margem Esquerda do Rio Amazonas. <i>Finalidade: Elaborar Planos de Recursos Hídricos, incluindo propostas de enquadramento de corpos d'água, como instrumento para fundamentar e orientar a gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas, bem como estudos e diagnósticos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros da União em obras e serviços de regularização de cursos de água, de alocação e distribuição de água, e de controle da poluição hídrica.</i>	
4926	Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens
<i>Descrição: 1) A regularização dos usos de recursos hídricos, a definição de marcos regulatórios de uso da água e as alocações negociadas de água, que se iniciam pelo Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH. Para efeito de análise técnica dos pedidos de outorga, a Superintendência de Regulação – SRE deve contar com sistemas de apoio à decisão que contemplem algoritmos de análise de balanço hídrico quali-quantitativo, base de dados georreferenciados de demanda e oferta hídrica, incluindo interferências hidráulicas como barragens de regularização. Esses sistemas se integram ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH, o qual também envolverá os sistemas estaduais de recursos hídricos. Inclui também a sistematização dos procedimentos e critérios de outorga e dos índices de eficiência de uso da água por tipologia e a descentralização das atividades de outorga para os estados mediante delegação.</i> <i>2) a regulação, quando envolverem corpos d'água de domínio da União, da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, cabendo-lhe, inclusive, a disciplina, em caráter normativo, da prestação desses serviços, bem como a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifa, quando cabíveis, e a gestão e auditoria de todos os aspectos dos respectivos contratos de concessão, quando existente</i> <i>3)Regulação dos critérios e procedimentos de segurança de barragens</i> <i>Finalidade: Assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, por meio do estabelecimento das regras de uso, dos marcos regulatórios e da emissão da outorga visando assegurar o uso racional dos recursos hídricos e a compatibilização dos usos múltiplos. A outorga não caracteriza alienação total ou parcial das águas, que são inalienáveis, mas autoriza o seu direito de uso. Promover a regulação da prestação de serviços públicos de irrigação e adução de água bruta em regime de concessão. Estabelecer normas para implementação de ações visando à segurança de barragens em âmbito federal.</i>	
4928	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos
<i>Descrição: Promoção de cursos para conselhos de recursos hídricos, comitês de bacias hidrográficas, órgãos gestores de recursos hídricos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, setores usuários e sociedade em geral.</i> <i>Finalidade: Promover a capacitação de recursos humanos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da sociedade civil, para atuarem na gestão, na proteção, no uso racional e na conservação dos recursos hídricos.</i>	
4929	Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água
<i>Descrição: Apoio ao desenvolvimento de práticas conservacionistas tendo como foco de planejamento o manejo integrado de sub-bacias hidrográficas, prevenindo-se controle de processos erosivos, a redução da poluição gerada pelo aporte de sedimentos e produtos químicos lançados por atividades agrícolas em águas superficiais e subterrâneas, possibilitando o aumento da infiltração e a retenção da água no solo viabilizando a recarga de aquíferos, a redução do escoamento superficial, e o incremento da disponibilidade hídrica para múltiplos usos, além da preservação e conservação da biodiversidade.</i> <i>Promoção do desenvolvimento da agricultura e da pecuária sustentável, tendo a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e a organização dos produtores como estratégia para promover a melhoria da produtividade agrícola e o uso de tecnologias adequadas sob o ponto de vista ambiental, econômico e social.</i> <i>Desenvolvimento de projetos pilotos ou demonstrativos e experiências visando o uso racional da água e o reúso em suas múltiplas aplicações como práticas que possam ser adotadas como difusoras e multiplicadas nas bacias hidrográficas.</i> <i>Apoio ao desenvolvimento de ações voltadas ao combate à desertificação e a identificação de fontes alternativas de abastecimento de água.</i> <i>Apoio a realização de diagnóstico-sócio ambiental e elaboração de projetos no âmbito do Programa Produtor de Água.</i> <i>Finalidade: Apoiar o desenvolvimento de projetos, que visem aumentar a oferta e a melhoria da qualidade da água das bacias hidrográficas, voltados à adoção das práticas conservacionistas de uso e ocupação do solo no meio rural, a readequação de estradas vicinais e a recuperação da cobertura vegetal em áreas prioritárias para preservação, visando maximizar a infiltração e permanência da água no solo, e promovendo a redução do escoamento superficial, dos processos erosivos, do assoreamento e poluição de mananciais e do risco de inundações, gerando significativo incremento na oferta de água com qualidade para os múltiplos usos.</i> <i>Promover a adoção de medidas que visem minimizar perdas e maximizar a eficiência no uso da água, tendo como base o uso racional, o reúso de águas servidas e a identificação de fontes alternativas de água para o abastecimento.</i>	
4936	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
<i>Descrição: A ação contempla:</i> - atualização e aperfeiçoamento de sistema computacional do banco de dados de usuários de água, incluindo os módulos de outorga e cobrança; - articulação com as instituições representativas dos setores produtivos para identificação dos usuários de água e com as entidades classificadoras das atividades produtivas; - articulação com os órgãos estaduais e do Distrito Federal gestores de recursos hídricos, para verificação dos dados existentes e dos sistemas de armazenamento de dados utilizados para agregação dos dados de interesse de cada sistema informatizado de cadastramento; - atualização do manual de operação e manutenção do sistema, para os vários níveis de usuários. <i>Finalidade: Dispor de dados sobre todos os usuários desse recurso, tanto nos rios de domínio da União, quanto de domínio dos estados e do Distrito Federal, para propiciar o controle de oferta e demanda dos recursos hídricos; propiciar as condições para implementação da cobrança e subsidiar a formulação de diretrizes de gestão de recursos hídricos e de outorga, notadamente nas áreas de conflito potencial e de conflito efetivo pelo uso desordenado dos recursos hídricos.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4980	Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas
<i>Descrição:</i> Apoio técnico e financeiro, através de atuação direta ou indireta, por intermédio dos órgãos gestores e instituições do SINGREH, as iniciativas voltadas para criação e funcionamento de comitês e agências de águas, bem como para a estruturação e fortalecimento das entidades do sistema visando à implementação e integração dos processos de gestão de recursos hídricos. <i>Finalidade:</i> Estimular e apoiar iniciativas voltadas à criação, instalação e consolidação de comitês de bacias hidrográficas e das agências de águas, bem como a estruturação dos órgãos e das entidades do SINGREH para implementação e integração dos processos de gestão de recursos hídricos.	
4999	Funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
<i>Descrição:</i> Disponibilização de condições operacionais e institucionais para o funcionamento do CNRH e de suas Câmaras Técnicas e grupos de trabalho; fornecimento de apoio técnico, jurídico, administrativo e a coordenação da participação de órgãos e entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos no encaminhamento e detalhamento de questões específicas e no tratamento singular de áreas temáticas. Inclui-se, nessa ação, a disponibilização de estrutura física adequada à realização de reuniões, com recursos áudio visuais. Esta ação garantirá ao CNRH condições para o cumprimento de suas funções de formulação e desenvolvimento de políticas, sob o controle da sociedade. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, suas Câmaras Técnicas e respectivos grupos de trabalho, condições físicas, técnicas, administrativas e logísticas mínimas para a sua existência e funcionamento, bem como realizar as seguintes ações: promover a implementação do CNRH itinerante (realização de reuniões regionalizadas); divulgar suas decisões e deliberações, e monitorar a implementação das mesmas; criar condições para que o CNRH possa se articular com o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA; ampliar a representatividade do CNRH, realizar estudos técnicos necessários às tomadas de decisão do Conselho; demais funções que se fizerem necessárias ao cumprimento da missão do CNRH como instância máxima do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	
6251	Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos
<i>Descrição:</i> A prevenção e minimização de efeitos de secas e inundações podem ser alcançadas, tanto por meio da gestão de suas consequências sobre o meio ambiente e sobre a população, quanto por intermédio de medidas não-estruturais e estruturais de prevenção e defesa contra estes eventos. A ação, que foi estruturada no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, prevê o acompanhamento das condições hidrológicas dos principais sistemas hídricos nacionais de modo a identificar possíveis ocorrências de eventos críticos, permitindo a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos destes eventos. Parte desse acompanhamento é materializada através de boletins mensais de monitoramento de bacias ou de sistemas prioritários. Em alguns casos, quando verificada situação crítica e/ou com potencial para tal, também são elaborados boletins de monitoramento com frequência maior. Adicionalmente, será apoiada a implantação de sistemas de alerta de cheias que propiciem a adoção de medidas preventivas que minimizem os prejuízos decorrentes das inundações. Para o desenvolvimento desta ação, foi implantada a Sala de Situação da Agência Nacional de Águas, que funciona como um centro de gestão de situações críticas e subsidia a tomada de decisões e também está sendo elaborado o Atlas de Vulnerabilidade às Inundações, em conjunto com os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e a Defesa Civil. <i>Finalidade:</i> Planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios.	
8412	Disseminação de Boas Práticas de Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas
<i>Descrição:</i> Apoio à adoção e disseminação de tecnologias, projetos e ações visando a conservação ambiental, o manejo adequado das bacias e dos recursos naturais, configurando-se instrumento central para a promoção da mobilização social em torno dos recursos naturais em nível local. <i>Finalidade:</i> Apoiar e difundir, junto aos atores governamentais e sociais das bacias hidrográficas, práticas agrícolas sustentáveis de conservação e manejo dos recursos naturais que visem a recuperação, a conservação, a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais.	
2027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso
005Z	Equalização de Encargos Financeiros Incidentes nas Operações de Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006)
<i>Descrição:</i> Cobertura parcial ou integral dos encargos financeiros incidentes nas operações de crédito específicas para o setor audiovisual. <i>Finalidade:</i> Reduzir os encargos financeiros das operações de financiamento para o desenvolvimento do setor audiovisual.	
006A	Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos - Fundo Setorial do Audiovisual
<i>Descrição:</i> Aquisição, por agentes financeiros, de cotas ou ações de empresas e de direitos sobre os resultados de projetos audiovisuais. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar, por meio de agentes financeiros, recursos para o setor audiovisual, mediante a participação no capital de empresas e em projetos.	
006C	Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - (Lei nº 11.437, de 2006)
<i>Descrição:</i> Disponibilização por agentes financeiros de linhas de crédito para empresas do setor audiovisual. <i>Finalidade:</i> Ofertar crédito visando o desenvolvimento do setor audiovisual, por meio de agentes financeiros.	
00HK	Fomento e Promoção de Estudos, Pesquisas e Concessão de Bolsas, na Área de Conhecimento Literário, Científico e Cultural
<i>Descrição:</i> Fomento e produção de estudos e pesquisas nas áreas de letras, filologia, direito, história, ciências sociais; documentação - arquivologia, biblioteconomia e museologia - e ciência da informação; e nas áreas de ciência da conservação e de preservação de coleções, edifícios e sítios históricos; e concessão de bolsas na área do conhecimento científico e cultural. <i>Finalidade:</i> Fomentar e produzir estudos e pesquisas na área do conhecimento científico, literário e cultural, bem como contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à produção e criação literária, científica e artística e da memória bibliográfica documental.	
0B85	Concessão de Financiamento a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313, de 1991)
<i>Descrição:</i> Concessão de empréstimos com recursos oriundos do Fundo Nacional de Cultura para financiamento de empreendimentos culturais. <i>Finalidade:</i> Financiar empreendimentos culturais de pessoas físicas ou jurídicas privadas, visando promover, difundir e fomentar a cultura no país.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12MG	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças dos Esportes e da Cultura
<i>Descrição:</i> Os espaços integrados poderão ser compostos por: cineteatro, biblioteca, telecentro, salas multiuso, pista de skate, pista de caminhada, kit básico esportivo, equipamentos de ginástica, ginásio poliesportivo, espaço criança, bicicletário, quadra de areia, vestiário no ginásio, espaço terceira idade, anfiteatro ar livre, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), dentre outros. A depender dos terrenos disponíveis, apenas parte desses equipamentos pode ser disponibilizada. <i>Finalidade:</i> Construir e equipar espaço integrado que visa à qualificação do espaço público, à melhoria da qualidade de vida da população e à oferta de serviços públicos.	
12PG	Cinema da Cidade - Fundo Setorial do Audiovisual
<i>Descrição:</i> Implantação de complexos de exibição cinematográfica em zonas urbanas que não contam com salas de cinema em funcionamento. Aquisição, instalação e montagem de equipamentos, móveis e utensílios para complexos cinematográficos. Digitalização da projeção e da sonorização cinematográfica. Implantação de sistema de controle de bilheteria. Implantação e adaptação de mecanismos e estruturas de acessibilidade para pessoas com deficiências. <i>Finalidade:</i> Ampliar, diversificar e descentralizar o mercado de salas de exibição cinematográfica no Brasil.	
13E1	Implantação do Canal de Cultura
<i>Descrição:</i> Realização de estudos e projetos, visando à viabilidade de operação, infraestrutura, produção independente e programação regional do Canal de Cultura, estabelecido pelo Decreto nº. 5.820, de 29 de junho de 2006. <i>Finalidade:</i> Implantar e implementar o Canal de Cultura, prescrito no Decreto nº. 5.820, de 29 de junho de 2006.	
1A79	Instalação da Hemeroteca Nacional
<i>Descrição:</i> Instalação e adequação de estruturas físicas para guarda de acervos; adaptação de espaços; estabelecimento de plano permanente de transferência de acervos para a Hemeroteca identificação dos periódicos; controle das coleções; acondicionamento do acervo; recuperação de encadernações antigas e confecção de caixas adequadas para o armazenamento das coleções de jornais; aquisição de equipamentos e mobiliário que garantam o funcionamento da Hemeroteca. <i>Finalidade:</i> Garantir condições de armazenagem e acesso aos periódicos integrados ao acervo da memória nacional.	
20IJ	Preservação do Patrimônio Cultural
<i>Descrição:</i> Elaboração, implementação e avaliação de planos para a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro (planos de socialização, planos de ação para as cidades históricas, planos de salvaguarda do patrimônio imaterial, planos de educação patrimonial, mobilidade e acessibilidade, entre outros); elaboração e execução de projetos de constituição, conservação e disponibilização de acervos de bens culturais, incluindo a aquisição de coleções, entre outros; elaboração de projetos de arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, museológicos, entre outros; execução de obras e serviços (manutenção, conservação, restauração, infraestrutura, requalificação urbana, novas construções, instalações e sinalização, entre outros); aquisição de bens e serviços para a manutenção e conservação de bens culturais e para a implantação e modernização de núcleos ou laboratórios de conservação e centros de referência cultural; financiamento para a recuperação de imóveis privados localizados em áreas protegidas; realização de estudos e pesquisas aplicadas à preservação do patrimônio cultural; realização de ações de educação patrimonial; realização de ações de apoio e fomento ao patrimônio cultural brasileiro incluindo-se as expressões culturais tradicionais; apoio e orientação técnica no âmbito das ações de preservação do patrimônio cultural. <i>Finalidade:</i> Planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do país, incluindo as ações de pesquisa aplicada e educação patrimonial vinculadas à esta finalidade.	
20K9	Fortalecimento de Espaços e Pontos de Cultura e Desenvolvimento e Estímulo a Redes e Circuitos Culturais
<i>Descrição:</i> Fortalecimento de espaços, redes e circuitos culturais, diretamente ou em parceria com estados e municípios, por meio de seleção pública de agentes, grupos ou organizações, considerando as seguintes categorias: a) Cultura e Diversidade: voltados para as manifestações e expressões tradicionais e de cultura populares, indígena, matrizes africanas, povos de terreiro, ciganos, LGBT, dentre outros; b) Cultura e Cidadania: voltados para ações de arte, cultura e formação para a cidadania, sobretudo, para crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiências, dentre outros; c) Comunicação e Cidadania: voltados para ações de produção audiovisual, multimídias, cultura digital, jornalismo cultural, mídia livre, tecnologias da informação e formação crítica em comunicação para cidadania; d) Gestão de Redes: voltados para ações de formação para cidadania cultural, gestão democrática de processos e resultados, articulação de redes de pontos de cultura, organização de circuitos, monitoramento e avaliação; e) Redes Criativas e Colaborativas: realização de residências culturais, multidisciplinares, presenciais e à distância, implementação ações de intercâmbio, trocas de experiências e práticas culturais e artísticas, de incubadoras ou laboratórios, envolvendo agentes, grupos, produtores e gestores culturais, participantes de pontos de cultura, de produtoras culturais, de laboratórios de universidades e/ou outras organizações da sociedade civil. f) Redes de Cooperação e Sistemas Locais de Inovação: desenvolvimento de ações de incentivo à promoção de políticas públicas de cultura, em especial, reunindo pequenos municípios do país, articulados à implantação do Sistema Nacional de Cultura, com incentivo à rede de trocas, moedas criativas e economia solidária; desenvolvimento de ações de intercâmbio e circulação de agentes, gestores e ou grupos culturais em âmbito nacional e internacional. <i>Finalidade:</i> Fortalecimento de espaços, redes, circuitos e pontos de cultura para a criação, pesquisa, memória, produção, formação, circulação, fruição, cooperação, intercâmbio, inovação, comunicação, articulação e mobilização artístico-cultural.	
20KA	Comunicação para a Cidadania e Diversidade: Informação, Circulação e Distribuição de Conteúdos Culturais
<i>Descrição:</i> Implantação de um plano de acesso a acervos e conteúdos produzidos para circulação e distribuição em múltiplas plataformas, em especial, Televisão, Rádio, Internet, telefonia e mídias móveis, eventos, mostras, circuitos e festivais. Implementação e desenvolvimento de metodologias de consolidação de dados e informações, monitoramento, indicadores, sistematização de processos e procedimentos, avaliação e disseminação de práticas e experiências culturais. Realização de fóruns e eventos presenciais e virtuais de participação social, sobretudo, junto conferências, colegiados, conselhos e instâncias de representação e gestão na implantação do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura. <i>Finalidade:</i> Ampliar o acesso da população brasileira a acervos e conteúdos culturais por meio de parcerias público-privadas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20KD	Fortalecimento Institucional para Implementação de Sistemas de Cultura
<i>Descrição:</i> Fomento e apoio aos Municípios, Estados e o Distrito Federal na gestão, implementação e funcionamento de órgãos gestores da cultura; de Conselhos de Política Cultural, de Comissões Intergestores Bipartites, de Planos de Cultura, de Sistemas de Financiamento com Fundos de Cultura, de Sistemas de Informações e Indicadores Culturais e de Programas de Formação na área da cultura; implementação e funcionamento da Comissão Intergestores Tripartite, do Programa Nacional de Formação na Área da Cultura e do funcionamento e gestão do Conselho Nacional de Política Cultural, componentes do Sistema Nacional de Cultura, no âmbito do governo federal. <i>Finalidade:</i> Apoiar e fomentar a criação, implementação e funcionamento de órgãos Gestores de Cultura Municipais, Estaduais e do Distrito Federal; a criação, implementação e funcionamento dos Conselhos de Política Cultural Municipais, Estaduais e do Distrito Federal; a criação, implementação e funcionamento das Comissões Intergestores Bipartites dos Estados e do Distrito Federal; a elaboração, implementação e acompanhamento de Planos de Cultura Municipais, Estaduais e do Distrito Federal; a criação, implementação e funcionamento dos Sistemas de Financiamento com Fundos de Cultura Municipais, Estaduais e do Distrito Federal; a criação, implementação e funcionamento dos Sistemas de Informações e Indicadores Culturais Municipais, Estaduais e do Distrito Federal; criação, implementação e funcionamento de Programas de Formação na área da cultura nos Municípios, Estados e Distrito Federal; funcionamento e gestão do Conselho Nacional de Política Cultural; a criação, implementação e funcionamento da Comissão Intergestores Tripartite; a implementação e gestão do Programa Nacional de Formação na Área da Cultura.	
20KE	Desenvolvimento de Atividades e Implementação de Projetos do Centro Técnico Audiovisual - CTAV
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de atividades de formação técnica e de apoio à produção e à difusão audiovisual brasileira do Centro Técnico Audiovisual (CTAV), por meio da disponibilização de equipamentos e serviços, em especial de som, e acondicionamento de matrizes audiovisuais; contínua atualização tecnológica e readequação física da instituição. <i>Finalidade:</i> Recuperar e desenvolver a capacidade técnica e física do Centro Técnico Audiovisual (CTAV), promovendo sua contínua atualização tecnológica, bem como o desenvolvimento de atividades de formação técnica e de apoio à produção e à difusão audiovisual brasileira, por meio da disponibilização de equipamentos e serviços, em especial de som, e acondicionamento de matrizes audiovisuais.	
20KF	Desenvolvimento de Atividades e Implementação de Projetos da Cinemateca Brasileira
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de atividades de preservação, restauração, digitalização e promoção de acesso por meio da difusão de conteúdos restaurados; formação técnica nas áreas de preservação, digitalização e acervos fílmicos, documentais, fotográficos e sonoros; aquisição de acervos de relevância para a constituição da memória audiovisual brasileira; contínua atualização tecnológica e readequação física da instituição. <i>Finalidade:</i> Recuperar e desenvolver a capacidade técnica e física da Cinemateca Brasileira, promovendo sua contínua atualização tecnológica, bem como o desenvolvimento de atividades de preservação, restauração, digitalização e promoção de acesso por meio da difusão de conteúdos restaurados; formação técnica nas áreas de preservação, digitalização e acervos fílmicos, documentais, fotográficos e sonoros; e aquisição de acervos de relevância para a constituição da memória audiovisual brasileira.	
20KG	Formulação e Implementação da Política de Cultura Digital
<i>Descrição:</i> Concepção e implementação de plataformas colaborativas na internet para a formulação, avaliação e monitoramento das políticas públicas de cultura. Apoio para a criação e consolidação de empreendimentos criativos e colaborativos. Realização de eventos interativos presenciais e em rede. Coordenação dos processos de digitalização dos acervos culturais. Estabelecer modelos de armazenamento e disponibilização dos acervos culturais e artísticos digitais <i>Finalidade:</i> Explorar e potencializar as oportunidades provenientes da cultura no ambiente digital, promovendo o acesso integrado às políticas públicas de cultura e aos bens culturais digitalizados.	
20KH	Ações Integradas de Cultura e Educação
<i>Descrição:</i> Articulação, coordenação e acompanhamento do Ministério da Cultura e suas Entidades Vinculadas na construção de uma política de promoção da interface entre educação e cultura, capaz de abranger uma formação para a cidadania, o ensino da arte nas escolas de educação básica, vinculação das universidades com a promoção da cultura e da diversidade, o ensino profissionalizante no que tange à economia da cultura e a formação de público. A ação envolverá: - Mapeamento e georeferenciamento das ações de educação e cultura - Efetivar a participação do Ministério da Cultura no Programa + Educação, através da criação e implementação do Programa + Cultura nas Escolas, em 10000 escolas do ensino básico - Aprovar e efetivar cursos técnicos referentes à área da cultura - Criar um Programa de Extensão Universitária com foco na capacitação e formação de professores na área de artes - Efetivar instrumento de reconhecimento formal do notório saber do artista, mestre, agente cultural, garantindo a certificação e atuação dos mesmos nas instituições de ensino - Fortalecer a cadeia produtiva da cultura no que se refere à produção de materiais didáticos que subsidiem a ampliação do campo das artes nas escolas. <i>Finalidade:</i> Articular, formular e coordenar políticas que promovam a integração entre Cultura e Educação, buscando transversalidade e intersectorialidade entre estas áreas qualificando, assim, o processo cultural e educativo.	
20KI	Modernização de Museus e Acervos
<i>Descrição:</i> Implantação de novas unidades museológicas e de institutos de memória, redes e sistemas de museus; realização de projetos e obras de reforma na estrutura física de prédios ou construção de novos espaços nos museus e institutos de memória; aquisição, instalação e manutenção de equipamentos e mobiliário; implantação de tecnologias e metodologias voltadas para inventariação, segurança, climatização, iluminação, acessibilidade e informatização; aquisição de acervos; identificação, catalogação e organização do acervo dos museus, envolvendo todos os aspectos relativos às características e atributos do bem; lançamento das informações do acervo em sistemas de registro e controle para disponibilização ao público; elaboração de publicações, genéricas ou temáticas, sobre os bens inventariados. <i>Finalidade:</i> Dotar os museus brasileiros e institutos de memória de novas tecnologias, equipamentos e acervos, e apoiar a implantação de novos museus e a efetivação do Sistema Brasileiro de Museus e de redes ou sistemas estaduais e municipais de museus, com vistas a garantir a sua atualidade no contexto nacional e internacional, bem como a qualidade dos serviços prestados à comunidade e da gestão dos museus, proporcionando-lhes condições para a geração de atratividade de público e autossustentabilidade; identificar e inventariar os acervos dos museus e institutos de memória, garantindo-lhes o registro de suas características e o valor histórico cultural, possibilitando ao usuário o acesso às informações.	
20KJ	Fomento a Projetos, Eventos e Intercâmbio na Área Museológica
<i>Descrição:</i> Apoio à implantação e requalificação de museus; documentação, informatização, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos nos níveis municipal, estadual e nacional; apoio a projetos de educação museológica; elaboração, edição e difusão de publicações e de materiais gráficos institucionais; realização de eventos para a difusão do conhecimento museológico e de seus acervos; desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus; apoio a projetos educativos, culturais e de difusão que tenham por objetivo a democratização do acesso aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público. <i>Finalidade:</i> Promover ações voltadas para preservação, conservação e difusão de acervos culturais; de democratização e acesso a bens culturais, publicações na área museológica; realizar atividades para difundir o patrimônio cultural, em nível nacional e internacional, visando a informar e a sensibilizar a sociedade sobre a importância de conhecer e preservar a memória nacional, criando de modo contínuo e crescente o afluxo de público e as condições necessárias para a sua sustentabilidade.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20KK	Promoção, Educação e Informação para o Patrimônio Cultural
<i>Descrição: Realização de atividades, premiações, eventos, exposições e outros relacionados à divulgação e valorização do patrimônio cultural; realização de projetos de fomento, intercâmbio e divulgação institucional; participação do Iphan em eventos e projetos de interesse do patrimônio cultural; articulação entre as unidades de gestão da informação, desenvolvimento, adoção e padronização de normas, métodos e instrumentos de gestão da informação para aprimoramento das atividades de produção, tramitação, circulação, preservação e difusão do conhecimento produzido ou recepcionado pela instituição; gestão, preservação e difusão da informação com a estruturação de tecnologias, sistemas e unidades afins e serviços de atendimento ao público com funcionamento de bibliotecas e arquivos estruturação e implementação de políticas de preservação de informações em suporte físico e digital, inclusive por meio da digitalização ou microfilmagem de documentos para preservação dos originais; coordenação, produção, apoio e difusão de conteúdos e materiais editoriais e promocionais em diversas mídias, veículos e redes sociais; implementação, promoção, fomento e avaliação de ações, atividades e projetos de educação patrimonial desenvolvidas no curso das ações institucionais voltadas para a gestão e valorização do patrimônio cultural; articulação e fomento às ações e projetos de interesse da preservação e valorização do patrimônio cultural.</i> <i>Finalidade: Planejar, desenvolver, executar, fomentar, articular e avaliar ações de promoção, educação e informação, de forma a favorecer: o registro, a produção, a pesquisa, o intercâmbio e a difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro; a gestão participativa e a socialização e maior apropriação afetiva e social do patrimônio cultural pela sociedade.</i>	
20KL	Fomento à Criação e Difusão Literária e Científica
<i>Descrição: Concessão de Bolsas e Prêmios para estímulo à língua portuguesa e à literatura brasileira.</i> <i>Finalidade: Aumentar a divulgação e o conhecimento da literatura brasileira no exterior por meio do apoio financeiro aos editores estrangeiros e brasileiros na tradução de títulos de autores brasileiros, bem como, conceder bolsas para estímulo aos escritores brasileiros. Estimular os escritores brasileiros nas diferentes categorias da produção e da técnica literária que venham a contribuir para elevar o padrão de qualidade dos livros produzidos no Brasil. Estreitar laços com países lusófonos.</i>	
20KM	Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário
<i>Descrição: Apoio a projetos culturais, ou sua realização a exemplo de estudos e pesquisas, cursos, palestras, seminários, encontros, oficinas, feiras; qualificação e requalificação de profissionais e agentes promotores do hábito de leitura; apoio a projetos de assessoria técnica a bibliotecas públicas, dentre outros, assim como a concessão de bolsas de estudo, maratonas de leitura, estímulo à leitura diária na biblioteca, na escola e em clubes de leitura, a mediadores de leitura e contadores de histórias, a oficinas de criação literária, a feiras de livros e levantamento periódico de diagnósticos sobre a situação do livro, da leitura e das bibliotecas no Brasil.</i> <i>Finalidade: Contribuir para a melhoria dos níveis de socialização e difusão do conhecimento por meio do apoio a projetos relacionados ao conhecimento literário, artístico e científico, da assessoria técnica para bibliotecas públicas e agentes multiplicadores do hábito da leitura, da realização de estudos, pesquisas, eventos e intercâmbios culturais e do desenvolvimento de outros projetos voltados para disseminação e estímulo do hábito da leitura na sociedade, assim como, da capacitação e requalificação de gestores, educadores, bibliotecários e mediadores culturais para o desenvolvimento de atividades na área do Livro e Leitura, como estratégia de fomento e de fortalecimento do valor da leitura e da escrita, para o desenvolvimento pessoal e social.</i>	
20KN	Preservação, Identificação e Inventário de Acervos Culturais
<i>Descrição: Conservação preventiva, acondicionamento e restauração de acervos bibliográficos, documentais e arquivísticos; capacitação técnica dos profissionais de arquivos, bibliotecas e setores de conservação e restauração da Instituição; identificação; inventário, catalogação, classificação e indexação dos acervos visando a sistematização das informações e tornando-as públicas através bases de dados disponíveis em portal para acesso pelos pesquisadores e público em geral; elaboração de padrões e normas para processamento técnico, conservação e restauração dos acervos.</i> <i>Finalidade: Preservar os acervos bibliográficos, documentais e arquivísticos integrantes do Patrimônio Cultural, por meio de ações de conservação e restauração, visando sua integridade e permanência; identificar, inventariar e catalogar os acervos bibliográficos e arquivísticos visando seu acesso pela sociedade em geral.</i>	
20KO	Promoção e Intercâmbio de Eventos Científicos e Culturais
<i>Descrição: Realização de eventos científicos e culturais (cursos, seminários, encontros, fóruns, exposições, etc.); participação de estudiosos e pesquisadores em encontros científicos de caráter nacional e internacional; e realização de visitas técnicas em instituições correlatas nacionais e internacionais.</i> <i>Finalidade: Promover eventos científicos e culturais e realizar intercâmbio de eventos científicos e culturais.</i>	
20KP	Apoio à Produção e Difusão na Área do Conhecimento Científico e Cultural
<i>Descrição: Concessão de prêmios à criação na área do conhecimento científico e cultural; publicação de obras na área do conhecimento científico e cultural; divulgação de obras na área do conhecimento científico e cultural por meio de várias mídias.</i> <i>Finalidade: Promover a difusão do conhecimento científico e cultural.</i>	
20KQ	Captção de Acervos Bibliográficos e Documentais
<i>Descrição: Captção, por meio da "Lei do Depósito Legal", de material publicado em qualquer formato ou suporte; aquisição de obras estrangeiras e de acervos documentais representativos de períodos e movimentos históricos, culturais e literários e fomento ao intercâmbio de publicações no Brasil e no exterior.</i> <i>Finalidade: Captar acervos bibliográficos, documentais, sonoros/visuais e outros de caráter artístico e cultural, com o objetivo de manter atualizados os bens que compõem a memória do Patrimônio Cultural, contribuindo para a valorização da pluralidade cultural brasileira e garantindo às gerações presentes e futuras o acesso ao conhecimento e às informações da história e da cultura brasileiras.</i>	
20KR	Instalação e Modernização de Bibliotecas Públicas
<i>Descrição: Identificação e instalação de espaços Públicos Municipais, Estaduais ou de entidade privada, que apresentem condições adequadas para a instalação ou funcionamento de Bibliotecas Públicas, de modo a compor ou recompor e modernizar seus espaços físicos, acervos bibliográficos, equipamentos e mobiliários.</i> <i>Finalidade: Construir, implantar e modernizar Bibliotecas Públicas em municípios brasileiros, possibilitando o acesso da população à informação e ao conhecimento e o seu enriquecimento intelectual, zerando o número de municípios sem biblioteca pública, apoiando e dinamizando as ações desenvolvidas pelas Bibliotecas Públicas já existentes fazendo com que funcionem como centros geradores de cultura que facilitem o acesso da população à informação e ao conhecimento.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20KS	Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura
<i>Descrição: Realização e/ou apoio a festivais, exposições, cursos, palestras, feiras nacionais e internacionais, mostras, concursos, dentre outros, bem como participação de produtores, artistas, escritores e técnicos da área cultural e de servidores da Instituição em eventos no País e no exterior.</i> <i>Finalidade: Promover o livro, a leitura e o patrimônio bibliográfico, arquivístico e documental nacional, por meio da realização, apoio e/ou participação de artistas, produtores, técnicos, escritores e estudiosos e servidores em eventos culturais no País e no exterior, possibilitando a difusão e a socialização de conhecimentos e de experiências, visando divulgar a literatura e os autores, contribuir para o estímulo do hábito da leitura além de favorecer a difusão do patrimônio bibliográfico, arquivístico e documental brasileiro para a sociedade em geral.</i>	
20KT	Pesquisas Socioeconômicas na Área do Livro e Leitura
<i>Descrição: Contratação e realização de pesquisas orientadas a investigar ações e iniciativas que contemplem os 4 eixos do Plano Nacional de Livro e Leitura a serem realizadas por consultores autônomos e institutos de pesquisa de referência no Brasil.</i> <i>Finalidade: Possibilitar o entendimento de aspectos socioeconômicos para implementação de políticas públicas e ações na área de livro e leitura de forma a garantir maior efetividade dessas políticas.</i>	
20KU	Implantação de Equipamentos Culturais da Cultura Afro-Brasileira
<i>Descrição: Implantação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, em Brasília, por meio de infraestrutura material e logística. Construção, adequação e modernização de espaços voltados para a valorização e divulgação da cultura afro-brasileira. Aquisição de equipamentos e outros insumos necessários para implantação de espaços da cultura negra. Cobertura de despesas com deslocamento de servidores e de colaboradores.</i> <i>Finalidade: Promover e incentivar a implantação de equipamentos culturais voltados para valorização, divulgação e preservação da cultura negra.</i>	
20KV	Fomento à Difusão e Pesquisas sobre Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro
<i>Descrição: Realização de pesquisas, estudos e levantamentos em parceria com órgãos públicos e privados sobre cultura afro-brasileira e patrimônio transversalizada por gênero, religião, etnia, cor/raça e/ou educação da população brasileira. Intercâmbios com pesquisadores e instituições nacionais e internacionais voltados para a cultura negra. Pesquisas com a população negra sobre suas condições socio-culturais e políticas voltadas à elaboração e implementação de políticas públicas para superação da desigualdade racial; Difusão dos resultados de pesquisas, levantamentos; apoio a publicações, seminários e intercâmbio com o continente africano e a diáspora Pan-Africana. Editais e premiações voltados para a pesquisa e/ou projetos de difusão da cultura negra. Tratamento, modernização, digitalização e atualização do acervo do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, com o objetivo de sistematizar as informações oriundas dos núcleos regionais, das entidades nacionais e internacionais de pesquisa, das universidades nacionais e estrangeiras, dos museus e das bibliotecas nacionais e internacionais que tenham como tema a cultura afrobrasileira e a disponibilização destas para a sociedade. Cobertura de despesas com deslocamento de servidores e de colaboradores.</i> <i>Finalidade: Realizar pesquisas, estudos e levantamentos sobre cultura e patrimônio afro-brasileiro e promover a difusão da memória e da produção cultural afro-brasileira, visando incentivar o fortalecimento da identidade e da cidadania.</i>	
20KW	Proteção e Promoção das Comunidades Quilombolas e de Terreiros
<i>Descrição: Apoio às ações de preservação, proteção, capacitação, manutenção, identificação e registro das comunidades quilombolas, negras tradicionais e de terreiros, difusão da expressão cultural própria dessas comunidades por meio de publicações, vídeos, CD-roms, oficinas, eventos, aquisição de equipamentos, contratação de consultoria, promoção de editais e premiações, formalização das certidões de autodefinição, manutenção e acompanhamento do Cadastro Geral das Comunidades Certificadas, apoio técnico às ações de identificação de Território Quilombola, análise e emissão de pareceres referente aos impactos dos empreendimentos localizados em territórios Quilombolas, apoio às ações interministeriais que envolvam comunidades quilombolas rurais e urbanas, formalização de parcerias e convênios, cobertura de despesas com o deslocamento de servidores e de colaboradores.</i> <i>Finalidade: Reconhecer e preservar as celebrações, saberes e fazeres, formas de expressões e lugares destinados às manifestações culturais afro-brasileiras e promover atividades para o desenvolvimento sustentável das comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros.</i>	
20KX	Identificação e Reconhecimento de Bens como Patrimônio Cultural Brasileiro
<i>Descrição: Realização de inventários, mapeamentos, dossiês, cadastros, catalogação, arrolamentos, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento com vistas à identificação bens culturais e aplicação de instrumentos de reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro; orientação e apoio técnico para a proposição e o desenvolvimento de ações de identificação e reconhecimento, assim como o acompanhamento destas; sistematização e publicação, em diferentes mídias e suportes, das informações e conhecimentos resultantes das pesquisas realizadas no âmbito dos processos de identificação e reconhecimento; tratamento técnico da documentação referente aos processos de identificação e reconhecimento (incluindo edição, reprodução e compressão de vídeos; digitalização de documentos; conversão de mídia; transcrição e gravação, entre outros); organização e realização de encontros, reuniões, audiências públicas e outras formas de articulação e mobilização, possibilitando o compartilhamento de informações, a troca de experiências, a realização de ações educativas, a cooperação interinstitucional e a participação pública em todas as etapas do processo; orientação e apoio técnico para a elaboração e organização de documentação, com vistas à submissão de candidaturas aos organismos internacionais.</i> <i>Finalidade: Realizar, promover, fomentar, orientar e difundir ações de identificação e reconhecimento de bens culturais como patrimônio cultural brasileiro.</i>	
20KY	Fortalecimento Institucional e Articulação para a Política Nacional de Patrimônio Cultural
<i>Descrição: Avaliação de programas e políticas nacionais voltadas à preservação do patrimônio cultural; realização de eventos regionais, nacionais e internacionais voltados para o fortalecimento institucional; realização de ações de planejamento estratégico e modernização dos agentes do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural; apoio ao desenvolvimento de marcos regulatórios necessários à gestão plena do patrimônio cultural; apoio à pesquisa aplicada para o desenvolvimento de instrumentos de gestão; promoção da imagem institucional dos agentes do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural; apoio à implantação de sistemas e redes local, regional e nacional voltadas para o conhecimento e gestão do patrimônio cultural; implementação de sistemas informacionais que permitam uma gestão integrada do patrimônio cultural no Iphan e nas três esferas de governo; aquisição de infraestrutura informacional e física para atender às necessidades de gerenciamento de bases de dados, recuperação e disponibilização à sociedade de suas informações; aquisição de equipamentos, livros ou qualquer material permanente que facilite e aperfeiçoe o trabalho dos servidores e colaboradores dentro das instituições gestoras do Patrimônio Cultural nas esferas municipal, estadual e federal; constituir e ampliar coleções bibliográficas, arquivísticas e museológicas, acervo histórico, documental arquivístico, registros fotográficos, cinematográficos, cartográficos e videográficos, desde que garantido o acesso público; promoção de ações de mobilização da sociedade civil organizada, por meio de edital ou concurso de projeto, para a realização de atividades finalísticas relacionadas a gestão do patrimônio cultural; realização de ações voltadas para formação e capacitação em preservação e gestão para agentes governamentais e da sociedade civil; apoio e fomento à pesquisa incluindo concessão de bolsas de estudo e outras despesas pertinentes à capacitação de bolsistas.</i> <i>Finalidade: Implementar ações que visem o fortalecimento das instituições ligadas à preservação do patrimônio cultural com base na política nacional para a área e que visem o aumento de eficiência, eficácia e efetividade das ações finalísticas desenvolvidas.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20L2	Promoção, Valorização e Fortalecimento das Culturas Populares e Tradicionais
<i>Descrição:</i> Apoio ao desenvolvimento de projetos culturais de natureza integrada direcionados às manifestações culturais populares e tradicionais, com ênfase nos grupos e redes de expressões culturais afrobrasileiras e indígenas; aporte financeiro e técnico, prevendo a realização de oficinas, mostras, encontros, festivais, festejos populares e tradicionais, formação de arte educadores; ampliação do acesso às fontes de cultura; promoção da inclusão digital; fomento à criação de mídias impressas e virtuais, locais, regionais e nacionais que veiculem conteúdos acerca das culturas populares e tradicionais; qualificação dos atores das culturas populares e tradicionais nas mais diversas áreas de abrangência cultural; difusão de atividades relacionadas às culturas populares e tradicionais; concessão de bolsas, prêmios e títulos para atores das culturas populares e tradicionais; estudos, pesquisas e mapeamento georreferenciado relacionados às culturas populares e tradicionais; realização de intercâmbio, trocas interculturais, dentre outros; proteção dos direitos autorais coletivos e conhecimentos tradicionais associados. <i>Finalidade:</i> Promover, reconhecer, fortalecer e valorizar a diversidade cultural do país por meio de ações de promoção e difusão das culturas populares e tradicionais.	
20L3	Promoção das Condições de Acesso à Cultura
<i>Descrição:</i> Realização de estudos e pesquisas para a elaboração de critérios e parâmetros das condições de promoção do acesso à cultura. Articulação da adesão dos entes federados e instituições da sociedade civil para aplicação, nas iniciativas e espaços culturais, de protocolos de acesso, acessibilidade e sustentabilidade, em âmbito local e regional, considerando as especificidades culturais e ambientais. Definição de indicadores e implementação de sistema de monitoramento dos resultados e impactos do programa. <i>Finalidade:</i> Desenvolver um programa que organize e articule as condições de promoção do acesso à cultura, considerando suas prerrogativas conceituais e os critérios e parâmetros técnico-metodológicos, e que garanta sua implementação em todo o território nacional.	
20O3	Fomento e Apoio às Conferências de Cultura
<i>Descrição:</i> Essa despesa compreende o fomento e apoio à realização de pré-conferências setoriais e conferências de cultura municipais, estaduais, distrital e nacional, bem como o acompanhamento, no território nacional, da implementação das resoluções aprovadas. <i>Finalidade:</i> Apoiar a realização de Pré-Conferências e Conferências de Cultura e fazer o acompanhamento da implementação das suas resoluções.	
20O4	Temporadas Culturais Internacionais
<i>Descrição:</i> Promoção da cultura brasileira no exterior e inserção da produção cultural do Brasil no mercado internacional, a partir da realização de propostas e ações nas mais diversas áreas da cultura como exposições, concertos, espetáculos de teatro e dança, colóquios literários e científicos, mostras de cinema, apresentações de cultura popular, etc. <i>Finalidade:</i> Apoiar ações, programas e projetos de intercâmbio e divulgação da cultura brasileira no exterior e de outros países no Brasil	
20QK	Instalação e Modernização de Equipamentos e Espaços Culturais
<i>Descrição:</i> Construção, ampliação, reforma, inclusive acessibilidade, adaptação, aquisição de equipamentos e material permanente, infraestrutura de iluminação, sonorização, climatização, sinalização, segurança, bem como o apoio a projetos caracterizados como espaços itinerantes de difusão de arte e cultura, dentre outros. <i>Finalidade:</i> Implantar e modernizar equipamentos e espaços culturais, permanentes ou provisórios, por meio da disponibilização de infraestrutura física, técnica e operacional necessárias à realização de suas atividades, culturais ou de formação, no intuito de proporcionar ambientes adequados, ampliando a oferta desses espaços, o barateamento dos custos de produção, bem como o acesso da comunidade à produção, fruição, difusão e intercâmbio dos bens e dos serviços culturais, preferencialmente em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.	
20SO	Administração das Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual - Lei nº 11.437, de 2006
<i>Descrição:</i> Despesas de coordenação e manutenção das atividades que dão suporte ao desenvolvimento das ações finalísticas do FSA: elaboração de editais de seleção e análises para avaliação de projetos; despesas com contrato de agentes financeiros; pagamento de publicações no Diário Oficial da União e demais despesas necessárias à administração do Fundo Setorial do Audiovisual. <i>Finalidade:</i> Custeio das despesas operacionais, de planejamento, prospecção, análise e estruturação de operações, contratação, aplicação de recursos, acompanhamento de operações contratadas e divulgação de resultados, necessários à implantação e manutenção das atividades do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA.	
2639	Registro de Obras Intelectuais
<i>Descrição:</i> Concessão de traslado de registro para textos de obras literárias, artísticas ou científicas; realização de todo o processo de difusão da importância do registro das obras culturais, mediante propaganda e publicidade, impressão de material informativo, realização de eventos, treinamento de recursos humanos etc. <i>Finalidade:</i> Promover o registro dos direitos do autor, estabelecidos em lei, e preservar o respeito ao criador intelectual.	
2650	Funcionamento de Bibliotecas da União
<i>Descrição:</i> Manutenção física do prédio e do acervo, abrangendo segurança/vigilância; limpeza/conservação; manutenção de elevadores, ar-condicionado, máquinas e equipamentos, impostos, serviços de utilidade pública, dentre outras; material de consumo e expediente e serviços de atendimento ao público. <i>Finalidade:</i> Facultar o pleno acesso do público às instalações físicas e aos serviços das bibliotecas da União, mediante garantia de condições adequadas de funcionamento e da integridade física do patrimônio edificado e dos bens que compõem seus acervos de memória.	
2651	Funcionamento de Museus da União
<i>Descrição:</i> Manutenção física do prédio; serviços de vigilância e limpeza; aquisição e manutenção de equipamentos, serviços públicos, taxas e impostos; manutenção preventiva e corretiva de elevadores, sistema de refrigeração, iluminação; manutenção e atualização de espaços de exposições e reservas técnicas; atendimento ao público; material de expediente e demais despesas características da manutenção administrativa para o funcionamento dos Museus e outros Espaços Culturais da União voltados para a preservação da memória nacional. <i>Finalidade:</i> Manter a guarda, a manutenção e a preservação dos museus e outros espaços culturais da União voltados para a preservação da memória nacional em padrões técnicos e operacionais satisfatórios, de modo a garantir a atratividade e a acessibilidade de público, contribuindo para sua sustentabilidade.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2652	Normatização, Fiscalização e Monitoramento do Patrimônio Cultural Brasileiro
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de atividades de vistoria, fiscalização, autorização e licenciamento, desapropriação, e controle da circulação dos bens culturais protegidos, exercendo o poder de polícia; desenvolvimento de atividades de orientação e apoio técnicos, informação, mobilização e articulação direcionadas a entidades, instituições e sociedade civil, com vistas ao necessário envolvimento e participação da mesma no acautelamento, na proteção e na salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro; monitoramento e acompanhamento da dinâmica dos bens culturais registrados, de modo a subsidiar a avaliação e revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil", assim como para avaliar e produzir subsídios à atuação institucional; monitoramento, controle, normatização e orientação técnica direcionada a bens e direitos inerentes aos processos de patrimonialização de bens culturais (tais como direitos de imagem e de uso, propriedade intelectual individual e coletiva, conhecimentos tradicionais relacionados aos recursos genéticos, entre outros); participação em processos de licenciamento ambiental, e demais procedimentos assemelhados, no que diz respeito à proteção e salvaguarda de bens culturais que integram o patrimônio cultural brasileiro; elaboração, aperfeiçoamento e aplicação de normas, procedimentos e instrumentos voltados para a proteção, acautelamento e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, por meio de estudos, oficinas, reuniões, audiências técnicas, entre outros mecanismos assemelhados. <i>Finalidade:</i> Normatizar, fiscalizar e monitorar o Patrimônio Cultural Brasileiro, visando assegurar a integridade e a continuidade dos bens e processos a ele inerentes, assim como orientar, apoiar, mobilizar e articular entes e instituições da sociedade civil, de modo a favorecer a preservação dos bens que o constituem.	
2844	Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores de Arte e Cultura
<i>Descrição:</i> Capacitação, treinamento e aperfeiçoamento profissional por meio da realização de cursos, palestras, oficinas, seminários, etc, inclusive por meio da concessão de bolsas de estudo e de consultoria técnica. <i>Finalidade:</i> Capacitar e requalificar artistas, produtores, técnicos, agentes e gestores culturais públicos e privados voltados para o desenvolvimento de atividades artísticas, técnicas e de gestão objetivando a formação profissional de modo a difundir, fortalecer e valorizar o processo produtivo, criando oportunidades de reconhecimento e desenvolvimento profissionais, inserção no mercado de trabalho e geração de emprego e renda e melhores práticas de gestão cultural.	
2964	Formação, Capacitação e Qualificação de Agentes nos Diversos Segmentos do Audiovisual
<i>Descrição:</i> Treinamento e aperfeiçoamento profissional por meio da realização de cursos, palestras, workshops, oficinas, seminários, etc, bem como por meio da concessão de bolsas de estudo, no âmbito dos diversos segmentos do audiovisual. <i>Finalidade:</i> Formar, capacitar e qualificar agentes nos diversos segmentos do audiovisual, objetivando a formação de profissional que venha a difundir, fortalecer e valorizar o processo produtivo, criando oportunidades de reconhecimento e desenvolvimento profissionais, inserção no mercado de trabalho e geração de emprego e renda.	
2A96	Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos
<i>Descrição:</i> Intervenção em juízo e fora dele, em casos de turbacão da posse, esbulho e outras ameaças à integridade territorial das comunidades remanescentes de quilombos, diretamente ou por meio de convênios com entidades ou órgãos que prestem essa assistência; organização de serviços de atendimento às comunidades remanescentes de quilombos para aconselhamento, apoio e mobilização de operadores de direito em questões que comprometam a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento; formação de advogados da união, procuradores federais, defensores públicos e profissionais da área jurídica pública na especificidade da área de atendimento jurídico; capacitação de representantes das comunidades quilombolas em direitos de igualdade e cidadania; em cobertura de despesas processuais e com o deslocamento de servidores e colaboradores. <i>Finalidade:</i> Prestar assessoria jurídica às comunidades remanescentes de quilombos, conforme disposto no Decreto nº 4887, de 20/11/2003, para assegurar a integridade territorial e o patrimônio cultural dessas comunidades, bem como organizar o atendimento coletivo aos seus integrantes.	
2C80	Capacitação de Empreendedores para o Fortalecimento da Economia Criativa
<i>Descrição:</i> Identificação de necessidades e elaboração de metodologias e conteúdos, bem como realização e apoio a cursos e eventos, presenciais ou à distância, bem como produção de material didático e concessão de bolsas de estudo ou trabalho. <i>Finalidade:</i> Formar para as competências criativas, por meio de cursos para a qualificação de profissionais, empreendedores e gestores de empreendimentos criativos.	
2C84	Promoção de Negócios e Fomento a Empreendimentos e Empreendedores dos Setores Criativos
<i>Descrição:</i> Realização e viabilização da participação de empreendedores e empreendimentos criativos brasileiros em eventos de negócios nacionais e internacionais; consolidação de circuitos e calendários, regionais e nacionais, voltados à divulgação e comercialização de produtos e serviços criativos; divulgação dos produtos e serviços criativos brasileiros no mercado interno e externo; melhoria da infraestrutura de cadeias, arranjos e redes de criação, produção, distribuição, circulação, divulgação e comercialização, fruição de bens e serviços da economia criativa; fomento à consolidação implementação de pólos de setores criativos, para a geração de trabalho, emprego e renda, com fortalecimento dos micro e pequenos empreendimentos criativos, inclusive com alavancagem da exportação de bens e serviços. <i>Finalidade:</i> Promover a sustentabilidade de empreendimentos criativos, com vistas a alavancar a produção, a distribuição/circulação, a comercialização e a fruição de bens e serviços, bem como incentivar organizações da sociedade civil no desenvolvimento da sua gestão, fundamentada no associativismo e cooperativismo, para o fortalecimento de cadeias, redes e arranjos produtivos.	
2D07	Administração do Financiamento a Empreendedores Culturais
<i>Descrição:</i> O Ministério da Cultura efetua o pagamento ao agente financeiro da remuneração calculada sobre o volume financiado como taxa administrativa. <i>Finalidade:</i> Assegurar a operacionalização e a administração dos empréstimos concedidos a empreendedores culturais feitos com recursos do Fundo Nacional de Cultura.	
2D41	Sistema Nacional de Cultura
<i>Descrição:</i> Realização de ações diversas tais como: reuniões, nacionais, regionais, estaduais, meso ou micro-regionais com secretários e gestores de cultura estaduais, municipais e com a sociedade civil representada em qualquer dos três níveis da federação; organização de conferências nacional, estadual e municipal, seminários, encontros da área cultural, em âmbito nacional ou regional, bem como de segmentos específicos da área da cultura (a exemplo das áreas do patrimônio material e imaterial, do audiovisual, das artes cênicas, da música, da produção literária etc), e entre estes e segmentos afins (meio ambiente, educação, indústria e comércio etc), associados a outras esferas públicas e privadas; realização ou contratação de estudos, pesquisas e consultorias em segmentos específicos ou na integralidade do campo cultural necessários para subsidiar a implantação do Sistema; estruturar um método de acompanhamento dos compromissos, metas e ações pactuados pelos partícipes, quer em âmbito nacional, como regional ou setorial; formulação, organização e manutenção de câmaras técnicas indispensáveis ao bom funcionamento e operacionalidade; organização e manutenção do Conselho Nacional de Política Cultural; acompanhamento e manutenção dos Conselhos Setoriais que integrarão o Sistema Nacional de Cultura; estruturação de um serviço de acompanhamento e difusão no âmbito do Ministério da Cultura e do país; articulação e representação do Sistema, por sua integralidade, ou por setores específicos, em fóruns, encontros e reuniões de natureza técnica ou de relacionamento intergovernamental de âmbito nacional. <i>Finalidade:</i> Coordenar e manter em funcionamento o Sistema Nacional de Cultura, de modo a articular, promover e acompanhar planos e ações setoriais e transversais que integrem a União, Estados, Municípios e Sociedade Civil, em âmbito nacional, estadual e municipal; e promover a Conferência Nacional de Cultura.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2D79	Formulação e Gestão da Política de Direitos Intelectuais
<i>Descrição:</i> Revisão e elaboração de marcos legais de direitos autorais; promoção de atividades (campanhas educativas, publicações, seminários, congressos, conferências, encontros nacionais e internacionais, estudos e pesquisas, etc) que contribuam para o aperfeiçoamento das políticas de Direito Autoral, para a difusão dos princípios e objetivos dos direitos do autor e dos conexos, de novos modelos de negócios e formas alternativas de licenciamento; capacitação de profissionais que respondam a demandas da área de Direitos Autorais e desenvolvimento de competências dos diversos atores do campo autoral; custeio de despesas com deslocamento de servidores e de colaboradores; contratação de consultoria, pareceres técnicos e estudos acerca do tema; difusão e proteção das obras em domínio público e da memória do direito autoral brasileiro; promoção de medidas normativas e mecanismos de resolução de conflitos em direito autoral; apoio a projetos de criação e aperfeiçoamento de associações de gestão coletiva de direitos autorais; apoio e promoção de ações que assegurem o efetivo cumprimento das limitações e exceções aos Direitos Autorais e garantam o equilíbrio entre os ditames constitucionais de proteção aos direitos autorais e de garantia ao pleno exercício dos direitos culturais e dos demais direitos fundamentais e pela promoção do desenvolvimento nacional; apoio e orientação às atividades de registro de obras intelectuais protegidas por direitos autorais; e participação em negociações e demais atividades relacionadas com tratados e convenções internacionais sobre Direitos do Autor e Direitos Conexos." <i>Finalidade:</i> Assegurar o equilíbrio na relação entre criadores e investidores, garantindo o acesso do cidadão à cultura, com vistas à proteção e promoção da diversidade cultural do País.	
2D82	Funcionamento do Centro de Referência e Documentação do Semiárido
<i>Descrição:</i> Ação que decorre da conclusão do restauro do prédio onde se instalou a primeira sede do DNOCS (IOCS), atualmente o Centro de Referência do Semiárido. Visa promover o DNOCS como lugar de produção de ciência no Brasil, valorizando as investigações acumuladas ao longo de quase um século nas diferentes áreas do saber (astronomia, botânica, engenharia, geologia, hidrologia, etc) e a documentação produzida nessas intervenções. As suas linhas de atuação são: Definição da figura jurídica e do modelo de organização institucional; Acervo histórico - conjunto de documentação de grande valor histórico, parcialmente organizado. É constituído a partir de planos de rescaldo de documentação em risco. Equipamentos científicos - inventário e restauro dos equipamentos de valor histórico e científico do DNOCS; inventário e restauro dos equipamentos de valor histórico e científico do DNOCS. Aspectos importantes devem ser considerados no desenvolvimento desta ação: Aquisição, preservação e organização de fontes primárias de pesquisa; Produção e edição de trabalhos voltados para a discussão de temas relativos à política de convivência com o semiárido (filmes, revistas, periódicos e outros documentos); Estruturação de rede virtual que possibilitará o intercâmbio do conhecimento produzido e em produção. Base de dados - Formação de programa de base de dados, digitalização e divulgação em meio digital do acervo do Centro de Referência. Também tem como objetivo a organização de publicações de guias de fontes dos acervos; Publicação de revista semestral do Centro de Documentação e Referência do Semiárido - Revista CONVIVER; Programa de Educação Patrimonial - Programa de Educação Patrimonial Institucional e para o público do Centro de Documentação e Referência. Produção de material didático e informativo. Cursos e oficinas; Curso de especialização em Arquivologia: formação de pessoal especializado na gestão documental e constituição de acervos; Culturas da convivência: programa destinado a divulgação de projetos em áreas de atuação do DNOCS. Público alvo: perímetros irrigados, populações assentadas em áreas do DNOCS, projetos de acudagem e de gestão de recursos hídricos. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar para a sociedade civil, os estudos desenvolvidos sobre o semiárido, os trabalhos elaborados pelos diversos segmentos técnicos e científicos no sentido de criar uma cultura de convivência com o meio e o fomento à pesquisa e à elaboração de propostas de ações que possam subsidiar a formulação de políticas públicas fundadas no desenvolvimento sustentável. O projeto apresenta como viés a proposta de integrar a rede de discussão e difusão das propostas governamentais e não governamentais para a convivência com o semiárido, de propiciar a estudiosos do tema em todos os níveis, o acesso à informação, a patrocinar pesquisas e a divulgar a cultura regional nos seus diversos aspectos.	
4172	Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS
<i>Descrição:</i> Manutenção e atualização de serviços de telecomunicações nacionais e internacionais para consolidação e desenvolvimento da infra-estrutura física de comunicação e colaboração em ensino, pesquisa e inovação; bem como manutenção e atualização da infra-estrutura de equipamentos de comunicação e computação dos 27 pontos-de-presença (PoP) da rede no País. <i>Finalidade:</i> Prover infraestrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação.	
4492	Funcionamento de Espaços Culturais da União
<i>Descrição:</i> Manutenção física dos espaços culturais (teatros, salas de exposições, auditórios etc.), envolvendo serviços de vigilância e limpeza; aquisição e manutenção de equipamentos, serviços públicos, taxas e impostos; manutenção preventiva e corretiva de elevadores, sistema de refrigeração, iluminação; manutenção e atualização de espaços de exposições e reservas técnicas; manutenção de atividades educativas, culturais e de difusão dos espaços culturais; atendimento ao público; material de expediente e demais despesas características da manutenção administrativa para seu adequado funcionamento. <i>Finalidade:</i> Manter os espaços culturais da União em padrões técnicos e operacionais satisfatórios, oferecendo ao produtor cultural e aos artistas uma alternativa para o desenvolvimento de suas atividades, de modo a garantir a atratividade e a acessibilidade, criando condições para sua sustentabilidade.	
4531	Fiscalização das Atividades do Setor Audiovisual e Proteção da Propriedade Imaterial
<i>Descrição:</i> Fiscalização do cumprimento da legislação da atividade cinematográfica e audiovisual junto aos diversos agentes do setor e em todos os segmentos de mercado que veiculem obras cinematográficas e audiovisuais. <i>Finalidade:</i> Garantir o cumprimento da legislação referente à atividade cinematográfica e audiovisual nacional e internacional nos diversos segmentos do mercado.	
4533	Fomento à Produção, Distribuição e Comercialização de Obras Cinematográficas e Audiovisuais no País e no exterior (Medida Provisória n.º 2.228-1/2001)
<i>Descrição:</i> Concessão de apoio à distribuição e comercialização de obras cinematográficas e audiovisuais brasileiras, compreendendo a confecção de cópias de obras, material de divulgação, assessoria de imprensa, produção de eventos para lançamento de obras cinematográficas e audiovisuais em todos os segmentos do mercado doméstico e internacional, bem como implementação de acordos bi e multilaterais de distribuição e comercialização. <i>Finalidade:</i> Possibilitar a inserção das obras cinematográficas e audiovisuais brasileiras nos mercados nacional e internacional.	
4608	Resgate da Documentação Histórica do Brasil Existente no Exterior
<i>Descrição:</i> Realização de pesquisas, ordenamento, microfilmagem, publicação de catálogos, confecção de cd-roms e elaboração de índices de pesquisa. <i>Finalidade:</i> Resgatar documentos históricos referentes ao período colonial brasileiro do século XVI até o início do século XIX existentes nos arquivos portugueses (notadamente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa), espanhóis, holandeses, italianos e franceses, democratizando o acesso a essas fontes e proporcionando melhor entendimento sobre a história do Brasil.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4655	Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento tecnológico, avaliação e implantação de novos protocolos, serviços e aplicações na rede; disseminação destas tecnologias entre organizações usuárias; capacitação de recursos humanos, tanto para atender às necessidades decorrentes dos objetivos descritos, como para difundir o conhecimento em tecnologia de informação e comunicação; diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da infra-estrutura nacional de redes IP (Protocolo Internet) avançada para colaboração e comunicação em ensino e pesquisa. <i>Finalidade:</i> Assegurar o alcance de objetivos estratégicos em redes avançadas, fortalecendo o processo de inclusão digital no País. Promover o desenvolvimento tecnológico de novos protocolos, serviços e aplicações de redes. Prover serviços de infra-estrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Promover a disseminação de tecnologias, através da implantação em nível de produção de novos protocolos, serviços e aplicações de redes, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações.	
4709	Preservação de Acervos Audiovisuais
<i>Descrição:</i> Por meio de identificação física e avaliação da relevância para a constituição e constante enriquecimento da memória nacional, desenvolver atividades de preservação, restauração, digitalização e difusão de acervos audiovisuais. <i>Finalidade:</i> Promover ações que visem à preservação, restauração, digitalização e difusão de acervos audiovisuais.	
4795	Estímulo e Fomento ao Desenvolvimento e Inovação de Atividades Audiovisuais
<i>Descrição:</i> Concessão de recursos para projetos voltados à produção, distribuição, exibição, difusão, preservação e fruição de conteúdos audiovisuais, e instalação de espaços não-comerciais de difusão; realização de ações complementares abrangendo, dentre outros, capacitação de recursos humanos, concessão de bolsas e de prêmios inerentes aos projetos. <i>Finalidade:</i> Induzir o desenvolvimento sustentável da indústria audiovisual brasileira, por meio do estímulo a projetos e processos, bem como à inovação em todos os elos da cadeia produtiva do setor, com vistas à qualificação da produção, distribuição, exibição, difusão, preservação e fruição de conteúdos.	
4796	Fomento e Promoção a Projetos em Arte e Cultura
<i>Descrição:</i> Realização e/ou apoio a projetos voltados para a produção, promoção, circulação, divulgação, inclusive concessão de prêmios e criação de selos, nas áreas de arte e cultura bem como aquisição de equipamentos para dotar espaços destinados às atividades artísticas e culturais, além da realização de ações complementares abrangendo capacitação de recursos humanos e bolsas inerentes aos projetos. <i>Finalidade:</i> Fomentar e desenvolver atividades voltadas para o processo de criação, produção, divulgação e circulação da produção e do produto cultural brasileiro nas áreas de música, artes cênicas, artes visuais, artes integradas e cultura brasileira, proporcionando a fruição e o acesso amplo da população aos bens culturais.	
4797	Produção de Obras Científicas, Artísticas e Literárias
<i>Descrição:</i> Publicação de obras literárias, artísticas ou científicas sobre as diversas áreas do conhecimento humano. <i>Finalidade:</i> Editar e co-editar obras literárias, científicas e artísticas, de modo a divulgar parcela significativa da produção cultural brasileira, contribuindo para o desenvolvimento cultural do País mediante disseminação do conhecimento.	
4821	Formulação, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Culturais
<i>Descrição:</i> Formulação, desenvolvimento e implementação de políticas culturais bem como apoio ao Ministério e suas entidades vinculadas, as universidades, as instituições e fundações culturais, os Estados e os Municípios no aperfeiçoamento e na realização de suas políticas públicas no campo da cultura; acompanhamento e avaliação da implementação das diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura; monitoramento, modelagem e avaliação das políticas culturais implementadas pelo MinC em ações, projetos e programas; organização e secretariado das instâncias colegiadas (Conselho Nacional de Políticas Culturais e Câmaras Setoriais); proposição de medidas regulatórias e indutoras que auxiliem a implementação de políticas públicas e o desenvolvimento cultural; formulação, conceitualização, implementação de uma política pública para os editais de fomento à cultura no país; desenvolvimento de ações e estímulo à cooperação entre universidades, núcleos, fundações e instituições de pesquisa no campo da cultura; apoio a editoras, revistas e publicações periódicas; apoio a grupos culturais, intelectuais, artistas e pensadores na atualização conceitual e reflexão sobre cultura. A formulação das políticas culturais terá como insumo a realização de estudos e pesquisas sobre a cultura no Brasil que investiguem a gestão cultural, as práticas culturais, o papel da cultura no uso do tempo, o acompanhamento das políticas e os equipamentos no Brasil, a avaliação e a criação de indicadores culturais e pesquisas que contemplem as dimensões econômicas e simbólicas da cultura. <i>Finalidade:</i> Formular, conceituar e implementar políticas culturais, com ênfase na consolidação do Plano Nacional de Cultura, na reflexão e pesquisa sobre o campo cultural e suas mudanças ao longo do tempo, bem como subsidiar os entes federativos e as instituições brasileiras na construção de suas políticas públicas de cultura.	
4888	Regulamentação do Setor Cinematográfico e Audiovisual
<i>Descrição:</i> Elaboração de atos normativos relativos às atividades da cadeia audiovisual brasileira. <i>Finalidade:</i> Estabelecer normas voltadas para o desenvolvimento das atividades audiovisuais brasileiras e que promovam maior competitividade no mercado audiovisual brasileiro.	
4908	Concessão de Prêmio Adicional de Renda a Produtores, Distribuidores e Exibidores (Medida Provisória 2.228-1/2001)
<i>Descrição:</i> Concessão anual de Prêmio Adicional de Renda, referenciado no desempenho de mercado de obras cinematográficas de longa-metragem brasileiras, cuja aplicação deverá ser direcionada à produção e distribuição de obras cinematográficas de longa-metragem brasileiras de produção independente e à atividade de exibição. <i>Finalidade:</i> Incentivar a produção, distribuição e exibição de obras cinematográficas nacionais objetivando ampliar sua participação no mercado.	
5538	Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas
<i>Descrição:</i> Elaboração, implementação e avaliação de inventários, estudos e planos para a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro (planos de socialização, planos de ação para as cidades históricas, planos de salvaguarda do patrimônio imaterial, planos de educação patrimonial, mobilidade e acessibilidade, entre outros); elaboração e execução de projetos de constituição, conservação e disponibilização de acervos de bens culturais, incluindo a aquisição de coleções, entre outros; elaboração de projetos de arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, entre outros; execução de obras e serviços (manutenção, conservação, restauração, infraestrutura, requalificação urbana, novas construções, instalações e sinalização, entre outros); aquisição de bens e serviços para a manutenção e conservação de bens culturais e para a implantação e modernização de núcleos ou laboratórios de conservação e centros de referência cultural; financiamento para a recuperação de imóveis privados localizados em áreas protegidas; realização de estudos e pesquisas aplicadas à preservação do patrimônio cultural; realização de ações de educação patrimonial; realização de ações de apoio e fomento ao patrimônio cultural brasileiro incluindo-se as expressões culturais tradicionais; apoio e orientação técnica no âmbito das ações de preservação do patrimônio cultural. <i>Finalidade:</i> Planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro pactuadas, prioritariamente, por meio dos acordos de preservação do patrimônio cultural, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6428	Administração do Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual
<i>Descrição:</i> Remuneração do agente financeiro em função do montante repassado para aplicação em financiamentos reembolsáveis concedidos ao setor audiovisual. <i>Finalidade:</i> Assegurar a operacionalização e a administração dos financiamentos concedidos ao setor audiovisual.	
6517	Intercâmbio de Atividades e Eventos de Arte e Cultura
<i>Descrição:</i> Realização e/ou apoio a festivais, exposições, cursos, palestras, mostras, dentre outros, viabilizar a participação de produtores, artistas, estudiosos e técnicos da área cultural e servidores da instituição, em eventos no país e no exterior, bem como conceder bolsas de estudos a artistas, estudiosos e técnicos. <i>Finalidade:</i> Difundir a diversidade artística brasileira, manifestada em todas as suas linguagens, especialmente na música, circo, dança, teatro e artes visuais, por meio da promoção e do apoio a eventos culturais e do intercâmbio de produtores, artistas, técnicos e estudiosos, no país e no exterior, visando resgatar e ampliar sua participação no mercado, divulgar suas criações e trocar informações, contribuindo para formação de público em níveis nacional e internacional.	
6527	Difusão, Promoção, Intercâmbio e Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais no Brasil e no exterior
<i>Descrição:</i> Realizar ações de promoção, difusão e comercialização de conteúdos audiovisuais no exterior, bem como de ampliação da presença de conteúdos e formatos brasileiros em mercados internacionais, além de promover o acesso a conteúdos e formatos brasileiros, em âmbito nacional. <i>Finalidade:</i> Desenvolver atividades de promoção, difusão e comercialização de conteúdos e formatos audiovisuais no exterior e no cenário nacional.	
6531	Promoção de Intercâmbios Culturais Afro-Brasileiros
<i>Descrição:</i> Participação no desenvolvimento de políticas nacionais e internacionais sobre cultura africana, afrobrasileira e afrolatina; apoio a projetos de intercâmbio cultural; promoção de editais e premiações para difusão da cultura; participação de representantes da Fundação em eventos no País e no exterior; cobertura de despesas com o deslocamento de servidores e de colaboradores. <i>Finalidade:</i> Promover e apoiar o intercâmbio cultural, no País e no exterior, resgatar e ampliar a participação dos afro-brasileiros e dos seus descendentes no mercado, divulgar suas criações, trocar e adquirir conhecimentos e informações.	
6619	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
<i>Descrição:</i> Reformulação, implementação e atualização dos subsistemas de informações gerenciais em bancos de dados digitais do Sistema de Informações Gerenciais; ampliação da rede intranet para todas as entidades vinculadas ao Ministério; compatibilização de plataformas e de bancos de dados no âmbito da rede; reformulação, implementação e manutenção de sítio eletrônico do Ministério. Identificação, coleta, tratamento e difusão de informações relativas à cultura voltadas à implementação de uma rede virtual de informações culturais no Brasil, sistematizando-as e tornando-as públicas por um portal de referências baseado na internet. Catalogação, classificação e indexação de documentos (processamento técnico), digitalização de obras; criação de bases de dados específicas do portal. Concepção e implementação gráfica e técnica (incluindo gestão e tecnologia da informação) do portal; implementação de sistema de busca. <i>Finalidade:</i> Manter em funcionamento, aperfeiçoar e ampliar o Sistema de Informações Gerenciais do Sistema MinC de modo a apoiar a gestão cultural e a socializar os dados e indicadores disponíveis no setor, garantindo transparência às ações desenvolvidas pelo Ministério. De modo articulado, implantar um portal de referências culturais baseado na rede mundial de computadores, que funcione como um amplo painel de informações, estudos, agentes de cultura, retratando a diversidade das identidades locais e regionais.	
6620	Estudos para o Fortalecimento da Economia da Cultura
<i>Descrição:</i> Realização e estímulo à realização de estudos, pesquisas, mapeamentos e diagnósticos para mensuração da oferta e da demanda de bens e serviços criativos, formas de gestão, legislação e regulação, geração de trabalho, emprego e renda nos diversos setores criativos; publicação e difusão de textos, estudos e pesquisas sobre economia criativa; produção de dados da Economia Criativa nas contas nacionais (PIB Criativo); formulação de metodologia e coleta de dados e indicadores específicos; sistematização dos dados e indicadores; formulação de metodologia e implementação de coleta sistemática de dados. <i>Finalidade:</i> Mapear e gerar conhecimento sobre a economia criativa brasileira com o objetivo de identificar vocações e oportunidades de desenvolvimento local e regional, de modo a dar suporte à formulação e implantação de mecanismos de fortalecimento dos setores criativos.	
8053	Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira
<i>Descrição:</i> Apoio e realização de cursos, festas típicas, seminários, feiras, exposições e intercâmbios objetivando dar visibilidade à produção cultural afrobrasileira; troca de experiências, aprendizado, acesso a novas tecnologias e o aperfeiçoamento técnico-profissional da população afrobrasileira. Apoio, promoção e participação na produção cinematográfica de curta e longa metragem e de vídeos sobre a história de líderes negros, os africanismos brasileiros e as histórias de articulação de movimentos sociais negros. Promoção de editais e premiações sobre a cultura afro-brasileira em todas as suas expressões. Apoio à publicações, produção de materiais gráficos, de áudio e de audiovisual que tratem da temática afrobrasileira. Cobertura de despesas com o deslocamento de servidores e de colaboradores. <i>Finalidade:</i> Apoiar e promover projetos temáticos culturais afro-brasileiros de modo a ampliar a produção cultural e resgatar a identidade nacional da população negra no País.	
8102	Administração dos Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual
<i>Descrição:</i> Remuneração do agente financeiro em função do montante repassado para aplicação em investimentos retornáveis concedidos ao setor audiovisual nas operações de aquisição de ações ou cotas de empresas e de projetos audiovisuais. <i>Finalidade:</i> Assegurar a operacionalização e a administração dos investimentos retornáveis concedidos ao setor audiovisual.	
8106	Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos - Fundo Setorial do Audiovisual
<i>Descrição:</i> Concessão de recursos não-reembolsáveis para projetos e atividades audiovisuais específicos de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual. <i>Finalidade:</i> Proporcionar condições de viabilidade a projetos e atividades audiovisuais específicos para o desenvolvimento do setor audiovisual.	
8197	Inserção da Cultura Brasileira no Exterior - Cultura Brasileira no Mundo
<i>Descrição:</i> Planejamento e coordenação das interações, ações e projetos culturais, de tipo bilateral e multilateral, relativas à área internacional, promovendo a capacidade do Sistema MinC, em articulação com o SNC, de demandar, corresponder e oferecer parcerias para a cultura e, por meio de ações transversais, ocupar um lugar estratégico na construção da imagem do Brasil no exterior. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a inserção da cultura brasileira - sua identidade, diversidade e valores - no universo das oportunidades para o maior conhecimento do Brasil no exterior, ampliando o papel da cultura na economia do país, em resposta a prioridades nacionais, e construindo iniciativas culturais inovadoras, compatíveis com as vocações próprias do Brasil no mundo.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8207	Capacitação de Profissionais e Geração e Difusão de Conhecimento para o Setor Museológico
<i>Descrição:</i> Apoio a ações de capacitação dos profissionais de museus e servidores públicos do setor museológico, em nível de graduação, pós-graduação, além de cursos técnicos e de extensão e oficinas nas diversas áreas de atuação dos museus; criação de pólos de capacitação e de equipes volantes com condições de atuação nacional; desenvolvimento de programas de estágios em museus brasileiros e estrangeiros com reconhecida e comprovada capacidade e disponibilidade de atuação na área da formação profissional; apoio a pesquisas e estudos científicos para desenvolvimento da área museológica; promoção de intercâmbio na área museológica aos profissionais de museus e servidores públicos do setor museológico, inclusive por meio da concessão de bolsas de estudo; apoio à implantação de instituições de ensino e formação na área museológica. <i>Finalidade:</i> Promover e incentivar a capacitação e qualificação de profissionais e de servidores públicos do setor museológico e de instituições de memória, bem como a realização de estudos e pesquisas para produção, aprimoramento e difusão do conhecimento em museologia.	
8208	Digitalização de Acervos Culturais - Biblioteca Digital
<i>Descrição:</i> Digitalização de acervos documentais e culturais de domínio público; compactação de arquivos digitais produzidos a fim de otimizar sua veiculação na Internet; tratamento de arquivos segundo padrões vigentes para sua identificação e descoberta na Internet; armazenamento de arquivos digitais master gerados para sua preservação a longo prazo em meio digital. <i>Finalidade:</i> Ampliar e democratizar o acesso da população aos documentos componentes de acervos culturais da memória nacional, por meio de sua digitalização e disponibilização na Internet.	
2028	Defesa Agropecuária
14KN	Implantação da Rede Oficial de Laboratórios para Diagnóstico de Enfermidades e Análises de Resíduos e Contaminantes em Recursos Pesqueiros
<i>Descrição:</i> Descentralização de recurso para a estruturação física, aquisição de equipamentos e insumos e estruturação de recursos humanos de rede oficial de laboratórios para desenvolvimento e validação de técnicas para o diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos e para análises de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros. <i>Finalidade:</i> Estruturar a rede oficial de laboratórios agropecuários para diagnóstico de enfermidades e análises de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros.	
2019	Fiscalização de Material Genético Animal
<i>Descrição:</i> Realização de atividades de inspeção e de fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que industrializem ou distribuam esse material, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo, ainda, análises fiscais em laboratórios oficiais dos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, em boas práticas de manipulação e em auditoria. Participação em reuniões, em simpósios e em congressos nacionais e internacionais. <i>Finalidade:</i> Assegurar a qualidade e a identidade do material genético animal e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.	
20QY	Apoio à Reestruturação e Implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)
<i>Descrição:</i> A. Apoio à implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA nas unidades das instâncias que aderirem ao Sistema; B. Adequação, desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados; C. Implantação da modalidade da metodologia de Governança, Riscos e Conformidade (GRC). <i>Finalidade:</i> Reestruturar e implementar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA com foco no apoio às instâncias estadual, municipal e distrital, visando a modernização da estrutura e, a organização de procedimentos e processos que compõem a Defesa Agropecuária, em articulação com a iniciativa privada.	
20QZ	Combate à Clandestinidadade em Produtos de Origem Animal
<i>Descrição:</i> Estabelecimento de diretrizes básicas, de normas e de regulamentos que balizem as ações de inspeção e fiscalização frente às situações de produção e de comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial; fortalecimento do Serviço de Inspeção Federal para viabilizar a execução de ações de combate à clandestinidade em produtos de origem animal; estruturação e capacitação dos serviços de inspeção dos Estados, Distrito Federal e Municípios a fim de garantir a sanidade, qualidade e segurança dos produtos de origem animal; desenvolvimento de ações de educação sanitária a fim de instruir a sociedade sobre os riscos associados ao consumo de produtos de origem animal sem inspeção oficial. e. Estabelecer interações interinstitucionais para execução da ação. <i>Finalidade:</i> Reduzir gradualmente até eliminar a produção e a comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial.	
20R0	Coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)
<i>Descrição:</i> A. Estruturação da unidade central do Sistema; B. Sensibilização dos estados e municípios para adesão ao SUASA com vistas a consolidar a estruturação e a abrangência nacional do mesmo; C. Formulação de propostas de atualização do marco legal do SUASA, corrigindo imperfeições dos normativos vigentes e adequando-os à realidade de mercado; D. Requalificação do pessoal do Sistema; E. Desenvolvimento de modelos de execução, de supervisão, de auditoria e de gerenciamento do Sistema; F. Monitoramento e avaliação do Sistema; G. Participação em reuniões técnicas, encontros, seminários e similares. <i>Finalidade:</i> Coordenar, supervisionar e auditar os processos de implementação e manutenção do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).	
20R1	Estruturação do Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária
<i>Descrição:</i> Estabelecimento de uma equipe interdisciplinar para definir o modelo operacional da central de inteligência; definição e aprovação do marco legal de sua atuação; alocação de recursos materiais, humanos e financeiros para sua operação; avaliação sistemática de riscos e ameaças sanitárias (inclusive barreiras não tarifárias) ao agronegócio nacional; elaboração de planos de contingência para enfrentá-las; formação de profissionais de diferentes origens para implementar os planos de contingência elaborados, de comum acordo com as atividades de educação sanitária e de qualificação técnica das diferentes instituições envolvidas. <i>Finalidade:</i> Estruturar e manter um centro de inteligência em defesa agropecuária com vistas a aumentar o grau de preparo do país para lidar rapidamente com ameaças de introdução e de disseminação de pragas e de doenças com alto potencial de dano, originárias do ambiente externo ou interno, mediante a organização, a implementação e a manutenção de um sistema permanente de avaliação, de gestão e de comunicação de riscos, inclusive por meio da criação e da manutenção de um centro de inteligência em defesa agropecuária, capaz de fornecer elementos para alertas rápidos, para educação sanitária e para formação de profissionais sobre as ameaças potenciais, além de promover a revisão, a sistematização, a ampliação e o fortalecimento dos processos de formação dos profissionais de defesa agropecuária em todos os níveis.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20TD	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais Aquáticos
<i>Descrição:</i> Certificação oficial de compartimentos ou áreas, de acordo com sua condição sanitária para doenças de animais aquáticos, credenciamento de quarentenários para o trânsito nacional e internacional de animais aquáticos, manutenção e gerenciamento de sistema de informações relativas ao trânsito de animais aquáticos. Vigilância ativa de doenças de animais aquáticos. <i>Finalidade:</i> Garantir a sustentabilidade das cadeias produtivas nacionais de animais aquáticos e o reconhecimento internacional do serviço veterinário oficial brasileiro.	
2124	Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal
<i>Descrição:</i> Fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; elaboração e revisão de normas técnicas relativas aos produtos destinados à alimentação animal; realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento dos processos de fiscalização; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais sobre insumos destinados à alimentação animal. <i>Finalidade:</i> Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.	
2132	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal
<i>Descrição:</i> Recepção de amostras; realização de testes; descarte de material; emissão de laudo; manutenção dos equipamentos e veículos; contratação de serviços de segurança; capacitação de pessoal; credenciamento de laboratórios privados para apoio; monitoramento e auditoria nos credenciados; recebimento dos laudos emitidos; e publicação de normas. <i>Finalidade:</i> Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, de vigilância e de fiscalização, para garantir a qualidade e a sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos da área animal.	
2134	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
<i>Descrição:</i> Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal. <i>Finalidade:</i> Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.	
2136	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal
<i>Descrição:</i> Promoção de padrões e uniformização dos procedimentos laboratoriais; credenciamento de laboratórios públicos e privados; fiscalização e monitoramento das atividades dos laboratórios credenciados; revisão de legislação; aquisição de equipamentos, reagentes e instrumentos analíticos; manutenção de equipamentos e estrutura; controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação; elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade; validação de metodologias; realização de análises laboratoriais. <i>Finalidade:</i> Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, de inspeção e de fiscalização, para garantir a sanidade e a qualidade das lavouras, dos produtos e dos insumos da área vegetal.	
2140	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
<i>Descrição:</i> Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais; registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento; capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, em auditoria, segurança, em eficácia e em estabilidade de produtos de uso veterinário; participação em reuniões, em simpósios e em congressos nacionais e internacionais. <i>Finalidade:</i> Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e de qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.	
2141	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
<i>Descrição:</i> A fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos. <i>Finalidade:</i> Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.	
2143	Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa
<i>Descrição:</i> Prospeção e seleção de clones e variedades seminais de alta produtividade e resistentes à Vassoura de Bruxa; desenvolvimento de sistemas gerenciais e de tecnologias voltadas para a maximização da eficiência/eficácia do sistema de manejo integrado de controle da vassoura-de-bruxa; geração de tecnologias e disponibilização de insumos de baixo impacto ambiental para o manejo da enfermidade, bem como de material reprodutivo/propagativo para o produtor; e, treinamento de técnicos, produtores e trabalhadores rurais no manejo integrado da doença. <i>Finalidade:</i> Recuperar a produção, a produtividade e melhorar a qualidade do cacau brasileiro. Aumentar a competitividade, de forma a favorecer a balança comercial do Agronegócio, e recuperar e aumentar o número de empregos. Maximizar o potencial moageiro do parque industrial instalado e sustentar o retorno dos investimentos financeiros do Programa de Recuperação da Lavoura Cacauaieira, gerando renda no ambiente da cadeia produtiva do cacau.	
2179	Fiscalização de Sementes e Mudanças
<i>Descrição:</i> Registro de cultivares; inscrição de produtor, beneficiador, embalador, armazenador, comerciante de sementes e de mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e de responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM; fiscalização da produção, da comercialização e da utilização de sementes e de mudas; elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e ao credenciamento; monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas do MAPA e nas unidades credenciadas; supervisão e realização de reuniões técnicas e de treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos. <i>Finalidade:</i> Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e de mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.	
2180	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
<i>Descrição:</i> Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal. <i>Finalidade:</i> Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundas de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2181	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
<i>Descrição: Vigilância e controle zoossanitário em portos, em aeroportos, em postos de fronteira e em aduanas especiais nas importações, nas exportações de produtos pecuários, e na análise de risco e de quarentena animal.</i> <i>Finalidade: Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.</i>	
2909	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
<i>Descrição: A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normatização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).</i> <i>Finalidade: Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.</i>	
4723	Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal
<i>Descrição: Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno, por meio de coletas de amostras, desde o produtor até o consumidor final, com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação e/ou punição.</i> <i>Finalidade: Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.</i>	
4738	Eradicação da Mosca da Carambola
<i>Descrição: Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso das demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.</i> <i>Finalidade: Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da "Bactrocera Carambolae" e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.</i>	
4745	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
<i>Descrição: Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e à legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.</i> <i>Finalidade: Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, de produção, de armazenamento, de comercialização, de importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.</i>	
4746	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
<i>Descrição: Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;</i> <i>Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para instituir os padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;</i> <i>Classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores;</i> <i>Credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;</i> <i>Fiscalização e auditorias nos estabelecimentos credenciados;</i> <i>Fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização;</i> <i>Capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;</i> <i>Celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.</i> <i>Finalidade: Assegurar a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.</i>	
4842	Eradicação da Febre Aftosa
<i>Descrição: Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e das estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e de análise epidemiológica.</i> <i>Finalidade: Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.</i>	
8572	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
<i>Descrição: Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.</i> <i>Finalidade: Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8592	Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar
<i>Descrição: Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais; gestão da movimentação; registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção; coordenação e fiscalização das entidades delegadas para execução de registro genealógico das diversas raças.</i> <i>Finalidade: Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária; identificar a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, a conformidade, a segurança e a inocuidade dos alimentos; quebrar barreiras técnicas e sanitárias; proporcionar maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo; assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.</i>	
8654	Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária
<i>Descrição: Execução de atividades educativo-sanitárias em defesa agropecuária, em comunidades ou regiões; capacitação dos integrantes das cadeias produtivas agropecuárias e da sociedade (associações, sindicatos, professores, consumidores e outros) em temas relacionados à defesa agropecuária; e capacitação dos profissionais dos serviços oficiais em Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Atuação eventual junto à instituições governamentais e não-governamentais e outras entidades, quando se identificar que as mesmas são importantes para o cumprimento da finalidade desta ação.</i> <i>Finalidade: Promover atuação contínua junto aos integrantes das cadeias produtivas agropecuárias e da sociedade, no sentido de se obter comportamento adequado, quanto às normas e procedimentos referentes à saúde animal, à sanidade vegetal e à segurança e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários.</i>	
8658	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
<i>Descrição: Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e de estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, de zonas ou de propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e de controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.</i> <i>Finalidade: Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, aos seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, do controle e da erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.</i>	
8938	Inspecção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
<i>Descrição: Inspecção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou que recebam, produzam, manipulem e beneficiem matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspecção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenem, distribuam ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação;</i> <i>Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida;</i> <i>Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos, nas Boas Práticas de Fabricação (BPF), nos Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO), e no Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspecção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas;</i> <i>Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.</i> <i>Finalidade: Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.</i>	
8939	Inspecção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
<i>Descrição: Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, das bebidas e de demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspecção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, de bebidas e de demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e à exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e da segurança dos alimentos, das bebidas e de demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspecção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, de bebidas e de demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.</i> <i>Finalidade: Assegurar os aspectos higiênico-sanitários e tecnológicos dos alimentos e das bebidas, por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle, visando à oferta de alimentos seguros à sociedade.</i>	
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária
0353	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001)
<i>Descrição: O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, em seu regulamento estipula, os seguintes passos para a concessão de crédito:</i> - o empreendedor interessado nos recursos do Fundo procura a Agência de Desenvolvimento da Amazônia solicitando participação do Fundo no projeto; - a Agência verifica a adequabilidade do projeto com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia e com as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento da Amazônia; - a Agência aprova o projeto e autoriza sua contratação pelo Banco operador, ou o Banco da Amazônia S/A, ou outra instituição financeira oficial federal, a ser definida em ato do Poder Executivo; - o agente operador propõe a liberação de recursos financeiros para o projeto autorizado pela Agência; - a Agência libera os recursos; - o agente operador administra as debêntures recebidas do empreendedor do projeto; - o agente operador fiscaliza e atesta a regularidade do projeto; - a Agência audita e avalia o resultado da aplicação dos recursos do Fundo no conjunto dos projetos em execução. <i>Finalidade: Assegurar recursos orçamentários para a realização de investimentos do setor privado na Amazônia, sob a forma de debêntures conversíveis em ações, limitado a 50% de participação nas inversões totais de cada projeto, com o objetivo de reduzir a desigualdade econômica e social entre as regiões mais desenvolvidas do País e a Amazônia.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0355	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001)
<i>Descrição:</i> O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, instituído pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24/08/01, regulamentado pelo Decreto Nº 4.253, de 31/05/02, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 125, de 03/01/07 e pelo Decreto nº 6.952, de 02/09/09, adota como passos para a concessão do crédito: - o empreendedor interessado nos recursos do Fundo procura a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, solicitando a participação do Fundo no projeto; - a Autarquia verifica a adequabilidade do projeto com o Plano de Desenvolvimento do Nordeste e com as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento do Nordeste; - a Autarquia aprova o projeto e autoriza sua contratação junto ao Banco do Nordeste; - o agente operador propõe a liberação de recursos financeiros para o projeto autorizado pela Autarquia; - a Autarquia libera os recursos; - o agente operador administra as debêntures recebidas do empreendedor do projeto; - o agente operador fiscaliza e atesta a regularidade do projeto; - a Autarquia audita e avalia o resultado da aplicação dos recursos do Fundo no conjunto de projetos em execução. <i>Finalidade:</i> Assegurar recursos orçamentários para a realização de investimentos do setor privado no Nordeste, sob a forma de debêntures conversíveis em ações, limitado a 50% de participação nas inversões totais de cada projeto, cujo objetivo é reduzir a desigualdade econômica e social entre as regiões mais desenvolvidas do País e o Nordeste.	
0502	Apoio à Dinamização do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural na Amazônia Ocidental
<i>Descrição:</i> Execução de proposta de ação conjunta, contendo medidas concretas, para reformulação e aperfeiçoamento dos serviços de extensão rural na região, conforme as necessidades e peculiaridades de cada Estado da Amazônia Ocidental. <i>Finalidade:</i> Implementar o Plano Executivo para reformulação do serviço de assistência técnica e extensão rural na Amazônia Ocidental.	
0506	Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área de Atuação da SUFRAMA, com Ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos de desenvolvimento na área de atuação da SUFRAMA, com ênfase em arranjos produtivos locais e cadeias produtivas, das potencialidades regionais: fruticultura, piscicultura, madeira/móveis, produtos florestais não madeireiros e outros produtos da biodiversidade amazônica. <i>Finalidade:</i> Atrair investidores para área de atuação da SUFRAMA e estimular projetos de desenvolvimento, com ênfase em arranjos produtivos locais e Cadeias Produtivas, vinculados às potencialidades regionais identificadas na região.	
12NR	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais para Municípios com até 50.000 Habitantes
<i>Descrição:</i> Criação de incentivo e de fomento à produção agropecuária dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária por meio da manutenção e recuperação de estradas vicinais, na forma de apoio às prefeituras municipais, com população inferior a 50 mil habitantes, na aquisição de máquinas e equipamentos novos fabricados no País e credenciados nos órgãos próprios, proporcionando meios para abertura, recuperação e conservação de estradas vicinais na zona rural. <i>Finalidade:</i> Incentivar e fomentar a produção agropecuária dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária por meio da manutenção e recuperação de estradas vicinais em municípios de até 50 mil habitantes.	
12P6	Recuperação de 53,5 km de estradas vicinais, no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Conclusão da recuperação de 53,5 km de estradas vicinais nas localidades do Distrito de Itiúba/divisa com Rio do Pires/Distrito de Cabralia/Lagoa dos Bastos/divisa com Boninal e sede divisa com Mucugê-Piatã-Bahia por meio de serviços de terraplenagem e revestimento primário (encascalhamento), cuja execução física se encontra em torno de 82,67%. <i>Finalidade:</i> Concluir a recuperação de 53,5 km de estradas vicinais nas localidades do Distrito de Itiúba/divisa com Rio do Pires/Distrito de Cabralia/Lagoa dos Bastos/divisa com Boninal e sede divisa com Mucugê-Piatã-Bahia, cumprindo, dessa forma, a determinação constante do item 9.6. do Acórdão nº 617/2010-TCU-Plenário.	
140V	Estruturação do Sistema de Informações Gerenciais sobre Fundos Regionais e Incentivos Fiscais
<i>Descrição:</i> Concepção, desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e operacionais, referente aos fundos regionais e incentivos fiscais. Esse sistema deverá permitir a inserção também, via web, dos dados operacionais dos bancos operadores, superintendências e/ou outros parceiros envolvidos no processo, necessários a gestão e à avaliação dos fundos regionais e incentivos fiscais, incorporando informações sócio-econômicas. <i>Finalidade:</i> Sistematizar e disponibilizar informações gerenciais, normativas e operacionais referentes aos fundos regionais e incentivos fiscais, inclusive com a possibilidade de inserção de informações pelos bancos operadores através da web.	
140W	Elaboração de Estudos e Planos de Desenvolvimento Regional e Territorial
<i>Descrição:</i> Realização de planejamento territorial, levantamento de dados, elaboração/atualização de estudos, diagnósticos e planos de desenvolvimento territorial integrado, análises de dificuldades e identificação de potencialidades e principais fatores limitantes locais, de forma participativa, visando à elaboração de planos de desenvolvimento regional e/ou territorial <i>Finalidade:</i> Elaborar estudos, atualizações e planos de desenvolvimento regional e territorial em múltiplas escalas, proporcionando orientação ao processo de planejamento e aplicação de recursos, explorando especificidades regionais e aspectos sociais, econômicos, ambientais, tendências e condicionantes de seu desenvolvimento, definindo e priorizando ações com objetivo de melhoria da qualidade de vida da população do território, a redução das desigualdades regionais e o ordenamento territorial.	
20GG	Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores
<i>Descrição:</i> Implementar ações de capacitação ocupacional para o mercado de trabalho formal, e assistência técnica aos empreendimentos populares e solidários, às redes de cooperação da Economia Popular e Solidária, bem como ações de desenvolvimento de produtos oriundos desse segmento. Apoiar a consolidação de incubadoras públicas e cooperativas de empreendimentos populares. <i>Finalidade:</i> Promover a geração de trabalho ocupação e renda por intermédio de atividades de capacitação, fomento a empreendimentos populares e solidários e assistência técnica.	
20JK	Fomento a Certificação de Processos, Produtos e Serviços da Economia Solidária.
<i>Descrição:</i> Promoção e monitoramento das metodologias de avaliação da conformidade de produtos, processos e serviços aos princípios e critérios do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Habilitação no SCJS os organismos de acreditação e validação de conformidade; e acompanhamento do cadastramento e disseminação de informações relativas ao processo de certificação no âmbito do SCJS. <i>Finalidade:</i> Fortalecer e promover o comércio justo e solidário no Brasil por meio da certificação de processos, produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20N5	Divulgação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial
<i>Descrição:</i> Promoção de eventos para a divulgação das políticas territoriais; realização de conferência nacional para debate e legitimação da PNDR; concessão de prêmio para práticas exitosas em desenvolvimento regional; produção e edição de publicações e mídias informativas para divulgação e disseminação das políticas relativas ao desenvolvimento regional e ao ordenamento territorial. <i>Finalidade:</i> Divulgar a temática relativa ao desenvolvimento regional e ao ordenamento territorial, seus instrumentos e iniciativas, contribuindo para uma melhor comunicação intersetorial, federativa e social das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial	
20N7	Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais - APLs – Plano Brasil sem Miséria
<i>Descrição:</i> Estruturação e o fortalecimento de processos produtivos, por meio da implantação de infraestrutura e aquisição de equipamentos e materiais para empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando ao acesso às oportunidades de mercado. <i>Finalidade:</i> Desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de Arranjos Produtivos Locais visando sua inserção nas economias em múltiplas escalas.	
20N8	Promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e inserção mercadológica – Plano Brasil sem Miséria
<i>Descrição:</i> Capacitação e intercâmbio de produtores, promoção de eventos técnicos, promoção e/ou apoio na participação em eventos de comercialização e contratação de consultorias, visando o acesso às oportunidades de mercado. <i>Finalidade:</i> Desenvolver os canais de comercialização, do encadeamento produtivo e do desenvolvimento de fornecedores nas economias em múltiplas escalas.	
20N9	Apoio ao Associativismo e Cooperativismo – Plano Brasil sem Miséria
<i>Descrição:</i> A ação se volta para cooperativas e associações de produtores localizadas em Arranjos Produtivos Locais identificados pelo Ministério da Integração Nacional. Os recursos da ação têm como foco o desenvolvimento de atividades como a promoção de seminários e oficinas de planejamento; o apoio à instalação de redes de informação e de instrumentos de comunicação; a capacitação de recursos humanos; a estruturação de serviços de apoio aos sistemas produtivos locais; dentre outras atividades voltadas para a promoção da organização e da cooperação dos produtores com vistas à ampliação das oportunidades de acesso ao mercado e ao desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local em que as cooperativas e associações estão envolvidas. <i>Finalidade:</i> Apoiar a organização social de atores, visando à gestão compartilhada do desenvolvimento, estimulando a sinergia de ações, o comprometimento e a capacidade de identificação e o encaminhamento de demandas, por meio da formação de capital social, incluindo o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada; ampliar a viabilidade e a sustentabilidade das atividades produtivas, fortalecendo o associativismo e (ou) o cooperativismo como opções de organização social e produtiva.	
20NC	Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – APLs
<i>Descrição:</i> Execução de operação, manutenção e recuperação das unidades de produção para apoio aos Arranjos Produtivos Locais, atividades de prestação de assistência técnica e capacitação, bem como o atendimento de despesas com ITR, condicionantes ambientais e regularização fundiária. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar aos pequenos produtores do vale do rio São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, animais e material genético de bovinos, caprinos e ovinos, a fim de proporcionar ao pequeno produtor rural, condições para melhorar as características produtivas de seu rebanho, bem como capacitá-lo em técnicas gerais de manejo e utilização dos recursos ambientais de forma sustentável, o que possibilitará aumentar a rentabilidade da pequena propriedade rural.	
20NK	Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais
<i>Descrição:</i> Estruturação ou aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, inclusive com implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando o acesso às oportunidades de mercado <i>Finalidade:</i> Desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, potencialmente competitivos, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional	
20NL	Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico nos Municípios com Maiores Índices de Desmatamento na Amazônia Legal
<i>Descrição:</i> Realização de estudos e capacitações que permitam a delimitação e a caracterização física, socioeconômica e ambiental dos municípios selecionados, de forma a estruturar um conjunto sistêmico de ferramentas de gestão que vão do controle ambiental à fiscalização integrada, proteção de áreas frágeis, seleção de áreas que cumprem funções ecológico-econômicas essenciais, incentivo a alternativas econômicas e fomento às oportunidades de mercado, respeitando as condicionantes ambientais. <i>Finalidade:</i> Tendo em perspectiva os níveis nacional, macrorregional e estadual, a elaboração do ZEE nos municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal tem como objetivo contribuir para o ordenamento e a gestão ambiental territorial desses municípios, subsidiando, de modo ágil e com base técnica, a formulação de políticas e projetos que façam frente ao intenso processo de transformação do espaço observado nesses locais, devido, sobretudo, à expansão/intensificação da fronteira agropecuária, com reflexos nas dinâmicas ambiental, econômica e demográfica dessas áreas	
20S6	Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste
<i>Descrição:</i> Assessoria técnica e capacitação para a gestão produtiva, social, ambiental e cidadania, compreendendo: a) Desenvolvimento Produtivo e Acesso a Mercado (Desenvolvimento e Organização da Produção, Geração e Gestão Participativa de Conhecimentos, Acesso a Mercados, Serviços Financeiros e Crédito Rural); b) Desenvolvimento Social (Organização e Mobilização Social, Promoção das Relações Sociais de Gênero, Geração e Etnia, Educação Adaptada ao Contexto do Semiárido, Desenvolvimento e Articulação Institucional); c) Desenvolvimento Ambiental (Manejo Sustentável de Agroecossistemas, Adaptação às Mudanças Climáticas, Recuperação de Passivos Ambientais, Educação Ambiental, Incentivos Ambientais); d) Monitoramento, Avaliação e Sistematização das Ações. <i>Finalidade:</i> Melhorar as condições sócio-econômicas e de qualidade de vida dos beneficiários da reforma agrária, agricultores familiares e comunidades tradicionais no semiárido da região nordeste, pela melhoria da segurança hídrica, alimentar e nutricional, com conservação dos recursos naturais, aumento da renda e fortalecimento das suas organizações sociais, contribuindo para erradicação da pobreza no semiárido.	
20T0	Apoio ao Planejamento e à Gestão Social com Perspectiva de Gênero no Desenvolvimento Territorial Rural
<i>Descrição:</i> Apoio à criação de instâncias colegiadas de mulheres. Assessoramento, com perspectiva de gênero, na elaboração e na revisão dos planos de desenvolvimento territorial. Capacitação com vistas à articulação e à ampliação da participação das mulheres nas instâncias de controle social da política pública, e à formação sobre políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária. <i>Finalidade:</i> Promover a inclusão das mulheres no planejamento territorial e fortalecer a gestão social das mulheres nas políticas públicas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2746	Apoio à Capacitação de Recursos Humanos na Área de Atuação da Suframa
<i>Descrição:</i> Parcerias com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para realização de cursos e pesquisas aplicadas nas áreas de interesse da região (empreendedorismo, biotecnologia, recursos naturais, logística e transporte, náutico e naval, minerais, petróleo e gás dentre outros). <i>Finalidade:</i> Apoiar a realização de cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e de doutorado ("lato sensu" e "stricto sensu"), ampliar qualificação dos recursos humanos em níveis profissionalizantes, realizar pesquisa aplicada em áreas do conhecimento que ofereçam soluções tecnológicas às demandas existentes na Amazônia Ocidental e Macapá Santana.	
2A84	Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES.
<i>Descrição:</i> O SIES é um sistema onde são inseridas as informações levantadas no Mapeamento da Economia Solidária no Brasil e se constitui numa iniciativa pioneira no mundo para identificar e caracterizar os milhares de empreendimentos coletivos, organizados sob forma de autogestão, que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário. O sistema permite, ainda, a auto-declaração do empreendimento, possibilitando que este seja posteriormente contactado, entrevistado e cadastrado como empreendimento econômico solidário uma vez que o seu funcionamento esteja de acordo com os critérios estabelecidos. No período 2008 a 2011, o SIES irá congrega mais dois módulos: um para a certificação dos empreendimentos que praticam o comércio justo e solidário e outro para o cadastro de experiências de políticas públicas em economia solidária nas diferentes esferas governamentais. Além disso, o Sistema será descentralizado com a implementação de sistemas estaduais, territoriais e especiais de informações, agregando novos atores e instituições públicas e privadas na sua manutenção e consolidação. <i>Finalidade:</i> Constituir um Sistema Nacional de Informações em economia solidária com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e políticas públicas de economia solidária, de forma a possibilitar a sua visibilidade e fortalecer a economia solidária como estratégia de organização social para geração de trabalho e renda e a inclusão social; subsidiar a formulação de políticas públicas e a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária; e integrar empreendimentos em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais a fim de facilitar processos de comercialização.	
2A85	Formação de Formadores(as), Educadores (as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária.
<i>Descrição:</i> Processo estruturado e sistemático de formação de formadores(as), educadores(as) e gestores públicos governamentais para atuação em economia solidária, articulado às ações de assistência técnica, desenvolvimento de conhecimentos e inovações tecnológicas, às ações de qualificação social e profissional e de educação inicial e continuada de jovens e adultos atuando em empreendimentos econômicos solidários assim como. Para estruturação das atividades formativas deverão ser constituídos Centros de Formação em Economia Solidária, nacional e regionais, como espaços de implementação da política nacional de formação em economia solidária, a partir da experiência acumulada nesta área, mediante as seguintes atividades: (1) formação avançada e continuada de formadores/as e educadores/as que atuam na economia solidária, por meio da organização e realização de cursos e eventos; (2) sistematização e disseminação de metodologias de formação, incluindo a manutenção de um sistema de informações atualizado sobre as experiências de formação/educação em economia solidária; (3) organização, publicação e disseminação de material pedagógico e subsídios para a formação em economia solidária; e (4) articulação de formadores(as) e educadores(as) em uma rede nacional. 5) Formação sistemática de gestores públicos que atuam em políticas governamentais federais, estaduais e municipais, articulada às estratégias de implementação, ampliação e institucionalização de políticas públicas de economia solidária. 6) Serão apoiados eventos (seminários, encontros, reuniões etc.) de articulação e organização de Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária com a finalidade de sistematização coletiva, disseminação de experiências e de participação nos processos nacionais, estaduais e municipais de institucionalização de políticas públicas de economia solidária. <i>Finalidade:</i> Desenvolver uma ação estruturada e sistemática de formação de formadores(as), educadores(as) e gestores governamentais articulados em rede nacional para atuação como multiplicadores de conhecimentos, inovações metodológicas e tecnológicas junto aos empreendimentos econômicos solidários, além do fortalecimento das políticas públicas federais, estaduais e municipais.	
2A99	Apoio à Elaboração e Gestão Social dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS
<i>Descrição:</i> Apoio à participação e à articulação entre a sociedade civil e o poder público, de modo a que se organizem e se façam representar em espaços de debate e articulação de políticas públicas para o desenvolvimento rural com enfoque territorial. Estes espaços, denominados Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, são responsáveis pela elaboração e qualificação participativa dos PTDRS, pela sua gestão e pelo controle social do processo e de seus resultados. <i>Finalidade:</i> Apoiar a constituição e a gestão de novos colegiados territoriais e a consolidação dos colegiados existentes e suas redes; reconhecer novos territórios rurais como unidades de referência para o desenvolvimento sustentável; apoiar a elaboração e gestão de planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável - PTDRS, fortalecendo o modelo de governança territorial e a gestão social das políticas públicas; apoiar os processos de territorialização dos estados brasileiros; e aperfeiçoar o ciclo de gestão social por meio do monitoramento e da avaliação da execução das ações, bem como de seus resultados e impactos efetivos; apoiar as atividades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAS.	
4640	Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade
<i>Descrição:</i> 1 - Apoio à realização de cursos de suporte voltados às atividades geradas no processo de criação, atração e desenvolvimento de empreendimentos; 2 - Apoio à realização de cursos e seminários voltados à capacitação tecnológica de empreendedores e à inovação gerencial necessária ao modelo competitivo, incluindo a capacitação em padrões de qualidade e produtividade reconhecidos internacionalmente (ISO, por exemplo). <i>Finalidade:</i> Suprir demandas especializadas do mercado de trabalho, decorrentes do novo modelo tecno-gerencial, baseado na ótica da competitividade, capacitando recursos humanos em procedimentos operacionais que possibilitem incrementar os níveis de qualidade e produtividade dos processos produtivos.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4664	Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial e Concessão de bolsas de estudos para programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Áreas afins
<i>Descrição:</i> Realização de cursos de curta duração, <i>stricto sensu</i>, especialização, mestrado, curso a distância, seminários, congressos e outros eventos. Concessão e manutenção de bolsas de estudo no País aos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Áreas Afins, mestrado e doutorado, recomendados pela Capes, e demais auxílios a esses vinculados, tais como: passagens, taxas escolares, auxílios acadêmicos, auxílio instalação e diárias, com a finalidade de promover o aprimoramento do pessoal necessário ao desenvolvimento de projetos de pesquisa destinados a redução das desigualdades regionais. Os projetos apoiados serão selecionados tendo por base os critérios previamente definidos em convênios e instrumentos legais próprios entre o Ministério da Integração Nacional e as instituições brasileiras. Essa ação será acompanhada e avaliada de forma permanente, com critérios previamente definidos, envolvendo visitas "in loco". <i>Finalidade:</i> Capacitar, formar e promover o aprimoramento dos recursos humanos do setor público, do setor privado e da sociedade civil para conduzir processos descentralizados e participativos de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial.	
4737	Fomento e Assessoramento Técnico a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária.
<i>Descrição:</i> Ações de assistência técnica aos Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação da Economia Solidária por meio de projetos de cooperação elaborados de forma participativa, que incorporem a dimensão cultural e territorial nos processos produtivos, fortalecendo práticas autogestionárias, justas e solidárias nos processos produtivos, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando na elaboração de planos de negócio, de planos de marketing e nos registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. A ação também propiciará a identificação e apoio à constituição e fortalecimento de redes de cooperação. <i>Finalidade:</i> Promover a assistência técnica gerencial aos Empreendimentos Econômicos Solidários e apoiar a constituição e fortalecimento de Redes de Cooperação.	
4739	Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários.
<i>Descrição:</i> A) Constituição do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário mediante os seguintes elementos: (1) conjunto de normas, que garantam uma identidade nacional ao conceito de "comércio justo e solidário" (CJS); (2) sistema de monitoramento, que permita identificar e difundir quais produtos e processos respeitam as normas que regulam o CJS; (3) sistema de controle, que garanta a relação de confiança e o aprimoramento deste sistema; (4) marca que aproxime produtores e consumidores em torno da proposta; e (5) fomento a atividades de assistência técnica, formação, informação e financiamento à organização da produção. B) Promoção de Feiras de Economia Solidária com o objetivo de construir uma identidade entre as várias feiras de economia solidária que já ocorriam no país e qualificar estes espaços e suas atividades complementares, favorecendo assim o próprio processo de articulação e fortalecimento da economia solidária a nível nacional, estadual e local. C) promoção de Bases de Serviços Territoriais em apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários, articuladas a Sistemas Estaduais de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária. D) Apoio a projetos que visam à implantação de Centrais de Armazenamento, de Distribuição. E) Fomento ao cooperativismo de consumo na organização de Redes de Lojas para escoamento dos produtos do comércio justo e solidário. <i>Finalidade:</i> Fomentar projetos que objetivem contribuir com a viabilização de empreendimentos econômicos solidários, por meio da construção de redes de comercialização de empreendimentos e da constituição e fortalecimento de espaços e instrumentos que dinamizem a comercialização dos produtos destas iniciativas.	
4827	Desenvolvimento e Disseminação de Conhecimentos e Tecnologias Sociais Apropriadas à Economia Solidária.
<i>Descrição:</i> Realização e publicação de estudos e pesquisas sobre áreas temáticas de interesse da economia solidária, visando subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas e de marco jurídico para o setor; incentivo ao desenvolvimento e disseminação de inovações tecnológicas sociais e apropriadas às demandas dos empreendimentos econômicos solidários; e realização de Campanha Nacional de Divulgação com a produção e distribuição de material impresso e audiovisual para a difusão de conhecimentos sobre a economia solidária. <i>Finalidade:</i> Promover e disseminar conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas para o fortalecimento das iniciativas de geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária.	
4850	Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários
<i>Descrição:</i> Consolidação e ampliação das Incubadoras de Cooperativas Populares mediante fortalecimento do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) que vem a ser uma articulação interinstitucional para o apoio de Incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários, apoiando o desenvolvimento institucional das incubadoras e levando a uma maior articulação entre as universidades brasileiras e as diferentes formas de cooperativas populares. Ainda, a ação visa a apoiar a consolidação das incubadoras públicas de empreendimentos econômicos solidários, pertencentes a poderes públicos, ou incubadoras ligadas a entidades da sociedade civil, que prestam formação e acompanhamento para empreendimentos econômicos solidários. <i>Finalidade:</i> Apoiar a consolidação e ampliação das Incubadoras de Cooperativas Populares, fomentar a criação e o acompanhamento de cooperativas populares, produzir conhecimentos e formação para as cooperativas populares.	
6466	Capacitação de Agentes de Desenvolvimento
<i>Descrição:</i> 1) formação e capacitação básica, intermediária ou avançada de agentes de desenvolvimento, representantes da sociedade civil, gestores públicos, conselheiros e outros atores sociais beneficiários de programas e políticas executados nos territórios para: i) sensibilização, socialização conceitual e metodológica para a gestão social do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais; ii) elaboração e gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável; iii) temas específicos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável iv) gestão de projetos estratégicos; v) atuar em processos de comunicação e informação social territorial; 2) estímulo à articulação de projetos e ações de educação formal e não formal, no âmbito territorial; 3) apoio a projetos inovadores de educação do campo e inserção de segmentos sociais específicos na perspectiva do desenvolvimento territorial rural sustentável; 4) apoio a intercâmbios de conhecimentos e experiências; 5) estímulo a construção e fortalecimento de redes de gestão de conhecimento que articulem instituições de capacitação, formação, pesquisa e atores territoriais; 6) ações de formação e conectividade com foco nas comunidades de aprendizagem; 7) sistematização de experiências em formação e capacitação e de agentes de desenvolvimento. <i>Finalidade:</i> Formar e capacitar agentes de desenvolvimento para participação nos processos técnicos, sociais e políticos do desenvolvimento rural sustentável, bem como na gestão social de políticas públicas tendo como referência o planejamento, a organização, a coordenação e o controle social, com enfoque territorial.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7413	Elaboração e Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico em Âmbito Nacional
<i>Descrição: Elaboração de macrocenários exploratórios de desenvolvimento e uso dos recursos naturais, na escala nacional, para orientar projetos regionais e locais de Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, bem como subsidiar a discussão sobre desenvolvimento regional no Brasil; organização e aplicação de indicadores nacionais; articulação, padronização e automatização da base de informações na escala do milhão.</i> <i>Finalidade: Consolidar o macrodiagnóstico e macrozoneamento do país na escala da União.</i>	
7965	Disponibilização e Manutenção de Banco de Dados sobre Zoneamento e Gestão Ambiental Territorial e Promoção da Elaboração de Bases Cartográficas
<i>Descrição: Desenvolvimento do Projeto do Banco de Dados; padronização da linguagem entre as instituições consorciadas; implantação do sistema de tratamento da informação espacial; desenvolvimento, manutenção e suporte para produtos de software de domínio público para geração de produtos de Programa; aquisição, tratamento e interpretação de imagens de sensoramento remoto para atualizar cartografia básica e temática e identificar unidades ambientais; construção e manutenção de portal na internet; compartilhamento de dados e procedimentos entre diferentes bancos; criação de módulos de acesso.</i> <i>Finalidade: Dotar a gerência e os usuários do Programa, bem como os executores regionais, estaduais e locais de ZEE, de informações sistematizadas e organizadas em uma mesma base de dados.</i>	
8056	Fomento às Finanças Solidárias
<i>Descrição: Realização de Convênios com entidades que atuam como Bancos Comunitários de Desenvolvimento para desenvolver atividades de formação, equipagem e divulgação dessas iniciativas para a população local. A ação destina-se também a apoiar projetos de fundos rotativos solidários, por meio da articulação junto a bancos públicos para a disponibilização de recursos financeiros não reembolsáveis a entidades que mantenham fundos solidários que atendem iniciativas associativas e comunitárias de produção de bens e serviços. Além do acesso ao crédito, o objetivo da ação também é propiciar que no âmbito dos fundos rotativos solidários também se ofereça diagnóstico, acompanhamento e assistência técnica dos projetos por eles financiados.</i> <i>Finalidade: Fomentar a criação e o fortalecimento institucional de "bancos comunitários de desenvolvimento" e de fundos rotativos solidários, por meio da articulação e disponibilização de recursos financeiros não reembolsáveis e reembolsáveis em condições especiais, em favor do fundo rotativo, com o objetivo de atender iniciativas produtivas associativas e comunitárias, realizadas por parcelas da população sem acesso a serviços de crédito.</i>	
8078	Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário
<i>Descrição: Capacitação e contratação de agentes de desenvolvimento solidário que atuarão nas comunidades com o objetivo de conhecer as potencialidades econômicas locais, fomentar novos empreendimentos solidários, assessorar aqueles já existentes, articular os gestores públicos em torno do tema da Economia Solidária, além de estimular a construção e o fortalecimento de espaços coletivos, tais como fóruns, redes e movimentos, que debatam e definam as necessidades das comunidades, sempre orientando a busca de soluções a partir da Economia Solidária.</i> <i>Finalidade: Promover o desenvolvimento local através do fomento à constituição de empreendimentos de Economia Solidária, assim como o fortalecimento daqueles já existentes, através do acompanhamento de agentes de desenvolvimento solidário.</i>	
8138	Implantação de Espaços Multifuncionais de Economia Solidária.
<i>Descrição: Os Centros Públicos de Economia Solidária são espaços de agregação das diversas iniciativas do campo da economia solidária nos respectivos municípios. Seu objetivo principal é fortalecer e fomentar a economia solidária no plano territorial, sendo que sua articulação em uma rede de Centros Públicos pode contribuir para a construção de uma maior identidade e visibilidade da economia solidária, tanto para dentro do próprio setor, quanto para o conjunto da sociedade.</i> <i>Finalidade: Constituir uma rede de Centros Públicos de Economia Solidária que atenda às diversas regiões do país, e cujas instalações sejam localizadas prioritariamente nos municípios em que se desenvolvam atividades de economia solidária por governos locais ou instituições de reconhecida atuação neste campo.</i>	
8340	Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação
<i>Descrição: Viabilização da difusão da inovação, que propicie a inserção no mercado, por meio da incorporação de novos usos e produtos.</i> <i>Finalidade: Articular empreendedores e agentes do sistema de apoio à inovação de forma a propiciar condições para que se possa implantar na macrorregião uma estrutura produtiva baseada na inovação, informação e conhecimento.</i>	
8349	Monitoramento e Avaliação de Instrumentos e Mecanismos de Desenvolvimento Regional
<i>Descrição: Realização de estudos e pesquisas voltados para a identificação conjunta com entidades promotoras de políticas públicas de indicadores de monitoramento, de avaliação e de prospecção que, em respeito às respectivas institucionalidades, possibilite a necessária articulação das ações com vistas a redução das desigualdades regionais e eliminação da pobreza extrema. Ampliação das oportunidades detectadas, oferecendo insumos para a elaboração de Relatórios semestrais e anuais dos instrumentos da PNDR, bem como elaborar estudos de impactos sociais e econômicos e de viabilização/desenvolvimento de novos instrumentos de apoio e/ou financiamento, investimento e incentivos fiscais.</i> <i>Finalidade: Monitorar e avaliar periodicamente planos, programas, ações e projetos de desenvolvimento regional, verificando seu nível de implementação e aderência dos resultados referentes à PNDR e seu nível de interação e articulação com outras políticas, programas e ações com expressão territorial.</i>	
8350	Gerenciamento e Avaliação das Aplicações dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais
<i>Descrição: Acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais; Elaboração de Relatórios Gerenciais afetos ao tema, bem como elaboração de estudos de impactos sociais e econômicos e de viabilização/desenvolvimento de novos instrumentos de apoio e/ou financiamento, investimentos e incentivos fiscais. Formulação de normas, diretrizes e prioridades para a aplicação dos instrumentos de financiamento, investimento e incentivos fiscais.</i> <i>Finalidade: Acompanhar e analisar a aplicação de recursos dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais. Formular diretrizes de ação e normas de aplicação para novos instrumentos de financiamento, investimento e incentivos fiscais e acompanhar e avaliar as aplicações dos instrumentos existentes.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8394	Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócio-Produtivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais
<i>Descrição:</i> 1. Gestão dos empreendimentos das redes sócio-produtivas; 2. Desenvolvimento de produtos e criação de marcas e estratégias de marketing para os empreendimentos; 3. Apoio a logística e promoção comercial no Brasil e exterior; 4. Desenvolvimento e gerenciamento de sistemas de informação sobre produção e demandas de mercado; 5. Elaboração de planos de negócios e estratégias de comercialização para acesso competitivo a mercados diversos e dinâmicos; 6. Regularização jurídico-contábil e desenvolvimentos de programas para o gerenciamento de empreendimentos; 7. Apoio a projetos inovadores no campo da gestão e desenvolvimento de processos sócio-produtivos; 8. Desenvolvimento de estratégias de comunicação; 9. Estímulo à articulação e ao desenvolvimento de redes sócio-produtivas; 10. Capacitação nas áreas de gestão, comercialização e economia solidária; 11. Apoio à elaboração, edição e publicação de material didático. <i>Finalidade:</i> Apoiar a formação e a consolidação de estruturas de governança que ampliem a capacidade de coordenação horizontal - maior cooperação entre os empreendimentos da rede - e vertical - de negociação, representação e poder de barganha junto a parceiros comerciais e técnicos -, visando ampliar a capacidade de troca de conhecimentos, a formação de alianças e a apropriação dos valores gerados pela agricultura familiar nos territórios.	
8402	Documentação da Trabalhadora Rural
<i>Descrição:</i> Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas, afim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais. <i>Finalidade:</i> Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.	
8420	Estímulo à Institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária
<i>Descrição:</i> Institucionalização de políticas públicas permanentes de economia solidária nos três níveis de governo de modo a dar capilaridade e fortalecer o pacto federativo, de modo a ampliar o acesso de empreendimentos solidários às mesmas. Neste sentido, a ação deve apoiar as diferentes esferas de governamentais na implantação e no desenvolvimento das políticas públicas de economia solidária em conjunto com a sistematização e a avaliação das iniciativas em curso, por meio de Observatório de Políticas Públicas de Economia Solidária. Esta ação deve garantir também a participação de segmentos organizados da sociedade civil na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas de economia solidária, de forma articulada com as demais instâncias de políticas de trabalho e renda a partir do funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária e da realização de Conferências Nacionais de Economia Solidária. <i>Finalidade:</i> Implementar e fortalecer as políticas locais e regionais de economia solidária, assim como institucionalizar as políticas públicas e os espaços de participação social nos três níveis de governo, apontando para a construção de um Sistema Nacional de políticas públicas de economia solidária.	
8689	Elaboração e Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico em âmbito estadual e local
<i>Descrição:</i> Realização de estudos e capacitações que permitam a delimitação e a caracterização física, socioeconômica e ambiental das áreas selecionadas, de forma a orientar os investimentos públicos e privados em bases sustentáveis <i>Finalidade:</i> Fornecer instrumentos relevantes para o ordenamento e a gestão ambiental de áreas selecionadas, visando conhecer as potencialidades e as limitações ambientais e socioeconômicas a fim de subsidiar o planejamento dos agentes públicos e privados na definição das atividades adequadas à capacidade de suporte dos ecossistemas	
8892	Revitalização e Manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de sistema de informação que englobe: i) base de dados, inclusive mediante intercâmbio de informações com os demais órgãos, entidades da administração indireta, organizações da sociedade civil, bem como Estados e Municípios; ii) indicadores relacionados ao desenvolvimento regional e ao ordenamento territorial; iii) ferramentas de gestão das ações de desenvolvimento regional e ordenamento territorial do Ministério, vinculadas a órgãos de diferentes níveis de governo relacionados à PNDR e à PNOT; Aquisição de equipamentos de informática, desenvolvimentos de softwares, manutenção de base de dados, qualificação de pessoal técnico e custeio da divulgação de informações e resultados. <i>Finalidade:</i> Constituir base de dados para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial e viabilizar a gestão integrada das ações do Ministério e dos demais órgãos vinculados à PNDR e à PNOT, de forma a subsidiar o monitoramento e a avaliação, o acompanhamento gerencial e o controle social.	
8898	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Potencialidades Regionais – Plano Brasil sem Miséria
<i>Descrição:</i> Promoção de estudos aplicados visando a elaboração de diagnósticos socioeconômicos, infraestruturais e ambientais de áreas de várzeas e alteradas da Amazônia Legal, bem como implantação de projetos de manejo e recuperação de áreas alteradas, em municípios em situação de risco ambiental ou municípios considerados estratégicos no contexto da pressão antrópica na Amazônia Legal, por meio de projetos pilotos de desenvolvimento econômico sustentável. <i>Finalidade:</i> Implementar ações e projetos voltados à atenuação da pressão antrópica sobre os ecossistemas naturais, consolidação da fronteira aberta e inserção de áreas de várzeas e áreas alteradas/degradadas ao processo de desenvolvimento econômico regional.	
8902	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica
<i>Descrição:</i> Integração das ações interministeriais e dos diferentes níveis de governo voltada para a ampliação e recuperação da infraestrutura, de modo a assegurar a sinergia entre projetos visando romper barreiras e superar limites ao desenvolvimento. <i>Finalidade:</i> Promover ações que contribuam para a superação dos limites da infraestrutura à expansão dos investimentos regionais.	
8917	Fortalecimento das Administrações Locais
<i>Descrição:</i> Formação de parcerias para capacitar recursos humanos, (servidores, agentes sociais, lideranças e empreendedores) nos aspectos técnicos e gerenciais, administrativo-organizacionais e financeiro-fiscais (IPTU, PNAFM e outros), na identificação dos problemas locais e suas causas, propiciando o fortalecimento do planejamento e a democratização da gestão. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a melhoria da capacidade de gestão do poder público local, mediante assistência técnica para o aperfeiçoamento dos recursos humanos, financeiros e organizacionais das prefeituras, em municípios selecionados.	
8918	Ampliação e Fortalecimento das Estruturas Produtivas
<i>Descrição:</i> Identificação e implementação de oportunidades de criação e desenvolvimento de empreendimentos inovadores; difusão e incorporação da inovação; fortalecimento da capacidade e dos processos produtivos e gerenciais; mobilização institucional e capacitação de recursos humanos; e a criação de um ambiente favorável à criação de novas oportunidades de mercado e de sistemas de comercialização para produtos e serviços. <i>Finalidade:</i> Incrementar a competitividade de empreendimentos inovadores, promovendo o desenvolvimento local e regional por meio da criação de novas oportunidades de mercado (inserção nas economias local, regional, nacional e internacional) e de sistemas de comercialização para produtos e serviços.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8991	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos territoriais e intermunicipais para implantação e expansão dos investimentos em obras de infra-estrutura que beneficiem coletivamente os agricultores familiares e as redes de cooperação e assistência técnica. O objeto dos projetos depende da demanda definida nos Colegiados Territoriais e pode ser na área econômica ou de inclusão produtiva, de promoção da cultura e da educação do campo, de logística e infra-estrutura, de organização a infra-estrutura colegiada e pode beneficiar grupos formais ou informais de agricultores familiares com especial atenção a superação das desigualdades de gênero, raça, etnia e geração. <i>Finalidade:</i> Apoiar investimentos na implantação e modernização de infraestrutura e serviços necessários à dinamização econômica dos territórios rurais, ao fortalecimento da gestão social do processo de desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões: econômica, ambiental, socio-cultural-educacional e político-institucional, e de redes sociais de cooperação e à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares contribuindo para o enfrentamento das condições de pobreza do rural brasileiro.	
2030	Educação Básica
00FA	Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública
<i>Descrição:</i> Transferência financeira a estados, municípios e Distrito Federal, visando reequipar as escolas públicas em função de prejuízos ocasionados por desastres naturais. Suprir recursos financeiros de forma a reconstruir, reformar ou adequar a infra-estrutura física predial das escolas e prover outras ações necessárias a garantir a manutenção do atendimento aos alunos das escolas atingidas. <i>Finalidade:</i> Prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal afetadas por desastres naturais.	
0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica
<i>Descrição:</i> Apoio a iniciativas voltadas para o desenvolvimento e a melhoria qualitativa do processo educacional em todas as etapas da educação básica, financiamento de ações que visem a interface do FNDE e do MEC com as instituições públicas de todas as esferas de governo, assim como apoio financeiro complementar às demais ações voltadas para a educação básica, geridas pelo MEC e seus órgãos / entidades. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o desenvolvimento e a universalização da Educação Básica.	
0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica
<i>Descrição:</i> Transferência automática de recursos financeiros a escolas públicas estaduais, distritais e municipais que oferecem a educação básica nas diversas modalidades, bem como às escolas de educação especial mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos. A transferência será destinada à manutenção e pequenos investimentos necessários ao funcionamento escolar; na avaliação de aprendizagem, promovendo a melhoria da infra-estrutura física e pedagógica, a autonomia gerencial dos recursos, a participação coletiva na gestão e no controle social. O atendimento é dimensionado de acordo com o número de alunos matriculados, conforme o censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e regulamentado por Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. O programa contempla, também, ações inovadoras de iniciativa do MEC para o desenvolvimento da educação brasileira, tais como promoção de atividades de aprendizagem – culturais e artísticas, de direitos humanos e de meio ambiente – de modo a promover a educação integral; implementação de projeto pedagógico e do Plano de Desenvolvimento da Escola; favorecer a igualdade de condições de acesso e permanência dos alunos público alvo da educação especial; promoção de atividades voltadas a apoiar as condições de funcionamento de escolas em finais de semana, situadas em regiões de risco e vulnerabilidade social; promoção da melhoria das condições de infraestrutura das escolas públicas das redes municipais localizadas no campo que possuem alunos nas séries iniciais do ensino fundamental em classes multisseriadas e promoção da melhoria do ensino médio regular não profissionalizante com ações compartilhadas com os Estados e o Distrito Federal. <i>Finalidade:</i> Assegurar recursos suplementares às escolas públicas de educação básica e escolas de educação especial mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos, visando à melhoria pedagógica e a infra-estrutura física, concorrendo para a elevação do desempenho escolar.	
0920	Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização
<i>Descrição:</i> Concessão de bolsa a alfabetizadores voluntários, tradutores intérpretes de LIBRAS e coordenadores de turmas de alfabetização, para atualização e custeio das despesas realizadas no desempenho de suas atividades no processo de alfabetização. <i>Finalidade:</i> Estimular a participação de voluntários no processo de alfabetização de jovens e adultos	
0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica
<i>Descrição:</i> Custear despesas com a manutenção de veículos escolares e outros meios de transporte da área rural das esferas municipal, estadual ou distrital e para a contratação de serviços terceirizados de transporte. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica, residentes em área rural, dos estados, Distrito Federal e municípios.	
0A26	Concessão de Auxílio-Financeiro
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio financeiro ao aluno matriculado no curso do Programa, conforme as regras estipuladas na legislação pertinente. <i>Finalidade:</i> Propiciar auxílio-financeiro a participantes do ProJovem.	
0E36	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
<i>Descrição:</i> Repasse de recursos financeiros para complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, daqueles estados onde os recursos locais forem insuficientes ao alcance do valor aluno/ano definido anualmente como mínimo nacional, com base no número de alunos matriculados na Educação Básica, conforme Censo Escolar do ano anterior. <i>Finalidade:</i> Assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano a cada Estado e ao Distrito Federal, em que este limite mínimo não for alcançado com os recursos dos próprios governos.	
0E53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola
<i>Descrição:</i> Aquisição de veículos novos como ônibus, embarcações, bicicletas, inclusive acessórios de segurança e apoio a atividades inerentes a certificação de qualidade, destinados ao transporte escolar diário e gratuito de alunos da educação básica, prioritariamente para os residentes em área rural. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a ampliação dos meios de acesso e permanência na escola, dos alunos matriculados na educação básica pública.	
12KU	Implantação de Escolas para Educação Infantil
<i>Descrição:</i> Esta ação propiciará a construção e aquisição de equipamentos e mobiliário, com vistas à implantação de escolas de educação infantil. <i>Finalidade:</i> Ampliar as condições de oferta de educação infantil pública.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12KV	Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares
<i>Descrição: Construção de quadras esportivas cobertas e adequação e cobertura das já existentes, em escolas públicas da Educação Básica, para realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e desportivas.</i> <i>Finalidade: Propiciar à comunidade escolar melhores condições para a realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e desportivas.</i>	
20RF	Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica
<i>Descrição: Apoio técnico, pedagógico, material e financeiro para a infra-estrutura tecnológica de conexão, transmissão e recepção de dados, imagens, vídeos, sons e outras mídias ativas, por satélite, soluções terrestres, ou novas tecnologias de conexão que venham a ser desenvolvidas para utilização pedagógica no processo de ensino-aprendizagem na educação básica. Prospeção, implementação, expansão e a integração das Tecnologias, prevendo a aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de informática e outras tecnologias para educação básica. Distribuição, seleção, aquisição e produção de conteúdos televisivos e de outras mídias, nacional e internacional. Produção e aquisição de equipamentos específicos para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado para promoção e garantia da acessibilidade e especificidades das populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e a educação de jovens e adultos.</i> <i>Finalidade: Contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e inclusão na educação básica, por intermédio do uso pedagógico das TICs nos processos educacionais.</i>	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
<i>Descrição: Manutenção das instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica nas instituições federais de ensino, inclusive Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Educação de Surdos e Instituto Benjamin Constant, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas instituições, dentre outras, aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado, aquisição de material de consumo e permanente, elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação em eventos, investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente.</i> <i>Finalidade: Garantir a manutenção e o funcionamento das instituições federais de educação básica.</i>	
20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica
<i>Descrição: Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.</i> <i>Finalidade: Fomentar a oferta de capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica, inclusive na implementação da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação.</i>	
20RM	Exames e Avaliações da Educação Básica
<i>Descrição: Realização de levantamentos periódicos de dados sobre o rendimento dos alunos e sobre as condições de oferta do ensino por meio da aplicação de provas e questionários para medir habilidades e competências. Avaliação da alfabetização com foco nos alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental dos sistemas públicos de ensino. Produção e cessão de módulos de avaliação a serem disponibilizados às redes municipais. Aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para seleção, certificação e auto-avaliação de competências e habilidades aos egressos, aos jovens e adultos que não concluíram o ensino médio na idade própria pelos sistemas educacionais brasileiros e aos concluintes do ensino médio; do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) para certificação de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental na idade própria pelos sistemas educacionais brasileiros; do Certificado de Proficiência de Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) para avaliar a legitimidade dos diplomas de profissionais estrangeiros que pretendem trabalhar no país; e do Exame Nacional de Admissão de Docentes (Prova Docente) para subsidiar os Estados, Distrito Federal e Municípios na realização de concursos públicos para admissão de docentes, além da colaboração entre países para o aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais. Nos anos em que não ocorre aplicação das provas e/ou exames são realizadas atividades de análise do desempenho dos alunos; estudos de fatores associados; elaboração e validação de instrumentos; e construção de indicadores.</i> <i>Finalidade: Monitorar o sistema de ensino no País, por meio da coleta de dados e produção de informações e de indicadores de desempenho dos alunos da Educação Básica e dos fatores a ele associados. Oferecer referência para avaliação de sistema e auto-avaliação ao final da Educação Básica, constituir modalidade de seleção para o acesso à Educação Superior, para o ingresso na carreira de docente, bem como para certificação de competências e habilidades educacionais de jovens e adultos, além de realizar estudos comparativos que permitam avaliar competências e habilidades de alunos, a partir dos quais são produzidas informações de extrema relevância para o aperfeiçoamento das reformas educacionais em curso no Brasil e nos demais países participantes, sobretudo nos aspectos relacionados à melhoria da qualidade do ensino.</i>	
20RO	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica
<i>Descrição: Concessão de bolsas para formação profissional, qualificação e atualização de professores participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias de ensino, assim como para estudantes de licenciatura, incentivando a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, inclusive do Sistema Universidade Aberta do Brasil, e o intercâmbio entre instituições formadoras de educação superior.</i> <i>Finalidade: Estimular a iniciação à docência e a formação de professores para a educação básica, visando a melhoria da qualidade do ensino.</i>	
20RP	Infraestrutura para a Educação Básica
<i>Descrição: Apoio técnico, material e financeiro para a rede escolar pública destinados à construção, ampliação, reforma, adequação e adaptação de espaços escolares, mobiliário e equipamentos para a educação básica, inclusive o sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, garantindo acessibilidade e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica e educação integral, considerando, dentre outras, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e a educação de jovens e adultos.</i> <i>Finalidade: Prover rede física escolar pública de condições adequadas de funcionamento, no que tange à quantidade de unidades educacionais e à qualidade da infra-estrutura dos estabelecimentos de educação básica pública.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica
<i>Descrição:</i> Produção, aquisição e distribuição de livros, acervos bibliográficos, materiais didáticos, pedagógico e de referência e materiais complementares que possam ser disponibilizados para os alunos, professores e unidades educacionais, considerando as especificidades da população indígena, do campo e quilombola, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente. A realização e participação em eventos, seminários ou encontros nacionais e o pagamento de prêmio de concurso para o aperfeiçoamento da política de incentivo à leitura e escrita. Compreende ainda a realização de iniciativas que dão suporte aos processos de aquisição e distribuição, tais como a produção e disponibilização do Guia do Livro Didático, seleção, avaliação e controle de qualidade das obras. <i>Finalidade:</i> Auxiliar o desenvolvimento da prática pedagógica e estimular a leitura e a escrita na educação básica, provendo alunos, professores e unidades educacionais de livros, acervos bibliográficos, materiais didáticos, pedagógicos e de referência.	
20RR	Integração da Comunidade no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e à Vulnerabilidade Social
<i>Descrição:</i> Fortalecimento de atividades educacionais, na perspectiva dos direitos humanos e da educação integral, para o enfrentamento dos problemas ligados à promoção da saúde, prevenção das doenças e agravos, bem como do enfrentamento das vulnerabilidades sociais, das diversas formas de violência e risco em que se encontram crianças, adolescentes e jovens, decorrentes especialmente do uso de drogas, álcool e tabaco, da alimentação inadequada, da exploração sexual, bullying, sexismo, homofobia, aliciamento ao tráfico, ao crime organizado ou a gangues. Expansão das ações de direitos sexuais e direitos reprodutivos, das DSTs/Aids, hepatites virais e da gravidez na adolescência. Realização de atividades que promovam o enfrentamento da discriminação na escola para a melhoria da qualidade do ensino, da frequência e do desempenho escolar. Desenvolver atividade de formação para a valorização da diversidade, em suas múltiplas dimensões, dentro e a partir da escola, por meio do fortalecimento das instituições que compõem determinado território. Fomento das ações educativas, de cunho artístico, cultural, esportivo, reforço do conteúdo escolar, orientação vocacional e mobilização de atores e parcerias institucionais. Integração com as famílias por meio da realização de seminários, oficinas, audiências públicas, fóruns, encontros, palestras, trocas de experiências, mobilizações, reuniões técnicas, congressos, mostras etc. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a transformação da escola em um ambiente mais atuante e presente na vida dos estudantes, professores e comunidade, tornando-a um espaço integrador, promover a saúde e a prevenção aos agravos e doenças, combater as diferentes formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens e promover os direitos humanos, sexuais e reprodutivos e a diversidade por meio da educação.	
20RS	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.
<i>Descrição:</i> Apoio técnico, pedagógico e financeiro a projetos voltados para a promoção da sustentabilidade socioambiental e das temáticas da cidadania, dos direitos humanos e da diversidade em suas múltiplas dimensões. O enfrentamento de toda forma de discriminação (étnico-racial, de gênero, por orientação sexual e outras), inclusive mediante a promoção do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de Educação Básica. Fortalecimento do processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos de baixa renda, indígenas, afrodescendentes, comunidades tradicionais, remanescentes de quilombo e da educação do campo. Disseminação de conceitos e políticas de educação especial e promoção da acessibilidade. <i>Finalidade:</i> Apoiar projetos de ampliação e melhoria da educação básica escolar indígena, do campo, das comunidades tradicionais, dos remanescentes de quilombo e que visem a promoção dos direitos humanos, da cidadania e da sustentabilidade socioambiental. Implementar ações de apoio à estruturação do sistema educacional para a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e para a oferta do atendimento educacional especializado complementar a escolarização.	
20RT	Certames e Tecnologias Educacionais
<i>Descrição:</i> Promoção de certames, mostras e eventos educacionais em âmbito nacional e internacional nas diversas áreas do conhecimento da educação básica e disseminação de tecnologias educacionais inovadoras. <i>Finalidade:</i> Fomentar o uso de tecnologias educacionais e atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.	
20RU	Gestão Educacional e Articulação com os Sistemas de Ensino
<i>Descrição:</i> Implementação de ações que assegurem a sustentabilidade da política educacional, a participação efetiva das comunidades educacionais, escolares e locais e que fortaleçam o controle social; ampliação da oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada dos docentes que atuam na educação básica; desenvolvimento de modelos gerenciais visando à melhoria da capacidade das Secretarias Municipais de Educação, de forma a priorizar a gestão democrática nos sistemas de ensino e a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos, contribuindo com a regulamentação e implementação do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios; realização e disseminação de estudos; subsídios para o desenvolvimento curricular; assistência técnica, pedagógica e financeira às unidades federadas, propiciando condições de implementação gradativa da jornada escolar em tempo integral. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a construção do Sistema Nacional de Educação aprimorando propostas pedagógicas e práticas educativas que promovam a qualidade da educação básica, apoiar os sistemas de ensino na implementação gradativa da jornada escolar em tempo integral, assegurar a sustentabilidade da política educacional e a participação efetiva das comunidades educacionais, escolares e locais, ampliar a capacitação dos docentes da educação básica e desenvolver modelos gerenciais que propiciem melhorias de gestão às secretarias municipais de educação, fortalecendo o regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como o controle social.	
20RV	Apoio à Manutenção da Educação Infantil
<i>Descrição:</i> Transferência financeira a Municípios e Distrito Federal, para aplicação em despesas com a manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil pública. <i>Finalidade:</i> Prestar assistência financeira para a manutenção de novas unidades de Educação Infantil pública.	
2A95	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo
<i>Descrição:</i> Contratação de profissionais especializados; oferecimento de infra-estrutura para realização das atividades curriculares; transporte de alunos e professores quando as condições assim o exigirem; aquisição de material de consumo; aquisição de equipamentos de informática; desenvolvimento de atividades extracurriculares; impressão e distribuição de avaliações formativas; fornecimento de alimentação aos alunos matriculados; oferecimento de cursos de qualificação social e profissional; desenvolvimento de ações de participação social cidadã e demais atividades que contribuam para a aprendizagem do jovem." <i>Finalidade:</i> Promover a elevação da escolaridade dos beneficiários do Programa, resgatando para a escola esta clientela excluída, involuntariamente, da educação básica e propiciar qualificação social e profissional a jovens de 18 a 29 anos, principalmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade social.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4014	Censo Escolar da Educação Básica
<i>Descrição: Realização de levantamento detalhado de informações sobre as escolas, alunos, docentes e auxiliares da educação infantil, via internet, por meio do Sistema Educacenso e realização do controle de qualidade das informações prestadas, bem como definição e disseminação de novas estatísticas, com a coleta individualizada de informações sobre a realidade da educação básica.</i> <i>Finalidade: Realizar, anualmente, em parceria com as secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e escolas, a coleta de informações estatístico-educacionais, por meio do Sistema Educacenso, para subsidiar o planejamento e a gestão da educação básica nas esferas governamentais.</i>	
8526	Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos
<i>Descrição: Apoio a iniciativas que visam possibilitar o atendimento educacional, com qualidade e aproveitamento, aos jovens e adultos que estejam fora da escola ou em processo de alfabetização, escolarização e escolarização integrada à qualificação profissional, mediante: i) assistência técnica e financeira para a implementação de projetos especiais que visem a melhoria da qualidade nos processos educativos envolvendo jovens e adultos, podendo contemplar capacitação de educadores e gestores da educação de jovens e adultos, inovações na gestão de projetos e/ou metodologia de alfabetização, utilização de tecnologias de informação e comunicação (TIC) na aprendizagem, aquisição e/ou produção e distribuição de recursos didáticos e demais publicações pedagógicas e conceituais no campo da alfabetização e educação de jovens e adultos, além de propostas originais de alfabetização e educação de jovens e adultos; ii) desenvolvimento de projetos de estudos e pesquisas para diagnóstico, monitoramento e avaliação das ações implementadas nos processos educativos de jovens e adultos; e iii) formação de formadores e implementação de turmas de educação continuada de jovens e adultos que atuam em empreendimentos econômicos solidários.</i> <i>Finalidade: Apoiar iniciativas que contribuam para ampliar, diversificar e melhorar a qualidade da oferta de alfabetização e de escolarização de jovens e adultos</i>	
8744	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica
<i>Descrição: Ofertar complementarmente alimentação escolar para alunos de escolas das redes públicas e entidades sem fins lucrativos de educação básica. Esta ação, conhecida como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é implementada por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que contribuam para cobrir as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.</i> <i>Finalidade: Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos.</i>	
8790	Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos
<i>Descrição: Apoio à ação de alfabetização e educação de jovens e adultos por meio de: i) formação de gestores dos sistemas de ensino para atendimento aos egressos das turmas de alfabetização, garantindo a continuidade dos estudos na rede de ensino local; ii) implantação da modalidade educação de jovens e adultos nos municípios; iii) capacitação de alfabetizadores e coordenadores de turmas, garantindo formação inicial e continuada específicas para atuar com jovens e adultos; iv) aquisição de kit básico de material escolar para o aluno/ano e para o alfabetizador/ano; v) aquisição de gêneros alimentícios exclusivamente para atendimento à necessidade de alimentação escolar dos alfabetizandos; vi) transporte de jovens e adultos alfabetizandos; vii) assistência técnica para elaboração de planos plurianuais de alfabetização nos estados e municípios; viii) reprodução de materiais necessários à aplicação dos testes cognitivos iniciais e finais aos alfabetizandos.</i> <i>Finalidade: Propiciar aos jovens e adultos alfabetizandos condições de permanência e melhor aproveitamento escolar nos cursos de alfabetização, reduzindo o alto índice de evasão, e possibilitar o acesso aos sistemas de ensino para continuidade dos estudos na modalidade educação de jovens e adultos</i>	
2031	Educação Profissional e Tecnológica
20RG	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
<i>Descrição: Construção, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios pelas Instituições vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 11.892/08 e o Termo de Acordo de Compromissos e Metas.</i> <i>Finalidade: Ampliar, reorganizar, modernizar e integrar as unidades vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas.</i>	
20RL	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
<i>Descrição: Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.</i> <i>Finalidade: Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.</i>	
20RW	Apoio à Formação Profissional e Tecnológica
<i>Descrição: Concessão de bolsas para a formação de estudantes e trabalhadores inscritos em cursos de educação profissional e tecnológica. A Bolsa-Formação Estudante será destinada ao estudante regularmente matriculado no ensino médio público propedêutico, para cursos de formação profissional técnica de nível médio, na modalidade concomitante. A Bolsa-Formação Trabalhador será destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.</i> <i>Finalidade: Possibilitar a ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de vagas gratuitas em cursos de educação profissional e tecnológica, de modo a contribuir para formação de mão-de-obra qualificada.</i>	
2994	Assistência ao Educando da Educação Profissional
<i>Descrição: Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.</i> <i>Finalidade: Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6358	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional
<i>Descrição: Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na educação profissional.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos docentes e profissionais de educação profissional (Gestores, Técnico-Administrativo, etc), oportunidade de capacitação, visando a melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional.</i>	
6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional
<i>Descrição: Suporte para implementação da expansão e desenvolvimento referente à formação de alunos, expansão de vagas, modernização tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários. Além de apoio pedagógico a projetos de Educação Profissional do campo, e elevação de escolaridade de Jovens e adultos, incluindo capacitação de docentes, bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infra-estrutura, equipamentos e outros.</i> <i>Finalidade: Promover a modernização e atualização das instituições de ensino da Educação Profissional, incluindo as instituições que ofertam educação profissional do campo de modo a possibilitar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas/técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da Educação Profissional.</i>	
8252	Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TEC Brasil
<i>Descrição: Desenvolvimento de cursos e metodologias para a educação profissional, em nível superior e de educação básica, para a ampliação da oferta nacional e difusão de padrões de qualidade, novas linguagens, metodologias e tecnologias de educação profissional na modalidade a distância, compreendendo desde a formação de recursos humanos para a produção de material até a contratação de serviços e realização de eventos.</i> <i>Finalidade: Ampliar a oferta de cursos profissionais e tecnológicos a distância, desenvolvidos diretamente pelas instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica.</i>	
8652	Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional e Tecnológica
<i>Descrição: Apoiar a rede pública não federal na realização de iniciativas, tanto de infraestrutura física quanto pedagogia e de desenvolvimento de atividades educacionais, com vistas a propiciar modernização e expansão de suas redes de educação profissional e tecnológica.</i> <i>Finalidade: Possibilitar a modernização e a expansão de vagas na Rede Pública não Federal de Educação Profissional e Tecnológica.</i>	
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
0048	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais
<i>Descrição: Auxílio financeiro repassado às Instituições Não Federais de Ensino Superior.</i> <i>Finalidade: Auxiliar na manutenção das Instituições Não Federais de Ensino Superior, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação e o aumento da oferta de vagas.</i>	
0487	Concessão de Bolsas de Estudos no País
<i>Descrição: Concessão de bolsas de estudo no país, apoio financeiro aos programas de pós-graduação e demais auxílios a esses vinculados, fomento para a realização de pesquisas e de estudos acadêmicos necessários à formação de alunos e ao aperfeiçoamento de professores, pesquisadores e especialistas no país, priorizando a formação de recursos humanos de alto nível em áreas consideradas prioritárias para o país. Concessão de bolsas, como ação indutora, em todos os níveis, para acelerar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos em regiões onde a pós-graduação é ainda incipiente, a exemplo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, promovendo o desenvolvimento mais harmonioso da pós-graduação e da pesquisa nacional. Além disso, tem como objetivo apoiar a pesquisa científica de pós-doutores no contexto do Programa Nacional de Pós-Doutorado por meio da implementação de projetos de desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente nas áreas consideradas prioritárias, resultando no aumento da competitividade das empresas de base tecnológica e de inovação e no aumento qualitativo e quantitativo do desempenho científico e tecnológico do país e da competitividade internacional da pesquisa brasileira. Busca também promover o apoio necessário ao desenvolvimento e ao registro de patentes, estimulando a relação entre Universidades e Empresas.</i> <i>Finalidade: Promover a formação de recursos humanos de alto nível, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico, proporcionando aos discentes, docentes e pesquisadores o aporte necessário de recursos financeiros para as atividades relacionadas às dissertações/teses e aos projetos de pesquisa aprovados pela Capes. Apoiar a pesquisa científica de pós-doutores em atendimento à política governamental no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação. Incentivar o desenvolvimento de países parceiros, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico, por meio da formação de estudantes estrangeiros no Brasil, promovendo a criação de redes de pesquisa e a internacionalização de universidades brasileiras.</i>	
0935	Concessão de Bolsas de Estudos no Exterior
<i>Descrição: Concessão de bolsas de estudo e pesquisa no exterior e demais auxílios a elas vinculados, tais como passagens, taxas escolares, auxílio instalação, diárias, seguro saúde, além de cobertura para a realização de pesquisa e defesa de trabalho de final de curso. Os bolsistas serão selecionados por meio de critérios estabelecidos e divulgados pela CAPES, considerando as competências técnicas, científicas e acadêmicas dos candidatos. Apoio a projetos e programas educacionais, acadêmicos e científicos em cooperação com outros países e instituições internacionais parceiras, por meio da concessão de bolsas e demais despesas a elas vinculadas. Concessão de bolsas de estudo e auxílios no exterior para docentes, discentes e profissionais gestores da educação, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades vinculadas à Educação Básica e demais despesas a elas vinculadas.</i> <i>Finalidade: Promover a formação de pessoal de alto nível, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico no exterior, proporcionando aos estudantes, professores, pesquisadores e especialistas, o suporte financeiro destinado a estágios ou estudos no exterior. Promover a integração educacional, cultural e científica com países parceiros, visando atender às políticas de governo, tendo como foco a formação de recursos humanos nos níveis de graduação e pós-graduação, bem como para atender necessidades de formação e capacitação de professores para a Educação Básica.</i>	
0A12	Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior
<i>Descrição: Os bolsistas do Prouni que cumprem os requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação compõem o público apto ao recebimento da bolsa-permanência para custeio de despesas educacionais.</i> <i>Finalidade: Auxiliar a permanência de estudantes do Programa Universidade para Todos - ProUni no ensino superior.</i>	
11G0	Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA
<i>Descrição: Apoio financeiro da União para criação de entidade integrante do sistema federal de ensino superior, na Construção da infra-estrutura e das instalações, projetos de arquitetura e engenharia, licitações para contratação de obras, compras de equipamentos e mobiliários, bem como, para o desenvolvimento das demais ações pertinentes e necessárias à efetiva implantação da referida Universidade.</i> <i>Finalidade: Viabilizar a implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, objetivando realizar educação superior de graduação e de pós-graduação, atividades de extensão e desenvolver pesquisas, aumentando assim a oferta de vagas no ensino superior.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

11G1	Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA
<i>Descrição: Apoio financeiro da União para criação de entidade integrante do sistema federal de ensino superior, na construção da infra-estrutura e das edificações, projetos de arquitetura e engenharia, licitações para contratação de obras, compras de equipamentos e mobiliários, bem como, para o desenvolvimento das demais ações pertinentes e necessária à efetiva implantação da referida universidade.</i> <i>Finalidade: Viabilizar a implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, objetivando realizar educação superior de graduação e de pós-graduação, atividades de extensão e desenvolver pesquisas, aumentando assim a oferta de vagas no ensino superior.</i>	
125B	Implantação da Universidade Federal da Integração Luso Afro Brasileira - UNILAB
<i>Descrição: Apoio financeiro da União para criação de entidade integrante do sistema federal de ensino superior, na construção da infra-estrutura e das edificações, projetos de arquitetura e engenharia, licitações para contratação de obras, compras de equipamentos e mobiliários, bem como, para o desenvolvimento das demais ações pertinentes e necessária à efetiva implantação da referida universidade.</i> <i>Finalidade: Viabilizar a implantação da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira – UNILAB, cujo projeto visa a a criação de uma Instituição que se apresente como instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais, captando, implementando e acompanhando projetos e parcerias que intensifiquem o intercâmbio com instituições do exterior e que contribua na inserção do sistema de Ensino Superior brasileiro no cenário internacional. Na qualidade de agente propulsor das atividades de cooperação internacional com os países da África, em especial os Países de Língua Oficial Portuguesa - PALOPs, a UNILAB terá a responsabilidade de propor, implementar e acompanhar acordos, convênios e programas de cooperação internacional, bem como divulgar as oportunidades de mobilidade acadêmica entre Brasil e os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP e da África. A UNILAB terá sede em Redenção, no estado do Ceará.</i>	
125C	Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
<i>Descrição: Apoio financeiro da União para criação de entidade integrante do sistema federal de ensino superior, na construção da infra-estrutura e das edificações, projetos de arquitetura e engenharia, licitações para contratação de obras, compras de equipamentos e mobiliários, bem como, para o desenvolvimento das demais ações pertinentes e necessária à efetiva implantação da referida universidade.</i> <i>Finalidade: Viabilizar a implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS a qual terá por objetivo ministrar educação superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com campi nos municípios de Cerro Largo e Erechim, o Oeste de Santa Catarina, com campus no município de Chapecó, e o Sudoeste do Paraná, com campi nos municípios de Laranjeira do Sul e Realeza.</i>	
12EL	Implantação da Universidade Federal do ABC
<i>Descrição: Apoio financeiro da União para criação de entidade fundacional, integrante do sistema federal de ensino superior, mediante atuação multicampi, com a construção da infra-estrutura e das edificações, projetos de arquitetura e engenharia, licitações para contratação de obras, compras de equipamentos e mobiliários, entre outras atividades.</i> <i>Finalidade: Viabilizar a implantação da Fundação Universidade Federal do ABC, objetivando realizar educação superior de graduação e de pós-graduação, atividades de extensão e desenvolver pesquisas, aumentando assim a oferta de vagas no ensino superior.</i>	
12Q9	Implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSERH
<i>Descrição: Contratação de serviços necessários a efetiva instalação da unidade, bem como a aquisição de equipamentos, mobiliário e veículos.</i> <i>Finalidade: Implantar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, visando a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar e laboratorial à comunidade e de serviços de apoio ao ensino e à pesquisa, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública às instituições federais de ensino ou instituições congêneres.</i>	
148G	Construção de Prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre
<i>Descrição: Construção do Prédio anexo I, com aproximadamente 42.000,00 m² distribuídos em 13 pavimentos, para as instalações da nova Unidade de Tratamento Intensivo (CTI), com capacidade para cento e cinco leitos e demais áreas físicas com interface nas atividades desta unidade, como: A Unidade do Bloco Cirúrgico (UBC), com trinta salas, o Centro de Materiais Esterelizados (CME), a Recuperação Pós-Anestésica e Laboratórios de Diagnósticos, a fim de ampliá-las e adequá-las às exigências legais e técnicas que foram incorporadas a estas unidades desde a construção do prédio do HCPA; e Construção do Prédio do Anexo II, com aproximadamente 22.000 m² distribuídos em 06 pavimentos, para as instalações de áreas assistenciais, do térreo ao 3º pavimento, como farmácia de programas especiais, fisioterapia, hemodiálise, hospital dia e centro de endoscopia, comportando, ainda, do 4º ao 6º pavimento, diversas áreas administrativas, as quais não atuam diretamente no atendimento ao paciente, bem como a ampliação de novas vagas para estacionamento no subsolo, sanando um dos principais problemas associados à construção das novas áreas e dos acessos viários aos demais prédios já existentes.</i> <i>Finalidade: Construção de dois prédios no Terreno do Conjunto Hospitalar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.</i>	
14IM	Construção de Prédios do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora
<i>Descrição: Obras de construção e ampliação do Hospital Universitário constituídos dos Blocos E (E1 A E5), F, G e H; E7, E8, E9 e a ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) junto ao Hospital Universitário – Unidade Dom Bosco.</i> <i>Finalidade: Construção de Prédios em terreno do Hospital Universitário da UFJF.</i>	
20GK	Fomento às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão
<i>Descrição: Desenvolvimentos de programas e projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão universitária e de atendimentos às comunidades como: implementação de ações educativas e culturais, manutenção da infraestrutura da extensão universitária para garantir o seu funcionamento, e demais atividades inerentes às ações de ensino pesquisa e extensão; formação de grupos tutoriais, compostos por alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrados ou doutorandos sob a orientação de docente que possua título de doutor; realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais, além de outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos em questão.</i> <i>Finalidade: Oportunizar ao aluno universitário a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Melhorar as condições de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação das universidades mediante a formação de grupos tutoriais de alunos visando otimizar o potencial acadêmico dos estudantes e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20RK	Funcionamento das Universidades Federais
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição de material bibliográfico e promover subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como as demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. <i>Finalidade:</i> Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.	
20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação
<i>Descrição:</i> Realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE para aferição do rendimento dos alunos dos cursos de graduação; do Exame Nacional de Admissão de Docentes (Prova Docente) para subsidiar os Estados, Distrito Federal e Municípios na realização de concursos públicos para admissão de docentes; avaliação externa das instituições e cursos de graduação, com atribuição de conceitos nos relatórios de avaliação; elaboração de indicadores, instrumentos e metodologias para avaliação como eixos básicos para um desempenho de qualidade; gestão do banco de avaliadores da educação superior e banco nacional de itens da Educação Superior; acompanhamento do processo de auto-avaliação institucional; avaliações internacionais da educação superior em articulação com organismos do exterior; operacionalização do processo de avaliação para fins de revalidação de diplomas obtidos no exterior; manutenção do sistema de avaliação e acompanhamento anual e periódico da qualidade dos cursos de Pós-Graduação, dos programas de formação, valorização e capacitação de profissionais, com articulação entre educação básica e superior e dos projetos de pesquisa e das candidaturas ao fomento, com base na análise por pares. <i>Finalidade:</i> Realizar avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação, dos programas de pós-graduação, das propostas de novos cursos de mestrado e doutorado, dos projetos de pesquisa e candidaturas ao fomento, dos programas de formação, valorização e capacitação de profissionais, com articulação entre educação básica e superior, bem como do desempenho acadêmico dos estudantes no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, e, ainda, realizar exames, avaliações e indicadores da educação superior, instituídos pelo conjunto de políticas de Estado.	
20RX	Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
<i>Descrição:</i> Instituição de mecanismos adequados de financiamento da rede de Hospitais Universitários Federais – HUFs, na forma de orçamentação global, igualmente partilhados entre as áreas da Educação e da Saúde, progressivamente, até 2012 levando ao apoio aos Planos de Reestruturação apresentados pelos HUFs. A partir disso, possibilita-se a melhoria dos processos de gestão; a adequação da estrutura física; a recuperação e modernização do parque tecnológico; a reestruturação do quadro de recursos humanos; o aprimoramento das atividades hospitalares vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão, bem como à assistência à saúde, com base na avaliação permanente e incorporação de novas tecnologias em saúde. <i>Finalidade:</i> Criar condições materiais e institucionais para que os Hospitais Universitários Federais - HUFs possam desempenhar plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão e à dimensão da assistência à saúde.	
2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica
<i>Descrição:</i> Manutenção e ampliação da biblioteca eletrônica da Capes (Portal de Periódicos), de amplitude nacional, congregando as principais coleções de revistas científicas e bases de referências bibliográficas e de patentes, com a finalidade de oferecer as universidades, instituto de pesquisa e organizações governamentais, não governamentais e particulares, onde se desenvolve a pós-graduação e a pesquisa do País, a melhor, mais qualificada e atual informação científica necessária à formação de recursos humanos e desenvolvimento da pesquisa. O acesso à biblioteca eletrônica se dá via internet, de forma gratuita as organizações autorizadas. Essa ação permite à montagem de ilhas ou módulos de acesso à internet em bibliotecas de instituições universitárias ainda com deficiência quanto a este tipo de suporte. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar aos estudantes, aos professores e aos pesquisadores no País um conjunto de informações científicas e tecnológicas atuais, publicadas em periódicos indexados, de forma rápida e eficaz, visando proporcionar o subsídio necessário aos estudos e às pesquisas desenvolvidos.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
<i>Descrição:</i> Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Universidades que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de populações específicas, tais como, do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento ou auxílio a alimentação, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas da assistência ao estudante e que contribua para o bom desempenho do aluno no ensino superior. Concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes carentes, inclusive estrangeiros, matriculados em cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior. <i>Finalidade:</i> Promoção da permanência do estudante em nível de graduação, evitando a evasão e a retenção nas universidades, por meio de ações que contemplem os estudantes do ensino superior, inclusive estrangeiros, e o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições de ensino superior.	
4005	Apoio à Residência em Saúde
<i>Descrição:</i> O Ministério da Educação provê recursos para o desenvolvimento dos programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior, por meio de oferta de bolsas aos residentes. Todos os programas devem ser credenciados e avaliados pelas respectivas Comissões Nacionais de Residência Médica (CNRM) e Multiprofissional em Saúde (CNRMS), e os residentes selecionados por meio de edital público, conforme a legislação vigente. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos profissionais da saúde recém-formados, por meio de treinamento em serviços credenciados, melhor qualificação nas várias especialidades médicas e suas áreas de atuação, visando à melhoria no atendimento médico à população.	
4019	Fomento à Pós-Graduação
<i>Descrição:</i> Concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infra-estrutura de ensino e de pesquisa, à aquisição de insumos para laboratórios, à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas, à promoção e participação em eventos científicos, mediante critérios que levem em conta: os méritos técnico, acadêmico, científico ou tecnológico, bem como as especificidades regionais e das áreas do conhecimento, a edição de obras científicas e educacionais e demais atividades que contribuam para a qualidade das ações desenvolvidas pelos programas de pós-graduação e de programas da CAPES de formação, valorização e capacitação de profissionais, assim como a manutenção das Casas do Brasil no exterior, que atendem a estudantes e a pesquisadores brasileiros em missão de estudo. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento da pós-graduação nacional e de programas de formação, valorização e capacitação de profissionais, mediante a melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação, dos cursos de formação de profissionais, por meio de investimento e custeio de atividades de ensino e pesquisa, da execução de projetos de cooperação entre instituições de ensino e/ou de pesquisa no país e exterior, participação e realização de eventos científicos nacionais e internacionais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4086	Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais
<i>Descrição: Manutenção das atividades para o funcionamento e melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, bem como restauração/modernização das edificações/instalações, com vistas a um adequado estado de uso, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.</i> <i>Finalidade: Assegurar condições de funcionamento dos Hospitais de Ensino.</i>	
4909	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente
<i>Descrição: Coordenação de ações que visam atender à deficiência existente no país no que diz respeito a cursos na área de Botânica, Ecologia e Meio Ambiente, montando um sistema de ensino de pós-graduação a nível de mestrado e doutorado.</i> <i>Finalidade: Estimular e manter programas de formação e capacitação de recursos humanos nos campos da Botânica, Ecologia, Educação Ambiental e Gestão de Jardins Botânicos.</i>	
6328	Universidade Aberta e a Distância
<i>Descrição: Definição, elaboração, implantação e desenvolvimento de cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância, com implantação de pólos regionais ou diretamente. Aquisição e instalação de equipamentos e de redes; capacitação de docentes e pessoal envolvidos com os cursos; criação de currículos específicos, respectivos conteúdos, material instrucional e metodologias de ensino a distância.</i> <i>Finalidade: Ampliar, democratizar e efetivar a oferta de cursos e programas na modalidade de educação a distância, oportunizando o acesso à educação superior inicial e continuada.</i>	
6344	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior
<i>Descrição: A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC desenvolve a supervisão indutora da qualidade por meio do estabelecimento de diretrizes da expansão dos cursos e instituições (atuais e novas modalidades de cursos presenciais e a distância), da implementação das diretrizes curriculares nacionais e de parâmetros de qualidade de cursos e instituições (atuais e novas formas de organização do período letivo). Analisa o mérito acadêmico e social das solicitações de autorização de cursos superiores e consequente recomendação, reconhece e renova o reconhecimento de cursos considerando os resultados das avaliações da graduação (Exame Nacional de Cursos e avaliação das condições de ensino e as diretrizes curriculares e leis e normas vigentes), credencia e recredencia instituições, implanta e mantém suporte técnico de informática indispensável ao gerenciamento e transparência social da supervisão. Além de atuar junto aos comitês assessores compostos por professores das diferentes áreas do ensino de graduação em integração com os conselhos estaduais de educação no que diz respeito à supervisão e avaliação da Educação Superior.</i> <i>Finalidade: Garantir a oferta e expansão quantitativa e qualitativa do sistema de graduação por meio de procedimentos e normas transparentes e democráticas.</i>	
6503	Censo da Educação Superior
<i>Descrição: Levantamento detalhado de dados sobre as instituições de educação superior em suas diferentes formas de organização acadêmica e categorias administrativas; os cursos de graduação presenciais ou a distância; os cursos sequenciais; informações sobre alunos, docentes, corpo técnico e infra-estrutura.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos dirigentes das instituições, aos gestores das políticas educacionais, aos pesquisadores e à sociedade em geral, informações detalhadas sobre a situação atual e as grandes tendências do setor.</i>	
8015	Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências
<i>Descrição: Realização de curso de pós-graduação strictu sensu (Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) e lato sensu (Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território).</i> <i>Finalidade: Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, por meio de cursos pós-graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do País.</i>	
8282	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<i>Descrição: Apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas universidades federais, no exercício de sua autonomia, que visem o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras de pequeno vulto, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e às necessidades de manutenção identificadas pelas IFES.</i> <i>Finalidade: Possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação.</i>	
8547	Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências
<i>Descrição: Realização de curso de Graduação em Estatística e Geociências.</i> <i>Finalidade: Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, por meio de cursos de graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do país.</i>	
8551	Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior
<i>Descrição: Auxílio financeiro repassado pela administração direta, através da Secretaria de Educação Superior, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições.</i> <i>Finalidade: Auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação e o aumento da oferta de vagas.</i>	
2033	Energia Elétrica
105D	Implantação da Subestação Taquari com 69/138 kV (AC)
<i>Descrição: Implantação de SE TAQUARÍ será de 2X26,6 MVA de transformação de 69 kV / 138 kV para atender o crescimento de mercado local.</i> <i>Finalidade: Expandir o sistema de subtransmissão, em 69 KV, atualmente atendida pela SE RIO BRANCO, de propriedade da ELETRONORTE E e ampliar a oferta de energia ao crescente mercado consumidor, atendendo aos padrões de qualidade, confiabilidade e segurança.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10D6	Implantação da Usina Hidrelétrica São Domingos, com 48 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 40 km de Extensão (MS)
<i>Descrição:</i> Elaboração do projeto básico, com o detalhamento, maior precisão e segurança das estruturas através do desenvolvimento das características técnicas do projeto, as especificações técnicas das obras civis e equipamentos eletromecânicos, bem como os projetos sócio-ambientais. <i>Elaboração do projeto executivo através da elaboração dos desenhos de detalhamento das obras civis e equipamentos eletromecânicos, execução das obras e a montagem dos equipamentos, comissionamento e operação comercial do empreendimento. Nesta etapa são tomadas todas as medidas pertinentes à implantação do reservatório e dos projetos sócio-ambientais.</i> <i>Finalidade:</i> Construir a Usina Hidrelétrica São Domingos, a partir de boas práticas de engenharia e construção de forma a aproveitar o potencial energético inventariado no rio Verde, afluente pela margem direita do rio Paraná, permitindo a disponibilização de energia elétrica à sociedade brasileira.	
10D7	Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37,0 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 54 km de Extensão (SC)
<i>Descrição:</i> A implantação deste empreendimento de geração não demanda processo de licitação por se tratar de pequenas centrais hidrelétricas. O Complexo Hidrelétrico Alto da Serra é composto por 2 aproveitamentos na região do planalto de Santa Catarina, propiciando ganhos de competitividade pela otimização energética, bem como pela integração dos aproveitamentos ao sistema de transmissão existente na região. <i>Finalidade:</i> Construir o Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, de forma a aproveitar o potencial energético do rio Pelotinhas, visando a geração de energia elétrica e assim atender as necessidades energéticas da região que apresenta potencial para o desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida da sociedade.	
10WI	Implantação da 2ª Fase da Usina Termelétrica Sepé Tiaraju, com Acréscimo de 90 MW, através de Ciclo Combinado, em Canoas (RS)
<i>Descrição:</i> Implantação da 2ª Fase da Usina Termelétrica de Canoas com acréscimo de produção de 90 MW. <i>Finalidade:</i> Produzir Energia Elétrica, aumentando sua eficiência pelo fechamento do ciclo.	
10WJ	Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão, com 216 MW, em Cubatão (SP)
<i>Descrição:</i> Produção de 160 MW e 360 ton/h de vapor. <i>Finalidade:</i> Produzir Energia Elétrica e Vapor, através da instalação de um turbogerador a gás, de uma caldeira de recuperação de calor com geração de vapor, de duas caldeiras auxiliares convencionais e um turbogerador a vapor com geração adicional de energia elétrica, otimizando a eficiência do conjunto com o fechamento do ciclo.	
10WL	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Termelétrica Luis Carlos Prestes, para 372 MW, através de Ciclo Combinado, em Três Lagoas (MS)
<i>Descrição:</i> Implantação de ciclo combinado na Usina Termelétrica de Três Lagoas, proporcionando um acréscimo de 94 MW na capacidade de geração. <i>Capacidade atual:</i> 256 MW; <i>geração total</i> após a ampliação será de 350 MW. <i>Finalidade:</i> Aumentar a produção de Energia Elétrica, através de instalação de uma caldeira de recuperação de calor com geração de vapor e a utilização deste numa nova turbina a vapor, para a geração adicional de energia elétrica, aumentando a eficiência do conjunto pelo fechamento do ciclo. Implantação do Ciclo Rankine em complementação ao ciclo simples tornando a usina uma unidade geradora em ciclo combinado. A instalação dos equipamentos do ciclo a vapor irá proporcionar um acréscimo de na geração líquida, em torno de 100 MW, sem consumo adicional de combustível, aumentando desta forma a eficiência da planta, permitindo assim a geração total de 350 MW.	
10WO	Ampliação do Sistema de Distribuição Rural de Energia Elétrica - Luz Para Todos (RR)
<i>Descrição:</i> Ligação de 1.600 novos Consumidores. <i>Construção de rede em Baixa e Média Tensão em nível de 34,5 Kv (Monofásica e Trifásica)</i> <i>Instalação de ligação interna (Kit de Instalação Elétrica).</i> <i>Finalidade:</i> Prover o sistema elétrico de capacidade para permitir a incorporação de novos consumidores; <i>Melhorar a qualidade de vida da sociedade, com criação de postos de saúde, postos policiais e escolas e permitir o desenvolvimento do estado de Roraima. Visa também universalizar o uso e acesso da energia elétrica no meio rural do município de Boa Vista e utilizar a energia elétrica como indutora do desenvolvimento econômico e social no meio rural.</i>	
11X8	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (AC)
<i>Descrição:</i> Implantação de redes rurais de distribuição de energia elétrica e subestações associadas. <i>Finalidade:</i> Garantir o acesso ao serviço de energia elétrica a todos os domicílios e estabelecimentos rurais no Estado do Acre.	
11XE	Ampliação do Sistema de Distribuição Rural de Energia Elétrica - Luz para Todos (AL)
<i>Descrição:</i> Construção de redes rurais de distribuição de energia elétrica <i>Finalidade:</i> Garantir o acesso ao serviço de energia elétrica a todos os domicílios e estabelecimentos rurais no Estado de Alagoas.	
11XI	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (RO)
<i>Descrição:</i> Este programa tem como meta atender aproximadamente 48 mil novos consumidores no meio rural do Estado de Rondônia no horizonte de 2004 a 2008. <i>Construção de linhas rurais de distribuição de energia elétrica e subestações associadas.</i> <i>Finalidade:</i> Atender o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica LUZ PARA TODOS, estabelecido pela Lei 10.438, regulamentado pelo Decreto 4.873 de 11/11/2003.	
11XU	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (AM)
<i>Descrição:</i> Construção de linhas rurais de distribuição de energia elétrica e subestações associadas. <i>Finalidade:</i> Garantir o acesso ao serviço de energia elétrica a todos os domicílios e estabelecimentos rurais no Município de Manaus.	
11YL	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (PI)
<i>Descrição:</i> Garantia de acesso ao fornecimento de energia elétrica a todos os domicílios e estabelecimentos rurais. <i>Finalidade:</i> Garantir o acesso ao fornecimento de energia elétrica a todos os domicílios e estabelecimentos rurais no Estado do Piauí.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

112Y	Implantação das Subestações SUAPE II (500/230 kV - 600 MVA), com Seccionamento da LT 500 kV Messias - Recife II e Suape III (230/69 kV - 400 MVA), com Seccionamento das LT's em 230 kV UTE Termopernambuco - Pirapama II (Suape II) - C1 e C2 - (PE)
<i>Descrição:</i> Com base nas análises técnica, econômica e ambiental realizadas verificou-se a necessidade de implantação, na região do Complexo de Industrial e Portuário de Suape, em 2010, de uma subestação 500/230kV, com um autotransformador de 600MVA, alimentada através do seccionamento do circuito em 500kV Messias - Recife II, de propriedade da CHESF, bem como a implantação de uma subestação 230/69kV, com dois transformadores de 100MVA. A conexão da nova subestação 500/230 kV de Suape II no sistema de 230 kV será realizada através da implantação de dois circuitos duplos de 230kV com 2 km de extensão, a serem conectados na LT 230 kV Pirapama II - UTE Termopernambuco. De acordo com informações da CELPE e da administração do porto de Suape estão previstas novas cargas, a serem alimentadas em 230 kV e 69 kV, entre a área reservada para a refinaria Abreu e Lima e a região do porto. Considerando a localização definida para a nova SE 500/230kV, verificou-se a impossibilidade física de interligações desses futuros consumidores através dessa subestação. Para contornar esse problema, considerou-se a necessidade de implantação de uma nova subestação 230/69 kV na área do porto. A alimentação desse novo ponto de suprimento de 230/69 kV, aqui denominado de Suape III, será realizada através do seccionamento da LT 230 kV Pirapama - UTE Termopernambuco. <i>Finalidade:</i> Devido à previsão de um substancial acréscimo na demanda prevista para a área do Complexo Industrial e Portuário de Suape, em função dos empreendimentos eletro-intensivos que serão construídos na região, a curto e médio prazos, com destaque para a implantação de uma refinaria de petróleo e de um estaleiro, foi realizado um estudo de planejamento pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, com a participação da CHESF e da CELPE, para redimensionar o sistema de energia elétrica para atendimento a esse novo mercado. Nesse estudo foi considerada a impossibilidade do sistema existente de atender novas demandas, na região, em função do esgotamento da transformação 500/230 kV da subestação de Recife II e das atuais restrições físicas para se expandir os barramentos de 230 kV e 69 kV da subestação de Pirapama II, que impossibilita a conexão de novos consumidores.	
121X	Implantação de Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 (500kV - 180 km) - (MG)
<i>Descrição:</i> Instalações de Transmissão compostas pela Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 180 km, com origem na subestação Bom Despacho 3 e término na subestação Ouro Preto 2, ambas localizadas no Estado de Minas Gerais; 2 Entradas de Linha, 1 Interligação de barra em 500 kV, adequação do módulo geral, barramentos, 4 unidades monofásicas de reator de linha, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. <i>Finalidade:</i> Obra de reforço necessária para proporcionar uma nova rota de injeção para a região Mantiqueira do estado, de forma a garantir níveis adequados de atendimento, levando em conta o crescimento de carga previsto para os consumidores industriais, foi definida a Linha de Transmissão Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2, em 500 kV. Além disso, é necessária para reforçar o sistema de transmissão de Minas Gerais após a entrada da Interligação Norte – Sul III, reduzindo a necessidade de geração térmica.	
125W	Implantação do Sistema de Transmissão Porto Velho - Rio Branco (487 km - 230 kV) (RO/AC)
<i>Descrição:</i> xxxx <i>Finalidade:</i> xxxx	
125Y	Implantação da Estação Retificadora Porto Velho (500 kV / CC / 3150 MW) (RO)
<i>Descrição:</i> Instalações de Transmissão compostas pela estação retificadora de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua em ±600 kV número 01, com capacidade para 3150 MW, localizada na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia; pela estação inversora de corrente contínua em ±600 kV para corrente alternada em 500 kV número 01, com capacidade para 2950 MW, localizada na subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo; Linhas de Eletrodo e Eletrodos de Aterramento nas subestações Coletora Porto Velho e Araraquara 2, ampliações dos módulos gerais, barramentos, transformadores, reatores, filtros, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Estação Retificadora de Porto Velho e a Estação Inversora de Araraquara 2 são objeto do Lote " LC - CC " do leilão 007/2008, de 26.11.2008 <i>Finalidade:</i> Integração das Usinas de Jirau e Santo Antônio, localizadas no Rio Madeira, ao Sistema Interligado Nacional - SIN. É constituída por dois bipolos de corrente contínua (2x3150 MW ±600 kV), entre as subestações Coletora Porto Velho (RO) e Araraquara 2 (SP), com uma extensão aproximada de 2375 km, dois back-to-back (2x400 MW), duas linhas de transmissão em 230 kV entre as Subestações Coletora Porto Velho e Porto Velho (existente) e a Subestação Araraquara 2 e suas interligações.	
126T	Interligação Elétrica Brasil - Uruguai
<i>Descrição:</i> Implantação da SE Candiota 525/230 KV, com um banco de autotransformadores de 672 MVA, construção da linha de transmissão de 230 KV entre Presidente Médici e Candiota e construção da linha de transmissão de 525 KV entre a SE Candiota e a Fronteira Brasil - Uruguai (conexão na linha de transmissão da empresa transmissora do Uruguai - UTE). <i>Finalidade:</i> Fortalecer a integração energética entre o Brasil e o Uruguai, mediante a construção de uma interligação de grande porte, conforme memorando de entendimentos firmado entre as autoridades do segmento de energia dos dois países.	
128G	Implantação do Complexo Hidrelétrico do Rio Lava Tudo, Composto por 4 PCH's, Totalizando 52 MW, Interligadas por Sistema de Transmissão em 138 kV com 36 km de Extensão (SC)
<i>Descrição:</i> Este empreendimento é composto pelas PCHs São Mateus (19MW), Antoninha (13MW), Gamba (10,8MW) e Malacara (9,2), todas localizadas no rio Lava Tudo, na região de Lages, São Joaquim e Paineira, em Santa Catarina. A conexão destas PCHs se dará através do seccionamento da LT 138kV Vidal Ramos Jr. - São Joaquim (CELESC), que conectará na SE Coletora Malacara via ramal de 9 km em circuito duplo 138 kV. Nesta SE Coletora, além da própria PCH Malacara, haverá a conexão da PCH Gamba, através de 9,4km de LT 138kV. Na PCH Gamba haverá a conexão da PCH Antoninha, através de 7,5 km de LT 138kV, e na PCH Gamba haverá a conexão da PCH São Mateus, através de 10,1 km de LT 138kV. <i>Finalidade:</i> Construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Lava Tudo, aproveitando o potencial hidrelétrico do Rio Lava Tudo, visando a geração de energia elétrica e assim atender as necessidades da região que apresenta potencial de desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida da sociedade.	
128J	Implantação da Subestação Coletora Porto Velho, 500/230 kV, e LT's Coletoras C1 e C2, em 230 kV (RO)
<i>Descrição:</i> Este empreendimento que é composto pelo módulo geral da SE 500/230 Kv Coletora Porto Velho; duas Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back 400MW e LT's Coletora Porto Velho – Porto Velho, C1 E C2, em 230 kV faz parte do conjunto de linhas de transmissão, subestações e demais instalações vinculadas aos empreendimentos que compõem a integração do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira ao Sistema Interligado Nacional. <i>Finalidade:</i> A implantação deste empreendimento irá viabilizar o escoamento da energia gerada pelas usinas do complexo hidrelétrico do Rio Madeira, na Região amazônica, para o sudeste, onde se encontra o maior consumo. Assim, este complexo irá fazer parte do sistema interligado nacional (SIN) aumentando sua confiabilidade e disponibilidade.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12DB	Implantação de Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG) - Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e de Subestação Associada em Linhares (230/138 kV)
<i>Descrição:</i> Instalações de Transmissão compostas pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão de 99 km, com origem na subestação Mascarenhas e término na subestação Linhares, ambas localizadas no Estado do Espírito Santo; a Subestação Linhares (nova) 230/138 kV, entradas de linha, interligação de barras, banco de autotransformadores 230/138 kV, 3 x 50 MVA, mais fase reserva, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A configuração básica é caracterizada pelos empreendimentos a seguir: LINHA DE TRANSMISSÃO Origem: Mascarenhas Destino: Linhares Circuito: Simples, Tensão: 230 kV Extensão: 99 km SUBESTACÃO SUBESTACÃO Mascarenhas 230 kV EQUIPAMENTOS 1 entrada de linha - EL - em arranjo de barramento tipo barra dupla a 4 chaves Subestação Linhares 230 / 138 kV EQUIPAMENTOS Setor de 230 KV: 1 Módulo Geral - MG - 230 kV em arranjo de barramento tipo barra dupla a quatro chaves 1 Conexão de Transformador - CT - 230 kV em arranjo de barramento tipo barra dupla a quatro chaves 1 entrada de linha - EL - em arranjo de barramento tipo barra dupla a quatro chaves 1 banco de autotransformadores monofásicos 230/138 kV, de potência trifásica 150 MVA - (3 + 1 Reserva) x 50 MVA 1 interligação de barras - IB - em arranjo de barramento tipo barra dupla a quatro chaves Setor de 138 kV: 1 conexão de transformador - CT - em arranjo de barramento tipo barra dupla a quatro chaves 1 interligação de Barras - IB - em arranjo de barramento tipo barra dupla a quatro chaves 4 entradas de linha - EL - em arranjo de barramento tipo barra dupla a quatro chaves <i>Finalidade:</i> Os estudos desenvolvidos no Plano Decenal de Transmissão, conduzidos pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, indicaram a necessidade de reforços na Rede Básica que atende aos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, tanto em linhas de transmissão quanto em transformações de fronteira, principalmente na região norte do Espírito Santo. A Linha de Transmissão LT 230 kV Mascarenhas - Linhares bem como a nova subestação SE Linhares foram ratificadas no relatório PAR-PET - Obras Consolidadas, período 2010-2012, emitido pela EPE em conjunto com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A entrada em operação da LT 230 kV Mascarenhas - Linhares contribuirá sensivelmente para melhorar o atendimento às cargas da região norte do Espírito Santo. Este atendimento também fica garantido em situações de emergência de uma das linhas, sem necessidade de corte de cargas ou medidas operativas. A LT 230 KV Mascarenhas - Linhares terá extensão de 99 km, em circuito simples - 1x636MCM e a SE Linhares (nova) contará com banco de autotransformadores 230/138 kV, 3 x 50 MVA, mais fase reserva, bem como conexões e obras associadas. Esse empreendimento compôs o Lote E do Leilão ANEEL 005/2009, realizado em 27/11/2009	
12DQ	Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo, com 53 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 34 e 69 kV, com 43 km de Extensão (SC)
<i>Descrição:</i> A implantação deste empreendimento de geração não demanda processo de licitação por se tratar de pequenas centrais hidrelétricas. O complexo hidroelétrico de São Bernardo é composto de 4 aproveitamentos na região do planalto de Santa Catarina, propiciando ganhos de competitividade pela otimização energética, bem como pela integração dos aproveitamentos ao sistema de transmissão existente na região. <i>Finalidade:</i> Construir o Complexo Hidrelétrico São Bernardo, de forma a aproveitar o potencial energético dos rios Caveiras e Braço do Norte, visando a geração de energia elétrica e assim atender as necessidades energéticas da região que apresenta potencial para o desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida da sociedade.	
12O1	Adaptação da Usina Termelétrica de Jaraqui para Geração Bicombustível (a Gás Natural com Potência Instalada de 75 MW e a Óleo Combustível com Potência Instalada de 83 MW), em Manaus (AM)
<i>Descrição:</i> Trata-se da implantação de nova estrutura para geração de energia com equipamentos que utilizem gás natural e com uma geração total de 60MW, possível a partir do início das operações do Gasoduto Coari-Manaus. O gás vindo de Urucu permitirá a substituição do óleo combustível com significativos ganhos econômicos e, principalmente, ambientais. <i>Finalidade:</i> A Breitenner Jaraqui S.A., subsidiária integral da Breitenner Energética S.A., é uma das responsáveis pelo fornecimento de energia para o município de Manaus/AM, no sistema isolado de energia. Através de sua usina, UTE Jaraqui, o contrato de fornecimento com a Eletrobrás Amazonas Energia S.A., com vigência até maio de 2025, é atendido com geração de energia 24 horas/dia. O investimento tem a finalidade de permitir a geração de energia elétrica fazendo uso do gás natural disponível através do Gasoduto Urucu-Manaus.	
12O2	Adaptação da Usina Termelétrica de Tambaqui para Geração Bicombustível (a Gás Natural com Potência Instalada de 75 MW e a Óleo Combustível com Potência Instalada de 83 MW), em Manaus (AM)
<i>Descrição:</i> Trata-se da implantação de nova estrutura para geração de energia com equipamentos que utilizem gás natural e com uma geração total de 60MW, possível a partir do início das operações do Gasoduto Coari-Manaus. O gás vindo de Urucu permitirá a substituição do óleo combustível com significativos ganhos econômicos e, principalmente, ambientais. <i>Finalidade:</i> A Breitenner Tambaqui S.A., subsidiária integral da Breitenner Energética S.A., é uma das responsáveis pelo fornecimento de energia para o município de Manaus/AM, no sistema isolado de energia. Através de sua usina, UTE Tambaqui, o contrato de fornecimento com a Eletrobrás Amazonas Energia S.A., com vigência até maio de 2025, é atendido com geração de energia 24 horas/dia. O investimento tem a finalidade de permitir a geração de energia elétrica fazendo uso do gás natural disponível através do Gasoduto Urucu-Manaus.	
12OR	Implantação do Parque de Geração de Energia Eólica Casa Nova (BA) - 180 MW
<i>Descrição:</i> Implantação do Parque Eólico, em Casa Nova/BA, composto de 120 aerogeradores de 1,5 MW, total de 180 MW de potência nominal. <i>Finalidade:</i> Fornecer 61,4 MW médios de energia a partir de 2013, ampliando a capacidade do sistema de geração de energia elétrica da região Nordeste.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12PJ	Implantação da SE Foz do Chapecó (230/138 kV/100 MVA) - (RS)
Descrição: 8. Produto (Bem ou Serviço - o que será adquirido ou realizado): - Implantação da SE 230/138 kV Foz do Chapecó, com 100 MVA, pertencentes à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, incluindo fornecimento dos respectivos equipamentos e materiais e serviços de projeto e obra. Empreendimento integrante do Lote B - Leilão ANEEL nº 008/2010.8.1. Especificação do Produto: SUBESTAÇÃO TENSÃO (kV) EQUIPAMENTO SE Foz Chapecó 230 1 Módulo Geral em arranjo de barramento tipo BD4 1 Transformadores Trifásicos 230/138-13,8 kV de 50 MVA cada 2 Conexões de Transformador - BD4 138 1 Interligação de Barras 1 Entradas de Linhas - BD4 (Planalto) 2 Conexões de Transformador - BD4 Legenda:- BD4 - Barra Dupla 4 Chaves8.2. Unidade de Medida: % Finalidade: 9. Tipo de Ação: Orçamentária9.1. X Projeto9.2. Atividade 10. Finalidade da ação (para quê): Neste empreendimento integrante do Lote B - Leilão ANEEL nº 008/2010, que atenderá à expansão do sistema de transmissão com a expansão do suprimento de energia elétrica às seguintes regiões: - Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, - Região Sul do Estado de Santa Catarina. 11. Descrição da ação (o que será feito): Este empreendimento que é composto pela SE 230/138 kV Foz do Chapecó, será implantada todos os equipamentos e módulos listados do item 8.1 acima, incluindo aquisição de terrenos, licenças ambientais, projetos básicos e executivos, fornecimento de materiais e equipamentos, obras civis e montagem eletromecânicas e a infra-estrutura necessária para a sua implantação.	
12PK	Implantação da Linha de Transmissão Monte Claro - Garibaldi (circuito simples/ 230kV - com aproximadamente 34 km) - (RS)
Descrição: 11. Descrição da ação (o que será feito): Este empreendimento que é composto pela Linha de Transmissão Monte Claro - Garibaldi, Circuito simples, em 230 kV, localizada no estado do Rio Grande do Sul, compreendendo as instalações de transmissão compostas pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 33,34 Km, origem na Subestação Monte Claro e término na Subestação Garibaldi; entradas de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Além das aquisições das servidões de passagens da LT e liberações ambientais necessárias à implantação do projeto. Finalidade: 10. Finalidade da ação (para quê): Neste empreendimento integrante do Lote C - Leilão ANEEL nº 001/2010, a implantação da LT 230 kV Garibaldi - Monte Claro, permitirá o escoamento da energia da SE Monte Claro, atendendo a necessidade de uma segunda fonte de suprimento à SE Garibaldi, hoje atendida radialmente e, também, eliminar a sobrecarga na LT Monte Claro - Farroupilha, na falta de um dos seus dois circuitos. Deste modo, a instalação desta LT é da máxima importância para a região da Serra, pois aumenta a confiabilidade e disponibiliza mais energia, principalmente para as inúmeras indústrias instaladas na região.	
12PM	Implantação da Estação Inversora Araraquara 2 (500 kV / CC / 2950 MW) (SP)
Descrição: Integração da energia elétrica gerada na área de Rondônia ao Sistema Integrado Nacional Finalidade: Integração da energia elétrica gerada na área de Rondônia ao Sistema Integrado Nacional	
1379	Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional
Descrição: Elaboração de estudos e projetos de engenharia, aquisição, instalação, revitalização, testes e monitoramento da operação de equipamentos para geração de energia elétrica em pequena escala, por intermédio, preferencialmente, de fontes renováveis de energia, para comunidades isoladas. Promover a capacitação de executores e beneficiários visando estimular o desenvolvimento da demanda e o uso sustentável da energia elétrica. Finalidade: Apoiar o atendimento da demanda por energia elétrica para os consumidores, escolas, postos de saúde, saneamento, e atividades produtivas comunitárias, e informação em comunidades não atendidas pelo sistema elétrico convencional, mediante a instalação de sistemas energéticos que utilizam, preferencialmente, fontes de energia renováveis locais.	
13FD	Implantação do Projeto Megawatt Solar, para Geração de Energia Elétrica (1 MWp), a partir de Painéis Fotovoltaicos e de LT Associada (200 m, em 13,8 kV) (SC)
Descrição: Megawatt Solar: O empreendimento consiste na implantação de um sistema solar fotovoltaico conectado à rede elétrica da Cellesc e integrado ao edifício sede da Eletrobras Eletrosul em Florianópolis, SC. Ele será composto, entre outros equipamentos, por módulos fotovoltaicos de diversas tecnologias (silício policristalino ou monocristalino e silício amorfo – filme fino), a serem instalados na cobertura do edifício sede da Eletrosul e estacionamentos adjacentes, totalizando uma potência instalada de, pelo menos, 1 MWp. Finalidade: Aumentar e diversificar a capacidade de geração de energia elétrica necessária para o desenvolvimento do país, atendendo a crescente demanda desse insumo. Adquirir conhecimento e difundir novas tecnologias de geração de energia elétrica de maneira sustentável e alinhada com as políticas de conservação do meio ambiente/ políticas ambientais.	
13FF	Implantação da PCE Biogás Tupandi, para Geração de Energia Elétrica (de 0,5 a 1 MW), com o uso de Biogás, e de LT Associada (500 m, em 13,8 kV) (RS)
Descrição: Projeto Biogás Tupandi: Localizado no município de Tupandi, RS, pretende-se produzir biogás a partir de dejetos de suínos, bovinos e aves e resíduos orgânicos industriais (rejeitos frigoríficos, sangue, glicerina) disponíveis na região, utilizando-se de fermentadores de tecnologia diferenciada, muito difundida na Alemanha, com automatização, agitação e controle de temperatura. O biogás produzido será aproveitado numa UTE (motogeradores) para a geração de energia elétrica, com potência instalada esperada entre 500 kW a 1 MW, conectada à rede da AES Sul. Finalidade: Aumentar e diversificar a capacidade de geração de energia elétrica necessária para o desenvolvimento do país, atendendo a crescente demanda desse insumo. Adquirir conhecimento e difundir novas tecnologias de geração de energia elétrica de maneira sustentável e alinhada com as políticas de conservação do meio ambiente/ políticas ambientais.	
146A	Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica
Descrição: Ampliações do Sistema de Geração de Energia Elétrica da CHESF, por meio da implantação de parques eólicos em estados da região Nordeste, nas quais os empreendimentos individualizados possuem valor igual ou inferior ao limite estabelecido no inciso I do art. 10, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, ressalvadas as alterações na legislação sobre licitações e os critérios vigentes para a definição de projetos de grande vulto das empresas estatais. Finalidade: Fornecer 140 MW médios para o mercado de energia elétrica por meio da venda das produções de parques eólicos nos ambientes de Contratação Regulada – ACR, via leilões da ANEEL, e de Contratação Livre – ACL.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

146D	Fechamento de Ciclo do Turbogeração 17 da UTE Mário Lago, com Acréscimo de 8 MW, em Macaé (RJ)
<i>Descrição:</i> O fechamento de Ciclo, utilizando Ciclo Rankine Orgânico (ORC) será instalado no turbogeração 17 da UTE Mário Lago – Macaé/RJ. A energia gerada será jogada no Sistema Interligado Nacional - SIN. <i>Finalidade:</i> Aproveitamento dos gases de exaustão de turbina aeroderivativa a gás natural, utilizando Ciclo Rankine Orgânico (ORC), para geração de energia elétrica, com ganho aproximado de 17,4% sobre a potência atual gerada pelo turbogeração; tendo como objetivo o desenvolvimento da tecnologia (ORC), inédita no Brasil, para a aplicação em turbinas aeroderivativas em Termelétricas e também em Estações de Compressão em Gasodutos (ECOMP).	
146L	Implantação de Linha de Transmissão (230 kV - 15,5 km) e Subestações Associadas Mauá Três e Jorge Teixeira (AM)
<i>Descrição:</i> Acréscimo de 15,5 Km de extensão, Implantação da Subestação Mauá Três com a seguinte configuração: 450 MVA-230/138 kV 300 MVA-138/69 kV, SE Jorge Teixeira com a seguinte configuração: 300 MVA-230/138 kV; LT Jorge Teixeira/Mauá Três com a seguinte configuração: LT 230 kV - CD 12,5 km e CONEXÃO LT'S 230 kV NA SE LECHUGA com a seguinte configuração: 4 Bays de 230 kV LT 230 kV - CD 3,0 km <i>Finalidade:</i> Ampliar a capacidade de transmissão de energia elétrica no Estado do Amazonas	
14KG	Ampliação da Capacidade da Subestação Lajeado Grande, em 230/138 kV (RS)
<i>Descrição:</i> Descrição da ação (o que será feito): Na SE 230/138kV Lajeado Grande, serão implantados todos os equipamentos e módulos listados no item 8.1 acima, incluindo aquisição de terrenos, licenças ambientais, projetos básicos e executivos, fornecimento de materiais e equipamentos, obras civis e montagem eletromecânicas, além da infra-estrutura necessária para a sua implantação. <i>Finalidade:</i> Finalidade da ação (para quê): Este empreendimento, integrante do Lote B – Leilão ANEEL nº 001/2010, atenderá à expansão do sistema de transmissão com a expansão do suprimento de energia elétrica às regiões Serrana de Vacaria, Gramado e Canela.	
14KH	Implantação da Subestação Caxias 6, em 230/69 kV (RS)
<i>Descrição:</i> Na SE 230/69kV Caxias 6, serão implantados todos os equipamentos e módulos listados no item 8.1 acima, incluindo aquisição de terrenos, licenças ambientais, projetos básicos e executivos, fornecimento de materiais e equipamentos, obras civis e montagem eletromecânicas e a infra-estrutura necessária para a sua implantação. <i>Finalidade:</i> Este empreendimento, integrante do Lote B – Leilão ANEEL nº 001/2010, atenderá à expansão do sistema de transmissão com a expansão do suprimento de energia elétrica às regiões de Caxias do Sul, Farroupilha e Garibaldi.	
14KW	Implantação da Subestação Ijuí - 2, em 230/69 kV (RS)
<i>Descrição:</i> 11. Descrição da ação (o que será feito): Na SE 230/69kV Ijuí 2, serão implantados todos os equipamentos e módulos listados no item 8.1 acima, incluindo aquisição de terrenos, licenças ambientais, projetos básicos e executivos, fornecimento de materiais e equipamentos, obras civis e montagem eletromecânicas e a infra-estrutura necessária para a sua implantação. 12. Detalhamento da Implementação: 12.1. Forma de implementação: Através do regime de empreitada integral a preço global na modalidade de EPC (EPC-FULL) Engineering, Procurement And Construction, exceto as atividades de meio ambiente, terrenos e servidões de passagens das Linhas de Transmissões que estão sob a responsabilidade do Empreendedor. 12.2. Descrição da implementação: Ocorre mediante a aprovação prévia pelo Empreendedor, dos projetos básicos e executivos, fiscalização da fabricação dos equipamentos principais e da execução in loco das obras civis e montagens, baseados em cronograma físico financeiro pré estabelecidos contratualmente. Base Legal: Lote "B" do Leilão ANEEL 001/2010, junho/2010. <i>Finalidade:</i> Garantir o suprimento de energia elétrica para o SIN Este empreendimento, integrante do Lote B – Leilão ANEEL nº 001/2010, atenderá à expansão do sistema de transmissão com a expansão do suprimento de energia elétrica às regiões de Cruz Alta, Ijuí e Santo Ângelo.	
14KX	Implantação da Subestação Nova Petrópolis 2, em 230/69 kV (RS)
<i>Descrição:</i> Na SE 230/69kV Nova Petrópolis 2, serão implantados todos os equipamentos e módulos listados no item 8.1 acima, incluindo aquisição de terrenos, licenças ambientais, projetos básicos e executivos, fornecimento de materiais e equipamentos, obras civis e montagem eletromecânicas e a infra-estrutura necessária para a sua implantação. <i>Finalidade:</i> Este empreendimento, integrante do Lote B – Leilão ANEEL nº 001/2010, atenderá à expansão do sistema de transmissão com a expansão do suprimento de energia elétrica às regiões de Caxias do Sul, Farroupilha e Garibaldi.	
14KY	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (PI)
<i>Descrição:</i> Ampliação do Sistema de Distribuição de Alta Tensão de energia elétrica da CEPISA, nas quais o evento individualizado tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido no inciso I do art. 10, da Lei nº 11.653 de 07 de abril de 2008, ressalvadas as alterações na legislação sobre licitações e os critérios vigentes para definição de projetos de grande vultuos das empresas estatais. <i>Finalidade:</i> Expandir e reforçar o Sistema de Distribuição de Alta Tensão do Estado do Piauí para atender novas cargas e reduzir perdas elétricas no sistema	
14KZ	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (RO)
<i>Descrição:</i> Sistemas de Distribuição. <i>Finalidade:</i> Ampliar, manter e reforçar.	
14LO	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (RR)
<i>Descrição:</i> Ampliação do sistema de subtransmissão de energia elétrica da Boa Vista Energia nas quais o evento individualizado tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido no inciso I do art. 10, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, ressalvadas as alterações na legislação sobre licitações e os critérios vigentes para a definição de projetos de grande vulto das empresas estatais. <i>Finalidade:</i> Implantar novas linhas de subtransmissão de energia elétrica e subestações necessárias para atendimento ao mercado de energia elétrica.	
14L1	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (AC)
<i>Descrição:</i> Ampliação e adequação do sistema de distribuição de média e baixa tensão para atender as novas unidades consumidoras e o crescimento de mercado. <i>Finalidade:</i> Ampliar e manter o atendimento á novas unidades consumidoras com nível de tensão e continuidade adequadas	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

14L2	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica
<i>Descrição: Ampliações do sistema de geração de energia elétrica de FURNAS, através da implantação de usinas hidrelétricas, nas quais cada usina hidrelétrica tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido para a individualização de uma iniciativa no PPA. Integram esta Ação empreendimentos obtidos em leilões de energia promovidos pela ANEEL.</i> <i>Finalidade: Ampliar o sistema de geração de Energia Elétrica através da implantação de usinas hidrelétricas objetivando atender à demanda de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade exigidos.</i>	
14L3	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
<i>Descrição: Ampliações do sistema de transmissão de energia elétrica de FURNAS, através da implantação de linhas de transmissão e de subestações, nas quais cada empreendimento tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido para a individualização de uma iniciativa no PPA.</i> <i>Integram esta Ação empreendimentos obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, dentre os quais destacam-se: Implantação da LT UHE Mascarenhas - Linhares, 230 kV, 99 km de extensão, e subestações associadas, no estado de Espírito Santo. Implantação da LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste, 345 kV, 50 km de extensão, e subestações associadas, no estado de São Paulo. Implantação da LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2, 500 kV, 180 km de extensão, e subestações associadas, no estado de Minas Gerais.</i> <i>Finalidade: Ampliar o sistema de transmissão de energia elétrica através da implantação de empreendimentos de linhas de transmissão e subestações, objetivando atender à demanda de energia elétrica, dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade exigidos.</i>	
14L5	Implantação de Parque Eólico de Geração de Energia Elétrica
<i>Descrição: Implantação de usinas geradoras de energia elétrica que utilizem a fonte eólica para gerar energia, nas quais cada empreendimento tenha valor inferior ao limite estabelecido para a individualização de iniciativa no PPA.</i> <i>Finalidade: Ampliar o sistema de geração de energia elétrica através da implantação de empreendimentos que utilizem a fonte eólica, objetivando atender à demanda de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade, além de contribuir para a diversidade da matriz energética.</i>	
14L6	Implantação de Usina Termelétrica a Biomassa
<i>Descrição: Implantação de usinas termelétricas de geração de energia elétrica que utilizem a biomassa como combustível, nas quais cada empreendimento tenha valor inferior ao limite estabelecido para a individualização de iniciativa no PPA.</i> <i>Finalidade: Ampliar o sistema de geração de energia elétrica através da implantação de empreendimentos que utilizem a biomassa como combustível, objetivando atender à demanda de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade, além de contribuir para a diversidade da matriz energética.</i>	
14L7	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (AM)
<i>Descrição: Promoção de ações necessárias para efetuar os trabalhos de manutenção de rede de distribuição urbana e rural.</i> <i>Finalidade: Propiciar a melhoria no atendimento das unidades consumidoras e adequação aos padrões estabelecidos pelo Poder Concedente, particularmente para atender os indicadores de qualidade de atendimento.</i>	
14LB	Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste
<i>Descrição: Implantação das etapas iniciais de construção de usina geradoras de energia elétrica, limitando-se as etapas de adequação de projeto básico, projeto executivo, projeto básico ambiental, obtenção de licenças, atividades preparatórias, aquisição e montagem de equipamentos e comissionamento</i> <i>Finalidade: Auxiliar no início da implantação de empreendimentos de geração de energia elétrica na Região Nordeste</i>	
14LC	Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Sudeste
<i>Descrição: Implantação das etapas iniciais de construção de usina geradoras de energia elétrica, limitando-se as etapas de adequação de projeto básico, projeto executivo, projeto básico ambiental, obtenção de licenças, atividades preparatórias, aquisição e montagem de equipamentos e comissionamento</i> <i>Finalidade: Auxiliar no início da implantação de empreendimentos de geração de energia elétrica na Região Nordeste</i>	
14LE	Ampliação da Capacidade de Geração de Usinas em Operação
<i>Descrição: Promover implementações em usinas de geração de energia elétrica que visem aumentar a capacidade de energia a ser disponibilizada ao sistema, considerando os empreendimentos cujo valor total do investimento seja inferior ao valor considerado para a individualização da Iniciativa.</i> <i>Finalidade: Ampliar a capacidade de geração de usinas de Furnas Centrais Elétricas S.A.</i>	
14LF	Implantação de Unidade de Geração de Energia Elétrica Utilizando Energia Solar
<i>Descrição: Implantação de projetos para aproveitamento de fonte solar.</i> <i>Finalidade: Identificar e viabilizar negócios na área de energia renovável nas atividades do Sistema Petrobras, pelo aproveitamento de fonte solar.</i>	
1891	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (MA)
<i>Descrição: As obras de expansão do sistema de transmissão do estado do Maranhão permitirão a ampliação da transmissão de energia elétrica para atender às cidades de Coelho Neto, Imperatriz, Porto Franco e Presidente Dutra, além de melhorar o controle de tensão na capital do Estado, com a implantação do Compensador Estático 230kV (-100+150) MVar na subestação de São Luis II. Esta ação também comporta as obras de substituição e modernização dos equipamentos, visando garantir o atendimento a condicionantes indispensáveis à manutenção dos padrões de qualidade e confiabilidade do sistema.</i> <i>Finalidade: Ampliar o Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, através da implantação de empreendimentos de Linhas de Transmissão e Subestações, objetivando atender à demanda de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade exigidos.</i>	
1A01	Implantação da Linha de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ) e Subestações Associadas, 3º Circuito (345 kV - 92 km)
<i>Descrição: Esta LT é necessária para garantir o escoamento da potência proveniente da ampliação da usina termelétrica Macaé-Merchant e da implantação da usina termelétrica Norte Fluminense, em condições ideais de funcionamento. Este empreendimento foi adjudicado por FURNAS através do Leilão ANEEL 001/2004, de 30/09/2004.</i> <i>Finalidade: Implantar Linha de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ), 3º Circuito, com 92 km de Extensão, Circuito Simples, em 345 kV, e Subestações Associadas</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1C63	Modernização e Adequação do Sistema de Geração da Usina Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (Eletrobolt), com 390 MW (RJ)
<i>Descrição:</i> Implementação de melhorias contemplando instalações de novos sistemas e equipamentos para adequar as novas condições operacionais e/ou segurança da UTE ELETROBOLT. <i>Finalidade:</i> Atender às necessidades de energia elétrica na Região Sudeste e exportar os excedentes para as demais regiões do sistema interligado nacional.	
1F91	Implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João, com 77 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 69 kV, com 30 km de Extensão (RS)
<i>Descrição:</i> O empreendimento Passo São João é uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 77 MW, a ser implantada no trecho inferior do rio Ijuí, noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Roque Gonzalez (RS), São Luiz Gonzaga (RS), São Pedro do Butiá (RS), Rolante (RS) e Dezesseis de Novembro (RS), aproximadamente 3 km a sudeste da cidade de Roque Gonzalez (RS) e 600 km a oeste de Porto Alegre (RS). O reservatório será implantado na cota 126,8 m resultando em uma área inundada total de 20,60 km² e proporcionando uma queda bruta de 29,27 m. O arranjo das obras civis proposto nos estudos de viabilidade considerou a implantação de uma barragem com comprimento total de 469 m, um canal de adução com 47,85 m de comprimento o qual canalizará a água do reservatório para a tomada d'água da usina, incorporada à casa de força, onde serão instaladas duas (02) unidades geradoras, disponibilizando uma potência instalada total de 77 MW e uma energia assegurada de 39,1 MWh ao sistema. Incorporada à barragem será construído um vertedouro com capacidade de escoar a vazão de cheia decimilinar de 11.370 m³/s, através de seis (06) comportas segmento de 13 m de largura e 17,8 m de altura. A usina será conectada ao sistema elétrico regional através da construção de LT 69 kV em circuito duplo, de 30 km de extensão, e cabo 477 MCM em 69 kV na SE Missões - 230/69 kV, no barramento de 69 kV, da Rio Grande Energia (RGE). <i>Finalidade:</i> Construir a Usina Hidrelétrica Passo São João, de forma a aproveitar o potencial energético inventariado no rio Ijuí, visando a geração de energia elétrica e assim atender as necessidades energéticas da região que apresenta significativo potencial para o desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida da sociedade brasileira. Este empreendimento foi adjudicado pela ELETROSUL no Leilão ANEEL 002/2005, de 16/12/2005.	
1G96	Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de Extensão (MG/GO)
<i>Descrição:</i> Construção da Usina Hidrelétrica de Batalha, localizada no rio São Marcos, entre os municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG), com área inundada de 138,13 km². Serão 2 turbinas do tipo Kaplan, com uma potência total instalada de 52,5 MW. Além disso, contempla a conexão da UHE ao SIN, por meio de 1 linha de transmissão 138 kV com 75 km de extensão em circuito simples, entre a SE Batalha (implantação de 1 módulo geral 138 kV, 1 entrada de linha 138 kV e 2 vãos de conexão de transformador 138 kV) e a SE Paracatu 1 (implantação de 1 entrada de linha 138 kV), pertencente a CEMIG. <i>Finalidade:</i> Construir a usina hidrelétrica a fim de atender as necessidades do mercado de energia elétrica. Esse empreendimento foi adjudicado a FURNAS Centrais Elétricas S.A. no Leilão ANEEL 002/2005, de 16/12/2005.	
1G97	Implantação da Linha de Transmissão Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste, em 345 kV, com 50 km e de Subestações Associadas (SP)
<i>Descrição:</i> O empreendimento consiste basicamente na construção das instalações dos circuitos em 345 kV Tijuco Preto - Itapeti (Circuitos 3 e 4) e Itapeti - Nordeste (circuito duplo, com a construção inicial apenas de um circuito) e os respectivos equipamentos terminais de manobra, proteção, supervisão e controle, telecomunicações e todos os demais equipamentos, serviços e facilidades necessários à prestação do SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSMISSÃO. <i>Finalidade:</i> Implantar as Linhas de Transmissão 345 kV Tijuco Preto - Itapeti (Circuitos 3 e 4) e Itapeti - Nordeste (circuito duplo, com a construção inicial apenas do primeiro circuito) e instalações vinculadas, integrantes do Sistema de Transmissão da região sudeste, que interligará a Subestação Tijuco Preto, de propriedade de FURNAS, situada no Estado de São Paulo, e as Subestações Itapeti e Nordeste, de propriedade da CTEEP, visando reforçar o atendimento à Região da grande São Paulo, dando-lhe maior confiabilidade. Esse empreendimento foi adjudicado por FURNAS no Leilão ANEEL 001/2005, de 17/11/2005.	
1G98	Implantação da Usina Hidrelétrica Simpício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)
<i>Descrição:</i> Construção da Usina Hidrelétrica de Simpício e da Pequena Central Hidrelétrica, localizadas no rio Paraíba do Sul, entre os municípios de Três Rios (RJ), Sapucaia (RJ), Além Paraíba (MG) e Chiador (MG), com área inundada de 13,56 km². Serão 5 turbinas, sendo 3 do tipo Francis para UHE Simpício (com 101,9 MW cada) e 2 do tipo Kaplan para PCH Anta (com 14 MW cada), com uma potência total instalada de 333,7 MW. Além disso, contempla uma linha de transmissão interligando a subestação da PCH Anta à subestação da UHE Simpício, bem como a conexão da UHE ao SIN, por meio de 1 linha de transmissão 138 kV com 120 km de extensão em circuito duplo, entre a SE Simpício (implantação de 1 módulo geral 138 kV, 3 vãos de conexão de transformador 138 kV, 1 entrada de linha 138 kV e 1 vão de interligação de barra) e a SE Rocha Leão (implantação de 1 entrada de linha 138 kV). <i>Finalidade:</i> Construir a usina hidrelétrica a fim de atender às necessidades do mercado de energia elétrica. Esse empreendimento foi adjudicado a FURNAS no Leilão ANEEL 002/2005, de 16/12/2005.	
1H05	Ampliação da Usina Termoelétrica Camaçari (BA), com Acréscimo de 200 MW, pela Implantação de Ciclo Combinado
<i>Descrição:</i> Instalação na UTE Camaçari de equipamentos do ciclo a vapor, de forma a aumentar a geração de energia elétrica, bem como aumentar o rendimento do ciclo térmico. Projeta-se aumento da potência instalada da usina dos atuais 350 MW, em ciclo aberto, para, aproximadamente, 550 MW com a implantação do ciclo combinado <i>Finalidade:</i> Aumentar a oferta de energia elétrica para a região nordeste	
1H18	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA) de 30,3 MW para 40,3 MW
<i>Descrição:</i> Instalação da 4ª unidade geradora da Usina Hidrelétrica Curuá-Una com capacidade mínima de 10 MW. <i>Finalidade:</i> Ampliar a Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una de 30,3 MW para 40,3 MW.	
1H19	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) - 2ª Casa de Força - de 78 MW para 182 MW
<i>Descrição:</i> Implantação da 2ª Casa de Força da UHE Coaracy Nunes, localizada no município de Ferreira Gomes - AP, no rio Araguari, com ampliação da potência instalada em 104 MW, para atendimento ao Sistema Isolado. <i>Finalidade:</i> Garantir o desenvolvimento sustentável do Amapá através da ampliação da capacidade de geração da UHE Coaracy Nunes, além de diminuir substancialmente o consumo de combustível fóssil em Macapá.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1K88	Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá, com 361 MW, e de Sistemas de Transmissão Associados, em 230 kV, com 41 km e 110 km de Extensão (PR) (Imobilizações da Eletrosul)
<i>Descrição:</i> Elaboração do projeto básico, com o detalhamento, maior precisão e segurança das estruturas através do desenvolvimento das características técnicas do projeto, as especificações técnicas das obras civis e equipamentos eletromecânicos, bem como os projetos sócio-ambientais. <i>Elaboração do projeto executivo através da elaboração dos desenhos de detalhamento das obras civis e equipamentos eletromecânicos, execução das obras e a montagem dos equipamentos, comissionamento e operação comercial do empreendimento. Nesta etapa são tomadas todas as medidas pertinentes à implantação do reservatório e dos projetos sócio-ambientais.</i> <i>Finalidade:</i> Construir a Usina Hidrelétrica Mauá aproveitando o potencial energético inventariado no rio Tibagi, afluente pela margem esquerda do rio Paranapanema, permitindo a disponibilização de energia elétrica à sociedade brasileira.	
1O50	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul
<i>Descrição:</i> Ampliações do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica da ELETROSUL, nas quais o evento individualizado tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido no inciso I do art. 10, da Lei n.º 11.653, de 7 de abril de 2008, ressalvadas as alterações na legislação sobre licitações e os critérios vigentes para a definição de projetos de grande vulto das empresas estatais. <i>Finalidade:</i> Ampliar o Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, através da implantação de empreendimentos de Linhas de Transmissão e Subestações, objetivando atender à demanda de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade exigidos.	
20A9	Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica
<i>Descrição:</i> Apoio à implantação e utilização de sistemas e instalações elétricas possibilitando o abastecimento de água por meio de poços coletivos e à aquisição de equipamentos eletromecânicos destinados ao fortalecimento da capacidade produtiva para as comunidades carentes atendidas pelo Programa Luz para Todos. <i>Finalidade:</i> Apoiar ações de incremento a utilização da energia elétrica em comunidades carentes, de forma produtiva e eficiente, proporcionando maior possibilidade de alcançar os objetivos do Programa Luz para Todos.	
20AA	Apoio a Centros de Referência em Desenvolvimento Tecnológico na Área de Energia
<i>Descrição:</i> Criação e operação de redes temáticas (net works) na área de desenvolvimento energético, visando associar instituições de pesquisa e, em trabalhos cooperativos prover soluções de problemas tecnológicos da cadeia produtiva do setor energético. <i>Aquisição de equipamentos, contratação de pessoas, publicações, treinamento e capacitação, no âmbito das energias alternativas renováveis, necessitando, portanto, serem mantidos e ampliados. Montagem ou ampliação de centros de demonstração e informação, em diferentes regiões do país, em diferentes níveis e sobre aspectos na área de energias alternativas renováveis, atendidas as características regionais dos locais de implantação dos centros.</i> <i>Finalidade:</i> Apoiar os centros de referência na elaboração e disseminação das informações produzidas por instituições de pesquisa na área energética, concentrando esforços e dinamizando o andamento dos trabalhos, visando um objetivo comum para as diversas instituições envolvidas. Dar continuidade às atividades de: difusão e informação; preparação de eventos; elaboração de diagnósticos; auxílio na preparação de pessoal adequado para atuação, em diferentes níveis, na área de energias alternativas renováveis, além de demonstrar a viabilidade comercial de plantas geradoras que consomem combustíveis renováveis em situação real, utilizando Centros de Referência como o Instituto Xingó, o CERPCH e o CRESESB como operadores e mantenedores.	
20L6	Coordenar as Ações de Integração Elétrica com os Países Vizinhos
<i>Descrição:</i> Monitoramento e planejamento das ações visando a integração elétrica e comercialização de energia com países vizinhos. <i>Finalidade:</i> Tendo como referência o Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, que estabelece a estrutura regimental do MME, compete à SEE, acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos, e coordenar as ações de comercialização de energia elétrica no âmbito internacional.	
20L7	Monitorar a Expansão e o Desempenho dos Sistemas Elétricos em Apoio ao CMSE.
<i>Descrição:</i> Monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos brasileiros em apoio ao CMSE. <i>Finalidade:</i> Com base na Lei 10.848/2004, e no Decreto 5.175/2004, compete à Secretaria de Energia Elétrica - SEE, avaliar permanentemente a segurança do suprimento de energia elétrica, monitorando as atividades de expansão da geração, transmissão e de desempenho do sistema elétrico brasileiro, além de servir como apoio técnico e operacional para o funcionamento do CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, importante órgão do setor que atua na preservação do equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica.	
20L8	Monitorar as Ações de Comercialização de Energia e da Política Tarifária.
<i>Descrição:</i> Monitorar a implementação da política tarifária e as ações de comercialização de energia no território nacional. <i>Finalidade:</i> Cabe compete à Secretaria de Energia Elétrica - SEE, com base na Lei 10.848/2004 e Decreto nº 5.267/2004, acompanhar e avaliar a evolução das tarifas dos serviços de energia elétrica em todo o território nacional, em conformidade com a política tarifária; participar na formulação e implementação de políticas tarifárias que assegurem o acesso ao uso da energia elétrica para consumidores de baixa renda; desenvolver estudos para definição de tarifas diferenciadas para as classes especiais de consumo; e acompanhar os processos de contratação e comercialização de energia elétrica entre os agentes setoriais.	
20LF	Estudos de Inventário e Viabilidade para Expansão da Geração Hidrelétrica
<i>Descrição:</i> Empreendimentos do PAC <i>Estudos de Inventário e Viabilidade do rio Trombetas</i> <i>Estudos de Inventário e Viabilidade do rio Negro</i> <i>Estudos de Viabilidade – UHE São Simão Alto</i> <i>Estudos de Viabilidade – UHE Salto Augusto</i> <i>Estudos de Viabilidade – UHE Paredão</i> <i>Estudos de Viabilidade – UHE Castanheira</i> <i>Estudos de Viabilidade – UHE Bem Querer</i> <i>Estudos de Viabilidade – UHE Chacorão</i> <i>Estudos de Viabilidade – UHE Carecurú</i> <i>Estudos de Viabilidade – UHE Urucupatã</i> <i>Estudos de Viabilidade – UHE Jardim do Ouro</i> <i>Estudos Complementares ao Aproveitamento Hidrelétrico da Bacia do Rio Tapajós</i> <i>Finalidade:</i> Desenvolver estudos visando ao conhecimento do potencial hidrelétrico de bacias hidrográficas e estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos novos, visando à ampliação da capacidade de geração de energia elétrica.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20LG	Estudos de Expansão de Transmissão de Energia Elétrica
<i>Descrição: Empreendimentos do PAC: Emissão de relatórios técnicos R1, R2 e R3: R1 – Relatórios que consolidam os estudos de planejamento da expansão dos sistemas de transmissão regionais e pareceres técnicos relativos a estudos desenvolvidos por terceiros. R2 - Relatórios que compreendem estudos de detalhamento voltados à especificação técnica dos empreendimentos, a qual fará parte dos editais de licitação das instalações de transmissão. R3 – Relatórios que caracterizam análises socioambientais dos corredores de transmissão visando subsidiar o processo de licitação das instalações da transmissão. Finalidade: Elaboração de relatórios da possibilidade de expansão da capacidade do sistema de transmissão e de interligação dos centros consumidores de energia.</i>	
20OG	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica
<i>Descrição: Ações de operação e manutenção dos equipamentos e instalações do sistema de geração, buscando evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos. Finalidade: Maximizar a disponibilidade das instalações de geração, garantindo o atendimento adequado aos serviços de geração de energia elétrica.</i>	
20OJ	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
<i>Descrição: Implantação de Reforços e Melhorias em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica em função do aumento da demanda no país visando adequar o sistema elétrico, em concordância com o Programa de Expansão da Transmissão (PET), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e as indicações do PAR (Plano de Ampliação e Reforços) do ONS. Compreende os reforços e melhorias autorizados pela ANEEL nas instalações que compõem o sistema de transmissão de Furnas. Finalidade: Promover a implantação de reforços e melhorias, conforme definidos pela Agência Reguladora ANEEL, em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica.</i>	
20OM	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica
<i>Descrição: Implantação de ações necessárias à Manutenção e Modernização em Usinas em Operação de forma a garantir as condições operacionais adequadas ao atendimento à demanda com confiabilidade e segurança, além de aprimorar e otimizar as condições de funcionamento das unidades geradoras, preservando o desempenho e a maior eficiência das usinas. Considera as ações relacionadas a modernização de usinas em operação há muitos anos, com a atualização tecnológica das Unidades Geradoras e a implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção das usinas. Contempla, também, a digitalização da usina, através da adequação das suas unidades geradoras, permitindo a operação remota da usina e aumentando a segurança operacional e a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil da usina. Finalidade: Manter o Sistema de Geração de Energia Elétrica da Empresa com nível de disponibilidade satisfatório ao atendimento à demanda, de modo a cumprir os contratos de venda de energia firmados.</i>	
20PO	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (AC)
<i>Descrição: Ampliação e Manutenção do sistema de distribuição de alta tensão de energia elétrica da Eletrobras Distribuição Acre, nas quais o evento individualizado tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido no inciso 1, do artigo 10, da lei número 11.653, de 07 de abril de 2008, ressalvadas as alterações na legislação sobre licitações e os critérios vigentes para a definição de projetos de grande vulto das empresas estatais. Finalidade: Expandir e manter o sistema de distribuição de alta tensão, visando adequar a capacidade de transporte e transformação de energia elétrica em alta tensão, para atender a projeção de crescimento de mercado no período de 2010 a 2015, com continuidade e qualidade adequada. Conforme determina o órgão regulador, bem como fornecer a infraestrutura básica para o desenvolvimento do Estado do Acre.</i>	
20P2	Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (AC)
<i>Descrição: As medidas serão identificadas através de inspeções, análise de dados e medições, ensaios e testes nos equipamentos e serão sanadas através de construção de rede, substituições de equipamentos, etc. Finalidade: Reduzir as perdas comerciais</i>	
20P3	Adequação do Sistemas de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (AL)
<i>Descrição: Modernizar o sistema de Distribuição de Média e Baixa Tensão com mudança de padrão convencional para padrão compacto e multiplexado, e digitalização da medição dos clientes de Média e Baixa Tensão. Finalidade: Modernizar o Sistema de Distribuição de Média e Baixa Tensão, dando ênfase ao Projeto Energia + (Projeto BIRD) que visa a redução de perdas e proteção da Receita.</i>	
20P5	Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (PI)
<i>Descrição: A redução das perdas não técnicas será obtida com aquisição e instalação de medidores de energia e regularização de consumidores clandestinos. Finalidade: Reduzir as perdas não técnicas para os patamares estabelecidos pela ANEEL</i>	
20P7	Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (RO)
<i>Descrição: A redução das perdas técnicas e comerciais será obtida com aquisição e instalação de medidores de energia, implantação de redes de distribuição compacta, instalação de ramais de serviços para consumidores, regularização de consumidores clandestinos e instalação de medidores entre fronteiras de geração, transmissão e distribuição. Finalidade: Diminuir as perdas técnicas e comerciais da Centrais Elétricas de Rondônia S.A - CERON em conformidade com os valores aprovados pela ANEEL.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20PA	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (RR)
<i>Descrição:</i> Aquisição de materiais e equipamentos, e contratação de mão-de-obra para realização de serviços de reforma e melhoria no Sistema de Distribuição em Média e Baixa Tensão, incluindo: - Aquisição de postes e cruzetas de concretos - Aquisição de cabos de alumínio nu - Aquisição de Transformadores de Distribuição Trifásicos - Aquisição de células capacitivas- Recondutoramento (reforço) de dois alimentadores de distribuição 13,8KV - Contratação de mão-de-obra para execução de serviços de adequação de circuitos de média e Baixa tensão - Aquisição de reguladores de tensão - Aquisição de religadores automáticos - Aquisição de Equipamentos de Medição (Medidores Monofásicos, Bifásico, Trifásicos) - Aquisição de Cabos Isolados - Aquisição de Transformadores de Distribuição, Corrente e Chave de Aferição - Aquisição de Material e Contratação de mão-de-obra para instalação de 1.000 (um mil) padrões de baixa renda. <i>Finalidade:</i> Garantir a qualidade, continuidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica, minimizando a ocorrência de interrupções não programadas no Sistema de Distribuição e disponibilizando energia elétrica dentro dos parâmetros de qualidade exigidos pela ANEEL, redução de perdas técnicas e comerciais.	
20PC	Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (RR)
<i>Descrição:</i> A redução das perdas técnicas e comerciais será obtida com aquisição e instalação de medidores de energia, implantação de redes de distribuição compacta, instalação de ramais de serviços para consumidores, regularização de consumidores clandestinos e instalação de medidores entre fronteiras de geração, transmissão e distribuição. <i>Finalidade:</i> Reduzir as perdas técnicas e comerciais para os patamares estabelecidos pela ANEEL.	
20PD	Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (AM)
<i>Descrição:</i> A redução das Perdas Não Técnicas será obtida com a aquisição e instalação de medidores de energia, implantação de redes de distribuição compacta, instalação de ramais de serviços para consumidores, regularização de consumidores clandestinos e instalação de medidores entre fronteiras de geração, transmissão e distribuição. <i>Finalidade:</i> Reduzir as Perdas Não Técnicas na Área de Concessão da Eletrobras no Estado do Amazonas	
20PE	Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica (AM)
<i>Descrição:</i> Implantação de ações necessárias para o atendimento do mercado de energia elétrica contemplando a aquisição de materiais e equipamentos para manutenção, fiscalização, montagem, comissionamento e energização das unidades geradoras. <i>Aquisição de equipamentos e dispositivos que compõe o sistema auxiliar das Usinas Termelétricas do interior.</i> <i>Finalidade:</i> Manter o sistema de geração de energia elétrica da empresa com nível de disponibilidade satisfatório no atendimento à demanda, de modo a cumprir os contratos de venda de energia firmados. <i>Garantir a qualidade e a confiabilidade da energia na região.</i>	
20PF	Revitalização do Parque de Geração de Energia Elétrica (AM)
<i>Descrição:</i> Aquisição de materiais, equipamentos e serviços para revitalização, fiscalização, montagem, comissionamento e energização das Unidades Geradoras. <i>Revitalização de grupos geradores instalados em diversas usinas do interior do Amazonas</i> <i>Finalidade:</i> Executar o Plano de Revitalização das Unidades Geradoras, eliminando as restrições existentes para garantir maior confiabilidade de geração, de modo a prestar um serviço adequado, que satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e generalidade aos consumidores. <i>Melhorar a eficiência operacional dos grupos geradores das usinas, proporcionando maior confiabilidade ao processo.</i>	
20PI	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (AM)
<i>Descrição:</i> Promoção de ações necessárias para efetuar os trabalhos de manutenção de rede de distribuição urbana e rural. <i>Finalidade:</i> Propiciar a melhoria no atendimento das unidades consumidoras e adequações aos padrões estabelecidos pelo Poder Concedente, particularmente para atender os indicadores de qualidade de atendimento.	
20PL	Implantação de Oleodutos e Tanques de Armazenamento de Combustíveis nas Usinas Termoelétricas (AM)
<i>Descrição:</i> Construção de tanques para armazenar combustível e oleodutos para transporte, visando atender o consumo das usinas termoelétricas. Os beneficiários dessa ação será a população sediada no interior do Estado do Amazonas. <i>Finalidade:</i> Armazenar e transportar combustível para geração de energia elétrica como complemento da logística de abastecimento de óleo diesel nas do sistema térmico isolado do interior do Amazonas	
20PM	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica (AM)
<i>Descrição:</i> Construção de sistema separador de água e óleo; construção de bacias de contenção para os tanques de armazenamento de combustível; tratamento dos efluentes líquidos e gasosos; sistema de proteção contra descarga atmosférica; monitoramento contínuo de ruído, vibração e qualidade do ar; recuperação de áreas degradadas por conta do processo de produção de energia elétrica; instalação de 264 extintores tipo carreta, à base de pó químico, com carga de 50 quilos. <i>Finalidade:</i> Criar mecanismos de controle do meio ambiente em que estão localizadas as usinas termoeletricas da CEAM, com a finalidade evitar a ocorrência de danos ambientais por conta do processo de produção de energia elétrica. Os beneficiários dessa ação será a população sediada no interior do Estado do Amazonas.	
2745	Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de novas tecnologias e o aperfeiçoamento das existentes nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. <i>Atendimento à sociedade, investindo recursos em programas governamentais estratégicos, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades desassistidas e da sociedade de forma mais ampla.</i> <i>Finalidade:</i> Aumentar o conhecimento científico no campo de energia elétrica e contribuir para o permanente aprimoramento dos serviços de energia elétrica, efetivando novos padrões de qualidade, produtividade e economicidade, mediante ações de pesquisas, desenvolvimento, promoção e transferência de tecnologia.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2775	Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica (RO)
<i>Descrição: Esta ação será executada através de processos licitatórios os quais contratarão empresas capacitadas em revitalização de grupos geradores.</i> <i>Finalidade: Manter o parque gerador de energia elétrica advinda de unidades geradoras térmicas em condições técnicas de operação para suprir as localidades atendidas por estas usinas térmicas</i>	
2993	Ouidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica
<i>Descrição: As principais atividades desenvolvidas são:</i> <i>a) dirimir as divergências entre concessionários, permissionários, autorizados, produtores independentes e autoprodutores, bem como entre esses agentes e os consumidores, inclusive ouvindo diretamente as partes envolvidas; b) mediar conflitos decorrentes da ação reguladora e fiscalizadora no âmbito dos serviços de energia elétrica, nos termos da legislação em vigor; c) identificar falhas ou lacunas regulatórias, contribuindo para o aprimoramento do processo regulatório e reduzindo os pontos de conflitos entre os agentes; d) atender a reclamações e a outras solicitações de consumidores quanto à prestação dos serviços de energia elétrica, por meio da operação e manutenção da Central de Teleatendimento da ANEEL (CTA); e) uniformizar as ações relativas aos atendimentos e tratamentos das solicitações dos consumidores entre a ANEEL, as agências conveniadas e as concessionárias;</i> <i>Finalidade: Dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionárias, permissionárias, autorizadas, produtores independentes e autoprodutores, bem como entre esses agentes e seus consumidores. Utilizar as informações obtidas na gestão deste serviço, de abrangência nacional, para subsidiar os processos de fiscalização, bem como para o aprimoramento da regulamentação do setor elétrico, com vistas a corrigir procedimentos indevidos praticados pelos agentes, em benefício do interesse público.</i>	
2C42	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico
<i>Descrição: Realização de audiências públicas e consultas públicas à sociedade, agentes e consumidores, para dar maior sustentação ao processo de regulação. Fomentar a participação dos conselhos de consumidores nos processos de regulação e fiscalização. Promoção do relacionamento institucional da ANEEL com a sociedade, envolvendo órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito federal, estadual e municipal, universidades, organismos nacionais e internacionais e associações representativas dos agentes regulados e dos consumidores. Promover programas de educação e informação aos consumidores e agentes setoriais, por meio de publicações que atendam às expectativas e necessidades desses públicos, bem como pelo planejamento e organização de eventos, com vistas à integração entre Anel e sociedade. Realizar pesquisas de opinião pública para avaliar: a satisfação do consumidor; a qualidade do serviço de energia elétrica; e as expectativas dos agentes setoriais e dos consumidores em relação ao tema.</i> <i>Finalidade: Promover a transparência das ações regulatórias do setor elétrico fortalecendo o diálogo sistemático entre a ANEEL e a sociedade no cumprimento de sua missão e fomentando a participação do cidadão no processo decisório.</i>	
2C47	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte
<i>Descrição: Atividade relacionada às melhorias e reforços em Subestações, objetivando melhorar o atendimento dos Sistemas Interligados. Além disso, estão sendo considerados investimentos voltados para as indicações do PAR (Plano de Ampliações e Reforços), do ONS, que indicam a instalação de equipamentos em LTs e SEs, de extrema relevância para o desempenho e segurança do Sistema Elétrico Brasileiro.</i> <i>Finalidade: Promover a implantação de Reforços em Subestações e Linhas de Transmissão voltados à adequação do suprimento de Energia Elétrica nos Sistemas de Transmissão da Região Norte, dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade.</i>	
2C49	Reforços e Melhorias nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados
<i>Descrição: Atividade relacionada às Ampliações e Reforços em Subestações e Linhas de Transmissão, objetivando melhorar o atendimento nas Regiões dos Estados do Amapá, Roraima, Acre e Rondônia. Além disso, estão sendo considerados investimentos voltados à implantação dos projetos relacionados ao Programa Determinativo da Expansão da Transmissão (PDET), do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos (CCPE).</i> <i>Finalidade: Promover a implantação de reforços em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica na região norte com qualidade e confiabilidade</i>	
2D61	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
<i>Descrição: Implantação, substituição ou adequação de equipamentos e materiais em instalações existentes da CHESF, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão e autorizados pela ANEEL, seja através de Resolução específica ou não, para aumento da capacidade de transmissão ou confiabilidade do Sistema.</i> <i>Finalidade: Realizar atividades de Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste em instalações da CHESF visando atender às necessidades do Sistema, garantido a qualidade e confiabilidade desse Sistema.</i>	
2D63	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
<i>Descrição: Atuação no Sistema de Transmissão em operação, para a realização de ações de benfeitoria, com a implantação de adequações para eliminação de pendências técnicas ou legais, substituição de equipamentos obsoletos ou em final de vida útil, atendimento a condicionantes ambientais e recuperação de áreas degradadas, sempre de forma a garantir padrões estabelecidos para confiabilidade e qualidade do Sistema de Transmissão da Chesf.</i> <i>Finalidade: Realizar as atividades de manutenção no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica da Chesf, objetivando a retirada de pendências técnicas ou legais de obras, atualização de equipamentos obsoletos ou em final de vida útil, atendimento a condicionantes ambientais e recuperação de áreas degradadas, de forma a garantir os padrões de confiabilidade e qualidade do Sistema de Transmissão.</i>	
2D89	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (PI)
<i>Descrição: Elaboração de um programa de renovação e melhorias nas subestações e linhas de distribuição de alta tensão, com aquisição de equipamentos de reposição.</i> <i>Finalidade: Promover renovações e melhorias no Sistema de Distribuição de Alta Tensão no Estado do Piauí com uma manutenção adequada, visando o fornecimento de energia elétrica com qualidade.</i>	
2D94	Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia na Região Sul e Mato Grosso do Sul
<i>Descrição: Atividade relacionada aos reforços e melhorias do sistema de transmissão de energia elétrica, objetivando melhorar o atendimento da Rede Básica. Além disso, estão sendo considerados investimentos voltados as indicações do PAR (Plano de Ampliações e Reforços), do ONS, que indicam a instalação de equipamentos em LT's e SE's da ELETROSUL, de extrema relevância para o desempenho e segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN).</i> <i>Finalidade: Promover a implantação de reforços e melhorias em instalações do sistema de transmissão de energia elétrica, integrantes da Rede Básica e demais instalações de transmissão voltada à adequação do suprimento de energia elétrica nos Sistemas de Transmissão Interligados com qualidade e confiabilidade.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

3243	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (AP)
<i>Descrição:</i> Ampliações do Sistema de Transmissão de energia elétrica da Eletronorte, no Amapá, nas quais o evento individualizado tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido no inciso I do art. 10, da Lei n.º 11.653, de 7 de abril de 2008, ressalvadas as alterações na legislação sobre licitações e os critérios vigentes para a definição de projetos de grande vulto das empresas estatais. <i>Finalidade:</i> Ampliar o Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, através da implantação de empreendimentos de Linhas de Transmissão e Subestações, objetivando atender à demanda de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade exigidos.	
3267	Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica (AM)
<i>Descrição:</i> Expansão da potência de geração das usinas no interior do Estado do Amazonas. <i>Finalidade:</i> Suprir as necessidades de energia elétrica mediante o ajuste das carências de geração no Estado do Amazonas	
3292	Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas, com 1.216 MW (MG)
<i>Descrição:</i> Promoção das ações relacionadas a modernização da UHE Furnas, a qual consiste na atualização tecnológica das 8 (oito) Unidades Geradoras e na implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção da usina. Contempla, também, a digitalização da usina, através da adequação das suas unidades geradoras, permitindo a operação remota da usina e aumentando a segurança operacional e a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil da usina. <i>Finalidade:</i> Modernizar a UHE Furnas, com 1216 MW de capacidade instalada, aprimorando e otimizando as condições de funcionamento e preservando o desempenho adequado e a maior eficiência da usina.	
3372	Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici, com 446 MW, em Candiota (RS)
<i>Descrição:</i> Realização de reformas, melhorias e eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes na planta de geração térmica da UPME. <i>Inclui-se também neste programa todos os melhoramentos pretendidos a serem realizados nos equipamentos industriais de grande porte.</i> <i>Finalidade:</i> Disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados na planta, através de manutenções corretivas em diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.	
3375	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (AL)
<i>Descrição:</i> Ampliações do Sistema de Distribuição de Alta Tensão de Energia Elétrica da CEAL, nas quais o evento individualizado tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido no inciso I do art. 10, da Lei n.º 11.653, de 7 de abril de 2008, ressalvadas as alterações na legislação sobre licitações e os critérios vigentes para a definição de projetos de grande vulto das empresas estatais. <i>Finalidade:</i> Promover a expansão e melhorias no Sistema de Distribuição de Alta Tensão, visando adequar a capacidade de transporte de energia elétrica do sistema de distribuição em 69 kV, de modo a atender a demanda do mercado consumidor no período de 2012 a 2015, com continuidade e qualidade adequadas, conforme controle dos indicadores regulados pela ANEEL e Contrato de Concessão. Visa atender também ao desenvolvimento do Estado de Alagoas, no que se refere a implantação de Distritos Industriais, Polos Turísticos e Serviços.	
3380	Adequação Ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, fases A e B, em Candiota (RS)
<i>Descrição:</i> Adequação das unidades das fases A e B da Usina Presidente Médice - UPME aos padrões de emissões atmosféricas determinadas pelo órgão licenciador ambiental através da licença de operação - LO nº 057/99, emitida em 22/11/1999, com validade de 4 anos. <i>Finalidade:</i> Atender as determinações do IBAMA.	
3414	Ampliação da Capacidade da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW , através de Ciclo Combinado (RJ)
<i>Descrição:</i> Considera a implantação da fase I/ etapa I, da ampliação da UTE Sta Cruz, consistindo no aumento da capacidade das unidades 1 e 2, através da implantação de ciclo combinado a gás natural, disponibilizando 350 MW novos. <i>Finalidade:</i> Ampliar a capacidade da UTE Sta Cruz (RJ), de propriedade de FURNAS Centrais Elétricas S.A., através da implantação de ciclo combinado, Fase I com acréscimo de 350 MW.	
4394	Racionalização do Uso da Energia nas Atividades da Petrobras
<i>Descrição:</i> Suporte da continuidade do Programa Petrobras de Conservação de Energia, que está estruturado a partir de Comissões Internas de Conservação de Energia - CICE, em todos os órgãos da companhia sob a supervisão da Gerência Executiva de Conservação de Energia, Energia Renovável e Suporte ao Conpet. <i>Finalidade:</i> Reduzir o desperdício e aumentar a eficiência no consumo de energia nas atividades do Sistema Petrobras.	
4462	Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Norte
<i>Descrição:</i> Operação e manutenção dos equipamentos e instalações do sistema de transmissão, buscando evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos. <i>Finalidade:</i> Maximizar a disponibilidade das instalações do sistema de transmissão, garantindo o atendimento adequado aos serviços de transmissão de energia elétrica.	
4467	Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Norte
<i>Descrição:</i> As atividades requeridas para o cumprimento desta ação são de natureza contínua, durante toda a vida útil das usinas, e incluem : análise do desempenho operacional das usinas e avaliação de necessidades de troca de equipamentos; realização de projetos de otimizações; aquisições de bens e serviços correlacionados à manutenção das condições operacionais das usinas; aquisição de equipamentos e instalações para suprir a infraestrutura de apoio à operação e as demandas provenientes dos processos de licenciamento. <i>Finalidade:</i> Manter o Sistema de Geração de energia elétrica da empresa dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como o atendimento aos processos de licenciamento. Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infraestrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de caráter sócio-ambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.	
4471	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
<i>Descrição:</i> Ações de operação e manutenção dos equipamentos e instalações do sistema de transmissão, buscando evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos. <i>Finalidade:</i> Maximizar a disponibilidade das instalações do sistema de transmissão , garantindo o atendimento adequado aos serviços de transmissão de energia elétrica.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4476	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste
<i>Descrição:</i> Implantação de ações necessárias à Manutenção e Benfeitorias em Usinas em Operação, envolvendo serviços, equipamentos, materiais e pequenas obras, indispensáveis à manutenção e retorno à operação de unidades geradoras. <i>Finalidade:</i> Manter o Sistema de Geração de Energia Elétrica da Empresa com nível de disponibilidade satisfatório ao atendimento à demanda, de modo a cumprir os contratos de venda de energia firmados.	
4477	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra I e II (RJ)
<i>Descrição:</i> As atividades requeridas para o cumprimento desta ação são de natureza contínua, durante toda a vida útil das usinas, e incluem : análise do desempenho operacional das usinas e avaliação de necessidades de troca de equipamentos ; realização de projetos de otimizações; aquisições de bens e serviços correlacionados à manutenção das condições operacionais das usinas; disponibilização de instalações adequadas para a deposição de rejeitos radioativos ; aquisição de equipamentos e instalações para suprir a infraestrutura de apoio à operação e as demandas provenientes dos processos de licenciamento; e a aquisição de simulador para treinamento de operadores de Angra I. <i>Finalidade:</i> Preservar a capacidade de produção das usinas de Angra I e II, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos , assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como o atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos delas provenientes. <i>Adicionalmente , inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infraestrutura e de apoio à operação , assim como o desenvolvimento de atividades de caráter sócio-ambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.</i>	
4478	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste
<i>Descrição:</i> Promoção de ações voltadas à operação e manutenção dos equipamentos e instalações do sistema de transmissão, buscando garantir as condições operacionais adequadas e evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos. <i>Finalidade:</i> Maximizar a disponibilidade das instalações do sistema de transmissão , garantindo o atendimento adequado aos serviços de transmissão de energia elétrica.	
4493	Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul
<i>Descrição:</i> Realização de todas as manutenções preventivas, preditivas e corretivas, programadas ou de emergência bem como eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes em plantas de geração térmica de energia elétrica. Inclui-se também neste programa todos os melhoramentos pretendidos a serem realizados nas oficinas de manutenção de equipamentos industriais de grande porte. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados na planta, através de manutenções corretivas em diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.	
4699	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica
<i>Descrição:</i> De acordo com as competências institucionais da ANEEL e da legislação setorial em vigor, serão desenvolvidas as seguintes atividades: <i>Elaborar editais de licitação e promover a realização de leilões públicos para contratação de energia elétrica, elaborando os necessários atos que justifiquem a conveniência e viabilidade das concessões e autorizações propostas, a fim de garantir o atendimento às necessidades do mercado;</i> <i>Elaborar editais de licitação e promover a realização de leilões públicos para concessão de empreendimentos de transmissão de energia elétrica da Rede Básica, analisando os custos dos estudos e projetos de interesse da licitação e elaborando os necessários atos que justifiquem a conveniência e viabilidade das concessões propostas;</i> <i>Analisar e instruir processos para fins de outorgas de geração e de transmissão, bem como autorização de agentes comercializadores de energia elétrica;</i> <i>Implementar ações de análise, diagnóstico e complementação de documentação, diligência em campo, identificação de instalações e área de atuação das cooperativas de eletrificação rural e elaboração de pareceres técnicos conclusivos sobre a sua regularização;</i> <i>Analisar e aprovar estudos e projetos referentes aos aproveitamentos de energia hidroelétrica, bem como tornar públicos os registros destes estudos.</i> <i>Finalidade:</i> Realizar licitações para contratação de energia elétrica e para concessão de empreendimentos de geração hidroelétrica, bem como para concessões de transmissão de energia elétrica da Rede Básica, em conformidade com o planejamento da expansão do setor elétrico; autorizar atividades de geração, transmissão e comercializadores de energia elétrica; regularizar a atuação das cooperativas de eletrificação rural, mediante outorga de permissão ou autorização para atividades de distribuição de energia elétrica em áreas rurais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4703	Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica
<i>Descrição:</i> A Ação inclui os processos de regulação técnica de padrões de serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização, além da regulação econômica, de mercado e de estímulo à competição e, ainda, da Regulação dos programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de eficiência energética (EE): i) a regulação dos serviços de geração tem como objetivo estabelecer condições, procedimentos e parâmetros baseados na legislação vigente para o agente de geração realizar a prestação do serviço com qualidade e ao menor custo possível. Pode-se caracterizar os serviços de geração em dois tipos: a) serviço básico: disponibilidade ou produção de energia elétrica contratada pelo próprio agente consumidor (distribuidora inclusive), de forma não compulsória, para atendimento da respectiva demanda planejada, sendo pago mediante cobrança pela energia elétrica contratada, seja diretamente, no caso dos consumidores livres ou especiais, seja indiretamente, no caso dos consumidores cativos; e b) serviço especial: todo serviço adquirido de forma compulsória pelo agente consumidor, pago mediante cobrança de encargo, que pode ser: b.1) disponibilidade ou produção de energia elétrica adquirida de forma compulsória que pode visar ou não ao atendimento da demanda planejada (Ex. Proinía, Itaipu, Energia de Reserva, Restrições Elétricas); e b.2) prestação de serviço não associado à disponibilidade ou produção de energia elétrica, visando aprimorar a sua qualidade (Ex. operação como compensador síncrono, reforço em instalações da geração); ii) a regulação dos serviços de transmissão consiste na execução das atividades relacionadas ao processo de regulamentação, normatização e padronização dos serviços de transmissão, propondo resoluções normativas e Procedimentos de Rede e acompanhando a implantação da regulamentação; autorização de reforços em instalações existentes sob responsabilidade de concessionárias de transmissão; supervisão e solução de divergências relacionadas ao acesso de geradores, consumidores e distribuidoras à Rede Básica (RB) e conexão às Demais Instalações de Transmissão (DIT); reajuste das receitas anuais permitidas para as concessionárias de transmissão; estabelecimento dos encargos de conexão e dos valores das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão; iii) a regulação dos serviços de distribuição tem como finalidade definir os procedimentos de distribuição; complementar e consolidar a regulação técnica dos serviços de distribuição; definir metodologia para avaliar perdas técnicas dos sistemas de distribuição; regulamentar a qualidade do produto e do serviço, definir indicadores de continuidade e estabelecer limites de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) das concessionárias com revisão tarifária periódica para o exercício; definir metodologia e coletar dados para cálculo da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição para unidades geradoras (TUSDG); iv) a regulação de comercialização visa a elaborar regulamentos para disciplinar o relacionamento das concessionárias com os consumidores; analisar os planos de universalização e, entre outras atividades, calcular o Índice Anel de Satisfação do Consumidor. v) a regulação econômica - tarifas: tem como finalidade regulamentar, na forma da lei e dos contratos de concessão, os processos de reajuste e revisão tarifária das concessionárias de serviço público dentre outras, vi) a regulação econômica – mercado tem por objeto estabelecer as regras e procedimentos de comercialização de energia elétrica, e monitorar e supervisionar a operação do mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com vistas à competição entre os agentes e ao equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica; . vii) a regulação dos programas de P&D e de EE consiste na definição de regras para aplicação dos investimentos compulsórios em projetos de P&D e de EE, nos termos da Lei 9.991/2000, bem como no acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados. <i>Finalidade:</i> Regularamentar as políticas e diretrizes do governo federal para a exploração dos serviços de energia elétrica, definindo padrões de qualidade do atendimento e de segurança compatíveis com as necessidades regionais, com foco na viabilidade técnica, econômica e ambiental das ações, com a finalidade de promover o uso eficaz e eficiente de energia elétrica e proporcionar condições para a livre competição no mercado de energia elétrica.	
4880	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica
<i>Descrição:</i> A ação contempla a atuação técnica junto aos agentes dos serviços de geração, a atuação técnica e comercial junto aos agentes dos serviços de transmissão e distribuição, e a atuação sob os aspectos econômicos e financeiros junto a todos os agentes do setor. A ação compreende os seguintes processos: 1. Fiscalização dos Serviços de Geração, por meio do: (1a) monitoramento a distância e da fiscalização in loco das usinas, quanto aos procedimentos de operação, manutenção, conservação, segurança operacional e adequação à legislação e normas vigentes; (1b) cumprimento do cronograma de implantação e das obrigações constituídas nos contratos ou atos autorizativos, (1c) fiscalização da administração da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC; (1d) dos projetos de P & D dos agentes de geração; 2. Fiscalização dos Serviços de Transmissão, que consiste na : (2a) vistoria das subestações e linhas de transmissão; (2b) verificação de procedimentos de operação, manutenção e segurança dos sistemas e equipamentos; (2c) avaliação do agente, quanto à organização, métodos e processos, recursos humanos e materiais; dentre outros; e (2d) acompanhamento de ocorrências do Sistema Interligado e isolados. 3.Fiscalização dos Serviços de Distribuição, mediante : (3a) ações de monitoramento nas permissionárias e concessionárias, (3b) vistorias e entrevistas, (3c) análise do desempenho dos sistemas e dos equipamentos, dentre outros. 4. Fiscalização Econômica e Financeira abrange: (4a) Fiscalização de Aspectos Econômicos, Financeiros, de Gestão e de Cumprimento de Normas, (4b) Validação de Elementos Econômicos e Financeiros para os Processos Tarifário e Licitatório, e (4c) Anuência Prévia a Operações Comerciais. <i>Finalidade:</i> Verificar o cumprimento das obrigações constituídas aos agentes nos atos de outorgas e em dispositivos regulamentares, visando garantir o atendimento aos consumidores, em padrões de qualidade, custo, prazo e segurança, compatíveis com os requisitos adequados à finalidade dos serviços.	
4881	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (RO)
<i>Descrição:</i> Esta atividade será executada através da contratação, via processos licitatórios, os quais proporcionarão reforma das redes de distribuição, seccionamentos de circuitos, reformas de alimentadores com o intuito de manter a operacionalidade do sistema e atender as determinações da legislação em vigência. <i>Finalidade:</i> Manter o sistema de distribuição de energia elétrica em condições técnicas de operação para disponibilizar aos consumidores uma energia de melhor qualidade e continuidade.	
5107	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
<i>Descrição:</i> Ampliações do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica da CHESF, nas quais o evento individualizado tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido no inciso I do art. 10, da Lei n.º 11.653, de 7 de abril de 2008, ressalvadas as alterações na legislação sobre licitações e os critérios vigentes para a definição de projetos de grande vulto das empresas estatais. <i>Finalidade:</i> Ampliar o Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, através da implantação de empreendimentos de Linhas de Transmissão e Subestações, objetivando atender à demanda de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade exigidos.	
5E88	Implantação da Usina Termonuclear de Angra III, com 1.309 MW (RJ)
<i>Descrição:</i> Construção da Usina Termonuclear de Angra III, englobando as etapas de projeto, obtenção de licenças, atividades preparatórias, aquisição de equipamentos, montagem e comissionamento. <i>Finalidade:</i> Ampliar a oferta de energia elétrica em cerca de 11.000 GWh/ano para o sistema interligado nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada Área Rio (Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo), garantindo a consistência econômica do ciclo de combustível nuclear e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico e sócio-ambiental.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6486	Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III (RJ)
<i>Descrição: A implementação de Angra III requer o equacionamento de fontes de recursos em moeda nacional e estrangeira, prevenindo-se que, até a consolidação de um modelo de engenharia financeira, que contemple inclusive a parceria com agentes privados, deverão as atividades do empreendimento estar concentradas nos seguintes itens: armazenamento e preservação dos equipamentos já adquiridos; conservação do site; gerenciamento dos contratos existentes; manutenção das equipes técnicas; atualização dos estudos de viabilidade técnico-econômica; planejamento e execução das medidas preliminares, constantes das Resoluções do CNPE, a respeito da retomada do empreendimento.</i> <i>Finalidade: Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o sistema interligado nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, sócio-ambiental e cultural.</i>	
6508	Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica
<i>Descrição: Estudos e projetos para viabilizar a ampliação da geração de energia elétrica.</i> <i>Finalidade: Realizar estudos de inventário e desenvolver projetos de viabilidade de empreendimentos novos e realizar estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos concessionados, visando a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica.</i>	
6556	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Usinas Termelétricas
<i>Descrição: Ações de operação e manutenção dos equipamentos e instalações de usinas térmicas, buscando evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos.</i> <i>Finalidade: Maximizar a disponibilidade das usinas, garantindo um serviço de geração de energia elétrica confiável e de qualidade.</i>	
6749	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (AL)
<i>Descrição: Realização de medidas preventivas e corretivas nas Linhas de distribuição 69kV e subestações 69/13,8 kV, como inspeções, reconduzimentos, substituições de equipamentos, ensaios e testes nos equipamentos, etc.</i> <i>Finalidade: Manter o Sistema de Distribuição de Alta Tensão, ou seja, nas Linhas de Distribuição 69kV e nas subestações 69/13,8kV, bem como nos equipamentos agregados, para promover o perfeito funcionamento das instalações elétricas de distribuição em Alta Tensão que atendem à população do estado de Alagoas.</i>	
6907	Planejamento do Setor Elétrico
<i>Descrição: Realização de estudos prospectivos de curto, médio e longo prazos das necessidades de energia elétrica para o desenvolvimento sustentável do país, envolvendo: levantamento dos potenciais dos recursos energéticos disponíveis, de forma coerente e equilibrada entre os agentes setoriais e aos interesses da sociedade; análise da evolução do mercado ajustado aos cenários socioeconômicos; análise da evolução da infra-estrutura de geração e transmissão para o suprimento do mercado; dimensionamento dos investimentos associados à expansão e estudos de viabilidade técnica econômica e ambiental de empreendimentos.</i> <i>Desenvolvimento de estudos para elaboração e aplicação de metodologias, instrumentos e procedimentos associados aos seguintes temas: política de meio ambiente do setor elétrico; avaliação ambiental integrada de empreendimentos energéticos de alternativas de expansão da oferta de energia; estudos de localização de usinas térmicas; gestão do processo de licenciamento ambiental; desenvolvimento de estudos e pesquisas associados a temas ambientais de interesse do setor energético.</i> <i>Desenvolvimento de levantamentos e estudos baseados em critérios técnicos, econômicos e sócio-ambientais dos potenciais hidrelétricos das bacias hidrográficas, com base nas indicações dos estudos de planejamento da expansão, em parceria com agentes setoriais vinculados ao MME.</i> <i>Finalidade: Estabelecer um amplo conjunto de informações técnicas e econômicas sobre os empreendimentos necessários para assegurar o suprimento de energia elétrica à população, no horizonte decenal, e disponibilizar um rol daqueles a serem ofertados por autorizações ou processos licitatórios, além de possibilitar a programação de inventários do potencial hidrelétrico e os estudos de viabilidade dos aproveitamentos mais interessantes.</i> <i>Resgatar o passivo social e ambiental do setor elétrico nos empreendimentos já construídos, em construção e em fase de planejamento, visando a reparação das perdas materiais e imateriais, individuais e coletivas, a recuperação e o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades atingidas pelos empreendimentos.</i> <i>Diagnosticar os procedimentos relativos aos processos de outorgas de concessões, autorizações, permissões e registros de serviços nos segmentos de energia elétrica, propondo adequações e aperfeiçoamentos condizentes com o modelo institucional e com as políticas de diretrizes governamentais.</i> <i>Apoiar o setor energético, em especial o MME, para o cumprimento das suas atribuições e responsabilidades associadas ao tratamento das questões sócio-ambientais na política e no planejamento da expansão da oferta de energia</i> <i>Atualizar e aprofundar o conhecimento dos potenciais hidrelétricos para a expansão da oferta de energia elétrica, com vistas ao seu aproveitamento estratégico.</i>	
7066	Modernização da Usina Hidrelétrica Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com 1.050 MW (MG)
<i>Descrição: O projeto em questão visa principalmente a recuperação da confiabilidade operacional das unidades geradoras, bem como evitar indisponibilidades forçadas intempestivas destas unidades, sem prazo pré determinado, envolvendo custos adicionais significativos em relação às modificações planejadas, além de perdas maiores de geração.</i> <i>Consiste na atualização tecnológica das Unidades Geradoras e na implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção da usina. Contempla, também, a digitalização da usina, através da adequação das suas unidades geradoras, permitindo a operação remota da usina e aumentando a segurança operacional e a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil da usina.</i> <i>O planejamento da modernização da citada usina prevê um prazo de aproximadamente 50 meses para a implantação do referido projeto.</i> <i>Finalidade: Modernizar a UHE Luis Carlos Barreto, que possui 6 unidades geradoras sendo que a primeira entrou em operação em março de 1969, estando em atividade a mais de 30 anos. Devido ao estado dos equipamentos / sistemas encontramos dificuldades na execução das manutenções, tanto devido a falta de peças de reposição como devido ao estado físico dos componentes dos equipamentos.</i>	
2034	Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial
0859	Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas
<i>Descrição: Indenização aos ocupantes das terras reconhecidas em processos de titulação aos remanescentes das comunidades de quilombos, visando a desintrusão dos ocupantes não quilombolas.</i> <i>Finalidade: Obter terras e indenizar benfeitorias dos territórios reconhecidos e demarcados para titulação em nome das comunidades remanescentes de quilombos.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20T1	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas
<i>Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; publicação de RTID; cadastramento das famílias quilombolas; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; publicação de portaria de reconhecimento do território; emissão de Decreto de desapropriação; Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; imissão na posse de imóveis desapropriados; despesas com processos administrativos e judiciais; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis, levantamento dos não quilombolas para reassentamento, em caso de público da reforma agrária; demarcação e titulação de território.</i> <i>Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.</i>	
20TC	Monitoramento e Avaliação de Políticas e Programas de Promoção da Igualdade Racial
<i>Descrição: Realização de estudos, pesquisas, visitas técnicas, elaboração de relatórios, construção de sistemas, a fim de mensurar o impacto das políticas e programas de promoção da igualdade racial na mudança de situação da população negra.</i> <i>Finalidade: Monitorar e avaliar as Políticas e Programas de Promoção da Igualdade Racial.</i>	
2D54	Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais de Promoção da Igualdade Racial
<i>Descrição: Apoio técnico e financeiro à criação e ao fortalecimento de mecanismos institucionais na administração pública federal, estadual e municipal de defesa dos direitos de indivíduos e de grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, e de políticas para promoção da igualdade racial, com vistas ao pleno exercício da cidadania no país.</i> <i>Finalidade: Estimular a criação e o fortalecimento de mecanismos institucionais na administração pública e o controle social, bem como promover a transparência das ações do governo e a implementação de políticas públicas com enfoque racial.</i>	
6440	Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais
<i>Descrição: Apoio técnico, estudos de viabilidade econômica, capacitação de agentes de apoio e da comunidade local a fim de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades de quilombolas e de outras comunidades tradicionais.</i> <i>Finalidade: Promover, de forma sustentável, o desenvolvimento das comunidades quilombolas e tradicionais a partir das especificidades de cada comunidade.</i>	
802V	Fomento à Edição, Publicação e Distribuição de Material Bibliográfico e Áudio-Visual sobre Igualdade Racial
<i>Descrição: Publicação de livros, a produção de filmes e de outros meios de difusão do conhecimento, cuja temática se concentre no problema da desigualdade racial.</i> <i>Finalidade: Fazer com que a produção acadêmica, sócio-cultural e artística voltada para a afirmação da diversidade e promoção da igualdade racial possa chegar ao conhecimento do grande público brasileiro, constituir o acervo nacional nesta área e servir de fonte de informação para a conscientização da sociedade brasileira acerca do problema do racismo e outras formas de preconceito e discriminação de cidadãos.</i>	
8362	Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial
<i>Descrição: Formulação e implementação de políticas e/ou apoio a iniciativas governamentais e não-governamentais de: formação e capacitação de agentes públicos e profissionais da iniciativa privada; levantamento e construção de cadastro de programas de ações afirmativas; promoção de eventos relacionados à Promoção da Igualdade Racial; confecção e divulgação de conteúdos educativos e/ou de comunicação de promoção de ações afirmativas e valorização da pluralidade étnicorracial.</i> <i>Finalidade: Promover a criação e implementação de programas de enfrentamento às desigualdades raciais e de ações afirmativas voltadas valorização da pluralidade étnicorracial e à inclusão sócio-econômica, política e cultural da população negra em especial, e de outros grupos historicamente discriminados.</i>	
8589	Fortalecimento Institucional das Organizações Representativas das Comunidades Quilombolas e de outras Comunidades Tradicionais
<i>Descrição: Apoio a projetos de fortalecimento institucional envolvendo as organizações representativas das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais.</i> <i>Finalidade: Dotar as organizações representativas das comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais de conhecimento e instrumentos adequados para qualificar e otimizar sua interlocução junto às instâncias governamentais, facilitando o acesso aos espaços de gestão democrática.</i>	
8936	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais
<i>Descrição: Criação de condições para a prestação de assistência técnica e capacitação dos integrantes de comunidades quilombolas rurais e de povos e comunidades tradicionais; incentivo ao fortalecimento das organizações comunitárias e à comercialização da produção dessas comunidades; apoio a gestão ambiental e territorial das terras das comunidades quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais visando à manutenção da disponibilidade dos recursos naturais necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional; e ampliação do acesso e da participação nos espaços de gestão pública, inclusive nos colegiados territoriais.</i> <i>Finalidade: Prover as comunidades quilombolas rurais e os povos e comunidades tradicionais de meios para o seu desenvolvimento sustentável, preservando as essências de suas características sócio-culturais; e potencializar o acesso e a participação nos espaços de gestão das políticas públicas.</i>	
2035	Esporte e Grandes Eventos Esportivos
09HW	Concessão de Bolsa a Atletas
<i>Descrição: Apoio financeiro mensal, sem qualquer vínculo entre os beneficiados e a administração pública federal, para atletas de destaque nas seguintes categorias:</i> 1) <i>Atleta Estudantil, destinada aos estudantes que tenham participado com destaque dos Jogos Escolares e Universitários brasileiros;</i> 2) <i>Atleta Nacional, relativa aos atletas que tenham participado com destaque de competição esportiva em âmbito nacional;</i> 3) <i>Atleta Internacional, relativa aos atletas que tenham participado com destaque em competição esportiva internacional;</i> 4) <i>Atleta Olímpico e Paraolímpico, relativa a atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos e Para Olímpicos;</i> 5) <i>Atleta de Base, relativa aos atletas que tenham participado com destaque das categorias iniciantes;</i> 6) <i>Atleta Pódio, destinada aos atletas de modalidades individuais olímpicas e paraolímpicas, vinculados ao Programa Atleta Pódio, de acordo com a Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 e Lei nº 12.395, de 16 de maio de 2011.</i> <i>Finalidade: Apoiar e promover o desenvolvimento e o aprimoramento de atletas destacados, praticantes de modalidades do esporte de alto rendimento.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

126V	Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor
<i>Descrição: Implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol, por intermédio da criação de mecanismos que possibilitem o desenvolvimento de um sistema integrado de segurança nos estádios, contemplando a aquisição de equipamentos e sistemas para o controle de acesso e monitoramento de torcedores, bem como o apoio ao funcionamento dos Juizados Especiais do Torcedor.</i> <i>Finalidade: Promover a segurança efetiva dos torcedores nos estádios de futebol, de acordo com o disposto no Estatuto de Defesa do Torcedor.</i>	
208U	Apoio a Projetos Esportivos Sociais para Infância e Adolescência
<i>Descrição: Implantação e manutenção de projetos de esporte prioritariamente em infra-estrutura já existente. Realização de despesas como aquisição de material, transporte, alimentação, saúde, higiene, material de escritório e limpeza, eventos, oficinas, palestras, recursos humanos, encargos trabalhistas patronais, capacitação de profissionais, máquinas e equipamentos esportivos, reformas, melhorias e construção etc.</i> <i>Finalidade: Promover a inclusão social de crianças e adolescentes (0 a 18 anos) por meio do esporte, democratizando o acesso das práticas esportivas e de lazer, bem como o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, dando prioridade à população em vulnerabilidade social.</i>	
20D8	Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016
<i>Descrição: Administração e custeio das despesas necessárias com a preparação, organização, realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com preparação de atletas, realização de eventos testes, contratação de serviços especializados de consultoria, apoio às ações de inteligência e segurança pública, ações de promoção do Brasil no exterior, ação de manutenção de instalações esportivas e despesas diversas com outros serviços necessários</i> <i>Finalidade: Desenvolver ações para preparação, organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016</i>	
20DB	Apoio à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014
<i>Descrição: Apoio às ações necessárias para promoção, preparação, organização, realização e legado da Copa do Mundo FIFA 2014 e Copa das Confederações FIFA 2013, tais como: ações especiais de promoção e de participação em eventos internacionais para a divulgação do Brasil como país sede da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como eventos e campanhas nacionais; realização e atualização de estudos, levantamentos e pesquisas de dados e informações (quantitativos e qualitativos), com vistas a subsidiar a organização a Copa do Mundo 2014; contratação de serviços especializados de consultoria; criação, implantação e gestão de sistema de monitoramento das ações relativas à organização da Copa do Mundo FIFA 2014, com abrangência nas três esferas de Governo; apoio às ações de inteligência e segurança pública; aquisição/locação de equipamentos e serviços de manutenção de instalações esportivas; despesas diversas com outros serviços necessários.</i> <i>Finalidade: Coordenar e acompanhar a preparação do Brasil para a Copa do Mundo FIFA 2014</i>	
20JN	Preparação de Atletas
<i>Descrição: Apoio financeiro supletivo para o pagamento e formação de pessoal especializado e de apoio, contratação de serviços, aquisição de material e equipamento técnico-esportivo e de apoio e material administrativo.</i> <i>Apoio à realização de avaliações científicas e de controle de dopagem; à realização e participação em eventos esportivos, cursos, seminários, congressos, conferências, eventos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte, intercâmbios e outros ligados ao desenvolvimento de estudo e da prática do esporte de alto rendimento; e implantação, modernização, adequação e manutenção de espaços físicos, e aquisição de equipamentos e materiais laboratoriais e esportivos.</i> <i>Finalidade: Prover as condições necessárias para a preparação do atleta de esporte de alto rendimento desde sua detecção, base, desenvolvimento, alto nível e destreinamento no esporte.</i>	
20JO	Promoção da Defesa dos Direitos do Torcedor e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino
<i>Descrição:</i> • Implantação do Programa de Desenvolvimento dos Clubes de Futebol Profissional por meio da adesão dessas entidades a contratos de desempenho focados na melhoria de sua gestão e governança, possibilitando o aumento da participação da cadeia produtiva do futebol no PIB nacional; • Incentivo à racionalização do calendário do futebol, promovendo esforços de coordenação junto às entidades para que todos os clubes tenham anualmente pelo menos 10 meses ocupados com atividades de competição; • Contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino no cenário nacional especialmente por incentivo à realização de competições estaduais e regionais; • Coordenação da implantação do Sistema de Defesa dos Direitos do Torcedor, por meio de parcerias com o poder público regional e a sociedade civil organizada; • Realização de estudos sobre o futebol profissional feminino e masculino, com objetivo de contribuir para o aprimoramento de sua gestão e para o desenvolvimento de sua cadeia produtiva; • Realização de diagnósticos e estudos técnicos para subsidiar ações de fortalecimento do sistema de defesa dos direitos do torcedor. <i>Finalidade: Apoiar o futebol para viabilizar o pleno alcance de suas potencialidades como modalidade esportiva e como cadeia produtiva, contemplando inclusive a defesa dos direitos do torcedor.</i>	
20JP	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer.
<i>Descrição: Atender crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas e outras ações para seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social, por meio da viabilização das ações de financiamento e capacitação de recursos humanos, aquisição e distribuição de material didático e didático-esportivo, reforço alimentar, transporte e outras ações; implantar ações de esporte e de lazer para a população de todas as idades, inclusive o funcionamento de núcleos de esporte e de lazer; implantar ações e projetos que ampliem o acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer; apoiar projetos de esporte e lazer; aquisição de materiais de consumo, esportivos, didáticos e administrativos; produção de material esportivo; aquisição e/ou locação de materiais permanentes e equipamentos; disponibilização de recursos para contratação e formação permanente de Agentes Sociais de Esporte e de Lazer e pessoal.</i> <i>Finalidade: Desenvolver ações com vistas a manter e a ampliar o acesso ao esporte e lazer a toda a população brasileira, em especial, aos escolares. Gerar renda em comunidades com risco social por meio da produção de material desportivo, visando fomentar e apoiar os programas sociais e estratégicos de esporte e lazer.</i>	
20JQ	Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer
<i>Descrição: Promover e apoiar eventos de esporte e lazer, inclusive os de criação nacional, identidade cultural, natureza comunitária e interdisciplinar; viabilizar a participação em eventos que possibilitem a iniciação e a vivência esportiva; além de desenvolver e apoiar ações ligadas aos estudos, diálogos e práticas de esporte e lazer.</i> <i>Finalidade: Ampliar o acesso ao esporte a todas as faixas etárias por meio do apoio a eventos de esporte e lazer, estruturação e apoio ao desenvolvimento de uma política de esporte estudantil articulando as ações voltadas à formação esportiva (múltiplas vivências), iniciação esportiva e competições estudantis, bem como apoiar ações ligadas ao estudo e prática de esporte e lazer.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20JR	Desenvolvimento de Ações de Esporte e Lazer como Legado Social dos Grandes Eventos.
<i>Descrição:</i> Implantar ações de legado social dos grandes eventos; financiamento e capacitação de pessoal, aquisição e distribuição de material didático e didático-esportivo, reforço alimentar, transporte e outras ações, com vistas a ampliar o acesso da população ao esporte e ao lazer; implantar ações de esporte e de lazer para a população de todas as idades, tais como funcionamento de núcleos de esporte e de lazer e de esporte educacional; implantar ações e projetos que ampliem o acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer; apoiar projetos de esporte e lazer; aquisição de materiais de consumo, esportivos, e administrativos; aquisição e/ou locação de materiais permanentes e equipamentos; disponibilização de recursos para contratação e formação permanente de pessoal; realização de capacitações e apoio a eventos diversos relacionados aos legados sociais dos grandes eventos. <i>Finalidade:</i> Estruturar uma política de acesso ao esporte e ao lazer que promova o Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016.	
20JS	Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer.
<i>Descrição:</i> Promover, apoiar, fomentar, divulgar e desenvolver ações ligadas à produção e difusão da informação, do conhecimento e da memória do esporte educacional, recreativo e de lazer, via: apoio a grupos de estudos e pesquisa, em regime complementar e por tempo determinado; realização de concursos, com premiação e divulgação dos trabalhos; ações que promovam a consolidação de redes e de intercâmbio científico e tecnológico nacional e internacional; promoção e apoio a eventos científicos e tecnológicos de intercâmbio e formação; e publicação, via meios eletrônicos e físicos, de livros, catálogos, anuários, periódicos científicos nos campos do esporte educacional, recreativo e do lazer. <i>Finalidade:</i> Fomentar, promover, preservar, apoiar e divulgar a produção e gestão da informação, do conhecimento e da memória dos campos do esporte educacional, recreativo e do lazer, incluindo o esporte de criação nacional e identidade cultural, contribuindo para a implantação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e efetivação da Política Nacional do Esporte.	
20SL	Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016
<i>Descrição:</i> Implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária para preparação, realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, por meio da construção, reforma e adequação de instalações esportivas, laboratoriais e de apoio, aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços. <i>Finalidade:</i> Prover as condições para implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.	
2362	Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade
<i>Descrição:</i> Implantação de Núcleos de Produção em penitenciárias e cadeias públicas para a confecção, por detentos, de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de tênis de mesa, tabelas de basquete, uniformes esportivos e sacolas. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ressocialização dos internos do sistema penal, por meio da utilização de mão-de-obra ociosa dos presidiários lotados em penitenciárias e cadeias públicas para produção de material desportivo, fomentando e apoiando os programas sociais e estratégicos de esportes.	
2456	Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento
<i>Descrição:</i> Promoção e apoio à participação e realização de cursos, seminários, congressos, intercâmbios científicos, tecnológicos e esportivos e outros tipos de processos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte de alto rendimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar o aprimoramento de profissionais para atuarem com o esporte de alto rendimento.	
5450	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer
<i>Descrição:</i> Construção, ampliação, reforma e modernização da infra-estrutura esportiva, para o desenvolvimento do esporte educacional, recreativo e de lazer, mediante disponibilização de equipamentos e instalações esportivas tais como: quadras poliesportivas, campos de futebol, ginásios de esporte, complexos esportivos, pistas de atletismo, equipamentos e bens permanentes, entre outros. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar e modernizar áreas para a prática de esporte e lazer, assim como instalações e equipamentos adequados à prática esportiva, contribuindo para reduzir a exclusão e o risco social e para melhorar a qualidade de vida, mediante garantia de acessibilidade a espaços esportivos modernos.	
8766	Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento
<i>Descrição:</i> Construção, ampliação, reforma e modernização da infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas de alto rendimento, de acordo com as especificações técnicas legalmente estabelecidas - regras específicas - para o desenvolvimento do esporte formal. <i>Finalidade:</i> Implantar e modernizar espaços físicos para a prática do esporte de alto rendimento, visando o aperfeiçoamento de atletas e a promoção da imagem do País no exterior.	
2036	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios
10TC	Elaboração e Implantação do Inventário Florestal Nacional
<i>Descrição:</i> Realização do mapeamento da cobertura florestal do país e amostragem para a qualificação das florestas, visando a produção de relatório quinzenal e disponibilização de acesso às informações sobre as florestas do Brasil pela sociedade por meio da rede mundial de computadores (Internet). A Ação permitirá a produção sistemática de indicadores sobre florestas, facilitando a sua gestão e demonstração da participação das florestas na economia do país, assim como subsidiando a elaboração de relatórios sobre o patrimônio florestal para atender a acordos e convenções internacionais sobre florestas dos quais o Brasil é signatário, tais como a Avaliação Global dos Recursos Florestais, a Convenção de Mudanças Climáticas, a Convenção sobre espécies ameaçadas - Cites e Convenção da Diversidade Biológica. <i>Finalidade:</i> Elaborar e Implantar o Inventário Florestal Nacional	
10TD	Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Informações Florestais
<i>Descrição:</i> Consolidação do Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF visando a produzir, coleccionar, organizar, armazenar, processar e disseminar dados, informações e conhecimentos sobre as florestas e o setor florestal, de modo a subsidiar projetos e políticas que conciliem o uso e a conservação das florestas do Brasil. <i>Finalidade:</i> Implementar e consolidar o Sistema Nacional de Informações Florestais.	
2063	Monitoramento e Risco de Queimadas e Incêndios Florestais
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento e implementação de produtos para apoio a atividades de monitoramento, prevenção e combate de queimadas e incêndios florestais no País, bem como para apoio a atividades de pesquisas científicas relativas ao monitoramento, uso e impacto do fogo, pela ação combinada da análise automática de imagens de satélites quanto à ocorrência e extensão de focos de queima, de dados relativos a tempo e clima, e ao tipo do bioma e da vegetação. <i>Finalidade:</i> Monitorar focos de queima da vegetação e estimar a superfície atingida pelo fogo automaticamente em imagens de satélites, e estimar e prever numericamente riscos de incêndios florestais, que permitam ao IBAMA, ICMBIO e a demais órgãos ambientais executar ações de prevenção, monitoramento, controle e combate a queimadas e incêndios florestais no País.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20A7	Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais
<i>Descrição:</i> Promoção do fortalecimento e implantação de centros e unidades orientadas ao desenvolvimento e difusão tecnológica, à realização de pesquisas, ensaios de campo, treinamentos e atividades de difusão tecnológica, envolvendo publicação de materiais didáticos, programas radiofônicos, vídeos, e outras mídias para a ampliação do conhecimento tecnológico silvicultural e a agregação de valores aos produtos e subprodutos da silvicultura com espécies nativas e sistemas agroflorestais. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento e transferência tecnológica para a ampliação da oferta e agregação de valor aos produtos madeireiros, não madeireiros e de serviços ambientais da silvicultura com espécies nativas e dos sistemas de produção agroflorestal. Buscar o desenvolvimento, em todo o Brasil e em específico nos distritos florestais sustentáveis, de cadeias produtivas que proporcionem a geração de emprego, renda, inclusão social e benefícios sociais para produtores familiares, pequenos e médios produtores rurais.	
20M1	Articulação, Formulação, Monitoramento e Avaliação de Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento no Âmbito da União, Estados e Municípios
<i>Descrição:</i> Apoio aos estados na elaboração e avaliação de estratégias (Planos, Programas, Leis, Decretos) para o Combate ao Desmatamento e apoio aos municípios na elaboração de pactos e planos municipais pelo desmatamento zero. <i>Finalidade:</i> Formular e coordenar políticas e estratégias de combate do desmatamento entre os entes federativos para a queda contínua e consistente do desmatamento e a conservação da biodiversidade em todos os biomas brasileiros	
20M2	Cadastramento Ambiental Rural nos Municípios Prioritários para o Controle do Desmatamento
<i>Descrição:</i> Realizar o cadastramento ambiental rural nos municípios prioritários para as ações de prevenção e controle do desmatamento. <i>Finalidade:</i> Aprimorar os sistemas de monitoramento dos remanescentes florestais ao nível do imóvel rural, de modo a promover sua regularização ambiental.	
20M3	Ordenamento das Espécies Florestais Nativas para o Desenvolvimento das Florestas Plantadas
<i>Descrição:</i> Desenvolver atividades de caracterização da aptidão das espécies florestais conforme sua fitogeografia gerando recomendações de plantio e buscando a espacialização das espécies florestais nativas conforme as áreas de expansão da produção, em todos os biomas brasileiros. Os instrumentos a serem desenvolvidos tem como prioridades a inserção de espécies florestais nativas no processo produtivo. Com este ordenamento das espécies florestais espera-se superar o principal desafio para a inclusão de centenas de espécies florestais da flora brasileira de alto valor florestal e interesse econômico que ainda não foram incorporadas aos sistemas de cultivo florestal. <i>Finalidade:</i> Garantir a sustentabilidade da produção florestal.	
20M4	Promoção de Instrumentos Produtivos Sustentáveis para Gestão Ambiental e Redução do Desmatamento
<i>Descrição:</i> Promover a integração dos instrumentos de políticas ambientais e de desenvolvimento rural para apoiar e estimular a adoção de alternativas de produção de baixo impacto ambiental nas atividades rurais, tanto patronais quanto familiares, inclusive aquelas que visam a prevenção e controle do desmatamento. Desenvolver e implementar instrumentos de incentivo para a recuperação de áreas degradadas, promover o desenvolvimento de mecanismos de certificação e rastreabilidade e a disseminação de práticas de planejamento e gestão para o eficiente uso dos espaços e dos recursos naturais. Efetuar levantamentos e difundir informações e tecnologias apropriadas de manejo sustentável que contribuam para uma economia rural de emissão de baixo carbono nas diferentes cadeias e escalas de produção do setor rural. Promover o desenvolvimento, adequação e a implementação de instrumentos financeiros, inclusive Pagamento por Serviços Ambientais, criando alternativas para facilitação do crédito e acesso a linhas de financiamento dos agentes de fomento governamentais para a implementação de sistema de produção que contribuam para a conservação do meio ambiente. Aumentar a eficiência econômica e a sustentabilidade de áreas já desmatadas; para incorporação ao processo produtivo de áreas abertas ou abandonadas; para o desenvolvimento da economia florestal, madeireira e não madeireira. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento, adequação e implementação de instrumentos de planejamento, gestão e boas práticas ambientais para o uso sustentável dos territórios rurais, voltados para a indução de Sistemas Produtivos Rurais Sustentáveis, inclusive como estratégia de prevenção e controle do desmatamento.	
20MI	Monitoramento das Concessões Florestais
<i>Descrição:</i> Contribuir para os estudos que subsidiem a oferta de florestas públicas para concessões florestais. Definição de procedimentos, metodologia e ferramentas para o monitoramento dos compromissos legais e contratuais, incluindo a implementação de sistemas informatizados de controle da cadeia de custódia e rastreamento de veículos transportando a produção de madeira. Controle da produção de produtos não madeireiros e de prestação de serviços nas concessões florestais. Monitoramento de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção nas áreas de concessões florestais, dos corpos d'água, das medidas de proteção contra incêndios, desmatamentos, invasão e explorações ilegais e outras ameaças à sua integridade e à dinâmica de desenvolvimento das florestas públicas, bem como o cumprimento de outras normas ambientais e trabalhistas tomando as providências cabíveis para sua regularização, com o apoio dos órgãos pertinentes do poder público. Monitoramento remoto da integridade de áreas de florestas públicas integrando ações com órgão de fiscalização. Monitoramento dos impactos sociais, ambientais, econômicos gerados pelas concessões florestais e divulgação dos resultados por meio do Relatório Anual de Monitoramento das Concessões Florestais, garantindo a transparência, diálogo e o acesso às informações. Coordenar em cooperação com o INMETRO a condução do processo de Auditorias Florestais Independentes (AFIs), incluindo a definição dos Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC), promoção da acreditação de Organismos de Auditoria Florestal (OAFs) e a realização, em um prazo não superior a cada três anos, das AFIs nas áreas de concessões florestais. <i>Finalidade:</i> Contribuir para as iniciativas de concessões florestais identificando remotamente as condições ambientais, de uso dos recursos naturais e das atividades antrópicas para o processo de licitações; monitorar, de maneira transparente, os contratos de concessão florestal, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais, o cumprimento dos compromissos legais e contratuais e a promoção do desenvolvimento local; monitorar remotamente a integridade de áreas de interesse para concessões florestais; coordenar e promover o processo de auditorias florestais independentes.	
20MX	Promoção do Manejo Florestal Madeireiro Sustentável Comunitário em Unidades de Conservação Federais
<i>Descrição:</i> Analisar, autorizar, vistoriar e monitorar Planos de Manejo comunitário de recursos florestais madeireiros nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais, pautados em normas e procedimentos técnicos. <i>Finalidade:</i> Promover o manejo florestal comunitário sustentável de produtos madeireiros pelas Comunidades Tradicionais nas Unidades de Conservação Federais, pautado em normas e procedimentos técnicos, incentivando o aprimoramento dos sistemas de manejo florestal comunitário existentes, das estratégias que valorizam os conhecimentos e serviços ambientais prestados por estas populações tradicionais em Unidades de Conservação e com isso promover o desenvolvimento socioambiental, a melhoria de renda e o uso sustentável dos recursos naturais existentes pelas famílias apoiadas.	
20MY	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Emergências Ambientais em Unidades de Conservação Federais
<i>Descrição:</i> Realização de atividades de prevenção e combate à ocorrência de incêndios florestais e emergências ambientais, visando à redução da área queimada, dos impactos ambientais e a reabilitação das áreas afetadas. <i>Finalidade:</i> Prevenir e combater os incêndios florestais e emergências ambientais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20MZ	Fiscalização de Atividade de Desmatamento em Unidades de Conservação Federais
<i>Descrição:</i> Fiscalização e controle das atividades de desmatamento, extração de produtos madeireiros e não madeireiros e alteração do uso do solo em Unidades de Conservação em que ocorram ou existam indícios de ocorrência dessa atividade. <i>Finalidade:</i> Coibir a prática de desmatamento ilegal, extração de produtos madeireiros e não madeireiros e alteração do uso do solo nas Unidades de Conservação Federais.	
2D12	Planejamento e Gestão das Concessões Florestais
<i>Descrição:</i> Implementação das ações relativas à gestão florestal e concessões das florestas públicas da União. Coordenar a elaboração dos estudos ambientais preliminares para fins de licenciamento ambiental prévio e desenvolver estudos que subsidiem a oferta de florestas públicas para concessão florestal, considerando a adequação de aspectos tecnológicos e de mercado, como preços de produtos florestais, logística de exploração e de transporte no estabelecimento dos preços florestais. Definição das normas e parâmetros contratuais e das obrigações das partes. Produção e divulgação do Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, garantindo a transparência, diálogo e o acesso às informações. <i>Finalidade:</i> Empreender as iniciativas de gestão florestal e das concessões florestais nas florestas públicas federais, promovendo os mecanismos legais e administrativos necessários à União, aos Estados e Municípios. Conduzir o processo de licitação e a administração das concessões florestais, buscando garantir, de maneira transparente, a segurança jurídica e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e assegurando a continuidade das ações empreendidas.	
4176	Monitoramento por Satélites da Cobertura da Terra dos Biomas Brasileiros
<i>Descrição:</i> O INPE vem desenvolvendo desde 1988 o levantamento anual do desmatamento nas áreas florestais da Amazônia Legal utilizando o estado da arte da tecnologia de sensoriamento remoto em resolução espacial de 20 a 30 m através do PRODES – Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal. A partir de 2005, o INPE ampliou a carteira de serviços de monitoramento da cobertura florestal para atender a necessidades específicas dos programas de gestão territorial como o PPCDAm – Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – e a lei de Gestão Florestal. Neste sentido foi criado um sistema de alerta de desmatamento de degradação florestal para suporte à fiscalização, o DETER – Detecção de Desmatamento em Tempo Real, utilizando dados de resolução moderada (250 m) e alta taxa de revisita, e os sistemas complementares ao PRODES, DETEX – Detecção da Exploração Madeireira na Amazônia e DEGRAD – Detecção de Áreas de Floresta Degradada e TerraClass – Levantamento da Cobertura da Terra nas Áreas Desmatadas na Amazônia. Este último deverá consolidar em um único produto os levantamentos realizados em escala anual para atender demandas de naturezas diversas como gestão da biodiversidade, de águas, etc. Planos similares ao PPCDAm estão sendo implementados e deverão atingir todo território nacional com especificações para cada bioma. Em 2010, foi decretado o PPCerrado – Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Cerrado e está sendo planejado a instalação do PPCatinga. Para atender a esta demanda crescente de informação sobre a dinâmica da cobertura da terra, o INPE implementará sistemas de alerta e de levantamento anual de desmatamento e da dinâmica da cobertura da terra com uso de dados de satélites com resolução espacial de 20 a 30 m adaptados às características de cada bioma. Todos os sistemas deverão ser implementados com uso da tecnologia, gerenciamento de banco de dados geográficos e de análise de imagens de dados geográficos desenvolvidos pelo INPE, TerraAmazon. <i>Finalidade:</i> Monitorar anualmente o desmatamento e a dinâmica da cobertura da terra dos biomas que compõem o território nacional através de sistemas de análise de imagens de sensoriamento remoto de diversas resoluções espaciais e temporais baseados em metodologias adequadas às características fisiográficas de cada bioma para atender às necessidades de dados dos setores governamentais responsáveis pelo controle do desmatamento e pela gestão territorial.	
4950	Capacitação em Atividades Florestais
<i>Descrição:</i> Promoção da adoção do Manejo Florestal como uma atividade econômica que compatibiliza a conservação e o uso sustentável dos recursos florestais à geração de renda e de benefícios socioeconômicos para a sociedade depende, em grande medida, da geração e difusão de conhecimentos referentes às práticas a serem adotadas em campo. Considerando que a qualificação de técnicos e trabalhadores quanto às melhores práticas de manejo florestal, madeireiro e não madeireiro é essencial para viabilizar a sua, a ação promove e articula, no âmbito federal, e em parcerias em outras entidades públicas e privadas, atividades de geração de conhecimentos, difusão e capacitação de técnicas adequadas para as atividades florestais. Estas parcerias priorizam as entidades de ensino e pesquisa, as entidades que realizam capacitação e qualificação profissionalizante de ensino formal e não formal, bem como as orientadas à difusão nos meios de comunicação da incorporação do componente florestal às atividades rurais. <i>Finalidade:</i> Promover a qualificação de recursos humanos para a adoção das técnicas adequadas à realização de atividades florestais, contribuindo no uso sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros.	
6035	Pesquisa e Desenvolvimento Florestal
<i>Descrição:</i> Geração de conhecimentos, desenvolvimento e inovação de técnicas e tecnologias, para a implantação de sistemas de produção florestal sustentáveis e com ênfase no uso múltiplo das florestas naturais e plantadas. Agregação de valor aos produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, racionalizando a exploração e o processamento dos recursos florestais, aperfeiçoando as práticas de processamento associadas às indústrias de base florestal, valorizando as florestas e gerando renda e promovendo a inclusão social. <i>Finalidade:</i> Realizar pesquisas e promover o desenvolvimento científico e tecnológico subsidiando a formulação e a implementação de normas de acesso e uso dos recursos florestais e orientando para o melhor aproveitamento dos produtos de origem florestal.	
6037	Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental
<i>Descrição:</i> Revisão de procedimentos, equipar, informar e instrumentalizar as unidades descentralizadas de fiscalização do IBAMA, disponibilizando meios necessários à execução das ações de controle e fiscalização. Identificar, consolidar, integrar, atualizar e disponibilizar bases de dados e informações obtidas a partir destas para otimizar e subsidiar as ações de controle e fiscalização. Expandir as ações de controle e fiscalização ambiental em aeroportos, portos, plataformas petrolíferas com suas instalações de apoio, dutos, bacias, navios, pólos industriais e locais sujeitos à possibilidade de acidentes / incidentes por derramamento de petróleo e de seus derivados. Adequar os procedimentos, desenvolver habilidades do quadro de agentes e operacionalizar o controle e a fiscalização em áreas específicas e estratégicas como cadeias produtivas que utilizam recursos naturais, redes de tráfico de animais silvestres e áreas relacionadas a emergências ambientais, inclusive as que envolvem a atividade petrolífera. <i>Finalidade:</i> Fortalecer e aprimorar a estrutura de fiscalização do IBAMA para o efetivo cumprimento de suas funções regimentais e aplicação de penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à conservação dos recursos ambientais ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6060	Promoção do Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar
<i>Descrição:</i> Manejo Florestal Sustentável é a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como de outros bens e serviços de natureza florestal. O Brasil é um país florestal com aproximadamente 516 milhões de hectares (60,7% do seu território) de florestas naturais e plantadas – o que representa a segunda maior área de florestas do mundo, atrás apenas da Rússia. Somente de florestas naturais são 509.803.545 hectares. Atualmente, cerca de 145 milhões hectares de florestas são habitadas por comunidades, o que representa 50% do total das florestas públicas cadastradas do Brasil. Dentre as modalidades de florestas públicas comunitárias destacam-se para o manejo florestal comunitário: as Reservas Extrativistas (Resex), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), os Projetos de Assentamentos Florestais (PAF), os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), os Projetos Agroextrativistas (PAE), o que representa 35 milhões de hectares, nos quais habitam cerca de 100 mil famílias. Serão desenvolvidas as seguintes atividades: 1. Capacitação e qualificação profissional de povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária, agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER) e de assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária (ATES) e demais técnicos, em técnicas e boas práticas de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, na agroindustrialização de produtos e subprodutos florestais e em outras práticas voltadas a empreendimentos rurais sustentáveis; 2. Realização de eventos de intercâmbio de experiências; 3. Coordenação do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar e de seus Planos Anuais. <i>Finalidade:</i> Fomentar, capacitar e articular ações para a promoção do manejo florestal sustentável por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, em florestas públicas e privadas, visando o fortalecimento da economia de base florestal sustentável, o desenvolvimento sustentável e social e a geração de renda.	
6072	Disseminação de Boas Práticas sobre o Uso Sustentável dos Recursos Naturais e de Políticas Públicas para Redução do Desmatamento nos Biomas Brasileiros
<i>Descrição:</i> Assessoramento e capacitação para formulação, implementação e monitoramento de planos e programas de prevenção e controle do desmatamento, por meio de visitas e cursos, com o fim de difundir conhecimento e identificar lições aprendidas; Seleção, discussão e contratação de estudos e análises com a finalidade de aprofundar os conhecimentos e lições aprendidas, de forma a subsidiar políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento; Apoio à integração das ações e resultados de políticas de redução do desmatamento; Utilização dos meios de divulgação disponíveis, tais como seminários, encontros, publicações, internet, etc, para disseminar e valorizar, entre diferentes públicos, os conhecimentos adquiridos no âmbito de políticas de redução do desmatamento. <i>Finalidade:</i> Disseminar para a sociedade civil e para instituições públicas e privadas as boas práticas e os conhecimentos estratégicos em desenvolvimento sustentável para reduzir o desmatamento e os incêndios florestais nos biomas brasileiros.	
6074	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas
<i>Descrição:</i> Realização de atividades de prevenção e combate aos incêndios florestais e controle de queimadas por meio inclusive da sensibilização ambiental, desenvolvimento e difusão de técnicas de manejo controlado do fogo e alternativas ao seu uso em todo território nacional; e seleção, capacitação e contratação de brigadas de prevenção e combate aos incêndios florestais para municípios críticos. <i>Finalidade:</i> Prevenir e combater os incêndios florestais e controlar as atividades de queimadas.	
6307	Fiscalização de Atividades de Desmatamento
<i>Descrição:</i> Fiscalização e controle das atividades de desmatamento em áreas em que ocorram ou existam indicativos de ocorrência dessa atividade. Verificação da legalidade da atividade fiscalizada. <i>Finalidade:</i> Coibir a prática de desmatamento ilegal e inadequado em áreas que comprometam a manutenção da cobertura florestal mínima exigida legalmente, da biodiversidade e dos serviços ambientais prestados pelas florestas brasileiras.	
6329	Monitoramento e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Florestais
<i>Descrição:</i> Utilização de técnicas de geoprocessamento, mapeamento e identificação de áreas desmatadas através de imagens de satélite e in loco, com risco de degradação e focos de calor, auxiliando no processo de fiscalização e controle ambiental. <i>Finalidade:</i> Controlar, através do monitoramento ambiental, as atividades que geram condições para ocorrência de degradação, especialmente desmatamentos e incêndios florestais.	
8288	Recuperação da Cobertura Vegetal de Áreas Degradadas
<i>Descrição:</i> Formulação de estratégias e políticas para a recuperação de áreas degradadas e a restauração da paisagem, definindo prioridades e diretrizes que compatibilizem as demandas das políticas de conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos, de desenvolvimento rural, dentre outras. As diretrizes para sua implementação também levam em consideração o desenvolvimento de metodologias e técnicas de recuperação e sua disponibilização para a sociedade, por intermédio de iniciativas de capacitação e assistência técnica, articulando as instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a sociedade civil organizada. A ação também busca o fomento à produção e distribuição de sementes e mudas florestais nativas, o fomento aos plantios florestais de recomposição e a disponibilização de serviços necessários ao atendimento de programas de recuperação de áreas degradadas em bacias hidrográficas prioritárias, incluindo a realização de tratos culturais e o monitoramento dos plantios. <i>Finalidade:</i> Recuperar a cobertura vegetal de áreas degradadas, áreas de preservação permanente e reservas legais, proporcionando a restauração das suas funções ambientais, conservação e uso dos recursos naturais.	
8290	Expansão da Base Florestal Plantada
<i>Descrição:</i> Promoção do uso múltiplo da pequena e média propriedade rural, estimulando programas de fomento ao plantio de florestas de rápido crescimento, gerando alternativa de renda com a produção de madeira adequada ambientalmente. <i>Finalidade:</i> Ampliar a base florestal plantada, de forma sustentável e em atendimento à legislação ambiental vigente, diversificando a oferta de matéria-prima para as indústrias de base florestal (papel e celulose, siderurgia, movelaria e construção civil, dentre outras), de forma a atender a demanda crescente e promover a geração de emprego e renda no setor florestal, colaborando para seu fortalecimento, estruturação, estabilidade e competitividade.	
8292	Expansão do Uso Sustentável dos Recursos Florestais
<i>Descrição:</i> Diagnóstico, organização e fomentação de cadeias produtivas do setor florestal, definindo regras e mecanismos para ampliação e consolidação do uso sustentável das florestas naturais. <i>Finalidade:</i> Ampliar a base florestal manejada para a produção madeireira e não-madeireira de forma sustentável e adequada à legislação ambiental, para o atendimento às demandas da sociedade, além da geração de emprego e diversificação da renda.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8294	Estruturação dos Órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente para a Gestão Florestal Compartilhada
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de parcerias com os governos estaduais e municipais para ampliar a infraestrutura física, técnica e administrativa e aprimorar os instrumentos legais, normativos e de incentivos necessários à implementação de políticas florestais. Realização de reuniões técnicas e capacitação visando melhoria na utilização de processos e sistemas de gestão da informação, tais como o Sistema Compartilhado de Informações Ambientais - SISCOM, Sistema de Licenciamento de Atividades Florestais - LAF, Sistema de Controle do Fluxo dos Produtos Florestais – DOF. O uso desses sistemas será realizado de forma compartilhada e integrada, permitindo ao IBAMA e aos demais órgãos do SISNAMA implementar as ações relacionadas à gestão florestal e ao acesso comum às bases de dados, com transparência e acessibilidade à sociedade e aos órgãos de controle externo. Fornecimento de apoio técnico aos órgãos de meio ambiente na aplicação dos procedimentos de licenciamento de planos de manejo florestal sustentável, autorização de supressão de vegetação, reposição florestal, recuperação de áreas degradadas e alteradas e controle de transporte de produtos e subprodutos florestais, dentre outros, para viabilizar a correta aplicação dos Acordos de Cooperação Técnica para a Gestão Florestal Compartilhada. <i>Finalidade:</i> Fortalecer os órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA para consolidar a gestão florestal compartilhada, por meio do desenvolvimento das estruturas físicas, técnicas e administrativas, apoio técnico e utilização de sistemas informatizados e de geoprocessamento.	
8296	Autorização e Controle das Atividades Florestais
<i>Descrição:</i> Autorização e controle das atividades relacionadas ao acesso, exploração, industrialização, comercialização e exportação de produtos e subprodutos florestais no âmbito das competências federais, envolvendo: 1. A emissão de licenças/autorizações de supressão de vegetação; 2. Aprovação e monitoramento de Planos de Manejo Florestal Sustentável de competência federal; 3. O diagnóstico e a análise do fluxo dos produtos e subprodutos florestais visando o planejamento de políticas públicas para a gestão florestal compartilhada e a realização de vistorias e inspeções ao longo da cadeia produtiva. <i>Desenvolvimento e implementação de estratégias que garantam a adequada aplicação da Reposição Florestal obrigatória no âmbito dos projetos autorizados pelo IBAMA e pelos estados, por meio do monitoramento da implantação de projetos de reflorestamento e pelo desenvolvimento de programas voltados aos diagnósticos de consumo integrado de indústrias do setor florestal, visando garantir o abastecimento do mercado de base florestal.</i> <i>Desenvolver e aprimorar processos, sistemas informatizados e métodos para o diagnóstico e o monitoramento das informações apresentadas no Ato Declaratório Ambiental e dos projetos de recuperação de áreas degradadas e alteradas, por meio de vistorias técnicas nas propriedades rurais e/ou cruzamento de informações com outras bases de dados cadastrais e informações georreferenciadas, sobretudo em cumprimento à necessidade da regularização ambiental das áreas de preservação permanente e de reserva legal.</i> <i>Finalidade:</i> Promover, no âmbito das competências federais, os mecanismos e instrumentos de autorização e controle das atividades florestais, envolvendo as cadeias de produção, incluindo o acesso, a exploração, a industrialização, a comercialização e a exportação dos produtos e subprodutos de base florestal. Aperfeiçoar as sistemáticas de controle e monitoramento, diagnosticando as ações irregulares e fomentando a utilização sustentável dos recursos florestais. Garantir o cumprimento da reposição florestal obrigatória desenvolvida no âmbito federal pelo IBAMA e coordenar as ações desenvolvidas subsidiariamente pelos estados, visando tornar efetiva a reposição de florestas pelos consumidores de produtos florestais, ampliando a base de produção de florestas plantadas e reduzindo a pressão sobre as florestas nativas remanescentes. Realizar diagnósticos integrados do consumo de produtos florestais pelas indústrias consumidoras. Apoiar a regularização, a recuperação e o uso sustentável das áreas de interesse ambiental nos imóveis rurais, sobretudo com respeito à manutenção das áreas de reserva legal e de preservação permanente.	
8298	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável
<i>Descrição:</i> Disponibilização de recursos provenientes da arrecadação com concessões florestais e recursos de outras fontes que venham a ser destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF para aplicação prioritária em projetos nas seguintes áreas: I - pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; II - assistência técnica e extensão florestal; III - recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; IV - aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais; V - controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos; VI - capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais; VII - educação ambiental; VIII - proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais. <i>Finalidade:</i> Apoiar projetos orientados ao desenvolvimento do setor florestal nacional destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor.	
8300	Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar
<i>Descrição:</i> Fomento à produção florestal comunitária. Promoção de capacitação, assistência técnica e extensão florestal para o manejo comunitário, para o processamento e agregação de valor à produção, bem como para sua comercialização. Diagnóstico e proposição de adaptações aos instrumentos econômicos associados ao uso e conservação dos recursos florestais manejados por comunidades. Elaboração, Execução e Monitoramento das Ações propostas nos Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. <i>Finalidade:</i> Promover o manejo florestal sustentável comunitário, agregando valor à produção, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida da população	
8304	Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais
<i>Descrição:</i> Consolidação das informações sobre as características florestais e fundiárias das florestas públicas em domínio da União, dos estados e dos municípios, delimitando suas áreas, registrando os imóveis e demarcando estas florestas. <i>Finalidade:</i> Implementar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas.	
8308	Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação
<i>Descrição:</i> Apoiar a execução do Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais - "Programa Mais Ambiente", instituído pelo Decreto Presidencial nº 7.029 de 11/12/2009, com o objetivo de promover a regularização ambiental de imóveis rurais em todo o País. <i>Finalidade:</i> Promover a adequação e a regularização ambiental de imóveis rurais, com ênfase na recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal.	
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
00H5	Pagamento de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) à Pessoa Idosa
<i>Descrição:</i> Efetivação do pagamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC, em vigor desde 1996, às pessoas com 65 anos ou mais cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse ¼ do salário mínimo. Garante também a viabilização do pagamento da Renda Mensal Vitalícia – RMV, no valor um salário mínimo, às pessoas com 70 anos ou mais. Esse benefício foi extinto a partir de 01 de janeiro de 1996, quando entrou em vigor a concessão do BPC. Deve-se, porém, dar continuidade ao atendimento à população anteriormente contemplada, com base no pressuposto do direito adquirido. <i>Finalidade:</i> Assegurar a renda mensal de 1 salário mínimo à pessoa idosa com 65 anos ou mais (no caso do Benefício de Prestação Continuada – BPC) ou 70 anos ou mais (no caso da Renda Mensal Vitalícia - RMV), que não possua meios de prover sua manutenção nem de tê-la provida por sua família, de modo a ampliar sua cidadania. A RMV (instituída pela Lei 6.179/74) exigia contribuição à Previdência social, por no mínimo 12 meses, ou o exercício de atividade remunerada anteriormente não coberta pela Previdência Social, por no mínimo 5 anos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00IN	Pagamento de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) à Pessoa com Invalidez
<i>Descrição:</i> Efetivação do pagamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC, em vigor desde 1996, à pessoa com deficiência, sem condições de trabalho, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse ¼ do salário mínimo. Garante também a viabilização do pagamento da Renda Mensal Vitalícia – RMV, no valor um salário mínimo, às pessoas com invalidez. A RMV foi extinta a partir de 01 de janeiro de 1996, quando entrou em vigor a concessão do BPC. Deve-se, porém, dar continuidade ao atendimento à população anteriormente contemplada, com base no pressuposto do direito adquirido. <i>Finalidade:</i> Assegurar, por meio do Benefício de Prestação Continuada – BPC, a renda mensal de 1 salário mínimo à pessoa com deficiência incapacitada para o trabalho, que não possua meios de prover sua manutenção nem de tê-la provida por sua família, de modo a ampliar sua cidadania. Além disso, visa assegurar às pessoas com invalidez o benefício da Renda Mensal Vitalícia – RMV, instituído pela Lei 6.179/74, desde que tenham contribuído com a Previdência social, no mínimo por 12 meses, ou tenham exercido atividade remunerada anteriormente não coberta pela Previdência Social, no mínimo por 5 anos.	
2583	Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)
<i>Descrição:</i> O processamento de dados relativos à operacionalização dos benefícios assistenciais inicia-se com a inserção dos dados dos requerentes do BPC no sistema informatizado da Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social - Dataprev. Após análise e avaliação, é emitida carta concessória ou comunicado de indeferimento da concessão do benefício. Esse processo resulta na manutenção, atualização, pagamento, revisão, avaliação, suspensão e cessação do BPC. Em relação à RMV, decorre a manutenção ou cessação. Todos esses procedimentos são informatizados, possibilitando a estruturação do banco de dados dos benefícios. Os recursos dessa ação se referem ao pagamento efetuado à Dataprev. <i>Finalidade:</i> Assegurar recursos à informatização do processamento de dados relativos à operacionalização e avaliação do BPC e à operacionalização da RMV.	
2589	Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)
<i>Descrição:</i> Avaliação das condições de renda dos requerentes, pressuposta pela concessão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência, assim como o grau de incapacidade para a vida independente e para o trabalho das pessoas com deficiência que requerem o benefício. Além disso, periodicamente deve ser realizada a reavaliação dessas condições que geram o direito ao recebimento do benefício, podendo resultar na manutenção, suspensão ou cessação deste. Para tanto, está previsto o pagamento de exames complementares à perícia médica, o deslocamento dos requerentes/beneficiários com deficiência para realizar avaliação social e médica, o deslocamento de servidores para avaliação do benefício, atividades de fiscalização para apuração de denúncias, pesquisa de campo para comprovar veracidade de documentos sobre os quais há dúvida fundada, avaliações para atender demandas judiciais, verificação de indícios de irregularidades apontados em processo de monitoramento e em auditoria de órgãos de controle na concessão e manutenção do BPC, supervisão e acompanhamento de unidades de atendimento, o reforço de equipes de trabalho para realizar atividades de coleta de dados, serviços jurídicos, contratação de serviços de correspondência aos beneficiários e inclusão e atualização dos beneficiários em cadastros sociais. Ainda emergem como atividades atinentes a esta ação: o monitoramento, a realização de estudos e a produção de informações estratégicas a partir da identificação e acompanhamento da cobertura, foco e impactos econômicos, financeiros e sociais do BPC na vida do beneficiário, território e sociedade, além de ações intersetoriais com outras políticas que alcancem os beneficiários do BPC e suas respectivas famílias. <i>Finalidade:</i> Realizar a operacionalização do BPC, a reavaliação das condições que geraram o direito ao benefício, o controle, a fiscalização, a normatização, o acompanhamento, o monitoramento, a análise quantitativa e qualitativa de dados do BPC, estudos e produção de informações estratégicas, e a operacionalização da RMV e de ações intersetoriais, de modo a garantir e aprimorar os meios de acesso ao BPC e a gestão dos benefícios.	
2A60	Serviços de Proteção Social Básica
<i>Descrição:</i> Co-financiamento federal aos municípios e DF para oferta do PAIF, nos CRAS, nos CRAS itinerantes (embarcações) ou pelas equipes volantes, no caso de atendimentos às famílias em territórios extensos ou isolados, e para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ofertados no CRAS ou na rede de serviços socioassistenciais de proteção básica, de acordo com as diversidades de cada região ou território, conforme as prioridades e resultados pactuados nacionalmente. <i>Finalidade:</i> Atender e acompanhar as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento às Famílias - PAIF, ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, nos CRAS itinerantes(embarcações) e pelas equipes volantes , bem como, ofertar Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de forma a atender demandas e necessidades específicas de famílias com presença de indivíduos das seguintes faixas etárias: crianças de até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e idosos com idade superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social.	
2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
<i>Descrição:</i> Os serviços de média complexidade ofertam atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos em situações de risco ou violação de direitos, tais como: violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; tráfico de pessoas; afastamento do convívio familiar e comunitário em função de violência; ato infracional praticado por adolescentes, dentre outras situações previstas nas normativas do SUAS. Os serviços são ofertados por meio das unidades públicas estatais da Assistência Social, dentre eles o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro Especializado para Pessoa em Situação de Rua. Além disso, conforme a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, também podem ser ofertados serviços em equipamentos da rede não governamental, vinculados ao SUAS, desde que atendam aos parâmetros estabelecidos no âmbito da Assistência Social. <i>Finalidade:</i> Assegurar atendimento e acompanhamento especializado às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com direitos ameaçados e/ou violados por meio da oferta de serviços de média complexidade, a fim de contribuir para a interrupção, prevenção de agravamentos e reparação de situações de violação de direitos e/ou contingências e, sobretudo, fortalecer a função protetiva da família.	
2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
<i>Descrição:</i> Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são destinados a crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos(as), pessoas com deficiências, famílias e indivíduos em situação de rua, em função de fragilização ou rompimento de vínculos protetivos em âmbito familiar e/ou comunitário e, também, para as populações atingidas por situações de desastres que necessitam de proteção. Os serviços são ofertados de forma descentralizada, por meio de diferentes tipos de equipamentos que ofereçam condições de habitabilidade, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade, conforme parâmetros previstos no âmbito do SUAS e legislação complementar. Sua organização deve considerar as especificidades de funcionamento das diversas modalidades previstas na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, em acordo com as particularidades do público atendido e considerando as tradições e diversidades de ciclo de vida, arranjos familiares, gênero e orientação sexual. <i>Finalidade:</i> Assegurar proteção social a indivíduos e/ou famílias afastados do núcleo familiar e/ou comunitário de origem, por meio da oferta, descentralizada, de serviços de acolhimento institucional, nas suas diversas modalidades, contemplando, ainda, a proteção às pessoas em situações de calamidade pública e de emergências.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica
<i>Descrição: Cofinanciamento federal, por meio da transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos Estados, Municípios e Distrito Federal, para construir, ampliar, concluir, reformar/adaptar/recuperar, prover, equipar e modernizar os Centros Públicos da Rede de Proteção Social Básica do SUAS, bem como para, visando aprimorar o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, qualificar e ampliar a oferta de serviços em unidades privadas sem fins lucrativos integrantes da rede de Proteção Social Básica do SUAS, em consonância com a base territorial, desde que, ainda que indiretamente ou por via reflexa, não se destine a auxiliar, subvencionar ou contribuir para o aumento do capital das referidas unidades.</i> <i>Finalidade: Apoiar a implantação, a qualificação e a reestruturação das unidades prestadoras de serviços de proteção social básica, móveis ou fixas, visando a melhoria das condições de atendimento, a ampliação do acesso aos serviços e o aprimoramento da sua gestão.</i>	
2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial
<i>Descrição: Estruturação da rede de serviços da proteção social especial, por meio da construção de equipamentos públicos; ampliação, reforma e melhorias da infra-estrutura de unidades públicas estatais e também de unidades públicas não estatais, de acordo com as normativas do SUAS e legislação complementar. Aquisição de equipamentos, modernização tecnológica, dentre outros, tendo em vista a necessidade de aprimorar o atendimento nas unidades de proteção social especial, reordenando-as de modo a se adequarem aos parâmetros exigidos pelas normativas legais específicas. Esta ação pode contemplar ainda, quando couber, a reconstrução e estruturação de equipamentos de Assistência Social, em áreas atingidas por desastres.</i> <i>Finalidade: Apoiar a implantação, a qualificação e a reestruturação das unidades prestadoras de serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, visando a melhoria das condições de atendimento, a ampliação do acesso aos serviços e o aprimoramento da sua gestão.</i>	
8249	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social
<i>Descrição: Viabilização, com vistas à democratização do SUAS e transposição do estágio atual para o efetivo fortalecimento do controle social, do investimento na autonomia, eficiência e na estruturação desses conselhos, além de outros espaços que promovam o protagonismo dos usuários dessa política. Essa ação consiste na manutenção do CNAS, na realização de conferências, na transferência de recursos para os fundos estadual, do DF e municipal, para assegurar realização de reuniões, desenvolvimento de estudos e pesquisas, atividades de capacitação, recursos humanos e estrutura física e material, entre outras condições necessárias ao funcionamento de um conselho, e no apoio à realização de ações que viabilizem maior participação na política de assistência social.</i> <i>Finalidade: Assegurar o funcionamento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a realização de conferências, assim como apoiar técnica e financeiramente a manutenção, estruturação e qualificação dos conselhos estaduais, do Distrito Federal (DF) e municipais de assistência social, em virtude de constituírem-se em instâncias deliberativas e de controle social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).</i>	
8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
<i>Descrição: A ação viabiliza meios para a melhoria da gestão do SUAS nas três esferas federativas, compreendendo:</i> <i>a) a gestão do trabalho, a formação e capacitação permanente dos atores sociais e trabalhadores envolvidos com a Política de Assistência Social;</i> <i>b) o apoio técnico e financeiro à construção da gestão administrativa e financeira, da gestão da informação, do monitoramento e avaliação, da implantação da vigilância social, bem como da qualificação e apoio à participação das gestões subnacionais nos espaços de pactuação (CIT e CIBS) e de deliberação (CNAS e CEAS), por meio de ações diretas ou das instâncias representativas dos gestores (COGEMAS, CONGEMAS e FONSEAS);</i> <i>c) o apoio à implantação, implementação, qualificação e aperfeiçoamento de benefícios, programas, projetos e serviços da rede socioassistencial; e</i> <i>d) a regulação da política, aquisição de equipamentos, realização de campanhas e eventos, assessoramento às gestões subnacionais, produção e edição de publicações, realização de estudos e pesquisas, dentre outras atividades.</i> <i>Finalidade: Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e apoiar sua implementação nos Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo em vista as diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/93): primazia do Estado, descentralização político-administrativa, participação da população e centralidade na família.</i>	
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
10F0	Sistema do Programa Nacional de Educação Fiscal - SISPNEF
<i>Descrição: Desenvolvimento e implementação dos processos e mecanismos necessários para monitorar e avaliar as mudanças de hábitos, valores e atitudes individuais e coletivas voltadas para o exercício da cidadania, decorrentes do impacto da implantação da educação fiscal.</i> <i>Finalidade: Promover o monitoramento e avaliação da implantação da educação fiscal no âmbito das instituições de ensino em todo o país.</i>	
10M8	Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEPE.gov
<i>Descrição: Planejamento, aquisição, desenvolvimento e implantação, transferência de tecnologia e treinamento do sistema e soluções tecnológicas para gestão de Pessoas, que atenda as necessidades dos órgãos do Poder Executivo Federal e Governo do Distrito Federal (Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros), empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem recursos da União para pagamento de pessoal.</i> <i>Finalidade: Implantar sistema de informação e soluções tecnológicas que atendam aos processos de trabalho da área de Gestão de Pessoas.</i>	
10NG	Construção do Edifício-Sede do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
<i>Descrição: Construção do edifício que abrigará a sede do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.</i> <i>Finalidade: Construir a sede própria do IPEA, de modo a prover a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas atividades, com vistas ao melhor atendimento das demandas do governo e da sociedade brasileira em questões relacionadas aos desafios e alternativas para o desenvolvimento do país</i>	
10RY	Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias - SNPA
<i>Descrição: Estruturação do Cadastro de Produtores e Estabelecimentos Agropecuários e revisão do conteúdo (quesitos e variáveis) e do cadastro das pesquisas atuais, com base nas informações do Censo Agropecuário 2006, bem como implantação de dois tipos interdependentes de pesquisa básica por amostra de estabelecimentos agropecuários.</i> <i>Finalidade: Implantar um sistema de pesquisas para o levantamento contínuo de informações da atividade agropecuária, com vistas a criação de uma infraestrutura estatística indispensável à ampliação do escopo e melhoria da qualidade das estatísticas sobre o setor agropecuário brasileiro.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10UW	Apoio à Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - PROMOEX
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de vínculos interinstitucionais entre os Tribunais de Contas e destes com o Governo Federal; redefinição dos procedimentos de controle externo com ênfase no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal; desenvolvimento de políticas e gestão compartilhadas e de cooperação técnica. <i>Finalidade:</i> Fortalecer o Sistema de Controle Externo como instrumento de cidadania e de efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos, bem como as relações intergovernamentais e interestaduais, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101/2000).	
10UX	Assistência Técnica para Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e do Distrito Federal - PNAGE
<i>Descrição:</i> Assistência técnica aos Estados brasileiros para formulação e execução do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e Distrito Federal - PNAGE e dos 27 projetos correspondentes, visando fortalecer a capacidade institucional das administrações estaduais para o adequado planejamento e gestão de recursos públicos. <i>Finalidade:</i> Melhorar a efetividade e a transparência institucional das administrações públicas dos Estados e do Distrito Federal a fim de alcançar uma maior eficiência do gasto público.	
110G	Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua
<i>Descrição:</i> Fornecimento, com periodicidade trimestral, de informações sobre mercado de trabalho e rendimentos para o Brasil, grandes regiões, unidades da federação, cobrindo as situações de domicílios urbana e rural para os três primeiros contextos geográficos listados. Ademais, serão produzidas informações relacionadas a características socioeconômicas da população, tanto sob a forma de temas fixos tais como, trabalho infantil, migração, fecundidade e escolaridade, quanto sob a forma de módulos variáveis, a exemplo de características da educação de jovens e adultos, tecnologia da informação e comunicação, detalhes sobre programas sociais, entre outros. <i>Finalidade:</i> Implantar pesquisa nacional contínua, por amostra de domicílios, para o acompanhamento de características da força de trabalho e outras características sociodemográficas da população brasileira, de forma a produzir informações relevantes para o acompanhamento das alterações de curto prazo no mercado de trabalho e, pelo menos uma vez ao ano, informações sobre a situação socioeconômica da população.	
11EF	Mudança do Referencial Geodésico
<i>Descrição:</i> Estudos, pesquisas, levantamentos de campo e modernização da estrutura geodésica ativa, objetivando a definição de um novo referencial geodésico que servirá de base para todo tipo de posicionamento que envolva coordenadas geodésicas. <i>Finalidade:</i> Promover a adoção no país de um novo sistema de referência geodésico, mais moderno e de concepção geocêntrica, de modo a compatibilizá-lo às mais modernas tecnologias de posicionamento.	
11IA	Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo
<i>Descrição:</i> Estudo da viabilidade de implantação de uma metodologia baseada em pesquisa contínua ao longo da década, com a aplicação de amostragem rotativa de áreas e acumulação de informações, substituindo, total ou parcialmente, a operação convencional do Censo, concentrada num único ano. <i>Finalidade:</i> Estudar a viabilidade de implantação de nova metodologia para o levantamento dos Censos Demográficos	
11W0	Modernização de Instrumentos e Sistemas de Gestão da Administração Pública Federal
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de ações referentes ao programa de revisão da arquitetura conceitual do ciclo de gestão do gasto público para resultados, bem como de modernização dos sistemas de planejamento e orçamento, voltado para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com eventual participação dos demais órgãos centrais e setoriais. Estão previstas, ainda, outras atividades relacionadas com a melhoria da qualidade do gasto público federal, tais como: 1) desenvolvimento da capacidade institucional para o desenho e gestão dos projetos de investimento; 2) modernização dos processos relacionados à execução do gasto público; 3) desenvolvimento de mecanismos de coordenação inter e intra-governamental para o alinhamento e a articulação das ações dos ministérios centrais estratégicos (Casa Civil, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda), e; 4) implementação de ações para a integração dos sistemas de informação transversais e a coordenação dos recursos tecnológicos de informação e comunicação da administração pública federal. Os beneficiários do projeto no Ministério do Planejamento serão: Secretaria Executiva, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, Secretaria de Gestão e Secretaria de Recursos Humanos. <i>Finalidade:</i> Promover a modernização dos instrumentos e sistemas de gestão e de apoio aos processos decisórios da administração pública federal com vistas à melhoria da eficiência, eficácia e efetividade do gasto público federal.	
12DT	Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE
<i>Descrição:</i> Consiste no estabelecimento de padrões e acordos, e contempla o uso de tecnologias, a articulação de políticas de informações e a consolidação de procedimentos de coordenação e monitoramento da produção de dados e informações geoespaciais voltados à construção de uma rede pública de dados e metadados geoespaciais e serviços relacionados, veiculáveis via web, com instrumentos de armazenamento, busca, visualização e obtenção de informações sobre o território Brasileiro. <i>Finalidade:</i> Implantar e manter a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais de forma a reunir eletronicamente produtores, gestores e usuários de dados geoespaciais, com vistas a facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal, atendendo o Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008.	
12DU	Pesquisa de Economia Informal Urbana - ECINF
<i>Descrição:</i> Pesquisa por amostragem de domicílios situados em áreas urbanas das 27 Unidades da Federação para identificar os trabalhadores por conta própria e empregadores com até 5 empregados em pelo menos uma situação de trabalho, em atividades não-agrícolas. Esta pesquisa irá dimensionar o peso real destas atividades em termos da geração de oportunidades de trabalho e rendimento, e ainda, subsidiar os estudos sobre condições de trabalho e remuneração, em particular, aqueles relacionados às situações de pobreza urbana do país, propiciando, portanto, informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do país e contribuindo, também, para o aprimoramento do cálculo das Contas Nacionais no que se refere ao setor informal da economia. <i>Finalidade:</i> Identificar as atividades econômicas desenvolvidas em unidades produtivas que deixam de ser captadas ou o são apenas parcialmente pelas pesquisas econômicas junto a estabelecimentos ou pesquisas domiciliares abrangentes sobre mercado de trabalho e rendimento.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12E0	Implantação da Pesquisa de Orçamento Familiar Contínua
<i>Descrição:</i> A efetivação do modelo de mensuração contínua dos orçamentos familiares consiste na realização em sequência de Pesquisas de Orçamento Familiar Simplificadas (anuais) e Pesquisas de Orçamentos Familiar Completas (quinquenais), que correspondem a levantamentos realizados por amostragem de domicílios, em todo o território nacional para investigar, principalmente, dados sobre condições de vida, consumo e rendimentos, segundo metodologia em definição. A POF Simplificada, além de investigar os temas centrais da construção dos orçamentos familiares (gastos e rendimentos), investigará características dos domicílios e pessoas, incluindo a avaliação subjetiva de condições de vida. A POF quinquenal será realizada segundo o modelo aplicado em 2002-2003 e 2008-2009, incluindo em complemento ao conteúdo da investigação anual simplificada, por exemplo, o registro das medidas antropométricas e informações sobre consumo efetivo de alimentos dentro e fora do domicílio. Esse esquema de POF contínua é elemento temático central do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, projeto do IBGE de reformulação dessas pesquisas, e, assim como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, a outra pesquisa central do sistema, poderá também ser um veículo para a investigação de temas suplementares. As amostras das pesquisas serão desenhadas como parte da Amostra Mestra de setores censitários estabelecida para o SIPD, o que racionalizará os recursos envolvidos na realização das diversas pesquisas domiciliares. <i>Finalidade:</i> Implantar a investigação contínua de mensuração das condições de vida da população brasileira, a partir da validação e implantação do modelo metodológico que conjuga a pesquisa simplificada anual sobre os orçamentos familiares e a realização de pesquisa quinquenal mais completa, possibilitando a obtenção de estimativas contínuas segundo agregados de itens de consumo com vistas a subsidiar, com maior grau de precisão, o estabelecimento de prioridades das políticas públicas na área social em campos relacionados à erradicação da pobreza, às ações na área de nutrição, à orientação alimentar, à saúde, à moradia, entre outras dimensões e acompanhar, de forma regular e sistemática, sendo importantes também para atualização das medidas de inflação e para o cálculo fidedigno da contabilidade nacional.	
147G	Desenvolvimento do Sistema Integrado de Relação de Trabalho
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de funcionalidades para geração de dados cadastrais e sistematização das reivindicações das entidades sindicais para produzir relatórios gerenciais de tomadas de decisões na Mesa Permanente de Negociação Coletiva e auxiliar na análise de impactos orçamentários e não orçamentários, subsidiando os debates. <i>projeções de impactos orçamentários e não orçamentários..</i> <i>Finalidade:</i> Desenvolver e implantar sistema para informatizar e atualizar o cadastro das entidades sindicais, bem como sistematizar as suas reivindicações.	
147H	Participação Popular por Meio de Ambientes Eletrônicos
<i>Descrição:</i> Disponibilização de portais, sítios, serviços e/ou funcionalidades de interação virtual para estreitar o relacionamento governo-sociedade. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e implementar ambientes e funcionalidades tecnológicas que estimulem a participação social, para a elaboração e avaliação de políticas públicas.	
147I	Implantação da Pesquisa Nacional de Saúde
<i>Descrição:</i> A Pesquisa Nacional de Saúde focaliza em destaque os seguintes temas: acesso a serviços de saúde; morbidade; estilo de vida, o que inclui atividades físicas, alimentação, uso de fumo e álcool; tópicos específicos da saúde de crianças de até 2 anos de idade; de idosos e mulheres, abordando, por exemplo, para essas últimas, o acesso a exames de caráter preventivo de doenças típicas da população feminina. <i>Finalidade:</i> Implantar pesquisa nacional quinquenal, por amostra de domicílios, para o acompanhamento de características da saúde da população. A base de dados resultante será utilizada para planejar e monitorar políticas da saúde.	
1793	Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor - IPP
<i>Descrição:</i> Investigação de preços de um conjunto básico de produtos industriais (IPP industrial) e agropecuários (IPP Agro) que, gradualmente, incorporará produtos de outros segmentos da economia brasileira. <i>Finalidade:</i> Implantar um sistema de índices de preços ao produtor do setor produtivo para atender ao Sistema Estatístico Nacional.	
200J	Atualização Contínua da Base Territorial
<i>Descrição:</i> Atividade contínua de atualização da Base Territorial, indicando as condições necessárias e os processos de trabalho a serem estruturados a fim de permitir a incorporação aos mapas e cadastros das constantes modificações ocorridas na ocupação do território, sejam elas originárias de alterações no espaço físico ou na divisão político-administrativa inter ou intramunicipal. <i>Finalidade:</i> Atualizar mapas e cadastros que compõem a Base Territorial, que dá suporte ao planejamento, à coleta de dados e à divulgação de resultados de pesquisas e estudos realizados pelo IBGE.	
20D3	Fomento a Projetos de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal
<i>Descrição:</i> Criação, organização e manutenção de unidades de Atenção à Saúde do Servidor, considerando as diversas realidades encontradas nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de forma a se constituir uma rede de referência em atenção à saúde do servidor, compreendendo a criação e adequação das estruturas físicas com a realização de obras e reformas nas Unidades, a aquisição de equipamentos, materiais e insumos; de formação e qualificação de equipes multiprofissionais focadas nas diretrizes da Política de Atenção à Saúde do Servidor, desenvolvendo competências e habilidades; criação e atualização de um canal de comunicação, que possibilite o compartilhamento de informações, a troca de idéias e experiências relacionadas à saúde do servidor; de elaboração, alteração, revisão e adequação de normas, visando à regulamentação, a padronização de procedimentos e à racionalização de recursos, para responder aos desafios atualmente postos pela APF. <i>Finalidade:</i> Apoiar e executar ações que visem estabelecer o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho, estabelecida pelo Governo Federal, em consonância com a política de gestão de pessoas.	
20D5	Funcionamento da Subchefia de Assuntos Federativos
<i>Descrição:</i> Convocação, organização e implementação da agenda da SAF, nos seus trabalhos de assessoramento ao Presidente da República; e suporte para suas reuniões, grupos de trabalho, eventos que promova e outras atividades, incluindo a realização de estudos e o desenvolvimento de instrumentos para apoiar o trabalho do órgão. <i>Finalidade:</i> Proporcionar o funcionamento da Subchefia de Assuntos Federativos - SAF, de sua estrutura, de seus grupos de trabalho, de suas atividades gerais e específicas e as de cooperação nacional e internacional.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20DA	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
<i>Descrição:</i> Consiste na construção de um banco de dados com identificação de todos os endereços do país – residenciais e não residenciais, associados às faces de quadras nas áreas urbanizadas e a coordenadas geográficas nas áreas rurais. Gerado inicialmente a partir das informações coletadas no Censo Demográfico 2000 e atualizadas parcialmente na Contagem da População 2007, depende de atualização contínua para a incorporação das constantes transformações na ocupação do território. Sua atualização se fará mediante cruzamento com informações de fontes externas como prefeituras municipais, empresas distribuidoras de energia elétrica e outras concessionárias de serviços públicos e também, em menor grau, por alterações captadas pelos técnicos do IBGE em seus trabalhos de campo. <i>Finalidade:</i> Manter e atualizar o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, instrumento de abrangência nacional fundamental para o planejamento, a racionalização e o controle das operações censitárias, além de ser fonte para a seleção de amostras de pesquisas domiciliares como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego – PME, e servir também como indicador para as estimativas populacionais.	
20EZ	Incorporação de Imóveis ao Patrimônio da União
<i>Descrição:</i> Incorporação de imóvel pela realização dos processos de usucapião administrativo, aceitação de doação, compra e venda, adjudicação judicial, desapropriação, recebimento em permuta, recebimento em doação, dação em pagamento e o registro de imóveis provenientes de entidades federais. Registro de imóveis que se tornaram de propriedades da União por ato derivado, averiguação e registro conforme o título aquisitivo da propriedade, a quantidade de imóveis a ser incorporada ou a sua situação fática, o que implica variações entre as rotinas a serem desempenhadas. <i>Finalidade:</i> Promover a incorporação e regularização patrimonial de bens imóveis e respectivos direitos adquiridos pela União.	
20Q1	Ouvidoria do Servidor
<i>Descrição:</i> Sensibilização e capacitação de gestores dos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC, visando o aprimoramento e implantação do canal de comunicação aberto e direto, por meio do qual o servidor possa encaminhar sugestões, críticas, elogios, denúncias e reclamações. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a rede integrada de ouvidoria do servidor para manter e aprimorar a comunicação entre Governo Federal e o conjunto dos servidores públicos federais, estimulando a implantação de Ouvidorias nos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC de forma descentralizada.	
20Q2	Gestão da Tecnologia e da Informação de Planejamento e Investimentos Estratégicos
<i>Descrição:</i> Manutenção, desenvolvimento e evolução dos sistemas de informação com seus respectivos recursos humanos e tecnológicos necessários às atividades de coordenação do planejamento das ações de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual, bem como a gestão de risco dos respectivos programas, e do planejamento territorial; disponibilização de informações sobre a execução dos programas e ações do Governo Federal integrantes do Plano Plurianual; realização de estudos especiais para a formulação de políticas públicas. <i>Finalidade:</i> Planejamento, coordenação, execução e gestão de atividades relativas à tecnologia e à informação de planejamento e investimentos estratégicos visando a manutenção, evolução e aprimoramento dos sistemas.	
20Q3	Sistema de Informações Geográficas do Brasil – SIG Brasil
<i>Descrição:</i> Disponibilização de banco de dados sobre o Brasil, cujas informações são disseminadas para a sociedade por meio de instrumentos voltados para as diferentes características do uso da informação. A união das bases cartográficas e estatísticas permitirá abreviar os longos prazos que normalmente são necessários para obter-se resultados em sistemas dessa natureza, incorporando, ainda, a capacidade de atualização das informações. <i>Finalidade:</i> Manter sistema de informações geográficas sobre o Brasil, e Integrar os dados produzidos pelo IBGE àqueles produzidos por outras agências governamentais por meio da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, para suprir a lacuna do sistema de planejamento territorial, com um instrumento próprio ao diagnóstico do território.	
20QL	Fortalecimento dos Instrumentos de Democratização das Relações de Trabalho
<i>Descrição:</i> Produção e publicação de textos técnicos e legais referentes às diretrizes para elaboração/reestruturação, implantação, acompanhamento e avaliação das relações de trabalho no âmbito da Administração Pública, para subsidiar a criação e o fortalecimento dos instrumentos de democratização das relações de trabalho: levantamento dos condicionantes legais que possam interferir no conteúdo dos estudos; estudos que orientem o acompanhamento e avaliação da satisfação do servidor enquanto beneficiário das políticas públicas desenvolvidas pelo conjunto da Administração Pública Federal. <i>Finalidade:</i> Desenvolver estudos de democratização das relações de trabalho para subsidiar o processo negocial e a elaboração da política de gestão de pessoas.	
20QM	Rede de Comunicação do Governo Federal - INFOVIA Brasília
<i>Descrição:</i> Manutenção e ampliação da infraestrutura implantada e dos serviços como interconexão entre redes remotas, acesso à internet, videoconferência e integração dos sistemas de voz corporativa, bem como o desenvolvimento de estudos para a disponibilização de novos serviços. <i>Finalidade:</i> Manter e ampliar a infraestrutura integrada de comunicação de dados, voz e imagem, com padrões de desempenho e segurança elevados, com o menor custo possível, para atender às necessidades de órgãos e entidades da administração pública em Brasília.	
20SM	Gestão da Geoinformação
<i>Descrição:</i> Aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão da CONCAR; Criação do Plano Cartográfico Nacional contemplando as necessidades nacionais a respeito do território; Difusão e fomento do uso de geoinformação e geotecnologias e de formação profissional; Diagnóstico das demandas de geoinformação nos três níveis estatais; Subsídio à formulação de ações que envolvam geoinformação; Articulação institucional entre o setor público, iniciativa privada e academia para permitir a eficiência na elaboração e execução de projetos geocientíficos e alocação de recursos orçamentários e financeiros; Articulação junto aos órgãos de fiscalização das atividades cartográficas; Disseminação de produtos geoespaciais. Serão realizadas despesas com: i) capacitação de servidores públicos Federais, bem como de servidores estaduais e municipais e de representantes da sociedade civil organizada. ii) serviços de consultoria; iii) despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); iv) promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de agendas geocientíficas, etc; v) produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e vi) demais atividades-meio necessárias à realização das atividades relacionadas à geoinformação. <i>Finalidade:</i> Apoiar as iniciativas que envolvem o uso da atividade de geoinformação, como instrumento de planejamento e monitoramento da gestão territorial das políticas públicas e programas de governo.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20TE	Formação e Desenvolvimento Profissional de Agentes Públicos
<i>Descrição: Desenvolvimento de ações conjuntas, envolvendo a União, estados e municípios, focadas na formação e no desenvolvimento profissional dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, buscando maior articulação entre as três esferas de governo, em especial a realização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade ensino a distância, em parceria com o Instituto Federal do Paraná – IFPR e com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.</i> <i>Finalidade: Promover a formação e qualificação de agentes públicos federais, estaduais e municipais, mediante oferta e realização de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.</i>	
2217	Coordenação Nacional da Pesquisa Econômica
<i>Descrição: Concessão de bolsas de mestrado, doutorado e outros auxílios de pesquisa aos pesquisadores e aos auxiliares, bem como realização de eventos e difusão de textos selecionados.</i> <i>Finalidade: Incentivar e promover a pesquisa sócio-econômica aplicada e o estudo das políticas públicas.</i>	
2219	Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa Econômica Aplicada, Políticas Públicas e Gestão Pública
<i>Descrição: Proporcionar oportunidades de capacitação continuada, preferencialmente para servidores, por intermédio de cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento, especialização e extensão; de estágios e da participação em seminários sobre perspectivas do desenvolvimento brasileiro, encontros e oficinas de trabalho.</i> <i>Finalidade: Formar e capacitar recursos humanos, inclusive a nível de pós graduação, preferencialmente servidores públicos, como forma de contribuir para o aprimoramento de pesquisadores e gestores na discussão da temática do desenvolvimento nacional brasileiro.</i>	
2228	Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica
<i>Descrição: Realização de pesquisas anuais elaboradas com base em coleta de dados e/ou compilação de registros administrativos divulgados no médio prazo.</i> <i>Finalidade: Produzir informações de natureza estatística, por meio de implementação de estudos, pesquisas e trabalhos voltados ao conhecimento da realidade estrutural sociodemográfica do país</i>	
2229	Mapeamento Terrestre de Referência
<i>Descrição: Construção de folhas topográficas, a partir de aerolevantamento e ou insumos de Sensoriamento Remoto; Construção de folhas topográficas e mapas compilados; Conversão de cartas e mapas para o meio digital; Construção e manutenção de bases contínuas a partir da conversão para ambiente digital das folhas de carta topográfica nas escalas: 1:1000.000, 1:250.000 e 1:100.000, compilação e generalização, atualização e integração das mesmas em uma única base vetorial contínua, tendo seus elementos associados à banco de dados seguindo a tendência mundial nos procedimentos de armazenamento e disseminação de dados geográficos. Para a geração e manutenção dessas bases deverão ser geradas bases a partir de insumos de sensoriamento remoto, bem como integração/atualização das bases SIVAM * escala 1:250.000.</i> <i>Finalidade: Gerar e manter bases cartográficas vetoriais contínuas do Brasil, visando servir de insumo para estudos geográficos, planejamento territorial em escalas médias e pequenas, desenvolvimento de Bases Territoriais para pesquisas estatísticas, Mapeamento: de Recursos Naturais e Estudos Ambientais; de Unidades de Conservação, de Terras Indígenas, de Divisões Político Administrativas e naturais, tais como: Bacias Hidrográficas, Biomas, áreas de riscos, etc.</i>	
2230	Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas
<i>Descrição: Planejamento, coordenação e execução das atividades de produção editorial e gráfica, documentação, disseminação, divulgação e comercialização das informações produzidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como produção de todos os instrumentos utilizados na realização do trabalho de coleta, tais como manuais e questionários.</i> <i>Finalidade: Documentar e disseminar as informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.</i>	
2231	Sistema Geodésico Brasileiro
<i>Descrição: Disponibilização de coordenadas (latitude, longitude e altitude) e de valores da aceleração da gravidade de estações geodésicas, elaboração de normas e padrões geodésicos, ampliação e manutenção das redes Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC e Rede Maregráfica Permanente para Geodésia - RMPG e refinamento contínuo do Modelo de Ondulação Geoidal.</i> <i>Finalidade: Garantir a atualidade do referencial geodésico nacional e global, base para obras importantes de infraestrutura, apoio ao mapeamento, posicionamento de plataformas de petróleo, delimitação de pesquisas de geofísica e subsídio aos trabalhos de regularização fundiária.</i>	
2236	Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos
<i>Descrição: Coordenação das atividades e despesas relacionadas aos recursos de informática, incluindo prospecções tecnológicas, manutenções e implantações em apoio à informatização de processos e à realização das pesquisas e serviços da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tanto técnicos quanto administrativos: serviços de atendimento e manutenção na área de informática, contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura, terceirização de serviços); aquisição e locação de equipamentos de informática e sistemas de software; administração física dos recursos de informática; administração do acervo institucional, de sua segurança de acesso, de sua integridade e das facilidades de acesso aos seus dados e metadados; estudo de viabilidade e aplicabilidade de novas tecnologias aos serviços do IBGE; especificação de novos recursos a serem contratados; estabelecimento de padrões para a eficiente utilização e intercomunicação entre sistemas e equipamentos; suporte à utilização de recursos de hardware e software; suporte e desenvolvimento de aplicações em apoio aos sistemas estatísticos e geográficos; especificação e suporte à aquisição de materiais de consumo na área de informática.</i> <i>Finalidade: Garantir a informatização dos processos de trabalho e fomentar a utilização da tecnologia de informação em nível nacional, administrando seus recursos de processamento, sua rede e acervo institucional de dados provendo, dessa forma, suporte à utilização desses recursos e ao desenvolvimento de sistemas estatísticos e geocientíficos.</i>	
2250	Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins
<i>Descrição: Planejamento, supervisão, coordenação e execução de processos de recrutamento e seleção para cargos públicos e realização de atividades de formação para candidatos selecionados em concursos públicos realizados pela Escola de Administração Fazendária ou por outras instituições.</i> <i>Finalidade: Selecionar e formar servidores públicos objetivando a qualificação de pessoal do serviço público.</i>	
2655	Capacitação dos Dirigentes e Técnicos no âmbito dos Sistemas de Organização e Inovação Institucional - SIORG e de Pessoal Civil - SIPEC
<i>Descrição: Realização de ações de capacitação de curta, média e longa duração voltados ao desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais dos servidores das áreas dos sistemas de Organização e Inovação Institucional e de Recursos Humanos.</i> <i>Finalidade: Promover e estimular o aperfeiçoamento contínuo dos gerentes e dos técnicos das áreas de organização e inovação institucional e de recursos humanos dos órgãos e entidades públicos.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2665	Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais
<i>Descrição:</i> Planejamento e execução de pesquisas e análises da distribuição espacial de aspectos ambientais e socioeconômicos do território brasileiro, e sobre o potencial, a estrutura e a utilização dos recursos naturais e do meio ambiente. <i>Finalidade:</i> Realizar análises espaciais compreendendo áreas urbanas e rurais, elaborando divisões regionais, definindo quadros de referência da organização social e econômica do País, e produzir dados e informações referentes aos recursos naturais e ao meio ambiente.	
2672	Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo
<i>Descrição:</i> Produção de pareceres ou notas, decorrentes da análise das consultas formuladas à Advocacia-Geral da União. <i>Finalidade:</i> Uniformizar a jurisprudência administrativa acerca da aplicação da Constituição Federal, das Leis e dos demais atos normativos no âmbito do Poder Executivo e assistir às autoridades competentes no controle interno da legalidade dos seus atos, bem como daqueles oriundos de órgãos ou entidades sob sua coordenação jurídica.	
2673	Correções nos Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União e Vinculados
<i>Descrição:</i> Promoção de correções nos órgãos jurídicos da AGU visando a verificação da regularidade e da eficácia dos serviços prestados e proposição de medidas corretivas, fiscalização das atividades funcionais, apreciação de representação e instauração de sindicâncias ou processos administrativos, relativamente aos membros da AGU; coordenação do estágio confirmatório dos integrantes das carreiras da AGU e emissão de pareceres sobre o desempenho daqueles submetidos ao estágio probatório, opinando fundamentadamente por sua confirmação no cargo ou exoneração. <i>Finalidade:</i> Assegurar a regularidade e a eficácia dos serviços prestados pelos órgãos jurídicos da Advocacia-Geral da União - AGU e pelas consultorias jurídicas dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações, vinculadas à AGU.	
2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de ações necessárias à defesa dos interesses da União, representando-a nos Tribunais, junto à primeira instância da Justiça Federal, comum e especializada. <i>Finalidade:</i> Representar a União, judicial e extrajudicialmente, em território nacional e no exterior, em cumprimento ao exposto no caput do art. 131 da Constituição Federal de 1988, nos termos da Lei Complementar nº 73/93 e da Lei nº 10.480, de 2/07/02, que criou a Procuradoria-Geral Federal.	
2804	Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais
<i>Descrição:</i> Edição dos atos oficiais, impressão em jornal tablóide e disponibilização para consulta do usuário-cidadão, bem como distribuição do jornal impresso aos assinantes e para vendas avulsas nos Estados, de modo a possibilitar ao usuário-cidadão o acesso às informações oficiais em tempo hábil, em qualquer região do País. Execução de serviços gráficos de uso interno da Imprensa Nacional e da Presidência da República. <i>Finalidade:</i> Editar e divulgar as informações oficiais relativas aos atos dos Poderes da União e outros institucionais ou privados de publicidade legal obrigatória.	
2A37	Arrecadação e Cobrança Administrativa de Créditos Patrimoniais
<i>Descrição:</i> Análise, definição e execução dos processos de lançamento, arrecadação e cobrança; acompanhamento gerencial dos créditos patrimoniais da União; sistematização, previsão e acompanhamento da arrecadação e cobrança administrativa. <i>Finalidade:</i> Realizar as atividades e procedimentos afetos ao lançamento e arrecadação de receitas patrimoniais, com vistas a maximizar a arrecadação e o incremento do potencial de arrecadação, bem como realizar as atividades e procedimentos afetos à cobrança de créditos patrimoniais da União, com vistas a promover a redução da inadimplência e a recuperação administrativa de créditos patrimoniais da União inadimplidos, ou o devido encaminhamento para fins de execução fiscal.	
2C51	Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas
<i>Descrição:</i> Avaliação dos processos de produção e de utilização de dados e de informações sociais, econômicas, territoriais e geocientíficas, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade, buscando a criação de espaços com características diferenciadas segundo os vários interesses dos produtores e usuários, adequados à apresentação e discussão dos múltiplos aspectos da produção, análise e disseminação dessas informações. <i>Finalidade:</i> Revisar o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, após consulta à sociedade por meio do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais que abriga as Conferências Nacionais de Estatística (CONFEST) e as Conferências Nacionais de Geociências (CONFEGE), e a promoção do 60º Congresso Mundial de Estatística.	
2C57	Prospecção de Tecnologias Computacionais e Definição de Padrões para Governo Eletrônico
<i>Descrição:</i> Realização de estudos, prospecções e pesquisas sobre tecnologias e padrões, objetivando o aprimoramento da prestação de serviços de governo eletrônico, por intermédio da definição e disponibilização de modelos, padrões, manuais, guias e normas, bem como atualização e disseminação dos padrões tecnológicos normatizados pelo Governo Federal. <i>Finalidade:</i> Facilitar a implementação de serviços públicos eletrônicos na Administração Pública.	
2D32	Fomento a Projetos de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
<i>Descrição:</i> Realização de estudos e pesquisas para subsidiar a implementação da PNDP nos órgãos e entidades do SIPEC. Fomento à execução dos trabalhos do Comitê Gestor da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal e a projetos de capacitação de servidores no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Implementação de projetos de divulgação e disseminação de ações voltadas ao monitoramento da PNDP. Apoio ao desenvolvimento e manutenção do sistema de gestão da capacitação por competências dos servidores públicos federais. <i>Finalidade:</i> Implementar projetos e elaborar estudos para o desenvolvimento e valorização profissional de servidores visando o fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNDP.	
2E24	Formulação, Desenvolvimento e Capacitação para Participação Social
<i>Descrição:</i> Realização de fóruns, seminários, debates, simpósios e estudos voltados para a formulação, o desenvolvimento e a capacitação de pessoas para a participação social na gestão pública. <i>Finalidade:</i> Formular, desenvolver e capacitar pessoas para a participação social na gestão pública.	
3596	Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia
<i>Descrição:</i> Substituição dos processos e das metodologias de produção de informações territoriais, com a modernização das áreas de produção cartográfica e das áreas temáticas. <i>Finalidade:</i> Implantar, em larga escala, a geotecnologia aplicada à coleta, ao tratamento e à disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente), modernizando os procedimentos de produção cartográfica, consolidando o sistema de produção cartográfica digital e reduzindo os custos e os prazos de produção, em atendimento à demanda da sociedade por informações sobre o território nacional que contemple dados atualizados e georreferenciados, privilegiando a disponibilidade em ambiente web.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4064	Auditoria na Área de Recursos Humanos
<i>Descrição: Identificação e acompanhamento das regularizações concernentes às inconsistências cadastrais e financeiras na folha de pagamento dos órgãos setoriais e seccionais do SIPEC; realização ou determinação da apuração de denúncias/reclamações de irregularidades na administração de recursos humanos nos órgãos setoriais e seccionais do SIPEC; submissão à unidade responsável pela normalização da área de recursos humanos das questões controvertidas sobre aplicação da legislação específica; apresentação de propostas de alterações do cadastro e da folha de pagamento à unidade responsável pela administração dos sistemas informatizados de gestão de recursos humanos; promoção, por intermédio dos sistemas informatizados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, do cruzamento de dados com vistas a regularizar inconsistências cadastrais e pagamentos indevidos; interação permanente com as unidades do Sistema Federal de Controle e do Tribunal de Contas da União com vistas à uniformização e à integração das ações, desenvolvimento e implantação do sistema de gestão de auditoria.</i> <i>Finalidade: Viabilizar a regularização de inconsistências detectadas na folha de pagamento; elevar o nível de consistência dos dados cadastrais e financeiros dos servidores integrantes dos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, bem como controlar e acompanhar a aplicação da legislação relativa à administração de recursos humanos e das orientações expedidas pelos órgãos setoriais e seccionais que compõem o SIPEC.</i>	
4066	Desenvolvimento Gerencial da Administração Pública
<i>Descrição: Promoção de eventos voltados para a capacitação de servidores públicos, intercâmbio e cooperação técnica com instituições, organismos, fóruns e redes nacionais e internacionais, de forma a contribuir para a melhoria da gestão pública e para a implementação de projetos de inovação em políticas públicas.</i> <i>Finalidade: Desenvolver habilidades cognitivas, instrumentais e comportamentais de servidores públicos, com foco no conhecimento de iniciativas inovadoras no setor público, visando contribuir para a melhoria da capacidade de governo.</i>	
4068	Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras
<i>Descrição: Realização de atividades multidisciplinares para a formação inicial e aperfeiçoamento de carreiras.</i> <i>Finalidade: Elaborar e executar programas de formação e de aperfeiçoamento de carreiras do serviço público federal.</i>	
4227	Pesquisas Conjunturais
<i>Descrição: Realização de pesquisas mensais, trimestrais e semestrais, elaboradas com base em coleta de dados e/ou compilação de registros administrativos divulgadas em curto prazo.</i> <i>Finalidade: Produzir indicadores, em curto prazo, que permitam analisar o comportamento socioeconômico do país.</i>	
4228	Pesquisas Estruturais da Área Econômica
<i>Descrição: Realização de pesquisas anuais elaboradas com base em coleta de dados e/ou compilação de registros administrativos divulgados no médio prazo.</i> <i>Finalidade: Produzir, contínua e sistematicamente, um conjunto de resultados necessários à caracterização e ao conhecimento da situação estrutural econômica do País.</i>	
4505	Monitoramento e Avaliação de Políticas e Programas de Governo, Gestão e Revisão do Plano Plurianual (PPA)
<i>Descrição: Desenvolvimento do modelo de monitoramento e avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 e de políticas, programas e projetos considerados estratégicos; Monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas e dos programas do Plano Plurianual – PPA; Desenvolvimento e implantação de metodologias e critérios de avaliação técnica, socioeconômica e ambiental estratégica de projetos de investimento; Revisão dos Programas do PPA. Serão realizadas despesas com: i) capacitação de servidores públicos Federais, bem como de servidores estaduais e municipais e de representantes da sociedade civil organizada, visando promover a participação federativa e social na gestão do Plano Plurianual; ii) serviços técnicos e administrativos; iii) viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); iv) sistemas de informações gerenciais internos; v) estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; vi) capacitação de técnicos em elaboração e análise de projetos; vii) coordenação e execução do processo de análise prévia de projetos; viii) realização e participação em reuniões e eventos sobre avaliação de projetos; ix) desempenho das atividades de competência da Secretaria-Executiva da Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto (CTPGV), vinculada à Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (CMA); x) execução das atividades relacionadas ao desempenho da função de Unidade Técnica Nacional, pelo Brasil, para o Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (Focem); xi) Supervisão da Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal, e da Carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura; xii) promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de programas e políticas públicas, etc; xiii) produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e iv) demais atividades-meio necessárias à realização do monitoramento e da avaliação de programas de governo.</i> <i>Finalidade: Monitorar e avaliar políticas e programas de governo visando melhorar a gestão, o desenho da programação e a alocação de recursos no Plano Plurianual e nos Orçamentos da União, e maximizar os impactos dos projetos públicos de investimento.</i>	
4727	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro
<i>Descrição: Produção e apoio à realização de estudos e pesquisas sócio-econômicos de caráter analítico e prospectivo sobre os desafios para o desenvolvimento do País e suas soluções e atendimento ao acordo de cooperação técnica com o organismo internacional "CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe". Edição e publicação de boletins conjunturais, revistas, livros e anais referentes a temas de interesse para a condução das políticas públicas e a resultados de estudos e pesquisas elaborados ou apoiados pela instituição. Organização e apoio a eventos para a disseminação de conhecimentos sobre os desafios e alternativas para o desenvolvimento do país.</i> <i>Finalidade: Produzir conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro por meio da síntese, diagnóstico, análise, reflexão e prospecção de alternativas e estratégias de desenvolvimento nacional a médio e longo prazos, nos seguintes eixos temáticos: 1. Inserção internacional soberana; 2. Macroeconomia para o pleno emprego; 3. Fortalecimento do estado, das instituições e da democracia; 4. Estrutura produtiva-tecnológica avançada e regionalmente articulada; 5. Infra-estrutura e logística de base; 6. Proteção social e geração de oportunidades; e 7. Sustentabilidade ambiental, de modo a prover suporte técnico aos centros decisórios de governo para identificação de desafios e oportunidades de desenho e formulação das agendas de política pública. Aperfeiçoar os instrumentos de suporte aos processos de gestão em suas mais variadas dimensões, visando a melhoria da produção, da sistematização e da disseminação de conhecimentos sobre os desafios do desenvolvimento do país e suas soluções. Divulgar informações, conhecimentos, estudos, pesquisas e opiniões a respeito de temas sociais e econômicos e ampliar o debate acerca de alternativas de políticas públicas.</i>	
4838	Aprimoramento de Serviços Públicos Eletrônicos
<i>Descrição: Adoção de padrões, modelos e/ou especificações tecnológicas, de forma a melhorar a prestação e a disponibilização de serviços públicos eletrônicos, desobrigando o cidadão a conhecer a estrutura formal do Governo.</i> <i>Finalidade: Melhorar a prestação de serviços públicos eletrônicos disponibilizados à sociedade.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4852	Destinação de Imóveis da União
<i>Descrição:</i> Destinação de imóveis da União aos órgãos e entidades da Administração Pública, Estados e Municípios, bem como administração dos imóveis funcionais. <i>Finalidade:</i> Identificar o potencial e a vocação de cada imóvel da União, priorizando: inclusão social; geração de emprego e renda; fomento econômico; melhoria da infraestrutura; ordenamento territorial; racionalização do uso e melhoria na prestação de serviços públicos.	
4858	Capacitação Técnica em Certificação Digital
<i>Descrição:</i> Treinar as empresas, servidores públicos, cidadãos brasileiros e pessoal envolvido com os Prestadores de Serviço de Certificação nas práticas, normas e padrões da ICP-Brasil. <i>Finalidade:</i> Capacitar empresas, servidores públicos, cidadãos brasileiros e pessoal envolvido com os Prestadores de Serviço de Certificação, com foco no uso, suporte técnico para o uso e emissão de certificados digitais ICP-Brasil.	
4901	Funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<i>Descrição:</i> Realização de reuniões periódicas e produção de documentos para subsidiar as decisões governamentais na área de segurança alimentar e nutricional, com o suporte da Secretaria-Executiva, à qual compete assistir à Presidência e à Secretaria-Geral do CONSEA no âmbito de suas atribuições. A ação também permitirá a comunicação permanente com os conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, subsidiando-os com informações e apoio técnico que possibilitem a implantação e consolidação do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos três níveis da Federação. <i>Finalidade:</i> Garantir o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA e de sua Secretaria-Executiva, permitindo a realização de reuniões plenárias, de comissões permanentes, de grupos de trabalho e de outros eventos, bem como a prestação de apoio à consolidação do Sistema e da Política Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.	
4912	Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação Digital (PSC) da ICP-Brasil
<i>Descrição:</i> Abrir processos de auditoria e/ou fiscalização com objetivo de verificar a conformidade das entidades credenciadas, e em credenciamento, na ICP-Brasil e elaborar e encaminhar os Relatórios com as irregularidades detectadas. <i>Finalidade:</i> Verificar, por meio de auditorias e fiscalização operacionais e de credenciamento, a conformidade dos processos, procedimentos operacionais e atividades dos Prestadores de Serviço de Certificação com as suas respectivas Declarações de Práticas de Certificação, suas Políticas de Certificação, a Política de Segurança e demais documentos, resoluções e normas gerais estabelecidos para as entidades em credenciamento ou integrantes da ICP-Brasil.	
4917	Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil
<i>Descrição:</i> Contratação de hospedagem de contingência para sites de Internet da AC Raiz da ICP Brasil em localidade diversa de Brasília; manutenção de contrato de manutenção preventiva e corretiva do Ambiente Seguro do ITI (ongoing); readequação tecnológica de todos os subsistemas do Ambiente Seguro da AC Raiz em Brasília; adequação das instalações do CPD da sede do Instituto e instalação de solução de monitoramento remoto (NOC); manutenção de contrato de acesso à Infovia Brasília, provido pelo Serpro e contratação de acesso diretamente a partir do Ambiente Seguro do ITI; contratação de acesso à Internet para site de redundância; aquisição de infraestrutura para implementação de um novo site (redundância) em ambiente seguro fora de Brasília; modernização do Parque Tecnológico; adequação do contrato de vigilância para o Ambiente Seguro levando-se em consideração as suas peculiaridades; alocação de profissionais terceirizados para administração do Ambiente Seguro da AC-Raiz; contratação de profissionais/empresa para manutenção, administração e suporte da infraestrutura do ambiente computacional do Ambiente Seguro da AC-Raiz; contratação de empresa(s) especializada(s) com a finalidade de ministrar treinamento(s) em infraestrutura de chaves públicas, segurança da informação, gestão e qualidade dos serviços; promoção da auditoria da AC-Raiz conforme estabelecido pelo Comitê-Gestor da ICP-Brasil, considerando o disposto na Declaração de Práticas de Certificação (DPC) e na Política de Segurança (PS) da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil. <i>Finalidade:</i> Manter ambiente seguro e toda infra-estrutura relacionada conforme Declaração de Práticas de Certificação (DPC) e Política de Segurança (PS) da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil.	
5280	Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
<i>Descrição:</i> Mensuração da evolução dos preços ao consumidor representativos da estrutura de consumo das populações residentes na área urbana brasileira, calculando a inflação conforme as populações-objeto definidas. Como estrutura de consumo será utilizada a Pesquisa de Orçamentos Familiares mais recente, do IBGE. O objetivo deste projeto é calcular índices nacionais a partir da agregação do índice de preços de cada uma das 26 Unidades da Federação e do Distrito Federal. Desta forma, o Sistema Nacional de Índices de Preços – SNIPC passa a refletir a estimativa do movimento de preços ao consumidor de todo o país, representando a área urbana do território nacional. <i>Finalidade:</i> Dar continuidade ao planejamento e implantação de um novo modelo para o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC em nível nacional e para cada uma das 26 unidades da Federação e Distrito Federal, a partir dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares mais recente e implementar aprimoramento da fórmula de cálculo e outros aspectos conceituais.	
5292	Censo Demográfico 2010
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de atividades com vistas à elaboração de instrumentos de coleta de dados, crítica, apuração e divulgação dos resultados da realidade demográfica e social do país. <i>Finalidade:</i> Propiciar o conhecimento da realidade demográfica e social do país, por meio do levantamento de seus dados censitários	
6227	Capacitação de Servidores Públicos e Profissionais
<i>Descrição:</i> Elaboração e promoção de programas de treinamento sistemáticos. <i>Finalidade:</i> Capacitar servidores públicos e profissionais para o melhor desempenho de suas funções.	
6267	Produção de Material para Disseminação da Educação Fiscal
<i>Descrição:</i> A ação objetiva criar, produzir e distribuir para os Estados e Municípios kits didático-pedagógicos constituídos de cadernos pedagógicos e CD's, bem como vídeos institucionais, cadernos específicos para públicos diversificados, conforme sua escolaridade, além de material de apoio e divulgação, visando as capacitações do cidadão quanto à Educação Fiscal. <i>Finalidade:</i> Criar e reproduzir os materiais didático-pedagógicos de apoio para proporcionar à população acesso aos conhecimentos inerentes à Educação Fiscal com a proposta de trabalho sistematizada.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6268	Formação de Disseminadores da Educação Fiscal
<i>Descrição:</i> A ação coaduna-se com os preceitos fundamentados pela Constituição Federal - quanto à instituição da democracia participativa no Brasil e da ampliação os direitos dos cidadãos quanto à sua condição de fiscal das ações dos governantes, dentro do Estado de Direito - e pela Portaria Interministerial nº 413 de 31 de dezembro de 2002, onde se visualiza a necessidade da conscientização do cidadão para a realização do pleno exercício da cidadania, pois é necessário ao cidadão entender seu papel dentro da sociedade e sua função dentro do quadro político-social em que vive para poder, assim, efetuar as mudanças necessárias aos seus interesses. A conscientização do cidadão passa pelo entendimento das relações entre o governo e a sociedade, a necessidade da existência daquele para a manutenção dessa. Isso perpassa pelo entendimento da necessidade de arrecadação do tributo e como ele é aplicado, do funcionamento do sistema tributário e orçamentário, do processo de planejamento das receitas e despesas, da importância do aumento da fiscalização dos gastos públicos pela sociedade para o combate à corrupção, do desenvolvimento da consciência crítica, do fortalecimento da ética e da moral na administração pública, do aumento da noção de bem público, e do incentivo à participação do cidadão nas decisões políticas. <i>Finalidade:</i> Formar disseminadores por meio de ensino à distância e cursos presenciais para a implantação da Educação Fiscal na sociedade por meio dos seus grupos organizados.	
6273	Pós-Graduação para Servidores Públicos
<i>Descrição:</i> Planejamento, execução, monitoramento e avaliação de cursos de pós-graduação para servidores públicos. <i>Finalidade:</i> Promover a educação continuada de nível superior dos quadros do serviço público em áreas e temas relevantes para o fortalecimento da capacidade de governo na gestão das políticas públicas.	
6274	Negociação Coletiva no Serviço Público Federal
<i>Descrição:</i> Implementação e manutenção da Mesa Nacional de Negociação Permanente-MNPN e das Mesas Setoriais; elaboração e aprovação de atas e protocolos; manutenção das Comissões Temáticas de Política Salarial, Direitos Sindicais e Negociação Coletiva, Seguridade Social e Diretrizes Gerais de Planos de Carreiras e outras correlatas; além da capacitação dos dirigentes da APF que participaram do SINP. Promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação da política; Apoio e desenvolvimento de projetos relacionados ao Tema de Negociação Coletiva no Serviço Público. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o trato das demandas do Governo e dos servidores, de forma democrática e transparente e com a participação da sociedade, utilizando como mecanismo de gestão o estabelecimento do Sistema de Negociação Permanente - SINP, visando à eficácia dos serviços prestados no Governo Federal.	
6275	Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de atividades de estudos aplicados, editoração e difusão técnica, acervo documental e bibliográfico, com vistas à consolidação e à divulgação de informações e de conhecimentos relativos à gestão pública; realização do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal para incentivo e divulgação de inovações na gestão pública. <i>Finalidade:</i> Produzir e disseminar estudos, pesquisas e publicações de referência em gestão pública, subsidiando a formulação, a implementação e a avaliação de políticas governamentais.	
6278	Aperfeiçoamento da Gestão da Força de Trabalho no Serviço Público Federal
<i>Descrição:</i> Estabelecimento das diretrizes norteadoras dos estudos para a reestruturação dos cargos e carreiras no Serviço Público Federal; Levantamento dos condicionantes legais que possam interferir no conteúdo dos estudos; Análise da política de recursos humanos; Análise dos modelos de planos de cargos e planos de carreiras existentes no Serviço Público Federal; Identificação dos problemas conceituais e de natureza legal dos modelos de planos de cargos e planos de carreiras existentes no Serviço Público Federal e de suas prováveis causas e consequências; Apresentação e discussão de hipóteses de encaminhamento de solução para os problemas identificados; Avaliação das hipóteses e escolha das consideradas melhores para possibilitar a elaboração / reestruturação dos planos de cargos e planos de carreiras; Consulta aos órgãos jurídicos para verificação da existência de amparo legal para as hipóteses escolhidas; Cálculo de impacto das medidas cogitadas; Apresentação dos critérios e justificativas que embasam as alternativas escolhidas; redação das minutas de atos legais e regulamentares necessários para orientar a elaboração / reestruturação de planos de cargos e planos de carreiras no Serviço Público Federal; Proposição de medidas de transição entre a situação atual e a situação proposta, decorrentes da implantação das novas diretrizes de planos de cargos e planos de carreiras; autorização de concursos públicos para a contratação de profissionais que atendam adequadamente às necessidades dos órgãos; realização de pesquisas comparativas para a determinação do perfil, incluindo análises de fluxos para a correta avaliação quantitativa. <i>Finalidade:</i> Diagnosticar e prospectar a evolução da força de trabalho da Administração Pública Federal; realizar estudos para definição dos perfis e das competências existentes e necessárias; levantar a real necessidade de pessoal de cada órgão, propor provimento planejado e estabelecer diretrizes para elaboração/reestruturação, implantação, acompanhamento e avaliação de planos de carreiras no âmbito da Administração Pública Federal.	
6738	Regularização Fundiária em Imóveis da União
<i>Descrição:</i> Reconhecimento do direito à posse e à moradia, via titulação das famílias ocupantes, decorrendo da execução de atividades articuladas com órgãos parceiros quanto à regularização urbanística e ambiental. <i>Finalidade:</i> Promover a regularização da ocupação de áreas de domínio da União, por meio da construção de parcerias institucionais e da participação popular, priorizando os assentamentos informais consolidados e provisão habitacional, de forma a garantir a inclusão sócio-territorial e o reconhecimento do direito constitucional ao solo urbano e à moradia.	
7264	Desenvolvimento e Implantação do Criptossistema da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento e implantação de uma nova plataforma criptográfica para a Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz) da ICP-Brasil, composta de hardware e software responsáveis pela emissão e revogação de certificados digitais das Autoridades Certificadoras de 1º nível da ICP-Brasil, bem como, pela emissão da Lista de Certificados Revogados - LCR da AC Raiz da ICP-Brasil; desenvolver massa crítica em certificação digital e instalar um ambiente seguro com sala-cofre para testes da plataforma. Melhorias e aperfeiçoamentos do atual sistema (MSC e SGC) implementado por força de regulamentação do ICP-Brasil. <i>Finalidade:</i> Desenvolver Criptossistemas em código aberto com tecnologia nacional.	
8448	Integração dos Sistemas Informatizados do Governo Federal
<i>Descrição:</i> Estruturas de integração que possibilitem a comunicação entre os sistemas de governo, estruturadores e/ou finalísticos, visando reduzir as redundâncias e os custos de desenvolvimento, melhorar a qualidade da informação armazenada e possibilitar que a produção de informação gerencial se dê de forma mais confiável e eficaz. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar e aperfeiçoar estruturas de integração dos sistemas de gestão administrativa e finalísticos do Governo Federal.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8516	Gestão do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática - SISP
<i>Descrição: Elaboração de modelos, especificações, normas e orientações técnicas, visando à racionalização de recursos de informação e informática na Administração Pública Federal. Suporte dessas atividades, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, por meio de recursos informacionais e capacitação para os servidores que atuam na área de informação e informática.</i> <i>Finalidade: Estabelecer políticas, coordenar, normatizar e monitorar o emprego dos recursos de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, bem como promover a capacitação do pessoal envolvido na área de abrangência do Sistema.</i>	
8520	Promoção da Segurança da Informação na Administração Pública
<i>Descrição: Produção e disseminação de estudos e práticas de segurança da informação nos órgãos e entidades integrantes do SISP, por meio de atividades como a implantação da Certificação Digital em sistemas de gestão governamental, que envolve a adequação dos sistemas e emissão de certificados digitais para os servidores públicos que os acessam.</i> <i>Finalidade: Promover a segurança da informação na utilização de recursos de informação e informática na Administração Pública, no contexto de atuação do SISP.</i>	
8676	Desenvolvimento do Projeto Orla
<i>Descrição: Apoio a Estados e Municípios no planejamento de ações para ordenamento e utilização sustentável dos espaços de orla por meio da promoção de ampla articulação entre os três níveis de governo e a sociedade civil, concretizada na elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla e no compartilhamento da gestão dos espaços sob domínio da União.</i> <i>Finalidade: Ordenar os espaços nas orlas marítimas e fluviais com fundamento na garantia da participação social, na definição de diretrizes para a utilização sustentável dessas áreas, nos princípios da inclusão sócio-territorial e da requalificação urbanística e ambiental.</i>	
8688	Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União
<i>Descrição: Delimitação das linhas de alcance da propriedade originária ao longo de rios federais, mares e fronteira - a demarcação. Delimitada a linha, passa-se à individualização dos imóveis englobados, procedendo à vistoria, análise documental e avaliação para regularização dominial - o cadastramento. Após esses procedimentos, os imóveis comporão a Carteira Patrimonial da União. Obtenção de base cartográfica para a demarcação e cadastramento.</i> <i>Finalidade: Identificar, cadastrar, avaliar e regularizar os imóveis da União.</i>	
8690	Fiscalização e Controle do Uso de Imóveis da União
<i>Descrição: Controle para eliminação das situações irregulares de uso em áreas da União e garantia de sua adequada utilização.</i> <i>Finalidade: Preservar as características imobiliárias no controle da destinação e do uso, mediante fiscalização da utilização do patrimônio imobiliário da União.</i>	
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<i>Descrição: Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.</i>	
8861	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário
<i>Descrição: A título de gestão, são adquiridos recursos e infraestrutura de trabalho, bem como realizadas atividades de apoio administrativo necessárias ao cumprimento das etapas previstas no processo orçamentário. Em matéria de aprimoramento, prevê-se a realização de seminários relacionados a orçamento público; instituição do Prêmio SOF de Monografia; elaboração de estudos e pesquisas para aprimoramento e aperfeiçoamento dos paradigmas e marcos teóricos orçamentários, bem como sobre o caráter participativo da sociedade no processo de alocação dos recursos públicos; estabelecimento de intercâmbio de cooperação técnica com Estados e Municípios; participação no grupo de estudos sobre a sistemática de apuração de custos do setor público; e implementação de outras iniciativas que visem à racionalização, melhoria ou otimização dos resultados do processo orçamentário brasileiro.</i> <i>Finalidade: Promover a implementação de medidas que visem ao gerenciamento e aperfeiçoamento do processo orçamentário federal.</i>	
8862	Formação Continuada dos Servidores do Processo Orçamentário
<i>Descrição: Promoção de qualificação profissional, aperfeiçoamento técnico e desenvolvimento individual continuados dos servidores que integram o Sistema de Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios, mediante participação em cursos, seminários, conferências, fóruns e intercâmbios promovidos por entes públicos e privados, em nível nacional ou internacional, participação em atividades presenciais e à distância, grupos formais de estudos e ensaios, aprendizagem em serviço, entre outros.</i> <i>Finalidade: Melhorar a eficiência, eficácia e qualidade das atividades desenvolvidas pelos servidores que integram o Sistema de Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios.</i>	
8863	Gestão da Tecnologia e da Informação Orçamentária
<i>Descrição: Desenvolvimento, manutenção e implementação de melhorias nos sistemas e subsistemas de Planejamento e Orçamento, informatizados ou não, bem como os demais componentes da estrutura de informações de Planejamento e Orçamento; expandir, adequar e manter o parque computacional instalado na SOF, com vistas a garantir sua atualização e compatibilidade com a natureza e a qualidade requerida das atividades desenvolvidas pela Secretaria.</i> <i>Finalidade: Planejar, coordenar e gerenciar as atividades relativas à tecnologia e à informação orçamentária, visando maior eficiência e eficácia no desenvolvimento e no aprimoramento do processo orçamentário da União.</i>	
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional
0556	Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas
<i>Descrição: Contribuição destinada a cobrir despesas de custeio da Fundação Getúlio Vargas.</i> <i>Finalidade: Realizar estimativas de índices econômicos, realização de estudos econômicos e de estudos relacionados à modernização da administração pública.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

141C	Implantação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI
<i>Descrição: Planejamento, elaboração e implantação do projeto do SICONFI. O projeto visa a implantação de sistema com o objetivo de cumprir o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que trata da consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação, e assegurar a transparência da gestão fiscal disposta no art. 48 da mesma lei. O sistema deverá possibilitar a necessária integração com outros sistemas de administração financeira e controle dos entes da Federação.</i> <i>Finalidade: Substituir o atual sistema de coleta de informações contábeis e fiscais, proporcionando a melhoria da consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos Entes da Federação, e a divulgação das informações na internet.</i>	
2066	Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas
<i>Descrição: Elaboração de propostas com avaliação, de forma acurada, de seus impactos sobre a economia; participação em grupos de trabalho e fóruns especializados, que concorram para o objetivo das medidas que se pretende implementar; elaboração de notas com avaliação dos indicadores econômicos e fiscais do País, confecção de estudos contemplando análises da experiência internacional com o intuito de subsidiar, no que couber, a formulação das medidas propostas para o País e elaboração de relatórios sobre o tema em avaliação. Acompanhamento dos indicadores econômicos e fiscais, com elaboração de análises, de forma a aferir a eficiência das medidas de política econômica e avaliar a conveniência e a oportunidade de implementar correção de rumos. Elaborar projeções para a evolução da economia e para os parâmetros do orçamento. Avaliar os impactos econômicos e fiscais de proposições legislativas.</i> <i>Finalidade: Propor medidas e aperfeiçoamentos nos normativos legais, avaliando os efeitos econômicos e sociais de sua implementação visando promover a eficiência econômica e a inclusão social. Acompanhar e analisar a evolução dos indicadores econômicos e fiscais, com o intuito de subsidiar e coordenar as decisões de política econômica e avaliar proposições legislativas de cunho econômico.</i>	
2068	Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais
<i>Descrição: Avaliação e/ou proposição de novos marcos e critérios regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais.</i> <i>Finalidade: Atuar na regulamentação das atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, agrícolas, de comércio e serviços e do setor industrial, visando à eficiência econômica e ao funcionamento de mercados em ambientes concorrenciais.</i>	
2074	Gestão Financeira e Contábil da União
<i>Descrição: Geração de produtos relativos à política fiscal elaborados por determinação constitucional ou legal, ou a título de dar transparência à execução da política fiscal, tais como o BGU, RREO, RGF, os Decretos de Programação Financeira, o Resultado do Tesouro Nacional, entre outros produtos.</i> <i>Finalidade: Elaborar os produtos necessários ao cumprimento de determinações constitucionais e legais e para conferir transparência à execução da despesa pública, tais como a prestação de contas anual do Presidente da República ao Congresso Nacional, efetuada por determinação constitucional (Artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal), o Balanço Geral da União (BGU), o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), efetuados por determinação da LRF, os Decretos de Programação Financeira, visando o alcance da meta de superávit primário estabelecido no Anexo das Metas Fiscais da LDO, o Resultado do tesouro nacional, entre outros produtos.</i>	
2075	Gestão de Obrigações da União
<i>Descrição: Realização dos leilões de títulos da dívida pública mobiliária federal (DPMF), tendo como parâmetro a previsão constante do orçamento, de forma a contribuir para assegurar a solvência do setor público.</i> <i>Finalidade: Cumprir a estratégia de financiamento da dívida pública federal, expressa no Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública (PAF), de modo a contribuir para manter o endividamento público nacional em trajetória sustentável, assegurando que a União seja capaz de honrar os compromissos assumidos.</i>	
2076	Gestão de Haveres da União
<i>Descrição: Controle dos haveres mobiliários referentes às participações acionárias em empresas estatais, bem como dos haveres financeiros concernentes aos dividendos, aqueles decorrentes da renegociação de débitos de Estados e Municípios e de entidades de suas administrações indiretas com o governo federal, de refinanciamento de dívidas do crédito rural, da assunção de créditos de empresas públicas extintas por força de lei, de operações estruturadas.</i> <i>Finalidade: Efetuar a administração, o controle e o monitoramento atinente aos haveres mobiliários de titularidade da União (participações acionárias em empresas estatais), bem como aos haveres financeiros referentes a dividendos, a programas de refinanciamento de dívidas, retorno de empréstimos, acordos de reestruturação de dívida externa e aquisições de participações governamentais, ao alongamento de dívidas do crédito rural, à assunção de créditos de empresas públicas extintas por força de lei, às operações estruturadas, às operações decorrentes de legislação específica.</i>	
2077	Gestão da Dívida Pública
<i>Descrição: Destina-se a fazer face aos custos decorrentes das emissões de títulos nos mercados interno e externo, sendo utilizada para o pagamento de despesas gerais com a administração da dívida pública da União, considerando os títulos já existentes, bem como novas emissões. Além de emissões, contemplam-se também as operações estruturadas, que envolvem troca e/ou recompra de títulos.</i> <i>Finalidade: Oferecer suporte jurídico e administrativo quanto ao lançamento de títulos nos mercados interno e externo, objetivando obter conformidade legal estabelecida nas praças financeiras onde são comercializados</i>	
2081	Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional
<i>Descrição: Manutenção e adequação dos sistemas internos estruturantes da Secretaria do Tesouro Nacional, com destaque para os que tratam da gestão dos haveres da União, do controle da dívida pública e do endividamento dos Estados e Municípios, a programação financeira da União e a contabilidade governamental.</i> <i>Finalidade: Gerir as demandas de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional com o propósito de conferir eficiência e produtividade à Secretaria no desempenho de suas diversas atribuições finalísticas de forma alinhada com as tendências tecnológicas.</i>	
2086	Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI
<i>Descrição: Manutenção e produção do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), importante instrumento de administração orçamentária e financeira da União e que oferece suporte aos órgãos centrais, setoriais e executores da gestão pública, tornando segura a contabilidade da União e viabilizando a gestão orçamentária e financeira a cargo das diversas unidades de administração da União. Ligados ao sistema encontram-se todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário. Além disso são executados outros serviços correlatos necessários a dar suporte às diversas atividades finalísticas da Secretaria, atinentes ao SIAFI.</i> <i>Finalidade: Manter o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), garantindo a sua produção e manutenções corretivas e evolutivas.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2089	Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN
<i>Descrição:</i> O Banco Central, por meio da execução da ação Sisbacen, visa facilitar a captação, o tratamento e a divulgação de informações de seu interesse, relativamente às instituições objeto de sua ação controladora, reguladora e fiscalizadora, bem como disponibilizar para órgãos e entidades do Poder Público, a pessoas físicas e jurídicas, informações constantes das suas bases de dados de interesse desses entes, observados os preceitos de sigilo que legalmente as envolvem. Para isso, mantém uma infra-estrutura tecnológica com a capacidade de processamento e armazenamento e adequado nível de segurança para suportar sistemas essenciais para o sistema financeiro nacional, de forma a beneficiar a sociedade como um todo. O Sisbacen está disponível para acesso, em tempo real, vinte quatro horas por dia, sete dias por semana. É importante ressaltar que as informações e serviços disponíveis no Sisbacen extrapolam o âmbito do Banco Central, incluem o atendimento de demandas dos três Poderes da União e podem ser acessados por instituições sujeitas à ação reguladora/fiscalizadora do Banco Central do Brasil e entidades vinculadas ao Sistema Financeiro Nacional, tais como associações de classe e bolsa de valores, bem como as entidades vinculadas aos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Órgãos dos três Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, como, por exemplo, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, que é um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, responsável, entre outras coisas, pela coordenação de ações voltadas ao combate à lavagem de dinheiro; pessoas físicas ou jurídicas não enquadradas nas categorias anteriores e que necessitam de acesso a determinados recursos do Sisbacen, por força de algum ato normativo do Banco Central do Brasil ou do Governo Federal; pessoas físicas ou jurídicas que necessitam de acesso a informações de domínio e interesse público, tais como de normativos do Banco Central, taxas diversas, cotações de moedas, indicadores econômico-financeiros e resultados de leilões de câmbio. A estratégia para a execução da ação Sisbacen é elaborada e implantada por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que é aprovado pela Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, e que consiste em uma proposta de direcionamento das ações de TI, no âmbito da autarquia. <i>Finalidade:</i> Prover o Banco Central do Brasil de instrumentos de tecnologia da informação para o cumprimento de sua missão institucional.	
2091	Organização do Sistema Financeiro Nacional
<i>Descrição:</i> Controle e avaliação do acesso ao Sistema Financeiro Nacional, da sua organização e das modificações estruturais das instituições que o compõem, presente o interesse público. <i>Finalidade:</i> Organizar o Sistema Financeiro Nacional (SFN).	
2098	Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito
<i>Descrição:</i> Definição e controle dos instrumentos de política monetária, bem como monitoramento das variáveis, acompanhamento dos mercados e cenários. Definição da política cambial, monitoramento dos mercados e atuação. Proposição, implementação e acompanhamento de medidas de crédito. <i>Finalidade:</i> Ordenar o ambiente macroeconômico, por meio do gerenciamento das políticas monetária, cambial e de crédito.	
2099	Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de estudos e elaboração de normas relativas ao funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, envolvendo inclusive a análise da regulamentação do sistema financeiro internacional, com vistas à adoção de padrões internacionais para a equalização de procedimentos. <i>Finalidade:</i> Regular o Sistema Financeiro Nacional.	
20RB	Educação Financeira do Banco Central do Brasil
<i>Descrição:</i> Disseminação de conhecimento sobre gestão de finanças pessoais. <i>Finalidade:</i> Promover a educação financeira para a sociedade.	
20S2	Educação e Orientação sobre os Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta
<i>Descrição:</i> Oferecer informações e orientações aos consumidores do mercado de seguros, previdência complementar aberta e capitalização; atuar em conjunto com os demais órgãos que compõem o Comitê Nacional de Educação Financeira - Conef para a implementação dos projetos de Educação Financeira transversais, como o projeto piloto nas escolas de Ensino Médio, elaboração do projeto piloto das escolas de Ensino Fundamental e projeto transversal para os adultos. <i>Finalidade:</i> Educar e orientar atuais e potenciais consumidores sobre os mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta, buscando facilitar a compreensão a respeito dos produtos oferecidos à população, propiciar a inserção de novos consumidores que, por desconhecimento e dificuldades de acesso a informações especializadas, nunca operaram nesses mercados. Consumidores conscientes de seus riscos e responsabilidades podem contribuir para o desenvolvimento de um mercado mais transparente e competitivo, além de propiciar mais flexibilidade na estrutura regulatória.	
20SG	Remuneração pela Utilização do Sistema de Transferência de Reservas - STR
<i>Descrição:</i> Trata-se de contrato administrativo firmado entre a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil referente à utilização do Sistema de Transferência de Reservas - STR, o que permite monitoramento on-line dos ingressos e saídas de recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional. <i>Finalidade:</i> Utilização do STR para operacionalizar diretamente as movimentações financeiras na Conta Única do Tesouro Nacional e segregar os Sistemas Financeiro e Contábil.	
20SH	Estudos e Pesquisas em Matéria Fazendária
<i>Descrição:</i> Promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos temas de finanças públicas e áreas correlacionadas, e em conformidade aos macroprocessos fazendários. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento e disseminação de estudos e pesquisas na área de finanças públicas, em assuntos de interesse do Ministério da Fazenda.	
2203	Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários
<i>Descrição:</i> Acompanhamento da conduta dos participantes do mercado de valores mobiliários, com o propósito de identificar e coibir práticas não-equitativas, criação de condições artificiais de mercado e outras condutas ilícitas, inclusive com realização de inspeções. Instaurar e conduzir investigações (processos administrativos sancionadores), dar subsídios aos julgamentos dos processos para eventuais punições, de forma a induzir os agentes do mercado ao cumprimento das normas vigentes. Manter serviços de registro de emissões e credenciamento desses agentes para atuação junto à sociedade. <i>Finalidade:</i> Fiscalizar permanentemente a atuação dos agentes econômicos que atuam no mercado de valores mobiliários, visando prevenir ou corrigir situações anormais do mercado, divulgar informações ou recomendações e esclarecer ou orientar os participantes do mercado.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2204	Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários
<i>Descrição:</i> Elaboração e divulgação de normas e indicadores para o mercado de valores, realização de estudos para subsidiar o levantamento das referidas informações. <i>Finalidade:</i> Disseminar informações, visando promover a expansão e o funcionamento eficiente do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas; regulamentar o mercado de valores mobiliários, objetivando assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão; proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra emissões irregulares de valores mobiliários e atos ilegais de administradores e acionistas das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários.	
2205	Orientação e Defesa aos Investidores (Prodin)
<i>Descrição:</i> Operação de diversos canais de atendimento ao público, visando a responder consultas e a apurar reclamações e denúncias. Planejamento, desenvolvimento, monitoramento, avaliação e revisão de iniciativas educacionais, próprias ou em parceria, de informação, formação (cursos) e orientação aos investidores e ao público em geral, incluindo a comunicação e a divulgação de eventos e campanhas. Funcionamento de Centro de Estudos em Mercado de Capitais, com vistas a estimular a pesquisa científica e técnica especializado em mercados financeiros e de capitais, por meio de convênios, contratação de estudos e consultorias, realização de seminários, conferências, workshops, palestras e outros eventos. <i>Finalidade:</i> Proteger investidores atuais e potenciais, por meio de serviço de atendimento ao público e de projetos educacionais, a fim de que o cidadão possa fazer escolhas conscientes e bem informadas, conheça os riscos, as oportunidades e as características do mercado, bem como seus direitos e a forma de se proteger de eventuais fraudes e práticas irregulares.	
2214	Fiscalização dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta
<i>Descrição:</i> Acompanhamento das operações das empresas que compõem os mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização, com o propósito de identificar e coibir práticas irregulares ou ilícitas e avaliar a capacidade das empresas identificarem, monitorarem e gerenciarem os principais riscos inerentes às suas operações, executando ainda, atividades de fiscalização nos agentes participantes dos mercados que atuam sem autorização para operar. <i>Finalidade:</i> Fiscalizar a atuação dos agentes dos mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização, no tocante aos principais riscos inerentes às suas operações, à suficiência e adequação de suas estruturas de controles internos e o cumprimento das normas em vigor, visando atuar de forma prudencial, com o intuito de preservar a solvência das instituições e os direitos dos consumidores desses mercados.	
2215	Regulamentação dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta
<i>Descrição:</i> Elaboração e publicação de normas para os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, e divulgação de informações e indicadores relativos aos mercados. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar informações à sociedade objetivando promover o desenvolvimento da cultura de seguro, resseguro, previdência complementar aberta e capitalização, estimular a comercialização dos produtos destes mercados; e regulamentar os mercados com o objetivo de estimular o seu desenvolvimento, assegurar o equilíbrio e regularidade técnica e jurídica dos contratos, e o funcionamento eficiente e transparente.	
2387	Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais
<i>Descrição:</i> Emissão de autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular; autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (sweepstakes), bem como de outras modalidades de loteria turística autorizadas; autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal. <i>Finalidade:</i> Autorizar e fiscalizar as operações de distribuição gratuita de prêmios e planos de extrações lotéricas, visando assegurar o absoluto cumprimento dos direitos dos consumidores.	
2832	Supervisão do Sistema Financeiro Nacional
<i>Descrição:</i> Supervisão das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, abrangendo atividades como avaliação baseada em riscos, inspeções geral e modular, verificação especial, avaliação de controles internos e conformidade, prevenção à ilícitos financeiros, instauração e decisão de processos administrativos punitivos, etc, bem como o monitoramento dessas instituições e dos mercados financeiros, avaliação de cenários, realização de testes de estresse, controle dos riscos assumidos pelas instituições financeiras dentro dos limites estabelecidos pela regulação prudencial. Além disso, atendimento à denúncias e reclamações dos cidadãos, atendimento de demandas dos diversos poderes, realização de reuniões de coordenação das atividades e dos grupos de trabalho voltados para o aperfeiçoamento dos procedimentos, dos sistemas e das ferramentas de uso da área. <i>Finalidade:</i> Acompanhar e monitorar o comportamento das instituições integrantes do mercado financeiro, atuando com vistas à solidez e à eficiência do Sistema Financeiro Nacional.	
3599	Implantação do Novo SIAFI
<i>Descrição:</i> Planejamento, elaboração e implantação do projeto do novo SIAFI. O projeto visa atender com flexibilidade e eficiência às exigências da administração orçamentária e financeira do governo federal, contribuindo cada vez mais para a transparência dos gastos públicos. <i>Finalidade:</i> Modernizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).	
4562	Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos
<i>Descrição:</i> Participação de pessoal técnico e dirigentes em reuniões e encontros que discutam assuntos de interesse de casos em instrução ou que possam ser objetos de análise; elaboração de pareceres técnicos sobre casos em instrução; outras atividades relacionadas à instrução e à análise dos diversos casos tratados pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. <i>Finalidade:</i> Analisar atos de concentração e condutas anticoncorrenciais do mercado, com vistas a assegurar a concorrência e a defesa da ordem econômica.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4820	Consolidação de Contas de Entes da Federação e Transparência da Gestão Fiscal
<i>Descrição:</i> A ação se refere à consolidação realizada a partir das contas enviadas pelos entes da Federação, anualmente, por meio de sistema de informação desenvolvido para esse fim. Além das contas, são enviados, periodicamente, documentos relativos à gestão fiscal que embasam a elaboração de balanços e são divulgados na internet. <i>Finalidade:</i> Cumprir o artigo 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que trata da consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, assegurando a transparência da gestão fiscal disposta no artigo 48 da mesma Lei.	
5089	Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais
<i>Descrição:</i> Realização de projetos destinados ao aprimoramento da atuação da CVM, observados o mercado jurisdicionado (foco externo) e a sua infraestrutura (foco interno). <i>Finalidade:</i> Diagnosticar os entraves relacionados ao funcionamento e ao desenvolvimento do mercado de valores mobiliários brasileiro, bem como às atividades de supervisão e regulação desenvolvidas pela CVM, implantando as medidas necessárias a sua correção.	
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres
10D2	Construção do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres- CENAD
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento e construção de edificação para abrigar o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, em terreno localizado em Brasília e de domínio do Patrimônio da União. O desenvolvimento e a construção incluirão: termo de referência; projeto de arquitetura; e demais projetos de instalações prediais que se fizerem necessários para conferir exequibilidade a este projeto como, por exemplo, instalações elétricas, hidrossanitárias, de comunicação, de informática e de segurança interna. <i>Finalidade:</i> Criar espaço físico próprio e adequado para abrigar, em caráter definitivo, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, com a finalidade de exercer a coordenação de rede nacional de informações para a prevenção e o atendimento de desastres no país.	
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
<i>Descrição:</i> Apoio a estados e municípios para a aquisição de equipamentos, a implantação, a ampliação e a melhoria dos sistemas de drenagem urbana e de manejo de águas pluviais em municípios: a) com população total superior a 50 mil habitantes, b) integrantes de regiões metropolitanas legalmente instituídas, ou c) de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES), envolvendo atividades estruturais e não estruturais para escoamento das águas, microdrenagem e macrodrenagem, bem como capacitação e desenvolvimento institucional e de recursos humanos, fortalecimento social, fiscalização e avaliação. <i>Finalidade:</i> Promover o escoamento regular das águas pluviais e prevenir inundações, proporcionando segurança sanitária, patrimonial e ambiental. "Esta ação contribui para a recuperação e a sustentabilidade ambiental do meio urbano, conforme o Programa de Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos do Plano Nacional de Recursos Hídricos".	
126Z	Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista, no Estado do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Recuperação do sistema de drenagem da Baixada Campista por meio de dragagem – sub-sistemas, construção de canais para rebaixamento da Lagoa Feia, sistema de comportas para o controle de nível e recuperação de diques. <i>Finalidade:</i> Recuperação do sistema de drenagem da Baixada Campista	
127A	Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marítima e Fluvial
<i>Descrição:</i> Construção de redes e galerias de águas pluviais, dragagem e canalização de cursos de água, implantação de parques lineares e construção de reservatório de amortecimento de cheias, também conhecidos como piscinões, entre outras atividades. <i>Finalidade:</i> Executar obras de drenagem urbana e manejo de águas pluviais para minimizar os efeitos das chuvas; para controlar as de enchentes e inundações em áreas urbanas e rurais.	
127C	Ampliação do Sistema de Macrodrenagem Urbana da Bacia do Rio Timbó e Bacia do Rio Paratibe, no Estado de Pernambuco
<i>Descrição:</i> Canalização de córregos, desassoreamento e revitalização da Calha do Rio Limoeiro e da Calha do Rio Paratibe, abertura e revestimento do Canal das Tintas e desassoreamento e urbanização da Lagoa Pau Sangue. <i>Finalidade:</i> Controle de enchentes no município.	
127D	Obras de Macrodrenagem em Salvador, no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Execução de obras de drenagem em diversas bacias hidrográficas do município de Salvador. <i>Finalidade:</i> Controle de cheias causadas por eventos hidrológicos em Salvador.	
12L6	Desassoreamento e Recuperação da Bacia do Rio Taquari - No Estado do Mato Grosso do Sul
<i>Descrição:</i> Elaboração dos projetos básico e executivo, licenciamento ambiental e realização de intervenções para recuperação de microbacias e para drenagem fluvial <i>Finalidade:</i> Promover a perenização do Rio Taquari, por meio de ações de desassoreamento e recuperação ambiental de sua bacia, localizada no Estado do Mato Grosso do Sul.	
12QB	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais
<i>Descrição:</i> Construção de prédio adequado para abrigar o centro de alertas dentro do campus do instituto nacional de pesquisas espaciais (inpe) em cachoeira paulista-sp, aquisição e instalação de equipamentos necessários para o funcionamento do centro, aquisição e instalação de equipamentos para a atuação das equipes de trabalho e aquisição e instalação de equipamentos de monitoramento hidrometeorológico e geotécnico (radares meteorológicos, pluviômetros, medidores de raios intranuvens, medidores de umidade do solo, estações hidrometeorológicas etc), além da aquisição do supercomputador para ser utilizado em simulações de modelos, inclusive com compartilhamento do seu uso por instituições parceiras. <i>Finalidade:</i> Implantar o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais para responder ao aumento significativo da ocorrência de desastres no Brasil, de forma a subsidiar a tomada de decisão por parte dos órgãos de proteção civil.	
140M	Construção da Barragem Serro Azul no Estado de Pernambuco
<i>Descrição:</i> O projeto de construção da barragem está localizado no rio Una, no município de Palmares, a montante da confluência com o rio Camevó, controlando uma bacia de 3.298,8 km², o que representa o alto curso da bacia do rio Una. A barragem tem a capacidade de acumular / represar aproximadamente 104 milhões de m³ de água. <i>Finalidade:</i> Garantir a segurança da população das cidades de Palmares, Água Preta e Barreiros, das cheias da bacia do rio Una, que frequentemente afetam a vida dos habitantes daquela região.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

14KS	Implantação de Sistema de Contenção de Cheias na Bacia do Córrego Prosa, no Município de Campo Grande (MS)
<i>Descrição:</i> O projeto consta do Plano Diretor do município, e trata da execução de um sistema de contenção de cheias com a execução de reservatórios a montante do trecho afetado, desassoreamento das margens dos canais, recuperação das erosões e contenção das margens. <i>Finalidade:</i> Reduzir os impactos causados pelas cheias no município, que causam prejuízos econômicos e materiais, a população (300 mil habitantes) com repetidas ocorrências nos períodos de cheias. A área está inserida na Bacia do córrego Ahandui que corta o município. Nos últimos anos, as cheias têm sido mais fortes, demandando uma ação mais estruturante para minimizar os impactos socioeconômicos e os elevados prejuízos à população.	
14KT	Implantação de Sistema de Contenção de Cheias na Bacia do Rio Taquari, no Município de Coxim (MS)
<i>Descrição:</i> Trata-se da execução de sistema de contenção de cheias com a execução de uma bacia de detenção com formação de quatro lagos artificiais, desassoreamento das margens do canal, recuperação das áreas destruídas pelas erosões e contenção de encostas. <i>Finalidade:</i> Reduzir os impactos causados pelas cheias no município, que causam prejuízos econômicos e materiais, a população (12 mil habitantes) com repetidas ocorrências nos períodos de cheias. A área está inserida na Bacia do rio Taquari, no trecho de confluência com o rio Coxim, cujo processo acelerado de assoreamento teve como consequência a degradação da bacia com consequências ambientais e socioeconômicas, inclusive na gestão integrada dos recursos hídricos do Pantanal.	
1E36	Canalização do Córrego Cascavel em Goiânia no Estado de Goiás
<i>Descrição:</i> Canalização, urbanização das vias marginais do córrego Cascavel (primeira e segunda etapas totalizando 2,5 km de extensão) e drenagem das vias marginais. <i>Finalidade:</i> Reduzir os impactos causados pelas cheias no município por meio do disciplinamento das águas do vale do córrego Cascavel e urbanização das áreas marginais para proteção.	
1O92	Macrodrenagem na Cidade de Palmas no Estado do Tocantins
<i>Descrição:</i> Implantação do Plano Diretor de Drenagem Urbana no município de Palmas, incluindo diversos bairros da expansão sul. <i>Finalidade:</i> Evitar acúmulo de água parada e, conseqüentemente, transmissão de doenças de veiculação hídrica.	
20GB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais
<i>Descrição:</i> Manutenção do serviço operacional de monitoramento e emissão de alertas de risco iminente de ocorrência de desastres naturais com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão por parte dos órgãos de proteção civil; realização de pesquisas voltadas ao melhor entendimento dos mecanismos associados à ocorrência dos desastres naturais e ao aperfeiçoamento das ferramentas utilizadas para o monitoramento e a previsão dos desastres e dos possíveis impactos econômicos e sociais; apoio à implementação de pesquisas e processos em modelagens geodinâmicas e hidrológicas em áreas de risco (deslizamento de encostas, alagamentos, enxurradas e inundações etc). Estabelecimento de parcerias e convênios com instituições estaduais e distrital, que monitoram informações relacionadas a desastres naturais, para aquisição e manutenção de equipamentos de coleta de dados, análise de dados, capacitação em modelagem numérica de desastres naturais e educação ambiental. Apoio à estruturação de sistema de informações e de modelagem do impacto hidrometeorológico nas culturas agrícolas de subsistência no semiárido brasileiro. <i>Finalidade:</i> Reforçar as ações de apoio do governo que visam mitigar o impacto dos desastres naturais, mediante o fornecimento de informações confiáveis sobre risco iminente de desastres naturais para os órgãos de proteção civil e estruturar sistema de informações para desenvolvimento da capacidade regional de monitoramento, previsão e alertas de desastres naturais, incluindo apoiar as redes estaduais de meteorologia, climatologia e hidrologia	
20L9	Informações de Alerta de Cheias e Inundações
<i>Descrição:</i> A geração das informações se dará através da implantação e operação de sistemas, envolvendo o monitoramento, a coleta de informações, a análise e a divulgação <i>Finalidade:</i> Gerar informações para sistemas de alertas de cheias e inundações	
20LA	Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos
<i>Descrição:</i> Em geral os mapeamentos serão efetuados nas escalas de 25.000 a 50.000, dependendo das características do meio físico, e localizar em mapa as áreas que apresentam os graus de suscetibilidade baixa, média, alta e muito alta a deslizamentos, enxurradas e enchentes. Tratar os dados das precipitações pluviométricas e as vazões dos rios que tiverem as regionalizações disponíveis. <i>Finalidade:</i> Em geral os mapeamentos serão efetuados nas escalas de 1:25.000 a 1:50.000, dependendo das características do meio físico, e localizar em mapa as áreas que apresentam os graus de suscetibilidade baixa, média, alta e muito alta a deslizamentos, enxurradas e enchentes. As atividades serão desenvolvidas no escritório e em campo, a pé ou de carro, percorrendo todos os acessos do município. Tratar os dados das precipitações "FLUVIOMÉTRICAS" e as vazões dos rios que tiverem as regionalizações disponíveis.	
20M5	Execução de Intervenções Estruturais Objetivando a Prevenção, Mitigação e Recuperação Ambiental de Áreas Afetadas pelas Enxurradas
<i>Descrição:</i> Planejamento e Execução de Intervenções Estruturais que combinem soluções de engenharia com a componente ambiental, sobretudo em zonas rurais ou periurbanas de municípios inseridos em bacias hidrográficas de grande potencial de energia e transporte de material com elevado poder destrutivo. <i>Finalidade:</i> Apoiar a gestão integrada de riscos relacionados às enxurradas, nos entes federados, contemplando ações de prevenção, monitoramento, preservação, conservação e recuperação ambiental.	
20N2	Mapeamento de áreas de riscos
<i>Descrição:</i> Mapeamento de áreas de riscos <i>Finalidade:</i> Conhecer o grau de vulnerabilidade social e ambiental das áreas de risco. Induzindo a elaboração de estudos técnicos que resultarão na definição, ou mapeamento, dessas áreas. Estancar o processo de criação de novas áreas de risco em futuras ocupações e identificar áreas de risco já ocupadas para que se desenvolvam ações de contenção e estabilização de encostas ou até mesmo a realocação de pessoas.	
20N3	Organização e participação em eventos de defesa civil
<i>Descrição:</i> Organização e participação em eventos de defesa civil <i>Finalidade:</i> Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil por meio da realização e participação de fóruns e discussões nacionais e internacionais sobre gestão do risco de desastres e proteção civil	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20NN	Planejamento e Monitoramento da Ocupação Urbana em Áreas Suscetíveis a Inundações, Enxurradas e Deslizamentos
<i>Descrição:</i> Utilização de recursos do Orçamento da União para estruturação e manutenção de sistema nacional de monitoramento da ocupação urbana e elaboração de cartas geotécnicas voltadas à aptidão da ocupação urbana em áreas suscetíveis a ocorrência de inundações, enxurradas e deslizamentos de encostas. A ação envolve o apoio aos Estados, Municípios e Distrito Federal para: elaboração de cartas geotécnicas por meio da análise de mapas básicos de geologia, geomorfologia, análise dos padrões das drenagens naturais; interpretação de fotos aéreas, imagens de satélite ou radar sobre elementos do meio físico; levantamentos e reconhecimento de campo; interpretação e análise de mapas de suscetibilidade, perigo e riscos, em consonância com planos diretores urbanos e os planos de expansão urbana; aquisição de imagens de satélite; aquisição ou elaboração de ferramentas de geoprocessamento e sensoriamento remoto; realização de análises técnicas da evolução da ocupação urbana; aquisição/produção de insumos necessários para monitoramento da ocupação do solo e treinamento de agentes locais no entendimento, usos e aplicação de ferramentas de geoprocessamento, sensoriamento remoto e de cartas geotécnicas de aptidão para a ocupação do solo urbano. <i>Finalidade:</i> Apoiar Estados, Distrito Federal e Municípios a elaborar cartas geotécnicas de aptidão à ocupação em áreas urbanas e identificar, periodicamente, o avanço da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos de forma a difundir informações sobre a existência de situação de risco, subsidiando gestores municipais e operadores de direito para adoção das medidas de controle urbano cabíveis nessas áreas.	
20TI	Obras para Controle de Cheias, de Erosões Marítimas e Fluviais
<i>Descrição:</i> Trata-se da execução de obras de macrodrenagem de retificação de cursos d'água, canais, de contenção de encostas, de dragagem de rios e canais, reservatório de amortecimento de cheias, bacias de contenção de sedimentos, dissipadores de energia, barragens de contenção; canalização de córregos; urbanização e reurbanização da orla, construção de piers, construção de espigões, desassoreamento das bocas dos rios, cais de proteção, diques de contenção. <i>Finalidade:</i> Reduzir os impactos causados pelas cheias, por erosões marítimas e/ou fluviais por meio da execução de estudos, projetos e pequenas obras, incluídas as de recuperação de áreas erodidas e ações complementares.	
4578	Mobilização e Manutenção do Grupo de Apoio a Desastres
<i>Descrição:</i> Elaboração de cadastro referente a recursos humanos, materiais e institucionais para mobilização em caráter emergencial; aquisição de kits individuais para operação em desastres; fornecimento de diárias e passagens para viagens emergenciais; realização de treinamento; realização de cursos de reciclagem/atualização. <i>Finalidade:</i> Manter e ampliar a capacidade de resposta às situações de desastres - tanto de Estados e Municípios brasileiros, quanto de países que solicitem auxílio à diplomacia nacional - por meio do apoio de grupos técnicos especializados.	
4848	Capacitação de Agentes e Comunidades em Defesa Civil
<i>Descrição:</i> Promoção de cursos, presenciais e à distância, nos níveis estratégicos, técnicos e operacionais, de planejamento e gestão em defesa civil, para técnicos estaduais e municipais, agentes comunitários. <i>Finalidade:</i> Ampliar a segurança da população em relação a riscos de desastres, por meio da capacitação de agentes estaduais e municipais de defesa civil e de agentes comunitários de populações vulneráveis, no desenvolvimento de atividades preventivas permanentes e de resposta aos desastres.	
8172	Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil
<i>Descrição:</i> Realização de reuniões de coordenação, abrangendo os integrantes do Conselho Nacional de Defesa Civil-CONDEC e órgãos estaduais e do Distrito Federal; fóruns técnicos; treinamento e apoio para a elaboração e o aperfeiçoamento do planejamento estadual e municipal de Defesa Civil. <i>Finalidade:</i> Fortalecer os órgãos Estaduais e Municipais de Defesa Civil, promovendo uma melhor articulação e preparo entre os integrantes do SINDEC, planejando e organizando recursos humanos, materiais e financeiros no âmbito do SINDEC, para enfrentamento de desastres e atuação preventiva na gestão de riscos de desastres.	
8348	Apoio a Obras Preventivas de Desastres
<i>Descrição:</i> Apoiar a realização de ações de caráter preventivo destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade dos desastres com ações estruturais e não estruturais. Essas medidas referem-se ao planejamento da ocupação do espaço geográfico e à execução de obras e serviços, principalmente relacionados com intervenções em áreas de risco, tais como, dentre outras: aquisição e instalação de equipamentos, infraestrutura urbana e rural; estabilização de encostas, contenção de erosões, relocação de famílias de áreas de risco, prestação de serviços essenciais, proteção do patrimônio público e demais ações que visem diminuir a vulnerabilidade da população aos desastres, em complementação à atuação Municipal e Estadual. <i>Finalidade:</i> Evitar e/ou reduzir perdas e danos provocados por desastres, com ações estruturantes e não estruturantes, visando a minimização de recursos alocados como decorrência de demandas emergenciais, bem como o acompanhamento e avaliação da aplicação destes recursos na verdadeira diminuição da vulnerabilidade das populações beneficiadas.	
8363	Gerenciamento de Riscos e Desastres na Amazônia Legal
<i>Descrição:</i> Gerenciamento de informações de riscos e desastres na área de atuação da SUDAM, com apoio do Sistema de Monitoramento Climático e implementação de um Sistema de Alerta, possibilitando o acompanhamento e a avaliação de parâmetros dos eventos adversos, em articulação com os centros estaduais de previsão (climática e hidrológica e outros); desenvolvimento de modelos para monitoramento dos rios da bacia Amazônica; promoção do planejamento anual das ações de gerenciamento de desastres em articulação com o órgão nacional de defesa civil; mobilização de entidades de defesa civil estaduais, municipais e grupos regionais de resposta aos desastres; coordenação e mobilização de recursos humanos e materiais para evitar e minimizar danos e prejuízos à população atingida pelo desastre; fornecimento de informações para a SEDEC; elaboração de relatórios gerenciais, permitindo maior rapidez e eficácia do SINDEC, promoção e participação de eventos nacionais e internacionais. <i>Finalidade:</i> Promover o planejamento preventivo e de contingência e o atendimento da população afetada por desastres, em apoio a Estados e Municípios, com a consolidação do Sistema de Monitoramento Climático e Hidrológico em tempo real da Amazônia Legal e a interligação das informações de riscos e desastres em âmbito regional.	
8424	Gerenciamento de Riscos e Desastres na Área de Influência da SUDENE
<i>Descrição:</i> Gerenciamento de informações de riscos e desastres com a implantação de Sistema de Alerta, possibilitando o acompanhamento e a avaliação de parâmetros dos eventos adversos, em articulação com os centros estaduais de previsão (climática, hidrológica, sismológica e outros); promover o planejamento anual das ações de gerenciamento de desastres em articulação com o órgão nacional de defesa civil; mobilizar entidades de defesa civil estaduais, municipais e grupos regionais de resposta aos desastres; coordenar e mobilizar recursos humanos e materiais para evitar e minimizar danos e prejuízos à população atingida por desastre; fornecer informações para a SEDEC. <i>Finalidade:</i> Promover o planejamento preventivo, e de contingência e, o atendimento da população afetada por desastres, em apoio a Estados e Municípios, com a consolidação do Sistema de Monitoramento Climático e Hidrológico em Tempo Real e a interligação das informações de riscos e desastres em âmbito regional.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8865	Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de CONTENÇÃO de Encostas em Áreas Urbanas
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos do Orçamento da União para o planejamento e execução das atividades voltadas para prevenir a ocorrência de desastres e para reduzir os riscos associados a escorregamento de encostas, rupturas de taludes e erosão. A ação envolve o apoio aos Estados, Municípios e Distrito Federal para: realização de obras de estabilização de taludes; elaboração de projetos de engenharia para estabilização de taludes; elaboração de planos municipais de redução de risco; e treinamento de agentes municipais para elaboração de mapas de risco e implantação de programas municipais de gestão de risco em articulação com as políticas de Defesa Civil. <i>Finalidade:</i> Apoiar Estados, Distrito Federal e Municípios a realizar planejamento e intervenções estruturais para contenção de encostas em áreas urbanas.	
2041	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral
20LB	Consolidação do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Área de Geologia e Recursos Minerais (CEDES/CPRM)
<i>Descrição:</i> Consolidação das atividades do CEDES, contemplando as atividades de pesquisa, desenvolvimento, absorção e difusão das geotecnologias nas áreas de geologia, recursos minerais e hídricos, buscando torná-lo um centro de excelência internacional em seu campo de atuação. <i>Finalidade:</i> Consolidação do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES), da CPRM, cujas instalações funcionam no Rio de Janeiro, tendo a principal função de coordenar as ações de PD&I na CPRM	
20LD	Cooperação Técnico-Científica Internacional
<i>Descrição:</i> Executar projetos internacionais de intercâmbio técnico-científico na área de geologia e recursos minerais <i>Finalidade:</i> Consolidar a atuação internacional da CPRM através do incremento na execução de projetos internacionais de cooperação técnico-científica na área de geologia e recursos minerais.	
2297	Difusão Tecnológica e Extensionismo Mineral
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de mecanismos de disseminação do conhecimento geocientífico, de tecnologia mineral, do desempenho econômico do país de edição de trabalhos, de participação em congressos feiras e exposições, organização de cursos e, ainda, dar suporte técnico através de instituições convênias, disponibilizando o acesso as especificidades das tecnologias de pesquisa mineral, avra e beneficiamento a serem aplicadas às características de cada depósito e tipo de minério, inclusive em reservas garimpeiras. <i>Finalidade:</i> Promover a difusão do conhecimento geocientífico, tecnológico, econômico mineral, a partir da publicidade de produtos (estudos) e serviços (sistemas de tecnologia da informação), visando o fortalecimento da mineração brasileira, e contribuir para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento regional integrado e sustentável. Fomentar a pequena empresa de mineração, a partir de orientação técnica e jurídica para fins de regularização dos direitos minerários, organização empresarial, capacitação técnica e gerencial, apoiar a atividade de forma associativa e cooperativista, bem como estimular a adoção de tecnologias limpas e que promovam ganhos de produtividade na cadeia produtiva e agregação de valor ao produto mineral.	
2375	Fiscalização da Atividade Minerária
<i>Descrição:</i> Realização de análises técnicas em escritório e de vistorias de campo, com elaboração de planejamento, planos de trabalho e rotas de fiscalização, em empreendimentos de pesquisa e lavra em todas as unidades da federação, objetivando a verificação da aplicação de técnicas do bom aproveitamento da jazida, de segurança, higiene e controle ambiental nas minas em conformidade com relatórios e projetos aprovados, cobrando o cumprimento das responsabilidades dos titulares de direitos minerários outorgados pela União, a luz da legislação mineraria, bem como o atendimento de denúncias de extração mineral ilegal. Realizar o monitoramento da exploração de aquíferos. Monitorar e diagnosticar os impactos ambientais associados à atividade de mineração, orientar e avaliar pro-ativamente medidas cunho corretivas/preventivas e mitigadoras dos impactos ambientais. Acompanhar e monitorar as ações e projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas pela atividade de mineração e de fechamento de minas. <i>Finalidade:</i> Promover a fiscalização dos empreendimentos de pesquisa mineral e lavra com vistas a assegurar a realização da exploração dirigida para a descoberta de novas jazidas e garantir o seu aproveitamento racional, por meio de uma mineração tecnicamente adequada, com segurança operacional e boa condição de higiene e saúde do trabalhador, minimizando o impacto ambiental e local, em áreas tituladas, bem como combater a extração mineral não autorizada evitando o crime de usurpação de um bem da União, em cumprimento ao Código de Mineração e legislação mineraria em vigor. Controlar a exploração de aquíferos. Monitorar e diagnosticar os impactos ambientais associados à atividade de mineração, orientar e avaliar proativamente medidas de cunho corretivas/preventivas e mitigadoras dos impactos ambientais. Acompanhar e monitorar as ações e projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas pela atividade de mineração e de fechamento de minas. Monitorar e fiscalizar a arrecadação das receitas da Autarquia, visando assegurar os recolhimentos corretos dos valores a serem pagos pelos contribuintes, bem como a recuperação de créditos não pagos.	
2377	Outorga de Direitos Minerários
<i>Descrição:</i> Registro de requerimentos, análise de planos, relatórios e projetos, outorgando ou indeferindo requerimentos de alvarás de pesquisa, registros de licença, registros de extração, permissões da lavra garimpeira e portarias de lavra e, eventualmente colocar áreas em disponibilidade para pesquisa e lavra de recursos minerais. <i>Finalidade:</i> Promover a análise para a outorga e a disponibilidade de títulos minerários relativos à exploração e lavra dos recursos minerais, com agilidade, segurança e transparência, exercendo a missão constitucional de poder concedente, visando democratizar o acesso aos recursos minerais, em conformidade com a legislação minerária.	
2397	Levantamentos Hidrogeológicos
<i>Descrição:</i> "Mapeamento hidrogeológico em escalas diversas, cadastramento de fontes de água subterrânea, levantamento geofísico aéreo e terrestre, estudos geoquímicos, avaliação de aquíferos, manutenção dos bancos de dados, análises geoquímicas, geofísicas e sondagens". <i>Finalidade:</i> Proporcionar a geração e difusão do conhecimento hidrogeológico brasileiro, com ênfase na Região Nordeste, visando aumentar a oferta de recursos hídricos em lençóis freáticos subterrâneos e garantia do aproveitamento sustentável dos aquíferos existentes.	
2398	Levantamentos Geológicos
<i>Descrição:</i> Geração de informações de cartografia geológica em escala adequada. Realizar estudos de campo, coleta sistemática de amostras, análises petrográficas, químicas, isotópicas, geocronológicas e paleontológicas, interpretação de fotografias aéreas, imagens de satélites, dados de levantamentos geofísicos e geoquímicos. Estruturar dados e informações resultantes em Sistema de Informações Geográficas-SIG para divulgação pública. No âmbito desta Ação, os levantamentos geológicos serão efetuados na parte emersa do território nacional. <i>Finalidade:</i> Gerar informações visando o conhecimento do solo e subsolo, a avaliação dos recursos minerais e hídricos subterrâneos, a gestão ambiental, o planejamento territorial e a proteção do patrimônio natural.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2399	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil
<i>Descrição:</i> Levantamento de recursos minerais, estudos de geologia econômica, classificação de ocorrências, elaboração de modelos analíticos preditivos para distritos e províncias e estudos de economia mineral. Executar estudos e levantamentos do potencial geológico, incluindo o cadastramento e a caracterização de depósitos minerais, províncias minerais, distritos mineiros e de outras áreas com elevado potencial econômico e social. <i>Finalidade:</i> Levantar informações qualitativas e quantitativas de recursos minerais visando caracterizar o potencial econômico de ocorrências, depósitos, distritos e províncias minerais do Brasil, além de subsidiar o conhecimento geológico objetivando a descoberta de novos depósitos minerais e atrair investimentos para o setor.	
2489	Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras
<i>Descrição:</i> Operação da INB em São Francisco de Itabapoana, Distrito de Buena - RJ, unidade de processamento físico de minerais pesados (rutilo, zircônia, ilmenita e monazita) e disposição de uma unidade de tratamento químico da monazita em Caldas - MG, em processo de licenciamento para operação. Essa unidade terá por atribuição fazer o tratamento químico da monazita para produção de cloreto de lantânio e hidróxido de cério, empregados em indústria de alta tecnologia. <i>Finalidade:</i> Produzir os minerais pesados rutilo, zircônia, ilmenita, monazita e óxidos de terras raras, empregados na indústria de alta tecnologia e destinados ao mercado nacional.	
2B51	Gestão da Informação Geológica
<i>Descrição:</i> Aplicação da política de gestão da informação do Serviço Geológico, embutida nas regras de negócio dos bancos de dados e dos aplicativos de gerenciamento e disponibilização dos sistemas de informação. Desenvolvimento de novas estruturas de dados para atender demandas das áreas técnicas.Recebimento, consistência e custódia de informações geocientíficas digitais geradas pelo Serviço Geológico e, quando for o caso, por instituições congêneres, organizadas sob a forma de Bancos de Dados.Compilação, captura para forma digital, e organização em banco de dados, de todo o acervo cartográfico temático do Serviço Geológico existente apenas sob a forma de papel.Compilação e captura para a forma digital, e organizar em banco de dados, todo o acervo de determinações analíticas existente sob a forma de papel.Manutenção e atualização, permanentemente, dos acervos bibliográficos, cartográficos, fotográficos, digitais (disquetes e CD-ROMs) e de imagens do Serviço Geológico. <i>Finalidade:</i> Garantir a infra-estrutura de programas, equipamentos, pessoal e de comunicação, necessária para a gestão e divulgação eficiente do repositório das informações geocientíficas geradas ou custodiadas pelo Serviço Geológico. Entendida como finalística, de vez que faz parte da missão corporativa da instituição de gerar e difundir as informações geológicas, esta ação é vital para a organização, padronização e disponibilização dos dados, compreendendo toda a política de gestão da informação da empresa, desde a metodologia de armazenamento dos dados brutos, até as regras de publicação e oferta pública dos produtos elaborados. Em seu conjunto, esta ação é responsável pela preservação da memória geológica da CPRM e inclui, também, o link com as bases de dados de outras instituições.	
2B53	Produção Laboratorial de Análises Minerais - LAMIN
<i>Descrição:</i> Execução de análises minerais em apoio aos projetos de geologia da CPRM e de clientes externos; Viabilização de parcerias estratégicas com laboratórios de outras instituições de forma a propiciar a participação de redes de laboratório visando à racionalização das operações e a qualidade dos resultados analíticos. <i>Finalidade:</i> Garantir a capacidade laboratorial do Serviço Geológico do Brasil, em apoio aos levantamentos geológicos e demais atividades da instituição e de terceiros e habilitar o LAMIN à certificação de qualidade, em termos de materiais geológicos e de águas.	
2D62	Levantamentos da Geodiversidade
<i>Descrição:</i> Execução de estudos, compreendendo trabalhos de escritório (sensoriamento remoto, banco de dados) e campo (levantamento de dados primários quando não disponíveis), promovendo a integração das informações - geologia, geomorfologia, hidrologia, hidrogeologia, geoquímica ambiental e geologia médica, solos, áreas de riscos (cadastramento e mapeamento de deslizamento de encostas, inundações, desertificação), seleção de áreas para aterros sanitários, geoconservação de monumentos geológicos, potencial geocoturístico - executados em Sistema de Informação Geográfica - SIG associado a banco de dados. <i>Finalidade:</i> Promover o levantamento da geodiversidade a qual constitui-se na "natureza abiótica (meio físico) representada por uma variedade de ambientes, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na terra e em especial a biodiversidade". Estas informações visam, principalmente, subsidiar o planejamento e gestão do território, com vista a adequada ocupação urbana e rural, ao ordenamento territorial e ao desenvolvimento sustentável.	
2D84	Levantamentos Geoquímicos
<i>Descrição:</i> Realização de levantamento geoquímico multielementar através da coleta de amostras em sedimentos, solos e águas de drenagem e de abastecimento humano, objetivando definir indicadores de áreas potencialmente favoráveis a concentrações minerais, áreas passíveis de contaminação natural ou poluição provocada por atividade antrópica e áreas para monitoramento ambiental. Execução de trabalhos de campo para coleta de amostras de sedimento de fundo de rios e lagos (água, solo), análises de 70 elementos químicos mais os óxidos, fosfato, sulfato, nitrato, fluoreto, cloreto e brometo e medidas no local do pH, temperatura, oxigênio dissolvido, condutividade, bem como a interpretação dos resultados analíticos. <i>Finalidade:</i> Gerar informações da constituição química do substrato rochoso, da cobertura de solos e das águas superficiais e subterrâneas, visando subsidiar os levantamentos geológicos, estudos de avaliação de recursos minerais, a agricultura, a gestão territorial e a saúde pública.	
4396	Avaliação de Distritos Mineiros
<i>Descrição:</i> Realização de projetos de caracterização metalogenética de semi-detahle, e integração de cartas de síntese, bem como apoio à caracterização tecnológica de minérios, proporcionando condições para novas descobertas de jazidas ou ampliação de reservas conhecidas, bem como para o desenvolvimento de novas técnicas de lavra e beneficiamento mineral, de forma racional e ambientalmente sustentável. <i>Finalidade:</i> Estimular investimentos em empreendimentos minerais com riscos de exploração reduzidos, sobretudo para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas de mineração.	
4871	Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração
<i>Descrição:</i> Realização de cursos de curta e longa duração, campanhas de sensibilização e motivação, extensionismo mineral e outras formas de capacitação técnico-gerencial para trabalhadores e gestores de unidades mineradoras (empresas, cooperativas, associação de produtores, etc.) para a atuação em bases sustentáveis nas atividades de pesquisa, desenvolvimento, lavra, beneficiamento e transformação mineral, incluindo normas de saúde, segurança e higiene ocupacional, legislação mineral e legislação ambiental. Todas as formas de capacitação serão efetivadas por meio de convênios com entidades públicas e privadas, podendo incluir as modalidades: presencial e à distância. <i>Finalidade:</i> Promover a cultura empreendedora do minerador, qualificando-o para a gestão de negócios, incentivando a organização dos diversos segmentos da indústria mineral; promover a capacitação dos trabalhadores e gestores de unidades mineradoras e de transformação mineral para a atuação em bases sustentáveis nas atividades de pesquisa, desenvolvimento, lavra, e beneficiamento, principalmente aqueles que atuam nas micro e pequenas unidades de produção e em arranjos produtivos locais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4872	Levantamentos Aerogeofísicos
<i>Descrição:</i> Levantamentos geofísicos aéreos e terrestres em áreas com conhecimento geológico escasso ou de reconhecida potencialidade mineral, utilizando métodos magnéticos, radiométricos, eletromagnéticos, e gravimétricos. <i>Finalidade:</i> Subsidiar a geração do conhecimento geológico e hidrogeológico do Brasil visando atrair investimentos para a descoberta de novos depósitos minerais e auxiliar a gestão e o planejamento territorial.	
6821	Proteção de Depósitos Fossilíferos
<i>Descrição:</i> Atuação nos depósitos fossilíferos no sentido de preservar os parâmetros geológicos que informam o processo de formação, o conteúdo fóssil e a potencialidade científica do depósito fossilífero; salvamento de espécimes fósseis em áreas de movimentação de terra (obras civis, atividade de mineração, etc.) que indicam risco iminente de destruição; apreender espécimes fósseis em poder de terceiros originários da extração ilegal. <i>Finalidade:</i> Proteger depósitos fossilíferos, preservando os parâmetros geológicos; salvamento de espécimes fósseis que apresentam risco iminente de destruição; apreender espécimes fósseis, cuja extração é considerada ilegal; cadastro de depósitos fossilíferos; cadastro de acervo nacional de e espécimes fósseis; gerenciar banco de dados; apoiar ações do Museu de Ciências da Terra (DNPM - RJ) e do Centro de Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe (DNPM - CE).	
8890	Estudos de Economia Mineral
<i>Descrição:</i> Realização de estudos, planos, anuários, sinopses, seminários, oficinas, audiências públicas para: modernização dos marcos legais minero-ambientais; fomento a políticas e levantamentos de geologia - geofísica, geoquímica, geodiversidade, hidrogeologia, geotecnologia; mineração; integração dos sistemas de informação de geologia e mineração; ordenamento territorial geomineiro; conhecimento geológico no Mar Territorial e na Amazônia, aproveitamento de água subterrânea no semi-árido; extensionismo mineral; orientação aos pequenos produtores minerais para as práticas sustentáveis e de saúde e segurança do trabalhador; fomento ao cooperativismo e associativismo; desenvolvimento de tecnologias e inovação na cadeia produtiva mineral; incentivo a inovações tecnológicas pelo setor produtivo; ampliação da participação do setor nacional de bens e serviços na indústria mineral; informações estatísticas, incentivo a produção mineral e ao planejamento do setor privado mineral. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos de Economia Mineral e efetuar o acompanhamento dos mercados doméstico e internacional de bens minerais, com a finalidade de subsidiar o planejamento e a instrumentalização da Política Pública Mineral do País.	
2042	Inovações para a Agropecuária
116Z	Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infraestrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS
<i>Descrição:</i> Conjugação de esforços com as Unidades da Federação com vistas à ampliação, à revitalização e à modernização de instalações físicas e de equipamentos das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS. <i>Finalidade:</i> Dotar as Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS, de infra-estrutura física adequada e de equipamentos necessários ao desenvolvimento de pesquisas agropecuárias.	
147T	Construção, Equipamento e Implantação da Embrapa Quarentena Vegetal
<i>Descrição:</i> Construção e implantação da nova unidade de serviço de intercâmbio e de quarentena de germoplasma vegetal, no Distrito Federal, com atuação e prestação de serviços em âmbito nacional e multi-institucional; construção da estrutura predial especializada; compra e instalação de máquinas e de equipamentos de uso geral. <i>Finalidade:</i> Construir, equipar e implantar a unidade Embrapa Quarentena Vegetal, ampliando a estrutura física de suporte à rede de pesquisa agropecuária nacional, de forma a atender demandas por serviço de quarentena de pós-entrada de germoplasma vegetal.	
14IL	Reforma e Adequação dos Centros de Pesquisa em Cacaicultura e em Sistemas Agroflorestais
<i>Descrição:</i> Modernização, ampliação e reforma da estrutura física e do parque laboratorial dos 3 Centros de Pesquisas da CEPLAC (Pará, Bahia e Rondônia); e aquisição de equipamentos. <i>Finalidade:</i> Imprimir maior eficiência e eficácia no desenvolvimento de pesquisas agropecuárias de forma a contribuir com o desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil.	
2122	Proteção e Fiscalização de Cultivares
<i>Descrição:</i> Análise de requerimento para concessão de proteção de cultivares; consulta a organismos internacionais e definição das condições de homogeneidade, estabilidade, distinguibilidade e novidade para a emissão do Certificado de Proteção; estudo e elaboração dos descritores das cultivares de espécies vegetais eleitas para fins de proteção; identificação e avaliação das características de cultivares; controle e garantia da manutenção dos caracteres originais das cultivares protegidas; manutenção de banco de germoplasma com amostras originais das cultivares protegidas; e fiscalização e realização de prova de identidade para manutenção da proteção. <i>Finalidade:</i> Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas cultivares de espécies vegetais por meio da garantia do direito de propriedade intelectual.	
2127	Geração e Adaptação de Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Cacaueira e Sistemas Agroflorestais
<i>Descrição:</i> Geração, adaptação e validação de tecnologia nas áreas de manejo integrado, de conservação e de fertilidade do solo, de fisiologia da produção pré e pós-colheita, de fitossanidade, de melhoramento genético, de socioeconomia, e de processos agroindustriais, com ênfase na adaptação e na validação de tecnologias voltadas para processos agroecológicos. Elaboração e atualização de diagnósticos econômicos e sócio-ambientais, com zoneamento agroecológico, em microbacias hidrográficas, das regiões produtoras de cacau. Caracterização e conservação da biodiversidade faunística e florística. Atualização e manutenção dos sistemas de informação da CEPLAC (solos, clima, hidrografia, vegetação e fauna). Desenvolvimento de metodologias para a avaliação dos impactos ambientais das tecnologias geradas, bem como o desenvolvimento de metodologias para determinação de padrões de qualidade dos produtos, como capacitação dos agentes internos (da CEPLAC) para realização dos trabalhos de certificação e de fiscalização. Emissão de certificados de origem, relativos aos processos de produção, abrangendo os aspectos tecnológicos, sociais e ambientais. Análise de resíduos de agroquímicos em produtos de origem vegetal e animal, destinados aos mercados interno e externo. Análise de formulação de fertilizantes e agroquímicos. Produção e divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos em periódicos especializados, radiodifusão, folder, circulares técnicas, relatórios técnicos, meios eletrônicos e televisivos. <i>Finalidade:</i> Desenvolver tecnologias sustentáveis, capazes de assegurar as bases para a consolidação, para ampliação e para diversificação das cadeias produtivas do cacau e de outras explorações nas regiões de atuação da Ceplac, reduzindo custos de produção, gerando empregos, favorecendo a inclusão social e elevando renda, contribuindo, por conseguinte, para o processo de desenvolvimento regional.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2B47	Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG
<i>Descrição: Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; Incremento da produção de produtos agropecuários que tem potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.</i> <i>Finalidade: Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o consequente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.</i>	
4668	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia para Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos da Agropecuária
<i>Descrição: Financiamento de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias agropecuárias nacionais, voltadas à geração de conhecimento e viabilização de soluções tecnológicas inovadoras para a agropecuária. Os projetos de P&D serão executados buscando como resultado a geração de conhecimento e/ou produtos com foco nas cadeias de produtos de origem animal e vegetal, incluindo defesa agropecuária.</i> <i>Finalidade: Disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, em benefício da sociedade, com foco nas cadeias de produtos de origem animal e vegetal, incluindo questões de defesa agropecuária, consideradas prioritárias para as estratégias de abastecimento interno, de comércio exterior e de produção de agroenergia.</i>	
4672	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias de Sistemas Inovadores para a Produção Agropecuária Sustentável
<i>Descrição: Financiamento de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária nacional, voltados à geração de conhecimento e à viabilização de soluções tecnológicas inovadoras para a agropecuária. Os projetos de P&D serão executados buscando como resultado a geração de conhecimento e/ou produtos com foco em alimentos, em fibras e em energia, como também no desenvolvimento da biologia avançada, de sistemas de produção ambiental, social e economicamente sustentáveis, no apoio à defesa agropecuária, na caracterização e manejo de agroecossistemas, no desenvolvimento da agroenergia e no uso sustentável da biodiversidade.</i> <i>Finalidade: Disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, em benefício da sociedade. Manter o desenvolvimento científico e tecnológico como um dos fatores de desenvolvimento do agronegócio. Atender a compromissos como: apoiar a ampliação e consolidação da competitividade das cadeias produtivas já instaladas; acompanhar as alterações das bases técnicas da agropecuária mundial; elucidar vulnerabilidades da agropecuária brasileira; fazer melhor uso das oportunidades relacionadas à biodiversidade; prevenir retrocessos tecnológicos.</i>	
4680	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Sustentabilidade do Agronegócio e sua Adaptação às Mudanças Ambientais Globais
<i>Descrição: Financiamento da pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, voltados à geração de conhecimento e viabilização de soluções tecnológicas inovadoras para a agropecuária, com foco nas mudanças climáticas, em especial nas tecnologias voltadas para a agricultura de baixa emissão de carbono.</i> <i>Finalidade: Disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária e suas adaptações às mudanças ambientais globais, com foco nas mudanças climáticas em especial nas tecnologias voltadas para a agricultura de baixa emissão de carbono.</i>	
4682	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para Competitividade da Produção Agropecuária de Base Familiar e das Comunidades Tradicionais com Sustentabilidade do Meio Rural
<i>Descrição: Financiamento da pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária nacional, voltados à geração de conhecimento e viabilização de soluções tecnológicas inovadoras para a agropecuária de base familiar e das comunidades tradicionais. Os projetos de P&D serão executados buscando como resultado a geração de conhecimento ou produtos que tornem a produção desta parcela da sociedade mais competitiva no mercado, bem como tenham acesso a sistemas de produção específicos para seu segmento. Além disso, promoverá o acesso desse segmento às tecnologias agropecuárias.</i> <i>Finalidade: Disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária de base familiar e das comunidades tradicionais, com foco na diferenciação e agregação de valor à produção extrativista e nos sistemas integrados de produção.</i>	
4715	Difusão e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e de Sistemas Agroflorestais nas Regiões Cacaueiras
<i>Descrição: Difusão de tecnologias de produção e de gestão dos agronegócios regionais por meio da capacitação de produtores e de trabalhadores rurais, da instalação de unidades demonstrativas, da realização de dias de campo e de outros métodos participativos de extensão rural. Estímulo à instalação de pólos agroindustriais para beneficiamento da produção agropecuária e da produção de energia renovável. Elaboração e atualização de diagnósticos econômicos e sócio-ambientais em microbacias hidrográficas, em educação ambiental dos trabalhadores e produtores rurais e avaliação dos impactos ambientais das tecnologias desenvolvidas.</i> <i>Finalidade: Promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, por meio do fortalecimento das atividades produtivas, elevando o seu padrão de qualidade de vida e estimulando a geração de emprego, de renda e a inclusão social, por meio da transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, da organização social e produtiva e do uso sustentável dos recursos naturais, tendo como enfoque a conservação produtiva, a verticalização da produção e a construção de redes de comercialização.</i>	
8554	Manutenção da Plataforma Nacional de Recursos Genéticos
<i>Descrição: Desenvolvimento de ações e serviços de enriquecimento (introduções ou coletas), conservação, caracterização e documentação de recursos genéticos estruturando-os em: coleções biológicas especiais (bancos de DNA, marcadores moleculares, células e tecidos); coleções de microorganismos, de vegetais e animais em bancos de germoplasma. Estas ações serão estruturadas através de um sistema de curadoria e intercâmbio e os acessos serão caracterizados, documentados, comunicados e disponibilizados on-line para comunidade científica.</i> <i>Finalidade: Manter os recursos genéticos estratégicos para o país, através de uma plataforma nacional de serviços, assegurando as atividades de coleta, manutenção, caracterização e disponibilização de informação, visando a valorização permanente dos acervos de forma a garantir a segurança nacional em recursos genéticos e em alimentos para a população.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8560	Fomento à Inovação no Agronegócio
<i>Descrição: Disseminação da cultura e dos mecanismos de propriedade intelectual e de inovação no setor, e promoção do desenvolvimento tecnológico com ênfase nas áreas prioritárias de biotecnologia agropecuária, de agricultura de precisão e de transferência de tecnologia, visando ao atendimento das demandas tecnológicas do MAPA e das cadeias produtivas agropecuárias e agroindustriais.</i> <i>Finalidade: Ampliar o processo de inovação no setor agropecuário nacional para aumentar sua produtividade, sua competitividade e sua sustentabilidade nos mercados nacional e global, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, para geração de emprego e de renda, e para a inclusão tecnológica do pequeno e médio produtor</i>	
8924	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária
<i>Descrição: Financiamento da execução de projetos, processos e atividades de transferência de tecnologias voltadas para desenvolver a integração entre a Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e o mercado, buscando aprimorar o relacionamento da Embrapa com públicos de interesse e com a sociedade.</i> <i>Finalidade: Disponibilizar conhecimentos e tecnologias gerados pela pesquisa agropecuária e possibilitar o seu acesso pelos atores das cadeias de produção agropecuária em todos os seus segmentos, por meio de planejamento, coordenação, integração, articulação, orientação, avaliação de processos e ações de transferência de tecnologias necessárias para a sustentabilidade da agricultura.</i>	
8949	Fomento à Conservação e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação
<i>Descrição: Implementação de incentivos e apoio à conservação e valorização de recursos genéticos para a agricultura e alimentação; promoção e apoio à capacitação em transferência de tecnologia e intercâmbio internacional de informações sobre recursos fitogenéticos para alimentação; proposição de normas operacionais, marcos regulatórios e mecanismos voltados à conservação e valorização de recursos genéticos; estímulo ao uso sustentável da biodiversidade brasileira, espécies nativas e variedades locais, utilizando ferramentas biotecnológicas; apoio a iniciativas e projetos voltados à conservação, valorização, produção e exploração sustentável de cultivares e variedades locais e/ou melhoradas, assim como de espécies nativas de interesse da agropecuária.</i> <i>Finalidade: Apoiar, integrar, fortalecer e promover iniciativas voltadas ao acesso, o intercâmbio, valorização e o uso sustentável e sua conservação, visando a disponibilização de recursos genéticos para a agricultura e alimentação.</i>	
2043	Integração Sul-Americana
13DK	Estudo para Implantação do Centro de Comercialização Fronteiriço nas Áreas de Livre Comércio
<i>Descrição: Realização de estudo de viabilidade técnica e econômica que possibilite a implantação do Centro de Comercialização Fronteiriço nas Áreas de Livre Comércio, consistindo na elaboração de diagnósticos sobre o potencial econômico, social e de infraestrutura (oferta de energia, de telecomunicação e de recursos humanos qualificados) da região onde se pretende instalar o Centro.</i> <i>Finalidade: Realizar estudo de viabilidade técnica e econômica para implantação de Centro de Comercialização Fronteiriço nas Áreas de Livre Comércio - ALCs.</i>	
20NG	Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira
<i>Descrição: Estruturação ou aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, inclusive com implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando o acesso às oportunidades de mercado.</i> <i>Finalidade: Desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, a cargo de pequenos e médios produtores, empresas, associações produtivas ou instituições correlatas, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.</i>	
6593	Formação de Agentes para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Faixa de Fronteira
<i>Descrição: Oferta de capacitação para agentes públicos e privados locais que atuem na organização social, nas atividades econômicas e produtivas.</i> <i>Finalidade: Superar deficiências do capital humano necessário para a gestão compartilhada do desenvolvimento e para a estruturação e dinamização da base produtiva regional, incluindo a absorção e a difusão de informação e tecnologia.</i>	
2044	Autonomia e Emancipação da Juventude
0A26	Concessão de Auxílio-Financeiro
<i>Descrição: Pagamento de auxílio financeiro ao aluno matriculado no curso do Programa, conforme as regras estipuladas na legislação pertinente.</i> <i>Finalidade: Propiciar auxílio-financeiro a participantes do ProJovem.</i>	
20B7	Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação de Auxílio Financeiro
<i>Descrição: Pagamento do agente operador do ProJovem, inclusive para auditoria e controle sobre a operacionalização do Programa.</i> <i>Finalidade: Garantir os procedimentos relativos à concessão, manutenção, pagamento e cessação dos serviços e benefícios de auxílio financeiro destinado aos jovens.</i>	
20TM	Estação Juventude
<i>Descrição: Implantação e funcionamento das Estações Juventude, compreendendo inclusive, os equipamentos necessários ao funcionamento das unidades para o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, de inclusão digital e de qualificação.</i> <i>Finalidade: Implantar e manter unidades do programa Estação Juventude.</i>	
20TN	Inclusão Produtiva da Juventude
<i>Descrição: Apoio ao desenvolvimento de micropojetos produtivos da juventude, voltados à busca de autonomia e emancipação de jovens e para o estímulo ao empreendedorismo juvenil, bem como capacitação de jovens para a inclusão produtiva da juventude rural..</i> <i>Finalidade: Apoiar micropojetos formulados por jovens e capacitar a juventude rural para possibilitar a inclusão produtiva.</i>	
2A95	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo
<i>Descrição: Contratação de profissionais especializados; oferecimento de infra-estrutura para realização das atividades curriculares; transporte de alunos e professores quando as condições assim o exigirem; aquisição de material de consumo; aquisição de equipamentos de informática; desenvolvimento de atividades extracurriculares; impressão e distribuição de avaliações formativas; fornecimento de alimentação aos alunos matriculados; oferecimento de cursos de qualificação social e profissional; desenvolvimento de ações de participação social cidadã e demais atividades que contribuam para a aprendizagem do jovem."</i> <i>Finalidade: Promover a elevação da escolaridade dos beneficiários do Programa, resgatando para a escola esta clientela excluída, involuntariamente, da educação básica e propiciar qualificação social e profissional a jovens de 18 a 29 anos, principalmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade social.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
4729	Inserção de Aprendizes no Mercado de Trabalho
<i>Descrição:</i> Identificação das empresas submetidas à obrigação de contratar aprendizes; verificação da presença de empregados aprendizes em seus quadros em número adequado às normas legais; disponibilização de informações e conselhos técnicos aos empregadores sobre o instituto da aprendizagem; inspeção dos estabelecimentos ou locais de trabalho, no meio urbano ou rural. <i>Finalidade:</i> Garantir aos jovens com idade entre 14 e 24 anos (o limite máximo de idade não se aplica à pessoa com deficiência) o direito à profissionalização qualificada, mediante a sua contratação como aprendiz em condições legais e dignas, com a observância de seus direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros correlatos com o tipo de sua ocupação, propiciando o seu ingresso e permanência no mercado de trabalho em condições dignas e decentes.	
4786	Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) – Plano Brasil sem Miséria
<i>Descrição:</i> Mobilização junto às escolas e comunidades nas localidades de atuação da empresa objetivando a divulgação do Projeto Amanhã e a sensibilização dos jovens rurais, para participarem do processo de; identificação das alternativas de emprego e renda, elaboração de diagnóstico, definição de parcerias, preparação da programação das ações capacitadoras, de acompanhamento, avaliação e controle. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos jovens rurais condições de permanência no campo por meio da formação da cidadania, da capacitação para o trabalho e da organização cooperativa, com o estabelecimento de parcerias com as empresas locais (urbanas e rurais) para o fornecimento de estágios e o primeiro emprego, bem como proporcionar aos jovens de áreas que sofrem grande influência da empresa, condições de inclusão social, geração de emprego e renda.	
4789	Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para o Empreendedorismo
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de competências para a geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda mediante contratação de profissionais de qualificação social e profissional, bem como de instituições especializadas em incubação de empresas. Compreende ainda estudos para a absorção dos jovens qualificados em outras ações do ProJovem. <i>Finalidade:</i> Estimular e fomentar a geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio de ações integradas de qualificação direcionadas a gestão e incubação de negócios formados por jovens de 18 a 29 anos.	
6712	Promoção da Cultura da Juventude
<i>Descrição:</i> Investimento em projetos culturais de natureza integrada direcionados às manifestações culturais das juventudes; aporte financeiro e técnico para a realização de oficinas, mostras, encontros, festivais, intercâmbios e residências artísticas; ampliação do acesso da juventude às fontes de cultura; promoção da inclusão digital; fomento à criação de mídias impressas e virtuais, locais, regionais e nacionais; qualificação de jovens nas mais diversas áreas de abrangência cultural; concessão de prêmios e bolsas de formação, criação e produção artística e cultural, dentre outros; promoção de atividades e projetos culturais para a juventude trabalhadora, juventude rural e jovens egressos dos sistemas prisional e socioeducativo de privação de liberdade; promoção de atividades e projetos culturais visando a prevenção, redução de danos e do uso abusivo de álcool e drogas na juventude. <i>Finalidade:</i> Valorizar a diversidade e promover a cidadania e expressão cultural das juventudes brasileiras, ampliando suas oportunidades de acesso à produção e fruição cultural, estimulando sua força criativa e inovadora.	
8699	Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude
<i>Descrição:</i> Realização de encontros, seminários e reuniões intersetoriais relacionados ao tema juventude; realização de estudos e pesquisas que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas sobre Juventude; capacitação de servidores públicos e membros da sociedade na temática Juventude; manutenção do Portal da Juventude e de outras ferramentas de comunicação; cooperação internacional em juventude; articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas sobre Juventude; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas de juventude; apoio ao fortalecimento de órgãos estaduais, distritais e municipais de Juventude; ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes e outros grupos formais e informais de jovens; e demais atividades-meio necessárias ao funcionamento da Secretaria Nacional de Juventude. <i>Finalidade:</i> Dar suporte aos meios e às ações necessários à execução de iniciativas, no âmbito de atuação da Secretaria Nacional de Juventude, com vistas à implementação da Política Nacional de Juventude.	
86AB	Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico
<i>Descrição:</i> Produção, aquisição e distribuição de material didático e pedagógico básico aos jovens atendidos pelo programa, mediante a implementação do sistema instrucional que compreende a organização do material pedagógico constituído de Unidades Formativas, seleção de livros, vídeos, filmes, músicas, arquivos eletrônicos, etc., como materiais complementares que possam ser disponibilizados para os alunos e professores. Compreende ainda a elaboração de instrumentos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Também será realizada a produção, aquisição e distribuição de material sobre a concepção e gestão do serviço socioeducativo para jovens de 15 a 17 anos, voltado para os gestores municipais de assistência social e para os técnicos do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS, bem como materiais com conteúdos específicos, destinados aos educadores sociais, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades com os jovens. Aquisição e distribuição de materiais complementares para subsidiar as atividades desenvolvidas. <i>Finalidade:</i> Prover os alunos e os professores de material didático e pedagógico que auxiliem o desenvolvimento de sua prática pedagógica na educação de jovens atendidos pelo programa, assim como os gestores municipais de assistência social e técnicos do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, material sobre a concepção e gestão do serviço socioeducativo para jovens de 15 a 17 anos. Para os educadores sociais será disponibilizado material com conteúdos específicos, relacionados às atividades próprias do serviço socioeducativo.	
86AD	Formação de Profissionais
<i>Descrição:</i> Implementação de projetos de formação, programação de cursos, seminários e oficinas, produção de material didático-pedagógico específico voltado à disseminação de metodologias inovadoras na educação de jovens, assim como implementação de programa de capacitação em escala nacional para gestores estaduais e municipais de assistência social, técnicos do CRAS, os educadores sociais e instrutores. Os profissionais que atuarão no ProJovem terão uma formação específica. <i>Finalidade:</i> Proporcionar, aos profissionais, oportunidades de formação continuada com conteúdos inovadores. Capacitar também gestores municipais de assistência social e técnicos do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS sobre a concepção e gestão do serviço socioeducativo para jovens de 15 a 17 anos, e educadores sociais para o desenvolvimento das atividades com os jovens.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8700	Funcionamento do Conselho Nacional de Juventude
<i>Descrição: Convocação e organização das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, de suas Câmaras Temáticas, de suas Comissões, de seus Grupos de Trabalho (salas de reunião, auditório, sistema de áudio e vídeo, xerocópias, recepção, credenciamento, coffee-break, transporte, sistema de estenotipia, transcrição, elaboração e distribuição de ata, entre outros). Realização de estudos, reuniões, conferências, seminários, workshops e oficinas definidos pelo Conselho. Realização de publicações de interesse do Conselho.</i> <i>Finalidade: Garantir o funcionamento do Conselho Nacional de Juventude, suas Câmaras Temáticas, suas Comissões, seus Grupos de Trabalho.</i>	
2045	Licenciamento e Qualidade Ambiental
1C49	Prevenção da Contaminação Ambiental e Gerenciamento de Substâncias Perigosas
<i>Descrição: Implementar Planos de Ação, realizar Inventários Nacionais, elaborar documentos sobre o perfil do país relacionados à utilização de substâncias químicas, revisão, elaborar e atualizar normas legais e desenvolvimento, operacionalização e coordenação de sistemas de intercâmbio de informações sobre a qualidade ambiental.</i> <i>A ação envolve, ainda, o estabelecimento de suporte laboratorial para ações de controle sobre substâncias e resíduos perigosos, especialmente aqueles abrangidos por acordos e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.</i> <i>Finalidade: Reduzir os riscos oferecidos por substâncias e resíduos perigosos ao meio ambiente e à integridade e bem estar das populações.</i>	
20M6	Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável
<i>Descrição: Fomento a projetos que visem:</i> 1) a implementação de Agendas 21 Locais 2) a educação ambiental, capacitações e treinamentos com vistas à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável 3) a elaboração e implementação de planos de gestão integrada de resíduos sólidos e de resíduos industriais perigosos 4) a conservação e recuperação de bacias hidrográficas 5) o fortalecimento do SISNAMA e do SINGREH <i>Finalidade: Fomentar projetos e ações que promovam o desenvolvimento sustentável, garantindo a participação social, com vistas a contribuir para a melhoria e recuperação da qualidade ambiental.</i>	
20ML	Aprimoramento do Cadastro Técnico Federal para Integração, Avaliação, Geração, Sistematização e Disponibilização de Informação Ambiental
<i>Descrição: Criação de mecanismos que permitam ampliar o volume e melhorar a qualidade das informações ambientais contidas nos sistemas de controle vinculados ao Cadastro Técnico Federal com impactos positivos nas ações de controle e nas tomadas de decisão; ampliação da base de empreendedores cadastrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, com impactos positivos em termos de arrecadação e de informações para controle ambiental; fortalecimento da estrutura de gestão da informação por meio de revisão de normas e capacitação das equipes, com impactos positivos na integração de informações e na disponibilização sistemática das informações; elaboração e publicação periódica do estado da qualidade ambiental através do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente e de boletins e relatórios com informações ambientais.</i> <i>Finalidade: Gerar e disponibilizar informações ambientais em maior quantidade e de melhor qualidade, com o aprimoramento da gestão das informações, de forma a tornar mais eficientes as ações de controle, acompanhamento e avaliação da qualidade do meio ambiente e a subsidiar a tomada de decisão e a formulação de políticas públicas.</i>	
20MM	Promoção de Ações de Gestão de Riscos, Preparação e Atendimento a Emergências Ambientais
<i>Descrição: Identificação de riscos ambientais relacionados a produtos perigosos, definição de estratégias de gestão de riscos para a prevenção de ocorrência de acidentes ambientais, incluindo vistorias preventivas em empreendimentos e atividades utilizadores de produtos nocivos ou perigosos, tais como óleo e derivados, produtos químicos, radioativos e outros.</i> <i>Avaliação e acompanhamento dos diversos planos de emergência para acidentes ambientais envolvendo tais produtos.</i> <i>Atendimento a acidentes ambientais na esfera de atuação do IBAMA e apoio aos acidentes ocorridos nas esferas estaduais e municipais.</i> <i>Acompanhamento de catástrofes e desastres naturais capazes de desencadear acidentes tecnológicos, com impactos no meio ambiente.</i> <i>Avaliação de impacto causado por acidentes ambientais, viabilizando as análises laboratoriais necessárias para comprovação de danos e o monitoramento da recuperação das áreas, bem como análises fiscais e da conformidade de produtos tais como agrotóxicos e outros que possam causar danos ao meio ambiente.</i> <i>Promoção de capacitação e treinamento de servidores do IBAMA e parceiros em temas de emergências ambientais. Participação de servidores do IBAMA em eventos nacionais e internacionais relacionados à temática de acidentes e emergências ambientais. Elaboração e implementação de planos nacionais de contingência para derramamentos de óleo e outras substâncias perigosas. Participação em atividades do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos – P2R2</i> <i>Finalidade: Promover ações gestão de riscos, prevenção, preparação e atendimento a ocorrências de acidentes ambientais, na esfera de competência federal.</i>	
20N0	Concessão de Autorização para Demandas de Licenciamento Ambiental em Unidades de Conservação Federais
<i>Descrição: Promoção de infraestrutura e capacidade necessárias ao ICMBio para a agilização e qualificação da atividade permanente de processamento das solicitações de controle, fiscalização e de avaliação de impactos, mantendo pessoal capacitado, efetuando contratações de serviços e treinamentos nas áreas afins, como também adquirindo equipamentos e melhorando a infra-estrutura nas Coordenações Regionais e Unidades de Conservação do ICMBio.</i> <i>Finalidade: Proporcionar o atendimento da demanda de autorização para o licenciamento ambiental das atividades previstas na Legislação Ambiental, obedecendo aos critérios legais de prazo e qualidade.</i>	
20O1	Incentivo a Práticas Culturais que Contribuam para a Conservação, Consciência e Educação Ambiental
<i>Descrição: Realização de concursos públicos, campanhas e apoio ao desenvolvimento de projetos culturais direcionados à preservação do meio ambiente, envolvendo aporte financeiro, prevendo a realização de oficinas, mostras, apresentações, dentre outros.</i> <i>Finalidade: Fomentar e incentivar a multiplicação de relações sustentáveis entre cultura e meio ambiente que estejam comprometidas com a conservação do patrimônio cultural e da biodiversidade brasileiros. Mapear, reconhecer e promover práticas e experiências culturais voltadas para a preservação do meio ambiente. Incentivar, por meio do apoio a essas práticas, a construção de um imaginário de respeito ao meio ambiente, contribuindo para a construção de novos valores ecológicos, valorizando especialmente as formas de transmissão e manutenção dos saberes tradicionais fundamentadas em relações diferenciadas e sustentáveis com o meio ambiente.</i>	
2972	Educação para Conservação da Biodiversidade
<i>Descrição: Desenvolvimento de projetos e estratégias para a formação de multiplicadores em educação ambiental, extensão, pesquisas, produção e divulgação técnico-científica e educação para gestão ambiental, com execução da ação voltada aos vários públicos.</i> <i>Finalidade: Educar visando a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2979	Avaliação da Periculosidade e Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos Perigosos
<i>Descrição: Avaliação do potencial de periculosidade e registro de agrotóxicos, preservativos de madeira, remediadores ambientais, dispersantes de óleos e graxas, licenças para circulação de veículos automotores, emissão do selo ruído, autorizações do programa silêncio e demais licenças, autorizações, controle e fiscalizações exercidos sobre substâncias, produtos e resíduos.</i> <i>Finalidade: Garantir a execução federal de avaliações ambientais e autorizações abrangendo licenças, registros e demais formas de controle e implementação no âmbito federal do SISNAMA.</i>	
2B35	Assistência Técnica para a Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública
<i>Descrição: Fortalecimento das atividades da Comissão Gestora da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P por meio da Rede A3P, promovendo o intercâmbio técnico para difundir a metodologia de implantação da A3P nos órgãos públicos; incentivo e fomento de práticas de redução do consumo de matérias-primas, energia e água, bem como a reciclagem e o tratamento adequado dos resíduos; fomento a programas de formação e capacitação visando à conscientização dos servidores públicos sobre a importância de se preservar o meio ambiente; utilização do poder de compra do Estado para a reorientação dos agentes econômicos, quanto aos padrões do sistema produtivo e do consumo de produtos e serviços ambientalmente sustentáveis, incluindo o estímulo à inovação tecnológica; fomento e apoio a políticas de geração de emprego e renda para cooperativas de catadores de materiais recicláveis, no âmbito do Projeto "Coleta Seletiva Solidária", coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. Promoção de troca de experiências entre as instituições que trabalhem a A3P; transformação dos equipamentos públicos utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e ANA em modelos para demais administrações públicas.</i> <i>Finalidade: Promover estratégias para a inserção de critérios socioambientais nas atividades-meio da Administração Pública, por meio do uso racional dos bens públicos e dos recursos naturais, combate a todas as formas de desperdício, visando a diminuição dos impactos negativos das atividades administrativas, bem como a adequação dos processos licitatórios às concepções do consumo sustentável.</i>	
2B85	Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental
<i>Descrição: Viabilização da execução de projetos voltados à melhoria da qualidade ambiental, por meio da identificação de contaminantes químicos ambientais, inclusive os do setor petroquímico, bem como a criação de mecanismos normativos, econômicos e arranjos institucionais para o desenvolvimento e a implantação de projetos que se apresentarem viáveis.</i> <i>Finalidade: Fomentar o desenvolvimento e a execução de projetos que visem a melhoria da qualidade ambiental principalmente àqueles que permitam a redução da geração e liberação de contaminantes ambientais e a sua gestão sustentável.</i>	
2B87	Capacitação para Qualidade Ambiental
<i>Descrição: Serão estruturados e ministrados, inclusive para o setor de petróleo, cursos de atualização, formação e capacitação de técnicos que trabalhem em diferentes áreas de governo, do setor produtivo, não-governamentais e de agências financiadoras para que possam exercer, de forma mais efetiva, na proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Serão realizados também cursos, seminários e ciclo de palestras sobre temas específicos de outras áreas de atuação da Secretaria.</i> <i>Finalidade: Capacitar técnicos dos órgãos gestores de meio ambiente, de outros órgãos de Governo, do setor produtivo, de organizações não governamentais e de agências financiadoras em temas relacionados à qualidade ambiental.</i>	
2B88	Prevenção e Combate a Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo
<i>Descrição: Realização de estudos/diagnósticos, normatização e regulação, elaboração de cartas/mapas e estruturação de base de dados georreferenciada aplicados ao desenvolvimento de estratégias para preservação ambiental, por meio de medidas de prevenção, controle, fiscalização e combate à poluição causada por lançamento de óleo, na escala de atuação do Plano Nacional de Contingência (PNC), incluindo suas peças estruturantes tais como os planos de área (PA) os planos de emergência individual (PEI) e o Sistema de Informações sobre Incidentes de Poluição por Óleo (SISNÓLEO). Ainda nessa vertente, pressupõe o desenvolvimento de estratégia de monitoramento sistemático como mecanismo de acompanhamento (recebimento, sistematização e disponibilização de informações) da qualidade ambiental e resposta a incidentes de derramamento de óleo.</i> <i>Finalidade: Desenvolver estratégia nacional para preservação ambiental (prevenção, controle/monitoramento, fiscalização e combate) frente à poluição decorrente das atividades da indústria do petróleo.</i>	
2D05	Promoção da Proteção da Atmosfera
<i>Descrição: Elaboração de indicadores para acompanhar a qualidade do ar referente às fontes fixas, móveis e agrossilvopastoris, a partir da coleta e tratamento dos parâmetros previstos nas normas legais. Avaliação da redução de emissão de gases poluentes provenientes de veículos automotores, por meio de ações consubstanciadas no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE e potenciais melhoramentos desse programa. Utilização dos dados do Cadastro Técnico Federal do IBAMA para construir os indicadores de fontes fixas e de fontes agrossilvopastoris e outros indicadores como, por exemplo, indicadores para acompanhar as emissões de gases de efeito estufa.</i> <i>Finalidade: Desenvolver um conjunto de indicadores para a identificação de tendências relativas a qualidade do ar visando subsidiar as políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade ambiental.</i>	
2D08	Gestão Compartilhada da Educação Ambiental
<i>Descrição: Fortalecimento da educação ambiental no Sistema Nacional de Meio Ambiente, bem como nos sistemas de ensino, por meio da estruturação e implementação do Sistema Brasileiro de Educação Ambiental através do aporte técnico, articulação e democratização de instâncias colegiadas nas unidades federativas (paritários e representativos dos diferentes setores e segmentos da sociedade e dos órgãos de governo), formadas por instituições com atuação em educação ambiental ou que possuem interface com o tema.</i> <i>Finalidade: Promover a gestão compartilhada e a participação social na gestão da educação ambiental, nas unidades federativas.</i>	
4910	Formação Continuada em Agenda 21 Local
<i>Descrição: Formulação das bases técnicas e políticas do processo de formação continuada em Agenda 21 Local, no âmbito da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Nacional CPDS; definir ações de formação que contribuam para a efetivação das ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira nas políticas públicas locais e promovam a elaboração e implementação de Agendas 21 Locais; realizar levantamentos e estudos sobre projetos inovadores e experiências diferenciadas em formação; elaborar projetos político-pedagógicos de cursos, oficinas, seminários e outras ações para a formação continuada de agentes regionais; articular com entidades governamentais e não-governamentais para identificar interlocutores e agentes de formação nas diversas regiões do país; desenvolver metodologias que identifiquem e interpretem as demandas regionais, respeitando a identidade cultural e o contexto sócio-ambiental dos atores sociais; desenvolver metodologias para diferentes estágios da Agenda 21 Local; definir políticas e ações para atuar em programas prioritários do governo e da sociedade; estabelecer sistema de apoio as ações de formação induzidas e por demanda; desenvolver sistema de monitoramento e avaliação do processo de formação continuada.</i> <i>Finalidade: Articular estratégia nacional para a formação continuada de agentes regionais que promovam o desenvolvimento local sustentável, por meio da disseminação dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira e indução dos processos de elaboração e implementação de Agendas 21 Locais.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4921	Elaboração e Implementação das Agendas 21 Locais
<i>Descrição: Elaboração e apoio à implementação de Agendas 21 locais de acordo com as estratégias definidas no âmbito da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira - CPDS; articulação institucional com iniciativas, projetos, programas e ações do governo e da sociedade, que trabalhem temas como desenvolvimento local, ordenamento territorial, planejamento e gestão participativa, visando estimular e apoiar a construção de Agendas 21 locais; definição de estratégias de atendimento a programas prioritários do governo; definição de formas de parcerias técnica, financeira e científica com atores locais para a institucionalização dos processos de elaboração e implementação de Agendas 21 Locais; análise e propostas de instrumentos econômicos e fiscais de subsídio aos processos de Agenda 21 Local; avaliação e revisão da Agenda 21 Brasileira, garantindo ampla participação da sociedade; reavaliação das diretrizes para a Agenda 21 Local, de acordo com a reavaliação da Agenda 21 Brasileira; levantamento e divulgação de experiências bem sucedidas de processos de elaboração e implementação de agendas locais; incentivo à difusão e ao intercâmbio de informações e conhecimento por meio do fortalecimento e criação de redes para o desenvolvimento local sustentável; apoio à organização e à mobilização social para a responsabilidade compartilhada na tomada de decisões; trabalho da Agenda 21 em segmentos específicos da sociedade, como por exemplo escolas, universidades, juventude, empresas, visando o fortalecer as Agendas 21 locais existentes e estimular a criação de novos processos; estímulo a formação de atores sociais para atuarem como agentes disseminadores das princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira e indutores dos processos de construção de Agendas 21 Locais; elaboração de material técnico para as atividades de formação, difusão e apoio aos agentes promotores do desenvolvimento sustentável, no âmbito das Agendas 21 Locais; definição de indicadores de desempenho para avaliação e monitoramento das Agendas 21 Locais e seus impactos para o desenvolvimento local; definição e execução de ações de acompanhamento técnico remoto e presencial de processos de Agendas 21 Locais.</i> <i>Finalidade: Promover a elaboração e apoio técnico a implementação de Agendas 21 Locais com base nos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira que, em consonância com a Agenda 21 global, reconhece a importância do nível local na concretização de políticas públicas sustentáveis.</i>	
4932	Formação de Educadores Ambientais
<i>Descrição: Implementação e consolidação de estruturas (*) e processos que facilitem a comunicação e a educação ambiental participativa, democrática, permanente e sustentável; que permeiem todo o tecido social. No que tange os processos educadores, a estratégia utilizada são os Coletivos Educadores, pois resultam da articulação de instituições vinculadas a um determinado território que atuam em educação ambiental, educação popular e mobilização social, e cumprem papel de instâncias formuladoras e articuladoras de ações de formação e, sobretudo, de políticas públicas neste âmbito. Os coletivos elaboram, implementam e avaliam processos de formação de educadores ambientais com vista a propiciarem o fortalecimento da cidadania socioambiental e da participação e controle social das políticas públicas. Outro foco desta ação é a mobilização, articulação e empoderamento de jovens para atuarem na proteção do meio ambiente e com ações de educação ambiental, a partir da formação, consolidação e expansão dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs) e o fortalecimento da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma). No sentido de contribuir com outros países, pressupõe-se o apoio à formação de educadores ambientais por meio de processos de intercâmbio de metodologias e atividades realizadas no Brasil e em outros países, prioritariamente os latino-americanos e os de língua portuguesa. Por fim, busca-se propiciar a interlocução entre os educadores ambientais por meio de eventos presenciais e a distância, inclusive aqueles relacionados à atividade da indústria do petróleo, propiciando a formação de educadores ambientais por meio de processos difusos de educação ambiental.</i> <i>.* - Estruturas educadoras funcionam como estruturas físicas para atuação política, social, cultural e ambiental, devendo também ser utilizadas como espaços articuladores e integradores de outros projetos e programas de comunicação e educação ambiental que visam a sustentabilidade.</i> <i>Finalidade: Formar educadores ambientais no sentido de contribuir para a construção de sociedades sustentáveis.</i>	
6124	Fiscalização de Atividades Degradadoras, Poluentes e Contaminantes
<i>Descrição: Fiscalização de áreas em que ocorram atividades potencialmente degradadoras, poluidoras e contaminantes no intuito de verificar a legalidade e o cumprimento dos princípios previstos na legislação. Atuação especial no controle e no monitoramento dos possíveis danos ambientais causados por derramamento/lançamento de petróleo e de seus derivados e outras substâncias nocivas ou perigosas no meio ambiente, atuando os infratores na esfera de sua competência.</i> <i>Finalidade: Coibir ações de degradação, poluição e contaminação que comprometem a manutenção da qualidade ambiental e das condições de vida.</i>	
6635	Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis a Óleo
<i>Descrição: A ação dará continuidade à execução do mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo das Bacias Sedimentares Marítimas do Espírito Santo, Campos, Santos, Camamu-Almada, Cumuruxatiba, Mucuri, Jequitinhonha, Pará-Maranhão e Barreirinhas, Foz do Amazonas, e Pelotas, nos níveis estratégico, tático ou intermediário, e operacional ou de detalhe. O mapeamento deverá atender a todos os graus de derramamento de óleo, desde grandes vazamentos em áreas remotas (oceânicas), passando por derramamentos de porte médio a alguma distância das instalações da indústria do petróleo (ao largo do litoral), até derrames localizados (em pontos específicos da costa).</i> <i>Finalidade: Promover o mapeamento de sensibilidade ambiental e de risco, para utilização no planejamento de contingência, e no caso de eventuais acidentes com poluição de óleo, para avaliação geral de danos e combate ao derramamento, e na gestão do uso e ocupação dos espaços e recursos costeiros e marinhos.</i>	
6687	Formação e Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais nos Estados e Municípios
<i>Descrição: Realização de ações voltadas ao treinamento e capacitação, tais como: ministração de cursos de formação, bem como pagamento de passagens e diárias aos serviços para viagem de capacitação, pagamento de taxas de inscrição em cursos, seminários e congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação dos gestores e conselheiros estaduais e municipais, visando maior e melhor capacidade na formulação e implementação de políticas e de um modelo adequado de gestão ambiental.</i>	
6857	Produção e Difusão de Informação Ambiental de Caráter Educativo
<i>Descrição: Estabelecimento de cooperação técnica com canais públicos de rádio e TV e parceira com redes de educação e comunicação ambiental e coletivos educadores; apoio à produção da comunicação e informação para todas as mídias de modo descentralizado, a ser executada por ONGs, órgãos públicos estaduais e municipais, estruturas e coletivos educadores; manutenção, alimentação e criação de novos módulos do portal SIBEA; implementação de linha editorial de publicações; produção interativa de programação educativa em Rádio e TV e sua veiculação regular em canais públicos.</i> <i>Finalidade: Proporcionar à população, inclusive aqueles que vivem em áreas litorâneas ou nas proximidades de instalações da indústria petrolífera, acesso à informação e comunicação ambiental e aos seus meios de produção e gestão, estabelecendo dinâmicas continuadas de educação ambiental nos espaços e coletivos educadores de forma associada aos meios de comunicação, e possibilitando a formação para atuação em comunicação ambiental de caráter educativo.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6925	Licenciamento Ambiental Federal
<i>Descrição: Aperfeiçoamento do licenciamento ambiental federal por meio da revisão de normativas; das análises ambientais multissetoriais para subsidiar decisões; do controle eletrônico dos custos e dos prazos de execução do licenciamento; da disponibilização eletrônica das informações ambientais resultantes da avaliação de impactos ambientais de empreendimentos; e da qualificação e certificação do corpo técnico em práticas de excelência em Avaliação de Impactos Ambientais.</i> <i>Finalidade: Aperfeiçoar o atendimento às demandas do licenciamento ambiental federal visando promover agilidade e qualificação às atividades administrativas do processo de licenciamento e às atividades técnicas de avaliação de impacto ambiental de empreendimentos.</i>	
8286	Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental
<i>Descrição: Promoção, apoio e execução de projetos que contribuem para a educação e a gestão socioambiental. Tais projetos incluem: formação de conselhos consultivos e deliberativos das Unidades de Conservação; elaboração e implementação de planos de manejo; desenvolvimento e articulação de processos formativos e de capacitação de conselheiros das Unidades de Conservação, de usuários de recursos e de organizações de populações tradicionais e locais do entorno e interior de Unidades de Conservação; elaboração de diretrizes, instrumentos e metodologias; gestão e mediação de conflitos territoriais e de sobreposições, entre outras.</i> <i>Finalidade: Apoiar a gestão socioambiental de grupos em situação de vulnerabilidade através de estratégias de educação e gestão socioambiental envolvendo gestão participativa, educação ambiental e gestão de conflitos.</i>	
8342	Aperfeiçoamento do Processo de Licenciamento Ambiental
<i>Descrição: Realização de cursos de capacitação; acompanhamento do cronograma do licenciamento dos empreendimentos de infraestrutura; promoção da integração com órgãos ambientais e outros órgãos setoriais; elaboração e divulgação de normas, procedimentos e estudos; desenvolvimento e implementação de abordagens de instrumentos de planejamento e gestão, desenvolvimento de sistemas de informações relacionadas ao licenciamento ambiental, considerando inclusive o enfoque inerente ao licenciamento ambiental do setor de petróleo e gás.</i> <i>Finalidade: Desenvolver e acompanhar a implementação de instrumentos de gestão e planejamento, legais, técnicos e institucionais de apoio à aplicação do licenciamento ambiental, visando sua eficiência, eficácia e efetividade, a fim de propiciar o controle da implantação das atividades econômicas e dos projetos de infraestrutura logística, energética, social e urbana, de forma sustentável, em tempo compatível com os planejamentos setoriais e com as políticas de desenvolvimento.</i>	
8496	Implementação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - P2R2
<i>Descrição: Coordenação das atividades da Comissão Nacional e dos Comitês Técnicos; Estruturação do Grupo de Apoio a Emergências e do Grupo de Apoio de Preparação à Resposta; Apoio a projetos de capacitação técnica à sociedade civil; aos Órgãos de Meio Ambiente e Saúde; ao IBAMA; à Defesa Civil e demais instituições afetas ao tema, nas três esferas de governo; Apoio à formalização e desenvolvimento das Comissões Estaduais, Regionais e Municipais do P2R2; Estabelecimento de norma/procedimentos para elaboração dos Planos de Ação de Emergências (PAE) Federal e Estaduais; Identificação de áreas com risco de ocorrência de acidentes com produtos perigosos que exponham a riscos o meio ambiente e a saúde humana; Desenvolvimento do sistema de informação georreferenciado para cadastramento e mapeamento de acidentes e de áreas de risco; Estabelecimento de metodologia para a classificação e mapeamento de áreas de risco; Definição de estratégias para a atualização e divulgação sistemática das informações; Elaboração do PAE Federal e apoio à elaboração dos PAEs Estaduais, de acordo com os riscos identificados nas suas áreas de interesse e/ou abrangência do Plano; Desenvolvimento de estratégias de comunicação e articulação entre os diversos parceiros envolvidos com a prevenção e resposta a emergências ambientais; Estabelecimento de diretrizes, objetivos e competências para o planejamento e execução de procedimentos técnicos/administrativos direcionados para a obtenção dos resultados desejados pelas Comissões Nacional e Estaduais; Desenvolvimento de estratégia para difusão e implementação do Plano P2R2; Estabelecimento de convênios e acordos de cooperação técnica-financeira relacionados ao Plano P2R2; e Desenvolvimento e apoio a estudos e projetos que visem a prevenção, preparação e resposta às emergências ambientais com produtos perigosos.</i> <i>Finalidade: Coordenar e executar as ações do Plano P2R2 no nível federal e apoiar e supervisionar a implementação do Plano nos estados e municípios.</i>	
8499	Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II)
<i>Descrição: Realização de operações de: apoio à adoção de práticas ambientais sustentáveis, associadas à aplicação de instrumentos legais orientados para a gestão do meio ambiente, incluindo licenciamento ambiental, monitoramento da qualidade da água e gerenciamento da zona costeira.</i> <i>Finalidade: Estimular projetos de modernização dos sistemas estaduais de meio ambiente e de gestão integrada dos recursos naturais, de forma articulada e intersetorialmente, visando a avanços na gestão ambiental do País, resultando em melhoria efetiva da qualidade do meio ambiente.</i>	
2046	Mar, Zona Costeira e Antártida
13E5	Aquisição de Direitos de Exploração de Recursos Minerais Marinhos
<i>Descrição: A partir dos relatórios dos levantamentos geológicos geofísicos marinhos, elaborar requerimento para execução de pesquisa mineral nos fundos marinhos em águas internacionais.</i> <i>Finalidade: Adquirir direitos de exploração mineral em fundos marinhos de águas internacionais junto à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos</i>	
20LC	Levantamentos Geológicos Marinhos
<i>Descrição: Análise e avaliação de depósitos minerais, por meio de levantamentos geológicos geofísicos básicos e do detalhamento de sítios de interesse geoeconômico.</i> <i>Finalidade: Garantir que o País possa exercer seus direitos de soberania para efeitos de exploração de recursos minerais presentes no leito do mar e em seu subsolo, tanto na Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) como nos fundos marinhos situados em áreas internacionais. No caso da PCJB, obedece Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, atendendo ao disposto na convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar, da qual o Brasil é signatário.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2345	Missão Antártica
<i>Descrição:</i> Apoio logístico às atividades científicas desenvolvidas na Antártica, por via aérea e marítima; abastecimento de materiais necessários às atividades científicas e logísticas; transporte de pesquisadores e de equipes de manutenção e guarnecimento da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF); provimento da infraestrutura necessária às instituições operacionais, logísticas e administrativas participantes no desenvolvimento da Ação; e manutenção e reparo das unidades navais e aeronavais que participam das Operações Antárticas. <i>Finalidade:</i> Desenvolver as missões de apoio logístico às atividades científicas brasileiras na Antártica e permitir a manutenção da presença brasileira naquela região.	
2518	Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico e Climatológico
<i>Descrição:</i> Para a sua implementação, a Ação prevê a obtenção de materiais, equipamentos e serviços destinados a/ao: Ampliação e consolidação da capacidade do País em monitorar e gerar previsões ambientais, e da utilização eficaz dos recursos marinhos na região marítima de interesse do País; Estabelecimento de um sistema de monitoramento oceanográfico e climatológico que aprimore o conhecimento do papel dos oceanos face às mudanças climáticas; Previsão de fenômenos naturais extremos que produzem forte impacto sobre a vida das populações costeiras e a sustentabilidade econômica local; Obtenção de sensores, boias fixas, de deriva e similares, marégrafos, ondógrafos equipamentos e materiais necessários ao lançamento, manutenção e operações de redes de observação de coleta de dados oceanográficos e climatológicos. Criação e articulação da infraestrutura de pesquisa científica e operacional compartilhada; Manutenção dos meios flutuantes empregados nas atividades; Manutenção de laboratórios de pesquisas; modernização e manutenção dos instrumentos oceanográficos e meteorológicos utilizados; Contribuição para a realização de pesquisas previstas no Plano Setorial para os Recursos do Mar; e Provimento da infraestrutura de coordenação, serviços de assessoria, realização de seminários e desenvolvimento das atividades administrativas, operacionais e de divulgação que se façam necessárias. <i>Finalidade:</i> Ampliar e consolidar um sistema de observação dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico, subsidiar estudos oceanográficos, previsões climatológicas e meteorológicas, contribuindo para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, da variabilidade do clima e das mudanças climáticas, e implementar e desenvolver pesquisas, nas áreas marítimas, que auxiliem no monitoramento dos oceanos e clima, bem como apoiar as atividades inerentes à implantação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), visando à gestão ambiental da zona costeira do país, e a realização de pesquisas previstas no Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM).	
2520	Apoio à Pesquisa no Mar e nas Ilhas Oceânicas
<i>Descrição:</i> Os Projetos de Pesquisa são selecionados em função do mérito científico e de sua contribuição para preservação do meio ambiente nas ilhas oceânicas e áreas marítimas adjacentes. As atividades empreendidas pelo PSRM para alcançar os objetivos da PNRM estão segmentadas em recursos vivos e não vivos, bem como a formação de recursos humanos qualificados na área de Ciências do Mar e a criação de uma Mentalidade marítima na sociedade brasileira. São avaliadas as necessidades logísticas e a exequibilidade desses projetos e atividades. São elaborados os cronogramas de expedições às ilhas, compatibilizando as disponibilidades dos meios e as agendas dos pesquisadores. As pesquisas e as atividades são realizadas utilizando-se a infraestrutura existente e o apoio dos meios flutuantes designados pela Marinha ou contratados, por meio de implantação, ampliação e manutenção das Estações Científicas, capacitação de pessoal, aquisição de equipamentos, modernização de laboratórios, apoio aos meios flutuantes empregados, contratação de serviços de transporte de pesquisadores e a realização de reuniões de coordenação e seminários temáticos, nacionais e internacionais, contratação de serviços de assessoria e de divulgação dos diversos Programas e Planos do PSRM. <i>Finalidade:</i> Assegurar a ocupação permanente das Estações Científicas nas Ilhas Oceânicas e desenvolver atividades para apoiar e prover a segurança das pesquisas científicas e dos projetos de conservação do meio ambiente nas ilhas oceânicas e áreas marítimas adjacentes, bem como desenvolver atividades que apoiem a promoção do conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, de forma a identificar e avaliar a potencialidade mineral, energética e da biodiversidade com importância econômica e político-estratégica para o Brasil. A presença permanente de brasileiros nas Estações Científicas permite exercer a soberania sobre o Arquipélago São Pedro e São Paulo e respectiva Zona Econômica Exclusiva, e a pesquisa no mar garante o desenvolvimento de capacidades tecnológicas, a conservação ambiental e a promoção da mentalidade marítima da sociedade brasileira.	
4130	Fomento à Pesquisa na Antártida
<i>Descrição:</i> Financiamento de pesquisas científicas na Antártica e regiões adjacentes, por meio de demanda espontânea ou induzida, bem como Acompanhamento e Avaliação de projetos contratados no âmbito da Ação. <i>Finalidade:</i> Apoiar a execução de pesquisas, visando ampliar os conhecimentos dos fenômenos antárticos e as suas influências sobre questões de relevância global e regional e sua repercussão sobre o território brasileiro.	
4415	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de pesquisas científicas nas áreas de Oceanografia e de Climatologia; geração e disponibilização de dados ambientais (físicos, químicos, biológicos e geológicos) sobre o domínio oceanográfico, obtidos pelo uso de tecnologias espaciais de sensoriamento remoto e de telemetria de dados por satélites e pelo uso de plataformas fixas e derivantes; atualização, recuperação e substituição de sistemas, bóias e plataformas de coleta de dados. <i>Finalidade:</i> Aumentar o conhecimento sobre os recursos bióticos e abióticos do mar, os efeitos antrópicos e o aproveitamento sustentável desses recursos; bem como aumentar o conhecimento das interações entre o oceano, a atmosfera e os ambientes continentais e seus impactos sobre o tempo e clima do Brasil.	
6618	Monitoramento das Mudanças Ambientais Locais e Globais Observadas na Antártica
<i>Descrição:</i> Coordenação das atividades referentes ao Plano de Gerenciamento da Baía do Almirantado, Antártica. Implementação do Programa de Monitoramento da Baía do Almirantado. Avaliação dos impactos ambientais sobre o meio ambiente antártico referentes às atividades brasileiras naquele continente. Investigação dos reflexos das alterações ambientais globais percebidas na Antártica e seus efeitos sobre o território brasileiro. <i>Finalidade:</i> Garantir ao País o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Protocolo de Madri por meio da avaliação dos impactos das atividades brasileiras no ambiente antártico; cumprir compromissos firmados internacionalmente, em que o Brasil atua como Coordenador da Área Antártica Especialmente Gerenciada da Baía do Almirantado; implementar o Programa de Monitoramento Ambiental estabelecido para a Baía do Almirantado; investigar os reflexos das alterações ambientais globais percebidas na Antártica e seus efeitos sobre o território brasileiro; sensibilizar a sociedade para questões antárticas; inserir a Antártica nas discussões nacionais sobre as mudanças climáticas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6642	Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão Costeira
<i>Descrição:</i> Ação conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP), com desdobramento junto aos órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs) e às Gerências Regionais do Patrimônio da União (GRPUs), além da esfera de governo municipal, abrangendo 285 municípios, nos 17 estados litorâneos. Engloba duas vertentes: a) Assistência a 25 municípios habilitados na primeira etapa de aplicação do Projeto Orla, em termos da base normativa de planejamento do uso e ocupação do solo; diretrizes para elaboração/adequação dos planos diretores (Estatuto da Cidade-Lei n.º 10257/2001); desenvolvimento de mecanismos de financiamento para execução de projetos sustentáveis nas áreas de infra-estrutura, turismo, ordenamento paisagístico; setorização e sinalização de áreas de áreas de esporte e lazer, e promoção de ações de comunicação e divulgação dos resultados do Projeto; b) Capacitação de gestores municipais (governo, setor produtivo e ONGs) para aplicação do Projeto Orla em áreas críticas ou assentamentos precários (municípios de regiões metropolitanas, de áreas adjacentes a regiões estuarino-lagunares da Região Nordeste). Do ponto de vista operacional, planeja-se a integração de 10 municípios por semestre, prevendo-se uma ampliação gradativa, por iniciativa e contrapartida dos próprios municípios, podendo-se atingir até 60 localidades. O MMA deverá buscar mecanismo para a definição de cadastro de instituições/especialistas para a assistência técnica diretamente aos municípios interessados bem como delimitar as áreas prioritárias para implantação de ações previstas no Plano de Intervenção. <i>Finalidade:</i> Instrumentalizar estados e municípios para aplicação dos procedimentos do Projeto Orla, em especial nas áreas de patrimônio da União, visando à ocupação ordenada planejada dos espaços e o uso sustentável dos recursos ambientais, mediante parcerias entre o governo e a sociedade.	
7112	Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)
<i>Descrição:</i> Análise e avaliação dos depósitos minerais da PCJB, por meio de levantamentos geológicos-geofísicos sistemáticos, básicos e do detalhamento de sítios de interesse geoeconômico. <i>Finalidade:</i> Garantir que o País possa exercer seus direitos de soberania para efeitos de exploração de recursos minerais presentes no leito do mar e em seu subsolo, na Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB), em uma área correspondente a 4,3 milhões de km², a ser incorporado ao território nacional como resultado Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, atendendo ao disposto na convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar, da qual o Brasil é signatário.	
8896	Gestão Ambiental e Territorial da Zona Costeira
<i>Descrição:</i> Implementação dos instrumentos de gerenciamento costeiro, como suporte à mediação de conflitos entre os diversos usos das áreas litorâneas e à tomada de decisões, mediante a harmonização de diretrizes e procedimentos, a nível federal, com a sociedade e os setores produtivos, em especial os setores de infra-estrutura (energia e transporte), turismo, desenvolvimento urbano e recursos-vivos marinhos, visando à proteção ambiental da região. <i>Finalidade:</i> Avaliar a dinâmica social, ambiental e econômica, promover análise e estudos, estabelecer cenários e propor medidas e normas para gestão dos espaços litorâneos, com base no marco legal e nas institucionalidades estabelecidas	
2047	Micro e Pequenas Empresas
0473	Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997)
<i>Descrição:</i> Honra dos avais das operações seguradas, até o limite ajustado, que estejam inadimplentes e cujo pagamento tenha sido pedido pelo agente financeiro responsável pela operação. <i>Finalidade:</i> Proporcionar o acesso ao crédito de médio e longo prazo para as micro, pequenas e médias empresas atuantes no comércio exterior; reduzir o risco existente nas operações com as empresas desse segmento, que venham a utilizar as linhas de financiamento do BNDES/FINAME.	
20JD	Apoio à Inserção Internacional de Micro e Pequenas Empresas
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de atividades de capacitação, treinamento, estágios no exterior, missões técnicas, eventos, aquisição de equipamentos de informática e laboratorial, realização de estudos de mercado, desenvolvimento e publicação de material promocional no Brasil e no exterior, visando o apoio tecnológico para a adaptação de produtos ao mercado externo. <i>Finalidade:</i> Apoiar a inserção competitiva do Brasil na economia mundial e, em especial, para o reforço das relações econômicas e comerciais entre o Brasil e a União Europeia. O objetivo específico desta ação é promover e apoiar a expansão e a diversificação das exportações das Micro e Pequenas Empresas brasileiras, com ênfase particular em produtos de maior conteúdo tecnológico.	
20JE	Promoção da Cooperação Técnica e Financeira Internacional para Micro e Pequenas Empresas
<i>Descrição:</i> Estabelecimento de cooperação técnica e financeira internacional para a promoção efetiva do intercâmbio de experiências e práticas exitosas de gestão empresarial, por meio da celebração de acordos de cooperação internacional destinados ao financiamento de projetos específicos de desenvolvimento para micro e pequenas empresas e à transferência de conhecimentos, de experiências de sucesso e de tecnologias de ponta. <i>Finalidade:</i> Promover a cooperação internacional técnica e financeira nos temas de interesse de micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais, de forma a garantir a transferência de conhecimentos e melhores técnicas de gestão, produção e comercialização para este nicho de empresas, bem como obter o financiamento internacional a projetos de desenvolvimento de micro e pequenas empresas brasileiras.	
20JF	Apoio ao Desenvolvimento e Consolidação de Metodologias de Gestão do Conhecimento para Micro e Pequenas Empresas
<i>Descrição:</i> Apoio ao desenvolvimento de metodologias de gestão do conhecimento para micro e pequenas empresas nas áreas de Inteligência Competitiva, Gestão do Capital Intelectual, Gestão de Competências, Gestão da Informação e Aprendizagem Empresarial, consistindo em ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, de gestão das dimensões tácitas e codificadas do conhecimento e voltadas ao desenho de formas apropriadas de compartilhamento do conhecimento nas micro e pequenas empresas, tais como sítios da internet, softwares, modelos de administração, redes e modelos lógicos. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento e a consolidação de metodologias de gestão do conhecimento, entendido como ferramenta de negócio e de geração de vantagem competitiva, de forma a potencializar e aprimorar os processos de apropriação por micro e pequenas empresas do conhecimento gerado em determinado ambiente.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2704	Capacitação de Artesãos e Multiplicadores
<i>Descrição: Realização de oficinas de trabalho, palestras, seminários, cursos, elaboração, confecção e preparação de cartilhas, manuais, estudos e materiais de divulgação e promoção, voltados à capacitação de artesãos e multiplicadores e dos Coordenadores de Artesanato dos Estados no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro, nas áreas de gestão de negócios do artesanato (planejamento, produção e comercialização, formação de preços do produto, marketing, vitrinismo, certificação, marcas, atendimento ao cliente, tendências, design, sustentabilidade, organização do setor com enfoque em associativismo e cooperativismo). No que concerne aos Coordenadores Estaduais de Artesanato, no âmbito do PAB, foca-se, principalmente, a realização de Encontros Nacionais com palestras sobre os temas pertinentes ao setor, visando à maior capacitação e sensibilização. Para o acesso dos artesãos ao mercado externo, realização de cursos de capacitação enfatizando a formação de multiplicadores para exportação de artesanato, em parceria com órgãos governamentais e não governamentais, especialmente a Secretaria de Comércio Exterior deste Ministério, no âmbito dos Encontros de Comércio Exterior - Encomex</i> <i>Finalidade: Proporcionar a qualificação dos artesãos e multiplicadores nas atividades que abrangem o manejo da matéria prima, a produção, a divulgação e comercialização artesanal, inclusive com a criação de oficinas de excelência.</i>	
2706	Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal
<i>Descrição: Apoio à realização de feiras e eventos nacionais e internacionais no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB e à criação de espaços permanentes em instituições públicas e privadas para exposição e comercialização do produto artesanal brasileiro, criando novos canais de comercialização, focando-se na realização de Feiras Nacionais e no apoio a eventos estaduais, com a expectativa de realização de um evento por estado, a cada ano.</i> <i>Finalidade: Identificar novos espaços mercadológicos adequados à divulgação e comercialização dos produtos artesanais, mediante a participação em feiras e eventos nacionais e internacionais, com vistas à facilitação da comercialização e ao escoamento da produção artesanal.</i>	
2710	Capacitação de Micro e Pequenas Empresas, Empreendedores Individuais e Potenciais Empreendedores
<i>Descrição: Capacitação de micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e potenciais empreendedores, nas áreas de gestão, empreendedorismo, crédito, inovação, compras governamentais, comércio exterior, informação e outros temas relacionados à gestão estratégica de MPES, por meio da realização ou apoio a oficinas de trabalho, projetos de capacitação, palestras, seminários, elaboração, preparação, confecção e distribuição de materiais técnicos e desenvolvimento de softwares, manuais e cartilhas.</i> <i>Finalidade: Promover o aperfeiçoamento técnico e gerencial de empreendedores formais e informais, de lideranças e de instituições de apoio e representação de microempresas e empresas de pequeno porte (associações, federações e confederações), contribuindo para melhorias nos processos de gestão e produção e para a disseminação da cultura do empreendedorismo formal.</i>	
6514	Estruturação Produtiva do Artesanato Brasileiro
<i>Descrição: Apoio a projetos de instalação física consubstanciada na construção, ampliação ou reforma de barracão, à identificação de espaços físicos permanentes ou temporários em locais de grande afluxo de turistas e à implementação de soluções técnicas em matéria de infraestrutura, logística e de suporte ao artesanato brasileiro.</i> <i>Finalidade: Fortalecer a produção do segmento artesanal, visando o apoio à organização dos artesãos em associação ou cooperativa, envolvidos em projetos ou esforços para melhorias de gestão do processo do manejo da matéria prima, da produção, de apresentação e embalagem e de divulgação e comercialização do artesanato local associado a rotas turísticas, buscando-se a geração de trabalho e renda, a inclusão social, a redução das desigualdades regionais e o desenvolvimento local.</i>	
6670	Promoção Comercial de Micro e Pequenas Empresas
<i>Descrição: Esta ação prevê a execução de atividades envolvendo: 1. Capacitação de gerentes de negócio; 2. Promoção comercial e marketing de MPES, com foco no mercado interno, especialmente por meio da utilização de estratégias de consolidação de marca, da realização de rodadas de negócios e da participação em feiras nacionais; 3) realização de estudos e desenvolvimento e aquisição de conteúdos informativos e promocionais de oportunidades de negócios para as MPES, inclusive as artesanais.</i> <i>Finalidade: Fortalecer o desenvolvimento regional e local de micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais, de forma a aumentar a competitividade dos produtos e a inserção comercial dessas empresas nos mercados nacionais incipientes, geradores de inovação, de interface direta com o consumidor final (comércio e serviços finalísticos) e de compras públicas, disseminando e apoiando o uso de instrumentos de inteligência comercial.</i>	
8240	Coordenação do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
<i>Descrição: Coordenação do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que constitui-se na instância governamental federal competente, para cuidar dos aspectos não tributários relativos ao tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, contando com a participação de órgãos e entidades representativas vinculadas ao setor, para a formulação, articulação e consecução de políticas públicas de apoio e fomento às microempresas e empresas de pequeno porte, mediante efetiva implementação dos benefícios da Lei Geral de MPES.</i> <i>Finalidade: Orientar e assessorar a formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como acompanhar e avaliar a sua implantação.</i>	
2048	Mobilidade Urbana e Trânsito
10SR	Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano
<i>Descrição: Apoio à elaboração de projetos e Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana que busquem a integração das estruturas de transporte coletivo urbano. Os projetos devem prever a integração do sistema estrutural de média e alta capacidade e seus pontos de conexão com os sistemas alimentadores, detalhamento da rede básica de transporte de média e alta capacidade e das tecnologias escolhidas.</i> <i>Finalidade: Apoiar a elaboração de projetos de sistemas integrados de transporte coletivo urbano que ofereçam maior acessibilidade e mobilidade à população das cidades brasileiras, por meio de modalidades de transporte seguras, rápidas, confiáveis e de capacidade adequada, que possibilitem a racionalização do sistema local de transporte, equacionando os problemas decorrentes da atual saturação dos acessos aos centros das maiores cidades brasileiras, bem como elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, incluindo elaboração de planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.</i>	
10SS	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano
<i>Descrição: Apoio técnico e/ou financeiro à implantação de sistemas que priorizem a circulação dos transportes coletivos urbanos promovendo a acessibilidade universal e a integração com os meios não-motorizados.</i> <i>Apoio à implantação de projetos integrados de melhorias na infraestrutura viária dos serviços de transporte coletivo urbano, compreendendo: obras civis, drenagem pluvial, pavimentação, pontes, viadutos, sinalizações vertical e horizontal, entre outras intervenções necessárias para a operação.</i> <i>Apoio, ainda, à melhoria e/ou implantação de equipamentos de apoio ao transporte coletivo (abrigo, terminais de transbordo de passageiros), segregação de vias, faixas exclusivas, corredores e túneis dos modais sobre trilhos e pneus e aquisição de material rodante sobre trilhos e pneus.</i> <i>Finalidade: Apoiar projetos de priorização da circulação do transporte coletivo urbano em cidades de médio e grande porte.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10ST	Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados
<i>Descrição: Apoio à implantação ou melhoria de vias destinadas ao deslocamento e travessia de pedestres e ciclistas, proteção de vias e implantação de passarelas, sistema de segurança viária mediante sinalizações horizontal e/ou vertical, redução de velocidade de veículos e outras ações necessárias que garantam a redução dos acidentes de trânsito.</i> <i>Finalidade: Apoiar projetos de circulação baseados em meios não-motorizados de transporte (bicicleta e caminhada) que contribuam para a ampliação da mobilidade urbana e a redução da poluição ambiental.</i>	
10SX	Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA
<i>Descrição: Continuidade da primeira fase do Metrô de Salvador, de Lapa a Pirajá, envolvendo a construção de 12,24 km de via dupla eletrificada, sendo 5,8 km em elevado, 1, 7 km em subterrâneo e o restante em superfície, 8 estações, sendo 2 subterrâneas, 4 elevadas e 2 em superfície, do Centro de Manutenção e do Centro de Controle Operacional (CCO). Contempla também a aquisição de 12 TUEs, dos quais 6 são de responsabilidade do Estado da Bahia e a implantação dos sistemas fixos e da bilhetagem eletrônica.</i> <i>Finalidade: Proporcionar maior acessibilidade e mobilidade à população da Região Metropolitana de Salvador por meio de uma modalidade de transporte segura, rápida, confiável e pontual.</i>	
10SY	Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE
<i>Descrição: Apoio a continuidade à implantação do METRÔ (Projeto METROFOR), envolvendo a duplicação e eletrificação da Linha Sul, numa extensão de 24,1 km, com alteração do traçado para passar em subterrâneo (3,9 km) pelo centro da cidade de Fortaleza e 2,2 em via elevada, a segregação do sistema de transporte ferroviário de carga em relação ao sistema de passageiros, com a construção de 33 km de linha singela, construção de 4, reforma de 5 e recuperação de 5 estações, a construção de Centro de Administrativo e Operacional e do Centro de Manutenção de Vila das Flores. Contempla também a aquisição de 10 TUEs, remanejamento de interferências com a construção de 13 pontes e viadutos e implantação de sistemas de eletrificação, sinalização, telecomunicação e bilhetagem eletrônica.</i> <i>Finalidade: Proporcionar maior acessibilidade e mobilidade à população da Região Metropolitana de Fortaleza por meio de uma modalidade de transporte segura, rápida, confiável e pontual.</i>	
10SZ	Apoio à Modernização do Trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador-BA
<i>Descrição: Consiste na reabilitação física do sistema já existente, com a recuperação de 13,5 km de sua via permanente, 10 estações, 4 passarelas e 6 Trens Unidade Elétricos TUEs; na execução de projetos e construção de 2 terminais de integração nas estações Calçada e Paripe; na substituição da estrutura metálica da ponte São João e de reforço da estrutura de concreto; na modernização da subestação Lobato e na recuperação do sistema de eletrificação (rede aérea e subestações).</i> <i>Finalidade: Proporcionar maior acessibilidade e mobilidade à população da Região Metropolitana de Salvador por meio de uma modalidade de transporte segura, rápida, confiável e pontual.</i>	
10T2	Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência
<i>Descrição: Apoio técnico e/ou financeiro a projetos de adaptação do sistema de transporte urbano para atender a pessoas com deficiência, compreendendo veículos, vias e instalações.</i> <i>Finalidade: Apoiar projetos de acessibilidade ao sistema de transporte público para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.</i>	
10T9	Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS
<i>Descrição: Atualização tecnológica de sistemas operacionais e prediais com a implantação das melhorias no ajuste da contratação de Energia Elétrica, conversão de energia de frenagem dos trens para realimentação do sistema, sincronização de todo o sistema de tração dos trens, controle conjugado de demanda, e modernização predial.</i> <i>Finalidade: Reduzir os custos de operação e manutenção dos sistemas operacionais e prediais, promovendo a melhoria de desempenho por meio da utilização de energia elétrica de modo racional e eficiente.</i>	
11IO	Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN
<i>Descrição: A recuperação do sistema consiste nas seguintes intervenções: recuperação da frota de material rodante, composta por 3 locomotivas e 20 carros de passageiros, manutenção das 22 estações existentes; aquisição de materiais e realização de obras e serviços de recuperação da via permanente, com uma extensão de 56,2 km, da oficina de manutenção e melhorias no sistema de sinalização e de passagens de nível. Tendo em vista a utilização de forma mais produtiva dos recursos, foi priorizada a contratação dos serviços em trecho de maior demanda, o trecho Natal/Extremoz – Linha Norte (Fase 1), com 21,30 km, com orçamento de investimentos de R\$ 98.630.213,00. A Fase 2 contempla os trechos Extremoz-Ceará Mirim da Linha Norte, e a Linha Sul (Natal-Parnamirim), com 34,90 km de via, com orçamento de investimentos de R\$ 73.025.682,00.</i> <i>Finalidade: Recuperar o Sistema de Trens Urbanos de Natal com o objetivo de restabelecer as condições de segurança e confiabilidade necessárias à produção de um transporte de passageiros. Garantir a melhoria dos níveis de eficiência e promover a inserção do sistema de trens urbanos na política de transporte local, facilitando o processo de descentralização. O Sistema de Natal é originário de uma linha de carga da RFFSA e, ao ser transferido para a CBTU em 1984, já apresentava problemas na sua infra-estrutura e necessitava de investimentos para restabelecer as suas características básicas e as condições necessárias para uma operação segura e confiável. Ao longo dos anos a CBTU não obteve sucesso em viabilizar projetos de modernização do sistema e os recursos destinados ao funcionamento do mesmo não permitiram o pleno atendimento das ações de manutenção preventiva, muito menos a corretiva, o que provocou a degradação do sistema. Além disso a partir da concessão do serviço ferroviário de carga da malha nordeste à CFN - Companhia Ferroviária do Nordeste, foi intensificado o transporte regular de carga, compartilhado nas linhas do sistema de passageiros, provocando o aumento do desgaste do sistema existente, sendo que a manutenção do trecho permaneceu sob a responsabilidade da CBTU, por força do contrato celebrado com a RFFSA.</i>	
11J9	Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB
<i>Descrição: A recuperação do sistema consiste nas seguintes intervenções: recuperação da frota de material rodante, composta por composta por 3 locomotivas, 24 carros de passageiros e 12 estações; aquisição de materiais e realização de obras e serviços de recuperação da via permanente com uma extensão de 30 km, da oficina de manutenção e melhorias no sistema de sinalização e de passagens de nível. Tendo em vista a utilização de forma mais produtiva dos recursos, foi priorizada a contratação dos serviços em trecho de maior demanda, o trecho Santa Rita-Renascença (Fase 1), com 18,25 km, com orçamento de investimentos de R\$ 80.369.669,00. A Fase 2 contempla o trecho Renascença-Cabedelo com 11,75 km de via, com orçamento de investimentos de R\$ 26.362.844,00.</i> <i>Finalidade: Recuperar o Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa com o objetivo de restabelecer as condições de segurança e confiabilidade necessárias à produção de um transporte de passageiros. Garantir a melhoria dos níveis de eficiência e promover a inserção do Sistema de Trens Urbanos na política de transporte local, facilitando o processo de descentralização. O Sistema de João Pessoa é originário de uma linha de carga da RFFSA e, ao ser transferido para a CBTU em 1984, já apresentava problemas na sua infra-estrutura e necessitava de investimentos para restabelecer as suas características básicas e as condições necessárias para uma operação segura e confiável. Ao longo dos anos os recursos destinados ao funcionamento do mesmo não permitiram o pleno atendimento das ações de manutenção preventiva, muito menos a corretiva, o que provocou sua degradação. A partir da concessão do serviço ferroviário de carga da malha nordeste à CFN - Companhia Ferroviária do Nordeste, foi intensificado o transporte regular de carga, compartilhado nas linhas do sistema de passageiros, provocando o aumento do nível de desgaste do sistema existente, sendo que a manutenção do trecho permaneceu sob a responsabilidade da CBTU, por força do contrato celebrado com a RFFSA.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

11JD	Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL
<i>Descrição:</i> A recuperação/modernização do sistema visa o restabelecimento das condições de operação e manutenção e consiste nas seguintes intervenções: renovação da frota de material rodante, composta atualmente por 3 locomotivas, 18 carros de passageiros, sendo 10 em operação, para 8 Veículos Leves sobre Trilhos - VLT - com 3 carros cada, com tração a diesel, sendo 5 VLTs no trecho Maceió-Fernão Velho, 2 VLTs no trecho Fernão Velho-Lourenço de Albuquerque (Rio Largo) e 1 VLT de reserva; aquisição de equipamentos de oficina e sobressalentes para manutenção de material rodante; recuperação de 8 estações e reconstrução de 7 estações; aquisição de materiais e realização de obras e serviços de recuperação da via permanente, com uma extensão de 32,1 km, recuperação da oficina de manutenção; construção de passagens de nível, desvios ferroviários nas estações, obras de drenagem, contenção de encostas, recuperação de ponte e serviços de consultoria/supervisão. Foi contratada em agosto/2009 a elaboração do projeto básico visando a recuperação dos 32,1 km de linha existente. Também foi contratado o fornecimento da nova frota de material rodante, tendo sido recebida no final de 2010 a primeira composição de VLT. A execução dos serviços de recuperação foi dividida em dois trechos, em função dos seus aspectos operacionais, e tendo em vista a prioridade na contratação em áreas de maior demanda, como o trecho Maceió até Fernão Velho (FASE 1). A FASE 2 contempla o trecho Fernão Velho-Lourenço de Albuquerque. O trecho Maceió-Fernão Velho, com extensão de 12,30 km, com 8 estações (4 a reformar e 4 a serem reconstruídas) operará com intervalo entre trens de 15 minutos no horário de pico. O orçamento previsto para os investimentos é de R\$ 174.755.386,77. O trecho Fernão Velho - Lourenço de Albuquerque, com extensão de 19,80 km, com 7 estações (4 a reformar e 3 a serem reconstruídas) operará com intervalo entre trens de 30 minutos no horário de pico. O orçamento previsto para os investimentos é de R\$ 68.791.536,48. <i>Finalidade:</i> Recuperar/Modernizar o Sistema de Trens Urbanos de Maceió, com o objetivo de reestabelecer as condições de segurança e confiabilidade necessárias à produção de um transporte de passageiros. Garantir a melhoria dos níveis de eficiência e promover a inserção do Sistema de Trens Urbanos na política de transporte local, facilitando o processo de descentralização. Ao fim desta ação é esperada uma demanda da ordem de 40 mil passageiros/dia. O Sistema de Maceió é originário de uma linha de carga da RFFSA e, ao ser transferido para a CBTU em 1984, já apresentava problemas na sua infra-estrutura e necessitava de investimentos para restabelecer as suas características básicas e as condições necessárias para uma operação segura e confiável. Ao longo dos anos a CBTU não obteve sucesso em viabilizar projetos de modernização do sistema, e os recursos destinados ao funcionamento do mesmo não permitiram o pleno atendimento das ações de manutenção preventiva, muito menos a corretiva, o que provocou a degradação do sistema. Além disso, a partir da concessão do serviço ferroviário de carga da malha nordeste à CFN - Companhia Ferroviária do Nordeste foi intensificado o transporte regular de carga, compartilhado na linha do sistema de passageiros, provocando o aumento de desgaste do sistema existente, sendo que a manutenção da trecho permaneceu sob a responsabilidade da CBTU, por força do contrato celebrado com a RFFSA.	
123N	Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte
<i>Descrição:</i> Desenvolver estudos e elaborar projetos para a linha 2, para ligar Calafate até a região dos Hospitais com 6,5km e para linha 3, ligando Savassi com a região da Pampulha, passando por Lagoinha, com 11,5km. <i>Finalidade:</i> Elaborar projetos de engenharia que viabilizem a implantação das Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte, que possibilitarão, quando das suas implantações, atender uma expectativa de demanda de 720mil passageiros por dia.	
142U	Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos operados pela CBTU à Acessibilidade Universal
<i>Descrição:</i> Adequação dos sistemas de trens urbanos em nas(os): <i>Estações:</i> Adequação das rampas, instalação de elevadores, adequação de corrimões, peitoris, comunicação visual, sonora, comunicação em braile, diferenciação de piso (piso tátil direcional e de alerta), adequação de telefones públicos e bebedouros, revisão de normas operacionais, criação de sanitários acessíveis, altura de balcões de atendimento, treinamento dos empregados em linguagens por sinais (Libras), assentos preferenciais, área especial para embarque, eliminação de espaço e altura diferenciada entre trens e plataformas. Entornos das Estações e Terminais: Calçadas (largura, condições de manutenção, rampas de acesso), eliminação/remanejamento de barreiras(telefones públicos, árvores, gelo baiano, barreiras tipo "capa cegos", lixeiras, extintores de incêndio, placas de comunicação), travessias com sinais sonoros. <i>Trens:</i> Assentos especiais e locais para cadeiras de rodas, melhorias nas comunicações visuais e sonoras, nivelamento trem x plataforma, piso diferenciado, eliminação do espaço entre o trem e a plataforma. <i>Prédios Administrativos e Oficinas:</i> Vagas de estacionamento preferenciais, calçadas de acesso, eliminação de barreiras, rampas de acesso, comunicação visual (braile e libras), piso diferenciado, sanitários acessíveis, mobiliário de recepção, assentos preferenciais, bebedouros. <i>Capacitação de Pessoal Operacional e Recepcionistas:</i> Treinamento em Braile, Libras, atendimento a deficientes, revisão de normas incluindo acessibilidade ao cão guia. <i>Finalidade:</i> Propiciar aos sistemas de trens urbanos sob gestão da CBTU, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, condições de acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e portadoras de deficiências, em conformidade e em cumprimento ao estabelecido no Decreto nº5.296, de 02 de dezembro de 2004.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

142V Elaboração de Estudos e Projetos Funcional, Básico e Executivo para Implantação e Expansão de Sistemas de Trens Urbanos*Descrição: No sistema de Belo Horizonte:**Desenvolver estudos e elaborar projetos para implantação de extensão da Linha 1, nos trechos:*

- 1) Estação Eldorado - Estação Novo Eldorado;
- 2) Estação Novo Eldorado - Estação Alterosa.

*No sistema de Recife:**Desenvolver estudos e elaborar projetos para implantação de sistemas diesel de veículo leve sobre trilhos – VLT, nos trechos:*

- 1) Cabo de Santo Agostinho – SUAPE (Cabo/SUAPE ou Cajueiro Seco/SUAPE);
 - 2) Aeroporto - Weneck;
 - 3) Cajueiro Seco - Macaxeira;
 - 4) Joana Bezerra - terminal do SEI na PE-15;
 - 5) Rodoviária - Cajueiro Seco;
- e para expansão dos trechos:
- 6) Camaragibe - São Lourenço da Mata (eletrificado); e
 - 7) do sistema diesel entre Curado e Rodoviária (este em alternativa ao sistema de VLT do trecho Rodoviária - Cajueiro Seco).

*No sistema de Natal:**Desenvolver estudos e elaborar projetos para implantação da interligação do sistema de Trens Urbanos de Natal:*

- 1) da estação Panamirim ao Aeroporto Augusto Severo, com 1,5 km de extensão;
- 2) da estação Natal à Av. Bernardo Vieira, com 3,0 km de extensão;
- 3) da estação Nova Alecrim ao Centro Administrativo e ao Estádio Municipal, com 7,0 km de extensão.

*No sistema de Maceió:**Desenvolver estudos e elaborar projetos para implantação da interligação do sistema de Trens Urbanos de Maceió ao:*

- 1) Porto de Jaraguá, com 4,6 km de via singela e duas estações;
- 2) ao Aeroporto, com 21 km de extensão e 14 novas estações;
- 3) Shopping Iguatemi, com 3,1 km de extensão e 4 novas estações.

*Estudos de viabilidade e avaliação técnica e econômica de sistemas sobre trilhos em Regiões Metropolitanas, atuando como ente do Governo Federal responsável pela ampliação da participação do modal metroferroviário nos transportes das grandes cidades.**Finalidade: Proporcionar maior acessibilidade e mobilidade às populações das Regiões Metropolitanas, particularmente às dos sistemas de Belo Horizonte, Recife, Natal e Maceió, através da ampliação da malha metroferroviária existente.**Estudar a viabilidade e avaliar técnica e economicamente o potencial de Regiões Metropolitanas visando a elaboração de projetos funcional, básico e executivo de sistemas de transporte sobre trilhos, proporcionado às populações destas Regiões um transporte moderno, integrado ao modo rodoviário, dentro dos padrões de segurança, conforto, rapidez, regularidade e pontualidade, que amplie a mobilidade e democratize o acesso à oportunidades do meio urbano, melhore a qualidade de vida e reduza o tempo e custo dos deslocamentos.***142W Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Passageiros sob Gestão da CBTU***Descrição: O Projeto compreende a modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Passageiros, através da substituição do material rodante para modernos VLT, com tração diesel, permitindo uma maior oferta de transporte com um menor intervalo entre viagens, recuperação e construção de estações, recuperação da via permanente, implantação de sistemas de telecomunicações e sinalização, oficina de manutenção e integração com o modal rodoviário nas estações.**Finalidade: Transformar os Sistemas de Trens de Urbanos de Passageiros em sistemas modernos, eficientes, seguros e efetivamente integrados aos sistemas de transporte das Regiões Metropolitanas onde se inserem, melhorando o atendimento das necessidades de deslocamento da população e contribuindo para aumentar a qualidade de vida nas regiões.**A CBTU, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e Lei nº 8693 de 03/08/93, vem implementando uma série de intervenções com o intuito de dar aos sistemas condições para serem efetivamente integrados à rede de transporte das áreas urbanas onde estão localizados, viabilizando a transferência de suas gestões aos governos locais, estaduais ou municipais.***142X Apoio ao Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional da CBTU***Descrição: Esta ação compreenderá a elaboração de estudos, projetos e desenvolvimento de sistemas de informação, abrangendo: 1 - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices Metro-ferroviários; 2 - Elaboração de Diagnóstico Anual do Setor Metro-ferroviário; 3 - Modernização e Atualização Tecnológica do SIG - Sistema de Informações Gerenciais e 4 - Elaboração de Projetos de Revitalização de áreas Lindeiras de Corredores Metro-ferroviários Urbanos e Regionais**Finalidade: Desenvolver e fortalecer institucionalmente a CBTU, enquanto unidade componente da atuação do Ministério das Cidades, incrementando seu papel de instância de fomento do setor metro-ferroviário e capacitando-a para o planejamento do transporte ferroviário – local e regional – de passageiros, de médio e longo prazo.***142Y Recuperação e Melhorias no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE***Descrição: 1-Trecho da Linha Centro de Recife a Jaboatão e Coqueiral Camaragibe: Prevê intervenções complementares e não contempladas no PAC, promovendo recuperação/melhorias dos sistemas de tração e freio dos trens antigos, da oficina de manutenção de Cavaleiro (CMC); da via permanente e obras de artes especiais; do sistema de eletrificação; do edifício operacional administrativo (EOA); de salas técnicas; de locomotivas; recuperação/modernização de estações; do sistema de sinalização e do sistema de ATC de TUEs; dos sistemas de telecomunicações/sonorização/iluminação, CFTV e de informação ao público nos TUEs, melhorando segurança e operação do sistema. Além de supervisão técnica; e recuperação/Melhorias/Aquisição de equipamentos para oficinas e veículos ferroviários para manutenção de via permanente.**2-Trecho da Linha diesel de Cajueiro Seco/Cabo e Cajueiro Seco/Curado: Prevê intervenções complementares e melhorias no trecho de Linha métrica da STU-REC, não contempladas na Ação do PAC, promovendo a elaboração de projetos executivos; construção de 2 estações; reforma e adequação 6 estações; construção de oficina de manutenção de material rodante destes trechos; posto de abastecimento, base de equipes de manutenção e estacionamento de trens; melhorar o aspecto dos carros de passageiros, promovendo a pintura de parte da frota; implantação de sistemas de telecomunicações, sinalização e passagens em nível automatizadas e complementação de desapropriação.**Finalidade: Proporcionar maior acessibilidade e mobilidade à população da Região Metropolitana de Recife, atender o aumento do número de passageiros, por meio de uma modalidade de transporte segura, rápida, confiável e pontual, promovendo uma complementação de revitalização geral da Linha Centro e melhorias do trecho diesel de Cabo a Cajueiro Seco e de Cajueiro Seco até Curado.*

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1034	Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)
<i>Descrição:</i> Adequação dos sistemas de trens urbanos nas(os): <i>Estações:</i> Adequação das rampas, instalação de elevadores, adequação de corrimões, peitoris, comunicação visual, sonora, comunicação em braile, diferenciação de piso (piso tátil direcional e de alerta), adequação de telefones públicos e bebedouros, revisão de normas operacionais, criação de sanitários acessíveis, altura de balcões de atendimento, treinamento dos empregados em linguagens por sinais (Libras), assentos preferenciais, área especial para embarque, eliminação de espaço e altura diferenciada entre trens e plataformas. <i>Entornos das Estações e Terminais:</i> Calçadas (largura, condições de manutenção, rampas de acesso), eliminação/remanejamento de barreiras(telefones públicos, árvores, gelo baiano, barreiras tipo "capa cegos", lixeiras, extintores de incêndio, placas de comunicação), travessias com sinais sonoros. <i>Trens:</i> Assentos especiais e locais para cadeiras de rodas, melhorias nas comunicações visuais e sonoras, nivelamento trem x plataforma, piso diferenciado, eliminação do espaço entre o trem e a plataforma. <i>Prédios Administrativos e Oficinas:</i> Vagas de estacionamento preferenciais, calçadas de acesso, eliminação de barreiras, rampas de acesso, comunicação visual (braile e libras), piso diferenciado, sanitários acessíveis, mobiliário de recepção, assentos preferenciais, bebedouros. <i>Capacitação de Pessoal Operacional e Recepcionistas:</i> Treinamento em Braile, Libras, atendimento a deficientes, revisão de normas incluindo acessibilidade ao cão guia. <i>Finalidade:</i> Propiciar aos sistemas de trens urbanos, administrados e operados pelo Governo Federal, condições de acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e portadoras de deficiências.	
2D47	Apoio à Implantação de Medidas de Moderação de Tráfego
<i>Descrição:</i> Apoio à implantação de projetos de ajustes na infra-estrutura (geometria viária) e à sinalização viária urbana - horizontal, vertical e semafórica, através de ações que promovam:- Medidas de segurança viária, sobretudo em cruzamentos perigosos e no atendimento aos conflitos gerados entre modais diferenciados (não-motorizados - a pé, bicicleta etc. e motorizados - automóvel, ônibus, trem, metrô etc.); Implantação de medidas de moderação de tráfego tais como: ampliação de passeios, implantação de travessias elevadas, eliminação de barreiras arquitetônicas, implantação de passarelas etc. <i>Finalidade:</i> Promover a segurança viária através de ações que minimizem os conflitos entre os diferentes modos de transporte e de circulação que interagem no ambiente urbano.	
2D49	Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de ações de divulgação e consolidação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, promoção de seminários e audiências públicas, disponibilidade de dados e informações sobre os sistemas de mobilidade nas cidades brasileiras, publicação de textos básicos e cadernos técnicos, promoção de assistência técnica, promoção de cursos de capacitação com os conteúdos da política, tais como: - Planejamento da Mobilidade Urbana;- A organização institucional do planejamento e gestão da mobilidade;- Gestão do Sistema de Mobilidade;- Os mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas locais de mobilidade;- Regulação Econômica e Contratualização, dentre outros <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento institucional da gestão do transporte público e da mobilidade urbana por meio do aperfeiçoamento do marco regulatório, da assistência técnica e da capacitação técnica e gerencial, com o objetivo de melhorar a qualidade e a eficiência do transporte público coletivo urbano, promover o uso racional do transporte privado individual, incentivar a utilização de modos não-motorizados de transporte - a pé e bicicleta, melhorar a acessibilidade para as pessoas com deficiência física e com mobilidade reduzida, incentivar o desenvolvimento tecnológico e a adoção de tecnologias não poluentes e incentivar participação social no planejamento e avaliação da qualidade da mobilidade urbana.	
4398	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito
<i>Descrição:</i> Promover a produção e disseminação de conhecimento e a inovação tecnológica na área de trânsito por meio do desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos, da elaboração e distribuição de publicações e da realização de cursos, congressos e eventos. <i>Finalidade:</i> Promover e divulgar estudos e pesquisas visando o aumento da segurança, o aprimoramento das normas, da gestão e da fiscalização de trânsito e desenvolver ou apoiar projetos que induzam a inovação tecnológica na área de trânsito.	
4410	Informações do Sistema Nacional de Trânsito
<i>Descrição:</i> Aperfeiçoamento e manutenção de projetos já implantados ou em fase de implantação e desenvolvimento de novos projetos que visem prover dados e informações necessárias às ações de educação e segurança no trânsito <i>Finalidade:</i> Assegurar confiabilidade, segurança e atualização dos sistemas de dados e informações de gestão do Sistema Nacional de Trânsito - SNT.	
4414	Educação para a Cidadania no Trânsito
<i>Descrição:</i> Instrumentalização de professores e de outros agentes, como multiplicadores, no tema trânsito de forma transversal apoiados em material didático na rede de ensino e nas comunidades; disseminação das experiências bem sucedidas na educação de trânsito e encontros municipais de envolvimento da comunidade, dos órgãos públicos e da sociedade civil; elaboração, distribuição e difusão de material educativo à sociedade em diferentes; prêmio DENATRAN. <i>Finalidade:</i> Aumentar a conscientização, reeducação e a mudança cultural do cidadão relativa ao tema trânsito como forma de exercício da cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo e o envolvimento da comunidade, dos órgãos públicos e a sociedade civil sobre o assunto.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

5174	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS
<i>Descrição: Substituição e requalificação de sistemas, edificações e equipamentos que estão no limite de obsolescência com agregação de novas tecnologias para melhoria da produtividade e qualidade dos serviços ofertados nas estações, subestações, frota, via e pátio de manutenção.</i> <i>Substituição da frota atual que está no limite de obsolescência agregando novas tecnologias para melhoria da produtividade e qualidade dos serviços ofertados. Os novos trens, serão em número de 28, compostos por seis carros, sendo "MA" e "MB" (Carros de Extremidades Motorizados com Cabine), "MC" e "MD" (Carros Intermediários Motorizados) e "RA" e "RB" (Carros Reboques Não Motorizados). Capacidade nominal do trem será de no mínimo 1.680 passageiros definida para uma densidade de 6 passageiros em pé por m2. A alimentação elétrica do trem será através de catenária em 3.000 Vcc. A bitola do rodeiro é de 1.600 mm. A caixa do trem deverá ser em aço inox. Com condução automática (ATO), freio regenerativo, ar condicionado, acessibilidade universal, sistema multimídia e CFTV.</i> <i>Finalidade: Proporcionar à população da Região Metropolitana de Porto Alegre um sistema metro-ferroviário de superfície modernizado eficiente e confortável, visando a melhoria da mobilidade urbana, da qualidade de vida e da redução do tempo e do custo dos deslocamentos.</i>	
5176	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG
<i>Descrição: Conclusão da Implantação da Linha 1 do Trem Metropolitano de Belo Horizonte entre Eldorado e Vilarinho, constituindo-se da etapa final em consonância com o escopo do Programa CBTU-BIRD/BH. Iniciado em abril de 1995, teve como produto a expansão do sistema em mais 5,7km, no trecho entre as Estações de São Gabriel e Vilarinho, incluindo também algumas intervenções físicas, no trecho Eldorado - São Gabriel e no Complexo de Manutenção, melhoria para o sistema de transporte, como a implantação do CTA - Controle de Tráfego por Área em Belo Horizonte; desapropriações e reassentamentos; construção de mais 8 estações e 3 terminais de integração, complementando as 19 estações e 4 terminais do sistema; construção do edifício sede da administração; implantação e montagem de sistemas de eletrificação, sinalização, telecomunicação, bilhetagem automática; aquisição de equipamentos de oficinas e de manutenção de via permanente, de material rodante (20 Trens Unidade Elétrica - TUE'S, complementando 25 TUE'S, na fase do Projeto BIRD), supervisão, estudos, projetos, treinamento e gerenciamento, despesas de importação e transporte de equipamentos. E para atender necessidades atuais de crescentes demandas de passageiros, contemplará também a aquisição de mais 10 TUEs através do PAC II, além da conclusão da construção do Pátio de Manobras de Trens de Vilarinho (obras civis e rede aérea); melhorias da sinalização incluindo substituição dos ATCs de bordo em 25 TUEs; ampliação de oficinas e de péra ferroviária em São Gabriel; e aquisição de novos equipamentos de manutenção, para atender adequadamente a sobrecarga das vias com a entrada dos novos trens.</i> <i>Finalidade: Proporcionar maior acessibilidade e mobilidade à população da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ampliando atualmente a oferta de lugares na Linha 1, por meio de uma modalidade de transporte segura, rápida, confiável e pontual.</i>	
5754	Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife – Jaboatão, Coqueiral – Rodoviária e Recife - Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife – PE
<i>Descrição: O Projeto de Recife contempla intervenções nas duas linhas do sistema. Na Linha Sul, consiste na implantação de tecnologia ferroviária em 14,3km de via, ligando Recife a Cajueiro Seco, no Município de Jaboatão dos Guararapes, com construção de estações e terminais de passageiros, implantação dos sistemas de eletrificação, sinalização, telecomunicações, bilhetagem automática e recuperação de material rodante incluindo a climatização de 25 TUEs. Modernização do sistema existente de 11 Km entre Cajueiro Seco e Cabo, com duplicação de parte da via e recuperação da infraestrutura e substituição do material rodante por 7 veículos leves sobre trilhos (VLT'S). A intervenção na Linha Sul é complementada com a aquisição de mais 15 TUEs (Aprovados no PAC I) e realocação da linha ferroviária de carga, entre Afogados e Cajueiro Seco, segregando-a do transporte de passageiros. Na Linha Centro, além de melhorias no trecho entre Recife/Jaboatão e Coqueiral/Rodoviária, consiste em sua expansão compreendendo a implantação de 4,7km de via e a construção de duas novas estações (Cosme e Damião e a Estação Terminal Camaragibe), ligando a Estação Rodoviária (TIP) a Camaragibe (TIMBI).</i> <i>Finalidade: Proporcionar maior acessibilidade e mobilidade à população da Região Metropolitana de Recife por meio de uma modalidade de transporte segura, rápida, confiável e pontual.</i>	
6622	Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito
<i>Descrição: Capacitação e a formação de profissional encarregado da execução de atividades relativas ao trânsito, mediante elaboração de projetos, tais como engenharia, educação, policiamento ostensivo, fiscalização, operação, administração de trânsito e avaliação de condutores, visando formar mão-de-obra qualificada para atender às necessidades de estados, municípios e do Distrito Federal, bem como a distribuição dos materiais técnicos relacionados com a capacitação dos profissionais envolvidos.</i> <i>Finalidade: Capacitar profissionais encarregados das diversas áreas no trânsito, tais como: fiscalização , habilitação de condutores, educação e engenharia, dentre outras.</i>	
7L64	Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS
<i>Descrição: Expansão da Linha 1 (S. Leopoldo/N. Hamburgo)Implantação de 9,3 km de metrô, em via elevada, linha dupla, bitola 1,60 m, 4 estações. Inclui a execução das obras civis e o fornecimento e instalação dos sistemas fixos operacionais (energia, rede aérea, sinalização e controle, telecomunicação e sistemas auxiliares). As simulações operacionais realizadas apontam para a necessidade de prever a aquisição de 8 (oito) TUEs, em acréscimo à frota existente de 25 (vinte e cinco) TUEs.</i> <i>Finalidade: Expansão da Linha 1 (S. Leopoldo/N. Hamburgo)O projeto objetiva concluir a implantação da Linha 1, estendendo a operação do metrô desde São Leopoldo até Novo Hamburgo (3ª etapa). A 1ª etapa, entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul foi concluída em 1985 e a 2ª etapa, até São Leopoldo foi concluída em 2000. A geração de empregos e atração de indústrias, principalmente no setor calçadista , criou, na região metropolitana, um importante polo econômico no eixo norte, compreendendo os municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo e cidades vizinhas. Enquanto São Leopoldo e Canoas destacam-se como principais centros educacionais da região, Novo Hamburgo apresenta características industriais e forte setor de serviços. À necessidade de suprir os deslocamentos entre esses dois polos, e deles com Porto Alegre, justifica esta ampliação da Linha 1, além de constituir-se em importante alternativa à BR-116, no que tange ao seu atual estado de saturação. Constituir-se-á ainda em importante fator de otimização dos investimentos anteriores, pelo maior aproveitamento das instalações e equipamentos existentes e redução dos custos operacionais.</i>	
8028	Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT
<i>Descrição: Promoção do fortalecimento do SNT a partir do fomento à integração de municípios ao sistema, ações de acompanhamento, monitoramento e suporte às atividades dos órgãos de trânsito, articulação dos órgãos e entidades do SNT, ações de fiscalização de competência do DENATRAN e realização de propostas para o aperfeiçoamento das normas de trânsito.</i> <i>Finalidade: Promover a melhoria do desempenho dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito-SNT e fomentar a integração de novos municípios ao SNT.</i>	
8487	Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito
<i>Descrição: Apoio aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito e/ou outras ligadas à área de trânsito na realização de eventos, cursos, estudos e projetos, que contribuam para a redução da mortalidade, gravidade e número de acidentes de trânsito no território nacional.</i> <i>Finalidade: Reduzir a mortalidade, gravidade e número de acidentes de trânsito no País apoiando a implementação de projetos de órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e/ou outras ligadas à área de trânsito.</i>	
2049	Moradia Digna

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00AF	Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR
<i>Descrição: Transferência de recursos financeiros ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, para aquisição ou requalificação de empreendimentos que viabilizem o acesso à moradia para famílias que se enquadrem em projetos de Habitação de Interesse Social. Os empreendimentos habitacionais poderão ser executados em parceria com o poder público.</i> <i>Finalidade: Oferecer acesso à moradia adequada a famílias de baixa renda.</i>	
00CW	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)
<i>Descrição: Concessão de subvenção econômica com o objetivo de facilitar a aquisição de imóvel residencial ou complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento, realizadas pelas entidades integradas ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH, compreendendo as despesas de contratação, de administração e cobrança e de custos de alocação, remuneração e perda de capital.</i> <i>Finalidade: Viabilizar o subsídio a produção e a aquisição de imóvel para os segmentos populacionais com renda familiar mensal de até 6 (seis) salários mínimos.</i>	
00CX	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)
<i>Descrição: Concessão de subvenção econômica a agricultores familiares e trabalhadores rurais com o objetivo de facilitar a aquisição do imóvel residencial ou complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento realizadas pelos agentes financeiros, ou complementar a remuneração do agente financeiro, nos casos em que os subsídios não estejam vinculados ao financiamento. A subvenção econômica será concedida somente no ato da contratação da operação de financiamento.</i> <i>Finalidade: Viabilizar o subsídio a produção, aquisição ou reforma de moradia aos agricultores familiares, definidos nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e trabalhadores rurais cuja renda bruta familiar anual não ultrapasse R\$ 55.800,00 (Cinquenta e cinco mil e oitocentos reais).</i>	
00CY	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS
<i>Descrição: Transferência de recursos financeiros ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, para aplicação em financiamentos de projetos habitacionais de interesse social para pessoas físicas ou entidades privadas sem fins lucrativos, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Curador do FDS.</i> <i>Finalidade: Facilitar o acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda por intermédio do financiamento habitacional.</i>	
0E64	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei nº 11.977, de 2009)
<i>Descrição: Concessão de subvenção econômica para a produção de novas unidades habitacionais para beneficiários com renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos, por meio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil ou de agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, e a remuneração destes pelas operações realizadas.</i> <i>Finalidade: Viabilizar produção de moradia pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, em Municípios com população limitada a cinquenta mil habitantes.</i>	
10S3	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários
<i>Descrição: Transferência de recursos do Orçamento da União para urbanização integral de assentamentos precários, compreendendo um amplo conjunto de ações urbanísticas e sociais necessárias para transformar a área e alcançar condições dignas de moradia de famílias de baixa renda, predominantemente na faixa de até 3 salários mínimos, que residam em situação de vulnerabilidade social, em áreas de risco, favelas, mocambos, palafitas, entre outras - localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de estados.</i> <i>Finalidade: Apoiar o poder público para melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo ações de regularização fundiária, urbanização e desenvolvimento comunitário.</i>	
10S6	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários
<i>Descrição: Urbanização de assentamentos precários podendo compreender: obras e serviços de melhoria e produção habitacional, saneamento básico, infra-estrutura e recuperação ambiental; construção de equipamentos comunitários; implantação e parcelamento de glebas; desenvolvimento de trabalho social e comunitário.</i> <i>Finalidade: Apoiar o poder público para elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias de baixa renda, que vivem em assentamentos precários em localidades urbanas e rurais.</i>	
10SJ	Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social
<i>Descrição: Apoio a projetos voltados para a produção de alternativas e soluções habitacionais, articulando recursos e iniciativas do poder público, da população e de organizações sociais, com envolvimento das comunidades nas ações de autoconstrução e mutirão.</i> <i>Finalidade: Apoiar o Poder Público e entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna voltada à população de baixa renda, em localidades urbanas e rurais.</i>	
1B25	Apoio ao Fortalecimento da Política Nacional de Habitação
<i>Descrição: Incremento da capacidade institucional e operacional da Secretaria Nacional de Habitação, para viabilizar a implementação da Política e do Plano Nacional de Habitação e consolidar sua inserção na política nacional de desenvolvimento urbano e na estrutura organizacional do Ministério das Cidades. Desenvolvimento do sistema de informação, monitoramento e avaliação da política, programas e ações habitacionais no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Desenvolvimento Urbano do MCidades, e na produção de indicadores capazes de orientar a revisão dos programas e ações e a alocação dos recursos da Secretaria Nacional de Habitação, inclusive em parceria com instituições de ensino ou pesquisa, públicas ou privadas. Realização de visitas técnicas e acompanhamento da execução das obras e projetos "in loco". Estruturação e regulamentação da operacionalização do Fundo Nacional de Habitação com definição de estratégias e mecanismos de articulação das fontes de recursos delineadas e revisão e racionalização dos programas em andamento. Fortalecimento da capacidade técnica das entidades sub-nacionais no setor habitacional. Reformulação no sistema de financiamento habitacional brasileiro, ampliando a média anual de financiamentos. Revisão da estrutura de subsídios habitacionais. Revisão no sistema de financiamento e subsídios calcado no FGTS. Ações para reduzir o custo de produção da terra urbanizada: (a) maximizar o percentual dos municípios que conseguiram aumentar a oferta de terra urbana por meio de instrumentos estabelecidos em plano diretor, e inovações nos fluxos administrativos e de licenciamento e registro de empreendimentos imobiliários; (b) implantar e difundir banco de experiências de desenvolvimento urbano, com ênfase na avaliação de planos diretores participativos que garantam e efetivem o acesso à terra urbanizada para moradia de interesse social. Estruturação de programas de urbanização e apoio à regularização de assentamentos precários, definindo arranjos institucionais e mecanismos operacionais para subsidiar o programa nacional de integração urbana de assentamentos precários em áreas metropolitanas, com ênfase na implementação de instrumentos e ações que estimulem e/ou estabeleçam áreas e lotes urbanizados para habitação de interesse social.</i> <i>Finalidade: Fornecer assistência técnica e apoiar o poder público no fortalecimento da Política Nacional de Habitação, por intermédio da elaboração de mecanismos de avaliação e monitoramento dos programas habitacionais, executados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive em parceria com instituições de ensino ou pesquisa, públicas ou privadas.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20NX	Apoio à Operacionalização das Ações de Habitação de Interesse Social
<i>Descrição:</i> Apoio à execução de trabalho social, compreendendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda; à criação e manutenção de cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas; e à implantação da gestão pós-ocupação dos empreendimentos, por meio de: •Qualificação da execução do trabalho social vinculado aos empreendimentos habitacionais; •Promoção da articulação das políticas e programas setoriais para oferta de serviços e equipamentos sociais; •Acesso dos beneficiários aos serviços e equipamentos sociais e urbanos essenciais simultaneamente à implantação dos empreendimentos; •Qualificação necessária de informações para interlocução com o conjunto de agentes envolvidos na execução dos programas, inclusive o controle social; •Continuidade e a sustentabilidade dos programas, em termos de recursos, de alcance e eficácia das metas estabelecidas; •Alocação de recursos para projetos de inclusão produtiva; •Elaboração de diretrizes e alocação de recursos para criação e manutenção de cadastro e acompanhamento dos beneficiários de programas habitacionais, nos termos da Medida Provisória nº 514-A de 2010 – Projeto de Lei de Conversão nº10 de 2011 que institui o cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público, nos quais tenham sido concedidos, com recursos públicos, materiais ou financeiros, incentivos de qualquer natureza, que possam ser considerados como subsídio; •Estabelecimento de instrumentos de responsabilização dos agentes envolvidos na produção dos empreendimentos habitacionais e serviços; •Institucionalização do monitoramento e avaliação dos programas habitacionais e apoio à produção e difusão de indicadores sobre o setor habitacional; •Implantação de gestão pós-ocupação, englobando a questão da sustentabilidade social e econômica, da habitação de interesse social com o poder público presente e no papel de mediador. Implementação: Transferência de recursos ao poder público para execução de ações de sustentabilidade dos empreendimentos de habitação de interesse social. <i>Finalidade:</i> Desenvolvimento de ações que promovam a inserção urbana e a sustentabilidade dos empreendimentos habitacionais, em articulação com as políticas setoriais voltadas para o planejamento urbano Implantar sistemática para cadastramento e acompanhamento das famílias beneficiárias de programas habitacionais, e ações de inclusão produtiva, e de articulação das políticas setoriais para oferta de serviços e equipamentos sociais.	
8098	Cooperação para Capacitação Profissional e Assistência Técnica à Construção Civil
<i>Descrição:</i> A ação abrange a cooperação para qualificação de todos os profissionais da Construção Civil, de microempresas, gestores e trabalhadores envolvidos na autogestão, como forma de garantir padrões mínimos de qualidade, produtividade e segurança, inclusive à parcela de produção habitacional que ocorre, sobretudo no mercado informal. Busca-se ainda o incentivo à implementação de projetos de assistência técnica à autoconstrução e ao mutirão, por meio do desenvolvimento de instrumentos de disseminação de conhecimento técnicos e gerenciais e da articulação com entidades, incluindo ONGs, associações profissionais e entidades setoriais, com vistas à melhoria da qualidade do ambiente construído, assim como a redução do desperdício e dos custos e elevação da segurança nos canteiros de obras. <i>Finalidade:</i> Cooperar para a capacitação profissional em todos os níveis da cadeia da Construção Civil, bem como para assegurar assistência técnica à autogestão, em apoio a projetos da iniciativa do setor público ou da iniciativa privada.	
8100	Fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil
<i>Descrição:</i> Os Sistemas propõem mecanismos que visam o combate à não-conformidade intencional em relação às normas técnicas na fabricação de materiais e componentes da construção civil; a implantação de um processo evolutivo no sistema de avaliação da conformidade das empresas de serviços e obras; e a harmonização de procedimentos para a avaliação de novos produtos para a construção, quando não existem normas técnicas prescritivas. O SiMaC propõe o combate à não-conformidade intencional em relação às normas técnicas na fabricação de materiais e componentes para a construção civil; a articulação dos agentes acontece no âmbito dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs), que é uma atividade continuada, que atende à necessidade de assegurar para novos materiais e componentes a definição de indicadores de conformidade, planos de normalização e planos de avaliação da conformidade de produtos. O SIAC busca contribuir para a evolução dos patamares de qualidade do setor, que envolve especialidades técnicas de execução de obras, serviços especializados, gerenciamento de obras e de empreendimentos e a elaboração de projetos. Caracteriza-se por apresentar níveis progressivos de abrangência para um sistema de gestão da qualidade, os quais podem ser gradualmente implementados nas empresas. Além disso, a estrutura dos Regimentos do Sistema permite que diferentes escopos tenham sua avaliação de conformidade verificada. O SINAT pode ser sintetizado na harmonização de procedimentos para a avaliação de novos produtos para a construção, quando não existem normas técnicas prescritivas específicas aplicáveis ao produto. Dessa forma, o Sistema é proposto para suprir as lacunas da normalização técnica prescritiva. <i>Finalidade:</i> Fomentar, no âmbito da cadeia produtiva da Construção Civil, a implementação de Programas Setoriais de Qualidade de materiais, componentes e sistemas construtivos por meio do SIMAC, a implementação do Sistema de Avaliação de Conformidade de Empresas de Serviços e Obras por meio do SIAC, e implantar o Sistema de Avaliação de Inovações Tecnológicas por meio do SINAT.	
8873	Apoio ao Desenvolvimento Institucional dos Agentes Integrantes do SNHIS
<i>Descrição:</i> Apoio ao Fortalecimento Institucional do Ministério das Cidades e demais Agentes do SNHIS, na implementação de ações de modernização institucional na área de habitação e desenvolvimento urbano, capacitação de agentes desestruturados para gestão da política de desenvolvimento urbano e habitacional, podendo ser financiadas as seguintes ações: elaboração e implementação de estudos e projetos voltados para a área habitacional e urbana, tais como criação de instrumentos que permitam a regularização dos assentamentos subnormais nos aspectos urbanísticos, institucionais e ambientais, e alternativas que possam propiciar condições para ampliação da oferta de habitações de baixa custo; controle e desestímulo das ocupações irregulares; adequação dos padrões urbanísticos locais às condições da população de baixa renda; treinamento de equipes técnicas sobre legislação e gestão urbanística e ambiental, cartografia, cadastro técnico e processamento de dados; elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos, incluindo os de participação comunitária; aquisição de equipamentos de informática para modernização do setor da administração municipal responsável pela Política Habitacional. <i>Finalidade:</i> Apoiar a capacitação institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, para atuarem na melhoria das condições urbanísticas e habitacionais das cidades, prioritariamente, nas áreas em que vivem famílias de baixa renda.	
8875	Apoio à Elaboração de Planos e Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos aos agentes integrantes do SNHIS, por meio de contrato de repasse, convênio ou Termo de Compromisso, para elaboração dos Planos ou Projetos Habitacionais de Interesse Social, produzidos com a participação dos setores públicos, privados, técnicos, associativos, sindicais e acadêmicos e demais associações e agentes sociais que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos com o setor habitacional. <i>Finalidade:</i> Apoiar a elaboração de planos de habitação de interesse social, para implantação e consolidação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS; e a prestação de serviços de assistência técnica, assim entendida como o conjunto de ações voltadas à elaboração de estudos, projetos, acompanhamento da execução da obra, trabalho social e jurídico necessários para a edificação, reforma, ampliação, conclusão, execução de infraestrutura ou regularização fundiária da habitação.	
2050	Mudanças Climáticas

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00J4	Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima
<i>Descrição:</i> Apoio financeiro reembolsável, mediante concessão de empréstimos a empreendimentos que visem a mitigação da mudança do clima e a adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos. <i>Finalidade:</i> Viabilizar a execução de projetos que visem a redução das emissões de gases de efeito estufa, bem como aqueles que reduzam a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.	
10H2	Implantação de Infraestrutura para Atender às Demandas das Mudanças Climáticas Globais
<i>Descrição:</i> Propõe-se o desenvolvimento de cenários de mudanças climáticas globais baseadas nas ferramentas científicas da meteorologia, do sensoriamento remoto, das ciências atmosféricas e da ciência do sistema terrestre em geral enfocando mudanças climáticas dos próximos 30 anos e para daqui a um século. A hipótese de trabalho é que o aquecimento global induz mudanças climáticas globais e regionais em função da alteração da composição do ar provocada por emissões industriais, emissões veiculares e por queimadas. Uma inovação está nas aplicações da meteorologia, da análise e previsão da qualidade do ar na área da saúde e das interações dos componentes do sistema natural (oceanos, atmosfera, criosfera, biosfera) entre si, assim como a modelagem da interação deste sistema com os sistemas humanos (instituições, políticas, cultura, economia, demografia, etc). Ou seja, busca entender a dinâmica da complexa interação de sistemas naturais e sociais. Propõe-se também a construção de infraestrutura física que possa abrigar os grupos de pesquisa em mudanças climáticas em São José dos Campos e Cachoeira Paulista. <i>Finalidade:</i> Implantar infraestrutura para atender às demandas das Mudanças Climáticas Globais. A pressão sobre a sociedade imposta pelas mudanças climáticas globais, já em curso e futuras, implica numa demanda de desenvolvimento científico e tecnológico para o planejamento de atividades do agronegócio, recursos hídricos, impactos na saúde humana e dos agro-ecossistemas, e na segurança da população em face a eventos extremos. Entre os benefícios para a sociedade estão a geração de informações para desenvolvimento da capacidade de adaptação a novos cenários climáticos, a identificação de riscos e a mitigação dos efeitos dos eventos extremos associados. Para tanto, é essencial dispor de infraestrutura adequada, prioritariamente de supercomputação e predial, que possibilite o estabelecimento e desenvolvimento de pesquisas em mudanças climáticas. A estrutura física deverá abrigar o supercomputador e os grupos de pesquisa que trabalham nas diferentes áreas de mudanças climáticas globais, incluindo a geração de modelos climáticos e cenários futuros de clima até os grupos que trabalham em impactos, vulnerabilidade, adaptação, estudos de inventários de GEE e de mudanças de uso da terra. Atualmente, os grupos estão distribuídos em prédios antigos ou reformados nos campus de São José dos Campos e de Cachoeira Paulista, o que não facilita a interação entre os grupos de trabalho, nem a governança administrativa e a coordenação entre eles.	
200B	Rede Clima
<i>Descrição:</i> Fomento de pesquisas no âmbito de impactos, adaptação e vulnerabilidades de mudanças climáticas. <i>Finalidade:</i> Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino.	
200H	Adequação Ecológica e Socioambiental do Uso, Produção e Consumo em Áreas Suscetíveis à Desertificação
<i>Descrição:</i> Implementar e promover boas práticas de uso sustentável dos recursos naturais das regiões semiáridas e de seus entornos; desenvolver mecanismos de referência para pagamentos de serviços ambientais; formar atores sociais locais envolvidos com esta temática; desenvolver e disseminar o uso de tecnologias para melhoria da eficiência energética no uso da biomassa florestal. <i>Finalidade:</i> Aprimorar, disseminar e conscientizar as unidades produtivas familiares e de médios empreendimentos rurais acerca de métodos e práticas de convivência com o semi-árido, adequados ecológica e socioambientalmente, com o intuito de combater processos de desertificação em micro-bacias degradadas e o avanço desse fenômeno sobre áreas de vegetação remanescentes.	
20G4	Fomento a Estudos, Projetos e Empreendimentos que visem à Mitigação e à Adaptação à Mudança do Clima
<i>Descrição:</i> Viabilização da execução de projetos voltados à mitigação e adaptação à mudança do clima, por meio das atividades, tais como: educação, capacitação, treinamento e mobilização na área de mudanças climáticas; análise de Impactos e Vulnerabilidade; adaptação da sociedade e dos ecossistemas aos impactos das mudanças climáticas; projetos de redução de emissões de gases de efeito estufa – GEE; projetos de redução de emissões de carbono pelo desmatamento e degradação florestal, com prioridade a áreas naturais ameaçadas de destruição e relevantes para estratégias de conservação da biodiversidade; desenvolvimento e difusão de tecnologia para a mitigação de emissões de gases do efeito estufa; formulação de propostas de políticas públicas para solução dos problemas relacionados à emissão e mitigação de emissões de GEE; pesquisa e criação de sistemas e metodologias de projeto e inventários que contribuam para a redução das emissões líquidas de gases de efeito estufa e para a redução das emissões de desmatamento e alteração de uso do solo; desenvolvimento de produtos e serviços que contribuam para a dinâmica de conservação ambiental e estabilização da concentração de gases de efeito estufa; apoio às cadeias produtivas sustentáveis; pagamentos por serviços ambientais às comunidades e aos indivíduos cujas atividades comprovadamente contribuam para a estocagem de carbono, atrelada a outros serviços ambientais; sistemas agroflorestais que contribuam para redução de desmatamento e absorção de carbono por sumidouros e para geração de renda; recuperação de áreas degradadas e restauração florestal, priorizando áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente e as áreas prioritárias para a geração e garantia da qualidade dos serviços ambientais. <i>Finalidade:</i> Fomentar o desenvolvimento e a execução de projetos que visem a redução das emissões de gases de efeito estufa, bem como aqueles que reduzam a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.	
20HY	Operacionalização do Sistema Nacional de Observações Ambientais dos Impactos das Mudanças Climáticas
<i>Descrição:</i> Operacionalização de sistemas observacionais visando observações de variáveis ambientais, incluindo, mas não se limitando a, variáveis atmosféricas, hidrológicas e ecológicas à superfície, e concentrações de gases de efeito estufa e outros usando sensores à superfície e aeronaves fretadas. Análise de dados obtidos por sensoriamento remoto. <i>Finalidade:</i> Dotar o Brasil de um Sistema de Observações Ambientais para o monitoramento permanente dos impactos da variabilidade natural e das mudanças climáticas globais nos sistemas naturais, nas atividades econômicas afetadas pelo clima e na concentração de gases de efeito estufa no País.	
20M7	Estímulo ao Uso Sustentável de Fontes Alternativas de Energia
<i>Descrição:</i> Atuar junto aos setores de geração e de produção de energia, nas seguintes linhas de atuação: (i) proposição de estratégias nacionais para o fomento às fontes solar e eólica; (ii) desenvolvimento de estudos voltados à sustentabilidade ambiental das fontes solar fotovoltaica, eólica, das mares e dos biocombustíveis; (iii) desenvolvimento de estudos sobre incentivos financeiros à cadeia produtiva de energias ambientalmente sustentáveis; (iv) participação do MMA nos fóruns de discussão sobre energias alternativas; (v) fomentar a eficiência energética nos setores da construção e industrial. <i>Finalidade:</i> Ampliar o uso de fontes alternativas de energia da matriz energética do país, contribuindo, para o alcance das metas voluntárias de redução das emissões dos gases de efeito estufa do setor de energia, estabelecidas entre 6.1% e 7.7% pela Lei 12 187/2009.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20M8	Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)
<i>Descrição:</i> • <i>Elaboração de diagnósticos, construção de cenários, estabelecimento de metas e formalização de parcerias que visem à implementação das ações do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis;</i> • <i>Estabelecimento e aprimoramento de sistema de informações em produção e consumo sustentáveis;</i> • <i>Disseminação de conhecimento em temas relacionados a produção e consumo sustentáveis;</i> • <i>Ações de sensibilização e campanhas sobre produção e consumo sustentáveis voltadas a públicos-alvo específicos;</i> • <i>Fomento e apoio técnico à elaboração e implementação de Planos Estaduais de Produção e Consumo Sustentáveis. Envolve articulação com as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, visitas técnicas.</i> • <i>Criação de mecanismo de monitoramento e avaliação das ações e das parcerias estabelecidas no âmbito do Plano.</i> <i>Finalidade:</i> <i>Fortalecer mecanismo de disseminação de boas práticas e estimular a mudança em direção a padrões de produção e consumo sustentáveis, atendendo aos compromissos assumidos internacionalmente pelo Governo Brasileiro no Processo de Marrakech, e assim contribuir para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas</i>	
20M9	Capacitação em Boas Práticas para Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs) nos Sistemas de Refrigeração Comercial
<i>Descrição:</i> <i>Capacitar mecânicos refrigeristas que realizam serviços de manutenção em equipamentos de refrigeração comercial.</i> <i>Finalidade:</i> <i>Reduzir o vazamento e consequentemente a emissão para a atmosfera de gases refrigerantes (HCFCs), que destroem a camada de ozônio e contribuem para o aquecimento global, decorrentes de serviços inadequados de manutenção em equipamentos de refrigeração comercial, contribuindo para reduzir a demanda por HCFCs virgens.</i>	
20MA	Monitoramento Contínuo das Emissões Setoriais de Gases de Efeito Estufa no Brasil
<i>Descrição:</i> <i>Utilização de software, existentes ou a serem desenvolvidos e hardware e de suporte de tecnologia da informação para a elaboração das estimativas e armazenagem de informações; divulgação dos resultados na rede mundial de computadores (internet)</i> <i>Finalidade:</i> <i>Monitorar os Planos Setoriais no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima, através da elaboração de estimativas e armazenamento de dados sobre emissões setoriais de gases de efeito estufa.</i>	
20MB	Mapeamento, Interpretação de Dados e Recuperação de Áreas Ambientalmente Degradadas em Processo de Desertificação
<i>Descrição:</i> <i>Mapeamento, interpretação de dados, desenvolvimento de mecanismos e estudos de base para a elaboração, implementação e monitoramento de planos; formação de atores sociais locais envolvidos com esta temática; criação de Centros de Referência para áreas degradadas em processo de desertificação.</i> <i>Finalidade:</i> <i>Elaborar, implementar e monitorar permanentemente planos de Recuperação de Áreas Degradadas em processo de desertificação</i>	
4184	Pesquisa, Desenvolvimento e Operações em Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC
<i>Descrição:</i> <i>A melhoria contínua da previsão de tempo e clima envolve a realização de pesquisas e desenvolvimento em aspectos relacionados às áreas de micrometeorologia, hidrologia, interação oceano-atmosfera, interação biosfera-atmosfera, meteorologia por satélite, dentre outras. Em sua concepção mais moderna os modelos numéricos de previsão de tempo e clima estão evoluindo para acoplar a hidrologia e a química ambiental. tanto do ponto de vista global como regional. O acoplamento com o oceano é fundamental para estender o prazo de previsão de tempo e melhorar a previsão climática sazonal. Uma parte significativa da melhoria da capacidade de prever o comportamento da atmosfera está na capacidade de assimilar dados provenientes de plataformas de coletas de dados, balões radiossondas, bóias marítimas e bóias de deriva e, especialmente, produtos de satélites ambientais. A técnica de previsão por conjuntos permite expandir tanto a previsão de tempo para duas semanas de antecedência assim como a previsão climática sazonal com até seis meses de antecedência, em ambos os casos, técnicas de probabilidade e estatística são usadas para gerar produtos para usuários. A pesquisa e o desenvolvimento enfocam também a relação com os usuários dos diversos setores, agricultura, recursos hídricos, energias renováveis, saúde, turismo e lazer, e de forma especial a defesa civil e a segurança nos transportes. Outro aspecto importante é o monitoramento das interações entre clima e Oceano Atlântico tropical e sul.</i> <i>Finalidade:</i> <i>Desenvolver pesquisa básica e aplicada em meteorologia e climatologia, disponibilizar previsões do clima e tempo, bem como previsões ambientais correlatas como hidrologias e qualidade do ar.</i>	
6126	Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa
<i>Descrição:</i> <i>Elaboração e divulgação de estimativa de emissões de gases de efeito estufa, bem como de pesquisas sobre fatores de emissão e níveis de atividade nos setores de energia, transportes, indústria, uso de solventes, mudança no uso da terra e da floresta, agropecuário e tratamento de resíduos.</i> <i>Finalidade:</i> <i>Disponibilizar, aos diversos segmentos do setor produtivo, estimativa de emissões de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal.</i>	
6751	Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global
<i>Descrição:</i> <i>Desenvolvimento de pesquisas e formação de recursos humanos nas áreas de modelagem acoplada oceano-atmosfera-biosfera-criosfera-hidrosfera-atividades humanas, inclusive a aquisição, adaptação e desenvolvimento de tecnologias de modelagem, acoplamento de modelos e otimização numérica.</i> <i>Finalidade:</i> <i>Construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global e sub-modelos, com foco na geração de cenários ambientais do sistema terrestre para o futuro, e na formulação de políticas públicas relacionadas à redução de vulnerabilidades e desenvolvimento de estratégias de adaptação e medidas de mitigação.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6909	Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
<i>Descrição: Avaliação, quanto à contribuição para o desenvolvimento sustentável, de projetos submetidos à apreciação da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, no âmbito do MDL do Protocolo de Quioto; Elaboração, de acordo com a necessidade apurada, de novas resoluções, bem como revisão das atualmente em vigor tendo em vista tomar o processo de implementação de projetos MDL no Brasil transparente e ágil; Participação e promoção de cursos, palestras, apresentações e reuniões, bem como elaboração de material informativo sobre o MDL visando a capacitação de instituições e especialistas para atuação nessa área; Estabelecimento de sistema de acompanhamento dos projetos MDL aprovados no âmbito da CIMGC para visita técnica, aleatória e por sorteio, de determinados projetos aprovados pela CIMGC; Ampliação do portal de mudança do clima no MCT, especialmente, na parte referente ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.</i> <i>Além disso, prevê-se, ainda, no âmbito dessa ação, a definição de termos de referência e planos de trabalho e o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, bem como contratações para realização de estudos técnicos visando subsidiar a preparação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas a ser elaborado pelo Governo.</i> <i>Finalidade: a) Avaliar projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que resultem em reduções de emissões nos setores de energia, indústria, uso de solventes, agropecuária, mudança no uso da terra e florestas e tratamento de resíduos e em sequestro de carbono por reflorestamento ou estabelecimento de novas florestas; b) Preparar estudos visando subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas que defina estratégias para a redução das emissões de gases de efeito estufa por meio da implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); c) Aprimorar a regulamentação nacional referente à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); d) capacitar instituições e especialistas para atuação na área do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e em certificação dos projetos de MDL; e) realizar visitas técnicas aos projetos aprovados no âmbito da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima; e f) ampliar a conscientização pública sobre mudança do clima e, em especial, sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.</i>	
8906	Identificação, Diagnóstico e Combate aos Processos de Desertificação no Brasil
<i>Descrição: Elaborar, implementar e monitorar anualmente o Plano Nacional de Combate à Desertificação; apoiar estados na implementação de seus Planos de Ação Estaduais Anuais de Combate à Desertificação; estabelecer parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia para elaboração e implementação de sistema de Alerta Precoce contra seca; estabelecer mecanismos para o fortalecimento do intercâmbio sobre combate aos processos de desertificação entre Estados e países por meio da cooperação técnica internacional, com o envolvimento dos movimentos socioambientais; realizar encontros técnicos e capacitar agentes federais, estaduais e demais partes interessadas para implementação das atividades acima descritas.</i> <i>Finalidade: Combate aos processos de desertificação e de recuperação de áreas degradadas visando à implementação dos planos Estaduais e Nacional, bem como cumprir com os compromissos assumidos no âmbito da Cooperação Técnica e da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - UNCCD.</i>	
8911	Implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima
<i>Descrição: Implementação do plano nacional de mudanças climáticas a partir da consolidação de diretrizes que estimulem a redução de emissões e incremento de absorção de gases de efeito estufa, a identificação de impactos e vulnerabilidades e a definição de medidas que possibilitem a adaptação aos efeitos da mudança do clima. Desenvolvimento e consolidação das informações relativas as iniciativas que contribuem para redução de emissões e absorção de gases de efeito estufa; integração de informações e estudos sobre vulnerabilidade e adaptação; identificação das lacunas de informação; proposição de novas formas coordenadas de atuação, inclusive modelo institucional de articulação; promoção de avaliações regionais e setoriais para definição de prioridades, entre outras iniciativas; identificação e promoção de iniciativas de interação entre a Convenção sobre Mudança do Clima e o Protocolo de Montreal (proteção da camada de ozônio); realização de estudos relacionados a vulnerabilidade e impactos na zona costeira e marinha frente à elevação do nível do mar.</i> <i>Finalidade: Desenvolver e implementar ações ambientais para enfrentar as mudanças climáticas, com foco na mitigação e adaptação.</i>	
2051	Oferta de Água
101N	Integração das Bacias dos Rios Jaguaribe/Poti/Longá, Acaraú/Coreaú, Mamanguape/Gramame/Apodil/Piranhas Açu no Nordeste Setentrional
<i>Descrição: Implantação de infraestrutura hídrica entre os estados do Nordeste que permita o armazenamento, a captação e distribuição de água aduzida pela integração do Rio São Francisco com a bacia de rios do Nordeste, com déficit de água para abastecimento, e destes até os usuários (núcleos urbanos abastecidos, várzeas, pequenos produtores e áreas irrigáveis).</i> <i>Finalidade: Aumentar a oferta hídrica per capita a médio prazo para consumo residencial e comercial, viabilizando maior igualdade de oportunidades de emprego e renda para a população residente através da garantia de fornecimento de água para o uso múltiplo, especialmente pelos rios intermitentes, com prioridade para as áreas de maior densidade demográfica.</i>	
10AK	Implantação do Sistema Adutor de Bocaina com 122 km no Estado do Piauí
<i>Descrição: Os projetos de esgotamento sanitários das cidades de São João da Canabrava e São Luís do Piauí e dos Povoados de Aparecida e Nova Varjota, por sua vez, visam à proteção da qualidade da água represada no açude Bocaina, fonte hídrica do sistema adutor homônimo, contra o aporte de efluentes sanitários gerados por estes núcleos urbanos. Objetiva, ainda, dotar estes núcleos urbanos com sistema de saneamento, atendendo 5.918 habitantes no horizonte do projeto previsto para 2030.</i> <i>O projeto de adução a ser implantado consta de um sistema adutor integrado captando água de uma plataforma flutuante na bacia hidráulica do açude Bocaina, uma adutora de água bruta, uma estação de tratamento nas margens do lago, 3 estações elevatórias de água tratada e uma tubulação adutora de água tratada interligando as sedes municipais de Bocaina, Santo Antônio de Lisboa, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito e Alagoinha do Piauí. Foi prevista a implantação de 5 reservatórios de compensação distribuídos pelas sedes municipais.</i> <i>As sedes dos municípios de São João da Canabrava e São José do Piauí e as localidades de Santana do Piauí e Sussupara serão contempladas com a ampliação dos sistemas de abastecimento d' água atual por poços. Apenas para os sistemas de São João da Canabrava e São José do Piauí se faz necessária a perfuração de novos poços e sua integração aos sistemas através de pequenas adutoras. Foi prevista a automação dos poços dos sistemas de todas as cidades.</i> <i>Finalidade: Fornecer água tratada a populações de 09 núcleos urbanos(Bocaina, Santo Antônio de Lisboa, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito, Alagoinha do Piauí, São João da Canabrava, São José do Piauí, Santana Piauí e Sussupara)</i>	
10CT	Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano
<i>Descrição: Construção de Tomada d' água / Estação Elevatória (capacidade para abrigar 12 conjuntos motor-bomba com vazão de 2,67m³/s e potência 2.000 cv por unidade), quatro adutoras por recalque e por gravidade em paralelo e canal adutor. Este canal contempla uma extensão total de 250Km, com escoamento por gravidade ao longo de seu trajeto, compreendendo canal em seção trapezoidal, comportas de controle, obras d' arte e outras. O canal destina-se à utilização dos recursos hídricos para usos múltiplos (núcleos de abastecimento, perímetros de irrigação, bacia leiteira, piscicultura, entre outros).</i> <i>Finalidade: Assegurar o aumento da oferta de água para consumo humano, animal e atividade agrícola, de modo a suprir a escassez ou a falta desse recurso no período de seca; fortalecer a infra-estrutura hídrica do semi-árido; contribuir para a elevação da produção e da produtividade das safras agrícolas; e aumentar a oferta de alimentos básicos.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10DC	Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte
<i>Descrição:</i> O sítio barrável está localizado no rio Piranhas-Açu, onde será construída uma barragem, considerada principal, em CCR, com altura máxima de 35,50m e mais duas barragens auxiliares I e II, de terra homogênea, sendo a I com 12,80m de altura máxima e a II com 13,70m. O projeto é constituído ainda de vertedouro de soleira delgada incorporado ao maciço e tomada d'água tipo galeria direta. A descarga de regularização, com 95% de garantia, é de 9,06 m³/s. Dispõe também de uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica com 3,52 MW de potência instalada. O projeto executivo está concluído e o empreendimento já dispõe de licença ambiental de instalação. <i>Finalidade:</i> Controle de cheias; irrigação; abastecimento humano	
10E9	Implantação da Adutora Gavião-Pecém no Estado do Ceará
<i>Descrição:</i> Complementação do trecho 05 do eixo da integração Castanhão - RMF (Região Metropolitana de Fortaleza), com execução de 36,3 km da ETA OESTE ao Complexo Industrial e Portuário de Pecém. <i>Finalidade:</i> Permitir a transposição das águas do açude Castanhão até a região metropolitana de Fortaleza, ampliando a oferta de água para abastecimento humano e atendimento a projetos de irrigação a serem implantados ao longo de seu traçado.	
10F6	Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco
<i>Descrição:</i> Construção de adutora, com 1.050km de extensão, constituída de Estações Elevatórias, Reservatórios e tubulações com diâmetros variando entre 1.000mm a 150mm em ferro dúctil. <i>Finalidade:</i> Garantir a oferta de água para o abastecimento das populações residentes em diversos municípios do Estado de Pernambuco, destacando-se Pesqueira, São Bento do Uno, Garanhuns, Caetés e Bom Conselho, dentre outros.	
10GM	Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica
<i>Descrição:</i> Elaboração de estudos de reconhecimento, técnico-econômicos, estudos de pré-viabilidade, estudos de viabilidade e estudos ambientais (EIA's) para a elaboração de projetos de obras hídricas de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos que subsidiarão a elaboração de projetos de infraestrutura hídrica.	
11AA	Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará
<i>Descrição:</i> A barragem Fronteiras, situada no rio Poti, município de Crateús-CE, será tipo mista de terra e CCR, com sangradouro em CCR, tipo perfil Creager, devendo acumular 400 hm³ de água. <i>Finalidade:</i> Controlar enchentes do rio Poti, reforço do abastecimento da sede do município de Crateús e abastecimento de comunidades rurais do município e irrigação de uma área de 4.000ha, beneficiando uma população de aproximadamente 60.000 pessoas.	
11NF	Implantação do Sistema Adutor de Jacobina com 65 km no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Elaboração de projeto de sistema de abastecimento de água, implantação das obras e aquisição dos equipamentos previstos no projeto; validação e certificação das obras por organismos nacionais e/ou internacionais. <i>Finalidade:</i> Implantar sistema integrado de abastecimento d'água em boas condições de operação, de modo a permitir o atendimento adequado às populações beneficiadas.	
11NO	Implantação do Sistema Adutor de Cafarnaum com 120,6 km no Estado de Bahia
<i>Descrição:</i> Sistema de Abastecimento de Água composto de captação a partir da ETA do SIAA de Irecê, adutora com extensão total de 120,6 km, com diâmetro nominal variando de 50 a 300mm, 12 reservatórios e rede de distribuição de 77 km de rede com diâmetro variando de 50 a 200mm. <i>Finalidade:</i> Garantir o abastecimento de água em quantidade e qualidade de forma sustentável, beneficiando a população do município de Cafarnaum, a partir da Estação de Tratamento de Água do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Irecê em Ibititá.	
11PO	Implantação de Sistemas de Poços de Água Subterrânea
<i>Descrição:</i> A ação compreende estudos, pesquisas hidrogeológicas, projetos, execução, instalação e implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água, além da execução de poços pioneiros em bacias sedimentares em poços de grandes profundidades, produzindo campos de água subterrânea para o atendimento de zonas carentes. Nenhum dos sistemas implantados não se configurará, isoladamente, como projeto de grande vulto. <i>Finalidade:</i> Construir o Sistema de Poços de Água Subterrânea, pois é uma nova alternativa para solução de água de subsolo para o abastecimento, explorando novas áreas, tais como os aquíferos: Tucano (BA), Urucô (MG), Cabeças (PI), Araripe (CE), Apodi (RN) e outros em demais regiões do país.	
124L	Construção da Barragem Arvorezinha no Estado do Rio Grande do Sul, no Município de Bagé - RS
<i>Descrição:</i> Construção de barramento de terra no Rio Piraí, com altura de 16m. <i>Finalidade:</i> Acumular água para abastecimento da cidade de Bagé por um período de 10 anos, além do abastecimento de água terá outras utilidades, tais como: piscicultura, regularização do rio, perenização do rio e lazer.	
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)
<i>Descrição:</i> O Projeto integrará a bacia do São Francisco com as bacias dos rios Paraíba, Moxotó e Ipojuca (Eixo Leste). Implantação da infraestrutura hídrica por meio da aquisição de terras, realocação populacional, implantação de linhas de transmissão e subestações, obras de implantação de canais, obras de drenagem, construção de túneis, aquedutos, estações de bombeamento, linhas de recalque, estrutura de deságue, construção de barramentos e usinas, implantação das estruturas de controle e derivação. <i>Finalidade:</i> Aumentar a oferta hídrica per capita a médio prazo para o consumo humano, atividades agrícolas e industriais, viabilizando maior igualdade de oportunidades de emprego e renda para a população residente por meio da garantia de fornecimento de água para o uso múltiplo, especialmente pelos rios intermitentes, com prioridade para as áreas de maior densidade demográfica.	
12FV	Construção da Barragem de Algodões no Estado do Piauí
<i>Descrição:</i> Preencher <i>Descrição</i>. <i>Finalidade:</i> Preencher <i>Finalidade</i>.	
12G4	Implantação de Adutora Chapecozinho com 57 km no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> O projeto abrange captação, adução de água bruta, tratamento, adução de água tratada, reservação e distribuição. <i>Finalidade:</i> Construção de adutora com captação no Rio Chapecozinho visando o atendimento dos municípios de Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta, com 56.543 m de extensão, beneficiando 446.954 habitantes.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12G5	Implantação do Sistema Adutor de Guanambi com 333 km no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Execução das obras civis e montagem dos equipamentos hidromecânicos e elétricos para implantação do sistema adutor na região de Guanambi, visando reforçar o abastecimento de água dos municípios atendidos. <i>Finalidade:</i> Construção da adutora do São Francisco que vai transpor água do Rio São Francisco para abastecer as populações de Malhada, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Matina, Igaporã e Caetitê, além de importantes distritos destes municípios situados no sudoeste baiano.	
12G6	Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco
<i>Descrição:</i> Contratação de serviços de Estudos e Projetos Execução de Obras e Serviços de Engenharia com vistas à conservação e melhoria dos níveis de atendimento dos reservatórios, bem como a proteção de estruturas auxiliares, tais como tomada d'água, vertedores e diques de fechamento das barragens existentes. <i>Finalidade:</i> Elaboração de Estudos, Projetos Executivos e Execução de Obras e Serviços de Engenharia para conservação e melhoria dos níveis de atendimento dos reservatórios, bem como a proteção de estruturas auxiliares, tais como tomada d'água, vertedores e diques de fechamento das barragens existentes.	
12G7	Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba
<i>Descrição:</i> O Projeto Canal Adutor da Vertente Litorânea da Paraíba conta com uma extensão de 112,44km, sendo 88.370m em canal trapezoidal, 22.600m em sifões e 3.470m em túnel. O eixo adutor é constituído de três trechos: > Trecho 1 – Com extensão de 48,74 km está dimensionado para uma vazão máxima de 10m³/s desde a captação, no Açude Acauã, até o ponto situado na bacia hidrográfica do rio Gurinhém, constituído por um sifão invertido que fará a transposição dos vales dessa bacia; > Trecho 2 – Com extensão de 46,06 km está dimensionado para a vazão máxima de 6,5m³/s desde o citado ponto onde começa o Sifão Gurinhém até o ponto situado na bacia do rio Mamanguape, constituído por sifão invertido que possibilitará a transposição dos vales dessa bacia hidrográfica; > Trecho 3 – Com extensão de 17,64 km está dimensionado para vazão máxima de 2,5m³/s, que permanecerá após a derivação para o Açude Araújo, desde o citado ponto onde começa o Sifão Araújo até um ponto situado na bacia hidrográfica do rio Camaratuba, onde está projetada uma estrutura para liberar, essa vazão transportada num pequeno afluente da margem direita do rio Camaratuba de forma controlada. <i>Finalidade:</i> Construção do Eixo de Integração das Bacias Hidrográficas da Vertente Litorânea Paraibana, visando o aproveitamento das águas do São Francisco, transpostas por meio do Eixo Leste, viabilizando o abastecimento de água da Planície Costeira Interior no agreste paraibano, das populações municipais dessa região e dos projetos hidroagrícolas ali instaladas. A obra proporcionará o atendimento hídrico a 39 municípios da região, em caráter regular, contínuo e durante o período de seca, para os projetos hidroagrícolas que ali forem instalados, permitindo beneficiar uma área de 15.700 hectares de terras irrigadas, desde o Açude Acauã até o rio Camaratuba. O Projeto propiciará benefícios a uma população estimada em 1,5 milhões de habitantes. Nesse escopo objetiva-se a sustentabilidade hídrica das Bacias dos Rios Paraíba, Gurinhém, Miriri, São Salvador, Mamanguape, Araújo, Camaratuba; a garantia de abastecimento de água para as cidades das bacias litorâneas; a irrigação de uma área de 15.700 ha; o desenvolvimento da agricultura familiar (vilas rurais); o desenvolvimento da piscicultura; o desenvolvimento da agricultura empresarial; e a geração de emprego e renda para melhoria da qualidade de vida.	
13RU	Projeto para Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraguaçu, Salitre, Jacuípe, Curaçá-Vargem, Macururê, Tourão-Poções, Itapicuru e Vaza-Barris (Eixo Sul) - na Região Nordeste
<i>Descrição:</i> Contratação de Estudos, Projetos Básicos e Executivo para integração da Bacia do Rio São Francisco com as bacias dos Rios Paraguaçu, Salitre, Jacuípe, Curaçá-Vargem, Macururê, Tourão-Poções, Itapicuru e Vaza-Barris, situados nos Estados da Bahia e Sergipe. <i>Finalidade:</i> Elaboração de Estudos e Projetos para execução de obras visando aumentar a oferta hídrica per capita em médio prazo para o consumo humano, atividades agrícolas e industriais, viabilizando maior igualdade de oportunidades de emprego e renda para a população residente por meio da garantia de fornecimento de água para o uso múltiplo.	
140N	Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas
<i>Descrição:</i> Execução de estudos, projetos e obras de revitalização ou recuperação e adequação de infraestruturas hídricas, bem como de suas ações complementares. <i>Finalidade:</i> Assegurar a continuidade do abastecimento de água, por meio da revitalização de infraestruturas hídricas, com vistas a garantir a sua segurança.	
140Q	Implantação de Infraestruturas Hídricas no Complexo de Lajes no Estado do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Trata-se de implantação de estruturas para interligação de reservatórios estratégicos do Complexo de Lajes (RJ) afim de melhorar a segurança de operação e garantir os usos múltiplos, tanto para abastecimento humano, quanto para geração de energia e contenção da cunha salina na foz do rio Guandú. <i>Finalidade:</i> Implantar estruturas de adução de água, interligando reservatórios estratégicos do Complexo de Lajes	
140S	Implantação do Sistema Adutor Nova Camará no Estado da Paraíba
<i>Descrição:</i> O Sistema Nova Camará consiste na recuperação da Barragem Camará e da implantação de adutoras, estações elevatórias e de tratamento de água. O Sistema será responsável pelo abastecimento de 21 cidades localizadas no Planalto da Borborema e Brejo Paraibano compreendendo: Alagoa Nova, Algodão de Jandaira, Arara, Areal, Campinote, Cepilho, Chã do Marinho, Esperança, Floriano, Jenipapo, Lagoa do Mato, Lagoa Seca, Matinhas, Montadas, Pocinhos, Puxinanã, Remigio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serraria, São Miguel e São Tomé. <i>Finalidade:</i> Implantação de sistema integrado de reservação, captação, tratamento e transporte de água para abastecimento humano	
141H	Construção do Canal do Sertão Pernambucano no Estado do Pernambuco
<i>Descrição:</i> Construção de obras e instalação de equipamentos para captação, adução e distribuição de água para irrigação, abastecimento humano, animal e industrial. Serão construídas cinco estações de bombeamento com vazão de 138m³/s e 500 km de canal que viabilizarão a implementação de 138.000 há irrigados. <i>Finalidade:</i> Elevar a produção e a produtividade das safras agrícolas e aumentar a oferta de alimentos mediante a implantação de uma área de 30.000ha irrigados de um total de 138.000 ha, abastecimento urbano para uma população de aproximadamente 100.000 pessoas e promover o desenvolvimento rural na área de sua abrangência. A ação é desenvolvida para melhorar as condições socioeconômicas da população, diminuir as disparidades intrarregionais, aproveitar racionalmente os recursos naturais e recuperar os sistemas ambientais degradados na região.	
14L9	Implantação da 1ª etapa do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Região de Irecê
<i>Descrição:</i> Construção de sistema integrado composto de captação de água bruta no Rio São Francisco, estação elevatória, adutoras, estação de tratamento de água e reservatório. <i>Finalidade:</i> Implantar sistema integrado de reservação, captação, tratamento e transporte de água para abastecimento humano.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

14LA	Construção da Barragem Ingazeira, no Estado de Pernambuco
<i>Descrição:</i> Construção de uma barragem em CCR, com 22,29m de altura, com capacidade de armazenamento de 48.728.000 m³. <i>Finalidade:</i> Garantir o abastecimento humano, perenização de trecho à jusante para irrigação de áreas férteis e piscicultura, beneficiando diretamente uma população de 36.000 pessoas.	
1851	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica
<i>Descrição:</i> Execução de obras de construção da infraestrutura hídrica, bem como de suas ações complementares <i>Finalidade:</i> Assegurar o aumento da oferta de água em quantidade e qualidade de forma sustentável à população em projetos e obras de pequeno vulto, inclusive com ações complementares, objetivando a melhoria da qualidade de vida.	
1159	Construção do Sistema de Abastecimento de Água de Missi no Estado do Ceará
<i>Descrição:</i> A Implantação do Açude Missi compreende um complexo de obras e ações descritas a seguir: construção de uma barragem principal e três barragens auxiliares, tomada d'água, sangradouro; desmatamento da bacia hidráulica, recuperação de áreas degradadas, desapropriação e reassentamento. <i>Finalidade:</i> Construir barragem no Rio Missi, permitindo a formação de um reservatório para diversos fins, como: abastecimento humano e animal, irrigação, piscicultura, lazer e perenização do rio.	
1160	Construção da Barragem Arroio Taquarembó no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Desapropriação da área a ser inundada, retirada da mata e construção de uma barragem sobre o Arroio Taquarembó em concreto rolado para acumular água que será transportada por canais principais até alcançar a cidade de Dom Pedrito, ao sul, para resolver os problemas de abastecimento da população urbana, que conta com 42.000 habitantes e até o Arroio Santo Antônio ao norte. Os canais de distribuição a partir dos canais principais são de responsabilidade dos usuários. <i>Finalidade:</i> Construir uma barragem no Arroio Taquarembó na Bacia do Rio Santa Maria para acumular água para usos múltiplos. Salienta-se o abastecimento urbano da cidade de Dom Pedrito, com sérios problemas em todos os anos em que as estiagens são acentuadas. Complementarmente será promovido o suprimento de água para o perímetro de irrigação, desde a sub-bacia do Arroio Taquarembó-Chico ao sul, até a sub-bacia do Arroio Santo Antonio ao norte, eliminando os déficits hídricos que tem provocado perdas recorrentes e evitado a expansão e diversificação da agricultura regional.	
1161	Construção da Barragem Arroio Jaguarí no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Desapropriação da área a ser inundada, retirada da mata ciliar e construção de uma barragem de terra sobre o Arroio Jaguarí para acumular água que será derivada por uma barragem de derivação situada à jusante e transportada por canal principal situado exclusivamente na margem direita. Os canais de distribuição a partir dos canais principais são de responsabilidade dos usuários. <i>Finalidade:</i> Construir uma barragem no Arroio Jaguarí na Bacia do Rio Santa Maria para acumular água para usos múltiplos. Salienta-se o abastecimento urbano da cidade de Rosário do Sul (através da regularização parcial da vazão do Rio Santa Maria), com sérios problemas em todos os anos em que as estiagens são acentuadas. Complementarmente será promovida a irrigação de um extenso perímetro desde a sub-bacia do Arroio Santo Antonio ao sul, até as proximidades da cidade de Rosário do Sul, por ambas as margens do rio Santa Maria, eliminando os déficits hídricos que tem provocado perdas recorrentes e evitado a expansão e diversificação da agricultura regional.	
1164	Implantação do Sistema Adutor de Pias com 104 km no Estado do Piauí
<i>Descrição:</i> O sistema será constituído de 1 captação flutuante, 1 estação de tratamento de água; 6 trechos adutores; 4 estações elevatórias; 4 reservatórios apoiados de compensação e 3 caixas de derivação. <i>Finalidade:</i> Fornecer água tratada, por meio de adutoras, para as cidades de Fronteiras, PIO IX, São Julião, Vila Nova do Piauí, Campo Grande do Piauí, povoados e distritos situados próximos da faixa de domínio do sistema adutor.	
1167	Implantação do Sistema de Abastecimento do Norte de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Implantação, ampliação e adequação de sistemas de abastecimento de água da Região Norte de Minas Gerais. Atendendo as populações: de localidades do município Janaúba - 1.300 hab.; da sede e localidades do município Januária - 45.688 hab.; da sede e localidades do município Mato Verde - 11.793 hab.; da sede e localidades do município Rio Pardo de Minas - 13.483hab. Totalizando uma população beneficiada de 72.264 hab. <i>Finalidade:</i> Abastecer de água para 4 municípios (Janaúba, Januária, Mato Verde e Rio Pardo de Minas) e cerca de 65 localidades rurais situadas na região norte no Estado de Minas Gerais.	
1K44	Construção da Barragem Rio do Salto no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Construção de barragem de derivação, vertedouro, tomada d'água, canal de derivação, barragem de acumulação no Rio do Salto, tomada de água para Vila Progresso e repartidor de vazões. <i>Finalidade:</i> Fornecer água para irrigação e outros usos, beneficiando as populações de Morro Grande (2.847 hab), Turvo (11.170), Meleiro (6.921 hab) e Ermo (2.056 hab), além de possibilitar o futuro atendimento à população de Araranguá (61.263 hab).	
1K51	Implantação do Sistema Adutor Alto Oeste no Estado do Rio Grande do Norte
<i>Descrição:</i> Construção dos sistemas de captação, tratamento e adução. <i>Finalidade:</i> Construir um sistema integrado de abastecimento de água potável com capacidade de atender a 23 municípios.	
1N64	Implantação da Adutora Pajeú com 582 km nos Estados de Pernambuco e Paraíba
<i>Descrição:</i> Revisão cadastral, renovação da licença ambiental e contratação da supervisão e execução das obras em Pernambuco e na Paraíba. Adutora com 582,0 Km de extensão, 18 estações elevatórias, 09 reservatórios, com tubulações variando de 700 mm a 100 mm em ferro dúctil. <i>Finalidade:</i> Garantir o abastecimento d'água de 18 sedes municipais e 5 distritos no estado de Pernambuco e de 07 municípios no Estado da Paraíba, beneficiando uma população de 462.800 habitantes.	
20N4	Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas
<i>Descrição:</i> Execução de obras para operação, manutenção e recuperação das infraestruturas hídricas; atividades de prestação de assistência técnica; recuperação das estruturas já implementadas, bem como implantação de novos sistemas que garantam a otimização e a atualização do empreendimento, bem como a realização de despesas com o pagamento de taxas, impostos e contribuições decorrentes da operação da infraestrutura. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a realização de ações de administração das Obras de Infraestrutura Hídrica, visando à manutenção, à operação e à consequente melhoria de suas condições, a fim de garantir a acumulação de água para usos múltiplos, a ampliação da oferta hídrica, a segurança e sua vida útil, além de assegurar o abastecimento em quantidade e qualidade de forma sustentável	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

3445	Construção do Sistema de Abastecimento de Água Ribeirão João Leite no Estado de Goiás
<i>Descrição:</i> Construção de uma barragem em CCR, com volume de 129 milhões de m³ e sistema adutor composto por adutora de água bruta com 11.827 metros de extensão, sendo 8.617 metros em áreas rurais e 2.328 metros ao longo de vias públicas. Além de reforma e ampliação da Estação de Tratamento de Água do Sistema João Leite. <i>Finalidade:</i> Garantir o abastecimento de água da cidade de Goiânia e municípios afetos.	
3735	Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Construção de barragem tipo mista, terra e concreto (CCR), no Rio Congonhas (Sistema do Rio Jequitinhonha), com altura máxima de 72 m, com capacidade de acumulação de 950 milhões de m³ de água. Outras atividades: Projetos Básico e Executivo, cadastro, estudos Ambientais, Plano de Reassentamento, Plano de Controle Ambiental, Desapropriação da área da barragem e bacia hidráulica, desmatamento racional da área inundada e reassentamento da população atingida. <i>Finalidade:</i> Garantir a oferta hídrica para atender a irrigação, ao consumo humano e animal, as atividades relacionadas a piscicultura, bem como turismo e lazer, melhorando a qualidade de vida nos municípios de Montes Claros,Grão, Mogol, Itacambira e Francisco Sá, situados no norte do Estado de Minas Gerais. A população beneficiada será de 400,000 habitantes.	
5308	Construção da Barragem Jequitaí no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> A Barragem Jequitaí I, situado na parte montante do cânion do rio Jequitaí, foi projetada visando a regularização e o controle parcial das cheias do rio Jequitaí, bem como a geração de energia elétrica. A altura máxima é de 41,00 m e o comprimento da crista de 278,00 m, na elevação 589,60 m. O sistema extravasor é constituído por três vertedouros de soleira livre, incorporados ao barramento, com o principal ocupando a parte central e tendo soleira na elevação 580,00 m, 40 m de largura e dissipação do tipo flip bucket, e os auxiliares, laterais, com soleiras na elevação 584,20 m, larguras de 28 m e de 38 m, a direita e a esquerda, respectivamente, tendo dissipações em escada. A tomada d'água é uma estrutura em concreto convencional incorporada ao maciço de CCR da barragem, apresentando soleira na elevação 560,75 m e dispondo de uma comporta vago e grades removíveis para controle do fluxo. O conduto forçado é metálico e apresenta diâmetro de 3,50 m entre a tomada d'água e a casa de força. Logo a jusante da tomada d'água este conduto possui uma derivação, também metálica, com diâmetro de 2,50 m para adução de água até a válvula dispersora. A casa de força é do tipo abrigada, dispondo de uma turbina tipo kaplan de eixo vertical, de 8,25 MW de potência nominal, acoplada a um gerador síncrono trifásico de 8,5 MVA. Logo à entrada do conduto forçado, junto à casa de força, está prevista a instalação de válvula borboleta para permitir a proteção e manutenção da unidade geradora.O arranjo geral da Barragem Jequitaí II, situado na parte jusante do "canyon", a uma distância aproximada de 4,5 km do aproveitamento anterior, foi projetado para alimentar os canais principais CP1 e CP2 do Perímetro de Irrigação, situados, respectivamente, nas margens esquerda e direita, bem como para geração de energia elétrica. Caracteriza-se por um barramento em CCR, com coroamento na elevação 558,60 m, comprimento de crista de 177,00 m e altura máxima de 45,00 m. A disposição das estruturas principais é bastante semelhante à do aproveitamento anterior, com sistema extravasor na calha do rio e tomada d'água e casa de força na margem esquerda. O sistema extravasor é constituído por um vertedouro de soleira livre na elevação 550,00 m, com largura de 85 m a montante e 63,00 m a jusante e dissipação do tipo flip bucket, com ângulo de saída de 30º. O projeto prevê a escavação de uma fossa a jusante do barramento, com fundo na elevação 505,00 m. A tomada d'água é em concreto convencional, incorporada ao maciço do barramento de CCR, apresentando soleira na elevação 542,10 m. O conduto forçado é metálico e tem diâmetro de 3,80 m. A casa de força é do tipo abrigada e dispõe de duas turbinas Francis de eixo vertical, com potência unitária de 6,2 MW, às quais estão acoplados geradores síncronos trifásicos de 6,7 MVA de potência nominal. Esse sistema irá entrar no Programa Nacional de Desestatização com a Parceria Público Privada, onde a União irá construir inicialmente apenas a Barragem Jequitaí I. <i>Finalidade:</i> O Sistema Jequitaí é um empreendimento de usos múltiplos e de desenvolvimento regional, onde podem ser destacados como finalidades e subprodutos principais a irrigação, a regularização de vazões e controle de cheias e a geração de energia. O Sistema Jequitaí insere-se no programa de revitalização da bacia do rio São Francisco, procurando harmonizar os diversos usos previstos, a partir da formação de um reservatório que permitirá a regularização das afluições do rio Jequitaí.	
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)
<i>Descrição:</i> O Projeto integrará a bacia do São Francisco com as bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas Açu e Apodi (CE/RN/PB/PE) por meio da implantação de canais, drenagem, estações de bombeamento, usinas e adução. Implantação da infraestrutura hídrica por meio da aquisição de terras, realocação populacional, implantação de linhas de transmissão e subestações, obras de implantação de canais, obras de drenagem, construção de túneis, aquedutos, estações de bombeamento, linhas de recalque, estrutura de deságüe, construção de barramentos e usinas, implantação das estruturas de controle e derivação. <i>Finalidade:</i> Aumentar a oferta hídrica per capita a médio prazo para o consumo humano, atividades agrícolas e industriais, viabilizando maior igualdade de oportunidades de emprego e renda para a população residente por meio da garantia de fornecimento de água para o uso múltiplo, especialmente pelos rios intermitentes, com prioridade para as áreas de maior densidade demográfica.	
5910	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Aracaju no Estado de Sergipe
<i>Descrição:</i> Execução de Estações Elevatórias, Adutoras, Estrutura de Controle, Estação de Tratamento de Água. <i>Finalidade:</i> Dar continuidade à ampliação do Sistema de Abastecimento de Água pela Adutora São Francisco da Região Metropolitana de Aracaju com o objetivo de suprir o consumo residencial e comercial.	
7G88	Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí
<i>Descrição:</i> Barragem de Terra Zoneada de Jusante, com altura máxima de 24,00m, volume de acumulação 211,1 milhões de m³. Foi projetado um sangradouro do tipo Creager na ombreira direita da barragem, com largura de 70,00m, descarga de projeto de 192,00 m³/s e lâmina de sangria de 1,20m. Está prevista a instalação de uma tomada d'água do tipo galeria direta com tubulação de 1000mm e descarga regularizada de 1,25m³/s. <i>Finalidade:</i> A construção da Barragem Atalaia tem como objetivo principal, a regularização do rio Paraim, a montante da Lagoa de Parnaguá e conseqüente manutenção de níveis compatíveis com as necessidades da exploração pífcea da Lagoa, bem como a contenção de cheias do Rio Gurguéia, ao receber as contribuições hídricas do seu maior afluente pela margem direita, além de irrigação, piscicultura e lazer.	
7I31	Construção da Barragem do Figueiredo no Estado do Ceará
<i>Descrição:</i> Construção de barragem do tipo maciço de enrocamento com núcleo argiloso, situada no rio Figueiredo, no boqueirão denominado Cajazeiras, município de Alto Santo, com altura máxima, acima do terreno natural, de 34 m, devendo acumular 519 hm3 de água. Deverá regularizar uma vazão da ordem de 3,8 m3/s. <i>Finalidade:</i> Controlar enchentes do Baixo Jaguaribe, abastecimento humano e industrial dos núcleos urbanos de Alto Santo, Iracema, Potiretama, Pereiro e Ererê, no Estado do Ceará, irrigação de uma área de 4.000ha e piscicultura, beneficiando uma população de aproximadamente 100.000 pessoas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7L29	Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km
<i>Descrição:</i> O Projeto Cinturão das Águas do Ceará – CAC consiste num sistema adutor com extensão aproximada de 1.294km, quase que integralmente gravitatório, com somente um bombeamento de menor porte em seu trecho litoral final. Conta com trechos em canais de corte e/ou aterro, obras de travessia de talvegues e elevações topográficas a partir de sifões, aquedutos e túneis, subdividido em: Trecho 1 – com início na barragem Jati e término na travessia do rio Cariús, com extensão de 149,82km e vazão máxima de 30m³/s; Trecho 2 – com início na travessia do rio Cariús e término na passagem do divisor de águas das bacias dos rios Jaguaribe e Poti, com extensão de 271km e vazão máxima de 30m³/s; Ramal 1 – com início no final do Trecho 2 para derivação de até 5m³/s para a bacia do Banabuiú, com 53km de extensão; Trecho 3 – com início no divisor de águas das bacias dos rios Jaguaribe e Poti e término no ponto de derivação dos Ramais Leste e Oeste, com 137km de extensão e vazão máxima de 25m³/s; Ramal 2 – com derivação de vazões para a bacia do Banabuiú, através do rio Quixeramobim, com 20km de extensão e vazão máxima de 10m³/s; Ramal Oeste – com 181,80km de extensão para transferir vazões para as bacias do Acaraú e do Coreaú, com vazão máxima de 15m³/s; Ramal Leste – com 302,50km de extensão para derivar vazões para as bacias do Acaraú, Litoral e do Curu, com vazão máxima de 8m³/s; Ramal do Litoral – com início na barragem Santa Rosa no rio Acaraú e término no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, com dois subtrechos com 178,30km de extensão e vazão máxima de 6m³/s; <i>Finalidade:</i> O projeto visa aduzir parcela das vazões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco, para a maioria (80%) do território do Ceará, para atendimento de demandas em todas as principais bacias hidrográficas do Estado, abrangendo com isso a quase totalidade daquelas prioritárias, com o objetivo de implementar o abastecimento humano, o turismo e a indústria (95%), com adequado nível de garantia (99%) do fornecimento da água. Além disso, proporcionará o aumento significativo da acumulação das águas possíveis de aduzir do rio São Francisco, com a inclusão de cerca de 20 novos grandes açudes e possibilitará a gestão mais favorável dos principais açudes das bacias do Jaguaribe, Poti, Acaraú, Curu, Coreaú e Litorâneas e as sinergias hídricas derivadas do aporte de vazões transpostas. Preteende-se com a implantação desse projeto atingir, até o ano de 2040, 10,2 milhões de pessoas com abastecimento de água e complementarmente a agricultura irrigada com cerca de 60 mil ha, além dos segmentos da indústria e do turismo.	
7M10	Construção da Adutora do Siriji no Estado de Pernambuco
<i>Descrição:</i> Implantação de sistema integrado de captação, tratamento e transporte de água para abastecimento humano <i>Finalidade:</i> Garantir a oferta de água para os Municípios Macaparana, São Vicente Férrer, Vicência, Aliança, Buenos Aires, Condado e Itaquitinga, todos localizados na Região de Desenvolvimento Estadual Mata Norte, atendendo a uma população de 140 mil habitantes	
8062	Capacitação de Recursos Humanos para Projetos de Infraestrutura Hídrica
<i>Descrição:</i> Capacitação de profissionais de nível superior para a elaboração de estudos, planos e projetos, recuperação, construção, manutenção e segurança de obras de infraestrutura hídrica referentes a abastecimento humano, macrodrenagem e controle de erosão marítima. <i>Finalidade:</i> Formar expertise técnica necessária para a elaboração de estudos, planos e projetos, recuperação, construção, manutenção e segurança de obras de infraestrutura hídrica referentes a abastecimento humano, macrodrenagem e controle de erosão marítima.	
8621	Estudos para Obras de Infraestrutura Hídrica
<i>Descrição:</i> Elaboração de planos, estudos básicos, estudos de pré-viabilidade e viabilidade técnica-ambiental-socioeconômica para o desenvolvimento dos recursos hídricos. Inclui o levantamento de dados básicos, como cartográficos, pedológicos, hidroclimatológicos, hidrogeológicos, geologia e geotecnia, cadastro físico e socioeconômico da posse das terras, tratamento de imagens de satélite, mapeamento temático do uso da terra, monitoramento do uso da terra e cobertura vegetal, elaboração de estudos de reconhecimento dos recursos naturais, estudos de pré-viabilidade e viabilidade para o desenvolvimento dos recursos naturais, bem como a elaboração dos planos de segurança de barragens, incluindo os manuais de operação das barragens, a divulgação dos dados e o treinamento da população potencialmente impactada com possíveis acidentes decorrentes do rompimento e da operação das barragens conforme preconiza a Lei nº 12.344, de 20 de setembro de 2010 <i>Finalidade:</i> Elaborar planos e estudos que subsidiarão a execução de projetos de infraestrutura hídrica e elaborar Planos de Segurança de Barragens conforme exigido pela Lei 12.334/2010, com vistas a melhorar a qualidade dos projetos, das obras e da operações das infraestruturas hidráulicas concebidas para serem implantadas para o desenvolvimento dos recursos de água e terra das bacias hidrográficas, o desenvolvimento regional, a minimização das diferenças intra regionais e a erradicação da pobreza.	
2052	Pesca e Aquicultura
0080	Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)
<i>Descrição:</i> Subvenção ao preço do óleo diesel, mediante aprovação de cadastro das embarcações pesqueiras, aos pescadores profissionais, armadores, cooperativas de pesca e indústrias pesqueiras. <i>Finalidade:</i> Equiparar o preço do óleo diesel doméstico ao praticado em nível internacional, a fim de aumentar a competitividade da atividade pesqueira nacional.	
106R	Apoio à Adequação de Acessos Aquaviários
<i>Descrição:</i> Realização de intervenções que resultem no implante ou na adequação de acessos aquaviários de pequeno vulto que permitam a efetividade do deslocamento de embarcações pesqueiras em locais carentes de tais serviços. As intervenções, obedecendo a condicionantes locais e respeitando quadros e protocolos legais, podem abranger, entre outros: molhes de proteção, dragagens de aprofundamento e manutenção, sinalização, balizamento, contenção de margens, áreas de manobra e fundeio, bem como acessos a essas estruturas. <i>Finalidade:</i> Implantar e adequar acessos aquaviários marítimos e interiores, visando a qualificação do percurso e a segurança da via navegável, de forma a proporcionar maior efetividade e redução de custos nas atividades de embarcações pesqueiras, o que por sua vez, promoverá a otimização da cadeias produtivas pesqueiras, especialmente nas atividades de recepção e escoamento dos produtos e subprodutos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

123E	Implantação do Terminal Pesqueiro de Belém
<i>Descrição:</i> É prevista dotação de infra-estruturas que possam atender com tecnologia e padrões sanitários adequados às seguintes demandas, entre outras: i) descarga, transporte, manuseio, classificação e pesagem de pescado; ii) beneficiamento, comercialização, estatística e armazenagem de pescado; iii) fabricação e armazenagem de gelo; iv) comercialização de víveres, combustível, petrechos e gelo para o abastecimento de embarcações pesqueiras; v) aproveitamento industrial de resíduos e rejeitos do manuseio e do beneficiamento de pescado; vi) reparos e manutenções de embarcações pesqueiras; vii) formação, capacitação e qualificação de pessoal para o desempenho da atividade pesqueira; viii) serviços bancários, de comunicações, de alimentação e ambulatoriais destinados a atender aos usuários do terminal; e ix) fiscalização e inspeção do exercício da atividade pesqueira, envolvendo questões trabalhistas, sanitária, aduaneira, fazendária, ambiental e marítima, realizadas pelos órgãos competentes. <i>Finalidade:</i> Aumentar a qualidade do pescado desembarcado e o controle geral da atividade pesqueira, facilitando o transbordo, o escoamento a comercialização de produtos, o aumento de oferta de pescado às populações na área de abrangência desta unidade e a redução dos custos. Isso permitirá ofertar produtos a preços mais baixos ao consumidor e diminuirá a defasagem de preços pagos ao pescador. Implantar infra-estrutura de recepção, armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado com capacidade, qualidade operacional, sustentabilidade econômico-financeira e estrutura de custos e receitas capazes de contribuir com condições competitivas para a produção pesqueira.	
1862	Implantação de Unidades Demonstrativas de Aquicultura
<i>Descrição:</i> Implantação e operação de unidades demonstrativas de aquicultura, incluindo investimentos em equipamentos, tanques e estruturas de cultivo, custeio de insumos e de serviços de assistência técnica e qualificação, para fins de difusão tecnológica, atendendo a produtores, técnicos e extensionistas. <i>Finalidade:</i> Apoiar a implantação e operação de unidades demonstrativas aquícolas no processo de produção de formas jovens, engorda, capacitação técnica, difusão de tecnologia, aquisição de estruturas de cultivo e custeio de ciclo de produção.	
20J0	Fiscalização das Atividades de Aquicultura e Pesca
<i>Descrição:</i> Identificar situações irregulares no uso das licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca no Território Nacional por meio dos instrumentos de monitoramento e controle instituídos ou a serem desenvolvidos; participação em comissões de fiscalização com outros órgãos responsáveis pela fiscalização da atividade pesqueira e aquícola; visitas a empreendimentos de aquicultura e pesca e divulgação do Registro Geral da Pesca; aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pesqueira nos casos de irregularidades no uso das licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca. <i>Finalidade:</i> Realizar a fiscalização do uso das licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca no Território Nacional, com vistas a garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira e aquícola. O MPA está respaldado, não só com base na legislação e regulamentos vigentes sobre a matéria, como também pela melhor doutrina consolidada pelos citados mestres de Direito Administrativo de nosso país, para, no caso concreto, aplicar o cancelamento dos atos autorizativos de pesca e aquicultura fundamentado tecnicamente.	
20J1	Apoio à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola
<i>Descrição:</i> Apoiar a estruturação e execução de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar serviços de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, visando o aumento sustentável da produção, da produtividade e da qualidade do pescado, com foco na inclusão social e melhoria das condições de vida dos pescadores artesanais e aquicultores familiares.	
20J2	Divulgação dos Produtos Aquícolas e Pesqueiros Nacionais nos Mercados Nacional e Internacional
<i>Descrição:</i> Fomentar a inserção do pescado no mercado institucional, através do apoio a ações de assessoria, articulação, organização e elaboração de projetos, em pólos de produção e consumo de pescado. Apoiar e desenvolver o pescado brasileiro em eventos gastronômicos, feiras, festivais de alimentação visando divulgar e promover o consumo freqüente do pescado. Realizar estudos e prospecção de mercado para levantamento de informações que subsidiem a elaboração de ações comerciais e estratégias de marketing; definição de linhas de produtos e preços e avaliação do posicionamento competitivo. <i>Finalidade:</i> Ampliar o consumo de pescado no mercado interno e a inserção do pescado no mercado institucional, para promover e incrementar a inserção dos produtos aquícolas e pesqueiros brasileiros no mercado internacional.	
20NE	Apoio a projetos de pesquisa e capacitação de recursos humanos nas fases da Cadeia Produtiva da Pesca
<i>Descrição:</i> Implementação de atividades de pesquisa em busca de alternativas de exploração pesqueira e aquícola; Fomento à geração, à difusão e à transferência de tecnologia pesqueira; e fomento a cursos e treinamentos na área de Ciência e Tecnologia. <i>Finalidade:</i> Atuar de forma conjunta com as instituições de pesquisa e ensino no desenvolvimento de atividades indutoras de inovação e desenvolvimento tecnológico e na melhoria da mão-de-obra do setor pesqueiro regional.	
20TL	Apoio à Implantação de Infraestrutura Aquícola e Pesqueira
<i>Descrição:</i> Recuperação, ampliação, custeio e manutenção das cadeias produtivas da aquicultura e pesca nacionais de apoio logístico e de infraestrutura diversa e tecnologicamente adequada para a captura e cultivo através de formas coletivas de produção, armazenamento, conservação, acondicionamento, processamento, beneficiamento, escoamento e comercialização de pescado, iniciativas em pesquisa, ensino e projetos sociais voltados ao tema. Entre as unidades integrantes das cadeias produtivas aquícola e pesqueira destacam-se: fábricas de gelo; unidades de armazenamento e conservação de pescados, Unidades de estocagem de peixes ornamentais, Centros Integrados da Pesca Artesanal e da Aquicultura, secadores de algas, coletores de sementes, mecanização de cultivos; aquisição e fornecimento de meios de transporte de produtos e insumos pesqueiros e aquícolas; embarcações para transporte de peixes ornamentais, estruturas de desembarques; trapiches; atracadouros; flutuantes; ancoradouros; entrepostos de pescado; fábricas de insumos; unidades produtoras de formas jovens, edificações para acondicionamento de embarcações pesqueiras e petrechos; estruturas destinadas à elaboração e à manutenção dos equipamentos utilizados pelos pescadores e aquicultores no exercício de suas atividades, além daquelas que visam um melhor aproveitamento de produtos e subprodutos, como filés, peles, escamas e ovas de peixe, ossos e carne residual. <i>Finalidade:</i> Gerar rede estratégica e regionalizada de infraestruturas para o desenvolvimento e o bom funcionamento das cadeias produtivas aquícola e pesqueira integradas, promovendo a pesquisa, o ensino, o consumo, a comercialização, o beneficiamento, armazenamento, conservação e a produção, com qualidade, segurança, rentabilidade e sustentabilidade.	
2819	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura – Plano Brasil sem Miséria
<i>Descrição:</i> Funcionamento das Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura, com aquisição de material permanente e de consumo, realização de obras e instalações, pagamento de obrigações tributárias e contratação de serviços. <i>Finalidade:</i> Promover a sustentabilidade da pesca e desenvolvimento da aquicultura por meio da produção de alevinos de espécies de importância econômica e ecológica para peixamentos de rios, lagoas, reservatórios e açudes, e para o incremento da produção do pescado por aquicultores; apoio a ações voltadas para a estruturação de arranjos produtivos locais (APLs) de aquicultura; desenvolvimento de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes em viveiros, tanques-rede e canais de irrigação; capacitação de técnicos, produtores, pescadores artesanais e estudantes em técnicas de manejo e criação de peixes, associativismo e gestão de empreendimentos aquícolas; prestação de assistência técnica; e realização e publicação de pesquisas em aquicultura, limnologia e biologia pesqueira.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2C02	Monitoramento da Atividade Aquícola e Pesca Nacional
<i>Descrição:</i> Levantamento de dados e informações acerca das cadeias produtivas da aquicultura e pesca, incluindo produção, comercialização, consumo, estoques, empregos e divisas geradas, com vistas a subsidiar as políticas públicas de gestão dos recursos pesqueiros e aquícolas. Controle da atividade pesqueira por meio da verificação do cumprimento da legislação pesqueira em vigor e fornecimento aos órgãos responsáveis pela fiscalização de informações estratégicas sobre a dinâmica espaço-temporal da frota pesqueira e laudos técnicos referentes às irregularidades constatadas. Emissão de certificados de captura e fornecimento de informações sobre o cumprimento da legislação pesqueira, para fins de cadastro no Registro Geral da Aquicultura e Pesca. <i>Finalidade:</i> Manter um sistema integrado e participativo de coleta de dados e informações da atividade aquícola e pesqueira, abrangendo todo o território nacional, incluindo dados de produção, ambientais e sócio-econômico, além de uma rede de informações estratégicas sobre a atividade pesqueira entre os órgãos responsáveis pela fiscalização para disseminação dos alvos prioritários.	
2C41	Apoio ao Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade e Segurança dos Produtos da Aquicultura
<i>Descrição:</i> Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle da qualidade da produção aquícola, baseados nos sistemas de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, Boas Práticas de Manejo e Princípios e Padrões de Higiene Operacional, da rastreabilidade nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento, monitoramento e classificação das áreas de cultivo e extração; certificação, monitoramento, auditoria e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos; supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; desenvolvimento e implementação de uma metodologia segura para a identificação molecular das principais espécies de pescado brasileiro, através de sistemas (kits) de diagnóstico, a serem utilizados nacionalmente em centros (laboratórios) de referência para diagnóstico e identificação molecular (RENIMP). <i>Finalidade:</i> Melhorar e garantir a qualidade da produção aquícola proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo, por intermédio da certificação, controles higiênico-sanitário, certificação de formas jovens e, por meio de análises laboratoriais, a identificação inequívoca de amostra de pescados.	
4518	Desenvolvimento da Maricultura no Nordeste
<i>Descrição:</i> Difusão de técnicas de reprodução de peixes marinhos e cultivo em viveiros e tanques-rede para atender a pequenos produtores, caso de pescadores artesanais e a grandes empresas ao modelo de fazendas marinhas, por meio da identificação de espécies com potencialidades de reprodução em cativeiro e engorda em viveiros e fazendas marinhas (tanques-rede). <i>Finalidade:</i> Tornar a Região Nordeste auto-sustentável no que diz respeito à produção de pescado de origem marinha por meio do incremento da produção de pescado marinho de alto teor protéico e valor econômico, visando reverter o déficit da balança comercial brasileira nesse setor que gira entre US\$ 350 a 500 milhões/ano, sendo que o alcance desses objetivos representa um enorme potencial quanto à geração de emprego e renda.	
4846	Desenvolvimento e Gerenciamento de Sistemas de Gestão da Aquicultura e Pesca
<i>Descrição:</i> Ampliação e fortalecimento dos sistemas informatizados já existentes e em fase de desenvolvimento, como o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite, Sistema de Mapas de Bordo, Programa Nacional de Observadores de Bordo e Plano Nacional de Monitoramento da Pesca e Aquicultura, Sistema de Informações das Autorizações de Uso das Águas de Domínio da União para fins de Aquicultura, Sistema Informatizado de Subvenção do Óleo Diesel Pesqueiro e o Sistema Informatizado de Registro Geral da Aquicultura e Pesca, além de sistemas de certificação de captura e de uso de cotas de captura e outros necessários à execução das competências do MPA. Integração dos sistemas utilizados pelo MPA com outros mecanismos de gestão, incluindo tecnologia de Sistema de Informações Geográficas. <i>Finalidade:</i> Desenvolver, ampliar e modernizar sistemas informatizados de gestão da aquicultura e pesca, em parceria com outros órgãos da administração pública, facilitando a gestão dos recursos biológicos e controle das atividades aquícola e pesqueira.	
5282	Desenvolvimento de Tecnologias de Processamento de Pescado
<i>Descrição:</i> Geração de tecnologia de processamento de pescado e transferência, por meio da realização de cursos trimestrais, aos Centros de Pesquisa e Estações de Piscicultura do DNOCS e às comunidades pesqueiras sediadas no entorno dos açudes administrados pelo DNOCS. <i>Finalidade:</i> Agregar valor aos resíduos e subprodutos de pescados e dar destinação econômica às espécies de baixo valor comercial.	
5352	Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Rios, Grandes Reservatórios e Canais de Perímetros de Irrigação – Plano Brasil sem Miséria
<i>Descrição:</i> Capacitação de pequenos e médios produtores/irrigantes e pescadores artesanais em técnicas de criação de peixes em tanques-rede em rios, açudes, grandes reservatórios e canais de perímetros de irrigação e em viveiros escavados, nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, Itapecuru e Mearim. Implantação e manutenção de módulos coletivos, compostos por telas, delimitadoras de seções de canal, acessórios, ração, kits de monitoramento da qualidade da água; destinados à capacitação de aquícultores, pescadores artesanais e pequenos e médios produtores/irrigantes de perímetros de irrigação com acompanhamento, prestação de assistência técnica e manutenção dos tanques-rede e viveiros até a concessão de uso para a gestão pelos beneficiários. <i>Finalidade:</i> Oferecer alternativa de trabalho a pequenos e médios produtores/irrigantes e a pescadores artesanais, inserindo-os na cadeia produtiva da aquicultura; revitalizar a pesca profissional a partir da diminuição do esforço de pesca sobre os estoques pesqueiros naturais, com possibilidade de recuperação de espécies de peixes em processo de extinção; e aumentar a produção de pescado.	
5372	Implantação de Unidade de Beneficiamento de Pescado – Plano Brasil sem Miséria
<i>Descrição:</i> Implantação de Unidades de Beneficiamento de Pescado em regiões carentes deste tipo de infra-estrutura, possibilitando o total aproveitamento dos produtos e subprodutos (filés, outros cortes, peles, carne residual). A implantação compreende: elaboração do projeto, a execução das obras civis, aquisição dos equipamentos e demais utensílios necessários ao funcionamento da Unidade, a capacitação da mão de obra especializada e a manutenção da unidade até a concessão de uso para a gestão pelos beneficiários. <i>Finalidade:</i> Implantar unidades de beneficiamento de pescado, com os objetivos de processar a produção regional de pescado, gerar produtos de maior aceitação e com maior valor agregado, difundir tecnologias na área de processamento de pescado e facilitar o escoamento da produção.	
5406	Implantação de Unidades Demonstrativas para a Produção de Pescado e/ou Camarão
<i>Descrição:</i> Serão implantadas Unidades Demonstrativas compostas de módulos de viveiros e ou tanques-rede para a criação intensiva de pescado e/ou camarão nos estados do Nordeste, visando oferecer alternativas de alimentação às comunidades carentes e de fonte de renda aos aquícultores. <i>Finalidade:</i> Aumentar a produção de pescado e/ou camarão e, em consequência, a renda do produtor.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

5464	Implantação de estações de piscicultura e centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura
<i>Descrição: Implantação de três estações de piscicultura, sendo uma no estado do Rio Grande do Norte, uma no estado do Ceará e a outra no estado do Piauí. Implantação de dois Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, sendo um no estado da Bahia e outro no estado do Maranhão. A implantação compreende a elaboração do projeto, a execução das obras e a aquisição de equipamentos, móveis e outros bens necessários ao pleno funcionamento da unidade.</i> <i>Finalidade: Implantar 3 estações de piscicultura e 2 centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura com o objetivo de aumentar a produção de alevinos de espécies de importância econômica e ecológica para peixamentos de rios, lagoas, reservatórios e açudes, e para o incremento da produção do pescado por aquicultores; apoio a ações voltadas para a estruturação de arranjos produtivos locais (APLS) de aquicultura; desenvolvimento de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes em viveiros, tanques-rede e canais de irrigação; capacitação de técnicos, produtores, pescadores artesanais e estudantes em técnicas de manejo e criação de peixes, associativismo e gestão de empreendimentos aquícolas; prestação de assistência técnica; e realização e publicação de pesquisas em aquicultura, limnologia e biologia pesqueira.</i>	
6104	Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca
<i>Descrição: Apoio ao desenvolvimento, validação e difusão tecnológica de estudos e pesquisas em aquicultura e pesca; delimitação e definição de potencialidades e vocações da aquicultura e pesca nos diferentes biomas; pescarias experimentais e de prospecção de estoques inexplorados e sub-explorados; estudos de seletividade e aproveitamento racional da fauna acompanhante na pesca artesanal e industrial; apoio a estudos para o diagnóstico de cadeias produtivas estabelecidas e de novas cadeias produtivas da aquicultura e pesca; apoio a infra-estrutura de instituições de pesquisa e de unidades produtoras de formas jovens; apoio à formação de pesquisadores e à formação e manutenção de redes de pesquisa, comitês científicos e a realização de eventos em aquicultura e pesca; promoção do ordenamento e expansão territorial das atividades produtivas pesqueiras, de maneira a proporcionar ambiente favorável à inclusão social e aos investimentos.</i> <i>Finalidade: Induzir e apoiar o desenvolvimento e aplicação de tecnologias em pesca e aquicultura, gerando condições de incremento de produção e de apropriação de renda pelo pescador, observada a sustentabilidade ambiental e socioeconômica do setor; estabelecer ferramentas para projetos de pesquisa estratégicos e fortalecer estações e centros de pesquisa em aquicultura com vistas a apoiar o seu desenvolvimento científico e tecnológico.</i>	
6108	Fomento a Unidades Produtoras de Formas Jovens de Organismos Aquáticos
<i>Descrição: Implantação e adequação de infra-estrutura (obras civis, sistema hidráulico e elétrico) e de equipamentos laboratoriais nas unidades produtoras de formas jovens de organismos aquáticos.</i> <i>Finalidade: Fomentar a atividade de unidades produtoras de formas jovens de organismos aquáticos, objetivando sua implantação, modernização e ampliação de capacidades produtivas.</i>	
6112	Fomento a Atividades Pesqueiras e Aquícolas sob Formas Associativas
<i>Descrição: Apoio ao desenvolvimento e consolidação de cooperativas e demais formas associativas do setor pesqueiro e aquícola. Promoção de atividades de qualificação da gestão dos empreendimentos da pesca e aquicultura. Apoio a formas alternativas de geração de renda e agregação de valor ao pescado, qualificando sua gestão e organização. Estímulo à formação de redes de entidades e empreendimentos. Disponibilização de instrumentos e mecanismos que facilitem e qualifiquem o planejamento e a gestão das cooperativas e demais formas associativas. Promoção e apoio a ações voltadas à autogestão dos empreendimentos, visando garantir a autonomia de pescadores e aquicultores, tendo por base os princípios da Economia Solidária.</i> <i>Finalidade: Fomentar o desenvolvimento e consolidação de cooperativas e demais formas associativas do setor pesqueiro e aquícola, a fim de melhorar a eficiência das atividades desenvolvidas pelos pescadores e aquicultores, reduzindo sua dependência em relação aos intermediários no processo de comercialização, valorizando seus produtos.</i>	
6425	Banco Genético de Espécies de Peixes da Região Nordeste
<i>Descrição: Utilização de metodologias PCR e eletroforese para identificar e mapear as espécies de peixes dos mananciais da Região Nordeste do Brasil.</i> <i>Finalidade: Identificar e mapear as espécies de peixes da Região Nordeste, visando a recuperação de seu poder genético e sua preservação.</i>	
6948	Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Pesqueira
<i>Descrição: Apoio ao funcionamento de Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR; Apoio ao funcionamento das unidades integrantes da cadeia produtiva, nos espaços especialmente protegidos (unidades de conservação com interesse em pesca), para o desenvolvimento de atividades pesqueiras em sistemas de gestão compartilhada; Apoio à gestão e ao funcionamento de estruturas públicas ou de interesse público de desembarque, beneficiamento, conservação e comercialização de pescados necessárias à gestão dessas unidades. Estímulo ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva de organismos aquáticos ornamentais; Apoio ao desenvolvimento e aplicação de tecnologias para catação e processamento dos mariscos bivalves, caranguejos e outros; Apoio à instalação e funcionamento de centros de formação de profissionais, bem como estações de comunicação que objetivem a difusão de informações sobre a atividade pesqueira e aquícola. Integração e harmonização das cadeias produtivas da pesca artesanal e pesca amadora;</i> <i>Finalidade: Apoiar a gestão e o funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva pesqueira e promover sua adequação física e sanitária com o objetivo de gerar produtos de maior aceitação e com maior valor agregado, bem como apoiar o funcionamento de estruturas públicas ou de interesse público em estruturas de desembarque, beneficiamento, conservação e comercialização de pescados, viabilizando as condições necessárias à gestão dessas unidades.</i>	
7618	Implantação de Terminal Pesqueiro
<i>Descrição: Recuperação, ampliação, custeio, manutenção e promoção das cadeias produtivas da aquicultura e pesca nacionais de Terminais Pesqueiros Públicos (TTP), a partir da consolidação de uma rede ordenada e integrada de serviços de recepção, movimentação, armazenagem, beneficiamento, comercialização e escoamento de pescados e de mercadorias relacionadas. É prevista nos Terminais Pesqueiros Públicos a dotação de infra-estruturas que possam atender com tecnologia e padrões sanitários adequados às seguintes demandas, entre outras: i) descarga, transporte, manuseio, classificação e pesagem de pescado; ii) beneficiamento, comercialização, estatística e armazenagem de pescado; iii) fabricação e armazenagem de gelo; iv) comercialização de víveres, combustível, petrechos, energia elétrica, água e gelo para o abastecimento de embarcações pesqueiras; v) aproveitamento industrial de resíduos e rejeitos do manuseio e do beneficiamento de pescado; vi) reparos e manutenções de embarcações pesqueiras; vii) formação, capacitação e qualificação de pessoal para o desempenho da atividade pesqueira; viii) serviços bancários, de comunicações, de alimentação e ambulatoriais destinados a atender os usuários dos TPP; e ix) fiscalização e inspeção do exercício da atividade pesqueira, envolvendo questões trabalhistas, sanitária, aduaneira, fazendária, ambiental e marítima, realizadas pelos órgãos competentes.</i> <i>Finalidade: Aumentar a qualidade do pescado desembarcado e o controle geral da atividade pesqueira, facilitando o transbordo, o escoamento, a comercialização de produtos, o aumento da oferta de pescado às populações nas áreas de abrangência destas unidades e a redução dos custos. Isso permitirá ofertar produtos a preços mais baixos ao consumidor e diminuirá a defasagem de preços pagos ao pescador. Implantar infra-estrutura de recepção, armazenagem, beneficiamento e comercialização do pescado, em pontos estratégicos da costa brasileira, com capacidade, qualidade operacional, estrutura de custos e receitas, capazes de garantir condições competitivas para a produção pesqueira nacional, bem como a sustentabilidade econômico-financeira dos terminais.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8006	Apoio a Unidades de Ensino em Aquicultura e Pesca
<i>Descrição:</i> Implantação ou fortalecimento de unidades de ensino destinadas à capacitação e formação de profissionais qualificados para o exercício e o aprimoramento das atividades produtivas aquícolas e pesqueiras de forma legal e sustentável. Essa ação apresenta forte interação com outras do Ministério e tem amplo espectro de parcerias com outras instituições, valendo destacar que colabora na promoção das cadeias produtivas aquícolas e pesqueiras a padrões de produção que proporcionam maior geração de renda e emprego e ampliam a diversificação e a qualificação do pescado e, consequentemente, contribui para o alcance de novos mercados e para a soberania alimentar e nutricional. Complementa-se que estão aí incluídas as Escolas Técnicas de Aquicultura e os Centros Federais de Educação Tecnológica. <i>Finalidade:</i> Adequar, manter, apoiar e implantar instalações de ensino destinadas à capacitação e formação de profissionais para atuação nos setores produtivos aquícola e pesqueiro, possibilitando o aumento do contingente de pessoal com conhecimento e domínio de tecnologias tradicionais ou modernas e outras informações pertinentes, de forma a viabilizar a implementação, melhoria ou continuidade de atividades inerentes à pesca e à aquicultura de forma sustentável.	
8008	Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca
<i>Descrição:</i> Apoio à realização de cursos, fóruns, oficinas, seminários e outras atividades de capacitação voltadas aos trabalhadores da pesca e aquicultura. Fomento à qualificação da força de trabalho pesqueira e aquícola e acesso à informação, em parceria com outros órgãos de Governo e entidades não governamentais. <i>Finalidade:</i> Promover a formação dos trabalhadores da pesca e aquicultura, permitindo a qualificação profissional e possibilitando melhorias na sua qualidade de vida. Apoiar atividades de formação de caráter socioeconômico para pescadores artesanais e aquicultores familiares, com foco na saúde e segurança do trabalhador, equidade nas relações sociais, cidadania, acesso aos direitos, organização e sustentabilidade ambiental, entre outros. Garantir o acesso de pescadores e aquicultores a conhecimentos e tecnologias adequadas à sua realidade e necessidades. Valorizar e estimular o resgate dos conhecimentos tradicionais. Apoiar a ampliação do número de pessoas envolvidas na cadeia produtiva da pesca e aquicultura, viabilizando sua inserção qualificada no processo. Capacitar extensionistas, agentes locais de desenvolvimento e outros atores sociais que desenvolvam atividades relacionadas à pesca e aquicultura.	
8038	Apoio a Projetos Demonstrativos na Atividade da Pesca
<i>Descrição:</i> Indução de estudos de viabilidade técnica das pescarias alternativas, abrangendo variáveis ambientais, sociais e econômicas. Realização de cruzeiros de pesca prospectivos para produção de material de divulgação. Instalação de atratores flutuantes para a pesca de grandes peixes pelágicos. Proporcionar a transferência tecnológica da informação por meio da promoção de eventos com a participação do setor produtivo de captura e de insumos para a pesca. <i>Finalidade:</i> Fomentar o redirecionamento de parte do esforço de pesca atuante sobre recursos sobre-explotados para recursos alternativos inexplorados ou em fase inicial de exploração. Organizar cruzeiros de pesca demonstrativos para geração de material de divulgação, como vídeos e cartilhas. Garantir o acesso às tecnologias necessárias para o ingresso nas pescarias alternativas, assegurando a sustentabilidade da atividade. Promover a utilização de tecnologias que resultem em melhorias nas condições laborais e de conservação do pescado, bem como na redução das capturas incidentais e dos gastos das operações de pesca. Fomentar o acesso a dados ambientais para o auxílio a pesca, como dados de temperatura superficial do mar (TSM), ventos e correntes marinhas. Desenvolver projetos de instalação, divulgação e acompanhamento de dispositivos de atração de peixes e incentivar a instalação dos dispositivos pelo setor produtivo, respeitando-se as normas estabelecidas.	
8066	Apoio à Renovação da Frota Artesanal
<i>Descrição:</i> Apoio à renovação da frota pesqueira artesanal, por meio da reestruturação e modernização de pequenos estaleiros já existentes, da realização de cursos para qualificar e atualizar a mão-de-obra local, valorizando os profissionais das comunidades pesqueiras e habilitando os pescadores para realização de serviços de reparo nos cascos e manutenção de motores. Promoção da qualificação e requalificação de profissionais no que diz respeito à construção e manutenção de pequenas embarcações, bem como a estruturação e modernização pequenos estaleiros. <i>Finalidade:</i> Promover ações voltadas ao desenvolvimento para a manutenção de pequenas embarcações da pesca artesanal e renovação dessa frota.	
8070	Estudos e Projetos para Implantação da Aquicultura em Águas Públicas
<i>Descrição:</i> Elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica e de planos de logística; aquisição de software de gestão, bancos de dados e base cartográfica; controle do ciclo de vida dos processos de autorização de uso, fiscalização e monitoramento remoto de áreas e parques aquícolas; operação, manutenção e modernização do Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas de Domínio da União, elaboração de plano de sinalização náutica, implantação e manutenção de suas estruturas; manutenção das vistorias da marinha e do licenciamento ambiental; gerenciamento, administração e capacitação dos atores envolvidos nessas atividades; elaboração de metodologia para aprimoramento de cálculo de capacidade de suporte dos ambientes aquáticos para aquicultura e fiscalização da ocupação dos espaços públicos sob administração do Ministério da Pesca e Aquicultura. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos técnico-científicos necessários à seleção e demarcação de espaços físicos em corpos d'água marinhos e continentais para a implantação de parques aquícolas e para produção de informações estratégicas capazes de dotar o Estado de condições efetivas para ordenar a ocupação das águas públicas, bem como viabilizar a regularização dos parques aquícolas, provendo-os de recursos operacionais e logísticos necessários para sua efetiva operação.	
8090	Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aquícola
<i>Descrição:</i> Apoio à estruturação, adequação física e sanitária, gestão e funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva aquícola; apoio ao funcionamento de estruturas públicas ou de interesse público destinadas à produção, escoamento e comercialização de produtos; promoção do ordenamento territorial da aquicultura familiar. <i>Finalidade:</i> Dotar as unidades da cadeia produtiva aquícola, em âmbito local e regional, de condições físicas, operacionais e gerenciais capazes de gerar produtos de maior aceitação e maior valor agregado no mercado.	
8352	Elaboração de Planos de Gestão e de Recuperação para Recursos Pesqueiros
<i>Descrição:</i> Coordenar, com a participação dos órgãos estaduais, da comunidade científica e da sociedade civil organizada, visando a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, a elaboração e implementação dos Planos de Gestão e Recuperação para as espécies constantes da lista nacional de invertebrados aquáticos e peixes ameaçados de extinção e sobreexplotados ou ameaçados de sobreexplotação. Nos Planos de Gestão e Recuperação serão definidas as melhores práticas de gestão, incluindo áreas de manejo de pesca e gestão ecossistêmica, regulamentações para o uso e conservação desses recursos, proposição a aplicação de instrumentos econômicos e socioambientais, aperfeiçoamento de procedimentos de comando e controle, capacitação e educação ambiental e monitoramento dos impactos dos Planos. <i>Finalidade:</i> Elaborar e implementar, de forma participativa, envolvendo Governo e sociedade, atividades voltadas para a conservação e uso sustentável dos recursos pesqueiros.	
8687	Capacitação para a Produção Alternativa de Alimentos para o Semiárido
<i>Descrição:</i> Realização eventos de capacitação na área de beneficiamento de peixe e/ou carcinicultura com vistas a divulgação, estímulo a produção e incentivo a criação de tecnologias de beneficiamento de peixes e/ou camarões no semiárido do Nordeste. <i>Finalidade:</i> Promover a capacitação de famílias de baixa renda, de pescadores e agricultores na criação e tecnologia de beneficiamento de peixe e/ou camarão, a fim de possibilitar a geração de trabalho e renda na área de atuação do DNOCS, Açudes e Perímetros Irrigados.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2053 Petróleo e Gás	
10TF	Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), de 13,5 MM m3/dia para 22,8 MM m3/dia
Descrição: Ampliação da capacidade de processamento de GN no Terminal de Cabiúnas, compreendendo a construção das unidades URL III, UPCGN III, UTGN II, off-sites, e adaptação do OSDUC II para GLP e do GASDUC I para LGN. Finalidade: Permitir o aumento da produção de Gás Natural na Bacia de Campos de 13,5 MM m3/dia para 22,8 MM m3/dia.	
117Q	Construção de Unidades Estacionárias de Produção III (período: 2008 - 2014)
Descrição: Construção/Conversão de 7 unidades marítimas exploratórias e explotatórias. Finalidade: Construir/Converter unidades marítimas, necessárias à exploração e implantação dos sistemas marítimos de produção em águas profundas.	
124U	Implantação, na REGAP, de Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias e Processos Ecoeficientes - NEPE (MG)
Descrição: Implantação de estrutura definitiva de aproximadamente 1.500 m2, para abrigar as unidades piloto e semi-industriais do projeto de REUSO em teste na REGAP, atualmente em abrigo provisório sem projeto de utilidades e infra-estrutura, às margens da lagoa de areação, bem como abrigar futuras unidades de novas tecnologias de tratamento de efluentes e rejeitos, já previstos em projetos de P&D do Grupo de Efluentes Hídricos, visando minimizar impactos ambientais através do reuso máximo de água, da geração mínima de rejeitos tentando atingir o descarte zero de efluentes. Pretende-se estabelecer no NEPE um Centro de Treinamento para Técnicos e Operadores nos novos processos de Tratamento de Efluentes e Reuso. Finalidade: Implantar Núcleo do CENPES na REGAP com a principal finalidade de testar e demonstrar tecnologias e processos ecoeficientes, relativos ao tratamento avançado e reuso de efluentes e rejeitos de Refinaria, em escalas piloto e semi-industrial para futura aplicação em toda a PETROBRAS, contribuindo com a excelência operacional e ambiental da Companhia.	
12LY	Construção de Bases de Apoio Logístico para Exploração de Petróleo e Gás Natural (Período 2011-2016)
Descrição: Serão construídas 6 bases de apoio, no Aeroporto de São Tomé (RJ), no Porto de Santos (SP), na Base Portuária do Espírito Santo (ES), no Aeroporto de Itaguaí (RJ), na Base Aérea de Santos (SP) e no Porto de Itaguaí (RJ). Finalidade: Dotar a Petrobrás de uma infraestrutura de apoio operacional à produção de petróleo e gás em bases aéreas, aeroportos e portos.	
12O5	Implantação de Unidade GTL Parafinas, com Capacidade de Produção de Aproximadamente 12.000 bpd (AM)
Descrição: Unidade industrial visando à produção de 12.000 bpd principalmente de parafinas sintéticas sólidas e líquidas, de alta pureza e alto valor agregado, destinadas ao mercado interno e à exportação. Finalidade: Agregar valor ao uso do gás natural na monetização de reservas da Petrobras, através de sua transformação química em produtos de alto valor agregado, utilizando a tecnologia Gas-To-Liquids - GTL.	
12OE	Aquisição de Unidades Marítimas Estacionárias de Exploração e Produção de Petróleo e Gás I (Período 2012-2020)
Descrição: No Plano de Negócios da área de exploração e produção existe uma série de novas descobertas sendo feitas, com isso a PNBV manifestou o interesse em adquirir unidades marítimas disponíveis no mercado e/ou unidades que a Petrobras já tenha contrato e que exista uma cláusula de compra desses ativos. Finalidade: Adquirir as unidades marítimas, afretadas a Petrobras, das quais a PNBV tenha opção de compra registrada em contrato e/ou unidades que estejam sendo negociadas por terceiros (oportunidade de mercado) de forma que a PNBV possa atender a carteira de projetos da área de exploração e produção.	
130L	Implantação de Unidade Embarcada de Processamento de Gás Natural Liquefeito (GNLE)
Descrição: O Projeto GNLE contempla uma unidade flutuante com planta para tratar, separar, liquefazer, estocar e transferir GNL (Gás Natural Liquefeito) e GLP (Gás Liquefeito de Petróleo). O GNLE, posicionado próximo aos campos de gás, receberá gás dos navios FPSOs (Floating Production Storage and Offloading) de produção. Finalidade: O GNLE possibilitará a flexibilidade de utilização do gás natural no País, no momento de despacho termelétrico, ou sua exportação spot nos momentos de baixa demanda, térmica ou não térmica. A solução GNLE constitui então uma alternativa para a monetização do gás natural do pólo pré-sal da Bacia de Santos.	
146F	Exploração de Petróleo e Gás Natural em Bacias Sedimentares Marítimas
Descrição: Realização de levantamentos sísmicos, magnetométricos e gravimétricos em mar, definição de áreas geográficas e geológicas potencialmente portadoras de hidrocarbonetos e perfuração de poços exploratórios. Finalidade: Descobrir e incorporar novas reservas de petróleo nas bacias sedimentares marítimas.	
146G	Exploração de Petróleo e Gás Natural em Bacias Sedimentares Terrestres
Descrição: Realização de levantamentos sísmicos, magnetométricos e gravimétricos em terra, definição de áreas geográficas e geológicas potencialmente portadoras de hidrocarbonetos e perfuração de poços exploratórios. Finalidade: Descobrir e incorporar novas reservas de petróleo nas bacias sedimentares terrestres.	
146K	Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, na Baía de Todos os Santos (BA), com Capacidade de Aproximadamente 14 milhões de m3/dia, e Implantação de Gasoduto de Transferência Associado
Descrição: Implantação de Unidade Flutuante de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (FSRV) na Baía de Todos os Santos (BA), com capacidade de regaseificação de 14 milhões de m3/dia de gás natural, e construção de gasoduto associado, com 49 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, ligando o FSRV ao gasoduto GASCAC. Finalidade: Implementar Unidade de Armazenagem e Regaseificação de gás, a qual reforçará o suprimento de gás natural à região Nordeste. O projeto visa criar a infra-estrutura necessária para o armazenamento do GNL transportado por navios para uma unidade flutuante de armazenamento, com uma planta de Regaseificação, com capacidade de 14 MMm3/dia de gás natural para um gasoduto de 49 km conectando ao gasoduto GASCAC.	
146Q	Construção de Unidades Estacionárias de Produção V (Período 2012-2020)
Descrição: Construir quatro unidades marítimas do tipo FPSO (Floating Production Storage and Offloading), que irão compor o portfólio da Petrobras necessário para a implantação dos sistemas marítimos de produção da Cessão Onerosa da Bacia de Santos. Nessa ação serão construídas as plataformas P-74, P-75, P-76 e P-77 Finalidade: Construir 4 FPSOs que serão utilizados na Cessão Onerosa da Bacia de Santos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

146R	Ampliação da Infraestrutura de Transporte Dutoviária de Gás Natural
<i>Descrição:</i> Construção e montagem de gasodutos e ramais, "city-gates" e equipamentos de medição e controle operacional. <i>Finalidade:</i> Permitir o atendimento da crescente demanda de gás natural por meio da melhoria e adequação da infraestrutura de escoamento de gás natural.	
146S	Implantação de Instalações de Transporte Dutoviário de Gás Natural
<i>Descrição:</i> Implantação de infraestrutura complementar, estações de compressão e entrega de gás, "city-gates" e equipamentos de medição e controle. <i>Finalidade:</i> Permitir o atendimento da crescente demanda de gás natural por meio da melhoria e adequação da infra-estrutura de escoamento de gás natural.	
14KK	Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), Fase II, para 28 MM m3/dia - Bacia de Santos
<i>Descrição:</i> Ampliação da capacidade de processamento de gás natural e condensado de gás natural, através da instalação de novas unidades de tratamento, remoção de contaminantes e recuperação de líquidos de gás natural. <i>Finalidade:</i> Permitir o recebimento, no Terminal de Cabiúnas (RJ), de gás natural proveniente do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos.	
1924	Construção de Unidades Estacionárias de Produção (Período 2002-2012)
<i>Descrição:</i> Construção de unidades de produção, novas ou a partir de cascos de navios já existentes para a produção de petróleo e gás natural em águas profundas. <i>Finalidade:</i> Prover a Petrobras das unidades de produção (UEP's), necessárias à implantação dos sistemas marítimos de produção em águas profundas.	
1172	Construção de Unidades Estacionárias de Produção II (Período 2007-2020)
<i>Descrição:</i> Construção/conversão de cinco novas Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) que irão compor os sistemas marítimos de produção de petróleo e gás natural em águas profundas na Bacia de Campos. <i>Finalidade:</i> Prover a Petrobras das unidades de produção (UEPs), necessárias à implantação dos sistemas marítimos de produção em águas profundas.	
1029	Ampliação e Modernização do Centro de Pesquisas da Petrobras - CENPES (RJ)
<i>Descrição:</i> As instalações para expansão do CENPES serão implementadas através de execução de Projeto Básico, Projeto Executivo, Suprimento de Equipamentos e Construção e Montagem, englobando as seguintes disciplinas: arquitetura, fundações, obras civis, testes em geral, instalações elétricas, sistema de automação, eco-eficiência. <i>Finalidade:</i> Ampliar a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e engenharia básica do Centro de Pesquisa Leopoldo Américo Miguez de Mello - CENPES (RJ)	
2050	Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospeção de Petróleo e Gás Natural
<i>Descrição:</i> Realização de estudos, levantamentos e serviços de geologia e geofísica, voltados à melhor compreensão da evolução de bacias sedimentares, definição dos principais sistemas petrolíferos atuantes e identificação de áreas e blocos com interesse exploratório para oferta em futuras licitações públicas. <i>Finalidade:</i> Gerar dados e informações técnicas para orientar as decisões estratégicas quanto ao direcionamento dos futuros esforços exploratórios a serem realizados nas bacias sedimentares brasileiras.	
20LE	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural
<i>Descrição:</i> Realização de projetos de pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental com objetivo de obter soluções tecnológicas para a melhoria de produtos e processos na área de Exploração e Produção. <i>Finalidade:</i> Desenvolver tecnologias voltadas para a área de Exploração e Produção	
20LH	Estudos para Expansão da Malha de Gasodutos
<i>Descrição:</i> Empreendimentos do PAC: Execução de estudos que identifiquem as melhores opções para expansão ou ampliação da malha de gasodutos nacional, considerando aspectos técnicos, econômicos e socioambientais. <i>Finalidade:</i> Incentivar a ampliação da infraestrutura de transporte do gás natural do país.	
20OP	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural, na Bacia de Santos
<i>Descrição:</i> Implantação dos novos sistemas de produção de petróleo e gás natural já em operação e outros campos ainda em fase de avaliação, com exceção do pré-sal e cessão onerosa. O sistema é formado pela infra-estrutura de produção - poços produtores e injetores - e parte dos sistemas de coleta, elevação e escoamento, bem como a estrutura de apoio necessária ao funcionamento do sistema - estradas, portos, energia elétrica etc. <i>Finalidade:</i> Desenvolver os sistemas de produção de petróleo e gás natural de forma a aumentar a oferta ao mercado, garantindo a manutenção da auto-suficiência.	
200Q	Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo
<i>Descrição:</i> Incremento dos sistemas de produção de petróleo e gás natural já implantados das bacias de Campos e Espírito Santo, através da manutenção e recuperação de poços existentes, perfuração de novos poços, ampliação e modernização das instalações de processamento, escoamento, tancagem e injeção de água, gás ou vapor no interior dos reservatórios. <i>Finalidade:</i> Manter/adequar os volumes de produção de petróleo e gás natural dos sistemas já implantados das bacias de Campos e Espírito Santo, devido a natural diminuição do volume produzido ao longo do tempo.	
20OR	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural - Cessão Onerosa
<i>Descrição:</i> Implantação dos novos sistemas de produção de petróleo e gás natural das áreas da cessão onerosa ainda em fase de avaliação. O sistema é formado pela infra-estrutura de produção - poços produtores e injetores - e parte dos sistemas de coleta, elevação e escoamento, bem como a estrutura de apoio necessária ao funcionamento do sistema - estradas, portos, energia elétrica etc. <i>Finalidade:</i> Desenvolver os sistemas de produção de petróleo e gás natural de forma a aumentar a oferta ao mercado, garantindo a manutenção da auto-suficiência.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

200S	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural - Pré-Sal
<i>Descrição:</i> Implantação dos novos sistemas de produção de petróleo e gás natural do "cluster" do Pré-Sal já em operação e outros campos ainda em fase de avaliação. O sistema é formado pela infra-estrutura de produção - poços produtores e injetores - e parte dos sistemas de coleta, elevação e escoamento, bem como a estrutura de apoio necessária ao funcionamento do sistema - estradas, portos, energia elétrica etc. <i>Finalidade:</i> Desenvolver os sistemas de produção de petróleo e gás natural de forma a aumentar a oferta ao mercado, garantindo a manutenção da auto-suficiência.	
200T	Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos e da Região Sul
<i>Descrição:</i> Incremento dos sistemas de produção de petróleo e gás natural já implantados da bacia de Santos e da Região Sul, através da manutenção e recuperação de poços existentes, perfuração de novos poços, ampliação e modernização das instalações de processamento, escoamento, tancagem e injeção de água, gás ou vapor no interior dos reservatórios. <i>Finalidade:</i> Manter/adequar os volumes de produção de petróleo e gás natural dos sistemas já implantados da bacia de Santos e da Região Sul, devido a natural diminuição do volume produzido ao longo do tempo.	
200U	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo
<i>Descrição:</i> Implantação dos novos sistemas de produção de petróleo e gás natural do Espírito Santo e da Bacia de Campos já em operação e outros campos ainda em fase de avaliação. O sistema é formado pela infra-estrutura de produção - poços produtores e injetores - e parte dos sistemas de coleta, elevação e escoamento, bem como a estrutura de apoio necessária ao funcionamento do sistema - estradas, portos, energia elétrica etc. <i>Finalidade:</i> Desenvolver os sistemas de produção de petróleo e gás natural de forma a aumentar a oferta ao mercado, garantindo a manutenção da auto-suficiência.	
200V	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Abastecimento
<i>Descrição:</i> Realização de projetos de pesquisa básica, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental com objetivo de obter soluções tecnológicas para a melhoria de produtos e processos na área de Abastecimento. <i>Finalidade:</i> Desenvolver tecnologias voltadas para a área de Abastecimento.	
200W	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Gás, Energia e Desenvolvimento Sustentável
<i>Descrição:</i> Realização de projetos de pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental com objetivo de obter soluções tecnológicas para a melhoria de produtos e processos na área de Gás, Energia e Desenvolvimento Sustentável. <i>Finalidade:</i> Desenvolver tecnologias voltadas para a área de Gás, Energia e Desenvolvimento Sustentável.	
2077	Manutenção da Infraestrutura dos Terminais de Gás Natural Liquefeito - GNL
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de atividades de melhoria nos terminais de GNL, como por exemplo: (I) Melhoria do sistema de ar comprimido de serviço; (II) Melhoria da Interligação da linhas de GNL - aperfeiçoamento do cool down; (III) Melhoria do sistema de drenagem do KOD (bomba criogênica ou sistema de vaporizador / soprador); (IV) Melhoria do sistema de movimentação de carga; (V) Melhoria da utilização de Nitrogênio líquido nos terminais; (VI) adaptação dos terminais para operar com navios regaseificadores da Excellerate (VII) Melhorias nas casas de bombas (VIII) Adequação do sistema de geração de N2 e outros. <i>Finalidade:</i> Desenvolver atividades relacionadas ao aperfeiçoamento operacional dos Terminais Flexíveis de GNL da Baía de Guanabara e de Pecém e, a partir de 2013, também do futuro Terminal Flexível de GNL em implementação no Estado da Bahia.	
2379	Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural
<i>Descrição:</i> Administração e atualização do acervo de todos os dados e informações sobre bacias sedimentares brasileiras, bem como daqueles oriundos de estudos promovidos pela própria ANP e dos levantamentos de dados não exclusivos autorizados pela Agência, envolvendo estruturação e armazenamento de dados em banco de dados próprio para disponibilização de informações aos agentes econômicos e aos demais setores da sociedade. <i>Finalidade:</i> Organizar e manter atualizados e acessíveis os conhecimentos sobre o potencial produtivo das bacias sedimentares brasileiras e sobre as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.	
2380	Outorga de Áreas para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural
<i>Descrição:</i> Realização de licitações de direitos de exploração de blocos delimitados nas bacias sedimentares, objetivando firmar contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. <i>Finalidade:</i> Oferecer oportunidades para implantação de novos empreendimentos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no País.	
2381	Gestão de Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural
<i>Descrição:</i> Gestão dos contratos de concessão para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, mediante monitoramento e fiscalização das atividades executadas pelos agentes econômicos, incluindo o controle das participações governamentais. <i>Finalidade:</i> Assegurar o fiel cumprimento dos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.	
2751	Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Norte
<i>Descrição:</i> Incremento dos sistemas de produção de petróleo e gás natural já implantados na região norte, através da manutenção e recuperação de poços existentes, perfuração de novos poços, ampliação e modernização das instalações de processamento, escoamento, tancagem e injeção de água, gás ou vapor no interior dos reservatórios. <i>Finalidade:</i> Manter/adequar os volumes de produção de petróleo e gás natural dos sistemas já implantados na região norte, devido a natural diminuição do volume produzido ao longo do tempo.	
2761	Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste
<i>Descrição:</i> Incremento dos sistemas de produção de petróleo e gás natural já implantados na região nordeste, através da manutenção e recuperação de poços existentes, perfuração de novos poços, ampliação e modernização das instalações de processamento, escoamento, tancagem e injeção de água, gás ou vapor no interior dos reservatórios. <i>Finalidade:</i> Manter/adequar os volumes de produção de petróleo e gás natural dos sistemas já implantados na região nordeste, devido a natural diminuição do volume produzido ao longo do tempo.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2851	Aquisição de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural
<i>Descrição: Aquisição de bens destinados às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural ou seus componentes com redução de impostos pelo aproveitamento do benefício fiscal do Repetro.</i> <i>Finalidade: Reduzir gastos com aquisição de bens destinados às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural ou seus componentes, com o aproveitamento do benefício fiscal do Repetro.</i>	
2D00	Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Amazônia
<i>Descrição: Implantação de novos sistemas de produção de petróleo e gás natural nas Bacias da Amazônia, nos campos de Azulão, São Mateus, Japiim e outros ainda em fase de avaliação. O sistema é formado pela infra-estrutura de produção - poços produtores e injetores, árvores de natal, manifolds -, sistemas de coleta, elevação e escoamento, bem como as estações de tratamento de óleo e gás e a estrutura de apoio necessária ao funcionamento do sistema - estradas, portos, energia elétrica etc.</i> <i>Finalidade: Desenvolver os sistemas de produção de petróleo e gás natural de forma a aumentar a oferta ao mercado, garantindo a manutenção da auto-suficiência.</i>	
2D01	Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste
<i>Descrição: Implantação dos novos sistemas de produção de petróleo e gás natural nas bacias da Região Nordeste, nos campos de Guaiúba, Dentão, Salema Branca e outros ainda em fase de avaliação. O sistema é formado pela infra-estrutura de produção - poços produtores e injetores, árvores de natal, manifolds -, sistemas de coleta, elevação e escoamento, bem como as estações de tratamento de óleo e gás e a estrutura de apoio necessária ao funcionamento do sistema - estradas, portos, energia elétrica etc.</i> <i>Finalidade: Desenvolver os sistemas de produção de petróleo e gás natural de forma a aumentar a oferta ao mercado, garantindo a manutenção da auto-suficiência.</i>	
2D83	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisas da Petrobras - CENPES (RJ)
<i>Descrição: Conjunto de pequenas intervenções para ajuste e adequação contínua das instalações e aquisição de novos equipamentos.</i> <i>Finalidade: Manter e otimizar a infra-estrutura, impedindo a degradação das instalações e a obsolescência de equipamentos</i>	
4109	Manutenção da Infraestrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural
<i>Descrição: Fazer as manutenções e adaptações necessárias nas plataformas e Sondas da PNBV.</i> <i>Finalidade: Realizar as manutenções e adaptações necessárias nas plataformas e Sondas da PNBV, de forma a garantir a continuidade operacional do seu imobilizado em conformidade com os mais recentes padrões de segurança, qualidade e desempenho da indústria do petróleo e em observância as normas legais aplicáveis.</i>	
4237	Manutenção dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural
<i>Descrição: Gestão dos aspectos e impactos sobre a segurança e na saúde das pessoas e sobre o meio ambiente em todas as atividades desenvolvidas na cadeia produtiva de petróleo e gás natural.</i> <i>Finalidade: Garantir e aprimorar os níveis de segurança, proteção ambiental, e saúde em todo a cadeia produtiva de petróleo e gás natural.</i>	
4860	Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Indústria do Petróleo, Gás Natural e dos Biocombustíveis
<i>Descrição: Ação deverá definir as prioridades de pesquisa no âmbito das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis. Além disso serão aplicados recursos, através de bolsas de estudo e de pesquisa, implementação de campos-escola (com "o") e formação de mão-de-obra técnica. São campos de petróleo existentes onde o pessoal é treinado na prática, há gastos com manutenção de equipamentos e laboratórios.</i> <i>Finalidade: Estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias nas atividades da Indústria do petróleo e dos biocombustíveis.</i>	
4861	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural
<i>Descrição: Implantação de melhorias físicas na rede de gasodutos, contemplando instalações de novos sistemas e equipamentos.</i> <i>Finalidade: Preservar as condições operacionais dos dutos e demais equipamentos necessários para cumprimento dos compromissos estabelecidos relacionados à movimentação de gás natural.</i>	
4867	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário de Gás Natural
<i>Descrição: Manutenção da integridade e a elevação do nível de confiabilidade operacional da infra-estrutura de transporte de gás natural, atendendo aos aspectos de segurança e saúde ocupacional praticados pela indústria internacional de petróleo e gás natural.</i> <i>Finalidade: Prover condições adequadas de controle ambiental, segurança industrial e saúde ocupacional, atendendo a evolução da legislação relativa ao assunto e as orientações estratégicas da empresa.</i>	
4869	Aquisição de Direitos e de Estudos para a Expansão de Atividades na Indústria do Petróleo, no Exterior
<i>Descrição: Execução de todas as ações requeridas para suportar a expansão das atividades da companhia em novos negócios no exterior tais como aquisição de dados sísmicos, pagamentos de bônus de entrada, prospecção de novos mercados, etc.</i> <i>Finalidade: Expandir a participação da Petrobras no mercado internacional.</i>	
6197	Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo
<i>Descrição: Fiscalização das instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, quanto ao cumprimento dos regulamentos estabelecidos pela ANP.</i> <i>Finalidade: Assegurar que as instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis (autorizadas pela ANP) estejam adequadas do ponto de vista da sua segurança operacional, permitindo a oferta destes produtos no mercado.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6596	Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural
<i>Descrição:</i> Outorga de autorização para participação de agentes econômicos nas atividades de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis (ou outras atividades correlatas) desde que estes cumpram os requisitos legais estabelecidos para seu ingresso, estes identificados nos atos normativos publicados pela ANP. <i>Finalidade:</i> Assegurar a outorga de autorizações aos agentes interessados em construir e operar instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, além de outorgar a autorização para o exercício de atividades correlatas, através de atos formais expedidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.	
8019	Adequação da Infraestrutura de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, no Exterior
<i>Descrição:</i> Compra, exploração, desenvolvimento de jazidas petrolíferas e produção de petróleo no Exterior aproveitando o conhecimento tecnológico da PETROBRAS. <i>Finalidade:</i> Incorporar novas reservas e produzir óleo, condensado e gás natural no exterior aumentando a participação do Sistema PETROBRAS no mercado internacional de petróleo.	
8020	Disponibilização de Estações de Entrega e de Medição do Gasoduto Bolívia-Brasil
<i>Descrição:</i> Construção de estações de entrega e de medição nos lugares indicados pelo carregador para atender à diversificações da demanda por gás natural. <i>Finalidade:</i> Atender às solicitações de construção de estações de entrega e de medição, em conformidade com os contratos de transporte firmados com os carregadores.	
8022	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural
<i>Descrição:</i> Aquisição e instalação de materiais e equipamentos destinados à continuidade da operação e a implantação de novas técnicas de operação, manutenção e controle de processos, além de encaminhar os equipamentos aos fabricantes no exterior para manutenção preventiva - "Overhaul". <i>Finalidade:</i> Garantir a continuidade operacional, atender às necessidades de atualização, utilizar as melhores práticas e técnicas de operação no transporte dutoviário de gás natural e aprimorar a qualidade dos serviços prestados, agregando valor à empresa.	
8055	Adequação da Infraestrutura de Gás e Energia, no Exterior
<i>Descrição:</i> Execução de todas as ações requeridas na estrutura de geração, transporte e distribuição de gás e energia existentes no exterior de forma a manter o desempenho de operação, segurança e preservação do meio ambiente, bem como adequar suas características para atender a eventuais ajustes demandados pela legislação ou mercado. <i>Finalidade:</i> Manter a infra-estrutura de Gás e energia no exterior garantindo a sua performance de operação, segurança e preservação do meio ambiente.	
2054	Planejamento Urbano
1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
<i>Descrição:</i> Formulação e implementação, por meio de projetos demandados pelos entes federados, de ações de saneamento, abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo, transporte público, acessibilidade, regularização fundiária, acesso à moradia e urbanização, dentre outras caracterizadas como desenvolvimento urbano. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o desenvolvimento urbano, mediante aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento à população aos serviços saneamento, abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo, transporte público, acessibilidade, regularização fundiária, acesso à moradia e urbanização, dentre outros caracterizados como desenvolvimento urbano.	
20MC	Apoio à Gestão Ambiental em Áreas Urbanas
<i>Descrição:</i> Apoio à criação de instâncias de gestão integrada e participativa das políticas ambiental e urbana, especialmente em áreas de expansão urbana, de mananciais e de áreas de preservação permanente (APPs); capacitação em gestão ambiental urbana; inserção de variáveis ambientais na política urbana; melhoria da qualidade ambiental dos projetos habitacionais; promoção de estudos técnicos, cursos à distância e oficinas de trabalho a serem realizados por meio de convênios com instituições de pesquisa, universidades e organizações da sociedade civil; participação, promoção e realização de eventos técnicos; elaboração de publicações. <i>Finalidade:</i> Apoiar Estados, Distrito Federal e Municípios na elaboração e implementação da Política Ambiental Urbana, em consonância com a legislação aplicável e de forma articulada com as demais políticas urbanas.	
20MD	Monitoramento, Apoio e Elaboração de Projetos de Parques em Áreas Protegidas em Zonas Urbanas
<i>Descrição:</i> Apoio a ações de elaboração e implementação de projetos que tenham como objetivo oferecer à população urbana parques e áreas verdes de domínio público com infraestrutura, mobiliário urbano e equipamentos de lazer e afins; elaboração de documentos de referência para o desenvolvimento dos projetos; capacitação e estudos técnicos; e apoio aos municípios na captação de recursos com fontes financiadoras, no estabelecimento de parcerias público-privadas e na captação de compensações ambientais devidas, visando a efetiva implementação dos projetos elaborados. <i>Finalidade:</i> Apoiar Estados, Distrito Federal e Municípios na elaboração e implementação de projetos de parques e de áreas verdes de domínio público ou de projetos urbanos que promovam a valorização e preservação do patrimônio ambiental, histórico, paisagístico, turístico e cultural, bem como o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria das condições socioambientais em zonas urbanas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20NP	Aprimorar o Sistema Nacional de Informações das Cidades e Estruturar o Observatório das Cidades
<i>Descrição: Atualização e aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades - SNIC, incorporando outros indicadores sócio-econômicos (habitação, saneamento, mobilidade etc), ferramentas geográficas de mapeamento urbano, novas funcionalidades de acesso a informações dos contratos do Ministério das Cidades e modernização da plataforma tecnológica. A modernização da plataforma tecnológica do SNIC compreende entre outras coisas a atualização de incorporação de novas funcionalidades do servidor de mapas e ferramentas de geoprocessamento on-line, atualização e remodelagem dos bancos de dados existentes, melhoria do desing, inserção de visualização gráfica. O Observatório das Cidades a ser criado será integrado ao SNIC, com o objetivo de fomentar a produção, integração e a disseminação de informações municipais relevantes ao planejamento urbano. Tem por objetivo mais do que a disseminação de informações municipais e regionais. Visa o fomento de produção de indicadores de desenvolvimento urbano e criação de parcerias institucionais com entidades de pesquisas e acadêmicas para subsidiar a aplicação de políticas públicas. Além do portal do Observatório das Cidades, pretende-se, entre outras coisas, a criação de revista retratando as situações atuais das Cidades e regiões brasileira. Pretende-se, também, o estabelecimento de rede de pesquisa, com a participação de pesquisadores, especialistas e centros de ensino e pesquisa e criação de uma rede nacional de pesquisa multidisciplinar com intuito de produzir pesquisas de excelência com alta produtividade. As geotecnologias e são importantes ferramentas para se planejar e desenvolver o espaço urbano, permitindo assim, o uso racional do espaço e consequentemente subsidiar a estruturação de uma cidade que possa oferecer melhor qualidade de vida para sua população. A aplicação de geotecnologias também permite a redução de alguns problemas socioambientais, quando bem estruturada. Conhecer a configuração espacial de uma cidade é um requisito fundamental para o sucesso do planejamento. Visa também o estabelecimento de parcerias com instituições que possuam experiência relevantes em geotecnologias para desenvolvimento de soluções voltadas para o ambiente urbano, elaboração e incentivo de fóruns e seminários, elaboração e publicações de materiais correlatos. A título de exemplo, para o Planejamento e Gestão Pública Municipal pode-se citar soluções de SIG – Sistema de Informação Geográfica, para elaboração dos mapeamentos previstos pelo Estatuto da Cidade através dos Planos Diretores Municipais, metodologia de Planejamento Participativo através de setorização urbana e sócio-econômica, CTM – Cadastro Territorial Multifinalitário, implementação do SIG Corporativo, governo eletrônico, “e-government”, entre outros.</i> <i>Finalidade: Promover ações de aprimoramento e fortalecimento dos Sistema Nacional das Cidades – SNIC, ações que fomentem a estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e o uso e a disseminação de ferramentas e informações geográficas capazes de auxiliar na tomada de decisão de gestores públicos quanto ao planejamento e desenvolvimento urbano e ações para estruturação do Observatório das Cidades</i>	
20NQ	Serviço de Atendimento à Sociedade, aos Entes Federados e Outros Interessados
<i>Descrição: O Serviço de Atendimento e Ouvidoria é um canal de comunicação direto e qualificado que tem por objetivo proporcionar à sociedade, entes federados e outros interessados, redução de tempo e economia na orientação sobre programas, ações e acesso e utilização de recursos do Ministério das Cidades. Visa ainda solução de dúvidas e criação de mecanismos para recebimento de sugestões e denúncias sobre empreendimentos, planos e projetos custeados por este Ministério. O Serviço de Atendimento melhora a qualidade do atendimento, facilita a inscrição nos programas e cria um ponto confiável e conhecido de contato entre o Município e o Ministério das Cidades e será estruturado inicialmente em três diferentes níveis, que varia de acordo com a complexidade da demanda. As demandas recebidas (seja através de telefone, e-mail, internet, carta, ofício, etc) serão registradas em sistema informatizado específico e acompanhadas desde sua entrada até a resposta final. O desafio é expandir e consolidar a qualidade do atendimento e estreitar o relacionamento com seus interessados. Utilizar-se-ão como pressupostos do Serviço de Atendimento:</i> - Todas as ligações deverão ter resposta ou retorno; - O ciclo deverá ser encerrado pelo requisitante com uma avaliação do atendimento à sua demanda; - Como indicadores podemos medir a satisfação do cliente e também a do atendente. <i>Finalidade: Criar, implementar e manter o serviço de atendimento à sociedade, aos entes federados e outros interessados.</i>	
20NR	Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas
<i>Descrição: Elaboração e execução de planos de reabilitação urbana e projetos urbanos integrados que podem contemplar: plano de intervenções públicas, plano de ordenamento do uso e ocupação do solo, plano de preservação e valorização do patrimônio de especial interesse, estruturas de gestão e de participação social, estratégias de financiamento e implementação das ações, dentre outros elementos; elaboração de estudos, pesquisas, planos de ação e documentos legais; elaboração de projetos e execução de obras de melhoria da infraestrutura, restauração e requalificação de espaços de uso público e em áreas de especial interesse urbanístico, histórico, cultural ou ambiental; elaboração de projetos e execução de obras de restauração e reabilitação de imóveis públicos para usos diversificados.</i> <i>Finalidade: Apoiar Estados, Distrito Federal e Municípios na elaboração e implementação de planos e projetos integrados de reabilitação urbana, em consonância com o Estatuto da Cidade e com o Plano Diretor, visando a melhoria da qualidade do espaço urbano por meio da dinamização do uso e ocupação do solo, da requalificação de imóveis e espaços públicos e da infraestrutura urbana, da valorização e preservação do patrimônio de interesse cultural e ambiental, do melhor aproveitamento de imóveis subutilizados, da promoção de melhorias ambientais e do aumento da diversidade social.</i>	
4055	Suporte e Aprimoramento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
<i>Descrição: Desenvolvimento de planos e estudos, pesquisas, projetos, capacitação, eventos e publicações que subsidiem a formulação, o acompanhamento e a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, compatibilizando e atualizando suas metas, bem como as ações de cooperação internacional do Ministério.</i> <i>Finalidade: Formular e acompanhar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como as políticas setoriais que a compõem e a sua projeção no plano internacional.</i>	
4420	Conselho das Cidades
<i>Descrição: Esta ação compreende dentre outras coisas a manutenção do Conselho das Cidades, apoio à instituição e ações de conselhos municipais das cidades e amparo a outras ações de participação social relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável. Dentre outras atividades, esta ação compreende a realização reuniões, eventos, seminários, pagamento de diárias e passagens para conselheiros das cidades e colaboradores, publicações de divulgação de ações e sensibilização para instituição de conselhos das Cidades em Municípios.</i> <i>Finalidade: Custear a manutenção e instalação do Conselho das Cidades e de suas câmaras setoriais, assim como prestar apoio as ações dos conselhos locais e outras atividades de participação social que sejam relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável</i>	
8866	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado)
<i>Descrição: Promoção de assistência técnica, capacitação de atores locais, apoio financeiro e desenvolvimento de estudos e pesquisas para elaboração e implementação de planos, projetos e atividades específicas de regularização fundiária de áreas urbanas. Fomento à articulação interinstitucional, à institucionalização de programas de regularização fundiária urbana pelos estados e municípios, à remoção de obstáculos legais às ações de regularização fundiária urbana. Caracterização da irregularidade fundiária urbana, monitoramento e avaliação da política nacional de regularização fundiária urbana.</i> <i>Finalidade: Apoiar estados, municípios, o DF, entidades civis sem fins lucrativos e defensorias públicas da União, Estados e Distrito Federal na implementação de processos de regularização fundiária urbana, prioritariamente em benefício de famílias de baixa renda, assegurando-lhes o acesso à terra urbanizada e o direito à moradia, e possibilitando ao município a adequada gestão do solo urbano.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8872	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades

Descrição: O apoio aos municípios é realizado por meio de atividades de capacitação presenciais e a distância, extensão universitária e pesquisa promovidas pelo Ministério das Cidades no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades que visem ao apoio à formação de quadros técnicos das Prefeituras Municipais e de órgãos dos governos estaduais e federal; à formação de agentes sociais e conselheiros do Conselho das Cidades e de conselhos municipais e estaduais afetos à política urbana; à promoção do planejamento e da realização de cursos que divulguem experiências de participação e controle social e de metodologias desenvolvidas por instituições nacionais e internacionais com experiência na área; à promoção da articulação dos programas e ações federais voltados para o desenvolvimento institucional dos municípios que abranjam as áreas de habitação, saneamento ambiental, legislação urbanística, planejamento do uso e ocupação do solo, regularização fundiária e mobilidade, transporte e trânsito, sistemas de informação e cadastros territoriais multifinalitários que valorizem as competências de cada órgão e otimizem seus recursos; e à realização de atividades necessárias para subsidiar o Programa, como a promoção de estudos específicos, publicação de livros e revistas e produção de material de divulgação.

Finalidade: Capacitar agentes públicos e sociais para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e desenvolver ações de apoio ao setor público municipal e estadual para o desenvolvimento institucional e a implementação de sistemas de informação.

8874	Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa

Descrição: Promoção de assistência técnica, capacitação, apoio financeiro e desenvolvimento de estudos e pesquisas para elaboração e implementação dos Planos Diretores Municipais, Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado e demais instrumentos de planejamento territorial e gestão urbana, que deverão definir a política de desenvolvimento e expansão do município e aglomerações urbanas, considerando as áreas urbana e rural e suas interfaces regionais, respeitando as diretrizes gerais da política urbana e os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade. Espera-se qualificar o planejamento urbano de modo a promover a ampliação do acesso à terra urbanizada, o combate à especulação imobiliária, a gestão social da valorização da terra e demais ações voltadas à redução das desigualdades sociais por meio da regulação urbanística e ambiental. Será apoiada a elaboração de planos de ação, planos de expansão urbana, estudos de viabilidade e demais instrumentos urbanísticos e legais para viabilizar a implementação dos Planos Diretores Municipais e Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado. As atividades apoiadas pressupõem a articulação de arranjos locais e regionais e amplo processo participativo.

Finalidade: Apoiar Estados, Municípios e Distrito Federal na elaboração e implementação de Planos Diretores Municipais, Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado de aglomerados urbanos e demais instrumentos de planejamento territorial e gestão urbana, em consonância com o Estatuto da Cidade.

2055 Desenvolvimento Produtivo

0118	Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante

Descrição: Apoio financeiro reembolsável, mediante concessão de empréstimos às empresas de navegação nacionais, que operam na navegação de cabotagem e apoio marítimo, para a construção e/ou o reparo de embarcações.

Finalidade: Aumentar a participação da bandeira brasileira nas navegações de longo curso, apoio marítimo, aumentar a participação da navegação de cabotagem e interior no transporte de carga geral e agrograneis na matriz de transportes brasileira. Substituir as embarcações de casco singelo por embarcações de casco duplo e as de casco de madeira por casco de aço na navegação interior fluvial. Reduzir a idade média da frota de rebocadores portuários e das embarcações utilizadas no transporte de passageiros na navegação interior de travessia.

0569	Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante

Descrição: Apoio financeiro reembolsável, mediante a concessão de empréstimos a estaleiros nacionais para a construção de embarcações destinadas à exportação, até 80% do seu valor, para modernização do parque industrial, e a empresas nacionais, objetivando a construção no Brasil de diques flutuantes, dragas, cábreas, plataformas flutuantes e navios hidrográficos.

Finalidade: Viabilizar a construção de embarcações especiais; aumentar a capacidade e qualidade de produção dos estaleiros, reduzindo o custo final do produto, com vistas a atingir o mercado externo, gerando emprego e renda e o desenvolvimento tecnológico da indústria naval.

10U2	Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual

Descrição: Implementação de Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI.

Finalidade: Desenvolver recursos humanos e fortalecer o entendimento do sistema de Propriedade Intelectual, além de promover a cooperação entre o INPI e outros escritórios de Propriedade Intelectual, por intermédio da estruturação da rede de autoridades nacionais de propriedade intelectual da América Latina, aprofundando a colaboração regional e conferindo maior destaque à participação da região no sistema internacional de PI.

1240	Construção das Unidades de Etilbenzeno e de Estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ (RJ)

Descrição: As unidades de etilbenzeno e estireno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro terão sua produção voltada para o atendimento do mercado interno e deverão ser construídas em parceria com sócios privados. Os estudos indicaram a localização da planta no município de Itaboraí-RJ, no Leste Fluminense, onde as análises apontaram ser o melhor local, levando-se em conta condições ambientais, de mercado e logísticas. A unidade de etilbenzeno consumirá anualmente cerca de 145 mil toneladas de eteno e 393 mil toneladas de benzeno da Unidade de Petroquímicos Básicos do COMPERJ e sua produção anual será de cerca de 530 mil toneladas. Este volume será integralmente consumido pela unidade de estireno, cuja capacidade de produção anual é de 500 mil toneladas, destinadas ao mercado interno.

Finalidade: Implantação de unidades de etilbenzeno e estireno, integrantes do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), para consumo anual de 145 mil toneladas de eteno e 393 mil toneladas de benzeno, com o objetivo de gerar estireno para suprir a demanda nacional. Com a utilização de matéria-prima gerada dentro do próprio Complexo por outras unidades industriais para transformação em etilbenzeno e, posteriormente, em estireno, o empreendimento visa garantir a expansão competitiva da indústria petroquímica nacional, setor fundamental para a economia brasileira por ser fornecedor de insumos a outras indústrias.

124Q	Construção de Unidade de Etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ (RJ)

Descrição: A unidade de etilenoglicol do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro terá sua produção voltada para o atendimento do mercado interno e deverá ser construída em parceria com sócios privados. Os estudos indicaram a localização da planta no município de Itaboraí-RJ, no Leste Fluminense, onde as análises apontaram ser o melhor local, levando-se em conta condições ambientais, de mercado e logísticas. A unidade de etilenoglicol consumirá anualmente cerca de 360 mil toneladas de eteno da Unidade de Petroquímicos Básicos do COMPERJ e sua produção anual será de cerca de 600 mil toneladas. Este volume será consumido em parte pela unidade de PET do Complexo (200 mil toneladas), sendo o restante destinado ao mercado interno.

Finalidade: Implantação de unidade de etilenoglicol, com capacidade de produção anual de 600 mil toneladas, integrante do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), para consumo anual de 360 mil toneladas de eteno. Com a utilização de matéria-prima gerada dentro do próprio Complexo pela Unidade de Petroquímicos Básicos, o empreendimento visa garantir a expansão competitiva da indústria petroquímica nacional, setor fundamental para a economia brasileira por ser fornecedor de insumos a outras indústrias.

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

124S	Construção das Unidades de Polietileno e de Polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ (RJ)
<i>Descrição:</i> As unidades de Polietilenos e Polipropileno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro terão sua produção voltada para o atendimento do mercado interno e deverão ser construídas em parceria com sócios privados. Os estudos indicaram a localização da planta no município de Itaboraí-RJ, no Leste Fluminense, onde as análises apontaram ser o melhor local, levando-se em conta condições ambientais, de mercado e logísticas. A unidade de Polietilenos consumirá anualmente cerca de 780 mil toneladas de eteno da Unidade de Petroquímicos Básicos do COMPERJ e 30 mil toneladas de hexeno e buteno. Sua produção anual será de cerca de 800 mil toneladas, divididos entre polietileno de alta densidade (PEAD) e polietileno linear de baixa densidade (PELBD). A unidade de Polipropileno consumirá anualmente cerca de 850 mil toneladas de propeno e 15 mil toneladas de eteno da Unidade de Petroquímicos Básicos do COMPERJ. Sua produção anual será de cerca de 850 mil toneladas. <i>Finalidade:</i> Implantação de unidades de Polietilenos (PEs) e Polipropileno (PP), integrantes do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), para consumo anual de 795 mil toneladas de eteno e 850 mil toneladas propeno, com o objetivo de gerar resinas termoplásticas (PP e PEs) para suprir a demanda nacional. A unidade de polietilenos consumirá ainda cerca de 30 mil toneladas de hexeno e buteno. Com a utilização de matéria-prima gerada dentro do próprio Complexo pela Unidade de Petroquímicos Básicos, o empreendimento visa garantir a expansão competitiva da indústria petroquímica nacional, setor fundamental para a economia brasileira por ser fornecedor de insumos a outras indústrias.	
124V	Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Uréia e 796 mil t/ano de Amônia
<i>Descrição:</i> A Unidade de Fertilizantes Nitrogenados consumirá gás natural em torno de 2,2 milhões m³/dia, sendo 90.000 m³/dia para utilidades e 2,1 milhões m³/dia para a produção de amônia. A demanda de energia é estimada em 12 MW. O consumo de água clarificada será em torno de 800 m³/hora e o descarte de efluentes tratados, será de aproximadamente 30% de água. As principais saídas de produtos da nova planta, e que foram considerados para a elaboração do fluxo de caixa anual, são 1.109 mil toneladas de uréia e 173 mil toneladas de amônia, sendo o restante da produção de amônia absorvido na produção da uréia. A previsão de geração de empregos diretos é da ordem de 5 mil postos de trabalho durante os quatro anos de construção. <i>Finalidade:</i> Implantação de nova Unidade de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobras, em localidade a definir, que produzirá amônia e uréia para suprir a demanda nacional, substituindo importações. Gerar economia de divisas com efeitos positivos no Balanço de Pagamentos, gerar empregos e renda, e promover a descentralização do desenvolvimento econômico.	
125T	Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA), em Ipojuca (PE)
<i>Descrição:</i> A previsão é de que a produção seja em grande parte utilizada como matéria-prima para a fabricação de produtos da cadeia de poliéster, de forma integrada com a empresa CITEPE (595 kta), atualmente em estágio de implantação no mesmo complexo. O excedente será comercializado nos mercados nacional e internacional (105 kta). A partir do 4º trimestre de 2008, a Companhia deixou de ser uma empresa privada e passou a ser 100% Petroquisa, estando em negociação o ingresso de sócios estratégicos e/ou financeiros. <i>Finalidade:</i> Implantação de unidade de ácido tereftálico (PTA), integrante do Complexo Petroquímico de Suape, no município de Ipojuca - Estado de Pernambuco. O projeto prevê o consumo anual de 450 mil toneladas de para-xileno, com o objetivo de produzir 700 mil toneladas por ano de PTA.	
125U	Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE)
<i>Descrição:</i> A previsão é de que a unidade utilize como matéria-prima 595 kta de PTA, produzidos pela empresa Petroquímica Suape, atuando, dessa maneira, as duas empresas de forma integrada no Complexo Petroquímico de Suape. O projeto representa a reestruturação da cadeia nacional de poliéster, em escala de competitividade mundial, com atuação no segmento de filamentos (POY, DTY, FDY), chips (têxteis, industriais) e PET BG (grau garrafa). A partir do 4º trimestre de 2008, a Companhia deixou de ser uma empresa privada e passou a ser 100% Petroquisa, estando em negociação o ingresso de sócios estratégicos e/ou financeiros. <i>Finalidade:</i> Implantação de unidades de poliéster (filamentos, resina têxtil e PET grau garrafa), no município de Ipojuca - Estado de Pernambuco. O projeto prevê o consumo anual de 595 mil toneladas de ácido tereftálico (PTA), com o objetivo de produzir 240 mil toneladas por ano de fios de poliéster (POY e outros) e 450 mil toneladas por ano de resina politereftalato de etileno (PET).	
12NC	Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (Período 2011-2017)
<i>Descrição:</i> Complexo industrial para produção de uréia (763 mil ton/ano) integrada à produção de metanol (1.090 mil ton/ano) e derivados, quais sejam, formaldeído (250 mil ton/ano), ácido acético (300 mil ton/ano) e ácido fórmico (50 mil ton/ano), agregando valor e flexibilidade à cadeia de gás natural. O projeto está associado ao balanço de oferta e demanda de gás natural no Brasil e opera em combinação com a demanda termoeletrônica do sistema. <i>Finalidade:</i> Produção de uréia (763 mil ton/ano) integrada à produção de metanol (1.090 mil ton/ano) e derivados, quais sejam, formaldeído (250 mil ton/ano), ácido acético (300 mil ton/ano) e ácido fórmico (50 mil ton/ano), agregando valor e flexibilidade à cadeia de gás natural.	
12NF	Implantação de Unidade de Produção de Amônia com Capacidade de Aproximadamente 520 mil t/ano
<i>Descrição:</i> Planta industrial para produção de 520 mil t/ano (1500 t/dia) de amônia, para atendimento à demanda da região do Triângulo Mineiro, agregando valor e flexibilidade à cadeia de gás natural. O projeto está associado ao balanço de oferta e demanda de gás natural no Brasil e opera em combinação com a demanda termelétrica do sistema. <i>Finalidade:</i> Produção de 520 mil t/ano (1500 t/dia) de amônia, para atendimento à demanda da região do Triângulo Mineiro, agregando valor e flexibilidade à cadeia de gás natural.	
13CT	Modernização e Adequação da Infraestrutura Fabril da NUCLEP
<i>Descrição:</i> Recuperar, atualizar ou substituir os equipamentos fabris críticos da NUCLEP, incluindo máquinas operatrizes e equipamentos de movimentação de carga, de deformação, de tratamento térmico e de soldagem, assim como as alterações de layout indispensáveis à melhoria da produtividade, visando atender às demandas da indústria nuclear. Essa ação está prevista no Plano de Ação 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) do MCT - Programa 18.4. A NUCLEP é responsável por projetar e fabricar os componentes pesados para usinas nucleares brasileiras, tendo a melhor planta industrial para esta finalidade. Para atender plenamente a este objetivo, a empresa necessita estar com o seu parque fabril em condições de responder às demandas cumprindo totalmente os requisitos de qualidade e produtividade. <i>Finalidade:</i> Modernizar e adequar o parque fabril da NUCLEP com o objetivo de atender às demandas do programa nuclear brasileiro e de outros projetos de interesse nacional.	
13DL	Estudo para Implantação do Complexo da Indústria da Construção Náutica e Naval
<i>Descrição:</i> Realização de estudos de caráter multidisciplinar visando estabelecer a viabilidade técnica, econômica, ambiental e social que possibilite a implantação do Complexo da Indústria Náutica e Naval na área da Zona Franca de Manaus. O Projeto Básico deverá ser objeto de consulta pública para então realizar o fechamento e a elaboração do relatório final. Será ainda realizada a publicação do relatório final e divulgação dos resultados do projeto através de no mínimo 02 (dois) workshops e/ou seminários. <i>Finalidade:</i> Desenvolver estudos necessários para diagnosticar potencial(is) área(s) para implantação de um complexo industrial capaz de albergar empresas ligadas a construção náutica e naval, bem como recomendar o(s) tipo(s) de projetos adequados para viabilizar a implantação do complexo.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

13DU	Construção do Pólo de Biotecnologia da Fiocruz em Fortaleza/CE
<i>Descrição:</i> Implantação do Polo de Biotecnologia da Fiocruz em Fortaleza - CE. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o desenvolvimento econômico e geração de conhecimentos e tecnologias na área de saúde no Estado, visando reduzir as desigualdades regionais.	
13DV	Construção do Pólo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG
<i>Descrição:</i> Implantação do Pólo de P&DT da Fiocruz em Belo Horizonte MG. <i>Finalidade:</i> Integração da Fiocruz no complexo econômico-industrial da saúde e de ciência, tecnologia e inovação de Minas Gerais e especialmente da região metropolitana de Belo Horizonte, aproximando ainda mais as empresas, instituições acadêmicas e sociedade para o cumprimento da sua missão institucional.	
13DW	Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos
<i>Descrição:</i> Ampliação e adequação do centro de processamento final em imunobiológicos (CPFI) de Biomanguinhos. <i>Finalidade:</i> O CPFI foi construído no período de 1991-93, e entre os anos de 1993-98, e foi operacionalizado. Nesta ocasião, as boas práticas de fabricação (BPF) ainda não haviam sido criadas e, somente em 1999, com a criação da ANVISA e a publicação das RDC's 134 e 210, foram definidos requerimentos específicos para a estrutura física, validação de processos e cruzamento de fluxos. Isto tornou obrigatório a adequação das instalações físicas para cumprimento da legislação vigente. Além disto, o aumento da demanda do MS por imunobiológicos, faz-se necessário a ampliação do CPFI visando aumentar sua capacidade produtiva.	
13DX	Construção do Centro de Pesquisa da Fiocruz em Teresina/PI
<i>Descrição:</i> O projeto refere-se à construção da sede de uma Unidade da Fiocruz no Nordeste Brasileiro, na região do sertão. O projeto deverá se desenvolver em parceria com atores locais: Universidade Federal do Piauí, que viabilizou espaço físico através de um Termo de Permissão de Uso, Governos Estadual e Municipal, em rede cooperativa. <i>Finalidade:</i> A implantação do Centro de Pesquisa da Fiocruz em Teresina - PI visa contribuir para geração de conhecimento e desenvolvimento tecnológico na área de saúde no Estado, visando reduzir as desigualdades regionais.	
13DY	Construção do Centro de Recursos Biológicos
<i>Descrição:</i> Implantação do Centro de Recursos Biológicos para composição do CRB-Saúde da Fiocruz e alinhamento à Política de Desenvolvimento da Biotecnologia. <i>Finalidade:</i> Apoiar a consolidação da Rede Brasileira de Coleções e Serviços, estendendo a participação da Fiocruz nesta rede, no sentido de: coleccionar, preservar, identificar e catalogar, adotando procedimentos de qualidade, um acervo representativo de microorganismos relevantes para vigilância epidemiológica, sobretudo de doenças negligenciadas e para o desenvolvimento tecnológico de produtos relevantes à saúde humana.	
13DZ	Construção do Pólo de Biotecnologia da Fiocruz em Porto Velho/RO
<i>Descrição:</i> Instalar na Amazônia um centro de pesquisas em área da fronteira tecnológica e de produção de biotecnologia, com ênfase em patologias tropicais. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a geração de conhecimento e desenvolvimento tecnológico em saúde no estado de Rondônia, e consolidação da Rede Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde, visando superação das desigualdades regionais.	
13E0	Construção do Centro de Pesquisa da Fiocruz em Campo Grande/MS
<i>Descrição:</i> Necessidade de recursos para construção de unidade de pesquisa da Fiocruz Pantanal-Cerrado, em Campo Grande/MS, Centro-Oeste, com apoio de instituições locais atuantes na área de Saúde, Ciência e Tecnologia: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UF da Grande Dourados, UEMS e Governo Estadual em terreno doado pelo Município de Campo Grande, visando articulação regional e na área de fronteira. <i>Finalidade:</i> A implantação do Centro de Pesquisa da Fiocruz em Campo Grande - MS visa contribuir para geração de conhecimento e desenvolvimento tecnológico na área de saúde no Estado, visando reduzir as desigualdades regionais.	
146U	Implantação da Unidade de Estireno no Pólo Petroquímico do Sul, em Triunfo (RS)
<i>Descrição:</i> As matérias-primas utilizadas serão eteno e benzeno, adquiridas da Unidade de Petroquímicos Básicos da Braskem no Pólo de Triunfo – RS. O Projeto representa um aproveitamento da capacidade existente de etilbenzeno (intermediário na produção de estireno) já instalada na Innova, aumentando o fator operacional dessa unidade. Também representa o aproveitamento da oportunidade de negócio, visto que atualmente o Brasil é importador de estireno. <i>Finalidade:</i> Construção de uma nova unidade de estireno com capacidade de 250 kta, no Pólo Petroquímico do Sul, em Triunfo – RS, na área pertencente à Innova S.A.	
14KA	Expansão do Pólo de Biotecnologia da Fiocruz Paraná
<i>Descrição:</i> A expansão do Polo de Biotecnologia compreende a construção de três novas unidades: laboratório de experimentação animal, laboratório de desenvolvimento tecnológico e prototipagem e laboratório de garantia e controle de qualidade e central de insumos. <i>Finalidade:</i> Ampliação física e tecnológica das instalações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, ensino e produção da Fiocruz Paraná.	
14LD	Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ (RJ)
<i>Descrição:</i> As unidades do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro terão sua produção voltada para o atendimento do mercado interno e deverão ser construídas em parceria com sócios privados. Os estudos indicaram a localização da planta no município de Itaboraí-RJ, no Leste Fluminense, onde as análises apontaram ser o melhor local, levando-se em conta condições ambientais, de mercado e logísticas. As unidades de petroquímicos do Comperj terão capacidade de produzir as seguintes quantidades de produtos: Benzeno = 333 kta, Polipropileno = 850 kta, Polietileno = 860 kta, Estireno = 307 ktae, MEG = 380 kta, Policarbonato = 104 kta, Poliamida = 94 kta, SBR = 70 kta, BR = 90 kta, ABS = 150 kta, Fenol = 73 kta <i>Finalidade:</i> Implantação de unidades de: Petroquímicos Básicos para produção de eteno, propeno, benzeno, para-xileno e outros. bem como Produtos de 2ª Geração petroquímica como Polietilenos, Polipropilenos, etileno glicol, estireno e outros integrantes do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), para consumo anual de 1.300 mil toneladas de eteno, 850 mil toneladas propeno, 333 mil toneladas de benzeno, com o objetivo de gerar resinas termoplásticas para suprir a demanda nacional. A unidade de polietilenos consumirá ainda cerca de 30 mil toneladas de hexeno e buteno. Com a utilização de matéria-prima gerada dentro do próprio Complexo pelas Unidades de Petroquímicos Básicos, o empreendimento visa garantir a expansão competitiva da indústria petroquímica nacional, setor fundamental para a economia brasileira por ser fornecedor de insumos a outras indústrias.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1C61	Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN (SE)
<i>Descrição: Adaptação de unidades existentes e construção de novas, visando maior confiabilidade e produção de fertilizantes nitrogenados, gerando com isso redução nas importações destes produtos e economia de divisas. Simultaneamente, busca-se a otimização da produção que terá aumento de 138.000 ton/ano de uréia e 6.300 ton/ano amônia, com menor consumo de gás e vapor. O presente projeto é composto das seguintes unidades/obras: troca da instrumentação atual, pneumática, para eletrônica, implantação de um sistema digital de controle distribuído (SDCD), que irá monitorar e controlar toda as unidades e um sistema de controle de segurança e intertravamento (PES), que é responsável pela segurança das plantas industriais, unidade de recuperação de CO2.</i> <i>Finalidade: Aumentar a confiabilidade e produtividade das unidades produtoras de uréia e amônia.</i>	
1C62	Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN (BA)
<i>Descrição: Adaptação de unidades existentes e construção de novas, visando maior confiabilidade e produção de fertilizantes nitrogenados, gerando com isso redução nas importações destes produtos e economia de divisas. Simultaneamente, busca-se o enquadramento da produção que terá aumento de 120.000 ton/ano de Ácido Nítrico, 7.050 ton/ano de Ureia e 4.270 ton/ano de Amônia com menor consumo de gás e vapor. O presente projeto é composto das seguintes unidades/obras: troca da instrumentação atual, pneumática, para eletrônica, implantação de um sistema digital de controle distribuído (SDCD), que irá monitorar e controlar todas as unidades e um sistema de controle de segurança e intertravamento (PES), que é responsável pela segurança das plantas industriais, unidade de ácido nítrico (diluído e concentrado).</i> <i>Finalidade: Aumentar a confiabilidade e produtividade das unidades produtoras de uréia e amônia.</i>	
1H00	Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)
<i>Descrição: A implantação da fábrica de Hemoderivados no Brasil, no âmbito da implantação da indústria da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás, propiciará a produção de fatores de coagulação VIII, IX e fator Von Willebrand, complexo protrombínico, albumina e imunoglobulinas para o tratamento dos pacientes do SUS, contribuindo para a auto-suficiência na produção de hemoderivados no Brasil e redução da dependência do mercado/tecnologia externa de insumos estratégicos. (Hemoderivados são produtos farmacêuticos para uso clínico, produzidos por processos industriais físicos e químicos, tendo o plasma como matéria-prima).</i> <i>As obras dos dois primeiros blocos da planta industrial:</i> <i>O Bloco B01 –Armazenagem do Plasma com 2,7 mil metros quadrados e que comporta uma Câmara Fria resfriada a -35°C ;</i> <i>O Bloco 17 (B17) - Geradora de Energia Elétrica, orçados em cerca de R\$ 27 milhões iniciadas em 2010 com conclusão prevista para o início do 3º quadrimestre de 2011.</i> <i>No final do exercício de 2010 foi iniciada a licitação para a construção dos demais blocos da fábrica. A autorização para início das obras ocorreu em maio de 2011. Entre os prédios que serão construídos, estão dois dos principais:</i> <i>B02, onde ocorrerá o fracionamento do plasma considerado o coração da planta industrial, que será instalado numa área de 13 mil metros quadrados. B03, destinado ao envase dos produtos numa área de 10,7 mil metros quadrados.</i> <i>Temos além dos acima descritos os seguintes blocos:</i> <i>• Bloco B04 - Prédio de empacotamento com 3839 m2 – Local dedicado à embalagem final dos produtos antes da entrega ao consumo.</i> <i>• Bloco B05 – Prédio de estocagem de produto acabado e almoxarifado com 5390 m2 – Área dedicada a entrada de insumos e expedição dos produtos da Hemobrás;</i> <i>• Bloco B06 – Prédio de laboratório com 4552 m2 – local onde serão efetuadas todas as análises laboratoriais;</i> <i>• Bloco B10 – Sala das caldeiras com 186 m2 - com duas caldeiras para 6ton/hora;</i> <i>• Bloco B11 – Estocagem de químicos com 179 m2 - área destinada a classificação/triagem do resíduo sólido industrial;</i> <i>• Bloco B12 – Prédio de manutenção com 1457 m2 – local onde será realizada toda a manutenção da fábrica;</i> <i>• Bloco B13 – Prédio de estocagem de resíduos com 193 m2;</i> <i>• Bloco B16 – Estocagem de etanol com 208 m2 – Área dedicada a estocagem do etanol insumo industrial como também residual;</i> <i>• Bloco B18 – Subestação com 546 m2 e possuindo dois transformadores de 69KV;</i> <i>• Bloco B19 – Sala técnica das utilidades com 160 m2 - contém sistema de painéis e transformadores para atender a área de utilidades;</i> <i>• Bloco B20 – Tanque intermediário de etanol com 98 m2 os tanques nesse bloco colocados terão a função de resfriar o etanol;</i> <i>• Bloco P01 – Portaria com 95 m2;</i> <i>• R15 – “Pipe rack” contém tubulações que comunica os blocos com a área de utilidades;</i> <i>• Prédio da caixa de água elevado - a caixa atenderá toda a necessidade fabril;</i> <i>• Área pavimentada intermediária entre as edificações B01/B02/B03/B04/B05 com 1492 m2;</i> <i>• Passarelas cobertas entre os Blocos B01/B02/B03/B04 /B05;</i> <i>• Pátio de manobras de caminhão do Bloco B05 com 2482 m2.</i> <i>Com o término das licitações das obras do parque fabril, resta a compra e a qualificação dos equipamentos, sistemas e validação dos processos fabris que já se encontram em desenvolvimento.</i> <i>Finalidade: Implantar a fábrica de fracionamento de plasma, excedente do uso transfusional, para assegurar aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS o fornecimento de medicamentos hemoderivados ou produzidos por biotecnologia, substituindo gradualmente a importação dos mesmos.</i>	
2023	Avaliação da Conformidade
<i>Descrição: Elaboração de regulamentos técnicos; participação em fóruns internacionais na área de avaliação da conformidade; acreditação de laboratórios e organismos; fiscalização e verificação de produtos regulamentados; educação e divulgação em avaliação da conformidade.</i> <i>Finalidade: Desenvolver e implantar programas de avaliação da conformidade e acreditação de organismos de avaliação da conformidade para melhorar a qualidade e competitividade do produto brasileiro e aumentar a proteção ao consumidor.</i>	
2033	Desenvolvimento e Disseminação da Metrologia Legal Científica e Industrial
<i>Descrição: Desenvolvimento de projetos e pesquisas para elevar os níveis de exatidão e incerteza das medições; prestação de serviço de calibração e ensaio à laboratórios e empresas; aparelhamento dos laboratórios do Inmetro, participação em fóruns internacionais, participação em comparações internacionais (comparação- chave), produção de materiais de referência certificados, apreciação técnica de modelos de instrumento de medição e elaboração de regulamentos técnicos metrológicos.</i> <i>Finalidade: Prover confiança nas medições promovendo a justa concorrência e a competitividade.</i>	
2034	Fiscalização em Metrologia e Qualidade
<i>Descrição: Verificação de instrumentos de medição e de medidas utilizadas em transações comerciais; fiscalização de produtos pré-medidos e de certificação compulsória, em todo o território nacional, por meio da Rede Nacional de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro; e gestão da Rede Nacional de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro.</i> <i>Finalidade: Garantir a confiabilidade das medições e nos produtos que envolvam saúde, segurança e relações de consumo regulamentadas pelo Inmetro.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20J7	Apoio à Geração de Produtos, Serviços e Processos Inovadores.
<i>Descrição:</i> Fomento a projetos de inteligência competitiva e prospecção tecnológica, serviços tecnológicos nacionais e internacionais, mecanismos de proteção, transferência e comercialização de tecnologia, mapeamento e adequação de produtos para compras públicas de alto conteúdo tecnológico, consultorias, projetos de P&D pré-competitivo e escalonamento industrial, linhas de financiamento e subvenção econômica destinados à inovação setorial e em cadeias produtivas, apoio a projetos entre instituições científicas-tecnológicas e empresas, sistema de informação para disponibilizar informações e promover oportunidades de parcerias entre empresas brasileiras e estrangeiras. <i>Finalidade:</i> Apoiar empresas brasileiras no desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços inovadores por meio da criação e/ou aperfeiçoamento dos instrumentos de apoio à inovação.	
20JG	Inovação em Metrologia e Qualidade
<i>Descrição:</i> Criação de laboratórios associados ao Inmetro, capacitação de empresários em tecnologia industrial básica, transferência de conhecimento em Metrologia e Avaliação da Conformidade para o setor produtivo, incubação de empresas e incubação de projetos. <i>Finalidade:</i> Estabelecer plataforma capaz de criar um ambiente adequado para o desenvolvimento de novas tecnologias e de atividades inovadoras por meio de transferência de conhecimento, incubação de empresas e projetos no Inmetro.	
20K1	Instalação de Novas Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
<i>Descrição:</i> Uma das prioridades institucionais no campo da Ciência e Tecnologia em Saúde refere-se ao incremento de projetos de desenvolvimento tecnológico. A estratégia da instalação e utilização de plataformas tecnológicas objetiva ser um instrumento privilegiado na operação dessa prioridade, de forma a promover mudanças na cultura organizacional e propiciar uma reorganização institucional, através da otimização, racionalização e compartilhamento de recursos tecnológicos. Desde 2011 esse processo vem se desenvolvendo e adquirindo materialidade no âmbito da instituição, particularmente através de programas indutores internos <i>Finalidade:</i> A instalação de plataformas tecnológicas terá como finalidade dotar o país de capacidade para o desenvolvimento de novas tecnologias, bens e insumos de saúde, onde se estabelecerão parcerias necessárias ao aprimoramento e à execução de programas nacionais. Essa estratégia buscará a redução da dependência tecnológica externa e a efetiva participação da instituição no desenvolvimento de tecnologias de impacto para o SUS	
20K7	Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde
<i>Descrição:</i> Estimular o desenvolvimento do componente tecnológico do complexo produtivo-industrial da saúde com a adoção de medidas voltadas para a modernização do parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos para o SUS, com uma visão integrada de desenvolvimento econômico e social que objetiva promover a redução da vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e as desigualdades regionais, contando com parceria das agências de fomento, tais como BNDES, ABDI, FINEP, entre outras. <i>Finalidade:</i> A estratégia prioritária para o desenvolvimento do complexo produtivo-industrial da saúde consubstancia-se em uma visão integrada de desenvolvimento econômico e social, sendo configurado como um conjunto de atividades econômicas, públicas e privadas, que requer a formulação de políticas específicas para que o Estado possa cumprir seu dever de promover a redução do risco de doenças e de outros agravos e assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. Nessa perspectiva, as atividades a serem desenvolvidas no âmbito dessa Ação visam a modernização da base produtiva, aliando as dimensões econômica e social e fortalecendo o papel do estado no enfrentamento das iniquidades no acesso da população a bens e serviços em saúde.	
20NI	Fomentar o desenvolvimento de tecnologias de produção de fármacos, equipamentos e materiais hospitalares.
<i>Descrição:</i> Incentivo a pesquisa e aos empreendedores interessados em investir no setor da saúde da Amazônia. <i>Finalidade:</i> Reduzir a dependência de importação de produtos de maior densidade de conhecimento e tecnologia	
20PQ	Manutenção da Infraestrutura Operacional das Plantas de Estireno e de Poliestireno
<i>Descrição:</i> Melhorias para garantir a confiabilidade da planta, parada de planta, equipamentos para uso na área de tecnologia e desenvolvimento, melhorias ou aquisições de equipamentos na logística. <i>Finalidade:</i> Manutenção da infraestrutura operacional das plantas de estireno e poliestireno	
20PR	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Indústria Petroquímica
<i>Descrição:</i> Modificações e melhorias nas instalações das plantas e sistemas <i>Finalidade:</i> Manutenção dos sistemas de controle ambiental de segurança industrial e de saúde ocupacional nas plantas de etilbenzeno, estireno e poliestireno.	
20QO	Implementação de Mecanismos para Geração de Informações voltadas à Inovação e ao Desenvolvimento dos Setores Intensivos em Conhecimento
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de projetos para geração de conhecimento e informações que apoiarão as decisões específicas para inovação. A inteligência adquirida nestes projetos envolve informações sobre aspectos fundamentais para a elaboração de políticas públicas de incentivo à inovação, como gestão do conhecimento, prospecção e gestão da inovação, e uso de sistemas de informação para estruturação e difusão do conhecimento adquirido. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos gestores governamentais e privados, e aos setores e cadeias produtivas, conhecimento nacional e internacional sobre estratégias de inovação, tendências tecnológicas e de mercado. Essa inteligência adquirida proverá o Governo e o setor privado de informações que subsidiarão as políticas públicas e a estratégia do setor produtivo brasileiro.	
20QP	Estudos e Pesquisas para Implementação de Boas Práticas de Regulamentação Técnica
<i>Descrição:</i> Elaboração de estudos, pesquisas e análise técnicas de informações que tratem dos atos normativos dos órgãos regulamentadores federais, das práticas regulamentadoras, das normas técnicas, dos mecanismos de avaliação da conformidade e das exigências técnicas de produtos, inclusive daquelas informações essenciais às exportações de produtos brasileiros. <i>Finalidade:</i> Identificar regulamentos técnicos, exigências técnicas e práticas regulamentares adotadas em produtos e serviços nos mercados interno e externo.	
20QR	Fomento a Projetos de Qualificação Profissional Setorial
<i>Descrição:</i> Mapeamento de necessidades de qualificação de setores e cadeias produtivas, identificação de ofertas de cursos existentes, desenvolvimento de material de capacitação (presencial e on-line), contratação de professores, infraestrutura para realização dos cursos, sistemas de informação para integrar oferta e demanda por profissionais qualificados. O Projeto será realizado em 3 fases, conforme descrito no item de implementação. Nas duas primeiras fases, a execução se dará de forma indireta, pois contará com a realização de convênios e contratos com entidades de classes e empresas especializadas de cada setor respectivo. Já na terceira fase, a própria Secretaria promoverá uma articulação entre o setor industrial e empresarial e os envolvidos com os programas de capacitação já terminados. Essa articulação terá como objetivo principal criar ferramentas de inserção dos profissionais capacitados no mercado de trabalho. <i>Finalidade:</i> Incentivar o aumento da qualificação profissional para atender às necessidades específicas de setores e cadeias produtivas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20QS	Promoção de Negócios Relacionados a Grandes Eventos
<i>Descrição:</i> Mapeamento e qualificação das oportunidades de negócios para grandes eventos, realização de estudos, desenvolvimento de sistema de informação para oferta e demanda de produtos e serviços para grandes eventos, capacitação das empresas para atender aos requisitos exigidos pelos eventos, contratação de consultoria, eventos, rodadas de negócio e contratação de equipe mobilizadora de oportunidades. <i>Finalidade:</i> Preparar as empresas brasileiras para aproveitarem os negócios gerados pelos grandes eventos por meio do mapeamento e divulgação de oportunidades, aliadas à capacitação empresarial para atender aos requisitos exigidos para bens e serviços envolvidos nesses eventos.	
20QT	Disseminação da Cultura de Inovação
<i>Descrição:</i> Elaboração e implantação de plano de comunicação sobre cultura da inovação que envolverá, projetos de capacitação em inovação, realização de eventos nacionais e internacionais, sistema de informação para divulgação e acesso aos instrumentos, campanhas publicitárias. <i>Finalidade:</i> Difundir a cultura da inovação, demonstrando a sua importância para o aumento da competitividade brasileira e preparando os empresários para a gestão da inovação e acesso aos instrumentos públicos de apoio.	
20R6	Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais
<i>Descrição:</i> Implementação de Agendas Estratégicas Setoriais e de Agendas Estratégicas Regionais. As Agendas Estratégicas Setoriais serão dirigidas a cadeias produtivas, e devem refletir o papel estratégico de cada elo ao longo da cadeia, bem como as ações e políticas que devem ser implementadas a partir dos estudos estratégicos. As Agendas Estratégicas Regionais partem do dimensionamento das demandas locais/regionais de bens e serviços, e devem refletir a inter-relação do APL beneficiado no espaço produtivo e seu papel dinamizador da economia regional, e as atividades e políticas de cunho regional que devem ser implementadas. <i>Finalidade:</i> Promover a competitividade dos Arranjos Produtivos Locais e das cadeias produtivas por meio da implementação de Agendas Estratégicas Setoriais e de Agendas Estratégicas Regionais.	
20T4	Sistema Militar de Catalogação
<i>Descrição:</i> Centralização da catalogação no Brasil; Montagem e manutenção de um banco de dados de itens e empresas; Resposta pela catalogação do Brasil na Agência de Catalogação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); Irradiação dos conceitos e dos procedimentos de catalogação emanados da Agência de Catalogação da OTAN para os usuários do Sistema Militar de Catalogação - SISMICAT; Manutenção ativa de uma ligação de informações entre a Agência de Catalogação da OTAN e as Forças Singulares; Adestramento de pessoal para conhecimento e uso do Sistema OTAN de Catalogação - SOC; Implementação da atividade de catalogação nas empresas; Estabelecimento das condições para a implementação do Sistema Nacional de Catalogação - SINACAT; Assessoramento da Comissão de Coordenação do SISMICAT nos assuntos de catalogação no País e quanto ao SOC; Troca de dados com os demais países usuários do SOC. <i>Finalidade:</i> Compilar e catalogar dados e informações sobre itens de interesse militar, considerando os conceitos da Agência de Catalogação da OTAN.	
2485	Capacitação de Profissionais para as Indústrias Nuclear e Pesada
<i>Descrição:</i> Utilização de instalações escolares, laboratórios, oficinas e programas específicos de formação de mão-de-obra especializada voltadas às atividades de qualificação de jovens para o primeiro emprego e à requalificação de pessoal. <i>Finalidade:</i> Capacitar profissionais para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia, nas diferentes áreas metal-mecânica, em função das peculiaridades técnicas, de segurança e ambientais.	
2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos
<i>Descrição:</i> Produção e aquisição, distribuição e comercialização de medicamentos e insumos para os programas governamentais de assistência farmacêutica. Aquisição de equipamentos e materiais de apoio. Treinamento e capacitação técnica de pessoal, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, aquisição de materiais e contratação de serviços para a manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), aquisição de material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Suprir a demanda de fármacos, medicamentos e fitoterápicos, além de possibilitar a regulação de preço e qualidade dos produtos. Visa à utilização desses produtos nos programas governamentais de assistência farmacêutica.	
2692	Fiscalização de Processo Produtivo Básico - PPB
<i>Descrição:</i> Possibilitar a realização de visitas técnicas para avaliação dos pleitos de concessão de PPB, bem como verificar o cumprimento dos Processos Produtivos Básicos - PPB das empresas que contam com incentivos fiscais estabelecidos pela Lei de Informática; e realização de despesas de transporte e diárias para os técnicos do MDIC que exercem a fiscalização em centenas de empresas beneficiadas com os incentivos fiscais da Lei de Informática. <i>Finalidade:</i> Verificar o cumprimento da contrapartida de atendimento ao Processo Produtivo Básico - PPB de empresas de informática beneficiárias de incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal, conforme estabelecido pela legislação específica.	
2760	Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual
<i>Descrição:</i> Disseminação da cultura da propriedade intelectual como ferramenta estratégica aos setores empresarial, científico-tecnológico e governamental, assim como criação de canais de acesso ao sistema de propriedade intelectual e à informação tecnológica contida nos documentos de patentes, por intermédio de parcerias institucionais distribuídas por todo território nacional. <i>Finalidade:</i> Promover ações de fomento com o objetivo de aumentar a geração de propriedade intelectual por universidades, ICTs e empresas brasileiras, assim como a sua proteção e a sua comercialização.	
2768	Gestão da Política Industrial
<i>Descrição:</i> Acesso a bases de dados internacionais sobre a dinâmica tecnológica e as relações de produção e consumo nas cadeias produtivas globais, estudos, eventos, publicações e capacitações que visem a subsidiar a política industrial para a superação de gargalos e fortalecimento das cadeias produtivas nacionais. <i>Finalidade:</i> Atuar sobre a capacidade competitiva do setor produtivo brasileiro em busca da superação de gargalos das cadeias produtivas vis-à-vis a dinâmica concorrencial internacional, configurando uma política de desenvolvimento da produção direcionada à sua melhor inserção externa e à consolidação de seu posicionamento no mercado interno.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2B28	Domínio de Tecnologias para a Defesa Nacional
<i>Descrição: Viabilização de programas mobilizadores e projetos inovadores; implementação de sistemas de informação e prospecção tecnológica; desenvolvimento de indicadores de C, T&I; ampliação da capacidade de gerar e de financiar produtos com alto valor agregado; estímulo à substituição de tecnologias importadas; criação de centros de excelência; melhoria da infraestrutura laboratorial e de ensaios; integração de atividades correlatas de C, T&I; acompanhamento de contrato; estabelecimento de intercâmbios científico-tecnológicos; implantação de redes de laboratórios; certificação de laboratórios; estabelecimento de banco de dados de parceiros; efetivação de parcerias entre universidades, centros de excelência e indústria, envolvendo Institutos Militares; participação em fóruns internacionais de bens sensíveis nas áreas de míssil, nuclear, biológica e química; participação em comissões intergovernamentais; realização de seminários; realização de visitas técnicas e participação em exposições correlatas, promoção de seminários e "workshops" sobre o tema, com prioridade às áreas de interesse da Defesa Nacional, com características duais e de apelo social.</i> <i>Promoção da área de Tecnologia Industrial Básica, no contexto da Defesa Nacional.</i> <i>Contratação de assessorias, em áreas técnicas, no interesse da Defesa Nacional.</i> <i>Desenvolvimento e ampliação de sistemas voltados para o atendimento da Estratégia Nacional de Defesa.</i> <i>Finalidade: Apoiar projetos de interesse da Defesa Nacional, conforme prioridade definida por critério de importância estratégica e viabilidade tecnológica definidos pelo Ministério da Defesa, bem como fomentar a Indústria de Defesa, incorporadora de tecnologias de interesse da Defesa Nacional, com a criação de mecanismos de aquisições, controle e promoção comercial.</i>	
4172	Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/IOS
<i>Descrição: Manutenção e atualização de serviços de telecomunicações nacionais e internacionais para consolidação e desenvolvimento da infra-estrutura física de comunicação e colaboração em ensino, pesquisa e inovação; bem como manutenção e atualização da infra-estrutura de equipamentos de comunicação e computação dos 27 pontos-de-presença (PoP) da rede no País.</i> <i>Finalidade: Prover infraestrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação.</i>	
4452	Pesquisas de Biossegurança do Exército
<i>Descrição: Realização de pesquisa epidemiológica e ambiental na área de saúde. Provisão de equipamentos e adaptação de instalações ao nível de segurança biológica 3, mediante a aquisição de cabines de fluxo laminar, sequenciadores de DNA, liofilizadores e ultracentrífugas. Dotação de salas de pressão negativa com a finalidade de contenção biológica. Aquisição de demais equipamentos e materiais de apoio. Treinamento e capacitação técnica de pessoal, publicação de pesquisas e manuais, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, aquisição de materiais e contratação de serviços para a manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), adequação à legislação ambiental vigente, aquisição de material de informática, de expediente e de escritório.</i> <i>Finalidade: Contribuir para assegurar a auto-suficiência na produção de imunobiológicos, principalmente no desenvolvimento de vacinas de combate às doenças tropicais.</i>	
4528	Produção de Material de Emprego Militar
<i>Descrição: Fabricação ou modernização, em instalações industriais militares ou em parcerias, de materiais, equipamentos e armamentos de interesse do Exército. Aquisição de materiais e insumos para fabricação ou revitalização. Aquisição de maquinários, equipamentos, ferramental e complementos. Treinamento e capacitação técnica de pessoal, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, manutenção de linhas de produção, oficinas, depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.</i> <i>Finalidade: Promover o incremento da fabricação nacional de materiais, equipamentos e armamentos de interesse militar.</i>	
4930	Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia
<i>Descrição: Projeto, fabricação e montagem de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia, que são realizados utilizando-se as instalações fabris e portuárias, maquinaria, corpo técnico qualificado e tecnologia da Companhia.</i> <i>Finalidade: Produzir equipamentos, sob encomenda, na área de bens de capital, para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia, visando à auto-suficiência em setores específicos de interesse nacional e ao fortalecimento das exportações no âmbito das indústrias de base.</i>	
4967	Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação
<i>Descrição: Apoio a projetos de formação e capacitação de recursos humanos; promoção de melhores práticas de engenharia de software; fomento ao uso de software e serviços de tecnologia da informação desenvolvidos no Brasil; apoio à implantação de um sistema de informação da indústria brasileira de software e serviços de tecnologia da informação; promoção de parcerias empresas-universidades para o desenvolvimento de segmentos emergentes; realização de eventos que visem divulgar e discutir a indústria brasileira de software e serviços correlatos, tais como: assessoria e consultoria em informática, suporte técnico de instalação, configuração e manutenção de sistemas de tecnologia da informação; proposição e apoio às medidas de aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, de forma a permitir maior competitividade à indústria brasileira de software.</i> <i>Finalidade: Elevar a competitividade e a capacidade produtiva da indústria brasileira de software e serviços correlatos, com medidas para fortalecê-la e para ampliar a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo, a fim de transformar o Brasil em uma das referências no cenário internacional do setor.</i>	
6432	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores
<i>Descrição: Garantir a transferência de tecnologia do processo CMOS 6 polegadas, 600 nanômetros, de fabricação de circuitos integrados; manter em condições de benchmarking internacional as instalações da fábrica e a operação da linha de produção, testes e encapsulamento de circuitos integrados; identificar e atender demandas de mercado motivando e incentivando o desenvolvimento de circuitos integrados de aplicação específica; fornecer soluções em microeletrônica, assegurando a expectativa dos clientes quanto aos prazos, custos e qualidade, objetivando a incorporação em seus produtos de componentes semicondutores desenvolvidos no País; promover a atração de investimentos em projeto e fabricação de circuitos integrados no Brasil; apoiar a formação e capacitação de recursos humanos especializados em projeto e processo de fabricação de circuitos integrados; estimular as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, em parceria com universidades, centros de pesquisa e empresas, nacionais e internacionais, promovendo a excelência na área de microeletrônica.</i> <i>Finalidade: Implantar no País uma cadeia produtiva microeletrônica, composta por uma cadeia de pesquisa, desenvolvimento, fabricação e comercialização de componentes semicondutores, que permita a incorporação desses dispositivos em produtos e processos de produção em diversos setores industriais, para atender às demandas estratégicas do Estado brasileiro e do mercado privado, com ganhos de produtividade, inovação, qualidade e competitividade.</i>	
6481	Disseminação de Informações Tecnológicas
<i>Descrição: Atendimento e orientação a usuários externos e internos; buscas no acervo documental de patentes e em outros bancos de dados nacionais e internacionais; análise dos resultados.</i> <i>Finalidade: Fornecer para os setores produtivo, científico-tecnológico e governamental, informações atualizadas e as tendências do desenvolvimento tecnológico nos diversos segmentos industriais, em âmbitos nacional e internacional.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6595	Manutenção da Infraestrutura Operacional das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados
<i>Descrição:</i> Conjunto de pequenas intervenções para ajuste e adequação contínua das fábricas de fertilizantes nitrogenados às demandas do mercado. <i>Finalidade:</i> Impedir a degradação das instalações industriais das fábricas de fertilizantes nitrogenados.	
6597	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados
<i>Descrição:</i> Ação conjunta com os órgãos ambientais no levantamento de necessidades, bem como outras entidades da sociedade civil, partindo-se deste planejamento para a implantação das ações acordadas. <i>Finalidade:</i> Permitir a produção dentro de parâmetros adequados de preservação do meio ambiente, da segurança industrial e da saúde ocupacional.	
6659	Extensionismo Industrial e Empresarial
<i>Descrição:</i> O Extensionismo Industrial e Empresarial está fundamentado no atendimento direto às empresas, por extensionistas, envolvendo a realização de visitas técnicas, elaboração de diagnósticos individualizados, proposição de soluções para problemas em suas diversas áreas funcionais e o apoio ao empresário para a sua implementação, e na facilitação do acesso por parte dessas empresas a produtos e serviços de apoio disponíveis nas instituições de governo e setor privado. <i>Finalidade:</i> Promover melhorias de gestão administrativa e produtiva das microempresas e empresas de pequeno e médio porte organizadas em Arranjos Produtivos Locais.	
7674	Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz
<i>Descrição:</i> Reformas de edificações, dos laboratórios e das instalações para adequação às normas de controle ambiental e biossegurança. Calibração de equipamentos e instrumentos de medição. Monitoramento e controle de riscos à saúde dos trabalhadores. Desenvolvimento de bancos de dados e de registros. Elaboração e revisão de procedimentos padronizados. Certificação/acreditação em sistemas de gestão da qualidade apropriados às especificidades das unidades da Fiocruz, tais como: Acreditação Hospitalar; Boas Práticas de Fabricação BPF; Boas Práticas de Laboratório BPL; Acreditação de Biotérios; ISO 19025; ISO 9000:2000; ISO 14000; Inmetro NIT-DICLA 083. <i>Finalidade:</i> Modernizar as unidades da Fiocruz para permitir a implantação, a implementação e a manutenção de sistemas apropriados de gestão integrada, incluindo a gestão da qualidade, gestão ambiental, biossegurança e saúde do trabalhador.	
7F44	Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico
<i>Descrição:</i> O Centro Brasileiro de Material Biológico tem como atribuições atuar prioritariamente como centro depositário, recebendo material biológico referente a patentes, visando atender ao disposto no parágrafo único do Art. 24 da LPI. O Centro irá atuar ainda na salvaguarda de culturas de células e de microrganismos que não sejam objeto de patentes, funcionando como um backup do material biológico que apresente importância estratégica para o país inclusive aquele previamente depositado nas demais coleções de cultura nacionais. O centro receberá culturas de células animais e microrganismos classificados em grupos de risco 1 e 2 (WHO), especificamente: bactérias, leveduras e fungos filamentosos, bem como plasmídeos dentro ou fora de células. Todo material biológico depositado será examinado pelo corpo técnico responsável para verificação da viabilidade e pureza do mesmo. As atribuições do CBMB, com relação ao material depositado, consistem nas atividades de recebimento para depósito; verificação de viabilidade e pureza; preservação (liofilização e/ou congelamento); fornecimento para coleções de serviço; bem como avaliação periódica da viabilidade celular pós-liofilização e/ou congelamento. Também constituem atribuições do CBMB o desenvolvimento de um sistema nacional de avaliação da conformidade do material biológico, através da montagem de um sistema de acreditação, do estabelecimento de estruturas de referência e o desenvolvimento de atividades de normalização. <i>Finalidade:</i> Prover o país de uma infra-estrutura para o depósito de patentes no campo da biotecnologia, bem como contribuir para a organização de uma estrutura de serviços que permita a oferta de material biológico certificado para fins de pesquisa e desenvolvimento, de acordo com os requisitos internacionais de segurança e rastreabilidade.	
8096	Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento
<i>Descrição:</i> Organização, implantação e coordenação de linhas e grupos de pesquisa permanentes e temporários compostos por servidores do INPI, pesquisadores e professores de Instituições de Ciência e Tecnologia – ICTs, do Setor Empresarial e de Escritórios de Propriedade Intelectual, do Brasil e do Exterior, assim como de profissionais oriundos de academias de propriedade intelectual vinculadas às instituições de propriedade intelectual de outros países para produzir conhecimento na área de PI. Aperfeiçoamento dos servidores do INPI integrantes do corpo docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI por meio de participação em eventos científicos, nacionais e internacionais, relacionados à Propriedade Intelectual ou a Projetos de Pesquisa desenvolvidos no âmbito do Programa de Mestrado do INPI visando a subsidiar as pesquisas desenvolvidas. <i>Finalidade:</i> Organizar, coordenar atividades de pesquisas sobre propriedade intelectual - PI e suas relações com o desenvolvimento social, econômico e cultural no âmbito da Academia de Inovação e Propriedade Intelectual.	
8636	Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde
<i>Descrição:</i> Estimular o desenvolvimento do componente tecnológico do complexo produtivo e de inovação em saúde, inclusive, com a adoção de medidas voltadas para qualificação da gestão e modernização produtiva dos laboratórios públicos, contando com parceria com agências de fomento, tais como BNDES, FINEP, entre outras. Fomentar, contratar ou adquirir projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação, produção de serviços, tecnologias e produtos estratégicos para o SUS. Promover e fomentar ações e projetos destinados à otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, congregando segmentos produtivos que somam dinâmica industrial, grau de inovação e interesse social estratégicos para o SUS. <i>Finalidade:</i> As atividades a serem desenvolvidas no âmbito dessa estratégia visam estimular o desenvolvimento do componente tecnológico, além de promover a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de inovação em saúde, com ênfase em segmentos produtivos que somam dinâmica industrial, grau de inovação e interesse social estratégicos para o SUS, tais como: biotecnológicos na área de vacinas; fitoterápicos e fitomedicamentos; equipamentos e materiais de uso em saúde; biomateriais; reagentes e dispositivos diagnósticos; farmoquímicos e medicamentos.	
8907	Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento
<i>Descrição:</i> Consolidação do curso de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e a manutenção dos cursos de capacitação externa em propriedade intelectual e inovação. <i>Finalidade:</i> Assegurar a formação em nível de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) e a capacitação externa em Propriedade Intelectual - PI e Inovação em atendimento a demanda criada pela Lei da Inovação e pelas políticas industriais implementadas no país.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8910	Modernização dos Processos
<i>Descrição: Aplicação de uma abordagem moderna de gestão da qualidade, a todos os processos finalísticos e administrativos do INPI, orientado para a utilização mais eficiente e eficaz dos recursos, potencializando a interação entre a autarquia e os cidadãos, de modo a cumprir o papel de relevância no cenário econômico e tecnológico nacional, como pretendido em sua missão.</i> <i>Finalidade: Implantar Sistema de Gestão da Qualidade no INPI.</i>	
8919	Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Biotecnologia e de Nanotecnologia.
<i>Descrição: Realização de eventos e rodadas de negócio, desenvolvimento de portal para divulgação de informações sobre o mercado, realização de estudos e consultoria.</i> <i>Finalidade: Adensar a cadeia produtiva e gerar economias de escala através da articulação entre academia, indústria nacional, indústria estrangeira, instituições financiadoras e de investimento, inclusive órgãos dos três níveis de governo, visando à identificação de oportunidades de negócios, de parcerias e investimentos.</i>	
2056	Política Espacial
0B18	Participação da União no Capital - Alcântara Cyclone Space - ACS
<i>Descrição: Participação da União, como acionista brasileira, na composição do capital da empresa bi-nacional "Alcântara Cyclone Space - ACS", que se responsabilizará pelo desenvolvimento e operação do Sítio de Lançamento do Cyclone-4 no Centro Espacial de Alcântara, conforme previsto no Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia, promulgado pelo Decreto nº 5.436 de 28.04.2005.</i> <i>Finalidade: Compor o capital da empresa Alcântara Cyclone Space, de modo a permitir o início do seu funcionamento e operação no Brasil, bem como a implantação do sítio de lançamento do Cyclone-4 no Centro Espacial de Alcântara.</i>	
10GK	Implantação de Infraestrutura para o Sistema Científico Brasileiro de Previsão do Clima Espacial
<i>Descrição: Implantação de novas estações ionosféricas no Brasil as quais, integradas às estações já existentes, formarão uma rede única capaz de monitorar o comportamento da ionosfera e que poderá ser utilizada para desenvolver metodologias e modelos que possam levar à previsão do "clima ionosférico" sobre o território brasileiro, essencial para o desenvolvimento de sistemas de operação e navegação de aeronaves a partir de satélites.</i> <i>Finalidade: Implantar a infraestrutura necessária para um sistema de monitoramento e modelagem do Clima Espacial, visando prever efeitos significativos no espaço próximo e em superfície no território brasileiro, incluindo impactos em sistemas tecnológicos espaciais e terrestres.</i>	
10ZG	Desenvolvimento do Satélite Lattes
<i>Descrição: O satélite Lattes tem como objetivo duas missões de aplicações científicas: (1) Missão Equars para experimentos em fenômenos da alta atmosfera na região equatorial, orientados ao estudo de clima espacial, de grande interesse científico e de aplicações; (2) Missão Mirax de observação e monitoramento longo e contínuo de uma vasta região centralizada no núcleo da Galáxia, na faixa de raios-X, permitindo o estudo inédito de um grande número de objetos importantes em astrofísica.</i> <i>Adicionalmente, utilizando a experiência e os conhecimentos adquiridos nos projetos AMAZONIA e CBERS será colocado a bordo do satélite Lattes o primeiro subsistema de controle de atitude, órbita e gerenciamento de dados (ACDH) inteiramente desenvolvido, testado e qualificado no Brasil. Dessa forma, a Missão Lattes, além de permitir avanços na área científica, representará também um grande passo no campo estratégico: O domínio completo no desenvolvimento de satélite estabilizado em três eixos. As fases de desenvolvimento, fabricação, testes e lançamento serão realizadas inteiramente sob a responsabilidade brasileira no prazo de 6 anos, incluídos neste prazo o tempo necessário para o projeto, desenvolvimento e teste do ACDH.</i> <i>São partes constituintes da missão: o satélite, o lançamento, o segmento de suporte ao desenvolvimento, os sistemas de solo para controle do satélite, recepção e disseminação dos dados. Atividades a serem desenvolvidas interna e externamente: especificação da missão; organização do plano gerencial e industrial; especificação e aquisição de equipamentos, partes e componentes; contratação de consultorias e serviços; desenvolvimento dos sistemas de solo e dos equipamentos que compõem o satélite; fabricação e acompanhamento da fabricação das partes; integração e testes dos sistemas e dos satélites; planejamento e execução das operações de lançamento; desenvolvimento dos testes finais de aceitação dos satélites e dos sistemas de solo. O satélite Lattes será lançado em 2017.</i> <i>Finalidade: Desenvolver, fabricar, testar e colocar um satélite científico para observação espacial e terrestre com vistas ao avanço do conhecimento na área espacial e de estudos de fenômenos da alta atmosfera, de interesse das mudanças globais na Terra.</i>	
10ZH	Desenvolvimento do Satélite de Medida de Precipitação
<i>Descrição: O satélite usará a Plataforma Multi-Missão (PMM) em desenvolvimento no país. O satélite tem a finalidade de medir índices pluviométricos nas zonas equatorial e tropical do país. O satélite e a estrutura da rede de validação de dados associada têm como missão a medida de precipitação pluviométrica, implementando um serviço operacional para atender às demandas da sociedade no que se refere ao monitoramento das chuvas e suas aplicações ao desenvolvimento sustentável, gestão das águas, monitoramento e entendimento das mudanças climáticas, alertas de desastres naturais e apoio à agricultura. O projeto objetiva aumentar a autonomia do país no tocante à monitorização meteorológica por satélite.</i> <i>Finalidade: Desenvolver um satélite para medidas de precipitação como um componente dos sistemas brasileiros de meteorologia e de alerta de desastres naturais e suas aplicações.</i>	
10ZI	Desenvolvimento de Satélite Radar
<i>Descrição: O satélite será equipado com um Radar de Abertura Sintética (SAR) operando em microondas. Esse tipo de instrumento tem a grande vantagem de imagear a superfície da Terra em quaisquer condições de tempo, sendo particularmente útil na região Amazônica que fica coberta de nuvens durante a maior parte do ano. O satélite irá operar em órbita polar e deverá ser capaz de imagear em uma semana, com resolução geométrica média, todo o território brasileiro. A carga útil do satélite inclui o imageador SAR, gravador de dados e sistema de transmissão de dados. O satélite é classificado como um satélite grande, com massa estimada entre 2000 e 3000 kg, de baixa órbita (LEO – Low Earth Orbit). As fases de desenvolvimento, fabricação, testes e lançamento serão realizadas inteiramente sob a responsabilidade brasileira no prazo de 7 anos, incluídos aí 2 anos para a construção de modelos de desenvolvimento de partes da carga útil e definição da arquitetura detalhada do satélite. São partes constituintes da missão: o satélite, o lançamento, o segmento de suporte ao desenvolvimento, os sistemas de solo para controle do satélite, recepção, processamento e disseminação dos dados. Atividades a serem desenvolvidas interna e externamente: especificação da missão; concepção do sistema; organização do plano gerencial e industrial; especificação e aquisição de subsistemas, equipamentos, partes e componentes; contratação de consultorias e serviços; desenvolvimento dos sistemas de solo e dos equipamentos que compõem o satélite; fabricação e acompanhamento da fabricação das partes; integração e testes dos sistemas e do satélite; planejamento e execução da operação de lançamento; desenvolvimento dos testes finais de aceitação do satélite e dos sistemas de solo. O satélite radar será lançado em 2018.</i> <i>Finalidade: Desenvolver, fabricar, testar e colocar em órbita um satélite com imageador radar e desenvolver o sistema solo de controle e recepção/processamento dos dados desse satélite, visando complementar e ampliar a capacidade do país em monitorar seus recursos naturais e seu meio ambiente.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10ZJ	Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1
<i>Descrição:</i> O Amazônia-1 tem como missão prover dados para o monitoramento ambiental, dar continuidade e aperfeiçoar o sistema de detecção em tempo real (DETER) do desflorestamento no Brasil, complementar ao sistema CBERS. Será o primeiro satélite a utilizar a plataforma multi-missão (PMM). O Amazônia-1 consolidará no País a capacidade própria para projetar, desenvolver e fabricar satélites artificiais de observação da Terra, voltados às aplicações de interesse nacional em áreas como recursos minerais, florestas e hídricos, agricultura, meio ambiente, vigilância territorial e monitoramento de desastres ambientais. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e fabricar satélite de observação da Terra com aplicação direta na otimização do monitoramento da região Amazônica.	
10ZK	Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-3
<i>Descrição:</i> O satélite CBERS-3 será equipado com quatro câmeras para imageamento da superfície do Planeta. Todas as fases da missão serão desenvolvidas em cooperação com a China, estando as responsabilidades pela fabricação e os custos divididos em iguais partes entre China e Brasil. Cada satélite levará a bordo as seguintes cargas úteis: quatro imageadores ópticos; transmissores de dados de imagens (DT); gravador de dados digital (DDR); sistema de coleta de dados (DCS). São partes constituintes da missão: o satélite, o segmento de suporte ao desenvolvimento e o sistema de operação e lançamento. Atividades a serem desenvolvidas interna e externamente: desenvolvimento das especificações da missão; organização do plano de gerenciamento e do plano gerencial e industrial; especificação e aquisição de equipamentos, partes e componentes; contratação de consultorias e serviços; desenvolvimento e engenharia dos segmentos do satélite, dos subsistemas e dos equipamentos que compõem o satélite; fabricação e acompanhamento da fabricação das partes; integração e testes dos subsistemas, segmentos e sistema; planejamento e execução das operações de lançamento; desenvolvimento dos testes finais de aceitação dos sistemas. <i>Finalidade:</i> Desenvolver, fabricar, testar e colocar em órbita um satélite de sensoriamento remoto de nova geração da série CBERS e desenvolver o sistema de operação do satélite em cooperação com a República Popular da China, visando ampliar a capacidade do país em monitorar seus recursos naturais e meio ambiente.	
10ZL	Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-4
<i>Descrição:</i> O satélite CBERS-4 é parte de uma segunda geração de satélites iniciada com o CBERS-3. Na fabricação do CBERS-4 utilizam-se várias tecnologias desenvolvidas para o CBERS-3. A manutenção de um sistema de satélites de sensoriamento remoto é fundamental para monitoramento e controle do desmatamento o que contribui para a redução do aquecimento do planeta. O satélite será equipado com quatro câmeras para imageamento da superfície do Planeta. O satélite levará a bordo as seguintes cargas úteis: quatro imageadores ópticos; transmissores de dados de imagens (DT); gravador de dados digital (DDR); sistema de coleta de dados (DCS). São partes do satélite: imageadores ópticos; transmissores de dados de imagens (DT); gravador de dados digital (DDR); sistema de coleta de dados (DCS). São partes constituintes da missão: o satélite, o segmento de suporte ao desenvolvimento e o sistema de operação e lançamento. Atividades a serem realizadas interna e externamente: fabricação e acompanhamento da fabricação das partes; integração e testes dos subsistemas, segmentos e sistema; planejamento e execução das operações de lançamento; desenvolvimento dos testes finais de aceitação dos sistemas. O sistema de satélites CBERS fornece em caráter operacional imagens de todo território brasileiro para diversas aplicações e também distribui imagens para os países da América do Sul e, mais recentemente, planeja-se, com o aval do Ministério das Relações Exteriores, a instalação de estações de recepção em países da América Latina e da África. <i>Finalidade:</i> Fabricar, testar e colocar em órbita um satélite de nova geração da série CBERS em cooperação com a República Popular da China, com base nos desenvolvimentos de engenharia do satélite CBERS 3, visando manter a capacidade operacional do país em monitorar seus recursos naturais e meio ambiente.	
13CO	Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar
<i>Descrição:</i> Missão SABIA-MAR Trata-se de uma missão de observação dos oceanos – dita cor do oceano (ocean color) – cujas aplicações estão voltadas para o estudo dos ecossistemas oceânicos, ciclo do carbono, mapeamento do habitat marinho e observação costeira. <i>Instrumentos</i> A missão deverá conter instrumentos capazes de monitorar o oceano: a) com resolução entre 1 e 4 km e revista diária; b) com resolução de 200 m e capacidade de apontamento; c) para medidas de temperatura da superfície (SST – Sea Surface Temperature). Deverá operar em bandas do visível, do infra-vermelho próximo e do termal. A configuração do satellite sera decidida entre Brasil e Argentina em bases equitativas (50%-50%), com participação de ambos os países na plataforma e carga útil dos satélites. <i>Finalidade:</i> Desenvolver, fabricar, testar e colocar em órbita em parceria com a Argentina dois satélites de observação dos oceanos para estudos dos ecossistemas oceânicos, ciclo do carbono, mapeamento do habitat marinho e observação costeira.	
1C68	Implantação do Sistema de Metrologia, Normalização e Certificação para a Área Espacial
<i>Descrição:</i> A ação buscará implantar um sistema de normalização e certificação para o setor espacial, através da produção de normas, montagem de uma infraestrutura adequada e capacitação de recursos humanos. O Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) do DCTA será o ponto focal desse sistema. Serão utilizadas as seguintes estratégias de execução: 1) Desenvolver a qualidade, segurança e confiabilidade dos produtos (bens e serviços) relacionados às atividades espaciais; 2) Atuar na elaboração, atualização e implantação de documentos normativos no âmbito da AEB; 3) Formar recursos humanos; 4) Implementar os Regulamentos e assegurar o atendimento aos requisitos de segurança e de não agressão ao ambiente; e 5) Envolver a indústria nacional no processo de qualidade e análise de conformidade (certificação) desde suas etapas iniciais. <i>Finalidade:</i> Assegurar maior segurança, qualidade e confiabilidade dos sistemas e produtos relacionados às atividades espaciais no País, referentes a veículos lançadores, centros de lançamento e satélites.	
20CB	Desenvolvimento de Competências e Capital Humano para o Setor Espacial
<i>Descrição:</i> Promover a formação de novos engenheiros, mestres e doutores, incrementando o número de bolsas para o setor espacial nos programas nacionais de pós-graduação, estimular intercâmbios técnicos e científico-tecnológicos no país e exterior e participação em eventos nacionais e estrangeiros, bem como investir na formação e capacitação de talentos, por meio de cursos profissionalizantes e estágios em instituições e empresas de relevância no país e no exterior, principalmente em áreas tecnológicas, onde há carência de competências no programa espacial. A ação fomentará também programas para a atração de futuros talentos na área espacial, mediante a capacitação de professores e a divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar nos estudantes a criatividade e o interesse por ciência e tecnologia e pelo programa espacial, para o desenvolvimento de novas vocações para área espacial. <i>Finalidade:</i> Promover ações para atrair, formar, fixar e capacitar pessoal, visando estimular novas vocações e talentos para ciência e tecnologia, desenvolver competências e construir um capital humano para garantir a sustentabilidade do programa espacial brasileiro.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2010	Concepção e Análise de Viabilidade de Novas Missões Espaciais
<i>Descrição:</i> Para se decidir pelo efetivo desenvolvimento de um novo projeto baseado em satélites, aplicando uma quantidade significativa de recursos humanos e orçamentários no projeto detalhado, fabricação, integração, testes e lançamento de uma nova missão, precisam ser feitos anteriormente um estudo prospectivo, um levantamento de demandas e a consequente geração de propostas considerando todos os parâmetros e requisitos do futuro sistema a ser eventualmente implantado. Conforme padronização da área espacial, é feito um estudo detalhado e exaustivo denominado Análise de Viabilidade. Esse estudo consolida todos os parâmetros referentes a custo, cronograma, viabilidade técnica-industrial, necessidades de novas tecnologias e recursos humanos, conteúdo de inovação, implantação de infraestrutura de desenvolvimento e operação bem como os ganhos científicos, tecnológicos e de aplicações para os futuros usuários do sistema. Com base no resultado desse estudo, será tomada a decisão pela continuidade ou não da nova proposta. Já estão incluídas nessa ação as missões propostas GTEO/Flora, o Satélite SAR, o CBERS 4B, e as missões científicas de Clima Espacial e Astrofísica. Em função das novas demandas, deverá também ser feita a Análise de Viabilidade para futuras missões de Telecomunicações e Meteorologia. Inclui também estudos para o Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais, com novos equipamentos embarcados e novos sistemas de solo, e o desenvolvimento de protótipos e demonstradores de tecnologia para as missões. <i>Finalidade:</i> Conceber e fazer a análise de viabilidade para novas missões dentro do Programa Espacial Brasileiro, considerando os objetivos tecnológicos e científicos e o retorno em termos dos produtos e serviços gerados caso a nova missão venha a ser desenvolvida. É produzida toda a informação técnica, financeira e de gestão necessária para a tomada de decisão após a demonstração de viabilidade para a continuação ou não da missão.	
2011	Pesquisa e Desenvolvimento no Sistema Científico Brasileiro de Previsão do Clima Espacial
<i>Descrição:</i> Proceder à coleta de dados e manutenção do sistema de observação em Clima Espacial; modelar processos do sistema Sol-Terra em escala espacial, global e regional com investigação dos fenômenos; disponibilizar informação em tempo real e fazer a previsão do Clima Espacial; e prover diagnósticos de seus efeitos sobre diferentes sistemas tecnológicos de interesse nacional por meio de coleta de dados de satélite, de superfície e modelagem computacional (alguns exemplos de sistemas tecnológicos brasileiros que podem ser afetados por processos decorrentes da interação Sol-Terra são: geração e distribuição de energia elétrica em escala nacional, sistema nacional de telecomunicações, sistemas nacionais de gasodutos e oleodutos, sistemas baseados em posicionamento global indo desde o transporte aéreo até a estabilização de plataformas offshore usadas na prospecção de petróleo em águas ultraprofundas). <i>Finalidade:</i> Monitorar, modelar e difundir informações do Clima Espacial com investigação dos fenômenos e previsão dos efeitos significativos no espaço próximo e na superfície do território brasileiro, incluindo impactos em sistemas tecnológicos espaciais e terrestres. Assessorar órgãos governamentais, empresas públicas e privadas na avaliação de riscos aos sistemas tecnológicos brasileiros	
2253	Funcionamento e Atualização do Laboratório de Integração e Testes
<i>Descrição:</i> Esta ação visa manter operacional e atualizar o Laboratório de Integração e Testes para realização das atividades de montagem, integração e testes previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais. Estas atividades envolvem capacidades representadas por competências e infra-estruturas com especificações e abrangências necessárias as matrizes de testes envolvidas nos satélites do programa. A ação tem como objetivo manter o Laboratório enquanto um sistema completo e nos seus diversos segmentos destacando-se capacidades em: - Especificação, qualificação e aceitação; - Testes ambientais (termo-vácuo, vibração e choque, acústico, interferência e compatibilidade eletromagnética); - Testes funcionais (incluindo testes de antenas); - Desenvolvimento de metodologias, processos e técnicas de montagem, integração e testes; - Integração de sistemas (alinhamento, medidas físicas); - Verificação, validação e análise de falhas; - Metrologia elétrica, física (umidade, pressão, temperatura, vácuo, aceleração) e mecânica (dimensional) e; - Análise química de contaminantes em produtos espaciais. Esta ação permitirá manter a competitividade do Laboratório de Integração e Testes para execução de programas conjuntos com organismos internacionais previstos no PNAE. <i>Finalidade:</i> Promover a adequação contínua, manutenção do funcionamento e atualização do Laboratório de Integração e Testes para apoio ao desenvolvimento de satélites, sistemas e cargas úteis espaciais, em conformidade aos requisitos técnicos do Programa Nacional de Atividades Espaciais.	
2460	Funcionamento e Atualização da Infraestrutura de Apoio a Veículos Espaciais
<i>Descrição:</i> Manutenção, atualização e complementação da infraestrutura de apoio dos Centros de Lançamento da Barreira do Inferno (CBLI), de Alcântara (CLA) e dos Institutos de pesquisa e desenvolvimento da área espacial. <i>Finalidade:</i> Promover a adequação e a manutenção da infraestrutura operacional de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento no setor espacial.	
2595	Capacitação de Especialistas do Setor Espacial
<i>Descrição:</i> Manutenção de cursos e treinamentos para os servidores que atuam na área espacial, visando o aprimoramento técnico necessário ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e operação em lançamentos de engenhos. <i>Finalidade:</i> Prover os meios necessários para a capacitação de servidores envolvidos em pesquisa e atividades de operação em lançamento de engenhos na área espacial.	
2B91	Desenvolvimento de Satélites de Comunicação e Meteorologia
<i>Descrição:</i> A execução desta ação inclui as seguintes atividades: desenvolvimento e realização de estudos, análises e revisões em vista da especificação dos satélites, das cargas úteis e de seu segmento solo de controle; contratações nacionais e internacionais para fornecimento dos subsistemas; integração e testes dos satélites e dos seus modelos experimentais. <i>Finalidade:</i> Desenvolver tecnologias e soluções de engenharia com a participação da indústria nacional voltadas para o desenvolvimento de satélites que atendam aos objetivos e necessidades do país nas áreas de meteorologia, para o apoio à previsão de tempo, monitoramento climático e alerta de tempestades severas, de forma a eliminar a dependência da rotina operacional e das regras de disseminação de informações meteorológicas, adotadas pelas instituições estrangeiras, bem como nas áreas de comunicações seguras e controle de tráfego aéreo, como previsto no Programa Nacional de Atividades Espaciais(PNAE).	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4183	Pesquisa e Desenvolvimento em Aeronomia, Astrofísica Instrumental e Geofísica Espacial
<i>Descrição:</i> Serão desenvolvidas pesquisas básicas e aplicadas com a finalidade de entender os fenômenos físicos e químicos que ocorrem na ionosfera e no espaço, de interesse do País. Esta Ação também é responsável pela concepção, desenvolvimento e gerenciamento de experimentos terrestres além de cargas úteis para satélites científicos, balões estratosféricos e foguetes de sondagem. A Ação divide-se em quatro planos internos a saber: Atividades em Ciência Espacial: relacionada com a manutenção da infraestrutura física e instrumental para realização das pesquisas. Responsável pela concepção e gerenciamento das missões científicas tanto espaciais quanto terrestres. Aeronomia: estudo das propriedades físicas e químicas da ionosfera terrestre. Responsável pelo desenvolvimento de experimentos e instrumentação espacial para estudo da ionosfera terrestre. Astrofísica: desenvolve pesquisas teóricas, observacionais além de forte desenvolvimento instrumental em diversas áreas da astrofísica. Responsável pelo desenvolvimento de experimentos de solo e instrumentação embarcada, em balões e satélites, para estudo do espaço profundo. Geofísica Espacial: desenvolve pesquisas a cerca dos fenômenos físico-químicos que ocorrem em nosso planeta e no espaço próximo. Responsável pelo desenvolvimento de experimentos e instrumentação para o estudo de fenômenos terrestres e espaciais induzidos pela atividade solar. <i>Finalidade:</i> Desenvolver pesquisa e instrumentação para as ciências espaciais (conjunto formado por geofísica espacial, astrofísica instrumental e aeronomia), gerando conhecimento científico, formando e treinando pessoal especializado, desenvolvendo tecnologias e instrumentação para satélites científicos e aplicados, além de dar assessoramento aos órgãos governamentais e empresas privadas em assuntos relativos às ciências e tecnologias espaciais.	
4195	Controle de Satélites, Recepção, Geração, Armazenamento e Distribuição de Dados
<i>Descrição:</i> A ação desenvolve as seguintes atividades em solo que são essenciais para o sucesso das missões espaciais: (a) rastreamento e controle de satélites e sondas espaciais nacionais e estrangeiras; (b) recepção, processamento, armazenamento e distribuição de dados coletados tanto por satélites e naves espaciais nacionais ou estrangeiras; (c) coleta dos dados produzidos pela rede de estações de superfície (Plataformas de Coleta de Dados - PCDs) cujos dados são retransmitidos pelos satélites do INPE para o Centro de Missão Coleta de Dados onde são processados, armazenados e distribuídos; (d) desenvolvimento, manutenção, operação e atualização de toda a infraestrutura de solo para missões espaciais, incluindo-se aqui o Centro de Controle de Satélites, as estações de rastreamento de satélites e os centros de dados, as facilidades de telecomunicações, bem como os diversos laboratórios de apoio para as atividades acima. <i>Controle:</i> exercido por meio de um sistema de controle, hoje constituído pelo Centro de Controle de Satélites de São José dos Campos (SP), pela rede de Estações de Rastreo e Controle, de Cuiabá (MT) e de Alcântara (MA), e por uma rede de comunicações de dados privativa que interconecta essas as três instalações. Funcionalmente, o sistema é constituído pelos equipamentos, pelo software e pela equipe técnica dedicados a acompanhar o estado dos equipamentos de bordo dos satélites e outras naves espaciais por meio das telemetrias recebidas destes, determinar e propagar a sua atitude, telecomandar a re-configuração dos equipamentos de bordo, ligar/desligar os instrumentos de carga útil, quando necessário; executar manobras de órbita ou atitude e determinar e propagar a órbita do satélite. <i>Recepção:</i> exercida por meio de estações de rastreamento dedicadas à recepção de dados das cargas úteis dos satélites e outras naves espaciais, bem como das plataformas de coleta de dados em solo. Os dados brutos recebidos pelas estações são pré-processados nas mesmas e encaminhados, após o final das passagens, aos respectivos Centros de Dados para processamento e distribuição. <i>Geração de dados finais:</i> realizada nos diversos Centros de Dados onde os dados pré-processados recebidos são processados em vários níveis de informação, submetidos ao controle de qualidade, armazenados para sempre em sistemas de arquivamento eletrônicos e distribuídos aos usuários finais. <i>Desenvolvimento, operação e manutenção:</i> Todos os sistemas de solo necessários para a realização das atividades acima envolvem infraestrutura predial, equipamentos os mais diversos, software altamente especializado, a maioria deles desenvolvidos sob encomenda, e equipes de desenvolvimento, operação e manutenção para garantir a manutenção de todos esses sistemas em estado operacional de alta disponibilidade e tecnologicamente atualizados. Para isso investimentos contínuos devem ser realizados tanto na aquisição de equipamentos no mercado nacional e internacional quanto no desenvolvimento do software necessário para levar a cabo as atividades da Ação, podendo estes ser desenvolvidos tanto internamente como externamente, na forma de contratos industriais. Dentre estes softwares incluem-se: o software para controle de missões espaciais; software de geotecnologias úteis para os usuários dos dados fornecidos pela Ação. A Ação poderá ainda realizar a contratação de serviços especializados para desenvolvimento, suporte ou operação, quando não for possível realizá-los com equipes próprias. <i>Finalidade:</i> Operar satélites artificiais e sondas espaciais, nacionais e estrangeiras, receber os seus dados e gerar produtos, sejam eles imagens, informações ambientais ou científicas, e disponibilizá-las aos usuários através de uma estrutura de Centros de Dados.	
4422	Funcionamento do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
<i>Descrição:</i> Execução de projetos de pesquisa básica e desenvolvimento de sistemas, subsistemas e componentes, envolvendo a aplicação em aeronaves, foguetes de sondagem e foguetes lançadores de satélites. <i>Finalidade:</i> Ampliar o conhecimento tecnológico existente na área aeroespacial, de forma a permitir a capacitação da indústria nacional para o desenvolvimento e produção de novos produtos e tecnologias.	
4424	Funcionamento do Centro de Lançamento de Alcântara
<i>Descrição:</i> Execução de atividades relacionadas com o desenvolvimento de sistema, subsistemas e componentes, envolvendo a aplicação em infra-estrutura de apoio aos meios de suporte ao lançamento de foguetes de sondagem e foguetes lançadores de satélites. Complementação, ampliação, atualização e manutenção dos centros e laboratórios que compõe a infra-estrutura de apoio às atividades espaciais. <i>Finalidade:</i> Permitir que o Centro de Lançamento de Alcântara possa operar todos os seus sistemas e ainda ampliar o conhecimento tecnológico existente na área aeroespacial, de forma a permitir também a capacitação da indústria nacional para o desenvolvimento e produção de novos produtos e tecnologias. Manter e atualizar a infra-estrutura do Centro.	
4933	Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Críticas para o Setor Espacial
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento em tópicos considerados estratégicos para a área espacial. <i>Finalidade:</i> Apoiar a realização de projetos e experimentos científicos e tecnológicos, por centros de excelência científica e tecnológica e/ou empresas, em temas estratégicos para o Programa Espacial Brasileiro.	
4934	Desenvolvimento e Lançamento de Satélites Tecnológicos de Pequeno Porte
<i>Descrição:</i> Elaboração de projeto, desenvolvimento, fabricação e lançamento de satélites tecnológicos e científicos de pequeno porte. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e lançar pequenos satélites experimentais de baixo custo e cronogramas de desenvolvimento reduzidos com o propósito de criar e consolidar competências em engenharia e ciência espaciais em núcleos de excelência no Brasil. Também visa desenvolver e testar tecnologias e cargas úteis inovadoras a serem embarcadas em futuros projetos de satélites, viabilizar testes de qualificação de veículos lançadores de satélites e fomentar a criação de nichos de mercado e pequenas empresas baseadas nesse modelo de negócios.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4958	Pesquisa, Aplicações e Desenvolvimento Tecnológico com Dados de Satélites de Observação da Terra
<i>Descrição:</i> Realização de pesquisas, aplicações e desenvolvimento tecnológico com os dados dos satélites de Observação da Terra, que o INPE opera ou cujos dados recebe, com o objetivo de ampliar o conhecimento científico nas áreas afins e gerar metodologias que sirvam para melhorar o conhecimento do território e do mar continental brasileiro. Esta Ação também tem compromissos com a formação dos recursos humanos necessários ao bom cumprimento de seus objetivos e contribui para o desenvolvimento de geotecnologias baseadas em software aberto que, além de atenderem à comunidade de usuários, servem de projetos estruturantes aos compromissos institucionais do próprio INPE. <i>Finalidade:</i> Pesquisar e desenvolver tecnologias e metodologias para extração de informações de dados de satélites de observação da terra, incluindo a formação de recursos humanos especializados e o desenvolvimento de geotecnologias baseadas em software aberto, com a disponibilização ao usuário final.	
4959	Desenvolvimento de Produtos e Processos para Componentes e Subistemas de Satélites
<i>Descrição:</i> Serão desenvolvidos tecnologias críticas, produtos e processos inovadores nas áreas de novos materiais e sensores, tecnologia de plasma, combustão e propulsão, computação e matemática aplicada, e engenharia espacial. Ênfase será dada aos temas de propulsão iônica, implantação iônica por imersão em plasma, lubrificantes sólidos, dispositivos micro-eleto-mecânicos em silício, células solares de múltiplas junções, sistemas propulsivos para plataformas orbitais, catalisadores para hidrazina, sistemas computacionais, eletrônica aeroespacial e controle de órbita. A Ação também contribui para o avanço do conhecimento científico e a formação de pessoal especializado nas áreas abordadas. <i>Finalidade:</i> Desenvolver tecnologias críticas, produtos e processos para as missões espaciais e suas aplicações com os objetivos de promover o avanço da área espacial e integrar ao setor produtivo nacional.	
6239	Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites
<i>Descrição:</i> Realização de estudos, projeto e revisão, fabricação, integração, ensaios, análise de conformidade e operação de veículos lançadores. Incluem seus sistemas, subsistemas, peças e componentes, além de dispositivos associados e meios de solo, englobando recuperação, certificação e implementação de laboratórios e plantas industriais relacionadas, cobrindo o ciclo completo desde a concepção e revisão do projeto de veículo até a análise de resultados de voos. No desenvolvimento e produção dos veículos lançadores será buscada a crescente participação da indústria nacional por meio de contratos ou encomendas governamentais (poder de compra do governo) para ampliar e consolidar a cadeia produtiva do setor espacial. <i>Finalidade:</i> Garantir a autonomia do País no desenvolvimento de veículos lançadores a serem utilizados em lançamentos dos satélites nacionais previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE.	
6240	Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de tecnologias e soluções de engenharia, fabricação e ensaio, em solo, de sistemas e subsistemas de uma família de novos protótipos de foguetes suborbitais, bem como de dispositivos e meios de solo para testes e lançamento. Transferência para a indústria das tecnologias de foguetes suborbitais já dominadas pelo CTA/IAE, utilizando-se o instrumento de poder de compra do governo como um dos meios para incentivar a inserção da indústria nacional no mercado de lançamento de foguetes. <i>Finalidade:</i> Capacitar o País e garantir sua autonomia em tecnologia de foguetes suborbitais que possibilitem a execução de experimentos.	
6704	Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Associadas a Veículos Espaciais
<i>Descrição:</i> Com relação à pesquisa: ampliação dos conhecimentos técnico-científicos disponíveis por meio de pesquisa de materiais, técnicas e sistemas aplicáveis a veículos lançadores de satélites, foguetes suborbitais e módulos de experimentos espaciais, bem como aos respectivos meios de apoio em solo e atividades correlatas, a fim de transpor atuais obstáculos tecnológicos e fornecer subsídios necessários para futuros avanços. Com relação ao desenvolvimento: emprego dos conhecimentos técnico-científicos disponíveis para o desenvolvimento de materiais, técnicas e sistemas aplicáveis a veículos lançadores de satélites, foguetes de sondagem e módulos de experimentos espaciais, bem como aos respectivos meios de apoio em solo e atividades correlatas, a fim de produzir itens similares aos atualmente adquiridos no exterior, incorporando aperfeiçoamento e inovações tecnológicas. <i>Finalidade:</i> Desenvolver tecnologias, não totalmente dominadas ainda pelo País, e realizar a obtenção de materiais específicos associados a veículos lançadores de satélites, a foguetes suborbitais e a módulos de experimentos espaciais, como forma de se buscar a gradativa autonomia no setor.	
7F40	Implantação do Complexo Espacial de Alcântara - CEA
<i>Descrição:</i> Construção das obras complementares da infraestrutura geral do CLA para apoio aos lançamentos previstos no PNAE, bem como aos sítios de lançamentos comerciais. A ação visa atender também medidas sociais e ambientais compensatórias, estabelecidas pelos órgãos de licenciamento ambiental. <i>Finalidade:</i> Implantar um Complexo Espacial, com uma concepção civil, que possa explorar os serviços de lançamento em bases comerciais e possibilite uma convivência integrada das atividades do Complexo com as das comunidades locais, evitando-se a necessidade de deslocamentos de novos contingentes de famílias residentes na região.	

2057 Política Externa

00CB	Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros
<i>Descrição:</i> Coordenação e execução de programas de intercâmbio para estudantes em níveis de graduação e pós-graduação. Concessão de bolsas de estudos, regulares e emergenciais, para a realização de cursos de graduação no País, a estudantes estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC_G) que demonstrem necessidade financeira ou mérito acadêmico. Pagamento de passagens aérea de retorno ao país de origem de estudantes estrangeiros que tenham concluído curso no Brasil no âmbito do PEC_G ou do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC_PG). Organização de reuniões de avaliação e aperfeiçoamento de operadores do PEC_G e do PEC_PG. <i>Finalidade:</i> coordenar e executar programas de intercâmbio estudantil voltados para a cooperação educacional.	
00CC	Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afrodescendentes à Carreira Diplomática
<i>Descrição:</i> Concessão da "bolsa-prêmio de vocação para a diplomacia" a cidadãos afro-descendentes, que contratarão cursos ou professores, visando a preparação ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, promovido anualmente pelo Instituto Rio Branco. <i>Finalidade:</i> Incentivar o ingresso de afro-descendentes na carreira diplomática, mediante a concessão de bolsas destinadas ao custeio de estudos preparatórios ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.	
10UO	Construção da Chancelaria e Sede da Embaixada do Brasil em Maputo, em Moçambique
<i>Descrição:</i> Construção de imóvel para instalar adequadamente a Chancelaria e Sede da embaixada do Brasil em Maputo, em Moçambique, obedecendo os critérios de economicidade, racionalidade, segurança e funcionalidade, para substituir imóvel atualmente alugado por imóvel que venha a fazer parte do patrimônio da União no exterior. <i>Finalidade:</i> Instalar, em próprio nacional, a Chancelaria e Sede da embaixada do Brasil em Maputo, em Moçambique, de modo a evitar desembolsos com pagamento de aluguéis.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2015	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior
<i>Descrição:</i> Serviços e assistência consulares, incluindo pequenos auxílios para alimentação, deslocamento, alojamento e atendimento médico emergencial. Repatriação e evacuação de brasileiros desvalidos. Contratação de assessoria jurídica. Despesas com transporte e hospedagem de advogados e assessores jurídicos do Posto e outros profissionais para consulados itinerantes, jornadas migratórias, palestras e visitas a brasileiros presos. Assistência humanitária a detentos brasileiros. Despesas de pronto pagamento para fins consulares; realização de reuniões, seminários, censos, programas de regularização migratória, consulados itinerantes. Realização de projetos especiais e eventos ligados a atendimento ou assistência consular. Contratação, transporte, alojamento e alimentação de profissionais para orientar e informar sobre temas de interesse de brasileiros no exterior, bem como aquisição ou locação de equipamentos necessários a esses fins. Produção de manuais sobre assistência consular a brasileiros e realização de programas de treinamento. Projetos de atendimento consular de segunda geração nas áreas da educação, previdência, trabalho, saúde, informação e apoio às atividades do CRBE, eventos de interesse consular, bem como de outras despesas contempladas no Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010, ou na "Ata Consolidada" de reivindicações aprovadas nas "Conferências Brasileiras no Mundo", incluindo realização de reuniões periódicas – no Brasil ou no exterior – com o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior – CRBE. Aquisição de materiais de consumo para o Sistema Consular Integrado – SCI, equipamentos e bens móveis, bem como adaptação de móveis e balcões de atendimento destinados ao adequado funcionamento do SCI. Compra ou locação de equipamentos para o SCI ou para uso consular, contratação de serviços de internet ou outros meios de comunicação. Sistemas de controle de fluxos de pessoas nas áreas de atendimento consular, inclusive agendamento eletrônico. Serviços para recepção e triagem de pessoas, bem como contratação de pessoal emergencial temporário por até 90 (noventa dias), nas áreas de atendimento consular. Encomenda, aquisição ou aluguel de equipamentos, sistemas e programas informatizados para trabalho consular compartilhado, gerência de projetos consulares, registro de matrículas consulares, votações eletrônicas, produção de mapas, elaboração de relatórios e produção de estatísticas consulares; realização de eventos relacionados às comunidades brasileiras no exterior e de conferências periódicas destinadas a incentivar sua interação com o governo e permitir a discussão de projetos em seu benefício. Aquisição e distribuição de livros e obras educacionais a detentos, desvalidos, escolas e associações de brasileiros; realização de campanhas de informação consular, inclusive mediante elaboração de publicações, apresentações, vídeos, "jingles", "clips", filmes e programas de rádio e TV de interesse consular, bem como sua divulgação ao público, inclusive através da Internet; encomenda e publicação de estudos técnicos ou acadêmicos sobre temas consulares. Desenvolvimento de programas de cooperação consular com outros países e instituições brasileiras ou estrangeiras, assim como implementação de acordos e convênios com entidades locais ou organizações internacionais com atuação nas áreas migratória ou de apoio a brasileiros no exterior. <i>Finalidade:</i> Manter e aprimorar as atividades relacionadas aos serviços de atendimento consular e de assistência a brasileiros no exterior.	
20RE	Participação da Sociedade Civil na Cooperação Humanitária Internacional e em Fóruns Internacionais de Diálogo e Negociação na Área de Segurança Alimentar e Nutricional
<i>Descrição:</i> Apoio à sociedade civil, em deslocamentos nacionais e internacionais, para a participação em intercâmbios técnicos, atividades técnicas, fóruns, simpósios e conferências de âmbito internacional; em projetos e programas de cooperação humanitária internacional; e em fóruns internacionais de diálogo e negociação que tratem da agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável, integração comercial e social, segurança e soberania alimentar, especialmente no Conselho Mundial de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). <i>Financiamento:</i> de projetos executados pela sociedade civil ou em parceria com o governo brasileiro, a Organização das Nações Unidas e organizações da sociedade civil. <i>Finalidade:</i> Promover em âmbito internacional a soberania e segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação por meio do apoio à participação da sociedade civil em negociações internacionais e na execução de projetos e iniciativas de cooperação humanitária.	
2367	Atividades de Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil
<i>Descrição:</i> Implementação e promoção de uma série pesquisas, publicações, estudos e projetos, bem como atividades culturais e pedagógicas nos campos da política externa brasileira, de relações internacionais e da preservação da história diplomática do País, incluindo-se debates, seminários, conferências, concursos e outros. São adotadas estratégias de divulgação e de difusão diferenciadas, abrangendo meios de comunicação diversos. <i>Finalidade:</i> Divulgar a política externa brasileira. Contribuir para a formação, no País, de uma opinião pública sensível aos problemas de convivência internacional e promover a preservação da memória diplomática do Brasil.	
2530	Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior
<i>Descrição:</i> Coordenação e acompanhamento das atividades da rede de ensino brasileira no exterior, constituída pelos Centros Culturais das Embaixadas do Brasil, Institutos Culturais, Leitorados Brasileiros e Núcleos de Estudos Brasileiros, para difusão e ensino do idioma falado no Brasil. Acompanhamento da aplicação, nas unidades da rede de ensino brasileiras no exterior credenciadas pelo MEC, dos exames para a obtenção do certificado de proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros/Celpe-Bras. Divulgação da História, da cultura e das artes do Brasil, por meio da realização de estudos, pesquisas, seminários, mostras, exposições, simpósios, festivais e assemelhados. <i>Finalidade:</i> Difundir no exterior a cultura brasileira. Promover o aprendizado da língua portuguesa falada no Brasil.	
2532	Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos
<i>Descrição:</i> Realização de reuniões com participação de representantes da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa - CPLP e de países membros de organismos regionais africanos. Promoção de programas de cooperação técnica e cultural entre esses países. <i>Finalidade:</i> Promover e fortalecer a cooperação internacional com os Países de Língua Oficial Portuguesa e com países membros de organismos regionais africanos, e promover a difusão da língua portuguesa.	
2533	Cooperação Técnica Internacional
<i>Descrição:</i> Coordenação, negociação, aprovação, acompanhamento e avaliação de programas e projetos de cooperação técnica internacional, prestada e/ou recebida, firmados pelo Brasil com países parceiros e com organismos internacionais, no âmbito dos Acordos e Memorandos de Entendimentos. Compartilhamento de conhecimentos e técnicas, tanto em nível bilateral quanto multilateral. <i>Finalidade:</i> Promover a cooperação técnica internacional.	
2534	Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas
<i>Descrição:</i> Recrutamento e seleção de candidatos à carreira de diplomata pelo Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, realizado anualmente pelo Instituto Rio Branco; formação de funcionários diplomáticos por meio do Curso de Formação/Mestrado em Diplomacia (para Terceiros Secretários), com a participação de diplomatas de países em desenvolvimento; treinamento e aperfeiçoamento por meio dos seguintes cursos: CAD - Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (para Segundos Secretários), CAP - Curso de Atualização em Política Externa (para Primeiros Secretários), e CAE - Curso de Altos Estudos (para Conselheiros). <i>Finalidade:</i> Recrutar, selecionar, formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2536	Demarcação de Fronteiras
<i>Descrição:</i> Execução de campanhas de demarcação de fronteiras e de inspeção e manutenção dos marcos, planejadas em coordenação com as autoridades estrangeiras e consignação, em ata conjunta, dos trabalhos nelas executados. Realização de conferências de comissão mista de inspeção de marcos de fronteira, em coordenação com os países limítrofes, para o planejamento dos trabalhos nas fronteiras e realização dos trabalhos de campo para adensamento, reposição e manutenção de marcos fronteiriços. <i>Finalidade:</i> Realizar, com todos os países limítrofes, trabalhos conjuntos de caracterização e demarcação fronteiriça, por meio de estudos para localização de marcos, adensamento, reposição e manutenção de marcos fronteiriços.	
2538	Missões Comerciais e Feiras Setoriais e Multissetoriais
<i>Descrição:</i> Organização de missões comerciais de exportadores brasileiros ao exterior. Promoção da imagem do Brasil como produtor de bens e serviços de qualidade. Organização de visitas a empresários estrangeiros, com potencial interesse em importar do Brasil ou investir no País. Apoio administrativo à participação de empresas brasileiras como expositoras em feiras no exterior. Participação institucional do MRE em feiras no Brasil e no exterior visando promover as exportações. Levantamento de informações comerciais e acompanhamento a posteriori das empresas brasileiras participantes de pavilhões nacionais em feiras no exterior. <i>Finalidade:</i> Apoiar a participação de empresários brasileiros, em particular pequenos e médios, em missões comerciais e feiras setoriais e multissetoriais voltadas à promoção de exportações, à substituição competitiva de importações, à promoção de investimentos estrangeiros no Brasil e à internacionalização de empresas brasileiras.	
2541	Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação - SICTEX
<i>Descrição:</i> Administração e manutenção de sistema de informações voltado para a promoção e acompanhamento de iniciativas de política externa, nas áreas de ciência e tecnologia e inovação. <i>Finalidade:</i> Incentivar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e os demais países. Elaborar e apoiar projetos e programas de cooperação internacional.	
2544	Sistema BrazilGlobalnet
<i>Descrição:</i> Manutenção do sistema de informação para identificação e disseminação de oportunidades de negócios em mercados específicos e para o cadastro e divulgação de exportadores e investidores brasileiros, bem como de importadores ou investidores estrangeiros. <i>Finalidade:</i> Fornecer informação confiável e de fácil acesso às empresas exportadoras, potencialmente exportadoras e/ou interessadas em internacionalizar-se, bem como às empresas estrangeiras interessadas em importar do Brasil ou investir no País.	
2C06	Participação Brasileira em Missões de Paz
<i>Descrição:</i> Ação se realiza pelo preparo, envio, manutenção em operações, revezamento e/ou repatriamento ao final de missão e desmobilização em território nacional de Tropa Brasileira integrante de Missão de Paz. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a participação das Forças Armadas Brasileiras em missões e operações internacionais de paz.	
2D28	Operações de Assistência Especial no Exterior
<i>Descrição:</i> Aquisição e doação de alimentos, medicamentos e materiais para abrigos e tetos, deslocamento de pessoal especializado em ajuda humanitária, inclusive no atendimento de emergências médicas, envio de estrutura logística e de apoio, alojamento provisório de populações, transporte para áreas fora da zona de risco e repatriações coletivas, quando couber. Capacitação de técnicos para prestação de assistência humanitária e realização de ações estruturantes pós-emergência. <i>Finalidade:</i> Assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência, calamidade pública, convulsões sociais, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos armados, insegurança alimentar aguda, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, aliando ações preventivas, emergenciais e estruturantes.	
6090	Relações e Negociações com os Países-Membros do Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA
<i>Descrição:</i> Acompanhamento da evolução da economia e da política externa e interna dos países-membros do Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA, por meio da imprensa, de contatos pessoais e de visitas a autoridades e empresários. <i>Finalidade:</i> Acompanhar a economia e a política externa e interna dos países-membros do Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA e as relações comerciais brasileiras com esses países.	
6091	Relações e Negociações com Angola, Moçambique e demais Países Africanos e Asiático de Língua Portuguesa
<i>Descrição:</i> Recolhimento, preparação e transmissão de informações sobre a evolução da economia e do quadro político interno de Angola, Moçambique e demais países africanos e asiático de Língua Portuguesa. <i>Finalidade:</i> Acompanhar a evolução da economia e do quadro político externo e interno de Angola, Moçambique e demais países africanos e asiático de Língua Portuguesa.	
6092	Relações e Negociações com Cuba e os demais Países da América Central e do Caribe
<i>Descrição:</i> Acompanhamento pela imprensa da evolução da economia e da política externa e interna de Cuba e demais países da América Central e Caribe, bem como a realização de contatos pessoais e visitas a autoridades e empresários desses países. <i>Finalidade:</i> Acompanhar a economia e a política externa e interna de Cuba e dos demais países da América Central e Caribe.	
6093	Relações e Negociações com os Países do Tratado de Cooperação Amazônica e no Departamento Ultramarino da Guiana Francesa
<i>Descrição:</i> Acompanhamento pela imprensa da evolução da economia, política externa e interna dos países do Tratado de Cooperação Amazônica e no Departamento Ultramarino da Guiana Francesa, bem como a realização de contatos pessoais e visitas a autoridades e empresários desses países. <i>Finalidade:</i> Acompanhar a economia e a política externa e interna dos países do Tratado de Cooperação Amazônica e no Departamento Ultramarino da Guiana Francesa.	
6094	Relações e Negociações com a África do Sul, Nigéria e demais Países da África, exceto os de Língua Oficial Portuguesa
<i>Descrição:</i> Recolhimento, preparação e transmissão de informações sobre a evolução da economia e do quadro político externo e interno da África do Sul, Nigéria e demais países da África, exceto os de língua oficial portuguesa. <i>Finalidade:</i> Acompanhar a evolução da economia e do quadro político externo e interno da África do Sul, Nigéria e demais países da África, exceto os de língua oficial portuguesa.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6095	Relações e Negociações com os Países do Oriente Médio
<i>Descrição: Recolhimento, preparação e transmissão de informações sobre a evolução do quadro político interno, as relações externas e a evolução da conjuntura econômica nos países do Oriente Médio.</i> <i>Finalidade: Acompanhar a evolução do quadro político interno, as relações externas e a evolução da conjuntura econômica dos países do Oriente Médio.</i>	
6096	Relações e Negociações com a Rússia e os Países Europeus Não-Membros da União Européia
<i>Descrição: Acompanhamento da política interna e externa e do quadro econômico da Rússia e países europeus não-membros da União Européia, por meio de órgãos especializados, visitas, seminários e reuniões de trabalho com representantes diplomáticos.</i> <i>Finalidade: Acompanhar a evolução da economia, da política externa e interna da Rússia e países europeus não-membros da União Européia.</i>	
6098	Relações e Negociações com a China, Índia, Japão e demais Países da Ásia e Oceania
<i>Descrição: Recolhimento, preparação e transmissão de informações sobre a evolução econômica e da política externa e interna da China, Índia, Japão e demais países da Ásia e da Oceania, tendo em vista identificar oportunidades e ampliar as relações econômico-comerciais.</i> <i>Finalidade: Acompanhar a evolução da política externa e interna e da economia da China, Índia, Japão e demais países da Ásia e da Oceania.</i>	
6099	Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas - ONU
<i>Descrição: Atuação por intermédio da Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York. Elaboração de instruções e estratégias de ação no âmbito do Departamento de Organismos Internacionais da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.</i> <i>Finalidade: Defender os interesses brasileiros quanto aos assuntos levados ao Conselho de Segurança, preservar a integridade e autoridade internacional do órgão e contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais.</i>	
6100	Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO
<i>Descrição: Coordenação das posições brasileiras com entidades governamentais e da sociedade civil com vistas a representar os interesses da agricultura brasileira, em especial a agricultura familiar.</i> <i>Finalidade: Participar da elaboração de recomendações sobre políticas agrícolas mais adequadas para o cumprimento dos objetivos da FAO, de programas de assistência técnica e utilizar dos estudos técnicos e estatísticos elaborados pela própria Organização.</i>	
6101	Relações e Negociações no Âmbito dos demais Organismos Internacionais Sediados na Europa
<i>Descrição: Atuação junto aos demais organismos internacionais sediados na Europa.</i> <i>Finalidade: Defender os interesses brasileiros quanto aos assuntos levados aos demais organismos internacionais sediados na Europa e preservar a integridade e autoridade dos órgãos.</i>	
6102	Relações e Negociações com as Organizações Sediadas em Genebra
<i>Descrição: Atuação junto às organizações sediadas em Genebra.</i> <i>Finalidade: Defender os interesses brasileiros quanto aos assuntos levados às organizações sediadas em Genebra e preservar a integridade e autoridade internacional dos órgãos.</i>	
6103	Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO
<i>Descrição: Atuação junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO.</i> <i>Finalidade: Defender os interesses brasileiros quanto aos assuntos levados à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura e preservar a integridade e autoridade internacional do órgão.</i>	
6105	Relações e Negociações com a Organização Mundial do Comércio - OMC
<i>Descrição: Atuação junto à OMC, visando assegurar a abertura dos mercados internacionais para bens e serviços brasileiros e o aprimoramento das regras do comércio internacional. Atuação no Mecanismo de Solução de Controvérsias da Organização com vistas a coibir o uso de medidas unilaterais que atinjam os interesses brasileiros.</i> <i>Finalidade: Negociar regras para o comércio internacional de bens, serviços, propriedade intelectual e outras matérias. Zelar pela adequada implementação dos compromissos assumidos. Resolver controvérsias entre o Brasil e os demais Membros da Organização Mundial do Comércio - OMC, visando a melhor participação brasileira no comércio internacional.</i>	
6107	Relações e Negociações no âmbito dos demais Organismos Internacionais Sediados nas Américas
<i>Descrição: Atuação junto aos demais organismos internacionais sediados nas Américas.</i> <i>Finalidade: Defender os interesses brasileiros junto aos demais organismos internacionais sediados nas Américas e preservar a integridade e autoridade internacional dos órgãos.</i>	
6109	Relações e Negociações com a Organização dos Estados Americanos - OEA
<i>Descrição: Atuação junto à Organização dos Estados Americanos por intermédio da Missão Permanente do Brasil em Washington.</i> <i>Finalidade: Defender os interesses brasileiros em relação aos temas tratados na Organização dos Estados Americanos.</i>	
6128	Relações e Negociações com os Países-Membros da União Européia
<i>Descrição: Recolhimento, preparação e transmissão de informações sobre a evolução do quadro político interno e externo e da economia dos países-membros da União Européia.</i> <i>Finalidade: Acompanhar a evolução do quadro político e da economia dos países-membros da União Européia.</i>	
6284	Relações e Negociações com os Países-Membros do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e Associados
<i>Descrição: Acompanhamento da evolução da política interna e externa e da economia dos países-membros do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e associados, por meio da imprensa, contatos pessoais, visitas à Chancelaria e ao Congresso.</i> <i>Finalidade: Acompanhar a evolução da economia e da política externa e interna dos países-membros do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e associados.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6641	Fomento a Eventos de Divulgação do Brasil no Exterior
<i>Descrição:</i> Promoção de visitas de personalidades estrangeiras ao Brasil, no contexto do Programa Formadores de Opinião, visando a reprodução e divulgação de notícias sobre o Brasil nos principais meios jornalísticos estrangeiros. Disponibilização de material permanente e de consumo necessários ao funcionamento dos Setores de Divulgação dos Postos no exterior. Organização de banco de dados sobre produtos e projetos culturais a serem exibidos no exterior. Divulgação da cultura brasileira no exterior por meio de eventos culturais nas áreas da música, literatura, artes visuais, dança, cinema, artes cênicas, seminários e congressos. Manutenção dos projetos Clube Brasil, Programa Formadores de Opinião - PFO, CD-Rom Brasil em Foco e da página oficial do Ministério das Relações Exteriores na internet. Promoção e atualização da publicação virtual Brasil Atual. Produção de material informativo sobre a realidade brasileira, para distribuição aos Postos no exterior. <i>Finalidade:</i> Divulgar informações sobre o Brasil e a política externa brasileira, tanto no País quanto no exterior, com vistas à promoção da imagem positiva da realidade política, econômica, social e cultural do País.	
8495	Eventos Internacionais Oficiais
<i>Descrição:</i> Organização e realização de eventos internacionais sob a responsabilidade do Governo brasileiro, bem como, em cumprimento à Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 485, de 20 de dezembro de 2006, promoção e apoio a eventos para divulgação de expressões culturais dos países em desenvolvimento junto ao público brasileiro. <i>Finalidade:</i> Realizar eventos internacionais no Brasil e no Exterior.	
2058	Política Nacional de Defesa
11TC	Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de um programa de capacitação que permita a manutenção de pesquisas em tecnologia para a produção de elementos combustíveis de reatores nucleares, bem como a construção de reatores nucleares de teste para a propulsão naval e geração de energia. <i>Finalidade:</i> Pesquisar, desenvolver e implementar processos, construir e adequar instalações que permitam manter o desenvolvimento da propulsão naval nuclear.	
11U2	Implantação da Brigada de Operações Especiais
<i>Descrição:</i> Construção e adequação de aquartelamentos e próprios nacionais residenciais; aquisição de equipamentos, materiais, armamentos e munições; operacionalização da mobilização e do transporte de materiais e equipamentos para a implantação da Brigada de Operações Especiais. <i>Finalidade:</i> Dotar a Força Terrestre de uma Brigada de Operações Especiais a fim de ampliar a capacidade de pronta resposta do Exército e do País às situações de crise e/ou conflitos, disponibilizando uma tropa altamente adestrada, contando com meios modernos e de avançada tecnologia, em condições de atuar nos mais diversificados cenários no Brasil e no mundo.	
11U9	Implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva
<i>Descrição:</i> Construção e adequação de aquartelamentos e próprios nacionais residenciais; aquisição de equipamentos, materiais, armamentos e munições; operacionalização da mobilização e do transporte de materiais e equipamentos das Unidades de Selva a serem implantadas. <i>Finalidade:</i> Proporcionar, mediante a implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, melhores condições para a vigilância e defesa da Região Amazônica Brasileira, principalmente na região noroeste, ampliando a sua capacidade dissuasória ante possíveis ameaças à soberania nacional.	
11UB	Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto
<i>Descrição:</i> Construção e instalação: - dos blocos do Comando do CMP e da 11ª RM, e do Comando da Base Administrativa e de Apoio; - dos pavilhões da Companhia de Comando, da Companhia de Guarda, do rancho (refeitório), da administração da Prefeitura Militar de Brasília, de garagens e oficinas; - da área de treinamento físico militar e de apoio; - da ampliação do rancho do QGEX; - demais obras de infra-estrutura e adequações: redes de abastecimento de água e esgoto, elétrica, lógica, telefônica, subestação de energia elétrica, urbanização, pavimentação, drenagem, cercamento, equipamentos fixos, divisórias e mobiliário complementar. <i>Finalidade:</i> Construir pavilhões, blocos, infra-estrutura e adequar as instalações para o novo aquartelamento do Comando Militar do Planalto (CMP) e da 11ª Região Militar (11ª RM), visando desmobilizar o bloco "O" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, com a finalidade de reverter à União para instalação de outros órgãos da Administração Federal.	
11UT	Implantação da 11ª Brigada de Infantaria Leve
<i>Descrição:</i> Construção e adequação de aquartelamentos e próprios nacionais residenciais; aquisição de equipamentos, materiais, armamentos e munições; operacionalização da mobilização e do transporte de materiais e equipamentos das Unidades da Brigada de Infantaria Leve e da Polícia do Exército a serem adequadas. <i>Finalidade:</i> Dotar a Força Terrestre de uma estrutura composta por uma Brigada de Infantaria Leve, integrada por suas Organizações Militares orgânicas, e por Unidades de Polícia do Exército, com capacidade de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de necessidade de garantia da lei e da ordem, disponibilizando uma tropa altamente adestrada, contando com meios modernos e adequados, em condições de atuar em todo o território nacional.	
123B	Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)
<i>Descrição:</i> Viabilizar o desenvolvimento de um Cargueiro Tático de 10 a 20 toneladas, bem como sua versão de reabastecedor aéreo (Projeto KC-X), a fim de suprir necessidades estratégicas e operacionais da Força Aérea Brasileira, bem como, na sua versão civil, atender a necessidade de transporte de carga das empresas aéreas comerciais nacionais, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) na reformulação da Rede Postal Noturna (RPN). <i>Finalidade:</i> Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira e aumentar a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira em missões de transporte (tropa e carga) e de reabastecimento de voo, pelo desenvolvimento das aeronaves KC-X.	
123G	Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares
<i>Descrição:</i> Implantação de infraestrutura, consistindo da construção de um estaleiro dotado de Ilha nuclear e construção de Base de Apoio que abrigará a estrutura de comando e controle dos referidos meios, além de organizações de manutenção, de infraestrutura para atendimento das funções logísticas e de adestramento das tripulações dos submarinos. <i>Finalidade:</i> Dotar o País de Infraestrutura para construção, manutenção e apoio de submarinos convencionais e nucleares.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

123H	Construção de Submarino de Propulsão Nuclear
<i>Descrição:</i> Aquisição de tecnologia de projeto de submarino com propulsão nuclear; aquisição de pacote de material para um submarino de propulsão nuclear e respectivo sistema logístico; coordenação e gerenciamento do projeto e construção do submarino no Brasil; demais despesas que contribuem diretamente para o desenvolvimento e execução do projeto. <i>Finalidade:</i> Dotar a MB de submarino com propulsão nuclear, a fim de contribuir para garantir a negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso marítimo ao Brasil, além de permitir ao Brasil a manutenção e desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais.	
123I	Construção de Submarinos Convencionais
<i>Descrição:</i> Aquisição de pacotes de materiais para quatro submarinos convencionais S-BR, respectivos sistemas e tecnologia de construção; aquisição de torpedos, despistadores de torpedos e respectivos sistemas logísticos; gerenciamento da construção dos quatro S-BR no Brasil; demais despesas que contribuem diretamente para o desenvolvimento e execução do projeto. <i>Finalidade:</i> Dotar a Marinha do Brasil com novos submarinos a fim de contribuir para garantir a negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso marítimo ao Brasil, além de permitir a manutenção e desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no País.	
123J	Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)
<i>Descrição:</i> Aquisição de 50 (cinquenta) helicópteros de médio porte de emprego geral; armamentos; simuladores de voo; logística inicial; transferência de tecnologia; serviços de suporte logístico contratado; serviços de integração de sistemas e armamentos. para as Forças Armadas Brasileiras, a serem utilizadas nas seguintes missões operacionais: transporte de tropa; transporte de carga e passageiros; apoio logístico para socorro a situações de calamidade pública; e busca, resgate e salvamento. <i>Finalidade:</i> Dotar as Forças Armadas Brasileiras de aeronaves de asas rotativas de médio porte de emprego geral.	
12CD	Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional
<i>Descrição:</i> Contratação de serviços especializados de engenharia, elaboração de projetos de construção de pistas, pátios, táxis, instalações, sistemas de balizamento horizontal e luminoso, sistemas de drenagem e sistemas de redes dos aeroportos de interesse nacional. <i>Finalidade:</i> Construir aeroportos e aeródromos de interesse nacional, visando a atender às necessidades operacionais da Força Aérea Brasileira.	
13D8	Construção da Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica
<i>Descrição:</i> Construção de unidades habitacionais destinadas aos militares e servidores civis das Forças Armadas, conforme descrição a seguir: contratação de projeto executivo para a construção de blocos de apartamentos para oficiais, suboficiais e sargentos em Salvador – BA; construção de 06 (seis) blocos, com 12 apartamentos cada, para suboficiais e sargentos (Fase 02) em Manaus – AM; construção de 01 (um) prédio, com 24 apartamentos, para oficiais (Fase 02) em Manaus – AM; construção de 05 (cinco) blocos, com 06 apartamentos cada, para suboficiais e sargentos em Campo Grande – MS; construção de 02 (dois) blocos, com 06 apartamentos cada, na Vila Residencial dos Oficiais em Canoas – RS; construção de 06 (seis) blocos, com 12 apartamentos cada, para suboficiais e sargentos em Boa Vista – RR; construção de 01 (um) prédio, com 84 apartamentos, para Oficiais em Brasília - DF; Construir 02 (dois) blocos, com 06 apartamentos cada, na vila residencial desuboficiais e sargentos de Santa Cruz – RJ; Construir 164 (cento e sessenta e quatro) PNR em Lagoa Santa - MG, sendo 04 blocos, com 08 apartamentos cada, para oficiais, 12 blocos, com 06 apartamentos cada, para alunos e 10 blocos, com 06 apartamentos cada, para graduados, para atender às demandas do novo Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR); construção de 04 (quatro) blocos, com 06 apartamentos cada, na Vila dos suboficiais e sargentos da Escola de Especialistas de Aeronáutica em Guaratinguetá – SP; construção de 06 (seis) blocos, com 06 apartamentos cada, para graduados na Escola Preparatória de Cadetes do Ar em Barbacena – MG; construção de 02 (dois) blocos, com 06 apartamentos cada, para suboficiais e sargentos em Natal-RN; construção de 10 (dez) blocos com 06 apartamentos cada, para suboficiais e sargentos em Porto Velho-RO; construção de 06 (seis) blocos com 06 apartamentos cada, para oficiais em Porto Velho-RO; e construção de 10 (dez) blocos, com 12 apartamentos cada, para suboficiais e sargentos em Belém-PA. <i>Finalidade:</i> Atender às necessidades habitacionais dos militares e dos servidores civis das Forças Armadas.	
13D9	Construção da Próprios Nacionais Residenciais para o Exército
<i>Descrição:</i> Construção de unidades habitacionais destinadas aos militares e servidores civis das Forças Armadas. <i>Finalidade:</i> Atender às necessidades habitacionais dos militares e dos servidores civis das Forças Armadas.	
13DA	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, aquisição, contratação de serviços para: implantação de sistemas de comunicações; sistemas de tecnologia da informação aplicados à decisão; sistemas de simulação e treinamento; sistemas de segurança da informação e das comunicações; sistemas de sensoriamento instalados em plataformas de superfície, aéreas e orbitais, bem como sistemas logísticos de apoio. Desenvolvimento e aquisição de meios de autoproteção, mobilidade tática e estratégica necessárias ao cumprimento das missões de vigilância e reconhecimento e às atividades de apoio logístico exigidas para sua disponibilidade e pronto emprego em todos os escalões envolvidos (Pelotões Especiais de Fronteira, Batalhões, Regimentos, Grupos e Brigadas). Desenvolvimento e aquisição de veículos aéreos não tripulados. Aquisição de aeronaves de asa fixa. Aquisição de material de emprego militar para uso no ambiente operacional do SISFRON. Aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implantação do projeto: treinamento do pessoal, adequação à legislação ambiental vigente, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, publicação de manuais e cadernos de instrução, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Implantar uma infraestrutura de sensores, comunicações e tecnologia da informação, exceto obras de infraestrutura, que permita o monitoramento e o controle de forma efetiva das áreas de fronteira: da Amazônia, do Centro-Oeste e Sul, cooperando com a segurança e a redução de ilícitos transfronteiriços, preservação ambiental e proteção às comunidades indígenas, por meio da utilização da capacidade operacional das Forças Armadas, contribuindo para a obtenção do efeito dissuasório, por suas características próprias e adequadas às operações na selva e em outros ambientes do País.	
13DB	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea
<i>Descrição:</i> Aquisição, modernização e recuperação de meios de artilharia antiaérea, tais como: sistemas de artilharia antiaérea, radares, simuladores de artilharia, equipamentos e acessórios de uso em artilharia. Aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: maquinário e ferramental para oficinas, capacitação de pessoal, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de materiais, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Dotar as organizações militares de artilharia antiaérea da Força Terrestre, integrantes do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), de capacidade operacional de defesa, para operações de defesa da infraestrutura econômica, política e de comando e controle do País contra ameaças aéreas e exercer dissuasão suficiente para o exercício da soberania e da manutenção da integridade territorial do País.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

13DC	Construção de Navios-Patrolha Oceânicos 1800 t
<i>Descrição: Construção de cinco Navios-Patrolha Oceânicos no país, obtenção dos respectivos sistemas e tecnologia de construção; gerenciamento da construção dos cinco Navios-Patrolha no Brasil; e demais despesas que contribuem diretamente para o desenvolvimento e execução do projeto.</i> <i>Finalidade: Dotar a MB de novos Navios-Patrolha Oceânicos a fim de contribuir para garantir a negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso marítimo ao Brasil, além de permitir a manutenção e desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país.</i>	
13F9	Construção do Edifício-Sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam
<i>Descrição: Construção de prédio com área total de 2.575 m² e características apropriadas ao funcionamento do centro, em terreno localizado no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Asa Sul, Brasília - DF.</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, de forma a proporcionar melhores condições para o exercício das atividades realizadas pelo centro.</i>	
1421	Construção do Protótipo de Reator Nuclear
<i>Descrição: Desenvolvimento do projeto e construção de um protótipo que servirá de modelo para a posterior construção de um reator nuclear destinado a gerar energia para a propulsão naval.</i> <i>Finalidade: Desenvolver, construir e operar um reator nuclear para geração de energia, bem como desenvolver atividades de apoio afetas ao projeto a serem aplicadas na propulsão naval.</i>	
147F	Implantação do Sistema de Defesa Cibernética
<i>Descrição: Aquisição do material de suporte; desenvolvimento de sistemas; aquisição e instalação de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e de Segurança da Informação e Comunicações (SIC); aquisição, atualização ou desenvolvimento de softwares; contratação de serviços de comunicações; construção e adequação de instalações (centros de monitoração e controle, laboratórios, próprios nacionais residenciais, entre outros); contratação de especialistas e consultorias, estabelecimento de parcerias com instituições públicas ou privadas, na área científico-tecnológica de interesse do setor cibernético. Aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: capacitação de pessoal no Brasil e no exterior, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de materiais, publicação de manuais e cadernos de instrução, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.</i> <i>Finalidade: Implantar na esfera da Força Terrestre a capacidade operacional de pronta resposta de defesa em áreas sensíveis nos campos civil, industrial e militar, que possibilitem a atuação em cenários de ataques de natureza cibernética, de forma coerente com a Estratégia Nacional de Defesa.</i>	
1485	Construção de Próprios Nacionais Residenciais para a Marinha
<i>Descrição: Construção de unidades habitacionais destinadas aos militares e servidores civis da Marinha do Brasil.</i> <i>Finalidade: Atender às necessidades habitacionais dos militares e dos servidores civis da Marinha do Brasil.</i>	
1489	Implantação de Centros de Operações Conjuntas
<i>Descrição: Provimento de infraestrutura de informática, de telecomunicações e de instalações físicas, envolvendo softwares comerciais, sua customização e treinamento; análise de sistemas e desenvolvimento de softwares específicos à finalidade; hardware de informática (microcomputadores e equipamentos de rede), e específicos de telecomunicações; construção de instalações; adequação das instalações existentes; capacitação de pessoal; desenvolvimento e aprimoramento da doutrina.</i> <i>Aspectos julgados preferenciais no desenvolvimento da ação:</i> O sistema computacional a ser desenvolvido deve evoluir a partir da doutrina de Comando e Controle, bem como de produtos e experiências já existentes nas Forças Armadas e o sistema a ser desenvolvido, por envolver aspectos relacionados à Defesa Nacional, deverá envolver entidades genuinamente nacionais. <i>Finalidade: Proporcionar um sistema automatizado e integrado, de comando e controle, conforme preceitos doutrinários, com processamento, em tempo real, das informações recebidas de todos os níveis governamentais, de forma a lhes permitir condições de coordenação dos Ministérios, comandos das Forças Armadas, órgãos da estrutura governamental federal e estadual no gerenciamento de crises, em qualquer parte do território nacional ou mesmo no exterior, onde estejam operando contingentes militares brasileiros, agilizando a tomada de decisão e controle da situação.</i>	
14IA	Implantação de Pelotões Especiais de Fronteira do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON
<i>Descrição: Construção de instalações. Aquisição de materiais e contratação de serviços para atendimento às demais obras de infraestrutura: redes de abastecimento de água e esgoto, elétrica, lógica, telefônica, subestação de energia elétrica, urbanização, pavimentação, drenagem, cercamento, estacionamento, proteção ambiental, equipamentos fixos, divisórias e mobiliário complementar. Aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: maquinários e ferramentais, treinamento do pessoal, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.</i> <i>Finalidade: Implantar Pelotões Especiais de Fronteira visando à implementação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON.</i>	
14VX	Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa - MG
<i>Descrição: Construção das instalações físicas, incluindo as obras civis, aquisição de equipamentos e mobiliário necessários ao pleno funcionamento do centro de ensino e instrução em Lagoa Santa - MG.</i> <i>Finalidade: Dotar a Força Aérea Brasileira de unidade de ensino destinada à instrução e adaptação de seu efetivo.</i>	
1N47	Construção de Navios-Patrolha Oceânicos de 500 t
<i>Descrição: Construção de navios-patrolha oceânicos para emprego nos grupamentos e forças navais na defesa das atividades econômicas desenvolvidas nas águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Serão utilizados também em apoio às atividades de inspeção naval, fiscalização de embarcações, salvaguarda da vida humana e combate aos ilícitos transnacionais e crimes contra o meio ambiente. Abrange todas as etapas envolvidas no processo de obtenção, desde os estudos prévios até sua incorporação.</i> <i>Finalidade: Dotar a Marinha do Brasil com 12 navios-patrolha oceânicos, necessários para o cumprimento de sua missão constitucional.</i>	
1N56	Desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio
<i>Descrição: Obtenção de materiais, equipamentos e serviços que viabilizem o cumprimento de todas as etapas necessárias ao projeto de míssil antinavio, seu desenvolvimento e sua posterior integração aos diversos sistemas dos navios da Marinha.</i> <i>Finalidade: Dotar os navios da Marinha com míssil de fabricação nacional antinavio.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2041	Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo
<i>Descrição:</i> Construção de módulos de navegação aérea, infraestrutura complementar, aquisição de bens, equipamentos e serviços de adequação necessários à proteção do voo, segurança do tráfego aéreo e infraestrutura aeronáutica. <i>Finalidade:</i> Promover a proteção ao voo e a segurança do tráfego no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil.	
2048	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico
<i>Descrição:</i> Aquisição de equipamentos, suprimentos e materiais para apoio e manutenção de aeronaves, contratação de serviços de manutenção, armazenagem, embalagem e transporte de material aeronáutico e aeronaves, bem como a aquisição de publicações técnicas. <i>Finalidade:</i> Possibilitar a manutenção e o suprimento da frota de aeronaves.	
2055	Cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégia
<i>Descrição:</i> Promoção, dentro da política de educação continuada, da habilitação de profissionais para o exercício de funções de estado-maior, cargos de comando, direção e chefia e de assessoramento da alta administração militar. <i>Finalidade:</i> Desenvolver habilidades e competências em Oficiais das Forças Armadas e civis para o desempenho de atividades na alta administração militar.	
20AY	Sistema de Telecomunicações Críticas, Tecnologia da Informação, Base de Dados e Sensores
<i>Descrição:</i> Garantia dos canais de comunicações críticas e essenciais e da operacionalidade dos equipamentos instalados na Amazônia de forma a permitir a comunicação entre os entes regionais e os órgãos centrais, aos sistemas governamentais, institucionais ou até à internet, bem como a integração das comunidades indígenas e isoladas. Além disso, a evolução dos sistemas de telecomunicações e de tecnologia da informação, com investimentos para o incremento da infraestrutura tecnológica e evolução de aplicativos e banco de dados, garantindo o gerenciamento e sistematização de dados e informações sobre a Amazônia. <i>Finalidade:</i> Garantir o funcionamento da rede própria de telecomunicações críticas na Amazônia, atualmente disponibilizada a diversos órgãos parceiros do Sipam, dos três poderes das esferas federal, estadual e municipal, populações indígenas e comunidades isoladas, além de propiciar a evolução do perfil do parque tecnológico do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), com vistas a atender à geração e integração de informações sobre a Amazônia, possibilitando assim um melhor planejamento, articulação e coordenação das ações de governo na região.	
20IG	Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte
<i>Descrição:</i> Preparação dos atletas militares brasileiros de alto rendimento para representar o Brasil em eventos do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) e do Comitê Olímpico Internacional (COI). A ação contempla as despesas com as equipes esportivas e as comissões técnicas, para treinamento e participação em eventos esportivos nacionais e internacionais, bem como a aquisição dos equipamentos e materiais esportivos adequados e necessários para a prática de cada modalidade. Da mesma forma, a ação deverá suportar a implementação do Programa "Forças no Esporte", no sentido de promover a prospecção de talentos esportivos a serem incorporados às equipes militares esportivas, bem como incentivar o desenvolvimento dessas habilidades especiais. <i>Finalidade:</i> Preparar de forma adequada as equipes militares brasileiras para a obtenção dos melhores resultados possíveis em competições nacionais e internacionais.	
20IH	Modernização e Revitalização de Aeronaves
<i>Descrição:</i> Manutenção e adequação tecnológica e operacional das aeronaves da Força Aérea Brasileira, mediante a recuperação de sua capacidade original e a execução de projetos e instalação de equipamentos atualizados e tecnologicamente compatíveis com as arenas de combate do presente. <i>Finalidade:</i> Manter e/ou ampliar a operacionalidade das aeronaves da Força Aérea Brasileira, por meio da revitalização ou modernização, visando a garantir os níveis adequados de prontidão operativa, de segurança das atividades aéreas e do nivelamento tecnológico da frota nacional em relação ao cenário internacional.	
20II	Amparo à População Indígena em Áreas Isoladas
<i>Descrição:</i> Aquisição de equipamentos médico-hospitalares-odontológicos, gêneros alimentícios, dentre outros, e prestação de serviços de assistência e de cunho social a indígenas situados em áreas isoladas, especialmente na Região Norte. <i>Finalidade:</i> Possibilitar que a comunidade indígena que se encontra em localidade de difícil acesso seja assistida com o devido atendimento médico, social e humano.	
20IK	Aquisição de Armamentos e Munições de Emprego Militar Terrestre
<i>Descrição:</i> Aquisição, modernização e recuperação de armamento: pistolas, fuzis, obuseiros, arma leve antitarro, fuzil 5,56, marteiros diversos calibres e lançadores de foguetes. Aquisição, desenvolvimento e recuperação de Munição de diversos calibres inclusive fumígena, iluminativa, mísseis e foguetes; bem como prover a manutenção e a segurança dos equipamentos e das instalações destinadas à sua estocagem e guarda em condições ideais. Aquisição, desenvolvimento e recuperação de instrumentos de observação, alvos, direção e controle de tiro. Aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: capacitação de pessoal no Brasil e no exterior, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de materiais, adequação à legislação ambiental vigente, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Dotar as organizações militares do Exército Brasileiro de quadros completos em seus estoques, de armamentos leves e pesados, e respectivas munições, a fim de assegurar a sua capacidade de prontidão para o seu emprego operacional.	
20IP	Sistemas de Comando e Controle do Exército
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, implantação, manutenção, modernização, segurança e integração dos Sistemas: Estratégicos de Comunicações (SEC) e Tático de Comunicações (SISTAC); Estratégico de Guerra Eletrônica (SEGE) e Tático de Guerra Eletrônica (SITAGE); Imagens e Informações Geográficas (SIMAGEX); Informações Organizacionais do Exército (SINFORGE) e Informações Operacionais (SIOP); Informática do Exército (SINFEX). Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: capacitação técnica de pessoal, publicação de manuais, adequação à legislação ambiental vigente, manutenção de laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Dotar o Exército Brasileiro dos seguintes sistemas: Sistema Estratégico de Comunicações (SEC), Sistema Tático de Comunicações (SISTAC), Sistema Estratégico de Guerra Eletrônica (SEGE), Sistema Tático de Guerra Eletrônica (SITAGE), Sistema de Imagens e Informações Geográficas (SIMAGEX), Sistema de Informações Organizacionais do Exército (SINFORGE), Sistema de Informações Operacionais (SIOP), Sistema de Informática do Exército (SINFEX); integrar os sistemas afins e prover a segurança das informações a esses sistemas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20IQ	Sistemas Corporativos do Exército
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, integração, aperfeiçoamento e manutenção em funcionamento dos Sistemas de Informações Corporativas que proporcionem à Administração do Exército a gestão informatizada de toda sua estrutura organizacional, integrando as informações utilizadas pelos demais Subsistemas da Força Terrestre. Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: capacitação técnica de pessoal, publicação de manuais e materiais para instrução, adequação à legislação ambiental vigente, diárias e passagens, manutenção de laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Dotar o Exército Brasileiro de sistemas de informação e comunicação para obtenção de informações úteis necessárias à tomada de decisão, aparelhando os Subsistemas da Força Terrestre para operar de forma integrada.	
20IR	Logística de Material da Marinha
<i>Descrição:</i> Obtenção, por compra ou recuperação, de peças de reposição e de materiais diversos, que, em conjunto, possibilitam a execução de uma atividade específica a bordo; manutenção dos estoques estratégicos do Sistema de Abastecimento da Marinha. Aquisição, estocagem, guarda e suprimento de munições. Aquisição, estocagem, distribuição e conservação dos itens de fardamento. Aquisição de combustíveis e lubrificantes. Obtenção e manutenção dos equipamentos e instalações necessários ao recebimento, perícia, estocagem, guarda, conservação e fornecimento dos itens de suprimento em condições ideais. <i>Finalidade:</i> Atender, em níveis e condições adequados, e quando pertinentes, garantindo a segurança no manuseio e na utilização, dos seguintes itens de suprimento: - sobressalentes e equipagens para as organizações militares da Marinha; - munições necessárias para o ano de instrução, para defesa do aquartelamento e para o pronto emprego das forças navais; - combustíveis e lubrificantes para as organizações militares da Marinha; e - fardamento, previstas em legislação, visando uniformizar a tropa e padronizar o seu uso.	
20PX	Cooperação em Obras de Infraestrutura
<i>Descrição:</i> Aquisição de materiais e contratação de serviços para atendimento das despesas necessárias ao funcionamento da ação, tais como: execução de obras, estocagem, distribuição e conservação de materiais; transporte dos diversos itens envolvidos; administração de importações; capacitação técnica de pessoal; adequação à legislação ambiental vigente, despesas de acompanhamento (passagens, hospedagem, alimentação e diárias); manutenção de laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais); aquisição de meios de apoio para o gerenciamento das atividades como: material de informática, material de escritório, material de expediente, publicações diversas, etc. <i>Finalidade:</i> Cooperar com os diversos órgãos e entidades dos governos estaduais ou municipais, ou entidades privadas, na realização de assistência à sociedade civil na implantação de obras de infraestrutura, saneamento básico e de proteção, conservação e recuperação ambiental, que venham a cooperar e assistir em suas necessidades, e ainda, capacitar os batalhões de engenharia de construção do Exército por meio do desenvolvimento de operações que impliquem construções de obras de infraestrutura.	
20PY	Adequação de Organizações Militares
<i>Descrição:</i> Recuperação, reparação, reforma, adequação e adaptação de instalações. Aquisição de materiais e contratação de serviços para atendimento às demais obras de infraestrutura e adequações: redes de abastecimento de água e esgoto, elétrica, lógica, telefônica, subestação de energia elétrica, urbanização, pavimentação, drenagem, cercamento, equipamentos fixos, divisórias e mobiliário complementar. Aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: maquinários e ferramentais, treinamento do pessoal, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, adequação à legislação ambiental vigente, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Dotar o Exército Brasileiro de infraestrutura operacional adequada à sua articulação no território nacional e ao apoio ao pessoal (instalações de saúde, alistamento militar, residências, etc.), ampliando a capacidade operacional da Força Terrestre, sua mobilidade estratégica e tática e seu nível de prontidão, de forma coerente com a concepção estratégica de emprego do Exército e de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa.	
20PZ	Aquisição de Meios Blindados
<i>Descrição:</i> Aquisição e modernização de viaturas blindadas. Aquisição de itens completos de suprimento, de peças de reposição, de insumos, de ferramental e contratação de serviços necessários à recuperação das viaturas. Aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, acondicionamento de materiais, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Dotar as organizações militares do Exército Brasileiro de uma frota de viaturas operacionais blindadas com a finalidade de assegurar a sua capacidade de pronto emprego por intermédio do suporte de meios de defesa essenciais ao adestramento e emprego da tropa em suas missões constitucionais.	
20RY	Modernização de Meios Navais
<i>Descrição:</i> Obtenção de materiais, equipamentos e serviços que possibilitem equipar navios e submarinos da Marinha com tecnologias mais modernas. <i>Finalidade:</i> Dotar os meios navais com sistemas e equipamentos de tecnologia avançada, de forma a evitar sua obsolescência.	
20S8	Adequação de Embarcações para Controle, Segurança da Navegação Fluvial e Infraestrutura na Região do Calha Norte
<i>Descrição:</i> Adequação e manutenção das embarcações empregadas pelas Forças Armadas, construção, ampliação e reforma de instalações necessárias à construção e à manutenção das embarcações, bem como a aquisição de materiais e equipamentos necessários. <i>Finalidade:</i> Adequar e manter as embarcações empregadas pelas Forças Armadas, visando o controle e a segurança da navegação fluvial, o apoio logístico às unidades militares, bem como o apoio às comunidades, evitando a ocorrência de acidentes com embarcações, inibindo ações ilícitas e proporcionando segurança ao tráfego aquaviário e condições de cumprimento das missões institucionais das Forças Armadas.	
20S9	Adequação de Instalações Militares
<i>Descrição:</i> Elaboração e execução de projetos voltados para adequação de imóveis militares e execução de obras em instalações da Força Aérea Brasileira. <i>Finalidade:</i> Complementar as necessidades existentes de imóveis e instalações militares em consonância com as atividades afetas à Força Aérea Brasileira.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20SA	Sistemas Corporativos
<i>Descrição:</i> Adequação, correção evolutiva e desativação de sistemas de tecnologia da informação (TI) para às áreas operacional, logística, administrativa e de controle do espaço aéreo por intermédio de aquisição de suprimentos, softwares, equipamentos de Tecnologia de Informação (TI) e periféricos e, ainda, contratação de profissionais e/ou empresas para o treinamento, o aperfeiçoamento de pessoal, o desenvolvimento de pesquisas, sistemas e projetos na área de telecomunicação e de informática, bem como, as normalizações e fiscalizações necessárias aos projetos em desenvolvimento e implantação, da contratação de especialistas do setor, cursos, e demais serviços e materiais necessários ao atendimento das demandas existentes. <i>Finalidade:</i> Prover o Comando da Aeronáutica com sistemas corporativos necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.	
20SB	Adequação de Instalações Militares para Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON
<i>Descrição:</i> Adequação, adaptação, recuperação e reparação de instalações. Aquisição de materiais e contratação de serviços para atendimento às demais obras de infraestrutura: redes de abastecimento de água e esgoto, elétrica, lógica, telefônica, subestação de energia elétrica, urbanização, pavimentação, drenagem, cercamento, estacionamento, proteção ambiental, equipamentos fixos, divisórias e mobiliário complementar. Aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: maquinários e ferramentais, treinamento do pessoal, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Adequar os Pelotões Especiais de Fronteira e as Organizações Militares componentes do sistema visando à implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON.	
20SC	Desenvolvimento de Material de Emprego Militar
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, modernização ou fabricação em pequena escala de materiais, equipamentos e armamentos de interesse do Exército. Aquisição de materiais e insumos para o desenvolvimento, fabricação ou modernização. Aquisição de maquinários, equipamentos, ferramental e complementos. Treinamento e capacitação técnica de pessoal, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, manutenção de linhas de produção, oficinas, depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Desenvolver materiais, equipamentos e armamentos de interesse militar para o incremento da tecnologia nacional de material de defesa.	
20SD	Modernização e Revitalização de Meios Aeronavais
<i>Descrição:</i> Obtenção de materiais, equipamentos e serviços que possibilitem equipar aviões e helicópteros da Marinha com tecnologias mais modernas. <i>Finalidade:</i> Dotar as aeronaves da Marinha com sistemas e equipamentos de tecnologia mais avançada, de forma a evitar sua obsolescência.	
20SE	Adequação de Organizações Militares Terrestres
<i>Descrição:</i> Obtenção e atualização das instalações das organizações militares terrestres da Marinha do Brasil, face às novas tecnologias desenvolvidas e às aquisições de novos meios e equipamentos. <i>Finalidade:</i> Adequar as organizações militares da Marinha de forma a possibilitar melhores condições e maior eficácia no desempenho de suas atividades.	
20SF	Adequação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional
<i>Descrição:</i> Contratação de serviços especializados de engenharia, elaboração de projetos, reforma, ampliação e construção de pistas, pátios, táxis, instalações, sistemas de balizamento horizontal e luminoso, sistemas de drenagem e sistemas de redes dos aeroportos de interesse nacional, bem como reforma, ampliação e adequação dos setores relacionados ao serviço de remoção, atendimento de emergência e apoio médico-hospitalar dos aeródromos/aeroportos, com a segurança e defesa de áreas aeroportuárias, e demais edificações de apoio ao pleno funcionamento do aeródromo/aeroporto. Aquisição de veículos e equipamentos, construção de infraestrutura de contra-incêndio necessários à operação de aeroportos e aeródromos, bem como implantação, reforma e adequação de redes de serviço de combate a incêndios em áreas aeroportuárias ou contíguas que afetem a plena operação dos mesmos. <i>Finalidade:</i> Reformar e ampliar aeroportos e aeródromos de interesse nacional, visando a atender as necessidades operacionais da Força Aérea Brasileira e Implantar módulos operacionais de contra-incêndio para atendimento à Infra-estrutura dos aeroportos e aeródromos públicos civis e militares.	
20SX	Infraestrutura de Unidades Militares na Região do Calha Norte
<i>Descrição:</i> Adequação de unidades militares, realização de obras e serviços de infraestrutura e pavimentação das rodovias e estradas vicinais que atendem às unidades militares e às comunidades e aquisição de materiais e equipamentos não militares necessários ao pleno funcionamento das unidades. <i>Finalidade:</i> Adequar as unidades militares, exceto os Pelotões Especiais de Fronteira, contribuindo para a garantia da segurança do território brasileiro.	
20T8	Sistema de Cartografia para a Amazônia Legal
<i>Descrição:</i> Levantamentos de dados básicos como topografia, geologia e cartas náuticas executados pelas Forças Armadas e CPRM e levantamentos temáticos que subsidiarão políticas públicas territoriais para o desenvolvimento regional da Amazônia Legal. <i>Finalidade:</i> Gerar informações estratégicas ao monitoramento e desenvolvimento regional e à segurança nacional.	
2385	Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite
<i>Descrição:</i> Manutenção dos diversos equipamentos que compõem o SISCOMIS e a interligação dos Centros de Comando e Controle do Estado-Maior de Defesa com os Órgãos que integram a Estrutura Militar de Defesa, incluindo os Comandos Combinados, quando ativados. <i>Finalidade:</i> Manter e operar o Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS).	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2439	Logística Operacional para Apoio às Atividades do Calha Norte
<i>Descrição:</i> Suporte logístico às unidades militares, prestação de serviço humanitário às comunidades (transporte aéreo de emergência) e transporte do pessoal que realiza as vistorias (fiscalização e recebimento de obras e equipamentos realizados pela seção técnica) e as visitas de inspeção (verificação in loco da aplicação dos recursos empregados na vertente militar). Essas despesas também compreendem estudos cujo objetivo seja elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas voltadas à região amazônica, serviços administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e produção e edição de publicações para divulgação do Programa Calha Norte. <i>Finalidade:</i> Efetuar o suporte logístico realizado por meio aéreo (aeronaves das Forças Armadas e, eventualmente, empresas privadas), em benefício das unidades militares instaladas e das comunidades dos municípios atendidos. Além disso, visa agregar despesas com estudos conjunturais, que buscam alavancar a sustentabilidade dos Municípios atendidos pelo PCN, bem como despesas com a manutenção do Programa.	
2441	Manutenção de Aeródromos na Região do Calha Norte
<i>Descrição:</i> Realização de obras e serviços de manutenção nas pistas de pouso e decolagem, nas áreas de estacionamento e de taxiamento de aeronaves e nos terminais de passageiros que compõem os aeródromos. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos aeródromos da região abrangida condições de operacionalidade, visando ao adequado atendimento das unidades militares instaladas e das comunidades que se beneficiam da presença das Forças Armadas.	
2452	Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte
<i>Descrição:</i> Adequação (ampliação e reforma) dos Pelotões Especiais de Fronteira, manutenção da infraestrutura instalada (realização de obras e serviços de manutenção de suas instalações e equipamentos não militares; realização de obras e serviços de conservação e pavimentação das rodovias e estradas vicinais; e realização de obras e serviços de manutenção do complexo de instalações e linhas de distribuição das pequenas centrais elétricas que atendem aos Pelotões Especiais de Fronteira e às comunidades) e aquisição de materiais e equipamentos não militares necessários ao pleno funcionamento dos Pelotões Especiais de Fronteira. <i>Finalidade:</i> Adequar e manter os Pelotões Especiais de Fronteira, contribuindo para a garantia da segurança do território brasileiro ao longo da faixa de fronteira.	
2501	Produção de Auxílios à Navegação
<i>Descrição:</i> Implantação, manutenção e operação de sinais e sistemas de auxílio à navegação, tais como faróis, bóias cegas ou luminosas, faroletes e respondedores de radar, para atendimento das necessidades imediatas de sinalização náutica, sua expansão, aperfeiçoamento e atualização técnica. Levantamento hidrográfico e cartográfico marítimo e fluvial; viabilização de atividades correlatas à confecção de cartas e de documentos náuticos; manutenção preventiva e corretiva dos meios hidrográficos, faroleiros e hidroceanográficos. Obtenção de materiais, equipamentos e serviços necessários à previsão e à divulgação de dados e informações meteorológicas da área marítima sob jurisdição brasileira. <i>Finalidade:</i> Contribuir para orientação e segurança do tráfego marítimo, fluvial e lacustre em águas nacionais brasileiras.	
2502	Registro e Fiscalização de Embarcações
<i>Descrição:</i> Realização de inspeções navais e vistorias; identificação, classificação e inscrição de embarcações; fiscalização do registro de propriedade; manutenção e reparo das embarcações pertencentes à rede da Diretoria de Portos e Costas; obtenção de materiais, equipamentos e serviços destinados à viabilização das tarefas a cargo das Capitânicas/Delegacias/Agências; e demais tarefas afins relacionadas às leis e aos regulamentos para tráfego marítimo e fluvial. Manutenção da rede de comunicações e controle do tráfego marítimo e obtenção de materiais, equipamentos e serviços específicos para equipar helicópteros, rebocadores, corvetas e demais navios de socorro e salvamento à aeronaves, navios, plataformas e embarcações. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a segurança do tráfego marítimo e fluvial, por intermédio do controle das embarcações e da fiscalização quanto ao cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores sob jurisdição brasileira. Manter o Sistema de Acompanhamento do Tráfego Marítimo de interesse nacional, em particular na área marítima do Atlântico Sul (AMAS), a fim de atender compromissos internacionais assumidos pelo País e de contribuir para as atividades e operações de busca e salvamento (SAR), no que diz respeito à salvaguarda da vida humana no mar.	
2507	Curso de Pós-Graduação
<i>Descrição:</i> Realização de cursos de pós-graduação nas diversas áreas de ensino relacionadas ao desenvolvimento de estudos, projetos e atividades de interesse do Setor Aeroespacial. <i>Finalidade:</i> Desenvolver habilidades e competências em Oficiais da Aeronáutica, em particular, das Forças Armadas, em geral, e de Civis para o desempenho de atividades de pesquisa, produção e desenvolvimento de projetos e de conhecimentos de interesse do Setor Aeroespacial.	
2509	Ensino Preparatório para Formação de Oficiais
<i>Descrição:</i> Realização de curso para formação básica militar e intelectual de Recursos Humanos, com destino à Academia responsável pela formação de oficiais no âmbito de cada Força. <i>Finalidade:</i> Preparar os Recursos Humanos para o ingresso na Academia responsável pela formação de oficiais no âmbito de cada Força.	
2510	Ensino Profissional Marítimo
<i>Descrição:</i> Realização de cursos de ensino técnico-profissional para formação de recursos humanos da Marinha Mercante - marítimos, fluviais, portuários e outras categorias. <i>Finalidade:</i> Preparar recursos humanos para o desempenho de cargos e o exercício de funções e ocupações peculiares às categorias de aquaviários, portuários e trabalhadores em atividades correlatas.	
2685	Curso de Graduação em Engenharia
<i>Descrição:</i> Realização de cursos voltados ao ensino de engenharia em áreas de interesse do Comando da Aeronáutica. <i>Finalidade:</i> Formar Engenheiros militares da ativa e da reserva em áreas de interesse do Comando da Aeronáutica.	
2755	Manutenção e Suprimento de Campo de Provas e Estandes de Tiro de Aviação
<i>Descrição:</i> Aquisição de materiais, serviços, equipamentos e logística associada à operação e manutenção dos estandes de tiro e campo de provas. <i>Finalidade:</i> Prover a operação e a manutenção dos estandes de tiro e campo de provas, incluindo materiais, serviços, equipamentos e logística associada. Estas instalações possuem infraestrutura e segurança adequadas, o que permite o adestramento das tripulações das aeronaves e dos combatentes das unidades terrestres no emprego do armamento necessário ao cumprimento da destinação constitucional da Aeronáutica. Este treinamento aumenta, sensivelmente, a eficácia operacional do Comando da Aeronáutica previsto em legislação, visando uniformizar a tropa e padronizar seu uso.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2756	Manutenção e Suprimento de Material contra Incêndio
<i>Descrição:</i> Aquisição, manutenção e conservação de materiais, equipamentos e veículos específicos para salvamento, prevenção, proteção e apoio em combate a incêndio, manutenção e conservação das instalações de apoio e infraestrutura pertinentes, bem como o adestramento de pessoal para a execução da atividade. <i>Finalidade:</i> Garantir às Organizações Militares da Aeronáutica níveis adequados de segurança, de prevenção e de meios para o combate a incêndios.	
2757	Manutenção e Suprimento de Simuladores
<i>Descrição:</i> Aquisição de material de consumo e de equipamentos e contratação e execução de serviços para a manutenção preventiva e corretiva dos simuladores e dos equipamentos acessórios. É realizado planejamento prévio, baseado em estudos e séries históricas, por solicitação do Estado Maior da Aeronáutica. A sistemática de organização adotada baseia-se em um banco de metas decenal constituído por metas elaboradas por cada Comando Geral / Departamento. Implementa-se por meio da priorização das metas constantes do banco de metas decenal, que dá origem ao Plano de Metas decenal. O Alto-Comando da Aeronáutica realiza a avaliação e a priorização. A execução se dá pelo Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPG) do Comando da Aeronáutica, em fase de implantação. <i>Finalidade:</i> Prover apoio logístico em materiais e serviços de manutenção às Unidades Militares que operem simuladores e equipamentos associados.	
2769	Avaliação de Material de Emprego Militar e Dual
<i>Descrição:</i> Suprimento das necessidades do Centro de Avaliações do Exército com recursos para a realização das Avaliações Operacionais e Técnicas previstas, treinamento e capacitação técnica de pessoal para manutenção, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de cargas, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar o suprimento de instrumentos para medição e aferição dos equipamentos e dos materiais a serem avaliados.	
2859	Aprestamento das Forças Navais
<i>Descrição:</i> Obtenção de bens e serviços que visam manter o adequado estado de prontidão operativa dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, assim como de suas respectivas tripulações. <i>Finalidade:</i> Manter o preparo dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais para o adequado estado de prontidão operativa das Forças Navais.	
2861	Formação da Reserva Mobilizável
<i>Descrição:</i> Seleção para a prestação do serviço militar obrigatório, proporcionando sua qualificação e formação militar, além da realização de exercícios de reapresentação, a fim de torná-los aptos a compor a reserva mobilizável da Marinha do Brasil. <i>Finalidade:</i> Garantir um contingente capacitado para ser reintegrado ao serviço militar ativo, em caso de necessidade da Marinha do Brasil.	
2864	Alimentação de Pessoal
<i>Descrição:</i> Aquisição de gêneros e demais insumos, contratação de serviços necessários ao preparo e ao fornecimento da alimentação diária ao pessoal em atividade nas Forças Armadas. <i>Finalidade:</i> Prover a alimentação das Forças Armadas.	
2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento
<i>Descrição:</i> Aquisição, estocagem, distribuição e conservação dos itens de fardamento destinados a suprir a tropa. <i>Finalidade:</i> Atender às necessidades de fardamento, previstas em legislação, para as organizações militares, visando uniformizar a tropa e padronizar o seu uso.	
2868	Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes
<i>Descrição:</i> Aquisição de combustíveis e lubrificantes; Obtenção e manutenção dos equipamentos e instalações necessários ao recebimento, perícia, estocagem, guarda, conservação e fornecimento de combustíveis e lubrificantes em condições ideais. <i>Finalidade:</i> Assegurar a adequada manutenção e o suprimento de combustíveis e lubrificantes para as organizações militares.	
2872	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório
<i>Descrição:</i> Complementação do atendimento às necessidades das Forças Singulares para a execução de todas as fases do Sistema de Serviço Militar. Destina-se à manutenção das instalações, aquisição e manutenção de material e provimento de outros recursos para execução das atividades de Serviço Militar: para: Complementação do atendimento às necessidades das Forças Singulares para a execução de todas as fases do Sistema de Serviço Militar. Destina-se à manutenção das instalações, aquisição e manutenção de material e provimento de outros recursos para execução das atividades de Serviço Militar: Alistamento; Seleção Geral e Especial; Distribuição; Seleção Complementar; Designação; Incorporação/Matrícula; e Exercício de Apresentação da Reserva. <i>Finalidade:</i> Prover os Órgãos de Serviço Militar das Forças Armadas de meios que melhor lhes permitam cumprir suas atividades de Serviço Militar, que compreenderão, na Mobilização, todos os encargos relacionados à defesa nacional.	
2883	Cartografia Terrestre, Mapeamento e Demarcação de Áreas
<i>Descrição:</i> Execução de atividades cartográficas relativas à elaboração de produtos, suprimento e manutenção de material cartográfico para o Exército.. Treinamento e capacitação técnica de pessoal, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de cargas, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Dotar o Exército Brasileiro de produtos cartográficos atualizados.	
2884	Capacitação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia
<i>Descrição:</i> Realização de cursos de reciclagem e de atualização técnica, bem como visita técnica de especialistas brasileiros e estrangeiros com vistas ao desenvolvimento tecnológico no País e no exterior. <i>Finalidade:</i> Reciclar e atualizar os conhecimentos dos recursos humanos do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial - CTA e das Organizações subordinadas.	
2890	Manutenção e Suprimento de Material Bélico
<i>Descrição:</i> Aquisição de itens de suprimento e peças de reposição e contratação de serviços necessários à manutenção do material de emprego militar - viaturas e reboques, material de engenharia, armamento e instrumentos de observação, direção e controle de tiro - incluindo o treinamento de pessoal, inerente à execução das atividades de manutenção acima descritas. <i>Finalidade:</i> Permitir que os diversos tipos de material de emprego militar estejam em condições de serem empregados pelas Organizações Militares, com segurança e funcionalidade ideais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2891	Logística de Material de Aviação
<i>Descrição:</i> Suprimento da Aviação Militar, atendendo as suas necessidades de manutenção e suprimento de material de aviação: aeronaves, armamentos, equipamentos, peças e componentes, materiais de apoio em terra, viaturas reboque, geradores, ferramental para oficina, inclusive combustível para as suas aeronaves. Aquisição de materiais e contratação de serviços para atendimento das despesas necessárias ao funcionamento da ação, tais como: estocagem, distribuição, conservação e transporte dos diversos itens envolvidos; administração de importações; adequação à legislação ambiental vigente, capacitação de pessoal; publicação de manuais; acompanhamento de contratos (passagens, hospedagem, alimentação e diárias); aquisição de meios de apoio para o gerenciamento das atividades como: material de informática, material de escritório, material de expediente, publicações diversas, etc. <i>Finalidade:</i> Possibilitar a manutenção e o suprimento do material de aviação em níveis satisfatórios e sob condições ideais de guarda e armazenamento.	
2892	Logística de Material de Comunicações
<i>Descrição:</i> Aquisição de material permanente e de consumo e contratação de serviços necessários à realização da manutenção e ao suprimento de material de comunicações, de eletrônica e informática aplicadas em comunicações, treinamento e capacitação técnica de pessoal para manutenção, publicação de manuais, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de cargas, adequação à legislação ambiental vigente, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Manter equipamentos de comunicações táticas em adequadas condições de uso.	
2895	Manutenção e Suprimento de Material de Saúde
<i>Descrição:</i> Suprimento, estocagem, distribuição e manutenção de materiais e equipamentos médicos necessários à prestação de assistência à saúde, voltados à operacionalidade das Forças Armadas. <i>Finalidade:</i> Garantir a manutenção e o suprimento de materiais e equipamentos necessários ao atendimento médico-hospitalar, voltados à operacionalidade das Forças Armadas.	
2896	Transporte Logístico de Superfície
<i>Descrição:</i> Continuidade das atividades de deslocamento de cargas e pessoas em atividades atinentes às áreas administrativa e operacional. <i>Finalidade:</i> Manter e suprir as áreas administrativa e operacional de transporte logístico de superfície nas missões em que haja necessidade do uso de viaturas.	
2897	Manutenção e Suprimento dos Sistemas de Telemática Militar
<i>Descrição:</i> Aquisição de material, contratação de serviços de manutenção e de comunicações para o tráfego de dados, voz e vídeo, aquisição de material e contratação de serviços de manutenção da operacionalidade e da segurança dos sistemas de telemática militar e das redes corporativas de comunicações do Exército Brasileiro, treinamento do pessoal para manutenção, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de cargas, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Manter os sistemas de informática, comunicações e eletrônica do Exército Brasileiro	
2899	Suporte ao Desenvolvimento Industrial
<i>Descrição:</i> Fomento e coordenação do complexo industrial aeroespacial brasileiro, abrangendo as empresas das áreas aeronáutica, espacial e de defesa, por meio de: transferência de tecnologias desenvolvidas nas Organizações Militares do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial - CTA; prestação de serviços tecnológicos especializados; certificação de produtos aeroespaciais e de infraestrutura aeroportuária; certificação de sistemas de gestão da qualidade, normalização e manutenção do sistema de metrologia aeroespacial e qualificação técnica de recursos humanos. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o desenvolvimento do complexo industrial aeroespacial brasileiro.	
2900	Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade
<i>Descrição:</i> Aquisição de itens necessários à realização anual da convocação, do alistamento, da seleção e dos exames médicos e psicológicos dos jovens que se apresentam para prestar o serviço militar obrigatório, sendo fornecido a estes o Certificado de Alistamento ou de Dispensa de Incorporação. <i>Finalidade:</i> Garantir a apresentação para o serviço militar obrigatório e o controle da reserva em disponibilidade.	
2911	Manutenção e Suprimento de Material de Engenharia
<i>Descrição:</i> Aquisição, modernização e recuperação de meios de engenharia, tais como: viaturas de engenharia, embarcações, equipamentos para instalação de pontes provisórias, equipamentos e acessórios de engenharia de construção e de combate. Aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: maquinário e ferramental para oficinas, capacitação de pessoal, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de materiais, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Dotar e modernizar o Exército Brasileiro com material de engenharia para o apoio operacional ao estado de pronto emprego, ao suporte à cooperação em construção de obras de infraestrutura visando ao desenvolvimento nacional, e para pronta resposta ao apoio às populações em situações de emergência quando atingidas por catástrofes ou calamidades em todo o Território Nacional e no exterior.	
2913	Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
<i>Descrição:</i> Realização de atividades de prevenção de acidentes aeronáuticos, tais como a investigação de acidentes e incidentes, a formação de recursos humanos, realização de seminários e palestras, participação em eventos de segurança de voo, nacionais e internacionais, o acompanhamento dos programas de prevenção de acidentes aeronáuticos em todas as organizações militares e empresas aéreas, a aquisição de suprimentos, softwares, equipamentos, periféricos, contratação de profissionais e/ou empresas necessários à manutenção e operação do Sistema de Gerenciamento Integrado de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - SIGPAER, manutenção das instalações e de infraestrutura, serviços de transporte, serviços administrativos, assessoria técnica especializada, treinamento e aperfeiçoamento profissional. <i>Finalidade:</i> Promover a prevenção de acidentes aeronáuticos, preservando os recursos humanos e materiais, visando ao progresso da Aviação Brasileira.	
2915	Formação e Especialização de Cabos e Soldados
<i>Descrição:</i> Realização de Cursos de Formação e de Especialização de cabos e soldados nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica. <i>Finalidade:</i> Formar e especializar cabos e soldados para o desempenho de atividades operacionais, técnicas, administrativas e de segurança e defesa dos diversos segmentos da Aeronáutica.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2916	Instrução e Adestramento da Aeronáutica
<i>Descrição:</i> Aquisição de materiais, serviços, equipamentos e afins necessários à capacitação física e técnico-profissional de todo o efetivo da Força Aérea, contratação de especialistas em áreas de interesse, bem como o aparato de apoio à plena proficiência desta Ação. <i>Finalidade:</i> Capacitar técnica, física e operacionalmente os militares da Aeronáutica, visando a garantir altos padrões de operacionalidade da Força Aérea Brasileira.	
2919	Registro e Fiscalização de Produtos Controlados
<i>Descrição:</i> Fiscalização e controle da produção, do armazenamento, da circulação e da destinação de armas, munições, explosivos e outros produtos controlados pelo Exército, no território nacional. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o controle da produção, do armazenamento, da circulação e da destinação de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos.	
2923	Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
<i>Descrição:</i> Aquisição de suprimentos, softwares, equipamentos, periféricos, contratação de profissionais e/ou empresas necessários à operação e manutenção de equipamentos, dos auxílios, dos sistemas e das instalações vinculados ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB, tais como: auxílios à navegação aérea, suporte à navegação e rota, à aproximação para pouso e ao pouso e decolagem de aeronaves; serviços de informações aeronáuticas; meteorologia aeronáutica; vigilância e controle radar do espaço aéreo brasileiro; telecomunicações do Comando da Aeronáutica; manutenção das instalações prediais e de infraestrutura; conservação de bens imóveis; serviços de transporte; serviços administrativos gerais; assessoria técnica especializada; manutenção de aeronaves que cumprem missões em benefício do programa; elaboração, atualização e distribuição periódica de cartas de navegação aeronáutica; operação e manutenção de Sistemas e Instalações de Busca e Salvamento; formação, pós-formação e atualização de recursos humanos; e demais serviços e materiais imprescindíveis ao funcionamento da presente ação. <i>Finalidade:</i> Garantir o controle e a vigilância do espaço aéreo brasileiro.	
2A55	Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais e Táticas Aplicadas na Guerra Naval
<i>Descrição:</i> Realização de pesquisas, de experimentos e de testes laboratoriais e de campo voltados para o desenvolvimento de protótipos, plataformas e sistemas, e respectiva mensuração do desempenho, voltados para a execução das atividades operacionais, gerenciais e de suporte a decisão realizadas nas diversas organizações técnicas, operativas e administrativas da Marinha do Brasil. Realização de estudos, pesquisas, coleta de dados e informações, visando atualizar e desenvolver táticas aplicáveis à guerra naval, bem como proceder a simulações e avaliações para viabilizar e aperfeiçoar a aplicação dessas táticas. <i>Finalidade:</i> Desenvolver protótipos, plataformas e sistemas operacionais, gerenciais e de suporte à tomada de decisão, incluindo Projetos de Pesquisa Básica e Aplicada e Projetos de Desenvolvimento e Engenharia, e promover o aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos táticos empregados pelos meios da Marinha do Brasil.	
2A64	Manutenção de Meios Operativos da Marinha
<i>Descrição:</i> Obtenção de materiais, equipamentos e serviços necessários à manutenções preventiva, preditiva, corretiva e modificadora dos meios operativos da Marinha e seus respectivos sistemas, conforme o estabelecido no Programa Geral de Manutenção (PROGEM). <i>Finalidade:</i> Manter em condições ideais de operacionalidade os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais e seus respectivos sistemas.	
2A82	Graduação e Pós-Graduação em Engenharia
<i>Descrição:</i> Realização, por intermédio do Instituto Militar de Engenharia (IME), de cursos voltados ao ensino científico-tecnológico, nos níveis de graduação, pós-graduação, especialização e extensão, de projetos de pesquisa básica, de visitas técnicas, e de participações em eventos de ciência e tecnologia no País e no exterior. Execução de convênios de cooperação firmados com instituições públicas ou privadas na área científico-tecnológica de interesse do Exército Brasileiro. Cooperação com os demais órgãos afetos através da prestação de serviços e execução de atividades de natureza técnico-científicas. Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: capacitação técnica de pessoal, publicação de manuais e materiais de instrução, adequação à legislação ambiental vigente, diárias e passagens, manutenção de laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Dotar o Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército de recursos humanos capacitados no desenvolvimento de pesquisa na área científico-tecnológica militar.	
2B25	Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Oficiais e Civis
<i>Descrição:</i> Aquisição de bens e serviços para a realização de cursos voltados à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais de nível superior nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica. <i>Finalidade:</i> Formar, aperfeiçoar e especializar Oficiais e Civis de nível superior para o desempenho de atividades operacionais e administrativas de liderança, comando, assessoramento, gerenciamento, chefia e direção dos diversos segmentos da Aeronáutica.	
2B26	Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Sargentos e Civis
<i>Descrição:</i> Aquisição de bens e serviços para a realização de cursos voltados à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais de nível médio nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica. <i>Finalidade:</i> Formar, aperfeiçoar e especializar Sargentos e Civis de nível médio para o desempenho de atividades operacionais, técnicas e administrativas dos diversos segmentos da Aeronáutica.	
2D55	Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e na Área de Defesa
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da política externa brasileira, com ênfase nas áreas da diplomacia militar de defesa, da política e da inteligência estratégicas, compreendendo a manutenção de representações e missões militares em diversos países, em organizações de cooperação militar e defesa conjunta e, em cumprimento a compromissos diplomáticos militares, a promoção do intercâmbio de cultura doutrinária militar com integrantes de Forças Armadas estrangeiras. <i>Finalidade:</i> Elevar o perfil estratégico do Brasil e fortalecer a posição do País no cenário internacional por intermédio da diplomacia militar de defesa, bem como cumprir compromissos assumidos com organismos internacionais no espectro da cooperação internacional na área militar e de defesa.	
2D66	Manutenção e Operação do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
<i>Descrição:</i> Obtenção de bens e serviços necessários à manutenção do conhecimento adquirido e à operação, adequação e funcionamento das unidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo e do Centro Experimental Aramar, em Iperó, no Estado de São Paulo. <i>Finalidade:</i> Manter, operar e adequar as unidades do ciclo do combustível, de geração de energia núcleo-elétrica e a infraestrutura do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo de modo a viabilizar pesquisas afetas à tecnologia nuclear.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2D98	Cooperação com o Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<i>Descrição:</i> Cooperação na área científico-tecnológica, intercâmbio de experiências e parcerias estratégicas de interesse das Forças Armadas, por meio do desenvolvimento de pesquisas, equipamentos, insumos, da prestação de serviços e execução de atividades de natureza técnico-científicas. Execução de convênios de cooperação firmados com instituições públicas ou privadas na área científico-tecnológica de interesse do Exército Brasileiro. Cooperação com os demais órgãos afetos através da prestação de serviços e execução de atividades de natureza técnico-científicas. Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: capacitação técnica de pessoal, adequação à legislação ambiental vigente, diárias e passagens, manutenção de laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Cooperar com a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico do País, nas áreas militar e civil, ou com suas aplicações diretas, tendo como objetivo a incorporação de novas tecnologias, processos e produtos ao setor industrial brasileiro e à sociedade.	
3116	Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica
<i>Descrição:</i> Suprimento às aeronaves e aos órgãos ligados às operações militares da Aeronáutica de equipamentos de comunicação e eletrônica necessários ao seu desempenho operacional. <i>Finalidade:</i> Modernizar equipamentos, permitindo maior eficiência operacional das comunicações.	
3123	Implantação de Novos Sistemas Bélicos
<i>Descrição:</i> Aquisição, implantação e adequação de novos sistemas bélicos necessários ao cumprimento da missão constitucional atribuída à Aeronáutica. <i>Finalidade:</i> Dotar a FAB com sistemas bélicos, visando ao desempenho de sua missão operacional	
3133	Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB
<i>Descrição:</i> Implementação de órgãos técnicos e operacionais, equipamentos e sistemas de vigilância do espaço aéreo, de comunicação, de meteorologia, de informações aeronáuticas, de busca e salvamento e de auxílios à navegação aérea, incluindo o fornecimento dos meios de apoio ao pessoal engajado no controle do espaço aéreo, em consonância com o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (PDSCEA). <i>Finalidade:</i> Possibilitar os meios necessários ao aprimoramento da infraestrutura de apoio à navegação aérea e às atividades de controle do espaço aéreo, visando à circulação segura e eficiente do tráfego aéreo no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil.	
3138	Implantação do Sistema de Aviação do Exército
<i>Descrição:</i> Obras de Infraestrutura em aviação, obtenção de meios aéreos, sistemas de armas, equipamentos de apoio às atividades de terra e meios de instrução, de treinamento de voo e de suporte logístico destinados à implantação da aviação do Exército. Aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: maquinários e ferramentais, treinamento do pessoal, adequação à legislação ambiental vigente, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Dotar o Exército Brasileiro de meios aéreos necessários ao transporte de tropas e cargas.	
4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição:</i> Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.	
4220	Manutenção e Suprimento de Material de Comunicações Estratégicas e de Guerra Eletrônica
<i>Descrição:</i> Manutenção e suprimento de material de comunicações estratégicas, de guerra eletrônica e material de eletrônica, utilizados para manter a operacionalidade das organizações militares, treinamento e capacitação técnica de pessoal para manutenção, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de cargas, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Manter equipamentos de comunicações estratégicas e de guerra eletrônica em adequadas condições de uso.	
4222	Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência
<i>Descrição:</i> Obtenção, processamento, análise, distribuição e armazenamento de dados e conhecimentos derivados de sensoriamento remoto, do espectro-eletromagnético e do tratamento de informações meteorológicas. Operação de sistema informatizado, apoiado em rede dedicada de computadores. Ações de suporte e assistência técnica à rede de produção e compartilhamento de dados. Aquisição ou desenvolvimento de softwares específicos. Manutenção, ampliação e modernização da capacidade de tratamento ou processamento dos dados e conhecimentos derivados de sensoriamento remoto, do espectro-eletromagnético e do tratamento de informações meteorológicas. Capacitação especializada de pessoal. Promoção de eventos de incentivo ao intercâmbio e à atualização de conhecimentos técnico-científicos especializados. <i>Finalidade:</i> Manter e operar um sistema de coleta, processamento e compartilhamento de dados e conhecimentos de Inteligência derivados de sensoriamento remoto, do espectro-eletromagnético e do tratamento de informações meteorológicas, objetivando o suporte aos planejamentos estratégicos e operacionais no âmbito das Forças Armadas.	
4229	Operações Militares Combinadas ou Conjuntas
<i>Descrição:</i> Realização de exercícios militares com a participação dos Comandos do Ministério da Defesa, buscando a participação combinada ou conjunta dos mesmos, bem como a participação em operações ou atividades conjuntas de intercâmbio militar com Forças Armadas de outros países - ou promovê-las, quando em território nacional - para troca de experiências militares operacionais e para o aperfeiçoamento de doutrinas. <i>Finalidade:</i> Preparar os Comandos do Ministério da Defesa de forma a permitir a atuação combinada ou conjunta no cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas, bem como preparar e realizar operações militares com Forças Armadas de países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira.	
4322	Manutenção do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM
<i>Descrição:</i> Manutenção e suprimento de equipamentos, de sistemas especializados e instalações, necessárias à circulação segura e eficiente do tráfego aéreo no espaço aéreo da Região Amazônica. <i>Finalidade:</i> Garantir o controle e a vigilância do espaço aéreo brasileiro na Região Amazônica.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4348	Pesquisa e Desenvolvimento da Meteorologia Aeroespacial
<i>Descrição:</i> Aquisição de equipamentos/materiais e contratação de serviços para investigar o comportamento dos principais parâmetros meteorológicos (vento, temperatura, precipitação, pressão, tempo presente, nebulosidade e umidade), observados nas regiões onde estão localizados os Centros de Lançamentos Brasileiros. <i>Finalidade:</i> Executar pesquisas e estudos meteorológicos no Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial - CTA, com aplicação na área espacial, visando aperfeiçoar os conhecimentos científicos sobre a atmosfera das regiões dos Centros de Lançamentos.	
4403	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Força Terrestre
<i>Descrição:</i> Pesquisa e desenvolvimento de materiais e equipamentos de utilização militar ou civil. Treinamento e capacitação técnica de pessoal, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de cargas, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a Pesquisa e Desenvolvimento de interesse do Exército e das demais Forças Armadas.	
4404	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial
<i>Descrição:</i> Garantia do pleno funcionamento dos órgãos que promovem a pesquisa e o desenvolvimento no escopo aeroespacial, dando especial ênfase aos projetos e atividades de pesquisas suportados com recursos orçamentários, juntamente com a qualificação profissional dos técnicos nas áreas de ciência e tecnologia e da gestão em pesquisa e desenvolvimento, bem como a continuidade do fluxo financeiro aos projetos e atividades de pesquisa enquadrados no Plano Setorial do CTA. <i>Finalidade:</i> Ampliar e gerenciar o conhecimento adquirido por meio das pesquisas básicas e aplicadas e do desenvolvimento de tecnologias, bem como manter e adequar a infraestrutura física dos órgãos que promovem a pesquisa e o desenvolvimento no escopo aeroespacial nas unidades subordinadas ao CTA, em São José dos Campos.	
4427	Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional
<i>Descrição:</i> Planejar a Mobilização Nacional envolvendo o Sistema Nacional de Mobilização, onde estão representados os campos do Poder Nacional, visando o desenvolvimento de sua capacidade. <i>Finalidade:</i> Planejar o desenvolvimento da capacidade de Mobilização do País, com a finalidade de atender as Hipóteses de Emprego, quando da decretação da Mobilização Nacional.	
4430	Revitalização de Materiais de Emprego Militar
<i>Descrição:</i> Realização de trabalhos técnicos nos materiais e equipamentos de emprego militar modernizados e adquiridos, em uso no Exército, para prorrogar a sua vida útil ou torná-los mais atualizados em relação às novas tecnologias utilizadas, treinamento e capacitação técnica de pessoal para manutenção, publicação de manuais e materiais para instrução, adequação à legislação ambiental vigente, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, mobilização e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Prorrogar a vida útil dos materiais de emprego militar, tornando-os mais adequados às novas doutrinas de emprego e atualizados às novas tecnologias militares.	
4450	Aprestamento da Força Terrestre
<i>Descrição:</i> Aquisição de materiais de consumo e permanentes, contratação de serviços, realização de obras de construção, adequação e manutenção para: suporte às atividades de preparo contínuo da Força Terrestre; manutenção do Sistema de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos da aviação do Exército; participação de compromissos internacionais, inclusive com a preparação de efetivos para força de paz; execução dos programas de instrução e adestramento do Exército Brasileiro; transporte operacional da tropa; emprego da Força Terrestre em operações; realização de pesquisas, desenvolvimento e avaliação de doutrina e estratégia militar; mobilização, formação e adestramento da reserva mobilizável; e apoio à atividade de segurança de autoridades. Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: capacitação técnica de pessoal, publicação de manuais e material para instrução, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, e acondicionamento de materiais, adequação à legislação ambiental vigente, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Manter a força terrestre preparada para seu emprego na defesa do território nacional e da sua soberania nacional.	
5132	Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - SISCOMIS
<i>Descrição:</i> Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS), por intermédio da aquisição e instalação de equipamentos de telecomunicação para a estruturação de redes para comunicação de voz e dados, integrando os Órgãos que integram a Estrutura Militar de Defesa, incluindo os Comandos Combinados, quando ativados, de acordo com o Plano de Desenvolvimento e de Implantação do SISCOMIS (PDI-SISCOMIS), do Estado-Maior de Defesa. <i>Finalidade:</i> Dotar o Estado-Maior de Defesa de um sistema de telecomunicações independente, exclusivo, de alta confiabilidade e eficiência para atender as necessidades de interligação de seus Centros de Comando e Controle com os Órgãos que integram a Estrutura Militar de Defesa, incluindo os Comandos Combinados, quando ativados.	
5134	Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras
<i>Descrição:</i> Aquisição de equipamentos e tecnologia para concepção, implantação e operação do SISTED - Sistema Tático de Enlaces de Dados - que tem por objetivo básico assegurar a transferência confiável de dados e mensagens entre os meios operativos das Forças Armadas. <i>Finalidade:</i> Implantar um sistema de comunicações militares, de modo a garantir um nível seguro de privacidade das informações e mensagens táticas trocadas entre os meios operativos de um Comando Combinado.	
5136	Implantação do Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB
<i>Descrição:</i> Confecção de Banco de Dados de empresas e serviços de interesse específico da Mobilização Nacional, com acesso de todos os Órgãos componentes do SINAMOB. <i>Finalidade:</i> Planejar, desenvolver e implementar uma infra-estrutura gerencial que comporte todos os órgãos que constituem o Sistema Nacional de Mobilização -SINAMOB.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

5261	Desenvolvimento e Implantação de Sistemas de Telemática Militar
<i>Descrição:</i> Aquisição de suprimentos, softwares, equipamentos de Tecnologia de Informação (TI) e periféricos e, ainda, contratação de profissionais e/ou empresas para o treinamento, o aperfeiçoamento de pessoal, o desenvolvimento de pesquisas, sistemas e projetos na área de telecomunicação e de informática, bem como, as normalizações e fiscalizações necessárias aos projetos em desenvolvimento e implantação <i>Finalidade:</i> Suprir a Força Aérea Brasileira de: meios necessários para armazenar, recuperar, manipular, transitar e exibir, de forma segura, as informações sobre forças, plataformas, armamentos, sensores, sistemas e dispositivos empregados nas operações militares; e meios necessários às ações ligadas à análise operacional do seu emprego e dos seus equipamentos e sistemas. Ambas as finalidades visam a acelerar o tempo de resposta, à melhoria do controle e da segurança e à instituição de conceitos, concepções, métodos, processos e procedimentos.	
5408	Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados
<i>Descrição:</i> Execução de pesquisas básicas, pesquisas aplicadas e desenvolvimento de sistemas, subsistemas e componentes nas áreas Aeroespacial e de Defesa de interesse das Forças Armadas e da Aeronáutica em particular. <i>Finalidade:</i> Desenvolver projetos na área de Tecnologia Aeroespacial e de Defesa, a fim de dotar a Força Aérea Brasileira de equipamentos específicos às suas missões e diminuir a dependência externa brasileira em Sistemas de Alta Tecnologia ampliando, concomitantemente, a participação do Parque Industrial Nacional nestes projetos específicos.	
6499	Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira
<i>Descrição:</i> Atuação e presença física nas áreas de fronteira, representando o Estado Brasileiro e intensificando o patrulhamento e a vigilância das vias de acesso marítimas, fluviais, terrestres e aéreas que do exterior demandam o interior do território nacional, combatendo os crimes transfronteiriços e ambientais, promovendo o desenvolvimento social e reduzindo os focos de tensão. <i>Finalidade:</i> Intensificar a presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira.	
6515	Sistema de Informações Logísticas de Defesa
<i>Descrição:</i> Aquisição, conservação e manutenção de equipamentos e materiais relacionados à Tecnologia da Informação (TI); contratação de serviços para desenvolvimento do Sistema de Informações Logísticas de Defesa; e qualificação técnica e doutrinária de pessoal para operar o SILD. <i>Finalidade:</i> Estabelecer e manter o Sistema de Informações Logísticas de Defesa (SILD), por meio do desenvolvimento, implementação e gestão do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SIGLD), em conjunto com a realização de Atividades de Integração Logística e de Tecnologia e Inovação Militar.	
6557	Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão
<i>Descrição:</i> Formação dos jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Armadas, por intermédio de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional, complementem sua formação cívico-cidadã e facilitem seu ingresso no mercado de trabalho. <i>Finalidade:</i> Qualificar social e profissionalmente os jovens que prestam o Serviço Militar para ingresso no mercado de trabalho.	
6808	Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência
<i>Descrição:</i> Monitoramento dos movimentos aéreos, terrestres e fluviais relacionados com atividades ilícitas, identificação e localização de cultivos ilegais, assentamentos e campos de pouso irregulares, áreas de mineração ilegal e outros, gerando informações sobre a cobertura vegetal, hidrologia, ecossistemas, uso e ocupação dos espaços. <i>Finalidade:</i> Desenvolver atividades de inteligência, utilizando-se a infraestrutura do SIPAM, com vistas à proteção estratégica e ambiental da região amazônica.	
8110	Sensoriamento Remoto
<i>Descrição:</i> Aquisição, internalização, processamento e análise das imagens e sinais dos sensores remotos, incluindo SAR (Radar da Abertura Sintética), MSS (Scanner Multiespectral), HSS (Scanner hiperspectral), e OIS (Subsistema Óptico e Infravermelho), radares meteorológicos, e imagens satelitais. <i>Finalidade:</i> Planejar, coordenar e executar missões com emprego das aeronaves, para coleta de imagens (com diversas resoluções), de sensoriamento remoto do SIPAM, com vistas à geração de informações sobre a cobertura vegetal, a hidrologia, os ecossistemas, o uso e ocupação dos espaços.	
8425	Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon
<i>Descrição:</i> Participação de estudantes universitários nos processos de desenvolvimento sustentável local e de fortalecimento da cidadania. Para tanto, os estudantes são transportados às regiões menos favorecidas, onde tomam conhecimento e contato com a realidade local, socializam seus saberes acadêmicos interagindo com a comunidade, e elaboram propostas de soluções participativas, visando a redução das carências e deficiências locais. <i>Finalidade:</i> Formar a mentalidade cívica e solidária do jovem brasileiro, por meio do conhecimento e de sua integração à realidade nacional.	
8940	Aquisição de Meios Aeronavais
<i>Descrição:</i> Obtenção, abrangendo os estudos prévios necessários, de aviões e helicópteros para emprego nos esquadrões da Marinha. <i>Finalidade:</i> Dotar a Marinha de novos meios aeronavais necessários ao seu reaparelhamento e ao cumprimento de sua missão constitucional.	
8941	Aquisição de Embarcações de Apoio
<i>Descrição:</i> Obtenção, abrangendo os estudos técnicos prévios que se fazem necessários, de lanchas, batelões, chatas, avisos e outras embarcações de pequeno porte a serem utilizadas em apoio às atividades administrativas e operacionais da Marinha do Brasil. <i>Finalidade:</i> Dotar a Marinha do Brasil de embarcações de apoio necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.	
8945	Aquisição de Meios Navais
<i>Descrição:</i> Obtenção, abrangendo os estudos prévios que se fizerem necessários, de navios e submarinos para emprego nos grupamentos e nas forças navais. <i>Finalidade:</i> Dotar a Marinha de novos meios navais, necessários ao reaparelhamento e cumprimento de sua missão constitucional.	
8947	Aquisição de Meios de Fuzileiros Navais
<i>Descrição:</i> Obtenção, abrangendo os estudos prévios que se fazem necessários, de viaturas pesadas, armamentos, carros anfíbios e outros meios para emprego nos batalhões e nos grupamentos de fuzileiros navais. <i>Finalidade:</i> Dotar a Marinha de novos meios de fuzileiros navais necessários ao reaparelhamento e ao cumprimento de sua missão constitucional.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8950	Aquisição de Sistemas Operativos
<i>Descrição: Obtenção, abrangendo os estudos técnicos prévios que se fazem necessários, de sistemas de propulsão, de armas, de detecção, de comunicações e outros empregados nos órgãos e meios operativos.</i> <i>Finalidade: Dotar os meios navais, aeronavais, de fuzileiros navais e os órgãos operativos da Marinha do Brasil de sistemas prontos e capacitados, em níveis e condições adequadas de operacionalidade.</i>	
8953	Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Militares e Civis da Marinha
<i>Descrição: Promoção da habilitação de profissionais para o exercício de funções de Estado-Maior, cargos de Comando, Direção, Chefia e Assessorias da alta administração militar; Realização de cursos de pós-graduação nas diversas áreas de ensino relacionadas ao desenvolvimento de estudos, projetos e atividades de interesse militar; Realização de curso para formação básica militar e intelectual de Recursos Humanos, com destino à Academia responsável pela formação de oficiais no âmbito da Marinha; Especialização e aperfeiçoamento profissional dos oficiais da Marinha, por meio de promoção de cursos específicos; Realização de cursos voltados para os ensinamentos militar e técnico-profissional para o exercício do oficialato nas Forças Armadas; Ensino militar e técnico-profissional para o exercício de atividades operacionais e administrativas afins; Especialização e aperfeiçoamento profissional de praças da Marinha, por meio de promoção de cursos específicos; e Manutenção da estrutura necessária à realização das atividades afetas ao Sistema de Ensino Naval.</i> <i>Finalidade: Desenvolver habilidades e competências em Oficiais da Marinha e civis para o desempenho de atividades na alta administração naval, de pesquisa, produção e desenvolvimento de projetos e de conhecimentos de interesse militar; Preparar os Recursos Humanos para o ingresso na Academia responsável pela formação de oficiais para a Marinha; Formar, atualizar e melhorar a qualificação de Oficiais, Praças e Civis para os diferentes cargos e funções na Marinha do Brasil, possibilitando melhor desempenho de suas atividades.</i>	
8962	Aquisição de Próprios Nacionais Residenciais para as Forças Armadas
<i>Descrição: Aquisição, por compra ou permuta, de unidades habitacionais destinadas aos militares e servidores civis das Forças Armadas.</i> <i>Finalidade: Atender às necessidades habitacionais dos militares e dos servidores civis das Forças Armadas</i>	
8965	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro
<i>Descrição: Realização de cursos de ensino preparatório, formação, especialização e extensão, aperfeiçoamento, altos estudos militares, política, estratégia e alta administração, para preenchimento dos quadros de Oficiais, de cursos de formação, especialização e extensão, e aperfeiçoamento, para preenchimento dos quadros de sargentos, e de cursos de formação, especialização e extensão de Civis das Forças Armadas. Desenvolvimento de atividades no campo do estudo e da pesquisa de interesse do Exército. Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: capacitação técnica de pessoal, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de material para instrução, diárias e passagens, manutenção de laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.</i> <i>Finalidade: Capacitar os Oficiais, Sargentos e Civis da Força Terrestre para exercer os diferentes cargos e funções.</i>	
8966	Logística de Subsistência, Veterinária e Agrícola
<i>Descrição: Manutenção das instalações (laboratórios, depósitos, câmaras frigoríficas e outros) destinadas à estocagem, ao preparo e ao fornecimento de alimentação diária ao pessoal e animais. Aquisição de materiais e equipamentos e contratação de serviços para o suprimento de itens de material de veterinária, de coudelaria, agrícola e de controle de zoonoses. Produção, aquisição, manutenção, estoque e distribuição de rações e forragens para atender às necessidades das Organizações Militares do Exército Brasileiro. Produção e recompletamento dos efetivos de animais. Produção, aquisição e distribuição de material de ferrageamento, de contenção e treinamento de cães, imunobiológicos, insumos e equipamentos para análise laboratorial (Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia - LIAB); Aquisição, manutenção e distribuição de materiais e equipamentos agrícolas. Pesquisa e desenvolvimento de projetos relativos à alimentação de pessoal e de animais. Atendimento das necessidades do funcionamento da ação, tais como: necessidades de transporte dos diversos itens envolvidos, incluindo a aquisição e manutenção dos meios de transportes especiais utilizados; administração de importações; capacitação de pessoal; adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, acompanhamento de contratos (passagens, hospedagem, alimentação e diárias); aquisição de meios de apoio para o gerenciamento das atividades como (material de informática, material de escritório, material de expediente, publicações diversas, fontes de consulta, livros, revistas, periódicos entre outros).</i> <i>Finalidade: Prover a alimentação de animais, bem como assistência veterinária e agrícola e a manutenção do sistema de subsistência.</i>	
8967	Logística de Material de Intendência
<i>Descrição: Aquisição de itens de fardamento e componentes. Aquisição, produção, estocagem, distribuição e manutenção de materiais e equipamentos de Intendência, bem como a contratação de serviços, para suprir as Unidades Militares com o material de Intendência: equipamentos, material de campanha e demais materiais de emprego militar da tropa, necessários ao estado de prontidão da Força Terrestre. Aquisição de produtos acabados e de recuperação, tanto de consumo como permanente, tais como: tombs, máquinas para carpintaria, capotaria, entre outras; equipamentos diversos e seus acessórios; máquinas e equipamentos para o romaneio de cargas; aparelhos de uso industrial e seus acessórios; jogos de ferramentas, conjuntos, equipamentos de controle de qualidade e seus acessórios, bem como a contratação de serviços dessa natureza. Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: treinamento do pessoal para manutenção, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.</i> <i>Finalidade: Suprir o soldado brasileiro de fardamento, equipamento individual, equipamento e material de estacionamento e outros itens de Intendência previstos em legislação, visando a equipar adequadamente a tropa para o estado de prontidão.</i>	
8968	Logística de Material e Equipamento Militar
<i>Descrição: Aquisição de itens completos de suprimento de material, de peças de reposição, matérias-primas, componentes, maquinário industrial e ferramental, bem como, contratação de serviços necessários à manutenção de viaturas operacionais e de apoio, reboques, embarcações, armamentos e sistemas de armas, alvos e instrumentos de observação, direção e controle de tiro, munição de uso corrente, entre outros materiais de emprego militar. Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: manutenção e adequação da infraestrutura operacional de manutenção; adequação e recuperação dos sistemas de saneamento e proteção ambiental das garagens e oficinas de manutenção; estocagem, distribuição e conservação de materiais; transporte, mobilização e acondicionamento de cargas; treinamento do pessoal para manutenção, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, despesas de acompanhamento de contratos (passagens, hospedagem, alimentação e diárias); manutenção de laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais); aquisição de meios de apoio para o gerenciamento das atividades como: material de informática, material de escritório, material de expediente, publicações diversas, etc.</i> <i>Finalidade: Manter as viaturas operacionais e de apoio, armamentos e sistemas de armas, bem como os demais materiais de emprego militar em adequadas condições visando assegurar o estado de prontidão do Exército Brasileiro.</i>	
8969	Aquisição de Aeronaves
<i>Descrição: Aquisição de aeronaves e da logística associada.</i> <i>Finalidade: Recuperar a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira mediante renovação, atualização tecnológica e ampliação da frota, visando a garantir os níveis indispensáveis de prontidão operacional e segurança das atividades aéreas.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8970	Aquisição de Veículos de Superfície
<i>Descrição:</i> Aquisição de viaturas para atendimento às diversas atividades e organizações militares. <i>Finalidade:</i> Suprir a Força Aérea Brasileira dos meios de transporte de superfície necessários ao exercício da atividade militar.	
8973	Manutenção e Suprimento de Fardamento e Material de Intendência
<i>Descrição:</i> Aquisição, confecção, estocagem, distribuição, conservação e manutenção de equipamentos e materiais, bem como contratação de serviços, para suprir as Unidades Militares com o material de Intendência e fardamento necessários ao seu funcionamento. <i>Finalidade:</i> Prover as Unidades Militares com materiais, serviços, equipamentos e logística associada à área de Intendência, bem como todo o fardamento previsto em legislação (uniformes, equipamento individual, roupa branca e roupa de cama), visando uniformizar a tropa e padronizar o seu uso.	
8981	Aquisição de Meios Terrestres
<i>Descrição:</i> Aquisição e modernização de viaturas operacionais e da frota de veículos - viaturas de transporte: de carga em geral, de pessoal, de animais, guincho, ambulância, para rádio, para canhão antitarro, de munição, de embarcações, de suprimento, de água, de combustíveis, motocicleta operacional, cavalo-mecânico, de representação, reboque para sistema de água e gerador de energia, entre outras. Aquisição de itens completos de suprimento, de peças de reposição, de insumos, de ferramental e contratação de serviços necessários à recuperação das viaturas. Aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte, acondicionamento de materiais, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de manuais, material de informática, de expediente e de escritório. <i>Finalidade:</i> Dotar as organizações militares do Exército Brasileiro de uma frota de viaturas operacionais mecanizadas e de apoio, exceto blindados, com a finalidade de assegurar a sua capacidade de pronto emprego por intermédio do suporte de meios de defesa essenciais ao adestramento e emprego da tropa, atendimento a calamidades e demais missões constitucionais.	
2059	Política Nuclear
12P1	Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro
<i>Descrição:</i> O tipo de instalação que permite a execução desses serviços consiste de um reator nuclear de pesquisa multipropósito e de laboratórios e instalações complementares específicas, associadas a cada um desses serviços. Essa instalação foi denominada de Empreendimento Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que propiciará as seguintes contribuições ao Brasil: Nas áreas da saúde, indústria, agricultura e meio ambiente: RMB é a solução para garantir segurança no suprimento de tecnécio 99m Nacionalização da produção do radioisótopo Mo-99, garantindo segurança no fornecimento do gerador de tecnécio 99m à classe médica com o pleno atendimento da demanda da população brasileira; Crescimento da produção do radiofármaco tecnécio 99m, ampliando assim a utilização da medicina nuclear em todo o território nacional, propiciando um melhor atendimento de políticas governamentais na área da saúde; Nacionalização de todos os radioisótopos produzidos em reatores de pesquisa, que hoje são importados pelo Brasil, para aplicação médica em diagnóstico e terapia, bem como para aplicação na indústria, na agricultura e no meio ambiente. Nas áreas de reatores e ciclo do combustível: RMB é solução para o desenvolvimento endógeno de combustíveis nucleares e materiais para uso em reatores Capacidade para testar e qualificar combustíveis nucleares para propulsão nuclear, combustíveis avançados desenvolvidos para as centrais nucleares brasileiras, e novos combustíveis para reatores de pesquisa; Capacidade para testar materiais e processos especiais desenvolvidos para os elementos combustíveis, vasos de pressão e estruturas internas utilizadas nas centrais nucleares brasileiras e em reatores de propulsão nuclear, verificando aspectos de segurança e parâmetros para extensão de vida útil da instalação; Capacidade para testar materiais desenvolvidos ou fabricados no país para serem utilizados em projetos de reatores de centrais nucleares ou de propulsão nuclear. Nas áreas de pesquisa científica e inovação: RMB amplia a capacidade nacional em C, T&I Ampliação da capacidade nacional existente em análise por ativação com nêutrons e aplicações de técnicas nucleares; Criação de um Laboratório Nacional para atender a comunidade científica brasileira em áreas como nanotecnologia, biologia estrutural e desenvolvimento de novos materiais, por meio da utilização de feixe de nêutrons, em complementação ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), criando uma capacidade nacional de suporte à pesquisa científica e tecnológica; Disponibilização de uma instalação de pesquisa única na América Latina, podendo servir de pólo de integração em pesquisa científica e tecnológica e formação de recursos humanos. <i>Finalidade:</i> Implantar no país uma instalação nuclear com características e capacidades para prestar os serviços de produção de radioisótopos – em especial o molibdênio 99 (Mo-99) – para realizar testes de irradiação de combustíveis nucleares e de materiais e as respectivas análises pós-irradiação, e para realizar pesquisas científicas com feixes de nêutrons em várias áreas do conhecimento. O RMB é um empreendimento de arraste tecnológico e de organização para o setor nuclear, de importância fundamental para viabilizar políticas ministeriais e objetivos estratégicos do país.	
1393	Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio com Unidade Tecnológica de Separação Isotópica
<i>Descrição:</i> Continuação da Ação Orçamentária de nº 1393, a implantação da Usina de Enriquecimento Isotópico de Urânio com a contribuição de uma Unidade Tecnológica de Separação Isotópica (UTSI), voltada para a produção e o desenvolvimento de novas gerações de ultracentrifugas, composta por dois módulos complementares, sendo um em Iperó/SP e outro em Resende /RJ), visa adequar a velocidade de implantação da Usina de Enriquecimento às necessidades das Centrais Nucleares Angra I, II e III. O enriquecimento isotópico é a etapa mais importante do ciclo do combustível nuclear, seja do ponto de vista tecnológico, seja do ponto de vista econômico. Essa tecnologia foi desenvolvida em conjunto pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), com o apoio do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) e a partir do ano 2000, depois de realizados estudos de viabilidade e de adaptação das instalações da INB em Resende, deu-se início à implantação em escala industrial de uma Usina de Enriquecimento de Urânio. O urânio enriquecido produzido nessa unidade é utilizado na fabricação do combustível nuclear que se destina a alimentar as centrais nucleoeletrônicas brasileiras integradas à matriz energética do País. <i>Finalidade:</i> Agregar significativo valor à produção do combustível nuclear, em escala capaz de suprir a demanda nacional, permitindo alcançar elevado índice de nacionalização no ciclo do combustível, com substancial economia de divisas ao País.	
13CM	Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível - RBMN
<i>Descrição:</i> Consiste em um repositório de sub-superfície, modular para armazenagem de rejeitos tratados e embalados de acordo com as normas de segurança. Após o preenchimento de cada módulo de armazenagem, o mesmo será fechado e selado, sendo monitorado e acompanhado durante o tempo necessário para o decaimento radioativo dos produtos ali armazenados até os níveis aceitos pelas normas. <i>Finalidade:</i> Construir um repositório para armazenagem dos rejeitos provenientes principalmente da operação de centrais nucleares no Brasil. O repositório pode também receber rejeitos radioativos provenientes das atividades da indústria, medicina e pesquisa.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

13CN	Implantação do Laboratório Nacional de Fusão
<i>Descrição:</i> O Laboratório Nacional de Fusão será implantado na CNEN. O LNF utilizará inicialmente as atuais instalações do Experimento Tokamak Esférico (ETE) existente no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos (INPE/SJC) até que se conclua a construção das instalações próprias na cidade de Cachoeira Paulista, em terreno disponibilizado pelo INPE. É previsto a construção de um conjunto de dois prédios, sendo um de laboratórios, inclusive para acomodar o experimento ETE, e outro de apoio administrativo com instalações de escritórios, salas de reunião, biblioteca, anfiteatro e demais dependências de apoio. A área estimada para os prédios é de 4.500m2 para o Prédio de Laboratórios (fase 1) e de 3.000m2 para o Prédio de Apoio Administrativo (fase 2). <i>Finalidade:</i> Construir os prédios destinados ao laboratório e ao apoio administrativo, do Laboratório Nacional de Fusão (LNF) na cidade de Cachoeira Paulista, SP, com toda a infraestrutura necessária para sua utilização.	
13CP	Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité – BA
<i>Descrição:</i> Com a entrada de operação da Usina Nuclear de Angra III, é necessária a ampliação da capacidade de produção da unidade de Caetité/BA para o fornecimento do concentrado de urânio (U3O8) para o pleno atendimento da nova demanda. Sem a duplicação da unidade haverá a obrigatoriedade de importação de urânio para o atendimento de Angra III, resultando em gastos adicionais para a INB e, consequentemente, de divisas para o país. Para poder atingir o dobro da produção será necessário investir em duas frentes: Aumentar a capacidade de mineração e duplicar a capacidade de beneficiamento da planta industrial. Para ampliação da capacidade de mineração será transformada a lavra à céu aberto da anomalia 13 em lavra subterrânea e será desenvolvida a lavra a céu aberto da anomalia 09. Antes do início da lavra subterrânea da anomalia 13 é necessário desenvolver rampa e galerias de acesso aos corpos mineralizados e obter as licenças ambiental e nuclear. Antes do início da lavra à céu aberto da anomalia 09 é necessário obter o licenciamento ambiental e nuclear. A duplicação da capacidade de beneficiamento será feita concomitantemente a ampliação da capacidade de mineração e englobará ações de expansão da capacidade instalada com a implantação de novos processos de produção. Será desenvolvido o projeto básico para permitir a implantação contemplando os seguintes aspectos: novo processo de Lixiviação Agitada; novo processo de Extração por Solvente; novo processo de precipitação e secagem do urânio; novo processo de Tratamento de Efluente e uma unidade de produção de Ácido Sulfúrico. Todas estas novas unidades de processo terão capacidade para atender a duplicação e estarão adequadas para obter o licenciamento ambiental e nuclear. Será contratada uma empresa para instalação civil e montagem eletromecânica dos novos processos. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e instalar o projeto de expansão da capacidade de produção da mina e da unidade industrial de Caetité. Passando sua capacidade de produção das 400 t/a de U3O8 atuais para 800 t/a de U3O8, com modernização do processo industrial.	
13CQ	Ampliação do Parque Industrial de Resende/RJ
<i>Descrição:</i> Projeto, especificações, licenciamento e instalação de equipamentos criando uma segunda linha de produção de pó e pastilhas de UO2, produção de varetas de gadolínio e aquisição de equipamentos visando automação de etapas, agregando atualização tecnológica. A fábrica de pastilhas de dióxido de urânio (UO2) tem uma capacidade nominal atual de 120 t/a e é alimentada pela fábrica de pó de dióxido de urânio. As pastilhas, que têm a forma de um cilindro, com um centímetro de comprimento e de diâmetro, são a síntese de um longo processo minero-químico-industrial que, em 354 unidades, preenchem os tubos de liga de zircônio que integram cada uma das 235 varetas que constituem um elemento combustível. No setor nuclear, é necessário que as atividades industriais se desenvolvam dentro de margens seguras de confiabilidade e níveis otimizados de produtividade. Com a entrada de funcionamento de Angra III, o planejamento da produção deve levar em conta, a possibilidade das recargas de todas as usinas terem que ser efetuadas dentro do mesmo ano. Com certeza, em decorrência do aumento do número de recargas, haverá redução dos prazos entre elas, e, diferentemente do que ocorre atualmente, poderá até vir a ocorrer sobreposição. Em vista disso, na necessidade de se manter a atual margem de confiabilidade, será preciso efetuar investimentos para acompanhar a ampliação pretendida em geração elétrica a partir de usinas nucleares. As varelas de gadolínio compõem o sistema de segurança e controle da fissão nuclear no elemento combustível. Em cada elemento combustível as varelas de gadolínio têm a função de equalizar a fissão nuclear, mantendo-a de forma controlada. Atualmente a aquisição das varelas, tendo em vista a pequena quantidade utilizada, tem acarretado dificuldades de importação quanto à logística empregada, além dos preços praticados para pequenas quantidades. Com o aumento de usinas nucleares a serem atendidas será necessária a sua fabricação local, de forma a não ocorrer estrangulamentos na linha de produção. Localizada no final do processo de produção, a linha de montagem do elemento combustível também não poderá sofrer pontos críticos. Será necessária a aquisição de equipamentos que permitam a automação de determinadas etapas da montagem, além de outros equipamentos necessários para atender o aumento da demanda. Deve-se ressaltar que tais implantações necessitam ser realizadas através de um único empreendimento, de forma a não comprometer o desempenho operacional e de segurança. Toda a implantação deverá ser precedida de adequação da infra-estrutura existente. <i>Finalidade:</i> Aumentar a capacidade de produção efetiva do parque industrial de Resende visando o atendimento da demanda nacional de combustível nuclear, de forma segura e constante, com o início de operação de Angra III, além de manter o fornecimento de Angra I e Angra II.	
13CR	Implantação da Usina de Conversão de Urânio
<i>Descrição:</i> Projeto e instalação de unidade fabril de conversão de concentrado de urânio (U3O8-Octóxido de Triurânio) em UF6 (Hexafluoreto de Urânio). Essa ação está prevista no Plano de Ação 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) do MCT (Ampliação do Ciclo do Combustível – 18.2). Esse processo antecede a fase de enriquecimento do urânio, sendo fundamental para o fornecimento constante dessa fase. Fazem parte da produção do combustível nuclear que abastece as centrais nucleares brasileiras, integradas à matriz elétrica nacional. Atualmente o processo de conversão é contratado no exterior e a projeção de construção de novas usinas nucleares em vários países provocará um aumento da demanda desse serviço, podendo comprometer e/ou encarecer o fornecimento ao Brasil. O Centro Tecnológico da Marinha-CTMSP já opera em escala laboratorial, com domínio de uma das rotas tecnológicas existentes. A ação visa a definição da tecnologia a ser empregada bem como a construção da unidade, de forma a promover a economia de divisas e a independência comercial e estratégica do exterior. <i>Finalidade:</i> Implantar usina para conversão de urânio (U3O8-Octóxido de Triurânio) em UF6 (Hexafluoreto de Urânio), promovendo a nacionalização dos processos que envolvem o "Ciclo do Combustível", permitindo a economia de divisas e independência estratégica.	
13CS	Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados em Resende /RJ
<i>Descrição:</i> Projeto e instalação de unidade fabril de produção de tubos extrudados e tubos sem costura de ligas especiais. Essa ação está prevista no Grupo de Trabalho GT3-Ciclo do Combustível Nuclear, apresentado ao Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, fazendo parte do Plano de Ação 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) do MCT (Ampliação do Ciclo do Combustível – 18.2). Cada Elemento de Combustível é formado por 256 tubos (varetas de combustível) de uma liga especial à base de zircônio, onde são colocadas as pastilhas de urânio. O zircônio é utilizado por ser um material que tem baixa absorção de nêutrons, possibilitando a fissão nuclear. Numa recarga típica de Angra 2, onde aproximadamente 52 Elementos Combustíveis são trocados a cada ciclo, são utilizados aproximadamente 70 km de tubos sem costura. A produção desses tubos, onde não possuem costura (solda) é feita a partir de um tubo extrudado (TREX) que sofre um processo de laminação onde são alongados. Para a realização desse processo é necessário a aquisição de uma extrusora e laminadores especiais e instalações que permitam que o processo, em determinadas operações, ocorram em ambiente com temperatura controlada e livre de contaminação. Essa unidade permitirá, também, a produção de tubos com essa característica (sem solda) utilizando vários tipos de materiais metálicos, em especial titânio, aço especiais e superligas utilizados em outros setores da economia. <i>Finalidade:</i> Implantar unidade de produção de tubos extrudados e tubos sem costura de ligas especiais, promovendo a nacionalização dos componentes metálicos utilizados na montagem do combustível nuclear, permitindo a economia de divisas e independência estratégica.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2012	Prospecção e Pesquisa de Minérios Radioativos em Território Nacional
<i>Descrição:</i> De acordo com o inciso V do Artigo 177 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 6.189/74, alterada pela Lei nº 7.781/89, constitui monopólio da União, exercido pela Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB, a pesquisa e a lavra de minerais e minérios nucleares. Apenas 25 à 30% do território nacional, com potencial favorável à formação de depósitos uraníferos, foram estudados na fase de prospecção e pesquisa mineral realizada na década de 80. Isso resultou na descoberta da ordem de 309.000 t de U3O8, ranqueando o Brasil como a sexta maior reserva in situ deste metal. Assim ocorrendo e visando futuras demandas internas e externas, torna-se necessário retomar a prospecção e pesquisa de urânio, cujas etapas de trabalho poderão ser assim sequenciadas: 1) Prospecção Geológica: - Seleção de Áreas Favoráveis; - Verificação de Ocorrências; - Estudos Geológicos e Geofísicos Regionais; - Estudos Geoquímicos Regionais; - Definição das Áreas para Detalhamento. 2) Pesquisa Geológica - Levantamento Geológico Detalhado; - Levantamento Geofísico Detalhado; - Campanhas de Sondagem Geológica; - Campanha de Sondagem de Cubagem; - Estudos de Viabilidade (Cálculo de Reservas, Estudos de Processo, Estudos de Mercado). As atividades de prospecção geológica poderiam se retomadas em regiões de contexto geológico promissor ainda desconhecias; nos locais de ocorrências uraníferas comprovadas como por exemplo em Pitinga –AM. e nas redondezas dos depósitos já conhecidos como os de Lagoa Real - Caetité na Bahia, e os de Santa Quitéria, no Ceará. A pesquisa geológica teria como objetivo detalhar as possíveis áreas de extensões de jazidas já conhecidas como as encontradas em Caetité e Santa Quitéria, os alvos já prospectados como os indícios uraníferos da região de Rio Cristalino no Pará, além dos estudos complementares associados às possíveis novas descobertas oriundas da fase anterior, supra citada. <i>Finalidade:</i> Ampliar e ou transformar em reservas medidas, indicadas e inferidas já conhecidas, os recursos uraníferos já identificados, os quais necessitam de estudos complementares para suas caracterizações, assim como aqueles que poderão ser encontrados, a partir da implementação das atividades de Prospecção e de Pesquisa Mineral, no território nacional.	
2013	Descomissionamento das Unidades Mínero-Industriais do Ciclo do Combustível Nuclear
<i>Descrição:</i> De acordo com o Decreto 97.632, de 10 de abril de 1989, os empreendimentos que se destinam à exploração de recursos minerais devem desenvolver programas de recuperação de áreas degradadas (PRAD). A execução e o acompanhamento desses planos têm como objetivo retornar a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais aos níveis anteriores às modificações. O descomissionamento de uma instalação nuclear envolve ações que incluem a desmontagem e a descontaminação de edificações, equipamentos e/ou áreas visando a restauração das mesmas, segundo padrões estabelecidos pela legislação, e a liberação dos locais para outros usos e a guarda segura dos resíduos gerados neste processo. A INB, nesse contexto, já descomissionou a antiga unidade de processamento de minerais radioativos (monazita) no bairro de Santo Amaro - SP e desenvolve ações nesse sentido em Interlagos, no mesmo município e em Botuxim - Município de Itu/SP, ambas no estado de São Paulo. A presente ação deverá conter todas as atividades atinentes aos programas de recuperação ambientais e dos processos de descomissionamentos das unidades industriais e nucleares da INB. Incluiu-se nesta descrição, por serem iminentes, o desenvolvimento dos projetos de recuperação ambiental (PRAD) e descomissionamentos das unidades de Caldas MG, em função do encerramento da exploração da mina lá existente, e, em Buena RJ em virtude do esgotamento da matéria prima (minerais pesados - zirconita, rutilo, ilmenita e monazita). Além da mineração de urânio na unidade de Caetité, na Bahia, hoje em plena operação, a INB irá iniciar a exploração da mina de Santa Quitéria (minério de urânio associado ao fosfato) no Ceará. Como visto já existem elementos, tanto aqueles que deverão elaborar os projetos e executá-los para atender aos objetivos desta ação, quantos outros, que operando ou em empreendimento também o farão no futuro. É essencial que os recursos destinados a recuperação ambiental e descomissionamentos sejam destacados numa ação específica e, não apropriadas ao ciclo de produção da fabricação do combustível nuclear, como é atualmente apresentado na proposta orçamentária da INB. <i>Finalidade:</i> Desenvolver, executar e acompanhar programas de recuperação ambiental de áreas degradadas em atividades minerais, inclusive e especialmente as de urânio, como parte ou não, do processo de descomissionamento das instalações envolvidas, abrangendo ainda, outras unidades industriais onde se manipulam minerais e materiais radioativos.	
2463	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de conhecimentos em uso de tecnologia nuclear e de novos produtos e serviços. <i>Finalidade:</i> Promover o desenvolvimento nacional de tecnologia nuclear.	
2464	Recolhimento e Armazenamento de Rejeitos Radioativos
<i>Descrição:</i> Recolhimento, transporte, recebimento, tratamento e armazenamento de rejeitos radioativos de baixa e média atividade, para acondicionamento nos depósitos intermediários da CNEN. Esta ação inclui também o gerenciamento do depósito definitivo de Abadia de Goiás e o pagamento da respectiva indenização ao município, nos termos da legislação vigente (Lei 10.308, de 20/11/2001). <i>Finalidade:</i> Recolher e armazenar de forma segura os rejeitos radioativos oriundos das diversas instalações que lidam com aplicações da tecnologia nuclear em todo o território nacional.	
2466	Licenciamento, Inspeção e Controle de Instalações e Atividades com Materiais Nucleares e Radioativos
<i>Descrição:</i> "Regulação, licenciamento, controle e fiscalização de todas as atividades que envolvam radiações ionizantes no País, incluindo as instalações, os procedimentos, os materiais, os equipamentos e o pessoal relacionado com essas atividades. Além da normalização, baseada na experiência nacional e internacional, diversos atos, dependendo do nível de complexidade da instalação, são emitidos: aprovação de local; licença de construção; autorização para a operação inicial; autorização para operação permanente; inspeções e auditorias periódicas e eventuais e licenciamento de operadores e supervisores de proteção radiológica. <i>Finalidade:</i> Garantir o uso seguro da energia nuclear e das radiações ionizantes, visando proteger os trabalhadores e o público em geral, bem como preservar o meio ambiente.	
2467	Metrologia das Radiações Ionizantes
<i>Descrição:</i> Calibração dos Padrões Nacionais de radioproteção, radioterapia e radiodiagnóstico, em Laboratórios Primários estrangeiros e no Bureau Internacional de Pesos e Medidas (BIPM); calibração dos Padrões de Referência dos Laboratórios da Rede Brasileira de Metrologia das Radiações Ionizantes; regionalização do atendimento à demanda de calibração de instrumentos de medição; participação em Key Comparisons; participação em comparações internacionais e comparação dos Padrões de Referência dos Laboratórios da Rede Brasileira de Metrologia das Radiações Ionizantes. <i>Finalidade:</i> Manter os padrões nacionais para as grandezas relacionadas às radiações ionizantes.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2468	Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares
<i>Descrição:</i> As Unidades da CNEN devem estar aptas à execução de pronta resposta a quaisquer notificações sobre situações de emergência de origem radiológica ou nuclear e promover o pronto atendimento às solicitações, desde a averiguação da existência de possível evento radiológico ou nuclear até a sua mitigação. Com esta finalidade, ações de planejamento, preparação e atendimento devem ser executadas, além da formação de recursos humanos. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e implementar procedimentos para pronta resposta a situações de emergência de origem radiológica ou nuclear no território nacional.	
2469	Controle de Radioproteção e Dosimetria
<i>Descrição:</i> A Ação envolve a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de tecnologias nas áreas de radioproteção e dosimetria; inclui atividades de inspeção e ensaio dentro do processo de avaliação de conformidade, com os regulamentos da CNEN, das instalações nucleares e radiativas no país; promove atividades de ensino e capacitação nas áreas de radioproteção, dosimetria e metrologia das radiações ionizantes; e disponibiliza serviços não regulatórios de calibração, ensaio e de inspeção. <i>Finalidade:</i> Atender a demanda por serviços nas áreas de radioproteção e dosimetria, para o controle do uso seguro das radiações ionizantes e da tecnologia nuclear.	
2471	Salvaguardas e Proteção Física de Materiais Nucleares
<i>Descrição:</i> Salvaguardas - Aplicação de critérios e procedimentos para a contabilidade e controle de material nuclear conforme estabelecido na Norma Nacional de Controle de Materiais Nucleares. Verificação física independente dos inventários de materiais nucleares, existentes em todas as instalações nucleares em território nacional, através de inspeções e auditorias. Assessoria técnica às autoridades brasileiras nas fases de negociação e/ou implementação de Acordos Internacionais de Salvaguardas. <i>Proteção Física - Análise, aprovação e avaliação permanente de Planos de Proteção Física de instalações nucleares e radioativas conforme estabelecido na Norma Nacional de Proteção Física. Interação com diversos órgãos governamentais para detecção, identificação e registro de tráfico não autorizado de materiais nucleares e radioativos e de bens sensíveis. Representação da CNEN a nível nacional, regional e internacional nos assuntos relativos a proteção física.</i> <i>Finalidade:</i> Garantir aplicação da tecnologia e do uso dos materiais nucleares para fins exclusivamente pacíficos e devidamente autorizados em todas as atividades nucleares executadas no país, em cumprimento às normas nacionais e acordos internacionais assumidos pelo Brasil. Garantir que as instalações que utilizam materiais nucleares e radioativos operem de acordo com a norma nacional de proteção física que estabelece mecanismos contra atos de roubo, furto, sabotagem e atos terroristas. Coordenar as atividades de detecção, identificação e registro de tráfico não autorizado de materiais nucleares e radioativos e de bens sensíveis em todo o território nacional.	
2473	Funcionamento dos Laboratórios dos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
<i>Descrição:</i> Manutenção preventiva e corretiva das instalações, dos equipamentos de alta tecnologia, das máquinas específicas, das células de processamento, das estufas, das plantas-piloto, além do provimento de insumos e componentes dedicados ao funcionamento destes, necessários para a realização das atividades de pesquisa e desenvolvimento das demais ações. <i>Finalidade:</i> Permitir a realização plena das atividades de pesquisa e desenvolvimento, buscando manter em boas condições de operação as instalações, os laboratórios, as oficinas, as plantas-piloto e os demais equipamentos e instalações da CNEN.	
2478	Produção de Substâncias Radioativas para a Área Médica
<i>Descrição:</i> Cada radioisótopo ou radiofármaco tem um processo de produção e distribuição específico, em função da sua meia-vida e da atividade desejada. De maneira geral, o processo de produção envolve as seguintes etapas: aquisição de materiais e insumos; produção do radioisótopo/radiofármaco (com várias etapas de fabricação), usando células quentes, reator nuclear ou ciclotron, dependendo do produto; controle de qualidade e embalagem final; entrega programada do produto ao cliente (hospitais e clínicas de medicina nuclear espalhadas por todo o território nacional). <i>Finalidade:</i> Produzir radioisótopos e radiofármacos para diagnóstico e terapia, com a finalidade de atender à demanda nacional dos serviços de medicina nuclear e disponibilizar técnicas mais modernas e eficazes à população brasileira, reduzindo os gastos com a importação desses produtos.	
2482	Fabricação do Combustível Nuclear
<i>Descrição:</i> Fabricação de elementos combustíveis para as usinas nucleares brasileiras, Angra I e Angra II, e produzir o combustível nuclear para Angra III e demais usinas nacionais a serem construídas, além de atividades e projetos vinculados ao ciclo do combustível nuclear. <i>Finalidade:</i> Promover a fabricação, no País, de elementos combustíveis a serem utilizados nas centrais nucleares brasileiras.	
2961	Desenvolvimento e Fornecimento de Tecnologias Nucleares para o Setor Produtivo
<i>Descrição:</i> Esta ação disponibiliza para a sociedade as tecnologias desenvolvidas no âmbito da CNEN na forma de produtos, processos e serviços tecnológicos, especialmente, em atendimento ao disposto na Lei de Inovação-Lei 10.973/2004. As tecnologias de produtos/processos são criações intelectuais referentes a instrumentos nucleares, equipamentos, novos materiais, processos químicos, programas de computadores, dentre outros. Estes são disponibilizados, principalmente, por meio da transferência de tecnologia para as empresas públicas e privadas. Já as tecnologias para os serviços tecnológicos são aquelas relacionadas a novos métodos de análise mineral, irradiação de materiais, ensaios tecnológicos, análises diversas, com aplicação em vários segmentos empresariais. <i>Finalidade:</i> Atender à demanda da sociedade por tecnologias - produtos, processos e serviços tecnológicos - decorrentes das atividades de P, D & I na área nuclear, com aplicação na saúde, meio ambiente, agricultura e indústria, bem como ampliar a oferta desses produtos e serviços, diminuindo a necessidade de suas importações.	
2B27	Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON
<i>Descrição:</i> Administração, manutenção e operacionalização do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON. Realização de Exercícios Simulados relacionados a acidentes nucleares. Realização de campanhas de esclarecimento. Promoção e/ou participação em cursos e seminários. Participação em conferências ou reuniões internacionais de interesse do SIPRON. Treinamento e capacitação de equipes. Cooperação no aperfeiçoamento do Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear em municípios brasileiros, principalmente em Resende e Angra dos Reis. Realização de estudos e mapeamento de áreas de risco de acidente, para priorizar a atuação governamental preventiva. Execução, acompanhamento e controle de atividades relacionadas ao SIPRON. Participação em atividades da Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (COPRON) e dos Comitês de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear nos Municípios de Resende (COPREN/RES) e Angra dos Reis (COPREN/AR). Acompanhamento e fiscalização de descentralizações e convênios. <i>Finalidade:</i> Assegurar o planejamento integrado e coordenar a ação conjunta e a execução continuada de providências que visem a atender às necessidades de segurança das atividades, das instalações e dos projetos nucleares brasileiros, particularmente do pessoal neles empregados, bem como da população e do meio ambiente com eles relacionados.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2B32	Formação Especializada em Ciência e Tecnologia na Área Nuclear
<i>Descrição:</i> Concessão de bolsas de pós-graduação para mestrado (acadêmico ou profissional), doutorado e pós-doutorado e, gestão administrativa dos cursos de pós-graduação implementados nas unidades da CNEN. <i>Finalidade:</i> Promover e incentivar a especialização adequada, em nível de pós-graduação, de pessoal técnico e científico, objetivando sua capacitação para atendimento das demandas nos setores que pesquisam, desenvolvem e aplicam a energia nuclear no país.	
6228	Pesquisa e Desenvolvimento em Fusão Termonuclear Controlada
<i>Descrição:</i> Pesquisa e desenvolvimento na área da fusão nuclear com aplicação na geração de energia. Pesquisa do plasma nas condições dos reatores de fusão, com o desenvolvimento de sistemas toroidais compactos de confinamento magnético de plasma, e de sistemas de diagnóstico e aquecimento de plasma, ampliando a participação do País em projetos internacionais na área e visando a geração futura de energia por fusão. <i>Finalidade:</i> Desenvolver sistemas, equipamentos, processos, recursos lógicos, instrumentos e dispositivos visando capacitar o País para a utilização futura da fusão termonuclear controlada como uma fonte primária de energia, limpa, segura e sustentável. Investigar sistemas compactos de confinamento magnético de plasma, acompanhando os avanços internacionais na área e possibilitando a participação do País em projetos multinacionais tais como o ITER. Ampliar, atualizar e operar o toróide esférico ETE do Laboratório Associado de Plasma do INPE, explorando as propriedades desta configuração e seu potencial como um reator de fusão de geometria compacta e alta eficiência. Desenvolver, instalar e operar sistemas de aquecimento e geração de corrente, bem como dispositivos de diagnóstico de plasma de alta temperatura nas condições dos reatores de fusão.	
6833	Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências e Tecnologias Nucleares e em Aplicações de Radiações Ionizantes
<i>Descrição:</i> Execução de um conjunto de projetos de pesquisa e desenvolvimento implementados pela DPD/CNEN por meio de seus institutos, que possuem uma considerável infra-estrutura já instalada (reatores de pesquisa, aceleradores de elétrons, irradiadores, plantas piloto, laboratórios e equipamentos), permitindo-lhes desenvolver projetos nos mais variados campos da ciência através da tecnologia nuclear e das aplicações das radiações ionizantes. Os resultados alcançados por estas atividades, que consistem basicamente de novas tecnologias, métodos e técnicas, são disponibilizados pela CNEN para o atendimento desses setores. <i>Finalidade:</i> Realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento visando promover o avanço tecnológico e econômico dos setores de energia, saúde, indústria, agricultura e meio ambiente por meio da tecnologia nuclear e das aplicações das radiações ionizantes.	
2060	Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e outras Drogas
20IE	Gestão da Política sobre Drogas
<i>Descrição:</i> Aperfeiçoamento dos marcos institucionais e legais que condicionam e suportam sua operacionalização, desenvolvimento de estudos e de metodologias, modernização dos mecanismos de acompanhamento e monitoramento das ações em implementação, criação e fortalecimento das estruturas de gestão subnacional e otimização da capacidade de articulação e organização das ações relacionadas à prevenção do uso indevido, à reinserção social de usuários e dependentes de drogas e à repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas. <i>Finalidade:</i> Aprimorar a gestão da política sobre drogas, produzir conhecimento científico e disseminar informações à sociedade brasileira sobre o uso de drogas, desenvolver metodologias de tratamento e reinserção social de usuários e fortalecer o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas.	
20R9	Prevenção de Uso e ou Abuso de Substâncias Psicoativas
<i>Descrição:</i> A atividade visa fornecer apoio à prevenção nos diferentes níveis federativos e da sociedade, envolvendo a disseminação de informações acerca do uso de drogas, como forma de conscientizar a sociedade brasileira a respeito dos seus riscos e danos, bem como o incentivo a atividades educativas, culturais, esportivas, socioassistenciais e/ou ocupacionais aos segmentos com maior vulnerabilidade. Assim, serão financiadas despesas relacionadas à elaboração de materiais informativos e educativos sobre o uso de drogas, como guias, revistas, cartilhas e glossários, e à promoção de atividades culturais, esportivas e ocupacionais aos segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade social. <i>Finalidade:</i> Disseminar informações à sociedade brasileira sobre o uso de drogas, a partir de ações educativas, da elaboração de materiais e de campanhas de caráter informativo e educativo, bem como promover o acesso a atividades culturais, esportivas e ocupacionais aos segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade social, como forma de prevenção ao consumo abusivo de drogas	
4902	Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas
<i>Descrição:</i> Qualificação de agentes públicos por meio de cursos, treinamentos e palestras, dentre outros ferramentais, para que possam atuar na redução da demanda de drogas. <i>Finalidade:</i> Promover a formação e a orientação dos agentes do SISNAD para atuação na redução da demanda de drogas.	
8236	Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas
<i>Descrição:</i> Elaboração de projetos na área de redução da demanda de drogas: identificação de projetos regionais, considerados exitosos; recebimento e avaliação de projetos, tanto da redução da demanda quanto da redução da oferta de drogas; busca de parcerias para financiar ou co-financiar projetos avaliados e considerados importantes para a redução da demanda e da oferta de drogas; estabelecimento de convênios e outras formas de parcerias com vistas a financiar e executar os projetos; acompanhamento da execução dos projetos; disseminação dos resultados com vistas a subsidiar políticas setoriais na área de redução da demanda e oferta de drogas. Apoio ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e levantamento acerca do consumo e tráfico de crack e outras drogas, bem como das técnicas de tratamento que evidenciem resultados mais eficazes e à implantação de Centros Colaborados, no âmbito de hospitais universitários, para assistência com fins de ensino, pesquisa e desenvolvimento de metodologias de tratamento e reinserção social. <i>Finalidade:</i> Apoiar o funcionamento integrado e sistêmico das organizações que compõem o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD, orientar as organizações do SISNAD para a atuação na redução da demanda de drogas e apoiar, mediante a descentralização ou destaques de créditos orçamentários, atividades ou projetos relacionados com a repressão ao tráfico ilícito de drogas.	
2061	Previdência Social
009W	Compensação Previdenciária
<i>Descrição:</i> Realização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos entes: União, Estados e Municípios. De maneira a operacionalizar as compensações entre os Regimes de Origem (RO) e Regime Instituidor (RI). <i>Finalidade:</i> Realizar a compensação financeira entre o RGPS e os RPPS, dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na hipótese de contagem recíproca de tempos de contribuição.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00H3	Pagamento de Benefícios Previdenciários
<i>Descrição:</i> Pagamento de aposentadoria por tempo de contribuição, idade avançada e incapacidade para o trabalho aos beneficiários do RGPS; pagamento do benefício de pensão por morte aos dependentes de segurado do RGPS; pagamento do benefício Salário-família ao segurado empregado, exceto ao doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, cuja renda seja inferior à quantia definida em legislação específica, na proporção do número de filhos com até 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade; Pagamento de auxílios aos dependentes e aos segurados do RGPS; pagamento do benefício de abono ao beneficiário do RGPS. Os Abonos de Permanência em Serviço foram extintos pelas Leis 8.870/94 e 8.213/91. Atualmente, são pagos os benefícios dessa espécie que estão em manutenção; pagamento de benefício salário-maternidade à segurada do RGPS; pagamento de auxílios aos dependentes e aos segurados do RGPS. <i>Finalidade:</i> Assegurar ao segurado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS pagamentos mensais vitais em decorrência do tempo de contribuição, de idade avançada ou de incapacidade para o trabalho; uma renda mensal em decorrência de trabalho por 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, submetido a condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física; renda mensal, de caráter temporário, em decorrência de doença ou acidente de qualquer natureza ou de trabalho, e ao dependente, em decorrência de detenção ou reclusão do segurado; renda mensal correspondente a 25% ou 20%, conforme o caso, do valor da aposentadoria a que teria direito; renda mensal em proporção ao número de filhos ou equiparados; e renda por 120 dias em decorrência da maternidade. Assegurar aos dependentes de segurado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS renda mensal por morte deste.	
116V	Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS
<i>Descrição:</i> Construção com ou sem aquisição de terrenos, ou aquisição imóvel edificado para abrigar unidades de funcionamento do INSS, tanto voltadas ao atendimento quanto para aquelas utilizadas pela área administrativa. <i>Finalidade:</i> Promover autonomia da infra-estrutura do INSS onde o mesmo não dispõe de imóvel próprio ou adequado ao desenvolvimento das atividades de suas unidades de atendimento e/ou administrativas, para:a) reduzir a dependência do INSS em locação ou cessão de imóveis de terceiros, em face desta constituir-se na maioria das vezes fator limitante da uniformização da melhoria do atendimento e ineficiência logística;b) elevar a garantia de continuidade dos serviços públicos previdenciários;c) promover a modernização do ambiente de trabalho em acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, incluindo: acessibilidade, padronização da instalação física e do mobiliário, segurança e conforto.	
2015	Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social
<i>Descrição:</i> Aquisição de material de consumo, equipamentos de informática e suprimentos, pagamento de diárias e passagens, aquisição de livros, revistas e contratação de pequenos serviços. As demais despesas de manutenção são providas pelo INSS, tendo em vista que as Juntas nos estados da federação estão localizadas em prédios do INSS. <i>Finalidade:</i> Assegurar recursos necessários ao funcionamento das Câmaras de Julgamento e das Juntas de Recursos, garantindo aos beneficiários e contribuintes do Regime Geral de Previdência Social, conforme dispuser a legislação, o direito de impetrar recurso contra decisão do Instituto Nacional do Seguro Social	
20EI	Funcionamento dos Escritórios Regionais da PREVIC
<i>Descrição:</i> Envolve as despesas operacionais dos escritórios regionais, tais como: manutenção e conservação de imóveis, compreendendo aluguéis, despesas de condomínio, seguros, serviços de vigilância, serviços de limpeza e conservação, reformas e adaptações, serviços de utilidade pública (água, luz, gás e afins), ações de apoio administrativo e ajuda de custo para os servidores removidos para área fim, aquisição, manutenção e conservação de veículos próprios; despesas com combustível, licenciamento; seguros; terceirização de serviços de transportes, serviços postais, telefonia fixa ou celular, manutenção dos serviços de telecomunicações, excluindo os de teleprocessamento, aquisição e guarda de material de consumo e expediente, aquisição e/ou locação de equipamentos de informática, terceirização de serviços, pessoa física e jurídica, contrato de locação de imóveis de terceiros, deslocamento de servidores. <i>Finalidade:</i> Preservar o funcionamento dos Escritórios Regionais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, mantendo as instalações bem conservadas, equipadas e adaptadas, visando atender com qualidade seus usuários.	
20GN	Educação Previdenciária e Financeira
<i>Descrição:</i> Identificação do público alvo a ser atingido; planejamento das ações de conscientização e informação a serem realizadas com vistas ao atingimento do público alvo identificado; organização e realização das ações, com produção e distribuição do material informativo; preparação de material didático e de divulgação; busca progressiva do aumento do número de participantes do sistema de previdência visando à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e contribuindo para a sustentabilidade do país; identificação de potenciais participantes de um determinado segmento, identificando suas necessidades; Organização e realização de cursos e palestras de temas relacionados à Educação Previdenciária e Financeira; realização de cursos para a formação de disseminadores de educação previdenciária e financeira; elaboração de material didático e de divulgação; custeio de passagens e diárias. <i>Fomentar ações e atividades que promovam o envelhecimento ativo dos aposentados e pensionistas, de forma descentralizada e participativa mediante parcerias com organizações governamentais, não governamentais e demais, segmentos da sociedade, contemplando o desenvolvimento de serviços e programas direcionados aos segurados. E ainda, formação continuada de técnicos e gestores, realização de ciclos de palestras, atividades que estimulem a autonomia dos beneficiários, realização de eventos nacionais e internacionais para intercâmbio de experiências e aprimoramento da política de proteção social para o idosos voltadas a uma previdência justa, solidária e cidadã. Realizar acordos de cooperação técnica em âmbito nacional e internacional, expandindo a cobertura previdenciária, proporcionando qualidade de vida, ampliando a ação do Estado no campo social e garantindo o exercício da cidadania.</i> <i>Estimular a criação, a implementação e a manutenção de programas de preparação para a aposentadoria dos contribuintes e beneficiários da previdência social nos setores público e privado para a nova etapa de vida, inclusive mediante parcerias com instituições públicas e privadas. Possibilitando ainda, aos servidores e contribuintes em vias de aposentar-se à reflexão para melhor compreensão do processo de mudança, bem como a utilização do seu potencial criativo e transformador em relação à própria vida. Reforçar a imagem positiva da aposentadoria como tempo de inúmeras realizações pessoais e sociais.</i> <i>Finalidade:</i> Informar e conscientizar os segurados e potenciais segurados acerca de seus direitos e deveres promovendo a valorização da cidadania e incentivando a inclusão e permanência no sistema de previdência, buscando assim garantir um sistema mais justo e sustentável.	
20GO	Modernização e Sustentação dos Processos e Sistemas de Fiscalização e Autorização de Planos de Benefícios e Entidades Fechadas de Previdência Complementar
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de sistemas capazes de captar e armazenar as informações cadastrais, contábeis, atuariais, de benefícios e de investimentos, de forma integrada e que resulte num sistema único de informações; automatização dos processos de autorização. Implantar e manter sistema de captação e armazenamento de dados sigilosos provenientes de entidades públicas e privadas. Automatizar o processo de auto de infração e de aplicação de penalidades. Proporcionar a manutenção dos sistemas desenvolvidos e sua integração e atualização. Contratação de serviços de sustentação de sistemas informatizados em ambiente de internet e intranet operados por usuários internos e externos. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e manter em disponibilidade os sistemas específicos das atividades de fiscalização e de autorização de planos de benefícios e Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) no âmbito da Previc.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20HQ	Promoção de Ações de Diálogo Social e Inclusão no Sistema Previdenciário
<i>Descrição:</i> Utilização do Diálogo Social para a promoção e o incentivo à participação da sociedade civil na definição e implementação da política Previdenciária. Para tanto, esta iniciativa garante o funcionamento do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, que é o fórum primordial das discussões dessa política. <i>Identificação e diagnóstico situacional das entidades, cooperativas e associações; capacitação e orientação de dirigentes e associados das diversas entidades, cooperativas e associações, a fim de estruturar ações coordenadas destes atores visando a formalização previdenciária.</i> <i>Além disso, a ação engloba a realização de seminários, a elaboração de planos de ação, e a confecção de material educativo e informativo.</i> <i>Finalidade:</i> Incentivar o diálogo social para a promoção da participação da sociedade civil na definição e implementação da política Previdenciária.	
20HR	Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social
<i>Descrição:</i> Alicerçar todas as informações referentes a qualquer etapa de processos de trabalho, gerenciar os documentos analógicos e digitais, e cuidar de toda a vida informacional da organização e a gestão dos ativos de informação da organização. Implementar a política de gestão documental, bem como modelar seus processos, e desenvolver solução modulada em serviços, que contemplem estratégias, métodos e ferramentas utilizadas para capturar, gerenciar, armazenar, preservar e disponibilizar informações e conteúdo de documentos analógicos e digitais relacionados aos principais processos organizacionais, bem como promover a adequação da infraestrutura física e tecnológica, e disseminar a cultura de gestão de informação corporativa. <i>Finalidade:</i> Gerenciar e agilizar a recuperação de informações e conteúdos, bem como otimizar o processo de tomada de decisões e reduzir a possibilidade de fraudes e extravios de documentos.	
20HS	Gestão do Fator Acidentário de Prevenção – FAP e dos Riscos Ambientais de Trabalho - RAT
<i>Descrição:</i> Envolve ações de: processar anualmente o Fator Acidentário de Prevenção - FAP; controlar os julgamentos do processos de contestações pelas empresas; promover estudos para re-enquadramento do Anexo V do Decreto Nº 3.048/1999 (alíquotas RAT), promover estudos para avaliação e aperfeiçoamento do processamento do FAP e do RAT, etc. Os instrumentos RAT e FAP, das políticas públicas de prevenção, tem a finalidade de estimular as empresas a implementarem políticas mais efetivas de saúde e segurança no trabalho para reduzir a acidentalidade e assim melhorar as condições ambientais de trabalho e consequentemente gerar condições favoráveis à saúde do trabalhador. Mapear os setores econômicos com maiores clientela do programa de reabilitação profissional. Promover seminários objetivando a melhoria continuada dos ambientes laborais. <i>Finalidade:</i> Melhorar as condições de saúde e segurança no trabalho.	
20HT	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC
<i>Descrição:</i> Essa ação consiste na manutenção e evolução do SIRC, que substituirá o Sistema de Controle de Óbito - SISOBÍ na captação de informações relativas a registros de nascimento e casamento, além de óbito, e possibilitará a maior segurança, confiabilidade na cessação, suspensão de benefícios pós-óbito, concessão de salário-maternidade e pensão. Ainda são realizadas despesas relativas à fiscalização dos cartórios de Registro Civil no que concerne ao cumprimento da obrigação não-tributária, e orientação e padronização de procedimentos. <i>Finalidade:</i> Garantir confiabilidade e segurança no recebimento e armazenamento de informações relativas aos registros de nascimento, casamento e óbito.	
2274	Assistência Técnica à Ampliação e Reforma dos Regimes Próprios de Previdência
<i>Descrição:</i> Elaboração de trabalhos visando subsidiar a definição do desenho e da normatização dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Realização de workshops, treinamentos e palestras para os servidores da SPS, dos Estados e dos Municípios; realização de recadastramento dos servidores públicos estaduais e municipais; realização de estudos para modelo de gestão dos órgãos dirigentes dos regimes próprios de previdência dos Estados e Municípios, fomentar a criação de regimes próprios de previdência social e disseminar conteúdo técnico relativo à compensação previdenciária.. <i>Finalidade:</i> Apoiar o processo de adequação dos regimes próprios e complementares de previdência dos servidores públicos na União, Estados, Municípios e Distrito Federal às normas em vigor.	
2276	Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos
<i>Descrição:</i> Realização de auditorias diretas e indiretas para verificação do cumprimento dos requisitos normativos, referentes à constituição e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, bem como análise atuarial, contábil e da aplicação dos recursos previdenciários. Elaboração de metodologia para auditoria dos regimes próprios; elaboração de plano de auditoria periódica; desenvolvimento de sistema de planejamento, execução e monitoramento das auditorias e controle da tramitação do Processo Administrativo Previdenciário; elaboração de normas de auditoria; recebimento e análise periódica de informações financeiras, atuariais e contábeis; discussão, planejamento e implementação de medidas corretivas e/ou punitivas para as irregularidades observadas, bem como o monitoramento dos regimes próprios sujeitos a medidas corretivas; avaliação e melhoria da metodologia de avaliação; capacitação técnica de auditores. Aquisição de equipamentos. <i>Finalidade:</i> Assegurar a correta aplicação dos requisitos definidos na Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, e normas regulamentares, visando à garantia da sustentabilidade financeira, econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos União, Estados, Municípios e Distrito Federal.	
2290	Funcionamento dos Órgãos Colegiados da Previdência Complementar: Conselho Nacional de Previdência Complementar e Câmara de Recursos da Previdência Complementar
<i>Descrição:</i> Fornecimento da estrutura de suporte técnico e administrativo necessário para a realização das reuniões do Conselho Nacional de Previdência Complementar e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar. Aquisição de material de consumo, equipamentos de informática e suprimentos, pagamento de diárias e passagens, aquisição de livros, revistas e contratação de pequenos serviços. Contratação de empresa para elaboração de planos e projetos tecnológicos ou implementação de projetos de tecnologia da informação, serviços de disponibilização e gerenciamento de ambiente tecnológico, gerenciamento da disponibilidade dos sistemas e atendimento aos usuários. <i>Finalidade:</i> Assegurar os recursos necessários ao funcionamento dos órgãos colegiados da Previdência Complementar: Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC órgão regulador do regime e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC órgão recursal.	
2292	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários
<i>Descrição:</i> Esta ação complementa o processo de reconhecimento de direitos, atualização de dados e pagamento de benefícios. Os dados necessários ao processo de concessão dos benefícios são transmitidos diariamente por meio dos Sistemas localizados nas Gerências, Agências e Empresas Convenientes, e processados pela Empresa responsável pelo processamento de dados da Previdência Social, que os armazena, sendo, inclusive, responsável pela emissão de correspondência automática ao cidadão. Este conjunto de procedimentos eletrônicos possibilita a estruturação do banco de dados da Previdência Social. <i>Finalidade:</i> Garantir os recursos de informática necessários aos serviços de reconhecimento de direitos e de pagamento de benefícios previdenciários, assegurando o funcionamento dos Sistemas (Prisma, SABI, COMPREV, CNISVR, HIPNET, HISCRENET, RECNET) até que possa ser implementado o Sistema do Novo Modelo de Gestão.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2294	Defesa Judicial da Previdência Social Básica
<i>Descrição:</i> Defesa do INSS nas ações judiciais e extrajudiciais nos pólos ativo e passivo, em matéria não tributária, nas esferas federal, estadual e trabalhista. A ação envolve o pagamento de honorários advocatícios, custas quando devidas, laudos periciais médicos e contábeis, despesas operacionais, ações de supervisão, reuniões técnicas, grupos de força-tarefa, acordos e convênios com o Poder Judiciário, Ministério Público, entidades de classe e associações congêneres. <i>Finalidade:</i> Promover a defesa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações judiciais e extrajudiciais, em matéria não tributária.	
2304	Estudos e Pesquisas no Âmbito do Regime Geral de Previdência Social
<i>Descrição:</i> Elaboração de diagnóstico detalhado sobre cada tema selecionado; realização de estudos técnicos, atuariais e jurídicos, projeções de curto, médio e longo prazos frente a diversos cenários; estimativa de impactos financeiros <i>Finalidade:</i> Subsidiar o processo de formulação de políticas previdenciárias.	
2562	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos
<i>Descrição:</i> Consiste na realização de auditorias em processos e sistemas; apuração de denúncias; instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares e instauração de tomadas de contas especial. A auditoria interna compete avaliar a eficiência, eficácia, economicidade e efetividade dos controles internos e da gestão das áreas no cumprimento de suas atribuições e responsabilidades. Esta ação custeia o deslocamento de servidores para a realização e supervisão dos procedimentos específicos das áreas de auditoria interna, corregedoria e de tomada de contas especial. <i>Finalidade:</i> Examinar e avaliar a regularidade e eficiência da gestão administrativa e dos resultados alcançados; Apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das unidades da administração e entidades supervisionadas; Identificar as possibilidades e apontamento de alternativas de melhorias em procedimentos, atos normativos e estruturais; Analisar, consolidar e encaminhar recomendações e propostas de adequação e ou melhoria, bem como manter acervo histórico dos fatos e atos de auditoria, para acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos.	
2563	Gestão da Melhoria Contínua
<i>Descrição:</i> Estabelecimento e desenvolvimento de padrões de qualidade, implementação e aperfeiçoamento de técnicas e modelos que visem à aferição de resultados, objetivando prestar serviços de qualidade ao cliente interno e externo, de forma a padronizar os procedimentos, mantendo base de dados sobre o desempenho institucional e facilitando a disseminação das melhores práticas. <i>Finalidade:</i> Promover a melhoria contínua dos processos previdenciários, a fim de maximizar a utilização dos recursos públicos, com foco na excelência da gestão, do atendimento e da qualidade.	
2564	Gestão de Cadastros para a Previdência Social
<i>Descrição:</i> Essa ação consiste na estruturação, manutenção e atualização dos cadastros de segurados e dependentes do RGPS e RPPS, provenientes de diversas bases de dados do Governo Federal, destacando-se: o Programa de Integração Social - PIS / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP / Contribuinte Individual, a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência - GFIP, o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, o Cadastro Específico do INSS - CEI, o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, o CNIS/RPPS, o Informe/CNIS/RPPS e do Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social - SIPREV/Gestão, Base de Dados do Perfil Profissiográfico do Trabalhador Brasileiro e do Fator Acidentário de Prevenção. A qualidade desses cadastros permite agilizar a resolução das demandas oriundas da clientela previdenciária e instrumentalizar políticas que promovam a inclusão e permanência no sistema previdenciário. <i>Finalidade:</i> Garantir a confiabilidade e segurança das informações dos segurados e dependentes do Regime Geral (RGPS), dos Regimes Próprios e do mercado de trabalho.	
2582	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios de Legislação Especial
<i>Descrição:</i> Esta ação complementa o processo de reconhecimento de direitos, atualização de dados e pagamento de benefícios de responsabilidade da União. <i>Finalidade:</i> Garantir os recursos de informática necessários aos serviços de reconhecimento de direitos e de pagamento de benefícios de legislação especial, de responsabilidade da União.	
2585	Serviço de Reabilitação Profissional
<i>Descrição:</i> O serviço de Reabilitação Profissional possui as funções básicas de avaliação do potencial laborativo, orientação e acompanhamento da programação profissional e articulação com a comunidade, visando propiciar aos beneficiários da Previdência Social os meios para a (re)adaptação profissional e social. Envolve ações de: supervisão; realização de reuniões técnicas; fornecimento de recursos materiais (próteses e órteses); pagamento de taxas de inscrição e mensalidades de cursos profissionalizantes; implemento profissional e instrumento de trabalho; documentos para habilitação profissional; transporte e alimentação. <i>Finalidade:</i> Possibilitar aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social e as pessoas portadoras de deficiência não vinculadas ao RGPS, que estejam incapacitados para o trabalho, total ou parcialmente, a (re) inserção no mercado de trabalho, mediante a (re)educação e a (re)adaptação profissional.	
2587	Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social
<i>Descrição:</i> Recepção, tratamento, análise e registro das Reclamações, Sugestões, Denúncias e Elogios RSDE oriundas da sociedade, sobre os serviços e atendimento prestados pela Previdência Social; análise e encaminhamento para manifestação das áreas responsáveis; resposta aos interessados informando as soluções dadas aos seus questionamentos. Disponibilização dos registros consolidados na Intranet, para acompanhamento das áreas solucionadoras sobre o seu desempenho, medido sob a ótica do cidadão. Produção de estudos e relatórios de avaliação estratégica para a alta administração da Previdência Social, formulados a partir de percepção dos usuários, apontando problemas e disfunções e sugerindo melhorias nos serviços, nos processos e no atendimento no âmbito previdenciário. Desenvolver e implantar e atualizar sistemas, aplicativos e bancos de dados para tratamento, controle e gerenciamento das demandas. <i>Finalidade:</i> Ampliar o controle social sobre a atuação da Previdência Social, mediante disponibilização e uso de canal direto de comunicação entre o cidadão-usuário e a Instituição, para registro de reclamações, sugestões, denúncias e elogios.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2591	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários
<i>Descrição:</i> O serviço de reconhecimento inicial do direito compreende as etapas de orientação, habilitação, análise, decisão (concessão/indeferimento), revisão, recurso e manutenção dos benefícios, certidão de tempo de contribuição devidos aos segurados do Regime Geral de Previdência Social. Atualmente os requerimentos podem ser efetuados nas Agências da Previdência Social, via Internet, via telefone ou ainda através de convênios com sindicatos e empresas. Os procedimentos decorrentes da solicitação do benefício, certidões e compensações são informatizadas, porém envolvem um conjunto de ações de responsabilidade exclusiva dos servidores, no sentido de dar suporte ao processo decisório. Dessa forma, esta ação envolve: deslocamento de servidores para executarem supervisão nas Agências, Gerências-Executivas e Superintendências Regionais; reforço de equipes de trabalho em virtude de demanda acima da capacidade operacional das Agências; realização de reuniões técnicas de supervisão, acompanhamento e orientação nas Agências; realização de pesquisas externas para certificação de informações prestadas pelos segurados e empresas; realização de eventos relacionados aos procedimentos médico-periciais (perícias médicas ambulatoriais; juntas médicas; perícias de Pedido de Reconsideração (PR) e Pedido de Prorrogação (PP, perícias médicas domiciliares e hospitalares); deslocamentos para atividade de supervisão técnica e participação em reuniões e fóruns de discussão técnica e pagamento de profissionais e entidades de saúde credenciadas. No tocante ao Serviço Social, são realizados atendimentos técnicos individuais ou em grupo; encaminhamento dos usuários aos recursos sociais da comunidade; assessoria e consultoria às instituições governamentais e não governamentais; estabelecimento de convênios e parcerias com instituições da sociedade civil; elaboração de parecer social; realização de cadastros das organizações da sociedade, visitas técnicas domiciliares e institucionais, concessão de recursos materiais e realização de pesquisas sociais, além de desenvolvimento de projetos e participação nos conselhos de direitos. <i>Finalidade:</i> Garantir o funcionamento do serviço de reconhecimento de direito e orientar os usuários da Previdência Social quanto aos meios de exercer seus direitos previdenciários. Disponibilizar a realização de perícia médica em todas as agências da previdência social e permitir a realização de pareceres especializados e de exames complementares para subsidiar a decisão médico pericial e executar as ações do Serviço Social.	
2592	Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar
<i>Descrição:</i> Fiscalização direta ou indireta das atividades relacionadas com o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar, quanto ao cumprimento da legislação e normas em vigor, e aplicação das penalidades cabíveis, com a implantação gradual de uma supervisão baseada em risco. Autorizações para início e funcionamento de uma EFPC e para instituição e manutenção de planos de benefícios patrocinados ou instituídos, mediante análise de regulamentos, convênios, estatutos, bem como suas respectivas alterações. <i>Finalidade:</i> Disciplinar, supervisionar e fiscalizar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, reguladas pelas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 2001, aplicando, quando necessário, as devidas penalidades. Garantir a correta aplicação das normas vigentes nas atividades realizadas pelas EFPC nos processos de oferta, administração e gestão dos planos de benefícios, de forma a proteger os direitos dos participantes e o correto funcionamento das entidades.	
2593	Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social
<i>Descrição:</i> Envolve as despesas operacionais das unidades descentralizadas do INSS: manutenção e conservação de imóveis, compreendendo alugueis, despesas de condomínio, seguros, serviços de vigilância, serviços de limpeza e conservação, reformas e adaptações, serviços de utilidade pública (água, luz, gás e afins), ações de apoio administrativo e ajuda de custo para os servidores removidos para área fim, aquisição, manutenção e conservação de veículos próprios; despesas com combustível, licenciamento; seguros; terceirização de serviços de transportes, serviços postais, telefonia fixa ou celular, manutenção dos serviços de telecomunicações, excluindo os de teleprocessamento, aquisição e guarda de material de consumo e expediente, aquisição e/ou locação de equipamentos de informática, terceirização de serviços, pessoa física e jurídica, contrato de locação de imóveis de terceiros, deslocamento de servidores. <i>Finalidade:</i> Preservar o funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social, mantendo as instalações bem conservadas, equipadas e adaptadas, visando atender com qualidade seus usuários.	
2A43	Estudos e Pesquisas no Âmbito da Previdência Complementar
<i>Descrição:</i> Elaboração de estudos, pesquisas, projetos, avaliações, concursos e prêmios para trabalhos técnicos que visem subsidiar as adaptações de formulação e acompanhamento do regime de previdência complementar fechado, especialmente nas áreas jurídica, atuarial, de educação previdenciária, de investimento e contábil; formulação de indicadores operacionais; estudos do perfil sócio-econômico de empresas e categorias profissionais com potencial para instituição de plano de previdência complementar. Custo de diárias e passagens. <i>Finalidade:</i> Subsidiar a formulação e o acompanhamento das políticas e diretrizes do Regime de Previdência Complementar.	
2A57	Remuneração dos Serviços Postais
<i>Descrição:</i> De acordo com o artigo 172 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, o INSS é obrigado a emitir e a enviar aos beneficiários aviso de concessão de benefício, além da memória de cálculo do valor dos benefícios concedidos. Esses serviços de correspondência são prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Além desses, essa ação remunera outros serviços postais utilizados pelo INSS. <i>Finalidade:</i> Garantir ao beneficiário do Regime Geral da Previdência Social o envio de correspondência acerca dos benefícios.	
4405	Previdência Eletrônica
<i>Descrição:</i> Prestação de informações e serviços previdenciários por meios eletrônicos, realizados pela Internet (www.previdencia.gov.br) e pela Central de teleatendimento (135), buscando oferecer agilidade e comodidade aos cidadãos usuários e reduzir as filas nas agências de atendimento do INSS. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar ao usuário a prestação de serviços da Previdência Social por meio eletrônico.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
8426	Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS
<i>Descrição:</i> Estabelecimento de uma política permanente de desimobilização e gestão dos imóveis de propriedade do INSS considerados desnecessários às suas atividades finalísticas. <i>Finalidade:</i> Regularizar com vistas a desimobilizar os imóveis dominicais, ou seja, aqueles considerados prescindíveis às atividades operacionais do INSS, objetivando desonerar a administração e auferir maior liquidez ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8452	Atuação na detecção, prevenção e combate às fraudes de natureza previdenciária
<i>Descrição:</i> Consiste em estudos, estabelecimento de cenários, detecção de vulnerabilidades e na investigação de fraudes previdenciárias mediante a instituição de Grupos de Trabalho integrantes de Forças-Tarefas Previdenciárias, bem como o acompanhamento em operações em cumprimento a mandados de prisões e busca e apreensão de documentos procedidas pela Polícia Federal. As atividades são desenvolvidas por servidores capacitados na área de inteligência e sistemas informatizados desenvolvidos para fins de utilização pela APE-GR, sendo as ações executadas com o apoio do Ministério da Justiça e Associação Brasileira de Inteligência - ABIN, mediante convênio e são, periodicamente, avaliadas mediante reuniões de coordenação e controle com os coordenadores das APE-GR regionais. <i>Finalidade:</i> Produzir conhecimento estratégico visando a identificação de fatos ou situações em desconformidade com a legislação previdenciária, tendo em vista o saneamento de atos lesivos ao patrimônio da Previdência Social	
8869	Reformas e Adaptações das Unidades do INSS
<i>Descrição:</i> Reforma, recuperação, ampliação, conserto, montagem, reparação e adaptação de unidades de funcionamento do INSS, tanto voltadas ao atendimento quanto para aquelas utilizadas pela área administrativa, e contratação de trabalhos técnico-profissionais de engenharia e arquitetura, deslocamento de servidores. <i>Finalidade:</i> Recuperar, modernizar, reformar e adaptar as unidades do INSS, garantindo condições de uniformização, segurança, conforto e acessibilidade aos usuários, adequando o ambiente de trabalho de acordo com as normas da ABNT.	
2062	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes
2060	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil
<i>Descrição:</i> Manutenção, expansão e qualificação de serviço de proteção social, de forma descentralizada, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade, identificadas em situação de trabalho e/ou em risco iminente de trabalho infantil. O serviço será organizado em núcleos nos territórios de moradia das crianças e adolescentes ou o mais próximo possível, observadas as peculiaridades da zona urbana e rural e assegurado o atendimento daquelas com deficiências identificadas em situação de trabalho. Devem ser ofertados pela proteção social básica nos territórios de cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e a ele referenciados, de modo a fortalecer a convivência e os vínculos das crianças e adolescentes com suas famílias e a comunidade onde vivem, resguardada estreita articulação com a proteção social especial, responsável pela coordenação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. Os espaços para oferta dos serviços devem ser organizados em função das necessidades de segurança, acessibilidade e proteção das crianças e adolescentes e do desenvolvimento de atividades de convivência, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, vivências de experiências lúdicas, intergeracionais, culturais e esportivas, como formas de expressão, interação, aprendizagem e sociabilidade. Esta ação possibilita, além das providões inerentes ao ambiente físico, materiais socioeducativos, alimentação para as crianças e adolescentes, dentre outras providões para o trabalho essencial ao serviço. Poderá também suprir demandas da proteção social especial para ampliar e aperfeiçoar os processos de identificação das situações de trabalho infantil e aprimorar os processos de gestão e de sistemas de informações do PETI. Nessa direção, pode ainda possibilitar a articulação com serviços setoriais, em especial as políticas de educação, trabalho, saúde, cultura, esporte e lazer, desenvolvimento agrário, dentre outras e com órgãos de defesa de direitos existentes no território, visando restaurar direitos e promover o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e suas famílias. <i>Finalidade:</i> Incluir as crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho em serviços de proteção social, no horário extraescolar, visando retirá-los do trabalho precoce e irregular e protegê-los de situações que ameacem ou violem seus direitos, promover seu acesso e participação cidadã em ações socioeducativas e de convivência voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	
20HN	Apoio à Estruturação e Qualificação de Conselhos Tutelares
<i>Descrição:</i> Estruturação física e de equipagem dos conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura. Prevê ainda a formação continuada e qualificação da atuação dos conselheiros tutelares. <i>Finalidade:</i> Apoiar, de forma integrada e articulada, a implantação, qualificação e ampliação de Conselhos Tutelares.	
20JJ	Apoio a Serviços de Atendimento e Proteção Jurídico-Social de Crianças e Adolescentes com Direitos Violados, Ameaçados ou Restritos
<i>Descrição:</i> A ação contempla o apoio para a implantação de núcleos de atendimento integrado e inicial a crianças e adolescentes vítimas de violência e, de modo particular, para o fortalecimento técnico e financeiro a projetos que visem o enfrentamento ao abuso e exploração sexual, através de ações integradas e referenciais, programas preventivos e de sensibilização, incluindo a promoção da responsabilidade social das empresas e trabalhadores, especialmente na cadeia produtiva do turismo. Inclui também o fomento a ações de responsabilização dos agressores e programas de atendimento aos autores de violência a fim de evitar a reincidência. A ação prevê o incentivo ao reordenamento das unidades de semiliberdade e internação; a implantação de núcleos de atendimento inicial para adolescentes autores de ato infracional; a efetivação de processo de municipalização das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade; bem como o fomento à defesa técnica visando a garantia do direito constitucional de ampla defesa e de acordo com os princípios e marco legal do SINASE. <i>Inclui-se, de modo geral, a formulação e implementação de parâmetros de atendimento de crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, como no caso de protocolos para preparação de adotantes e para atendimento de adolescentes com diversidade sexual e a atenção a crianças e adolescentes em situação de desastre ou no contexto de grandes obras e eventos.</i> <i>A ação visa, ainda, à expansão, qualificação e fortalecimento dos serviços e programas de atenção à Primeira Infância.</i> <i>No âmbito do sistema judicial, contempla a oferta de cooperação jurídica internacional permanente para os temas da Adoção Internacional e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes.</i> <i>Finalidade:</i> Apoiar, de forma integrada e articulada, a implantação, qualificação e ampliação de políticas e serviços de atendimento e proteção jurídico-social de crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, com ênfase na atenção àqueles com deficiência, vítimas de violência sexual, tráfico, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa.	
20O2	Promoção da Cultura da Infância
<i>Descrição:</i> Realização de concursos públicos, campanhas, parcerias governamentais, com organismos internacionais e entidades da sociedade civil. Apoio ao desenvolvimento de projetos culturais de natureza integrada direcionados à valorização da cultura da infância, envolvendo aporte financeiro, prevendo a realização de oficinas, mostras, apresentações, festivais, favorecimento ao acesso e fruição da diversidade cultural por parte das crianças, inclusão digital, intercâmbio, entre outros. <i>Finalidade:</i> Promover a cidadania, proteger e valorizar a diversidade cultural da infância, compreendendo a criança como sujeito de sua história e contribuindo para a garantia dos seus direitos. Preservar as memórias dos jogos, brincadeiras e brinquedos da diversidade da infância brasileira, bem como fomentar a ludicidade e espaços de brincar garantindo a sua acessibilidade. Incentivar a produção de conteúdos culturais e educacionais voltados para crianças.	
20SU	Apoio a Entidades de Atenção à Primeira Infância
<i>Descrição:</i> Apoio a equipamentos especializados na atenção integral a crianças de 0 a 3 anos. <i>Finalidade:</i> Qualificação e fortalecimento dos serviços e programas de atenção à primeira infância.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2688	Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil
<i>Descrição:</i> Inspeção dos estabelecimentos ou locais de trabalho, no meio urbano ou rural; identificação de crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 anos (exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade) submetidas a trabalho precoce e/ou crianças e adolescentes em idade inferior a 18 anos laborando nas atividades listadas no Decreto nº 6.481, de 12/06/2008, que define as atividades prejudiciais à formação física, psicológica e moral (conhecidas como "piores formas de trabalho infantil"); promoção de atos administrativos para punir e coibir, quando possível, o uso de mão-de-obra infanto-juvenil em condições contrárias à legislação trabalhista; aconselhamentos técnicos e orientações aos empregadores e às crianças ou adolescentes em situação irregular; promoção de ações efetivas que venham a retirar as crianças e adolescentes do trabalho precoce e encaminhá-los aos parceiros do sistema de garantia de direitos; sistematização dos dados colhidos na ação fiscal; inserção dos dados em sistemas informatizados de monitoramento e avaliação dos resultados das ações fiscais; elaboração de relatórios internos e destinados aos órgãos do Ministério Público e outros com competências legais para tratar da questão da infância e da adolescência; efetuar avaliações de indicadores com vistas a monitorar o trabalho infantil; promoção de eventos de sensibilização e conscientização sobre a temática. <i>Finalidade:</i> Prevenir e reprimir, por intermédio dos instrumentos de que dispõe a inspeção do trabalho, o trabalho infantil em situação de relação de emprego, com o objetivo de retirar do trabalho as crianças e adolescentes com idade inferior à idade mínima para o trabalho e, posteriormente, encaminhá-las à rede de proteção social para, entre outras medidas, sua inclusão em programas sociais de transferência de renda e acesso à escola. A ação visa, ainda, conscientizar empregadores e as famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular quanto aos malefícios do trabalho precoce, informando-os a respeito da legislação vigente e seus fundamentos, procurando, também, conscientizar as empresas quanto aos benefícios do reconhecimento da sua responsabilidade social no enfrentamento do trabalho infantil.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
6247	Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes
<i>Descrição:</i> Nessa ação orçamentária inclui-se o fomento à realização de estudos e pesquisas, elaboração e edição de publicações, produção de indicadores e sistematização de dados referentes à promoção, proteção e defesa dos direitos da infância e adolescência. Devem ser apoiadas iniciativas de consolidação do Observatório Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes enquanto ferramenta estratégica de gestão de informação, em especial para a implementação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA. Também se considera estratégico o apoio a projetos inovadores, com a consolidação e disseminação de metodologias que favoreçam a implementação de boas práticas, levando em conta as novas demandas situacionais ou desafios de gestão. Outro foco dessa ação deve ser a formulação e divulgação de fluxos parametrizados de atendimento, a fim de assegurar maior unidade nacional na intervenção, como no caso dos Conselhos Tutelares, incluindo o monitoramento dos encaminhamentos realizados. Por último, destacam-se as iniciativas de capacitação e formação, principalmente em caráter continuado, de profissionais envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos. Para isto, é prioritária a estruturação de escolas de formação de conselhos tutelares e de direitos, bem como o aperfeiçoamento de matriz programática nacional e o desenvolvimento de módulos temáticos que possibilitem atualização constante de seu percurso formativo. Inclui-se também o apoio a centros de formação dos operadores do sistema socioeducativo em meio fechado e aberto, bem como das equipes do sistema de segurança e de justiça, entre outros. De forma complementar, prevê-se a realização de cursos, seminários e congressos, bem como a elaboração e publicação de material institucional e pedagógico. <i>Finalidade:</i> Produzir, sistematizar e disseminar conhecimento na área de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, bem como formar e capacitar profissionais para atuação qualificada no atendimento daqueles que tiverem seus direitos ameaçados, violados ou restritos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 112/06 do Conanda.	
8662	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho
<i>Descrição:</i> Repasse direto de bolsas às famílias com crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, não elegíveis aos critérios do Programa Bolsa Família, de modo a criar condições objetivas para a retirada imediata da situação de trabalho e contribuir para a interrupção das condições geradoras da situação do trabalho precoce. <i>Finalidade:</i> Assegurar às crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos de idade, identificadas em situação de trabalho (à exceção dos adolescentes na condição de aprendiz, dos 14 aos 16 anos, conforme a legislação vigente), o acesso à transferência de renda às suas famílias – por meio da concessão de bolsas –, combinado com o acesso a serviços socioassistenciais, educacionais e de saúde, primando pela efetivação do direito à convivência familiar e comunitária.	
8794	Apoio à Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes
<i>Descrição:</i> Reordenamento das unidades de semiliberdade e internação conforme parâmetros arquitetônicos estabelecidos pelo SINASE e implementação de serviços de atendimento integrado a crianças e adolescente vítimas e autores de atos infracionais. <i>Finalidade:</i> Apoiar o reordenamento das unidades de semiliberdade, internação e internação provisória; e implantar núcleos de atendimento inicial para adolescentes autores de ato infracional.	
8797	Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
<i>Descrição:</i> Contempla o fomento a ações de coordenação, articulação, pactuação e monitoramento das responsabilidades no âmbito intra e intergovernamental na gestão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e nos demais planos temáticos (Violência Sexual, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, Convivência Familiar e Comunitária e Primeira Infância, prioritariamente). Inclui também a mobilização necessária para a execução das ações de enfrentamento da violência letal de crianças e adolescentes. Essa ação orçamentária prevê o apoio técnico e financeiro à articulação dos fóruns, comitês e redes de promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes, bem como a realização de conferências, seminários, campanhas, encontros e demais eventos para a implementação da política nacional de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Com prioridade, é contemplado o desenvolvimento de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação. <i>Finalidade:</i> Fortalecer a participação e o controle social na formulação e acompanhamento dos planos e políticas nacionais de promoção, proteção e defesa da infância e adolescência, assegurando o direito de opinião e participação de crianças e adolescentes e consolidando as instâncias e redes que integram o Sistema de Garantia dos Direitos.	
2063	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20SV	Apoio a Serviços de Atendimento a Pessoas com Deficiência
<i>Descrição:</i> Apoio técnico e financeiro para a implantação e fortalecimento de serviços de atendimento ao cidadão que tratem da temática dos direitos da pessoa com deficiência. <i>Finalidade:</i> Organizar, implantar e apoiar a manutenção de serviços de atendimento ao cidadão capazes de instigar a mobilização de universidades, instituições governamentais e não-governamentais e de particulares, de gerar conhecimento e de desenvolver ações articuladas relativas à acessibilidade e à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.	
2E00	Inserção de Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho
<i>Descrição:</i> Verificação do cumprimento da lei de cotas (Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991). A inspeção do trabalho fiscaliza todas as empresas com 100 (cem) ou mais empregados para verificar se estão cumprindo os percentuais de 2 a 5%, conforme a faixa de empregados, de contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas pela Previdência Social. Esta inspeção se dá tanto na modalidade direta (fiscalização "in loco") quanto na indireta, modelo predominante, que consiste na convocação do empregador para a comprovação do cumprimento dos percentuais exigidos pela legislação vigente. <i>Finalidade:</i> Inserir pessoas com deficiência no mercado de trabalho mediante a verificação do cumprimento da lei de cotas.	
6246	Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento e divulgação de estudos e pesquisas sobre: temas relativos a acessibilidade e implementação do disposto no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências; e para subsidiar a atuação da sociedade e dos governos na garantia dos direitos da pessoa com deficiência. Realização e apoio a cursos, seminários, oficinas, encontros técnicos e capacitações de recursos humanos sobre a temática da pessoa com deficiência com ênfase em direitos humanos; elaboração e produção de publicações. <i>Finalidade:</i> Criar mecanismos para desenvolver, aprofundar, consolidar e divulgar informações e conhecimentos sobre as pessoas com deficiência, as questões relacionadas à acessibilidade, e as formas de prevenção de violações, promoção e defesa de seus direitos. Fomentar a realização de estudos, pesquisas e publicações, o intercâmbio de experiências para conhecer e incorporar avanços tecnológicos na área e superar barreiras que limitam a qualificação dos cidadãos. Capacitar técnicos, agentes sociais, gestores públicos e profissionais responsáveis pela inclusão das pessoas com deficiência.	
8801	Apoio à Implantação e ao Fortalecimento de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios
<i>Descrição:</i> Apoio técnico e financeiro para a implantação e fortalecimento de conselhos estaduais e municipais de direitos das pessoas com deficiência. <i>Finalidade:</i> Promover a participação das pessoas com deficiência nas políticas públicas estaduais e municipais por meio de órgãos representativos do controle social.	
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
0083	Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)
<i>Descrição:</i> Liberação de recursos destinados à reparação indenizatória a familiares de pessoas desaparecidas, vítimas por motivação política, no período identificado na Lei nº 9.140/95, compreendido entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. <i>Finalidade:</i> Assegurar aos familiares de pessoas desaparecidas, nos termos da Lei 9.140/95, a indenização reparatória.	
0734	Pagamento de Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos
<i>Descrição:</i> Concessão de reparações e indenizações às vítimas de violações de direitos humanos ou a seus familiares. <i>Finalidade:</i> Promover o pagamento de indenizações a vítimas de violações de direitos humanos, decorrentes de obrigações contraídas pela União por meio da adesão a tratados internacionais de proteção dos direitos humanos.	
20NU	Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano
<i>Descrição:</i> As instâncias nacional e estaduais funcionarão como receptoras das demandas populares e governamental no tocante às ações de desenvolvimento urbano que possam vir a ser geradoras de violação de direitos humanos e deverão, dentre outros requisitos: i) receber, cadastrar e acompanhar denúncias de conflitos fundiários urbanos; ii) articular dispositivos institucionais e de políticas públicas para a promoção para a solução pacífica dos conflitos fundiários; iii) fomentar a cultura de negociação para soluções pacíficas dos conflitos fundiários urbanos; iv) estabelecer procedimentos de mapeamento de localização e tipologia dos conflitos fundiários urbanos; e, ainda, v) manter programas de capacitação de mediadores de conflitos fundiários urbanos. <i>Finalidade:</i> Estruturar e manter Ouvidoria Nacional, assim como apoiar a instalação de instâncias estaduais, para a prevenção da violação de direitos humanos com o intuito, dentre outros, de evitar os despejos forçados relacionados às ações de desenvolvimento urbano promovidas com recursos públicos e privados.	
20TO	Produção e Disseminação de Conhecimento sobre a População em Situação de Rua
<i>Descrição:</i> Fornecimento de apoio à realização e divulgação de estudos e pesquisas para subsidiar a atuação da sociedade e dos governos na garantia dos direitos da população em situação de rua; realização de pesquisas específicas, produção de materiais e difusão das informações obtidas, a fim de subsidiar a construção de ações e políticas voltadas para o segmento. <i>Finalidade:</i> Produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas.	
2629	Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo
<i>Descrição:</i> Consiste na realização de operações de fiscalização direta, efetuadas por equipes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel ou pelos grupos de fiscalização do trabalho rural das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego. As equipes são compostas por auditores fiscais e contam com o apoio de agentes e delegados de polícia, membros do Ministério Público do Trabalho, e, eventualmente, agentes de outras instituições. Atuam em focos previamente definidos, atendendo a denúncias ou a planejamento estratégico. Durante a ação, as equipes visam a retirar os trabalhadores de condição análoga a de escravo, regularizar os vínculos trabalhistas dos trabalhadores encontrados em condição análoga a de escravos, assistindo e garantindo a segurança dos trabalhadores, emitindo Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, providenciando rescisões indiretas dos contratos de trabalho, pleiteando pagamento de verbas rescisórias, emitindo e entregando requerimentos de seguro-desemprego para os trabalhadores resgatados, entre outras providências. <i>Finalidade:</i> Reprimir o trabalho análogo ao de escravo por meio de operações fiscais do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, coordenado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, e dos grupos de fiscalização do trabalho rural das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTE, com o objetivo de retirar trabalhadores de condição análoga a de escravo e de lhes garantir os direitos trabalhistas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4278	Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas
<i>Descrição:</i> Coordenação e implementação de medidas para a garantia da proteção aos defensores dos direitos humanos ameaçados, bem como na articulação de medidas preventivas que atuem nas causas das ameaça. No caso de crianças e adolescentes ameaçados de morte, a ação consiste em retirar as crianças e adolescentes ameaçados do local de risco e inseri-los em comunidades seguras que possibilitem que sejam assistidos por serviços de saúde, educação, esporte e outros que se façam necessários para o desenvolvimento saudável desta população, promovendo atendimento por psicólogos, advogados e assistentes sociais e garantindo moradia, alimentação e demais despesas no período de inserção na comunidade de proteção, além da inclusão dos familiares adultos dos ameaçados em atividades laborais como forma de assegurar a convivência familiar. A ação prevê ainda assistência jurídica, psicológica e social a testemunhas e vítimas de crimes, monitoramento e manutenção dos programas estaduais de assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas e implementação do serviço de proteção ao depoente especial. <i>Finalidade:</i> Enfrentar a violência letal contra crianças e adolescentes; assegurar proteção às pessoas que, comprovadamente, estejam sendo ameaçadas e que venham a colaborar voluntariamente com a Justiça na elucidação de crimes; e proporcionar aos defensores dos direitos humanos condições para que desempenhem suas atividades com segurança e apoiá-los quando envolvidos em situações de ameaça ou risco iminente a sua integridade física.	
4906	Disque Direitos Humanos
<i>Descrição:</i> Teletendimento ao denunciante, análise e classificação de cada denúncia e o seu envio ao Ministério Público da UF correspondente à localidade da denúncia, em cumprimento ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos - SDH e o Ministério Público; estabelecimento de sistemática de elaboração de um modelo de Disque Direitos Humanos para a SDH; elaboração de mecanismos e instrumentos técnicos e administrativos que fundamentem a constituição da base de informações; redefinição da estrutura de funcionamento dentro do enfoque do modelo sistêmico, mediante o aperfeiçoamento de normas internas e diretrizes de funcionamento; estruturação física e funcional da Ouvidoria dos direitos da cidadania; estabelecimento de sistemática de implantação dos regulamentos das unidades do sistema de Disque Direitos Humanos nacional; definição da infraestrutura tecnológica para o funcionamento do Disque Direitos Humanos; seminário com as organizações que atuam com disques e SOS e instituições estaduais envolvidas diretamente com o Disque Direitos Humanos Nacional. <i>Finalidade:</i> Criar e manter um instrumento de informação, orientação e de atendimento e encaminhamento a denúncias sobre questões afetas aos direitos humanos, como forma de oferecer à sociedade brasileira um canal rápido de acesso ao Estado para a garantia de seus direitos, que prime pela resposta rápida e pela solução prática das queixas apresentadas.	
6461	Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas de Trabalho Escravo
<i>Descrição:</i> Despesas com alimentação, hospedagem e custeio de transporte para os locais de origem dos trabalhadores. <i>Finalidade:</i> Custear alimentação e hospedagem aos trabalhadores libertados de condição análoga a de escravo na localidade do resgate enquanto perdurar a ação fiscal e o transporte dos trabalhadores aos seus municípios de origem nos casos em que o empregador não assuma essa responsabilidade.	
8366	Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Proteção a Pessoas Ameaçadas
<i>Descrição:</i> Capacitação e treinamento, por meio de programas especializados, de advogados, psicólogos, assistentes sociais e demais técnicos responsáveis pela operacionalização dos programas de proteção a pessoas ameaçadas. <i>Finalidade:</i> Aumentar a qualidade dos serviços de proteção a pessoas ameaçadas, a partir da capacitação e instrumentalização dos técnicos por eles responsáveis.	
8456	Pesquisas sobre a Identificação de Restos Mortais de Desaparecidos em Razão de Participação em Atividades Políticas
<i>Descrição:</i> Realização de pesquisas, estudos e levantamentos em parceria com órgãos públicos e privados para coleta, organização e sistematização de informações sobre os destinos dos desaparecidos políticos contemplados pela Lei 9.140/95, manutenção do banco de dados de perfis genéticos de familiares de mortos e desaparecidos políticos para identificação de ossadas com indícios de pertencerem a vítimas de desaparecimentos forçados no período militar; promoção de expedições de buscas a restos mortais de desaparecidos políticos onde houver indícios de que estejam depositados. <i>Finalidade:</i> Realizar pesquisas, estudos e levantamentos para a localização e identificação de corpos de desaparecidos políticos conforme disposto na Lei 9.140/95.	
8799	Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos
<i>Descrição:</i> Implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos, contemplando a definição de diretrizes e orientações para a criação dos Centros, identificação, mobilização e definição da forma de participação de instituições parceiras, institucionalização dos Centros de Referência, desenvolvimento de projeto de atuação e implementação das ações e serviços (orientação jurídica gratuita, mediação de conflitos, apoio a vítimas de crimes e violência, atendimento especializado a vítimas de discriminação e violência relacionadas ao preconceito baseado na orientação sexual e identidade de gênero e informações em direitos humanos). <i>Finalidade:</i> Organizar, implantar e apoiar a manutenção de Centros de Referência em Direitos Humanos, capazes de instigar a mobilização de universidades, instituições governamentais e não-governamentais e de particulares, de gerar conhecimento, de propor políticas públicas e de desenvolver ações articuladas de promoção e de defesa dos direitos humanos, em especial: apoiar iniciativas de acesso a direitos por meio da implantação e consolidação de serviços de assessoria jurídica ampla e gratuita; apoio e assistência a vítimas de crimes e seus familiares; atendimento a pessoa idosa vítima de violência e desenvolvimento de ações integradas de prevenção à violência e aos maus-tratos contra a pessoa idosa; serviços que objetivem a prevenção e o combate ao preconceito e à discriminação baseados na orientação sexual e identidade de gênero, a partir de ações que combatam o preconceito, a discriminação, a violência e a estigmatização do grupo populacional LGBTT.	
8800	Apoio a Órgãos Colegiados Estaduais e Municipais de Direitos Humanos
<i>Descrição:</i> Apoio a governos estaduais e municipais para a criação ou manutenção de conselhos de direitos humanos, por meio do fortalecimento dos mecanismos institucionais de controle que atuem no acompanhamento das políticas sociais e na fiscalização das transgressões aos direitos básicos do cidadão, bem como para aperfeiçoar o funcionamento dos comitês de educação em direitos humanos, para atuarem, principalmente no que tange à provisão de meios para a elaboração e revisão periódica dos planos estaduais e municipais de educação em direitos humanos, para construção de instrumentos de monitoramento e apoio à implementação dos referidos planos e das ações governamentais relacionadas à educação em direitos humanos. <i>Finalidade:</i> Constituir espaços democráticos, de natureza colegiada ou executiva, no âmbito dos estados e municípios, que viabilizem a capacidade da sociedade organizada de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação locais em relação às questões da garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana.	
8802	Apoio a Ações e Serviços para o Fornecimento de Documentação Civil Básica
<i>Descrição:</i> Difusão da importância e da gratuidade do registro de nascimento a partir da mobilização de instituições públicas e privadas que tenham competência ou interesse na questão, bem como pelo apoio aos Estados e Municípios para garantir o acesso de todos os brasileiros à certidão de nascimento. Além disso, serão apoiadas ações de fornecimento de outros documentos civis básicos (como o RG, CPF, CTPS, Título de Eleitor, entre outros) por meio de mutirões itinerantes de cidadania, instalação de unidades interligadas de Registro Civil de Nascimento - RCN e capacitação de agentes mobilizadores, além de atividades pontuais em algumas localidades do país. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a garantia do exercício pleno da cidadania a partir da efetivação do registro civil de nascimento, da obtenção da certidão de nascimento e do fornecimento de outros documentos civis básicos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8810	Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Descrição: Fornecimento de apoio para a realização de estudos e pesquisas nas universidades para realização e divulgação de estudos e pesquisas para subsidiar a atuação da sociedade e dos governos na garantia dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Tais núcleos atuarão em rede de forma complementar, sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos, por meio da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBTT, desenvolvendo mecanismos de captação de informações, monitoramento de políticas públicas e da situação de violência contra a população LGBTT, realização de pesquisas específicas, produção de materiais e difusão das informações obtidas, a fim de subsidiar a construção de ações e políticas voltadas para o segmento.

Finalidade: Apoiar a realização de estudos e pesquisas que objetivem consolidar e divulgar informações e conhecimentos sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e sobre as formas de prevenção de violações, promoção e defesa de seus direitos, assim como apoiar a realização de encontros, seminários e eventos que discutam e disseminem a temática e a produção de publicações e materiais relacionados às questões de orientação sexual e identidade de gênero.

8814	Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos

Descrição: Definição de diretrizes gerais, princípios e currículos para a capacitação em direitos humanos de grupos de profissionais relacionados com a promoção e defesa dos direitos humanos (professores, defensores públicos, membros do Ministério Público, magistrados, agentes de segurança pública, entre outros) ou de representantes do movimento social; a realização de cursos de capacitação para a organização de grupo de multiplicadores de direitos humanos de todas as Unidades da Federação; realização de cursos de capacitação sobre temas específicos de direitos humanos, com o intuito de habilitar um grupo de especialistas nessas temáticas, tendo em vista a defesa de direitos de grupos sociais determinados e de combate a violação de outros direitos; a produção e disseminação de publicações e outros materiais relativos à temática dos Direitos Humanos.

A ação contempla ainda a identificação, priorização e desenvolvimento de estudos e pesquisas de diversos formatos relacionados a tópicos fundamentais para o desenvolvimento da política de educação em direitos humanos e a formalização de parcerias com instituições universitárias públicas ou privadas para apoiar a implantação de núcleos interdisciplinares de estudos e pesquisas em educação em direitos humanos.

Finalidade: Fomentar a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos em Direitos Humanos por meio da capacitação de grupos de profissionais e de representantes do movimento social, visando a que contribuam para a construção de uma cultura de paz, de tolerância e de valorização à diversidade; organização e produção de informações relacionadas à educação em direitos humanos que permitam aumentar o conhecimento acumulado referente ao tema, podendo esse conhecimento ser utilizado e sistematizado no sistema nacional de informações em direitos humanos; apoiar a realização de pesquisas e/ou a implantação em universidades de núcleos interdisciplinares de estudos e pesquisas em educação em direitos humanos.

8819	Produção e Disseminação de Conhecimento sobre os Direitos da Pessoa Idosa

Descrição: Definição de diretrizes gerais, princípios e currículos para realização de cursos de capacitação sobre direitos humanos dos idosos e prevenção da violência, com o intuito de habilitar grupos de profissionais e lideranças sociais nessas temáticas; estabelecimento de parcerias com instituições de pesquisa (universidades, centros de pesquisa) para a realização de estudos e pesquisas que produzam informações e monitorem a situação dos direitos do idoso no Brasil, bem como publicações sobre a temática.

Finalidade: Fomentar a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre os direitos da pessoa idosa por meio do apoio à formação de profissionais para atuarem na garantia dos direitos da pessoa idosa, na prevenção e enfrentamento à violência contra o segmento, e no fortalecimento da rede nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; do desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o tema, de forma a oferecer subsídios para a construção de políticas públicas de atenção aos idosos e de defesa e proteção de seus direitos; da elaboração e disseminação de publicações e outros materiais afetos à temática.

2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

13D6	Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio

Descrição: Construção de imóvel para a administração central da Fundação, considerando a situação atual do prédio, alugado e com inúmeros e graves problemas de deteriorização das instalações, bem como da sua configuração arquitetônica que dificulta a manutenção da segurança do prédio.

Finalidade: Construir o edifício sede da Fundação Nacional do Índio - FUNAI

13D7	Capacitação de Indígenas para Atuação nos Comitês Regionais

Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento dos representantes indígenas tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos representantes indígenas quando em deslocamento para participar de curso de capacitação, os e outras despesas relacionadas à capacitação

Finalidade: Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da Funai quanto ao conjunto das políticas públicas.

148B	Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI

Descrição: Consolidação das mudanças implantadas com a reestruturação e prover o órgão da infraestrutura necessária ao cumprimento de suas atribuições mediante a realização de ações diversas tais como contratação de serviço de mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI, contratação de empresa para desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena e despesas de atualização da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação – TIC da sede e das coordenações regionais da FUNAI.

Finalidade: Implantar novo desenho institucional com o objetivo de tornar a atuação do órgão compatível com suas atribuições.

20IB	Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas

Descrição: Desenvolvimento de atividade preventiva para evitar que não-índios invadam terras indígenas e, quando comprovada a presença de invasores nessas áreas, proceder à extrusão e penalização dos responsáveis. Realização de expedições de fiscalização ou de extrusão de invasores de terras indígenas com participação eventual de agentes ambientais e policiais. A execução das atividades de fiscalização e monitoramento territorial envolve despesas com: aquisição de fontes de energia solar ou a motores de combustão; conjuntos motogeradores; equipamentos de orientação; materiais de manobra e patrulhamento; equipamentos de informática; equipamentos/acessórios para registro; equipamentos de comunicação; locação de meios de transportes como fretes de aeronaves, de veículos terrestres e fluviais; locais para eventos e alojamentos; contratação de consultorias especializadas e/ou serviços de terceiros para realização de oficinas de trabalho e outros eventos; locação de veículos, diárias; passagens aéreas e terrestres em viagens de servidores e colaboradores para atividades de capacitação, fiscalização e monitoramento territorial; aquisição de material de consumo, material de camping; material de cozinha; material de caça/pesca; equipamentos de sobrevivência; material de primeiros socorros e medicamentos; material de geoprocessamento e cartográfico (como mapas e imagens de satélite); ferramentas; materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos de segurança e proteção; peças de reposição e acessórios; aquisição de móveis; aquisição de veículos; locação de equipamentos e imóveis; contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica; manutenção e reforma de bases de fiscalização, estradas, caminhos e pontes de acesso internos às terras indígenas e pagamento de auxílio financeiro aos indígenas para as atividades de vigilância e monitoramento.

Finalidade: Evitar por meio de ações de vigilância e fiscalização, que as terras indígenas sejam ou permaneçam invadidas por terceiros, assegurando aos índios a integridade do seu território e do seu patrimônio natural.

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20R7	Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato
<i>Descrição: Elaboração e publicação de estudos e diagnósticos junto aos povos indígenas de recente contato, conferindo visibilidade às suas dinâmicas próprias junto a órgãos públicos elaboradores e/ou executores de políticas que afetem esses grupos; realização de intercâmbios entre povos indígenas de recente contato sob a perspectiva de fortalecimento de corredores culturais e etnohistóricos, bem como de caráter político-pedagógico; capacitação de servidores para a implementação e o acompanhamento de uma política não assistencialista; realização de campanhas de informação e conscientização voltadas à sociedade nacional, operadores do Direito e legisladores, acerca da diversidade e dos direitos dos povos indígenas; locação de veículos, pagamento de diárias, passagens aéreas e terrestres em viagens de técnicos e colaboradores nos estudos e diagnósticos sobre a situação dos povos indígenas de recente contato, bem como para o acompanhamento e monitoramento de ações governamentais e não-governamentais junto a esses povos, e participação em reuniões; contratação de consultores especializados; material de consumo e outras despesas necessárias à logística das atividades de promoção de direitos realizadas em campo pelas Frentes De Proteção Etnoambiental em articulação com as Diretorias da FUNAI e outros órgãos públicos; pagamento de auxílio financeiro aos indígenas indicados para atuarem em atividades previstas nos planos de trabalho de promoção ao desenvolvimento e sustentabilidade executados pelas Frentes de Proteção Etnoambiental; pagamento de custas judiciais relacionadas à proteção de direitos de povos indígenas de recente contato; aquisição de equipamentos técnicos, de proteção individual, de informática e de softwares; e contratação de serviços terceirizados e compra de materiais para a estruturação das Frentes de Proteção Etnoambiental.</i> <i>Finalidade: Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implantação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.</i>	
20T3	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Indígenas
<i>Descrição: Criação de condições para o desenvolvimento sustentável de comunidades indígenas por intermédio de eventos, atividades e metodologias específicas, que valorizem os elementos culturais.</i> <i>Finalidade: Prover as comunidades indígenas de meios para o seu desenvolvimento sustentável, fortalecendo seus hábitos e tradições, o uso de seu território e o acesso a políticas públicas.</i>	
2384	Proteção Social dos Povos Indígenas
<i>Descrição: Cobertura de despesas para obtenção de documentos de indígenas. Apoio às organizações indígenas no processo de informação e formação acerca de seus direitos fundamentais e políticas públicas; às ações de promoção e proteção social com enfoque na questão de gênero; às comunidades indígenas em situação de vulnerabilidade social, tais como invasão de terras, conflitos e catástrofes; às mudanças de aldeias; ao deslocamento de indígenas a outras regiões para tratarem de questões de ordem política, econômica e social; a encontros regionais, nacionais e internacionais; e à implementação infraestrutura comunitária através de investimento direto ou convênios. Desenvolver diagnósticos, estudos e pesquisas avaliativas dos efeitos dos programas e políticas sociais direcionadas aos povos indígenas, contratação de serviços e consultoria, formação e capacitação dos gestores e técnicos da Funai acerca do conjunto dos direitos indígenas e das ações e políticas sociais do governo. Acompanhamento e desenvolvimento de ações conjuntas com o Ministério da Saúde especialmente por meio da participação na elaboração, pactuação e avaliação de ações no âmbito dos Planos Distritais de Saúde Indígena. Aquisição de equipamentos de informática para o acesso aos canais remotos do Ministério da Previdência e outros sistemas. Publicação e distribuição de material informativo.</i> <i>Finalidade: Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos</i>	
2494	Realização dos Jogos dos Povos Indígenas
<i>Descrição: Apoio financeiro, coordenação e apoio técnico para execução de atividades esportivas dos Jogos Indígenas.</i> <i>Finalidade: Integrar os povos indígenas por meio do incentivo, valorização e fortalecimento da prática de esportes tradicionais pelas diversas etnias.</i>	
2711	Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas
<i>Descrição: Apoio às ações de segurança alimentar e nutricional, à geração de renda e à gestão sustentável dos recursos naturais em terras indígenas. Capacitação de indígenas na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos produtivos. Apoio à implantação, operação e manutenção de infra-estrutura de produção e de comercialização; à aquisição de insumos e à assistência técnica para gestão de projetos de estudos e de diagnósticos etno-ambientais e econômicos; à contratação de consultores e de colaboradores; e à divulgação de resultados. Apoio ao deslocamento de servidores, indígenas e colaboradores eventuais nas atividades pertinentes à Ação. Apoio à valorização e intercâmbio das técnicas e dos conhecimentos tradicionais relacionados à produção de alimentos, de utensílios e à extração de produtos agroflorestais. Implementação da certificação de produtos indígenas; estímulo no uso de técnicas tradicionais na recuperação de áreas degradadas; cultivo de espécies extrativistas úteis na medicina tradicional e na confecção de artefatos indígenas e fortalecimento do controle social.</i> <i>Finalidade: Promover a autonomia produtiva das Comunidades Indígenas orientando-se pela noção de Etnodesenvolvimento e fundamentando-se em consultas às Comunidades, através de planejamento participativo e da execução de atividades sustentáveis.</i>	
2713	Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas
<i>Descrição: Apoiar as comunidades indígenas na articulação, discussão e implementação das políticas públicas relativas à educação indígena na construção de propostas de educação complementar. Acompanhamento e fiscalização das ações de educação escolar nas terras indígenas. Implementação e acompanhamento de programas e atividades de educação complementar e comunitária. Apoio ao acesso, permanência e manutenção dos estudantes indígenas, com prioridade aos de nível superior em universidades públicas, de acordo com a capacidade orçamentária da FUNAI. Continuidade do processo de capacitação e formação dos professores indígenas e técnicos em educação intercultural que atuam diretamente com os povos indígenas.</i> <i>Finalidade: Promover políticas de educação específicas para os povos indígenas garantindo o direito à cidadania.</i>	
2724	Pesquisa sobre Populações Indígenas
<i>Descrição: Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre os povos indígenas; contratação de profissionais ou entidades que atuam na área indigenista; publicação de textos técnicos (revistas, livros, artigos e relatórios); custeio de despesas com o deslocamento e hospedagem de servidores e de pesquisadores, incluindo indígenas; acompanhamento das atividades desenvolvidas por esses profissionais; concessão de bolsas para pesquisadores, aquisição de equipamentos de informática e registro audiovisual; preparo e desenvolvimento de expedições; compra de equipamentos e de suprimentos necessários ao suporte dessas atividades; elaboração de cadastro, monitoramento da atuação de colaboradores, pesquisadores e organizações não-governamentais e outros agentes que mantêm contato com os povos indígenas, realização de mostras, eventos e cursos vinculados à documentação técnico-científica de línguas, culturas e acervos.</i> <i>Finalidade: Implementação de pesquisas e projetos de documentação voltados para preservar o conhecimento, notadamente línguas ameaçadas de desaparecimento, dos povos indígenas e capacitar pesquisadores indígenas para o seu registro.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2814	Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas
<i>Descrição:</i> Documentação e difusão das informações por meio de base de dados, mostras etnográficas, mídia digital e publicações. Realização de oficinas, seminários, cursos, treinamentos, etc. para capacitação dos povos indígenas em tecnologias específicas relacionadas a cada tipo de acervo. Ações amplas visando a instrumentalização dos povos indígenas e divulgação de suas culturas junto a públicos diversos. Atividades objetivando a veiculação de informações positivas sobre a pluralidade cultural dos povos indígenas brasileiros, incluindo ações específicas para diferentes segmentos de público visitante do Museu do Índio, locais ou remotos, via web. Atividades voltadas à preservação e difusão dos acervos sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, aquisição de equipamentos de informática e de audiovisual. <i>Finalidade:</i> Documentar, cadastrar, salvaguardar e difundir o conhecimento pertencente aos povos indígenas, especialmente aquele em situação de risco de desaparecimento ou sob a guarda do Museu do Índio, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas.	
2C69	Proteção, Promoção, Fortalecimento e Valorização das Culturas Indígenas
<i>Descrição:</i> Manutenção e Transmissão de saberes e práticas indígenas. Mapeamento, registro e difusão das culturas indígenas. Identificação, sistematização e criação de estratégias de geração de renda, etnodesenvolvimento e economia criativa das comunidades e povos indígenas. Qualificação e criação de mecanismos de gestão participativa das políticas públicas culturalmente adequados às especificidades socioculturais dos povos indígenas. <i>Finalidade:</i> Implementação do Plano Setorial para as Culturas Indígenas.	
3869	Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena
<i>Descrição:</i> Construção, reforma, ampliação e equipagem de unidades de saúde (postos de saúde, pólos-base e casas de saúde do índio); aquisição de mobiliários em geral e equipamentos como veículos, embarcações, aparelhos de comunicação e demais bens necessários ao funcionamento das unidades. <i>Finalidade:</i> Dotar o Subsistema de Atendimento à Saúde Indígena de estrutura física e de equipamentos necessários ao seu funcionamento e modernização.	
4390	Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas
<i>Descrição:</i> Realização de procedimentos administrativos da demarcação e regularização fundiária de terras e reservas indígenas que compreendem: estudos de campo e documentais, de caráter antropológico, ambiental, cartográfico e fundiário; declaração da ocupação tradicional indígena mediante edição de Portaria Declaratória do Ministro da Justiça autorizando a FUNAI a realizar a demarcação dos limites da terra indígena; publicação de decreto presidencial da homologação confirmando os limites demarcados, habilitando proceder os registros das terras indígenas nos cartórios e na Secretaria de Patrimônio da União; levantamentos fundiários, vistoria e avaliação de benfeitorias, com indenização das construídas de boa fé e a retirada dos ocupantes não-índios. <i>Finalidade:</i> Promover a proteção das terras indígenas através da demarcação e regularização fundiária, visando assegurar o direito dos índios, a posse, e o usufruto das terras tradicionais que ocupam e das terras a eles reservadas para o desenvolvimento de atividades econômica e e socioculturais.	
6063	Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto)
<i>Descrição:</i> Recebimento e protocolo de subprojetos enviados pelas unidades proponentes interessadas em financiamentos disponíveis no âmbito dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI ; triar os subprojetos recebidos pela Equipe Técnica da Unidade de Gerenciamento; enviar os subprojetos, ajustados de acordo com as normas do PDPI, a pareceristas especializados na área temática de cada subprojeto; em caso de parecer positivo, os subprojetos irão ao escrutínio final da Comissão Executiva do PDPI para julgamento de aprovação; implementação dos subprojetos; monitoramento da implementação; avaliação dos resultados. <i>Finalidade:</i> Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes.	
6140	Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas
<i>Descrição:</i> Cadastro das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno-culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersectoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura. <i>Finalidade:</i> Combater a desnutrição na população indígena	
6698	Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas
<i>Descrição:</i> Promover a gestão ambiental e territorial das terras indígenas por meio de planos e projetos visando o uso sustentável dos recursos naturais, conservação e recuperação ambiental, gestão de recursos hídricos, prevenção e controle de impactos socioambientais decorrentes de empreendimentos e capacitação em gestão ambiental e territorial o que implica em aquisição de equipamentos, despesas de locomoção, fornecimento de alimentação, aquisição de veículos, material de consumo, contratação de consultorias, publicações diversas, realização de eventos e outras despesas relacionadas à implantação de projetos de gestão ambiental e territorial <i>Finalidade:</i> Assegurar a Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas.	
6914	Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados
<i>Descrição:</i> Localização geográfica de índios isolados por meio de expedições de campo e de levantamentos da área ocupada por esses grupos indígenas; elaboração de propostas de interdição e de regularização fundiária de terras ocupadas por grupos indígenas isolados; gestão territorial, sócio-ambiental, cultural e de saúde; criação e manutenção das Frentes de Proteção Etno-ambientais e de Posto de Vigilância e Fiscalização; contratação de consultorias e estudos; capacitação de servidores e colaboradores para desenvolverem as atividades do sistema de proteção para os grupos indígenas isolados. Promoção e articulação de ações de comunicação e conscientização da política de proteção dos povos indígenas isolados junto a diversos setores da sociedade. Essas ações envolvem a organização e participação de reuniões, fóruns de discussão, audiências públicas e oficinas participativas junto à sociedade como um todo e especialmente com as populações circunvizinhas aos territórios dos povos indígenas isolados, inclusive com a elaboração de material didático e de conscientização para o respeito à diversidade cultural e autonomia desses grupos, contribuindo para evitar situações de conflitos ou de contato desastroso entre estas populações. A ação prevê despesas com: aquisição ou locação de veículos terrestres ou fluviais e sua manutenção; fontes de energia solar ou a motores de combustão; equipamentos de orientação; materiais de manobra e patrulhamento; equipamentos de informática, equipamentos/acessórios para registro audiovisual; equipamentos de comunicação, despesas de locomoção; contratação de consultoria e de auxiliares de campo e intérprete; serviços de pessoa física para piloto fluvial, mecânico, vigilante, cozinheiro, limpeza e conservação; aquisição de materiais de camping, de caça/pesca para sobrevivência; de primeiros socorros e medicamentos; materiais cartográficos e ferramentas de marcenaria e carpintaria; materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos de segurança e proteção como capas de chuva; materiais para construção de imóveis de alvenaria e madeira; gêneros alimentícios, combustíveis e lubrificantes, material de expediente, móveis e utensílios, peças de reposição e acessórios, materiais de limpeza/higiene e materiais de construção. <i>Finalidade:</i> Localizar geograficamente índios isolados; assegurar o direito a ocupação tradicional de seus territórios; exercer gestão ambiental e territorial em terras indígenas habitadas por índios isolados; proteger seus direitos por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7684	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
<i>Descrição:</i> Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos). <i>Finalidade:</i> Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.	
8635	Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas
<i>Descrição:</i> Execução e fomento às atividades que incentivem a manutenção, revitalização e transmissão de práticas culturais constituídas por elementos, linguagens e significados presentes no cotidiano, no modo de ser e de interagir dos povos indígenas e que compõem o universo da cultura material e imaterial destes. Realização e apoio a eventos que promovam a diversidade cultural indígena. Fomento e apoio para instalação, funcionamento de espaços culturais, além da divulgação e comercialização de artefatos da cultura material de forma sustentável. Aquisição de equipamentos, material de consumo, despesas de locomoção e contratação de serviços necessários à execução das ações. <i>Finalidade:</i> Promover e realizar atividades que contribuam para a valorização do patrimônio cultural dos povos indígenas, à preservação e divulgação das expressões culturais por meio de projetos elaborados em conjunto com as comunidades indígenas.	
8671	Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas
<i>Descrição:</i> Execução de iniciativas voltadas à gestão sustentável dos recursos naturais presentes nas terras indígenas brasileiras, fomentando o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade das terras indígenas brasileiras por meio de: fomento a gestão dos recursos naturais estratégicos; recuperação de sítios/ecossistemas com ocorrência de espécies usadas para fins econômicos; fomento a ações voltadas ao desenvolvimento de alternativas para subsistência, apoio à comercialização de produtos extrativistas e utilização de espécies nativas que possam ser manejadas, ações de capacitação e de educação ambiental. <i>Finalidade:</i> Fomentar projetos que visem o uso sustentável e a gestão ambiental das terras indígenas brasileiras, garantindo alternativas concretas para a recomposição da auto-sustentação dos povos indígenas brasileiros.	
8743	Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
<i>Descrição:</i> Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos Pólos Base, das Casas de Saúde do Índio - CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene) e dos sistemas de saneamento ambiental em terras indígenas. Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores da SESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas.	
2066	Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
0061	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras
<i>Descrição:</i> Disponibilização de financiamento a trabalhadores rurais sem terra, arrendatários, meeiros, pequenos agricultores e a jovens sem terra filhos de agricultores familiares, para a aquisição de terra e estruturação das novas unidades produtivas com a implementação de infra-estrutura. <i>Finalidade:</i> Promover o acesso à terra, por meio de crédito fundiário, necessário à compra da terra e à estruturação das novas unidades produtivas.	
0427	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas
<i>Descrição:</i> Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária para dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas, auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, viabilizar atividades produtivas e a recuperação ambiental, e garantir a segurança hídrica das famílias assentadas localizadas nas áreas circunscritas pelo Semiárido reconhecidas pelo IBGE. <i>Finalidade:</i> Dar condições de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.	
20S3	Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil
<i>Descrição:</i> Medição, processamento, gestão de rede, modernização e fortalecimento institucional visando atender a demanda de 2,2 milhões de imóveis rurais e a regularização de 600 mil posses, utilizando tecnologia de última geração, tais como equipamento de GPS - Sistema de Posicionamento Global, estações de computação gráfica e transmissão de informações on-line. <i>Finalidade:</i> Apoiar os Estados na implantação do Cadastro de Terras para a regularização fundiária do Brasil e para a modernização dos cartórios de registro imobiliário localizados em áreas de regularização fundiária de terras estaduais.	
20S4	Monitoramento e Avaliação do Programa Nacional de Crédito Fundiário
<i>Descrição:</i> Realização de estudos para elaboração, aprimoramento ou disponibilização de subsídios à formulação de políticas públicas; elaboração de instrumentos de monitoramento, acompanhamento e avaliação de impactos; desenvolvimento dos sistemas de informação; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; realização de seminários para a divulgação e debate dos estudos; execução do Plano do Monitoramento e Avaliação do Crédito Fundiário. <i>Finalidade:</i> Acompanhar, monitorar e avaliar o Programa Nacional de Crédito Fundiário, analisando seus resultados em termos de eficácia, eficiência e efetividade com vistas à criação de subsídios para a tomada de decisão e aperfeiçoamento do Programa.	
20S5	Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural
<i>Descrição:</i> Apoio para investimentos comunitários em infra-estrutura básica e estruturação produtiva, assim considerados (moradia, abastecimento de água, rede interna de eletrificação, construção ou recuperação de acessos internos ao imóvel, implantação de cercas, instalações produtivas, demarcação das parcelas, dentre outros); manutenção e subsistência das famílias nos primeiros meses; e, contratação de assistência técnica e capacitação dos beneficiários na implantação inicial do projeto de forma a promover o desenvolvimento social e produtivo. <i>Finalidade:</i> Proporcionar às associações beneficiárias da Linha de Financiamento Combate a Pobreza Rural do Programa Nacional de Crédito Fundiário a implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários necessários à estruturação das unidades produtivas constituídas com financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e com recursos do Subprograma de Combate à Pobreza Rural.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20S7	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária
<i>Descrição:</i> Supervisão e acompanhamento da aplicação do Crédito de Instalação e assistência técnica para a elaboração e para o acompanhamentos de projetos arquitetônicos. <i>Finalidade:</i> Supervisionar, fiscalizar e acompanhar as famílias assentadas na aplicação adequada do Crédito de Instalação, bem como prestar serviços de assistência técnica tanto na elaboração do projeto quanto na edificação, na reforma ou na ampliação da habitação, nos projetos de assentamentos rurais.	
20T9	Georreferenciamento e Digitalização da Malha Fundiária na Área de Abrangência da Lei nº 11.952, de 2009
<i>Descrição:</i> Medição e processamento de imóveis rurais e urbanos, modernização institucional e gestão da rede para regularização de posses em área pública, utilizando tecnologia de última geração, estações de computação gráfica e transmissão de informações on-line. Identificação e seleção do universo dos imóveis a serem trabalhados, considerando a capacidade operacional do INCRA e serviços contratados de empresas especializadas. Definição de áreas prioritárias; delimitação e certificação de glebas e sub-glebas. Ainda são desenvolvidas atividades de discriminação, homologação, demarcação e arrecadação de terras devolutas. Sistematização das informações geoespaciais e digitalização do acervo cartorial e fundiário. <i>Finalidade:</i> Localizar, georreferenciar e demarcar a malha fundiária, e digitalizar o acervo cartorial e fundiário.	
20TA	Identificação e Destinação de Terras Públicas Rurais e Urbanas na Área de Abrangência da Lei nº 11.952, de 2009
<i>Descrição:</i> Diagnóstico das ocupações em terras públicas a serem regularizadas, incluindo: levantamento dos recursos naturais, socioeconômicos e culturais; mapeamento do uso atual da gleba; levantamento da capacidade e potencial de uso do solo; e identificação ocupacional de imóveis a serem regularizados. Identificação de áreas urbanas a serem destinadas aos Governos Municipais. Mobilização e cadastramento de ocupações em áreas rurais. Estudos e análises do mercado de terras. Vistorias das áreas passíveis de regularização, sistematização do fluxo administrativo, análise conclusiva de processos administrativos e emissão de documentos de titulação. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé. Destinação de áreas públicas, retificação de matrículas de glebas públicas, cancelamento de títulos e/ou registros irregulares. Articulação interinstitucional, audiências públicas, publicidade de utilidade pública. <i>Finalidade:</i> Identificar e cadastrar as ocupações rurais e de áreas urbanas em terras públicas localizadas na Amazônia Legal com vistas a permitir a definição da sua destinação e a regularização fundiária.	
20TG	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária
<i>Descrição:</i> Complementação da indenização do preço da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA em processos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, nos termos e condições constantes de sentenças judiciais e de acordos celebrados em audiência de conciliação. <i>Finalidade:</i> Cumprir o pagamento de complementação da indenização do preço da terra nua em decorrência em processos de desapropriação de imóveis rurais para reforma agrária.	
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural
<i>Descrição:</i> Captação, análise e crítica dos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização); fiscalização cadastral da propriedade, visando auferir a legalidade do domínio, o cumprimento da função social plena, inclusive com o combate trabalho análogo ao de escravo e a grilagem de terra; inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR; lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrares; qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC e supervisão periódica de seu funcionamento; disponibilização de informações para estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho; produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE; geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e capacitação dos servidores lotados nos Serviços de Cadastro Rural e Salas da Cidadania, localizadas nas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do Incra, e supervisão regular dos serviços cadastrais disponíveis ao cidadão. <i>Finalidade:</i> Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e conferir maior segurança jurídica para o Serviço de Registro de Imóveis - SRI. Fiscalizar o cadastro, visando o cumprimento da função social da propriedade para subsidiar as ações de obtenção de terras; combater a grilagem de terras e o trabalho análogo ao de escravo; verificar a legalidade dominial dos imóveis rurais e a veracidade das informações declaradas; verificar o limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e identificar os imóveis passíveis de ações de reforma agrária; gerir a Rede Nacional de Cadastro Rural; elaborar o Plano Geral de Estatísticas Cadastrais e estudos técnicos cadastrais.	
2109	Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas
<i>Descrição:</i> Promoção e articulação, junto às diferentes esferas governamentais e não-governamentais, de atendimento social, técnico e jurídico às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras. <i>Finalidade:</i> Prestar assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e buscando um processo de inclusão social e produtiva dessas famílias.	
2110	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais
<i>Descrição:</i> Realização de identificação, levantamento ocupacional, atualização cadastral, vistoria, georreferenciamento, análise processual e titulação das ocupações. <i>Finalidade:</i> Regularizar as ocupações rurais em terras públicas federais e estaduais, fora da Amazônia Legal. Legalizar imóveis rurais e ratificar títulos na faixa de fronteira.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos
<i>Descrição:</i> Manutenção e atualização do banco de dados e aplicativos do SNCR, responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais dos imóveis rurais e seus detentores, bem como do uso temporário da terra; estruturação, implantação e manutenção do CNIR, por meio de ações interinstitucionais previstas na legislação vigente; microfilmagem, digitalização da documentação cadastral que deu origem às atualizações cadastrais realizadas no SNCR, bem como a manutenção do acervo histórico cadastral literal; depuração e inserção de informações cartográficas no banco de dados geográfico; desenvolvimento, modelagem e implantação de aplicativos que permitam a evolução dos sistemas de automação da certificação e do credenciamento de profissionais; elaborar e implantar norma de padronização de cartografia fundiária com ferramentas e aplicativos de automação do fluxo de dados geográficos entre as Superintendências Regionais e o banco de dados central do INCRA. <i>Finalidade:</i> Manter o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, integrando-o à outras fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola; estruturar, implantar e manter o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR, de forma a assegurar a fidedignidade, temporalidade e atualização das informações estruturais dos imóveis rurais utilizadas pelas diversas entidades produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural brasileiro; microfilmagem, digitalizar e manter acervo histórico cadastral literal; manter o Sistema Cartográfico do INCRA; manter o Sistema Eletrônico de Certificação de Imóveis Rurais e o Sistema de Credenciamento de profissionais habilitados; padronizar, sistematizar e normalizar a coleta de dados espaciais, bem como o seu fluxo entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA.	
2373	Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário
<i>Descrição:</i> Disponibilização de cursos de treinamento gerencial, simpósios, conferências, workshops e outras formas de capacitação de recursos humanos, respeitadas as peculiaridades de cada região e Estado. <i>Finalidade:</i> Qualificar os encarregados da implantação dos projetos do Crédito Fundiário, seus beneficiários e o público potencial, com vistas a otimizar o alcance dos resultados, assegurando agilidade e a correta aplicação dos recursos disponibilizados pelo Fundo de Terras.	
2B06	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária
<i>Descrição:</i> Realizar a gestão ambiental dos projetos de assentamentos da reforma agrária, com o monitoramento das atividades relacionadas com a regularização e com o uso dos recursos naturais, por meio da implantação, da manutenção e da alimentação do sistema de registros de informações ambientais, do levantamento das áreas degradadas, da realização de vistorias, em assentamentos, ou visitas técnicas de supervisão, nas Superintendências Regionais, da realização de estudos que estabeleçam indicadores e cenários relativos à regularidade e à recuperação de passivos ambientais como subsídios para intervenções, promovendo a implementação do manejo de flora ou de fauna como atividade produtiva básica ou complementar visando a geração de renda e incentivando a adoção de alternativas sustentáveis de produção com base agroecológica, florestal ou agroflorestal, instrumentalizando as Superintendências Regionais do INCRA e realizando as capacitações de assentados e técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural de acordo com as respectivas necessidades e envolvimento nas finalidades da Ação. <i>Finalidade:</i> Realizar a gestão ambiental dos projetos de assentamentos da reforma agrária, por meio do monitoramento das atividades relacionadas com a regularização e com o uso dos recursos naturais, promovendo a implementação do manejo sustentável da flora ou da fauna, e incentivando a adoção de alternativas sustentáveis de produção com base agroecológica, florestal ou agroflorestal.	
2C72	Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras
<i>Descrição:</i> Implantação de bibliotecas rurais com a participação das comunidades em seu planejamento e desenvolvimento e formação de agentes de leitura para a gestão autônoma e coletiva das atividades. Cada biblioteca rural é formada com 230 livros, que são selecionados e organizados em acervos adequados às necessidades, interesses e características culturais e produtivas de cada comunidade. <i>Finalidade:</i> Promover o acesso ao livro, incentivar a leitura e formar agentes culturais nos assentamentos, nas comunidades de agricultura familiar, de remanescentes de quilombos, indígenas, ribeirinhas e em colônias de pescadores para apoiar a educação, a cultura, o trabalho e o entretenimento, contribuindo para o desenvolvimento humano no mundo rural.	
2C77	Consolidação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária
<i>Descrição:</i> Concessão de infra-estrutura básica e de estruturação produtiva, tais como: moradia, abastecimento de água, rede interna de eletrificação, construção ou recuperação de acessos internos ao imóvel, implantação de cercas, instalações produtivas, demarcação das parcelas, assistência técnica e capacitação de beneficiários, permitindo a retomada do desenvolvimento produtivo com sustentabilidade e, conseqüentemente, a promoção e a consolidação do projeto. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a recuperação ou a complementação de infra-estrutura básica e de investimentos comunitários necessários à reestruturação das unidades produtivas constituídas com o financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra.	
4284	Prevenção de Tensão Social e Violência no Campo
<i>Descrição:</i> Monitoramento e controle das possíveis situações de tensão social, conflito e violência no campo, por meio de ações de assistência social, técnica, jurídica e de garantia da cidadania, bem como por meio da presença do Estado, apoiando as atividades e estruturação das entidades de combate à violência no campo e tensão social. <i>Finalidade:</i> Identificar e controlar possíveis situações de tensão social ou de violência no campo, principalmente com relação aos trabalhadores rurais sem-terras, bem como apoiar as instituições de combate e prevenção à violência no campo e à tensão social, inclusive em sua estruturação.	
4288	Capacitação de Mediadores de Conflitos Sociais
<i>Descrição:</i> Realização de cursos, encontros, seminários, oficinas, fóruns, intercâmbios, dentre outros processos de capacitação. <i>Finalidade:</i> Capacitar e aperfeiçoar mediadores de conflitos sociais, na prevenção, mediação e solução de conflitos sociais no campo.	
4300	Atendimento de Denúncias - Ouvidoria Agrária Nacional
<i>Descrição:</i> Recepção, triagem e distribuição das denúncias para análise e depuração, com o subseqüente encaminhamento às autoridades competentes para apuração, promovendo o monitoramento e controle dos respectivos andamentos, respondendo e arquivando o resultado. <i>Finalidade:</i> Atender, encaminhar e responder às denúncias relacionadas a tensões sociais no campo e a conflitos agrários.	
4304	Mediação de Conflitos Agrários
<i>Descrição:</i> Mediação das situações de conflitos agrários coletivos, por meio da atuação direta de servidores e da interação com os diversos órgãos envolvidos, buscando a solução pacífica dos conflitos. <i>Finalidade:</i> Solucionar conflitos agrários coletivos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4320	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol
<i>Descrição:</i> I) Apoio a implantação e a recuperação de agroindústrias: a) contratação de serviços de consultoria ou assessoria técnica, de forma temporária, para agroindústrias implantadas ou em implantação; b) capacitação de assentados e técnicos para a atividade agroindustrial; c) aquisição de máquinas e equipamentos; d) construção ou recuperação de edificações e instalações; e) contratação de serviços para elaboração de projetos de engenharia; f) obtenção de licenças e de alvará de funcionamento. II) Inserção mercadológica da produção dos assentados: a) realização de pesquisas de mercado e estratégias de comercialização; b) promoção, divulgação e comercialização dos produtos da reforma agrária; c) construção ou recuperação de edificações e aquisição de equipamentos para viabilizar a comercialização dos produtos da reforma agrária; d) desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; e) realização de estudos de cadeias produtivas; f) certificação de origem, de nichos de mercado, e orgânica; g) capacitação de assentados em gestão administrativa, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação. III) Fomento as atividades econômicas não agrícolas de artesanato, turismo rural e restaurante rural nos assentamentos da reforma agrária. IV) Acompanhamento, monitoramento e fiscalização da implementação da ação em campo. <i>Finalidade:</i> Incrementar a renda nos projetos de assentamento rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, as experiências e as potencialidades locais, bem como a supervisionar e acompanhar a execução.	
4358	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento
<i>Descrição:</i> Concessão documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento de cláusulas contratuais; c) realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos. <i>Finalidade:</i> Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e para as entidades públicas ou privadas.	
4426	Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional
<i>Descrição:</i> Georreferenciamento de imóveis rurais, através do levantamento de campo, com o auxílio de tecnologia de posicionamento global (GNSS) e Sensoriamento Remoto, incorporando-os ao Acervo Fundiário Digital do INCRA. Fiscalização padronizada dos serviços topográficos executados em interesse do INCRA. Manutenção do funcionamento da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GNSS - RIBAC, indispensável aos serviços de georreferenciamento e certificação dos imóveis rurais. <i>Finalidade:</i> Georreferenciar imóveis rurais públicos e privados e fiscalizar esse serviço. Ampliar e manter a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GNSS. Manter as atividades do Comitê Nacional de Certificação e Credenciamento e dos Comitês Regionais de Certificações. Digitalizar o acervo fundiário analógico das Superintendências Regionais e dos Governos Estaduais.	
4460	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária
<i>Descrição:</i> Pagamento inicial de valores referentes à obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante indenização da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente, de acordo com os respectivos decretos de desapropriação por interesse social ou homologação dos acordos de compra e venda direta. <i>Finalidade:</i> Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamentos de trabalhadores rurais, permitindo a imediata imissão na posse.	
4474	Educação de Jovens e Adultos no Campo
<i>Descrição:</i> Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a alternância regular de períodos de estudos (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e de coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articulação de apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática. <i>Finalidade:</i> Capacitar, alfabetizar e escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.	
6952	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social
<i>Descrição:</i> Concessão de bolsa para estágio de vivência e de especialização lato sensu em regime de alternância, com atuação em assentamentos da Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no último período, receberão bolsa para atuarem junto às equipes de ATES e ATER nas escolas e em outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável. <i>Finalidade:</i> Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.	
8370	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária
<i>Descrição:</i> Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades. <i>Finalidade:</i> Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequadas às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8374	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária
<i>Descrição:</i> Realização de estudos e diagnósticos voltados ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental nas suas diversas modalidades conforme estabelecido pela legislação federal e estadual; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças, outorgas e publicações de licenças e material de educação ambiental e outros similares; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal, quando for o caso; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da manutenção dos recursos naturais nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e do projeto de conservação ou de recuperação de áreas degradadas ou protegidas a ser implementado nos assentamentos; publicação de material informativo; Implantação de projetos de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal; e realização de práticas tecnológicas que visem a recuperação dos solos, como cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes no âmbito do licenciamento ambiental. <i>Finalidade:</i> Licenciar e regularizar os assentamentos da reforma agrária nos questões ambientais.	
8378	Gestão de Terras Públicas
<i>Descrição:</i> Localizar, identificar, demarcar, arrecadar e destinar terras públicas devolutas. <i>Finalidade:</i> Realizar a Gestão das terras públicas federais e apoiar na gestão das estaduais, Promovendo, mediante processo discriminatório ou de arrecadação sumária, a demarcação topográfica, a incorporação e posterior destinação de terras públicas federais, para fins de regularização fundiária, reforma agrária, doação para municípios, concessão de direito real de uso para unidades de conservação, dentre outras. .	
8384	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária
<i>Descrição:</i> Identificação, cadastramento, digitação, seleção, legitimação, homologação e acompanhamento das famílias beneficiárias da reforma agrária, na tipologia: a) Trabalhadores rurais; b) Atingidos por barragem; c) Ocupantes não índios de terras indígenas (TI), de unidades de conservação (UC) e não quilombolas de territórios quilombolas (TQ); d) Reconhecidos de projetos de assentamento das esferas administrativas (Federal, Estadual e Municipal); e) Populações tradicionais (Ribeirinhos, Faxinalenses, Fundo de Pasto, Extrativistas em geral); f) Minifundiários com área menor que um módulo rural; g) Parceiros, arrendatários e posseiros; h) Trabalhadores rurais assalariados temporários e permanentes; i) Demais entidades familiares que se enquadrem nos critérios do PNRA; manutenção do cadastro de informações dos beneficiários da reforma agrária, principalmente no que se refere aos dados sobre a situação de famílias assentadas, desistentes, eliminadas, evadidas, tituladas e quanto à elegibilidade, bem como produzir dados para a análise da situação sócio-econômica; execução de procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários da reforma agrária; e j) Realizar procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua destinação; <i>Finalidade:</i> Assentar famílias do público da Reforma Agrária por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infra-estrutura básica, crédito instalação e licenciamento ambiental, e proceder a supervisão ocupacional dos lotes.	
8387	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais
<i>Descrição:</i> Vistoria de fiscalização do cumprimento da função social da propriedade de imóveis rurais; vistoria de avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação, aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; despesas com processos administrativos e judiciais, levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações; despesas com comunicações a proprietários; custeio de desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações; aquisição de máquinas e equipamentos de uso profissional para apoio às vistorias. <i>Finalidade:</i> Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.	
8396	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento
<i>Descrição:</i> Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou com a recuperação de infraestrutura, como estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. <i>Finalidade:</i> Prover ou recuperar a infraestrutura básica dos projetos de assentamento rural, necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.	
8398	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento
<i>Descrição:</i> Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes). <i>Finalidade:</i> Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável	
8418	Capacitação dos Beneficiários da Regularização Fundiária
<i>Descrição:</i> Disponibilização de cursos de treinamento gerencial, simpósios, conferências, oficinas e outras formas de capacitação de recursos humanos, respeitadas as peculiaridades de cada região. <i>Finalidade:</i> Qualificar os beneficiários da regularização fundiária e do público potencial, com vistas a mobilizar, organizar e otimizar o alcance dos resultados, assegurando assim o seu acesso a políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das famílias pobres do meio rural e a consolidação das unidades produtivas objeto da regularização fundiária.	

2067 Resíduos Sólidos

10TT	Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Promoção de forma progressiva da participação do Ministério do Meio Ambiente no monitoramento da "Proposta de Indicadores Ambientais para Recursos Hídricos Superficiais, Recursos Hídricos Subterrâneos, Biota e Cobertura do Solo e Plano de Monitoramento destes Indicadores, incluindo Regras de Administração, Publicidade, Acesso e Auditoria no Banco de Dados dos Indicadores". Esta proposta obteve adesão da União e das empresas rés, sendo homologada pela Justiça Federal em 29 de março de 2007. <i>Finalidade:</i> Subsidiar a defesa da União nos autos da Execução Provisória Nº 2000.72.04.002543-9 (Ação Civil Pública), em que a União é ré solidária com as Empresas de Mineração de carvão da região sul-catarinense. Em 05 de janeiro de 2000 uma Sentença Judicial, revisada em 18 de abril de 2006, baseada na Ação Civil Pública, referente ao Processo Nº 93.8000533-4, deferiu tutela antecipada e impôs à União e às Empresas Carboníferas a obrigação de fazer e executar o projeto de recuperação ambiental da região da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, para os passivos arrolados na Ação Civil Pública, que compreendem o período entre os anos de 1972 a 1989.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20AM	Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais
<i>Descrição:</i> A ação de Apoio à Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e será implementada por intermédio das modalidades abaixo relacionadas: a) Implantação, ampliação ou melhoria de Unidades Básicas de Materiais Recicláveis, assistência técnica, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos e desenvolvimento institucional; b) Assessoramento tecnicamente aos representantes de empresas públicas, fundações ou organizações não governamentais na elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente. <i>Finalidade:</i> Aumentar a produtividade do processo de coleta e reciclagem de materiais acompanhados do desenvolvimento de atividades educativas, informativas e de comunicação, visando à mobilização dos catadores para a prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pelas condições de trabalho a que estes estão submetidos.	
20ME	Apoio a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos Industriais e Perigosos
<i>Descrição:</i> Atualizar e complementar o inventário nacional de resíduos perigosos nos diferentes estados brasileiros. Capacitar recursos humanos diretamente envolvidos com resíduos perigosos, com a realização de oficinas de capacitação, e da utilização de Manuais Técnicos previamente elaborados, a fim de se obter resultados mais efetivos nas ações de prevenção que possam ser empregadas para a não geração e minimização do resíduo, inclusive reciclagem, tratamento e disposição tecnicamente adequada, identificando as opções locais disponíveis para o gerenciamento ambientalmente adequado, contemplando os aspectos econômicos e de Produção Mais Limpa. <i>Finalidade:</i> Identificar, quantificar, reduzir a geração, aumentar a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos e garantir meios de tratamento e disposição ambientalmente adequados.	
20MF	Fortalecimento dos Órgãos Integrantes do SISNAMA para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas
<i>Descrição:</i> Capacitar aos órgãos do SISNAMA para definição dos valores de referência de qualidade do solo visando a identificação e gerenciamento de áreas contaminadas, dando suporte na logística desde a amostragem de solo até a análise final dos resultados obtidos. <i>Finalidade:</i> Elaborar inventário de áreas contaminadas do país.	
20MG	Implementação de Planos, Projetos, Obras e Equipamentos para a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos - Plano Brasil sem Miséria
<i>Descrição:</i> Capacitação dos recursos humanos diretamente envolvidos com resíduos sólidos, planos de coleta seletiva, estrutura e obras de galpões e sistemas de triagem, pontos de entregas voluntárias. Apoiar os entes federados, cooperativas e associações de catadores para a aquisição de máquinas, caminhões, esteiras, prensas e outros equipamentos necessários para a coleta seletiva e triagem de resíduos sólidos urbanos. <i>Finalidade:</i> Aumentar a reciclagem e a reutilização dos resíduos por meio de apoio e investimentos para a implementação da coleta seletiva e a estruturação de cooperativas ou associações de catadores que prioritariamente farão a coleta seletiva dos resíduos sólidos.	
2E42	Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos
<i>Descrição:</i> Estabelecer estratégias e mecanismos que fomentem a implementação da política por meio dos planos de resíduos sólidos, coleta seletiva, sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas com a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (Sinir), capacitação de gestores, Educação Ambiental e a Consórcios Públicos. <i>Finalidade:</i> Implementar a política nacional de resíduos sólidos.	
8274	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos
<i>Descrição:</i> Realização de estudos de viabilidade econômica de empreendimentos relacionados com resíduos sólidos; subsídio financeiro a projetos de incubação de cooperativas que trabalham com resíduos sólidos; estímulo e apoio a ações de constituição de complexos cooperativos nas cadeias produtivas relacionadas aos resíduos sólidos; articulação de parcerias com outros ministérios buscando a não sobreposição de ações e a otimização dos recursos; melhoria da capacitação de profissionais, da tecnologia local, das práticas de gerenciamento dos resíduos e da elaboração de Projetos e Planos de Gestão Integrada e de Sistemas de Informações para a gestão dos resíduos sólidos urbanos; iniciativas voltadas para inclusão socioeconômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e para a educação ambiental e a participação comunitária; aquisição e distribuição de alimentos para catadores; apoio financeiro à infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país; apoio à formação e capacitação de técnicos, agentes e catadores; entre outras.) <i>Finalidade:</i> Fomentar a organização sustentável e o desenvolvimento de cooperativas, em especial as de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, para triagem e beneficiamento do lixo, em consonância com um novo modelo de tratamento integrado de resíduos e a erradicação dos lixões, com vistas à salubridade ambiental; apoiar a organização de grupos e a inserção sócio-econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; promover a modernização e a organização das cooperativas dos catadores, com o objetivo de elevar sua capacidade técnica e a qualidade dos serviços prestados à população; aumentar a produtividade do processo de coleta e reciclagem de materiais acompanhados do desenvolvimento de atividades educativas, informativas e de comunicação, visando à mobilização dos catadores para a prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pelas condições de trabalho; combater a insegurança alimentar e nutricional de catadores; promover sua inclusão produtiva.	
86AA	Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
<i>Descrição:</i> Melhoria da capacitação de profissionais, da tecnologia local, das práticas de gerenciamento dos resíduos e da elaboração de Projetos e Planos de Gestão Integrada e de Sistemas de Informações para a gestão dos resíduos sólidos urbanos. <i>Finalidade:</i> Promover a modernização e a organização dos sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, com vistas a elevar a capacidade técnica, administrativa e gerencial dos entes federados e dos prestadores de serviço bem como apoiar a elaboração de planos e projetos para a gestão regionalizada	
2068	Saneamento Básico
10GD	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
<i>Descrição:</i> Implantação e/ou ampliação de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios com população até 50.000 habitantes, contemplando projetos e obras que visem garantir o abastecimento da população com água potável, compreendendo captações, adutoras, reservatórios, estações elevatórias, estações de tratamento, redes de distribuição, ligações domiciliares, entre outras intervenções. <i>Finalidade:</i> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10GE	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
<i>Descrição:</i> Implantação e/ou ampliação de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, contemplando projetos e obras necessárias à coleta, tratamento e disposição adequada dos efluentes, compreendendo redes coletoras, interceptores, estações elevatórias, estações de tratamento, emissários, entre outras intervenções. <i>Finalidade:</i> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando a prevenção e o controle de doenças e agravos.	
10GG	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
<i>Descrição:</i> A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.); drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas. <i>Finalidade:</i> Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.	
10RM	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba
<i>Descrição:</i> Elaboração de estudos e projetos, aquisição de equipamentos e implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários, envolvendo as atividades de coleta, elevação, tratamento, destino final do efluente, microdrenagem (QUANDO NECESSÁRIA À MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DO SISTEMA), soluções individuais, ligações domiciliares e instalação de unidades sanitárias. <i>Finalidade:</i> Proporcionar à população acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários, visando seu bem-estar, a melhoria da saúde, o desenvolvimento econômico e a preservação da qualidade dos corpos de água.	
10RP	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba
<i>Descrição:</i> Implantação, ampliação ou melhoria de projetos e obras para serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, através de entes federativos localizados na bacia hidrográfica do São Francisco. As iniciativas apoiadas envolvem a erradicação de lixões e a recuperação de área degradadas; a implantação ou adequação de aterros sanitários, que inclusive poderão envolver projeto adicional de instalações para coleta e tratamento do biogás com vistas a redução de emissões de GEE; a implantação de centrais de triagem, compostagem e unidade de transbordo; e aquisição de equipamentos para as instalações apoiadas. A ação contempla ainda o apoio a projetos de resíduos de construção e demolição e resíduos volumosos de responsabilidade dos municípios, conforme determina a resolução CONAMA 307/02, incluindo instalações para a reciclagem, aterros e aquisição de equipamentos. Complementariamente com todas as intervenções, deverão ocorrer iniciativas voltadas para inclusão socioeconômica dos catadores de lixo e para a educação ambiental e a participação comunitária. <i>Finalidade:</i> Prestar serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de forma sustentável e universal, visando a salubridade ambiental e eliminação de lixões.	
10S5	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
<i>Descrição:</i> Apoio a Estados, Distrito Federal e Municípios para implementação de intervenções de saneamento integrado em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas (RMs) ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES). As intervenções propostas deverão ter como objetivo precípuo a implantação de ações que contemplem simultaneamente mais de uma modalidade de saneamento básico em uma mesma localidade urbana, necessárias à salubridade e habitabilidade da população localizada em áreas urbanas regulares, por meio de ações conjuntas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana ou resíduos sólidos urbanos. Além disso, incluem iniciativas destinadas à regularização fundiária, aquisição ou edificação de unidades habitacionais pra população de baixa renda, indenização de benfeitorias, pavimentação e obras viárias, equipamentos comunitários e iluminação pública. <i>Finalidade:</i> Proporcionar à população residente em áreas urbanas regulares acesso aos serviços de saneamento básico, visando o seu bem estar, a melhoria da saúde, o desenvolvimento econômico e a preservação dos mananciais e corpos d'água. "Esta ação contribui para a recuperação e a sustentabilidade ambiental do meio urbano, conforme o Programa de Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos do Plano Nacional de Recursos Hídricos".	
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.
<i>Descrição:</i> Apoio a Estados, Distrito Federal e Municípios para aquisição de equipamentos, implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de abastecimento de água em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas (RMs) ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES) ou municípios que optaram pela constituição de consórcios públicos para prestação dos serviços. As atividades envolvidas compreendem as infraestruturas de: captação, recalque, adução, reservação, tratamento, distribuição, ligações domiciliares e intradomiciliares, sistemas simplificados e soluções individuais. Os empreendimentos também devem contemplar ações de educação ambiental e mobilização social. Até 2011, as metas físicas eram contabilizadas em número de famílias beneficiadas. A partir de 2012, as metas serão apuradas a partir do número de operações contratadas. <i>Finalidade:</i> Proporcionar à população o acesso ao abastecimento de água potável, visando o seu bem estar, a melhoria da saúde e o desenvolvimento econômico.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10SK	Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
<i>Descrição: Implantação e/ou ampliação de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios com população até 50.000 habitantes integrantes da bacia do rio São Francisco, contemplando projetos e obras necessárias à coleta, tratamento e disposição adequada dos efluentes, compreendendo redes coletoras, interceptores, estações elevatórias, estações de tratamento, emissários, entre outras intervenções.</i> <i>Finalidade: Proporcionar à população acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários, visando seu bem-estar, a melhoria da saúde, o desenvolvimento econômico e a preservação da qualidade dos corpos de água.</i>	
10SL	Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias Receptoras do Rio São Francisco com até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
<i>Descrição: Elaboração de estudos e projetos e implantação, ampliação ou melhoria de projetos e obras para serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, através de apoio a entes federativos localizados na região beneficiada pelo São Francisco. As iniciativas apoiadas envolvem a erradicação de lixões e a recuperação de áreas degradadas; a implantação ou adequação de aterros sanitários, que inclusive poderão envolver projeto adicional de instalações para coleta e tratamento do biogás com vistas à redução de emissões de GEE; a implantação de centrais de triagem, compostagem e unidades de transbordo; e aquisição de equipamentos para as instalações apoiadas. A ação contempla ainda o apoio a projetos de resíduos de construção e demolição e resíduos volumosos, de responsabilidade dos municípios, conforme determina a Resolução Conama 307/02, incluindo instalações para a reciclagem, aterros e aquisição de equipamentos. Complementarmente com todas as intervenções, deverão ocorrer iniciativas voltadas para a inclusão sócio-econômica dos catadores e para a educação ambiental e a participação comunitária.</i> <i>Finalidade: Prestar, de forma sustentável e universal os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, visando à salubridade ambiental, a eliminação de lixões.</i>	
10SV	Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
<i>Descrição: Implantação e/ou ampliação de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios com população até 50.000 habitantes integrantes da bacia do rio São Francisco, contemplando projetos e obras que visem garantir o abastecimento da população com água potável, compreendendo captações, adutoras, reservatórios, estações elevatórias, estações de tratamento, redes de distribuição, ligações domiciliares, entre outras intervenções.</i> <i>Finalidade: Garantir o abastecimento de água em quantidade e qualidade de forma sustentável para melhoria das condições de vida das populações rurais vizinhas as obras, e, paralelamente, minimizar os riscos sociais, sanitários e financeiros associados a eventuais práticas de retirada clandestina de água dos canais e reservatórios do projeto.</i>	
10TA	Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras do São Francisco para Municípios com população abaixo de 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
<i>Descrição: Apoio a Estados e municípios para a elaboração de projetos de saneamento básico e/ou integrado em municípios integrantes da Bacia do Nordeste Setentrional. Os projetos apoiados poderão contemplar a prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, manejo de águas pluviais e drenagem urbana, incluindo iniciativas de melhoria e desenvolvimento gerencial e organizacional, reestruturação e reforma administrativa, otimização da área de atuação do prestador do serviço, estímulo à estruturação de novos operadores de serviços de saneamento, especialmente de consórcios públicos multimunicipais, redução de perdas, mediante macromedicação, micromedicação, reforma de unidades operacionais, substituição de equipamentos e redes, melhoria da eficiência no consumo de água e de energia elétrica; desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão e controle operacional e setorização dos serviços, bem como formulação de Planos municipais, regionais, estaduais e Nacional de saneamento, Planos Diretores de Drenagem Urbana e de Gestão Integrada e Sustentável de Resíduos Sólidos, gerenciamento das atividades, capacitação de recursos humanos, educação ambiental e fortalecimento da participação social, fiscalização e avaliação. Os projetos de saneamento integrado apoiados deverão contemplar também iniciativas complementares para adequação do sistema viário, a contenção de encostas, o reassentamento de população, melhorias habitacionais e projetos conexos de equipamentos comunitários, paisagismo e iluminação pública. Em áreas de assentamentos precários o apoio contempla a elaboração de Projetos de Saneamento Integrado (PSI) e Planos de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI).</i> <i>Finalidade: Recuperar ambientalmente as áreas degradadas ocupada por população de baixa renda, mediante a elaboração de planos e projetos integrados de saneamento. Esta ação visa cumprir condicionalidade interposta pela Licença de Instalação do Projeto de Integração das Bacias do São Francisco e do Nordeste Setentrional.</i>	
116F	Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água para Todos
<i>Descrição: Implantação de sistemas de abastecimento de água simplificados para as comunidades rurais difusas, em situação de vulnerabilidade, localizadas ao longo do Rio São Francisco, cuja distância da margem não ultrapasse 15 km.</i> <i>Finalidade: Dotar os domicílios com abastecimento público de água adequado, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.</i>	
116I	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.
<i>Descrição: Apoio às iniciativas de Estados, Distrito Federal, Municípios e Consórcios Públicos para empreendimentos em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas (RMs) ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) ou que optaram pela constituição de Consórcios Públicos para prestação dos serviços, desde que sua área de abrangência reúna, pelo menos, 150 mil pessoas. A ação compreende a implantação da infraestrutura necessária para erradicar lixões, construir aterros sanitários, com prioridade para os regionalizados, combinados com unidades de triagem, compostagem e digestão acelerada e da infraestrutura complementar para recuperação energética e/ou mecanismos de desenvolvimento limpo (desde que implantada a coleta seletiva regular), valorizando mecanismos indutores da auto-sustentação econômica, social e ambiental e ações de educação ambiental, contemplando, inclusive, a inclusão social de catadores. Com vistas a promover a gestão adequada da disposição final dos resíduos sólidos urbanos, possibilita o ressarcimento dos recursos aportados a título de contrapartida à implantação do aterro sanitário, desde que observado o cumprimento de condicionalidades previamente pactuadas com os proponentes. Assim, adotará mecanismos de aferição de resultados para a sustentação econômica dos empreendimentos, envolvendo, sempre que possível, mecanismos de controle social.</i> <i>Finalidade: Ampliar a cobertura e a eficiência dos serviços públicos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, contribuindo para a universalização e o incremento da qualidade dos serviços prestados.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12MH Apoio à Redução e Controle de Perdas de Água em Sistemas de Abastecimento em Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Hab

Descrição: Apoio a Estados e Municípios para aquisição de equipamentos, implantação, ampliação ou melhoria de ações de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água em municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE's), municípios com população superior a 50 mil habitantes ou que optaram pela constituição de consórcios públicos para prestação dos serviços, desde que sua área de abrangência reúna, pelo menos, 150 mil pessoas. As principais atividades envolvidas são: macromedição e automação; setorização e zonas de medição e controle, controle de pressões com instalação de dispositivos redutores de pressão; cadastro técnico e modelagem hidráulica da rede; pesquisa e combate a vazamentos não visíveis; micromedição; gestão comercial; substituição de ramais e rede coletora, bem como fortalecimento da gestão, capacitação e complementação de projetos.

Até 2011, as metas físicas eram contabilizadas em volume de água recuperado. A partir de 2012, as metas serão apuradas a partir do número de operações contratadas.

Finalidade: Aumentar a oferta de água tratada à população, mediante combate a desperdícios resultantes de perdas, visando economia de recursos públicos na ampliação de Sistemas de Abastecimento, promovendo a utilização racional da água retirada de mananciais, diminuindo o consumo de energia elétrica e produtos químicos, e visando a sustentabilidade ambiental e econômica da produção de água tratada.

Esta ação contribui para a eficiência e sustentabilidade econômica; utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas; segurança, qualidade e regularidade; e integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos, conforme previsto nos princípios fundamentais do saneamento básico, definidos respectivamente nos incisos VII, VIII, XI, e XII, da Lei 11.455/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento

141J Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba

Descrição: O Sistema será composto por a) ligações intra-domiciliares, Infra-estrutura hidráulica ligando o ambiente sanitário do domicílio à rede de coleta uso comum da rua; e b) Módulos Sanitários Domiciliares (MDS) – infra-estruturas necessárias básicas ao processo de coleta interno da residência, que na sua maioria está incompleta e/ou inexistente: chuveiro, vaso, sanitário, pia, caixa de gordura, etc...Tipos de estruturas em função do arranjo do imóvel na quadra urbana: i.) Casas geminadas de frente para rua, cuja fossa está no fundo quintal (a rede hidráulica da ligação intradomiciliar – RHLID deverá, a partir da rua, passar pelo interior da casa, quebrando piso (caso não seja de terra batida), para ser ligada na tubulação de effluente da casa para a fossa); ii.) Casas no terreno normal, com quintal e RHLID é feita pelo lado externo da casa, até a fossa; iii.) Para os dois cenários anteriores ("i." e "ii.") podem necessitar a implantação de MDS (então se compõe de RHLID + MDS). A população de baixa-renda, identificada Cadastro Único da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, caracterizadas como cadastradas ou beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (agosto/2009), não têm condições econômica para arcar com os custos da ligação da residência com a rede coletora comunitária, o que, se não realizado, deixa de cumprir as Diretrizes do Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Linha de Ação Recuperação e Conservação Hidroambiental, de conter elementos poluidores dos corpos d'água. O esgoto in-natura é um dos principais elementos poluidores do rio São Francisco e do Parnaíba, juntamente com resíduos sólidos e processos erosivos.

Finalidade: Coletar esgotos domésticos das residências de baixa renda para serem lançados nos sistema comunitário (infra-estrutura hidráulica) de condução (redes coletoras, condução e estações elevatórias), tratamento (estações de tratamento) e lançamento do effluente (emissários) em corpo receptor, na Classe 2 (CONAMA- 357) e/ou no nível de tratamento comportável à sua (corpo receptor) capacidade de diluição estabelecida. O objetivo final é de disponibilizar fontes hídricas com qualidade e quantidade para o exercício da prática de políticas públicas de gestão de usos múltiplos da água.

142H Apoio a Sistemas de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana Sustentável em Municípios com População Inferior a 50 mil Habitantes, exceto Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.

Descrição: Apoio a estados e municípios para implantação, ampliação e melhorias dos sistemas de drenagem urbana e de manejo de águas pluviais em municípios com população total inferior a 50 mil habitantes, excluindo-se os integrantes de Regiões Metropolitanas (RMs) ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES). A ação possibilita a construção de infraestruturas de contenção; urbanização; recuperação ambiental; macro e microdrenagem; e, de reuso das águas pluviais.

Finalidade: Promover o escoamento regular das águas pluviais e prevenir inundações, proporcionando segurança sanitária, patrimonial e ambiental.

1162 Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Coqueiro Seco no Estado de Alagoas

Descrição: As cidades de Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte e Satuba possuem sistemas de abastecimento de água independentes, implantados há mais de 20 anos, que operam atualmente com produção deficitária de água, conseqüentemente afetando diretamente a distribuição para a população destas cidades.

O sistema atual de Coqueiro Seco é alimentado a partir do aproveitamento do lençol subterrâneo, com água de boa qualidade, através de poços cuja produção máxima é de 7,65l/s. Santa Luzia do Norte utiliza os mesmos mananciais que atendem ao sistema de Coqueiro Seco e em condições semelhantes, ou seja, a água é captada através de um poço tubular da prefeitura, com 3 l/s e de um poço amazonas da CASAL com 13 l/s, totalizando 16 l/s no período do ano mais favorável. Já o município de Satuba utiliza um sistema alimentado a partir de uma captação flutuante no Riacho Xixiu com produção máxima de 15l/s, equipada com moto-bombas horizontais que recalcam a água para ETA do tipo compacta.

Finalidade: Construir um sistema integrado de abastecimento de água e esgotamento sanitário, zelando pela preservação dos recursos naturais, seguindo, e obedecendo as normas técnicas e ambientais e legais vigentes.

1163 Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Pedro Alexandre com 71 km no Estado da Bahia

Descrição: Elaboração de projeto de sistema de abastecimento de água; implantação das obras e aquisição dos equipamentos previstos no projeto; validação e certificação das obras por organismos nacionais e internacionais.

Finalidade: Implantar sistema integrado de abastecimento de água em boas condições de operação, de modo a permitir o atendimento adequado às populações beneficiadas.

11N08 Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.

Descrição: Apoio a Estados, Distrito Federal e Municípios para aquisição de equipamentos, implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas (RMs) ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES) ou municípios que optaram pela constituição de consórcios públicos para prestação dos serviços. As atividades contemplam as infraestruturas necessárias para construção de: redes coletoras e coletor tronco; estação elevatória; ligações (prediais e intradomiciliares); interceptores e emissários; kits sanitários (somente para população de baixa renda); soluções individuais (fossa séptica, ligações e kits sanitários) em áreas urbanizadas pouco adensadas e de baixa renda.

Finalidade: Proporcionar à população acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários, visando seu bem-estar, a melhoria da saúde, o desenvolvimento econômico e a preservação da qualidade dos corpos d'água.

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1P95	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.
<i>Descrição:</i> Apoio a Estados, Distrito Federal, Municípios e Consórcios Públicos para elaboração de projetos e planos de saneamento básico em municípios com população total superior a 50 mil habitantes ou municípios integrantes de Regiões Metropolitanas (RMs) legalmente instituídas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs). Os projetos de saneamento básico apoiados poderão contemplar os componentes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, manejo de águas pluviais e drenagem urbana. Os projetos de saneamento apoiados na modalidade manejo de águas pluviais e drenagem urbana deverão contemplar também iniciativas complementares para adequação do sistema viário, a contenção de encostas, o reassentamento de população, melhorias habitacionais e projetos conexos de equipamentos comunitários, paisagismo e iluminação pública. Os planos de saneamento básico apoiados deverão contemplar os componentes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, manejo de águas pluviais e drenagem urbana e estar de acordo com a Lei 11.445/07 e Decreto 7.217/10. As metas serão apuradas a partir do número de operações contratadas. <i>Finalidade:</i> Proporcionar à população acesso aos serviços de saneamento básico, visando o seu bem-estar, a melhoria da saúde, o desenvolvimento econômico e a preservação do meio-ambiente, em particular dos mananciais e corpos d'água. “Esta ação contribui para a recuperação e a sustentabilidade ambiental do meio urbano, conforme o Programa de Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos do Plano Nacional de Recursos Hídricos”.	
20AF	Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas. <i>Finalidade:</i> Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando a melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.	
20AG	Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes
<i>Descrição:</i> Com o advento do marco legal do setor (Lei 11.445/2007), a prestação dos serviços de saneamento adquiriu uma nova feição, baseada na qualidade dos serviços ofertados, na universalização do acesso e no respeito aos usuários. No entanto, o desenvolvimento institucional de alguns prestadores está aquém daquele necessário ao atendimento das obrigações decorrentes da lei. Nesse contexto, conforme a Política Federal de Saneamento, especialmente os incisos II e VIII do Artigo 48 da Lei 11.445/2007, cabe à União apoiar o fortalecimento da gestão dos serviços e o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às diversas realidades locais. Para atingir tais objetivos esta ação promoverá, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, o apoio a estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, visando à sustentabilidade dos serviços, ao desenvolvimento de novas tecnologias e à universalização do acesso com qualidade. <i>Finalidade:</i> Apoiar, técnica e financeiramente, o fortalecimento da gestão dos sistemas de saneamento e promover o desenvolvimento científico e tecnológico por meio de pesquisas aplicáveis ao contexto do saneamento dos pequenos municípios brasileiros.	
20NV	Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas - INTERÁGUAS.
<i>Descrição:</i> Apoio ao Ministério das Cidades na implementação do Programa de Desenvolvimento do Setor Águas - INTERÁGUAS, visando a melhoria da coordenação e o fortalecimento das capacidades de articulação com importantes instituições federais do setor água, rumo a uma abordagem integrada em suas ações. A Ação caracteriza-se pela assistência técnica, com foco voltado ao planejamento, à gestão, ao fortalecimento institucional, à elaboração de estudos e projetos, e à capacitação, dentro do contexto intersetorial de utilização da água. No saneamento básico, a Ação deverá prestar assistência técnica aos Governos Estaduais e Municipais, bem como aos prestadores de serviços e às instâncias de regulação e fiscalização, para a melhoria da gestão dos serviços de saneamento básico. A Ação deverá também apoiar o Ministério das Cidades na implementação das Diretrizes Nacionais e da Política Federal de Saneamento Básico, previstas na Lei 11.445 de 2007. <i>Finalidade:</i> Por meio da implementação do Programa de Desenvolvimento do Setor Águas - INTERÁGUAS, contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País, visando a aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços de saneamento básico; aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas; e melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, reduzindo deseconomias causadas por deficiências na articulação e coordenação intersetoriais.	
20NW	Apoiar a Estruturação e Implementação do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA
<i>Descrição:</i> Apoio ao Ministério das Cidades, por intermédio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, em atividades que criem condições para a estruturação e implementação do SINISA, incluindo, dentre outras etapas, a coleta, sistematização de dados e disponibilização de estatísticas e indicadores, permitindo e facilitando o monitoramento e a avaliação da eficiência, eficácia e efetividade da prestação de serviços de saneamento básico, fornecendo subsídios para a implementação da Política Federal de Saneamento Básico. A Ação deverá viabilizar condições conceituais e tecnológicas por meio de estudos, pesquisas, desenvolvimento e tecnologia da informação para estruturação do SINISA – Sistema Nacional de Saneamento Básico, em conformidade com o estabelecido na Lei 11.445 de 2007. <i>Finalidade:</i> A Ação deverá apoiar o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA a cumprir as seguintes finalidades, conforme disposto na Lei 11.445 de 2007: I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico; II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico; III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico. Além disso, no âmbito da presente Ação, o Ministério das Cidades, por intermédio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, deverá apoiar os titulares dos serviços a organizar sistemas de informação em saneamento básico, em atendimento ao disposto na Lei 11.445 de 2007.	
3883	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das águas pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos.
<i>Descrição:</i> Trata-se do desenvolvimento de ações de drenagem em aglomerados urbanos, em municípios localizados em área endêmica de malária com transmissão urbana autóctone. A ação contempla intervenções que visam contribuir para a minimização da proliferação de vetores da malária, ou seja, contempla intervenções por meio de obras de engenharia e/ou manejo ambiental que inviabiliza as condições ambientais e biológicas favoráveis a proliferação do vetor. São financiáveis ações de esgotamento de água pluvial, canalização, retificação, limpeza e demais obras de melhoria do fluxo d'água, com uso de tecnologias adequadas. Somente são financiadas intervenções em locais de criadouros do vetor transmissor da malária, comprovados por meio de parecer entomológico e epidemiológico da área. <i>Finalidade:</i> Implantar e melhorar os serviços de drenagem e manejo ambiental visando à prevenção e controle da malária, em aglomerados urbanos, em municípios localizados em área endêmica da malária com transmissão urbana autóctone.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

3955	Desenvolvimento de Atividades de Capacitação, Assistência Técnica e Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<i>Descrição:</i> Apoio a Estados, DF, municípios, consórcios públicos, prestadores de serviços, órgãos de regulação e fiscalização, e entidades de controle social. As ações apoiadas poderão contemplar os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, manejo de águas pluviais e drenagem urbana, incluindo iniciativas de melhoria e desenvolvimento gerencial e organizacional, reestruturação e reforma administrativa, otimização da área de atuação do prestador do serviço, estímulo à estruturação de novos prestadores e reguladores de serviços de saneamento, especialmente de consórcios públicos multimunicipais, desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão, controle operacional e setorização dos serviços, e educação ambiental. As ações de capacitação incluem o apoio a eventos com a participação de membros de órgãos colegiados, reguladores e prestadores de serviços, técnicos e o público relacionados ao setor de saneamento. A ação também apoia à institucionalização e sustentação da ReCESA (Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental) por meio da transferência de recursos para a formulação de materiais didáticos e desenvolvimento e implementação de proposta pedagógica, implantação de núcleos da Rede e desenvolvimento de atividades de capacitação. O desenvolvimento científico e tecnológico será baseado no fomento de estudos e pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às realidades locais, em especial para o semiárido e a região Norte. <i>Finalidade:</i> Por meio da assistência técnica apoiar a gestão dos serviços de saneamento básico, com ênfase no planejamento, regulação e fiscalização, prestação dos serviços, participação e controle social, melhorando a aplicação de recursos públicos no setor, promovendo o reordenamento institucional da gestão dos serviços públicos de saneamento básico, reduzindo desconômias e deficiências na articulação e coordenação intersetoriais, melhorando a qualidade dos serviços e contribuindo para a universalização do acesso; promover capacitações, estudos e pesquisas que objetivem o desenvolvimento do setor saneamento para atender as funções de gestão, planejamento, regulação e fiscalização, participação e controle social previstos na Lei 11.445/07; fortalecer a gestão integrada com as áreas de Recursos Hídricos, Meio ambiente e Saúde. Ampliar a capacitação de membros de órgãos colegiados, prestadores de serviços, técnicos e o público relacionados ao setor de saneamento.	
6908	Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
<i>Descrição:</i> As ações de Educação em Saúde Ambiental voltadas para o saneamento básico e a promoção da saúde junto aos estados e municípios têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. Para o desenvolvimento permanente das ações de educação em saúde ambiental, utiliza-se como estratégia o assessoramento, a qualificação e o apoio aos técnicos e gestores em todos os níveis e dessa maneira a Funasa espera contribuir: a) No fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada para o saneamento básico com o apoio a iniciativas locais, estaduais e regionais, com intuito de garantir as melhorias e empreendimentos implementados nos municípios de até 50 mil habitantes e nas áreas rurais, tradicionais e de interesse especial, para integrá-las de forma harmoniosa e sustentável as comunidades, promovendo a inclusão social, por meio da orientação e instrumentalização das populações beneficiadas para a efetiva participação e controle social, visando à adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria dos atores envolvidos nessa ação junto a outros projetos, programas e iniciativas governamentais e não governamentais. As ações de educação em saúde ambiental visam contribuir para a sustentabilidade sócio-ambiental e econômica dos empreendimentos; estimular e apoiar a implementação de projetos de educação ambiental, educação em saúde ambiental e mobilização social, como estratégias de envolvimento e comprometimento da sociedade no processo de transformação de sua realidade, na busca pela universalização do acesso aos serviços de saneamento básico; fomentar a cooperação técnica, estudos e pesquisas e a formulação de processos metodológicos inovadores, dentre outros. b) No fomento à Educação em Saúde Ambiental para promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos com o apoio a gestores e técnicos dos estados e municípios na estruturação e fortalecimento das ações de promoção e proteção à saúde ambiental, mediante articulação e interação dos diversos setores de governo que atuam no município e na sociedade civil, com ênfase nas ações de controle da qualidade da água para consumo humano, fatores de risco não biológicos e produção de informação em saúde ambiental, conforme o novo escopo de atuação da Funasa no âmbito do SUS; contribuir para a qualificação e nivelamento técnico das equipes estaduais e municipais que atuam na área, em assunto relacionado à educação em saúde ambiental, com vistas à atuação destes profissionais no âmbito do SUS; fomentar a construção de agendas políticas e técnicas positivas em saúde ambiental, incentivando a participação de educadores dos três níveis nos diversos fóruns e instâncias de controle social do SUS (Ex.: Comitê Nacional de Promoção da Saúde (CNPS/MS); Conselho Nacional de Educação Popular em Saúde (CENEPS/MS); Conselhos de Saúde; Plenárias Governamentais e Populares de saúde e ambiente, entre outras), visando a pactuação técnica e política das ações na área de saúde ambiental; juntos aos gestores e técnicos das esferas estaduais e municipais e instâncias de controle e participação social (Conselhos de Saúde, Conass, Conasems, Associação de Municípios, e entre outros); apoiar a formação de redes para atuação integrada e articulada com organismos governamentais, não governamentais e setores da sociedade civil organizada, com vistas à efetivação das ações de promoção à saúde ambiental; incentivar a realização de estudos e pesquisas em conhecimentos da área de saúde ambiental, privilegiando os processos metodológicos inovadores e facilitadores da educação em saúde ambiental para a promoção da saúde, a participação e controle social; fomentar e apoiar as equipes estaduais e municipais Para a produção de materiais educativos de apoio pedagógico as práticas de educação em saúde ambiental, bem como na realização de campanhas educativas e de comunicação de risco, para disseminar informações à sociedade no estímulo ao desenvolvimento de práticas e atitudes saudáveis e na prevenção de danos e riscos em relação ao meio ambiente em que vivem. <i>Finalidade:</i> Assessorar os gestores e os técnicos em todos os níveis, com ênfase nos municípios de até 50 mil habitantes e nas áreas rurais, tradicionais e de interesse especial, para desenvolver as ações permanentes de educação em saúde ambiental, por meio da mobilização social, cooperação técnica, divulgação e comunicação educativa, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.	
7652	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
<i>Descrição:</i> Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento. <i>Finalidade:</i> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.	
7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais
<i>Descrição:</i> Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, micromedição, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena. <i>Finalidade:</i> Propiciar resolubilidade, em áreas rurais, tradicionais e especiais (assentamentos da reforma agrária, remanescentes de quilombos, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8871	Apoio à Elaboração e Monitoramento de Planos de Saneamento Regionais e Nacional.
<i>Descrição:</i> Apoio a Estados, DF e consórcios públicos para a elaboração e implementação de planos de saneamento básico e estudos necessários, contemplando os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, manejo de águas pluviais e drenagem urbana. Também serão apoiados a formulação dos Planos de saneamento básico das RIDES, o desenvolvimento do monitoramento e revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). <i>Finalidade:</i> Apoiar a estruturação do planejamento nos níveis estaduais e regionais, adequando-o aos novos cenários legais, econômicos, sociais e ambientais, conforme as necessidades identificadas, por meio da elaboração e monitoramento de planos de saneamento regionais das Regiões Integrada de Desenvolvimento - RIDE e implantar o monitoramento e revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB.	
2069	Segurança Alimentar e Nutricional
11V1	Acesso à Água para o Consumo Humano na Zona Rural
<i>Descrição:</i> Ampliação do acesso à água potável para consumo humano por meio da construção de cisternas de placas, tecnologias sociais apropriadas e demais alternativas tecnológicas que permitam o armazenamento de água, envolvendo a parceria com organizações da sociedade civil, Estados, Consórcios Públicos, Municípios e outros. As atividades compreendem a seleção das famílias da zona rural sem acesso à rede pública de abastecimento, formação de mão de obra para a construção de cisternas e capacitação das famílias em gestão de recursos hídricos e uso sustentável dos recursos naturais, bem como a construção das cisternas em domicílios, comunidades e escolas rurais, e instalações de equipamentos destinados à captação e armazenamento de água. Criação e atualização de sistemas de gestão das ações de acesso à água, apoio às iniciativas e políticas destinadas à melhoria da efetividade das ações, apoio ao monitoramento da qualidade da água e orientação às famílias beneficiárias, quanto à manutenção, tratamento e uso da água captada. A ação visa cumprir, inclusive, a determinação do Art.68, do Decreto 7.217/2010, segundo o qual a União deve apoiar a população rural dispersa e a população de pequenos núcleos urbanos isolados na contenção, reservação e utilização de águas pluviais para o consumo humano mediante a utilização de tecnologias sociais tradicionais, originadas das práticas das populações interessadas. <i>Finalidade:</i> Ampliar o acesso adequado à água potável para as populações rurais socialmente vulneráveis a partir do armazenamento de água em cisternas ou outra tecnologia social apropriada.	
12QC	Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria
<i>Descrição:</i> A ação prevê a construção de cisternas onde não for possível garantir o abastecimento, bem como a ampliação dos sistemas de abastecimento de água simplificados. Além disso, busca a promoção do uso sustentável de recursos hídricos por meio de um conjunto de medidas e da organização de mecanismos de gestão que viabilizem atividades de inserção produtiva a partir da disponibilidade da água, tais como cisternas de produção, pequenas barragens e sistemas simplificados de irrigação. <i>Finalidade:</i> Propiciar à população em extrema pobreza o acesso à água potável para consumo domiciliar, bem como para a produção agroalimentar, visando à segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias.	
20GD	Fomento às Atividades Produtivas Rurais
<i>Descrição:</i> Fomento às atividades produtivas rurais por meio de repasse de recursos financeiros não reembolsáveis às famílias em extrema pobreza. <i>Finalidade:</i> Estimular a geração de trabalho e renda e promover a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários.	
20QH	Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
<i>Descrição:</i> Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde, em especial no âmbito da atenção primária <i>Finalidade:</i> Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.	
20TB	Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial
<i>Descrição:</i> Implantação de Unidades de Serviço Móvel Fluvial para o atendimento da população ribeirinha da Amazônia Legal, envolvendo a aquisição de quatro embarcações e a construção de um armazém frigorífico devidamente equipado para dar suporte às Unidades de Serviço Móvel Fluvial. <i>Finalidade:</i> Implantar Unidades de Serviço Móvel Fluvial para aquisição de produtos da Agricultura Familiar, do extrativismo e da pesca artesanal, promovendo o abastecimento social das populações ribeirinhas da Amazônia Legal, contribuindo para a erradicação da pobreza extrema, no eixo de inclusão produtiva.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2784 Educação Alimentar e Nutricional

Descrição: Apoio aos estados e municípios na organização de ações de Educação Alimentar e Nutricional, de forma articulada e integrada nas redes públicas, com destaque para os equipamentos públicos e instituições que compõem o Sistema Único de Saúde - SUS, o Sistema Único da Assistência Social - SUAS e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN (Entidades Socioassistenciais, Unidades de Saúde, Equipamentos de Alimentação e Nutrição).

Processos permanentes de sensibilização, formação, qualificação e/ou capacitação de profissionais, tanto para a população em geral quanto para gestores que atuam com Políticas Sociais em nível nos Estados e Municípios, por meio de cursos, eventos, materiais de apoio, campanhas e outras estratégias de comunicação e informação.

Apoio e fomento às organizações da sociedade civil que apoiem a temática de Educação Alimentar e Nutricional, desenvolvendo estratégias para produtores familiares e urbanos, e para os serviços de pesquisa e extensão para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração de ações em nível local.

Criação do marco teórico de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas, com vistas a organizar os processos de educação permanente e a qualificação dos serviços públicos, considerando a definição de estratégias e ações a serem desenvolvidas de forma integrada e articulada no território, a partir das especificidades das diferentes das redes públicas.

Finalidade: Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção, comercialização e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

A organização de ações de Educação Alimentar e Nutricional requer um amplo processo de articulação no nível federativo e com organizações sociais, para chegar de forma concreta no território e, por consequência, na população. Passa necessariamente pela pactuação e construção de marcos teóricos para a integração e implementação nas diferentes redes de atuação, sejam elas: assistência social, saúde, educação, desenvolvimento agrário e outras afins. Além disso, estratégias de comunicação, como por exemplo campanhas de mídia permanentes, são fundamentais para sensibilizar e orientar a população para adoção de escolhas alimentares mais saudáveis, a partir de um senso crítico dos principais determinantes que conduzem à má alimentação.

Espera-se, ao final, contribuir para o aumento da produção, do abastecimento e do consumo de alimentos adequados e saudáveis pela população, mais especificamente de frutas e hortaliças, apoiando medidas de impacto na cadeia produtiva de alimentos – produção, distribuição, auto-consumo e abastecimento de programas públicos que ofertam alimentos - de forma a remover barreiras culturais, físicas e financeiras da população que se encontra em risco de insegurança alimentar e nutricional para acesso aos alimentos mais saudáveis.

2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos

Descrição: Aquisição de alimentos, composição e distribuição de cestas para atendimento às famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e aos grupos populacionais específicos, em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Finalidade: Combater a insegurança alimentar e nutricional, por meio do acesso gratuito a cestas de alimentos pelas comunidades indígenas, quilombolas e de terreiros; trabalhadores rurais acampados, a espera de programa de reforma agrária; famílias atingidas pela construção de barragens; famílias em municípios em situação de emergência ou calamidade pública, reconhecida pela Secretaria Nacional de Defesa Civil; e outros grupos em situação de vulnerabilidade social onde persista a situação de insegurança alimentar e nutricional.

2798 Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar

Descrição: Aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, por meio das modalidades instituídas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Finalidade: Promover o acesso à alimentação, com prioridade para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, e fortalecer agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, promovendo a inclusão econômica e social no campo.

2802 Operacionalização da aquisição de alimentos da agricultura familiar

Descrição: Transporte, distribuição, remoção, armazenamento, beneficiamento, embalagem e análise dos alimentos adquiridos e dos estoques formados. Divulgação e capacitação do público alvo do PAA. Implementação, acompanhamento e fiscalização das ações do PAA. Pagamento de impostos e encargos sociais relativos aos procedimentos de aquisição, armazenagem e distribuição dos alimentos, nos termos da legislação vigente.

Finalidade: Suporte operacional à ação de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, em todas as suas etapas, por meio das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

2B81 Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

Descrição: Aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares e assentados da reforma agrária, reconhecidos como tal pelo Pronaf.

Finalidade: Adquirir produtos da agricultura familiar e dos assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos

2B83 Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA

Descrição: Cobertura das despesas incorridas na execução das aquisições de alimentos, tais como: aluguel de armazéns, classificação de produtos, controle de qualidade de gêneros alimentícios, seguro, braçagem e transporte; nas operações de venda, movimentação de estoques, processamento industrial e empacotamento de produtos. Custeio de leilões dos produtos, taxas de corretagem e comissão de bolsas de mercadorias e cereais, acompanhamento de preços e outras atividades que sejam necessárias para ofertar produtos adquiridos da agricultura familiar ao mercado.

Finalidade: Custear as despesas operacionais da execução de aquisições, armazenagem e vendas de produtos adquiridos de agricultores familiares e de assentados.

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4963	Apoio a Estruturação da Produção e Inclusão Produtiva
<i>Descrição:</i> Identificação e apoio ao desenvolvimento de cadeias produtivas e serviços, por meio do apoio financeiro, técnico e da disponibilização de bens e insumos necessários ao incremento da atividade produtiva, ampliando a geração de excedentes de produção e a destinação aos mercados institucionais e privados, com vistas ao fortalecimento da capacidade produtiva de famílias socialmente vulneráveis e das organizações coletivas e instituições com objetivos afins. Apoio às ações de formação profissional e capacitação de beneficiários das ações de SAN, inclusive público-alvo do PAA e das ações de fomento à produção sustentável e agroecológica. Promoção de estudos e pesquisas na área de SAN, e apoio a projetos que estimulem o controle social nesta área. A ação destina-se, ainda, ao apoio às atividades de recebimento, armazenamento, transporte, leilões e outras relativas aos bens e mercadorias doados ao MDS, inclusive tributos, no âmbito da Estratégia Fome Zero. <i>Finalidade:</i> Apoiar a inclusão produtiva por meio da estruturação da produção familiar e de organizações coletivas, especialmente em áreas rurais e periurbanas, contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas das famílias atendidas pelas ações na área de Segurança Alimentar e Nutricional/SAN, e custear a operacionalização de bens e mercadorias no âmbito da Estratégia Fome Zero.	
8457	Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais
<i>Descrição:</i> Apoio, acompanhamento e avaliação de projetos e ações voltadas ao atendimento de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais que contemplem atividades de formação, de intercâmbio de experiências, de identificação de público beneficiário, identificação e implementação de práticas produtivas sustentáveis (alimentos, artesanato, agro-extrativismo e outras) que mantenham e revitalizem os conhecimentos tradicionais. As ações apoiadas serão norteadas pelos princípios da promoção e fortalecimento das comunidades, incentivando o protagonismo dos diferentes povos e comunidades tradicionais, respeitando sua autonomia e diversidade sócio-cultural. <i>Finalidade:</i> Promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, por meio de apoio a iniciativas de identificação do público beneficiário, apoio às atividades produtivas, capacitação, assistência técnica e intercâmbio de experiências, associadas à preservação e recuperação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais.	
8458	Apoio à Agricultura Urbana
<i>Descrição:</i> Apoio às despesas: a) de capital, compreendendo, elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, execução de obras e instalações (construção, reforma, ampliação e conclusão), bem como a aquisição de equipamentos e materiais permanentes novos para a implantação de unidades produtivas, de beneficiamento, de comercialização e Centros de Apoio à Agricultura Urbana; e b) de custeio, abrangendo a aquisição de insumos, utensílios e materiais de consumo novos, bem como apoio para o desenvolvimento de atividades de capacitação e formação tanto para os gestores da Política de Agricultura Urbana quanto para os agricultores familiares envolvidos no processo. Entre as atividades de formação, devem-se priorizar os conteúdos de educação alimentar e nutricional, agroecologia e economia solidária. <i>Finalidade:</i> Estruturar a Agricultura Urbana de forma a reconhecer sua importância para o abastecimento das cidades, ampliando sua capacidade de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos, a fim de possibilitar a geração de renda e a produção de alimentos saudáveis para o auto-consumo dos agricultores e agricultoras.	
8624	Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN
<i>Descrição:</i> Apoio a formação e capacitação de gestores públicos das diferentes esferas de governo e de representantes da sociedade civil, que atuam na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, buscando a ampliação da compreensão sobre o tema na sociedade brasileira. Promoção de ações institucionais de articulação entre o Governo Federal, Estados, Distrito Federal e Municípios no contexto da implantação, gestão, financiamento e co-financiamento do sistema. Fortalecimento de mecanismos de participação e controle social na implementação de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Garantir a participação social, através do apoio financeiro às Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional. Produção e distribuição de publicações sobre o tema da Segurança Alimentar e Nutricional para apoio ao processo de gestão, formação e capacitação. Cumprimento dos objetivos de formulação e coordenação da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Instituição e coordenação do Fórum Tripartite de Pactuação (União, Estados/Distrito Federal e Municípios) e apoio aos Estados e Distrito Federal para instituição dos Fóruns Bipartites de Pactuação (Estados/Distrito Federal e Municípios). <i>Finalidade:</i> Apoiar a implantação e gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	
8695	Dessalinização de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria
<i>Descrição:</i> Recuperação e instalação de sistemas de dessalinização de águas subterrâneas, captadas através de poços tubulares e, onde as condições o permitirem, associá-los à implantação de sistemas produtivos locais sustentáveis, que possuem como base o aproveitamento múltiplo do concentrado resultante deste processo, com base nos princípios da economia popular, solidária e sustentável, aumento de renda e segurança alimentar. Onde não for possível o aproveitamento múltiplo, esse concentrado será submetido a tratamento, de modo a não comprometer o meio ambiente. Do ponto de vista operacional, a ação está estruturada em núcleos estaduais - formados por representantes do poder público e da sociedade civil - sob coordenação dos órgãos de recursos hídricos estaduais e por núcleos locais das comunidades beneficiadas, gestores dos sistemas implantados. Ressalta-se a importância do componente capacitação na sustentabilidade da gestão local. O desenvolvimento da ação seguirá o estabelecido nos Planos Estaduais de implementação do Água Doce, construídos de forma descentralizada e participativa. <i>Finalidade:</i> Coordenar, promover e disciplinar a instalação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização de água, ambiental e socialmente sustentáveis, com tratamento e aproveitamento do rejeito e gestão comunitária, visando o estabelecimento de uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para consumo humano, usando essa e outras tecnologias alternativas, em especial para as populações de baixa renda residentes em localidades difusas do semi-árido brasileiro.	
8929	Implantação e qualificação de equipamentos e serviços públicos de apoio a produção, abastecimento e consumo de alimentos
<i>Descrição:</i> Apoio às despesas: a) de capital, compreendendo, elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, execução de obras e instalações (construção, reforma, ampliação e conclusão), bem como a aquisição de equipamentos e materiais permanentes novos; e b) de custeio, abrangendo aquisição de utensílios e materiais de consumo novos, apoio a gestão e qualificação dos equipamentos e serviços dos sistemas locais de SAN, bem como a organização de atividades de capacitação e qualificação profissional na área de segurança alimentar e nutricional para gestores/funcionários e beneficiários. <i>Finalidade:</i> Apoiar a implantação e qualificação de equipamentos e serviços públicos de apoio a produção, abastecimento e consumo de alimentos com o objetivo de promover a alimentação adequada e saudável, auxiliar no desenvolvimento de atividades de distribuição dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, na comercialização direta da produção de alimentos da agricultura familiar nos mercados locais e regionais, no fortalecimento de sistemas agroalimentares de base agroecológica e solidária, bem como no combate ao desperdício de alimentos. Estruturar o Sistema Local de Segurança Alimentar e Nutricional, buscando uma gestão solidária e intersetorial, de forma a ampliar e diversificar os serviços públicos de SAN e a assistência alimentar e nutricional aos beneficiários, promovendo ainda, a inclusão social e produtiva dos beneficiários, por meio de atividades educativas na área de alimentos. Os Equipamentos Públicos devem contribuir com a integração e articulação dos diversos setores envolvidos na produção, abastecimento, distribuição e consumo de alimentos. São direcionados às áreas urbanas e rurais, preferencialmente, para atendimento a comunidades e bairros periféricos em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, buscando ampliar o atendimento de pessoas inscritas no CadÚnico.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8948	Acesso à Água para a Produção de Alimentos
<i>Descrição:</i> Apoio à identificação e implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água, de baixo custo e de comprovada eficiência técnica, que visem ampliar as condições de acesso à água para o fomento e estruturação produtiva, aliadas à capacitação dos beneficiários na gestão de recursos hídricos, na produção de alimentos e em manejo sustentável dos recursos naturais, promovendo intercâmbios de experiências entre beneficiários, agricultores e instituições. São exemplos de tecnologias de captação e armazenamento de água: barragens sucessivas, barragem subterrânea, caldeirão (tanque de pedra), barreiro trincheira (caxio), cisterna adaptada para a roça, bomba d'água popular e demais tecnologias apropriadas. A ação visa cumprir, inclusive, determinação do Art.68 do Decreto 7.217/2010, segundo o qual a União deve apoiar a população rural dispersa e a população de pequenos núcleos urbanos isolados na contenção, reservação e utilização de águas pluviais para o consumo humano e para a produção de alimentos mediante a utilização de tecnologias sociais tradicionais, originadas das práticas das populações interessadas. <i>Finalidade:</i> Ampliar as ações de captação, armazenamento e utilização da água para o fomento e a estruturação produtiva a partir da identificação e implantação de tecnologias apropriadas.	
2070	Segurança Pública com Cidadania
00CA	Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares e Cíveis, Agentes Penitenciários e Carcerários, Guardas-Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais, de baixa renda, pertencentes aos Estados-Membros
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-financeiro aos policiais militares e civis, aos agentes penitenciários e carcerários, aos bombeiros, aos peritos criminais, aos guardas municipais de baixa renda, que atendam as condicionalidades da Lei nº 11.707/2008. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a valorização e qualificação dos policiais militares e civis, dos bombeiros, dos agentes penitenciários e carcerários, dos peritos, e guardas municipais de baixa renda, integrantes dos Estados-Membros e Municípios que integram o PRONASCI.	
10D3	Implantação do Sistema de Inteligência Penitenciária Federal
<i>Descrição:</i> Aquisição e/ou desenvolvimento de equipamentos eletrônicos de varredura de segurança, soluções em inteligência artificial, acervo bibliográfico, projetos de treinamento, rede específica para inteligência, sistema integrado de monitoração inteligente e sistema de controle de comunicações. <i>Finalidade:</i> Implantar uma metodologia sistêmica de produção, processamento e difusão de inteligência penitenciária nos estabelecimentos penais federais, visando o compartilhamento de dados de inteligência e o suporte a decisões estratégicas e sua integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência.	
10JJ	Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Construção de anexo com área em torno de 21.000 m2, dotada de recursos compatíveis com as suas necessidades, tais como, ambiente para custódia, heliponto, sistemas de controle de acesso, circuito fechado de TV, automação predial, entre outros. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ao Departamento de Polícia Federal melhores condições de infra-estrutura, visando atender melhor as demandas dentro das suas atribuições.	
10M1	Construção da Quinta Penitenciária Federal
<i>Descrição:</i> Criação de vagas no Sistema Penitenciário Federal, executadas por meio de projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional- DEPEN. <i>Finalidade:</i> Construir edificação destinada à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, de alta periculosidade, visando atenuar a incidência de motins ou rebeliões no âmbito das unidades da federação e desarticular a estrutura do crime organizado local; absorver os custos decorrentes de encargos contratuais decorrentes de gerenciamento de obra bem como da elaboração de projetos executivos.	
116S	Adequação Física de Penitenciárias Federais
<i>Descrição:</i> Construção de estruturas físicas voltadas para a segurança da unidade penal, tais como muralhas, poço artesiano, cercamentos, fossos, torres e postos de vigilância, coberturas, anteparos. <i>Finalidade:</i> Promover adequações físicas nas edificações das Penitenciárias Federais de forma a garantir a segurança dos estabelecimentos.	
125I	Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses
<i>Descrição:</i> Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses, destinado a atividades técnico-científicas, junto ao Instituto Nacional de Criminalística. <i>Finalidade:</i> Proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada, para abrigar salas de treinamento, auditório virtual e laboratórios de diversas áreas das ciências forenses, viabilizando a troca contínua de conhecimento, experiências e a capacitação conjunta das perícias federais e estaduais, viabilizando assim uma rede nacional de ciências forenses.	
128K	Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados - SISVANT
<i>Descrição:</i> Seleção e aquisição de Sistemas de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT) como instrumento de inteligência com a operacionalização de bases (descentralizadas e central) distribuídas nas diferentes regiões brasileiras, e consequente transferência de tecnologia para a indústria brasileira por meio da coordenação do Ministério da Defesa e Ministério da Ciência e Tecnologia, contemplando a aquisição de Veículos Aéreos Não Tripulados, infraestrutura, manutenção, treinamentos, suprimentos, acessórios, desembaraço alfandegário e demais despesas do projeto. <i>Finalidade:</i> O Projeto VANT-DPF tem por objetivo dotar o Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (CINTEPOL) com ferramenta tecnológica de ponta, capaz de realizar os serviços de inteligência de sinais de reconhecimento, rastreamento e patrulhamento (terrestre, aéreo e marítimo) em todo o território nacional, de forma autônoma, disponível durante 24 (vinte e quatro) horas, com transmissão de voz, imagens e dados em tempo real, tudo com o escopo de atender as demandas constitucionais do DPF com a integração técnico-operacional aos Órgãos cooperados.	
12KZ	Implantação de Postos de Polícia Comunitária
<i>Descrição:</i> Construção de postos de polícia comunitária e instalação de equipamentos de videomonitoramento, aquisição de veículos, motocicletas e mobiliário. <i>Finalidade:</i> Descentralizar a base operacional de policiamento de forma que policiais e equipamentos se concentrem mais próximos da comunidade, estabelecendo um ambiente seguro que permita a atuação segura dos demais serviços públicos (assistência social, saúde, educação, cultura, esporte etc.), conselhos comunitários e associações de bairro, de forma transparente, eficaz e preventiva.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

148D	Desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF II
<i>Descrição: Em razão de o grau de obsolescência da plataforma e da arquitetura do sistema informatizado atual, o SISCOAF (em uso há 13 anos), limitar ou mesmo inviabilizar a incorporação de novas funcionalidades, bem como comprometer o tratamento do crescente volume de informações recebidas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, da ordem de 5 mil registros/dia. Dois Relatórios de Desempenho do SISCOAF elaborados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, em abril/2008 e em maio/2011, apontam a necessidade de construção de um sistema completamente novo, o SISCOAF II. O mais recente destes relatórios sinaliza uma vida útil de cerca de 3 anos para o sistema em uso. Diante deste cenário, esta ação-projeto visa ao desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras – SISCOAF II, que deverá receber, tratar, integrar e correlacionar as comunicações de operações financeiras oriundas de setores econômicos regulados pela Lei nº 9.613, de março de 1998, aprimorando os mecanismos tecnológicos de produção de inteligência financeira, de supervisão de setores econômicos e de intercâmbio de informações com autoridades brasileiras e estrangeiras, promovendo soluções de gestão que contemplem as atividades do COAF como um todo e incorporem conceitos de integração, inteligência artificial, parametrização, transparência, auditoria, segurança da Informação, interatividade e manutenibilidade.</i> <i>Finalidade: Modernização tecnológica para a produção de inteligência financeira e supervisão de setores econômicos no âmbito da prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.</i>	
14IB	Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba
<i>Descrição: É prevista a construção de uma edificação com cerca de 14.000 m², dotada de moderna tecnologia, com sistemas de controle de acesso, circuito fechado de TV, automação predial, ar condicionado central e elevadores. O prédio será dividido de forma a separar o fluxo dos serviços de atendimento ao público e serviço estritamente policial. Seguem abaixo as principais áreas da edificação e seus respectivos usos:</i> <i>Auditório terá capacidade para cerca de 150 pessoas;</i> <i>Sala do Plantão equipada com sistema de monitoramento por meio de circuito fechado de TV com dispositivo de gravação de imagens capaz de cobrir todas as instalações;</i> <i>Restaurante equipado com cozinha industrial para atendimento dos servidores;</i> <i>Estande de tiros proporcionará treinamento de tiro aos servidores do edifício. Com tratamento acústico, sistema de exaustão, equipado com sistema de alvos móveis acionados desde a sala de controle, visualizados através de vidro balístico;</i> <i>Salas de Treinamento e Mini-auditório proporcionarão o treinamento e constante aperfeiçoamento dos servidores;</i> <i>Academia de Musculação permitirá aos servidores a prática desportiva dentro do seu ambiente de trabalho;</i> <i>Serviço médico proporcionará atendimentos médicos periódicos aos servidores;</i> <i>Gabinete de crises permitirá a reunião de esforços em situações específicas;</i> <i>Além dos itens acima elencados, o edifício contará ainda com: Sala de Imprensa, área para bancos, área cívica etc.</i> <i>Finalidade: Proporcionar à Polícia Federal no Estado da Paraíba, condições mínimas de infraestrutura visando atender às demandas dentro das suas atribuições.</i>	
14LG	Implementação de Solução Integrada dos Sistemas de Inteligência, de Gestão da Informação e de Telecomunicações para Grandes Eventos
<i>Descrição: Implantação de 4 Centros Nacionais, 11 Centros Regionais e 12 Centros Móveis nas cidades sedes dos jogos da COPA 2014, dotados de sistemas diversos, equipamentos de Tecnologia da Informação e software de integração de Telecomunicações.</i> <i>Finalidade: Promover a integração das forças de segurança pública que atuarão na segurança dos grandes eventos; coordenar e padronizar os procedimentos de segurança pública afetos aos grandes eventos e promover a integração do sistema de telecomunicações existentes.</i>	
14LH	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública para Grandes Eventos
<i>Descrição: Aquisição de Carros Laboratórios, Kits Antibomba Tipo 2, Unidades Móvel, SCANERS, Tecnologia Não Letal, Helicópteros, Equipamentos de Imageamento aéreo (FLIR), Lanchas de Alumínio; além de aquisições diversas de acordo com as atribuições constitucional de cada força policial.</i> <i>Finalidade: Dotar as forças de segurança pública de meios adequados para execução de atividades afetas aos Grandes Eventos.</i>	
14LI	Ações Preventivas Associadas à Segurança Pública para Grandes Eventos
<i>Descrição: Realização de cursos por intermédio da DEPAID/SENASP/MJ, voltados à qualificação dos operadores da segurança pública que atuarão nos Grandes Eventos e COPA 2014.</i> <i>Finalidade: Sensibilizar e mobilizar os agentes de segurança pública e a população em geral, para o desenvolvimento de ações de segurança com cidadania para os Grandes Eventos; qualificar os operadores de segurança pública, com ênfase à segurança com cidadania para os Grandes Eventos; fortalecer o policiamento comunitário próximo à comunidade; promover a formação de guias cívicos e de brigadas socorristas; desenvolver programas de prevenção à violência nas escolas e de atenção e proteção a crianças e famílias em situação de vulnerabilidade à violência.</i>	
14LJ	Fortalecimento das Instituições de Defesa Civil e de Corpos de Bombeiros para Grandes Eventos
<i>Descrição: Aquisição de conjuntos de desencarceramento, de veículos mistos para combate a incêndio e salvamento, e de caminhões bomba d'água anti-distúrbio.</i> <i>Finalidade: Promover maior eficiência nas ações de busca, salvamento, resgate e combate a incêndios, além de realizar a segurança dos Grandes Eventos de forma mais humanizada.</i>	
1D49	Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
<i>Descrição: Edificação do complexo central do DPRF, composto de edifício sede, academia, alojamentos, refeitório e centro de convenções localizada na cidade de Brasília/DF, a ser realizada através de certame licitatório, mediante projeto básico definido pela área de engenharia da Polícia Rodoviária Federal.</i> <i>Finalidade: Dotar o DPRF de Edifício Sede, em Brasília - DF, que possua estrutura física compatível à suas funções administrativas e operacionais, no sentido de melhor atender aos seus clientes internos e externos.</i>	
200C	Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária
<i>Descrição: Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.</i> <i>Finalidade: Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

200G	Construção e Ampliação de Postos e Delegacias da Polícia Rodoviária Federal
<i>Descrição: Construção e ampliação de postos e delegacias que dão suporte direto ao desenvolvimento das atividades da Instituição, dotando-as de instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a adequada integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.</i> <i>Finalidade: Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, adequadas aos atuais conceitos e normatizações em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.</i>	
201C	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON
<i>Descrição: Realização de operações em áreas de fronteiras, por meio da aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo das instituições de Segurança Pública nas fronteiras brasileiras (aquisição de scanners veiculares, sistema de monitoramento e controle, sistemas de inteligência e interceptação de sinais; veículos, embarcações e aeronaves voltados ao emprego operacional; equipamentos de proteção individual; equipamentos de radiocomunicações e videoconferência; mobiliário e materiais diversos para atividades a serem realizadas nas fronteiras; reforma e construção de bases policiais e Delegacias de Polícia existentes em área de fronteira; construção de próprios nacionais residenciais).</i> <i>Finalidade: Fortalecer a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos fronteiriços e dos delitos na faixa de fronteira brasileira.</i>	
201D	Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública
<i>Descrição: Desenvolvimento de pesquisas na área de segurança pública e apoio a projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros de inteligência de Segurança Pública, centros integrados de operações de Segurança Pública, unidades de perícia, núcleos/ setores de estatística e análise criminal, bem como Secretarias Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Pública, e outras unidades correlatas.</i> <i>Apoiar os projetos de reparelhamento dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios dotando-os de equipamentos tecnológicos e não tecnológicos de segurança e proteção à vida, veículos, embarcações, aeronaves, armamentos e munições letais e não letais, mobiliários e materiais voltados para atividade operacional dos Órgãos e Instituições de Segurança Pública.</i> <i>Apoio ao fortalecimento dos órgãos de controle interno e externo da atividade policial e das guardas municipais, por meio da estruturação, formação e articulação para a estruturação e reestruturação das Corregedorias e Ouvidorias das instituições de segurança pública.</i> <i>Adequação lógica para a modernização ou implantação de sistemas de informações de segurança pública.</i> <i>Constituição de mecanismo de integração de bases de dados com informações de registros criminais das diversas instituições de segurança pública, justiça e fiscalização do Brasil. Aquisição de equipamentos/produtos de tecnologia da informação e comunicação.</i> <i>Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.</i> <i>Aquisição de equipamentos para as instituições de segurança pública, em especial as unidades especializadas – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, ao Idoso, a criança e ao adolescente no segmento LGBT, visando o fortalecimento da política interdisciplinar de combate à violência e à impunidade.</i> <i>Finalidade: Implantar a infra-estrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública</i>	
20R8	Apoio à Implantação do Instituto da Liberdade Vigada por meio de Monitoramento Eletrônico
<i>Descrição: Implantação de programa de assistência ao indivíduo e de acompanhamento das respectivas obrigações impostas pelo Poder Judiciário por meio do monitoramento eletrônico.</i> <i>Finalidade: Promover a implantação do instituto da liberdade vigiada por meio de monitoramento eletrônico nas unidades da federação.</i>	
20RA	Modernização e Aparelhamento do Sistema Penitenciário Federal
<i>Descrição: Contratação de consultoria, aquisição de veículos especiais, como por exemplo, aeronaves, veículos blindados, veículos cela, ambulâncias, etc. Aquisição também de sistemas de inteligência e gestão (hardware e software), máquinas, equipamentos, armamentos e instalações destinados aos serviços essenciais dos estabelecimentos penais, inclusive aquisições ou serviços destinados à expansão de projetos relacionados à visitação virtual e de videoconferência judicial de presos do Sistema Penitenciário Federal, entre outros.</i> <i>Finalidade: Modernizar, aparelhar e reparelhar o Sistema Penitenciário Federal.</i>	
2314	Apoio a Projetos de Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso
<i>Descrição: Articulação para a extensão de políticas públicas no sistema penitenciário e apoio às instituições públicas ou privadas, de caráter permanente, que tenham como objetivo assistir a população penitenciária e egressos nos limites da lei.</i> <i>Finalidade: Apoiar a assistência devida ao preso, internado e egresso do sistema penitenciário, nos termos da Lei de Execução Penal.</i>	
2316	Serviço Penitenciário Federal
<i>Descrição: Os gastos de funcionamento compreendem as despesas correntes com diárias e passagens, material de apoio administrativo, termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, manutenção de equipamentos, aeronaves, veículos automotores convencionais e especiais, máquinas, armamentos, sistemas de informática, reforma das instalações prediais, despesas com alimentação, vestuário, transporte, educação, saúde, trabalho, segurança, informação, comunicação, água, esgoto, energia elétrica e pessoal administrativo terceirizado dos estabelecimentos penais federais.</i> <i>Articulação para a extensão de políticas públicas de governo no sistema penitenciário federal que possibilitem a inserção dos presos em atividades de reintegração social.</i> <i>Finalidade: Garantir a manutenção dos serviços dos estabelecimentos penais federais.</i> <i>Garantir a implementação de políticas integradas de tratamento penitenciário, em consonância com a Lei de Execução Penal, aos presos custodiados no Sistema Penitenciário Federal.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2320	Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional
<i>Descrição: Elaboração e pactuação de referências e diretrizes para a formação profissional: matriz curricular nacional; elaboração de política para uma educação permanente e de qualidade dos profissionais e atores de segurança pública por meio da promoção de cursos pela modalidade presencial e a distância; aperfeiçoamento da Rede de Ensino a Distância da SENASP; aperfeiçoamento da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública por meio da promoção de parcerias com instituições de ensino superior; apoio à modernização das unidades de ensino e de atenção biopsicossocial das instituições de segurança pública; consolidação do Projeto Nacional de Qualidade de Vida para profissionais de Segurança Pública, pagamento de bolsas de estudo para Profissionais de Segurança Pública; do Programa Nacional de Habitação para profissionais da Segurança Pública, apoio a políticas de reestruturação dos ordenamentos de carreira, políticas de valorização profissional e promoção da saúde, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública.</i> <i>Finalidade: Fomentar a educação e valorização de profissionais e atores de Segurança Pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho, diminuição de riscos e de vitimização e promoção dos direitos humanos. Apoiar e Promover educação qualificada e continuada dos profissionais de Segurança Pública, Justiça Criminal e órgãos periciais; Identificar, propor, planejar, implementar, monitorar e avaliar mecanismos de valorização do profissional de segurança pública.</i>	
2524	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
<i>Descrição: Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.</i> <i>Finalidade: Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.</i>	
2526	Apoio a Projetos de Capacitação e Valorização do Servidor Penitenciário das Unidades da Federação
<i>Descrição: Articulação para a oferta de ações educativas e de capacitação dirigidas ao pessoal envolvido na execução de penas privativas de liberdade, restritivas de direito e medidas de segurança, bem como, auxiliar no aparelhamento das escolas de gestão penitenciária.</i> <i>Finalidade: Valorizar o trabalho do servidor penitenciário visando a consolidação de padrões de referência na prestação de serviços penais em consonância com regras e princípios estabelecidos na Lei.</i>	
2586	Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros Estrangeiros
<i>Descrição: Aparelhamento técnico e operacional da Coordenação-Geral de Polícia de Imigração e das Unidades Descentralizadas do Departamento de Polícia Federal, no sentido de desenvolver os mecanismos de segurança na confecção de documentos de viagem e de cédulas de identidade de estrangeiros, evitando falsificações e atendendo aos padrões internacionais e modernizar o controle do tráfego internacional, aprimorando sistemas informatizados, adotando novas tecnologias e ampliando os postos de atendimento.</i> <i>Finalidade: Subsidiar a emissão de documentos de viagem e aprimorar mecanismos de segurança a serem aplicados na confecção de passaportes e outros documentos de viagem e de cédulas de identidade de estrangeiros, visando inviabilizar e inibir as ações de falsificação desses documentos.</i> <i>Buscar evolução dos sistemas informatizados envolvidos no controle migratório, ampliar o parque de estações, adotar tecnologias avançadas que permitam agilizar o atendimento migratório, promovendo padronização, garantindo a utilização de sistema dotado de tecnologia de leitura mecânica de documentos de viagem, pesquisas automáticas em banco de dados, alcançando, assim, efetividade e eficiência na fiscalização migratória nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres.</i>	
2679	Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos
<i>Descrição: Realização de operações de inteligência policial para repressão ao tráfico ilícito de drogas nas unidades da Polícia Federal, reestruturação e criação de unidades de inteligência policial voltadas à repressão ao tráfico ilícito de drogas.</i> <i>Desenvolvimento do trabalho de polícia judiciária voltada ao tráfico ilícito de drogas e crimes conexos e realização de operações específicas de repressão ao tráfico por via marítima, postal e em ambiente aeroportuário.</i> <i>Realização de operações de erradicação de cultivos ilícitos.</i> <i>Capacitação de policiais federais em técnicas de repressão ao tráfico ilícito de drogas.</i> <i>Fiscalização visando o controle das atividades com produtos químicos controlados; e, prevenção do desvio de produtos químicos suscetíveis de serem utilizados na preparação de drogas ilícitas.</i> <i>Manutenção de Controle Administrativo por meio de cadastro e licenciamento de pessoas físicas e jurídicas que atuam na produção e comercialização de produtos químicos; emissão de documentos de controle; recepção e processamento de dados relacionados às atividades sob controle nacional e internacional; e, instauração de processos administrativos para apuração de infrações à legislação vigente.</i> <i>Realização de investigações de desvio de produtos químicos utilizados na preparação de drogas ilícitas; realização de investigações visando combater o tráfico ilícito de drogas; desenvolvimento de atividades de inteligência; e, realização de operações ostensivas de interdição e fiscalização.</i> <i>Aquisição de mobiliários, equipamentos e veículos, bem como conservação, reforma e adequação de instalações físicas, visando fortalecer ações de fiscalização e controle das atividades com produtos químicos controlados suscetíveis de serem utilizados na preparação de drogas ilícitas; e, de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas.</i> <i>Realização de treinamento e capacitação de servidores para as ações de fiscalização e controle de atividades com produtos químicos controlados suscetíveis de serem utilizados na preparação de drogas ilícitas; e, de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas.</i> <i>Finalidade: Promover ações de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas. Promover o reaparelhamento de unidades da Polícia Federal visando fortalecer ações de repressão ao tráfico ilícito de drogas internacional e interestadual. Promover o custeamento de operações, pagamento de diárias, custeamento de despesas administrativas de unidades policiais e aquisição de equipamentos para repressão ao tráfico. Promover ações de fiscalização e controle de atividades com produtos químicos controlados suscetíveis de serem utilizados na preparação de drogas ilícitas. Promover o reaparelhamento de unidades da Polícia Federal visando fortalecer ações de fiscalização e controle das atividades com produtos químicos controlados suscetíveis de serem utilizados na preparação de drogas ilícitas. Promover ações de investigação de produtos químicos controlados suscetíveis de serem utilizados na preparação de drogas ilícitas.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2712	Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal
<i>Descrição: Formação e o aperfeiçoamento de policiais federais e servidores administrativos para atender as necessidades de pessoal do Departamento da Polícia Federal; formação de policiais de outras entidades congêneres e do sistema de justiça criminal; formação e treinamento que visem aprimorar as técnicas de combate ao crime no âmbito da Polícia Federal, bem como instituir a Universidade Corporativa da Polícia Federal.</i> <i>Finalidade: Promover a formação e atualização de pessoal do Departamento de Polícia Federal para o exercício de suas atribuições e o treinamento de outros servidores que atuem diretamente em atividades do sistema de Justiça Criminal, bem como instituir a Universidade Corporativa da Polícia Federal.</i>	
2720	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
<i>Descrição: Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.</i> <i>Finalidade: Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.</i>	
2723	Policciamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
<i>Descrição: Composição e manutenção de equipes de saúde e unidades de suporte básico de vida e unidades de suporte avançado de vida, destinadas a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignatários e a outros órgãos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, estudos e investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, realização de comandos de saúde nas rodovias federais e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada. Aquisição de materiais e equipamentos relacionados a finalidade da ação. Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnica (operações com cães; Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação. Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.</i> <i>Finalidade: Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias. Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito através da produção de dados e gerenciamento de informações. Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.</i>	
2726	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
<i>Descrição: Instauração, instrução e conclusão de Investigações Policiais e de Ações de Fiscalização Específicas através do desenvolvimento de atividades de inteligência, mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de diligências, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições; custeio de despesas com o deslocamento de policiais; aquisição de equipamentos de uso policial; ações de patrulhamento marítimo, lacustre e fluvial; auditorias, visitas técnicas e auditorias em aeroportos; e de outras ações relevantes à elucidação de crimes. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, candidatos à Presidência da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</i> <i>Finalidade: Combater o contrabando e o descaminho; Combater os crimes contra a propriedade intelectual e industrial (pirataria); Combater os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos); Combater crimes contra o meio ambiente e patrimônio histórico; Combater o tráfico de seres humanos; Combater a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; Reprimir os crimes contra a organização do trabalho; Apurar conflitos agrários e fundiários; Combater os crimes: Contra a segurança social, Contra os direitos humanos, Contra as comunidades indígenas. Combater os crimes políticos. Combater os crimes contra os bens, serviços ou interesses União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, Combater os delitos de furto, roubo e receptação de cargas ou de valores de instituições bancárias e empresas de transporte de valores, presentes os requisitos da interestadualidade e repressão uniforme; Reprimir outros crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente; Reprimir crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro e os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar; Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país; Reprimir crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e a Lavagem de Ativos; Combater os crimes contra a Ordem Econômica e Tributária; Combater crimes eleitorais; Reprimir o tráfico de armas, acessórios e munições; Exercer o Controle e Fiscalização sobre armas de fogo, sempre atuando de forma integrada com todas as áreas da Polícia Federal e com os demais órgãos afins.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2730	Política Nacional de Alternativas Penais
<i>Descrição: 1 – Fomentar e financiar a criação nas unidades da federação, nas capitais e no interior, de:</i> <i>a) Núcleos de Apoio ao acompanhamento e monitoramento à execução das penas e medidas alternativas (transações penais, penas restritivas de direito, suspensões condicionais do processo);</i> <i>b) Núcleos de Apoio à prática de mediação e justiça restaurativa;</i> <i>c) Núcleos de Apoio à assistência judiciária e acompanhamento dos cumpridores de medidas cautelares (lei 12.403/11) e sua família;</i> <i>d) Núcleos de Apoio à responsabilização e educação dos homens autores de violência doméstica e assistência às vítimas;</i> <i>e) Projetos Temáticos que possibilitem a adoção de mecanismos específicos de intervenções para os diferentes tipos de crimes;</i> <i>Obs: Os Núcleos de Apoio consistem em:</i> <i>a) estrutura física, devidamente aparelhada com equipamentos necessários, móveis, equipamentos eletrônicos, materiais de escritório, etc;</i> <i>b) equipe multidisciplinar devidamente capacitada para as atividades específicas de cada Núcleo segundo metodologia desenvolvida pela gestão da Política Nacional de Alternativas Penais;</i> <i>c) equipe multidisciplinar capacitada para mapear, organizar e implementar programas de capacitação das instituições da rede social de apoio.</i> <i>2 – Implementar pesquisas de âmbito nacional:</i> <i>a) Para diagnosticar os procedimentos adotados pelo sistema de justiça nos crimes passíveis de penas e medidas alternativas e apontar soluções;</i> <i>b) Para diagnosticar os procedimentos adotados pelo Judiciário, Ministério Público e Poder Executivo no processo de aplicação, monitoramento e fiscalização da execução das penas e medidas alternativas e apontar soluções;</i> <i>3 – Fomentar a formação de órgão colegiado composto pelo Estado e a Sociedade Civil: como mecanismo de participação e controle social para a formulação, execução e monitoramento da implementação da Política Nacional de Alternativas Penais.</i> <i>Finalidade: Implementar a Política Nacional de Alternativas Penais como política pública do Ministério da Justiça:</i> <i>1. Escopo da política:</i> <i>a) os mecanismos extrajudiciais ou informais de intervenção existentes para enfrentar um fato que possa ingressar no sistema de justiça criminal, como a mediação e a justiça restaurativa;</i> <i>b) conciliações, mediações e programas de justiça restaurativa realizadas por meio dos órgãos do sistema de justiça;</i> <i>c) mecanismos de intervenção cautelares não privativos de liberdade, a exemplo das medidas previstas na Lei 12.403, de 04 de maio de 2011;</i> <i>d) transações penais;</i> <i>e) suspensões condicionais do processo;</i> <i>f) condenações criminais em que a pena é suspensa ou substituída por restritivas de direitos;</i> <i>g) condenações criminais em que o regime aplicado para a pena é o aberto;</i>	
2816	Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
<i>Descrição: Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.</i> <i>Finalidade: Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.</i>	
2B00	Força Nacional de Segurança Pública
<i>Descrição: Aquisição de bens e serviços para a constituição de equipes multidisciplinares da Força Nacional de Segurança Pública; preparação constante dos integrantes da FNSP; implementação de um sistema logístico abrangendo suprimento, transporte, manutenção, animais (quando aplicável), apoio de saúde, finanças, assistência jurídica, serviços e demais meios necessários ao funcionamento organizacional e às operações da FNSP; realização de operações combinadas e/ou conjuntas, transferência de recursos e desenvolvimento de atividades de capacitação e qualificação de profissionais.</i> <i>Realização de atividades e serviços imprescindíveis a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.</i> <i>Pagamento a servidor civil ou militar vitimado durante as atividades de cooperação federativa. Pagamento de indenização para os policiais em ação operacional conjunta com a Força Nacional de Segurança, nos casos em que couber; e para seus dependentes no caso de morte.</i> <i>Finalidade: Estruturar a Força Nacional de Segurança Pública e operacionalizar o seu emprego em todo o território nacional, para controle e combate da criminalidade em situações eventuais e temporárias.</i>	
2E16	Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil
<i>Descrição: Constituição de mecanismo de integração de bases de dados automatizado, centralizado e integrado com a geração do Número de Registro de Identidade Civil, após a certificação da unicidade biométrica das impressões digitais. Contratação de fornecimento de bens e prestação de serviços, para implementação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil – SINRIC. Capacitação, treinamento, repasse tecnológico e difusão de conhecimento. Divulgação dos trabalhos realizados e produção de material informativo.</i> <i>Finalidade: Implementar o número único de Registro de Identidade Civil – RIC – por meio de ações para o desenvolvimento e consolidação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil – SINRIC. Estruturar o Órgão Central e os Órgãos estaduais de identificação, visando a emissão, em âmbito nacional, do novo documento de Identificação Civil – cartão RIC - com o uso da tecnologia aplicada à identificação, modernos itens de segurança documental, chip microprocessador e certificado digital.</i>	
3908	Integração e modernização dos Sistemas de Informações Penitenciárias
<i>Descrição: Integração dos sistemas de informações penitenciárias estaduais, distrital e federal por meio de solução tecnológica que permita a captação de dados existentes em bases locais e a busca em âmbito nacional. Apoio à aquisição de equipamentos e soluções tecnológicas que permitam o gerenciamento de rotinas carcerárias, o registro de dados em base local e a disponibilidade de dados para base nacional.</i> <i>Finalidade: Promover a integração dos sistemas de informações penitenciárias, bem como apoiar projetos de implementação e de modernização dos sistemas de informações penitenciárias nas unidades da federação.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4679	Serviço de Proteção ao Depoente Especial
<i>Descrição: Realização de ações de proteção a depoentes especiais e ações relacionadas ao réu colaborador preso, sob responsabilidade da Polícia Federal.</i> <i>Promover programa continuado de capacitação de policiais federais e demais servidores públicos federais e estaduais que lidam com proteção a testemunhas e com réus colaboradores presos, por meio da instituição de cursos pela Academia Nacional de Polícia e outras unidades de ensino.</i> <i>Finalidade: Subsidiar a estrutura logística para atender às demandas de proteção ao depoente especial e do programa de réus colaboradores, sob responsabilidade da Polícia Federal, inclusive com a capacitação de policiais federais para essa atividade.</i>	
5022	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre
<i>Descrição: Construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, na cidade de Rio Branco, por empresas contratadas em processo licitatório, com acompanhamento dos engenheiros da Polícia Federal.</i> <i>Finalidade: Proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.</i>	
5E07	Construção do Novo Edifício-Sede do Departamento da Polícia Federal
<i>Descrição: Construção do novo Edifício-Sede da Polícia Federal, na cidade de Brasília/DF, por empresas contratadas em processo licitatório, com acompanhamento dos engenheiros da Polícia Federal.</i> <i>Finalidade: Proporcionar ao Departamento de Polícia Federal melhores condições de infra-estrutura, visando atender melhor as demandas dentro das suas atribuições.</i>	
7E37	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima
<i>Descrição: Construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima, na cidade de Boa Vista, por empresas contratadas em processo licitatório, com acompanhamento dos engenheiros da Polícia Federal.</i> <i>Finalidade: Proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.</i>	
7I78	Construção do Edifício-Sede do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no Distrito Federal
<i>Descrição: Construção do edifício-sede do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no Distrito Federal, por empresas contratadas em processo licitatório, com acompanhamento dos engenheiros da Polícia Federal.</i> <i>Finalidade: Proporcionar ao Comando de Operações Táticas da Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, visando atender melhor as demandas dentro das suas atribuições.</i>	
7L82	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá
<i>Descrição: Construção da nova sede, com área em torno de 10.000 m2, dotada de recursos compatíveis com as suas necessidades, tais como: ambiente para custódia, heliponto, sistemas de controle de acesso, circuito fechado de TV, automação predial, entre outros.</i> <i>Finalidade: Proporcionar ao Departamento de Polícia Federal melhores condições de infra-estrutura, visando atender melhor as demandas no interesse de sua competência.</i>	
8124	Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade
<i>Descrição: Estruturação da Polícia Comunitária, por meio da implementação da Política Nacional de Polícia Comunitária, com a formação dos profissionais de segurança pública e da comunidade, da estruturação de núcleos e redes de polícia comunitária, assim como pela implantação de um sistema de monitoramento e avaliação. Implementação de projetos de prevenção ao uso de drogas; da reformulação e implementação do programa educacional de resistências às drogas e à violência e realização de seminários nacionais e intercâmbio de experiências internacionais. Mobilização de lideranças comunitárias e estruturação dos Conselhos de Segurança. Projetos de prevenção à violência e criminalidade: articulação e apoio a projetos multisetoriais e interdisciplinares de prevenção à violência e criminalidade estaduais, distrital, municipais e consorciados; apoio a projetos de estruturação dos espaços urbanos seguros; consolidação da matriz curricular nacional para a formação de guardas municipais; realização de encontros nacionais e regionais para a formação de gestores de segurança pública na prevenção de violência; implementação de projetos de acesso à segurança pública de grupos em situação de vulnerabilidade (segmento LGBT, mulheres, moradores em situação de rua, crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência); implementação das ações previstas no Pacto Nacional de Enfretamento à violência contra mulher; difusão de tecnologias com menor potencial ofensivo; e estruturação de núcleos de mediação de conflitos de Segurança e Prevenção à Violência. Apoio à implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM); apoio à implantação de sistema de vídeo monitoramento; e, apoio à implementação de sistema de áudio monitoramento; implantação da Política Nacional de Prevenção e Redução de Homicídios.</i> <i>Finalidade: Planejar, pactuar, implementar, coordenar e apoiar junto aos Estados, Distrito Federal, municípios e Consórcios Intermunicipais, assim como junto aos demais órgãos do Governo Federal, a elaboração e implementação de projetos multisetoriais e interdisciplinares de prevenção à violência e criminalidade, especialmente voltados a grupos em situação de vulnerabilidade, em razão do credo, faixa etária, gênero, raça, orientação sexual, situação de rua, bem como promover os espaços de convivência pacífica por meio de profissionais de segurança pública, com a sociedade civil organizada, lideranças comunitárias e comunidade, de forma geral, com enfoque especial em crianças, adolescentes e jovens, na participação e gestão da segurança pública, priorizando a prevenção e redução dos homicídios e implementação do Policiamento Comunitário.</i>	
8130	Pesquisa e Produção de Dados sobre o Sistema Penitenciário e a Execução Penal
<i>Descrição: Apoio à execução de estudos e pesquisas nacionais ou comparados que contemplem a coleta de dados; análise, divulgação e crítica de resultados; construção de indicadores; publicação de trabalhos; avaliação de políticas, programas, projetos e atividades que permeiam o sistema penitenciário e a execução penal.</i> <i>Finalidade: Apoiar a realização de estudos e pesquisas voltados à produção de dados sobre o sistema penitenciário e a execução penal no Brasil ou em perspectiva comparada.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8204	Implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
<i>Descrição:</i> A partir da reflexão conjunta de diversos órgãos do Governo brasileiro, o Poder Executivo Federal aprovou em 26 de outubro de 2006 a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Decreto nº 5.948. Essa política consolidou, pela primeira vez, princípios, diretrizes e ações para a prevenção, a repressão e responsabilização a esse crime, além do atendimento às vítimas, implementando não só iniciativas na área de justiça e segurança pública, mas também, articulando ações nas áreas de relações exteriores, educação, saúde, assistência social, promoção da igualdade racial, trabalho e emprego, desenvolvimento agrário, direitos humanos, proteção e promoção dos direitos da mulher, turismo e cultura. As três principais finalidades do tráfico de pessoas são a exploração sexual, o trabalho forçado e o tráfico para fins de remoção de órgãos, ocorrendo tanto em nível transnacional quanto interno. A Secretaria Nacional de Justiça se propõe a realizar diversas ações, dentre as quais se pode citar o apoio à instalação e desenvolvimento de núcleos multissetoriais de enfrentamento ao tráfico de pessoas nos Estados, Distrito Federal e Municípios; apoio à instalação e desenvolvimento de Postos Avançados de recepção e atendimento às pessoas deportadas e não-admitidas, vítimas nacionais e estrangeiras nos aeroportos, portos, rodoviárias e/ou pontos de entrada de fronteiras em vias terrestres e marítimas; articulação político-institucional com Estados, Distrito Federal e Municípios com o propósito de elaborar Políticas e Planos no âmbito local, estadual e regional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas integrando aos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados, incluindo suporte técnico para a execução dos planos elaborados, monitoramento e avaliação; a promoção ou incentivo à realização própria ou por outros órgãos/entidades do Governo Federal, Estados, Distrito Federal, Municípios, entidades da sociedade civil, organismos internacionais, e outros parceiros, de pesquisas, estudos, diagnósticos, publicações, capacitações de agentes públicos ou da sociedade, projetos locais, premiações acadêmicas e de experiências práticas, sistemas de informação e bancos de dados, observatórios, campanhas de esclarecimento, conscientização trocas de experiências, celebração de boas práticas, dentre outras ações nos eixos da prevenção, atendimento a vítimas e responsabilização dos autores sobre o tema do tráfico de pessoas; promoção acordos e cooperação internacionais para o enfrentamento a este crime; apoio à estruturação de Conselho Nacional e funcionamento de um sistema descentralizado de participação social na política de enfrentamento ao tráfico de pessoas. <i>Finalidade:</i> Implementar a Política Nacional e os Planos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e apoiar órgãos do Governo Federal, Estados, Distrito Federal, Municípios, entidades da sociedade civil, organismos internacionais, e outros parceiros no fortalecimento da atuação conjunta e articulada para enfrentar o ilícito do tráfico de pessoas em todas as suas vertentes, quais sejam, prevenção, atendimento a vítimas, repressão e responsabilização dos seus autores.	
8217	Implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)
<i>Descrição:</i> A lavagem de dinheiro é o mecanismo através do qual bens e valores advindos de atividades ilícitas (tráfico de drogas, armas, pessoas, crimes financeiros, corrupção, etc) são recolocados no mercado com ares de licitude possibilitando, assim, a manutenção e o desenvolvimento das organizações criminosas. Para enfrentar a lavagem de dinheiro e provocar o desmantelamento das organizações criminosas é necessário empreender ações voltadas à identificação dos bens e valores ilícitos, bem como desenvolver mecanismos que permitam seu pronto congelamento e posterior perdimento. Faz-se necessário uma ação concertada entre as autoridades investigativas e persecutórias nacionais e estrangeiras, uma vez que as organizações criminosas mais aprimoradas tendem a desenvolver suas atividades em diferentes jurisdições, especialmente no que diz respeito ao processo de lavagem de dinheiro. A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro é um foro privilegiado de discussão da política em questão, uma vez que mais de 70 órgãos de diversas esferas e entes federados, bem como representantes do setor privado, se articulam e desenvolvem produtos, estabelecendo metas para o enfrentamento desses ilícitos. Um produto originado na ENCCLA é o Laboratório de Tecnologia de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, instrumental imprescindível para organizar o material probatório e agregar valor na qualidade da informação que a autoridade competente necessita, sendo a replicação desses LABs uma estratégia dessa ação. No mesmo sentido, foram criados programas de capacitação para agentes públicos e privados voltados para o enfrentamento da temática, que devem ser ampliados. Para além do exposto, a ação possibilita a promoção e o incentivo à realização própria ou por outros órgãos/entidades do Governo Federal, Estados, Distrito Federal, Municípios, entidades da sociedade civil, organismos internacionais, e outros parceiros, de pesquisas, estudos, diagnósticos, publicações e de experiências práticas, criação de sistemas de informação e bancos de dados, execução de eventos, conferências, campanhas de esclarecimento, conscientização, prevenção, repressão e responsabilização sobre o tema da corrupção e da lavagem de dinheiro. <i>Finalidade:</i> Aprimorar as ações do Estado Brasileiro no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, contribuindo para o corte do fluxo financeiro e desmantelamento de organizações criminosas.	
8375	Campanha do Desarmamento
<i>Descrição:</i> Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas. <i>Finalidade:</i> Promover a campanha nacional de desarmamento para estimular a entrega voluntária de armas de fogo e o pagamento de indenização pela entrega das armas.	
8600	Manutenção e Atualização do Projeto Promotec/Pró-Amazônia
<i>Descrição:</i> Atualização, substituição e/ou modernização dos equipamentos adquiridos e dos sistemas implantados, no âmbito do Projeto PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA, referente aos seguimentos de Identificação, Criminalística, Transporte, Reequipagem, Inteligência, Tecnologia da Informação, Telecomunicações, entre outros, bem como adequação dos laboratórios e respectivas instalações que possam comportar tais produtos, de modo que haja uma contínua manutenção e atualização tecnológica do Departamento de Polícia Federal. <i>Finalidade:</i> Manter e atualizar os equipamentos, sistemas e instalações adquiridos por meio do projeto PROMOTEC/PROAMAZÔNIA.	
8623	Reforma e Modernização de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
<i>Descrição:</i> Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ. <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8698	Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação
<i>Descrição:</i> Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. <i>Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.</i> <i>Finalidade:</i> Manter e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.	
86A1	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal
<i>Descrição:</i> A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANS. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos. <i>Finalidade:</i> Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.	
8853	Apoio à Implementação de Políticas Sociais
<i>Descrição:</i> Estabelecimento da articulação entre os entes da Federação e Organizações da Sociedade Civil de Interesse público (OSCIPs) de forma a apoiar a implementação de projetos de formação cidadã do PRONASCI e garantir recursos para a execução das diversas iniciativas de prevenção, dentre elas recuperação e construção de equipamentos públicos desportivos (Praça da Juventude), Viva Voz (Programa de Atendimento Cidadão), construção de Unidades do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo – SINASE, Brasil Alfabetizado, Projovem Prisional, ProEja Prisional, formação de educadores para Projeja Prisional, Pintando a Liberdade, Pintando a Cidadania, implementação de cursos preparatórios/Enem/Sistema Prisional, Programa de Saúde da Família (PSF), elaboração do diagnóstico e apoio à implementação de projetos de Economia Solidária para famílias do território PRONASCI, assistência jurídica ao preso e familiares pela Defensoria Pública, Brasil Alfabetizado nas Prisões, ProEja, implementação de cursos preparatórios para o ENEM, biblioteca, instalação e modernização de espaços culturais (Pontos de Cultura), Pontos de Leitura, Museus, Telecentros para Inclusão Digital, Esporte e Lazer na Cidade (PELC) e implantação de Museus Comunitários. <i>Finalidade:</i> Garantir o acesso dos moradores de territórios conflagrados às políticas de prevenção à insegurança pública, especialmente os adolescentes e jovens em situação de risco social ou em conflito com a lei.	
8855	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública
<i>Descrição:</i> Apoio à implementação de processos de modernização da gestão policial, adequação de infra-estrutura física das unidades de segurança pública, apoio a aquisição de equipamentos para as unidades de segurança pública, apoio a estruturação das ouvidorias e corregedorias de polícia, instalação de laboratórios contra lavagem de dinheiro e desenvolvimento de projetos para controle de rodovias. <i>Finalidade:</i> Apoiar a modernização das instituições de segurança pública para que implemente o policiamento comunitário, estabeleça bases policiais nos territórios conflagrados, qualifique os instrumentos de trabalho dos servidores policiais, de forma que reduzam o dano decorrente de suas atividades, estabelecendo a convivência pacífica a partir de sua atuação.	
8857	Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã
<i>Descrição:</i> Implantação dos núcleos de polícia comunitária, elaboração e implantação dos planos municipais de Segurança Pública, formação e aperfeiçoamento dos profissionais de Segurança Pública em Direitos Humanos, desenvolvimento de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Programa Nacional de Capacitação e Treinamento em Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, Corte do Fluxo Financeiro do Crime Organizado, Estruturação com equipamentos para os Conselhos Comunitários de Segurança Pública, Canal Comunidade, Monitoramento Cidadão, Geração Consciente, Formação de Núcleos de Justiça Comunitária, capacitação para conselheiros municipais, implantação de núcleos de justiça comunitária, implantação de núcleos nas Defensorias Públicas, Espaços Urbanos Seguros, Mulheres da Paz, Proteção, Reservista Cidadão, formação de redes juvenis, desenvolvimento de mecanismos de informação juvenil, elaboração de pesquisas e diagnósticos sobre a condição juvenil e violência, efetivação da Lei Maria da Penha e Pacificar. <i>Finalidade:</i> Garantir o acesso dos moradores de territórios conflagrados, especialmente os adolescentes e jovens em situação de risco social ou em conflito com a lei, às políticas que visam garantir o exercício da justiça e da cidadania.	
8858	Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública
<i>Descrição:</i> Apoio a implementação de projetos de qualidade vida para profissionais de segurança pública; Ampliação e Consolidação da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública por meio de parcerias com IES e promoção de ciclos de cursos na modalidade a distância e apoio na formação e aperfeiçoamento na modalidade presencial nas mais diversas áreas, tais como: policiamento comunitário e resolução de problemas, inteligência policial, condução de cães farejadores, em todas as áreas relativas à perícia, no uso tecnologias não letais e uso proporcional da força, bem como em sistemas de comando de incidentes para as instituições de segurança pública, atendimento a grupos vulneráveis. Apoio à realização de seminários, simpósios e jornadas de direitos humanos, entre outros. Apoio à capacitação para investigação criminal para corregedores de polícia e implementação dos cursos de tecnólogo em gestão penitenciária para agentes, cursos de formação de agentes comunitários sobre o sistema de segurança pública e mediação de conflitos, e implementação de cursos de formação continuada de agentes penitenciários e guardas municipais. Capacitação de magistrados, promotores e defensores públicos em Direitos Humanos. <i>Finalidade:</i> Promover a valorização dos profissionais e operadores de segurança pública para atuação qualificada do Estado nos territórios deflagrados.	
8913	Fomento a Práticas de Controle Social e Transparência na Execução Penal
<i>Descrição:</i> Apoiar iniciativas que permitam o controle social e a transparência na execução penal. <i>Finalidade:</i> Apoiar a implantação de práticas de controle social no âmbito dos sistemas penitenciários estaduais de forma a aprimorar a participação e o controle social nas políticas públicas voltadas para a execução penal e dar transparência a administração penitenciária.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8914	Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Estaduais
<i>Descrição:</i> Apoio à criação de vagas nos sistemas penitenciários estaduais e executados por meio de projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional. <i>Finalidade:</i> Apoiar a construção de edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, bem como absorver os custos decorrentes da contratação de instituição financeira para gerenciamento das obras, nos termos do art. 113 da Lei nº 11.439/07, e da elaboração de projetos executivos.	
8916	Modernização e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais das Unidades da Federação
<i>Descrição:</i> Apoio à aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados, imprescindíveis ao funcionamento dos estabelecimentos penais das unidades da federação. <i>Finalidade:</i> Apoiar o aparelhamento ou reaparelhamento dos estabelecimentos penais das unidades da federação.	
8979	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal
<i>Descrição:</i> Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infra-estrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares. <i>Finalidade:</i> Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.	
8980	Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal
<i>Descrição:</i> Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública <i>Finalidade:</i> Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.	
2071	Trabalho, Emprego e Renda
00H4	Pagamento de Seguro Desemprego
<i>Descrição:</i> A ação destina-se ao pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador formal dispensado sem justa causa, trabalhador doméstico dispensado sem justa causa, pescador artesanal, trabalhador com contrato de trabalho suspenso e trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo. Após a habilitação do trabalhador formal e doméstico requerente ao seguro-desemprego, é efetuada a emissão de ordem de pagamento eletrônica do benefício e a liberação dos recursos financeiros ao agente pagador. O trabalhador que identificado, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, como submetido a regime de trabalho forçado ou resgatado a condição análoga à de escravo tem direito de até 3 parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada. Também, realiza-se pagamento do benefício ao pescador artesanal durante o período de defeso. Por fim, o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador com contrato de trabalho suspenso articulada à requalificação profissional. <i>Finalidade:</i> Prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa; ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; ao trabalhador doméstico desempregado em virtude de dispensa sem justa causa; ao pescador artesanal impedido de efetuar a pesca, em função do período de defeso. Auxiliar também os trabalhadores com contrato de trabalho suspenso mediante pagamento de bolsa qualificação, objetivando a preservação do emprego, mediante concessão de assistência financeira temporária, de acordo com critérios legalmente estabelecidos.	
00JO	Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (MP nº 543, de 2011)
<i>Descrição:</i> Equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento do microcrédito produtivo orientado. <i>Finalidade:</i> Conceder subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos em operações de microcrédito produtivo orientado.	
0554	Ressarcimento a Empregadores Não-Optantes pelo Benefício Fiscal Previsto nas Leis nº 6.321, de 1976 e 6.542, de 1978.
<i>Descrição:</i> De acordo com a Lei nº 6.321/76, as pessoas jurídicas poderão deduzir, do lucro tributável para fim do imposto sobre a renda, as despesas comprovadamente realizadas no período-base em programas de alimentação do trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho, na forma em que dispuser o regulamento desta Lei. Esta ação consiste no ressarcimento às empresas participantes do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, conforme prevê a Lei nº 6.542/78, que dispõe sobre incentivos fiscais para programas de formação profissional e alimentação do trabalhador nas áreas da SUDENE e da SUDAM. Nestas áreas, em que há isenção de Imposto de Renda - IR e/ou impossibilidade de aproveitamento do crédito de IPI, o MTE pode ressarcir, em dinheiro, as empresas beneficiadas. Nas demais regiões, ainda que a empresa tenha crédito a receber, poderá apenas aproveitá-lo no exercício subsequente. <i>Finalidade:</i> Ressarcir empresas da área da SUDENE e da SUDAM, tendo em vista o que dispõem as Leis nº 6.321/76 e nº 6.542/78 a respeito da dedução do lucro tributável para fim de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas.	
0581	Pagamento do Benefício Abono Salarial
<i>Descrição:</i> Pagamento do benefício Abono Salarial ao trabalhador, após a devida identificação e a observância dos critérios legalmente estabelecidos. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento de um salário mínimo a cada ano ao trabalhador, a título de suplementação de renda, de acordo com os critérios legalmente estabelecidos.	
1B41	Sistema Integrado de Relações do Trabalho - SIRT.
<i>Descrição:</i> Manutenção e atualização do Sistema Integrado de Relações do Trabalho - SIRT a partir de um conjunto de cinco (05) subsistemas informatizados que irão reunir dados e estatísticas sobre entidades sindicais, empresas de trabalho temporário, homologações de rescisões contratuais, conflitos, mediações e negociações coletivas, congregando informações das relações de trabalho nos setores público e privado. <i>Finalidade:</i> Armazenar, organizar e disponibilizar informações sobre relações do trabalho, de forma a permitir o acesso à sociedade em tempo real.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20GH	Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra
<i>Descrição: Consiste na captação de vagas e encaminhamento dos trabalhadores pertencentes ao público alvo do Plano Brasil sem Miséria para (re)inserção no mercado de trabalho, por intermédio do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Envolve contato com os ofertantes de empregos e levantamento de dados cadastrais dos trabalhadores, verificando experiências profissionais, qualificação, referências, etc. Após identificadas as possibilidades de inserção disponíveis, a entidade seleciona trabalhadores com o perfil adequado e os encaminha a essas oportunidades.</i> <i>Finalidade: Realizar a intermediação entre trabalhadores pertencentes ao público alvo do Plano Brasil sem Miséria à procura de emprego e aqueles em busca de mão-de-obra, como forma de reduzir o tempo de desemprego ou conseguir para o trabalhador melhores empregos, com o objetivo de diminuir o desemprego friccional e permitir um funcionamento mais eficiente do mercado de trabalho.</i>	
20JL	Análise de Acidentes de Trabalho Graves e Fatais
<i>Descrição: A análise de acidentes graves e fatais compõe o conjunto de atividades integradas e coordenadas voltadas para a melhoria das condições de trabalho, por meio da redução dos fatores relacionados aos acidentes e às doenças do trabalho.</i> <i>O art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estabelece a obrigação de propositura, pela Previdência Social, de ação regressiva contra os empregadores que causarem acidentes de trabalho em razão do descumprimento de normas de segurança e saúde no trabalho. Para o cumprimento desta determinação legal, a Procuradoria Geral Federal utiliza os relatórios de análise de acidentes elaborados pela inspeção do trabalho. A remessa dos relatórios está prevista no Acordo de Cooperação Técnica nº 08 de 29 de Setembro de 2008, firmado entre o MTE, o MPS e o INSS, e no art. 341 do Decreto N.º 3.048, de 06 de Maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social.</i> <i>As ações regressivas possibilitam ao INSS o ressarcimento das despesas previdenciárias decorrentes dos acidentes e se apresentam como poderoso instrumento para a prevenção.</i> <i>A inspeção do trabalho prioriza a análise de acidentes de trabalho graves ou fatais. Os relatórios das análises são encaminhados às instituições parceiras (Advocacia Geral da União, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual, Sindicatos e outras), para a adoção das medidas cabíveis na esfera de competência de cada instituição</i> <i>Finalidade: Analisar as causas dos acidentes de trabalho graves e fatais.</i>	
20JM	Auditoria Trabalhista de Obras de Infraestrutura
<i>Descrição: O Brasil, a partir de 2003, introduziu um novo conceito de investimento em obras de infra-estrutura, que vem estimulando a eficiência produtiva dos principais setores da economia. Tal estímulo vem impulsionando a modernização tecnológica, acelerando áreas já em expansão e ativando áreas deprimidas. As obras de infraestrutura são executadas por meio de parcerias entre o setor público e o investidor privado, em três eixos:</i> - <i>Infraestrutura Logística, envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias;</i> - <i>Infraestrutura Energética, correspondendo à geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis; e</i> - <i>Infraestrutura Social Urbana, englobando saneamento, a universalização do programa Luz Para Todos, habitação, metrô, trens urbanos e infra-estrutura hídrica.</i> <i>Esses empreendimentos privados causam um grande impacto nas regiões em que são desenvolvidos. Além do grande potencial de geração de empregos, que muitas vezes ultrapassa o quantitativo de 10 mil empregos diretos por empreendimento e um número de três a cinco vezes maior de trabalhadores ocupados indiretamente, a sua condução em regiões que carecem de uma infraestrutura social e logística exige a adoção por parte dos empreendedores de ações preventivas objetivando a criação de condições mínimas para a sua adequada execução. A qualificação de mão de obra local ou proveniente de outras regiões e a preparação de áreas de vivência com condições de conforto são algumas ações que devem ser implementadas pelos empregadores anteriormente da execução da obra.</i> <i>Ademais, em muitas vezes as condições encontradas dos trabalhadores beira o trabalho degradante, com reflexos ainda piores nas questões referentes à segurança e à saúde no trabalho. Nos últimos quatro anos foram investidos aproximadamente 100 bilhões em obras de infraestrutura no país, ao mesmo tempo em que presenciamos aproximadamente 40 mortes decorrentes desses empreendimentos. Para os próximos quatro anos deveremos investir mais 500 bilhões o que demonstra a prioridade de intensificar as ações preventivas para minimizar este impacto e passivo social.</i> <i>Não obstante, o setor construtivo irá se ocupar nos próximos quatro anos da execução dos preparativos necessários para a realização da Copa do Mundo de 2014. A reforma dos estádios e aeroportos ou a implementação de estrutura viária urbana deve ser objeto de ação em nível regional e nacional, até mesmo pela aceleração do ritmo que as obras devem sofrer para o cumprimento do calendário do evento.</i> <i>A Secretaria de Inspeção do Trabalho vai realizar ações de auditoria fiscal especializada em grandes obras de infraestrutura, com acompanhamento sistemático das ações, tanto da regional na qual a obra está inserida quanto do retorno periódico do grupo móvel.</i> <i>Finalidade: Mitigar ou neutralizar fatores que desencadeiam acidentes de trabalho nas obras de infraestrutura.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20JT	Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego – Sine
<i>Descrição:</i> A rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego é uma das principais portas de entrada do Programa do Seguro-desemprego, sendo que mais da metade dos requerimentos do benefício seguro-desemprego são processados nos seus postos. Neles é realizada a pré-triagem, em que o atendente verifica a documentação apresentada pelo trabalhador dispensado sem justa causa, e busca oportunidades de emprego para o potencial segurado, antes de lançar no sistema seu requerimento. Os postos do Sine cumprem a função de agências de emprego, mediante o serviço de intermediação de mão de obra – IMO, que coloca em contato trabalhadores à procura de emprego e aqueles em busca de mão-de-obra. Esse serviço objetiva reduzir o tempo de desemprego, ou conseguir para o trabalhador um melhor emprego, permitindo um funcionamento mais eficiente do mercado de trabalho. Envolve contato com os ofertantes de empregos e levantamento de dados cadastrais dos trabalhadores, verificando experiências profissionais, qualificação, referências, etc. Após identificadas as possibilidades de inserção disponíveis, a entidade seleciona trabalhadores com o perfil adequado e os encaminha a essas oportunidades. O trabalhador que recorre ao Sine é, também, o principal público dos cursos de qualificação social e profissional – QSP realizados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. A QSP é uma ação de educação profissional de caráter incluyente e não-compensatório, que contribui fortemente para a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho. A rede de atendimento do Sine auxilia no planejamento de cursos, prestando informações sobre a demanda por qualificação profissional, tanto da parte de trabalhadores quanto de empregadores, constitui o principal meio de inscrição do trabalhador em cursos de qualificação. Na rede de atendimento do Sine, o trabalhador tem acesso, ainda, a serviços de orientação profissional. Trata-se de um atendimento especializado, em que o trabalhador pode contar com profissionais que o norteiem na procura por um emprego, por cursos de qualificação, por acesso a crédito para fomento do empreendedorismo, ou outros. Um importante papel desse serviço é de prestar informações ao trabalhador, sobre o perfil profissional exigido pelas empresas; a importância da postura profissional; a necessidade de desenvolvimento pessoal e profissional contínuo; os meios existentes para busca de emprego; documentação necessária; ou mesmo orientações sobre como elaborar um currículo ou se portar em uma entrevista. Por fim, o Sine constitui importante parceiro na emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social. <i>Finalidade:</i> A ação tem por finalidade manter, modernizar e ampliar a rede de atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – Sine. A rede de agências do Sine é responsável pelo atendimento ao trabalhador para habilitação ao seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, encaminhamento para ações de qualificação social e profissional, orientação profissional e emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, dentre outras. A existência de serviço público e gratuito de emprego, em uma rede nacional de atendimento, é compromisso do Brasil perante a Organização Internacional do Trabalho – OIT.	
20JU	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio da Qualificação a Distância
<i>Descrição:</i> A Qualificação à Distância – QAD contempla o desenvolvimento de cursos de qualificação utilizando-se de metodologia apropriada, por meio da internet, executada diretamente por órgão específico vinculada ao MTE, ou por meio de parcerias com entidades sem fins lucrativos de que tratam os incisos I a VI do art. 17 da Resolução do Codefat nº 575, de 2008. <i>Finalidade:</i> Desenvolver ações de qualificação social, profissional e ocupacional para trabalhadores e trabalhadoras visando aprimorar sua produtividade e inserção cidadã no mercado de trabalho, com ênfase em setores econômicos em desenvolvimento, ou em segmentos da sociedade em situação de vulnerabilidade social, ou em situações de emergência causada por situação de calamidade pública, provendo a qualificação sob demanda efetiva do mercado de trabalho, articulada com o desenvolvimento e a educação, com estratégias de elevação da escolaridade.	
20JV	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio do Provimento do Passaporte Qualificação
<i>Descrição:</i> O Passaporte Qualificação consiste na habilitação do trabalhador de forma a torná-lo apto a inscrever-se em unidade de qualificação profissional credenciada pelo MTE para essa finalidade. <i>Finalidade:</i> Desenvolver ações de qualificação social, profissional e ocupacional para trabalhadores e trabalhadoras visando aprimorar sua produtividade e inserção cidadã no mercado de trabalho, com ênfase em setores econômicos em desenvolvimento, ou em segmentos da sociedade em situação de vulnerabilidade social, ou em situações de emergência causada por situação de calamidade pública, provendo a qualificação sob demanda efetiva do mercado de trabalho, articulada com o desenvolvimento e a educação, com estratégias de elevação da escolaridade.	
20JW	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (Brasil Sem Miséria)
<i>Descrição:</i> Consiste na qualificação social e profissional de trabalhadores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. <i>Finalidade:</i> Desenvolver ações de qualificação social, profissional e ocupacional para trabalhadores e trabalhadoras visando aprimorar sua produtividade e inserção cidadã no mercado de trabalho, com ênfase em setores econômicos em desenvolvimento, ou em segmentos da sociedade em situação de vulnerabilidade social, ou em situações de emergência causada por situação de calamidade pública, provendo a qualificação sob demanda efetiva do mercado de trabalho, articulada com o desenvolvimento e a educação, com estratégias de elevação da escolaridade.	
20JX	Certificação de Instituições de Qualificação Social e Profissional
<i>Descrição:</i> A certificação de instituições de qualificação social e profissional consiste na avaliação, por meio de cadastro prévio, instituições qualificadoras no território nacional, com vistas a acreditar aquelas que atendem a critérios de qualidade mínimos exigidos para desenvolver parcerias com o Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, visam destacar, por meio da concessão de Selo, aquelas que tenham alcançado grau de excelência em sua atuação, tendo sido parceiras do Ministério do Trabalho e Emprego em ações de qualificação social e profissional. Por fim, objetiva premiar, dentre essas últimas, a que apresentou maior êxito para fins exclusivos de investimento nos objetivos previstos em seu estatuto. <i>Finalidade:</i> Certificar as instituições de qualificação social e profissional com vistas ao mapeamento da capacidade de qualificação profissional instalada no Brasil, ao reconhecimento de capacidade técnica, operacional e administrativa, visando ao bom gasto de recursos públicos, à agilidade na execução de políticas públicas na área de qualificação, ao diagnóstico de dificuldades que as instituições encontram na execução de suas ações, à competitividade positiva e ao aumento dos padrões de qualidade das instituições que atuam na qualificação.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20JY	Monitoramento, Supervisão e Avaliação das Ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
<i>Descrição:</i> É obrigação legal da SPPE controlar, monitorar e avaliar os programas relacionados com a geração de emprego e renda, o seguro-desemprego, o apoio ao trabalhador desempregado, o abono salarial e a formação e o desenvolvimento profissional para o mercado de trabalho, orientação, recolocação e qualificação profissional, e o estímulo ao emprego para a juventude. Ainda, tendo em vista que grande parte da execução finalística ocorre mediante convênios e outros ajustes, cabe à SPPE, enquanto Concedente, com apoio das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTE, sua fiscalização e supervisão. Do ponto de vista do monitoramento, seu objetivo central é fornecer informações regulares sobre o desempenho do programa e permitir ao gestor realizar ações corretivas quando surgem os problemas. Por essa razão, o processo de monitoramento obtém, compila e resume periodicamente informações gerenciais dos programas. Já na avaliação, se busca construir um juízo, de maneira sistemática e objetiva, de pertinência, eficiência, eficácia, impacto e efetividade social da política pública, à luz dos seus objetivos. <i>Finalidade:</i> Monitorar, supervisionar e avaliar as ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, essenciais para garantir a boa e correta aplicação dos recursos públicos, e o alinhamento das políticas públicas aos seus objetivos. O monitoramento, supervisão e avaliação são essenciais para atingir os objetivos das ações finalísticas, especialmente se considerado o caráter descentralizado de execução das ações de habilitação e pagamento do seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, qualificação social e profissional no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, e qualificação e inserção do jovem no âmbito do ProJovem Trabalhador, e manutenção da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – Sine.	
20ST	Estudos e Pesquisas para Apoio e Gestão do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
<i>Descrição:</i> Tem como eixo condutor de suas ações a preparação e o subsídio para o exercício da intervenção qualificada de atores sociais para aprimorar as políticas públicas de emprego, trabalho e renda no processo democrático de desenvolvimento sustentável do país dando continuidade de produtos já desenvolvidos como as publicações dos Anuários (do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, e dos Trabalhadores). Descreve a proposta de produtos e análises de questões do mercado de trabalho como o enfoque nos temas da Rotatividade, da Informalidade e os impactos dos investimentos do PAC no mercado de trabalho brasileiro. Atualização das versões anteriores do Anuário do SPETR, além do desenvolvimento de sistema informatizado de disponibilização das séries históricas e realização de 17 seminários nos estados da Federação para a divulgação e apropriação das informações produzidas e divulgadas nos anuários anteriores. <i>Finalidade:</i> Desenvolvimento de Metodologia de Análise Comparativa do Mercado de Trabalho local e Qualificação Social para Apoio à Gestão das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda (estudos da rotatividade e sobre os impactos dos investimentos nos Estados da Federal e no Distrito Federal); Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: base de dados de apoio à gestão do SPETR; e Anuário dos Trabalhadores: informações regulares para o diálogo social.	
2553	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS
<i>Descrição:</i> Aquisição, distribuição e provimento de estoque da CTPS às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTEs, bem como de equipamentos e outros insumos para sua confecção, e implantação do sistema de controle de emissão informatizada. <i>Finalidade:</i> Identificar a população para registro profissional e anotações de interesse da Previdência Social. Permitir a inserção do cidadão no mercado de trabalho por intermédio da emissão de CTPS, utilizando sistema informatizado que permita o controle da distribuição e emissão da CTPS dotando o país de um eficiente sistema de atendimento ao trabalhador, proporcionando a integração de ações da área de trabalho que facilitem a identificação por intermédio de uma base de dados única.	
2599	Formulação, Articulação e Execução da Política Laboral de Imigração e Emigração.
<i>Descrição:</i> Suporte administrativo e técnico ao funcionamento do CNlg, bem como operacionalização das concessões de autorização para trabalho a imigrantes e das autorizações para envio de trabalhadores brasileiros ao exterior. Fomentar pesquisas direcionadas à produção de informações e conhecimentos, operar e aperfeiçoar o sistema de controle de autorizações laborais, publicizar as informações, decisões, estatísticas e procedimentos migratórios, participar nos fóruns de discussão de políticas migratórias, bem como naqueles que tenham reflexos sobre a política migratória, além de promover seminários e reuniões sobre o tema. Estabelecer medidas de orientação e apoio aos trabalhadores/as brasileiros/as migrantes internacionais, por meio de ações antes da partida, durante a estada no exterior e quando do regresso ao Brasil. <i>Finalidade:</i> Apoiar o funcionamento do Conselho Nacional de Imigração - CNlg, órgão formulador da política de imigração; controlar os fluxos migratórios para fins de trabalho; dar cumprimento às resoluções do CNlg, bem como às normas de migração laboral; articular em conjunto com outras instituições, nacionais e internacionais, a política migratória laboral; e executar medidas de apoio aos trabalhadores/as brasileiros/as emigrantes ao exterior.	
2603	Acompanhamento, Prevenção e Solução de Conflitos Trabalhistas
<i>Descrição:</i> Realização de mediações, assistências à rescisão e orientação trabalhista, como forma de fortalecer o diálogo e promover o entendimento entre as partes. As reuniões podem ocorrer na Secretaria de Relações do Trabalho, nas Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego, nas Gerências Regionais do Trabalho e Emprego ou Agências Regionais do Trabalho, ou em outros locais, a pedido de qualquer das partes. <i>Finalidade:</i> Acompanhar relações trabalhistas com potencial de conflitos, promovendo a mediação coletiva, como forma de prevenção e solução de conflitos, e realizar a assistência e orientação a trabalhadores e empregadores, o que vem a reduzir o número de processos levados à Justiça do Trabalho.	
2621	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS
<i>Descrição:</i> Manutenção de sistema informatizado que permite o processamento das informações fornecidas pelos empregadores, o acompanhamento do resultado do processamento e a armazenagem dos dados, bem como as alterações e as adequações necessárias. Os produtos gerados por este processo são os bancos de dados anuais da RAIS, contendo estatísticas que são distribuídos por meio magnético (CD e Internet) e publicações. <i>Finalidade:</i> Processar informações sociais relativas aos vínculos empregatícios formais, visando identificar os beneficiários do Abono Salarial, bem como gerar estatísticas sobre o mercado de trabalho formal, a serem utilizadas na elaboração e implementação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda.	
2624	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED
<i>Descrição:</i> Captação, por meio do registro administrativo CAGED, da declaração dos estabelecimentos que apresentaram movimentação (admissões e desligamentos) dos trabalhadores regidos pelo regime CLT. <i>Finalidade:</i> Acompanhar as admissões e os desligamentos dos trabalhadores com contrato de trabalho em regime celetista, com o propósito de subsidiar o pagamento do benefício Seguro-Desemprego, além de manter e atualizar a base de dados de empregados e desempregados, permitindo, assim, a geração de dados e informações sobre o mercado de trabalho que subsidiem a gestão das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.	
2628	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS.
<i>Descrição:</i> Execução de fiscalizações na modalidade indireta, em que o empregador é chamado a apresentar documentos na unidade do MTE, ou na modalidade direta, com visita "in loco" nas empresas, para a verificação do cumprimento de obrigações trabalhistas, tais como registro de trabalhador, recolhimento para com o FGTS e Contribuição Social, jornada de trabalho, descansos, férias, pagamento de salários, entre outras. <i>Finalidade:</i> Verificar o cumprimento da legislação trabalhista vigente.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2690	Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho.
<i>Descrição: Inspeção dos ambientes de trabalho para verificação do cumprimento da regulamentação de segurança e saúde no trabalho, com o objetivo de prevenir a ocorrência de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.</i> <i>Finalidade: Promover a saúde e proteger a vida, nos ambientes de trabalho, por meio de intervenções nos fatores de riscos determinantes dos agravos à saúde dos trabalhadores.</i>	
2A63	Regulamentação em Segurança e Saúde no Trabalho.
<i>Descrição: Elaboração e revisão de normas regulamentadoras em segurança e saúde no trabalho, por meio de sistema tripartite (governo, trabalhadores e empregadores), efetivando-se desta maneira uma forma eficaz de controle social do processo. Pretende-se, por meio de uma legislação atualizada permanentemente, propiciar uma intervenção mais eficiente na prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, com impactos positivos para a sociedade e para o Estado, especialmente na redução dos gastos em benefícios pagos pela Previdência Social.</i> <i>Finalidade: Elaborar e revisar normas regulamentadoras em segurança e saúde no trabalho.</i>	
2B12	Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito.
<i>Descrição: O fomento ao desenvolvimento institucional será pautado pelas seguintes linhas de ação: a) na área operacional, promover o intercâmbio de metodologias creditícias (visões urbana e rural) e o aprimoramento da gestão da carteira de crédito dos agentes; b) na área de gestão, implantar ações visando capacitar as operadoras em administração estratégica, gestão financeira, marketing, recursos humanos, organização e processos, sistemas de informações gerenciais, desenvolvimento e implementação de mecanismos que aprimorem a transparência, como rating e auditoria, análise de risco; c) quanto aos mecanismos de governança, realizar ações para estimular e desenvolver boas práticas, mediante a qualificação de conselheiros e a troca de experiências entre instituições; d) com relação ao público potencial do PNMP, realizar estudos e pesquisas sobre o perfil socioeconômico, segmentação de mercado, avaliação de impacto, desenvolvimento de novos produtos e serviços; e) com relação às instituições de microcrédito produtivo orientado, conceder recursos para estruturação e fortalecimento da carteira de crédito, bem como para a implementação e aprimoramento de sistemas de informações.</i> <i>Finalidade: Desenvolver a capacidade gerencial e organizacional das instituições operadoras do microcrédito produtivo orientado visando à melhoria de sua eficiência, bem como a ampliação dos beneficiários do programa por meio do aumento da capilaridade dos agentes executores.</i>	
2C43	Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
<i>Descrição: A ação destina-se a possibilitar a execução das atividades pertinentes à Secretaria Executiva do Codefat, com o objetivo de garantir informações sobre o desempenho dos programas do FAT e o grau de aderência da aplicação dos recursos do Fundo às diretrizes do Conselho e do MTE. Também no bojo da ação são financiadas iniciativas voltadas para a participação social no âmbito das comissões de emprego estaduais e municipais, e para o aperfeiçoamento das políticas públicas financiadas com recursos do FAT.</i> <i>Finalidade: Promover a gestão participativa no âmbito das políticas públicas financiadas com recursos do FAT, prestar orientação e suporte ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, contribuir para o funcionamento das comissões de emprego estaduais e municipais, e promover iniciativas que contribuam para o aperfeiçoamento das políticas públicas financiadas com recursos do FAT.</i>	
2C45	Agenda Nacional de Trabalho Decente
<i>Descrição: Monitoramento e avaliação dos resultados dos programas e ações voltados para a geração de emprego e trabalho decente para homens e mulheres, a extensão da proteção social, a promoção e fortalecimento do diálogo social e o respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho.</i> <i>Finalidade: Acompanhar e articular as ações previstas na Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD), por meio do Comitê Executivo do Plano Nacional do Trabalho Decente (PNTD).</i>	
4245	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO
<i>Descrição: Atualização, edição e distribuição do documento Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.</i> <i>Finalidade: Modernizar e atualizar, por meio de estudos constantes, a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, visando sua adequação à realidade do mercado de trabalho, bem como atender à demanda específica de ações de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego, de qualificação profissional e de estatísticas do trabalho, dentre outras. Editar e distribuir o documento Classificação Brasileira de Ocupações.</i>	
4714	Pesquisa, Estudo e Desenvolvimento em Segurança e Saúde no Trabalho.
<i>Descrição: Realização de pesquisas e estudos sobre fatores determinantes de acidentes e doenças relacionados ao trabalho e desenvolvimento de estratégias ou modelos de intervenção, métodos, técnicas ou sistemas de prevenção, avaliação e controle de riscos no ambiente de trabalho.</i> <i>Finalidade: Desenvolver pesquisas e estudos visando a produção de conhecimento científico e tecnológico voltado para o bem estar do trabalhador e para a melhoria das condições e dos ambientes de trabalho.</i>	
4722	Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico e Didático sobre Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho.
<i>Descrição: Produção de fascículos, cartazes, folderes, vídeos e peças de multimídia, a serem distribuídos nacionalmente:</i> - por intermédio de sindicatos de trabalhadores e empregadores, centrais sindicais, federações, confederações, associações e outros tipos de entidades; - em seminários, congressos e demais eventos promovidos pela Fundacentro e entidades afins; - em locais de grande fluxo público, como estações de trem e de metrô; - em instituições de ensino; - pela internet, alimentando páginas já existentes ou criando novas páginas; - por outros meios a serem definidos em situações específicas. <i>Finalidade: Disponibilizar informação na área de segurança e saúde no trabalho e meio ambiente (SSTMA) a trabalhadores do setor formal e informal, empregadores, entidades de classe, representantes da sociedade civil, profissionais de nível médio e superior, como também a alunos do ensino fundamental, médio e superior, por meio de fascículos, cartazes, folderes, vídeos, peças de multimídia, livros, teses, manuais, cartilhas, revistas, normas e anais. Isso será conseguido por meio da distribuição de materiais adequados à clientela a que se destinam, e da aplicação de conceitos e métodos da área de educação, acompanhando a evolução das práticas de ensino e da tecnologia educacional. O que se pretende é contribuir para a geração e manutenção de boas condições dos ambientes de trabalho e áreas vizinhas. Paralelamente são reforçadas as políticas governamentais de inclusão social, promoção da cidadania e desenvolvimento sustentável.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4725	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Setorial (PlanSeQs)
<i>Descrição:</i> Disponibilização, em base setorial formal ou social ou emergencial, de qualificação social (reflexão sobre cidadania, fortalecimento e o mundo do trabalho), profissional (fundamentos técnico-científicos da ocupação) e ocupacional (atividades específicas à ocupação), em articulação com a intermediação de mão-de-obra, geração de emprego e renda e elevação de escolaridade, visando apoiar a manutenção ao emprego, trabalho e renda e/ou inserção desses trabalhadores/as no mercado de trabalho e a ampliação de suas oportunidades de geração de emprego e renda, tendo como princípios mecanismos de concertação e diálogo social. Consubstanciada em Planos Setoriais de Qualificação -PlanSeQs, que podem ser formal, social ou emergencial. <i>Finalidade:</i> Desenvolver ações de qualificação social, profissional e ocupacional para trabalhadores e trabalhadoras visando aprimorar sua produtividade e inserção cidadã no mercado de trabalho, com ênfase em setores econômicos em desenvolvimento, ou em segmentos da sociedade em situação de vulnerabilidade social, ou em situações de emergência causada por situação de calamidade pública, provendo a qualificação sob demanda efetiva do mercado de trabalho, articulada com o desenvolvimento e a educação, com estratégias de elevação da escolaridade.	
4728	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Territorial (PLANTEQS)
<i>Descrição:</i> Disponibilização, em base territorial, de oportunidades de qualificação social (reflexão sobre cidadania, fortalecimento e o mundo do trabalho), profissional (fundamentos técnico-científicos da ocupação) e ocupacional (atividades específicas à ocupação, dimensão técnico-gerencial, cooperativista e associativa aos/as trabalhadores/as beneficiários/as e/ou egressos/as de ações do Sistema Público de Emprego e de ações de economia solidária; trabalhadores rurais; domésticos; egressos do sistema penal e jovens submetidos a medidas sócioeducativas; trabalhadores libertados do trabalho escravo ou degradante; familiares de egressos do trabalho infantil; trabalhadores da administração pública; pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria, cooperativa, associativa ou autogestionada; trabalhadores de empresas afetadas por processos de modernização tecnológica e outras formas de reestruturação produtiva, ou empresas incluídas em arranjos produtivos locais, de setores exportadores, setores considerados estratégicos da economia, segundo perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda; pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social e desenvolvimento regional e local; pessoas com deficiência e jovens estagiários. Terão preferência de acesso aos cursos as pessoas mais vulneráveis economicamente e socialmente. <i>Finalidade:</i> Desenvolver ações de qualificação social e profissional de trabalhadores/as beneficiários/as e/ou egressos/as de ações do Sistema Público de Emprego e de ações de economia solidária, visando apoiar a ampliação das oportunidades de geração de emprego e renda dessas populações.	
4741	Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda
<i>Descrição:</i> O Ministério do Trabalho e Emprego exerce o papel de coordenador nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, e nesse contexto supre os gestores com as ferramentas necessárias para operacionalização e gerenciamento das ações, e integração de informações entre elas. Já encontram-se compreendidas bases de dados e ferramentas de acompanhamento estatístico e gerencial das áreas de registros públicos de emprego, trabalho e renda, seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, qualificação social e profissional, certificação profissional, fomento ao crédito produtivo, e gestão participativa dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. <i>Finalidade:</i> Manter os sistemas informatizados responsáveis por promover a operacionalização, integração e gestão das ações de emprego, trabalho e renda.	
4767	Sistema de Informações sobre a Inspeção do Trabalho - SFIT
<i>Descrição:</i> Manutenção e desenvolvimento do SFIT mediante módulos que vão desde a emissão de Ordem de Serviços - OS para dar início a uma ação fiscal, passando pela inserção de relatórios pelo corpo de Auditores Fiscais do Trabalho - AFT; cadastros de todas as empresas, gerando informações que servem para a emissão de dados gerenciais e permitem uma avaliação constante do desempenho da fiscalização e subsídios para os planejamentos da instituição. Além disso, é um instrumento para aferição da produtividade para efeitos de remuneração da carreira de AFT. O SFIT também gera dados estatísticos utilizados não só pelo MTE, mas por outros órgãos públicos. <i>Finalidade:</i> Formar um banco de dados para conhecimento da produtividade da fiscalização trabalhista, geração de quadros estatísticos e fornecimento de subsídios para os planejamentos e avaliações.	
4782	Capacitação em Relações do Trabalho.
<i>Descrição:</i> Capacitação e disseminação de conhecimentos na área de relações de trabalho por meio de ações realizadas pela Secretaria de Relações do Trabalho, em diretamente, em parcerias, ou por meio da ação orientada das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, alcançando servidores do MTE, servidores de outros órgãos, gestores públicos, dirigentes, formadores e assessores sindicais, advogados e profissionais de RH, estudiosos e pesquisadores, e outros atores interessados. A atividade envolve ainda ações que promovem debates sobre temas de interesse geral relativos à atualização da legislação sindical e trabalhista e de avanços na negociação coletiva. <i>Finalidade:</i> Capacitar servidores e público externo de modo a favorecer a atualização da legislação trabalhista e sindical, a valorização da negociação coletiva, a composição voluntária de conflitos do trabalho e o conhecimento, pelo público em geral, da operacionalização dos sistemas informatizados e demais temas das relações do trabalho, promovendo a construção democrática de avanços no cenário trabalhista brasileiro.	
4783	Remuneração de Agentes Operadores do Benefício do Abono Salarial
<i>Descrição:</i> Pagamento dos serviços relativos à identificação dos beneficiários do abono salarial, inclusão e validação de dados, monitoramento e auditoria dos dados, e postagem de documentos do abono salarial. <i>Finalidade:</i> Custear os serviços executados por pessoas jurídicas públicas e privadas, exceto agentes financeiros, envolvendo serviços de captação e transmissão de dados, processamento do benefício, sistema de monitoramento, envio de documentos.	
4784	Remuneração de Agentes Operadores do Seguro-Desemprego
<i>Descrição:</i> Pagamento dos serviços relativos à recepção de requerimentos, inclusão e validação de dados e postagem de documentos do seguro-desemprego. <i>Finalidade:</i> Custear os serviços executados por pessoas jurídicas públicas e privadas, exceto agentes financeiros, envolvendo serviços de captação e transmissão de dados, processamento do benefício e envio de documentos.	
4785	Fiscalização do Trabalho no Campo.
<i>Descrição:</i> Ações de fiscalização "in loco" específicas para o meio rural, especialmente voltadas para trabalhadores safristas, considerando o cronograma e a sazonalidade da produção agrícola, para verificar o cumprimento, por parte dos empregadores rurais, da legislação trabalhista em vigor, tais como registro do trabalhador, jornada de trabalho, descansos, salários, entre outros direitos. <i>Finalidade:</i> Verificar o cumprimento da legislação trabalhista para o meio rural, combatendo a ilegalidade e as más condições de trabalho no campo.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4812	Pesquisas sobre Emprego e Desemprego - PED
<i>Descrição:</i> Consiste em pesquisas domiciliares, colhendo informações sobre emprego, desemprego e mercado de trabalho diretamente da população envolvida, e posterior tratamento dos dados, sendo uma das pesquisas que geram o índice do desemprego no País. Abrange ainda, a coordenação, supervisão e aprimoramentos do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego. <i>Finalidade:</i> Gerar informações sobre emprego, desemprego e mercado de trabalho em determinadas regiões metropolitanas, para subsidiar ações institucionais de competência do Ministério do Trabalho e Emprego, nas áreas de qualificação e requalificação, captação de vagas e intermediação de emprego e outras políticas públicas.	
4814	Educação em Segurança e Saúde no Trabalho.
<i>Descrição:</i> Realização de ações educativas básicas e regulares na área de segurança e saúde no trabalho <i>Finalidade:</i> Capacitar e atualizar os diversos atores sociais como agentes promotores da segurança e saúde dos trabalhadores	
6405	Desenvolvimento e Disseminação de Metodologias e Tecnologias de Qualificação Social e Profissional
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento e disseminação de inovadoras metodologias, tecnologias sociais e instrumentos voltados para a gestão e execução da qualificação social e profissional que possibilitem o pleno aprendizado dos públicos-participantes de ações de qualificação, em particular as populações socioeconomicamente vulneráveis; fomento ao desenvolvimento metodológico da qualificação social, ocupacional e profissional, com relação às dimensões de eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade pedagógica das ações; acompanhamento das inovações produzidas no campo pedagógico e no mundo do trabalho; desenvolvimento de metodologias de negociação coletiva da qualificação; desenvolvimento de metodologias e processos integrados de elevação da escolaridade; desenvolvimento de metodologias de qualificação continuada; desenvolvimento de instituição para articular ações públicas e privadas de qualificação; elaboração do Repertório Nacional de Qualificação e do Cadastro da Educação Profissional; estabelecimento de parâmetros mínimos comuns de qualidade pedagógica; otimização dos recursos públicos e privados; desenvolvimento de metodologia de estruturação de ações de qualificação com base no planejamento territorial; avaliação e replicação de experiências exitosas; desenvolvimento de caixas de ferramentas metodológicas de qualificação social e profissional, capacitação de gestores públicos para potencializar a efetividade social, qualidade pedagógica, eficiência, eficácia de suas ações; desenvolvimento de política institucional de organização, produção e disseminação de informações e pesquisas sobre qualificação e de documentação institucional; identificação, catalogação e armazenamento de documentação institucional relativa à história da qualificação, em particular a memória institucional do Departamento de Qualificação - MTE/SPPE/DEQ; disponibilização para o público e pesquisadores de informações, análises e dados relativos à qualificação profissional, em nível nacional e internacional; estruturação e disponibilização de banco de projetos, relativo a ações desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, instituições de educação profissional em geral e experiências inovadoras. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e disseminar inovadoras metodologias, tecnologias sociais e instrumentos voltados para a gestão e execução da qualificação social e profissional, adaptados às especificidades dos públicos participantes, visando potencializar os recursos públicos e privados de qualificação e a eficiência, eficácia e efetividade social das políticas públicas de qualificação, com ênfase na elaboração de metodologias integradas de elevação de escolaridade, qualificação continuada e planejamento territorial.	
6536	Participação em Grupos e Comissões Tripartites Responsáveis pela Elaboração ou Aperfeiçoamento de Regulamentos de Segurança e Saúde no Trabalho.
<i>Descrição:</i> A FUNDACENTRO recebe demandas de órgãos públicos da União, Estados e Municípios, do Ministério Público, de entidades de classe, de organizações não-governamentais, governos de outros países, organismos internacionais e outras instituições para participar de reuniões de grupos tripartites responsáveis pela elaboração de regulamentos em SST e emitir relatórios, informes e pareceres técnico-científicos sobre: a qualidade de equipamentos de proteção individual e coletiva do trabalhador; investigação de acidentes graves e fatais e de condições de risco relacionadas ao desenvolvimento de doenças ocupacionais e relacionadas ao trabalho; avaliação e análise do estado de saúde dos trabalhadores potencialmente expostos a agentes agressores presentes em ambientes de trabalho; e avaliações e análises de contaminantes nos ambientes de trabalho; necessidades de elaboração e aperfeiçoamento do arcabouço legal de SST. <i>Finalidade:</i> Atender a demandas alinhadas às prioridades da FUNDACENTRO por avaliações, análises e estudos técnico-científicos na área de segurança e saúde do trabalhador que ofereçam subsídios para: promover a melhoria das condições dos ambientes de trabalho e do meio ambiente em geral; contribuir para a geração e disseminação de inovações tecnológicas adequadas a um padrão de produção ambientalmente sustentável; reduzir os riscos ambientais e de acidentes do trabalho decorrentes da geração de resíduos dos processos produtivos ou de agentes agressivos à saúde e ao meio ambiente associados a esses processos; promover o fortalecimento do sistema de normalização, controle de qualidade e metrologia dos produtos brasileiros; e aperfeiçoar a normatização e negociação coletiva em SST.	
6638	Certificação Profissional de Trabalhadores
<i>Descrição:</i> Definição e validação do perfil profissional da ocupação, por meio do diálogo tripartite; diagnóstico de necessidades de qualificação profissional; articulação com elevação de escolaridade; aplicação de métodos de aferição dos saberes profissionais adquiridos ao longo da vida; certificação do/a trabalhador/a com desempenho satisfatório; encaminhamento para programas de qualificação social e profissional, no caso de trabalhador/a não certificado; monitoramento e avaliação do processo. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a maior inserção e a mobilidade dos trabalhadores no mundo do trabalho, por meio da avaliação e certificação dos conhecimentos, habilidades e atitudes profissionais desenvolvidos em processos formais ou informais de aprendizagem, bem como, para o aumento da qualidade e produtividade da força de trabalho, por meio da promoção da definição concertada de padrões competitivos de performance profissional.	
8093	Observatório do Mundo do Trabalho Nacional.
<i>Descrição:</i> Contratação de pesquisas e estudos sobre temas específicos do mercado de trabalho regional, nacional e no âmbito do Mercosul, promovendo a disseminação e o debate dos resultados obtidos junto a atores sociais relevantes, de modo a obter os subsídios necessários para a proposição e avaliação de políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego e de outros órgãos da administração pública envolvidos nessas políticas. <i>Finalidade:</i> Centralizar e aprimorar as informações sobre o mundo do trabalho e sobre as políticas de geração de trabalho, emprego e renda, para conjuntamente serem analisadas e cruzadas objetivando diagnósticos norteadores de políticas.	
8617	Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
<i>Descrição:</i> Elaboração, execução e análise de rotinas e planos de controle, monitoramento e avaliação da aplicação dos recursos dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT nas ações de concessão de crédito, inclusive por meio de ações de supervisão in loco nas operações de crédito, e acompanhamento das ações via sistemas de informação. <i>Finalidade:</i> Estruturar e aplicar instrumentos de controle, monitoramento e avaliação dos programas de concessão de crédito que utilizam recursos dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.	
8852	Atualização da Legislação Trabalhista e Sindical.
<i>Descrição:</i> Promoção de discussões acerca de temas relacionados à legislação trabalhista, a fim de procurar, se necessário, sua alteração, regulamentação via infralegal ou interpretação administrativa. Criação e manutenção de espaços de discussão de avanços nas relações de trabalho brasileiras. O resultado do diálogo e negociação poderá subsidiar a elaboração de anteprojeto legislativo, portarias, instruções normativas, ordens de serviço e notas técnicas interpretativas e explicativas. <i>Finalidade:</i> Promover o diálogo tripartite e bipartite acerca da legislação trabalhista e sindical nacional e sua aplicação no mundo do trabalho, resultando na sua atualização e modernização.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

8885	Centro de Referência do Trabalho no Brasil
<i>Descrição: Consolidação do Centro de Referência do Trabalho no Brasil, o qual integrará duas dimensões: uma física e outra virtual. Na primeira dimensão terá o objetivo de catalogar, organizar e tornar público o acervo do MTE e das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego. Na dimensão virtual, um portal proporcionará o acesso às bases de dados atualizadas com material referente à história e à memória do trabalho no Brasil. Será, ainda, realizado um concurso premiando anualmente 30 projetos, distribuídos nas seguintes modalidades: (i) preservação e disponibilização de acervos; (ii) história oral; (iii) desenvolvimento de sítios na internet; (iv) publicação de trabalhos acadêmicos inéditos.</i> <i>Finalidade: Consolidar o Centro de Referência do Trabalho no Brasil.</i>	
2072	Transporte Ferroviário
10H8	Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Divinópolis - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição: Construção de um contorno ferroviário com extensão de 29,5 km, incluindo uma ponte ferroviária e 4 passagens em dois níveis, desviando os 19 pontos de conflito existentes dentro do perímetro urbanizado, inclusive o pátio de manobras e composição de trens existente, abrangendo a construção das obras de infra-estrutura e da superestrutura da via permanente, solução das interferências com estruturas de serviços de utilidade pública, obras complementares, Supervisão de obras, gestão ambiental nelas incluída a proteção ao meio ambiente, e a desapropriação. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: A solução dos conflitos rodoferrviários no município de Divinópolis/MG tem por finalidade eliminar os graves problemas urbanos decorrentes do tráfego de composições ferroviárias no seu interior. A ação irá reduzir a influência da ferrovia na malha viária urbana, reduzindo congestionamentos, e interrupções no fluxo de veículos. Ainda, proporcionará melhoras à operação ferroviária, cujas interrupções decorrentes da exposição da ferrovia ao tráfego urbano são frequentes.</i>	
10HE	Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Três Lagoas - no Estado de Mato Grosso do Sul
<i>Descrição: Construção de contorno ferroviário com extensão de 12,3 km, envolvendo serviços de terraplenagem, drenagem, superestrutura, eliminação de interferências, obras de arte especiais, obras complementares, componentes ambientais, desapropriação, supervisão de obra, gestão ambiental e infra-estrutura operacional no Município de Três Lagoas no estado de Mato Grosso do Sul. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Eliminar os graves problemas urbanos decorrentes do tráfego de composições ferroviárias no interior do Município de Divinópolis, e reduzir a influência da ferrovia na malha viária urbana, reduzindo congestionamentos, e interrupções no fluxo de veículos. Ainda, proporcionará melhoras à operação ferroviária, cujas interrupções decorrentes da exposição da ferrovia ao tráfego urbano são frequentes.</i>	
10MK	Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina
<i>Descrição: Indenização dos proprietários dos imóveis imigrantes da faixa de domínio da ferrovia.</i> <i>Finalidade: Indenização dos proprietários dos imóveis imigrantes da faixa de domínio da ferrovia; compensações diversas inerentes a faixa de domínio; compensações ambientais; contratações de empresa para emissão de laudos e custas cartoriais.</i>	
116E	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis - Uruaçu - no Estado de Goiás
<i>Descrição: Construção de trecho ferroviário com 280 km de extensão entre Uruaçu/GO e Anápolis/GO, envolvendo obras de engenharia e serviços como desapropriações, compensações ambientais, sítios arqueológicos, supervisão e gerenciamento. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Proporcionar uma via econômica de escoamento à produção da região, com possibilidade de integração aos demais modais de transporte, mediante a garantia das operacionalizações do trecho construído dentro dos padrões tecnicamente estabelecidos de segurança e confiabilidade.</i>	
116X	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO
<i>Descrição: Construção de trecho ferroviário com 575 km de extensão entre Palmas/TO e Uruaçu/GO, envolvendo obras de engenharia e serviços como desapropriações, compensações ambientais, sítios arqueológicos, supervisão e gerenciamento. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Proporcionar uma via econômica de escoamento à produção da região, com possibilidade de integração aos demais modais de transporte, mediante a garantia das operacionalizações do trecho construído dentro dos padrões tecnicamente estabelecidos de segurança e confiabilidade.</i>	
11H1	Adequação de Ramal Ferroviário - no Município de Barra Mansa - no Estado do Rio de Janeiro
<i>Descrição: Minimização das interferências com o tráfego urbano em cerca de 4,9 Km, com diversos cruzamentos em nível do feixe ferroviário, e disponibilizar áreas remanescentes para implantação de melhoria no sistema viário lindeiro à calha ferroviária, na área urbana da cidade. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais, execução de serviços de terraplenagem, drenagem, superestrutura, eliminação de interferências, obras de arte especiais, obras complementares, componentes ambientais, Desapropriação, supervisão de obra e infra-estrutura operacional.</i> <i>Finalidade: Adequar a linha férrea no perímetro urbano do Município de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, buscando a transferência das manobras e operações ferroviárias do centro da cidade, para solucionar as interferências das operações ferroviárias das concessionárias MRS logística S.A e Ferrovia Centro Atlântica S.A no tráfego urbano do município.</i>	
11XB	Prolongamento de Trecho de Rebaixamento da Linha Férrea - no Município de Maringá - no Estado do Paraná
<i>Descrição: Obras de infra-estrutura e superestrutura ferroviária e demais obras correlatas, numa extensão de 5,88 km de rebaixamento da linha férrea e 1,64 km de obras rodoviárias correlatas no Município de Maringá/PR. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Melhorar a segurança e a circulação de trens, veículos e pessoas, bem como a ordenação do tráfego das vias públicas e a consequente revitalização das áreas afetadas no município de Maringá/PR.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

112D	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste - Estrela D'Oeste - no Estado de São Paulo
<i>Descrição: Construção de trecho ferroviário com 66 km de extensão entre Ouroeste/SP e Estrela d'Oeste/SP, envolvendo obras de engenharia e serviços como desapropriações, compensações ambientais, sítios arqueológicos, supervisão e gerenciamento. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Proporcionar uma via econômica de escoamento à produção da região, com possibilidade de integração aos demais modais de transporte, mediante a garantia das operacionalizações do trecho construído dentro dos padrões tecnicamente estabelecidos de segurança e confiabilidade.</i>	
112E	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus - Caetité - no Estado da Bahia
<i>Descrição: Construção de trecho ferroviário com 537 km de extensão entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, envolvendo obras de engenharia e serviços como desapropriações, compensações ambientais, sítios arqueológicos, supervisão e gerenciamento. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Proporcionar uma via econômica de escoamento à produção da região, com possibilidade de integração aos demais modais de transporte, mediante a garantia das operacionalizações do trecho construído dentro dos padrões tecnicamente estabelecidos de segurança e confiabilidade.</i>	
112H	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroverde de Goiás - São Simão - no Estado de Goiás
<i>Descrição: Construção de trecho ferroviário com 515 km de extensão entre Ouro Verde/GO e São Simão/GO, envolvendo obras de engenharia e serviços como desapropriações, compensações ambientais, sítios arqueológicos, supervisão e gerenciamento. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Proporcionar uma via econômica de escoamento à produção da região, com possibilidade de integração aos demais modais de transporte, mediante a garantia das operacionalizações do trecho construído dentro dos padrões tecnicamente estabelecidos de segurança e confiabilidade.</i>	
112I	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória - Iturama - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição: Construção de trecho ferroviário com 101 km de extensão entre Santa Vitória/MG e Iturama/MG, envolvendo obras de engenharia e serviços como desapropriações, compensações ambientais, sítios arqueológicos, supervisão e gerenciamento. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Proporcionar uma via econômica de escoamento à produção da região, com possibilidade de integração aos demais modais de transporte, mediante a garantia das operacionalizações do trecho construído dentro dos padrões tecnicamente estabelecidos de segurança e confiabilidade.</i>	
1226	Construção de Contorno Ferroviário - no Município de São Félix - no Estado da Bahia
<i>Descrição: Construção de contorno ferroviário com 18 Km, desviando o atual traçado das zonas urbanas dos Municípios de São Félix e Cachoeira, otimizando o desempenho operacional através da eliminação das atuais rampas de até 3,6% e raios de curva de 60m incompatíveis em operação ferroviária passando a estabelecer rampas máximas de 1,3% e raios de curvatura superiores a 500m. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Melhorar a segurança e a circulação dos trens, veículos e pessoas, bem como a ordenação do tráfego nas vias públicas e consequente revitalização das áreas afetadas nos Municípios de São Félix e Cachoeira, no Estado da Bahia.</i>	
124G	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité - Barreiras - no Estado da Bahia
<i>Descrição: Construção de trecho ferroviário com 485 km de extensão entre Caetité/BA e Barreiras/BA, envolvendo obras de engenharia e serviços como desapropriações, compensações ambientais, sítios arqueológicos, supervisão e gerenciamento. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Proporcionar uma via econômica de escoamento à produção da região, com possibilidade de integração aos demais modais de transporte, mediante a garantia das operacionalizações do trecho construído dentro dos padrões tecnicamente estabelecidos de segurança e confiabilidade.</i>	
1276	Construção de Contorno Ferroviário - no Município de São Francisco do Sul - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição: Construção de 8,1 km de extensão em linha principal, integralmente localizada no município de São Francisco do Sul/SC, compreendendo os serviços / obras de engenharia, tais como: implantação da infra-estrutura e da superestrutura, solução de interferências, obras complementares, inclusive serviços de proteção ao meio ambiente e desapropriação. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Eliminar conflitos diretos com áreas históricas e/ou densamente ocupadas no perímetro urbano de São Francisco do Sul/SC, através da construção de um contorno ferroviário mudando o traçado da ferrovia, no trecho inserido no Município de São Francisco do Sul, que atravessa local de grande ocupação urbana, suprimindo duas dezenas de passagens em nível e estabelecendo novo acesso ferroviário ao Porto de São Francisco do Sul.</i>	
127K	Apoio à Implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV (Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas)
<i>Descrição: Apoiar a implantação da ligação ferroviária EF-222 - entre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas com 511 km de extensão, compreendendo as obras civis de engenharia que engloba serviços de terraplenagem e construção de túneis, pontes, viadutos e muros de contenção, a implantação da via permanente que envolve a superestrutura ferroviária, a instalação de aparelhos de mudança de via, sistema de drenagem e cercas, a construção de estações ferroviárias e pátios de manutenção; a implantação de sistemas de controle, eletrificação e sinalização da via; a aquisição de material rodante, bem como ações de desapropriações de área que envolve aquisição de terras, indenização de construção, adoção de medidas socioambientais, incluindo o gerenciamento e supervisão de serviços técnicos e serviços complementares. Promover os procedimentos licitatórios e a celebração dos atos de outorga de direito de exploração da infraestrutura e prestação de serviço de transporte terrestre relativos ao TAV.</i> <i>Finalidade: Explorar o transporte de passageiros entre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, utilizando-se de um sistema de trens de alta velocidade – TAV.</i>	
128D	Estudos para a Implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV
<i>Descrição: Estudos voltados para a outorga de direito de exploração de infraestrutura e prestação de serviços de transportes terrestres relativo ao Trem de Alta Velocidade, incluindo os estudos de impacto ambiental e social, assim como outras despesas relativas a realização dos estudos e a abertura e gestão dos procedimentos licitatórios.</i> <i>Finalidade: Atender as exigências de ordem legal, ambiental, social, para a celebração dos atos de outorga e de direito de exploração de infraestrutura e prestação de serviço de transporte terrestre relativos ao Trem de Alta Velocidade - TAV.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

13EK	Construção de Viaduto sobre a Linha Férrea - no Município de Mogi das Cruzes - no Estado de São Paulo
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, drenagem, superestrutura, eliminação de interferências, obras de arte especiais, obras complementares, componentes ambientais, desapropriação, supervisão de obra, gestão ambiental e infra-estrutura operacional no Município de Mogi Das Cruzes - no Estado do São Paulo. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Eliminar os graves problemas urbanos decorrentes do tráfego de composições ferroviárias no seu interior, diminuindo a influência da ferrovia na malha viária urbana, reduzindo congestionamentos, e interrupções no fluxo de veículos. Ainda, proporcionará melhoras à operação ferroviária, cujas interrupções decorrentes da exposição da ferrovia ao tráfego urbano são frequentes.	
13EL	Construção de Viaduto sobre a Linha Férrea - no Município de São Carlos - no Estado de São Paulo
<i>Descrição:</i> A consecução do empreendimento será alcançada com a execução de serviços de terraplenagem, drenagem, superestrutura, eliminação de interferências, obras de arte especiais, obras complementares, componentes ambientais, Desapropriação, supervisão de obra, gestão ambiental e infra-estrutura operacional no Município de São Carlos no Estado de São Paulo. <i>Finalidade:</i> A solução dos conflitos rodoferrviários no município de São Carlos/SP tem por finalidade eliminar os graves problemas urbanos decorrentes do tráfego de composições ferroviárias no seu interior. A ação irá reduzir a influência da ferrovia na malha viária urbana, reduzindo congestionamentos, e interrupções no fluxo de veículos. Ainda, proporcionará melhoras à operação ferroviária, cujas interrupções decorrentes da exposição da ferrovia ao tráfego urbano são frequentes.	
13L9	Construção de Passagem Inferior sob a Linha Férrea - no Município de Paverama - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, superestrutura, eliminação de interferências, obras de arte especiais, obras complementares, componentes ambientais, desapropriação, supervisão de obra, gestão ambiental e infra-estrutura operacional no Município de Paverama no Estado do Rio Grande do Sul. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Eliminar os graves problemas urbanos decorrentes do tráfego de composições ferroviárias no interior do Município de Paverama, e reduzir a influência da ferrovia na malha viária urbana, diminuindo congestionamentos, e interrupções no fluxo de veículos. Proporcionará, ainda, melhoras à operação ferroviária, cujas interrupções decorrentes da exposição da ferrovia ao tráfego urbano são frequentes. operação ferroviária, cujas interrupções decorrentes da exposição da ferrovia ao tráfego urbano são frequentes.	
1D69	Construção de Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia - no Município de Araraquara - no Estado de São Paulo
<i>Descrição:</i> Implantação de 39 km de novas linhas férreas, sendo 12 km de contorno, e construção de pátio ferroviário com edificações, instalações administrativas e posto de abastecimento de locomotivas no Pátio de Tutóia. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Corrigir graves conflitos entre a malha ferroviária e o sistema viário urbano, decorrentes do crescimento do tráfego ferroviário e do desenvolvimento do Município de Araraquara.	
1K24	Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Joinville - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Implantação de 17,4 km de linha férrea, posicionada no Município de Joinville e na área rural do Município de Araquari, abrangendo a construção das obras de infra-estrutura e superestrutura da via permanente, solução das interferências com estruturas de serviços de utilidade pública, obras complementares, nelas incluída a proteção ao meio ambiente, e a desapropriação. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Eliminar os conflitos com o tráfego urbano, em 26 passagens de nível de grande volume de tráfego, melhorar a qualidade de vida da população no perímetro urbano da cidade de Joinville, sede do município de mesmo nome, e aumentar o desempenho operacional da ferrovia com a erradicação de 25 km da linha atual que atravessa o centro urbano da cidade.	
1K25	Construção da Variante Ferroviária (EF-431) de Camaçari - no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Construção da Variante Ferroviária (EF-431) de Camaçari/BA com 18 km de extensão, envolvendo serviços de terraplenagem, drenagem, superestrutura, eliminação de interferências, obras de arte especiais, obras complementares, componentes ambientais, desapropriação, supervisão de obra, gestão ambiental e infra-estrutura operacional. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Eliminar os graves problemas urbanos decorrentes do tráfego de composições ferroviárias no interior do Município de Camaçari, e reduzir a influência da ferrovia na malha viária urbana, reduzindo congestionamentos, e interrupções no fluxo de veículos. Ainda, proporcionará melhoras à operação ferroviária, cujas interrupções decorrentes da exposição da ferrovia ao tráfego urbano são frequentes.	
20LJ	Manutenção da Malha Ferroviária da EF-151 - Ferrovia Norte-Sul
<i>Descrição:</i> Manutenção da infraestrutura, superestrutura e dos demais sistemas das vias férreas, inclusive as edificações de apoio à operação ferroviária. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir condições adequadas de trafegabilidade em trechos ferroviários federais, de acordo com as suas características técnicas originais, proporcionando maior segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional.	
2348	Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura Ferroviária
<i>Descrição:</i> Planejamento, programação e realização de inspeções econômico-financeiras e operacionais na sede da concessionária e em campo; elaboração de relatórios com os resultados obtidos nas inspeções, contendo informações coletadas, avaliação da situação encontrada e das recomendações; acompanhamento do desempenho econômico-financeiro e operacional das concessionárias, frente às metas e às demais exigências contratuais; elaboração de normas e portarias; pesquisa do nível de satisfação da clientela usuária do serviço de transporte ferroviário de carga, de acordo com o estabelecido na Resolução nº 44/ANTT de 12 de julho de 2002; aplicação de critério de desempenho operacional das empresas concessionárias do serviço de transporte ferroviário de carga das malhas originárias da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. <i>Finalidade:</i> Assegurar aos usuários a qualidade e a segurança na prestação dos serviços ferroviários de cargas, mediante a verificação do cumprimento das cláusulas contratuais e dos editais previstos nos contratos com as empresas concessionárias.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

5E83	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis - Palmas - no Estado do Tocantins
<i>Descrição:</i> Construção de trecho ferroviário, totalizando 504 km de extensão, entre Aguiarnópolis/TO e Palmas/TO, envolvendo obras de engenharia e serviços como desapropriações, compensações ambientais, sítios arqueológicos, supervisão e gerenciamento. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar uma via econômica de escoamento à produção da região, com possibilidade de integração aos demais modais de transporte, mediante a garantia das operacionalizações do trecho construído dentro dos padrões tecnicamente estabelecidos de segurança e confiabilidade.	
869U	Fiscalização de Bens Operacionais e Gestão dos Contratos de Arrendamento das Malhas Ferroviárias
<i>Descrição:</i> Fiscalização dos ativos operacionais transferidos às concessionárias tais como: material rodante, via permanente, pátios, oficinas, vagões e outros, visando o cadastro, acompanhamento e a gestão dos bens arrendados. <i>Finalidade:</i> Fiscalizar os bens operacionais e realizar a gestão dos contratos de arrendamento das malhas ferroviárias.	
2073	Transporte Hidroviário
108U	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Monte Alegre - no Estado do Pará
<i>Descrição:</i> Construção do terminal de passageiros/cargas, constituído de um muro de contenção de margens, uma rampa para atracação de embarcações, pátio, estação de passageiros e estacionamento para veículos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Construir infra-estrutura portuária do Município de Monte Alegre no Estado do Pará, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.	
110S	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia dos Rios Paraná e Paraguai
<i>Descrição:</i> Dragagem de 1,75 milhões de m3 para uma extensão de 10 km no Rio Paraguai e derrocamento de 12 mil m3 para uma extensão de 3 km no Rio Paraná. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir a navegabilidade durante todo o ano na hidrovia, de modo a permitir o escoamento de grãos por meio de barcas que atravessariam 3,4 mil quilômetros dos rios Paraguai e Paraná entre Cáceres (MT), Foz do Rio Apa (MS) e Nueva Palmira, no Uruguai, sendo 1.270 quilômetros apenas em território brasileiro dos rios Paraná e Paraguai.	
112R	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Barreirinha - no Estado do Amazonas
<i>Descrição:</i> Construção de terminal portuário no rio Envira (afluente do rio Amazonas), constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Barreirinha no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.	
112S	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Boa Vista do Ramos - no Estado do Amazonas
<i>Descrição:</i> Construção de terminal portuário no rio Amazonas, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Boa Vista do Ramos no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.	
112T	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Itapiranga - no Estado do Amazonas
<i>Descrição:</i> Construção de terminal portuário no rio Amazonas, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Itapiranga no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.	
112U	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Careiro da Várzea - no Estado do Amazonas
<i>Descrição:</i> Construção de terminal portuário no rio Solimões, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Careiro da Várzea no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.	
112W	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Codajás - no Estado do Amazonas
<i>Descrição:</i> Construção de terminal portuário no rio Solimões, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Codajás no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

112Z	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Beruri - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Construção de terminal portuário no rio Purus, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Beruri no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.</i>	
113A	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Tapauá - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Construção de terminal portuário no rio Purus, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Tapauá no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.</i>	
113B	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Canutama - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Construção de terminal portuário no rio Purus, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Canutama no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.</i>	
113D	Construção de Terminal Fluvial - no Município de São Gabriel da Cachoeira - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Construção de terminal portuário no rio Negro, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Dotar de infra-estrutura portuária o Município de São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.</i>	
113E	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Guajará - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Construção de terminal portuário no rio Juruá, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Guajará no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.</i>	
113F	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Ipixuna - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Construção de terminal portuário no rio Juruá, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Ipixuna no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.</i>	
113G	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Itamarati - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Construção de terminal portuário no rio Juruá, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Itamarati no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.</i>	
113H	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Carauari - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Construção de terminal portuário no rio Juruá, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Carauari no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.</i>	
114E	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Iranduba (Solimões) - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Construção de terminal portuário no rio Solimões, constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Iranduba no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

127G	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte
<i>Descrição: Construção de terminais portuários, constituídos de um cais onde será feita a acostagem das embarcações e área de retroporto. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Dotar de infra-estrutura portuária municípios localizados na Região Amazônica, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.</i>	
12HL	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Madeira - na Região Norte
<i>Descrição: Obras de dragagem, derrocamento, destocamento, alargamento de vão de pontes, sinalização e balizamento entre as cidades de Porto Velho/RO e Itacoatiara/AM. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Garantir a navegação durante todo o ano, visando incremento no transporte de grãos e cargas gerais, além de possibilitar às populações ribeirinhas e de Porto Velho, segurança nos deslocamentos, maior eficiência produtiva, além de redução na desigualdade regional.</i>	
12HY	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tapajós - no Estado do Pará
<i>Descrição: Obras de dragagem, derrocamento, sinalização e balizamento (Trecho entre Santarém e São Luis do Tapajós). Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Ampliar a capacidade de navegação da região, de forma a melhorar o escoamento da produção agropecuária em um dos mais importante pólo de produção do Brasil.</i>	
12IO	Modernização do Porto de Porto Velho - no Estado de Rondônia
<i>Descrição: Melhorias e modernização do porto de Porto Velho/RO, através da aquisição de equipamentos e execução de obras civis e navais, tais como construção de novas áreas de atracação, melhoria da condição de armazenagem e das vias internas do Porto. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Propiciar melhoria operacional ao terminal, em função das intervenções de ampliação da capacidade da hidrovia do Madeira, e maior agilidade na movimentação das cargas destinadas ao atendimento às obras de construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.</i>	
12J1	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do São Francisco
<i>Descrição: Realizar serviços de dragagem, derrocamento, alargamento de vãos de pontes, sinalização, balizamento, instalação de rede telemétrica e implantação de modelo de previsão e simulação de níveis e calados no trecho compreendido entre o Município de Juazeiro e a Divisa do Estado da Bahia com o Estado de Minas Gerais. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Reduzir o custo do transporte entre as Regiões Sudeste e Nordeste e otimizar o escoamento da produção de grãos da Região Oeste da Bahia, destinados ao consumo interno e aos portos da Região Nordeste.</i>	
13LF	Adequação de Infraestrutura Portuária - no Porto de Manaus - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Aquisição de equipamentos e realização de obras na área portuária, adaptação de armazéns para terminal de passageiros, restauração de armazém para bagagens, aumento do cais, defensas, urbanização de patio, para estacionamento, passarela coberta para pedestres, e outras intervenções necessárias ao empreendimento. Envolve também a implementação da gestão ambiental do empreendimento, englobando entre outras ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Melhorar a infraestrutura do Porto de Manaus, no Estado do Amazonas, por meio da implantação de terminal de passageiros e adequação da infraestrutura de acesso terrestres e aquaviários, para maior segurança na atracação de embarcações, na operação do terminal e embarque e no desembarque de passageiros e tripulantes.</i>	
13LJ	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Amazonas
<i>Descrição: Realização de obras de dragagem, derrocamento, sinalização e balizamento, limpeza e destocamento. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Ampliar a capacidade de navegação da região, de forma a melhorar o escoamento da produção agropecuária em um dos mais importante pólo de produção do Brasil.</i>	
13LO	Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Construção de flutuantes e rampas articuladas onde atracarão as embarcações regionais, sendo que este dispositivo terá as facilidades necessárias ao controle de cargas e passageiros e proporcionando conforto ao usuários. Além disso serão realizadas de urbanização da retroárea, estacionamento, prédio de estacionamento, sistemas de controle. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Revitalização da área do porto utilizada pelos passageiros propiciando segurança e acessibilidade, incluindo suas cargas.</i>	
13M7	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Japurá - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Construção de terminal portuário público constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Japurá, no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.</i>	
13MB	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Parintins - no Estado do Amazonas
<i>Descrição: Construção de terminal portuário constituído de pátio e rampa pavimentados e cais flutuante metálico conectado à rampa, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração do terminal e armazenagem de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Parintins, no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

14KV	Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê
<i>Descrição:</i> Apoiar a implantação de melhoramentos na Hidrovia do Rio Tietê compreendendo: elaboração de estudos e projetos; execução de obras para implantação de eclusas, barragens e terminais intermodais, envolvendo a execução de obras civis e navais, bem como aquisição de equipamentos; e realização de serviços de manutenção do canal de navegação, alargamentos de vãos, proteção de pilares de pontes, retificação de canais, derrocamento de pedrais, dragagens de manutenção e de aprofundamento, melhorias em eclusas e implementação de gestão ambiental, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento de licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover a eficiência e efetividade nos fluxos de transportes hidroviários na região do Estado de São Paulo.	
1D52	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Eirunepé - no Estado do Amazonas
<i>Descrição:</i> Construção de terminal portuário, constituído de um pátio e rampa pavimentada e por um cais flutuante metálico conectado a rampa, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração do terminal e armazenagem de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Eirunepé, no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle na fiscalização.	
1D54	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Manicoré - no Estado do Amazonas
<i>Descrição:</i> Construção de terminal portuário constituído de uma área de manobra, estacionamento com um pátio, rampa pavimentada, uma guarita e por um cais flutuante metálico, onde será feita a acostagem das embarcações. Na área de retroporto serão construídas edificações para a administração e armazém de cargas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Dotar de infra-estrutura portuária o Município de Manicoré, no Estado do Amazonas, para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros, da navegação fluvial interior e maior controle quanto à fiscalização.	
20LN	Manutenção e operação dos Terminais Hidroviários na Região Amazônica
<i>Descrição:</i> Manutenção da infraestrutura, inclusive as edificações de apoio à operação portuária, gestão e operação do parque portuário, dos equipamentos de carga e descarga, da carga e descarga das embarcações, e dos terminais de passageiros. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir as atividades de manutenção operações dos terminais, de acordo com as suas características técnicas originais, proporcionando maior segurança e eficiência aos seus operadores.	
20LO	Manutenção e operação das Eclusas
<i>Descrição:</i> Operação e manutenção dos equipamentos elétricos, eletrônicos, mecânicos, e naval e da estrutura civil e naval dos sistemas de transposição. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir as atividades de manutenção e operação das eclusas, de acordo com as suas características técnicas originais, proporcionando maior segurança e eficiência aos seus operadores.	
7M52	Melhoramentos no Canal de Navegação do Corredor do Mercosul
<i>Descrição:</i> Manutenção da Sinalização Náutica, Derrocamento de pedrais, Dragagens de Manutenção no Canal Navegável, Recuperação de margens degradadas e Melhoramentos das estruturas de atracação, embarque e desembarque. Esse corredor conecta os municípios de Cachoeira do Sul e Estrela a Santa Vitória do Palmar. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir a navegabilidade durante todo o ano na hidrovia do Mercosul.	
2074	Transporte Marítimo
10NP	Adequação de Instalações de Acostagem e Movimentação e Armazenagem de Cargas no Porto de São Francisco do Sul (SC)
<i>Descrição:</i> Construção do Berço 401 do Porto de São Francisco do Sul (SC), com comprimento de 280 metros, para atracação de navios com 75.000 DWT, na classe 5000 TEU's, boca 39,30m, com uma retroárea para armazenagem de 33.640m². <i>Finalidade:</i> Construir o Berço 401 no Porto de São Francisco do Sul (SC), cuja obra resultará na duplicação da capacidade operacional para a movimentação de carga geral, produzindo relevante impacto na geração de empregos e desenvolvimento econômico da região. Promover a reorganização de toda a área operacional do porto, aumentando a eficiência nas operações de contêineres, granel e carga solta (produtos siderúrgicos).	
10OK	Dragagem de Aprofundamento dos Berços Internos dos Píeres 102, 202 e 302 do Porto de Vila do Conde (PA)
<i>Descrição:</i> Dragagem de aprofundamento de área contígua aos berços internos dos píeres 102, 202 e 302 do Porto de Vila do Conde. <i>Finalidade:</i> Possibilitar a realização de manobras de embarcações nos berços internos dos píeres, viabilizando as obras de execução do píere 400 e utilização dos berços intenos 202 e 302 e o futuro 402, como também, as manobras para atracação de balsas na rampa roll on roll off.	
11HG	Implantação de Sistema de Defensas, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
<i>Descrição:</i> Proteção do paramento do cais. <i>Finalidade:</i> Dotar o Porto do Rio de Janeiro de melhores condições para atracação dos navios e proteção do paramento do cais.	
11WH	Estudos e Projetos para Construção do Terminal de Múltiplo Uso, no Porto de Vila do Conde (PA)
<i>Descrição:</i> Construção de 2 Píeres de 50mx300m cada, com profundidade de 20m (externo) e 18m (interno). Construção de ponte de acesso com aproximadamente 1.300m, com rede de serviços e utilidades, dois cais de barcas com dolins de atracação, além de pavimentação das vias internas, construção de duas novas portarias e de um complexo administrativo portuário. <i>Finalidade:</i> Integrar uma logística de transporte aquaviário com a consolidação do eixo Marabá/Tucuruí/Vila do Conde, combinando os projetos da Usina Siderúrgica de Marabá, a transposição pela eclusa de Tucuruí, o beneficiamento da hidrovia do Tocantins e o Terminal de Múltiplo Uso, para importação e exportação de cargas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

11X0	Ampliação do Pier Principal, Alargamento do Berço 302 e Duplicação da Ponte de Acesso, no Porto de Vila do Conde (PA)
<i>Descrição:</i> Construção do Pier 400, com 52 metros de largura e 254 metros de comprimento com dois berços - 401 (externo) e 402 (interno), alargamento do Berço 302 em mais 19 metros, dos atuais 33 metros para 52 metros e duplicação da atual ponte de acesso aos Pieres 100, 200, 300 e 400. <i>Finalidade:</i> Construir pier de modo a facilitar e aumentar a capacidade operacional do Porto de Vila do Conde. Atender a demanda de navios para o porto em virtude de congestionamento dos berços de atracação, provocando o pagamento de "demurrage" em virtude do tempo de espera para atracação.	
11XC	Recuperação do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba (SC)
<i>Descrição:</i> Recuperação estrutural do molhe de abrigo, compreendendo o trecho entre as estacas 36 a 100, perfazendo 640m de extensão, incluindo o cabeço do molhe. <i>Finalidade:</i> Executar obras para manter as instalações em condições de uso, proporcionando acesso aquaviário com condições de segurança para a entrada e saída de embarcações, considerando que a estrutura do molhe se encontra danificada, comprometendo, inclusive, a capacidade de movimentação de cargas.	
122A	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
<i>Descrição:</i> 1) Dragagem de aprofundamento da cota de -10,0/-13,3m para -13,5/-15,5m com alargamento do canal de acesso e da bacia de evolução para adequar as instalações do porto de Rio de Janeiro ao porte da frota de novas embarcações que frequentam os portos brasileiros para a realização do comércio internacional, além da realização dos serviços de fiscalização desta obra, bem como a execução dos procedimentos legais de licenciamento ambiental. Meta: Dragar 4.000 mil m³. 2) Dragagem de aprofundamento e alargamento no canal de acesso ao Porto do Rio de Janeiro para permitir o cruzamento de embarcações de entrada e saída, fiscalização da execução desta obra e execução dos respectivos procedimentos legais de licenciamento ambiental. Meta: Dragar 1.500 mil m³. <i>Finalidade:</i> Adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução, de sorte a facilitar o tráfego e manobras das embarcações que frequentam o porto e, assim, agilizar as operações, o que representará ganhos operacionais que se traduzem em aumento de arrecadação pelo aumento da produtividade e eficácia portuária.	
122H	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE)
<i>Descrição:</i> 1) Dragagem de aprofundamento da cota de -15,0m para -20,0m com alargamento do canal de acesso externo para adequar as instalações do porto de Suape ao porte da frota de novas embarcações que frequentam os portos brasileiros para a realização do comércio internacional. Meta: Dragar 4.800 mil m³. 2) Dragagem de implantação de canal de acesso, bacia de manobras, canal de aproximação do braço sul e do canal de aproximação do braço norte, para acesso ao Estaleiro Atlântico Sul, localizado na Ilha de Tatuoca. Meta: Dragar 3.300 mil m³. 3) Dragagem de implantação de canal de acesso e bacia de manobras para acesso ao Estaleiro Promar. Meta: Dragar 4.051 mil m³. <i>Finalidade:</i> Adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso, de sorte a comportar a operação das embarcações que frequentam o porto.	
122I	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES)
<i>Descrição:</i> Dragagem de aprofundamento da cota de -11,4m para -14,0m com alargamento do canal de acesso e da bacia de evolução para adequar as instalações do porto de Vitória ao porte da frota de novas embarcações que frequentam os portos brasileiros para a realização do comércio internacional, além da realização dos serviços de fiscalização desta obra, bem como a execução dos procedimentos legais de licenciamento ambiental. Meta: Dragar 3.500 mil m³. <i>Finalidade:</i> Adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução, de sorte a comportar a operação e manobras das embarcações que frequentam o porto.	
122K	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Imbituba (SC)
<i>Descrição:</i> Dragagem de aprofundamento da cota de -12,5m para -15,0m/-15,5m/-17,0m para adequar as instalações do porto de Imbituba ao porte da frota de novas embarcações que frequentam os portos brasileiros para a realização do comércio internacional. Meta: Dragar 4.700 mil m³. <i>Finalidade:</i> Adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução, de sorte a comportar a operação e manobras das embarcações que frequentam o porto.	
122L	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)
<i>Descrição:</i> 1) Dragagem de aprofundamento da cota de -14,5m para -17,1m com alargamento do canal de acesso para adequar as instalações do porto de Itaguaí ao porte da frota de novas embarcações que frequentam os portos brasileiros para a realização do comércio internacional, além da realização dos serviços de fiscalização desta obra, bem como a execução dos procedimentos legais de licenciamento ambiental. Meta: Dragar 4.700 mil m³. 2) Dragagem e derrocamento na área do porto de Itaguaí visando aprofundamento do canal de acesso principal, da Rota Preferencial entre as ilhas Guaíba e Marambaia, no município de Mangaratiba, de -14,0m para -20,0m de profundidade, além dos serviços de fiscalização desta obra, bem como a execução dos procedimentos legais de licenciamento ambiental. Meta: Dragar 4.000 mil m³. 3) Dragagem e derrocamento na área do porto de Itaguaí visando aprofundamento de -14,0m para -20,0m e retificação do canal entre as ilhas das Cabras e de Itacuruçá, além da realização dos serviços de fiscalização desta obra, bem como a execução dos procedimentos legais de licenciamento ambiental. Meta: Dragar 7.000 mil m³. <i>Finalidade:</i> Adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso, de sorte a comportar a operação das embarcações que frequentam o porto.	
122O	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)
<i>Descrição:</i> Dragagem de aprofundamento das cotas de -15 / -14 / -13 / -11 / -11 metros para -16 / -15 / -15 / -14,5 / -14,5 / -14,5 metros (áreas Alfa, Bravo Uno e Dois, e Charlie Uno, Dois e Três, respectivamente) com alargamento do canal de acesso e da bacia de evolução para adequar as instalações do porto de Paranaguá ao porte da frota de novas embarcações que frequentam os portos brasileiros para a realização do comércio internacional. Meta: Dragar 5.300 mil m³. <i>Finalidade:</i> Adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução, de sorte a comportar a operação das embarcações que frequentam o porto	
122T	Estudos e Projetos de Infraestrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos (SP)
<i>Descrição:</i> Plano de Desenvolvimento de Infra-Estrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos. <i>Finalidade:</i> Elaborar estudos para implantação de novo acesso rodoviário ao Porto de Santos, considerando as interfaces com os novos terminais em instalação na região da Alamoia/Saboó (BTP e Teval) - Mergulhão.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

122X	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado
<i>Descrição:</i> O Projeto será levado a efeito em três ações: 1. Desenvolvimento, processamento e operacionalização do Concentrador de Dados Portuários; 2. Acompanhamento e assessoramento de natureza científico-tecnológica à gestão e à homologação do Sistema Concentrador de Dados Portuários; 3. Desenvolvimento, hospedagem e implantação do Portal de Informações Portuárias. O Portal das Informações Portuárias será a Janela Única, o meio através do qual serão acessados, via Internet, os sistemas que constituem o Projeto Porto Sem Papel e a estatística portuária, além de outros subsistemas decorrentes. Desenvolvimento e implantação do sistema de avaliação de desempenho (indicadores). <i>Finalidade:</i> Desenvolver e Implantar sistemas informatizados nos processos portuários (Porto sem Papel), que permitirá a integração dos órgãos governamentais fiscalizadores, propiciará o fornecimento das informações através de acesso único - Janela Única Portuária, promoverá a redução dos tempos gastos nas autorizações e liberações das operações de navios e da movimentação de mercadorias, racionalizará os procedimentos e reduzirá os custos decorrentes, além de facilitar um permanente acompanhamento estatístico das informações portuárias, sem prejuízo dos controles governamentais com vistas à defesa dos interesses nacionais.	
122Z	Construção do Berço 108 no Porto de Itaquí (MA)
<i>Descrição:</i> Construção de instalação de acostagem, composta de uma plataforma com 45m de comprimento e 38m de largura, 4 dolphins de atracação, 3 dolphins de amarração e ponte de acesso do Berço 106 à plataforma. <i>Finalidade:</i> Permitir a atracação de embarcação de até 91.671 toneladas por porte bruto (TPB), acarretando um aumento no desempenho operacional do porto, como consequente aumento na arrecadação tarifária.	
128N	Recuperação dos Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande (RS)
<i>Descrição:</i> Execução de obras e serviços de recuperação dos molhes, com lançamento de blocos de rochas, no volume de 131.063,55 m³, na parte antiga dos molhes. <i>Finalidade:</i> Executar obras e serviços de proteção necessários para o restabelecimento da cota do leito marinho, de modo a garantir a estabilidade da estrutura existente.	
12DG	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Canal das Flechas (RJ)
<i>Descrição:</i> Execução da dragagem do canal das Flechas para aprofundar os canais de acesso interno e externo para as cotas de -7,00m e -7,50m, respectivamente, numa extensão total aproximada de 2.400m, para viabilizar a implantação de instalações portuárias dedicadas às atividades de apoio portuário para o suprimento de plataformas de petróleo e de reparo e construção de navios de apoio off-shore. <i>Meta:</i> Dragar 2.200 mil m³. <i>Finalidade:</i> Adequar a profundidade e a geometria do acesso aquaviário, de forma a comportar a operação e manobras das embarcações que frequentam o porto, dedicadas às atividades de apoio portuário para o suprimento de plataformas de petróleo e de reparo e construção de navios de apoio off-shore.	
12JQ	Implantação do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Recife (PE)
<i>Descrição:</i> Elaboração de projetos, EVTEA e licenças ambientais, aquisição de equipamentos e execução de obras para implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, urbanização e pavimentação de acessos terrestres e estacionamento nas áreas portuárias. <i>Finalidade:</i> O investimento objetiva garantir leitos em navios para a COPA 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de infraestruturas de acessos marítimo e terrestre, para atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios	
12K7	Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí (SC)
<i>Descrição:</i> Obra de engenharia para alinhamento e reforço do berço 4, com comprimento de 250 m. <i>Finalidade:</i> Alinhar o berço 4, que ficará desalinhado da nova estrutura do cais que está sendo reconstruída após a enchente - ocorrida no mês de novembro de 2008 - que ocasionou sérios danos em parte do cais do Porto de Itajaí. O alinhamento do berço 4 servirá de reforço do mesmo. <i>Reforçar o cais para adequá-lo à atracação de navios de grande porte.</i>	
12KP	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
<i>Descrição:</i> Implantação de modelo em parceria com os setores público (interveniente no processo portuário) e privado (operadores logísticos e embarcadores), garantindo o acesso às tecnologias selecionadas no projeto, bem como a troca de informações sobre o rastreamento e condições especiais na movimentação de cargas para as empresas que aderirem às recomendações. <i>Finalidade:</i> Compartilhar informações e promover a integração institucional, com vistas a obter maior eficiência na cadeia logística portuária, de modo a minimizar as interrupções do fluxo físico ao longo da cadeia produtiva.	
12KQ	Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
<i>Descrição:</i> Desenvolver, adquirir e implantar, nas Autoridades Portuárias, sistemas padronizados que darão apoio à execução, ao controle, à supervisão, ao acompanhamento e às tomadas de decisões dos dirigentes das companhias docas e de autoridades portuárias, nas ações de sua competência regimental, que dizem respeito às atividades Meio e Fim da instituição. Não há padronização nos atuais sistemas de apoio utilizados para controlar o fluxo financeiro, de recursos humanos, de movimentação portuária, bem como para geração de informações sobre a eficiência das Companhias Docas. <i>Finalidade:</i> Otimizar o fluxo de informações indispensável à gestão da infraestrutura portuária e a uniformização de todas as unidades portuárias.	
12KR	Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios
<i>Descrição:</i> Aquisição e instalação de sistemas de monitoramento de tráfego de embarcações nos portos brasileiros, em particular do Sistema de Monitoramento de Navios (Vessel Traffic Management Information System - VTMS), sistema de gerenciamento de tráfego que emprega radares, identificadores automáticos de navios e comunicações. <i>Finalidade:</i> Monitorar o tráfego das embarcações nos portos brasileiros, reduzindo o risco de acidentes e aumentando a eficiência do fluxo de navios nos acessos portuários.	
12KS	Implantação do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em Portos Marítimos
<i>Descrição:</i> Garantir o serviço de coleta, gerenciamento, acondicionamento, tratamento e disposição final de resíduos provenientes de navios e instalações portuárias. <i>Finalidade:</i> Cumprir o estabelecido na legislação nacional e internacional vigente nas áreas ambiental, de vigilância sanitária, além de protocolos e planos específicos de contingência e demais instrumentos relativos, de forma a garantir a adequada manipulação e destinação de resíduos e assegurar a saúde pública e a qualidade ambiental portuária.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12L7	Ampliação do Terminal de Múltiplo Uso 1, no Porto de Santarém (PA)
<i>Descrição:</i> Construção de plataforma (60x185m) ligando o berço de acostagem ao retroporto e pátios de armazenamento de cargas, contemplando também o reforço do atual pier 100 e construção de rampa rodoflúvia e instalações de retroporto. <i>Finalidade:</i> Atender ao PDZ e o Programa de Arrendamento do Porto de Santarém estruturando instalações compatíveis para o terminal de contêineres. Além disso, prevê atender também as demais cargas oriundas do corredor da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e aquelas escoadas pela Hidrovia do Madeira e a futura Hidrovia do Tapajós.	
12L8	Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2, no Porto de Santarém (PA)
<i>Descrição:</i> Construção de pier com dois berços de atracação e ponte de acesso e instalações na retroárea (sistema viário, portaria de acesso ao porto e complexo administrativo portuário). <i>Finalidade:</i> Atender ao transporte regular interestadual e o internacional de passageiros (cerca de 40 navios na alta estação) sem ocasionar interrupção na operação de cargas, garantindo prioridade aos passageiros, conforme legislação internacional vigente. Atuar ainda como terminal de cargas gerais e graneis, visto que a execução da BR-163 e de trecho da BR-230 já provoca aumento no volume de cargas transportadas pelo modal rodoviário.	
12LG	Reforço Estrutural do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
<i>Descrição:</i> Reforço estrutural com colocação de estacas pranchas, confecção de novo paramento, colocação de defensas e cabeços nos berços do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro, num trecho de 1.100m de extensão <i>Finalidade:</i> Possibilitar o Porto do Rio de Janeiro de reforço estrutural nas instalações do Cais da Gamboa, para recebimento de navios de calado de -13,5m, a fim de atender a crescente demanda de exportação em navegação de longo curso.	
12LI	Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
<i>Descrição:</i> Elaboração de projetos, EVTEA e licenças ambientais, aquisição de equipamentos e execução de obras para implantação de três píeres de atracação de navios de passageiros no Porto do Rio de Janeiro. <i>Finalidade:</i> O investimento objetiva garantir leitos em navios para a COPA 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de infraestruturas de acessos marítimo e terrestre, para atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios	
12LJ	Estudos e Projetos para Implantação do Porto de Águas Profundas (ES)
<i>Descrição:</i> Projeto e Modelagem visando a concessão de Porto Concentrador de cargas. <i>Finalidade:</i> Receber navios de contêineres de última geração.	
12LK	Ampliação do Quebramar, no Porto de Salvador (BA)
<i>Descrição:</i> Ampliação da estrutura de abrigo (quebramar norte) em 405 metros, abrindo os novos berços de atracação e bacia de manobra. <i>Finalidade:</i> Viabilizar futuramente, a a implantação de um novo Terminal para Contêineres, junto ao Cais de Água de Meninos, possibilitando a ampliação do atendimento à crescente demanda de movimentação de carga containerizada.	
12LL	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Salvador (BA)
<i>Descrição:</i> Elaboração de projetos, EVTEA, licenças ambientais, aquisição de equipamentos e execução de obras para adaptação de Armazém para implantação de Terminal Marítimo de Passageiros. <i>Finalidade:</i> O investimento objetiva garantir leitos em navios para a COPA 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de infraestruturas de acessos marítimo e terrestre, para atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios.	
12LM	Construção de Terminal de Contêineres, no Porto de Fortaleza (CE)
<i>Descrição:</i> Demolição de armazém e construção de novo armazém para carga geral (com 6.000m²), contemplando também a adequação da pavimentação do pátio (150.000m²) e o derrocamento do berço 103 para a cota -13m. <i>Finalidade:</i> Dar continuidade à modernização do Porto de Fortaleza, gerando assim ganhos de produtividade, e redução dos custos operacionais, do tempo de atracação e de espera.	
12LN	Construção do Berço 4, no Porto de Natal (RN)
<i>Descrição:</i> Construção do Berço 4 (152,00 m) em complementação a berço existente de apenas 140,00 m, ampliando assim a extensão total do cais; aterro e pavimentação de retroárea com 5.200 m² e pavimentação de retroárea externa com 7.000m², com a incorporação da área ocupada pela "Comunidade do Maruim" em fase de relocação pela municipalidade e cuja transferência de posse está sendo processada para o Porto de Natal. <i>Finalidade:</i> Ampliar o do cais do porto, em decorrência do aumento da frequência de navios, tornando efetiva a utilização do berço existente que passará a 292,00 m (140,00 + 152,00 m) permitindo sua utilização como berço multiuso (hoje sua dimensão impede o uso para embarcações maiores) e adequando-o também à recepção e embarque de combustíveis.	
12LO	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Fortaleza (CE)
<i>Descrição:</i> Elaboração de projetos, EVTEA e licenças ambientais, aquisição de equipamentos e execução de obras para implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, cais de atracação, e infraestrutura de acesso e estacionamento e pátio. <i>Finalidade:</i> O investimento objetiva garantir leitos em navios para a COPA 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de infraestruturas de acessos marítimo e terrestre, para atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios.	
12LP	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal (RN)
<i>Descrição:</i> Elaboração de projetos, EVTEA, licenças ambientais, equipamentos e obras para adaptação do antigo Frigorífico e Galpão para Terminal Marítimo de Passageiros e aumento de cais e urbanização de área portuária. <i>Finalidade:</i> O investimento objetiva garantir leitos em navios para a COPA 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de infraestruturas de acessos marítimo e terrestre, para atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios.	
12LQ	Reforço de Cais para Aprofundamento dos Berços entre os Armazéns 12 e 23, no Porto de Santos (SP)
<i>Descrição:</i> Restauração e reforço das estruturas existentes com reforços em "jet-grouting" para 15 m, em cais públicos de acostagem. <i>Finalidade:</i> Dotar os cais existentes de infraestrutura adequada a receber navio de maior calado, propiciando maior movimentação de carga e ganho de escala.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12LR	Adequação do Cais para Terminal de Passageiros, no Porto de Santos (SP)
<i>Descrição:</i> Elaboração de projetos, EVTEA e licenças ambientais, aquisição de equipamentos e execução de obras para alinhamento de cais e vias portuárias de acesso ao Terminal Marítimo de Passageiros. <i>Finalidade:</i> O investimento objetiva garantir leitos em navios para a COPA 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de infraestruturas de acessos marítimo e terrestre, para atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios.	
12LS	Construção de 2 Pieres de Atracação e de Ponte de Acesso no Terminal da Alamoia, no Porto de Santos (SP)
<i>Descrição:</i> Execução de novos píeres abertos, com infraestrutura de utilidades e defensas de atracação. <i>Finalidade:</i> Melhorar o atendimento a navios de granel líquido, e ampliar a capacidade do porto, pelo aumento da oferta de possibilidade de atracação de navios de granel líquido, necessário face às elevadas taxas de ocupação atuais (acima de 85%).	
12NJ	Reforço do Pier de Acostagem no Terminal da Alamoia, no Porto de Santos (SP)
<i>Descrição:</i> xxxxxxxxxxxxxxx <i>Finalidade:</i> Reforço do Pier de acostagem no terminal da Alamoia no Porto de Santos (SP).	
12NK	Reforço dos Berços de Atracação da Ilha de Barnabé, no Porto de Santos (SP)
<i>Descrição:</i> xxxxx <i>Finalidade:</i> Reforço dos berços de atracação da Ilha de Barnabé no Porto de Santos (SP).	
12Y0	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Maceió (AL)
<i>Descrição:</i> Dragagem de aprofundamento do segundo berço (externo) do Terminal de Granéis Líquidos (TGL), da cota de -5,0m para a cota de -10,5m, e do canal de acesso e bacia de evolução do porto, da cota de -9,0m/-10,0m para a cota de -10,5m, possibilitando a atracação e operação simultânea de dois navios no TGL e a atracação de navios de maiores calados no terminal açucareiro e no cais comercial. Meta: Dragar 1.300 mil m³. <i>Finalidade:</i> Adequar a profundidade e a geometria do acesso aquaviário, de forma a comportar a operação e manobras das embarcações que frequentam o porto.	
12Y1	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Areia Branca (RN)
<i>Descrição:</i> 1) Execução da dragagem de aprofundamento do canal de acesso ao Porto Ilha, para a cota de -15m, para adequar as instalações do porto de Areia Branca ao porte da frota de novas embarcações que frequentam os portos brasileiros para a realização do comércio internacional. Meta: Dragar 5.200 mil m³. 2) Execução da dragagem de aprofundamento do canal de acesso às salinas, para a cota de -3m. Meta: Dragar 3.200 mil m³. <i>Finalidade:</i> Adequar a profundidade e a geometria do acesso aquaviário, de forma a comportar a operação e manobras das embarcações que frequentam o porto.	
138M	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios no Porto de Itajaí (SC)
<i>Descrição:</i> Realinhamento do molhe norte com 350m de extensão, que consiste na mudança de inflexão do molhe para aumentar a largura do canal de navegação com a execução de obra de derrocagem novo enrocamento conforme nova configuração de projeto. <i>Finalidade:</i> Aumentar a segurança das embarcações no acesso ao canal interno do complexo portuário de Itajaí (SC).	
138O	Adequação das Instalações do Terminal Portuário do Pecém (CE)
<i>Descrição:</i> - Construção do novo Quebra-Mar com dois tramos totalizando 2.640m, sendo 980m no sentido norte-sul e 1660m no sentido leste-oeste. - Construção de 02 berços com extensão total de 770m. - Construção de 02 berços do TMUT - Construção de 01 berço com extensão total de 300m e retroárea com 34.500m² - Construção de 01 pier com 02 berços e extensão total de 388m e construção de 03 berços na área contígua ao novo Quebra-Mar com extensão total de 806m. <i>Finalidade:</i> Dotar o Porto da infraestrutura necessária e adequada ao atendimento das cargas provenientes da instalação de refinaria e siderúrgica no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, além de movimentar a carga projetada para a ferrovia Transnordestina.	
138S	Construção de Cais e Terminal de Granéis Sólidos na Ilha de Cocaia no Porto de Suape (PE)
<i>Descrição:</i> Construção de terminal e cais com capacidade para atracação de navio de grande porte para carga e descarga de graneis sólidos, bem como execução de respectiva dragagem de aprofundamento. <i>Finalidade:</i> Construir cais e terminal na ilha de Cocaia com vistas a dotar o Porto de Suape/PE de infraestrutura capaz de receber navios de atribuir o fluxo de cargas e descarga em especial o acréscimo de graneis sólidos e minérios.	
138T	Estudos e Projetos para Implantação da Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas Companhias Docas
<i>Descrição:</i> Análise de processos, integração de sistemas por meio de soluções do tipo ERP (Economic Resources Planning), tais como RH, Controladoria, Gestão de Contratos, Projetos e Obras, dentre outros. <i>Finalidade:</i> Modernizar a gestão das Companhias Docas vinculadas à SEP (CODESP, CDRJ, CODEBA, CODESA, CODERN, CDC e CDP).	
138U	Implantação da Zona de Atividade Logística do Porto de Santos (SP)
<i>Descrição:</i> Realização de investimentos públicos necessários para o desenvolvimento de projeto executivo, desapropriação de terreno, implantação de infraestrutura necessária, construção e adequação dos acessos terrestre e hidroviário que ligam a ZAL ao porto e disponibilização de serviços públicos essenciais à área logística. <i>Finalidade:</i> A implantação de uma plataforma logística multimodal no entorno do maior porto brasileiro tem a finalidade de tornar o país mais competitivo internacionalmente, aumentando a eficiência da integração dos diversos modais de transporte e, consequentemente, reduzir os custos de distribuição, os custos financeiros, os preços e aumentando a produtividade, a qualidade dos serviços e a capacidade de atrair e manter novas empresas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

138Y	Implantação de Dispositivos de Controle de Saúde em Portos Organizados Marítimos
<i>Descrição:</i> Implantação de infraestrutura complementar (obras, equipamentos e capacitação) para o programa de controle de pandemias e vetores nos Portos Organizados Marítimos. <i>Finalidade:</i> Assegurar a implantação e operação de instrumentos de controle de entrada e disseminação de vírus nos portos, vetores na operação e monitoramento da qualidade de saúde do trabalhador.	
142Z	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Fortaleza (CE)
<i>Descrição:</i> Recuperação de cais, recuperação de píer e armazéns/pátios de estocagem. <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações de acostagem (Cais, píeres, dársenas, dolfins, dentre outras) e as instalações de movimentação e armazenagem de cargas (guindastes, esteiras, dutos, silos, armazéns, retroáreas, etc) de modo a tornar a infraestrutura portuária mais eficiente.	
143A	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Fortaleza (CE)
<i>Descrição:</i> Instalações adequadas <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações gerais e de suprimentos do porto.	
143B	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Vitória (ES)
<i>Descrição:</i> Recuperação e ampliação de cais, alargamento de área de manobra, construção de pátio de estocagem. <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações de acostagem (Cais, píeres, dársenas, dolfins, dentre outras) e as instalações de movimentação e armazenagem de cargas (guindastes, esteiras, dutos, silos, armazéns, retroáreas, etc) de modo a tornar a infraestrutura portuária mais eficiente.	
143D	Construção de Cais na Região dos Dolphins do Atalaia, no Porto de Vitória (ES)
<i>Descrição:</i> Construção de cais contínuo com 270m e área primária de 10.000 m². <i>Finalidade:</i> A CODESA precisa readequar a logística de movimentação de algumas cargas no Porto de Vitória, tais como: granéis sólidos e líquidos, açúcar e rochas ornamentais. O que está ocorrendo é que no Cais Comercial, está aumentando muito os movimentos das cargas ligadas a indústria do petróleo e gás e isso está fazendo com que alguns movimentos de cargas cativas do porto, migrem para outros portos. Construindo um novo berço na região dos Dolphins do Atalaia, a CODESA poderá acomodar esses movimentos, com ainda mais eficiência. Desta forma, as atividades mais ligados a indústria do petróleo ficarão restritas ao Cais Comercial.	
143F	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vitória (ES)
<i>Descrição:</i> Recuperação de vias internas de circulação rodoviárias e perimetrais portuárias. <i>Finalidade:</i> Adequar as Instalações de Circulação Rodoviária e Ferroviária do Porto	
143G	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Vitória (ES)
<i>Descrição:</i> Recuperação de prédios administrativos. Recuperação de instalações de segurança. Recuperação de instalações de água, esgoto, energia elétrica e etc. <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações gerais do porto. Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.)	
143I	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Salvador (BA)
<i>Descrição:</i> Recuperação de cais, recuperação de píer e armazéns/pátios de estocagem. <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações de acostagem (Cais, píeres, dársenas, dolfins, dentre outras) e as instalações de movimentação e armazenagem de cargas (guindastes, esteiras, dutos, silos, armazéns, retroáreas, etc) de modo a tornar a infraestrutura portuária mais eficiente.	
143J	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Aratu (BA)
<i>Descrição:</i> Recuperação de cais, recuperação de píer e armazéns/pátios de estocagem. <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações de acostagem (Cais, píeres, dársenas, dolfins, dentre outras) e as instalações de movimentação e armazenagem de cargas (guindastes, esteiras, dutos, silos, armazéns, retroáreas, etc) de modo a tornar a infraestrutura portuária mais eficiente.	
143L	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA)
<i>Descrição:</i> Recuperação de vias internas de circulação rodoviárias, ferroviárias e perimetrais portuárias <i>Finalidade:</i> Adequar as Instalações de Circulação Rodoviária e Ferroviária do Porto	
143O	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Salvador (BA)
<i>Descrição:</i> Recuperação de quebra-mares, recuperação e instalação de defensas e melhorias na sinalização náutica <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações de proteção à atracação e operação de navios através da execução de obras de abrigo portuário, instalação de defensas e sinalização náutica	
143Q	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Aratu (BA)
<i>Descrição:</i> 3) Recuperação de quebra-mares, recuperação e instalação de defensas e melhorias na sinalização náutica <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações de proteção à atracação e operação de navios através da execução de obras de abrigo portuário, instalação de defensas e sinalização náutica	
143R	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Ilhéus (BA)
<i>Descrição:</i> Recuperação de quebra-mares, recuperação e instalação de defensas e melhorias na sinalização náutica <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações de proteção à atracação e operação de navios através da execução de obras de abrigo portuário, instalação de defensas e sinalização náutica	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

143S	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Salvador (BA)
<i>Descrição: Recuperação de prédios administrativos. Recuperação de instalações de segurança. Recuperação de instalações de água, esgoto, energia elétrica e etc. Finalidade: Adequar as instalações gerais do porto. Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.).</i>	
143U	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Ilhéus (BA)
<i>Descrição: Recuperação de prédios administrativos. Recuperação de instalações de segurança. Recuperação de instalações de água, esgoto, energia elétrica e etc. Finalidade: Adequar as instalações gerais do porto. Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.).</i>	
143V	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Aratu (BA)
<i>Descrição: Recuperação de instalações de água, esgoto, energia elétrica e etc. Finalidade: Adequar as instalações gerais do porto. Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.).</i>	
143Y	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Santos (SP)
<i>Descrição: Recuperação de instalações de segurança. Recuperação de instalações de água, esgoto, energia elétrica e etc. Finalidade: Adequar as instalações gerais do porto. Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.).</i>	
144A	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Terminal de Miramar (PA)
<i>Descrição: Ampliação, Modernização de tubulações de transporte de combustíveis, recuperação do píer 200, construção de dolphins. Finalidade: Dotar o porto de melhores condições de operacionalização.</i>	
144E	Adequação de Instalações de Circulação no Terminal de Miramar (PA)
<i>Descrição: Adequar as instalações do terminal de Miramar. Finalidade: Adequar as instalações de circulação no terminal de Miramar no sentido de melhorar a sua operacionalidade.</i>	
144J	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Belém (PA)
<i>Descrição: Aquisição e instalação de defensas portuárias Finalidade: Dotar as instalações portuárias existentes e previstas de sistema de acostagem que garanta segurança às operações.</i>	
144K	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Vila do Conde (PA)
<i>Descrição: Aquisição e instalação de defensas portuárias. Finalidade: Dotar as instalações portuárias existentes e previstas de sistema de acostagem que garanta segurança às operações.</i>	
144L	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Terminal de Outeiro (PA)
<i>Descrição: Aquisição e instalação de defensas portuárias. Finalidade: Dotar as instalações portuárias existentes e previstas de sistema de acostagem que garanta segurança às operações.</i>	
144R	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Belém (PA)
<i>Descrição: Recuperação de prédios administrativos. Recuperação de instalações de segurança. Recuperação de instalações de água, esgoto, energia elétrica e etc. Finalidade: Adequar as instalações gerais do porto. Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.).</i>	
144T	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal de Miramar (PA)
<i>Descrição: Recuperação de prédios administrativos. Recuperação de instalações de segurança. Recuperação de instalações de água, esgoto, energia elétrica e etc. Finalidade: Adequar as instalações gerais do porto. Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.).</i>	
144U	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Santarém (PA)
<i>Descrição: Recuperação de instalações elétricas, hidráulicas, SPDA, dados, CFTV e combate a incêndio. Finalidade: Adequar as instalações gerais do porto. Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.).</i>	
144V	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Vila do Conde (PA)
<i>Descrição: Recuperação de prédios administrativos. Recuperação de instalações de água, esgoto, energia elétrica e etc. Finalidade: Adequar as instalações gerais do porto. Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.).</i>	
144W	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal de Outeiro (PA)
<i>Descrição: Recuperação de instalações de água, esgoto, energia elétrica, combate a incêndio e etc. Finalidade: Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.).</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

144X	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
<i>Descrição:</i> Recuperação de cais, recuperação de píer e armazéns/pátios de estocagem <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações de acostagem (Cais, píeres, dársenas, dolphins, dentre outras) e as instalações de movimentação e armazenagem de cargas (guindastes, esteiras, dutos, silos, armazéns, retroáreas, etc) de modo a tornar a infraestrutura portuária mais eficiente	
144Y	Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
<i>Descrição:</i> Recuperação de vias internas de circulação rodoviárias, ferroviárias e perimetrais portuárias <i>Finalidade:</i> Adequar as Instalações de Circulação Rodoviária e Ferroviária do Porto	
144Z	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Itaguaí (RJ)
<i>Descrição:</i> Recuperação de vias internas de circulação rodoviárias, ferroviárias e perimetrais portuárias. <i>Finalidade:</i> Adequar as Instalações de Circulação Rodoviária e Ferroviária do Porto.	
145B	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
<i>Descrição:</i> Recuperação de prédios administrativos. Recuperação de instalações de segurança. Recuperação de instalações de água, esgoto, energia elétrica e etc. <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações gerais do porto. Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.).	
145D	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ)
<i>Descrição:</i> Recuperação de prédios administrativos. Recuperação de instalações de segurança. Recuperação de instalações de água, esgoto, energia elétrica e etc. <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações gerais do porto. Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.).	
145H	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal (RN)
<i>Descrição:</i> Recuperação de prédios administrativos, instalações de segurança e construção da nova sede administrativa. <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações gerais e de suprimentos do porto de Natal. Construção da nova sede administrativa	
145U	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)
<i>Descrição:</i> Manter e adquirir equipamentos visando a manutenção da infraestrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca <i>Finalidade:</i> Manter a infraestrutura do TERSAB e GERTAB	
147D	Adequação de Instalações de Circulação do Porto de Fortaleza (CE)
<i>Descrição:</i> Recuperação de vias internas de circulação rodoviárias, ferroviárias e perimetrais portuárias <i>Finalidade:</i> Adequar as Instalações de Circulação Rodoviária e Ferroviária do Porto.	
147E	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Fortaleza (CE)
<i>Descrição:</i> Recuperação de quebra-mares, recuperação e instalação de defensas e melhorias na sinalização náutica <i>Finalidade:</i> Adequar as instalações de proteção à atracação e operação de navios através da execução de obras de abrigo portuário, instalação de defensas e sinalização náutica.	
14KJ	Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios
<i>Descrição:</i> Aquisição e instalação de sistemas de monitoramento de tráfego de embarcações nos portos brasileiros, em particular do Sistema de Monitoramento de Navios (Vessel Traffic Management Information System - VTMS), sistema de gerenciamento de tráfego que emprega radares, identificadores automáticos de navios e comunicações. <i>Finalidade:</i> Monitorar o tráfego das embarcações nos portos brasileiros, reduzindo o risco de acidentes e aumentando a eficiência do fluxo de navios nos acessos portuários.	
14KL	Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
<i>Descrição:</i> Desenvolver, adquirir e implantar, nas Autoridades Portuárias, sistemas padronizados que darão apoio à execução, ao controle, à supervisão, ao acompanhamento e às tomadas de decisões dos dirigentes das companhias docas e de autoridades portuárias, nas ações de sua competência regimental, que dizem respeito às atividades Meio e Fim da instituição. Não há padronização nos atuais sistemas de apoio utilizados para controlar o fluxo financeiro, de recursos humanos, de movimentação portuária, bem como para geração de informações sobre a eficiência das Companhias Docas. <i>Finalidade:</i> Otimizar o fluxo de informações indispensável à gestão da infraestrutura portuária e a uniformização de todas as unidades portuárias.	
14KM	Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística.
<i>Descrição:</i> Implantação de modelo em parceria com os setores público (interveniente no processo portuário) e privado (operadores logísticos e embarcadores), garantindo o acesso às tecnologias selecionadas no projeto, bem como a troca de informações sobre o rastreamento e condições especiais na movimentação de cargas para as empresas que aderirem às recomendações. <i>Finalidade:</i> Compartilhar informações e promover a integração institucional, com vistas a obter maior eficiência na cadeia logística portuária, de modo a minimizar as interrupções do fluxo físico ao longo da cadeia produtiva.	
1C66	Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - No Município de Guarujá (SP)
<i>Descrição:</i> Construção de 2,5 km na margem esquerda, contemplando 2 viadutos e duplicação da avenida Santos Dumont e melhoria nas interligações com as entradas dos terminais de Guarujá. <i>Finalidade:</i> Aumentar o quantitativo e qualitativo no sistema viário da margem esquerda do Porto de Santos, no Município de Guarujá, ordenando a logística interna do porto, separando fisicamente o trânsito urbano, diminuindo o conflito com as interferências do modal ferroviários, e melhoramento os acessos aos Terminais da região.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1C67	Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)
<i>Descrição:</i> Construção de avenida de 4,5 km, contemplando 2 viadutos de 600 m de extensão, duplicação da avenida de acesso ao porto e melhorias nas interligações com as entradas dos terminais. <i>Finalidade:</i> Aumentar o quantitativo no sistema viário de Santos, ordenando a logística interna do porto, separando fisicamente o trânsito urbano, diminuindo o conflito com as interferências do modal ferroviário na margem direita do porto (Santos).	
20B9	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - PAC
<i>Descrição:</i> Elaboração de estudos de viabilidade, de impacto ambiental, de planos de recuperação de áreas degradadas, de projetos básicos ou executivos de obras no setor portuário, além de estudos sobre serviços portuários, operação portuária, movimentação de cargas nos portos, infraestrutura e superestrutura dos portos, análise de desempenho e alternativas de inovação que permitam acompanhar a evolução das atividades portuárias, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos para o planejamento do Setor Portuário com vistas a orientar seu desenvolvimento.	
20HL	Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária
<i>Descrição:</i> Estudos e projetos para melhoria da infraestrutura portuária, projetos básicos ou executivos de obras portuárias, bem como estudos de viabilidade econômica e para exigências legais. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos e projetos para melhoria da infraestrutura portuária, bem como, elaborar estudos de viabilidade econômica e para atendimento das exigências estabelecidas por lei.	
20HM	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário
<i>Descrição:</i> Elaboração de planos, projetos e estudos de impacto ambiental, de planos de recuperação de áreas degradadas, de processos de uniformização de licenciamento ambiental, de projetos básicos ou executivos de obras ou ações no setor portuário, de áreas não-operacionais e intervenções correlatas, além de estudos sobre os serviços portuários, logística, segurança, gestão e operação portuária, análise do fluxo de armazenagem e movimentação de cargas nos portos, fomento à navegação de cabotagem, infraestrutura e superestrutura dos portos, análise de desempenho, expansão de áreas portuárias com novos portos ou terminais e alternativas de inovação que permitam acompanhar a evolução das atividades portuárias. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos para o planejamento do Setor Portuário com vistas a orientar seu desenvolvimento no âmbito ambiental, sistemas de informação, logística, segurança, operação e expansão de área portuária.	
20SJ	Estudos e Projetos para Melhoria da Infraestrutura Portuária
<i>Descrição:</i> Estudos e projetos para melhoria da infraestrutura portuária, projetos básicos ou executivos de obras portuárias, bem como estudos de viabilidade econômica e para exigências legais. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos e projetos para melhoria da infraestrutura portuária, bem como elaborar estudos de viabilidade econômica e para atendimento das exigências estabelecidas por lei.	
20SK	Estudos para Planejamento e Gestão do Setor Portuário
<i>Descrição:</i> Elaboração de planos, projetos e estudos de impacto ambiental, de planos de recuperação de áreas degradadas, de processos de uniformização de licenciamento ambiental, de projetos básicos ou executivos de obras ou ações no setor portuário, de áreas não-operacionais e intervenções correlatas, além de estudos sobre os serviços portuários, logística, segurança, gestão e operação portuária, análise do fluxo de armazenagem e movimentação de cargas nos portos, fomento à navegação de cabotagem, infraestrutura e superestrutura dos portos, análise de desempenho, expansão de áreas portuárias com novos portos ou terminais e alternativas de inovação que permitam acompanhar a evolução das atividades portuárias. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos para o planejamento do Setor Portuário com vistas a orientar seu desenvolvimento no âmbito ambiental, sistemas de informação, logística, segurança, operação e expansão de área portuária.	
3E69	Remoção de Destroços no Canal de Acesso ao Porto de Santos (SP)
<i>Descrição:</i> Retomada da retirada de destroços de um navio, que se encontra submerso no canal de acesso. <i>Finalidade:</i> Realizar a retirada de destroços de um navio que se encontra na cota prevista para a profundidade, localizado no canal de acesso, para executar a dragagem do canal de acesso e bacias de evolução e a derrocagem de pedra do canal de acesso.	
3E79	Obras de Contenção e Ampliação do Cais do Porto de Vitória (ES)
<i>Descrição:</i> Recuperação estrutural de 400 metros do cais comercial existente, alargamento do cais comercial em 20 metros x 805 metros de comprimento e em 60 metros de comprimento, além do reforço da plataforma para 10 t/m² de capacidade de carga. <i>Finalidade:</i> Ampliar a plataforma operacional dos berços, com aumento de áreas de estocagem de carga e de manobra e operação de veículos, além de aumentar a profundidade dos berços para 12,50 metros e a capacidade de carga da plataforma (10 t/m²). Com isso, objetiva-se propiciar utilização de modernos equipamentos, gerando aumento de produtividade e consequentemente da quantidade de carga movimentada e de navios atendidos.	
7376	Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ)
<i>Descrição:</i> Dragagem de, aproximadamente, 14,48 milhões de m³ promovendo o alargamento do canal de acesso principal e bacia de evolução do Porto, do trecho com 150 m para 200 m de largura e aprofundamento, do calado, de - 18 m para - 20 m. Adicionalmente, será feita a dragagem de aprofundamento do prolongamento do canal de acesso à CSA para - 17,5 m e alargamento para 170 m. <i>Finalidade:</i> Atender à necessidade de escoamento de diversos investimentos em implantação no Estado do Rio de Janeiro, tais como siderúrgicas, usinas de placas, complexo petroquímico, entre outros.	
7390	Implantação de Sistema de Sinalização Náutica, no Porto de Itaguaí (RJ)
<i>Descrição:</i> Instalação de painéis solares, sistema de iluminação a LED, indicadores de posição via satélite, dispositivo para controle do meio ambiente, suporte tecnológico (hardware, software e treinamento), período de manutenção e sobressalentes. <i>Finalidade:</i> Implantar sinalização náutica de alto desempenho e durabilidade para a segurança da navegação nos canais e bacias de evolução do acesso aquaviário.	
7L25	Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS)
<i>Descrição:</i> Construção de um cais sobre estacas avançando 10m à frente da estrutura do cais existente, dando a condição para instalar equipamentos modernos aptos a operar navios pós-panamax, e ao mesmo tempo, permitindo o aprofundamento de 30 para 40 pés, admitindo a operação de navios de maior calado. <i>Finalidade:</i> Modernizar e renovar o atual cais público no Porto Novo do Porto do Rio Grande oferecendo melhor utilização das suas instalações possibilitando um aprofundamento da bacia de evolução de 30 para 40 pés, tornando o porto público mais competitivo.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7Q62	Adequação de Instalações de Acostagem e Movimentação e Armazenagem de Cargas no Porto de Recife (PE)
Descrição: - Construção de 300m de cais envolvente aos atuais cais 7 e 8; - Construção de 340m de cais envolvente aos atuais cais 00 e 01; - Construção de 01 cais de 160m de comprimento e 10m de largura; - Recuperação e reforço estrutural de cerca de 985m de cais; - Recuperação estrutural de 800m de muro de arrimo constituído de blocos de pedra granítica, preenchimento dos vazios do aterro, recuperação das juntas de dilatação, recuperação do sistema de drenagem e recomposição do piso da faixa de cais. Finalidade: Adequar as estruturas de cais no Porto do Recife de modo ampliar a capacidade operacional do porto.	
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
Descrição: Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal. Finalidade: Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.	
2075 Transporte Rodoviário	
105T	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RN/PB - Divisa PB/PE - na BR-101 - no Estado da Paraíba
Descrição: Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes, especiais e complementares, proteção ambiental e serviços diversos, em trecho com 129 km de extensão, entre as divisas com os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. Finalidade: Possibilitar o aumento da capacidade de tráfego na rodovia BR-101 no Estado da Paraíba, pela incorporação e pela duplicação de segmentos rodoviários saturados, reduzindo o custo de transporte na região que abrange o Estado da Paraíba, para possibilitar o intercâmbio da produção regional e transporte seguro aos usuários, sendo a rodovia de ligação com pólos industriais e ser de rota turística.	
108X	Implantação de Postos de Pesagem
Descrição: Implantação de postos de pesagem para veículos fixos, que tem como objetivo o controle de peso em pontos de rodovias com elevado volume diário médio de veículos comerciais, compreendendo infra-estrutura adequada para operações de movimentação de cargas e transbordo, contemplando uma balança seletiva (média velocidade) para pré seleção dos veículos sobrecarregados e uma balança de baixa velocidade, homologada pelo INMETRO, responsável pela autuação dos eventuais veículos sobrecarregados; e de balanças portáteis destinadas ao controle de peso em pontos de rodovias com baixo volume diário médio de veículos comerciais, rotas de fuga dos postos de pesagem fixos e pesagens estatísticas. Finalidade: Implantar um dispositivo eficiente de controle de cargas nas rodovias, a partir de novas tecnologias e um número maior de balanças instaladas no País para coibir o excesso de peso nos caminhões, garantindo maior a vida útil dos pavimentos, reduzindo o número de acidentes, e tornando mais eficazes os serviços de fiscalização.	
10IW	Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais
Descrição: Serviços de terraplenagem, drenagem, obras de artes especiais e pavimentação em 123,9 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. Finalidade: Complementar a ligação da BR-135 no Estado de Minas Gerais para ligação com a Bahia e o Centro-Sul do país, visando o escoamento da produção agrícola da região.	
10IX	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381 - no Estado de Minas Gerais
Descrição: Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras-de-arte correntes, especiais e complementares, num trecho de 370 Km entre os Municípios de Belo Horizonte e Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. Finalidade: Ampliar a capacidade de segmentos rodoviários saturados na rodovia BR-381 no Estado de Minas Gerais, de forma a reduzir os índices de acidentes com os usuários e o custo dos transportes, contribuindo para o desenvolvimento e interligação das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais com o Estado de São Paulo e o Sul do Brasil, sendo esta rodovia de grande importância nas ligações entre pólos industriais.	
10J6	Adequação de Trecho Rodoviário - Betim - Nova Serrana - na BR-262 - no Estado de Minas Gerais
Descrição: Duplicação do trecho abrangendo serviços de terraplenagem, pavimentação, alargamento de obras-de-arte especiais, melhorias nas obras de arte, corrente e complementar, e serviços diversos, numa extensão de 83,14 km de rodovia, que compreende o trecho entre Betim e Nova Serrana. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. Finalidade: Possibilitar o aumento da capacidade de tráfego, na rodovia BR-262/MG, pela incorporação de melhoramentos de segmentos rodoviários saturados, reduzindo o custo de transporte de cargas para possibilitar o intercâmbio da produção entre as regiões do Planalto Central, Minas Gerais, Grande Centros e Porto de Vitória. O empreendimento possibilitará também a redução do número de acidentes no trecho bem como a diminuição do tempo de viagem, sendo esta uma rodovia de ligação com pólos industriais e portos de exportação.	
10JQ	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280 - no Estado de Santa Catarina
Descrição: Serviço de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente e complementar, e preservação do meio ambiente, num trecho de 65,3 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. Finalidade: Proporcionar maior segurança aos usuários e possibilitar a redução do custo de transporte associado à redução do custo operacional dos veículos, tendo em vista a rodovia interceptar uma região industrial diversificada e ser o acesso ao Porto de São Francisco do Sul que é um importante fluxo comercial do Estado e das regiões sul e sudeste com o exterior.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10KK	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Sorriso) - Entroncamento BR-158 (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242 - no Estado do Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, drenagem, obras de artes especiais e pavimentação em 600 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Reduzir o custo de transporte dos produtos agrícolas do centro de Mato Grosso com a ligação leste-oeste, para atender aos principais corredores de exportação, conectando a BR-163/MT com a BR-158/MT.	
10KT	Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Salvador - no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Construção de via expressa com 5,1 km de extensão ligando a BR-324 ao Porto de Salvador, incluindo: serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras de arte especiais, correntes e complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Interligação da área do Porto de Salvador com a BR-324, com vistas a facilitar o escoamento de cargas que atualmente é realizado por meio das vias urbanas da cidade de Salvador, e evitar congestionamentos com retenção dos veículos de carga, o que provoca grande transtorno ao trânsito.	
10KV	Adequação de Trecho Rodoviário - Estância Velha - Dois Irmãos - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras-de-arte especiais, correntes e complementares, passarelas e serviços de proteção ambiental, numa extensão total de 13,0 Km de rodovia. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar maior fluidez e segurança no tráfego urbano da região metropolitana de Porto Alegre que se encontra saturado.	
10L1	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Duplicação de 335,4 km da BR-163/364/MT, incluindo a travessia de São Vicente, envolvendo com serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras-de-arte especiais, correntes e complementares, serviços de reabilitação ambiental, sinalização e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade de tráfego na rodovia BR-163, no Estado do Mato Grosso, pela incorporação de melhoramentos a segmentos rodoviários saturados, com duplicação do trecho entre Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil, restauração das pistas existentes e inclusão de obras de arte, reduzindo o custo de transporte de cargas para incremento do intercâmbio da produção entre as regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul, bem como a diminuição do tempo de viagem. O empreendimento resultará também na diminuição do número de acidentes e possibilitará a redução no grau de gravidade desses eventos.	
10L3	Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222 - no Estado do Ceará
<i>Descrição:</i> Serviços de duplicação e restauração da pista existente que inclui: serviços de terraplenagem, pavimentação, obras-de-arte especiais, correntes e complementares, além de serviços de supervisão da obra e de desapropriação de propriedades inseridas na nova faixa de domínio, numa extensão de 32,0 km de rodovia duplicada. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Ampliar a capacidade do trecho da rodovia BR-222 no Estado do Ceará, de forma a descongestionar o tráfego de veículos pesados e leves de longa distância que provocam retenção no trânsito e melhorar as condições de movimentação de cargas do Estado, por meio do Porto de Pecém.	
10L7	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Esteio - Sapucaia - na BR-448 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Construção em pista dupla, envolvendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras-de-arte especiais, correntes e complementares, serviços de reabilitação ambiental, sinalização e diversos, numa extensão de aproximadamente 22,0 km de rodovia. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Apresentar nova alternativa de trânsito, possibilitando maior fluidez e segurança ao tráfego saturado, bem como a diminuição do tempo de viagem e do número de acidentes.	
10M9	Adequação de Trecho Rodoviário - Tabaí - Estrela - na BR-386 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Duplicação de pistas, restauração da pista existente, construção de obras de arte especiais, englobando serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares no segmento rodoviário de 38,0 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade do tráfego na rodovia BR-386 no Estado do Rio Grande do Sul, pela incorporação de melhoramentos e pela duplicação de segmentos rodoviários saturados, reduzindo o custo do transporte na região e possibilitando o intercâmbio da produção regional e transporte seguro.	
10UL	Construção de Contorno Rodoviário - Betim - Ravena - na BR-381 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Serviço de terraplenagem, pavimentação, obras de artes correntes e especiais num trecho de 70 km entre Ravena e Betim. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Ampliar a capacidade do atual contorno situado no trecho urbano de Belo Horizonte de forma a reduzir os índices de acidentes dando maior fluidez ao tráfego de veículos para ligação Nordeste (Governador Valadares) para Sudoeste, Sudeste e Sul do país.	
110I	Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230 - no Estado do Pará
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental e serviços diversos, num trecho de 352,0 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Reduzir o custo de transporte associado ao custo operacional dos veículos e à segurança dos usuários, para atender os principais corredores de exportação com rodovia em condição adequada de trafegabilidade.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

110O	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná (Binacional) - na BR-277 - no Estado do Paraná
<i>Descrição:</i> Construção de ponte com 720 m de extensão, incluindo acessos e postos de fronteira. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Melhorar o fluxo de pessoas e mercadorias e das condições de vigilância na fronteira entre Foz do Iguaçu e Porto Meira, entre o Brasil e o Paraguai.	
110Q	Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101 - no Estado de Sergipe
<i>Descrição:</i> Serviço de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente e complementares e preservação do meio ambiente, num trecho de 77,0 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Reduzir o custo de transporte associado ao custo operacional dos veículos e à segurança dos usuários, para atender os principais corredores de exportação com rodovia em condição adequada de trafegabilidade.	
110R	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101 - no Estado de Sergipe
<i>Descrição:</i> Serviço de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente e complementares e preservação do meio ambiente, num trecho de 113,0 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade do tráfego na rodovia BR-101 no Estado de Sergipe, pela incorporação e pela duplicação de segmentos rodoviários, reduzindo o custo de transporte da região para atender os principais corredores de exportação.	
110Z	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MT-240 (Novo Diamantino) - Campos Novos dos Parecis - na BR-364 - no Estado do Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras-de-arte correntes, especiais e complementares, proteção ambiental e serviços diversos, no trecho rodoviário de 185,0 km compreendido entre os Municípios de Diamantino e Campos Novos dos Parecis, no Estado do Mato Grosso. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Interligar os eixos rodoviários formados pela BR-163/MT e a BR-174/MT, visando atender aos fluxos gerados pelo cultivo de soja nas áreas planas e mecanizáveis do Chapadão dos Parecis, assegurando o escoamento da safra, seja pela rota rodo-fluvial através do Rio Madeira até o terminal graneleiro de Itacoatiara, ou pelos portos do Sul e Sudeste do país.	
111D	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Campo Verde) - Miritituba - na BR-230 - no Estado do Pará
<i>Descrição:</i> Obras de Pavimentação, envolvendo serviços de terraplenagem, drenagem, sinalização, obras complementares e preservação do meio ambiente, num trecho de 33 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Reduzir o custo de transporte associado ao custo operacional dos veículos e à segurança dos usuários, para atender os principais corredores de exportação com rodovia em condição adequada de trafegabilidade.	
111J	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento RN-078 - Divisa RN/CE - na BR-226 - no Estado do Rio Grande do Norte
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais e correntes drenagem e serviços complementares, desde o entroncamento com a RN-078 até a divisa com o estado do Ceará, totalizando 87,8 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar escoamento da produção, reduzir custos de transporte, bem como interligar a região com outros estados.	
112N	Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, agregação de estruturas metálicas, pavimentação, drenagem, demais obras complementares e sinalização referentes à construção de ponte sobre o rio Jaguarão, entre Brasil e Uruguai, na BR-116/RS, com extensão de 900,0 metros. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Construir mais uma alternativa de acesso rodoviário entre Brasil e Uruguai, de forma a incrementar as relações comerciais entre os dois Países, e, ao mesmo tempo, fomentar o intercâmbio no Mercosul.	
113J	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento DF-007 (Granja do Torto) - Entroncamento DF-051 (EPGU) - na BR-450 - no Distrito Federal
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental, e serviços diversos e fiscalização, numa extensão de 15,6 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover melhoramentos na via que corta de norte a sul o perímetro urbano da cidade de Brasília, de forma a propiciar condições favoráveis e seguras para o escoamento do tráfego de veículos de longa distância e fluxo urbano.	
113K	Adequação de Ponte sobre Rio Jaguaribe - no Município de Aracati - na BR-304 - no Estado do Ceará
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, agregação de estruturas metálicas, pavimentação, drenagem, demais obras complementares e sinalização, referentes ao alargamento de ponte sobre o rio Jaguaribe com na BR-226/RN, com extensão de 900,0 metros. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover o alargamento da ponte com as respectivas adequações, de forma a oferecer segurança aos usuários, reduzindo os custos de transportes, bem como garantir facilidades no fluxo de veículos em uma região de forte impacto turístico.	
113L	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entroncamento BR-153 - na BR-070 - no Estado de Goiás
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, preservação do meio ambiente, demais obras complementares e sinalização, referentes a construção de trecho rodoviário com extensão de 61,4 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego com vistas a facilitar fluxo de veículos na região.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

113R	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-181 (Boqueirão) - Entroncamento MG-188 (Cangalha) - na BR-251 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, preservação do meio ambiente, demais obras complementares e sinalização referentes a construção de trecho rodoviário, com extensão de 90,2 km, entre os municípios de Cangalha e Boqueirão, no Estado de Minas Gerais. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Constituir em mais uma alternativa de ligação entre o Distrito Federal e Montes Claros, Minas Gerais, importante centro comercial do Estado, bem como estabelecer via rodoviária, com vistas a facilitar intercâmbio comercial na região.	
113U	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia - na Divisa PA/TO - na BR-230 - no Estado do Pará
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, agregação de estruturas metálicas, pavimentação, construção de acessos, sinalização e demais obras complementares, numa extensão de 900,0 metros. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Permitir a integração comercial e social na região.	
113V	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Mossoró - na BR-304 - no Estado do Rio Grande do Norte
<i>Descrição:</i> Serviços de restauração de 17,0 km, duplicação de 15,3 km, construção de 5 viadutos e uma ponte sobre o Rio Apodi. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Assegurar a circulação ordenada de veículos e manter o nível de serviço da BR-304/RN.	
113X	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Caicó - na BR-427 - no Estado do Rio Grande do Norte
<i>Descrição:</i> Implantação e pavimentação do Contorno Rodoviário de Caicó na Rodovia BR-427/RN com extensão de 16 km, envolvendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Melhorar a circulação de veículos de carga e passageiros no trecho urbano da Zona Metropolitana de Caicó, na BR-427/RN, região com elevado adensamento populacional, por meio da eliminação de segmentos críticos, visando o aumento da segurança de tráfego.	
113Y	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429 - no Estado de Rondônia
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, drenagem, sinalização, obras complementares e preservação do meio ambiente, numa extensão de rodovia com 343,5 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Atender o corredor de exportação, bem como fomentar as relações comerciais entre o Brasil e Bolívia.	
114A	Adequação de Acesso Rodoviário - no Município de Bady Bassit - na BR-153 - no Estado de São Paulo
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental, serviços diversos e fiscalização, referentes à adequação de trecho rodoviário com extensão de 5,86 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover melhoramentos na via correspondente ao acesso a Bady Bassit - SP, de forma a comportar a interferência do tráfego de longa distância da BR-153 e o fluxo local.	
115T	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Nova Olinda do Maranhão - na BR-316 - no Estado do Maranhão
<i>Descrição:</i> Adequação de 2,4 km de rodovia mediante a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares e fiscalização, inclusive com implantação de passarelas e vias laterais. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar melhoramentos à rodovia BR 316, operacionais e segurança de tráfego, no trecho urbano da cidade de Nova Olinda do Maranhão/MA, para que a rodovia comporte um maior tráfego de veículos, proporcionando maior segurança para os usuários e pedestres com implantação de passarelas e vias laterais, resolvendo dessa forma os conflitos entre o tráfego urbano e o de longa distância.	
115Y	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Patos de Minas - na BR-365/354 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Adequação de travessia urbana com 17,6 km de extensão mediante a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares e fiscalização, inclusive com implantação de vias laterais, passagem inferior e viaduto. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar melhoramentos às rodovias BR-365/354, operacionais e segurança de tráfego, no trecho urbano da cidade de Patos de Minas/MG, para que a rodovia comporte um maior tráfego de veículos, proporcionando maior segurança para os usuários e pedestres com implantação de vias laterais e outras obras complementares, resolvendo dessa forma os conflitos entre o tráfego urbano e o de longa distância.	
11VA	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158 - no Estado do Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes, complementares e fiscalização, num trecho de 420,9 Km compreendidos entre a divisa PA/MT e o município de Ribeirão Cascalheira/MT. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar escoamento de produção da região do Vale Araguaia, bem como interligar a região aos corredores de exportação do centro-sul do País.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1127	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Vilhena - BR-364 - no Estado de Rondônia
<i>Descrição:</i> Adequação da travessia com implantação e pavimentação de vias laterais, obras complementares, desapropriações e sinalização, no segmento entre o km 2,9 e o km 19,9, totalizando 17,0 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a melhoria das condições da travessia urbana do Município de Vilhena BR-364, trazendo o retorno para a sociedade com a melhora na fluidez do tráfego e a redução de acidentes.	
1129	Adequação de Travessia Urbana - no Município de São Domingos do Maranhão - na BR-135 - no Estado do Maranhão
<i>Descrição:</i> Adequação da travessia urbana com 5,13 km de extensão mediante a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares e fiscalização, inclusive com implantação de passarelas e vias laterais. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar melhoramentos à rodovia BR-135, operacionais e segurança de tráfego, no trecho urbano da cidade de São Domingos/MA, para que a rodovia comporte um maior tráfego de veículos, proporcionando maior segurança para os usuários e pedestres com implantação de passarelas e vias laterais, resolvendo dessa forma os conflitos entre o tráfego urbano e o de longa distância.	
112A	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Alto Alegre - na BR-316 - no Estado do Maranhão
<i>Descrição:</i> Adequação da travessia urbana com 4,39 km de extensão mediante a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares e fiscalização, inclusive com implantação de passarelas e vias laterais. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar melhoramentos à rodovia BR 316, operacionais e segurança de tráfego, no trecho urbano da cidade de Alto Alegre/MA, para que a rodovia comporte um maior tráfego de veículos, proporcionando maior segurança para os usuários e pedestres com implantação de passarelas e vias laterais, resolvendo dessa forma os conflitos entre o tráfego urbano e o de longa distância.	
112C	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Uberaba - na BR-262 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Adequação de 7,5 km de rodovia mediante a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares e fiscalização, inclusive com implantação de vias laterais. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar melhoramentos à rodovia BR-262/MG, operacionais e segurança de tráfego, no trecho urbano da cidade de Uberaba/MG, para que a rodovia comporte um maior tráfego de veículos, proporcionando maior segurança para os usuários e pedestres com implantação vias laterais e outras obras complementares, resolvendo dessa forma os conflitos entre o tráfego urbano e o de longa distância.	
112K	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Tianguá - na BR-222 - no Estado do Ceará
<i>Descrição:</i> Adequação da travessia urbana com 6,3 km de rodovia mediante a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte correntes, sinalização Horizontal e Vertical, meio ambiente, na cidade de Tianguá. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover melhoramentos à rodovia BR-222/CE, operacionais e segurança de tráfego, no trecho urbano da cidade de Tianguá, proporcionando condições permanentes de trafegabilidade à rodovia, maior segurança para os usuários e pedestres.	
112S	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Erechim - na BR-153 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Construção de ruas laterais e de reformulação de trevos de interseção, sinalização e obras de acabamento, que vão agilizar a circulação dos veículos entre o km 46,5 e o km 51,4 da BR-153, no Município de Erechim. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Aumentar a segurança de motoristas, pedestres e usuários da rodovia.	
1208	Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS - na BR-101 - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Duplicação de pistas, restauração da pista existente, construção de obras de arte especiais, englobando serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares no segmento rodoviário de 248,5 Km entre os municípios de Palhoça com a Divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade do tráfego na rodovia BR-101 no Estado de Santa Catarina, pela incorporação e pela duplicação de segmentos rodoviários saturados, reduzindo o custo do transporte na região, para possibilitar o intercâmbio da produção regional e transporte seguro aos usuários, sendo a rodovia de ligação com pólos industriais e ser de rota turística.	
1214	Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, serviços complementares e obras de arte correntes e especiais no trecho rodoviário entre os municípios de Rio Grande e Pelotas, com extensão de 85,0 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade de tráfego pela incorporação de melhoramentos de segmentos rodoviários saturados, facilitando o trânsito até os municípios abrangentes pela rodovia e proporcionando segurança e conforto aos usuários.	
123S	Construção de Anel Rodoviário - no Município de Campo Grande - na BR-060/163/262 - no Estado do Mato Grosso do Sul
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais e correntes, drenagem e serviços complementares, proteção ambiental, serviços diversos e fiscalização, num trecho de 11,8 km no Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Interligar as rodovias BR-060/MS, BR163/MS e BR262/MS, retirar o tráfego de veículos pesados do perímetro urbano de forma a proporcionar melhores condições de segurança aos usuários da rodovia, bem como para a população da cidade.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

123U	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471(Pântano Grande) - na BR-290 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras-de-arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental, serviços diversos e fiscalização, num trecho de 116,0 km compreendido entre o entroncamento da BR-116 (p/Guaíba) até o entroncamento da BR-471 (Pântano Grande), no Estado do Rio Grande do Sul. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Aumentar a capacidade de tráfego com a duplicação da rodovia, de forma a canalizar o tráfego de veículos de carga entre os países do Mercosul e absorver o fluxo de turistas, principalmente argentinos, paraguaios e chilenos, que se destinam ao litoral do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.	
1248	Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319 - no Estado do Amazonas
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras-de-arte correntes, especiais e complementares, proteção ambiental e serviços diversos, no trecho rodoviário de 743,0 Km compreendido entre o Município de Manaus até a Divisa AM/RO. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar escoamento rodoviário da produção da zona Franca de Manaus ao Estado de Rondônia e o restante do país.	
126R	Construção de Ponte Internacional sobre o Rio Oiapoque (Fronteira Brasil/Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá
<i>Descrição:</i> Execução de serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de correntes, obras complementares, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos na construção de ponte sobre o Rio Oiapoque com 378 metros de extensão e 1900 metros de acessos no lado brasileiro, bem como instalações de fronteiras unificadas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Interligar o Brasil aos países vizinhos da região Norte (Guiana Francesa e Suriname), possibilitando a utilização do Porto de Macapá pelos países vizinhos para seu intercâmbio comercial.	
127H	Adequação de Trecho Rodoviário - Estiva - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - na BR-135 - no Estado do Maranhão
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental e serviços diversos, na adequação de trecho entre o km 24,3 ao 49,3 da BR-135, no Estado do Maranhão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover a eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na rodovia.	
128W	Construção de Trecho Rodoviário - Campo Mourão - Palmital - na BR-158 - no Estado do Paraná
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplanagem, obras de arte correntes, complementares, sinalização Horizontal e Vertical, meio ambiente, na BR-158 entre as cidades de Campo Mourão e Palmital, no Estado do Paraná, no segmento rodoviário entre km 225,5 e o km 323,4, totalizando uma extensão de 97,9 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região localizada no centro/oeste do Estado do Paraná, carente de vias pavimentadas, de modo a facilitar o escoamento de produção regional, bem como fomentar o desenvolvimento na área de influência da rodovia.	
12ER	Adequação de Contorno Rodoviário - no Município de Vitória - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras-de-arte especiais, correntes e complementares e serviços diversos, numa extensão total de 17 km de rodovia duplicada e no trecho existente, restauração do pavimento (sub-base, base e revestimentos), dos acostamentos, da sinalização horizontal e vertical, das obras-de-arte especiais; recuperação dos dispositivos de drenagem (bueiros, canaléticas, meio fio entre outros) e de serviços de segurança. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Retirar o tráfego de veículos pesados dos perímetros urbanos das cidades margeadas pela rodovia, de forma a proporcionar melhores condições de segurança aos usuários, bem como para a população da cidade.	
12FO	Construção de Travessia Urbana - no Município de Guaraí - na BR 153 - no Estado do Tocantins
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, preservação do meio ambiente, demais obras complementares e sinalização referentes a travessia, com extensão de 5 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego no Estado do Tocantins.	
12H0	Construção de Travessia Urbana - no Município de Ouro Preto do Oeste - na BR-364 - no Estado de Rondônia
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, preservação do meio ambiente, demais obras complementares e sinalização referentes a travessia, com extensão de 8 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego no Estado de Rondônia.	
12HH	Construção de Travessia Urbana - no Município de Presidente Médici - na BR-364 - no Estado de Rondônia
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, preservação do meio ambiente, demais obras complementares e sinalização referentes a travessia, com extensão de 3 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego no Estado de Rondônia com esta travessia.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12IA	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto de Itaqui - Pedrinhas - na BR-135 - no Estado do Maranhão
<i>Descrição: Obras de duplicação, envolvendo serviços de terraplenagem, obra de arte e pavimentação em 18 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Ampliar a capacidade da rodovia de forma a descongestionar o tráfego de veículos pesados e leves de longa distância que provoca retenção no trânsito e danifica o pavimento das vias urbanas.</i>	
12IW	Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415 - no Estado da Bahia
<i>Descrição: Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental, e serviços diversos e fiscalização, numa extensão de 33,1 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Promover melhoramentos na via de forma a propiciar condições favoráveis e seguras para o escoamento do tráfego de veículos de longa distância e fluxo urbano.</i>	
12IX	Construção de Travessia Urbana - no Município de Luís Eduardo Magalhães - na BR-242 - no Estado da Bahia
<i>Descrição: Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, preservação do meio ambiente, demais obras complementares e sinalização referentes a travessia, com extensão de 9 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego no Estado da Bahia com esta travessia.</i>	
12IZ	Construção de Travessia Urbana - no Município de Miranorte - na BR-153 - no Estado do Tocantins
<i>Descrição: Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, preservação do meio ambiente, demais obras complementares e sinalização referentes a travessia, com extensão de 7 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego no Estado do Tocantins com esta travessia.</i>	
12JG	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BA-460 - Divisa BA/TO - na BR-242 - no Estado da Bahia
<i>Descrição: Serviços de implantação e pavimentação, obras de arte correntes, especiais, serviços complementares, desapropriações, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente, no segmento rodoviário entre o km 905,3 e o km 954,3, totalizando uma extensão de 49 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Promover eficiência e efetividade no fluxo de transporte na BR-242, sendo de grande importância para economia do nordeste do país.</i>	
12JL	Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163 - no Estado do Paraná
<i>Descrição: Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental, e serviços diversos e fiscalização, numa extensão de 147,0 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Promover melhoramentos na via de forma a propiciar condições favoráveis e seguras para o escoamento do tráfego de veículos de longa distância e fluxo urbano.</i>	
12JP	Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte - no Estado de São Paulo
<i>Descrição: Serviços de pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares e preservação do meio ambiente. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Ampliar a capacidade da rodovia, de forma a descongestionar o tráfego de veículos pesados e leves de longa distância que provocam retenção no trânsito e danificam o pavimento das vias urbanas.</i>	
12JT	Adequação de Trecho Rodoviário - Areia Branca - Divisa RN/PB - na BR-110 - no Estado do Rio Grande do Norte
<i>Descrição: Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental, e serviços diversos e fiscalização, numa extensão de 78,0 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Promover melhoramentos na via de forma a propiciar condições favoráveis e seguras para o escoamento do tráfego de veículos de longa distância e fluxo urbano.</i>	
12JU	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - Sobral - na BR-222 - no Estado do Ceará
<i>Descrição: Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental, e serviços diversos e fiscalização, numa extensão de 193,7 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Promover melhoramentos na via de forma a propiciar condições favoráveis e seguras para o escoamento do tráfego de veículos de longa distância e fluxo urbano.</i>	
12JV	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Anápolis - na BR-153 - no Estado de Goiás
<i>Descrição: Serviços de pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares e preservação do meio ambiente, num trecho de 5 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego no Estado de Goiás com este arco rodoviário.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12KB	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Itaperuna - na BR-356 - no Estado do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Serviços de pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares e preservação do meio ambiente, num trecho de 13 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego no Estado do Rio de Janeiro com este arco rodoviário.	
12KF	Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163 - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental, e serviços diversos e fiscalização, numa extensão de 65 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover melhoramentos na via de forma a propiciar condições favoráveis e seguras para o escoamento do tráfego de veículos de longa distância e fluxo urbano.	
12KG	Construção de Travessia Urbana - no Município de Santa Maria - na BR-158 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, preservação do meio ambiente, demais obras complementares e sinalização referentes a travessia, com extensão de 24 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego no Estado do Rio Grande do Sul com esta travessia.	
12KY	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Cuiabá - na BR-070/163/364 - no Estado de Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Serviços de pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares e preservação do meio ambiente, num trecho de 80,7 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego no Estado de Mato Grosso com este arco rodoviário.	
12L0	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento PR-160 (Paulo Frontin) - Entroncamento BR-476 - na BR-153 - no Estado do Paraná
<i>Descrição:</i> Serviços de pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares e preservação do meio ambiente no trecho rodoviário com 92,6 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar escoamento da produção, reduzir custos de transporte, bem como interligar a região com outros estados.	
12MJ	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Colinas do Tocantins - na BR-153 - no Estado do Tocantins
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, preservação do meio ambiente, demais obras complementares e sinalização referentes a travessia, com extensão de 4,5 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a melhoria das condições da travessia urbana do município de Colinas do Tocantins/TO, na BR153, trazendo o retorno para a sociedade com melhoramentos na fluidez do tráfego e a redução de acidentes.	
12MK	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Campina Grande - na BR-230 - no Estado da Paraíba
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, preservação do meio ambiente, demais obras complementares e sinalização referentes a travessia, com extensão de 5,2 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego no Estado da Paraíba com a construção deste contorno.	
1304	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras-de-arte especiais, correntes e complementares e serviços diversos, numa extensão total de 140,0 km de rodovia duplicada, que compreende o trecho entre as divisas dos Estados de Goiás com Minas Gerais e de Minas Gerais com São Paulo. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade de tráfego, na rodovia BR-050 no Estado de Minas Gerais, pela incorporação de melhoramentos de segmentos rodoviários saturados, reduzindo o custo de transporte de cargas para possibilitar o intercâmbio da produção entre as regiões do Planalto Central, Minas Gerais e São Paulo e a diminuição do tempo de viagem, sendo a rodovia de ligação com pólos industriais.	
1310	Adequação de Trecho Rodoviário - Aparecida de Goiânia - Itumbiara - na BR-153 - no Estado de Goiás
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras-de-arte especiais, correntes e complementares e serviços diversos, numa extensão total de 190,5 km de rodovia duplicada, e, no trecho existente, restauração do pavimento (sub-base, base e revestimentos), dos acostamentos, da sinalização horizontal e vertical, das obras-de-arte especiais, da recuperação dos dispositivos de drenagem (bueiros, canaletas, meio fio entre outros) e de serviços de segurança. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aumento da capacidade de tráfego, através da incorporação de melhoramentos de segmentos rodoviários na BR-153/GO, com a formação de um corredor alternativo para o escoamento da produção da Região Centro-Oeste, em especial do Estado de Goiás, para o Estado de São Paulo e o Porto de Santos; aumento da segurança dos usuários e a diminuição dos custos de transporte, tendo em vista que a rodovia irá interceptar parte da região de produção agrícola com média anual entre 550.000 a 2.000.000 toneladas de grãos.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

13NC	Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - Paraíso - na BR-282 - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Intervenções descontinuas em segmentos da BR-282/SC, envolvendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem e obras de arte correntes, sinalização, obras de arte especiais, obras de contenção e obras complementares, exceto no trecho do km 5,4 ao km 15,5. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Ampliar a capacidade de tráfego da rodovia, visando proporcionar a melhoria das condições da rodovia BR-282/SC, trazendo o retorno para a sociedade com a melhora na fluidez do tráfego e a redução de acidentes.	
13NJ	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Água Boa - na BR-158 - no Estado do Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, obras de arte correntes, drenagem superficial, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente, no trecho rodoviário urbano da BR-158/MT dentro do município de Água Boa com extensão de 5 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Propiciar melhores condições de trafegabilidade dentro do perímetro urbano do município de Água Boa, aumentando a segurança e conforto dos moradores da cidade e dos veículos de passagem pelo município, compostos em sua maioria por veículos de grande porte.	
13UU	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa ES/MG - Entroncamento MG-422 (Resplendor) - na BR-259 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Pavimentação dos acostamentos, correção de traçados com estabilização de taludes, construção do aterro de encabeçamento da ponte sobre o rio Manhuaçu, e implantação de vias laterais na Travessia Urbana de Aimorés/MG. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover melhoramentos no segmento rodoviário da BR-359, no Estado de Minas Gerais, de forma a propiciar condições favoráveis e seguras para o escoamento do tráfego de veículos de longa distância e fluxo urbano.	
13UW	Construção de Acesso Rodoviário - no Município de Ilhota - na BR-470 - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Execução de obras de construção do acesso rodoviário da cidade de Ilhota/SC à BR-470/SC, trecho Navegantes - divisa SC/RS, subtrecho entroncamento BR-470/SC (km 20,90) - acesso à Ilhota/SC, segmento km 0,0 ao km 2,43, incluindo a construção da ponte sobre o rio Itajaí -Açu (325 m), compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a integração da região, reduzindo os custos de transportes, bem como garantir a regularidade do transporte de pessoas e bens de produção durante todo o ano.	
13XG	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entr.MG-405 (Jacinto) - na BR-367 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Serviços de implantação e pavimentação, obras de arte correntes, especiais, serviços complementares, desapropriações, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente, no segmento compreendido entre o km 0 e o km 48,9, totalizando 48,9 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar a ligação entre a Divisa BA/MG (Salto da Divisa) e o Entr.MG-405 (Jacinto), de forma a proporcionar melhores condições de trafegabilidade e segurança aos usuários da rodovia de grande importância para economia do leste do País.	
13XL	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Santa Cruz do Capibaribe - na BR-104 - no Estado de Pernambuco
<i>Descrição:</i> Serviços de implantação e pavimentação, obras de arte correntes e especiais, serviços complementares, desapropriações, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente, no segmento rodoviário com 20,0 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover melhoramentos no segmento rodoviário entre a Divisa PB/PE e o Município de Santa Cruz do Capibaribe na BR-104/PE considerada de grande importância para economia do nordeste do país. Propiciará, ainda, condições favoráveis e seguras para o escoamento do tráfego de veículos de longa distância e fluxo urbano.	
13XQ	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entr. BR-158/242 (Vila Ribeirão Bonito) - na BR-080 - no Estado do Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Serviços de implantação e pavimentação, obras de arte correntes, especiais, serviços complementares, desapropriações, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente, no segmento compreendido entre o km 0 e o km 170,0, totalizando 170,0 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego no Estado do Mato Grosso.	
13XW	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Lages - BR-282 - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Adequação da travessia com implantação e pavimentação de vias laterais, obras complementares, desapropriações e sinalização, no segmento compreendido entre o km 212,2 e o km 217,7, totalizando 5,5 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a melhoria das condições da travessia urbana do Município de Lages, trazendo o retorno para a sociedade com a melhora na fluidez do tráfego e a redução de acidentes.	
13XZ	Construção do Contorno Rodoviário Norte - no Município de Porto Velho - na BR-319 - no Estado de Rondônia
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, construção de obras de arte especiais e correntes, serviços diversos, sinalização, drenagem, desapropriações, serviços complementares e serviços de proteção ambiental no segmento com 28 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Desafogar o tráfego na região do entorno desse município de forma a proporcionar melhores condições de trafegabilidade e segurança aos usuários da rodovia.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

13Y0	Adequação da Via Expressa de Florianópolis - na BR-282 - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Serviços de implantação e pavimentação, obras de arte correntes e especiais, serviços complementares, desapropriações, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente, no segmento com 5,4 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a melhoria das condições da via expressa de Florianópolis na BR-282, trazendo o retorno para a sociedade em relação a fluidez do tráfego e a redução de acidentes.	
13Y2	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RJ/SP - Praia Grande - na BR-101 - no Estado de São Paulo
<i>Descrição:</i> Serviços de implantação e pavimentação, obras de arte correntes especiais, serviços complementares, desapropriações, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente, no segmento compreendido entre o km 0 e o km 53,3, totalizando 53,3 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover eficiência e efetividade no fluxo de transporte na BR-101/SP, sendo de grande importância para economia do centro sudeste do País.	
13YM	Adequação de Trecho Rodoviário - Barragem do Bacanga - Entroncamento Itaqui / Bacanga - na BR-135 - no Estado do Maranhão
<i>Descrição:</i> Melhoria de Segurança com restauração no acesso do km 0,0 ao km 4,5, já duplicado e duplicação do acesso do km 0,0 até o km 4,7, (segundo acesso) necessitando de serviços de terraplenagem, pavimentação, construção de obras de arte especiais e correntes, serviços diversos, sinalização, drenagem, desapropriações, serviços complementares e serviços de proteção ambiental. Subtrecho: Barragem do Bacanga - Final da Pista Dupla (Anjo da Guarda) e Final da Pista Dupla (Anjo da Guarda) - Entr. Itaqui / Bacanga; Segmento: km 0- km 4,50 e km 0,00 - km 4,24. Extensão 8,74 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade do tráfego pela incorporação de melhoramentos na rodovia, visando a segurança dos seus usuários.	
13ZD	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Primavera do Leste - na BR-070 - no Estado do Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, obras de arte correntes, drenagem superficial, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente, no trecho rodoviário urbano da BR-070/MT dentro do município de Primavera do Leste com 5,52 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Propiciar melhores condições de trafegabilidade dentro do perímetro urbano do município de Primavera do Leste, aumentando a segurança e conforto dos moradores da cidade e dos veículos de passagem pelo município, compostos em sua maioria por veículos de grade porte, com grande fluxo dentro do trecho urbano da rodovia.	
1418	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos, numa extensão de 453 Km, que compreende o trecho rodoviário entre os municípios de Ferreira Gomes e Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa). Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Interligar o Brasil aos países vizinhos da região Norte (Guiana Francesa e Suriname), possibilitando a utilização do Porto de Macapá pelos países vizinhos para seu intercâmbio comercial.	
1422	Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul - na BR-364 - no Estado do Acre
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes, complementares e fiscalização, num trecho de 349,0 Km compreendido entre os municípios de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar o escoamento de produção, redução de custos de transporte e maior segurança aos usuários, bem como interligar a região com outros Estados.	
1428	Construção de Trecho Rodoviário - Boca do Acre - Divisa AM/AC - na BR-317 - no Estado do Amazonas
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes, complementares e fiscalização, num trecho de 100 Km compreendido entre o Município de Boca do Acre e a Divisa AM/AC. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Dotar o município de Boca do Acre de artéria de ligação rodoviária com as rodovias de ligação do sistema pan-americano de transportes, facilitando a integração regional.	
1490	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163 - no Estado do Pará
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes e especiais, obras complementares, proteção ambiental no trecho rodoviário entre a divisa MT/PA e o Município de Santarém/PA, com extensão de 873,0 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover a fluidez do tráfego com segurança, reduzindo o tempo de viagem no principal eixo de ligação da Região Norte ao Centro-Oeste, possibilitando o escoamento de produtos agrícolas, destacando-se a soja por intermédio do Porto de Santarém.	
14JY	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Cáceres - na BR-070 - no Estado do Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Adequação da travessia urbana com extensão de 3,8 km, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar condições de trafegabilidade permanente e segura para os usuários da via.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

14JZ	Construção de Travessia Urbana - no Município de Matupá - na BR-163 - no Estado de Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Construção da travessia urbana com 5 km de extensão, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Aumentar a segurança de motoristas, pedestres e usuários da rodovia.	
14K0	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Peixoto Azevedo - na BR-163 - no Estado de Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Adequação da travessia urbana com 4,14 km de extensão, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Adequar a Rodovia BR-163/MT as necessidades do tráfego local ordenando o tráfego de passagem em perímetros urbanos, reduzindo com isso o número de acidentes e garantindo fluidez no trânsito e segurança aos usuários das vias.	
14K1	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Ariquemes - na BR-364 - no Estado de Rondônia
<i>Descrição:</i> Construção de Vias Marginais e Interseções na Travessia Urbana de Ariquemes na BR-364/RO com 7 km de extensão, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Adequar a Rodovia BR-364/RO às necessidades do tráfego local ordenando o tráfego de passagem em perímetros urbanos, reduzindo com isso o número de acidentes e garantindo fluidez no trânsito e segurança aos usuários das vias.	
14K2	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Gurupi - na BR-153 - no Estado do Tocantins
<i>Descrição:</i> Adequação da Travessia Urbana de Gurupi, com 5,65 km de extensão, incluindo adequação da capacidade e segurança, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover na Rodovia BR-153/TO, a eficiência e eficácia nos fluxos de transporte entre as regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.	
14K3	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Passo Fundo - na BR-285 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Adequação da travessia urbana com 2,5 km de extensão, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Adequar a Rodovia BR-285/RS às necessidades do tráfego local ordenando o tráfego de passagem em perímetros urbanos, reduzindo com isso o número de acidentes e garantindo fluidez no trânsito e segurança aos usuários das vias.	
14K4	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Montes Claros - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Execução de Obras de Implantação e Pavimentação do Contorno de Montes Claros com 13,2 km de extensão, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Implantação do Contorno rodoviário do trecho urbano no Município de Montes Claros na BR-135/251/MG, com elevado adensamento populacional, melhorando a circulação de veículos de carga e passageiros com a eliminação de segmentos críticos e aumentando a segurança de tráfego.	
14K5	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Aparecida do Taboado - na BR-158 - no Estado de Mato Grosso do Sul
<i>Descrição:</i> Execução dos Serviços de Implantação e Pavimentação do Contorno Rodoviário de Aparecida do Taboado com 5,8 km de extensão, incluindo o acesso a Ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Viabilizar a utilização do terminal de Aparecida do Taboado representando significativa economia para o transporte da produção da região de Chapadão do Sul.	
14K6	Construção de Acesso Rodoviário - no Município de Blumenau - na BR-470 - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente, serviços complementares, sinalização e iluminação da conclusão do Eixo Principal do Acesso de Blumenau à BR-470/SC e Vias Marginais, Passarelas e Interseção com Viaduto numa extensão de 4,74 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar a melhoria nas condições de tráfego na rodovia BR-470, no Município de Blumenau, reduzindo o custo do transporte de cargas para possibilitar o escoamento da produção da região, bem como oferecer maior conforto e segurança no caso de transporte de passageiros.	
14K7	Construção de Trecho Rodoviário - Entre Rios - São João da Baliza - na BR-210 - no Estado de Roraima
<i>Descrição:</i> Execução de serviços de pavimentação da Rodovia BR-210/RR, trecho Entre Rios no km 56,00 e São João da Baliza no km 113,0, subtrecho: Entre Rios – São João da Baliza, com extensão: 57 km, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover eficiência e efetividade no fluxo de transporte na BR-210 considerada de grande importância para economia do norte do país.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

14K8	Adequação de Acesso Rodoviário - no Município de Serra (Bairro Cidade de Pomar) - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo
<i>Descrição:</i> Realização das obras de melhoramentos e implantação da interseção em dois níveis na Rodovia BR-101/ES, em 5,18 km de extensão, no segmento compreendido na interseção de acesso ao Bairro Cidade Pomar (km 259), envolvendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos, serviços diversos e supervisão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Adequar o tráfego da BR-101 às necessidades locais, ordenando o tráfego de passagem em perímetros urbanos, reduzindo com isso o número de acidentes e garantindo fluidez no trânsito e segurança aos usuários das vias.	
14K9	Adequação de Trecho Rodoviário - São Bento do Sul (Acesso Sul) - Rio Negrinho - na BR-280 - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Execução das Obras de Melhoramentos em 17,4 km de extensão da Rodovia BR-280/SC, entre os Municípios de São Bento do Sul e Rio Negrinho, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Adequar a capacidade da Rodovia BR-280/SC às necessidade do tráfego local por meio de construção de acessos e obras de melhoria, reduzindo com isso o número de acidentes e garantindo a segurança aos usuários da via.	
1558	Adequação de Trecho Rodoviário - Fortaleza - Pacajus - na BR-116 - no Estado do Ceará
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, obras de arte especiais, obras de arte corrente, drenagem superficial, pavimentação, sinalização, obras complementares, iluminação e preservação ambiental, numa extensão de 48,5 km, no trecho rodoviário entre os municípios de Fortaleza e Pacajus/CE. A ação inclui a construção de um viaduto no entroncamento da cidade de Horizonte, ruas laterais e obras de arte diversas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade de tráfego pela incorporação de melhoramentos e duplicação de segmentos rodoviários saturados, reduzindo os custos de transporte de carga e passageiros, proporcionando melhores condições para intercâmbio da área metropolitana de Fortaleza com estados vizinhos e com as regiões Sul e Sudeste do país.	
1B99	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - São Raimundo Nonato - na BR-020 - no Estado do Piauí
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplanagem, obras de arte correntes, especiais e complementares, no trecho rodoviário de 55 km de extensão entre a divisa com a Bahia e São Raimundo Nonato/PI. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte para a ligação do centro-oeste com o nordeste, principalmente, na rota Brasília - Picos - Fortaleza.	
1C09	Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135 - no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Serviço de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares e fiscalização, num trecho de 111,0 Km entre a Divisa BA/MG e o Município de São Desidério, no Estado da Bahia. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar condições permanentes de trafegabilidade à rodovia, facilitar o escoamento da produção, agir como fomentador do desenvolvimento da região e de sua interligação com Estados vizinhos.	
1D02	Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Abunã - na BR-364 - no Estado de Rondônia
<i>Descrição:</i> Construção de ponte sobre o rio Madeira, em concreto, e, com vão principal de 165 m. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar ligação rodoviária sobre o rio Madeira, com vistas a incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas e Acre com os países da fronteira norte do Brasil.	
1D70	Construção de Trecho Rodoviário - Ventania - Alto do Amparo - na BR-153 - no Estado do Paraná
<i>Descrição:</i> Serviços de pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares e preservação do meio ambiente, num trecho de 82,4 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar escoamento da produção, reduzir custos de transporte, bem como interligar a região com outros estados.	
1J59	Construção de Trecho Rodoviário - Guarantã do Norte - Divisa MT/PA - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Pavimentação de trecho rodoviário, envolvendo serviços de terraplenagem, drenagem, obras de arte correntes e pavimentação num trecho de 53,0 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Reduzir o custo de transporte associado ao custo operacional dos veículos e à segurança dos usuários, para atender os principais corredores de exportação com rodovia em condição adequada de trafegabilidade.	
1K17	Construção de Contorno Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-116 - Entroncamento BR-101 - Porto de Sepetiba - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Serviços de pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares e preservação do meio ambiente, num trecho de 73,0 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer mais uma alternativa de tráfego no Estado do Rio de Janeiro com este arco rodoviário.	
1K19	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-235 - Pedra Branca - na BR-101 - no Estado de Sergipe
<i>Descrição:</i> Serviço de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente e complementares e preservação do meio ambiente, num trecho de 14,3 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Reduzir o custo de transporte associado ao custo operacional dos veículos e à segurança dos usuários, para atender os principais corredores de exportação com rodovia em condição adequada de trafegabilidade.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1K23	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Serviços de pavimentação, restauração, drenagem, sinalização, obras complementares e preservação do meio ambiente, num trecho de 79,0 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Reduzir o custo de transporte associado ao custo operacional dos veículos e à segurança dos usuários, para atender os principais corredores de exportação com rodovia em condição adequada de trafegabilidade.	
1K53	Obras Complementares no Trecho Rodoviário - Entroncamento RS-326 (PI/Ivoti) - Ponte Rio Guaíba - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras-de-arte especiais, correntes e complementares e serviços de proteção ambiental em 36,0 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar maior fluidez e segurança no tráfego urbano saturado, com a finalidade de melhorar as condições de circulação para os usuários da região metropolitana de Porto Alegre.	
2036	Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal
<i>Descrição:</i> Estudos e projetos para planejamento, organização, arrecadação e operação da ação fiscalizadora do trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos de controle eletrônico de velocidade, com a criação e com a manutenção dos sistemas operacionais e de controle das diversas ações, interligados aos DETRAN's e aos bancos arrecadadores, relacionados na Lei nº 9.503/97, e aos instrumentos legais que dão respaldo à ação. <i>Estudos e projetos para planejamento, estudos econômicos, projetos rodoviários, organização e operação do Plano Nacional de Contagem Volumétrica de Trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais.</i> <i>Levantamento de dados sobre as velocidades operacionais e as cargas por eixo para os veículos de carga e de transporte coletivo, com vistas à definição de políticas de construção, manutenção e administração de rodovias, vinculadas à política multimodal de transportes, e à fiscalização de excesso de peso por balanças móveis.</i> <i>Finalidade:</i> Proporcionar segurança aos usuários das rodovias federais, por intermédio do controle da velocidade, e preservar os pavimentos pelo monitoramento de cargas e pelo controle estatístico por eixo de veículos.	
20DD	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado de Goiás
<i>Descrição:</i> Restauração e conservação das pistas de rolamento, dos acostamentos, dos dispositivos de drenagem, manutenção dos taludes de cortes e aterros, manutenção e execução de obras de contenção, sinalização vertical, horizontal e semafórica, iluminação, recuperação de obras-de-arte correntes e especiais, construção de passarelas e outras obras e serviços complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, de acordo com as suas características técnicas originais, promovendo a redução dos custos de transporte e proporcionando maior segurança e conforto aos usuários.	
20DE	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Restauração e conservação das pistas de rolamento, dos acostamentos, dos dispositivos de drenagem, manutenção dos taludes de cortes e aterros, manutenção e execução de obras de contenção, sinalização vertical, horizontal e semafórica, iluminação, recuperação de obras-de-arte correntes e especiais, construção de passarelas e outras obras e serviços complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, de acordo com as suas características técnicas originais, promovendo a redução dos custos de transporte e proporcionando maior segurança e conforto aos usuários.	
20DF	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Pará
<i>Descrição:</i> Restauração e conservação das pistas de rolamento, dos acostamentos, dos dispositivos de drenagem, manutenção dos taludes de cortes e aterros, manutenção e execução de obras de contenção, sinalização vertical, horizontal e semafórica, iluminação, recuperação de obras-de-arte correntes e especiais, construção de passarelas e outras obras e serviços complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, de acordo com as suas características técnicas originais, promovendo a redução dos custos de transporte e proporcionando maior segurança e conforto aos usuários.	
20DQ	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Acre
<i>Descrição:</i> Restauração e conservação das pistas de rolamento, dos acostamentos, dos dispositivos de drenagem, manutenção dos taludes de cortes e aterros, manutenção e execução de obras de contenção, sinalização vertical, horizontal e semafórica, iluminação, recuperação de obras-de-arte correntes e especiais, construção de passarelas e outras obras e serviços complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, de acordo com as suas características técnicas originais, promovendo a redução dos custos de transporte e proporcionando maior segurança e conforto aos usuários.	
20DR	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado de Rondônia
<i>Descrição:</i> Restauração e conservação das pistas de rolamento, dos acostamentos, dos dispositivos de drenagem, manutenção dos taludes de cortes e aterros, manutenção e execução de obras de contenção, sinalização vertical, horizontal e semafórica, iluminação, recuperação de obras-de-arte correntes e especiais, construção de passarelas e outras obras e serviços complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, de acordo com as suas características técnicas originais, promovendo a redução dos custos de transporte e proporcionando maior segurança e conforto aos usuários.	
20DS	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado de Roraima
<i>Descrição:</i> Restauração e conservação das pistas de rolamento, dos acostamentos, dos dispositivos de drenagem, manutenção dos taludes de cortes e aterros, manutenção e execução de obras de contenção, sinalização vertical, horizontal e semafórica, iluminação, recuperação de obras-de-arte correntes e especiais, construção de passarelas e outras obras e serviços complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, de acordo com as suas características técnicas originais, promovendo a redução dos custos de transporte e proporcionando maior segurança e conforto aos usuários.	

Programa / Ação

[illegible]

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

[illegible]

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20EB	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Amazonas
<i>Descrição:</i> Restauração e conservação das pistas de rolamento, dos acostamentos, dos dispositivos de drenagem, manutenção dos taludes de cortes e aterros, manutenção e execução de obras de contenção, sinalização vertical, horizontal e semafórica, iluminação, recuperação de obras-de-arte correntes e especiais, construção de passarelas e outras obras e serviços complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, de acordo com as suas características técnicas originais, promovendo a redução dos custos de transporte e proporcionando maior segurança e conforto aos usuários.	
20EC	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Restauração e conservação das pistas de rolamento, dos acostamentos, dos dispositivos de drenagem, manutenção dos taludes de cortes e aterros, manutenção e execução de obras de contenção, sinalização vertical, horizontal e semafórica, iluminação, recuperação de obras-de-arte correntes e especiais, construção de passarelas e outras obras e serviços complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, de acordo com as suas características técnicas originais, promovendo a redução dos custos de transporte e proporcionando maior segurança e conforto aos usuários.	
20ED	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Rio Grande do Norte
<i>Descrição:</i> Restauração e conservação das pistas de rolamento, dos acostamentos, dos dispositivos de drenagem, manutenção dos taludes de cortes e aterros, manutenção e execução de obras de contenção, sinalização vertical, horizontal e semafórica, iluminação, recuperação de obras-de-arte correntes e especiais, construção de passarelas e outras obras e serviços complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Garantir condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, de acordo com as suas características técnicas originais, promovendo a redução dos custos de transporte e proporcionando maior segurança e conforto aos usuários.	
2325	Operação do Sistema de Pesagem de Veículos
<i>Descrição:</i> Utilização de balanças dinâmicas automatizadas, conferência do peso por eixo e do peso bruto total dos veículos em movimento nas principais rotas de transporte de carga; utilização de banco de dados estatísticos para efeito de planejamento e pesquisa rodoviária, principalmente no que tange à busca de nova metodologia para dimensionamento do pavimento que servirá de apoio à infraestrutura de controle, bem como para elaboração de projetos na área de Engenharia; ligação de equipamentos de informática ao sistema de pesagem para registro automático do excesso de peso no prontuário do veículo e as demais ocorrências de irregularidade; e, no ato da infração, emissão da notificação e posteriormente expedição de multa. <i>Finalidade:</i> Evitar a deterioração precoce das rodovias federais, causada pelo tráfego de veículos com excesso de peso.	
2346	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
<i>Descrição:</i> Execução permanente da fiscalização da prestação do serviço delegado, serviços regulares e serviços especiais de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, além de coibir o transporte irregular, aplicando autuações e zelando pela boa qualidade dos serviços prestados. <i>Finalidade:</i> Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, por intermédio da verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor.	
2347	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas
<i>Descrição:</i> Execução permanente da fiscalização do transporte rodoviário de carga, aplicando autuações por descumprimento à legislação quanto ao excesso de peso, nas rodovias federais concedidas, vale pedágio obrigatório, transporte rodoviário internacional de cargas e ao registro nacional do transportador rodoviário de cargas. <i>Finalidade:</i> Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário de cargas pela verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor, em particular na realização do transporte dentro dos limites de peso, nas rodovias federais concedidas, no fornecimento do vale pedágio obrigatório, no transporte rodoviário internacional de cargas e no cumprimento da regulamentação quanto ao registro nacional do transportador rodoviário de cargas.	
2907	Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura Rodoviária
<i>Descrição:</i> Verificação dos encargos previstos em contratos e convênios, controle por resultados, com ênfase na observância das especificações, dos parâmetros e dos padrões de qualidade estabelecidos e nas normas técnicas aplicáveis; homologação dos reajustes das tarifas de pedágio e revisão destas; expansão da capacidade da rodovia, assim como da modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações vinculadas às rodovias. <i>Finalidade:</i> Assegurar rodovias em boas condições de trafegabilidade aos usuários, mediante a verificação do cumprimento das disposições contratuais e das metas estabelecidas nos contratos celebrados com as empresas concessionárias e nos convênios de delegação com os Estados da Federação.	
3766	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - Osório/RS - na BR-101 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Realização de construção de nova pista e restauração da pista existente para adequação da capacidade da rodovia com a execução de serviços de pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares túneis, obras-de-arte especiais e preservação do meio ambiente, no trecho rodoviário entre a divisa SC/RS e o Município de Osório/RS, com extensão de 88,5 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos Estados das regiões Sudeste e Sul do Brasil, através da rodovia BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul, promovendo a integração dessas regiões com os países do Mercosul, particularmente o Uruguai e a Argentina, por ser a rodovia de ligação com pólos industriais e ser de rota turística, é necessário garantir níveis de acessibilidade satisfatórios no atendimento do trânsito que demandam as comunidades ao longo do traçado da rodovia, minimizando, assim, o índice de acidentes.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

3E49	Adequação de Acesso Rodoviário - na BR-101 - Acesso ao Porto de Itaguaí - no Estado do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras-de-arte especiais, correntes e complementares e serviços diversos, numa extensão total de 3,5 km de rodovia duplicada, e no trecho existente, restauração do pavimento (sub-base, base e revestimentos), dos acostamentos, da sinalização horizontal e vertical, das obras-de-arte especiais, da recuperação dos dispositivos de drenagem (bueiros, canaletas, meio fio entre outros) e de serviços de segurança. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Ampliar a capacidade de tráfego do trecho rodoviário do acesso ao Porto de Sepetiba na rodovia BR-101 no Estado do Rio de Janeiro, garantindo segurança aos seus usuários: caminhões, veículos de veranistas e local, bicicletas e pedestres; descongestionar o tráfego de veículos pesados e leves de longa distância que provocam retenção no trânsito e danificam o pavimento, tendo em vista a rodovia fazer ligação com pólos industriais e ser de rota turística.	
3E50	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (Manilha) - Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Duplicação e restauração da pista existente, envolvendo serviços de pavimentação, restauração, drenagem, sinalização, obras complementares e meio ambiente no trecho com extensão total de 26 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Atender os principais corredores de exportação, melhorando as condições da rodovia visando a redução do custo de transporte associados à redução do custo operacional dos veículos e ao aumento da segurança dos usuários.	
3E56	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Itajaí - na BR-101 - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Implantação de via expressa com 6,3 km de extensão no acesso à BR-101, incluindo: serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras-de-arte especiais, correntes e complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Adequar o acesso ao Porto de Itajaí, onde o escoamento de cargas atualmente é realizado através das vias urbanas da cidade de Itajaí o que provoca congestionamentos com retenção dos veículos de carga e, conseqüentemente, gera aumentos nos tempos e custos de transporte. Além disso, provoca um grande transtorno ao trânsito e a população local.	
4482	Julgamento de Recursos Administrativos a Multas de Trânsito
<i>Descrição:</i> Propiciar os recursos humanos e materiais para o pleno funcionamento das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI's, a cargo do DNIT, que são responsáveis pelo julgamento de recursos interpostos contra penalidades aplicadas pelo órgão relativo as multas de trânsito. <i>Finalidade:</i> Assegurar o cumprimento das leis, decretos-leis e decretos que regem o trânsito e o transporte nas rodovias federais, beneficiando a sociedade brasileira.	
5789	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Volta Redonda - na BR-393 - no Estado do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de artes especiais, sinalização e obras complementares nos segmentos do contorno, com extensão de 12,54 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Retirar o tráfego de veículos pesados do perímetro urbano da cidade de Volta Redonda para permitir melhores condições no escoamento da produção na região que abrange os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro e São Paulo. Sendo assim, melhorando a fluidez da rota São Paulo - Salvador.	
5E15	Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242 - no Estado do Tocantins
<i>Descrição:</i> Serviço de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares e fiscalização numa extensão de 243,8 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Construir rodovia que liga o Estado do Tocantins com a Bahia e Mato Grosso, via essencial para escoamento da produção agrícola do sul do Tocantins, do norte de Goiás, do Mato Grosso e do oeste Bahiano. Além de atender o transporte de projetos de irrigação do Formoso e Javaés, esta rodovia contribui para o aceleramento do desenvolvimento do sudeste do Tocantins.	
6391	Regulação e Supervisão das Rodovias Concedidas aos Estados por meio de Convênios de Delegação
<i>Descrição:</i> Verificação dos encargos previstos em convênios, especialmente os que se referem à execução das obras e dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação e melhoramento da rodovia, dos seus respectivos acessos e áreas de serviços; controle por resultados, com ênfase na observância das especificações, dos parâmetros e dos padrões de qualidade estabelecidos e nas normas técnicas aplicáveis, homologação dos reajustes e tarifas de pedágio e revisão destas; expansão da capacidade da rodovia, assim como da modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações vinculadas às rodovias. <i>Finalidade:</i> Regular e supervisionar as obras, serviços e tarifas de pedágio das rodovias concedidas aos Estados por meio de convênios de delegação.	
7152	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-170 (Ilicínea) - Entroncamento BR-491/MG-050 (São Sebastião do Paraíso) - na BR-265 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Serviço de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares e fiscalização, em trecho com extensão de 103,0 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Pavimentar a rodovia, de forma a dar mais mobilidade ao tráfego de veículos pesados e leves.	
7242	Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432 - no Estado de Roraima
<i>Descrição:</i> Obras de terraplanagem, obras de arte correntes e especiais, drenagem, obras complementares, proteção ambiental, pavimentação e sinalização horizontal e vertical num trecho rodoviário de 26 Km entre os municípios de Cantá e Novo Paraíso, no Estado de Roraima. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Propiciar o escoamento da produção agropecuária, bem como interligar essa região com outros Estados.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7435	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101 - no Estado de Pernambuco
<i>Descrição:</i> Construção de nova pista, restauração da pista existente, viadutos, obras de arte especiais, correntes e complementares, drenagem, pavimentação, sinalização, iluminação e preservação ambiental, no trecho de 66,0 km de extensão, situado entre as divisas com os Estados da Paraíba e Alagoas. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Melhorar as condições de tráfego na rodovia BR-101 no Estado de Pernambuco, por ser uma região de intensa atividade econômica com elevado índice de veículos, com cerca de 9.700 veículos/dia, sendo a rodovia de ligação com pólos industriais e por ser uma rodovia de rota turística.	
7441	Construção de Trecho Rodoviário - Jerumenha - Bertolínia - Eliseu Martins - na BR 135 - no Estado do Piauí
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares e fiscalização, numa extensão total de 61,3 km de rodovia compreendida entre os Municípios de Bertolínia, Jerumenha e Eliseu Martins, no Estado do Piauí. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Ligar a região nordeste com o Distrito Federal, reduzindo o custo de transportes, sobretudo nos itens de consumo de combustíveis e desgaste da frota de veículos.	
7474	Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entroncamento BR-101 - na BR-418 - no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras-de-arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental, serviços diversos e fiscalização num trecho de 84,5 Km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Ampliar e melhorar os sistemas viários utilizados para integração e acesso às áreas turísticas, com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável do turismo do Estado da Bahia.	
7530	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470 - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Duplicação de 62 km, envolvendo serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental, serviços diversos e fiscalização. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade do tráfego pela incorporação e pela duplicação de segmentos rodoviários saturados, reduzindo o custo de transporte na região, para possibilitar o intercâmbio da produção regional e transporte seguro aos usuários.	
7542	Adequação de Trecho Rodoviário - Brasília - Divisa DF/GO - na BR-060 - no Distrito Federal
<i>Descrição:</i> Duplicação da pista existente, envolvendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem e obras de arte correntes, especiais e complementares em um trecho de 31,5 Km entre o Distrito Federal e a divisa DF/GO. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade do tráfego na rodovia BR-060 no Distrito Federal, almejando a melhoria de segmentos rodoviários saturados, reduzindo o custo de transporte de carga, para possibilitar o intercâmbio da produção regional, tendo em vista a rodovia interceptar uma região produtora agrícola com média anual de 550.000 a 2.200.000 toneladas de grãos e outros segmentos superando a média anual de 2.200.000 toneladas de grãos e fazer ligação com pólos industriais, e também para proporcionar maior segurança aos usuários, sendo esta rodovia de suma importância como rota turística.	
7560	Adequação de Trecho Rodoviário - Km 0 - Águas Lindas de Goiás - na BR-070 - no Estado de Goiás
<i>Descrição:</i> Duplicação da pista existente, envolvendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem e obras de arte correntes, especiais e complementares, em um trecho de 17,0 Km, compreendido entre a divisa do Distrito Federal com o Estado de Goiás e o Município de Águas Lindas de Goiás. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade do tráfego pelo melhoramento de segmentos rodoviários saturados, reduzindo o custo de transporte de carga que abrange o Estado de Goiás, para possibilitar o intercâmbio da produção regional e o transporte seguro aos usuários.	
7624	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101 - no Estado de Alagoas
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, obras de arte especiais, obras de arte corrente, drenagem superficial, pavimentação, sinalização, obras complementares, iluminação e preservação ambiental, no trecho com 248,4 km de extensão, situado entre as divisas com os Estados de Sergipe e Pernambuco. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade de tráfego pela incorporação de melhoramentos e duplicação de segmentos rodoviários saturados, reduzindo os custos de transporte de carga e passageiros, proporcionando melhores condições para os usuários desta rodovia com os estados vizinhos.	
7626	Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - Divisa RN/PB - na BR-101 - no Estado do Rio Grande do Norte
<i>Descrição:</i> Construção de nova pista, restauração da pista existente, viadutos, obras de arte especiais, correntes e passarelas, proteção ambiental e serviços diversos, no trecho rodoviário entre o Município de Natal/RN e a Divisa com o Estado da Paraíba, com 81,4 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Melhorar as condições de tráfego na rodovia BR-101 no Estado do Rio Grande do Norte, por ser uma região de intensa atividade econômica e elevada quantidade de veículos, com cerca de 8.300 veículos/dia, reduzir o custo do transporte na região e aumentar a segurança dos usuários ao longo da rodovia, sendo a rodovia de ligação com pólos industriais e ser de rota turística.	
7630	Adequação de Trecho Rodoviário - Santa Cruz - Mangaratiba - na BR-101 - no Estado do Rio de Janeiro
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte corrente e especiais, além da sinalização horizontal e vertical, e serviços diversos, visando à duplicação de 26,2 km da pista existente no trecho que compreende os Municípios de Santa Cruz e Itacurussá e mais 3 km do Acesso ao porto de Sepetiba. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade de tráfego, na rodovia BR-101 no Estado do Rio de Janeiro, pela incorporação de melhoramentos e duplicação de segmentos rodoviários saturados, reduzindo o custo de transporte, para possibilitar o intercâmbio da produção entre as regiões circunvizinhas e a diminuição do tempo de viagem, sendo a rodovia de ligação com pólos industriais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7730	Estudo para o Aprimoramento de Outorgas de Rodovias
<i>Descrição:</i> Análise detalhada do modelo de concessões de rodovias federais já implantado, das experiências dos vários Estados da Federação na concessão de rodovias federais e estaduais, e, ainda, dos modelos utilizados por outros países da Europa e da América Latina. Desenvolvimento de modelos, de forma a estabelecer uma política apropriada para o programa de Concessão Rodoviária. <i>Finalidade:</i> Fornecer suporte para o planejamento e implementação do Programa Federal de Concessões Rodoviárias.	
7E79	Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080 - no Estado de Goiás
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplanagem, obras de arte correntes, complementares, sinalização horizontal e vertical, meio ambiente numa extensão de 223 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover o desongestionamento do tráfego das BR-060 e 153, gerando segurança, reduzindo custos e tempo de deslocamento, bem como proporcionar facilidades no escoamento de produtos agropecuários, fomentar atividades turísticas e de empreendimentos minerais, além de se constituir em rodovia de integração na região.	
7E87	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-153 - Divisa MG/GO - na BR-364 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplanagem, obras de arte correntes, complementares, sinalização horizontal e vertical, meio ambiente numa extensão de 167,2 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Facilitar o escoamento da produção agrícola do sudoeste goiano e do Triângulo Mineiro para os portos e mercados de outras regiões do País.	
7E90	Adequação de Trecho Rodoviário - Carpina - Entroncamento BR-232 - na BR-408 - no Estado de Pernambuco
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplanagem, obras de arte especiais, obras de arte corrente, drenagem superficial, pavimentação, sinalização, obras complementares, preservação ambiental num trecho de 22,1 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade de tráfego na rodovia BR-408 no Estado de Pernambuco, pela incorporação de melhoramentos de segmentos rodoviários saturados, reduzindo o custo de transporte de cargas para possibilitar o intercâmbio da produção na região do nordeste e outras regiões do País, bem como proporcionar a diminuição do tempo de viagem, além de promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região.	
7F51	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235 - No Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplanagem, obras de arte correntes, complementares, e, se houver necessidade, as especiais, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente, em 664 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover a eficiência e efetividade nos fluxos de transporte no Estado da Bahia.	
7G16	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Serviço de terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais, correntes e complementares, fiscalização e preservação do meio ambiente, em trecho com extensão de 10,0 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Reduzir o custo de transporte associado ao custo operacional dos veículos e à segurança dos usuários, para atender os principais corredores de exportação com rodovia em condição adequada de trafegabilidade.	
7I40	Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060 - no Estado de Goiás
<i>Descrição:</i> Duplicação do trecho abrangendo serviços de terraplanagem, pavimentação, obras-de-arte especiais e serviços diversos, numa extensão de 302,9 km de rodovia, que compreende o trecho entre Goiânia e Jataí. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o aumento da capacidade de tráfego, na rodovia BR-060/GO, pela incorporação de melhoramentos de segmentos rodoviários, reduzindo o custo de transporte de cargas para possibilitar o intercâmbio da produção entre as regiões. A intervenção possibilitará também a redução do número de acidentes no trecho bem como a diminuição do tempo de viagem.	
7I74	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Chapecó - na BR-480 - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Implantação de um anel viário de contorno do Município de Chapecó composto de duas faixas de rolamento de 3,5 m de largura cada e acostamentos pavimentados com 2,0 m para cada lado, além de 8 interseções, entre a BR-282/SC (km 530) e a SC-480, com extensão total de 25,44 km, compreendendo serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Retirar o tráfego de passagem da região central de Chapecó, dando maior segurança e conforto para os deslocamentos na região.	
7I84	Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319 - no Estado de Rondônia
<i>Descrição:</i> Construção de Ponte na BR-319 sobre o Rio Madeira, com extensão de 996 m e construção dos acessos, incluindo serviços de terraplanagem, pavimentação e proteção ao meio ambiente. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar a travessia do Rio Madeira fazendo a ligação entre o Amazonas com o restante do país, possibilitando o aumento da capacidade do tráfego na BR-319, reduzindo o custo de transportes de carga na região, dando segurança e conforto aos usuários.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7J39	Construção de Trecho Rodoviário - Uiraúna - Poço Dantas - na BR- 434 - no Estado da Paraíba
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplanagem, obras de arte correntes, complementares, e, se houver necessidade, as especiais, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente, no trecho rodoviário com extensão de 18 km entre Uiraúna e Poço Dantas, na BR-434 no estado da Paraíba. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Melhoria do tráfego na região, com benefícios socioeconômicos para a população de toda a Região.	
7K18	Construção de Ponte sobre o Rio Paraná - Três Lagoas - Castilho - na BR-262 - no Estado de São Paulo
<i>Descrição:</i> Construção de ponte sobre o rio Paraná com 1.350 metros de extensão em pista simples. Serão construídos 7,5 km de acesso, sendo 50% de cada lado dos Municípios de Três Lagoas e Castilho. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Possibilitar o escoamento de produção entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul e reduzir o tráfego de veículos pela estrutura da Usina Hidrelétrica de Jupia.	
7K23	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487 - no Estado do Paraná
<i>Descrição:</i> Construção de trecho com 186,9 km de extensão, compreendendo serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos Estados do Paraná, São Paulo, Goiás e Mato Grosso.	
7L03	Adequação de Anel Rodoviário - no Município de Fortaleza - no Estado do Ceará
<i>Descrição:</i> Duplicar e restaurar 32 quilômetros da rodovia. A pista atual receberá um reforço no pavimento asfáltico e uma nova via será construída em cimento. A duplicação do anel rodoviário será da CE-040 até a BR-222, continuando no quilômetro seis da BR-020 até a lagoa do Tabapuá. Além disso, sete viadutos e cinco contornos também serão construídos para possibilitar maior fluidez no tráfego e um canteiro central de aproximadamente 10 metros possibilitará outra duplicação da pista no futuro. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Constituir no principal eixo rodoviário do Município de Fortaleza, permitindo dessa forma, aumentar a segurança do tráfego de veículos nos trechos alargados, que passarão a ter duas faixas de rolamento; reduzir o tempo de percurso pela rodovia; melhorar o acesso à área do Complexo Industrial e Portuário do Pecém; melhorar a ligação entre as rodovias federais BR-116 e BR-020, pelo Anel Rodoviário e as rodovias estaduais CE-040, CE-060, CE-065, CE-348 e CE-422; melhorar a ligação entre as principais áreas industriais da Região Metropolitana – de Maracanaú, Pacatuba, Eusébio, Pacajus e Horizonte – com o Porto do Pecém e a região Norte do País; e beneficiar o transporte de mercadorias para o Porto do Pecém.	
7L04	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplanagem, pavimentação, obras-de-arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental, serviços diversos e fiscalização, além de obras para o disciplinamento do tráfego nas travessias urbanas da rodovia que abrange 220,0 km, num trecho compreendido entre o entroncamento da BR-290 (p/Eldorado do Sul) até o acesso ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Aumentar a capacidade de tráfego, com a duplicação da rodovia, no trecho sul da BR-116/RS, próximo a Porto Alegre até o acesso a Pelotas, que apresenta saturação de tráfego em razão do volume de veículos rumo a capital gaúcha, além de ser uma das rotas estratégicas do Mercosul e ligação fundamental com o Super-Porto Internacional de Rio Grande.	
7L92	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia - no Município de Xambioá - na BR-153 - no Estado do Tocantins
<i>Descrição:</i> Construção da ponte sobre o Rio Araguaia que liga as cidades de Xambioá e São Geraldo com 1.700 metros de extensão., compreendendo serviços de terraplanagem, pavimentação, obras complementares, sinalização e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Interligar os estados do Tocantins e do Pará, para facilitar o intercâmbio comercial e o tráfego de pessoas e cargas.	
7M32	Construção de Trecho Rodoviário - Piancó - Nova Olinda - na BR-426 - no Estado da Paraíba
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplanagem, obras de arte correntes, especiais e complementares, sinalização e proteção ambiental numa extensão de 37 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover a eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região.	
7M33	Construção de Trecho Rodoviário - São João do Rio do Peixe - Marizópolis - na BR-405 - no Estado da Paraíba
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares, componentes ambientais, obras de artes especiais e outros serviços, numa extensão de 18 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover a ligação da BR-230/PB até Areia Branca/CE ligando a região do sertão da Paraíba até o Rio Grande do Norte.	
7M50	Construção de Acesso Rodoviário ao Aeroporto Regional Sul - na BR-101 - No Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Construção de trecho rodoviário em pista simples, extensão total de 6 km que compreende serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem, acostamentos, sinalização e obras complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Melhoramento das condições de acessibilidade ao Aeroporto Regional Sul, a partir da BR-101/SC.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7M51	Construção de Ponte sobre o Rio Paraná (entre Paulicéia/SP e Brasilândia/MS) - na BR-158 - no Estado de São Paulo
<i>Descrição:</i> Desapropriação, serviços de terraplenagem, obras de arte correntes, especiais e complementares, pavimentação, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente em 1.700 m, incluindo a construção de alça de acesso à ponte pelo lado de São Paulo e a pavimentação do acesso ao empreendimento pelo lado do Mato Grosso do Sul, que se constituem em exigências por parte da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, além de outras intervenções necessárias a execução da obra. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover a ligação permanente entre os Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, além de proporcionar nova alternativa para o tráfego entre as regiões Centro Oeste e Sul do país.	
7M63	Adequação de Trecho Rodoviário - km 714 - km 725 - na BR-364 - no Estado de Rondônia
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização obras complementares, componentes ambientais, obras de artes especiais e outros serviços numa extensão de 22,0 km da rodovia. A obra inclui a travessia Urbana de Porto Velho e Viadutos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar escoamento de produção, bem como interligar a região com outros estados.	
7M64	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-472 - Fronteira Brasil/Argentina - na BR-468 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Continuação da pavimentação dos 6 últimos km ainda não pavimentados da BR-468, que envolve serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover eficiência e efetividade no fluxo de transporte na BR-468 no Estado do Rio Grande do Sul.	
7M65	Construção de Trecho Rodoviário - Lagoa Vermelha - Barracão - na BR-470 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares, componentes ambientais, obras de artes especiais e outros serviços numa extensão de 75 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover eficiência e efetividade no fluxo de transporte na BR-470 no Estado do Rio Grande do Sul.	
7M66	Construção de Trecho Rodoviário - Bom Jesus - Divisa RS/SC - na BR-285 - no Estado do Rio Grande do Sul
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares, componentes ambientais, obras de artes especiais e outros serviços numa extensão de 58,6 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Promover eficiência e efetividade no fluxo de transporte na BR-285, ligando a fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, passando por regiões de alta produção agrícola e de turismo, abrindo uma nova opção de ligação ao resto do País através da BR-101.	
7M68	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Juazeiro - na BR-407 - no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Adequação da travessia urbana com 9 km de extensão com duas pistas, alguns viadutos e rotatória para redirecionar o fluxo de veículos, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. A primeira pista vai fazer a ligação entre a Ponte Presidente Dutra e a BR 235, e a segunda via estará ligada à BR 407. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Solucionar o problema do tráfego pesado em Juazeiro tendo em vista o crescimento acelerado do número de caminhões que trafegam no centro da cidade em todos os horários, deixando o trânsito impraticável no Município.	
7M69	Adequação de Trecho Rodoviário - Formosa/GO - Sobradinho/DF - na BR-020 - na Região Centro Oeste
<i>Descrição:</i> Além da duplicação, o empreendimento prevê a construção de passarelas e obras complementares ao longo da rodovia. Os serviços serão executados em dois segmentos: o primeiro, do Balão do Colorado (km 0) a Sobradinho (km 9), onde haverá serviços de restauração da pista existente e serão construídas vias marginais para melhorar o acesso aos condomínios. Além disso, serão construídos três viadutos. No segundo segmento, entre Planaltina (km 23) e a divisa com o Estado de Goiás (km 57), a pista será duplicada, e um outro viaduto será construído no entroncamento com a DF-100, próximo a Formosa. O fluxo de tráfego neste trecho é de 15 mil veículos por dia. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Aumentar a capacidade de fluxo da via, para atender tanto ao tráfego de longa distância, tendo em vista que a BR-020 é o principal acesso da região Centro-Oeste do País ao Nordeste, bem como ao tráfego regional da área de influência de Brasília.	
7M71	Adequação de Trecho Rodoviário - BR-101 (Km 15,5) - Divisa ES/MG (Km 195,9) - na BR-262 - no Estado do Espírito Santo
<i>Descrição:</i> Serviços de adequação, pavimentação asfáltica, sinalização horizontal e vertical, obras de arte especial num trecho de 140,2 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Viabilizar uma rodovia alternativa para o corredor leste de exportação e aumento da demanda de Volume Médio Diário regional.	
7M76	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, correntes e complementares, proteção ambiental e fiscalização, no trecho compreendido entre a Divisa MS/MT e a Divisa MT/PA com 1.121,0 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Propiciar o escoamento da produção do Estado.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7M78	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 - Alcinópolis - na BR-359 - no Estado do Mato Grosso do Sul
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização obras complementares, componentes ambientais, obras de artes especiais e outros serviços numa extensão de 123,3 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Interligar os municípios da região norte e nordeste do Estado de Mato Grosso do Sul e a BR-163 com os Estados de Goiás e Mato Grosso.	
7M79	Construção de Trecho Rodoviário - Alcinópolis - Divisa GO/MS - na BR-359 - no Estado do Mato Grosso do Sul
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, preservação do meio ambiente, demais obras complementares e sinalização, referentes a construção de trecho rodoviário com extensão de 97 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Facilitar o escoamento da produção. Além disso, a pavimentação da rodovia permitirá a instalação de novas empresas, atraídas principalmente pela localização geográfica, potencial econômico e o fato de Alcinópolis estar situada no meio de uma rodovia que liga os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.	
7M81	Construção de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Araxá - Divisa MG/SP - na BR-146 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Construção, pavimentação asfáltica, sinalização horizontal e vertical, obras de arte especial, na BR-146, entre Municípios de Patos de Minas, Araxá e a divisa dos estados de Minas Gerais com São Paulo, num trecho de 620,0 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Dar continuidade às obras da rodovia BR-146 e melhorar a infra-estrutura necessária para a ligação dos municípios e o escoamento da produção	
7M83	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 (Km 669,2) - Contorno Montes Claros - Trevo Mirabela (km 289,4) - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Serviço de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais, correntes e complementares, fiscalização e preservação do meio ambiente, em trecho com extensão de 300,0 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Reduzir o custo de transporte associado ao custo operacional dos veículos e à segurança dos usuários, para atender os principais corredores de exportação com rodovia em condição adequada de trafegabilidade.	
7M88	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104 - no Estado de Pernambuco
<i>Descrição:</i> Serviços de duplicação e restauração da pista existente que inclui: serviços de terraplenagem, pavimentação, obras-de-arte especiais, correntes e complementares, além de serviços de supervisão da obra e de desapropriação de propriedades inseridas na nova faixa de domínio, numa extensão de 51,4 km de rodovia duplicada. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Ampliar a capacidade do trecho da rodovia BR-104 no Estado de Pernambuco, de forma a descongestionar o tráfego de veículos pesados e leves de longa distância que provocam retenção no trânsito e melhorar as condições de movimentação de cargas do Estado.	
7M91	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Maringá - na BR-376 - no Estado do Paraná
<i>Descrição:</i> Execução de obras de implantação e pavimentação, serviços de terraplanagem, obras de arte correntes, especiais e complementares numa extensão de 17,6 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a integração da região, reduzindo os custos de transportes, bem como garantir a regularidade do transporte de pessoas e bens de produção durante todo o ano.	
7M92	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Cascavel - nas BRs 163/277/467/369 - no Estado do Paraná
<i>Descrição:</i> Serviços de pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares e preservação do meio ambiente, num trecho de 23,0 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Retirar o tráfego de veículos pesados do perímetro urbano da cidade de Cascavel para permitir melhores condições do tráfego e do escoamento da produção na região.	
7M93	Adequação de Contorno Rodoviário - no Município de Ponta Grossa - na BR-376 - no Estado do Paraná
<i>Descrição:</i> Construção de obras de implantação e pavimentação, incluindo passagens inferiores e vias marginais mediante serviços de terraplanagem, obras de arte correntes, especiais e complementares, trincheiras, alças e ampliação da capacidade das vias, numa extensão de 1,886 km, referentes ao contorno rodoviário de Ponta Grossa, na BR-376. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Separar o tráfego local do tráfego de longa distância, melhorando a eficiência da rodovia e evitando acidentes em cruzamentos.	
7M95	Adequação de Trecho Rodoviário - Anel Rodoviário de Belo Horizonte - Entroncamento MG-437/MGT-262 - Entroncamento BR-040/135/262/381 - Entroncamento BR-040/BR-356 - na BR-262/381/040 - no Estado de Minas Gerais
<i>Descrição:</i> Serviço de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais, correntes e complementares, fiscalização e preservação do meio ambiente, em trecho com extensão de 35,8 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Reduzir o custo de transporte associado ao custo operacional dos veículos e à segurança dos usuários, para atender os principais corredores de exportação com rodovia em condição adequada de trafegabilidade.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

7N22	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235 - No Estado do Piauí.
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplanagem, obras de arte correntes, complementares, e, se houver necessidade, as especiais, sinalização horizontal/vertical e meio ambiente, no trecho rodoviário com extensão de 435 km. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Facilitar o escoamento dos grãos produzidos no cerrado piauiense.	
7N41	Construção de Ponte sobre o Rio Cocó - no Município de Fortaleza - na BR-116 - no Estado do Ceará
<i>Descrição:</i> A ponte com 21,4 metros de largura, e extensão de 325 metros, será suspensa por cabos e seus pilares estarão fora da área de preservação permanente do rio. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Desafogar o trânsito na zona leste da Capital, principalmente na avenida Washington Soares, que hoje é a única ligação com as praias da Sabiaguaba e do Porto das Dunas, em Aquiraz. A nova ligação vai aproximar os destinos turísticos no litoral da Região Metropolitana.	
7N45	Construção de Interseção em Linha Férrea - no Município de Londrina - no Estado do Paraná
<i>Descrição:</i> Serão executados serviços preliminares, terraplenagem, drenagem pluvial, e obras de arte correntes, pavimentação, sinalização viária obras complementares – contenções, obra de arte especial (viaduto - rua São Benedito, viaduto - rua Oséias Furtoso e viaduto - linha férrea), remanejamento de redes de serviços públicos e projeto de iluminação pública. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Resolver conflitos entre o tráfego urbano e o ferroviário que tem causado sérios transtornos à população local e a circulação de comboios ferroviários.	
7N81	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Linhares - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo
<i>Descrição:</i> Adequação de obras de implantação e pavimentação de vias laterais, e obras complementares em 6 km de extensão da rodovia, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, melhoramentos e serviços complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos, serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a melhoria das condições da travessia urbana do município de Linhares na BR 101/ES, trazendo o retorno para a sociedade com a melhora na fluidez do tráfego e a redução de acidentes.	
7N84	Construção de Anel Rodoviário - no Município de Barreiras - na BR-020/135/242 - no Estado da Bahia
<i>Descrição:</i> Construção do anel rodoviário de Barreiras com 4 km de extensão, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos e serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Construir uma via alternativa de tráfego, de forma a retirar do perímetro urbano de Barreiras, o fluxo de veículos de longa distância, principalmente de cargas, que vem causando sérios transtornos ao tráfego urbano e a população local. Interligará as BR 020, BR 242 e BR 135.	
7N85	Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285 - no Estado de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Construção de trecho rodoviário de 20 km entre Timbé do Sul e a Divisa SC/RS, compreendendo obras de terraplenagem, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras de arte especiais e serviços complementares. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Integração econômica das regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul ao litoral Sul-catarinense e ao principal corredor rodoviário do Mercosul (BR-101) e Portos de Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul.	
7N88	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Itabaiana - na BR-235 - no Estado de Sergipe
<i>Descrição:</i> Execução das obras de melhoramentos e adequação da capacidade e segurança da travessia Urbana de Itabaiana com 10 km de extensão, incluindo a complementação e restauração das pistas laterais na Rodovia BR -235/SE, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais e correntes, obras complementares, sinalização, proteção ambiental, melhoramentos, serviços diversos. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Adequar a Rodovia BR-235/SE às necessidade do tráfego local ordenando o tráfego de passagem em perímetros urbanos, reduzindo com isso o número de acidentes e garantindo fluidez no trânsito e segurança aos usuários das vias.	
7P87	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Ji-Paraná - na BR-364 - no Estado de Rondônia
<i>Descrição:</i> Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras-de-arte correntes, especiais e complementares, proteção ambiental e serviços diversos no trecho rodoviário com 10 km de extensão. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Ampliar a capacidade da rodovia, de forma a descongestionar o tráfego de veículos pesados e leves de longa distância, contribuindo para a conservação do pavimento.	
7R27	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Candeias do Jamari - na BR-364 - no Estado de Rondônia
<i>Descrição:</i> Adequação da travessia com implantação e pavimentação de vias laterais, obras complementares, desapropriações e sinalização. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Proporcionar a melhoria das condições da travessia urbana do Município de Candeias do Jamari, trazendo o retorno para a sociedade com a melhora na fluidez do tráfego e a redução de acidentes.	
2076	Turismo
0454	Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional
<i>Descrição:</i> Implantação, expansão e modernização de empreendimentos com fins turísticos, abrangendo todos os segmentos envolvidos no setor. <i>Finalidade:</i> Apoiar projetos ou programas próprios considerados de elevado interesse para o desenvolvimento do turismo no País.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10V0	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística
<i>Descrição:</i> Apoio com recursos do OGU e contrapartida nacional do tomador à execução de estudos, projetos e obras para a melhoria da infraestrutura turística em áreas de expansão e de potencial turístico. <i>Finalidade:</i> Desenvolver o turismo nos Municípios brasileiros, principalmente por meio de adequação da infra-estrutura de forma que permita a expansão das atividades turísticas e a melhoria da qualidade do produto para o turista.	
10W8	Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR NE II
<i>Descrição:</i> Participação, inclusive com a contrapartida nacional em operação de financiamento de organismo internacional para a implementação do Programa, visando priorizar o financiamento de suas ações estruturadoras, dotando os estados e municípios participantes de instrumentos de gestão do turismo e gestão pública, como fortalecimento institucional, capacitação elaboração e implementação de Planos Municipais, e também, quando necessário, financiar obras de infra-estrutura em áreas de expansão e de potencial turístico. <i>Finalidade:</i> Reforçar o potencial turístico dos Estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo via priorização de ações que mantenham e expandam a crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico regional.	
10X0	Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional
<i>Descrição:</i> Auxiliar os Estados e Municípios elegíveis na preparação de suas propostas para obtenção de financiamento internacional e implantação dos Programas PRODETUR nas diversas regiões do país. <i>Finalidade:</i> Promover a estruturação de forma sustentável das regiões turísticas dos Estados brasileiros de forma a qualificar a oferta turística nacional, promovendo o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais.	
11YN	Elaboração de Estudos de Competitividade do Turismo Brasileiro
<i>Descrição:</i> Realização de estudos que possam referenciar as diversas categorias de atividades que integram o arranjo produtivo do turismo e apontar fatores para a melhoria e qualidade do produto turístico brasileiro com vistas à competitividade no mercado interno e externo. <i>Finalidade:</i> Desenvolver uma cultura de inteligência de mercado para subsidiar a formulação de políticas públicas e apoiar o processo de produção turística no País, visando à competitividade do turismo brasileiro.	
14KP	Adequação da Infraestrutura Turística Pública para os Grandes Eventos Esportivos
<i>Descrição:</i> Apoio a projetos para estruturação de infraestrutura turística visando à realização dos megaeventos esportivos no País. <i>Finalidade:</i> Dotar os destinos de infraestrutura turística adequada com o fim de garantir a qualidade dos produtos e serviços turísticos quando da realização dos megaeventos esportivos.	
20NJ	Elaboração de Estudos e Pesquisas das Oportunidades de Investimentos Turísticos na Amazônia
<i>Descrição:</i> Conjunto de estudos e pesquisas e divulgação de informações acerca das oportunidades de investimento no setor turístico Amazônia. Os estudos e pesquisas objetivam contemplar as diversidades da Região, através da geração de produtos e serviços baseados na riqueza da biodiversidade, dos ecossistemas regionais além das cidades amazônicas, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva da Região nos cenários turísticos: inter e intrarregional, nacional e mundial. <i>Finalidade:</i> Elaborar estudos, pesquisas e análises das oportunidades de investimentos no setor turístico da Amazônia para efeito de captação de investimentos, orientação e informação do investidor.	
2658	Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos
<i>Descrição:</i> Fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, visando o cumprimento dos dispositivos da legislação de turismo em vigor e orientação para o atendimento às normas reguladoras de suas atividades. <i>Finalidade:</i> Desenvolver ações de verificação do cumprimento dos dispositivos da legislação brasileira de turismo, bem como das normas reguladoras das atividades turísticas.	
2968	Fortalecimento do Sistema Nacional de Turismo
<i>Descrição:</i> Sensibilização e mobilização dos atores sobre a importância da descentralização, participação e integração nas políticas públicas do setor, apoio e fortalecimento dos órgãos oficiais e dos colegiados (fóruns e conselhos) de turismo em suas diferentes escalas, inclusive o funcionamento do Conselho Nacional de Turismo e do Comitê Interministerial de Facilitação Turística, realização da Conferência Nacional de Turismo e desenvolvimento e implementação de softwares e relatórios gerenciais, que visam propiciar o acompanhamento dos processos e resultados das ações empreendidas pelo Ministério do Turismo e Embratur, no processo de gestão da Política Nacional de Turismo. <i>Finalidade:</i> Formular, monitorar, avaliar e propor adequações nos processos de planejamento e implementação da Política Nacional de Turismo, com vistas ao atendimento dos objetivos e metas definidos no Plano Nacional de Turismo, em consonância com o planejamento governamental no setor de turismo.	
2B39	Fomento a Projetos de Desenvolvimento Turístico Local e de Inclusão Social
<i>Descrição:</i> Fomento e apoio a formulação e/ou implementação de projetos ou ações para o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo e a melhoria da qualidade de vida da população local, visando promover um turismo responsável e acessível a todos. <i>Finalidade:</i> Contribuir para o fomento do setor turístico enquanto atividade socioeconômica, dinâmica e competitiva que resulte na geração de emprego e distribuição de renda, na preservação do meio ambiente, na valorização das identidades culturais e no incremento do capital social.	
2C01	Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo
<i>Descrição:</i> Conjunto de estudos e pesquisas e divulgação de informações acerca das oportunidades de investimento e financiamento no setor turístico brasileiro <i>Finalidade:</i> Desenvolver ações de identificação de oportunidades de investimentos no setor turístico por meio de estudos, pesquisas e análises, e elaborar estratégias, mapear, desenvolver e adequar linhas de crédito e outros instrumentos financeiros, divulgar e orientar o setor e os investidores, com participação em eventos nacionais e internacionais.	
4038	Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional
<i>Descrição:</i> Realização de campanhas promocionais, ações de publicidade e propaganda, produção de material institucional e de divulgação, ações promocionais para divulgação e promoção do turismo interno, de forma a motivar o brasileiro a viajar e conhecer o seu país, aumentando o fluxo interno. <i>Finalidade:</i> Promover e divulgar o produto turístico brasileiro com a produção de material promocional, veiculação e ações promocionais para o aumento do fluxo turístico nacional.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4044	Cadastramento das Empresas, dos Empreendimentos e dos Profissionais de Turismo
<i>Descrição:</i> Cadastramento das empresas, empreendimentos, equipamentos e dos profissionais de turismo com vistas à formalização e ao controle de qualidade dos prestadores de serviços turísticos. <i>Finalidade:</i> Identificar e manter um sistema gerenciador para o controle de qualidade dos produtos e dos serviços turísticos.	
4048	Classificação das Empresas, Empreendimentos e Equipamentos Turísticos
<i>Descrição:</i> Classificação das empresas, empreendimentos e equipamentos com vistas ao controle de qualidade dos prestadores de serviços turísticos. <i>Finalidade:</i> Aprimorar os níveis de qualidade de produtos e serviços ofertados pelas empresas, empreendimentos e equipamentos turísticos.	
4054	Apoio a Projetos para a Integração dos Produtos Associados ao Destino Turístico
<i>Descrição:</i> Fomento e promoção dos produtos (artesanal, industrial, agropecuário, cultural, dentre outros) com potencial de associação ao turismo, para integrá-los ao mercado como componente de atratividade dos destinos e roteiros turísticos. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a diversificação da oferta turística e incremento do diferencial competitivo de destinos e roteiros, com o desenvolvimento e a integração da produção associada ao turismo.	
4084	Inventário da Oferta Turística
<i>Descrição:</i> Elaboração e estabelecimento de metodologia oficial unificada para inventariar a oferta turística; sistematização, avaliação e hierarquização de informações de interesse turístico e desenvolvimento de um sistema de informações e de canais de disseminação e disponibilização de dados e informações. <i>Finalidade:</i> Disponibilizar aos Municípios e às regiões turísticas brasileiras um instrumento orientador para o processo de planejamento.	
4092	Apoio ao Desenvolvimento das Regiões Turísticas Brasileiras
<i>Descrição:</i> Planejamento, organização e gestão das regiões turísticas: apoio à sensibilização e mobilização das comunidades; à organização dos municípios com vistas à regionalização; à identificação e fortalecimento de regiões turísticas; à formação de multiplicadores para o planejamento e a gestão das regiões turísticas; à institucionalização de instâncias de governança regionais (fóruns, conselhos, associações, agências etc.); à elaboração, implementação, monitoria e avaliação de planos estratégicos de desenvolvimento do turismo regional; à formalização de redes de relacionamentos; produção de material técnico, didático, institucional e realização de estudos e eventos para subsidiar a implementação das ações de regionalização do turismo. <i>Finalidade:</i> Apoiar o Desenvolvimento das Regiões Turísticas Brasileiras turísticas na gestão e planejamento da atividade turística de forma descentralizada e integrada com as políticas de Turismo, municipais, estaduais e nacional.	
4104	Sistema de Informações Turísticas
<i>Descrição:</i> Implementação de sistema que visa à estruturação e à disseminação de informações gerenciais sobre turismo, com a divulgação de dados estatísticos sobre o setor, mediante a consecução de estudos; pesquisas; concessão de prêmios para a produção de conhecimento científico; e análises correlatas, provendo de informações tanto a administração pública quanto a sociedade civil. <i>Finalidade:</i> Orientar e subsidiar políticas públicas e privadas relacionadas ao planejamento e desenvolvimento do segmento turístico. Disseminar o conhecimento e induzir publicações de qualidade sobre o turismo brasileiro.	
4120	Cooperação Técnica Internacional em Turismo
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de relações institucionais com outros países e organizações internacionais com vistas ao desenvolvimento do turismo e à troca de experiências no setor; suporte ao estabelecimento da cooperação técnica internacional recebida e ofertada no turismo; suporte à participação do Brasil em organismos multilaterais, como a Organização Mundial do Turismo e o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul); apoio, acompanhamento, avaliação e implantação de políticas e decisões internacionais no Brasil relacionadas ao desenvolvimento do turismo e a facilitação e incremento do fluxo turístico entre os países da América do Sul; apoio na elaboração e acompanhamento de reuniões e missões internacionais; identificação de melhores práticas internacionais em turismo para subsidiar a elaboração de políticas nacionais. <i>Finalidade:</i> Coordenar e apoiar as atividades de cooperação técnica internacional para a realização de prospecção e difusão de melhores práticas de turismo, de forma a subsidiar a elaboração de políticas nacionais formuladas pelo Ministério do Turismo ou por outros países.	
4590	Qualificação e Certificação de Profissionais, Equipamentos, Serviços e Produtos para o Desenvolvimento do Turismo
<i>Descrição:</i> Realização de cursos, seminários bem como ações para o desenvolvimento de metodologias, conteúdos, ferramentas tecnológicas e pedagógicas para o aprimoramento e atualização das competências profissionais, Apoio ao funcionamento do sistema de certificação para o turismo, elaboração de normas técnicas e a certificação de profissionais, de equipamentos e de sistemas de gestão, visando garantir a prestação de serviços com qualidade e segurança aos turistas. <i>Finalidade:</i> Melhorar e promoção da qualidade dos serviços turísticos no Brasil com a qualificação e/ou certificação de produtos serviços e equipamentos e aperfeiçoamento dos agentes da cadeia produtiva do turismo, nos diversos níveis hierárquicos tanto do setor público quanto privado	
4620	Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo Interno
<i>Descrição:</i> Realização de ação pontual promocional, que divulga e agrega valor à imagem do destino turístico de maneira pública, ofertando-o como produto ao mercado brasileiro, possibilitando, na oportunidade, aumento de emprego e renda e incremento do fluxo turístico. <i>Finalidade:</i> Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade dos produtos turísticos brasileiros.	
4622	Apoio à Estruturação de Destinos Turísticos
<i>Descrição:</i> Apoiar a estruturação de Destinos Turísticos por meio da capacitação dos atores locais para a gestão do turismo, fortalecimento da governança e a inter-relação dos destinos com suas respectivas regiões, bem como a organização de roteiros e de redes de integração interinstitucional e intersetorial. <i>Finalidade:</i> Apoiar a Estruturação e Gestão de Destinos Turísticos Brasileiros.	
4624	Apoio à Estruturação dos Segmentos Turísticos
<i>Descrição:</i> Formular, coordenar, acompanhar e articular políticas públicas para o ordenamento e desenvolvimento de segmentos turísticos; promover e apoiar estudos e pesquisas acerca da oferta e da demanda turística segmentada e fortalecer os arranjos institucionais e setoriais, relacionados aos seguintes segmentos turísticos: ecoturismo, aventura, pesca, cultural, rural, náutico, negócios e eventos, saúde, estudos e intercâmbio, sol e praia, esportes, com enfoque no turismo social e nos princípios da sustentabilidade. <i>Finalidade:</i> Apoiar o ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos, por meio da articulação e o fortalecimento de suas instâncias representativas e a padronização de referência conceitual, de modo a dar identidade a produtos turísticos, minimizar os efeitos da sazonalidade e aumentar e diversificar a oferta turística no mercado doméstico e externo.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

5130	Salão Brasileiro do Turismo - Roteiros do Brasil
<i>Descrição: Realização de eventos nacionais, com duração de aproximadamente cinco dias, aberto ao público em geral, com atividades paralelas contemplando o arranjo produtivo do setor, tais como: feira de apresentação de produtos turísticos, produção associada (artesanato, gastronomia etc.), rodadas de negócios, missões promocionais que consistem em "fan tour" (viagens de familiarização para agentes de viagens e operadores) e "press trip" (viagens de familiarização para mídia especializada), seminários, "workshops", encontros de Organismos Oficiais e área de comercialização. Os eventos nacionais serão anuais e de execução direta do MTur.</i> <i>Finalidade: Apresentar os produtos, roteiros, destinos e segmentos turísticos de qualidade, estruturados pelo processo de regionalização, valorizando a diversidade e as possibilidades de associação de produtos às atividades turísticas, para fins de promoção e comercialização.</i>	
8224	Promoção, Marketing e Apoio à Comercialização no Mercado Europeu
<i>Descrição: O Plano Aquarela - marketing Turístico Internacional recomenda um rol de ações integradas para cada mercado emissor de turistas para o país e não mais a atuação por ações estanques e desconectadas da estratégia global. Devemos atuar em toda a cadeia produtiva do turismo, na mídia geral e na especializada, sem esquecer do público final.</i> <i>Finalidade: Dotar o Ministério do Turismo de todas as ferramentas de divulgação da imagem do turismo brasileiro no principal mercado emissor de turistas para o país.</i>	
8228	Promoção, Marketing e Apoio à Comercialização no Mercado Norte Americano
<i>Descrição: O Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional recomenda um rol de ações integradas para cada mercado emissor de turistas para o país e não mais a atuação por ações estanques e desconectadas da estratégia global. Devemos atuar em toda a cadeia produtiva do turismo, na mídia geral e na especializada, sem esquecer do público final.</i> <i>Finalidade: Dotar o Ministério do Turismo de todas as ferramentas de divulgação da imagem do turismo brasileiro no mercado com maior potencial de crescimento na emissão de turistas para o país.</i>	
8230	Promoção, Marketing e Apoio à Comercialização no Mercado Latino Americano
<i>Descrição: O Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional recomenda um rol de ações integradas para cada mercado emissor de turistas para o país e não mais a atuação por ações estanques e desconectadas da estratégia global. Devemos atuar em toda a cadeia produtiva do turismo, na mídia geral e na especializada, sem esquecer do público final.</i> <i>Finalidade: Dotar o Ministério do Turismo de todas as ferramentas de divulgação da imagem do turismo brasileiro no segundo mercado emissor de turistas para o país.</i>	
8232	Promoção, Marketing e Apoio à Comercialização em Outros Mercados
<i>Descrição: O Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional recomenda um rol de ações integradas para cada mercado emissor de turistas para o país e não mais a atuação por ações estanques e desconectadas da estratégia global. Devemos atuar em toda a cadeia produtiva do turismo, na mídia geral e na especializada, sem esquecer do público final.</i> <i>Finalidade: Dotar o Ministério do Turismo de todas as ferramentas de divulgação da imagem do turismo brasileiro nos mercados com maior potencial de crescimento na emissão de turistas para o país, no médio e longo prazo, tais como, China, Índia, Japão, Israel e Emirados Árabes.</i>	
8256	Apoio à Comercialização do Produto Turístico Brasileiro no Mercado Interno
<i>Descrição: Desenvolvimento e implementação de projetos de apoio à organização, integração, operacionalização e fortalecimento da cadeia de produção e distribuição do turismo (operadores, agentes de viagens, meios de hospedagem e demais prestadores de serviços, órgãos oficiais de turismo de estados e municípios); construção de mecanismos que apoiem o processo de comercialização turística e, ao mesmo tempo, atuem na inserção de novos grupos de consumidores; realização de encontros e viagens de finalidade técnica e mercadológica para conhecer os processos de produção e distribuição do turismo no País com vistas a aumentar a movimentação turística interna.</i> <i>Finalidade: Incentivar a cadeia de distribuição do turismo e promover a inserção de novos grupos de consumidores, o aumento dos pacotes turísticos ofertados e a dinamização dos fluxos turísticos domésticos.</i>	
8944	Cooperação para a Promoção Turística
<i>Descrição: O Ministério do Turismo, através da EMBRATUR, realiza uma gama de ações no exterior, em muitos casos, em parceria com outras instituições públicas e privadas. Neste caso, cabe destaque ao suporte concedido pelas Embaixadas Brasileiras nos mercados prioritários que foram elencados pelo Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional.</i> <i>Finalidade: Dotar o Ministério do Turismo de instrumento para promover a cooperação com outras instituições públicas e privadas que tenham a promoção da imagem do Brasil no exterior como alvo, notadamente o Ministério das Relações Exteriores.</i>	
8990	Desenvolvimento da Sustentabilidade Ambiental no Turismo
<i>Descrição: Apoio à elaboração de instrumentos de ordenamento, monitoramento e controle ambiental para o turismo; capacitação de agentes públicos, privados e atores das comunidades locais em planejamento ambiental para o turismo sustentável; disseminação de boas práticas e tecnologias sustentáveis para o setor do turismo; apoio a projetos demonstrativos de referência em ecoturismo de base comunitária voltados para a conservação de bens e para a produção de serviços ambientais; implementação de programas para fomentar o uso de tecnologias de mínimo impacto voltadas para a adequação e desenvolvimento produtos e serviços turísticos; promover o desenvolvimento de campanhas públicas voltadas para induzir o consumo responsável no turismo, estimulando os turistas e a sociedade a adotarem atitudes que contribuam com a conservação ambiental dos destinos que visitam. Apoiar tecnicamente o Ministério do Turismo na construção das estratégias de promoção e marketing responsável, na capacitação dos atores públicos e privados voltada para a adoção de padrões mais sustentáveis de produção e consumo em toda a sua cadeia de produtos e serviços, entre outras iniciativas de desenvolvimento de estratégias de políticas para o desenvolvimento sustentável do setor.</i> <i>Finalidade: Promover a melhoria da sustentabilidade ambiental do turismo, apoiando a implantação de instrumentos e boas práticas de planejamento e gestão que induzam a uma mudança significativa e progressiva do desempenho ambiental do setor.</i>	
2100	Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12Q7	Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF
<i>Descrição: Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público com área total de 39.408,52 m².</i> <i>Finalidade: Construir edifício-sede para abrigar o Conselho Nacional do Ministério Público, de forma a possibilitar o atendimento e a recepção do público-alvo em instalações apropriadas, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva, a melhoria da prestação dos serviços prestados e a economia pública.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional
<i>Descrição: Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral.</i> <i>Finalidade: Informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.</i>	
4091	Capacitação de Recursos Humanos
<i>Descrição: Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente.</i> <i>Finalidade: Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.</i>	
8010	Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público e do Cumprimento dos Deveres Funcionais de seus Membros
<i>Descrição: Pagamento das despesas administrativas, dos recursos direcionados aos meios de transporte e atuação institucional, ao funcionamento da estrutura imobiliária, bem como recursos necessários à aquisição de bens e serviços necessários ao alcance do objetivo.</i> <i>Finalidade: Assegurar a atuação institucional do órgão e o cumprimento de sua missão constitucional, a partir da alocação de recursos na manutenção da estrutura administrativa e imobilizada, na aquisição de bens e serviços e na implementação e/ou aperfeiçoamento de serviços que beneficiem a sociedade.</i>	
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
0110	Contribuição à Previdência Privada
<i>Descrição: Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios) junto às entidades fechadas de previdência privada.</i> <i>Finalidade: Assegurar às autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, recursos financeiros destinados à contribuição às entidades fechadas de previdência privada, enquanto patrocinadoras.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

110C	Reforma, Adaptação e Modernização das Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União
<i>Descrição:</i> Obras de reforma e adaptação das Unidades e aquisição de material permanente para as sedes das Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União. <i>Finalidade:</i> Reformar, adaptar e modernizar as Sedes Regionais da Controladoria Geral da União-CGU.	
13LM	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Acre
<i>Descrição:</i> Construção de Edifício-sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Acre, em terreno de propriedade da CGU. <i>Finalidade:</i> Construir edifício para abrigar a Controladoria-Regional da União no Estado do Acre, com vistas a atender e receber o público em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços.	
1156	Implantação de Unidades da Advocacia-Geral da União
<i>Descrição:</i> Reforma e adaptação dos imóveis, compra e instalação de equipamento e material permanente, instalação de redes lógica, elétrica e de telefonia, e demais despesas relacionadas à implantação de 131 novas unidades sendo: 32 em 2008; 33 em 2009; 33 em 2010 e 33 em 2011. <i>Finalidade:</i> Instalar representações da Advocacia-Geral da União em municípios onde forem instaladas varas da Justiça Federal, assegurando a atuação da AGU na defesa dos interesses da União. Atualmente, as 187 Varas Federais criadas pela Lei nº 10.772 de 2003, destinadas à interiorização da Justiça Federal de Primeiro Grau e à implantação dos Juizados Especiais no País, já foram instaladas em 131 municípios, resultando em crescimento da demanda por atuação da AGU nas novas localidades atendidas pela Justiça, o que gera a necessidade de instalação das novas representações. Outro fato relevante, originado do Conselho da Justiça Federal, diz respeito ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.829/2005, dispondo sobre a criação de 230 novas Varas Federais destinadas à interiorização da Justiça Federal, demonstrando assim, que avança a passos largos o processo da interiorização da Justiça Federal, a nível nacional.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2017	Publicidade Institucional
<i>Descrição: A Comunicação do Poder Executivo Federal compreende a formulação e implementação da política de comunicação e divulgação social do Governo, mediante a implantação de programas informativos e o desenvolvimento de sistemas de informação e pesquisa de opinião pública, a realização de ações de assessoria de imprensa, de relações públicas, de comunicação digital, de promoção, de patrocínio e de publicidade.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante o acesso da população à informação sobre atos, obras e programas dos órgãos e entidades governamentais, suas metas e resultados; dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas do Poder Executivo Federal; divulgar os direitos do cidadão e serviços colocados à sua disposição; estimular a participação da sociedade no debate e na formulação de políticas públicas; disseminar informações sobre assuntos de interesse público dos diferentes segmentos sociais e promover o Brasil no exterior.</i>	
20CT	Capacitação de Agentes para o Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM
<i>Descrição: Realizar ações de aperfeiçoamento e atualização baseadas em estudos, pesquisas, produtos, serviços e qualificação profissional voltados à compreensão e qualificação das práticas de comunicação e ao aperfeiçoamento de agentes de comunicação e autoridades que atuam como interlocutores e difusores de informações de governo, buscando modernizar processos, fluxos e articulação entre os diversos órgãos do Poder Executivo Federal e a Sociedade, com o objetivo de constituir-se em referência na avaliação e difusão de práticas de qualidade em comunicação pública.</i> <i>Finalidade: Qualificar e aprimorar tecnicamente os agentes de comunicação do Governo Federal.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
2188	Desenvolvimento de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos Estratégicos na Área de Segurança Institucional
<i>Descrição: Realização de estudos e pesquisas relativas ao desenvolvimento de soluções para a segurança da informação e das comunicações.</i> <i>Finalidade: Promover o desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos vinculados à segurança institucional, visando assegurar o emprego sem riscos de comprometimento de sistemas de informação, das comunicações e de tecnologia da informação.</i>	
2488	Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações
<i>Descrição: Realizar o desenvolvimento científico-tecnológico e implementar soluções com capacidade para prevenir riscos e impedir o comprometimento no uso de sistemas de informação no âmbito da Administração Pública Federal.</i> <i>Finalidade: Desenvolver e implementar soluções tecnológicas para assegurar sigilo na utilização dos sistemas de informação estratégicos para o funcionamento da estrutura do Executivo Federal.</i>	
2675	Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal
<i>Descrição: Cobertura jornalística das atividades da Presidência da República, privilegiando a íntegra dos atos e fatos oficiais, transmitindo-os em tempo real em televisão (aberta e fechada), rádio, web e em programas jornalísticos. Acompanhamento da agenda presidencial em Brasília e em todas as viagens realizadas pela Presidenta no Brasil e no exterior com divulgação por meio de transmissões ao vivo e programas jornalísticos.</i> <i>Divulgação de políticas públicas do governo federal aos cidadãos, mediante realização de conteúdos televisivos, radiofônicos e web, em formato de noticiários, documentários, entrevistas e reportagens para veiculação em televisão, rádio, web e outras plataformas digitais. A execução das atividades de comunicação necessita de uma série de providências administrativas, de gestão e de suporte, que concorrem diretamente para o objetivo final da ação, como a contratação de serviços de terceiros, serviços continuados, aquisição de materiais de consumo, despesas com diárias, passagens e locomoção, aquisição de materiais permanentes, obras e instalações e gestão de pessoas de acordo com a legislação vigente.</i> <i>Finalidade: Assegurar o acesso da sociedade à informação sobre direitos e deveres do cidadão, fortalecendo a cidadania e a integração nacional, mediante divulgação das políticas públicas, programas, ações e projetos de interesse público.</i>	
2684	Ações de Inteligência
<i>Descrição: Planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle das atividades de Inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas nos termos da Lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999.</i> <i>Finalidade: Executar ações relativas à produção de conhecimentos - destinados a assessorar o Presidente da República e o processo decisório governamental - e à proteção de conhecimentos sensíveis.</i>	
2805	Funcionamento do Parque Gráfico
<i>Descrição: Manutenção dos serviços administrativos (gastos com diárias, viagens, locomoção, material de consumo, serviços de terceiros, serviços de telecomunicações, tributos); manutenção de serviços de transporte (gastos com a frota de veículos, reposição de peças, combustíveis); manutenção, conservação, reforma e adaptação de bens imóveis (vigilância, limpeza e conservação, alugueis, condomínios, água, luz, gás e afins); e manutenção preventiva e corretiva do maquinário e das instalações do parque gráfico. São aplicados também para atender despesas da área de administração geral da Imprensa Nacional e de suporte ao funcionamento do parque gráfico.</i> <i>Finalidade: Assegurar a operacionalização de toda a estrutura funcional da Imprensa Nacional, visando à edição, à produção e à divulgação dos atos oficiais e dos trabalhos gráficos de uso interno da Casa Civil.</i>	
2A80	Capacitação de Pessoas para Atividades de Inteligência
<i>Descrição: Realização de ações específicas de capacitação na área de Inteligência, vinculadas a cursos presenciais e à distância, treinamentos em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios ou estágios e outros eventos assemelhados que contribuam para a atualização profissional e o desenvolvimento do servidor, considerando as necessidades institucionais da estrutura orgânica atuante em atividades de Inteligência e a disponibilidade de recursos orçamentários.</i> <i>Finalidade: Capacitar e aperfeiçoar servidores com o objetivo de aumentar a eficiência e a qualidade dos produtos ofertados pelos órgãos de Inteligência e adequar processos de trabalho e profissionais que atuam diretamente na atividade de Inteligência aos perfis funcionais requeridos pelo setor público.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2B13	Ações de Prevenção à Corrupção e de Promoção da Transparência Governamental
<i>Descrição:</i> Disseminação de informações à sociedade e agentes públicos, mediante a implementação de sistemas, eventos, elaboração e distribuição de manuais voltados ao controle social e à gestão de recursos públicos federais, capacitação de agentes públicos e elaboração de propostas de normas voltadas para o aperfeiçoamento do Estado brasileiro e das medidas de prevenção e combate à corrupção. <i>Finalidade:</i> Prevenir a corrupção, mediante a aplicação da transparência na gestão pública, o estímulo ao controle social, o fomento ao fortalecimento da gestão de recursos públicos federais e a adoção de normas e procedimentos que ampliem a eficiência da administração pública.	
2B15	Correição no Poder Executivo Federal
<i>Descrição:</i> Instauração, recomendação, avocação e acompanhamento de sindicâncias administrativas e processos administrativos disciplinares; capacitação de servidores públicos federais em procedimentos disciplinares para compor comissões; revisão das atuais normas relativas a processo administrativo disciplinar; orientação e normatização do exercício das funções disciplinares do Poder Executivo Federal. <i>Finalidade:</i> Combater a impunidade mediante ação correicional, com vistas à responsabilização administrativa de agentes públicos.	
2B82	Fortalecimento da Capacidade Institucional do Estado Brasileiro para Gestão em Regulação
<i>Descrição:</i> O projeto se desenvolverá por meio de ações voltadas para aspectos diversos do problema, entre os quais: controle institucional e social de agências reguladoras; contratos de gestão; desenvolvimento de indicadores setoriais de eficiência e qualidade da gestão de agências reguladoras; consolidação da autonomia administrativa de agências reguladoras; capacitação de gestores em conteúdos técnicos específicos da área de regulação; apoio a instituições da sociedade civil voltadas para o monitoramento da qualidade da regulação; aperfeiçoamento da cooperação intergovernamental entre os poderes da república e entre os entes federativos - nos temas relativos à regulação; aperfeiçoamento dos processos seletivos para diretores e gerentes das agências reguladoras; promoção e controle da ética pública no âmbito das agências reguladoras; concepção e implantação de uma Unidade de Coordenação, Acompanhamento e Avaliação dos Assuntos Regulatórios; capacitação técnica e gerencial para regulação. <i>Finalidade:</i> Desenvolver a capacidade do Estado brasileiro para atuar na área de desenvolvimento institucional para gestão em regulação de setores econômicos.	
2C55	Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal
<i>Descrição:</i> Implantação de um modelo de administração, abrangendo atividades relacionadas com planejamento estratégico e modelo de gestão da ética pública; melhoria da infra-estrutura institucional da Comissão de Ética Pública - CEP; capacitação e treinamento de recursos humanos com relação à gestão da ética pública; realização de pesquisa sobre os valores éticos da sociedade e aferição do alcance das ações de ética; realização de estudos que têm por objetivo a disseminação de normas de conduta ética; aperfeiçoamento e consolidação do marco regulatório à conduta dos servidores do Poder Executivo Federal e o amparo legal ao funcionamento da CEP; implantação de ações de divulgação, participação e prestação de contas à sociedade e às demais instituições envolvidas: alta administração federal, membros das comissões de ética previstas nos Decretos 1.171/1994 e 6.029/2007, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira; atender gastos com serviços administrativos diversos; Despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre os assuntos relacionados à ética no serviço público. <i>Finalidade:</i> Estabelecer as condições básicas para maior efetividade do padrão ético nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; aprimorar a gestão da ética nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; fortalecer institucionalmente a Comissão de Ética Pública (CEP); buscar a disseminação das normas e dos valores éticos entre os gestores públicos, orientar sua aplicação, monitorar, coordenar, supervisionar e avaliar seu cumprimento, bem como, apurar eventuais transgressões; capacitar os gestores públicos para a disseminação dos valores éticos; Constituir um centro de custos administrativos que atenda as diversas demandas da Comissão de Ética Pública.	
2D58	Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Acompanhamento e avaliação da execução das metas dos programas e das ações governamentais previstos na LOA e no PPA; Realização de ações de controle em áreas geográficas estaduais e municipais brasileiras; Verificação quanto à aplicação de recursos públicos federais recebidos por estados, municípios e entidades privadas; Acompanhamento e avaliação da gestão dos administradores de recursos públicos federais das unidades da Administração Direta e entidades supervisionadas da Administração Indireta. <i>Finalidade:</i> Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto no inciso II do artigo 74 da Constituição Federal de 1988, com os fins de avaliar: o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual (PPA); a execução dos Programas de Governo e dos orçamentos da União; a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos administradores públicos federais quanto à legalidade dos atos e a eficácia e eficiência de seus resultados; assim como exercer atividades de apoio ao controle externo	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição:</i> Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. <i>Finalidade:</i> Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
4693	Segurança Institucional do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, Respetivos Familiares, e Outras Autoridades
<i>Descrição:</i> Despesas efetuadas pelos efetivos militares das Forças Armadas e de servidores civis empregados nas ações de segurança em todo território nacional, inerentes à Segurança do Presidente da República, Vice-Presidente da República, respectivos familiares e outras autoridades, por meio do suporte-técnico operacional relativas às ações de Segurança Institucional e as unidades que compõem. <i>Finalidade:</i> Promover a segurança pessoal do Presidente da República, Vice-Presidente da República, respectivos familiares e outras autoridades, conforme determina a lei.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4998	Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias
<i>Descrição:</i> Organização do sistema de ouvidoria no âmbito do Poder Executivo Federal, sob a coordenação técnica da CGU, e fomento ao aprimoramento de suas atividades como forma de facilitar e estreitar a relação com o cidadão e com as instituições públicas do país. <i>Finalidade:</i> Organizar, harmonizar e integrar as ações das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.	
6215	Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
<i>Descrição:</i> Convocação, organização e implementação da agenda do CDES, no seu trabalho de assessoramento do Presidente da República, com suporte necessário para suas reuniões plenárias, grupos de trabalho e outras atividades, envolvendo também a realização de estudos e desenvolvimento de instrumentos para apoio ao trabalho do Conselho, a disseminação da experiência nacional e internacionalmente e a relação com experiências de outros países, em cooperações bilaterais e por meio da participação na Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS. <i>Finalidade:</i> Proporcionar o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, de seus grupos de trabalho, de suas atividades gerais e as de cooperação nacional e internacional.	
6662	Formulação e Desenvolvimento da Política de Planejamento Estratégico de Longo Prazo
<i>Descrição:</i> Articulação com o governo e a sociedade, planejamento integrado do desenvolvimento estratégico nacional de longo prazo. Realização de pesquisas, estudos, intercâmbio de conhecimentos e elaboração cenários exploratórios. Promoção, análise e avaliação, bem como elaboração, coordenação e controle de planos, programas e projetos. Manutenção e suporte logístico para o desenvolvimento das atividades da Secretaria. <i>Finalidade:</i> Planejar estratégias para o desenvolvimento nacional de longo prazo.	
8904	Sistema Informatizado da Advocacia-Geral da União
<i>Descrição:</i> Manutenção dos sistemas, ambientes tecnológicos e serviços da Advocacia Pública Federal integrados com a plataforma criada pelo Judiciário Eletrônico (e-Jus). <i>Finalidade:</i> Manter os sistemas e serviços de informática necessários à atuação jurídica dos membros da Advocacia Pública Federal alinhados ao Judiciário Eletrônico (e-JUS).	
2102	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição:</i> Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição:</i> Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. <i>Finalidade:</i> Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
4904	Sistema Nacional de Informações em Direitos Humanos
<i>Descrição:</i> Estruturação conceitual e lógica, bem como programação e manutenção de um Sistema que viabilize a interação dos diversos sistemas de informação existentes na SDH, bem como com outros sistemas existentes nos demais ministérios, nos estados, municípios ou organizações da sociedade civil. Contratação de serviço especializado para a concepção de metodologia e eventual construção e implementação em sistema informatizado, bem como a definição dos demais requisitos, padrões e ajustes técnicos necessários (como uniformização de campos, soluções tecnológicas, base de operações etc.). <i>Finalidade:</i> Constituir, estruturar e manter o sistema nacional, incluindo sistema informatizado para trabalho interno e consultas externas, articulação com ministérios setoriais para acesso aos seus dados, realização de eventos com a sociedade civil e demais órgãos e entidades envolvidos com o tema, realização de pesquisas e estudos para levantamento de dados e fortalecimento de parcerias com demais entidades que trabalhem com o tema. Desenvolver metodologia e padrões que permitam a troca de dados entre sistemas informatizados e a geração de um tratamento informatizado das informações contidas nos sistemas já existentes. O Sistema também servirá de instrumento para subsidiar o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.	
8803	Preservação do Acervo Histórico-Docamental da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e Promoção do Direito à Verdade e à Memória
<i>Descrição:</i> Apoio à execução de projetos de promoção do direito à verdade visando à preservação da memória recente do país, relacionada às mortes e desaparecimentos forçados em razão de participação em atividades políticas; de preservação do acervo histórico-documental constituído ao longo dos 10 (dez) anos de existência da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, constituído de documentação indispensável para preservar a memória das graves violações dos direitos humanos na história do país e fonte de evidência e informação para a reconstrução da memória coletiva e individual; de promoção de intercâmbio de informações e cooperação técnica entre os países da América Latina, em especial do Cone Sul, para compartilhamento e preservação dos arquivos relacionados aos temas tratados pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. <i>Finalidade:</i> Garantir o direito à verdade e à memória; cumprir o disposto em pactos internacionais de direitos humanos dos quais o país é signatário; implementar o Centro Memória e Verdade - Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos - voltado para a preservação do acervo histórico da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, à promoção do direito à verdade e à memória das pessoas atingidas pela ditadura militar e da memória histórica e social das violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais pelas quais o Estado Brasileiro foi responsável; promover a cooperação e intercâmbio de experiências entre países da América Latina, e em especial no Cone Sul, que passaram por eventos similares e relacionados sob regimes ditatoriais na sua história recente.	
8820	Sistemas de Informação para Infância e Adolescência
<i>Descrição:</i> Manutenção dos módulos já existentes e instalação de novos módulos, equipagem de centros e conselhos e formação de pessoal para a coleta e o envio de dados fornecidos por conselhos tutelares, conselhos dos direitos da criança e do adolescente, tribunais de justiça, delegacias da criança e do adolescente, universidades e instituições de pesquisa e de divulgação do conhecimento. <i>Finalidade:</i> Assegurar a manutenção e a integração dos módulos do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência já existentes e implantar novos módulos visando à coleta sistemática de informações referentes aos direitos da criança e do adolescente.	
2103	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
2104	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
0110	Contribuição à Previdência Privada
<i>Descrição:</i> Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios) junto às entidades fechadas de previdência privada. <i>Finalidade:</i> Assegurar às autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, recursos financeiros destinados à contribuição às entidades fechadas de previdência privada, enquanto patrocinadoras.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
10HD	Implantação do Projeto de Melhoria da Infraestrutura da Sede do MAPA
<i>Descrição:</i> Adequação e modernização das instalações físicas e serviços, da rede elétrica, da rede lógica, de transmissão de voz, de sistema de combate a incêndio e da ambientação (ar condicionado) do edifício sede do MAPA. <i>Finalidade:</i> Modernizar e adequar a infraestrutura do edifício sede do Ministério.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
20QV	Gestão das Atividades dos Adidos Agrícolas
<i>Descrição: Realização de despesas administrativas e técnicas. No primeiro caso, encontram-se despesas tais como auxílio moradia, auxílio familiar, manutenção do escritório (telefone, material de expediente, manutenção e conservação de imóveis e móveis), gastos com viagens e deslocamento (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins), serviços e contratos administrativos. Entende-se como despesas técnicas, os seguintes casos: reunião anual de coordenação com os adidos no Brasil; participação do Adido em missões técnicas, reuniões ou outros eventos compatíveis com a sua função; avaliação técnica "in loco" do desempenho dos adidos; elaboração de material técnico para subsidiar o trabalho dos adidos; elaboração de material técnico a partir do trabalho dos adidos. Essas despesas serão realizadas nos países onde os adidos estirem lotados, portanto, fora do território nacional.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos para atender a tarefa de gerenciamento da função dos Adidos Agrícolas no exercício de suas atividades.</i>	
20R2	Operacionalização do Instituto Nacional de Meteorologia
<i>Descrição: Atendimento de despesas que compreendem: serviços administrativos; administração de pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros, manutenção e conservação de imóveis próprios, cedidos ou alugados, suporte administrativo a acordos de cooperação técnica nacionais e internacionais, tecnologia da informação, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção; sistemas de informações gerenciais internos; promoção de eventos para discussão e formulação de políticas públicas para o setor agrometeorológico; produção e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do setor agrometeorológico.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos do Instituto Nacional de Meteorologia e seus Distritos Estaduais, agregando as despesas relacionadas à manutenção da infraestrutura e das atividades operacionais que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.</i>	
20R3	Operacionalização da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
<i>Descrição: Atender despesas que compreendem: serviços administrativos; administração de pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, manutenção e conservação de imóveis próprios, cedidos ou alugados, suporte administrativo e acordos de cooperação técnicas nacionais e internacionais, tecnologia da informação, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção; sistemas de informações gerenciais internos; promoção de eventos para discussão e formulação de políticas públicas para o setor; desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil; e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da CEPLAC.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativo da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Plano da Lavoura Cacaueira, das suas Superintendências Regionais e das suas Gerências Estaduais, agregando as despesas relacionadas à manutenção da infraestrutura e das atividades operacionais que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.</i>	
20SS	Gestão e Manutenção de Soluções e Processos de Tecnologia da Informação
<i>Descrição: Planejamento, coordenação e execução, no âmbito do MAPA, dos processos referentes à gestão dos recursos de Tecnologia da Informação - TI, especialmente os relacionados a hardware, a software e a serviços correlatos, a sistemas de informação, a consultoria, à administração de dados, a bancos de dados, às redes de comunicação e infraestrutura, à segurança da informação, à qualidade de produtos e serviços, e ao suporte ao usuário do MAPA.</i> <i>Finalidade: Fornecer e manter soluções de tecnologia da informação para apoiar as Unidades do MAPA na prestação de serviços ao cidadão e no cumprimento de suas atribuições regimentais.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
4716	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas
<i>Descrição: Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
008A	Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC
<i>Descrição: Pagamento de cota contributiva anual a fim de permitir à Academia Brasileira de Ciência o atingimento do seu objetivo estatutário, em proveito da ciência, tecnologia e inovação, elevando o Ministério da Ciência e Tecnologia à condição de Membro Institucional da Academia</i> <i>Finalidade: Apoiar a Academia Brasileira de Ciências - ABC no cumprimento de seu objetivo estatutário.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00F7	Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI
<i>Descrição: Pagamento de auxílio institucional anual a fim de permitir à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI) o alcance de seu objetivo estatutário, em prol da participação permanente das instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no contexto da política nacional de desenvolvimento.</i> <i>Finalidade: Apoiar a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológicas - ABIPTI no cumprimento de seu objetivo estatutário.</i>	
00F8	Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC
<i>Descrição: Pagamento da anuidade referente a sócio institucional contribuinte a fim de permitir à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) alcançar seu objetivo estatutário, em prol do desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação do país.</i> <i>Finalidade: Apoiar a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC no cumprimento de seu objetivo estatutário.</i>	
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
0110	Contribuição à Previdência Privada
<i>Descrição: Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios) junto às entidades fechadas de previdência privada.</i> <i>Finalidade: Assegurar às autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, recursos financeiros destinados à contribuição às entidades fechadas de previdência privada, enquanto patrocinadoras.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição:</i> Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.	
4208	Sistema Integrado de Informações em Ciência e Tecnologia (Plataforma Lattes)
<i>Descrição:</i> Integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações - Plataforma Lattes, dando maior transparência e mais confiabilidade às atividades de fomento do CNPq e das agências que a utilizam, fortalecendo o intercâmbio entre pesquisadores e instituições e sendo fonte inesgotável de informações para estudos e pesquisas. Na medida em que suas informações são recorrentes e cumulativas, têm também o importante papel de preservar a memória da atividade de pesquisa no país. <i>Finalidade:</i> Integração e disponibilização pública de dados, com o objetivo fornecer uma ferramenta estratégica voltada para as atividades de planejamento e gestão das ações de governo relacionadas à área de ciência, tecnologia e inovação.	
4210	Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de ações de coordenação e supervisão voltadas à capacitação do sistema de desenvolvimento científico e tecnológico. <i>Finalidade:</i> Manter política única de Ciência e Tecnologia para o segmento, buscando integrar os sistemas estaduais e federal.	
4475	Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - OS
<i>Descrição:</i> Promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de ciência e tecnologia e suas relações com setores produtivos; • Promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos; • Difundir informações, experiências e projetos à sociedade; • Promover a interlocução, articulação e interação dos setores de ciência e tecnologia e produtivo; • Desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; e prestar serviços relacionados a sua área de atuação. <i>Finalidade:</i> Apoiar o processo de planejamento e de tomada de decisões em assuntos pertinentes à Política Nacional de Ciência e Tecnologia, em especial por meio da realização de estudos prospectivos e de atividades de avaliação de estratégias e impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.	
4523	Funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
<i>Descrição:</i> Apoio a realização das reuniões mensais da CTNBio; apoio à capacitação de pessoal técnico da CTNBio e da sociedade atuante em biossegurança; emissão de parecer técnico; contratação de estudos; realização de visitas técnicas às instituições que desenvolvem pesquisa com OGM. <i>Finalidade:</i> Manter as atividades da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, o que inclui a realização de reuniões, visitas técnicas, capacitação dos membros e dos técnicos da Secretaria Executiva e realização de estudos.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição:</i> Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. <i>Finalidade:</i> Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
0821	Contribuição ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva anual, para publicação de livros e revistas, montagem e realização de cursos e exposições, aquisição de documentos e outros bens de valor histórico, aquisição e locação de equipamentos ou instrumentos necessários ao cumprimento dos objetivos estatutários da Instituição. <i>Finalidade:</i> Conceder subvenção anual ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, associação civil sem fins lucrativos com sede no Rio de Janeiro, conforme Leis nº 720, de 28 de maio de 1949; 2.956, de 17 de novembro de 1956, e 7.651, de 3 de fevereiro de 1988, para operacionalização de suas atividades finalísticas.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12JK	Restauração e Modernização do Palácio Gustavo Capanema
<i>Descrição:</i> Elaboração de projetos de restauração e modernização da estrutura física do Edifício Capanema, localizado no Rio de Janeiro, execução de obras civis e aquisição de equipamentos. <i>Finalidade:</i> Restaurar o Edifício Gustavo Capanema, localizado no Rio de Janeiro/RJ, considerado marco da arquitetura moderna brasileira, com vistas a perpetuar suas características físicas, históricas e culturais para as gerações presentes e futuras da sociedade brasileira. Também irá proporcionar uma estrutura física adequada, com vistas à possibilitar melhor desenvolvimento das atividades e funções dos órgãos do governo federal com instalações no referido Palácio, tais como: Fundação Nacional de Artes – FUNARTE/ MinC, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/MinC, do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM/MinC e do Ministério da Educação. Encontra-se em fase de instalação o Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio, estabelecido em parceria com a UNESCO.	
13E3	Implantação de Prédio Anexo para Guarda de Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa
<i>Descrição:</i> Aquisição de dois imóveis, em terrenos contíguos à Fundação Casa de Rui Barbosa; Contratação de serviços para elaboração de projeto arquitetônico (anteprojeto, projeto executivo e projetos complementares) de bloco complementar da sede da Fundação Casa de Rui Barbosa, em área contígua à entrada pela rua Assunção; contratação será efetivada mediante licitação, segundo a modalidade técnica e preço, de acordo com termo de referência elaborado pelo Núcleo de Preservação Arquitetônica, sob a coordenação do Centro de Memória e Informação da FCRB; Construção de edificação com 5 pavimentos, resultando em uma área construída total de 2.640 m² (incluindo a conexão com a sede atual); aquisição de equipamentos e mobiliário para o atendimento das necessidades técnicas da edificação; e sistematização de informações e aplicação de parâmetros de controle de temperatura e umidade em clima tropical, sustentabilidade e gerenciamento de risco em edifício voltado para a preservação de bens culturais integrados; ou seja, o desenvolvimento de ações referentes à concepção da edificação, estudos prévios e sua construção, atendendo às necessidades específicas para a instalação adequada do acervo da Instituição. Na sua realização, o projeto executivo da construção do novo prédio deverá considerar as orientações e exigências do Iphan e as normas e orientações técnicas para prédios voltados para a guarda de acervos como arquivos, bibliotecas e museus. <i>Finalidade:</i> Ampliar as instalações da Fundação Casa de Rui Barbosa para que esta possa continuar cumprindo sua missão institucional, razão de sua existência, conforme Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966. Atualmente a FCRB atingiu seu limite de capacidade de armazenamento de acervos, forçando a Instituição a buscar soluções para melhoria das condições laborais e de infra-estrutura e assegurar meios para o crescimento de suas atividades e ampliação dos seus acervos, garantindo o padrão de qualidade dos serviços desenvolvidos e prestados à sociedade brasileira.	
1056	Construção do Edifício-Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
<i>Descrição:</i> Os recursos serão destinados a investimentos para cumprir todas as etapas necessárias à construção definitiva do edifício que abrigará a sede nacional do IPHAN, em Brasília. <i>Finalidade:</i> Proporcionar uma estrutura física adequada ao funcionamento da sede nacional do IPHAN, possibilitando melhor desenvolvimento das suas atividades e funções, técnica e administrativa, voltadas à direção e coordenação de unidades operacionais em todo o território brasileiro, à fiscalização do patrimônio cultural e ao desenvolvimento de atividades próprias de produção de conhecimento e meios operacionais, dentre outros. Atualmente o órgão está instalado em parte de edifício comercial, pagando aluguel e outras despesas condominiais de manutenção e conservação, em condições precárias de exercício das atividades.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
4481	Coordenação e Manutenção dos Mecanismos de Incentivo à Cultura previstos na Lei nº 8.313 - PRONAC
<i>Descrição: Pagamento de despesas oriundas da coordenação e da manutenção das atividades que dão suporte ao desenvolvimento das ações finalísticas do PRONAC; elaboração de pareceres para avaliação dos projetos de captação de recursos apresentados; emissão de passagens e diárias aos membros da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura CNIC; compra de material de expediente e permanente; pagamento de estagiários; pagamento de publicações no Diário Oficial da União de relação de projetos aprovados para a captação de recursos por meio de incentivos fiscais, dentre outros.</i> <i>Finalidade: Coordenar e manter o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, com o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do programa.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
86AV	Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA
<i>Descrição: 1. Organizar na Sede e nas Unidades Descentralizadas os meios operacionais de gestão dos acervos e bens isolados; 2. Apoiar a Inventariança da RFFSA e os Ministérios do Planejamento e dos Transportes, com vistas ao pleno cumprimento das destinações e demais providências previstas em lei. 3. Baixar normas complementares que definam critérios e meios de identificar e preservar os bens do patrimônio cultural ferroviário; 4. Promover inspeções qualitativas com vistas às transferências de domínio dos bens; 5. Aplicar os recursos disponibilizados pela União para os efeitos da Lei.</i> <i>Finalidade: Receber e administrar os bens relacionados, preservando o patrimônio ferroviário e difundindo a sua memória, realizando a coordenação e a gestão de atividades de identificação e seleção de bens móveis e imóveis da RFFSA, extinta, para incorporação de domínio e para conservação e administração direta ou indireta, por intermédio das unidades descentralizadas, tendo em vista que a Lei que extingue a Rede Ferroviária SA - RFFSA (Lei 11.483/07), dispõe sobre a destinação qualificada dos bens móveis e imóveis não operacionais e operacionais que importem à memória cultural, passando a constituir acervos sob guarda, administração e uso do Iphan, desde que haja manifestação de interesse do Instituto.</i>	
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<i>Descrição: Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.</i>	
2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
00HO	Concessão de Bolsa Educação Especial aos Dependentes dos Militares das Forças Armadas, falecidos no Haiti (Lei nº 12.257, de 15 de Junho de 2010)
<i>Descrição: Pagamento mensal de bolsa educação especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no Haiti.</i> <i>Finalidade: Garantir a educação dos dependentes dos militares mortos no terremoto no Haiti, conforme art. 4º da Lei nº 12.257.</i>	
0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002.
<i>Descrição: Reparação econômica àqueles que são declarados anistiados por motivação exclusivamente política. A reparação econômica será concedida mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça, após parecer favorável da Comissão de Anistia, que tem a finalidade de examinar os requerimentos e assessorar o respectivo Ministro de Estado em suas decisões.</i> <i>Finalidade: Promover a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, assegurada aos anistiados políticos.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
0A07	Concessão de Bolsa - Educação Especial aos Dependentes das Vítimas do Acidente de Alcântara (Lei nº 10.821, de 18 de dezembro de 2003)
<i>Descrição:</i> Pagamento mensal de bolsa-educação especial aos dependentes diretos das vítimas do acidente de Alcântara até que os mesmos completem 24 anos. <i>Finalidade:</i> Garantir a educação dos dependentes diretos das vítimas do acidente de Alcântara até que os mesmos completem 24 anos.	
0A08	Concessão de Bolsa - Educação Especial (Artigo 5º da Lei nº 10.821, de 18 de dezembro de 2003)
<i>Descrição:</i> Pagamento mensal de bolsa-educação especial dos dependentes legais do Subtenente do Exército Alcir José Tomasi, até que os mesmos completem 24 anos. <i>Finalidade:</i> Garantir a educação dos dependentes legais do Subtenente do Exército Alcir José Tomasi, até que os mesmos completem 24 anos.	
0C01	Pagamento de Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006
<i>Descrição:</i> Pagamento, por intermédio dos Ministérios da Defesa e do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma e condições estabelecidas pela Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006, aos que firmarem Termo de Adesão, do valor correspondente aos efeitos retroativos da concessão de reparação econômica fixado em virtude da declaração da condição de anistiado político de que a trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. <i>Finalidade:</i> Promover reparação econômica relativa ao pagamento dos valores retroativos, devidos pela União, aos Anistiados Políticos Cíveis de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, nos termos da Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2055	Cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégia
<i>Descrição:</i> Promoção, dentro da política de educação continuada, da habilitação de profissionais para o exercício de funções de estado-maior, cargos de comando, direção e chefia e de assessoramento da alta administração militar. <i>Finalidade:</i> Desenvolver habilidades e competências em Oficiais das Forças Armadas e civis para o desempenho de atividades na alta administração militar.	
2059	Assistência Médica e Odontológica a Militares e seus Dependentes - Fator de Custo
<i>Descrição:</i> Atendimento médico-hospitalar aos militares da ativa e da inatividade, bem como aos seus dependentes e pensionistas prestados nas organizações integrantes do Serviço de Saúde da Força, incluindo a obtenção de materiais, serviços e equipamentos necessários à adequada operação do Serviço e, também, atendimento prestado em organizações civis de saúde e por profissionais de saúde autônomos. Aquisição de materiais de consumo e permanentes, contratação de serviços, realização de obras de pequeno porte para adequação e reparação de instalações de saúde operacionais. Aquisição de materiais de consumo e permanentes, contratação de serviços, visando o suporte às atividades de suprimento, estocagem, distribuição e manutenção de artigos necessários à prestação de assistência à saúde para os militares em situações de preparo e emprego. Aquisição de hospitais de campanha, equipamentos e utensílios necessários ao atendimento à saúde. Adequação à legislação ambiental vigente. Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: capacitação técnica de pessoal, publicação de manuais, manutenção de laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais). <i>Finalidade:</i> Assegurar o atendimento de saúde operacional para manutenção do estado de prontidão do Exército Brasileiro, Bem como, o atendimento médico-hospitalar aos militares da ativa e aos inativos, bem como a seus dependentes e pensionistas.	
20CE	Participação dos Servidores, Empregados e Militares na Assistência Médica e Odontológica
<i>Descrição:</i> Pagamento de despesas oriundas da prestação de assistência médica e odontológica a servidores, empregados e seus dependentes, mediante a utilização de recursos orçamentários originados da contribuição desses servidores, empregados e dependentes. <i>Finalidade:</i> Alocar recursos orçamentários oriundos da contribuição de servidores e empregados públicos federais para o custeio da assistência médica e odontológica a servidores, empregados e seus dependentes.	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição:</i> Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.	
20G5	Atendimento Médico-Hospitalar aos Ex-Combatentes e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Atendimento médico-hospitalar aos Ex-Combatentes da 2ª Guerra Mundial, bem como aos seus dependentes e pensionistas, prestados nas organizações integrantes do Serviço de Saúde das Forças Armadas, incluindo a obtenção de materiais, serviços e equipamentos necessários à adequada operação do serviço e, também, atendimento prestado em organizações civis de saúde e por profissionais de saúde autônomos. <i>Finalidade:</i> Garantir o atendimento médico-hospitalar aos Ex-Combatentes da 2ª Guerra Mundial, bem como a seus dependentes e pensionistas.	
20IJ	Preservação do Patrimônio Cultural
<i>Descrição:</i> Elaboração, implementação e avaliação de planos para a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro (planos de socialização, planos de ação para as cidades históricas, planos de salvaguarda do patrimônio imaterial, planos de educação patrimonial, mobilidade e acessibilidade, entre outros); elaboração e execução de projetos de constituição, conservação e disponibilização de acervos de bens culturais, incluindo a aquisição de coleções, entre outros; elaboração de projetos de arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, museológicos, entre outros; execução de obras e serviços (manutenção, conservação, restauração, infraestrutura, requalificação urbana, novas construções, instalações e sinalização, entre outros); aquisição de bens e serviços para a manutenção e conservação de bens culturais e para a implantação e modernização de núcleos ou laboratórios de conservação e centros de referência cultural; financiamento para a recuperação de imóveis privados localizados em áreas protegidas; realização de estudos e pesquisas aplicadas à preservação do patrimônio cultural; realização de ações de educação patrimonial; realização de ações de apoio e fomento ao patrimônio cultural brasileiro incluindo-se as expressões culturais tradicionais; apoio e orientação técnica no âmbito das ações de preservação do patrimônio cultural. <i>Finalidade:</i> Planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do país, incluindo as ações de pesquisa aplicada e educação patrimonial vinculadas à esta finalidade.	
20T5	Funcionamento e Manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
<i>Descrição:</i> Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do Censipam. <i>Finalidade:</i> Funcionamento e manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), tanto o Centro de Coordenação Geral (CCG) em Brasília quanto os Centros Regionais (CR's) em Belém, Manaus e Porto Velho.	
2528	Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, manutenção e operação da infra-estrutura médico-hospitalar do Hospital das Forças Armadas. <i>Finalidade:</i> Prestar assistência médica, odontológica e hospitalar aos militares e aos seus dependentes.	
2777	Ensino Fundamental nos Colégios Militares
<i>Descrição:</i> Funcionamento do ensino fundamental nos colégios militares, buscando o aprendizado do aluno. <i>Finalidade:</i> Proporcionar o funcionamento do ensino fundamental nos colégios militares	
2778	Ensino Médio na Fundação Osório
<i>Descrição:</i> Garantia do ensino médio aos órfãos civis e militares matriculados na Fundação Osório. <i>Finalidade:</i> Assegurar aos alunos a instrução necessária à continuidade dos estudos em nível superior, o preparo para o trabalho e o exercício da cidadania.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2779	Ensino Médio nos Colégios Militares
<i>Descrição:</i> Funcionamento do ensino médio nos colégios militares, buscando o aprendizado do aluno. <i>Finalidade:</i> Proporcionar o funcionamento do ensino médio nos colégios militares.	
2795	Ensino Fundamental na Fundação Osório
<i>Descrição:</i> Garantia do ensino fundamental aos órfãos civis e militares assistidos pela Fundação Osório. <i>Finalidade:</i> Assegurar aos alunos matriculados a instrução necessária à continuidade dos estudos em nível médio e superior, o preparo para o trabalho e o exercício da cidadania.	
2864	Alimentação de Pessoal
<i>Descrição:</i> Aquisição de gêneros e demais insumos, contratação de serviços necessários ao preparo e ao fornecimento da alimentação diária ao pessoal em atividade nas Forças Armadas. <i>Finalidade:</i> Prover a alimentação das Forças Armadas.	
2866	Ações de Caráter Sigiloso
<i>Descrição:</i> Provisão dos meios necessários à realização de atividades de caráter sigiloso. <i>Finalidade:</i> Garantir a segurança do Estado e da sociedade.	
2867	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas
<i>Descrição:</i> Pagamento de pessoal militar ativo. <i>Finalidade:</i> Assegurar aos servidores militares ativos a remuneração e o recolhimento dos encargos sociais correspondentes.	
2887	Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos
<i>Descrição:</i> Atendimento médico-hospitalar aos militares da ativa e aos inativos, bem como, seus dependentes e pensionistas, pertencentes ao Fundo de Saúde, prestados nas organizações integrantes do Serviço de Saúde da Força, incluindo a aquisição de materiais, serviços e equipamentos necessários à adequada operação do serviço e, também, atendimento prestado em organizações civis de saúde e por profissionais de saúde autônomos. <i>Finalidade:</i> Proporcionar o atendimento médico-hospitalar aos militares da ativa e aos inativos, bem como a seus dependentes e pensionistas, pertencentes ao Fundo de Saúde.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição:</i> Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. <i>Finalidade:</i> Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
00ID	Contribuição ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF
<i>Descrição:</i> A contribuição visa garantir a participação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no CONIF, instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. <i>Finalidade:</i> Contribuir financeiramente com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF para o intercâmbio de informações e políticas voltadas para a educação.	
00IE	Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES
<i>Descrição:</i> A contribuição visa garantir a participação das Universidades na ANDIFES, representante oficial das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. <i>Finalidade:</i> Contribuir financeiramente com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, para o intercâmbio de informações e políticas voltadas para a educação.	
0110	Contribuição à Previdência Privada
<i>Descrição:</i> Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios) junto às entidades fechadas de previdência privada. <i>Finalidade:</i> Assegurar às autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, recursos financeiros destinados à contribuição às entidades fechadas de previdência privada, enquanto patrocinadoras.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
12TS	Aquisição e Adequação do Prédio-Sede da CAPES
<i>Descrição:</i> Adquirir imóvel e posteriormente efetuar possíveis adaptações necessárias para uma plena utilização do imóvel. <i>Finalidade:</i> Adquirir e adaptar imóvel que sediará a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
20B7	Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação de Auxílio Financeiro
<i>Descrição:</i> Pagamento do agente operador do ProJovem, inclusive para auditoria e controle sobre a operacionalização do Programa. <i>Finalidade:</i> Garantir os procedimentos relativos à concessão, manutenção, pagamento e cessação dos serviços e benefícios de auxílio financeiro destinado aos jovens.	
20CE	Participação dos Servidores, Empregados e Militares na Assistência Médica e Odontológica
<i>Descrição:</i> Pagamento de despesas oriundas da prestação de assistência médica e odontológica a servidores, empregados e seus dependentes, mediante a utilização de recursos orçamentários originados da contribuição desses servidores, empregados e dependentes. <i>Finalidade:</i> Alocar recursos orçamentários oriundos da contribuição de servidores e empregados públicos federais para o custeio da assistência médica e odontológica a servidores, empregados e seus dependentes.	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição:</i> Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação
<i>Descrição:</i> Essas despesas compreendem: contratação de serviços de consultoria; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); promoção de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; realização de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa; realização de fóruns, seminários, oficinas e reuniões de órgãos, segmentos e entidades representativos das políticas de educação, para deliberação de matérias de competência dos mesmos; suporte técnico e administrativo às ações fim. <i>Finalidade:</i> Dar suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes às modalidades e etapas da educação, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas às políticas implementadas pelo Ministério da Educação.	
20RZ	Administração do Financiamento Estudantil - FIES
<i>Descrição:</i> Pagamento de taxa de administração referente aos serviços prestados ao Fundo de Financiamento Estudantil – FIES pelos agentes operadores e financeiros contratados para essa finalidade. <i>Finalidade:</i> Assegurar a operacionalização e a administração dos financiamentos concedidos pelo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.	
4000	Estudos e Pesquisas Educacionais
<i>Descrição:</i> Produção e distribuição de informações educacionais mediante publicações impressas e em meio digital, desenvolvimento, monitoramento, aprimoramento, atualização e/ou manutenção dos sistemas de informações e da base de dados, permitindo maior controle e qualidade da informação. Promoção de eventos, apoio as avaliações, levantamentos de financiamento e gastos na educação, estudos e pesquisas, em todos os níveis de ensino da educação, assegurando a qualidade em seus processos. Desenvolvimento por intermédio de projetos, com foco na parceria com entidades públicas e privadas bem como a implementação de ações que visem à interface do Inep com as entidades públicas das demais esferas de governo. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a melhoria e a qualidade da aprendizagem e disponibilizar instrumentos de planejamento e auxílio ao processo decisório para estabelecimento de políticas educacionais, a partir de estudos, pesquisas, levantamentos, análises estatísticas, soluções tecnológicas e construção de indicadores.	
4172	Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/IOS
<i>Descrição:</i> Manutenção e atualização de serviços de telecomunicações nacionais e internacionais para consolidação e desenvolvimento da infra-estrutura física de comunicação e colaboração em ensino, pesquisa e inovação; bem como manutenção e atualização da infra-estrutura de equipamentos de comunicação e computação dos 27 pontos-de-presença (PoP) da rede no País. <i>Finalidade:</i> Prover infraestrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição:</i> Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. <i>Finalidade:</i> Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
6294	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável
<i>Descrição:</i> Promoção de debates com as universidades e a cidadania; identificação e promoção de programas de formação profissional e universitária e ampliação das ofertas de estágio; formulação e desenvolvimento de programas e qualificação profissional para a melhoria do desempenho da gestão pública. <i>Finalidade:</i> Melhorar a formulação e implementação de políticas públicas e preparar jovens e adultos de organizações governamentais e não-governamentais para o desenvolvimento de competências e habilidades na atuação profissional.	
6297	Estudos e Pesquisas Socioeducativas
<i>Descrição:</i> Elaboração de projetos e termos de referência; levantamento bibliográfico; coleta, sistematização, análise e interpretação de dados; desenvolvimento e manutenção de bases de dados; elaboração de relatórios e produtos para publicação e divulgação (impressa, eletrônica ou multimídia); atividades de difusão e discussão de resultados. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos, pesquisas, planos e projetos nas áreas das ciências sociais, econômicas, ambientais, educação e ciência e tecnologia, com o objetivo de subsidiar e avaliar políticas e ações públicas, estatais e não-estatais, destinadas à promoção da inclusão social, participação democrática e justiça econômica na sociedade brasileira.	
2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda
0021	Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios
<i>Descrição:</i> Financiamento de contrato de subempréstimo entre o município beneficiário e a Caixa Econômica Federal, agente financeiro e co-executor do programa para investimentos em capacitação, em consultoria, em equipamentos de informática e apoio e comunicação e em infra-estrutura, voltados à modernização gerencial e a eficiência fiscal. <i>Finalidade:</i> Promover a modernização gerencial e o fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela gestão administrativa e fiscal dos municípios.	
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0017	Contribuição à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS
<i>Descrição:</i> Contabilização dos pagamentos de contribuições à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS. <i>Finalidade:</i> Contabilizar as despesas relativas a contribuições do Banco Central do Brasil à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS.	
0018	Contribuição à Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - FUNCEX
<i>Descrição:</i> Contabilização dos pagamentos de contribuições à Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - FUNCEX. <i>Finalidade:</i> Contabilizar as despesas relativas a contribuições do Banco Central do Brasil à Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - FUNCEX.	
001A	Contribuição ao Comitê Nacional Brasileiro do ICOM
<i>Descrição:</i> Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira no Conselho Internacional de Museus - ECOM. <i>Finalidade:</i> Contabilizar as despesas relativas a contribuições do Banco Central do Brasil ao Comitê Nacional Brasileiro do ICOM.	
001B	Contribuição à Fundação para Padronização de Relatórios Financeiros Internacionais - IFRS/IASC
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição à Fundação para Padronização de Relatórios Financeiros Internacionais - IFRS/IASC (MF). <i>Finalidade:</i> Contabilizar as despesas relativas a contribuições do Banco Central do Brasil à Fundação para Padronização de Relatórios Financeiros Internacionais - IFRS/IASC.	
0461	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização
<i>Descrição:</i> Concessão de empréstimos a Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização em liquidação extrajudicial. <i>Finalidade:</i> Permitir o pagamento das despesas imprescindíveis e inadiáveis à condução dos processos liquidatários, nas empresas que não possuem liquidez suficiente, visando viabilizar o encerramento de tais processos.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
104I	Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília
<i>Descrição:</i> Construção destinada a abrigar os Órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Conselho Administrativo de Recursos Fiscais em Brasília - DF. <i>Finalidade:</i> Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Brasília - DF e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional adequando o espaço físico às novas necessidades dos órgãos, que em relação à RFB faz-se necessário em razão da fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal, e que também proporcionará aumento da eficiência destes órgãos, com consequente redução da sonegação; racionalização do atendimento, através de redes integradas, e das obrigações acessórias com consequente redução de custos para o contribuinte.	
1068	Reforma e Ampliação das Instalações da Comissão de Valores Mobiliários
<i>Descrição:</i> Aquisição de imóveis, mobiliário e equipamentos; realização de serviços e obras de modernização e modificação de layout; manutenção de infraestrutura condizente com as atribuições legais estabelecidas; adequação das instalações para o recebimento de novos servidores provenientes de Concursos Públicos - realizados e a realizar no decorrer do PPA 2012-2015. <i>Finalidade:</i> Dotar a CVM - Comissão de Valores Mobiliários de infraestrutura e instalações atualizadas e funcionais.	
10A6	Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Goiânia - GO
<i>Descrição:</i> Construção destinada à Sede do Ministério da Fazenda em Goiânia - GO <i>Finalidade:</i> Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Goiânia - GO, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal.	
10AV	Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador - BA
<i>Descrição:</i> Construção destinada à Sede do Ministério da Fazenda em Salvador - BA. <i>Finalidade:</i> Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador - BA, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal.	
10AW	Reforma de prédio para instalação de Unidades do Ministério da Fazenda em Belo Horizonte - MG
<i>Descrição:</i> Reforma para instalação da Delegacia da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria da Fazenda Nacional em Belo Horizonte - MG. <i>Finalidade:</i> Desenvolver o projeto executivo e reformar prédio para instalação da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte - MG, e da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais, adequando o espaço físico as novas necessidades dos órgãos.	
10AX	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - SP
<i>Descrição:</i> Construção destinada à Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos -SP. <i>Finalidade:</i> Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - SP, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal.	
10B0	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba - SP
<i>Descrição:</i> Construção destinada à Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba -SP <i>Finalidade:</i> Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba - SP, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10B2	Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis - SC
<i>Descrição:</i> Construção destinada à Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis - SC <i>Finalidade:</i> Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis - SC, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal.	
10B3	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal - RN
<i>Descrição:</i> Construção destinada à Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal/RN. <i>Finalidade:</i> Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-Sede da DRF/Natal - RN, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal.	
10GQ	Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil em Porto Alegre-RS
<i>Descrição:</i> O edifício deverá ser erigido em terreno de propriedade do Banco Central do Brasil. Salientamos que existe a necessidade de mudança da atual sede dessa Regional, com construção de moderna Casa Forte para o meio circulante, em decorrência da vulnerabilidade de se estar funcionando em imóvel inadequados, inseguro, localizado junto a vias de difícil acesso. A ação compreende o desenvolvimento das seguintes etapas: projeto básico a ser desenvolvido por equipe de servidores do Banco Central; processo de licitação para contratação dos projetos executivos de arquitetura, estrutura e instalações; acompanhamento da execução dos projetos executivos de arquitetura, estrutura e instalações; processo de licitação para contratação da execução da obra sob regime de empreitada global; acompanhamento e fiscalização da execução da obra; recebimento e ocupação do prédio. <i>Finalidade:</i> Construir edifício para abrigar a Representação Regional do Banco Central em Porto Alegre (RS), envolvendo, principalmente, as instalações de caixa forte para a operacionalização do meio circulante.	
1151	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios
<i>Descrição:</i> Coordenação, supervisão e integração de ações de modernização administrativa e fiscal dos Municípios brasileiros na preparação, contratação, execução e avaliação de projetos específicos a serem financiados pelo Programa. <i>Implantação:</i> da UCP no Ministério da Fazenda. <i>Finalidade:</i> Assegurar que os projetos de modernização da gestão administrativa e fiscal sejam executados e gerenciados na forma prevista pelo Programa de Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM.	
147W	Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Curitiba - PR
<i>Descrição:</i> Construção destinada à SRRF/09 e PFN/PR. <i>Finalidade:</i> Construção do Edifício-Sede que abrigará a SRRF/09 e PFN/PR.	
147X	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca - SP
<i>Descrição:</i> Construção destinada à DRF/Franca/SP. <i>Finalidade:</i> Construir o edifício da Delegacia da Receita Federal em Franca/SP.	
147Y	Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campinas - SP
<i>Descrição:</i> Construção destinada à DRF/Campinas e DRJ/Campinas. <i>Finalidade:</i> Construir o edifício-sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil que abrigará a DRF/Campinas e DRJ/Campinas.	
148H	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Vitória - ES
<i>Descrição:</i> Construção destinada à Delegacia da Receita Federal em Vitória/ES e PFN/ES. <i>Finalidade:</i> Construir o edifício que abrigará a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória - ES e PFN/ES.	
148I	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Belém - PA
<i>Descrição:</i> Construção destinada à SRRF/02, ESCOR/02, ESPEI/02, DRJ/Belém e PFN/PA. <i>Finalidade:</i> Construir o edifício-sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil que abrigará a SRRF/02, ESCOR/02, ESPEI/02, DRJ/Belém e PFN/PA.	
148J	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Manaus - AM
<i>Descrição:</i> Construção destinada a órgãos do Ministério da Fazenda em Manaus. <i>Finalidade:</i> Construir o edifício-sede da Receita Federal que abrigará a DRF/Manaus, ALF/Porto de Manaus, parte da ALF/Aeroporto Eduardo Gomes e PFN Manaus.	
148K	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Porto Alegre - RS
<i>Descrição:</i> Construção destinada à RFB e PRFN/ 4ª Região - RS. <i>Finalidade:</i> Construir o edifício-sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre - RS que abrigará vários órgãos da RFB e a PRFN/ 4ª Região.	
148L	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Recife-PE
<i>Descrição:</i> Construção destinada à SRRF/04, DRF/Recife e PRFN/ 5ª Região - PE. <i>Finalidade:</i> Construir o edifício-sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil que abrigará a SRRF/04, DRF/Recife e PRFN/ 5ª Região - PE.	
14IE	Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro - RJ
<i>Descrição:</i> Executar obras de recuperação de sistemas construtivos no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro/RJ. <i>Finalidade:</i> Obra de recuperação de sistemas construtivos no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro/RJ com o objetivo de dar segurança tanto ao público interno quanto aos contribuintes.	
14IF	Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo - SP
<i>Descrição:</i> Executar obras de recuperação de sistemas construtivos no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo/SP. <i>Finalidade:</i> Obra de recuperação de sistemas construtivos no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo/SP com o objetivo de dar segurança tanto ao público interno quanto aos contribuintes.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

1186	Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil em Salvador - BA
<i>Descrição: A construção compreende as seguintes etapas: i) projeto básico a ser desenvolvido por equipe de servidores do Banco Central; ii) processo de licitação para contratação dos projetos executivos de arquitetura, estrutura e instalações; iii) acompanhamento da execução dos projetos executivos de arquitetura, estrutura e instalações; iv) processo de licitação para contratação da execução da obra sob regime de empreitada global; v) acompanhamento e fiscalização da execução da obra; vi) recebimento e ocupação do prédio.</i> <i>Finalidade: Construir edifício para abrigar a Representação Regional do Banco Central em Salvador (BA), envolvendo, principalmente, as instalações de caixa-forte para operacionalização do meio circulante.</i>	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</i> <i>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</i> <i>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
2013	Funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
<i>Descrição: Viabilizar a realização das sessões de julgamento.</i> <i>Finalidade: Garantir suporte logístico e financeiro ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), órgão colegiado da estrutura do Ministério da Fazenda, responsável pelo julgamento, em segunda instância, do contencioso administrativo-fiscal</i>	
2084	Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico
<i>Descrição: Complementação, implementação, manutenção e gerenciamento de sistemas informatizados e especializados relativos às atribuições da Secretaria de Acompanhamento Econômico e relacionadas também aos assuntos de interesse do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.</i> <i>Finalidade: Manter consolidadas e prover acessibilidade, via recursos informativos, às informações necessárias para atuação da Secretaria de Acompanhamento Econômico.</i>	
2085	Sistemas Informatizados do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
<i>Descrição: Disseminação de dados relativos aos processos administrativos por meio da Internet, como forma de permitir aos interessados o acompanhamento processual. Agilização de informações e desenvolvimento de controles técnico-administrativos.</i> <i>Finalidade: Fornecer estrutura técnica e administrativa, de serviços e equipamentos de informática ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), como forma de gerir com celeridade e precisão os processos administrativos em julgamento.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição:</i> Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.	
2210	Sistema Informatizado da Comissão de Valores Mobiliários
<i>Descrição:</i> Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares. <i>Finalidade:</i> Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para a manutenção e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela CVM.	
2216	Manutenção e Desenvolvimento dos Sistemas Informatizados da Superintendência de Seguros Privados
<i>Descrição:</i> Desenvolver, manter e adequar sistemas de tecnologia da informação, destinados ao controle das operações da SUSEP na regulamentação e supervisão dos mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização e à execução dos serviços internos e externos da SUSEP, bem como contratar outros serviços de tecnologia da informação, adquirir os materiais de consumo, de processamento de dados, computadores, notebooks e outros equipamentos de tecnologia da informação destinados ao apoio das atividades da SUSEP. <i>Finalidade:</i> Desenvolver, manter e aperfeiçoar sistema de tecnologia de informação, além de adquirir outros bens e serviços de processamento de dados necessários à execução das atividades e de investir em equipamentos de tecnologia da informação, para garantir a continuidade das atividades, o aprimoramento do desempenho da SUSEP e a contabilidade do processo decisório.	
2237	Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira
<i>Descrição:</i> Direção, supervisão, orientação, coordenação e execução dos serviços de fiscalização tributária e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos. Deslocamento de técnicos para realização de fiscalizações e auditorias, tanto correlacionadas ao recolhimento de tributos federais quanto aos entrepostos aduaneiros. <i>Finalidade:</i> Supervisionar, executar e controlar as atividades de fiscalização tributária e aduaneira federal, combatendo a sonegação fiscal, o contrabando e o descaminho.	
2238	Arrecadação Tributária e Aduaneira
<i>Descrição:</i> Realização das atividades de controle, normatização, arrecadação e fiscalização dos tributos e contribuições federais, inclusive os incidentes sobre o comércio exterior; interpretação e aplicação da legislação fiscal, aduaneira e correlata, bem como edição dos atos normativos e das instruções necessárias à sua execução; assessoramento na formulação da política tributária e aduaneira do país; julgamento, em primeira instância, do contencioso administrativo-fiscal; manutenção administrativa das unidades da Secretaria da Receita Federal em todo território nacional. <i>Finalidade:</i> Realizar as atividades relacionadas à gestão tributária e ao controle aduaneiro.	
2244	Recuperação de créditos, consultoria, representação judicial e extrajudicial da Fazenda Nacional
<i>Descrição:</i> Apuração da liquidez e certeza da Dívida Ativa da União e do FGTS, tributária ou de qualquer outra natureza, inscrevendo-a para cobrança amigável ou judicial; representação privativa da União na execução de sua Dívida Ativa de caráter tributário, e Defesa dos interesses da União em matéria fiscal. <i>Finalidade:</i> Garantir o ingresso de receitas para a União e para o FGTS.	
2247	Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX
<i>Descrição:</i> Administração, controle, avaliação, normatização e manutenção do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX. O pagamento ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela manutenção, desenvolvimento e gerenciamento do sistema. <i>Finalidade:</i> Manter e desenvolver o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX visando operacionalizar o comércio exterior e manter a base de informações.	
2248	Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal
<i>Descrição:</i> Manutenção e aperfeiçoamento permanente dos sistemas informatizados da Receita Federal do Brasil. <i>Finalidade:</i> Manter e aperfeiçoar permanentemente os sistemas informatizados que dão suporte às atividades de controle e administração dos tributos e contribuições de competência da Receita Federal do Brasil e às atividades de controle aduaneiro.	
2249	Adequação do Ambiente de Tecnologia da PGFN
<i>Descrição:</i> Garantir capacidade operativa ao ambiente de Tecnologia da Informação da PGFN, através da Disponibilidade e Atualização do Ambiente de TI, tanto no que se refere aos sistemas quanto à Infra-estrutura. <i>Finalidade:</i> Dotar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN de recursos de tecnologia da informação, necessários à sustentação do órgão, inclusive na sua interface com a sociedade.	
2866	Ações de Caráter Sigiloso
<i>Descrição:</i> Provisão dos meios necessários à realização de atividades de caráter sigiloso. <i>Finalidade:</i> Garantir a segurança do Estado e da sociedade.	
2B93	Sistema Integrado de Informações - SINTEGRA
<i>Descrição:</i> As informações serão intercambiadas preferencialmente pela estrutura física de comunicação das administrações fiscais, das unidades federadas, rede intranet SINTEGRA - RIS, que integrará as Unidades Estaduais de Enlace - UEE, resgatando o sigilo fiscal e respeitando os critérios de segurança estabelecidos. <i>Finalidade:</i> Intercambiar informações sobre operações interestaduais com mercadorias e serviços realizados por contribuições do ICMS no âmbito dos estados e do Distrito Federal.	
2D30	Auxílio-Alimentação ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art. 65)
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício auxílio- alimentação ao pessoal ativo militar dos extintos Territórios sob a responsabilidade do Governo Federal. <i>Finalidade:</i> Conceder auxílio-alimentação aos servidores públicos federais militares ativos dos extintos Territórios, sob a responsabilidade do Governo Federal.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2D75	Sistemas Informatizados Previdenciários
<i>Descrição: Manutenção e aperfeiçoamento, durante a fase de transição, dos sistemas informatizados previdenciários da Receita Federal do Brasil.</i> <i>Finalidade: Manter e aperfeiçoar, durante a fase de transição, os sistemas informatizados que dão suporte à atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil nas atividades previdenciárias.</i>	
4479	Cooperação Técnica em Assuntos Internacionais
<i>Descrição: Participação em negociações econômicas, financeiras e comerciais com governos estrangeiros e entidades internacionais, acompanhando os diversos fóruns e frentes de negociação que envolvem o Mercado Comum do Sul - Mercosul, a Organização Mundial do Comércio - OMC, o Clube de Paris, entre outras negociações bilaterais e multilaterais. Nesses fóruns, a SAIN participa das reuniões, colabora na elaboração da posição negociadora brasileira, avalia o posicionamento dos outros países e fornece subsídios ao Ministro da Fazenda para a tomada de decisões. Desenvolvimento, em conjunto com as diversas instituições, de análises de políticas dos organismos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Corporação Andina de Fomento - CAF, entre outros) e iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira, tais como a busca de novos mecanismos de financiamento ao desenvolvimento. Acompanhamento da execução da política nacional de tarifas de importação e exportação, no âmbito do Ministério, em conjunto com os órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior e das ações do Ministério nas áreas de salvaguardas e direitos antidumping e compensatórios. Exercício da Secretaria Executiva do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG e do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE, participação na Comissão de Financiamentos Externos - COFLEX e no Comitê Gestor da Câmara de Comércio Exterior - GECEX. Acompanhamento da conjuntura econômica e financeira internacional, em particular das economias estratégicas para o Brasil. Elaboração de estudos, notas técnicas e apresentações, com o objetivo de informar o Ministro da Fazenda sobre os temas de maior relevância em economia internacional.</i> <i>Finalidade: Prestar assessoria técnica em questões que envolvem a economia brasileira no seu relacionamento com os demais países e organismos internacionais a fim de defender os interesses econômicos e financeiros do Brasil, fortalecendo sua participação nos processos decisórios internacionais, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável do País.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
4946	Inteligência Financeira para a Prevenção da Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo
<i>Descrição: Recebimento, registro e processamento das comunicações de operações suspeitas ou de natureza automáticas, realizadas pelas pessoas obrigadas pela Lei nº. 9.613/98; análise das comunicações recebidas, levando em consideração informações disponíveis com o objetivo de identificar situações que ensejem a elaboração de Relatório de Inteligência Financeira; coordenação e proposta de mecanismos de cooperação técnica e troca de informações que viabilizem a rápida e eficiente análise das comunicações; requisição aos órgãos da Administração Pública das informações necessárias às análises das comunicações; obtenção ou aquisição de informação de entidades privadas que auxiliem na análise das comunicações recebidas; disseminação dos Relatórios de Inteligência Financeira às autoridades competentes, para instauração de procedimentos cabíveis; solicitação às Unidades de Inteligência Financeira estrangeiras informações necessárias às análises das comunicações.</i> <i>Finalidade: Aplicar a inteligência financeira na prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo nos setores econômicos.</i>	
7686	Construção de Edifício para o Meio Circulante no Rio de Janeiro - RJ
<i>Descrição: Elaboração de projeto e construção de edifício no Rio de Janeiro, em terreno de propriedade do Banco Central.</i> <i>Finalidade: Dotar o Banco Central do Brasil de instalações adequadas em localidade estratégica para o meio circulante no contexto nacional e permitir a realização das atribuições da área de jurisdição com sede no Rio de Janeiro em um único edifício, com redução de diversos imóveis ocupados.</i>	
8567	Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65)
<i>Descrição: Concessão de auxílios pecuniários aos servidores ativos da polícia militar e do corpo de bombeiros de extintos Territórios Federais, nos termos do art. 65 da Lei nº 10.486, de 2002.</i> <i>Finalidade: Promover o pagamento de auxílios pecuniários aos servidores ativos da polícia militar e do corpo de bombeiros de extintos Territórios Federais, nos termos do art. 65 da Lei nº 10.486, de 2002.</i>	
8959	Regulação para Prevenção da Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo
<i>Descrição: Monitoramento do cumprimento, pelas pessoas reguladas pelo COAF, de suas obrigações, nos termos da Lei nº. 9.613/98 e normas aplicáveis. O monitoramento se concretiza por meio da análise de casos, abertura de averiguações preliminares, instauração de processos administrativos e recebimento e preparação de recursos ao Ministro da Fazenda, de acordo com as normas legais aplicáveis e metodologia definida a partir de indicadores de risco. Registre-se que o COAF não possui competência legal para o exercício de atividade de fiscalização in loco nos setores regulados pelo Órgão.</i> <i>Finalidade: Regular os setores econômicos obrigados para prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e aplicar sanções administrativas.</i>	
2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0110	Contribuição à Previdência Privada
<i>Descrição: Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios) junto às entidades fechadas de previdência privada.</i> <i>Finalidade: Assegurar às autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, recursos financeiros destinados à contribuição às entidades fechadas de previdência privada, enquanto patrocinadoras.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
140U	Desenvolvimento de ações de planejamento, gestão, estudos, projetos e fortalecimento institucional - INTERÁGUAS
<i>Descrição: Plano de Gestão e Monitoramento de Projetos de Infraestrutura Hídrica; Sistema de Informações de Infraestruturas Hídricas de Barragens; Potencialidades para desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada no Brasil; Programa Nacional de Agricultura Irrigada; Programa de Dinamização dos Projetos Públicos de Irrigação; Manuais para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada e Capacitação de Técnicos; Plano Nacional de Redução de Riscos; Reestruturação do Sistema de Resposta aos Desastres; Plano Nacional para Gestão de Riscos; Capacitação na área de defesa civil; Planejamento e Ações para o Gerenciamento de Desastres; Capacitação continuada dos servidores envolvidos na implementação e gestão de políticas públicas de infraestrutura hídrica, defesa civil e irrigação</i> <i>Finalidade: Dar suporte à implementação de políticas e planos nacionais no setor água, apoiando programas setoriais específicos e facilitando o tratamento integrado de temas transversais, com vistas a contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água</i>	
141M	Construção, Reforma e Ampliação dos Prédios Sede, Superintendências Regionais e Unidades Administrativas da Codevasf
<i>Descrição: Elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia de reforma, ampliação e construção, contemplando projetos hidráulicos, elétricos, jardinagem, contemplando e contratação para a execução das obras.</i> <i>Finalidade: Otimizar e modernizar os prédios da Sede, das Superintendências Regionais e das Unidades Administrativas da Codevasf, de modo a proporcionar economia de custeio e melhoria das estruturas</i>	
1M49	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação
<i>Descrição: Aquisição e implementação de recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação, Sensibilização e capacitação de usuários de forma a promover seu ingresso nas tendências mundiais quanto a utilização de sistemas operacionais e aplicativos de código livre; Acompanhamento das diretrizes técnicas relativas aos aspectos de hardware e software, desde a sua implementação até o seu total cumprimento. Manutenção do parque tecnológico; Prover mecanismos de monitoramento e fiscalização quanto a entres potencias para o programa, apontando sugestões e soluções, quando possíveis.</i> <i>Finalidade: Dotar o DNOCS de sistemas administrativos e técnicos modernos baseados em tecnologias de código-aberto (Software Livre), de modo a reduzir custos e otimizar resultados, além de fortalecer a segurança e o trato das transações digitais.</i>	
1M51	Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais
<i>Descrição: Os serviços, para fins de cronograma, contemplam duas modalidades de intervenção: Obras civis, que compreendem as reformas dos pavimentos, abrangendo, inclusive a parte estrutural, fachadas, escadas, etc.; Instalações Gerais, compreendendo as intervenções nos sistemas hidráulico-sanitários, detecção, incêndio, elétrica, telefone, lógica, som e ar-condicionado; Projeto de segurança do prédio, constando de câmeras, cancelas, catracas, etc., e implantação do projeto de rede sem fio.</i> <i>Finalidade: Executar obras de recuperação dos Edifícios Sedes do DNOCS, tanto o da Administração Central quanto os das Coordenadorias Estaduais, visando preservar a segurança dos respectivos prédios e dos servidores, em vista das precárias condições estruturais e de instalações (hidráulicas, sanitárias, elétrica, ar-condicionado, etc.) em que os mesmos se encontram, inclusive pela inexistência de sistemas de segurança contra incêndios.</i>	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</i> <i>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</i> <i>Essas despesas compreendem: serviços administrativos: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
2869	Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias
<i>Descrição: Operação e manutenção do sistema de transporte por balsas, compreendendo as despesas com combustível, reparo de maquinário, pessoal, dentre outras.</i> <i>Finalidade: Prover a população dos municípios de Morada Nova de Minas, Três Marias, Abaeté, Pompéu, São Gonçalo do Abaeté, Biquinhas e Paineiras, no Estado de Minas Gerais, de via de interligação entre si e de acesso à Rodovia BR-040, interligando, também, a sede do Município de Morada Nova de Minas à sua zona rural, por meio de transporte fluvial (balsas), face à interrupção do sistema viário terrestre decorrente da construção da Barragem de Três Marias.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<i>Descrição: Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.</i>	
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
2733	Qualificação e Democratização do Processo de Elaboração Normativa
<i>Descrição: Realizar e apoiar pesquisas e debates nas áreas de interesse do Ministério da Justiça, por meio do financiamento a instituições de pesquisa e da promoção de debates públicos sobre propostas normativas. Realização de encontros, seminários e publicações.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a democratização do processo de elaboração normativa, por meio da ampliação do diálogo da Secretaria de Assuntos Legislativos do MJ com a sociedade e a academia, visando qualificar e democratizar o trabalho da Secretaria na elaboração de pareceres e de propostas normativas.</i>	
3974	Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública
<i>Descrição: Estabelecimento de infra-estrutura de comunicação e padrões nacionais para troca de informação entre os diversos atores dos sistemas nacional, estadual e municipal de justiça e de segurança pública, compreendendo a constituição de sistema de informação de âmbito nacional por intermédio da implantação do DATAJUS.</i> <i>Finalidade: Conferir ao Ministério da Justiça um instrumento de gestão do controle da criminalidade em seus aspectos de prevenção, intervenção e ressocialização, por meio da integração e oferta de informação, em extensão nacional, sobre criminalidade e segurança pública.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
2113	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição:</i> Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
2114	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</i> <i>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</i> <i>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
0110	Contribuição à Previdência Privada
<i>Descrição: Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios) junto às entidades fechadas de previdência privada.</i> <i>Finalidade: Assegurar às autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, recursos financeiros destinados à contribuição às entidades fechadas de previdência privada, enquanto patrocinadoras.</i>	
0354	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)
<i>Descrição: Adiantamento de recursos financeiros em favor das operadoras de planos privados de saúde para fazer face às despesas de manutenção das atividades no período de liquidação ou de remuneração por serviços prestados por liquidantes legalmente designados.</i> <i>Finalidade: Garantir o desenvolvimento do processo de liquidação das operadoras de planos privados de assistência à saúde.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição:</i> Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.	
20Q8	Apoio à Implantação e Manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental
<i>Descrição:</i> Realização de despesas relativas à cooperação técnica com estados, municípios e demais entidades vinculadas ao SUS, envolvendo o deslocamento de servidores e colaboradores para visitas de apoio técnico e de supervisão, a edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e o financiamento de estudos e consultorias (que tem por objetivo aprimorar ou dar subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas). <i>Finalidade:</i> Configurar estratégias e mecanismos para viabilizar a implantação e manutenção de sistemas de saneamento básico.	
20Q9	Suporte Institucional para Aprimoramento da Rede e Promoção do Acesso aos Serviços de Saúde
<i>Descrição:</i> Estabelecer mecanismos de cooperação técnica com estados, municípios e demais entidades vinculadas ao SUS para prover apoio e supervisão, no sentido de assegurar o desenvolvimento de projetos alinhados às políticas definidas pelo Ministério da Saúde. <i>Finalidade:</i> Promover intervenções institucionais, a partir do nível central de gestão do SUS, que contribuam para o aprimoramento da rede e ampliação do acesso aos serviços de saúde.	
20QA	Fortalecimento das Ações de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
<i>Descrição:</i> Articulação das entidades e gestores do SUS para a indução da multiplicação de projetos de aperfeiçoamento das práticas que envolvem os processos de formação, alocação e qualificação dos profissionais de saúde, bem como promoção da valorização e democratização das relações de trabalho na área de saúde. <i>Finalidade:</i> Instituir e aprimorar sistêmicas para atuação institucional que viabilizem o fortalecimento da gestão do trabalho e da educação na saúde.	
20QB	Apoio Institucional para Ações de Redução de Riscos e Agravos à Saúde da População
<i>Descrição:</i> Produção de subsídios para a rede de vigilância em saúde. Desenvolvimento de pesquisas de campo e estudos longitudinais para análises situacionais e de risco no âmbito da Vigilância em Saúde, visando estabelecer capacidade de excelência e domínio institucional na produção e manejo de informações sobre a situação de saúde da população para a Coordenação Nacional da Vigilância em Saúde, auxiliando a intervenção focal ou ajustes nas condutas e políticas estabelecidas. <i>Finalidade:</i> Desenvolver instrumentos de auxílio para intervenções voltadas à redução de riscos e agravos à saúde da população, por meio de ações de promoção e vigilância em saúde.	
20QC	Aprimoramento da Gestão em Insumos Estratégicos e Ciência e Tecnologia
<i>Descrição:</i> Acompanhamento e gestão de projetos de interesse em saúde pública. Aperfeiçoamento do modelo de gerenciamento e monitoramento das atividades relacionadas à aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de insumos estratégicos em saúde. <i>Finalidade:</i> Promover melhorias no processo de gestão da assistência farmacêutica, compreendendo todas as linhas de atuação necessárias para a atenção integral à saúde da população, envolvendo desde a incorporação tecnológica até o aperfeiçoamento da política de promoção do acesso e das normas de dispensação.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição:</i> Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. <i>Finalidade:</i> Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição:</i> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. <i>Finalidade:</i> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
6149	Residência de Profissionais de Saúde - SUS
<i>Descrição:</i> Transferência de recursos financeiros, para o pagamento das bolsas de residência. <i>Finalidade:</i> Financiar residência de Profissionais de Saúde nos Hospitais da Rede Própria, buscando a sua capacitação especializada após a graduação.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6881	Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento, implementação e manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Saúde Ambiental para promoção da saúde e gestão da FUNASA. Pesquisar, desenvolver, incorporar e aplicar tecnologias de informática e outras que possam ser aplicadas ao saneamento básico e saúde ambiental; estabelecer padrões, diretrizes, normas e procedimentos para captação, transferência, processamento e armazenagem de dados e de informações no âmbito da Presidência da FUNASA e suas Unidades Descentralizadas; manter e efetuar a guarda do acervo dos dados e informações em saúde e dos sistemas internos de gestão institucional; contratar, firmar convênios e programas de cooperação técnica para desenvolvimento, prospecção e transferência de tecnologias e metodologias de informação e informática aplicada a Saúde; administrar e suportar os meios utilizados para a captação, armazenagem e disponibilização de dados e informações dos sistemas mantidos; contratar serviços, produtos e a infra-estrutura de hardware, software, pessoal necessário ao desenvolvimento das suas atividades; elaboração de editais de licitação; acompanhamento, coordenação e análise de processos licitatórios; planejamento e orçamentação da manutenção operacional da infra-estrutura de rede de comunicação, de hardware, de software da FUNASA; prospecção, avaliação e implantação de novas tecnologias com pesquisa de mercado e consulta a fabricantes; desenvolver ações de modernização no âmbito da FUNASA e suas Unidades Descentralizadas; promover a implantação do Programa de Qualidade e Desburocratização; promover melhoria continuada dos processos de trabalhos; Implantação de novos modelos de Gestão; avaliação de experiências inovadoras na área de modernização e sistemas de informação no âmbito da FUNASA e suas Unidades Descentralizadas. Projeto de elaboração, conscientização e implantação da Segurança da Informação e Comunicações na FUNASA. Elaboração e publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI na FUNASA. <i>Finalidade:</i> Fomentar, regulamentar e avaliar as ações de informatização, manutenção e o desenvolvimento do sistema de informações em Saúde e dos sistemas internos de gestão da FUNASA, bem como pesquisar e incorporar tecnologia de informática para implementação de sistemas e a disseminação de informações necessárias às ações de saúde. Definir padrões, diretrizes, normas e procedimentos, contratação de recursos humanos específicos, bens e serviços de informática no âmbito da FUNASA e suas Unidades Descentralizadas.	
8580	Desenvolvimento Institucional e Modernização Administrativa para a Melhoria da Gestão
<i>Descrição:</i> Realização de despesas relativas à cooperação técnica e promoção de eventos técnicos, envolvendo o deslocamento de servidores e colaboradores; à edição de publicações para divulgação e disseminação de informações e o financiamento de estudos e consultorias (que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios ao aperfeiçoamento das atividades). <i>Finalidade:</i> Realizar ações institucionais que viabilizem o aperfeiçoamento de ações para qualificação de instrumentos de gestão do Ministério da Saúde, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS, bem como modernizar as práticas de gestão de pessoas e processos, adequando e ampliando o potencial de utilização da estrutura organizacional e funcional do Órgão.	
2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
0110	Contribuição à Previdência Privada
<i>Descrição:</i> Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios) junto às entidades fechadas de previdência privada. <i>Finalidade:</i> Assegurar às autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, recursos financeiros destinados à contribuição às entidades fechadas de previdência privada, enquanto patrocinadoras.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
0B14	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Trens Urbanos de Salvador
<i>Descrição:</i> Pagamento ao Município, em conformidade com o Acordo de Transferência, dos recursos necessários ao pagamento com despesas de pessoal e encargos sociais e dos benefícios aos empregados transferidos da CBTU para o governo local, por sucessão trabalhista, no trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador. <i>Finalidade:</i> Cumprir as obrigações decorrentes do Acordo de Transferência da administração do Sistema de Trens Urbanos de Salvador, da União para o governo local, conforme disposições contidas na Lei nº. 8.693/93.	
0B15	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros de Fortaleza - CE
<i>Descrição:</i> Pagamento ao Estado, em conformidade com o Acordo de Transferência, dos recursos necessários ao pagamento com despesas de pessoal e encargos sociais e dos benefícios aos empregados transferidos da CBTU para o governo local, por sucessão trabalhista. <i>Finalidade:</i> Cumprir as obrigações decorrentes do Acordo de Transferência da administração do Sistema de Trens Urbanos da União para o governo local, conforme disposições contidas na Lei nº. 8.693/93.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros
<i>Descrição: Operacionalização dos trens e das oficinas; manutenção preventiva e corretiva da via permanente, do material rodante, dos sistemas e dos prédios operacionais; conservação de estoque mínimo de peças de reposição e sobressalentes; contratação de mão-de-obra de terceiros para serviços de limpeza e segurança; aquisição de bilhetes de bloqueio automáticos; despesas de energia elétrica de tração, combustível e outros.</i> <i>Serviços gerais de revitalização e de adequação do arranjo físico interno e externo das estações da Linha 1, objetivando a manutenção e preservação das condições de uso das instalações e a agregação de novos serviços e/ou funções, vinculados às demandas operacionais ou às estratégias de busca de novas receitas financeiras, pela exploração de espaços comerciais.</i> <i>Finalidade: Garantir o funcionamento com qualidade dos sistemas de trens urbanos de Recife, Belo Horizonte, João Pessoa, Maceió, Natal e Porto Alegre e otimizar o atual padrão de serviço, obedecendo aos padrões técnicos estabelecidos de segurança e confiabilidade.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
6438	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos
<i>Descrição: Cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos, bem como despesas relacionadas ao deslocamento e estadia de empregados, quando os eventos forem realizados em outras localidades, e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Capacitar e treinar empregados com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, da produtividade em suas atribuições, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<i>Descrição: Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2117 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações**00H1 Pagamento de Pessoal Ativo da União**

Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.

Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

12EA Reforma do Edifício-Sede do Ministério das Comunicações

Descrição: EDIFÍCIO SEDE (serviços a serem executados - 2007)

- Impermeabilização da garagem 4.277,00 m²
- Projeto Elétrico 29.386,00 m²
- Substituição de rede de água 1,00 un
- Fornecimento e instalações de divisórias nos andares 3º, 7º, 8º E 9º 542,37 m²
- Serviços de serralheria no subsolo (escadas casa de máquinas de elevadores, proteção de canaletas) 1,00 un

EDIFÍCIO SEDE (serviços a serem executados - 2008-2010)

- Substituição do sistema de geração de energia de emergência Grupo Gerador. 1,00 un
- Substituição das instalações elétricas. 29.386,00 m²
- Substituição do forro Luxalon por forro pacote Mineral nos andares 9º, 8º, 7º, 3º e sobreloja 7.694,52 m²
- Substituição e readequação dos Sistemas de Combate a Incêndio - "SPRINKLER" 33.241,00 m²
- Substituição e readequação dos Sistemas de Combate a Incêndio por HIDRANTE 33.241,00 m²
- Implantação de Sistema de Detecção de Incêndio e Alarme 33.241,00 m²
- Substituição do revestimento de Piso Carpete por Paviflex 7.694,52 m²
- Recuperação da Fachada da Garagem 548,40 m²
- Modernização do conjunto de elevadores sociais e privativo 8,00 un
- Reforma das Fachadas Principal e Posterior 7.986,80 m²
- Reforma externa de impermeabilização do subsolo e revitalização do jardim 602,00 m²

EDIFÍCIO ANEXO (serviços a serem executados - 2007)

- Fornecimento e instalações de divisórias nos andares 1º e 3º - Anexo Oeste e Leste 1.142,85 m²
- Fornecimento e instalação de persianas nos andares 1º e 3º Anexo Oeste e leste 1.028,59 m²

EDIFÍCIO ANEXO (serviços a serem executados - 2008-2010)

- Reforma das Salas do CPD (piso, forro, divisórias, fornecimento e Instalação de "SELF CONTAINED" de 10TR). 322,73 m²
- Substituição do forro Luxalon por forro Pacote Mineral nos andares 1º e 3º, Anexo Oeste e Leste 3.928,61 m²
- Reforma e substituição do piso de Carpete por Paviflex com recuperação de contrapiso. 3.928,61 m²

- 4490.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES (Especificar)
- Construção das escadas para saída de emergência 711,00 m²

Finalidade: Reformar o prédio sede do Ministério das Comunicações, visando correção dos desgastes de seus componentes físicos e objetivando o prolongamento de sua vida útil.

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

12EB Modernização da Estrutura de Informática do Ministério das Comunicações

*Descrição: Solução integrada de infra-estrutura de software para virtualização;
 Prestação de serviço de acesso à Internet;
 Atualização e suporte técnico de solução de gerenciamento dos ativos de rede;
 INFOVIA - BRASÍLIA;
 Manutenção balanceamento de cargas de servidores (ASSISTEC);
 Locação de solução de servidores de rede (CIMCORP);
 Implementação de Ferramenta de TI para Gerenciamento Eletrônico da Documentação (GED) da Secretaria de Comunicação Eletrônica e Demais áreas;
 Manutenção e suporte a plataforma de Switches e IDS/IPS (IDEIA DIGITAL);
 Serviço de cabeamento de rede lógica;
 Serviço de consultoria técnica, ambiente Crystal Reports;
 Treinamento nos módulos: Designer, Expert, Java e Administrador;
 Manutenção do software de solução de segurança McAfee (PSN);
 Outsourcing de impressão;
 Red Hat Enterprise 5 Server (subscrição de 5 anos);
 Ferramenta de Geo Processamento GIS (cooperativo);
 Softwares de solução integrada de segurança da informação(criptografia e vulnerabilidade);
 Software Extra;
 Solução de segurança EXCHANGE;
 Software para gerenciamento de rede;
 Software Balanceamento de carga de servidores;
 Software para solução de infra-estrutura – metaframe;
 Software de backup;
 Software eGenix;
 Software contra roubo de informações (DLP) e NAC;
 Software Crystal Reports;
 Software C.A UNICENTER MGMT para SQL SERVER;
 Aquisição do software McAfee;
 Softwares Diversos;
 Exchange 2007 Server;
 Windows Server 2008;
 SQL Server 2005 Banco de Dados Licenças por Processadores;
 Enterprise Architect (Produto de Treinamento);
 Office Professional 2007 Enterprise;
 Visio Professional 2007;
 Oracle (Enterprise Edition Perpetua/Risc por Processador);
 Creative Suite 3 - Adobe Versão Atual;
 Corel Draw - Graphics Suite X4 Versão Atual;
 24 impr. a laser monocromática;
 3 impr. a laser em cores;
 30 micros ultraportáteis;
 1 fita DLT (nativo);
 2 equipamentos firewall;
 1 subsistema (storage);
 35 servidores de rede;
 2 wireless switch e 40 Access Point;
 Sala Cofre;
 Expansão Rede MC - Nacional (por Regional 24) Conectividade/Hardware;
 40 Servidores de Rede (Modelo Blade Atual);
 1 Voz sobre IP;
 1 Monitor LCD 60" para NOC (Monitoramento);
 6 Computadores Risc;
 1000 Estações de Trabalho;
 80 Notebooks;
 Tabela (A4);
 Micros e impressoras;
 4 racks preto;
 500 estações de trabalho;
 4 racks, 17 kits de conversão tipo I e 2 kits de conversão tipo II;
 Cofre de armazenamento de mídias magnéticas;
 Mobiliário em geral;
 Finalidade: Atualizar e ampliar a infra-estrutura de hardware, software e rede corporativa, com aquisições de hardware, de softwares aplicativos diversos, de serviços de conexão externa, além da contratação de serviços terceirizados, desenvolvimento de sistemas e atendimento ao usuário.*

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

13EY Implementação de Ferramenta de Tecnologia da Informação para Gerenciamento Eletrônico da Documentação (GED)

Descrição: Disponibilização de uma solução integrada de gestão de informações documentais e arquivística, que deverá ser customizada, de maneira a permitir utilizar processos de Workflow, automatizando o processo de negócio, onde documentos, informações ou tarefas são passadas de um participante para o outro para execução de uma ação, de acordo com um conjunto de regras e procedimentos para atender às necessidades de gerenciamento das informações contidas no acervo documental do Ministério das Comunicações, tratando de forma centralizada e uniforme os conjuntos informacionais formados por documentos de arquivo.

O sistema deverá oferecer possibilidades de busca completa, disponibilizando as informações de maneira criteriosa para o usuário, respeitando os critérios de temporalidade e sigilo, independente da mídia (eletrônica ou papel).

A ferramenta deverá contar, ainda, com um suporte completo às ações de gerenciamento dos documentos, controlando o ciclo vital dos documentos em todas as suas fases desde o arquivo corrente, passando pelo intermediário, até o permanente.

Para isto, antes será necessário o estudo e a modelagem dos processos, o conhecimento das atividades desempenhadas, bem como sua dinâmica com vistas a possibilitar a identificação de limitações, problemas e novas necessidades, servindo de base para a enunciação de todo o conjunto de requisitos e regras de negócio dos temas referentes às áreas meio e fim do Ministério.

Propiciar a estruturação de um processo de gestão de inovações a fim de implementar uma política de evolução técnica e de melhoria da qualidade dos serviços produzidos, e ainda a digitalização que será responsável pela transformação dos documentos em papel para imagens. A definição de qualidade de imagem, bem como o formato de compressão, seguirá os padrões definidos pela unidade do Ministério responsável.

O acervo documental do Ministério das Comunicações é composto por documentos em fase corrente, armazenados nas salas de trabalho; documentos acumulados em depósitos diversos com valor administrativo e/ou cultural que compõem o acervo do órgão de valor intermediário e outros documentos, que dependendo poderão ser descartados.

Os tratamentos técnicos, indicados pelos modernos procedimentos arquivísticos prevêem a adoção de instrumento de gestão para os documentos em fase corrente, eliminando a acumulação desordenada e possibilitando a otimização do uso dos recursos informacionais. A aplicação de um Plano de Classificação de Documentos, preferencialmente na origem das informações, auxiliado por um Sistema Eletrônico de Gestão de Documentos, permite o agrupamento lógico das informações de conteúdo informacional semelhante, possibilitando uma rápida recuperação das informações.

Por fim, implantados os sistemas e com toda a documentação inserida, pretende-se implementar a ferramenta de Governança de TI que proporcionará a criação de uma estrutura de relacionamentos e processos para dirigir e controlar a organização no atingimento dos seus objetivos, adicionando valor, ao mesmo tempo em que equilibra os riscos em relação ao retorno da TI e seus processos.

O desenvolvimento do software de Governança de TI acrescenta um conjunto de estruturas e processos que visa garantir que a TI suporte e maximize adequadamente os objetivos e estratégias de negócio do Ministério das Comunicações, adicionando qualidade aos serviços prestados, balanceando os riscos e obtendo o retorno sobre os investimentos em TI.

Finalidade: Adquirir e implantar uma ferramenta computacional de gestão documental por meio da disponibilização de software com utilização de processos em workflow (fluxo de trabalho) que permita o real controle e gerenciamento eletrônico de documentos (GED), incluindo, ainda a modelagem dos processos e a digitalização do passivo documental existente. Dotar o Ministério das Comunicações com ferramenta voltada para uma visão estratégica focada em resultado, melhorando a disseminação da informação relacionada aos produtos e serviços demandados nos diversos níveis organizacionais (horizontal e vertical); definir claramente os objetivos, produtos, prazos, custo, padrões de qualidade, responsabilidades das partes, além de indicadores de desempenho; garantir a identificação problemas e adoção de ações preventivas e/ou corretivas em tempo hábil.

13ZX Recuperação, Modernização e Acondicionamento do Acervo Documental do Ministério das Comunicações

Descrição: 1) Elaboração do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade dos documentos relativos às Atividades Finalísticas do Ministério das Comunicações, bem como adequação dos Códigos de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Meio;
2) Classificação, avaliação, higienização, restauração, acondicionamento, armazenamento e organização dos documentos que compõem a massa documental acumulada;
3) Cadastramento e guarda da massa documental acumulada em sistema informatizado de controle de processos e documentos;
4) Cadastramento e acondicionamento do acervo bibliográfico em sistema informatizado de gerenciamento de acervo;
5) Capacitação dos servidores na utilização dos instrumentos de gestão documental (Código de Classificação e Tabelas de Temporalidade das Áreas Meio e Finalísticas).

Finalidade: Disponibilizar à população o acervo documental histórico do Ministério das Comunicações.

2000 Administração da Unidade

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</i> <i>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</i> <i>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
2267	Assistência Médica do Serviço Exterior
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar aos integrantes do Serviço Exterior, composto pelas carreiras de Diplomatas, Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, e a servidores de outras categorias do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, em missão no exterior.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos integrantes do Serviço Exterior, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, e a servidores de outras categorias do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, em missão no exterior, condições para manutenção da saúde física e mental.</i>	
2543	Cerimonial
<i>Descrição: Organização de eventos, visitas e viagens oficiais relacionadas com a representação do Brasil junto a Estados estrangeiros e Organizações Internacionais.</i> <i>Finalidade: Realizar atividades inerentes às funções de cerimonial de Estado.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
6086	Obras de Conservação e Restauração de Imóveis
<i>Descrição: Identificação das necessidades de obras de conservação. Elaboração dos projetos. Realização do processo licitatório para contratação da empresa executora e fiscalização das obras.</i> <i>Finalidade: Conservar e manter os imóveis ocupados pelas repartições do Ministério no Brasil e no Exterior.</i>	
6207	Movimentação de Pessoal
<i>Descrição: Remoção de pessoal do Serviço Exterior, objetivando à consecução da política externa brasileira.</i> <i>Finalidade: Prover a adequada lotação dos postos de representação brasileiros no exterior e nos foros de negociações internacionais de interesse do País.</i>	
6218	Missões Oficiais do Presidente e do Vice-Presidente da República ao Exterior
<i>Descrição: Cobertura de gastos com diárias e passagens, inclusive para os integrantes das comitivas presidenciais e vice-presidenciais ao exterior; com telefonia fixa e celular; com cerimonial; com aluguel de salas para apoio e imprensa; e locação de automóveis.</i> <i>Finalidade: Garantir as condições de realização das viagens do Presidente e Vice-Presidente da República ao Exterior e de suas comitivas.</i>	
2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
00JK	Contribuição à Fundação Nacional da Qualidade - FNQ (MME/ANEEL)
<i>Descrição:</i> Consiste na realização de reuniões, participação em seminários, intercâmbio de informações etc. <i>Finalidade:</i> Manter um diálogo, de caráter proativo, com os públicos Institucionais da ANEEL, com vistas ao compartilhamento de experiências, estabelecimento de parcerias, esclarecimentos e atualização de informações, e identificação de modelos de sucesso a serem aplicados nas atividades da Agência, contribuindo para a solução de problemas e o aperfeiçoamento dos processos organizacionais.	
00JL	Contribuição à Associação Brasileira de Agências Reguladoras - ABAR (MME/ANEEL)
<i>Descrição:</i> Consiste na realização de reuniões, participação em seminários, intercâmbio de informações. <i>Finalidade:</i> Manter um diálogo, de caráter proativo, com os públicos Institucionais da ANEEL, com vistas ao compartilhamento de experiências, estabelecimento de parcerias, esclarecimentos e atualização de informações, e identificação de modelos de sucesso a serem aplicados nas atividades da Agência, contribuindo para a solução de problemas e o aperfeiçoamento dos processos organizacionais.	
00JM	Contribuição ao Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil (Audibra) (MME/ANEEL)
<i>Descrição:</i> A filiação ao Organismo viabiliza a participação em congressos de Auditoria Interna, seminários, cursos de preparação para exames de certificação e de auditoria, etc. <i>Finalidade:</i> Desenvolver e aperfeiçoar os conhecimentos técnicos dos profissionais da Auditoria Interna da Agência, com vistas ao aprimoramento da qualidade aos trabalhos desenvolvidos. Promover a cultura ética entre os profissionais e obter certificações relacionadas às atividades de auditoria.	
00JN	Contribuição ao Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - CIGRÉ-Brasil (MME/ANEEL)
<i>Descrição:</i> Consiste na realização de reuniões, participação em seminários, intercâmbio de informações etc. <i>Finalidade:</i> Manter um diálogo, de caráter proativo, com os públicos Institucionais da ANEEL, com vistas ao compartilhamento de experiências, estabelecimento de parcerias, esclarecimentos e atualização de informações, e identificação de modelos de sucesso a serem aplicados nas atividades da Agência, contribuindo para a solução de problemas e o aperfeiçoamento dos processos organizacionais.	
0110	Contribuição à Previdência Privada
<i>Descrição:</i> Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios) junto às entidades fechadas de previdência privada. <i>Finalidade:</i> Assegurar às autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, recursos financeiros destinados à contribuição às entidades fechadas de previdência privada, enquanto patrocinadoras.	
0264	Subvenção Econômica aos Consumidores Finais de Baixa Renda do Sistema Elétrico Nacional Interligado (Lei nº 10.604, de 2002)
<i>Descrição:</i> Concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais atendidos pelo sistema elétrico interligado nacional. <i>Finalidade:</i> Reduzir a tarifa média de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais de baixa renda atendidos pelo Sistema Elétrico Nacional Interligado.	
0378	Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural (Lei nº 10.604, de 2002)
<i>Descrição:</i> Subsídios para a energia elétrica produzida a partir do gás natural ou o custo de transporte do gás natural, por meio de regulação conjunta do MME com o Ministério da Fazenda. <i>Finalidade:</i> Reduzir o preço da energia elétrica gerada a partir do gás natural, possibilitando o seu crescimento na matriz energética.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
10A4	Reforma de Unidades Regionais do DNPM
<i>Descrição:</i> Identificação das necessidades de obras de reforma e conservação. Elaboração de projetos, realização de processos licitatórios para contratação de empresa executora e para fiscalização da obra, conforme detalhado: 2º DISTRITO - SÃO PAULO Área construída 2.408 m2 3º DISTRITO - MINAS GERAIS Área construída 3523,29 m2 4º DISTRITO - PERNAMBUCO Área construída 3.339,89 m2 6º DISTRITO - GOIÁS Área construída 1.630,06 m2 7º DISTRITO - BAHIA Área construída 3.023,75 m2 8º DISTRITO - AMAZONAS Área construída 2.709 m2 11º DISTRITO - STA. CATARINA Área construída 1.324 m2 13º DISTRITO - PARANÁ Área construída 1.380 m 23º DISTRITO - MATO GROSSO DO SUL Área construída 388,36 m2 24º DISTRITO - RORAIMA Área construída 235,54 m2. <i>Finalidade:</i> Conservar e manter os imóveis ocupados por Unidades Regionais do DNPM.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

125F	Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina
<i>Descrição:</i> Contratação da elaboração e execução dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas para doze áreas degradadas pela mineração de carvão na região sul do Estado de Santa Catarina, pelas quais a União foi responsabilizada nos autos da Execução Provisória Nº 2000.72.04.002543-9 (Ação Civil Pública). <i>Finalidade:</i> Elaborar e executar os Planos de Recuperação de Áreas Degradadas, das áreas pelas quais a União foi responsabilizada nos autos da Execução Provisória Nº 2000.72.04.002543-9 (Ação Civil Pública), em que é ré solidária com as Empresas de Mineração de carvão da região sul-catarinense. Em 05 de janeiro de 2000 uma Sentença Judicial, revisada em 18 de abril de 2006, baseada na Ação Civil Pública, referente ao Processo Nº 93.8000533-4, deferiu tutela antecipada e impôs à União e às Empresas Carboníferas a obrigação de fazer e executar o projeto de recuperação ambiental da região da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, para os passivos arrolados na Ação Civil Pública, que compreendem o período entre os anos de 1972 a 1989.	
12KW	Aquisição de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM
<i>Descrição:</i> Aquisição de imóveis novos ou usados para servirem de sede para as Superintendências do DNPM <i>Finalidade:</i> Aquisição de unidades regionais nos Estados	
13E4	Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META
<i>Descrição:</i> O Projeto está estruturado em cinco componentes técnicos, com ações específicas, e um componente destinado à administração do Projeto, avaliação e monitoramento, quais sejam: 1) Planejamento dos setores de energia e mineral – este componente desenvolve um conjunto de estudos técnicos voltados ao planejamento de curto, médio e longo prazo dos setores de energia e mineral, os quais contribuirão para instrumentalizar os diversos planos setoriais, dentre eles o Plano Nacional de Energia- PNE 2030 e o Plano Decenal de Expansão da Energia – PDE, que fornecem subsídios para formulação de estratégias de expansão da oferta de energia econômica e sustentável com vistas ao atendimento da evolução da demanda; o Plano Duo-Decenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – PDGMT 2010-2030, documento que constitui a base do planejamento de longo prazo, fundamentando a formulação e execução de políticas públicas visando o desenvolvimento do setor mineral e políticas estratégicas do MME; 2) Aperfeiçoamento dos arcabouços legais, institucionais, regulatórios e de monitoramento – neste componente serão realizados estudos visando o aperfeiçoamento dos arcabouços legais, institucional, regulatórios e de monitoramento. No contexto serão realizadas atividades abrangendo a formulação de políticas e diretrizes, aperfeiçoamento da legislação, fortalecimento institucional e ações administrativas que irão prover os órgãos e entidades vinculadas de meios e recursos necessários com vistas a atingir seus objetivos institucionais, beneficiando, inclusive, as instituições federais setoriais relacionadas com o setor de energia e mineral; 3) Sustentabilidade Ambiental e Inserção Social nos Setores de Energia e Mineral- a sustentabilidade ambiental nos dois setores em pauta é meta prioritária da política do Estado Brasileiro, portanto nesse componente serão efetuados estudos e encontros visando ao aprimoramento e difusão das melhores práticas para efetiva consolidação do desenvolvimento sustentável dos setores energético e mineral. Também serão desenvolvidas ações visando a implementação das políticas públicas de mitigação dos impactos da inclusão das populações atingidas pelos empreendimentos dos setores energético e mineral; 4 - Desenvolvimento Tecnológico – esse componente prevê a realização de investimentos em pesquisa no setor elétrico, no serviço geológico e na segurança do Sistema Interligado Nacional – SIN. O componente beneficiará diretamente os agentes institucionais (Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL, Serviço Geológico – CPRM, Operador Nacional do Sistema – ONS) e indiretamente distribuidoras de energia, empreendimentos de mineração, consumidores de energia elétrica e demais agentes atuantes dos dois setores; 5) Cooperação Sul-Sul – neste componente estão as ações que visam ao fortalecimento do relacionamento do Brasil com países da América do Sul e África, transferindo, sob a forma de cooperação técnica, as tecnologias aqui desenvolvidas, e 6) Administração do Projeto, Avaliação e Monitoramento – neste componente serão desenvolvidas ações visando a administração e monitoramento na execução nos demais componentes. <i>Finalidade:</i> Contribuir para a ampliação e consolidação dos avanços dos setores de energia e mineral, dando apoio à competitividade e crescimento econômico sustentável do País, bem como a modernização institucional do Setor, envolvendo áreas estratégicas do MME, tais como: 1) Planejamento do Setor Energético e Matriz Energética Brasileira; 2) Geologia, Mineração e Transformação Mineral; Monitoramento e Controle do Setor Elétrico; 3) Geração Termonuclear; 4) Aprimoramento de Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Inserção Social; Universalização e Programa Luz para Todos – LpT; 5) Fontes Alternativas e Eficiência Energética; 6) Petróleo e Gás; Segurança do Sistema Interligado Nacional – SIN; e Fortalecimento Institucional.	
13E6	Construção do Edifício Sede da ANEEL
<i>Descrição:</i> Trata-se da construção de um edifício com área edificada de 25.000 m², onde funcionará a sede da ANEEL. <i>Finalidade:</i> Dotar a ANEEL de espaço físico adequado ao desempenho de suas atividades, visto que o edifício atual é compartilhado com outras duas unidades (ANP e CPRM) e não atende às necessidades de espaço físico dessas unidades e da ANEEL, dado que as três estão em fase de ampliação das respectivas forças de trabalho.	
1H03	Reforma do Edifício Sede da Aneel
<i>Descrição:</i> Reforma das instalações físicas dos módulos "I" e "J", por meio de: adequação do layout, adequação das instalações elétricas, hidráulicas e de refrigeração, troca de revestimentos e pisos, remanejamento de divisórias, implantação de equipamentos de segurança e de prevenção de incêndio, impermeabilização de telhado, dentre outros. <i>Finalidade:</i> Reformar as instalações da sede da agência para oferecer condições de infraestrutura adequada aos servidores e usuários da ANEEL, considerando o desgaste de uma edificação com mais de 35 anos e a ampliação do quadro de pessoal da agência em decorrência dos concursos públicos em andamento e previstos.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
20LI	Estudos para o Planejamento do Setor Energético
<i>Descrição: Realização de estudos prospectivos de curto, médio e longo prazos das necessidades de energia para o desenvolvimento sustentável do país, envolvendo: levantamento dos potenciais dos recursos energéticos disponíveis, de forma coerente e equilibrada entre os agentes setoriais e aos interesses da sociedade; análise da evolução do mercado ajustado aos cenários socioeconômicos; análise da evolução da infraestrutura de geração e transporte para o suprimento do mercado; dimensionamento dos investimentos associados à expansão e estudos de empreendimentos.</i> <i>Desenvolvimento de estudos para elaboração e aplicação de metodologias, instrumentos e procedimentos associados aos seguintes temas: política de meio ambiente do setor elétrico; avaliação ambiental integrada de empreendimentos energéticos de alternativas de expansão da oferta de energia; estudos de localização de usinas térmicas; gestão do processo de licenciamento ambiental; cadastramento dos empreendimentos de geração de energia elétrica para participação nos leilões; análise dos documentos de cada projeto e dos requisitos essenciais à participação nos leilões; emissão de habilitação técnica dos empreendimentos; estabelecimento de parâmetros para o edital de licitação.</i> <i>Finalidade: Produção de Relatórios Técnicos.</i>	
2388	Regulamentação das Atividades da Indústria de Petróleo e da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis
<i>Descrição: Elaboração de atos normativos relativos às atividades de exploração, produção e desenvolvimento de petróleo e gás natural, bem como às atividades de refino, transporte, importação, exportação, distribuição e revenda.</i> <i>Finalidade: Estabelecer regras disciplinares das atividades dos agentes econômicos que atuam nos diversos segmentos da indústria do petróleo e do gás natural, bem como nas atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool combustível.</i>	
2393	Manutenção dos Canais de Relação com os Consumidores e Agentes Econômicos da Indústria do Petróleo e das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
<i>Descrição: Recebimento de denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, pedidos de informação dos consumidores, analisá-los e informar os respectivos resultados às partes interessadas; promover a orientação dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos e serviços do mercado regulado pela ANP; desenvolver estudos e pesquisas que identifiquem tendências no mercado de consumo dos produtos e serviços de interesse da ANP; encaminhar as demandas dos consumidores individuais ou representados coletivamente por entidades públicas ou privadas de defesa de seus direitos e interesses, comunicando-se com os mesmos em nome da ANP; estabelecer a comunicação da ANP com os órgãos de defesa, proteção e orientação dos consumidores.</i> <i>Finalidade: Manter canais de comunicação permanentes com consumidores e agentes econômicos.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
4887	Estudos para o Planejamento dos Setores de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
<i>Descrição: Realização de estudos, planos, anuários, sinopses, seminários, oficinas, audiências públicas para: modernização dos marcos legais minero-ambientais; fomento a políticas e levantamentos de geologia - geofísica, geoquímica, geodiversidade, hidrogeologia, geotecnologia; mineração; integração dos sistemas de informação de geologia e mineração; ordenamento territorial geomineiro; conhecimento geológico no Mar Territorial e na Amazônia, aproveitamento de água subterrânea no semi-árido; extensionismo mineral; orientação aos pequenos produtores minerais para práticas sustentáveis e de saúde e segurança do trabalhador; fomento ao cooperativismo e associativismo; desenvolvimento de tecnologias e inovação na cadeia produtiva mineral; incentivo a inovações tecnológicas pelo setor produtivo; ampliação da participação do setor nacional de bens e serviços na indústria mineral; informações estatísticas, incentivo a produção mineral e ao planejamento do setor privado mineral.</i> <i>Finalidade: Formular políticas de geologia, mineração e transformação mineral para desenvolvimento sustentável na mineração, tecnologia mineral, cenários econômicos do setor mineral e temas correlatos.</i>	
4892	Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Combustíveis Renováveis
<i>Descrição: Realização de estudos técnicos e econômicos, por intermédio de consultoria especializadas, quando necessário, objetivando a modelagem do novo processo de licitação com a adequação entre as informações levantadas, as diretrizes políticas estabelecidas e a realidade brasileira, inclusive quanto aos aspectos tributários e de participações governamentais. Realização de estudos relacionados ao planejamento dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, destacando-se: estudos do mercado, estudos de avaliação da competitividade dos energéticos, estudo das fontes de suprimento, estudos da infraestrutura de abastecimento, estudos da infra-estrutura de refino, desenvolvimento de potencial de recursos, Plano Diretor de Gás Natural, gestão sócio-ambiental, estudos para incorporação da indústria nacional e estudos para gestão de informações estratégicas.</i> <i>Finalidade: Reformular o processo de licitação de blocos para exploração e produção de hidrocarbonetos, objetivando proporcionar uma maior atratividade à iniciativa privada e orientar o desenvolvimento dos setores do petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, mediante a elaboração de planejamento indicativo para esses setores, fornecendo elementos para subsidiar estudos da matriz energética nacional.</i>	
4897	Planejamento do Setor Energético
<i>Descrição: Estudos prospectivos de longo prazo (20 anos) das necessidades energéticas do país; análise e consolidação dos recursos energéticos; desenvolvimento de modelos aplicáveis ao planejamento de longo prazo de oferta e demanda de energéticos; análise dos custos e seus impactos na evolução da Matriz Energética Nacional, e seus reflexos econômicos e sócio-ambientais; estudos de viabilidade e otimização dos recursos energéticos para formulação de política energética; processamento e consolidação dos dados e informações energéticas.</i> <i>Consolidação e divulgação de informações da oferta e demanda de energia compreendendo: registro histórico de formas de energia, por atividade de oferta, comércio externo, transformação e consumo; decomposição do consumo de cada energético por setor consumidor; pesquisa regional de consumo de lenha por amostragem; pesquisa por amostragem do consumo de óleo diesel nos diversos setores; análise comentada das alterações nas participações dos energéticos nos setores de consumo do Balanço Energético Nacional; análise comentada das alterações nas estruturas de oferta e de comércio externo de energia, por área energética; sistematização da coleta e depuração dos dados do Balanço; e geração e divulgação dos relatórios para os agentes.</i> <i>Desenvolvimento de estudos técnicos, econômicos e ambientais das áreas de energia elétrica, petróleo e gás e demais fontes energéticas. Elaboração das projeções da Matriz Energética Nacional, de acordo com as diretrizes e políticas da área de energia, definindo as bases para o desenvolvimento de estudos estratégicos de expansão dos setores de eletricidade, petróleo/gás e demais fontes de energia, para os horizontes de 10 e 20 anos, bem como desenvolver os critérios para a integração do planejamento energético setorial, em articulação com as Secretarias do MME, gerando documentos consolidados para a utilização dos agentes setoriais.</i> <i>Finalidade: Proporcionar ao Estado e aos agentes setoriais públicos e privados um conjunto de informações e orientações estratégicas de expansão energética, no horizonte de médio e longo prazos, de modo, com base nas projeções da Matriz Energética Nacional, contemplar e subsidiar a formulação e implementação de políticas da área de energia. Divulgar a retrospectiva da evolução da oferta e demanda de fontes primárias e secundárias de energia para os agentes públicos e privados, de qualquer segmento da sociedade. Fornecer subsídios para a formulação de propostas de política energética nacional a serem implementadas pelos órgãos setoriais, para o atendimento das demandas da sociedade, incluindo a integração energética do Brasil com a América do Sul e demais países.</i>	
8549	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
<i>Descrição: Considera a implementação de ações de preservação e conservação e sócio-ambientais inerentes aos empreendimentos em operação, tais como:</i> <i>a) Ações ambientais necessárias para atender às condicionantes dos órgãos de controle ambiental, inclusive aquelas relacionadas à obtenção das Licenças de Operação dos empreendimentos, conforme determinação da ANEEL;</i> <i>b) Ações voltadas ao programa de recuperação de áreas degradadas, tanto relativo aos empreendimentos de geração quanto ao sistema de transmissão, de acordo com exigências dos órgãos de controle ambiental;</i> <i>c) Ações de natureza social e ambiental (por exemplo, Programa de Remanejamento da População Atingida) decorrentes dos reassentamentos implementados em função dos empreendimentos em operação.</i> <i>Finalidade: Promover as ações de preservação e conservação do meio ambiente relacionadas aos projetos em operação, incluindo a obtenção de licenças ambientais de operação, além das relativas às questões sócio-ambientais decorrentes da implantação dos empreendimentos de geração e de transmissão.</i>	
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<i>Descrição: Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.</i>	
2120	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
2103	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário
<i>Descrição: Execução de estudos técnicos, elaboração de pareceres e pesquisas orientadas para a identificação das políticas públicas mais adequadas para o desenvolvimento rural sustentável. Realização de discussões temáticas e promoção de eventos, seminários, conferências, workshops e correlatos acerca dos programas e das ações desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem como levantamento, produção e edição de publicações para disseminação de informações sobre as políticas públicas afetas ao órgão, com ênfase nas experiências exitosas nessas matérias. Pagamento de despesas de tecnologia da informação relacionadas ao tema, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, ao monitoramento e avaliação da execução das políticas desenvolvidas nas unidades e na autarquia vinculada, bem como outras despesas que não sejam passíveis de apropriação nas ações finalísticas.</i> <i>Finalidade: Viabilizar a formulação, a promoção, o desenvolvimento, a operacionalização, o monitoramento, a avaliação e a gestão de políticas desenvolvidas pelas Unidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário; possibilitar a análise dos impactos dessas políticas; e promover o fortalecimento institucional e a cooperação internacional.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
0003	Contribuição ao Comitê Brasileiro de Eletricidade, Eletrônica, Iluminação e Telecomunicações - COBEI
<i>Descrição: Fomento e gerenciamento do processo de normalização e promoção da participação e representação do País nos fóruns regionais e internacionais de normalização.</i> <i>Finalidade: Promover a participação brasileira na normalização internacional e regional nos assuntos afetos à eletricidade, eletrônica, iluminação e telecomunicações, que se dá através do COBEI, organismo reconhecido como fórum nacional de normalização por Resolução do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO.</i>	
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
00IO	Inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND (Extinto pela Lei nº 12.431, de 2011)
<i>Descrição: Custeio das despesas inerentes ao processo de inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND (extinto pela Lei nº 12.431, de 2011), abrangendo diárias, passagens, outras despesas de locomoção, serviços de auditoria, serviços de contabilidade, outros serviços de terceiros e cumprimento de eventuais obrigações decorrentes.</i> <i>Finalidade: Promover o processo de inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND (extinto pela Lei nº 12.431, de 2011).</i>	
0215	Contribuição à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT
<i>Descrição: Fomento e gerenciamento do processo de normalização e promoção da participação e representação do País nos fóruns regionais e internacionais de normalização.</i> <i>Finalidade: Promover a participação brasileira na normalização internacional e regional, que se dá através da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), organismo reconhecido como fórum nacional de normalização por Resoluções do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
10D4	Atualização do Parque Lógico Computacional da SUFRAMA
<i>Descrição: Elaboração de Projeto da Nova Rede Lógica da Sede e Unidades. Descentralizadas; Aquisição de Nova Rede de Dados, Voz e Imagem; Aquisição de Softwares atualizados para gerenciamento de rede; Aquisição de Computadores Plataforma Pentium; Aquisição de Sistema de Nobreaks; Aquisição de Servidores de Dados; Aquisição de Equipamentos de Rede Ativa; Aquisição de Equipamentos de Segurança da Informação.</i> <i>Finalidade: Atualizar o Parque Lógico- Computacional da Instituição.</i>	
10D5	Aparelhamento e Reaparelhamento da Infraestrutura nas Áreas sob Jurisdição da Suframa
<i>Descrição: Obras de implantação, construção de sede própria e reforma das Unidades Descentralizadas da Suframa.</i> <i>Finalidade: Aparelhar e Reaparelhar a infra-estrutura das Unidades Descentralizadas da Suframa nas áreas de jurisdição da SUFRAMA.</i>	
13DI	Reforma do Edifício “A Noite”
<i>Descrição: Ação engloba a contratação do projeto de reforma, obra de reforma e serviços de apoio à fiscalização e auditoria técnica de projeto e da obra de reforma.</i> <i>Finalidade: Prover o INPI de sede própria, moderna e adequada ao desenvolvimento de suas atividades de forma a melhorar a produtividade institucional, a qualidade do ambiente de trabalho, o atendimento à sociedade e, ainda, recuperar o ativo imobiliário da União.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
2035	Análise e Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais
<i>Descrição: Emissão, por projeto, de Laudo de Operação (LO); emissão, por produto, de Laudo de Produção (LP); recebimento e análise de Laudo Técnico de Auditoria Independente (LTAI); recebimento e acompanhamento da implantação do sistema de qualidade (ISO 9000); monitoramento do cumprimento da apresentação de informações socioeconômicas; análise de relatório de cumprimento das obrigações de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), decorrentes da Lei de Informática; análise do cumprimento dos compromissos de exportação e/ou P&D (exceto informática), consignados em projeto; controle das listas padrão de insumos importados; emissão de notas técnicas e pareceres referentes a controle e remanejamento de quotas de importação, transferências de projetos/produtos entre empresas, emissão de declarações, autorização de internamento de materiais obsoletos, cancelamento de projetos, entre outros; emissão de Relatórios de Auditoria de Projetos (RAP); análise e acompanhamento das propostas de fixação e alteração de Processos Produtivos Básicos (PPB); promoção comercial e controle de ingresso de mercadorias nacionais no Pólo Industrial de Manaus.</i> <i>Finalidade: Acompanhar e avaliar os projetos industriais e de serviços, aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa (CAS), objetivando garantir o que determina a legislação pertinente, quanto ao cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB), o incremento na oferta de emprego na região, a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores, a incorporação de tecnologias de produtos e de processos de produção compatíveis com o estágio atual da técnica, níveis crescentes de produtividade e de competitividade, reinvestimento de lucros na região e investimento na formação e capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico, visando ao retorno econômico e social; controlar o ingresso de mercadorias na área de atuação da Suframa visando assegurar o uso adequado dos incentivos concedidos pela legislação; ampliar as exportações visando ao equilíbrio da balança comercial.</i>	
20AP	Serviços de Auditoria e Controle
<i>Descrição: Realização de exames nos registros e documentos contábeis e promover a coleta de informações e confirmações com vistas ao controle, entre outras, da legalidade, legitimidade e economicidade da aplicação dos recursos do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.</i> <i>Finalidade: Verificar se a escrituração contábil está de acordo com a legislação vigente, para cumprir a determinação legal de contratação de auditoria externa visando validar as escriturações contábeis do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20JH	Gestão da Tecnologia da Informação
<i>Descrição: Contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, administração de rede, service desk, comunicação de dados e consultoria, dentre outros, e na aquisição de softwares e hardwares necessários à plena operação e modernização da Autarquia.</i> <i>Finalidade: Prover o INPI com os recursos e os serviços necessários ao pleno atendimento das novas demandas de Tecnologia da Informação, além de disponibilização ao público de novo acesso online aos serviços da Instituição.</i>	
2537	Manutenção do Distrito Industrial de Manaus
<i>Descrição: Manutenção e conservação da infra-estrutura, recuperação do pavimento, do meio-fio e da sarjeta, recomposição da drenagem, limpeza e coleta de lixo das áreas verdes, modernização da malha viária, paisagismo, iluminação, melhoria dos equipamentos urbanos e sinalização indicativa das vias, redes de eletrificação e de telecomunicação do Distrito Industrial de Manaus. Proteção contra extração ilegal de madeira, retirada de material para aterro, formação de lixeiras, grilagem e invasão de terra pública na área de expansão do Distrito.</i> <i>Finalidade: Proporcionar a manutenção, conservação e proteção da infra-estrutura da Área Pioneira e Área de Expansão do Distrito Industrial de Manaus, necessária para implantação e expansão de projetos industriais e de serviços.</i>	
2750	Manutenção da Infraestrutura do Distrito Agropecuário
<i>Descrição: Manutenção e conservação da infra-estrutura e demarcação de lotes destinados a atender aos empreendimentos existentes e de novos projetos aprovados. Proteção contra extração ilegal de madeira, retirada de material para aterro, formação de lixeiras, grilagem e invasão de terra pública na área de expansão do Distrito.</i> <i>Finalidade: Proporcionar a manutenção e conservação da infra-estrutura do Distrito Agropecuário.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
11JM	Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios
<i>Descrição: Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios.</i> <i>Finalidade: Reunir em um só edifício as cinco secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ampliar espaço para as secretarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que ocupam o Bloco C (Secretaria de Recursos Humanos, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e Secretaria do Patrimônio da União). Atualmente o MDS está ocupando: três andares no Bloco C (Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva, parte do anexo do Bloco F (Conselho Nacional de Assistência Social), 3º e 4º andares do Bloco A (SAGI e SAIP), um edifício para a Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social na Praça Portugal, parte de 2 andares no edifício sede do DNIT, Edifício Ômega e SAAN. Ademais, a construção deste anexo vai gerar economias de aluguel, de transporte e de pessoal de apoio.</i>	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</i> <i>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</i> <i>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
20IY	Promoção Internacional de políticas e ações de desenvolvimento social e combate à fome
<i>Descrição: Promoção de atividades de caráter internacional que envolva intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre o desenho e gestão de políticas sociais, tais como missões de estudo, oficinas de capacitação, simpósios, e atividades afins. Promoção de ações e atividades internacionais de cooperação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.</i> <i>Finalidade: Fomentar o intercâmbio e as parcerias internacionais visando ao aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento social no Brasil e em países do eixo sul-sul, bem como apoiar ações de Integração Regional e de Cooperação Internacional na área de segurança alimentar e nutricional.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
4907	Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<i>Descrição: Manutenção de canais de comunicação entre o Ministério e a população (central de atendimento telefônico, link na home-page e correio), por meio dos quais o público possa fazer reclamações, dar sugestões ou receber informações. Encaminhamento, aos titulares dos órgãos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das reclamações a respeito de deficiências em suas respectivas áreas de atuação, solicitando que sejam promovidos os meios próprios destinados a prevenir, combater e fazer cessar qualquer conduta inadequada à administração pública, empreendendo melhoria e eficácia na prestação dos serviços e no atendimento ao público em geral.</i> <i>Finalidade: Contribuir com informações oriundas da sociedade para as correções necessárias à ação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.</i>	
4923	Avaliação e monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<i>Descrição: Elaboração de diretrizes e instrumentos para a avaliação e monitoramento das políticas de desenvolvimento social e combate à fome, visando ao fortalecimento de um sistema integrado de planejamento, avaliação e monitoramento com critérios e requerimentos metodológicos definidos para medir a efetividade, eficiência e impacto das políticas públicas nesta área.</i> <i>Finalidade: Melhorar as políticas de desenvolvimento social e combate à fome em termos de eficiência, eficácia, efetividade, focalização e controle social.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6877	Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<i>Descrição: Realização de cursos, oficinas e eventos, contemplando: implementação e gestão de políticas públicas, sistemas/ferramentas de monitoramento e avaliação, tipos de avaliações (quantitativa, qualitativa, participativa, interna, externa) e informações requeridas, metodologias disponíveis, análise/gestão/disseminação de resultados e retroalimentação para o desenho das políticas e para aumento da transparência destas, bem como a elaboração e publicação de materiais. Apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento permanente de atividades de capacitação nas temáticas de concepção, gestão, financiamento e controle social nas políticas de desenvolvimento social como uma forma de assegurar a concretização da rede de proteção social, tendo como público alvo gestores, técnicos/trabalhadores governamentais, dirigentes e técnicos de entidades de assistência social, conselheiros, secretários executivos e funcionários do conselho e população usuária.</i> <i>Finalidade: Ampliar a capacidade dos agentes públicos e sociais para a gestão, o monitoramento, a avaliação e o controle social das políticas de desenvolvimento social e combate à fome, visando ao aperfeiçoamento da implementação dessas políticas e ao aumento da transparência da ação governamental, bem como promover o desenvolvimento de metodologias e processos técnicos adequados à essa implementação. Capacitar permanentemente os atores envolvidos com as políticas de desenvolvimento social de modo a qualificar e/ou aperfeiçoar a atuação dos mesmos no campo da gestão, do financiamento e do controle social.</i>	
2123	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</i> <i>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</i> <i>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
20EE	Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica - APO
<i>Descrição: Constitui-se na agregação de despesas de natureza administrativa tais como: mobiliário, materiais e equipamentos de escritório, serviços de apoio administrativos; pessoal ativo; benefícios aos servidores e empregados; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros; aluguel, limpeza, segurança, manutenção e conservação prediais; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, manutenção de sítio eletrônico na Internet e aquisição de equipamentos de informática e de sua infraestrutura; despesas com telefonia, despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); serviços de tradução, serviços de impressão de material gráfico; consultorias especializadas em comunicação, engenharia, direito, gerenciamento de projetos e suporte a grandes eventos esportivos, entre outras; despesas com sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas e a promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação das Olimpíadas de 2016; produção e edição de publicações para divulgação de informações e demais despesas necessárias à implantação, gestão e administração da Autoridade Pública Olímpica - APO, conforme contrato de rateio entre os entes consorciados.</i> <i>Finalidade: Prover os recursos relativos à participação da União nas despesas de implantação, funcionamento e manutenção da Autoridade Pública Olímpica - APO, conforme contrato de rateio entre os entes consorciados.</i>	
2366	Capacitação de Gestores de Esporte e de Lazer
<i>Descrição: Formulação e implantação da política de formação continuada com gestores de políticas de esporte e lazer, estabelecendo relação com as universidades prioritariamente públicas, contemplando a dimensão do acesso ao conhecimento necessário aos gestores na busca da qualificação das políticas de esporte e lazer, bem como propiciar o intercâmbio das diversas experiências de gestão, estabelecer estratégias de implantação de políticas de esporte e lazer, devendo essa política de formação ser realizada na dimensão local, estadual, regional, nacional, sob a forma de cursos, seminários, fóruns e outros.</i> <i>Finalidade: Elaborar e implantar política de formação continuada com gestores de políticas de esporte e lazer para qualificar a elaboração, execução e avaliação de políticas de esporte e lazer, envolvendo gestores das esferas federal, estadual e municipal, bem como de entidades não governamentais que implementam tais políticas, propiciando a consolidação dos princípios, diretrizes, eixos dos programas, projetos e atividades a serem implantados e modernizados.</i>	
2600	Avaliação das Políticas Públicas e de Programas de Esporte e de Lazer
<i>Descrição: Levantamento e manutenção de informações sobre a estrutura nacional esportiva e de lazer, não apenas na dimensão de espaços e equipamentos, como também de toda a condição de recursos humanos existentes, das características das políticas implementadas e do público por ela assistido, de forma a subsidiar a implantação de políticas de esporte e de lazer a serem implementadas com apoio desse Ministério. Realização e atualização de estudos e pesquisas de dados quantitativos e qualitativos (elaboração de instrumentos, coleta de dados, tabulação, cruzamentos e análise dos resultados). Apoio à promoção e/ou Realização de eventos municipais, regionais, estaduais, nacionais ou internacionais, referentes ao esporte e ao lazer, que embasem a elaboração, a implementação e a avaliação das políticas públicas nacionais e setoriais, visando a socialização das ações realizadas nas três esferas de governo e na sociedade civil organizada.</i> <i>Finalidade: Acompanhar e avaliar as Políticas Públicas de Esporte e de Lazer no nível nacional, estadual e municipal, bem como monitorar o desempenho dos programas do Ministério do Esporte, de modo a intensificar a realização de seus projetos e atividades, e ainda a coordenação de estudos e pesquisas sobre a estrutura nacional desportiva e de lazer.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

10FL	Ampliação e Modernização da Estrutura de Informática do Ministério do Meio Ambiente
<i>Descrição:</i> Aquisição de servidores de porte compatível com os requisitos dos servidores de bancos de dados, servidores de mapas e provedores de serviços relacionados à rede do MMA; expansão do "Storage" da Rede do MMA de forma que este possa suportar a demanda por espaço derivada das informações textuais e imagens; aquisição de sistema de "backup" automático para garantir a segurança das informações armazenadas no MMA; manutenção da conexão do MMA com a INFOVIA BRASILIA com ampliação dos serviços sempre que necessário e manutenção da conexão do edifício Sede do MMA com os locais do Ministério não atendidos pela INFOVIA; atualização permanente da velocidade de conexão com a Internet, de maneira a prover o MMA de interface para serviços em linha compatíveis com a demanda existente e futura; atualização tecnológica permanente das estações de trabalho da Rede do MMA por meio de aquisição de novos microcomputadores tipo "desktop" e notebooks; atualização do parque de impressoras do MMA; aquisição de estabilizadores e nobreaks para ampliação da capacidade de carga da Rede do MMA; manutenção e expansão das redes de cabeamento estruturado e elétrica estabilizada; manutenção e atualização dos ativos de rede do MMA; aquisição de serviços de informática (software e consultoria de desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados, gestão de rede e atendimento ao usuário); atualização dos serviços de comunicação de dados e voz, com implantação de videoconferência e telefonia VOIP; manutenção de rede de comunicação para técnicos do MMA que atendem aos usuários; implantação de serviços de conexão sem fio e migração da rede para velocidade de Gbps. <i>Finalidade:</i> Ampliar a infraestrutura de hardware e software do Ministério do Meio Ambiente, mantendo-a atualizada e alinhada com os avanços tecnológicos, de maneira que o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente possa consolidar-se definitivamente, mantendo-se em permanente progresso.	
12DS	Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas
<i>Descrição:</i> Construção de prédio administrativo, anexo ao Bloco M, onde está instalada a administração central da Agência Nacional de Águas. O novo prédio será construído em terreno de propriedade do Ministério da Ciência e Tecnologia, no Setor Policial Sul, em Brasília - DF. Com área total de 4.760 m², dispostos em dois pavimentos, a construção visa à ampliação e adequação das instalações da ANA, para abrigar seu corpo de servidores e a implantação de dispositivos e equipamentos de segurança para toda a organização. <i>Finalidade:</i> Ampliar a área predial da Agência Nacional de Águas para instalação de corpo de servidores aprovado em concurso público e remanejamento de parte do quadro de pessoal ativo da Agência, hoje instalado em prédios de outros órgãos, assegurando condições adequadas para a integração entre os servidores e o desenvolvimento organizacional, proporcionando boas condições de trabalho para propiciar agilidade e qualidade aos processos desenvolvidos.	
14IH	Realização da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente
<i>Descrição:</i> Organização e realização da Conferência Nacional; elaboração, formatação e divulgação do material da conferência; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações e resultados da conferência; apoiar a realização e a formação de comissões organizadoras e das conferências estaduais do meio ambiente, envolvendo os segmentos governamentais e da sociedade, públicos e privados. <i>Finalidade:</i> Realizar a V Conferência Nacional de Meio Ambiente que tem por objetivo principal debater, de forma democrática com a sociedade, propostas e diretrizes orientadoras da Política Nacional de Meio Ambiente, além de promover a criação de mecanismos possíveis para viabilização e implementação das mesmas.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
20MH	Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais
<i>Descrição: Adotar as metodologias constantes no Manual da A3P; promover a reflexão sobre os problemas socioambientais no âmbito da instituição; estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos; realizar a gestão integrada de resíduos pós-consumo; melhorar a qualidade do ambiente do trabalho; estimular reflexões e mudança de atitude das pessoas envolvidas nas atividades administrativas e operacionais dos órgãos públicos.</i> <i>Finalidade: Consolidar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) como marco referencial de responsabilidade socioambiental da gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo Federal em seus diversos órgãos.</i>	
2B34	Formulação de Políticas de Meio Ambiente
<i>Descrição: As atividades compreendem: a) Estabelecer instrumentos e diretrizes para a prevenção da geração, reaproveitamento, tratamento e disposição de resíduos e aproveitamento energético; b) Estabelecer instrumentos para redução de emissões de gases do efeito estufa, assim como para o incentivo à produção e consumo de bens e serviços ambientais; c) Identificar projetos que possam ser financiados pelo disposto no Protocolo de Kyoto/MDL e avaliar sua sustentabilidade, conforme estabelecido no referido Protocolo; d) Articular com os órgãos integrantes do SISNAMA para adesão ao conceito de interoperabilidade entre os diversos sistemas de informação existentes e para o estabelecimento de consensos sobre padrões e ontologias para unidades de informação componentes do SINIMA; e) Coordenar as atividades de disponibilização do SINIMA em interface WEB; f) Coordenar as atividades de implantação do Sistema de Informações Gerenciais do Meio Ambiente - SIGMA nos órgãos executores dos programas e capacitação do pessoal desses órgãos; g) Promover o acompanhamento e avaliação dos programas e projetos de cooperação técnica através das informações contidas no SIGMA com elaboração de relatórios de desempenho dos Projetos/Programas.</i> <i>Finalidade: Elaborar e implementar políticas públicas de meio ambiente e suas normas complementares, baseadas em subsídios, estudos e promoção de debates bem como apoiar a coordenação do processo de captação dos recursos e acompanhamento dos programas e projetos de cooperação técnica com financiamentos, de empréstimos e doações de organismos internacionais e estrangeiros, e a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente, de modo a possibilitar ao MMA uma efetiva coordenação e supervisão de programas e projetos.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
6917	Informações, Estatísticas e Indicadores Ambientais e de Desenvolvimento Sustentável
<i>Descrição: Realizar pesquisas e incluir variáveis ambientais no sistema estatístico nacional; gerar, sistematizar e disseminar informações para a sociedade e gestão pública; produzir e incorporar novos dados para retratar a relação entre a gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico; atuar de forma articulada com as entidades do Sisnama e os institutos oficiais de pesquisa e estatística.</i> <i>Finalidade: Elaborar e apoiar a implementação de métodos de coleta de dados e sistematização e disseminação de informações e estatísticas ambientais existentes e a serem geradas, e construir indicadores que relacionem a sustentabilidade ambiental às atividades sociais e econômicas para subsidiar a construção de um Sistema Integrado de Contas Econômico-Ambientais.</i>	
8943	Apoio à Realização das Conferências Estaduais e Municipais de Meio Ambiente
<i>Descrição: Formação de Comissões Organizadoras das Conferências Municipais e Estaduais, envolvendo segmentos da sociedade, públicos e privados; apoio a realização das plenárias das Conferências nos Estados e Municípios.</i> <i>Finalidade: Apoiar a Realização de Conferências Municipais e Estaduais de Meio Ambiente, para discutir propostas e diretrizes para a Política Nacional de Meio Ambiente, com vista à preparação da Conferência Nacional de Meio Ambiente auxiliando, para tanto, na criação de todos os mecanismos possíveis para viabilização e implementação das mesmas.</i>	
2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0347	Contribuição à Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP
<i>Descrição: Atualização e discussão de assuntos referentes à área de orçamento público através da participação em eventos programados pela Entidade e da divulgação de suas atividades.</i> <i>Finalidade: Contribuir para a geração de conhecimento e o intercâmbio de informação com a Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP, mediante a elaboração de políticas e de atos normativos voltados para a formação técnica orçamentária, bem como disseminar esse conhecimento para toda a Administração Pública.</i>	
0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002.
<i>Descrição: Reparação econômica àqueles que são declarados anistiados por motivação exclusivamente política. A reparação econômica será concedida mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça, após parecer favorável da Comissão de Anistia, que tem a finalidade de examinar os requerimentos e assessorar o respectivo Ministro de Estado em suas decisões.</i> <i>Finalidade: Promover a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, assegurada aos anistiados políticos.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
0C01	Pagamento de Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006
<i>Descrição: Pagamento, por intermédio dos Ministérios da Defesa e do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma e condições estabelecidas pela Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006, aos que firmarem Termo de Adesão, do valor correspondente aos efeitos retroativos da concessão de reparação econômica fixado em virtude da declaração da condição de anistiado político de que a trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.</i> <i>Finalidade: Promover reparação econômica relativa ao pagamento dos valores retroativos, devidos pela União, aos Anistiados Políticos Cíveis de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, nos termos da Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006.</i>	
12NZ	Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
<i>Descrição: Apoio a ações de modernização dos processos relacionados a caracterização das áreas da União, tais como ações de identificação, demarcação, cadastramento e controle dos imóveis, de forma a conferir maior eficiência, rigor e transparência na gestão do Patrimônio Público da União. Prospeção de novos modelos de negócio e padrões de gestão dos imóveis da União. Modernização e automatização dos processos de gestão do patrimônio da União, mediante desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas de informação.</i> <i>Finalidade: Promover a modernização dos instrumentos e sistemas de gestão do patrimônio imobiliário da União, com vistas à qualificação dos processos decisórios e da capacidade de atuação da SPU.</i>	
12O0	Adequação Técnica e Tratamento do Acervo Documental de Empresas Extintas
<i>Descrição: Tratamento técnico de acervo documental, acompanhamento e orientação a liquidantes e solução de pendências vinculadas a processos.</i> <i>Finalidade: Preparar e organizar tecnicamente o acervo documental de empresas estatais federais submetidas a processos de liquidação, até a sua entrega aos órgãos responsáveis pela guarda e manutenção.</i>	
148E	Fortalecimento da Gestão Institucional do IBGE
<i>Descrição: Implementação de novas práticas, mecanismos e instrumentos que permitam a introdução de mudanças de valores e comportamentos individuais e organizacionais; estabelecimento de estratégias de longo prazo e definição de planos para o alcance dos resultados; oferta de capacitação virtual e fomento ao desenvolvimento gerencial; gestão do conhecimento; implementação do modelo de gestão de pessoas por competências; expansão da implantação do projeto de gestão por processos em unidades do IBGE localizadas em todos os estados da federação; disponibilização de informações administrativas em portais interativos e sistemas de Business Intelligence; produção de indicadores de desempenho para monitoramento da gestão; integração dos sistemas corporativos; fortalecimento do sistema de controle interno e alcance de maior eficiência no gasto do IBGE, dando maior transparência quanto ao uso do recurso público.</i> <i>Finalidade: Ampliar a capacidade de governança do IBGE, fundamentada na introdução de metodologias e tecnologias modernas de gestão pela qualidade, promovendo ações de desenvolvimento e fortalecimento institucional.</i>	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</i> <i>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</i> <i>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> <i>Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i>	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
20QN	Gestão de Assuntos Internacionais
<i>Descrição: Análise e acompanhamento da política dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento, da política externa, integração sulamericana e de comércio exterior, mediante formulação de posição interna e participação em fóruns internacionais de discussão, inclusive os relativos à revisão de carteira de empréstimo e volume de recursos disponíveis; análise e acompanhamento de pleitos de financiamento externo, participação em missões de preparação e monitoramento da execução dos projetos com recursos internacionais, mediante visitas in loco.</i> <i>Finalidade: Viabilizar a realização das atividades internacionais do MP no sentido de: i) Gerir a política brasileira nos Organismos multilaterais de desenvolvimento; ii) Coordenar o processo de captação de recursos junto aos Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais; iii) Elaborar a posição do MP com vistas a subsidiar a política externa e de comércio exterior brasileira.</i>	
20RD	Fortalecimento da Gestão do Patrimônio da União
<i>Descrição: Pagamento das despesas das Unidades Administrativas para dar sustentação ao processo de descentralização da gestão, atendendo ao que preceitua a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União. Reforço da estrutura física e fornecimento de meios para manter a capacidade de execução descentralizada; elaboração de estudos que visam subsidiar a formulação de políticas públicas; promoção de capacitação e de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas na área de administração patrimonial.</i> <i>Finalidade: Fortalecer as Unidades Administrativas do Patrimônio da União nos Estados da Federação e no Distrito Federal, inclusive nos postos avançados.</i>	
20SN	Participação do Brasil no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN)
<i>Descrição: Desempenho das atividades de competência do Coordenador e da Secretaria-Executiva da Comissão de Coordenação da participação brasileira no COSIPLAN (CC/COSIPLAN); desenvolvimento de estudos ou outras atividades, conforme o Plano de Ação Estratégico do COSIPLAN; realização e participação em reuniões e eventos do COSIPLAN; participação em eventos relacionados à promoção da integração da infraestrutura sul-americana.</i> <i>Finalidade: Viabilizar a participação do Brasil no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN).</i>	
2C03	Sistemas Estruturantes e Corporativos
<i>Descrição: Manutenções corretivas e evolutivas nos módulos e funcionalidades para os sistemas estruturantes e corporativos, atendimento de necessidades de informação e arquitetura tecnológica, tanto de hardware como de software necessários como suporte ao desenvolvimento das aplicações que compõem estes sistemas.</i> <i>Finalidade: Manter os sistemas estruturantes e corporativos no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2D33	Fomento à Melhoria da Gestão Pública
<i>Descrição: Realização de estudos, eventos, ações de apoio, projetos e capacitações, visando: o aperfeiçoamento do marco legal e institucional; o fortalecimento da gestão por resultados; a melhoria dos processos de trabalho; fomentar a melhoria e as inovações no campo da gestão; a melhoria do atendimento ao cidadão, do ambiente de negócios e do atendimento às empresas e demais organizações da sociedade; o fortalecimento dos mecanismos de articulação e cooperação federativa; o aprimoramento da política de gestão de desempenho; apoiar o fortalecimento institucional dos órgãos e entidades da administração pública; o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a disponibilização de modelos, ferramentas e sistemas de apoio ao gerenciamento e à melhoria da gestão dos órgãos e entidades públicos; a identificação e o desenvolvimento de propostas e ações para melhorar processos críticos para o melhor funcionamento da administração pública federal; o fomento e a consolidação de redes de apoio à melhoria da gestão pública; o desenvolvimento de propostas e ações para a instituição de uma Política Nacional para Atendimento do Cidadão; o desenvolvimento de propostas e ações para melhorar o ambiente de negócios e o atendimento às empresas privadas; aperfeiçoar os mecanismos de articulação, de coordenação e de cooperação federativa; identificar necessidades, potencialidades e sinergias a serem exploradas conjuntamente pela União, estados e municípios, especialmente no campo da gestão; aperfeiçoar os mecanismos para a gestão das ações no território; e aperfeiçoar e simplificar os mecanismos para transferência voluntária de recursos; implementar uma agenda de trabalho conjunta, envolvendo a União, estados e municípios, voltada à melhoria da gestão, que contemple pontos de interesse mútuo; desenvolver ações conjuntas, envolvendo a União, estados e municípios, focadas na formação e no desenvolvimento profissional dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, buscando maior articulação entre as três esferas de governo, em especial realizar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade ensino à distância, para qualificar agentes públicos federais, estaduais e, preferencialmente, municipais.</i> <i>Finalidade: Fomentar a melhoria da gestão pública, por meio de projetos, atividades, propostas de regulamentação, modelos, metodologias, estudos, ações e decisões, voltados ao fortalecimento da capacidade de ação de órgãos ou entidades, à melhoria do marco institucional-legal, ao aperfeiçoamento de processos ou de funções e ao fortalecimento dos mecanismos de articulação e cooperação federativa, visando à excelência no atendimento às demandas da sociedade.</i>	
4069	Extinção de Órgãos e Entidades Públicas Federais
<i>Descrição: Coordenação e supervisão de atividades relativas aos processos de extinção de órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional; organização e tratamento do acervo documental de órgãos e entidades da administração federal submetidas a processos de extinção; regularização de eventuais pendências decorrentes dos processos de extinção, análise, aprovação e demais providências relativas às prestações de contas dos convênios e instrumentos similares celebrados pelos extintos Ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional; pela extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência; pelo extinto Ministério do Bem-Estar Social, relativos a projetos habitacionais integrados, financiados com recursos do Fundo de Custeio de Programas de Habitação Popular – FEHAP repassados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e pela extinta Secretaria Especial de Políticas Regionais, nos exercícios de 1995 a 1999.</i> <i>Finalidade: Coordenar e supervisionar os processos de extinção de órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
4732	Estudos e Acompanhamento da Estrutura Econômica Brasileira
<i>Descrição: Elaboração de estudos, sobretudo econômicos, para acompanhamento da implementação e dos resultados das políticas governamentais; construção de modelos econométricos; realização e participação em eventos técnicos sobre a estrutura econômica brasileira; capacitação de técnicos em ferramentas econômicas e estruturação de projetos; desenvolvimento de metodologias para implementação e acompanhamento de projetos de Parcerias Público-Privadas; coordenação do processo de análise de projetos submetidos ao Comitê Gestor (CGP); execução das atividades de Secretaria-Executiva do CGP e da Comissão Técnica (CTP) das Parcerias Público-Privadas.</i> <i>Finalidade: Elaborar estudos relativos à estrutura econômica brasileira que permitam identificar os possíveis impactos das políticas adotadas sobre a estabilidade e crescimento econômicos, a geração de emprego e seus impactos distributivos e, ainda, aumentar a oferta e a qualidade da infraestrutura e dos serviços públicos por meio da implementação das Parcerias Público-Privadas (concessões administrativas e patrocinadas).</i>	
4743	Coordenação do Processo Orçamentário das Empresas Estatais Federais
<i>Descrição: Coordenação do processo de elaboração do Orçamento de Investimento das empresas estatais federais, do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento e do Programa de Dispendios Globais, bem como acompanhamento das execuções, tendo em vista a política macroeconômica do governo e as metas de resultado primário estabelecidas.</i> <i>Finalidade: Coordenar a elaboração e a execução do orçamento de investimento das Empresas Estatais Federais.</i>	
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes
0093	Pagamento de Eventos de Construção Naval com Base na Resolução nº 6.043, de 1979 e Cláusulas Contratuais de Justa Causa
<i>Descrição: Do ajuste de Débitos e Créditos efetuado entre o Fundo da Marinha Mercante e o estaleiro EMAQ, ficou pendente o acerto com o Banco Auxiliar. Foram realizados os cálculos para a atualização da dívida, com a aprovação do orçamento e a disponibilidade financeira.</i> <i>Finalidade: Liquidar débitos pendentes de dívidas da extinta autarquia Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAM, com o Banco Auxiliar, que à época do ajuste de Débitos e Créditos com o estaleiro EMAQ, estava em liquidação extra-judicial.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

0095	Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação
<i>Descrição: Efetuação dos depósitos nas contas vinculadas das empresas de navegação da parte do AFRMM que deixará de ser recolhido em função da não-incidência do adicional sobre as mercadorias cuja origem e destino sejam portos localizados nas Regiões Norte e Nordeste, que também poderão ser compensados quando houver débitos de prestações de financiamentos dessas empresas, junto ao BNDES.</i> <i>Finalidade: Ressarcir valores provenientes das parcelas previstas no artigo 8º, incisos II e III do Decreto Lei nº 2.404/87, modificado pela Lei nº 10.893/04, que deixarão de ser recolhidos em razão da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, estabelecida no art. 17, da Lei nº 9.432/97, alterado pela Lei nº 10.482/07.</i>	
00AH	Pagamento de Débitos de Obras de Infraestrutura Rodoviária
<i>Descrição: Quitação de passivo relativo a obras executadas na malha rodoviária federal, bem como de obras de construção, duplicação, adequação e intervenções emergenciais, além do reconhecimento de dívidas de contratos encerrados.</i> <i>Finalidade: Pagamento de débitos referentes a obras de conservação, restauração, recuperação, crema, construção, adequação e adequação de rodovias federais.</i>	
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.</i>	
0110	Contribuição à Previdência Privada
<i>Descrição: Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios) junto às entidades fechadas de previdência privada.</i> <i>Finalidade: Assegurar às autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, recursos financeiros destinados à contribuição às entidades fechadas de previdência privada, enquanto patrocinadoras.</i>	
0713	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER
<i>Descrição: Pagamento das despesas inerentes à extinção do DNER, tais como : pessoal e encargos sociais, custeio e capital.</i> <i>Finalidade: Promover a extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, conforme as disposições contidas nos Decretos nºs 5.227, de 4 de outubro de 2004 e nº 4.803, de 8 de agosto de 2003.</i>	
09FC	Incentivo às Empresas Brasileiras conforme Lei nº 10.893, de 2004
<i>Descrição: Apoio financeiro reembolsável, mediante crédito na conta vinculada, de setenta e cinco centavos de real para cada um real de AFRMM, gerado no transporte aquaviário, obedecidas as condições previstas na Lei nº 10.893, de 03 de julho de 2004.</i> <i>Finalidade: Repassar às empresas brasileiras de navegação, mediante crédito na conta vinculada, setenta e cinco centavos de real para cada um real do AFRMM gerado na navegação de cabotagem ou no transporte de granéis na navegação de longo curso, bem como na navegação fluvial e lacustre no transportes de granéis líquidos nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, por embarcações construídas em estaleiro brasileiro e entregue a partir da vigência desta Lei.</i>	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</i>	
09IU	Administração e Remuneração de Pessoal da Extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, Decorrente de Sucessão Trabalhista
<i>Descrição: Pagamento dos empregados ativos da extinta RFFSA integrantes: a) do quadro de pessoal próprio, preservando-se a condição de ferroviário e os direitos assegurados pelas Leis nºs 8.186/91 e 10.478/02; e b) do quadro de pessoal agregado, oriundo da Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA.</i> <i>Finalidade: Garantir o pagamento dos empregados ativos da extinta RFFSA, em cumprimento às disposições contidas na Lei nº 11.483/07.</i>	
09IX	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA
<i>Descrição: Quitação de débitos e manutenção do processo de inventariança, envolvendo despesas de manutenção e de funcionamento de 14 imóveis de trabalho (1 edifício sede e 13 regionais).</i> <i>Finalidade: Promover a extinção da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, conforme as disposições contidas na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.</i>	
09JF	Subvenção Econômica sobre o Prêmio Seguro-Garantia ou sobre os Custos de Carta de Fiança aos Mutuários do Fundo da Marinha Mercante
<i>Descrição: Trata-se de subvenção econômica, instituída pelo art. 31 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, ao prêmio seguro-garantia modalidade executante construtor, quando exigido durante a construção de embarcações financiadas.</i> <i>São beneficiários da subvenção os armadores que contratem a construção de embarcações cujo financiamento se exija o respectivo seguro-garantia. Para se beneficiar da citada subvenção o armador deverá estar adimplente com a União, na forma da legislação. O seguro garantia será contratado junto a sociedades seguradoras autorizadas a operar em seguros pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.</i> <i>Finalidade: Assegurar o pagamento, por meio de subvenção econômica, do prêmio do seguro-garantia modalidade executante construtor, durante a construção de embarcações financiadas.</i>	
09LH	Recomposição do Equilíbrio Econômico do Contrato de Concessão da Ponte São Borja-Santo Tomé (Brasil-Argentina) - Sentença Arbitral
<i>Descrição: Pagamento de juros de mora referentes ao atraso na quitação de parcelas do ressarcimento à concessionária de valores relativos à execução de obras adicionais não previstas no contrato de construção da ponte e prejuízos operacionais (recomposição e readequação do equilíbrio econômico-financeiro contratual).</i> <i>Finalidade: Pagamento de juros de mora por conta de atraso na quitação das parcelas referentes ao cumprimento de sentença proferida e homologada por Tribunal Arbitral (internacional), com sede no Uruguai, referente ao pagamento de US\$ 17.561.919,00 oriundos de acordo firmado entre Brasil, Argentina e a Concessionária da ponte, relacionados a obras adicionais ao contrato de construção do empreendimento e de prejuízos operacionais.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

13EJ	Implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional - CNSO
<i>Descrição:</i> Implantação de estrutura dotada de recursos tecnológicos, computacionais e de comunicação voltada a integração online de sistemas de dados corporativos das concessionárias e órgãos públicos relativos: à segurança, volume de tráfego, variações de velocidade média, níveis de serviço e atendimento aos usuários, avisos de incidentes, entre outros, permitindo a melhoria do planejamento e gestão da fiscalização e a disponibilização de informações para a sociedade. <i>Finalidade:</i> Apoiar a fiscalização das concessões para exploração da infraestrutura e dos serviços de transporte terrestre, mediante a disponibilização de instrumentos e tecnologias para o planejamento, gestão e controle operacional e técnico das concessões, bem como gerar informações sobre a utilização dos serviços aos usuários, empresas e demais órgãos públicos.	
13ZT	Elaboração e Execução de Estudos de Impacto Ambiental e Planos Básicos Ambientais para Projetos de Infraestrutura de Transportes
<i>Descrição:</i> Elaboração de estudos ambientais, elaboração de Planos Básicos Ambientais, monitoramento de variáveis ambientais, obtenção de licenças ambientais, execução de programas ambientais, supervisão ambiental de obras nos modais de infra-estrutura de transporte e atendimento de condicionantes ambientais. <i>Finalidade:</i> Adequar os projetos e obras de transportes modais às exigências técnicas e legais de acordo com as normas ambientais vigentes.	
1D47	Estudos e Projetos de Infraestrutura de Transportes
<i>Descrição:</i> Elaboração de estudos de viabilidade, ambientais e de planos de recuperação de áreas degradadas, projetos básicos e ou executivos de obras nos modais da infra-estrutura de transportes do Projeto Piloto de Investimentos. A Portaria Interministerial nº 10/2005, instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual, que em seu art. 1º, parágrafo único, inciso VII, estabeleceu competência para aquele colegiado análise a viabilidade técnica e socioeconômica de projetos de grande vulto. É importante destacar que o art. 3º, da Portaria supra mencionada, prevê a abertura de dotação específica para elaboração dos estudos de viabilidade técnica e socioeconômica de projetos de grande vulto. Os estudos de diversos projetos podem ser congregados em um mesmo título, mas este deve ser independente dos autorizativos à efetiva implantação dos projetos a que se referem. <i>Finalidade:</i> Atender as exigências estabelecidas em lei, relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento.	
1D48	Modernização do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
<i>Descrição:</i> Execução dos projetos de modernização do DNIT Sede e Superintendências tais como: Substituição do Sistema de ar condicionado; reformas no edifício Sede e Superintendências; aquisição de sistema de arquivos deslizando centralizado; cabeamento lógico; infraestrutura tecnológica (ambiente seguro de servidores); recursos de Tecnologia da Informação - TI no ambiente de trabalho; modernização da frota veicular da sede e Fortalecimento institucional. <i>Finalidade:</i> Garantir ao DNIT as condições indispensáveis ao desempenho de suas atividades.	
1D58	Estudos para o Planejamento de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento)
<i>Descrição:</i> Realizar trabalhos de consultoria, estudos, inclusive para concessões, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software), apoio técnico e administrativo no âmbito do setor de transportes, na formulação, na orientação e na execução da Política Nacional de Transportes nos seus diversos modais. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos e pesquisas para assegurar o desenvolvimento da atividade de planejamento de transporte.	
1D59	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para a Engenharia de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento)
<i>Descrição:</i> Realização de estudos, objetivando a identificação de produtos, serviços e materiais que tenham potencial de melhorar a qualidade e reduzir os custos totais do transporte, e de apropriação de custos de obras e serviços de infraestrutura; geração, edição e divulgação de normas, manuais e documentos técnicos; capacitação tecnológica e manutenção das instalações e dos equipamentos de pesquisa. <i>Finalidade:</i> Criar alternativas na execução de obras, proporcionando a redução dos custos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
2088	Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário
<i>Descrição: Edição de normas e regulamentos relativos à prestação de serviços de transporte e à exploração da infra-estrutura aquaviária e apoio marítimo, de apoio portuário, fluvial e lacustre; fiscalização a exploração de terminais de uso privativo; fiscalizar contratos e demais instrumentos administrativos relativos às outorgas para exploração da infra-estrutura aquaviária e portuária; supervisionar a participação de empresas brasileiras e estrangeiras na navegação de longo curso em cumprimento aos tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais dos quais o Brasil seja signatário.</i> <i>Finalidade: Garantir a isonomia no acesso e uso dos serviços de transporte e na exploração da infra-estrutura aquaviária e portuária, assegurando os direitos dos usuários e fomentando a competição entre operadores.</i>	
2090	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário
<i>Descrição: Fiscalização do funcionamento e da prestação de serviços das empresas de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, apoio portuário, fluvial e lacustre; fiscalizar a exploração de terminais de uso privativo; fiscalizar contratos e demais instrumentos administrativos relativos às outorgas para exploração da infra-estrutura aquaviária e portuária; supervisionar a participação de empresas brasileiras e estrangeiras na navegação de longo curso em cumprimento aos tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais dos quais o Brasil seja signatário.</i> <i>Finalidade: Garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas, na prestação de serviços de transporte fluvial, lacustre, de travessia, de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem e longo curso, bem assim nos serviços de exploração da infra-estrutura portuária.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
2C00	Estudos de Viabilidade e Projetos de Infraestrutura de Transportes
<i>Descrição: Estudo de viabilidade econômica e elaboração de projetos de infra-estrutura de transportes nas áreas de rodovias, ferrovias e aquaviária (pontes, construção, adequação de capacidade, melhoramentos, manutenção de trechos, sinalização e programas especiais).</i> <i>Finalidade: Realizar estudos de viabilidade de projetos novos e de grande vulto; além de elaborar novos projetos para atender as exigências estabelecidas por lei.</i>	
4349	Administração das Hidrovias
<i>Descrição: Manutenção da sinalização de margem e do balizamento flutuante, das eclusas, das barragens de navegação e dos postos fluviométricos; realização de obras civis de aprofundamento de canais; execução de serviços de desobstrução de canais de navegação; atualização de croquis de navegação; cumprimento de exigências ambientais. Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.</i> <i>Finalidade: Garantir a satisfação da sociedade, mantendo as hidrovias e as eclusas operativas, capazes de oferecer segurança e confiabilidade à sua navegação.</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	
6058	Formulação de Políticas de Transportes
<i>Descrição: Execução de estudos, pesquisas e avaliações inclusive por meio de convênios e parcerias, sobre oferta e demanda de transportes, custos, viabilidade econômica e tarifas de serviços, sistemas modais e multimodais de passageiros e cargas.</i> <i>Finalidade: Fornecer dados básicos, informações, parâmetros e critérios para a realização da atividade de planejamento no setor transportes, nos níveis normativo, operacional e estratégico.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

6241	Estudos de Impacto Ambiental para Projetos de Infraestrutura de Transportes
<i>Descrição:</i> Elaboração de estudos e programas ambientais, monitoramento de variáveis ambientais e obtenção de licenças ambientais. <i>Finalidade:</i> Adequar os projetos de transportes modais às exigências técnicas e legais de acordo com as normas ambientais vigentes.	
6264	Estudos para o Planejamento de Transportes
<i>Descrição:</i> Realização de trabalhos para consultoria, análises, pesquisas, levantamentos, avaliações e estudos, inclusive para concessões, apoio técnico e administrativo na formulação, orientação e execução da política formulada para a administração e regulação da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo vias navegáveis, ferroviárias, rodoviárias e dutoviárias federais, instalações e vias de transbordo e de interface intermodal e instalações portuárias. <i>Finalidade:</i> Realizar estudos para assegurar o desenvolvimento do planejamento no setor de infra-estrutura de transportes.	
6265	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para a Engenharia de Transportes
<i>Descrição:</i> Realização de estudos, objetivando a identificação de produtos, serviços e materiais que tenham potencial de melhorar a qualidade e reduzir os custos totais do transporte, e de apropriação de custos de obras e serviços de infraestrutura; geração, edição e divulgação de normas, manuais e documentos técnicos; capacitação tecnológica e manutenção das instalações e dos equipamentos de pesquisa. <i>Finalidade:</i> Criar alternativas na execução de obras, proporcionando a redução dos custos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.	
7528	Revitalização do Patrimônio Histórico do Setor de Transportes
<i>Descrição:</i> Desenvolvimento de estudos, projetos, trabalhos e serviços que visem possibilitar a catalogação, a revitalização de imóveis e instalações, documentos, publicações, mapas e projetos, vias e veículos do Setor de Transportes, de caráter artístico, histórico e cultural, visando a preservação e a disponibilização desse acervo para apreciação, utilização e consulta pública. <i>Finalidade:</i> Garantir a preservação da memória do Setor de Transportes, por intermédio da identificação, catalogação, conservação, recuperação e restauração de bens móveis, imóveis e documentais de valor artístico, histórico e cultural, visando possibilitar a apreciação, utilização e consulta pública deste patrimônio.	
8673	Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores
<i>Descrição:</i> Realização de estudos com vistas a elaborar e aperfeiçoar indicadores de resultado para os programas do Órgão, a partir de dados e estatísticas produzidas por instituições reconhecidas e de informações próprias. Inclui, também, a coleta sistemática de dados para a aferição dos indicadores, o desenvolvimento e disponibilização de ferramentas computacionais de suporte ao uso dos indicadores definidos e ações de disseminação de conhecimento e capacitação institucional para incorporação efetiva destes recursos nos processos internos do órgão. <i>Finalidade:</i> Permitir a avaliação do resultado dos programas do Ministério dos Transportes.	
869V	Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários
<i>Descrição:</i> Promover a auditoria, supervisão e controle da estrutura ferroviária oriunda da extinta RFFSA, bem como do controle patrimonial e contábil dos bens operacionais vinculados aos contratos de arrendamento, dos bens não-operacionais que lhe forem transferidos e dos ativos operacionais devolvidos pelas concessionárias, na forma prevista nos contratos de arrendamento, inclusive quanto à sua destinação, conforme está previsto na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007. <i>Finalidade:</i> Manter e gerir os ativos ferroviários transferidos pela extinta Rede Ferroviária Federal S.A..	
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<i>Descrição:</i> Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.	
2127	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).</i>	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.</i> <i>Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.</i>	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> <i>Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i>	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.</i>	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</i> <i>Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.</i>	
2374	Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte
<i>Descrição: Construção, ampliação, reforma ou adequação de barracão e aquisição de equipamento ou construção de infraestrutura de apoio para distritos industriais. A infraestrutura designa, de forma ampla, o apoio à construção, implementação e desenvolvimento de atividades voltadas à criação de centros de serviços e de núcleos industriais aptos a fortalecer as atividades produtivas da região.</i> <i>Finalidade: Apoiar projetos de construção de Barracão Industrial, para a instalação física e o desenvolvimento de micro, pequenos e médios empreendimentos organizados em APLs e/ou para a disponibilização, a esses empreendedores locais, de um centro de serviços voltado às atividades produtivas características da região, com vistas à geração de emprego, à redução das desigualdades regionais e ao desenvolvimento local.</i>	
2619	Apoio à Implementação de Políticas na Área do Trabalho
<i>Descrição: Custeio e investimentos das Unidades do Ministério do Trabalho e Emprego e execução de forma descentralizada.</i> <i>Finalidade: Manter o bom funcionamento das atividades desenvolvidas pelas unidades do Ministério do Trabalho e Emprego e apoiar a implementação das políticas na área de trabalho, emprego e renda.</i>	
2631	Coordenação e Manutenção do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
<i>Descrição: Gerenciamento das aplicações e receitas do FAT; supervisão da gestão do FUNPROGER - Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda; e geração de informações para tomada de decisões.</i> <i>Finalidade: Contribuir para sustentabilidade das políticas públicas de emprego e renda, zelando pelas aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT</i>	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</i> <i>Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</i>	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
<i>Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</i> <i>Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</i>	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

4750	Funcionamento do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS
<i>Descrição:</i> Execução das funções de <i>Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS</i>, que consiste em <i>agendar e secretariar as reuniões do Conselho</i>; <i>agendar e presidir as reuniões do Grupo de Apoio Permanente ao Conselho</i>; <i>assessoramento e subsídio ao Ministro, na qualidade de Presidente do Conselho</i>, nos assuntos pertinentes; <i>promoção das articulações necessárias e acompanhamento das atividades dos grupos técnicos instituídos no âmbito do Conselho</i>; <i>atuação de forma integrada com a Secretaria de Fiscalização do Trabalho, oferecendo-lhe subsídios para sua atuação, nos assuntos relacionados ao FGTS</i>; <i>atuação de forma integrada com a Assessoria Parlamentar do Ministério no acompanhamento da tramitação dos projetos de lei referentes ao FGTS, em articulação com os demais órgãos governamentais envolvidos com o mesmo</i>; <i>organizar e manter atualizados os arquivos com informações sócio-econômicas e gerenciais sobre o FGTS</i>; <i>recepcionar e dar tratamento às denúncias encaminhadas à Coordenação-Geral, objetivando sua averiguação</i>; <i>recepcionar e promover o atendimento dos auditores e de suas demandas por ocasião das auditorias sobre o FGTS, providenciando as justificativas e esclarecimentos necessários, no que se refere ao Conselho e à Coordenação-Geral</i>; <i>cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho</i>; <i>praticar os demais atos necessários para o cumprimento das atribuições de competência do Conselho</i>. <i>Finalidade:</i> Subsidiar o Conselho na definição de diretrizes e programas de alocação de todos os recursos do FGTS e o processo de acompanhamento e avaliação da gestão econômica e financeira dos seus recursos; coordenar a elaboração do relatório das contas do FGTS; auxiliar o Conselho na aplicação das normas relativas ao FGTS; coordenar a elaboração de atos normativos relacionados com o desempenho das atividades do Conselho.	
4815	Funcionamento das Unidades Descentralizadas
<i>Descrição:</i> Aquisição de bens e serviços necessários ao adequado funcionamento das <i>Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego</i>, com a finalidade de <i>manter, aparelhar, reaparelhar e modernizar as unidades de atendimento ao cliente do MTE</i>, adequação da estrutura física, informatização dos serviços, aquisição de equipamentos de informática, instalação de redes de lógica e outros, gastos com vigilância, água, luz e de manutenção em geral. <i>Finalidade:</i> Melhorar, racionalizar e manter os serviços nas <i>Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego</i>, principalmente o atendimento ao usuário final, por meio da informatização e da adequação da estrutura física, oferecendo maior rapidez e eficiência, bem como produtos adequados à demanda.	
8073	Ouvidoria-Geral e Serviços Interativos de Atendimento ao Cidadão-Usuário do Ministério do Trabalho e Emprego
<i>Descrição:</i> Recepção, tratamento, análise e registro das reclamações, elogios, sugestões e denúncias, enviadas pelo cidadão usuário dos serviços do MTE; análise e encaminhamento às áreas responsáveis pela manifestação; resposta aos interessados informando a solução do caso apresentado; disponibilização de relatórios consolidados na intranet visando o acompanhamento pelas áreas envolvidas no tratamento das manifestações; Produção de estudos e relatórios de avaliação, aos gestores do MTE, apontando problemas e distorções, sugerindo melhorias nos serviços prestados, nos processos e no atendimento no âmbito institucional; Controle e Gerenciamento de Sistema de tratamento de manifestações. <i>Finalidade:</i> Ampliar o controle social a respeito da atuação do Ministério do Trabalho e Emprego, mediante disponibilização e uso de canal direto de comunicação entre o cidadão e a instituição.	
2128	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo
00H1	Pagamento de Pessoal Ativo da União
<i>Descrição:</i> Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. <i>Finalidade:</i> Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<i>Descrição:</i> Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. <i>Finalidade:</i> Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	
2000	Administração da Unidade
<i>Descrição:</i> A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade. <i>Finalidade:</i> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <i>Finalidade:</i> Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	

CADASTRO DE AÇÕES - SIMPLIFICADO

Programa / Ação

2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. <i>Finalidade:</i> Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
<i>Descrição:</i> Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<i>Descrição:</i> Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão. <i>Finalidade:</i> Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.	
20RC	Sistematização de Dados para Subsidiar Políticas de Desenvolvimento do Turismo
<i>Descrição:</i> Desenvolver referências básicas por meio de estudos, levantamentos etc, para indicação das intervenções governamentais necessárias em infraestrutura de apoio ao turismo (acesso terrestre, aéreo e fluvial, saneamento, etc.) de modo a orientar o Ministério do Turismo na interlocução com outros Ministérios que detêm a gestão e administram os recursos públicos sobre estas áreas de atuação. <i>Finalidade:</i> Municar o Ministério do Turismo de informações e dados para a interlocução com outros Ministérios na priorização dos investimentos em infraestrutura de apoio ao turismo, revertendo uma lógica que hoje se pauta pelo atendimento a demandas.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<i>Descrição:</i> Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. <i>Finalidade:</i> Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	

Edição de hoje: 432 páginas

(OS: 14824/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

